

V Encontro Internacional de História Ufes/Paris-Est

Seres Vivos: Representações, Narrativas e Histórias

27 a 30 de abril de 2015

Universidade Federal do Espírito Santo



Charles Landseer - Vista do Pão de Açúcar tomada da estrada do Silvestre

ISSN 2237-3616

V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est

Seres vivos: representações, narrativas e História

ANAIS



UNIVERSITÉ —
— PARIS-EST

**Vitória
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

C198a V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est (5.:2015: Vitória. ES)
Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est, Vitória, ES, 27 a 30 de abril de 2015:/ Organização [de] Adriana Pereira Campos, Patrícia Maria da Silva Merlo, Bruno César Nascimento. – Vitória: LHPL, 2015

Versão Eletrônica disponível em:

<http://www.periodicos.ufes.br/UFESUPEM>

ISSN: 2237-3616

1. Seres Vivos. 2. História. 3. Filosofia. 4. CAMPOS, Adriana Pereira (org.). 5. MERLO, Patrícia M S. (org.). 6. NASCIMENTO, B.C. (org.).
I. Título: Seres Vivos: Representações, narrativas e história.

V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est

27 a 30 de abril de 2015

Campus Goiabeiras – Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Comissão Científica

Prof Dr^a Lucia Maria Paschoal Guimarães - Presidente - UERJ

Prof Dr Marcos Antônio Lopes - UEL

Prof Dr Arthur Alfaix Assis - UNB

Prof^a Dr^a Raquel Glezer - USP

Prof^a Dr^a Adriana Pereira Campos - UFES

Prof Dr Júlio César Bentivoglio - UFES

Prof Dr Michael Alain Soubbotnik - Université Paris-Est

Comissão Coordenadora

Prof^a Dr^a Adriana Pereira Campos – UFES

Prof Dr Júlio César Bentivoglio – UFES

Prof Dr Michael Alain Soubbotnik – Université Paris-Est

Prof^a Dr^a Olga Maria Machado Carlos de Souza Soubbotnik – UFES

Prof^a Dr^a Patricia Maria da Silva Merlo – UFES

Prof Dr Sebastião Pimentel Franco – UFES

Comissão Organizadora

Prof^a Dr^a Adriana Pereira Campos – UFES

Prof^a Dr^a Patricia Maria da Silva Merlo – UFES

Bruno César Nascimento – UFES

Apresentação

Em 1979, em Estocolmo, durante um Simpósio das Nações Unidas sobre inter-relação de recursos, ambiente e desenvolvimento, surgiu pela primeira vez a expressão “desenvolvimento sustentável”, e a partir de então o tema polariza mais e mais as preocupações e discussões. Temos assistido atualmente crescente movimento de reformulação do modo como o homem concebe suas relações com os outros seres vivos e com o meio ambiente. Percebeu-se como esta nova concepção se reflete na orientação das condutas em todos os níveis, individuais e coletivos, até chegar à determinação das políticas próprias de cada época. No ano de 2015, o V Simpósio Internacional de História organizado pelas Universidade Federal do Espírito Santo e Université Paris-Est Marne-la-Vallée, nos dias 27 a 30 de abril de 2015, promoveu o debate sobre o tema Seres Vivos. O conclave deu singular oportunidade de reunir cientistas da natureza e das humanidades em torno da reflexão sobre os modos como o homem tem pensado a si mesmo e aos outros seres enquanto seres vivos, assunto bastante atual no cenário historiográfico da Europa e nas Américas. Acolheram-se diversos pesquisadores dedicados ao estudo tanto do corpo quanto das relações de gênero, como também da história dos animais e de sua relação com o homem. De modo geral, as palestras e as comunicações traduziram novos canais de diálogo que permitem a produção de conhecimentos multidisciplinares, aproximando a história da biologia, da literatura, da filosofia e das artes.

O simpósio já é tradicional na agenda acadêmica nacional, cujos resultados multiplicam-se, mas que tem como base de consolidação de seus resultados em anais. Nos textos a seguir, o leitor encontra comunicações de pesquisas multidisciplinares que apresentam rica diversidade de fontes e metodologias. Vislumbra-se propostas que apresentam diferentes formas de pensar o tema. Para isso, distintos pesquisadores se reuniram, num esforço multidisciplinar, para dar conta da complexidade da matéria. Os dois laboratórios responsáveis pela coordenação do evento, o Laboratório de História, Poder e Linguagens da Universidade Federal do Espírito Santo (LHPL) e o Literatura, Saberes e Artes (LISAA) da *Universidade de Paris-Est Marne-la-Valée*, destacaram seus pesquisadores para apresentarem as conferências suas principais investigações. Ao

reunir pesquisadores internacionais e nacionais com trabalhos diferenciados neste novo campo, o evento consolidou parcerias existentes, e projetou estudos pioneiros produzidos no Espírito Santo, no Brasil e no exterior. Pode-se atribuir ao simpósio também a ampliação das redes de interlocução existentes, propiciando a construção de saberes nos diferentes níveis de ensino, a saber, na graduação e na pós-graduação, não apenas do curso de História, mas junto aos demais cursos relacionados, como as Ciências Sociais. Dos resultados alcançados, deve-se demarcar o êxito do enfoque interdisciplinar e, sobretudo, os diversos diálogos que ultrapassaram a tradicional dicotomia existente entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais. A aproximação certamente responde às políticas públicas de pesquisa e ensino brasileiras voltadas para os estudos transdisciplinares e para os temas transversais.

De acordo com a exposição dos participantes, pode-se concluir que as preocupações biopolíticas e ambientais geram novos comportamentos e tendências na sociedade atual, ao mesmo tempo em que as relações capitalistas geram a produção e o consumo dos seres vivos em escalas nunca antes imaginadas, bem como alteram as relações de consumo existentes entre humanos e animais. Na literatura, nas artes, em biologia, na filosofia e na história observaram-se trabalhos devotados a esta questão, em especial, com perspectiva integradora e multidisciplinar. Muito embora existam exemplos fartos da trajetória das diferentes concepções dos seres vivos no tempo e no espaço, o estudo cruzado de homens e animais, de acordo com as pesquisas apresentadas, adotam agora abordagens mais sistematicamente agregadoras, que permita compreensões ao mesmo tempo ampliadas e particulares. Enfim, trata-se de temática relevante, cujo debate por ocasião do V Simpósio Internacional de História, ocorrido nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo, apresenta seus registros nestes anais.

SUMÁRIO

CONFERÊNCIAS	12
RELATOS DA NATUREZA E A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO	13
<i>Adriana Pereira Campos</i>	
LE CORPS MALADE DE LA VILLE. LES SOCIALISTES ANGLAIS ET FRANÇAIS ET LA CRISE URBAINE DU PREMIER XIXE SIÈCLE	21
<i>Frédéric Moret</i>	
LAMARCK E A IMAGINAÇÃO CIENTÍFICA	40
<i>Gisèle Séginger</i>	
DARWIN: A ÁRVORE DA CONTINGÊNCIA (DO CADERNO B À CONCLUSÃO DA 1A EDIÇÃO DA ORIGEM DAS ESPÉCIES)	51
<i>Michael A. Soubbotnik</i>	
FREUD E A PSICANÁLISE COMO “CIÊNCIA DA NATUREZA”	73
<i>Olga Maria M C de Souza Soubbotnik</i>	
A METÁFORA DO SER VIVO NA DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA DE DU BELLAY (1549) COMO FIGURA DUMA FÁBRICA DA HISTÓRIA	86
<i>Caroline Trotot</i>	
VÉNUS ET LES PROTOZOAIRES : REPRÉSENTATIONS DE LA GÉNÉRATION SPONTANÉE DANS LA LITTÉRATURE DU XIXE SIÈCLE	99
<i>Juliette Azoulai</i>	
TEXTOS COMPLETOS DE COMUNICAÇÕES COORDENADAS E COMUNICAÇÕES LIVRES	111
BERNARDO HOSTA DE ARAÚJO E O HOMESTEAD	112
<i>Adilson Silva Santos</i>	
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ESPACIAIS NO BAIRRO MOVELAR A PARTIR DA IDÉIA DE PROGRESSO.	122
<i>Ákilla Lonardelli</i>	
PERSPECTIVA TRANSNACIONAL: O PROCESSO DE RECATOLIZAÇÃO NO BRASIL E PORTUGAL ENCABEÇADO PELOS CARDEAIS SEBASTIÃO LEME E MANUEL CEREJEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.	128
<i>Alexandre Luis de Oliveira</i>	
SOB A PENA DOS JURISTAS: A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS NO BRASIL	144
<i>Alyne Cristina de Oliveira Vieira</i>	
NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI, HISTÓRIAS E NARRATIVAS DA FAUNA. ...	150
<i>Christian Fausto Moraes dos Santos & Aline Cristina da Silva Oliveira</i>	
O PARTIDO PROLETÁRIO NAS ELEIÇÕES DE 1935: GILBERT GABEIRA DIANTE DO CONFRONTO ENTRE O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO E O PARTIDO DA LAVOURA NO ESPÍRITO SANTO	165
<i>Amarildo Mendes Lemos</i>	

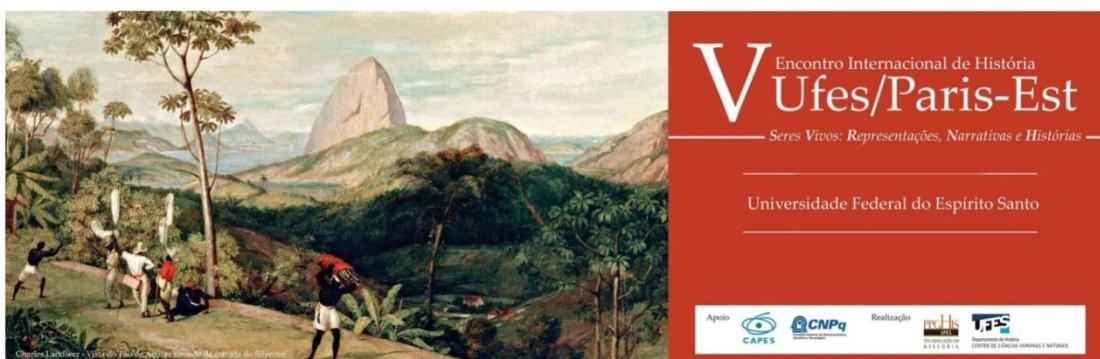
O HOMEM COMO SER VIVO E COMO SUJEITO: REFLEXÕES SOBRE A PSICANÁLISE NO CAMPO DA SAÚDE A PARTIR DE UMA NARRATIVA CLÍNICA	185
<i>Ana Augusta Wanderley Rodrigues de Miranda & Ana Paula Lontra Marques</i>	
INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I: O DISCURSO DO JUIZ DO POVO	193
<i>Ana Lúcia de S. Abenassiff</i>	
A IMPORTÂNCIA DOS BISPOS NA CRISTIANIZAÇÃO DA ISLÂNDIA MEDIEVAL.	208
<i>André Araújo de Oliveira</i>	
CORPO E CARNALIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA DO SÉCULO XIV: ENTRE A DISCIPLINARIZAÇÃO CATÓLICA E A SENSUALIDADE ISLÂMICA	222
<i>Anny Barcelos Mazioli</i>	
REI, CLERO E REPUBLICANOS: AS REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS SPECTADOR BRASILEIRO E O VERDADEIRO LIBERAL NO ANO DE 1826.	243
<i>Arthur Ferreira Reis</i>	
AUTONOMIA E PRAGMATISMO: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL E ECUMÊNICO	255
<i>Auxíliá Ghisolfi Freitas</i>	
A ESCALADA DA REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES): OS ANOS DE 1972 E 1973	274
<i>Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine</i>	
HISTORIOGRAFIA: A TORRE DE BABEL DA HISTÓRIA. OS DESAFIOS DE UM CAMPO EM PERMANENTE MOVIMENTO	293
<i>Bruno César Nascimento</i>	
A CRIAÇÃO DA AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION E O DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA AMERICANA	307
<i>César Haueisen Zimerer Perpétuo</i>	
INTERVENÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO BERIBÉRI EM VITÓRIA (1908 – 1912)	318
<i>Cíntia Moreira da Costa</i>	
INTELECTUAIS BRASILEIROS E AS REPRESENTAÇÕES DO SUBDESENVOLVIMENTO: O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) NA DÉCADA DE 1950.	328
<i>Cleber F. dos Santos</i>	
HISTÓRIA E LITERATURA DE VIAGEM: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE DOMINGO F. SARMIENTO E PAUL GROUSSAC	343
<i>Daiana Pereira Neto</i>	
A NARRATIVA DA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA: REPRESENTAÇÕES DOS SUBTERRÂNEOS DA HISTORIOGRAFIA	354
<i>Dinoráh Lopes Rubim Almeida</i>	
A SUPERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO ATRASO COMO CAMINHO PARA O PROGRESSO: O GOVERNO ARTHUR GEHARDT E OS GRANDES PROJETOS DE IMPACTO (1971-1975)	370
<i>Diones Augusto Ribeiro</i>	
A PINTURA MURAL SACRA DE ANTONIO NARDI: UMA ANÁLISE DA RESTAURAÇÃO DA OBRA DIPINTI MURALI MADONNA, GESÙ E SANTI (1957)	391
<i>Dirceu Ferreira Barbuto & Líliliana Medina da Silva</i>	

KITSUNE: A MITOLOGIA DAS RAPOSAS JAPONESAS NOS ESCRITOS DE LAFCADIO HEARN	405
<i>Edelson Geraldo Gonçalves</i>	
HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES: A NATUREZA HUMANA NOS ESCRITOS DE JERÔNIMO E AGOSTINHO	416
<i>Fabiano de Souza Coelho</i>	
A FAMÍLIA PATRIARCAL CONTEMPORÂNEA	429
<i>Fabiene Passamani Mariano</i>	
O PROCESSO DE ABOLIÇÃO NA IMPRENSA PERIODISTA ALAGOANA (1870-1888)	440
<i>Fábio Francisco de Almeida Castilho</i>	
O LIBERTADOR ESTÁ VIVO: USO E REINVENÇÃO DO MITO BOLIVARIANO NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ	455
<i>Fábio Teixeira Oliver</i>	
DO MARCANTE AO DELICADO – A TRANSIÇÃO DO PALADAR E O CONSUMO DE VÍVERES EM PORTUGAL ENTRE OS SÉCULOS XVII-XVIII	469
<i>Fernando Santa Clara Viana Junior</i>	
OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS: REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE – ES	490
<i>Herbert Soares Caçador</i>	
O ANTIJESUITISMO COMO INSTRUMENTO REFORMADOR DO ENSINO LUSO: NOTAS DE PESQUISA SOBRE O COMPÊNDIO HISTÓRICO (1771)	505
<i>Jansen Gusmão Salles</i>	
O TRABALHO E A MORTE EM AUSCHWITZ	515
<i>Jéssica de Andrade Espindula</i>	
ÍNDIOS BOTOCUDOS DO ESPÍRITO SANTO REPRESENTADOS POR PAUL EHRENREICH	529
<i>Jéssica Verissimo Lopes Pandolfi</i>	
A IMAGEM DA IMPERATRIZ ÉLIA EUDÓXIA: UM CONFRONTO DE REPRESENTAÇÕES NA ANTIGUIDADE TARDIA	541
<i>João Carlos Furlani</i>	
A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ E DA ALTERIDADE JUDAICA A PARTIR DA DISPUTA DE TORTOSA, HISPÂNIA	552
<i>Jordânia Lopes de Freitas</i>	
DILEMAS DE UM HISTORIADOR: NARRATIVAS INDICAM A EXISTÊNCIA DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA?	563
<i>José Candido Rifan Sueth</i>	
REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO NAS CARTAS DE AGOSTINHO DE HIPONA (390-430)	576
<i>José Mário Gonçalves</i>	
DOENÇAS E MORTALIDADE DE ESCRAVOS NO BRASIL OITOCENTISTA: BREVE EXAME DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA RECENTE (2004-2014)	585
<i>José Mauriene Araújo Felipe</i>	
A ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I E O LEGADO POMBALINO NA RECONSTRUÇÃO DE LISBOA	609
<i>Juliano Gomes</i>	

O MINISTRO, O FIDALGO E AS CORTES: POLÍTICA LUSITANA NO SÉCULO XVIII SOB A ÓTICA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO	619
<i>Julio Cesar da Costa Silva</i>	
OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DA MEDICINA E DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA.	633
<i>Karolina Dias da Cunha</i>	
AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO IDEÁRIO DO MATRIMONIO EM PORTUGAL NO BAIXO MEDIEVO	642
<i>Laila Lua Pissinati</i>	
CONSTRUÇÕES DA ESCRAVIDÃO NO JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO	651
<i>Leandro do Carmo Quintão</i>	
O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA: DAS ORIGENS NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA À HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA.	664
<i>Leonardo Baptista</i>	
VALENTES, DIABÓLICOS, INVENCÍVEIS E ALIADOS: GOITACAZES, TEMIMINÓS, PORTUGUESES E FRANCESES NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO	678
<i>Leonardo Nascimento Bourguignon</i>	
UMA CIDADE ENTRE DOIS MUNDOS: VITÓRIA NARRADA NO FIM DO SÉCULO XIX	693
<i>Levy Soares da Silva</i>	
O MODELO CONSTANTINIANO NAS REALEZAS GERMÂNICAS TARDO-ANTIGAS	706
<i>Luís Eduardo Formentini</i>	
VOZES DA FRONTEIRA: RESGATE DA MEMÓRIA CAMPONESA	718
<i>Luiz Noboru Muramatsu</i>	
ESPÍRITO SANTO: TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS PARA A CIDADE	739
<i>Maria Cristina Dadalto & Madson Gonçalves da Silva</i>	
A RELAÇÃO DO HISTORIADOR COM O ARQUIVO FOTOGRÁFICO COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA: ESTUDO A PARTIR DO ACERVO DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO – DOPS/ES.	750
<i>Marcello França Furtado</i>	
A CRISE DO HISTORICISMO COMO PROBLEMA DE CONSCIÊNCIA: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO INTERNACIONAL	763
<i>Marcelo Durão Rodrigues da Cunha</i>	
GILBERTO FREYRE E WALTER PATER: SINESTESIA, SAGRADO E APAZIGUAMENTO DO PATHOS EM CASA-GRANDE & SENZALA	783
<i>Marcia Barros Ferreira Rodrigues & Claudio Marcio Coelho</i>	
A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO AGOSTINIANO E O MATRIMÔNIO: O LÓCUS DA PRÁTICA DA SEXUALIDADE ORDENADA	797
<i>Maria Emília Helmer Pimetel</i>	
NOTAS DE PESQUISA SOBRE O ESTUDO DA MEDICINA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII	814
<i>Patrícia M. S. Merlo</i>	
A CULTURA POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O BRASIL DO OITOCENTOS.	827
<i>Paula Ribeiro Ferraz</i>	

PONTO DE EQUILÍBRIO: TRADIÇÃO E PLANEJAMENTO COMO VETORES DA RECOMPOSIÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE	840
<i>Paulo César Ruas Oliveira Santos</i>	
O TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL E OS ESFORÇOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PORTUGUESA EM ESTIMULAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-BRASILEIRAS (1933-1945)	859
<i>Priscila Musquim Alcântara de Oliveira</i>	
DA LEI À PRÁTICA: O PARENTESCO RITUAL NAS NORMAS ECLESIÁSTICAS E NO COTIDIANO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA – ES (1850-1871)	879
<i>Rafaela Domingos Lago</i>	
O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFES NA VISÃO DO DOPS/ES (1975-1986)	895
<i>Ramilles Grassi Athaydes</i>	
HISTORIOGRAFIA E REVISIONISMO NA POLÊMICA ANTIPELAGIANA	908
<i>Raphael Leite Reis</i>	
ENTRE VIAJANTES E GOVERNANTES: VILAS, SERTÕES E INDÍGENAS NO ESPÍRITO SANTO – PRIMEIRO QUARTEL DO OITOCENTOS	922
<i>Rodrigo da Silva Goularte</i>	
PARA ONDE FORAM AS BRUXAS? OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A BRUXARIA TARDO MEDIEVAL	940
<i>Roni Tomazelli</i>	
ORIGENS DO MITO DO CRIME RITUAL: (SÉCULOS XI E XII)	950
<i>Sergio Alberto Feldman</i>	
QUE DEUS GUARDE A VOSSA MERCÊ: AS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE OS MINISTROS DO REI E AS AUTORIDADES LOCAIS DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO, 1788 A 1799.	971
<i>Thiara Bernardo Dutra</i>	
RELAÇÕES HUMANAS: A TRAIÇÃO EM KALILA E DIMNA	1006
<i>Victor Brito Pessotti</i>	
TRISTE SEPARAÇÃO: HISTÓRIAS DE AMOR RETRATADAS NAS ESCULTURAS PROFANAS NOS CEMITÉRIOS PAULISTANOS	1013
<i>Viviane Comunale</i>	
AS TRAJETÓRIAS ILUSTRADAS DE ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E DO MARQUÊS DE CONDORCET: SUAS VISÕES SOBRE O PRIMADO DA EDUCAÇÃO	1024
<i>Guilherme Marchiori de Assis</i>	

CONFERÊNCIAS



RELATOS DA NATUREZA E A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Adriana Pereira Campos¹

Introdução

Trouxe como contribuição a discussão dos relatos sobre a natureza produzidos pelo astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes Paes e Leme.

Os capixabas o conhecem como o primeiro dirigente da capitania do Espírito Santo a receber o título de governador em fins do século XVIII. A função lhe foi designada sob a égide de pretensioso plano de fomentar na região rede mercantil de escoamento dos produtos mineiros através dos portos da capitania do Espírito Santo.

Fora de nosso estado, porém, ele é conhecido como o famoso geógrafo Paes e Leme, cuja contribuição mais notória se afigura na "*Carta Geográfica de Projeção Esferica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, Estado do Brasil*".

Silva Pontes era aparentado do grande sertanista, Garcia Rodrigues Paes, responsável pela abertura do *Caminho Novo* que encurtou a ligação das Minas com o Rio de Janeiro e incrementou o comércio de escravos entre as duas capitanias. Diferente de seus antepassados paulistas, homens com títulos nobiliárquicos galgados com conquistas e fortunas, Antonio Pires da Silva Pontes trilhou os caminhos das ciências na sua estratégia de ascensão social.

¹ Professora de História da UFES, membro do corpo permanente dos Programas de Pós-Graduação em História e Direito da UFES, pesquisadora do CNPq e da FAPES.

Silva Pontes foi encaminhado pela família para Coimbra, mas ele escolheu, curiosamente, o curso de matemática quando o mais comum era o curso de Direito. Por que? Matemática foi um dos cursos criados e implantados na vigência das reformas universitárias conduzidas pelo Marquês de Pombal, o Secretário de Estado durante o reinado de D. José I (1750-1777). Sob tutela de Pombal, implantou-se o programa reformista ilustrado em 1772, por meio da outorga dos *Estatutos Novos às Faculdades Maiores*.

Pode-se afirmar que a reforma pombalina configurou “solução de compromisso” entre “a institucionalização da modernidade científica e a funcionalização política do magistério universitário”. Alterara-se igualmente o caráter público e secular da universidade para vinculá-la a partir de então aos interesses do Estado. Criaram-se agremiações científicas como museus de história natural, jardins botânicos, gabinetes e laboratórios destinados à catalogação de elementos naturais.²Reuniam-se, nessas entidades, naturalistas com o objetivo de investigar alternativas de desenvolvimento dos setores agrícola e minerador.

No corpo dessas mudanças se verifica a reorganização de três faculdades tradicionais: Teologia, Leis e Medicina. E criaram-se duas novas, a saber, Filosofia e Matemática, que formavam com a Medicina uma mesma congregação. A ciência natural foi, assim, estabelecida nos quadros acadêmicos de Coimbra com forte componente experimental, pois obrigava todos os estudantes a frequentar as disciplinas de história natural, matemática e química. Até os alunos de Teologia foram forçados a frequentar essas disciplinas.

Observa-se, assim, que a matemática se constituía num subgrupo da Filosofia Natural que se implantara em Coimbra. Os estudantes não possuíam formação em química, cadeira ministrada pelo famoso naturalista Domingos Vandelli, mas, por outro lado, se aprofundavam nos estudos da Cosmografia, conhecimento fundamental no mapeamento dos caminhos por terra ou mar.

Em fins de 1770, Lisboa foi escolhida como local da Academia de Ciências por conta das resistências às reformas pombalinas depois da morte de D. José, que

² CAMARGO, Angélica Ricci. Projeto de alvará de 13 de maio de 1803: uma tentativa ilustrada de reforma das minas do Brasil. MAPA - Memória da administração pública brasileira: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, s/d, p. 4.

impediram a implantação do projeto em Coimbra. A nova casa das ciências naturais acabou instalada, 1779, sob os auspícios de D. Maria.³

No primeiro número do periódico da Academia Real de Ciências (1789), José Correia da Serra, em discurso preliminar, reforçava o papel da instituição no desenvolvimento de Portugal: "[...] O primeiro passo de uma Nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes.[...]"⁴ E prosseguia: "A triste experiência do passado assaz nos mostra a necessidade de estudarmos, porque a substância da Nação, e sua riqueza vimos largo tempo passar aos estranhos em troco de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca indústria se precisava para naturalizá-los. [...]"⁵ Claramente, determinava-se como objetivo da academia expedições exploratórias para dar a conhecer as potencialidades naturais das terras lusitanas além e aquém mar.

Deste excerto se percebe claramente que a Academia nascia profundamente comprometida com o deslinde da crise econômica de Portugal. Como posto por Ronald Raminelli⁶, o sentido da viagem exploratória para o naturalista luso-brasileiro se submetia aos interesses metropolitanos, confundindo-se com a razão de Estado.

Em comum com os demais naturalistas europeus, os inventários dos lusitanos incluíam o recolhimento de espécimes ou a reprodução por meio de desenhos de plantas, animais ou minerais a serem enviados à Coroa. No entanto, os relatórios se destacavam por seu caráter econômico e utilitarista em detrimento dos avanços da ciência. Raminelli⁷ ressalta esse diferencial quando esses relatos são comparados às jornadas de Banks, Bougainville, Cook, Lapérouse, La Condamine e Humboldt, com ênfase mais concentrada nos objetivos da ciência.

³ A instituição criada em 1779 foi inicialmente denominada Academia de Ciências de Lisboa, mas, em 1783, passou a ser Academia Real das Ciências de Lisboa. Cf. CAMARGO, Angélica Ricci. O projeto do alvará de 13 de maio de 1803: uma tentativa ilustrada de reforma das minas do Brasil. Disponível em: linux.an.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/O-projeto-do-alvará-de-13-de-maio-de-1803.pdf. Acesso em 13 jan 2015.

⁴ MEMÓRIAS Econômicas da Academia Real Das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas, Tomo I, Lisboa, Oficina da Academia Real de Ciências, 1789, p. VII.

⁵ MEMÓRIAS, Op. Cit, p. VII.

⁶ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, Niterói, 1998, Dezembro, n. 6, p. 182.

⁷ RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, Niterói, 1998, Dezembro, n. 6, p. 182.

Expedições Científicas: viagens filosóficas e comissões demarcatórias

Vários brasílicos diplomados em Coimbra participaram ativamente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Dos autores que publicaram no periódico *Memórias economicas* da Academia, havia pelo menos 1/3 de artigos de naturais do Brasil.⁸ A academia contou com a participação de diversos desses jovens nos projetos empreendidos para a “reconstrução do império colonial ‘integrado’ através das potencialidades naturais”.⁹ Silva Pontes se encontrava entre os diplomados nascidos no Brasil que aderiram ao projeto científico de redescoberta mundo natural das colônias sob a égide da ciência.

O fomento das atividades dos naturalistas luso-brasileiros coube aos titulares da Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, especialmente, sob a direção de burocratas reformistas como Marinho de Merlo e Castro (1170-1795) e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1801). Junto aos estadistas no incentivo às explorações naturalistas, na outra ponta dessa correia, encontravam-se os mestres estrangeiros que preparavam os manuais e orientações às viagens empreendidas, tais como os italianos Domingos Vandelli, Miguel Antonio Ciera e Miguel Franzini.

Nem só naturalistas se dirigiram às terras brasileiras, alguns estudaram matemática na Universidade de Coimbra – os astrônomos. Nesta situação, viajou nosso personagem – o Silva Pontes.

Para Kantor, a institucionalização dos saberes cartográficos objetivava a promoção das comunicações fluviais e terrestres e a desobstrução dos fluxos mercantis entre o interior e o continente e os portos transatlânticos.¹⁰ O problema, contudo, era a enorme carência de profissionais capazes de realizar o empreendimento, apesar dos esforços das sociedades científicas fundadas sob os governos de D. José e D. Maria.

Pode-se afirmar que as *VIAGENS FILOSÓFICAS* eram um empreendimento de observação botânica e as *COMISSÕES DE DEMARCAÇÃO* objetivavam a aplicação

⁸ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Os viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 36, 2002, p. 122.

⁹ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de D.Rodrigo de Souza Coutinho. In PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação: ideias e praticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 84.

¹⁰ KANTOR, Op. Cit, p. 117.

de princípios científicos de reconhecimento dos territórios do Império português.

A *COMISSÃO DE DEMARCAÇÃO* de 1780 ficou responsável pela enorme tarefa de mapear todo o território da América portuguesa. Dos engenheiros responsáveis pela missão encontrava-se Antonio Pires da Silva.¹¹ Pode-se, inclusive, afirmar que os assuntos de ambas as missões podiam se entrelaçar, ao ponto de gerar até certo desconforto, como o ocorrido com Antonio Pires da Silva Pontes quando foi denunciado pelo colega de expedição, Francisco José de Lacerda e Almeida, ao Secretário de Marinha e Ultramar. Reclamava este último que raríssimos eram os dias em que Silva Pontes não irritava os colegas engenheiros com estudos particulares, recolhendo informações além daquelas para as quais fora designado.¹²

Dos registros de Silva Pontes, pode-se afirmar que a preocupação central era a descrição e o inventário da natureza, inclusive, das pessoas sob a ótica da metrópole que pretendia melhor aproveitar seus domínios por meio do conhecimento científico. Seres vivos e paisagens constam nesses relatos como ricas possibilidades econômicas e científicas. Consoante Janaina Zito Losada, as expedições significavam o trabalho diário de “[...] descrever e interpretar rochas e terras, observar os ciclos da vida, das águas, dos ventos, produzir informações que pudessem dotar a política e facilitar o enriquecimento metropolitano. [...]”.

Nesta comunicação interessa, portanto, destacar o caráter utilitarista das expedições ou viagens científicas lusitanas. Silva Pontes sintetizava muito bem essa dupla característica das ciências entre os portugueses do Setecentos. Como afirma Carla Almeida¹³, o astrônomo deve ser compreendido como caso exemplar do “cosmopolitismo” da elite mineira. Segundo a historiadora, ele era “leal súdito da coroa portuguesa” natural dos trópicos americanos que foi capaz de projetar-se nas amplas redes de hierarquia do Império.

Como relatado até aqui, Silva Pontes engajara-se no movimento de renovação acadêmica de Coimbra desde a escolha do curso de matemática. Apresentara-se

¹¹ PEIXOTO, Op. Cit, p. 78.

¹² OFÍCIO do astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. CT-AHU-ACL-CU-010, CX 25, DOC 1489.

¹³ Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 133.

para contribuir com o plano de melhor conhecimento das riquezas dos domínios lusitanos depois de sua formatura em 1778. Retornou a Lisboa em 1790 munido de diários que renderam novo mapa cartográfico da América portuguesa e memórias sobre a natureza brasílica.

Na memória “Sobre os Homens Selvagens da América Meridional”, Silva Pontes discutia o perfil dos ameríndios. Descrevia-os como ingênuos e inaptos, capazes unicamente de produzir mandioca e aguardente. Denunciava a inépcia dos agentes do governo português em dar desenvolvimento razoável a essas comunidades no Brasil: “Hoje se acham pela rapacidade dos diretores, pela mal-entendida liberalidade dos governadores, pela bruteza artificial em que os criam, mais miseráveis do que o padre Vieira os deixou”.¹⁴ Nosso matemático astrônomo considerava tarefa da metrópole guiar os nativos da América no aprendizado sobre as riquezas que a terra generosamente ofertava: “Os índios são homens capazes de tudo se os educarem, pois que o caráter próprio do homem é nada saber, sem que aprenda, exceto chorar. Não fala, não anda, não come sem ser ensinado.”¹⁵

Tal como conclui Maria Beatriz Nizza da Silva¹⁶, o discurso de Silva Pontes visava racionalizar não apenas o aproveitamento da natureza da América, mas também tirar o melhor proveito dos homens nativos do lugar. O uso racional do homem e da natureza colocavam-se no mesmo plano para os viajantes, em particular para Silva Pontes.

O governador Silva Pontes: da ciência empírica à prática política

Em dois documentos “Memória sobre a Província do Espírito Santo” e “Memória sobre a navegação do Rio doce”, cuja autoria foi atribuída a Silva Pontes, pode-se verificar a síntese entre POLÍTICA E CIÊNCIA dos acadêmicos lusitanos. Esses documentos ficaram esquecidos por muitos anos no Arquivo Militar de Lisboa.

Observamos que Antonio Pires da Silva Pontes, tal como conceituado por Reinhart Koselleck¹⁷, orientava-se por certa expectativa de futuro. No “Memória sobre a

¹⁴ Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura luso-brasileira, 1772-1808. *Arquipélago-História*, 2a série, II, 1997 (193-207), p. 201.

¹⁵ Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura luso-brasileira, 1772-1808. *Arquipélago-História*, 2a série, II, 1997 (193-207), p. 201.

¹⁶ *Ibidem*, *Idem*.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Ediuerj/Contraponto, 1999.

Província do Espírito Santo" encontramos, depois do inventário da natureza local o "Plano de Estabelecimento na Barra do Rio Doce ou do Baixo Rio"¹⁸. No texto, há claro compromisso do autor com o "progresso" por meio da posse de conhecimentos científicos.

Antes de detalhar seu intento, o autor apresenta as questões que embasaram seu "plano". Em primeiro lugar, a capitania contava com formidável bacia hidrográfica, pois possuía em seu território de apenas três mil léguas quadradas nove rios descidos das montanhas, dentre os quais, o mais notável seria o Rio Doce vindo do interior de Minas Gerais e podendo ser navegável. A partir desse quadro de limitações e potencialidades, ofertavam-se dados contábeis sobre o potencial produtivo da capitania. Calculava o autor que a execução de seu plano de colonização das margens do Rio Doce e o incremento da navegação transformaria completamente a "Província Austral".

Sua estratégia consistia em povoar as "59 faixas longitudinais" da capitania que se restringia a apenas uma, em torno da cabeça da Comarca - Victoria. Multiplicar-se-ia, assim, 59 vezes a população, que registrava a memória com 14 a 15 mil pessoas e renda de 200 mil cruzados. A "nova" capitania passaria assim a contar com 885 habitantes e receita de 11,8 milhões de cruzados. A projeção entusiasmada do autor não considerava, como ele próprio lembrava, as minas e as novas culturas a serem introduzidas, como os coqueiros da Bahia, o café, o cacau, o anil entre outras.¹⁹

Outro aspecto a destacar é a especial atenção dada aos índios. Mais uma vez, Silva Pontes os define como tábula rasa. Ele considera que os índios se encontravam em guerra por responsabilidade exclusiva da orientação equivocada das autoridades portuguesas. Haveria, segundo ele, forma razoável de dominá-los:

O nosso estado como o Botecudo deve ser simplesmente defensivo; este Gento tem direito inquestionavel ao terreno em que a Providencia situou; mas logo, que elle atacar algum estabelecimento, deve ser repellido com força; este ataque será sempre momentaneo, para que elle conheça que hé antes castigo da offença recebida do que hum estado de guerra permanente.²⁰

¹⁸ Folha 18, linhas 1, 2 e 3.

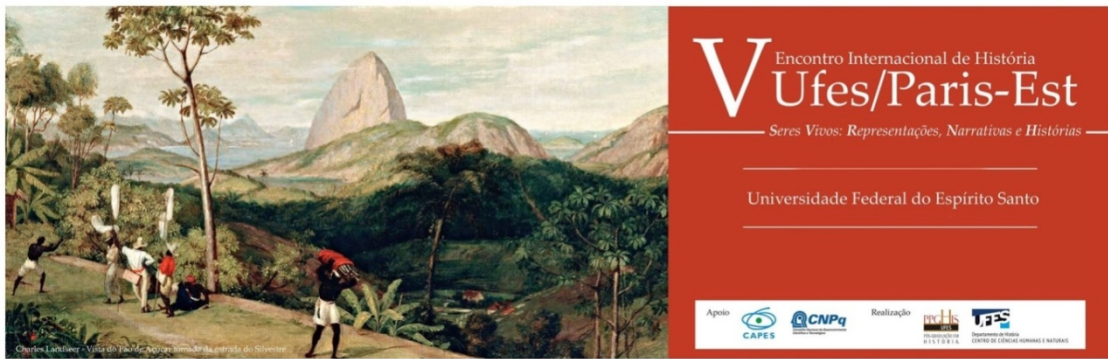
¹⁹ Memórias da Província do Espírito Santo. Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Encadernado (Brasil)", livro nº 2328. f. 8.

²⁰ Memórias da Província do Espírito Santo. Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Encadernado (Brasil)", livro nº 2328. f. 14.

A memória continha assim plano minucioso de desenvolvimento da economia com base em conhecimentos científicos, cujo texto trazia profundo conhecimento geográfico do Brasil.

Considerações finais

Nesta comunicação destacou-se, por meio da trajetória de Antonio Pires da Silva Pontes, o caráter pragmático e utilitarista das missões científicas organizadas em Portugal. Pela discussão empreendida até aqui, metas empíricas e políticas se entrelaçaram no desenvolvimento da ciência em Portugal, assim como suas instituições acadêmicas. A implantação de novas ciências como cadeiras na Universidade Coimbra e a fundação da Academia de Ciências de Lisboa se fizeram por meio da promoção da política, em particular de regentes máximos do Império, como o Marquês de Pombal e D. Maria I. O conhecimento da natureza e dos seres vivos em geral se realizou por meio do mapeamento de todas as potencialidades dos domínios do Império. E o “cosmopolita” Antonio Pires da Silva Pontes seguiu de certo modo os passos de seus antepassados conquistadores nesse cenário ambíguo. Ele alcançou prestígio e poder graças a sua obstinação em cumprir a ética científica lusitana, com seu viés mercantilista e utilitarista.



LE CORPS MALADE DE LA VILLE. LES SOCIALISTES ANGLAIS ET FRANÇAIS ET LA CRISE URBAINE DU PREMIER XIXE SIÈCLE²¹

Frédéric Moret
Université Paris-Est
Laboratoire Analyse Comparée des Pouvoirs (EA 3350), UPEM

Les socialistes n'ont pas, loin de là, le monopole d'un discours critique sur la ville du premier XIX^e siècle : leurs écrits, leurs jugements sont contemporains des descriptions de Villermé ou de Tocqueville, des romans de Dickens ou de Balzac²². La ville, monstre social, qui alimente tous les fantasmes du XIX^e siècle, est souvent plus un décor, un fond de scène que l'objet même du discours. La question est sociale, politique, démographique ; elle n'est finalement que rarement urbaine. La problématique du baron de Gérando est celle de la "bienfaisance", Adolphe Blanqui s'intéresse aux "classes ouvrières", Villermé à "l'État physique et moral des ouvriers" ; de même, les philanthropes londoniens n'envisagent que fort rarement la ville autrement que comme le lieu de la détresse populaire. Les socialistes s'inscrivent donc dans un large débat marqué par la prégnance du discours philanthropique.

La prégnance du discours philanthropique

²¹ FRÉDÉRIC MORET, *Les socialistes et la ville : Grande-Bretagne, France, 1820-1850* / Frederic Moret, Fontenay-aux-Roses, ENS Editions, 1999, 335 p.

²² Andrew Lees : *Cities perceived. Urban Society in European and American Thought, 1820-1940*, Manchester, Manchester University Press, 1985, xi-360 p.

L'âpreté des contrastes sociaux dans le XIXe siècle européen, les conséquences désastreuses de la Révolution Industrielle sur la santé et les conditions de vie des classes ouvrières en formation apparaissent tellement évidentes aux yeux de tous les observateurs sociaux, qu'il semble inutile, pour décrire cet état de crise, de produire un discours particulier. Il suffit de reprendre les tableaux donnés par les premiers enquêteurs sociaux. Ainsi, il est fréquent de voir les journaux socialistes rendre compte des ouvrages à caractère philanthropique, en les utilisant toujours dans leur sens. Les travaux de Parent-Duchâtelet, Villermé, Blanqui, sont commentés dans les journaux fouriéristes, tout comme ceux de Frégier. Charles Bray, disciple de Robert Owen, cite les rapports de médecins, de la Statistical Society, des "commissaires de la loi des Pauvres" pour évoquer la "condition des classes ouvrières"²³.

Parfois, les socialistes réalisent des enquêtes à la manière des philanthropes, utilisant alors souvent les mêmes méthodes. Ainsi, Louis Blanc, lorsqu'il publie l'ouvrage qui lui valut sa popularité dans le peuple parisien, l'*Organisation du travail*²⁴, donne une description de la misère ouvrière urbaine. En particulier, il dresse un tableau du travail à Paris, pour les femmes et pour les hommes, en indiquant le salaire quotidien, les mois de "morte saison" et en prévoyant une colonne pour les observations²⁵. Il s'explique sur ce souci statistique :

"Au reste, pour que les esprits exacts ne nous accusent pas d'avoir chargé les couleurs du tableau, voici quelle est, formulée en chiffres, la condition de la classe ouvrière à Paris"²⁶,

prenant soin de donner en note les noms, professions et adresses de ses informateurs²⁷. Le critique social se fait ici enquêteur²⁸, soucieux de la validité de ses

²³Charles Bray : *The Philosophy of Necessity ; or, the law of consequences ; as applicable to Mental, Moral, and Social Science* ; London, Longman and Co, 1841, xi-663 p.

²⁴Louis Blanc : *Organisation du travail* ; Paris, Prévot et Pagnerre, (1840), 131 p.

²⁵Ibid., pp. 21 à 26.

²⁶Ibid., p. 21.

²⁷"Nous devons ces renseignements, que nous avons mis beaucoup de soin à recueillir et que personne ne sera tenté d'accuser d'exagération, à MM. Robert, teinturier, rue des Gravilliers, 60 ; Rosier, ouvrier en cannes, rue Saint-Avoie, 33 ; Landry, ébéniste, faubourg Saint-Martin, 99 ; Baratre, sellier, rue de Laborde, 17 ; Moreau, commis, rue du Caire, 16". Ibid., p. 23.

²⁸Sur les enquêtes ouvrières, cf. Michelle Perrot : *Enquêtes sur la condition ouvrière en France au XIXe siècle*, Paris, Hachette, 1972, 105 p. ; Gérard Leclerc : *L'observation de l'homme. Une histoire des enquêtes sociales*, Paris, Le Seuil, 365 p., ainsi que Francis Démier : "Le Tableau de Villermé et

sources. De plus, Louis Blanc cite largement les travaux du docteur Ange Guépin²⁹ sur Nantes, en particulier ses descriptions des quartiers pauvres de la ville. *Nantes au XIX^e siècle ; statistique topographique, industrielle et morale*, paru en 1835, est l'exemple même de la "topographie" urbaine, genre qui fleurit au XVIII^e siècle, avec ici un souci social manifeste chez ce médecin brillant, saint-simonien. Très présents dans la mouvance socialiste (même s'ils sont moins souvent cités que les ingénieurs), les médecins mettent en avant l'image d'une ville malade.

La ville malade

La pauvreté, symptôme de la maladie du corps social

La misère est un élément marquant de la crise sociale³⁰ ; la ville en est le lieu, même si parfois l'on évoque aussi la pauvreté rurale. Fourier fait de la misère urbaine l'un des "Indices de l'anarchie industrielle"³¹ ; la pauvreté urbaine est l'un des symptômes de la faillite généralisée de la "Civilisation", terme péjoratif qu'il applique à la société de son temps. Perreymond, disciple de Charles Fourier, se distingue par son souci de produire un discours scientifique sur les phénomènes sociaux et d'établir un "tableau de Paris" le plus fidèle possible. Il note que "la différence entre la population réellement indigente de Paris et celle qui n'est constatée qu'officiellement, est énorme"³² et que "l'on se méprendrait étrangement si l'on croyait que Paris ne renfermait en 1844 que 66 000 personnes dans la précaire et misérable position de l'indigence"³³. Il souligne les différences selon les arrondissements, et le côté pernicieux de la charité publique : les arrondissements qui peuvent le mieux secourir leurs pauvres sont - c'est une évidence - ceux qui en ont le moins :

les enquêtes ouvrières du premier XIX^e siècle", préface à la réédition du *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers*, Paris, EDI, 1989, p. 31-75.

²⁹ Ibid., pp. 29 à 33.

³⁰ Cf. D. Procacci : *Gouverner la misère : la question sociale en France 1789-1848*, Paris, Le Seuil, 1993, 357 p., F. Barret-Ducrocq : *Pauvreté, charité et morale à Londres au XIX^e siècle*, Paris, PUF, 1991, 245 p., Michael E. Rose (ed.) : *The poor and the city : the English poor law in its urban context 1834-1914*, Manchester, Manchester University Press, 1985, xi-175 p. ; J. H. Treble : *Urban poverty in Britain 1830-1914*, London, Methuen, 1979, 216 p.

³¹ Charles Fourier : *Anarchie industrielle et scientifique* ; Paris, librairie phalanstérienne, 1847, 70 p. La citation est celle du chapitre II de ce "brouillon" de la préface du *Nouveau Monde industriel*, on peut y lire p. 18 : "Aux époques de prospérité, on compte habituellement dans Londres 230 000 pauvres, dont 115 000 sont à la charge des paroisses, 115 000 sont mendiants, filous, vagabonds, gens sans aveu, parmi lesquels 30 000 filles publiques".

³² Perreymond : *Paris monarchique et Paris républicain*, op. cit., p.37.

³³ Ibid., p. 39.

"Mais la misère n'engendre que la misère. Les quartiers que l'on a laissé imprudemment envahir par le paupérisme, ne renfermant qu'un petit nombre de personnes charitables, assez riches pour donner aux bureaux de bienfaisance ; on arrive ainsi à cette triste conséquence : que là où il se trouve le plus de pauvres, les moyens de les secourir manquent le plus souvent"³⁴.

La pauvreté n'est pas seulement un état social ; ce n'est pas seulement une catégorie statistique de la population. Ce qui fait la force de l'argument de la pauvreté, c'est qu'elle fonctionne comme preuve : la pauvreté se voit, se rencontre au coin d'une rue. C'est une preuve "tangibile", un signe indiscutable de la crise. L'apparence du pauvre est donc très souvent rappelée : "couvert, souvent même pas couvert, de haillons"³⁵. C'est l'un des "invariants" de la description d'une ville ou d'un quartier ; la pauvreté a une "couleur", une odeur, un bruit. Son développement est assimilé à une épidémie, qui envahit comme par contagion les quartiers qu'elle attaque.

Manger : l'urbain, « un estropié sensitif »

On connaît l'attention particulière que Fourier porte à la nourriture. Outre l'explication "psychologisante" - sa propre gourmandise maintes fois évoquée -, cette préoccupation s'insère dans sa conception des attractions et des harmonies ; le bon, comme le beau relèvent des passions humaines et leur désir doit donc être assouvi. Les fréquentes remarques sur la mauvaise qualité de la nourriture en ville, et en particulier à Paris, s'expliquent probablement par cela. Le développement des sens est l'un des objectifs que poursuit Fourier ; "les enfants civilisés sont des estropiés sensitifs"³⁶, surtout en milieu urbain : le goût est "peut-être plus défectueux chez les villains que chez les campagnards"³⁷. C'est à ce propos, en note, que Fourier critique si violemment la qualité de la nourriture parisienne, y mêlant une attaque contre un parisianisme qu'il méprise ouvertement : les Parisiens sont des "benoîts", qui sont abusés sur la qualité de la marchandise qu'ils consomment. Peut-être est-il possible de relier cette attention au problème alimentaire à la profusion de détails que Fourier

³⁴Ibid.

³⁵Compte-rendu d'une "lecture" de Robert Owen, in **The Crisis**, vol. 2, n° 3, saturday, january 26, 1833, p. 17.

³⁶Charles Fourier : *La fausse Industrie*, op. cit., p. 194.

³⁷Ibid.

mais aussi beaucoup d'autres socialistes donnent à propos des cuisines et des repas en commun qui seront de règle dans la Communauté. Ce n'est pas seulement pour réaliser une "économie d'échelle" qu'est préconisé ce système. Le repas préparé et pris en commun a des fonctions de "sociabilité" et est le garant d'une qualité de l'alimentation que ne connaissent de toute évidence pas les classes populaires urbaines du premier XIX^e siècle³⁸. Cet aspect illustre l'insertion de la réflexion des socialistes dans les préoccupations quotidiennes de leurs lecteurs potentiels : on aurait probablement tort de ne traiter cet aspect de la pensée des socialistes que sur un mode "folklorique" : ces questions ont alors une signification sociale précise pour leurs contemporains.

Se loger

La question du logement³⁹ se pose dans les mêmes termes. L'habitat urbain est dégradé, malsain, indigne d'un être humain. Seule la réalisation socialiste apportera une solution durable à ce drame :

"Et vous, infortunés, qui croupissez, entassés dans des taudis pestilentiels, qui n'êtes couverts que de haillons abjects, vous abriterez bientôt vos têtes sous le toit splendide du palais sociétaire!"⁴⁰ s'écrit le fouriériste Journet. La description des taudis des villes françaises et anglaises, si elle est fréquente dans la "littérature" contemporaine, a des accents particuliers chez certains socialistes, qui font des propositions précises en matière de logement.

On retrouve la révolte du "médecin des pauvres" par rapport à cette misère dans l'étude d'Ange Guépin sur Nantes et ses quartiers pauvres, dans laquelle⁴¹. Son collègue de Belfast, le docteur Henry Mac Cormac, un owéniste, ne tient pas un discours différent lorsqu'il estime que :

³⁸ Cf. Jean-Pierre Navailles : *La famille ouvrière dans l'Angleterre victorienne. Des regards aux mentalités*, Seyssel, Champs Vallon, 1983, 335 p. ou Jean-Paul Aron : *Le Mangeur du XIX^e siècle*, Paris, Denoël-Laffont, 1973, 307 p.

³⁹ Cf sur ce vaste sujet, Roger-Henri Guerrand : *Propriétaires et locataires. Les origines du logement social en France (1850-1914)*, deuxième édition, Paris, Quintette, 1987, 345 p. (malgré les barrières chronologiques du titre, l'auteur s'intéresse au premier XIX^e siècle) ; Jean-Pierre Navailles : *La famille ouvrière*, op. cit. ; John Burnett : *A Social History of Housing 1815-1986*, second edition, Methuen, 1986, xi-387 p.

⁴⁰ J. Journet : *Cri suprême, appel aux honnêtes gens* ; Paris, Charpentier, 1846, p. 19.

⁴¹ Ange Guépin et E. Bonamy : *Nantes au XIX^e siècle. Statistique topographique, industrielle et morale*, Nantes, Sebire, 1835, p. 485-6.

“La décence et la charité de la vie sont continuellement violées. Comment pourraient-elles, en effet, être respectées dans des situations où des êtres humains d’un si bas niveau de condition mentale, morale et physique sont entassés comme du bétail dans une étable. Dans une unique pièce étroite et mal ventilée, on peut fréquemment voir une famille entière, constituée des parents et de leur nombreuse progéniture de différents âges. Ce logement se trouve probablement dans une misérable cour ou ruelle, et l’appartement se situe sûrement au rez de chaussée humide ou dans le renforcement étouffant du dessus. (...) Il ne peut y avoir aucune intimité dans de tels logements ; on peut y trouver des locataires jour et nuit”⁴².

Chez les deux praticiens, on trouve la même volonté de témoigner, de rendre publique la situation calamiteuse dans laquelle vivent les pauvres. Le style est d’ailleurs étrangement similaire : c’est d’une expérience que l’on rend compte, d’un voyage dans un monde largement inconnu. Discours de médecins confrontés quotidiennement à la pauvreté pourrait-on conclure ; ce serait oublier les conséquences que tirent ces deux auteurs, parmi d’autres, pour leur engagement personnel. Lorsque Mac Cormac propose des solutions, c’est explicitement le modèle owéniste qui est retenu.

L’état du logement est l’un des éléments les plus souvent retenus pour rendre compte des degrés de fortune ou de misère des populations urbaines. Mieux que le vêtement ou l’alimentation, il permet d’établir des typologies, une hiérarchie de la pauvreté. C’est ce que souligne Perreymond :

“Avant d’analyser plus profondément les différentes catégories de la population parisienne, voyons où elle habite : le genre d’habitation est d’un grand secours pour calculer l’état de la misère, de confort ou de richesse des populations”⁴³.

C’est par rapport à cet habitat dégradé qu’il faut comprendre la conception qui préside à la vie en commun dans le Phalanstère ou la communauté⁴⁴. Tous les socialistes insistent sur l’espace dont dispose chaque habitant dans le nouveau

⁴²Henry Mac Cormac : *An Appeal in behalf of the poor ; submitted to the consideration of those who take an interest in bettering their condition* ; Belfast, S. Archer, 1831, pp. 13-14.

⁴³Perreymond : *Paris monarchique*., op. cit., p. 31.

⁴⁴Victor Considerant, dans *Destinée sociale*, Paris, librairie phalanstérienne, 1847, deuxième édition, tome I, fonde cette conception sur une définition exigeante du logement, p. 409 : “J’appelle logement de l’homme une habitation saine, commode, propre, élégante et en tous points confortable”.

système, et Owen précise que chacun ou chacune doit bénéficier d'une pièce qui lui soit personnelle afin de ménager son intimité.

L'ouvrage de John Francis Bray *A Voyage from Utopia*⁴⁵, inédit jusqu'en 1957, présente la particularité d'être une "Utopie à l'envers". L'auteur, un proche d'Owen est l'un des très rares penseurs socialistes à être un travailleur manuel, il est ouvrier imprimeur (l'aristocratie ouvrière). Ce "roman" est une réponse aux critiques faites à son ouvrage le plus connu, *Labour's Wrongs and Labour's Remedy (Les maux du travail et leur remède)*⁴⁶, accusé d'être utopiste. *A Voyage from Utopia* est le carnet de voyage - l'on reprend ici tous les topoï de la littérature utopiste - d'un habitant de l'Utopie qui visite l'Europe et l'Amérique des années 1840. Il ne s'agit donc plus d'un habitant de l'Angleterre victorienne qui découvre émerveillé un système idéal, mais d'un Utopien qui découvre horrifié les vices et les défauts de l'Angleterre victorienne, à l'aune de ses prétendues normes utopiennes. Découvrant "Londo", la capitale du pays de "Brydone" où le souverain "Kin-Kin" et ses alliés - les "aristocs" et les "pestos" - exploitent le peuple des "commos", le voyageur est choqué par l'aspect déplorable du logement, par la laideur des maisons devant lesquelles on ne voit ni fleurs ni arbres fruitiers, où l'on n'entend pas le doux chant des oiseaux⁴⁷... Sa description des logements insiste sur les thèmes bien connus de la promiscuité, de l'insalubrité, de la mauvaise qualité des matériaux de construction, de l'habitat dans des caves... Son jugement est sans appel : "les logements des Anglois, comme les nôtres, comprennent plusieurs étages ; mais beaucoup de ces bâtiments sont bien pires que ceux dans lesquels nous gardons nos animaux domestiques"⁴⁸.

Insalubrité et épidémies

Le corollaire de ces mauvaises conditions d'existence, c'est la déplorable santé des habitants des quartiers pauvres⁴⁹. Ange Guépin décrit ainsi les enfants de Nantes :

⁴⁵John Francis Bray : *A voyage from Utopia*, edited with an introduction by M.F. Lloyd-Prichard ; London, Lawrence and Wishart, 1957, 192 p. Le manuscrit de cet ouvrage se trouve à la British Library of Political and Economic Sciences à Londres (L. S. E.). Cf. à ce propos, F. Moret : "Utopie aller et retour : le *Voyage from Utopia* de John Francis Bray, in *Idées de ville, villes idéales*, Cahier de Fontenay n° 69-70, mars 1993, p. 141 à 152.

⁴⁶John Francis Bray : *Labour's Wrongs and Labour's Remedy, or the Age of Might and the Age of Right* ; Leeds, David Green, 1839, 216 p.

⁴⁷J. F. Bray : *A voyage from Utopia*, op. cit., p. 41.

⁴⁸Ibid., p. 43.

⁴⁹Cf. *Urban Disease and Mortality in Nineteenth-Century England*, edited by Robert Woods and John Woodward, London, Batsford Academic and Educational, 1984, 255 p. ; voir également la solide

“pâles, bouffis, étiolés, les yeux rouges et chassieux, rongés par des ophtalmies scrofuleuses, ils font peine à voir ; on les dirait d’une autre nature que les enfants des riches”⁵⁰. Perreymond consacre de longs développements à l’hôpital.

Les conséquences ravageuses de l’épidémie de choléra de 1832, notamment à Paris, sont propices à ce type de discours⁵¹. **Le Phalanstère** du 12 juillet 1832 publie ainsi un article du docteur Baudet-Dulary, député de Seine et Oise, l’un des premiers soutiens de Fourier et l’initiateur de l’expérience avortée de communauté de Condé sur Vesgre. Témoin direct de l’épidémie, à Paris et dans sa ville d’Étampes, Baudet-Dulary tire les enseignements de ce qu’il a vécu. Cette épidémie est un symptôme du mal social, en particulier de la structure de classe - il n’emploie pas le terme - de la société⁵². L’expérience du choléra constitue pour Baudet-Dulary la démonstration non pas de la pauvreté qui règne à Paris, mais de la solidarité que l’épidémie impose à toutes les classes sociales. Il n’insiste pas sur le caractère de classe de la maladie, dont on sait qu’elle toucha d’abord les plus faibles et les plus pauvres, mais sur la menace que fait peser sur les populations riches le dénuement qu’elles imposent aux pauvres. Aussi, même s’il évoque la situation des pauvres touchés par l’épidémie, il s’adresse principalement aux bourgeois. L’épidémie a prouvé ce qui était connu, à savoir la détresse des plus pauvres ; elle a aussi montré que les plus riches, dans cette civilisation urbaine, dans ce cadre urbain inadapté qu’est le Paris pré-haussmannien ne sont pas à l’abri. C’est ce qui légitime son appel aux classes aisées, afin qu’elles concourent à la réalisation du système fouriériste. “C’est parce que j’y vois un remède que j’ai voulu exposer devant vous quelques misères de la civilisation”⁵³. Le message est clair : l’aumône est inutile, elle ne fait que créer des improductifs ; la solution, c’est le Phalanstère. Victor Considerant, dans *Destinée sociale*, cite largement cet article et conclut :

Histoire de la démographie française, sous la direction de Jacques Dupâquier, tome 3 : de 1789 à 1914, Paris, PUF, 1988, 554 p.

⁵⁰Ange Guépin : *Nantes au XIXème siècle*, op. cit., p. 487.

⁵¹Parmi l’importante bibliographie sur ce sujet, on peut citer François Delaporte : *Le savoir de la maladie. Essai sur le choléra de 1832 à Paris* ; Paris, PUF, 1990, 195 p., notamment son analyse des réactions de Michel Chevalier, alors fidèle de la “religion saint-simonienne”.

⁵²Baudet-Dulary : “Choléra”, **La Réforme industrielle ou le Phalanstère**, tome I, n° 7, 12 juillet 1832, p. 59.

⁵³Ibid., p. 60.

“Voilà le choléra, voilà la solidarité du mal dans Paris, voilà Paris sous son atmosphère de peste, Paris sous son manteau de mort”⁵⁴.

Poids de l'aérisme

Le biais par lequel se propage la maladie, le responsable de la contagion, c'est l'air putride, rendu responsable de toutes les maladies :

“les miasmes exhalés des habitations du pauvre se répandent sur la ville, et vous les respirez incessamment mêlés à ceux des ruisseaux et des cloaques de toutes sortes”⁵⁵.

L'aérisme, dont les origines sont antérieures à la croissance industrielle et urbaine⁵⁶, est de toute évidence très influent dans les milieux socialistes. L'Utopien de John Francis Bray déplore l'absence de ces “vents purs et parfumés” qui rafraîchissent les habitants d'Utopia⁵⁷. Dans l'*Almanach phalanstérien pour 1845*, Charles Pellarin consacre une grande partie de son article sur “l'hygiène ou art de la santé” au problème de la respiration. Il s'agit avant tout d'une attention à la quantité d'air nécessaire aux fonctions vitales, et à la condamnation qui en découle de l'entassement urbain. Mais la plupart du temps, ce qui préoccupe les auteurs, c'est la circulation de cet air, garant d'un renouvellement et d'une évacuation des miasmes porteurs de maladies. Cet “air méphitique”, dont s'indigne Journet⁵⁸, est décelé aussi dans le quartier de Whitechapel, dans Baker's Arms alley, et les “courts” qui y débouchent “dans lesquelles il est rarement possible à l'air de pénétrer”⁵⁹.

Cette dégradation de la qualité de l'air en milieu urbain est utilisée par Victor Considerant comme argument contre ceux qui estiment que la misère, les maladies,

⁵⁴Victor Considerant : *Destinée sociale*, op. cit., p. 404.

⁵⁵Baudet-Dulay : “Choléra”, op. cit., p. 59.

⁵⁶Cf. Jean-Claude Perrot : *Genèse d'une ville moderne. Caen au XVIIIe siècle*, Lille, atelier de reproduction des thèses, 1974, 2 tomes ; sur un exemple précis de topographie médicale, Brigitte Marin : “La topographie médicale de Naples de Filippo Baldini, médecin hygiéniste au service de la couronne”, *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Italie et Méditerranée*, tome 101, 1989, n° 2, p. 695-732.

⁵⁷J.F. Bray : *A voyage from Utopia*, op. cit., p. 41.

⁵⁸J. Journet : *Cri suprême*, op. cit., p. 43-44 : “Enfants du peuple, qui racontera votre souffrance? - Celui qui n'a pu la comprendre qu'en la partageant. -Vous naissez : un taudis délabré reçoit vos corps débiles, un air méphitique emplit vos faibles poitrines”.

⁵⁹Dr Southwood Smith : “A Contrast” ; *The New Moral World*, op. cit., p. 511 : “into which it is scarcely possible for air to penetrate”.

les inégalités sont inhérentes à l'état social, qu'il s'agit d'une "Nécessité"⁶⁰. L'idée dominante reste que la nature offre à l'homme toutes les possibilités d'épanouissement ; la nouvelle science qu'appelle de ses vœux Fourier, la science sociale, est le moyen, pour l'homme, de vivre en harmonie avec et dans le système naturel. Dans cette perspective, la ville d'où l'air est absent, constitue une aberration par rapport à l'ordre naturel, et incidemment une preuve - si l'on en manquait - de l'absurdité de la Civilisation. C'est dans cette perspective que s'inscrit la péroraison fameuse de Considerant sur Paris :

"Est-ce Dieu qui a fait Paris, - ou les hommes?..."

Regardez. Répondez. Voilà Paris :

Toutes ces fenêtres, toutes ces portes, toutes ces ouvertures, sont autant de bouches qui demandent à respirer : - et au dessus de tout cela vous pouvez voir, quand le vent ne joue pas, une atmosphère de plomb, lourde, grise et bleuâtre, composée de toutes les exhalaisons immondes de la grande sentine. - Cette atmosphère-là, c'est la couronne que porte au front la grande capitale ; - c'est dans cette atmosphère que Paris respire ; c'est là-dessous qu'il étouffe... - Paris, c'est un immense atelier de putréfaction, où la misère, la peste et les maladies travaillent de concert, où ne pénètrent guère l'air ni le soleil. Paris, c'est un mauvais lieu où les plantes s'étiolent, et périssent, où, sur sept petits enfants, il en meurt quatre dans l'année"⁶¹.

Ce discours est très axé sur les problèmes médicaux, sanitaires ; et il n'est pas très original, ni très neuf⁶².

Tous ces facteurs n'ont pas seulement une importance sanitaire ; ils influent également sur le caractère, sur la mentalité des habitants. Flora Tristan l'illustre à merveille dans le chapitre qu'elle consacre au climat de Londres :

⁶⁰Victor Considerant : *Destinée sociale*, op. cit., pp. 398-399.

⁶¹Ibid., pp. 400-401.

⁶²Cf par exemple J.C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne. Caen au XVIIIème siècle*, op. cit., t. II, p. 890, qui explique que changer l'air, ce "n'est pas aider la guérison, c'est véritablement guérir", cité par Alain Corbin, *Le miasme et la jonquille* ; Paris, Aubier-Montaigne, 1982 ; édition de poche, Champs Flammarion, 1986, p. 298.

“que de différences morales s’expliquent par la diversité des climats!(...) A Londres, on respire la tristesse”⁶³.

Le thème de la circulation de l’air, de l’eau dans la communauté ou dans le Phalanstère s’inscrit dans cette démarche. Pour rendre l’homme meilleur, il faut non seulement un ordre social meilleur mais aussi un cadre de vie adapté : en creux, ce sont les défauts urbains, les carences de la ville du premier XIX^e siècle que l’on dessine. Un endroit calme, en pleine nature, situé sur une petite colline bien aérée, à proximité - mais pas immédiate - d’un cours d’eau, tel est le cadre généralement retenu pour construire ces bâtiments eux-mêmes conçus pour permettre la circulation de l’air, de l’eau et des hommes⁶⁴.

Divisions sociales

Contrastes et ségrégations

La ville, et plus encore la grande métropole, est l’endroit où se côtoient les extrêmes, où le pouvoir le plus haut croise la détresse la plus immense. C’est ce que constate l’Utopien de John Francis Bray à Londres également, ou les héros de *Hampden in the Nineteenth Century* lorsqu’ils visitent Rouen:

"Lorsque nous passions dans les rues de cette cité ce matin, n’avez-vous pas remarqué la même abondance de tout ce qui est nécessaire à l’existence, et les mêmes exemples d’abjecte pauvreté qu’en Angleterre? les mêmes disputes, cours de justice et prisons? Voyagez où vous voulez dans n’importe quelle partie du globe, vous découvrirez que le premier usage qui est fait de la connaissance, qu’on appelle justement pouvoir, est d’agrandir l’individuel au détriment de la communauté"⁶⁵.

Ces contrastes sociaux sont une des caractéristiques du vieux monde civilisé, qui doit être subverti par une organisation sociale rationnelle.

⁶³Ibid., p. 8-11.

⁶⁴Notre propos n’est pas de décrire, après bien d’autres, l’ordonnement de ces communautés ; nous nous efforcerons, ultérieurement, d’en dégager les caractères urbains, ou de montrer en quoi ils apparaissent comme des réponses à des problèmes urbains.

⁶⁵John Minter Morgan: *Hampden in the Nineteenth Century*, London, Edward Moxon, 1834, vol. 2, p. 59.

Victor Considerant met fréquemment en avant la notion de "nouvelle féodalité" qu'il applique à la Civilisation et en particulier au monde urbain ; les contrastes sociaux y apparaissent au grand jour suscitant convoitises et amertumes :

"Nos masses, dénuées et pauvres, plongées dans les flots du grand luxe des capitales, contemplant à chaque pas dans les offices des changeurs les billets de banque et l'or à pleines sébiles ; voyant dans les nombreux magasins les vêtements les plus confortables, les plus riches étoffes, les comestibles les plus substantiels ; éclaboussés par les brillants équipages ; excités par les bruits et les chants qui sortent des théâtres ; agacés par l'aspect de toutes les jouissances qui leur sont interdites, n'offrent-elles pas une immense réalisation humaine du supplice de ce Tantale, tourmenté par une faim et une soif éternelles au milieu des fruits et des eaux trompeuses qui fuient sans cesse ses lèvres desséchées"⁶⁶.

Symbole de cette nouvelle féodalité, la ville est ici avant tout un lieu de distribution plutôt que de production ; elle concentre en son sein toutes les tentations et toutes les convoitises. Elle constitue par son existence même une menace révolutionnaire, compte tenu du déséquilibre qu'elle représente entre les produits offerts et les populations qui ne peuvent y accéder, entre ceux qui en jouissent et ceux qui en souffrent. La ville accueille "l'accouplement du luxe et de la misère":

"La Civilisation a de rares palais, et des myriades de taudis, comme elle a des haillons pour les masses, et des habits d'or et de soie pour ses favoris peu nombreux. A côté de la livrée brodée d'un agioteur, elle étale la bure de ses prolétaires et les plaies de ses pauvres. Si elle élève et entretient à grands frais un somptueux opéra où de ravissantes harmonies caressent les oreilles de ses oisifs, elle fait entendre, au milieu des rues et des places publiques, les chants de misère de ses aveugles, les lamentables plaintes de ses mendiants. Puis, ici et là, elle ne sait créer qu'égoïsme et immoralité, car la misère et l'opulence ont toutes deux leur immoralité et leur égoïsme"⁶⁷.

⁶⁶Victor Considerant: *Principes du socialisme. Manifeste de la démocratie au XIXe siècle*, Paris, librairie phalanstérienne, 1847, p. 16.

⁶⁷Victor Considerant: *Destinée sociale*, Paris, librairie phalanstérienne, 1848, deuxième édition, tome I, p. 408-409.

Flora Tristan fait partie de ces rares "promeneurs" qui franchissent les frontières invisibles et pourtant bien réelles qui séparent spatialement les classes sociales dans le Londres de la première moitié du XIX^e siècle.

"Londres a trois divisions bien distinctes: la *cité*, le *west end* et les *faubourgs*"⁶⁸.

La cité est le quartier des commerçants⁶⁹, le West End abrite

"la cour, la haute aristocratie, le commerce élégant, les artistes, la noblesse de province et les étrangers de tous pays ; - cette partie de la ville est superbe"⁷⁰.

Enfin, l'East End, de par son absence de structure, son gigantisme et son délabrement s'apparente plus pour Flora Tristan à des faubourgs qu'à un quartier (ou plusieurs) de la métropole. Tout se passe comme si la ville constituée ne comprenait que le vieux quartier historique et le West End ; les espaces de rejet, les faubourgs, se rattachant moins nettement à l'espace urbain, même s'ils en font partie. La Française qui découvre cette "ville monstre" ressent très fortement la façon dont les différences sociales se marquent spatialement:

"Le contraste que présentent les trois divisions de cette ville est celui que la civilisation offre dans toutes les grandes capitales ; mais il est plus heurté à Londres que nulle autre part. - On passe, de cette active population de la cité qui a pour unique mobile le désir du gain, à cette aristocratie hautaine, méprisante, qui vient à Londres, chaque année, pour échapper à son ennui et faire étalage d'un luxe effréné, ou pour jouir du sentiment de sa grandeur par le spectacle de la misère du peuple!... - Enfin, dans les faubourgs, c'est cette masse d'ouvriers si maigres, si p les et dont les enfants ont des mines si piteuses ; - puis des essaims de prostituées à la démarche  hont e, aux regards lubriques, - et ces brigades d'hommes voleurs de profession ; - ces troupes d'enfants (..)"⁷¹.

⁶⁸Flora Tristan: *Promenades dans Londres*, 2^e édition, Paris, H. L. Delloye ; Londres, W. Jeff, 1840, p. 5.

⁶⁹Ibid., p. 6: "de braves marchands qui se méprennent rarement sur les intérêts de leur commerce et que rien n'affecte, excepté ces mêmes intérêts".

⁷⁰Ibid.

⁷¹Ibid. p. 7.

Le discours hygiéniste des socialistes, qui pensent le mal urbain en terme de masses d'airs, d'eau, de flux, aboutit à faire de la densité un des aspects fondamentaux de la ségrégation. Pour Owen, plus on est riche, plus on dispose d'espace, d'air, d'eau:

"Dans ces cités, généralement, les plus riches occupent les grandes places, la frange supérieure de la classe moyenne occupent les rues les plus larges ou les plus ouvertes, et la grande masse de la population les rues adjacentes, les ruelles, les cours et les allées"⁷².

La ségrégation ne s'opère pas alors entre des quartiers différents, mais, à l'intérieur d'une même zone entre des espaces valorisés - les rues principales - et des espaces de rejet - les rues secondaires, les ruelles⁷³.

Cette proximité géographique, malgré l'ignorance dans laquelle chacun de ces deux mondes est de l'autre, facilite l'établissement d'une relation de cause à effet entre les deux modes de vie, et donc l'expression de la critique sociale. Opposer terme à terme les quelques belles rues habitées par les riches et le grand nombre de rues étroites, boueuses, mal aérées, malsaines, sans trottoirs constitue comme une mise en cause de la responsabilité des habitants des premières dans la situation sordide des occupants des secondes. William Thompson exprime cette idée de façon très crue, estimant que

"les villes et particulièrement les grandes cités sont pour la race humaine des tombes avant l'heure. Les quelques rues ouvertes que certaines exhibent pour le confort du riche, partout très minoritaires, ne sont que la façade prétentieuse des sépulcres vivants formés par les ruelles et les locaux confinés à l'arrière, où l'air ne vient jamais"⁷⁴.

La solution communautaire passe donc pour les owénistes, par une limitation du nombre des membres, afin d'éviter la construction de rues, et l'apparition de ces

⁷²Robert Owen: *Lectures on the rational system of society*, London, Home Colonization Society, 1841, p. 128.

⁷³Cette hiérarchisation renvoie, de façon non explicite ici, à l'importance de la circulation dans la ville, à la valorisation des grands axes par rapport aux "culs-de-sac", cf. par exemple à propos de l'implantation commerciale, Roger Scola, "Retailing in the Nineteenth-Century Town: some problems and possibilities", in *The Structure of Nineteenth Century Cities*, edited by James H. Johnson and Colin G. Pooley, London, Croom Helm, 1982, p. 153 à 169.

⁷⁴ William Thompson: *Practical directions for the speedy and economical establishment of communities*, London, Strange, 1830, p. 60.

phénomènes. Mais cela est également tout à fait cohérent avec l'établissement prévu d'une égalité totale entre les membres. Ainsi, les deux faces de la ségrégation, spatiale et sociale, trouveraient une solution. Plus de riches, plus de pauvres: tous égaux. Plus de rues principales, plus de ruelles secondaires: un seul bâtiment communautaire.

Par delà ses défauts particuliers, la ville est perçue comme signe de l'incohérence qui sévit dans la société européenne du premier XIX^e siècle. Le désordre qui y règne est à l'aune de la désorganisation qui affecte l'ensemble de la "Civilisation".

La ville comme chaos

“Ce que j’avais vu à bord du navire ne m’avait pas laissé beaucoup d’espérances quant à la civilisation des Anglois, néanmoins j’étais tout à fait mal préparé au spectacle et aux bruits qui marquèrent mon arrivée dans leur pays, à Londo, la capitale ou ville principale. Il semblait que tout le fracas et la confusion du monde s’étaient concentrés dans les limites de cette seule cité”⁷⁵.

Toute la confusion du monde

L’Utopien de John Francis Bray, lorsqu’il entre dans la ville, ne peut la lire. Siège de la laideur, de la foule, de la misère, elle ne lui apparaît pas comme un organisme construit, réglé, mais comme un amas hétéroclite d’habitations mal accordées les unes aux autres. Il n’y a pas de principe régulateur, pas d’ordre qui ait présidé à son élaboration. Elle est née du hasard, et dans cette civilisation imparfaite, le hasard n’a pu enfanter que le désordre. La conception de Bray est d’autant plus intéressante qu’elle est ici appliquée à Londres, ville qui n’est pas directement industrielle, où - comme à Paris à la même époque - prédominent les activités artisanales et commerciales. La ville perçue comme chaos n’émerge pas forcément comme un signe de la Révolution Industrielle, elle rend compte de la confusion qui règne dans le monde civilisé. L’utilisation - classique - de l’ordre (ou du désordre) urbain comme métaphore de l’organisation industrielle trouve ici ses limites. De ce point de vue, l’analyse de Françoise Choay, selon laquelle “la société industrielle est urbaine. La

⁷⁵John Francis Bray : *A Voyage from Utopia*, edited with an introduction by M. F. Lloyd-Prichard, London, Lawrence and Wishart, 1957, p. 40.

ville est son horizon”⁷⁶, la conduit à évoquer la “confusion” dont seraient victimes les socialistes, jusqu’à Marx : “Ils refusent de considérer ces tares comme l’envers d’un ordre nouveau, d’une nouvelle organisation de l’espace urbain, promue par la révolution industrielle et le développement de l’économie capitaliste. Ils ne songent pas que la disparition d’un ordre urbain déterminé implique l’émergence d’un ordre autre. Et c’est ainsi qu’est avancé, avec une étrange inconséquence, le concept de désordre”⁷⁷. Il nous semble qu’il s’agit ici peut-être d’un anachronisme : les socialistes que nous étudions ont bien plus le sentiment de se trouver à la fin d’une période historique - la civilisation pour Fourier - qu’au début d’une nouvelle. Le dérèglement urbain du premier dix-neuvième siècle ne constitue pas pour eux le signe d’une crise d’adaptation à un nouvel ordre économique et social, mais le symptôme de la fin prochaine d’une Civilisation vouée à disparaître, d’où la récurrence du thème du désordre.

La Phalange du 10 août 1836 publie un article non signé (la table des matières nous apprend qu’il est dû à Considerant et à E. B.

- Émile Bourdon?) sur “Bicêtre”. “Placé près de Paris comme un égout, pour en recevoir les immondices”⁷⁸, Bicêtre est à la fois un asile d’aliénés, de vieillards et une prison. C’est l’occasion pour les auteurs de dénoncer la Civilisation :

“Oh! comme la décrépitude, la folie et le crime sont harmonieusement mariés dans ce Bicêtre! et comme ce trio forme bien accord avec le centre de la Civilisation auprès duquel il est placé”⁷⁹.

Ils suggèrent ironiquement d’adjoindre à ces misères leurs homologues féminines, de concentrer à Bicêtre les hôpitaux, les prisons de la grande ville...

“Que toute douleur, que toute misère, que toute infamie sociale et toute fange y ait sa place et son rang... et alors, ô Bicêtre! tu seras une ville, une grande ville, une capitale! et quand tu ouvriras tes grandes portes à l’Europe curieuse, fille de la

⁷⁶Françoise Choay, dans *L’urbanisme, utopies et réalités*, Paris, Le Seuil, 1965, p. 7. Cette affirmation nous semble très discutable, notamment pour le premier dix-neuvième siècle.

⁷⁷ Ibid., p. 14.

⁷⁸“Bicêtre”, **La Phalange, journal de la science sociale**, tome I, 2^{ème} série, n°4, 10 août 1836, p. 111.

⁷⁹Ibid., p. 113.

Civilisation, tu feras frissonner jusqu'à la moelle des os, tu déshonoreras ta mère et tu la tueras...⁸⁰

Mieux, ils imaginent une allégorie d'un Paris social, au centre duquel serait placé Bicêtre ; autour l'appareil répressif, puis les instances du pouvoir, et la société toute entière pervertie... Il ne s'agit pas ici d'un projet de ville idéale mais d'une représentation de la société comme une ville, de la mise en lumière des principes qui en forment l'armature et le fondement. La critique socialiste, en l'occurrence le message de Fourier constitue une mise en ordre des vraies valeurs qui régissent la Civilisation :

“Moralistes, philosophes, législateurs, flatteurs de la Civilisation! voici le plan de votre Paris mis en ordre, voici le plan perfectionné où toutes choses semblables sont réunies :

Au centre et dans une première enceinte : Hôpitaux de toutes maladies, hospices de toutes misères, maisons de fous, prisons, bagnes d'hommes, de femmes et d'enfants ;

Autour de la première enceinte : casernes et tribunaux, hôtel de police, demeure des argousins, emplacement des échafauds, habitation du bourreau et de ses aides ;

Aux quatre coins : Chambre des députés, Chambre des pairs, Institut, et palais du Roi.

En dehors : ce qui alimente l'enceinte centrale, le commerce, ses fourberies et ses banqueroutes ; l'industrie et ses luttes furieuses ; la presse, ses sophismes, ses calomnies et ses haines ; les hypocrisies morales et religieuses ; les maisons de jeu, autorisées ou secrètes ; la prostitution, ses exploitations publiques et ses expositions brevetées ; le peuple mourant de faim ou se vautrant dans la débauche, toujours prêt à la voix du Génie des révolutions ; les riches sans coeur, matérialisés ici, et là impuissants dans les jouissances vaines où ils rencontrent le suicide ; enfin la guerre acharnée de tous contre tous pour l'or et pour l'argent...

⁸⁰Ibid., p. 113-114.

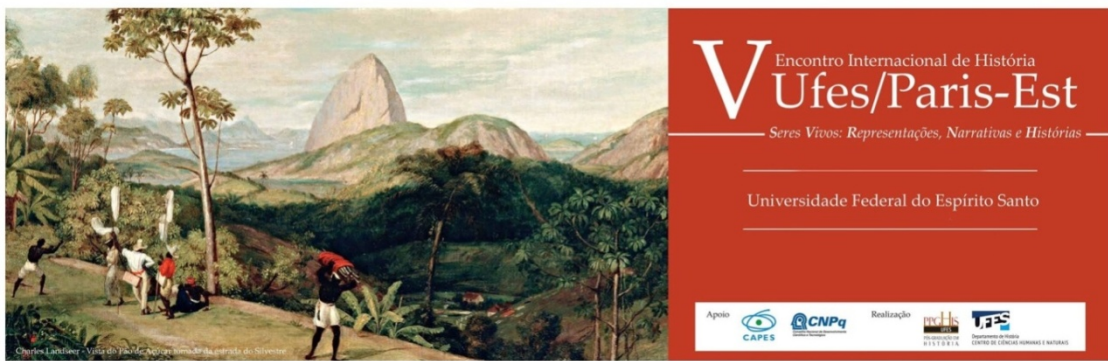
En dehors, le surplus... nos vertus! - O Dante, Dante, toi qui a vu l'enfer, qu'as-tu donc vu de mieux dans les neufs cercles de ton enfer!

Et maintenant que voilà votre grande ville mise en ordre, philosophes qui conduisez les peuples, et telle que vous l'avez faite! écrivez sur ses murs, comme vous écrivez sur les pages de notre histoire, votre superbe devise qui vous procure un sommeil doux et tranquille : "C'est ici la ville des expiations, où règnent ordre et liberté, union et concert, progrès et perfectionnement, paix et bonheur"⁸¹.

Le chaos qui définit la ville du premier dix-neuvième siècle, sous la plume des socialistes est ainsi à la mesure de la fausseté qui préside à l'organisation sociale. Cette ville inversée, qui place en son centre ce qui est d'ordinaire périphérique, manifeste la conviction des fouriéristes d'appartenir à une société totalement gangrenée. Le crime, la folie, la maladie même ne sont pas des exceptions, des agressions contre lesquelles la société doit se défendre, mais l'essence même de la réalité sociale. Cette allégorie implique qu'il est impossible, si l'on suit les auteurs à ce moment de leur réflexion, d'envisager une réforme, une rationalisation de la société, puisque la mettre en ordre aboutit à ce tableau apocalyptique. C'est bien ici d'un tout autre système social dont on se fait l'avocat. Le mouvement owéniste consacra l'essentiel de son énergie – son fondateur y laissa sa fortune – à de multiples tentatives de réalisations communautaires, situées à la campagne. L'échec systématique de ces expérimentations coûteuses est à l'origine de la disparition, au tournant du milieu du XIXe siècle d'un mouvement socialiste qui eut pourtant une large audience militante mais ne survécut pas au décès de son fondateur. Le mouvement fouriériste, privé précocement de son inspirateur, n'eut jamais les moyens de mettre en œuvre la réalisation du modèle phalanstérien. Plus réceptifs que leur maître aux conceptions culturelles de la ville, à sa dimension historique, les fouriéristes questionnent la signification politique du fait urbain, à un moment de leur évolution qui les rend sensibles à ces deux questions. Cette ouverture facilite l'ancrage du mouvement fouriériste en milieu urbain, et lui épargne les contradictions que rencontrent les owénistes, coincés entre un dynamique militantisme urbain, à forte composante populaire et ouvrière, et un discours anti-urbain figé, voire

⁸¹Ibid., p. 114-115.

dépassé. Sous l'impulsion notamment de Victor Considerant, il évolua en se rapprochant de la gauche républicaine et participa pleinement au moment 1848.



LAMARCK E A IMAGINAÇÃO CIENTÍFICA

Gisèle Séginger
Université Paris-Est (UPEM) LISAA EA 4120

Em nossas pesquisas, na universidade Marne-la-Vallée e na fundação “Maison des sciences de l’homme”, trabalhamos há alguns anos sobre os saberes biológicos na literatura do século XIX, o da invenção da biologia, uma ciência dos seres vivos imaginados por Lamarck desde 1800, que permite repensar a natureza, a oposição entre o orgânico e o inorgânico, dando o passo inicial sobre a divisão em três reinos. Os novos saberes acerca dos seres vivos circulam entre as disciplinas, e a literatura o apreende. Nosso objetivo é estudar o que produzem os saberes tomados emprestados ou desviados sobre o plano estético, epistemológico e ideológico, sendo os saberes biológicos utilizados, por vezes, para pensar o histórico e o político, ou para questionar a visão religiosa do mundo. Esse programa nos levou a ler os cientistas que tiveram mais sucesso diante dos escritores e contribuíram particularmente com a luta dos paradigmas entre o fixismo e o transformismo ou o evolucionismo. É desse modo que começamos finalmente a refletir sobre a própria escrita científica, num período e a partir duma ciência em que textos são frequentemente muito narrativos, metafóricos e num período em que os cientistas se preocupam com a escrita. Significa então que questionamos a oposição entre textos literários e textos científicos, pelo menos nos tempos que precederam o século XX. Eu queria primeiramente lembrar brevemente o contexto contemporâneo do debate sobre a oposição entre ciência e cultura, conhecimento e imaginação, o questionamento duma partilha pelos cientistas por vezes, o que conforta o nosso empreendimento. Num segundo momento, mostrarei na obra a imaginação no texto

mais célebre do inventor da biologia: *Filosofia zoológica*, quando se trata de inventar uma lógica geral do ser vivo e de compreender o funcionamento interno e invisível dos organismos. Lamarck apresenta também um interesse maior porque ele pensa a imaginação como uma das funções do organismo dentro, portanto, do seu campo de estudo. A *Filosofia zoológica* reflete então sobre o funcionamento da imaginação mostrando o seu papel na invenção científica. Abordarei em último lugar o estatuto quase metatextual do capítulo sobre a imaginação, integrado na *Filosofia zoológica*

Com a crescente especialização, com o aumento da tecnicidade das pesquisas, uma fronteira isolou progressivamente a ciência numa especificidade por vezes altamente reivindicada no século XX pelos cientistas ou os epistemólogos como Bachelard. Num célebre livro – *A formação do espírito científico* (1938) – Gaston Bachelard considera que a imaginação é um “*obstáculo epistemológico*” ao progresso científico. Ele estima que a ciência moderna se apoie sobre um esforço de abstração sempre crescente. O espírito científico requer um ascetismo: seria indispensável – segundo Bachelard – erradicar as representações que atraem imagens, estando a ciência ao lado duma racionalidade abstrata. Ele quer praticar uma “*psicanálise do conhecimento*”, temática para perceber as “*seduções que distorcem as induções*”, as “*luzes parasitas que perturbam as clarezas legítimas que a mente deve acumular num esforço discursivo*[1]”. Os “apegos” temáticos são “obstáculos” a serem superados, pois se interpõem entre a mente e as coisas.

Mas a cisão entre o que chamaram de « duas culturas » suscita uma controvérsia estimulante desde o fim dos anos 1950. Em 1959, num artigo que permaneceu celeberrimo, o físico químico Charles Percy Snow (romancista, por outro lado) questionou a separação das “duas culturas”: ele estimou que essa fronteira constituiu um obstáculo para a solução dos grandes problemas do mundo. A partir dos anos 1970, várias publicações se esforçam em estudar de maneira global as produções do pensamento, contribuindo, assim, para legitimar trabalhos transversais que transgridem a fronteira entre ciência e cultura. Assim, Alexandre Koyré defendeu a ideia duma “*unidade do pensamento, particularmente nas suas mais altas formas*” (sejam elas científicas ou culturais[2]). Os trabalhos de Foucault sobre as determinações discursivas, as profundas limitações epistemológicas que agem identicamente nas diversas disciplinas duma mesma época, contribuíram também para uma visão mais global que contradiz a confrontação entre a ciência e a cultura,

ou ciência e literatura. A hierarquia e a separação das duas culturas são, aliás, relativamente recentes e, portanto, elas confundem menos os nossos colegas seiscentistas, por exemplo. Não é de se admirar que seja um especialista da literatura dos séculos XVI-XVII que tenha sido um dos que recusaram mais claramente essa divisão: Fernand Hallyn, literário como nós, mas que ousou publicar obras sobre a retórica e o imaginário das ciências: *A estrutura poética do mundo* (1987) e *As estruturas retóricas da ciência* (1990).

Significa então que, apesar duma institucionalização cada vez mais forte da divisão entre ciência e literatura, numerosas vozes se levantaram no século XX para desmentir Bachelard e defender o papel da imaginação na invenção científica. Os próprios cientistas se interessaram pelo imaginário e ao seu papel na história da sua disciplina. Gerard Holton (um físico) publicou em 1973 *A imaginação científica* e Arthur Miller, um filósofo das ciências, publicou em 1996 *Instituições do gênio: imagens e criatividade na ciência e nas artes*. Esses dois mostram a influência de elementos anteriores e exteriores sobre os trabalhos científicos. Em Miller, esses elementos anteriores e exteriores são de ordem cultural – concepções do mundo, crenças, filosofias; em Holton, eles são atemporais: temas estruturantes a-históricos e muito gerais como arquétipos do inconsciente coletivo na psicanálise junguiana e que se formulam frequentemente por oposições como invariância/evolução, liberdade/destino. Holton se sente então autorizado a adotar um “método de investigação transcendendo a ordem histórica e cultural”, mas que manifesta justamente por isso o papel dum imaginário transcultural e transhistórico no trabalho científico.

Os trabalhos de epistemologia que defendem a imaginação citam frequentemente exemplos de cientistas do século XX, que reconheceram eles mesmos o seu papel no próprio trabalho, e que são assim invocados como os fiadores dum estudo da imaginação científica, que, graças a eles, é então legitimada. Menciona-se frequentemente Poincaré, que, em *Ciência e Método* (1909), fala da beleza das ciências matemáticas, da “harmonia dos números e das formas” que remetem a uma estética e até à “sensibilidade[3]”. Menciona-se muito Einstein, que escreve: “todo trabalho científico remete em algum grau a uma criação, no sentido de invenção. Ele se aproxima, nesse sentido, da obra de arte[4]”. Numa entrevista, Einstein teria ido mais longe a ponto de dizer : “A imaginação é mais importante do que o saber. O

saber é limitado, ao passo que a imaginação engloba o mundo inteiro, estimula o progresso, suscita a evolução[5]”.

No campo dos saberes biológicos que nos ocupam, a questão da relação entre a escrita científica e a imaginação é ainda mais pertinente à medida que esses saberes foram elaborados nos séculos XVIII e XIX, na fronteira entre ciência e literatura. Diderot e Restif de la Bretonne contribuíram para a formulação de ideias transformistas. Os naturalistas que tiveram um importante papel na gênese do transformismo – e eu penso em Buffon no século XVIII e sobretudo o seu discípulo Lamarck (ao qual me dedicarei na sequência desta conferência) – reconheceram, eles próprios, a importância da imaginação em seus trabalhos. Lamarck refletiu muito longamente sobre a sua função num capítulo do seu livro *Filosofia zoológica* (1809).

Nesse período do início do século, que é herdeiro direto do século XVIII, em que o divórcio entre as ciências e a literatura, por um lado, e, por outro, entre as ciências da natureza e o que se chamará de ciências humanas não estava ainda consumado, a imaginação não estava excluída da cidade das ciências. Lamarck é herdeiro de Buffon, tanto no que diz respeito a uma concepção do trabalho do tempo que transforma a natureza quanto no lugar concedido à imaginação no trabalho científico. Todavia, a situação já evoluiu e muitos cientistas nas décadas seguintes se sentirão obrigados a defender a especificidade da ciência. Certamente, viu-se aqui e ali uma desconfiança de Lamarck em relação aos “fantasmas de nossa imaginação e desse maravilhoso que agradavam tanto o espírito humano” (*Filosofia zoológica*). Mas se olharmos de perto o texto, a imaginação se desregula em condições particulares. Não é a falta de observação ou de experiência que produz esse desregulamento, mas a ausência duma visão geral: é quando “a causa geral dos fatos e dos objetos observados não pode mais ser percebida” que a imaginação divaga. É preciso, portanto, pensar globalmente para segurar a imaginação (*Filosofia zoológica*). Lamarck pensa – depois de Buffon, que era hostil a Linné – que a atividade classificatória dos naturalistas a partir dos caracteres visíveis das espécies não é essencial. Ela é com frequência descritiva e respeitosa à ordem do divino da Criação. Sem para tanto questionar a religião abertamente, desfere, entretanto, um golpe fatal à classificação linneana, mas, também, ao criacionismo (e conseqüentemente, a Cuvier, ao qual ele se opõe), que se funda sobre um

pensamento fixista e enfeudado em um pensamento religioso do mundo. Ora, Lamarck desloca o estudo para a causa do funcionamento dos seres vivos, causa invisível e interna. Esse deslizamento do campo do visível que era o da classificação, para a ordem invisível da organização dos corpos vivos, e também para a ordem invisível do longo tempo das transformações e, enfim, para a ordem invisível da unidade do ser vivo, tudo isso favorece a intervenção da imaginação, a fim de pensar o que não se observa e convencer o leitor.

A imaginação intervém porque a sua teoria se engaja para além do visível, mas, também, porque ela formula ideias que transtornam a ordem do real até então admitida. A imaginação permite formular hipóteses graças à analogia que tem uma função heurística. Como Buffon, que inventa em sua *História natural* os primeiros elementos transformistas e formula a ideia de que o mundo se criou numa longa duração e se transformou lentamente, Lamarck (se bem que duma maneira diferente) toma emprestado também à história humana uma concepção do tempo longo e dum tempo no trabalho duma história. A imaginação intervém na modalização científica quando esta necessita duma aproximação de domínios diferentes. No caso de Buffon, e também de Lamarck, é a história, que serve de modelo, que permite pensar analogicamente a história da terra, e a transformação das espécies. A imaginação intervém no nível da construção dum pensamento geral.

Ela intervém também para justificar teses e particularmente teses antigas cuja cientificidade cada vez mais problemática no século XIX é preciso defender, como a geração espontânea. É então a analogia que legitima esta hipótese: “Eu creio ter provado, *pela aproximação dos fatos análogos*, que a natureza, em certas circunstâncias, *imita o que se passa na fecundação sexual*, e opera por si mesma a vida em massas isoladas que não se encontram num estado apropriado para recebê-la” (*Filosofia zoológica*). O calor tão abundante em certas regiões pode executar sobre certas matérias na natureza “o que o vapor sutil das matérias fecundas executa sobre os embriões dos corpos vivos”. Lamarck se apoia então sobre a Lição de química de Lavoisier, que escrevia “que Deus, trazendo a luz, espalhou sobre a terra o princípio da organização, do sentimento e do pensamento”. Encontra-se aqui uma ideia da luz criadora típica dum velho neoplatonismo, remontando a Proclo, do qual o heliocentrismo de Kepler era já tributário segundo Fernand Hallyn, e que é encontrado, portanto, numa disciplina

completamente diferente, a química de Lavoisier, ela própria invocada por Lamarck para defender a unidade do ser vivo e da geração espontânea. O campo da química supostamente funda a legitimidade doutra ciência – a biologia –, mas a analogia entre a luz e o princípio da organização deixa suspeito o papel dum imaginário neoplatônico.

A geração espontânea cairá para o lado do erro graças às descobertas de Pasteur, 60 anos mais tarde. Mas taxar de erro o estágio Lamarckiano do saber sobre o ser vivo e imputar o erro à imaginação e a um uso desenfreado da analogia, é desconhecer o papel positivo, inovador que teve essa teoria da geração espontânea e, no entanto, antiga (já que ela remonta a Aristóteles). Com efeito, no século XIX, e no caso de Lamarck, a geração espontânea permite pensar uma autonomia da matéria, libertada da potência formadora de Deus e do fixismo que lhe é ligado. Deus foi mantido como fonte original dum movimento que, em seguida, já não lhe pertence. A geração espontânea pode criar o novo: ou seja, nem tudo foi feito duma vez por todas. Compreendemos, portanto, que Cuvier, inimigo do transformismo, nega a possibilidade da geração espontânea.

A geração espontânea foi em dado momento indispensável para construir uma teoria transformista inovadora porque ela quebrava um bloqueio epistemológico, afirmando fortemente a autonomia do ser vivo. Lamarck não fez experiência para provar a geração espontânea (mais tarde Félix Pouchet o fará para desmentir as teses de Pasteur). É então a analogia – que se reporta à imaginação – que lhe serviu para validar o que escapava à observação. Que ao final a geração espontânea seja revelada como uma falsa ideia – porque a conexão metafórica entre a sexualidade e a capacidade da matéria de criar a vida reaproximava o que não podia em definitivo sê-lo – não diminui em nada a eficácia da aproximação metafórica, em 1809, quando se tratava de validar uma construção científica por seu lado inovador: o imaginário, ainda que gere o erro, pode eventualmente contribuir para a formação dum novo paradigma científico, que conservará uma eficácia durante todo o século.

Refletindo sobre o trabalho científico, Lamarck defende a inventividade, a capacidade de formular hipóteses que exige o uso da imaginação, dum método que consiste em fundar-se sobre “indicações que a observação dos fatos análogos aos que nos escapam pode nos fornecer” e que nos “parecem as mais

incompreensíveis”. A analogia é indispensável porque nem tudo pode ser observado: “por essa via, poderemos gradualmente conhecer as causas de muitos fenômenos naturais, e talvez até as que dizem respeito aos fenômenos que nos pareçam os mais incompreensíveis”. Lamarck estima que existam numerosos fenômenos naturais que não podem ser atingidos por considerações fundadas “positivamente”. A analogia abre mundos possíveis. É apoiando-se sobre a analogia entre o funcionamento dos órgãos e o da inteligência – que, por seu turno, não é observável – que Lamarck estima poder estudar cientificamente a formação das ideias, essa função que possui um lugar ao lado das outras funções dos organismos. Ele estima ainda que os atos de inteligência são “fatos de organização” e que decorrem portanto das competências do zoólogo que ele é. Sua *Filosofia zoológica* aborda ao mesmo tempo a vida física e mental. Vemos então que o próprio projeto do livro – o de pensar globalmente a natureza e todos os fenômenos de organização (dos quais o pensamento faz parte) – necessita do método analógico (já que há nele o inobservável) e conduz a uma reflexão sobre o próprio funcionamento da invenção científica.

A analogia se encontra no cerne do método científico de Lamarck porque ele possuía um pensamento unitário: “em todo sistema de organização animal, a natureza só pode ter um meio à sua disposição para fazer os diferentes órgãos executarem as funções que lhes são próprias”. Esse meio único – denominador comum de todos os processos de funcionamento – é assim uma espécie de princípio *a priori* que não pode decorrer de uma observação (seria necessário observar absolutamente tudo na natureza antes de tentar fazer a síntese e atingir o princípio). O pensamento analógico é ainda aquele que intervém quando se trata de pensar e de definir a lógica do ser vivo. Enquanto solicita a criação duma ciência da vida, uma biologia, que estuda a especificidade do ser vivo em relação ao inorgânico, ela toma emprestado uma das suas metáforas do imaginário oitocentista dos fluidos. Esse imaginário misturava à física (o mecanismo newtoniano), saberes menos científicos – a alquimia, o magnetismo – e pseudossaberes sobre a eletricidade[6]. Ora, Lamarck retoma esse pensamento dos fluidos para pensar uma verdadeira lógica do ser vivo, a organização:

[...] em todo sistema de organização animal, a natureza só pode possuir um meio à sua disposição para fazer executar, nos diferentes órgãos, as funções que lhes são próprias. Efetivamente, essas funções são por toda

parte o resultado de relações entre fluidos que se movem no animal, e as partes do seu corpo que contêm esse fluidos”.

Esses fluidos, duma extrema “tenuidade”, acrescenta Lamarck, não são observáveis e a compreensão que podemos ter deles provém então por dedução dos efeitos produzidos. Como dizer então alguma coisa sobre a ação dos fluidos? Lamarck produz uma evocação da ação dos fluidos e dos fatos de organização física ou intelectual que revela um surpreendente imaginário sexual que encontramos novamente e que se alia curiosamente ao pensamento mecânico (uma mecânica dos fluidos). Lamarck monta, finalmente, um texto que se torna metafórico e que mistura fisiologia, física e esperma (mas esta segunda palavra não é pronunciada):

“Por todos os lugares, são os *fluidos* em movimento (uns contíveis e outros incontíveis) que vão exercer suas influências sobre os órgãos; e por todos os lugares também são as partes flexíveis que, às vezes em *eretismo*, reagem sobre os fluidos que os afetam, às vezes incapazes de reagir, modificam, por sua disposição e as impressões que conservam, o movimento dos fluidos que se agitam entre elas. Assim, quando as partes flexíveis dos órgãos são susceptíveis de serem animadas pelo *orgasmo*, e de reagir sobre os fluidos contidos que os afetam, então os diferentes movimentos e mudanças que dele resultam, seja nos *fluidos*, seja nos órgãos, produzem os fenômenos da organização que são estranhos ao sentimento e à inteligência; mas quando as partes que contêm são duma natureza e duma moleza que as tornam passivas e incapazes de reagir, então o *fluido* sutil que se move nessas partes, e que recebe modificações nos seus movimentos, dá lugar ao fenômeno do sentimento e aos da inteligência”.

O imaginário sexual contribui para a harmonia do texto, para alguma coisa que é da ordem do estético. O imaginário sexual estava presente na teoria da geração espontânea: o funcionamento da natureza se parece com o funcionamento físico e com o intelectual dos seres organizados (que está aqui em questão). Encontramo-lo no pensamento global duma lógica do ser vivo. Graças à teoria dos fluidos, o todo se parece com a parte. O imaginário sexual e ao mesmo tempo mecanista, garante a unidade, e consolida um projeto de filosofia zoológica que inventa uma lógica do ser vivo, e só chega a ela pelo viés das metáforas, da mistura das ciências, e dos pseudossaberes. Ainda assim, o termo “filosofia” no título indica a ambição totalizadora. E é essa ambição que necessita o uso do imaginário.

O objetivo de Lamarck é « captar a *linha* que une entre si as numerosas causas dos fenômenos que a organização animal, nos seus desenvolvimentos e sua diversidade pode nos oferecer », em suma, captar a lógica. Ora, essa “linha” que não é observável, é da ordem do raciocínio e da síntese, numa outra ordem de evidência, diferente daquela à qual pertence a observação fundada sobre os sentidos. Lamarck apresenta a descoberta dessa “linha” como uma revelação intuitiva: “esse pensamento [...] foi para mim um traço singular de luz que me fez perceber a *causa principal* que mantém os movimentos e a vida dos corpos organizados, e à qual os animais devem tudo o que os anima”. Lamarck resume em seguida esse pensamento da unidade de composição.

“[...] eu reconheci que a natureza, obrigada primeiramente a tomar emprestados aos meios ambientes a potência excitante dos movimentos vitais e das ações dos animais imperfeitos, soube, compondo cada vez mais a organização animal, transportar essa potência ao próprio interior desses seres e que, ao fim, conseguiu colocar essa mesma potência à disposição do indivíduo.”

Isso é, ao mesmo tempo, o fim da criação divina, numa força vital misteriosa. Tudo depende da organização e essa lógica do ser vivo vai no sentido numa complexidade que torna os seres vivos cada vez menos dependentes da natureza, à medida que se eleva até o homem, que detém até mesmo um poder e uma forma de liberdade. Lamarck se esforça em inventar um materialismo que faz com que o homem escape, dum lado, do mistério (já que tudo depende da organização) e, doutro, da fatalidade da matéria, graças à ideia de complexificação da organização da qual vemos os efeitos com os fenômenos de memória, de imaginação, que dão domínio ao homem.

Perceber, rasgo de luz, dizia Lamarck, para evocar sua descoberta da lógica do ser vivo: Lamarck designa com essas palavras um processo mental pelo qual produz uma síntese que ultrapassa as aparências por sua potência de generalização fundada sobre uma causa invisível. Certamente, a iluminação foi precedida dum certo número de observações e de raciocínios, mas a imaginação tem nela a sua quota. E Lamarck o reconhece na parte de algum modo metatextual que dedica à imaginação : ele reflete então sobre o funcionamento que produziu seu próprio texto. Essa parte é legítima na *Filosofia zoológica*, uma vez que a imaginação que produz ideias é um “fato de funcionamento” e, portanto, diz respeito completamente a um pensamento do ser vivo.

Lamarck define a imaginação como “faculdade criadora de ideias novas” pelo “órgão da inteligência”. Ela é mais ou menos desenvolvida segundo os indivíduos. Para que a imaginação seja produtora, é preciso que a inteligência tenha “muitas ideias” à sua disposição e que ela seja capaz de formar ideias “complexas”. A imaginação depende dum funcionamento que associe ideias. As operações de inteligência que dão lugar aos « atos da imaginação” são “excitadas pelo sentimento interior” do indivíduo e “executados pelos movimentos de seu fluido nervoso como os outros atos do pensamento, e são igualmente como eles “*conduzidos por julgamentos*”. A imaginação não é, portanto, de natureza diferente, ela pertence à inteligência, e não se opõe ao julgamento. Bem ao contrário, Lamarck reconhece o papel dos julgamentos (da razão) nas produções de imaginação:

“Os atos da imaginação consistem em operar, por comparações e julgamentos, sobre ideias adquiridas, ideias novas, tomando as primeiras, seja por modelos, seja por contrastes, de modo que com esses materiais e por essas operações, o indivíduo pode formar para si uma multidão de ideias novas que são impressas no seu órgão.”

Para Lamarck, a imaginação é típica duma inteligência “bem exercida”. Assim, “suas faculdades se estendem”. Essa é a razão pela qual somente alguns homens podem ter uma faculdade de imaginação que atinge um “grau um pouco eminente”, enquanto os homens pouco educados só possuem ideias que transitam por um círculo estreito. A imaginação é típica dos gênios :

“A imaginação é uma das mais belas faculdades do homem: ela enobrece todos os seus pensamentos, eleva-os, impede-os de rastejar nas pequenas coisas [...] e quando ela atinge um grau mais eminente, ela faz dele um ser superior à grande generalidade dos outros.

Ora, o gênio, num indivíduo, não é outra coisa senão uma grande imaginação, dirigida por um gosto requintado e um julgamento muito retificado, alimentado e esclarecido em seus atos, por um alto grau de razão.”

Certamente, Lamarck considera também os riscos de erros (ver acima), mas eles não invalidam o papel da imaginação na ciência, a condição que essa imaginação seja associada ao julgamento. É a imaginação que faz a ciência avançar: “Sem imaginação, nada de gênio; e sem gênio, nenhuma possibilidade de fazer descobertas diferentes de simples fatos, mas sempre sem consequências satisfatórias”. A imaginação possui um papel na elaboração de conhecimentos que Lamarck define como conhecimentos “positivos”.

[1] Psychanalyse du feu, 1965.

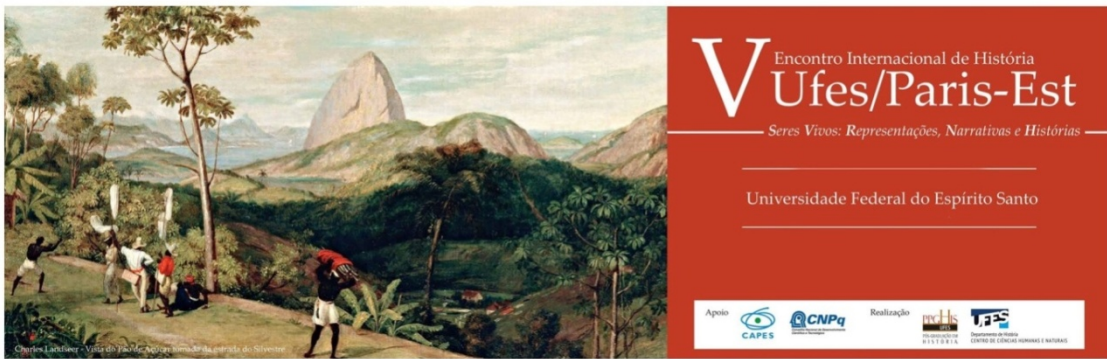
[2] Etudes d'histoire de la pensée scientifique, 1973.

[3] Poincaré, Science et méthode, Flammarion, 1922, p. 57.

[4] Michel Paty, Einstein philosophe, p. 457.

[5] « What Life Means to Einstein », George Sylvester Viereck, The Saturday Evening Post, 26 October 1929, p. 17

[6] Voir Martial Guédron, « L'imaginaire des fluides au XVIIIe siècle », Sociétés & Représentations 2/2009 (n° 28), p. 173-186 : « Les avancées de la science avaient révélé aux contemporains qu'ils étaient environnés de fluides et que le corps humain, qui en était constamment pénétré, pouvait aussi en produire. Newton, dont les théories avaient été relayées par Voltaire, expliquait leur circulation au moyen de références plus ou moins explicites aux traités d'alchimie qu'il avait lus : non seulement le grand savant spéculait sur l'existence de puissances et de vertus mystérieuses, mais il manifestait son intérêt pour les sciences occultes. À son exemple, la seconde moitié du XVIII^e siècle se passionnait pour la transmission des fluides sans contact direct et établissait toutes sortes de liaisons entre l'électricité, le magnétisme et les esprits animaux »



DARWIN: A ÁRVORE DA CONTINGÊNCIA (DO CADERNO B À CONCLUSÃO DA 1A EDIÇÃO DA *ORIGEM DAS ESPÉCIES*)

Michael A. Soubbotnik
Université UPEM-LISAA EA4120
UFES-PPGHIS

É interessante contemplar o emaranhado de uma ribeira revestida de muitas plantas dos mais diversos tipos, com aves cantando nos arbustos, com insetos esvoaçantes e com vermes rastejando pela terra úmida, e refletir que essas formas de construção elaborada, tão diferentes entre si e dependentes umas das outras de modo tão complexo, foram todas produzidas por leis que atuam em nosso redor. Essas leis, no sentido mais lato, são o Crescimento com Reprodução ; a Hereditariedade, que é quase envolvida na reprodução ; a Variabilidade resultante da ação direta e indireta das condições externas de vida e do uso e desuso ; um Aumento proporcional da População bastante elevado para levar à Luta pela Vida e tendo por consequência a Seleção Natural que provoca a Divergência de Caráteres e a Extinção das formas menos aperfeiçoadas. Deste modo, é a partir da guerra da natureza, da fome e da morte que surge diretamente o objeto mais elevado que podemos conceber, isto é a produção dos animais superiores. Há uma grandiosidade inerente a esta visão da vida com seus vários poderes inicialmente insuflados a algumas formas senão a uma só; e ao fato que enquanto este planeta não parava de percorrer o seu ciclo de acordo com a lei imutável da gravitação universal, a partir de um começo tão humilde foram desenvolvidas e continuam a desenvolver-se uma quantidade infinita de formas do mais belo e maravilhoso que há. (DARWIN, 1859, cap. XIV, Conclusão)

Esse texto famoso, que constitui o *excipit* da *Origem* desde a sua primeira edição de 1859 servirá de introdução, o nosso objetivo sendo investigar como Darwin chega a esse ponto a partir dos *Cadernos* dos anos 1837-1838, e como esse parágrafo conclusivo exprime, sob essa forma quase lírica, um tanto pré-rafaelita, suas opções epistemológicas.

1. Cadernos (1). Darwin vs Quintarianismo

Entre o fim do ano 1836, data da sua volta a Inglaterra depois de seu périplo de 5 anos a bordo do *Beagle*, e 1844, data da redação do segundo dos dois *Ensaios* que foram publicados por seu filho Francis em 1909 (DARWIN, 1909), Darwin rabiscou uma quantidade considerável de notas em cadernos que agrupou subsequentemente sob títulos gerais. Dois trazem o título de “Geologia”⁸²; nada menos que nove são intitulados “Sobre a transmutação das espécies”⁸³; quatro, enfim, são “conectados com pesquisas metafísicas”⁸⁴. De leitura difícil do ponto de vista da grafia e do sentido, sendo muitas vezes desprovidas de sintaxe ou interrompidas no meio de uma frase, essas notas formam um forte contraste com a escrita caprichada das obras destinadas à publicação. Seguindo o fluxo do pensamento de Darwin, os cadernos proporcionaram a Darwin uma “perlaboração” constante, aberta e versátil de suas leituras, observações, experiências e sobretudo de seus questionamentos, contendo em suma um verdadeiro “programa de pesquisa”⁸⁵ sobre a “transmutação” das espécies. Darwin desenvolveu esse programa ao longo da sua obra inteira, desde *A Origem das espécies* até *A expressão das emoções*.

Antes de examinar os textos do *Caderno B* onde a expressão “árvore da vida” aparece com as suas primeiras traduções gráficas, devemos antecipar um pouco e consultar os *Cadernos C* e *D* onde a crítica de Darwin ao sistema “quintariano” (*quinarian*) de taxonomia foi mais amplamente desenvolvida. De fato, o esquema em árvore do *Caderno B* com o “transmutacionismo”, como diz Darwin, que ilustra, participam dessa crítica.

O principal iniciador da taxonomia “quintariana”, particularmente popular na Inglaterra da primeira metade do século XIX, foi William Sharp MacLeay (1792-1865), cuja obra *Hora Entomologicae*, publicada entre 1819 e 1821, Darwin comentou amplamente nos *Cadernos*, em entradas correspondendo muitas vezes com anotações marginais no seu exemplário do livro. Darwin menciona também o

⁸² A e Glenroy Notebook

⁸³ B, C, D, E, Torn Apart Notebook, Summer 1842, Zoology Notes, Edinburgh Notebook, Questions and Experiments

⁸⁴ M, N, Old and Useless Notes, Abstract of Macculloch

⁸⁵ conforme a expressão de Herbert e Kohn na introdução da sua monumental edição dos *Cadernos* (DARWIN, 1988, p. 9)

Tratado da geografia e da classificação dos animais (1835) e *Sobre a história natural e a classificação das aves* (1836-1837) de William John Swainson (1789-1855), maior propagandista da teoria de MacLeay, assim como um artigo sobre as aves da Austrália e os princípios da classificação delas, publicado por Nicholas Aylward Vigors (1785-1840) em 1827.

Os termos “quintarianismo” (*quinarianism*), “quintariano” (*quinarian*), provêm de que segundo a teoria, cada *táxon*⁸⁶, de qualquer nível seja, divide-se *naturalmente* em cinco subgrupos, como no esquema de Vigors do *táxon* “Aves” (fig. 1)⁸⁷. Além disso, os *taxa* podem ser representados em círculos e círculos de círculos, geralmente com os *taxa* mais *perfeitos* em cima. Os círculos representam o fechamento da ordem natural a cada nível taxonômico.

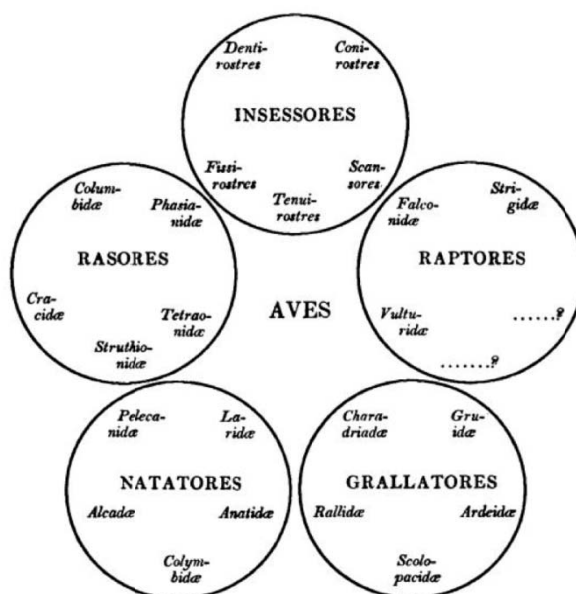


Figura. 1 Esquema de classificação das aves de Vigors.

Na fig. 1, podemos ver dois pontos de interrogação no círculo dos raptos. Correspondem a dois *taxa* de aves de rapina que “ainda não foram descobertas”. *Taxa* dentro de um círculo ou ao ponto tangencial de dois círculos apresentavam “afinidades”, como entre os *strigidae* (corujas) e os *fissirostres* (todas as aves cujo bico apresenta uma fenda profunda). O sistema identificava também *analogias* especificando relações entre os itens de círculos diferentes. Swainson escreve assim que

⁸⁶ Do grego. Um *táxon* é uma unidade taxonômica qualquer; plural (neutro) *taxa*

⁸⁷ Os “incessores” são aves capazes de empoleirar-se; os grallatores têm patas que lhes permitem andar em águas baixas e os rasores são aves como galinhas e pombas

1° [...] cada série natural de seres vivos, em seu progresso a partir de um ponto dado, volta ou manifesta uma tendência a voltar para este ponto, descrevendo assim um círculo.

2° As divisões primárias de cada grupo somam [...] aparentemente cinco.

3° O conteúdo de cada grupo circular é simbolicamente (ou analogicamente) representado pelo conteúdo de todos os demais círculos do reino animal.

4° As divisões primárias de cada grupo caracterizam-se por definidas particularidades de forma, de estrutura e de economia que cobrem uniformemente o reino animal inteiro através de várias modificações. Devemos portanto considerar essas divisões como os tipos primários da natureza. (SWAINSON, 1835, p. 224-225)

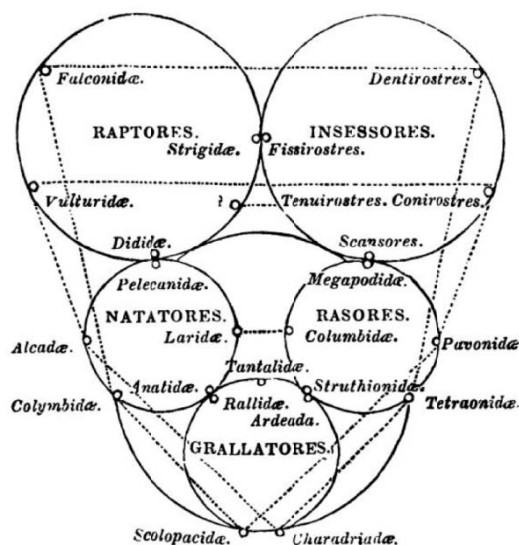


Figura. 2 Esquema de classificação das aves de Swainson mostrando as “afinidades” nos pontos tangenciais dos círculos e as “analogias” em linhas pontilhadas. (Sl. 6)

Ordens dos <i>Ptilota</i>	Analogias	Classes dos <i>Vertebrata</i>
LEPIDOPTERA	Asas extremamente desenvolvidas	AVES
HEMIPTERA	Asas imperfeitas ou ausência de asas	QUADRÚPEDES
HYMENOPTERA	Cauda frequentemente armada de um ferrão	RÉPTEIS
COLEOPTERA	{Muito imperfeitos no seus círculos respetivos}	ANFÍBIOS
NEUROPTERA	Preminentemente aquáticos	PEIXES

Figura. 3 Tabela de Swainson mostrando as analogias entre as cinco ordens de insetos e as cinco classes de vertebrados

A propósito dos vertebrados, Swainson afirmava reconhecer cinco grupos definidos por um desenho anatómico comum: peixes, anfíbios, reptéis, aves e mamíferos; o problema era que esses grupos deviam ao mesmo tempo representar um caminho ascendente e um círculo fechado. Swainson resolve o problema explicando que a ligação entre os membros de cada dupla é uma forma intermediária que apresenta relações de afinidades com ambos: os peixes são ligados aos anfíbios pelos girinos,

os anfíbios aos répteis pelas rãs adultas, os répteis às aves pelo pterodátilo, as aves aos mamíferos pelo ornitorrinco. Os mamíferos sendo ligados aos peixes pelas baleias, o caminho do progresso ando dos peixes aos mamíferos fecha-se em um círculo. A sua vez, este círculo dos vertebrados está ligado a outros círculos de vários níveis por meio de relações de analogia relacionando os grupos que ocupam posições semelhantes.

Apesar de estarem supostas ter sido construídas a partir de dados empíricos, essas relações não passam de justificações frágeis da construção teórica. Por exemplo, Swainson ordena todos os animais em um grande círculo de *Radiata* (equinodermos e relacionados), *Acrita* (protozoários e outras criaturas “simples”), *Testacea* (moluscos), *Annulosa* (vermes segmentados, insetos e crustáceos) e *Vertebrata*. As relações analógicas com os vertebrados são forçadas: mamíferos são ligados com os vertebrados porque ambos são os mais perfeitos de cada círculo, os peixes com os *radiata* porque ambos são aquáticos, os anfíbios com os *acrita* porque são mais polimorfos do que qualquer outros, os répteis com os moluscos porque vermes rastejam como as cobras, aves com os *annulosa* porque insetos também voam. Darwin não deixa de notar que os quintarianos nunca fornecem critérios rigorosos para decidir se tal ou tal relação seja de afinidade ou de analogia. Como comenta, citando McLeay entre aspas:

“O arranjo natural dos [...] animais é a questão a ser debatida”. Ora, *arranjo natural*, o que é?– afinidades, o que são? grau de semelhança – como avaliar grau, quando nenhuma escala de valores ou diferenças está, nem pode estar, definida?– acho *afinidade* pode ser tomada literalmente, porém duvidoso podermos bem apreender a relação real sem termos muito conhecimento.– Vai depender da descoberta dos caracteres que variam mais facilmente e daqueles que não variam – formando a base das divisões principais [...] (*Notebook D 51*)

Notamos aqui que, ao sugerir de partir da variação, Darwin inverte o ponto de vista metodológico de McLeay e situa-se no terreno genealógico: a variação é que permite apontar o invariável. As decisões metodológicas de MacLeay o de Swainson estavam condicionadas pela vontade de manter a imutabilidade e a inteligibilidade dessa “grande cadeia” (circular) dos seres. “O plano de arranjo de MacLeay”, Darwin nota, depende dos órgãos considerados importantes em razão inversa da sua variabilidade” (*Notebook D 50*)

O sistema quintariano apresenta muitas semelhanças com a taxonomia de Lorenz Oken. Darwin provavelmente leu alguns artigos de Oken que estavam na biblioteca de bordo do *Beagle*. Ele menciona a tradução inglesa do *Lehrbuch der Naturgeschichte* (“Manual de História Natural”) em 1838 no seu caderno de *Livros para ler ou lidos*. O sistema de Oken remetia à *Naturphilosophie* (filosofia da natureza) alemã e o quintarianismo à *natural theology* (teologia natural) inglesa onde cada um encontrava o seu quadro de pensamento. Todavia, o problema era essencialmente o mesmo em ambos os casos: tratava-se de conciliar dois princípios aparentemente opostos mas considerados igualmente necessários. Segundo o primeiro, os animais apresentavam uma série *única* cuja complexidade crescente era definida pela adição sucessiva de órgãos. O segundo princípio enfatizava a existência de analogias significativas na natureza, cada sequência taxonômica imitando e refletindo todas as outras (por exemplo, os mamíferos repetiam o esquema da natureza inteira em uma outra escala). O problema era então de encontrar o princípio imutável e estrutural da ordem natural sem comprometer a unidade fechada da natureza manifestando-se através da rede profusa das analogias e das afinidades. As estruturas geométrica (o círculo) e aritmética (a repetição do número cinco) resolvem o problema, funcionando um pouco como metonímias da racionalidade.

2. Os Cadernos (2). Árvore darwiniana vs “série ramosa” lamarckiana

A primeira menção por Darwin de uma figura que pode ser assimilada a uma árvore encontra-se no “Caderno B”,⁸⁸ iniciado no mês de julho 1837, segundo a estimativa de Darwin quando, um ano depois, abrindo o “Caderno D”, decidiu datar as entradas de seus cadernos anteriores. O “Caderno B” foi o primeiro inteiramente dedicado à “Transmutação das espécies”. Lemos na página 21:

os seres organizados representam uma árvore. *irregularmente ramificada* alguns ramos mais ramificados.– Daí Géneros.– « tanto brotos terminais morrendo quanto novos sendo gerados » (*Notebook B 21*)

Como já enfatizamos, Darwin escrevia as suas notas rapidamente, sem sempre construir as suas frases nem se preocupar muito de corrigir os pensamentos que lhe ocorriam; não se deve, então, dar uma importância exagerada à formulação

⁸⁸ DAR 121 (DAR remete aos Darwin Archives da Libreria da Universidade de Cambridge. O número designa o volume de manuscritos e um segundo número pode designar o folio)

detalhada numa nota como se ela exprimisse uma reflexão bem dominada e elaborada. Entretanto, não podemos deixar de notar a inversão entre representante e representado na expressão “os seres organizados representam uma árvore” onde esperava-se que a árvore representasse os seres organizados. Intencional ou não, essa troca das instâncias da representação exprime sintomaticamente o caráter ontológico (e não simplesmente metodológico) do que está em jogo para Darwin (e seus contemporâneos) na escolha duma representação gráfica das relações entre os vários *taxa*. Darwin formula assim a hipótese seguinte

Será que ha uma tripla ramificação na árvore da vida devida aos três elementos ar, terra & agua, & o esforço de cada “uma” classe típica de estender seu domínio aos outros domínios. & subdivisão mais três, arranjo duplo. –

[24] se cada ramo principal da árvore ser adaptado a estes três elementos, haverá alguns pontos de afinidade em cada ramo. (*Notebook B* 23-24)

E, como se, tendo falado de “pontos de afinidade” entre *taxas* de animais aéreos, aquáticos e terrestres em termos de adaptação, precisasse afastar-se da “grande cadeia dos seres”, Darwin acrescenta:

?Não precisamos pensar que peixes e pinguins passam realmente uns nos outros (*Notebook B* 25)

A árvore de vida deveria talvez chamar-se o coral da vida, base dos ramos morta; então não se dá para ver as passagens.– isso oferece mais uma vez [26] contradição à sucessão constante de germens em progresso.– “não, mas apenas torna-a excessivamente complicada”



Será que assim peixe se pode rastrear até organização simples.–
aves– não



(Caderno B

25-26)

Como vemos, Darwin constrói um esquema com uma tripla ramificação correspondendo aos três elementos ou “domínios” dos seres vivos. Cada ramo principal se ramifica também em três ramos conforme uma espécie herdeira permanece no mesmo meio do que o ascendente, ou se adapta a um ou outro dos

demais elementos. Darwin queria principalmente basear uma refutação transformista do sistema quintariano sobre a ideia de que os três ambientes fundamentais (ar, água, terra) providenciam as condições de uma formação “essencialmente” ramificada das espécies⁸⁹.

Entretanto, do ponto de vista, “transformista” a suposição de uma triplicidade inicial e de adaptações ou não adaptações subseqüentes aos vários meios afasta o transformismo de Darwin da “*série rameuse*” (série ramosa) de Lamarck:

Apenas aqueles que se preocuparam forte e longamente com a determinação das espécies e consultaram coleções abundantes podem saber até que ponto as espécies [...] formam uma continuidade e ter certeza que, onde observamos espécies isoladas, isto é assim porque faltam outras espécies vizinhas que ainda não recolhemos.

Não quero dizer que os animais existentes formam uma série simples e uniformemente matizada; digo que formam uma série ramosa, irregularmente graduada, mas sem descontinuidade nas suas partes ou, ao menos, que não a teve sempre [...]. Decorre que as espécies que se encontram na ponta de cada ramo do conjunto da série se matizam do outro lado com espécies vizinhas. (LAMARCK 1907, *Discours d'ouverture de l'an VIII*, p. 96)

Invocando a série, Lamarck não o fazia ao modo de Charles Bonnet apoiando-se sobre as espécies como sobre uma base invariável. Lamarck, ao contrário, deseja quebrar a supremacia da espécie, que não passa para ele de um artifício conveniente. Em 1802, Lamarck deu a seus alunos o seguinte conselho:

[...] nunca esqueçais que todas essas divisões de que não podemos abrir mão são fictícias e que a natureza não admite nenhuma. (LAMARCK 1907, *Discours d'ouverture de l'an XI*, p. 86)

Mais ainda, a espécie não desempenhava papel algum na série. Essa última Lamarck baseava sobre a noção de *masse* (massa), que tomava como unidade de organização⁹⁰. Essa unidade a sua vez consistia em relações dentro dos organismos e entre os organismos. Lemos no *Discurso de abertura do ano VIII* que se tratava “de uma série quase regularmente graduada nas massas principais, como as grandes famílias » (LAMARCK 1907, p. 29). Ela estabelecia-se a partir do critério do “mais perfeito”, aquele que conhecemos melhor, o critério dos vertebrados e, dentro dos vertebrados, do homem. Do ponto de vista da sua unidade, então, a série estava fixa e, do ponto de vista da sua inteligibilidade, andava do mais ao menos perfeito,

⁸⁹ Cf. por exemplo *Caderno B* 45-46

⁹⁰ a organização é a marca do ser vivo, a grande palavra das ciências naturais da virada do século XIX

do homem ao animálculo. Bastava inverter a série para encontrar o ponto de vista da transformação:

Eu retomo agora o exame da escada animal e digo que quando subimos essa escada a partir do animálculo com a organização mais simples e as faculdades mais pobres, até o animal mais rico em faculdades e organização, seguimos os passos da natureza na formação de todas as suas produções vivas. (LAMARCK 1907, *Discours d'ouverture de l'an X*, p. 71)

Aqui, a metáfora da *escada*, muito frequente em Lamarck, se sobrepõe ao caráter “ramoso” da série. Essa sobreposição na representação, porém, não impede que a série seja interferida pela proliferação de formas secundárias, de modo que não podemos saber se os seres que encontramos pertencem ao próprio eixo da série ou às modificações produzidas pelas “circunstâncias”⁹¹. As circunstâncias são responsáveis por “irregularidades”, “anomalias” ou “desvios”. A questão da “adaptação” (que Lamarck ele mesmo nunca chama assim) encontra aqui seu lugar. Não é possível discutir da “adaptação” lamarckiana em detalhe dentro do espaço de que dispomos aqui. Só poderemos enfatizar alguns pontos.

Chamamos “adaptação” no caso de Lamarck, um conjunto de operações estabelecendo entre o organismo e as condições e circunstâncias internas e externas uma forma de “ajuste” regulada por um tipo qualquer de mecanismo. Nesse sentido, a adaptação é impossível ao nível da série. Grande eixo da escada dos seres, ela é, por definição, o que não se adapta. Ao mesmo tempo, a série não pode parar nem ser destruída em presença duma circunstância impedindo o desenvolvimento dela desde a forma mais simples até a mais complexa. Portanto, e isso é uma característica fundamental da vida segundo Lamarck, a série contém em si mesma os meios de deformar-se, de alterar-se para continuar seu progresso, ao preço de tornar-se “ramosa”.

Para entendermos melhor quanto longe este tipo de “adaptação” está da adaptação *stricto sensu* que encontramos em Darwin, precisamos reconhecer a importância duma frase do *Caderno B* que segue imediatamente o trecho citado sobre os seres organizados que “representam” uma árvore: “Não tem nada de mais esquisito na morte das espécies do que [naquela] dos indivíduos” (*Notebook B* 21). Ora,

⁹¹ cf. LAMARCK 1907, *Discours de l'an VIII*, p. 27-28 e *passim*; *Recherches sur l'organisation des corps vivants*, Partie I

sabemos da hostilidade de Lamarck contra a tese do desaparecimento das espécies que, segundo ele, contraria a “economia do universo”. Inversamente, Darwin não faz diferença de principio entre a morte das espécies e a morte dos indivíduos: uma adaptação defeituosa ou menos sucedida faz com que espécies desaparecem. A extinção e sua significação pela teoria que Darwin começa a elaborar está presente desde esse momento inicial como um elemento constitutivo da representação arborescente:

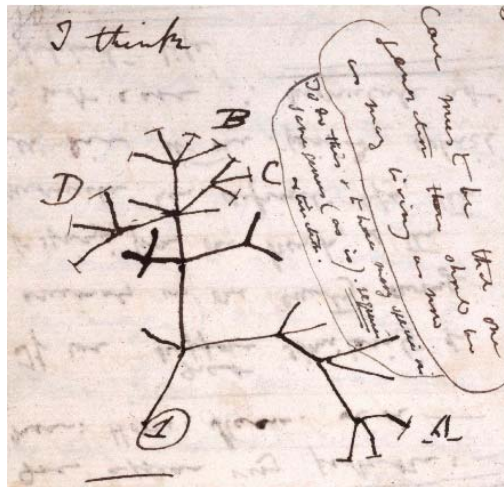


fig. 4

Acho

Caso é que uma geração deveria ter tantos vivos quanto atualmente
Para isso & para haver muitas espécies no mesmo gênero (como atualmente). é preciso extinção

Assim entre A. & B. imenso vazío de relação. C & B. a gradação a mais fina, B & D uma distinção um tanto maior

Assim seriam formados os gêneros.– em relação

[37] a tipos antigos.– com várias formas extintas, pois se cada espécie “uma antiga” pode fazer, 13 formas recentes.– Doze das contemporâneas não devem ter deixado nenhuma descendência, para manter constante número espécies.–

Diz respeito a extinção, podemos ver claramente que a variedade de avestruz Petise pode não ser bem adaptada e desaparecer completamente, ou de outro lado como *Orfeus* [*Mimus Polyglottos Orfeus*]. Sendo favorável [38] muitos podem ser produzidos. (*Notebook B* 36-38)

Se considerarmos que o uso ou não uso de um órgão, elemento crucial do transformismo de Lamarck, não depende simplesmente de um “sentimento interior”⁹² sem a mediação da necessidade, do esforço ou da ação que dependem duma causalidade físico-química solicitada por “circunstâncias” exteriores, poderemos

⁹² No *Discours de l'An III*, Lamarck explica que os três tipos de órgãos mais essenciais à vida dos animais são « 1° os órgãos da respiração, 2° aqueles que propiciam a circulação ou o movimento dos fluidos, 3° aqueles, enfim que constituem o sentimento » (p. 37)

dizer que as circunstâncias externas e as internas *transformam* o organismo. A “vida” tem essa propriedade de produzir respostas à excitações exteriores que superam e ultrapassam os problemas que as solicitações colocam. Inversamente, a adaptação darwiniana provém de variações *do ser vivo* sem intervenção dele; o valor adaptativo é aleatório e não se oferece a predição, somente a uma explicação *post factum*.

Esses aspectos opostos do transformismo de Lamarck e de Darwin e a diferença entre uma árvore (ou um coral) e uma “série ramosa” são solidários. Desde a primeira aparição da imagem da árvore nos *Cadernos*, Darwin não a construíra como uma série ramificada mas como um conjunto de ramificações. Portanto, as afinidades necessitam ser pensadas diferentemente. Na “série ramosa” de Lamarck⁹³, as afinidades são funcionais; na árvore ou no coral de Darwin elas são *herdadas*. Isso explica por que as baleias não são peixes e os pinguins e os peixes não “passam uns nos outros” como seja um esquema transformista em forma de série ou de escada, seja uma teoria fixista de tipo “quintariano” o tornariam possível. O sugerido “coral da vida” reforça essa concepção de Darwin, já que no coral “as passagens não se dão para ver”. Já no ano 1837, então, a significação da metáfora da árvore (o do coral) da vida apareceu bastante clara para Darwin. Era uma metáfora taxonômica que mantinha firme o conceito de espécie, uma metáfora genealógica que representava as afinidades numa maneira completamente diferente do quintarianismo, uma metáfora, enfim, do desenvolvimento da vida e da adaptação do ser vivo..

3. Rumo ao diagrama do capítulo 4 da *Origem*. O problema da divergência

Chegamos ao famoso diagrama do fim do capítulo 4 da *Origem*, a única ilustração e o objeto do comentário proporcionalmente mais estendido da obra. Apesar do diagrama ter sido assimilado a uma árvore da vida (enquanto está bem mais semelhante aos corais dos *Cadernos*) a sua função principal não é de ilustrar a evolução em geral nas suas ramificações, mas de providenciar um instrumento de explicação do princípio de divergência enquanto princípio distinto da seleção natural.

⁹³ Veja o *Discursos do Ano VIII*

Tal que formulada conforme a intuição malthusiana de 1838, a seleção natural era um princípio de mudança dentro das linhagens filéticas. A seleção natural podia assim explicar, sem finalidade nem “vontade própria” ou “tendência ao ajuste” da parte do organismo, a adaptação às condições bióticas e abióticas locais. Mas essa explicação não dava conta dos fenômenos de diversificação e de fracionamento da descendência de uma linhagem em *taxa* diferentes. Além disso, Darwin procurava uma explicação a mais unificada possível de fenômenos como o preenchimento de um habitat dado, os modelos filogenéticos de ramificação, a estrutura hierárquica da taxonomia etc.) que não dependiam da adaptação mas que remetiam ao fato da diversificação. O destino dessas questões dependia estreitamente da solução do “problema da divergência”. Na sua “Autobiografia”, Darwin recordava ter cuidado desse problema bem depois da sua mudança para Down no meio do mês de setembro 1842.

No mês de outubro de 1838, isto é, quinze meses depois do início da minha pesquisa sistemática, aconteceu que, para me distrair, eu li o livro de Malthus sobre a *População*, e estando bem preparado para entender a luta pela existência através duma observação longa e continua dos animais e das plantas, ocorreu-me repentinamente que, nessas circunstâncias, variações favoráveis teriam uma tendência a manter-se e as desfavoráveis a desaparecer. O resultado disso seria a formação de novas espécies. Ao menos, eu tinha aqui uma teoria a partir de que eu poderia trabalhar; porém, estava tão preocupado em evitar preconceitos, que decidi nem escrever um curto esboço dessa teoria. No mês de junho de 1842 me permiti pela primeira vez a satisfação de escrever, com um lápis, um muito *Breve Resumo* de 35 páginas da minha teoria; este foi ampliado até 230 páginas durante o verão de 1844. Eu tenho ainda uma boa cópia do manuscrito. Na época, porém, omiti considerar um problema de grande importância; e eu me surpreendo com esta omissão do problema e da sua solução, a menos que tivesse sido um exemplo do princípio do ovo de Colombo. Trata-se da tendência dos seres orgânicos que pertencem à mesma linhagem a divergir em caracteres a medida que se modificam. A forma com que podemos classificar todos os tipos de espécies sob gêneros, gêneros sob famílias, famílias sob subordens e subordens sob ordens, evidencia claramente o tamanho das divergências que ocorreram; e posso recordar o lugar exato na estrada onde a solução [121] surgiu na minha mente, causando tanto alegria; isso aconteceu longo tempo depois da minha mudança para Down. A solução, creio, é que os descendentes modificados de todas as formas dominantes cuja população cresce, têm uma tendência a adaptar-se a um grande número de lugares extremamente diversificados dentro da economia da natureza. (DARWIN 1887, p., 120-121)

Darwin desenvolveu a sua pesquisa sobre o princípio de divergência entre 1845 et 1859, período da redação do manuscrito *Natural Selection* e do livro *A origem das espécies*. Apesar do princípio de divergência ser uma aplicação do princípio da seleção natural, não se encontram textos significativos sobre o assunto no decorre

imediatamente da descoberta da seleção por Darwin em 1838, fora de algumas linhas no *Caderno E*:

O número enorme de animais no mundo depende da variedade e da complexidade das estruturas deles; – ora, a medida que as formas se complicaram, elas abriram novos meios de acrescentar a sua complexidade. (*Notebook E 95*)

Por que Darwin omitiu considerar o problema da divergência? Em 1844, ele pensava que a variação hereditária dependesse de uma mudança geológica extremamente lenta. Tinha portanto de conceder que havia muito pouca variabilidade na natureza. Assim, o primeiro parágrafo do segundo capítulo do *Ensaio* de 1844 começa com a afirmação de que a “maior parte dos seres organizados no estado de natureza variam excessivamente pouco” (DARWIN 1909, p. 82). Porém, tal postulado limitava o âmbito da seleção natural. Parece que Darwin vislumbrara o problema colocado pela variabilidade limitada e a dificuldade de resolvê-lo, já que escreveu :

O grau de variação hereditária é extremamente difícil de determinar, porque os naturalistas (em parte por falta de conhecimento, em parte por causa da dificuldade intrínseca do assunto) não concordam sobre a questão de algumas formas serem espécies ou raças. (DARWIN 1909, p. 82)

Darwin enfrentou o problema fazendo uma pesquisa de taxonomia quantitativa e redigindo uma monografia sobre as variações dos Cirripedia no ano 1851 (DARWIN, 1851). Importa, nas monografias de 1851 e 1854, o fato de Darwin ter tomado conta das suas observações de variações *individuais* em um número significativo de casos. Darwin convenceu-se *empiricamente* da amplitude da variabilidade natural. As observações resgatavam o princípio da seleção natural e abriam caminho ao princípio de divergência. Depois do acabamento da segunda monografia sobre os Cirripedia, Darwin retomou os estudos sobre as espécies de um ponto de vista novo. Em primeiro lugar, o enfoque agora era nas novas espécies em formação em regiões “contínuas” apresentando ambientes diversas. Em segundo lugar, Darwin renunciou à hipótese de que a formação de isolados geográficos fosse necessária para a divergência ocorrer num táxon:

Se a região sustentar tanto *Compositae*, qualquer gênero que mostrou sua adaptação produzirá provavelmente mais formas.
[Aqui surge sem dúvida a questão de até que ponto o isolamento é necessário; pensei que fosse mais necessário do que os fatos parecem mostrar..] (DAR 205.9: 303-304)

Ainda mais: Darwin percebeu que a resolução do problema exigia a posição de um princípio explicativo específico. “Caso contrário”, escreveu, “não podemos mostrar que há uma “tendência a divergir” [...] nos descendentes em todas as classes” (DAR 205.5: 149). Na frase antecedente, ligava a busca de um princípio explicativo às observações de terreno, sendo “indispensável mostrar que em áreas pequenas e uniformes, há muitos gêneros e famílias” (DAR 205.5: 1). Para mostrar isso, Darwin contou as espécies vegetais num campo (*the Great Pucklands*) a fim de medir a diversidade de uma área dada. Por outro lado, começou em novembro de 1854, um trabalho de aritmética botânica, procurando uma articulação quantitativa entre divergência e modelo continental (i.e. sem isolados) de especiação. Pouco a pouco, Darwin identificou os grupos em extinção e os grupos “ricos” em evolução, relacionando ambos às condições locais, a fim de determinar o “*locus*” da especiação.

Em 1855, Darwin definiu um modelo experimental: um pedaço de terreno de alguns decímetros quadrados:

Julho. 18 /1855 — Em Sandwalk Wood nesta primavera arbustos espinhosos cresceram enquanto as folhas apenas brotavam — Nenhuma mostarda-dos-campos crescendo por causa das ervas daninhas — Nov. em 3 lugares, cada um muito pouco maior do que a palma da mão, descobri em um, 6 plantas, em um outro, 3 e no ultimo, 1 (virou muito frio.—) Ora, campo cultivado há uns 15 anos mas separei essa parte em plantei e no fim do outono virou uma massa espessa e enredada. [...] (DAR 205.2: 119)

A aritmética botânica e a observação *in situ* se combinavam à invenção conceitual, Darwin procurando dar visibilidade aos dados para conceber melhor a relação entre princípio de divergência e seleção natural.

Desde o mês de novembro de 1854, Darwin tinha reunido três peças essenciais da sua solução do problema da divergência:

1) Relações mutuas entre espécies como causa indireta das variações:

Na medida em que as condições de cada espécie (com exceção talvez de algumas lutando contra condições físicas, como no extremo norte ou em nascentes quentes) dependem das outras espécies, é muito improvável uma espécie manter-se sem modificação, enquanto todas, ou quase todas as outras, se modificam; portanto, podemos esperar que todas as espécies numa massa se modifiquem “mais ou menos” juntas. Mas lembrar mostrar [que] isso não é resultado necessário da mudança das condições, apenas resultado indireto.

(DAR 205.9: 260>

2) Divergência sem isolados, levando Darwin a enfatizar a intensidade da seleção

3) Divisão do trabalho já invocada nessa época :

não há lei de progresso mas tempo dá mais oportunidades de competição e permite mais seleção; e dá mais vantagem a todos os organismos que vivem no mesmo lugar – como na *competição do trabalho* – resultado talvez mais complicado e mais perfeito; porém impossível avaliar. E é preciso repetir e enfatizar que essas observações se aplicam apenas a formas consideravelmente modificadas. (DAR 205.9: 250)

Aparece que a aplicação da divisão do trabalho de Smith às condições ambientes dos seres vivos está no centro do princípio de divergência. Na *Origem*, essa centralidade formula-se a través da ideia de que uma “quantidade maior de vida” pode sustentar-se onde formas divergentes ocupam um território comum. Darwin formula um equivalente da divisão do trabalho para a natureza biológica em janeiro de 1855:

Jan 30 /55/. Sobre teoria da Descendência: Divergência implicada & acho diversidade de estruturas sustentando mais vida assim modificada. Ora considerando quantidade de vida sustentada em área dada, ao lado do elemento do tamanho, como em árvores & Elefantes, fora do período de não atividade do inverno nos climas frios, acho elemento tal como nível de intercâmbio químico deveria ser usado, se possível, como medida da vida, por exemplo quantidade de ácido carbônico rejeitado ou de oxigênio em plantas.— Fui levado a isso observando uma charneca coberta de espessa camada de urze, & um prado fértil, ambos lotados, porém sem dúvida mais vida no último do que na primeira; & dai (em parte) mais animais sustentados. Isto “é” [ilegível] causa final, mas “simples” [mere] resultado da luta [Schweber 1980 195-289, Browne 1980 p. 71] / Isto “não é” [ilegível] causa final, mas “simples” [mere] resultados da luta [Ospovat 1981, 180-181] / Isto “não é” [ilegível] causa final, mas “antes” [more] um resultado da luta [Kohn 1985 p. 256] (tenho que refletir profundamente sobre essas proposições).—

Charnecas, Pinhais, Lagos, regiões do Ártico, muitos indivíduos poucas espécies.— Então: se poucas espécies pode ter muitos indivíduos comparativamente às espécies, quando muitas existem numa área de mesmo tamanho.— Devemos portanto dar conta de poucas espécies, onde poucos meios de subsistência, o que talvez seja quase evidente.—

Número de espécies depende de número crescente em proporção geométrica — porque relações tornam mais e mais complexas.

[Mais importante comparação seria uma área de terreno uniforme e muito fértil e uma área de terreno muito estéril de mesmo tamanho; qual sustentará proporcionalmente ao número de espécies as formas mais diversas?

Sempre lembrar-se de como organismos estão mais importantemente relacionados uns aos outros

Em regiões polares, têm que combater apenas o frio extremo, não relações complexas.— Mesma coisa nas montanhas. (DAR 205.3: 167)

Duas observações a propósitos das várias transcrições numa parte dessa nota manuscrita, quase ilegível como, muitas vezes. A primeira observação diz respeito à causa final. A leitura de Browne (a palavra ilegível não seria uma negação) não faz diferença real, só torna a nota de Darwin um pouquinho mais prudente diz respeito à teologia natural. Na leitura de Browne, Darwin diria que podemos usar a noção de finalidade na natureza a condição de reconhecer o seu mecanismo eficiente que é o único objeto da ciência da natureza. Nas outras leituras, a rejeição da causa final é mais nitidamente expressa. A segunda observação remete às duas opções : *mere* (“simples”) ou *more* (“antes” no presente contexto). Aqui também, temos apenas uma variação de ênfase, *mere* sendo a leitura mais forte. Ao final, a versão mais forte seria *não + mere*, a mais fraca $\emptyset + more$. O essencial permanece que contra toda a tradição da teologia natural, Darwin afirma que as “harmonias”, “series”, “combinações numéricas” etc. exprimindo uma ordem superior, um desenho e um equilíbrio “ecológico” (como Haeckel chamar-lo-a) não passam de consequências colaterais da luta dos organismos pela sobrevivência.

O passo decisivo de Darwin, então, foi de explicitar (“refletir profundamente”) a relação entre o princípio de divergência e o princípio da seleção natural, o que levou ao diagrama da árvore na *Origem* e ao seu comentário, que descreve como divergência e seleção natural operam juntas para produzir novas formas e novas *taxa*. Esse trabalho de reflexão profunda, mistura de escrita, reescrita, observação e experimentação, começou em junho de 1855 e desenvolveu-se até o mês de março de 1857, quando Darwin redigiu o essencial da secção dedicada à divergência. A partir do verão de 1855 até maio de 1858, Darwin conduziu uma série de experiências em Down sobre pequenas superfícies de pradaria, de relvado e de pomar entre 5 e 10 metros quadrados para estudar diversidade, dominância, luta e sobrevivência. Ele chegou a estabelecer a ligação entre a seleção natural e a divergência em uma nota escrita no dia 19 de agosto de 1855 e em uma segunda nota um ano mais tarde, no fim de setembro de 1856:

Ag 19 /55/ devido ao poder de propagação não apenas tanto indivíduos amontoados mas também “formas”, pois mais sustentam-se em mesma área quando diversas, quanto quando da mesma espécie (aqui discutir casos de muitos gêneros em vários pontos e várias condições [...]) — assim como quando muitos indivíduos amontoados, alguns morrerão, formas também. criação causa extinção – como nascimento de jovens causa morte de velhos.— Toda classificação é a consequência de mais formas distintas sustentadas na mesma área. (DAR 205.5: 157)

Set 23 /1856/A vantagem em cada grupo tornar tanto mais diferente quanto possível, pode comparar-se ao fato de que por divisão do trabalho mais pessoas sustentam-se em cada país – Não apenas os indivíduos de cada grupo se esforçam uns contra os outros, mas também todos os seus grupos com todos os seus membros, alguns mais numerosos, alguns menos, lutam contra todos os outros grupos, sendo de fato a consequência da luta individual— (DAR 205.5: 171)

Notamos que em setembro de 1856 Darwin colocou no cerne da divisão do trabalho (que serve a relacionar divergência e seleção) lutas não apenas intraespecíficas mas também interespecíficas (como na *Origem*). A seleção natural era suficientemente amplificada para superar o cruzamento e dar conta da origem das espécies. O princípio de divergência *stricto sensu* (“mais vida pode sustentar-se...”) era doravante baseado sobre um argumento complexo em que a seleção entre espécies e dentro das espécies, produtora da divisão do trabalho da vida, apoiava a divergência.

Darwin começou a redigir *A Seleção Natural* em maio de 1856. Chegou ao capítulo sobre a seleção natural em março de 1857. A conceptualização estava em ordem. Só faltavam os cálculos da aritmética botânica. Em abril de 1858, Darwin acrescentou à secção original sobre a divergência o famoso diagrama da árvore (fig. 5). Em setembro 1858, ele escreveu o capítulo 4 da *Origem* e o longo comentário do diagrama.

4. A árvore da contingência

Operando juntas, divergência e seleção natural remetiam à existência regular, na natureza, de condições de seleção e dum processo dinâmico levando à divergência das formas. O argumento de Darwin era que as situações “ecológicas” que o princípio de divergência descreve eram elas mesmas situações adaptativas, ou seja que os *indivíduos* eram sujeitos à seleção.

Adam Smith foi um grande inspirador de Darwin. As “relações mutuais” de Darwin, ou seja o conjunto complexo (até supercomplexo) formado pelas outras criaturas, cada grupo sendo concorrente de cada outro, constituem uma situação adaptativa onde a seleção exerce-se. A “divisão do trabalho” opera simultaneamente com a concorrência. Ela é tratada por Darwin como uma vantagem seletiva e ao mesmo tempo como o resultado da seleção, essa última continuando na luta contra outras

espécies. Assim, sobre uma área dada, plantas serão ainda melhor sucedidas desde que serão de tipos variados, tirando água e nutrientes a diferentes profundezas e com diferentes densidades.

Além de tudo isso, os capítulos 3 et 4 da *Origem* acrescentaram um desenvolvimento da tese de que a seleção leva à adaptação. Darwin chegou a essa concepção bem definida da adaptação apenas a partir do momento que aceitou a ideia duma grande variabilidade das espécies. Antes de 1844, na época do *Ensaio*, Darwin pensava que o grau de variabilidade na natureza era muito pequeno. No *Caderno E*, por exemplo, ele notou:

Pode-se dizer que animais selvagens variarão, conforme minhas concepções malthusianas, dentro de certos limites, mas não além desses.–
(*Notebook E* 136)

Chegado ao ponto da sua reflexão que se exprime na *Origem*, Darwin podia apoiar-se sobre a suposição formulada no capítulo 2 (“Sobre a variação no estado de natureza”) de que as espécies testemunham uma grande variabilidade individual hereditária. Em conjunto com a divergência a seleção natural opera sobre uma variabilidade abundante: uma vantagem adaptativa favorece a seleção de formas cuja diversidade lhes permite de explorar vários aspectos do território. Essa situação, enfim, favorece a seleção das formas mais divergentes e a eliminação das intermediárias. O resultado é, em um território dado, a composição de formas especializadas que, apesar de produzidas pela seleção natural não são exatamente o resultado duma luta ou duma concorrência direta mas duma divisão do trabalho. Para usar o exemplo imaginário de Darwin, a condição de existência de duas variedades da mesma espécie de carnívoro, uma mais veloz e a outra mais robusta não é a sua capacidade geral de capturar presas mas a sua capacidade mais especializada de capturar presas velozes ou presas pesadas.

Os argumentos de Darwin em favor do princípio de divergência apoiam-se sobre uma premissa que funciona mais como um quadro de pensamento que como um princípio ou uma hipótese a ser evidenciada⁹⁴: essa é a ideia de que há uma bondade inerente na maximização da vida num território dado. A diversificação das

⁹⁴ Veja em particular GOULD 2002, *passim*.

formas assegura essa maximização: mais *taxa* em um território, mais diversificados esses *taxa*, maior a quantidade total de vida.

[...] eu afirmo a importância extrema do reconhecimento pleno de que a quantidade de vida em qualquer região e, mais ainda, o número de descendentes modificados de um ancestral comum, dependerão por uma parte essencial da quantidade de diversificação a qual esses descendentes foram submetidos, de modo que preencherão tantos postos diferentes quanto possível no vasto plano da Natureza. (DARWIN 1975, p. 234)

Darwin sugeriu que

a melhor medida da quantidade vida é provavelmente o quantum de composição e decomposição química em um certo período. (DARWIN 1975, p. 228)

Além dessa medida hipotética, Darwin explica a maximização pela analogia com a divisão do trabalho. Assim, na *Origem*:

A vantagem da diversificação entre os habitantes da mesma região é de fato o mesmo que a da divisão do trabalho fisiológico entre os órgãos do mesmo corpo individual – assunto tão bel elucidado por Milnes Edwards. Nenhum fisiólogo põe em dúvida que um estômago adaptado à digestão somente da matéria vegetal ou animal, tire destas substâncias a maior quantidade de nutrientes. Da mesma forma, na economia geram de um país qualquer, quanto mais os animais e as plantas se diversificam em função de vários hábitos de vida, tanto maior o número de indivíduos capazes de sobreviver nesse país. (DARWIN 1859 p. 115-16)

Assim como em Smith o beneficiário da divisão do trabalho não é o indivíduo mas o *commonwealth*, a comunidade econômico-política, em Darwin, a beneficiária da divisão do trabalho biológico não são as espécies que sobrevivem e prosperam mas a própria vida através da maximização.

Podemos agora, depois desse percurso esquemático, voltar ao texto com que abrimos este artigo e que fecha a *Origem*.

O trecho abre-se sobre a imagem da maximização sob forma duma complexidade extrema. Vêm em seguida as grandes leis, em pouco número, cuja sucessão no texto culmina na divergência dos caracteres e a extinção que caracterizam o tipo de “mutacionismo” que Darwin tenta pensar e entender. A conclusão que Darwin tira imediatamente (morte, fome) parece entrar em conflito com a visão inicial duma plenitude vital. Mas sabemos que não é bem o caso. Está em jogo a recusa da noção duma harmonia natural. Decorre das “leis” que a extinção é fundamentalmente a mesma coisa do que o surgimento de espécies melhor

adaptadas e que para Darwin não pode ter plenitude (maximização) sem extinção de variações intermediárias e das formas ancestrais. Isso é a grandeza da visão da vida em termo de seleção e divergência, que agora permite de sugerir a imagem da árvore (“senão a uma [forma] só”) sem abandonar aquela do emaranhado.

Antes de Darwin, as representações de um “sistema da natureza”, pressupuseram como fundamentação uma ordem complexa, abstrata e nomológica, resultado de um desenho divino ou natural, cuja significação era profunda demais para ser compreendida pelo entendimento humano. Segundo Louis Agassiz, que estudara em Munique com Lorenz Oken, cada espécie representava uma ideia divina, encarnada na ordem natural dos seres vivos cuja taxonomia exprimia então uma imagem de relações internas dos itens do pensamento divino. Vimos tal representação também no quintarianismo e na ordem escondida da série de Lamarck. Ora,

A variabilidade de cada espécie é completamente independente daquela de todas as outras. O fato de que a seleção natural tira vantagem dessa variabilidade e de que as variações se acumulam mais ou menos, causando assim um grau maior ou menor de modificação nas espécies variando, depende de diversas contingências complexas –do caráter benéfico da variabilidade, a potencia dos cruzamentos, da taxa de reprodução, da mudança gradual das condições físicas do país e mais particularmente da natureza dos outros habitantes com os quais a espécie variando compete. (DARWIN 1859, p. 314)

Não apenas não se deve tentar descobrir uma ordem escondida invés de formular as grandes leis simples que determinam a vida como história, mas também não se deve tirar dessas leis a ideia duma previsão possível de qualquer estado futuro do mundo vivo a partir do conhecimento ideal do estado presente. A comparação com o sistema solar revela então sua função dupla. Por um lado, ela inscreve a história natural no campo das ciências mais rigorosas, invertendo, porém, a hierarquia comum entre a ciências, ao dar o lugar de destaque à ciência do ser vivo. Por outro lado, ela opõe a grandeza duma visão que une destruição e proliferação para produzir ramificações e relações históricas extremamente complexas, à uniformidade “pobre” e unilateralmente determinista dos movimentos astronômicos. A árvore da vida recorda os caminhos complexos não apenas duma história complexa mas de várias histórias contingentes e probabilistas que, graças às leis gerais enumeradas por Darwin, se oferecem a explicações tanto rigorosas quanto as explicações físicas *ex post*, mas não a previsões *ex ante*. Ao longo da *Origem*, Darwin frisa que a

solução de muitos problemas relativos às espécies e a interação entre grupos deve ser procurada nas histórias contingentes e anteriores das linhagens individuais e não em leis que afetariam todos os seres vivos de forma idêntica e simultânea.

Portanto, contingência e probabilidade não testemunham uma falha do nosso conhecimento. Da mesma forma que a necessidade decorre da seleção natural, da relação população/recursos e da divergência, elas resultam das propriedades intrínsecas do ser vivo como ser histórico. Isso dá ao “golpe ao amor próprio” humano de que fala Freud a propósito de Darwin (entre Copérnico e ele mesmo) uma significação que ultrapassa o simples fato do homem e dos grandes macacos partilharem um ancestral comum. Pois, o sucesso dos mamíferos nem pode escapar à mais radical contingência: eles, e portanto o homem, são apenas uma possibilidade realizada entre várias outras, igualmente prováveis, e que só circunstâncias contingentes, sem preordenação alguma, impediram de se realizar. Isso, na verdade, é o rochedo que nenhuma forma mais ou menos sutil de acomodação antropomorfa ou teológica da teoria darwinista pode quebrar.

BIBLIOGRAFIA

BROWNE, J. Darwin's botanical arithmetic and the principle of divergence. 1854-1858.

Journal of Historical Biology, 13, 1980, p. 53-89

DARWIN, Charles. **A Monograph On the Sub-class Cirripedia. I. The Lepadidae or Pedunculated Cirripedes**. London: Ray Society, 1851

DARWIN, Charles. **Charles Darwin's Notebooks 1836-1844**. Edited by Paul H. Barrett, Peter J. Gautrey, Sandra Herbert, David Kohn, Sydney Smith. Ithaca, New York, British Museum (Natural History) : Cornell University Press, 1987

DARWIN, Charles. **Natural Selection (1856-1858)**. Edited by R. C. Stauffer, Cambridge: Cambridge University Press, 1975

DARWIN, Charles. **On the Origin of Species by means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life**. 1st edition, London: John Murray, 1859

DARWIN, Francis (ed.). Charles Darwin, **The Foundations of The origin of species. Two essays written in 1842 and 1844.** Cambridge: Cambridge University Press, 1909

DARWIN, Francis (ed.). Charles Darwin, **The Life and Letters of Charles Darwin, including An Autobiographical chapter,** 3 vols. London: John Murray, 1887

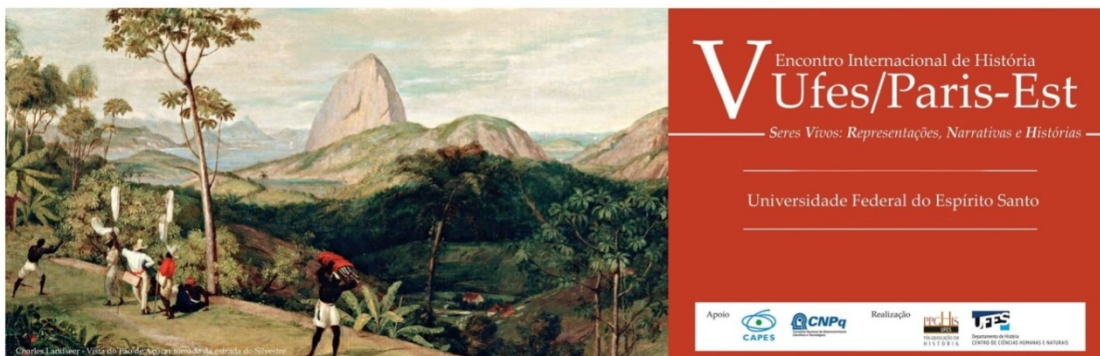
GOULD, Stephen Jay. **The Structure of Evolutionary Theory.** Cambridge, Ma: The Bellknap Press of Harvard University Press, 2002

KOHN, David. Darwin's Principle of Divergence as Internal Dialogue. In KOHN, David (ed.). **The Darwinian Heritage.** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1985, p. 245-257

OSPOVAT, D. **The Development of Darwin's Theory: Natural History, Natural Theology and Natural Selection, 1838-1859.** Cambridge UK: Cambridge University Press, 1981

SCHWEBER, S. S. Darwin and the political economists: divergence of character. **Journal of the History of Biology,** 13, 1980, p. 195-289

SWAINSON, William. **A Treatise on the Geography and Classification of Animals.** London: Longman, Rees Orme, Brown, Green & Longman, 1835



FREUD E A PSICANÁLISE COMO “CIÊNCIA DA NATUREZA”

Olga Maria M C de Souza Soubbotnik
Profa Aposentada do Depto Psicologia/Ufes
Grupo de Pesquisa Psicanálise na Universidade
Psicanalista da Escola Letra Freudiana/RJ

Introdução

Uma das afirmativas polêmicas feitas por Sigmund Freud é a de que a psicanálise é uma ciência da natureza. Foi o ponto de vista que sustentou desde os primórdios até a maturidade, desde a época do *Projeto para uma psicologia científica* (1895) até seu último trabalho, *O Esboço de psicanálise*, interrompido antes da conclusão por causa de sua morte em 1939. Um psicanalista ou estudioso da psicanálise dos dias atuais problematiza os dois pontos da assertiva: o que tange à cientificidade da psicanálise e, como se não bastasse, o seu alinhamento dentre as ciências naturais. Especialmente a psicanálise mais divulgada e que, no Brasil, dá o tom das discussões atuais, a escola francesa iniciada por Lacan, muito marcada, pelo menos em seus primórdios, pelo estruturalismo de Lévi-Strauss que aprofunda a divisão entre natureza e cultura, parece destoar das afirmativas freudianas.

Para este colóquio sobre seres vivos fomos buscar, de início, o sentido desta enigmática designação da psicanálise como ciência da natureza no contexto das discussões em jogo na época dentro da qual ela surgiu. Este contexto pode ser considerado em dois níveis: 1- o contexto mais amplo, formado pelo quadro das discussões com o qual teve que se confrontar a psicanálise no momento da sua emergência, e dentro do qual precisou situar-se; 2- o contexto mais restrito da

formação específica de seu fundador, Sigmund Freud, esboçado nas menções de sua autobiografia aos principais determinantes da sua formação científica.

A biografia científica de Freud

Neste trabalho privilegiamos o segundo, a biografia científica de Freud, tomando como guia seu trabalho de 1925 cujo título – *Selbstdarstellung* – foi traduzido por *Estudos autobiográficos*.

“[...] a história de minha vida e a história da psicanálise [...] se acham intimamente entrelaçadas. Este Estudo autobiográfico mostra como a psicanálise veio a ser todo o conteúdo de minha vida e, com razão, presume que minhas experiências pessoais não são de qualquer interesse ao se traçar um paralelo de minhas relações com aquela ciência.” (FREUD, 1980/1925: 89)

Freud relata dessa forma os interesses mais precoces de sua vida até sua opção pela medicina, aos 17 anos:

“Meu profundo interesse pela história da Bíblia (quase depois de ter aprendido a arte da leitura) teve, conforme reconheci muito mais tarde, efeito sobre a orientação do meu interesse. Sob a influência de uma amizade formada na escola com um menino mais velho que eu, e que veio a ser conhecido político, desenvolvi, como ele, o desejo de estudar Direito e de dedicar-me a atividades sociais. Ao mesmo tempo, as teorias de Darwin, que eram então de interesse atual, atraíram-me fortemente, pois ofereciam esperanças de extraordinário progresso em nossa compreensão do mundo; e foi ouvindo o belo ensaio de Goethe sobre a Natureza, lido em voz alta numa conferência popular pelo professor Carl Brühl, pouco antes de eu ter deixado a escola, que resolvi tornar-me estudante de medicina.” (FREUD, 1980/1925:19)

A gama dos interesses sem referência a autor específico, indicada no início do parágrafo, é ampla: História, religião, direito, problemas sociais. Em seguida surgem os nomes de Darwin e Goethe, seguidos pelo do professor Brühl. Darwin dispensa maiores comentários, sendo conhecido representante da inovação em biologia. Goethe, além de escritor, tem sua fama ligada à multiplicidade de seus dons e interesses, atestada em contribuições em diversos domínios do conhecimento. Dois autênticos inovadores e um terceiro, Brühl, no seu papel, não de criador de ideias originais como os primeiros, mas de difusor e veículo delas. “Naquela época, nem mesmo depois, senti qualquer predileção particular pela carreira de médico. Fui antes levado por uma espécie de curiosidade que era, contudo, dirigida mais para as preocupações humanas do que para objetos naturais.” (FREUD, 1980/1925:18)

O momento da escolha dos estudos de medicina, ainda que privilegie as preocupações humanas em relação aos objetos naturais, não exclui a coexistência de uma diversidade de interesses. No momento da decisão, as hesitações tiveram que ser sobrepujadas, forçosamente, para permitirem a ação, mas a diversidade dos interesses não desapareceu. Como seu trajeto posterior virá testemunhar, e como o próprio Freud não cessou de dizer, mesmo muitos anos mais tarde, não houve renúncia definitiva. O interesse pela medicina, que não era muito marcante, assim permaneceu depois da entrada na universidade, e nos anos subsequentes. Os efeitos mais imediatos desse desinvestimento sobre o trajeto do então estudante foi o prolongamento da duração de sua formação médica por três anos além do tempo usual.

Dentro da escola de medicina, Freud interessou-se muito mais pela pesquisa do que pela prática médica, e foi no *Laboratório de fisiologia* de Ernst Brücke, conta ele, “onde encontrei tranquilidade e satisfação plena – e também homens que pude respeitar e tomar como modelos: o próprio grande Brücke e seus assistentes, Sigmund Exner e Ernst Fleischl Von Marxow.” (FREUD, 1980/1925: 20)

Foi a contragosto e com grande pesar que, premido por necessidades financeiras, afastou-se da carreira teórica no Laboratório de fisiologia de Brücke, onde trabalhara desde 1876, para concluir os estudos que lhe dariam acesso ao exercício da clínica médica, na urgência de poder obter, com essa atividade, o necessário para seu sustento.

Em 1882, então, Freud deixou o laboratório de fisiologia e, segundo a tradição da formação médica na época, ingressou no hospital geral onde passou por vários departamentos. Dentre eles menciona, com destaque, os cerca de seis meses em que esteve sob a orientação do neurologista e psiquiatra Theodor Meynert. “Num certo sentido, não obstante, [escreveu Freud, comentando mais tarde esse período da sua vida] permaneci fiel à linha de trabalho na qual originalmente me iniciara” (FREUD, 1980/1925: 21). Ele não abandonou a pesquisa, utilizando os intervalos das suas ocupações no hospital para continuar dedicando-se à ela. Mas a essa altura, sua pesquisa tinha sido redirecionada, pois “Meynert [...] lhe dera acesso ao laboratório [no Instituto de Anatomia Cerebral], mesmo durante as ocasiões em que na realidade não trabalhava mais sob sua orientação” (FREUD, 1980/1925: 21)

Suas pesquisas em neurologia tiveram, a princípio, uma orientação mais teórica, voltada para a anatomia cerebral. Posteriormente, tomarão um sentido clínico. Porém, seus problemas de subsistência persistiram, pois

“Do ponto de vista material, a anatomia do cérebro certamente não era melhor do que a fisiologia, e, tendo em vista considerações pecuniárias, comecei a estudar as doenças nervosas. Havia naquela época, em Viena, poucos especialistas nesse ramo da medicina, o material para seu estudo estava distribuído por grande número de departamentos do hospital, não havia oportunidade satisfatória para aprender a matéria, e se era forçado a ser professor de si mesmo.” (FREUD, 1980/1925: 22)

Além dos estudos de neuroanatomia, realizou também estudos e publicações de observações clínicas sobre doenças orgânicas do sistema nervoso, e chegou a notabilizar-se pelos seus diagnósticos confirmados *post-mortem*, atraindo com eles a afluência de médicos norte-americanos para assistirem suas conferências sobre pacientes.

Em 1885 foi nomeado Conferencista na Universidade de Viena. O posto de *Privatdozent*, próprio das universidades na Áustria, na Alemanha e na Suíça, era conferido a poucos professores e significava valorização e reconhecimento de competência. Seus portadores constituíam uma elite pouco numerosa, mas não recebiam salário e nem tinham direito a participar das reuniões. Podiam, por outro lado, ministrar aulas, no mais das vezes sobre tópicos fora do currículo regular. (JONES,1979: 96)

Ainda no ano de 1885, Freud recebeu uma bolsa para realizar dezenove semanas de estudos com Charcot em Paris, na Salpêtrière. Jones nos lembra que nesta época a Salpêtrière era considerada “a Meca dos neurologistas” (JONES,1979: 224)

Na volta, em fevereiro de 1886, passou algumas semanas em Berlim, na clínica de Adolf Baginsky, “a fim de adquirir um pouco de conhecimento sobre os distúrbios gerais da infância.” (FREUD, 1980/1925: 25). Ele tinha sido convidado a dirigir o departamento de doenças nervosas infantis do Instituto Kassowitz e estava preparando-se para assumi-lo. De volta a Viena, nesse mesmo ano, estabeleceu-se como médico e casou-se.

A respeito do período de 1886 e 1891, escreveu o seguinte comentário: “realizei poucos trabalhos científicos e não publiquei quase nada. Estava ocupado em

estabelecer-me em minha nova profissão e em assegurar minha própria existência material, bem como a de uma família que aumentava rapidamente.” (FREUD, 1980/1925:30)

O trabalho como neurologista confrontou Freud com tal limitação de recursos terapêuticos que foi impulsionado a desenvolver estudos subsequentes para responder às demandas de sua clínica. É que a maioria dos pacientes que o procuravam em seu consultório não eram portadores de doenças do sistema nervoso, mas psiconeuróticos. Com eles os seus conhecimentos de neurologia tinham pouca utilidade, e os recursos usados nos tratamentos disponíveis no meio médico de Viena para esse tipo de queixa eram altamente ineficazes. Na busca de alternativas, Freud começou a utilizar a hipnose com esses pacientes e em 1889, viaja a Nancy, ao encontro de Bernheim, para aperfeiçoar sua técnica.

Seus estudos cedo esgotaram as possibilidades oferecidas pelos saberes constituídos da época, sem resultados satisfatórios. Essa situação o reconduz ao caminho da pesquisa, que sempre fora, na verdade, seu interesse maior. Dá-se nesta ocasião a consolidação do novo campo de pesquisa, com seu afastamento definitivo da neurologia, rumo à invenção da psicanálise. Jones considera a nota obituária de Charcot escrita por Freud em setembro de 1893 como o “final do período ativo de Freud como neurologista.” (JONES,1979: 234)

Depois de ter-se afastado da pesquisa para estabelecer-se como médico, e ter permanecido certo tempo nesta condição, Freud voltou a fazer da pesquisa o “principal interesse de [sua] vida” (FREUD, 1980/1925:30), desta vez no novo contexto criado pela sua própria invenção, a psicanálise. Deixando para trás os laboratórios, o local de pesquisa da ciência nascente vinha a ser o próprio consultório, e o material pesquisado já não era mais o sistema nervoso. A pesquisa de Freud toma como objeto de estudo algo inteiramente novo para a “ciência da época”: a palavra, a fala do paciente em análise. É a partir desse material que construirá as hipóteses teóricas da sua “nova ciência”.

Em 1893 escreveu *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos* e em 1895, em colaboração do Joseph Breuer, os *Estudos sobre a histeria*, textos em que já estão colocadas concepções originais sobre o funcionamento da vida psíquica,

esboços de elaborações teóricas realizados a partir de material colhido na escuta clínica.

O material de base da construção psicanalítica de Freud vinha da escuta dos sintomas dos pacientes em tratamento psicanalítico. Mas, tendo percebido a conexão existente entre as diversas manifestações da vida mental, entre os sonhos relatados pelos pacientes e os sintomas psicopatológicos dos quais se queixavam, pouco a pouco, a psicanálise deixou de ser apenas “uma ciência auxiliar no campo da psicopatologia”, mostrando ser

[...] uma ciência nova e mais profunda da mente, que seria igualmente indispensável para a compreensão do normal. Seus postulados e achados poderiam ser levados a outras regiões da ocorrência mental; estava aberto para ela um caminho que conduzia muito longe, até as esferas do interesse universal. (FREUD, 1980/1925: 62)

Finalmente, em 1935, no pós-escrito a sua autobiografia, a respeito dos seus últimos estudos que ampliam uma vez mais o campo de interesses da psicanálise, Freud escreveu: “Meu interesse, após fazer um *détour* de uma vida inteira pelas ciências naturais, pela medicina e pela psicoterapia, voltou-se para os problemas culturais que há muito me haviam fascinado, quando eu era um jovem quase sem idade suficiente para pensar.” (FREUD, 1980/1925: 91)

Esta é uma referência a trabalhos do tipo de *Totem e tabu* (1912), *O futuro de uma ilusão* (1927), *O mal estar na civilização* (1930), nos quais as elaborações feitas a partir dos estudos clínicos de indivíduos são estendidas aos fenômenos e manifestações coletivas e/ou culturais, isto é, ultrapassam tanto o campo da psicopatologia quanto o da subjetividade individual. Em 1930, quando ganha o prêmio Goethe de literatura, refere-se ao acontecimento como: “o clímax da minha vida de cidadão.” (FREUD, 1980/1925: 91) Curiosamente, aquele que reivindicava para si a invenção de uma nova ciência obtém reconhecimento na forma de um prêmio literário e, além disso, considera-o seu momento de clímax.

De início, em colaboração com Breuer e, logo depois, por dez anos no isolamento até a chegada dos primeiros seguidores, Freud construiu um novo campo de conhecimento que denominou Psicanálise, cujo estatuto estamos aqui a interrogar, mas que ele próprio chamou de uma nova “ciência”, mais especificamente, uma “ciência da natureza”.

A psicanálise como ciência da natureza

Dois textos freudianos, distantes de mais de quarenta e três anos, sustentam a mesma posição. O primeiro, de 1895:

“A intenção é fornecer uma psicologia que seja uma ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, dando assim a esses processos um caráter concreto e inequívoco.” (FREUD, 1980/1895: 395)

O segundo, de 1938:

“Enquanto a psicologia da consciência nunca foi além das sequências rompidas que eram obviamente dependentes de algo mais, a outra visão, que sustenta que o psíquico é inconsciente em si mesmo [isto é, a psicanálise], capacitou a Psicologia a assumir seu lugar entre as ciências naturais como uma ciência. Os processos em que está interessada são, em si próprios, tão incognoscíveis quanto aqueles de que tratam as outras ciências, a Química ou a Física, por exemplo; mas é possível estabelecer as leis a que obedecem e seguir suas relações mútuas e interdependentes ininterruptas através de longos trechos - em resumo, chegar ao que é descrito como uma “compreensão” do campo dos fenômenos de novas hipóteses e criação dos novos conceitos, e estes não devem ser pormenorizados com indício de embaraço de nossa parte, mas, pelo contrário, merecem ser apreciados como um enriquecimento da Ciência. (FREUD, 1980/1938: 183)

Podemos agora realizar uma visão de conjunto do contexto da formação científica de Freud. O contexto inicial pode ser reconstituído a partir dos personagens decisivos para o seu percurso apontados em sua autobiografia, onde os primeiros nomes citados são, na ordem: Darwin, Goethe e Carl Brühl. A influência ocorreu nos anos precoces, adolescentes, época dos interesses extensos e difusos cuja superação Freud considera uma condição necessária à produção de algo de valor.

Os primeiros mestres, aqueles que o marcaram efetivamente, foram aqueles que encontrou durante a formação universitária: o “grande” Ernst Brücke do Laboratório de Fisiologia e seus dois assistentes Sigmund Exner e Ernest Fleischl Von Marxow. Foi sob a influência deles que se construiu a base da sua formação de pesquisador, ao mesmo tempo em que se deu o amadurecimento intelectual do adolescente para torna-lo capaz de se “concentrar [...] exclusivamente em um único assunto ou problema”, “em completo contraste com o caráter difuso de meus estudos durante os primeiros anos de universidade”. (FREUD, 1980/1925: 21),

Outro personagem marcante foi Theodor Meynert, do Instituto de Anatomia Cerebral, seguido por Charcot, da Salpêtrière, Baginsky de Berlim e Kassowitz do Instituto

Kassowitz (instituto público de Viena para tratamento de doenças infantis, onde Freud ficou encarregado de um departamento de doenças nervosas de crianças). Há ainda Breuer, conhecido médico vienense, que o acompanhou inicialmente no uso da hipnose no tratamento de pacientes neuróticos.

Ernest Jones, o biógrafo oficial de Freud, chama atenção nesse conjunto para a importância dos momentos iniciais da formação de Freud, pois teriam deixado as marcas mais permanentes em todo o trajeto posterior, mesmo depois que deixou a fisiologia e a neurologia para dedicar-se inteiramente à sua própria descoberta, a Psicanálise. Ter-se-ia mantido a concepção de ciência que se formou então a mesma que o fundador da psicanálise transportou para o novo campo ainda inexplorado?

“Tem sido frequentemente conjecturado que as teorias psicológicas de Freud datam de seu contato com Charcot ou Breuer, ou mesmo de mais tarde. Ao contrário, pode ser mostrado que os princípios dos quais construiu as suas teorias eram os que havia adquirido quando estudante de Medicina, sob a influência de Brücke. A emancipação dessa influência consistiu não em uma renúncia aos princípios, mas no fato de ter-se tornado apto a aplicá-los empiricamente aos fenômenos mentais, ao mesmo passo que rejeitava quaisquer bases anatômicas.” (JONES, 1979: 76)

O movimento que construiu o ambiente científico dentro do qual o jovem Freud se formou teve origem nos anos 1830-1840. Entre 1833 e 1838 surgiu o *Manual de fisiologia humana* de Johannes Müller que formulou a teoria da energia específica dos nervos e revolucionou a neurologia. O clima epistemológico da Alemanha, à medida que avança o século, foi marcado pelos avanços da fisiologia. No círculo dos alunos de Müller surge a importante linhagem dos fisiologistas alemães: Du-Bois-Reymond, Virchow, Helmholtz. “[...] que formarão, por sua vez, as gerações do último quarto do século. Wundt, fundador da Psicologia Científica depois de Lotze, é formado por Helmholtz.” (ASSOUN, 1981: 59)

O instituto em que trabalhou o jovem estudante de medicina Sigmund Freud fazia parte do movimento científico conhecido como a Escola de Medicina de Helmholtz. Sua história iniciou-se no começo da década de 40, com a amizade entre Emil Du Bois-Reymond (1818-1896) e Ernst Brücke (1818-1892), acrescida posteriormente por Hermann Helmholtz (1821-1894) e de Carl Ludwig (1816-1895). Esse grupo deixou marcas profundas no pensamento científico da época e ficou conhecido, não apenas pelos resultados de suas pesquisas, como também pelo “espírito de

cruzada” em favor da conquista de adeptos à sua concepção de cientificidade, que reunia físicos e fisiologistas. Neste sentido, tornou-se paradigmático o juramento de Brücke e Du Bois-Reymond escrito em 1842: “Brücke e eu formalizamos um juramento solene pra levar à prática esta verdade: Nenhuma outra força, a não ser físico-químicas comuns, acham-se em ação ativa no interior do organismo. Nos casos em que não se possam obter informações através dessas forças, eventualmente, ter-se-á de encontrar um caminho específico ou a forma de sua ação por intermédio do método físico-matemático ou admitir novas forças, idênticas em dignidade às forças químico-físicas inerentes à matéria, e que são redutíveis à força de atração e repulsão.” (JONES, 1979:73)

Mantendo essa posição, Freud pode ser considerado “um descendente tardio de uma corrente obstinadamente fisicalista que se cristalizou desde os anos 1840 na Alemanha em torno deste famoso Berliner Gesellschaft, ilustrado pela prestigiosa trilogia Helmholtz-Brücke-Du Bois-Reymond.” (ASSOUN, 1981:46)

Tardio porque, ainda que contemporâneo da reação antinaturalista do final do século XIX conhecida por “disputa dos métodos” (*Methodenstreit*), que sustentava uma especificidade metodológica para a *Geisteswissenschaft* frente à *Naturwissenschaft*, Freud não abandonou a posição fisicalista partilhada com seu mestre em fisiologia dos primeiros anos.

A divisão *Naturwissenschaft* e *Geisteswissenschaft* tem uma dimensão ontológica e uma dimensão metodológica. Segundo Assoun, Freud jamais entrou nesta discussão. Sua posição a respeito da ciência excluía tal divisão, pois para ele a ciência só poderia ser ciência da natureza e “se a psicanálise é uma ciência digna desse nome, então ela é [e só pode ser] *Naturwissenschaft*” (ASSOUN, 1981: 44). A psicanálise sequer se colocaria numa posição dividida, tal com Wundt concebeu para a sua psicologia científica, admitindo o uso ora de um ora de outro método, de acordo com o objeto em estudo, pois para Freud ela estaria sempre na esfera das ciências da natureza.

A recusa de Freud ao dualismo metodológico encontra seu fundamento na recusa de qualquer outra forma de conhecimento que não a pesquisa científica e numa concepção unificada de método científico. Seja qual for o objeto ao qual se dirija,

será unicamente pela utilização da observação e da elaboração intelectual que o conhecimento científico surgirá:

Na qualidade de ciência especializada, ramo da psicologia – psicologia profunda ou psicologia do inconsciente [...] tem de aceitar a *Weltanschauung* científica. [...] Afirma que não há outras fontes de conhecimento do universo além da elaboração intelectual de observações cuidadosamente escolhidas – em outras palavras, o que podemos chamar de pesquisa – e, a par disso, que não existe nenhuma forma de conhecimento derivada da revelação, da intuição ou da adivinhação. [...] Sua contribuição à ciência consiste justamente em ter estendido a pesquisa à área mental. [...] Se, no entanto, a investigação das funções intelectuais e emocionais do homem (e do animal) é incluída na ciência, então se verá que nada é modificado na atitude da ciência como um todo, que nenhuma nova fonte de conhecimento ou novo método de pesquisa resultou daí. (FREUD, 1980/ 1933: 194)

O monismo metodológico predomina, em Freud, sobre o monismo ontológico, mas a psicanálise é uma ciência da natureza também porque seu objeto, o inconsciente, difere do objeto da psicologia da consciência, essa sim uma *Geisteswissenschaft*. Enquanto objeto metapsicológico, o inconsciente, por sua posição de “extimidade” em relação à consciência, faria parte da natureza, apoiando-se no pulsional.

Mas, como a extraterritorialidade do objeto da psicanálise em relação à consciência, posição que partilha com objetos de outras ciências colocados também no campo do natural, não esgota a questão da especificidade do seu próprio objeto nesse conjunto heterogêneo, permanecem questões sobre o estatuto do inconsciente e, conseqüentemente, sobre a obstinada insistência de Freud.

A medida que a preparação do presente trabalho avançava, tal insistência de Freud tornou-se sua principal questão. Comecei seguindo a via epistemológica, percorrendo interessantes caminhos abertos por Assoun, mas enquanto permaneci nela a firmeza de Freud em situar a psicanálise como uma ciência da natureza continuava um enigma intocado.

Foi quando, sob o impacto do documentário *O sal da terra*, de Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado (2014), a respeito da obra de Sebastião Salgado, minhas reflexões tomaram outra direção. No documentário se encontra a trajetória do fotógrafo apresentada na sucessão cronológica da produção das séries fotográficas, acompanhadas de comentários sob suas condições realização. Do rico conjunto formado pela obra de Salgado mostrado do filme, destacarei para comentá-lo apenas um percurso traçado pelas séries – *Workers* – que data de 1996, e *Exodus* e *África* de 2000 e 2007, respectivamente. E, finalmente, pela última série chamada de

Genesis, de 2013. A primeira foi elaborada num certo prolongamento das preocupações do ex-economista do Banco mundial com a incidência das transformações do mundo sobre a vida dos trabalhadores contemporâneos e reflete ainda as preocupações do estudante marxista da sua juventude. Fotógrafo social, fotógrafo de pessoas (como ele próprio se designa), ele prosseguiu, nas séries denominadas *Exodus* e *África*, sua aventura pelo mundo, registrando diferentes aspectos do sofrimento humano submetido a condições mais extremas. Conta ele que, a certa altura desse seu trabalho de registro encontrou-se doente. Doente da doença singular que acomete alguém que havia deixado de acreditar na espécie humana. O fotógrafo das luzes e sombras, desse encontro com o lado sombrio do ser humano, conta que: “Sai[u] machucado. Eu via morte... neste momento eu quis me retirar da fotografia”. “Somos um animal muito feroz, um animal terrível”, revela ele em entrevista à televisão em 16/09/2013 no programa Roda Viva*. Retoma, então, a fazenda herdada da família na cidade de Aymorés e, a partir daí, sua vida e sua obra passarão por uma transformação importante. Quando assume as terras que conhecera na infância em plena exuberância, encontra-as devastadas. O homem e a terra encontram-se num mesmo ponto. Em suas próprias palavras ele traduz essa identificação: “quando recebi essa terra ela estava tão ferida quanto eu.” Começam, então, as ações de recuperação da terra degradada que, em abril de 1998, deram origem ao Instituto Terra.

“Quando vi aquela vida voltar, comecei a achar que tinha uma esperança.” (Roda Viva, 16/09/2013). Na fotografia, a última série produzida por Salgado sob efeito dessa experiência, e que recebeu o título de *Genesis*, desvia-se um pouco do percurso de até então, a fotografia humana e social, para seguir uma nova direção: a fotografia ambiental, já que em *Genesis* vai retratar um pouco dos 46% do planeta que se encontram ainda intocados ou, nos palavras empregadas pelo próprio Sebastião, “encontram-se ainda hoje tal como eram na Gênese”.

O documentário sobre Salgado abriu outra leitura da afirmativa de Freud sobre a psicanálise como ciência da natureza, menos orientada por preocupações epistemológicas e mais voltada para seus efeitos éticos. Os problemas atuais com o meio ambiente vêm colocando em pauta discussões a respeito da ação do homem sobre a natureza e, com isso, sobre seu lugar no seio dela. Podemos nos interrogar sobre quais argumentos se fundamentam as ações tão frequentemente deletérias de

uma única espécie animal, o animal humano, sobre os demais seres animados e inanimados. Até que ponto a pretensa supremacia do ser humano sobre os demais forneceria certa justificativa para isso? Não me parece que Freud visasse invalidar ou negar o poder para interferir na natureza adquirido pelo homem e proporcionado pelo desenvolvimento da ciência, mas que apontasse pretensões que se introduzem, subrepticiamente, no uso desse poder. E pareceu-me de uma atualidade inegável a sua posição de não assinalar ao ser humano uma supremacia em relação aos demais seres da natureza, mesmo sendo ele capaz de produzir algo tão valioso quanto o conhecimento científico.

Alinhando a revolução realizada pela descoberta do inconsciente à revolução produzida pela queda do geocentrismo que, por sua vez, foi seguida por aquela produzida pela teoria da evolução das espécies, colocando o homem em continuidade com os demais seres da natureza, Freud reafirma, por outra via, sua posição monista. Considera que sua descoberta, a psicanálise, ao indicar os limites da consciência e do autocontrole do homem, atinge mais uma vez, de forma ainda mais letal, o narcisismo da humanidade. Retomando de Haeckel a sequência formada pelas descobertas de Copérnico e Darwin já bastante comentada na época, Freud introduz nela a sua descoberta do inconsciente como o terceiro dos golpes desfechados pela ciência que desmentem as pretensões humanas a uma superioridade.

No transcorrer dos séculos, o ingênuo amor-próprio [*Eigenliebe*] dos homens teve de submeter-se a dois grandes golpes desferidos pela ciência. O primeiro foi quando souberam que a nossa Terra não era o centro do universo, mas o diminuto fragmento de um sistema cósmico de uma vastidão que mal se pode imaginar. Isto estabelece conexão, em nossas mentes, com o nome de Copérnico, [...]. O segundo golpe foi dado quando a investigação biológica destruiu o lugar supostamente privilegiado do homem na criação, e provou sua descendência do reino animal e sua inextirpável natureza animal. Esta nova avaliação foi realizada em nossos dias, por Darwin, Wallace e seus predecessores [...]. Mas a megalomania humana terá sofrido seu terceiro golpe, o mais violento, a partir da pesquisa psicológica da época atual, que procura provar ao ego que ele não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo, porém, contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua mente." (FREUD, 1980/1916:336)

Logo, é mais no campo da ética do que no da epistemologia podemos situar a insistência de Freud em situar a psicanálise como ciência da natureza e, conseqüentemente, o homem em continuidade com os demais seres naturais. Pois é neste campo que ela vem trazer seus frutos mais tardios e não menos valiosos,

porque coloca em evidência o lado “recalcado”, não-dito, dos efeitos ciência. Seu lado mais notório tem sido a exaltação narcísica da capacidade do homem de produzir instrumento tão eficaz de interferência no natural. A insistência de Freud vem justamente contrapor-se a tal inflação e apontar limites, lembrando-lhe que “não é senhor nem mesmo em sua própria casa”.

Referências bibliográficas

ASSOUN, Paul-Laurent. **Introduçon à l'épistémologie freudienne**. Paris : Payot, 1981.

FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1980.

_____ (1895) **Projeto para uma psicologia científica**, v. I.

_____ (1916) **Conferências introdutórias**, conf. XVIII, v. XVI.

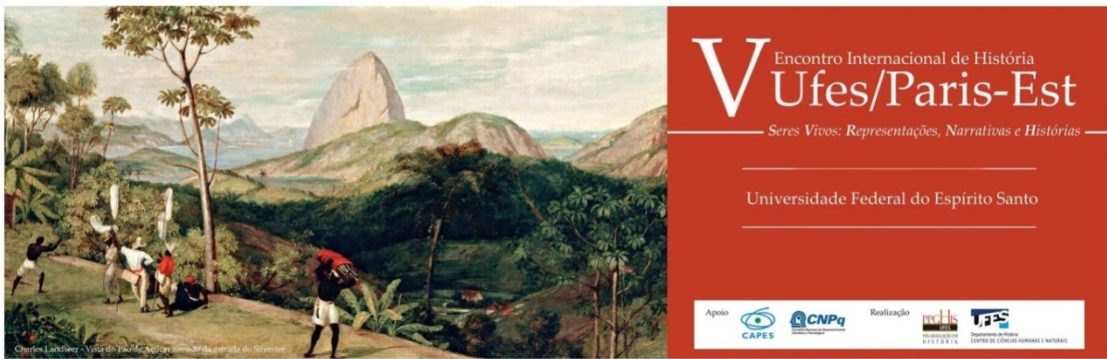
_____ (1925) **Estudos Autobiográficos**. Obras Completas, v. XX.

_____ (1933) **Novas conferências introdutórias**. Conf. XXXV, v. XX.

_____ (1938) **Esboço de psicanálise**, Obras Completas, v. XXIII.

JONES, Ernest. **Vida e obra de Sigmund Freud**. RJ: Zahar Editores, 1979.

*<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roda-viva-sebastiao-salgado-16-09-2013>



A METÁFORA DO SER VIVO NA *DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA* DE DU BELLAY (1549) COMO FIGURA DUMA FÁBRICA DA HISTÓRIA

Caroline Trotot
Université Paris-Est UPEM – LISAA EA4120

A *Défense*¹ (*Defesa e ilustração da língua francesa*) é um texto fundador do imaginário cultural francês. Na grande obra de Pierre Nora², Marc Fumaroli considera A *Defesa* como um “lugar da memória”. Antes de ser reconhecido como um grande texto literário propondo o modelo de literatura que era o alvo das suas aspirações, a *Defesa* desempenhou seu papel na história da literatura transmitida pelas instituições da República francesa. Escrevendo a história, a *Defesa* servia ao mesmo tempo a fazê-la. O argumento da obra é bem conhecido: Du Bellay convida seus compatriotas a escrever, em francês, obras que fizessem irradiar a potência de seu país, “a tão desejada França” [p. 119]. Para isso, é preciso imitar autores gregos e romanos para que o francês se aproprie do que, no meio do século XVI, ainda permanece uma propriedade do grego e do latim, embora essas últimas sejam línguas mortas. Na poética da *Defesa*, a metáfora desempenha um papel essencial, ao permitir que o jogo das tensões paradoxais da identidade e da alteridade se desenvolva; além disso, de forma mais radical, a metáfora é a figura da apropriação pelo texto da potência da vida, como definida pelo modelo aristotélico. A prevalência das metáforas cujos termos comparantes remetem ao domínio do ser vivo encontra uma explicação nesse tema ilustrar e reforçar a eficácia do mecanismo da figura³. Tentaremos mostrar como funciona esse modelo do ser vivo na “fábrica da história”, que não apenas ordena o passado, mas também inscreve o presente e o futuro na

ficção de uma ordem e de uma potência naturais domesticadas pelo trabalho humano.

O morto, o vivo, o imortal. Línguas mortas e metáfora viva

A *Defesa* desdobra um imaginário do tempo que articula vida e morte à imortalidade proporcionada pela glória. Tudo o que vive é submetido à lei natural e é votado à morte. Só o artifício pode extrair da natureza sua qualidade de vivacidade e apropriar-se dela. A natureza define-se em termos aristotélicos:

Deus, que deu como Lei inviolável a toda coisa criada não durar perpetuamente: mas de passar sem fim de um estado a um outro, sendo fim e corrupção de um o começo e a geração do outro.

O mundo dos homens é o mundo sublunar do tempo e do movimento, caracterizado por quatro espécies: movimento local, mudança, aumento/diminuição, geração/corrupção. A *Física* de Aristóteles define também o movimento como a passagem da potência ao ato⁴, designando-o pelo conceito de *energeia*. A literatura apropria-se dessa energia que opera na natureza através da metáfora. A figura faz existir o que está em potência, ela anima o inanimado e torna visível o invisível. A qualidade da energia metafórica descrita por Aristóteles na *Poética* e na *Retórica*⁵ está no fundamento da teoria moderna da *Metáfora viva* de Paul Ricoeur⁶. E está também no fundamento da poética da *Defesa* que remete a Aristóteles, Horácio e Vida [II, 9], e que usa duas vezes o termo “energia”⁷, uma vez junto com a palavra “metáfora”, para explicar que a qualidade essencial da literatura vem da elocução, do estilo [I, 6], e a outra a propósito da capacidade da arte de imitar a natureza, e dos autores do Renascimento de dar a às línguas antigas [I, 11] sua potência. Nessa ocasião, Du Bellay desenvolve a sua argumentação através do sistema metafórico que caracteriza sua obra. Em particular, assemelha línguas antigas e línguas mortas quando escreve:

“e se espereis (como fez Esculápio dos membros de Hipólito) que por meio destes fragmentos recolhidos elas [as línguas grega e latina] possam ser ressuscitadas, enganastes-vos” [p. 112]

O texto desenvolve isotopias da vida e da morte que distribuem o valor, ao associarem as ideias e as palavras de modos diversos.

Assim, os saberes expostos nas línguas antigas são comparados a relíquias que os teólogos da Sorbonne reservam para si:

« Lembro-me dessas relíquias que apenas se veem através de um pequeno vidro e que não se podem tocar com a mão. Eles querem fazer assim com todas as disciplinas, mantendo-as trancadas dentro dos livros latinos e gregos, não permitindo que sejam vistas de outra maneira ou que sejam transportadas destas palavras mortas àquelas que são vivas e voam ordinariamente pelas bocas dos homens. » [p. 107]

O livro “relicário” [p. 114] retorna como uma ameaça à cultura viva que a *Defesa* promove em nome “daqueles que precisam mais do intelecto do espírito do que do som das palavras mortas” [p. 108].

Inversamente, a poesia e o vernáculo são assemelhados ao corpo vivo, às plantas, aos animais, aos alimentos, às atividades dos seres humanos e dos seres animados em geral. Essas metáforas tornaram-se famosas. A língua francesa é uma planta que se deve cultivar pelo trabalho literário. Eis o tão famoso início da obra :

“Nossa Língua que ainda começa a florescer sem frutificar; ou melhor, como uma planta e um Broto, não ainda floresceu e está longe de dar toda a fruta que bem poderia produzir. Isso, certo, não se deve à falha da sua Natureza , tão apta a gerar quanto as outras, mas à culpa daqueles a quem ela foi confiada, e que não a cultivaram suficientemente; ao contrário como uma planta selvagem neste mesmo Deserto onde começara a nascer, sem nunca irrigá-la nem corta-la, nem defende-la das Sarças e dos Espinheiros que a sombreavam, deixaram-na envelhecer e quase morrer. Que se os antigos Romanos tivessem sido tão descuidados no cultivo de sua Língua quando primeiro ela começou a pulular, tem-se por certo que ela não se teria tornado tão grande em tão pouco tempo. Eles, porém, à maneira dos bons Agricultores, transmudaram-na primeiro de um lugar selvagem para um lugar doméstico [...]” [p. 80]

Essa metáfora reaparece várias vezes na obra [p. 83, 102, 108, 155, 156, 172, 173]. A língua também é um ser vivo cujo nascimento se evoca [p. 74, 84], assim como sua “saúde” e sua “Carne corrompida de poesias ruins [...] tão arraigada, que não se pode remover senão por Ferro e Cautério” [p. 169-170]. A língua aparece como uma criatura “ainda rastejante no chão” de que se espera que “possa erguer a sua cabeça, e levantar-se sobre seus pés” [p. 92], ou ainda como um bicho “tão pobre e nu, que precisa dos ornamentos e (se é preciso assim dizer) das penas dos outros” [p. 80]. Graças às metáforas, a literatura apossa-se dessas qualidades naturais e os escritos manifestam-se como produtos da geração que não devemos amar cegamente, mas que devemos corrigir:

“é necessário, para que de nossos Escritos, como de Filhos recém-nascidos, não nos lisonjeemos, deixá-los um pouco, revisá-los muitas vezes, e como os Ursos, lambê-los até lhes darmos forma e semelhança de membros [...]” [p. 165]

Da mesma forma, os versos brancos são assimilados a corpos animados:

“Mas, assim como os Pintores e os Estatuários empregam uma maior indústria para tornar belos e bem proporcionados os corpos que estão nus do que [fazem com] os outros: assim estes versos sem rimas precisam ser bem carnudos e nervosos” [p. 151]

A poética da imitação dos autores da Antiguidade preconizada pela obra exprime-se também em metáforas do ser vivo. Assim, quando Du Bellay opõe os poetas franceses, que não se devem tomar como modelos, aos poetas gregos e romanos, usa uma isotopia do corpo que opõe a superfície à profundidade e o que pode existir na morte àquilo que caracteriza o corpo vivo:

“nestes [os autores franceses] só se poderia pegar bem pouco, como a pele e a cor: nesses [esses velhos Gregos e Latinos] pode-se pegar a carne, os ossos, os nervos e o sangue.” [p. 126]

A primeira formulação, caracterizada pela crítica como uma isotopia da *innutrition*⁸, assimila a literatura antiga a um alimento que, de início, remete à antropofagia, uma concepção da cultura que floresceu século XX brasileiro. No trecho de que se trata, Du Bellay explica de que modo os Romanos enriqueceram o latim:

“Imitando os melhores autores gregos, transformando-se neles, devorando-os, e depois de tê-los bem digerido, convertendo-os em sangue e alimento, cada um propondo, segundo seu natural e o argumento que queria escolher o melhor autor, cujas virtudes mais raras e refinadas observavam com diligencia, e que como Enxertos, assim como escrevi antes, aplicavam em sua Língua.” [p. 91]

As metáforas do alimento e do enxerto inscrevem a imitação dos autores numa problemática da *mimésis*. Ao imitar os antigos, trata-se de imitar a natureza, captar seu movimento, sua potência. Assim Cícero é o modelo da prosa latina, porque ele “imitou, e exprimiu ao vivo a cópia de Platão, a veemência de Demóstenes, e a alegre suavidade de Isócrates”, isto é porque imitou de maneira viva, como uma pintura ilusionista, ‘ao vivo’, características essenciais da natureza : “cópia” tem o sentido etimológico de abundância, “veemência” de potência e a “alegre suavidade” é uma qualidade propriamente humana. Imitando um autor, apropria-se das suas qualidades naturais. A metáfora, que o francês do Renascimento chama também de *translation* (translação), opera um deslocamento que faz passar de um lugar alheio a

um lugar próprio, que incorpora a um sujeito o que lhe é exterior, efetuando neste movimento uma transformação que é, em si mesma, uma operação natural. Du Bellay diz assim que imitar, “seguir bem as virtudes de um bom Autor” é “quase transformar-se nele, já que a natureza não soube fazer que a natureza não soube fazer com que não pudessem ser distinguidas por alguma nota ou diferença mesmo as coisas que parecem muito semelhantes. Assim pode-se “dar à luz seus versos” [p. 166].

Graças à interação que estabelece entre comparante e comparado, a metáfora é uma figura dinâmica que pode até operar a transformação de uma realidade numa outra. Du Bellay explora esta propriedade quando recorre às metáforas do ser vivo para evocar a língua e a literatura. Ele pode assim dar figura no texto a uma primeira realização da transformação desejada: a transformação da literatura francesa em uma literatura de imortais obras primas, cuja graciosidade seja natural. Faz existir de forma metafórica o que ainda não existe, conciliando elementos em tensão, como a natureza e o artifício, assim como elementos temporais discordantes.

O lugar paradoxal da natureza; a natureza, o artifício

As metáforas do ser vivo permitem superar as tensões que percorrem a concepção da natureza atuante em a *Defesa*. A relação entre as línguas, as literaturas e a natureza é, de fato, complexa. O primeiro capítulo da obra começa dissociando as línguas das produções naturais :

“As línguas não nasceram de si mesmas ao modo das Ervas, Raízes e Árvores: umas fracas e débeis nas suas espécies: as outras sadias e robustas, e mais aptas a trazer o fardo das concepções humanas: mas toda a sua virtude nasceu no mundo da vontade e arbítrio dos mortais. [...] Todas vêm da mesma fonte e origem que é o capricho dos homens.” [p. 74-75]

As línguas são arbitrarias e humanas; não têm a universalidade dos saberes. Permitem conhecer a natureza, porém independentemente dela.

“As Escritas e Linguagens não foram encontradas para a preservação da natureza, que (sendo divina) não precisa de nossa ajuda: mas apenas de nosso bem e utilidade” [p. 102]

As línguas são variáveis e submetidas ao tempo, tal como as demais produções humanas. Para dar à língua uma potência tão grande quanto a da natureza, é

preciso artifício. Isso se exprime na metáfora do jardinagem, do enxerto, que afirma o papel da arte humana no desenvolvimento da língua latina:

“restaurada de galhos sadios e domésticos magistralmente retirados da Língua Grega, os quais foram imediatamente tão bem enxertados e tornados tão semelhantes a seu caule que doravante não parecem mais adotados, mas naturais. Daqui nasceram, na Língua Latina, essas flores e frutas coloridas da grande eloquência, com esses números e essa ligação artificial, coisas todas que toda Língua costuma produzir, não tanto pela própria natureza, mas por artifício. » [p. 81]

Du Bellay afirma muitas vezes este papel do artifício. A propósito da imitação, por exemplo, declara que “não há dúvida que a maior parte do artifício esteja contida na imitação” [p. 93]. Se tornou famosa sua refutação do ditado “poeta nasce poeta, orador torna-se orador”, na fórmula “não alegueis [...] que os Poetas nascem” [p. 128], isto é: não se deve pretender ser poeta de nascença.

De certa maneira, isso possibilitará à literatura ultrapassar os limites naturais. A escrita torna possível a superação das limitações físicas: “presente, ausente, vivo, e morto” [p. 103], pode-se comunicar sentimentos e conhecimentos. Sobretudo, a escrita permite visar a imortalidade, que é o alvo da literatura :

« espera o fruto de teu labor da Incorrúptível, e não invejosa Posteridade : é a Glória única escada por cujos degraus os mortais com um passo leve sobem até o Céu para se tornarem companheiros dos Deuses. » [p. 143]

Essa virtude é adquirida ultrapassando a natureza graças à cultura, a um trabalho pensado e perseverante que permite dominar as propriedades naturais, o que é figurado aqui pelo movimento de elevação. Segundo o título do capítulo 3 da segunda parte: “o Natural não basta para aquele que na Poesia quer fazer uma obra digna da Imortalidade”. O poeta precisa cultivar seu « *ingenium* », seu natural, domesticando o corpo por longas sessões de estudo, ao ponto de passar por uma ascese que figura uma morte simbólica:

“Quem quer voar pelas Mãos e Bocas dos homens deve ficar longamente em seu quarto: e quem deseja viver na memória da Posteridade deve, muitas vezes, como morto em si mesmo, suar e tremer : e tanto quanto nossos Poetas Cortesãos bebem, comem, e dormem à vontade, [ele deve] passar fome, sede e longas vigílias. Estas são as Asas que levam os Escritos dos homens ao Céu.” [p. 129]

As metáforas manifestam a interação da natureza e da cultura⁹. Mas, exprimem também o sonho de uma língua natural, como evidencia a seguinte exclamação:

« Ai! e quanto seria melhor haver no Mundo uma só Linguagem Natural, do que passar tantos anos aprendendo Palavras - muitas vezes até a Idade em que não temos mais nem o meio, nem o ócio de tratar de assuntos maiores. » [p. 103]

A palavra “natural” não tem sempre o mesmo significado e significa aqui provavelmente “aprendido desde o nascimento” em vez de “inscrito na natureza como uma força produtiva”. A natureza é também o que se inscreve na origem, o que o francês do Renascimento designa pela expressão *le nayf*, o que é *nativus*, nativo. As palavras “natureza” ou “natural” designam assim o que é próprio como mostra o exemplo seguinte:

“nossa língua [...], no entanto, não deve ser desprezada mesmo por aqueles para quem ela é própria e natural” [p. 79]

Tal concepção da natureza alimenta as figuras que inscrevem a língua e a poesia no corpo. As línguas são “sugada com o Leite da Nutriz” [p. 113]. As metáforas significam a inscrição da língua no corpo, tanto quanto a sua relação com uma realidade conceitual. Permitem designar a ligação entre a linguagem, a poesia e a emoção, o modo em que a língua pode exprimir o ser vivo e as suas propriedades.

Outros trechos são mais ambíguos, como o que prediz que a língua francesa, ao demorar a realizar-se, durará mais longo tempo:

“segundo a Lei de Natureza, que decretou que toda Árvore que nasce, floresce, e frutifica bem cedo, bem cedo também envelhecerá e morrerá, e ao contrário, durará longos Anos aquele que trabalhou longo tempo para enraizar-se.” [p. 99]

Somos tentados a ler essa “lei de Natureza” como uma metáfora. As isotopias do ser vivo embaralham demarcações e interrogam a própria noção de natureza, deslocando-a.

Assim, ao mesmo tempo que, graças às metáforas, o texto afirma que as línguas não são naturais, ele mostra que a arte pode transformá-las de modo que se apoderem da *energeia* natural. As línguas tornam-se capazes de engendrar ou de produzir seres vivos com as qualidades associadas de movimento e de emoção. Graças a elas, o poeta pode, por sua vez, atuar sobre os homens, provocando neles movimentos naturais:

« será verdadeiramente o Poeta que procuro em nossa Língua aquele que me fará indignar-me, apaziguar-me, gozar, doer, amar, odiar, admirar-me, surpreender-me. Em resumo, o que detiver as rédeas de meus afetos conduzindo-me pra cá e pra lá, a seu bel prazer. » [p. 170]

Por meio das metáforas, a literatura parece dominar a natureza e apropriar-se da potência e variedade dela, dando assim a impressão de que também é um produto da natureza que recebeu dela uma graça natural. Este mecanismo paradoxal que proclama a qualidade do artifício para afirmar melhor a potência de uma ilusão de naturalidade sustenta a fábrica metafórica da história do país poderoso, herdeiro da *translatio studii e imperii*.

A fábrica da história

A *Defesa* inscreve as línguas numa perspectiva histórica. As línguas existem desde Babel, que aparece como o evento fundador do texto [p. 74], e seu estado depende da ação dos homens na “sucessão dos tempos” [p. 75]. As formas gramaticais evoluem. A *Defesa* afirma uma historicidade das línguas que fundamenta a consciência linguística. Além disso, as línguas acompanham a história, já que “a glória do povo Romano não é menor (como alguém disse) devido à ampliação da sua Linguagem, do que devido à ampliação de suas fronteiras” [p. 172]. O desenvolvimento da linguagem rumo à sua perfeição, cumprido pela literatura, permite também a conservação por meio da memória das façanhas, como fizeram os Romanos, mas não os gauleses. A história como texto é, pois, o acabamento da gesta de um povo, sem a qual ele é destinado ao desaparecimento. A literatura não apenas registra, mas também faz a história. Du Bellay desenvolve assim a ideia da dupla *translatio*: a potência política é indissociável da potência cultural; a transferência desta última assegura a transferência do *imperium*. Os Gregos e, depois os Romanos, deram o exemplo disso. A *Defesa* apela à realização dessa transferência da potência, do *imperium*, da “Monarquia”, através do espaço e do tempo, da Antiguidade ao Renascimento, do espaço romano à França. Desta forma, a *Defesa* prefigura a transferência, pois ela escreve essa história e a atua pelo uso das metáforas do ser vivo que a apresentam como um processo vivo e natural.

A tópica garante a coesão temporal. Admiramos os séculos antigos porque “foram tão férteis em Poetas e Oradores bons” [p. 114] e porque “a essa altura Licofronte florescia” [p. 156]. Gostamos de ler que “a Gália floresceu antigamente não apenas pelas Armas mais também em todos os tipos de ciências e boas Letras” [p. 155]. Referimos-nos ao tempo em que “a Eloquência e a Poesia ainda estavam na infância entre os Romanos” [p. 175]. As mesmas metáforas são usadas para

descrever o tempo presente: “Profissões, Artes, e Ciências, que florescem entre nós” [p. 173], ou ainda para predizer um futuro em que “o Tempo virá [...] dando a nossa Língua a flor e o fruto das boas Letras” [p. 108] e para moldar esse futuro:

“Imploro Febos Apolo que a França, depois de ter sido tanto tempo estéril, engravide dele, em breve dê à luz um Poeta” [p. 169]

A metáfora atualiza o que ainda está apenas em potência: o advento do “poeta futuro” cujo modelo o texto delineou. Essa metáfora embaralha as fronteiras naturais e temporais. Ela inscreve a história na natureza ao escrever, por exemplo, que “é certo que a natureza não se tornou tão estéril que não possa gerar em nosso tempo outros Platão e Aristóteles” [p. 104].

O texto até desenha um horizonte futuro onde a metáfora produz uma metalepse narrativa: o que está por vir é representado como já realizado pelas palavras, em um tipo de absorção do comparado pelo comparante, por exemplo, no seguinte trecho que compara a escrita com uma viagem marítima:

II, 6 p. 144 “por receio do vento de Afecção empurrar meu Navio tão longe ao largo neste Mar que eu esteja em perigo de naufrágio, retomando a Rota que abandonara, quero avisar àquele que empreenderá uma grande obra [...]

O poeta representa-se à mercê da potência natural. Porém, ele domina essa potência e governa à vontade o movimento das ondas que vão levá-lo - ou melhor, levar-nos – “ao Porto seguro” [p. 179], na conclusão. Essa metáfora é retomada várias vezes e se junta finalmente à metáfora do combate que, por sua vez, já foi ampliada através de um jogo sobre a metalepse :

Ora, Graças a Deus chegamos ao Porto seguro depois de atravessar muitos perigos e ondas estrangeiras. Escapamos do meio dos Gregos, e pelos Esquadrões Romanos entramos no Cerne da tão desejada França. Aqui, então, Franceses, andai corajosamente na direção dessa esplêndida Cidade Romana: e com os Destroços servos dela (como fizestes mais de uma vez), adornai seus Templos, e Altares. » [p. 179]

Du Bellay embaralha a fronteira entre a guerra e a poesia, entre a literatura e a realidade, entre o que está por vir e o que já foi, entre a natureza e a história.

O poeta afirma a potência da escrita poética da história, tornando a *Defesa* uma epopeia fundada sobre metáforas. Propõe a ilusão viva de uma história mítica, que conta a origem da história. Na origem, encontra-se Babel (I,1), os Impérios grego e

romano e o seu desaparecimento. Como em toda epopeia, na origem há a guerra e até mesmo a destruição, a ruína. A epopeia nasce dessa tensão entre a destruição e a sobrevivência gloriosa, dessa meditação de Alexandre sobre o túmulo de Aquiles, que fala de uma homenagem da história à ficção:

“sem a divina Musa de Homero, o mesmo Túmulo que cobria o corpo de Aquiles, teria também aniquilado sua Fama.”

“Isso advém a todos que colocam a certeza da sua imortalidade no Mármore, no Cobre, nos Colossos, nas Pirâmides, nos laboriosos Edifícios e nas demais coisas não menos sujeitas às injúrias do Céu e do Tempo e da Chama, e do Ferro, do que a despesas excessivas e preocupações perpétuas” [p. 142]

Toda coisa humana é submetida ao tempo e às intempéries. As próprias construções monumentais destinadas a perpetuar a memória acabarão em ruínas. Para ser eficaz, a história precisa restituir a potência da origem. As metáforas desempenham um papel determinante, graças não apenas à tópica do ser vivo como também à interação dinâmica que estabelecem entre realidades diferentes, graças, enfim, a sua natureza hipertextual que lhes permite atualizar a história da literatura, ao remeterem aos textos que presenciam e aos gêneros literários que sinalizam. À “Fábrica das línguas arruinada” com suas pedras espalhadas opõe-se a ressurreição do corpo de Hipólito por Esculápio, na qual o fragmento tem uma chance de levar à totalidade animada¹⁰. As metáforas do ser vivo transportam ao tempo presente a energia duma realidade desaparecida. Impõem a ilusão de um laço renovado com a potência natural, com uma vivacidade dominada.

Desta forma, as metáforas constroem uma visão da história. Manifestam a consciência da existência de um passado longínquo. Aproximam dois elementos distintos e fazem-nos trabalhar juntos. A onnipresença das tópicas do ser vivo e da natureza significa, assim, a consciência da ancoragem histórica da problemática da língua e da literatura. A língua pertence à história e pode fabricá-la. Portanto, é possível extrair-se do fluxo da sucessão temporal para cumprir o gesto fundador de constituir o presente em nova origem, o artifício em segunda natureza, a França do Renascimento em nova pátria da *translatio*. A *Defesa* não apela simplesmente à escrita duma epopeia francesa; ela própria é uma epopeia que fabrica um laço novo entre a natureza e a história. Desde a primeira frase, a *Defesa* inscreve as línguas

numa visão da história como um conflito entre seres humanos e entre os seres humanos e a própria natureza:

“Se a natureza (que uma pessoa de grande fama duvidava, com razão, se deveríamos chamá-la de Mãe ou de Madrasta) tivesse dado aos Homens uma vontade e consentimento comuns, além das inumeráveis vantagens resultando disso, a Inconstância humana não teria precisado forjar tantas maneiras de falar. Diversidade e confusão que se podem legitimamente chamar de Torre de Babel” [p. 73]

“A origem das línguas” é a pluralidade das nações que fundamenta a história – história das guerras – e o afastamento da natureza, “Mãe ou Madrasta”. De capítulo em capítulo, o escritor-herói assume a visão viril duma história-combate que nos leva rumo à “pátria” – palavra que Du Bellay foi o primeiro a usar em francês. Graças à ação do rei “pai”, a França torna-se o espaço duma nova origem da poesia, duma natureza cultivada pela história. Essa segunda natureza construída pelas metáforas parece compensar o luto original da natureza e da Antiguidade que fundamenta a poética de Du Bellay. A metáfora permite ao sujeito incorporar o objeto perdido e propicia a figura antropofágica da melancolia da história; o poeta absorveu os textos antigos para fabricar seu próprio texto, alimentou o texto prospectivo com as epopeias do passado, atualizando assim a sua energia combativa.

O próprio poeta também virou herói épico, “sargento mor” [p. 125]. Tornou-se uma figura da história, inscrevendo em seu corpo os ciclos melancólicos, alternando morbidez e criatividade, tal como o descreve o “Problema XXX” atribuído a Aristóteles. Pelos movimentos metafóricos que manifestam as semelhanças, o poeta, “como morto em si mesmo” [p. 129], encontra na raiz de seu ser a potência de tornar-se origem duma literatura nacional que reaviva as emoções dos leitores. Nessa ascensão da apropriação cultural em que o corpo se representa na sinédoque da mão que folheia dia e noite e nas metonímias da fome, da sede e da insônia, o temperamento do poeta torna-se a origem de um novo mundo, um mundo por vir, um mundo da representação, o mundo do Renascimento, da França sob a dinastia dos Valois. Atualizando as semelhanças que permitem escrever a história, o poeta reconciliou seu “natural”, seu gênio próprio, com a comunidade presente e passada. Du Bellay reúne assim, em si mesmo, as várias figuras aristotélicas desses homens filósofos que sabem ver as semelhanças; ele é o poeta *euphuísta*, “dotado por natureza”, da *Poética*, o vidente melancólico “bom atirador” do *Tratado sobre a adivinhação*¹¹. O poeta, o melancólico e o vidente atualizam a potência da natureza

ao inventar formas novas, graças a sua mobilidade de espírito¹². A metáfora é seu instrumento privilegiado. Du Bellay realizou a *translatio* da figura do poeta, não apenas ao cumprir a sua promessa de “esboçá-la” [p. 119], mas também ao tornar-ele próprio esse personagem. Não apenas cumpriu “o dever que [lhe] obrigava para com a Pátria”, mas construiu também a própria representação da França como entidade política inscrita em um espaço natural e refletida na comunidade daqueles que cultivam a sua língua e a sua literatura. Tornou-se enfim um autor cuja voz impar é ao mesmo tempo potente e melancólica.

É preciso, então, darmos um sentido pleno a essas metáforas que hoje talvez nos apareçam pouco originais. Elas propiciam o transporte duma cultura comum que sua reutilização vivifica. As metáforas do ser vivo que estruturam a *Defesa* permitem à poesia do Renascimento apropriar-se da potência natural para superar a ruína constitutiva da história na qual essa poesia se inscreve. Através das metáforas, Du Bellay escreve uma história épica da língua, da poesia e da pátria que abre caminho ao “poeta futuro” que interage com as glórias do passado. As metáforas transportam no tempo, para além dos limites naturais. No entanto, não apagam tais limites. A interação entre os vários polos que constituem as metáforas não os absorve inteiramente em uma realidade nova. As metáforas representam; apresentam-de-novo em uma imitação teatralizada que oferece a máscara e a cara, a arte e a natureza. Figuras da *mimésis*, questionam dessa forma a natureza e a relação que mantemos com ela. Na *Defesa*, Du Bellay oferece a ficção duma nova origem, de um renascimento da poesia capaz de fazer a história. Fundamenta finalmente a poesia de novo no natural do poeta, no seu temperamento melancólico cultivado pelo labor. Com ele, a natureza dual da metáfora permite significar todos os rasgamentos que animam a literatura desde que, como contou Plutarco, o Grande Pan morreu e que os oráculos desapareceram com ele¹³. Os deuses deixaram o mundo, os homens entraram na história e o poeta desempenha nela o papel de profeta, usando, como as Sibilas, as metáforas¹⁴, apossando-se da sua misteriosa potência e vivacidade para fazer delas o motor da história.

¹*La Deffence et Illustration de la langue françoise*, édition et dossier critique par Jean-Charles Monferran, Genève, Droz, 2001.

²*Les Lieux de mémoire*, dir. Pierre Nora, vol. 3 p. 911-973.

3Tomamos a liberdade de remeter a nossas pesquisas anteriores pelo detalhe das demonstrações: « La métaphore dans La Deffence et Illustration de la langue françoise », in *Du Bellay, La Deffence et L'Olive lectures croisées*, Cahiers textuel, n°31, Paris, 2008, p. 33-48 et « L'usage de topiques métaphoriques dans la poétique de Sébillet à Fouquelin », in *Vocabulaire et création poétique dans les jeunes années de la Pléiade (1547-1555)*, éd. Marie-Dominique Legrand et Keith Cameron, Paris, Champion, 2013, p. 233-245.

4Aristóteles, *Física*, III, 1, 201a, 11 : "Considerando a distinção, em cada gênero, entre o que é entelequia e o que é em potência, a entelequia (*entelekheia*)@ do que é em potência (*dunamèi*) como tal, isso é o movimento (*kinèsis*) [...] ».

5Aristóteles, *Poética*, 1459a e ; *Retórica* 1411b e 1412b.

6Paul Ricoeur, *La métaphore vive*, Paris, Seuil, 1975, p. 61.

7Francis Goyet, « Energie dans la *Défense et Illustration de la langue française de Du Bellay* », *Compar(a)ison, an international of Comparative Literature*, 2002, n°1 p.5-19.

8*Innutrition* é o termo usado por Émile Faguet ao fim do século 19 para designar o processo da imitação evocado por Du Bellay: esse processo consiste na apropriação das obras de outros escritores como se se tratasse de alimentos a serem digeridos e incorporados.

9Veja o artigo de François Cornilliat, « Qu'on ne m'allegue point que les poetes naissent » : Ardeur et labeur dans *La Deffence* », in *Du Bellay, colloque d'Angers*, t. II, p. 677-687.

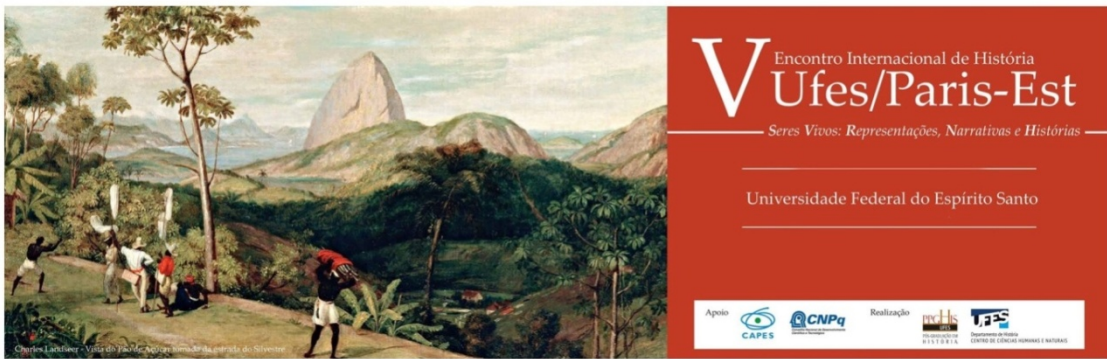
10Dorane Fenoaltea, « "La ruynée fabrique de ces langues." La métaphore architecturale dans la *Défense et Illustration* », in *Du Bellay, Actes du colloque international d'Angers du 26 au 29 mai 1989*, éd. par Gilbert Cesbron, Angers, Public. de l'Univ. d'Angers, 1990, 2 vol.

11Aristóteles, *Poética*, 1459a, e *Da adivinhação pelo sono, Parva Naturalia*, 461a-b

12Essas aproximações foram analisadas por J. Pigeaud, « Une Physiologie de l'inspiration poétique, De l'humeur au trope », *Etudes Classiques*, XLVI, 1978, pp. 23-31. Encontram-se em Plutarco nos *Diálogos Piticos*, 398a, 409c-d, 431b-433a, 437f-438a

13Plutarque, *Dialogues pythiques*, éd. citée, « La disparition des oracles », p. 170.

14Plutarque, *Sur les oracles de la Pythie*, Paris, Les Belles Lettres, classique en poche, 2007, p. 89.



VÉNUS ET LES PROTOZOAIRES : REPRÉSENTATIONS DE LA GÉNÉRATION SPONTANÉE DANS LA LITTÉRATURE DU XIXE SIÈCLE

Juliette Azoulai
Université Paris-Est UPEM

En avril 1864, Louis Pasteur lors d'une grande conférence en Sorbonne clôt un débat qui l'oppose depuis cinq années au savant rouennais Félix-Archimède Pouchet, sur la question de la génération spontanée. Félix-Archimède Pouchet affirmait en effet dans son traité intitulé *L'Hétérogénie* la possibilité de produire en laboratoire le développement de micro-organismes « dénué[s] de parents, et dont tous les éléments [...] ont été tirés de la matière ambiante⁹⁵ ». Pasteur triomphera de son adversaire, en réussissant à convaincre l'académie des Sciences, mais aussi le grand public, que le protocole expérimental de Pouchet est défaillant, et que celui qui se targue de produire des générations spontanées introduit à son insu dans ses cultures des germes extérieurs responsables de l'apparition du vivant. La conférence de 1864 s'adresse à un public large, et constitue un enjeu stratégique important pour Pasteur qui prétend marquer durablement l'histoire des sciences en portant « un coup mortel⁹⁶ » à une doctrine millénaire, sans cesse renaissante. Toutes les ressources de la rhétorique sont donc convoquées pour discréditer son adversaire ; l'une des tactiques utilisées plus particulièrement consiste à dénoncer une étrange collusion entre science et imagination, chez les tenants de la génération spontanée.

⁹⁵ F.-A. Pouchet, *Hétérogénie ou traité de la génération spontanée basé sur de nouvelles expériences*, Paris, Baillière et fils, 1859, p. 1.

⁹⁶ Louis Pasteur, « Des générations spontanées, conférence faite aux soirées scientifiques de la Sorbonne, le 7 avril 1864 », *Fermentations et générations dites spontanées, Œuvres de Pasteur*, édition établie par Louis Pasteur Vallery-Radot, Paris, Masson, 1922-1939, 7 vol., t. II, pp. 328-346, p. 342.

Ainsi Pasteur choisit-il, de citer, pour les brocarder, de larges extraits de Michelet, qui dans *La Mer* (1861), prenant parti pour la thèse de l'hétérogénie, décrit une génération spontanée à partir d'une goutte d'eau marine. La citation très poétique de Michelet permet ainsi d'assimiler le travail de Pouchet aux élucubrations chimériques des mages romantiques et de substituer ainsi à un concurrent scientifique sérieux un opposant plus facile à désarmer ; de fait, Pasteur met en scène dans son discours une réponse à Michelet :

Messieurs, moi aussi, pourrais-je dire, en vous montrant ce liquide : J'ai pris dans l'immensité de la création ma goutte d'eau, et je l'ai prise toute pleine de la gelée féconde, c'est-à-dire, pour parler le langage de la science, toute pleine des éléments appropriés au développement des êtres inférieurs. Et j'attends, et j'observe, et je l'interroge, et je lui demande de vouloir bien recommencer pour moi la primitive création ; ce serait un si beau spectacle ! Mais elle est muette ! Elle est muette depuis plusieurs années que ces expériences ont commencées⁹⁷.

« Ce serait un si beau spectacle ! », s'écrie Pasteur avec ironie. La génération spontanée est à n'en pas douter un vœu de poète, qui flatte la fantaisie humaine, mais la vraie science doit savoir faire la part du beau et du vrai⁹⁸. Ce propos de Pasteur trouve son fondement dans une tactique rhétorique assez sournoise qui vise à détruire son contradicteur, mais il a le mérite de souligner un fait d'ordre littéraire : à savoir la prédilection de nombreux auteurs, Michelet au premier chef mais bien d'autres encore, pour la thèse de l'hétérogénie. Il s'agit donc de comprendre comment la littérature de la seconde moitié du XIXe siècle s'empare des recherches sur la génération spontanée et de cerner l'imaginaire qu'elle développe à partir du motif scientifique de l'origine du vivant.

Si l'on prend le cas de Michelet dans *La Mer*, on ne peut qu'être frappé par la sexualisation de l'histoire naturelle. La mer « grande femelle du globe⁹⁹ », à « l'infatigable désir¹⁰⁰ » y est présentée comme une gigantesque matrice, à l'intérieur de laquelle les animaux (de l'infusoire à la baleine) sont comme des embryons dans le liquide amniotique. Sa rêverie sur le mucus marin, le caractère gélatineux de l'eau de mer, qui est « la substance animalisable¹⁰¹ » à partir de laquelle la vie peut surgir

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ Voir également la citation de Buffon par Pasteur : « J'avoue que rien ne serait si beau que d'établir d'abord un seul principe pour ensuite expliquer l'univers [...]. mais les gens sensés voient assez combien cette idée est vaine et chimérique... » (*Ibid.*, p. 334)

⁹⁹ J. Michelet, *La Mer* [1861], éd. J. Borie, Gallimard, coll. « Folio », 1983, p. 113.

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 117.

spontanément, est empreinte d'un imaginaire gynécologique évident : le mucus est bien la substance secrétée par une muqueuse, évidemment la muqueuse utérine ; et par capillarité de l'imaginaire maternel cette eau féminisée devient un lait¹⁰², comme l'indique le titre du chapitre « La mer de lait ». Cet imaginaire féminin de la mer chez Michelet a été souvent remarqué et la critique a notamment montré comment ce texte de Michelet entre en résonance avec un autre livre publié quelques années plus tôt, *La Femme*¹⁰³, dans lequel le féminin est désigné comme « cet autre océan ». Michelet s'inspire de la notice « Mer » du *Dictionnaire d'histoire naturelle*, dans lequel Bory de Saint-Vincent rattache ses considérations sur la mucosité de l'eau de mer à la sagesse du mythe antique de Vénus : « [...] l'antiquité, soulevant un coin du voile sous lequel se cache l'origine des choses appelait l'Océan le vieux père du monde et [...] elle fit sortir des flots la mère des amours qui donnent, propagent et perpétuent la vie¹⁰⁴. » De même Michelet lorsqu'il médite sur la génération spontanée à partir d'une goutte d'eau, rêve à la naissance d'un organisme au nom chargé de symboles : le « cheveu de Vénus », variété de fougère.

Qui peut prévoir, deviner, l'histoire de cette goutte d'eau ? – Plante-animal, animal-plante, qui le premier doit en sortir ?

[...]

Cette goutte, ce qui va en venir, sera-ce le fil végétal, le léger duvet soyeux qu'on ne prendrait pas pour un être, et qui déjà n'est pas moins que le cheveu premier né d'une jeune déesse, cheveu sensible, amoureux, dit si bien : cheveu de Vénus ?

Ceci n'est point de la fable, c'est de l'histoire naturelle. Ce cheveu de deux natures (végétale et animale) où s'épaissit la goutte d'eau, c'est bien l'aîné de la vie¹⁰⁵.

Ce souci de rattacher le discours de la science à celui du mythe caractérise donc aussi bien le discours scientifique de Bory que le discours littéraire de Michelet. Dans son article sur la théorie cellulaire, Canguilhem affirme, en s'appuyant sur l'analyse jungienne des archétypes de l'imagination : « les théories scientifiques, pour ce qui

¹⁰² Voir G. Bachelard, « L'eau maternelle et l'eau féminine », *L'Eau et les Rêves*, Paris, Corti, 1942, p. 155-180.

¹⁰³ Sur les rapports entre ces deux textes, voir Myriam Roman, « Nature et rythme (*La Mer*, *L'Amour*, *La Femme*) », *Michelet, rythme de la prose, rythme de l'histoire*, éd. Paule Petitier, Villeneuve d'Ascq, Presses universitaires du Septentrion, 2010, p.147-157. Sur la thématique de l'éternel féminin dans *La Mer*, voir également Michel Serres « Michelet, la soupe », *Revue d'histoire littéraire de la France*, Paris, 1974, p. 775-802.

¹⁰⁴ *Dictionnaire classique d'histoire naturelle*, Paris, Rey et Gravier éditeurs, 1826, t. X, notice « Mer », p. 395.

¹⁰⁵ J. Michelet, *La Mer*, *op. cit.*, p. 117-118.

est des concepts fondamentaux qu'elles font tenir dans leurs principes d'explication, se greffent sur d'antiques images et nous dirions sur des mythes, si ce terme n'était dévalorisé aujourd'hui, avec quelque raison¹⁰⁶ ». Et il donne pour exemple le concept de plasma, qui sous des noms divers a fourni aux biologistes un principe d'explication des structures du vivant (concept continuiste auquel s'oppose le concept discontinuité de la cellule). Cette notion de « plasma », qui est très proche de la mucosité de Michelet et de Bory et qui est hérité du concept d'*Urschleim* (gelée primitive) du *Naturphilosoph* Oken, est très prégnant dans la pensée de la génération spontanée au XIXe siècle. Huxley, Haeckel penseront à partir des années 1860 l'apparition de la vie sur terre sous la forme d'un protoplasma, produit par génération spontanée à partir de la matière inorganique. Or voici ce qu'écrit Canguilhem à propos de ce concept : « ce plasma initial est-il autre chose qu'un avatar logique du fluide mythologique générateur de toute vie, de l'onde écumante d'où émergea Vénus¹⁰⁷ ? » On retrouvera un imaginaire très similaire dans le recueil de poésies de Jean Richepin, *La Mer*, publié en 1886 et notamment dans le poème intitulé « La Gloire de l'eau ». L'apparition des premières formes rudimentaires de vivant dans l'eau, à partir desquelles l'évolution des espèces a commencé, est racontée comme une naissance de l'amour :

C'est en elle, dans ses flots, Qu'est éclos L'amour commençant son ère Par l'obscur protoplasma Qui forma La cellule et la monère¹⁰⁸.

Richepin, très fidèle à la pensée de Haeckel, décrit ce que le biologiste allemand appelle l'archigonie, c'est-à-dire la génération spontanée à partir de la matière inerte d'une substance vivante primitive, le protoplasma, qui donnera naissance à des organismes sans organes (les monères). Celles-ci, à la racine de l'arbre de l'évolution, sont des cellules sans noyau à partir desquelles dériveront par différenciation les premières cellules. Mais l'éclosion de l'amour est une imagination du poète qui puise aux sources des « idées originelles¹⁰⁹ » de la mythologie antique. L'introduction du thème lyrique de l'amour instaure ainsi une sexualisation du phénomène de la génération spontanée – l'eau devenant l'entremetteuse d'un accouplement chimique entre les éléments :

¹⁰⁶ G. Canguilhem, *La connaissance de la vie*, Paris, Vrin, 1965, p. 99.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 100.

¹⁰⁸ J. Richepin, *La Mer* [1886], Paris, Charpentier et Fasquelle, 1896, p. 326.

¹⁰⁹ Le concept d'idée originelle (*Uridee*) est emprunté à la philosophie des sciences de L. Fleck dans *Genèse et développement d'un fait scientifique* [1935], trad. française, éd. Les Belles Lettres, 2005.

Des corps simples à la cellule, à la monère,
Par quels chemins passa la substance ternaire,
Puis quaternaire, pour s'albuminoïder
Et s'agréger, vivante, on n'en peut décider. [...]
Mais un point lumineux dans cette ombre douteuse,
C'est que de ces hymens l'eau fut l'entremetteuse,
Et qu'il fallut son lit ouvert à tous les vents
Pour engendrer enfin les premiers corps vivants¹¹⁰.

Ce qui est pensé par Haeckel comme un pur phénomène chimique de catalyse devient ainsi dans l'imaginaire lyrique de Richepin un acte sexuel. Pour Richepin l'homme descend moins du singe que de la monère :

[...]ce point
Perdu sous la mer primitive
Où jadis mécaniquement
Se forma la cellule active
Par un chimique accouplement¹¹¹.

La rime « mécaniquement/accouplement » exprime ainsi un paradoxe : ce qui est objectivement la formation dans des conditions physico-chimiques particulières de combinaisons albuminoïdes puis de plasma est relié à un fantasme de nature sexuelle. Cette tendance est d'ailleurs pointée par la critique contemporaine de Jules Lemaître, qui s'en offusque :

La préoccupation des gestes et des attitudes de l'amour physique est chez lui une véritable obsession. Tout, dans l'univers, prend à ses yeux des aspects priapiques. [...] Cela rappelle la manie de Bouvard et Pécuchet qui, étudiant certains cultes hardis de l'antiquité, voient, partout des symboles obscènes, et jusque dans les brancards des charrettes normandes. [...] L'univers tout entier lui apparaît, non pas même comme un musée secret, mais comme une maison Tellier¹¹².

Il est peut-être réducteur de voir dans la poésie de Richepin le simple reflet d'une obsession singulière de l'auteur. On remarque ainsi que les travaux de Félix-

¹¹⁰ J. Richepin, *op. cit.*, p. 327.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 333.

¹¹² Lemaître, *Les Contemporains : études et portraits littéraires*, 3^e série, Paris, Lecène et Oudin, 1887, p. 335-336. L'expression « maison Tellier » est une allusion à la maison close normande inventée par Maupassant dans une nouvelle éponyme de 1881.

Archimède Pouchet lui-même sur la génération spontanée ne sont pas sans lien avec ses recherches précédentes en gynécologie. En effet avant de publier *L'Hétérogénie* en 1859, Pouchet a publié en 1847 une *Théorie positive de l'ovulation spontanée et de la fécondation des Mammifères et de l'espèce humaine* – livre cité de manière élogieuse par Michelet dans *L'Amour* (1859). Ainsi comme on le voit à la lecture des titres des travaux de Pouchet, l'idée de spontanéité se maintient d'un traité à l'autre : dans le premier, il décrit l'ovulation spontanée et régulière chez la femme en l'absence de tout acte sexuel (il est le premier à faire cette découverte, car jusqu'alors l'ovulation était pensée comme dépendante du coït et du spasme censé l'accompagner) ; dans le deuxième il étend ce principe aux infusions riches en molécules organiques, dans lesquelles pourraient se former spontanément des microorganismes sous forme d'oeufs. La thèse de la génération spontanée est donc intimement liée chez son principal défenseur à une réflexion sur le sexe féminin. Or tout lecteur des travaux gynécologiques de Pouchet fait ce constat fascinant et inquiétant, formulé par Jean Borie :

La fécondité de la femme est permanente, régulièrement et infiniment régénérée, essentielle, autonome, indépendante de l'intervention masculine qui ne peut qu'activer, que réaliser une fertilité latente qui préexiste et se renouvelle inlassablement de la puberté à la ménopause¹¹³.

La littérature pointe ainsi une proximité entre la question de la génération spontanée et l'idée d'une autonomie du féminin dans la création de la vie. L'Océan, vieux père du monde, n'a dès lors plus sa place ; seule la mer-mère ou encore Vénus (autre nom du protoplasme) est la source de toute vie : le visage de l'être originel devient un sexe féminin, le mâle quant à lui s'avérant superflu. La biologie spontaniste se relie à un imaginaire castrateur. Est-il étonnant dès lors que Jarry dans son étrange roman *Le Surmâle* (1902), consacré à la question de la performance sexuelle masculine, nomme le savant naturaliste censé être le témoin des exploits du surmâle, *Bathybius*, du nom que Huxley donna à ce qu'il croyait être la gelée primordiale, source de toute vie ? Le nom de ce savant, comme le précise Jacques Noiray, est « une indication de sa nullité¹¹⁴ » : non seulement parce que l'existence du Bathybius s'est révélée rapidement être une fausse découverte (il ne s'agissait en fait d'un simple précipité chimique et non d'une substance vivante) mais aussi parce

¹¹³ J. Borie, *Mythologies de l'hérédité au XIXe siècle*, Paris, Galilée, 1981, p. 39.

¹¹⁴ J. Noiray, « Éros, machines et modernité 1900 : l'exemple du *Surmâle* », *Dieu, la chair et les livres. Une approche de la décadence*, dir. S. Thorel Cailleteau, Paris, Champion, 2000, p. 273.

que ce nom désigne un protoplasme amorphe, une substance molle donc, par définition bien étrangère aux prouesses érotiques du surmâle. Voici comment Richepin décrivait le Bathybius dans *La Mer* : « une larve plutôt qu'un être, une pâleur / encore plus qu'une larve, une ombre clandestine / Semblable à du blanc d'œuf, à de la gélatine¹¹⁵ » Dès lors le docteur Bathybius apparaît bien comme le représentant de « la Science avec un grand S, ou plutôt [...] de la SCIENCE avec une grande SCIE¹¹⁶ », la scie désignant tout autant le radotage que l'instrument d'une émasculatation.

Mais bien avant Jarry, en 1861, au plus vif de la querelle entre Pasteur et Pouchet sur la génération spontanée, Champfleury fait paraître une nouvelle, intitulée « Les enfants du professeur Turck », qui croque avec ironie la figure du savant spontaniste en mari impuissant et cocu. En effet, le professeur Turck est au début de l'histoire un professeur d'anthropologie célibataire, qui donne à la faculté de Strasbourg des cours sur la reproduction humaine (enseignement interdit au public féminin). Lorsqu'il finit par se marier, toute la faculté ne bruit que des futurs enfants de ce spécialiste de la procréation : les enfants du professeur Turck doivent être les plus sains et les plus beaux. Mais le savant n'a que peu de temps à consacrer à sa femme, car il est sans cesse accaparé par de nouvelles recherches, sur la fécondation artificielle des animaux puis sur la génération spontanée, de sorte qu'au lieu de consommer le mariage, il passera son temps à lire « tout ce qui a été écrit sur la génération par les anciens et les modernes¹¹⁷ ». Champfleury dépeint ainsi un personnage burlesque de savant effrayé par la sexualité et qui trouve dans la science un exutoire à ses désirs inassouvis. On notera que cette figure du naturaliste en obsédé sexuel refoulé se retrouve dans le *Journal* des Goncourt, où Edmond raconte comment Mme de Girardin s'amuse à appeler l'entomologiste Émile Blanchard du Museum d'histoire naturelle « le pornographe des araignées¹¹⁸ ». Dans la nouvelle de Champfleury, on est frappé par le lien qu'instaure l'auteur entre le thème scientifique de la génération spontanée pour lequel se passionne le savant et les déboires de ce dernier. En effet, le professeur Turck est amené à s'intéresser à la question de la génération

¹¹⁵ J. Richepin, *op. cit.*, p. 327.

¹¹⁶ A. Jarry, *Le Surmâle* [1902], *Œuvres complètes*, Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1987, t. II, chap. IX, p. 247.

¹¹⁷ Champfleury, « Les enfants du professeur Turck », *Revue fantaisiste*, 3^e livraison, 15 mars, 1861.

¹¹⁸ E. de Goncourt, 16 septembre 1887, *Journal. Mémoires de la vie littéraire*, éd. R. Ricatte, Paris, Robert Laffont, « Bouquins », 2004, t. III, p. 61.

spontanée par le biais d'un collègue, qui prétend être capable de faire naître un animal « de rien, sans père ni mère » et lui demande « d'assister à [s]es expériences » ainsi que de se porter garant de la « virginité des matières premières qu'[il] emploie ». Le terme de virginité n'est évidemment pas choisi au hasard par Champfleury, car ce dont le professeur croira être le témoin a toutes les apparences d'une conception immaculée. Turck écrira ainsi à sa femme :

Ma chère femme, tu vas comprendre pourquoi je ne suis pas encore à Strasbourg. Un fait immense, qui va révolutionner la science, se prépare. Et avec quoi cette révolution se prépare-t-elle ? Avec un peu de corail, de l'eau distillée et quelques rayons de soleil. J'ai rencontré une sorte d'alchimiste qui m'a initié à ses tentatives, et tous les matins nous fabriquons des êtres vivants. [...] Aucune supercherie n'est possible : les flacons sont hermétiquement fermés, je ne quitte pas mon homme une seconde, et j'habite prudemment son galetas, dans lequel je mange sans fermer l'œil, car il faut que je puisse répondre, sur ma réputation d'honnête homme, de la bonne foi des opérations¹¹⁹.

Ces flacons hermétiquement fermés dans lesquels apparaît la vie grâce à quelques rayons de soleil rappellent l'image de la virginité de Marie, formulée par la patristique – pénétrée et fécondée par l'Esprit divin sans être corrompue, comme le rayon de lumière passe au travers d'un verre transparent sans le briser. Or ce que Turck constate dans les flacons de son confrère, il en fera également l'expérience à la fin de la nouvelle dans le ventre de sa femme: celle-ci finissant par donner le jour à deux jumeaux, qui ressemblent étrangement au jardinier :

M. Turck, en sa qualité de savant, ne s'aperçut pas de ce détail ; mais plus d'une fois, penché sur ses livres, il cherchait à se rappeler quel mois, quel jour, quelle occasion l'avaient poussé à cette entreprise dont les deux jumeaux ne permettait pas de douter. Ne trouvant pas d'explication à ce phénomène, il le mit sur le compte de la génération spontanée, dont il fut dès lors un des plus enragés partisans¹²⁰.

Cet aveuglement du professeur Turck entre étrangement en résonance avec celui de Pouchet, tel que le dépeint Pasteur dans sa conférence de 1864. Pour mieux ridiculiser son contradicteur, Pasteur assimile les expériences de Pouchet à celle de Van Helmont au XVII^e siècle, qui prétendait démontrer la possibilité de faire naître des souris par génération spontanée dans un pot bouché à l'aide d'un linge et contenant du froment. Or l'hétérogénie défendue par Pouchet n'a plus rien à voir avec les théories de Van Helmont, dans la mesure où Pouchet affirme qu'elle ne concerne que la production d'œufs de microorganismes et non d'animaux entiers.

¹¹⁹ Champfleury, *op. cit.*

¹²⁰ Champfleury, *op. cit.*

Pourtant, d'après Pasteur, l'expérimentateur hétérogéniste, qui néglige de protéger son infusion des germes répandus dans l'air, « expérimente à la Van Helmont [...] laisse rentrer les souris dans le pot de linge sale, à son insu, et les proclame ensuite des générations spontanées¹²¹ ». Reprenant pas à pas les expériences de Pouchet, Pasteur indique alors théâtralement à l'assistance : « je vais vous montrer par où les souris sont entrées¹²² » – se campant alors en grand démystificateur d'une illusion puérile.

C'est à une opération de démystification bien plus violente qu'est convié le lecteur du *Jardin des supplices* d'Octave Mirbeau, à la suite de son narrateur, « homme à la figure ravagée¹²³ » par la révélation cosmique dont il a fait l'expérience en Extrême-Orient. Personnage quelque peu picaresque, le narrateur est au départ un jeune loup qui gravite dans les sphères de la politique avec peu de succès et qui décide de faire chanter un ami d'enfance, devenu un ministre corrompu. Pour se débarrasser de lui, ce ministre propose de lui confier une mission scientifique à l'étranger, grassement rémunérée, de recherche en embryologie :

Il s'agit d'aller aux Indes, à Ceylan, je crois, pour [...] y étudier ce que les savants appellent la gelée pélasgique, comprends-tu?... et, parmi les gastéropodes, les coraux, les hétéropodes, les madrépores, les siphonophores, les holoturiers et les radiolaires...est-ce que je sais?... retrouver la cellule primordiale... écoute bien... l'*initium* protoplasmique de la vie organisée...enfin, quelque chose dans ce genre¹²⁴...

Bien que le narrateur n'ait aucune compétence en embryologie, ce n'est pas un problème : après tout, « la science en a vu d'autres » et ajoute le ministre « l'embryologie, Darwin, Haeckel, Carl Vogt au fond, tout ça, ça doit être une immense blague¹²⁵ ! » Tout en se livrant à une charge contre la corruption du monde politique de la IIIe République, Mirbeau fait allusion de manière bouffonne à une question scientifique qui occupe vivement la pensée évolutionniste du dernier XIXe siècle : la recherche des monères, pour parler comme Haeckel¹²⁶, c'est-à-dire des premiers organismes vivants qui forment le maillon manquant entre la matière inerte et la substance animée.

¹²¹ L. Pasteur, « Des générations spontanées, conférence faite aux soirées scientifiques de la Sorbonne, le 7 avril 1864 », *op. cit.*, p. 335.

¹²² *Ibid.*, p. 337.

¹²³ O. Mirbeau, *Le Jardin des supplices* [1899], éd. M. Delon, Paris, Gallimard, Folio, 1991, p. 57.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 97.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 98.

¹²⁶ Cité à deux reprises dans *Le Jardin des supplices* (*ibid.*, p. 98 et p. 140).

C'est donc dans une quête des origines de la vie, apparue par génération spontanée au fond des eaux que se lance de bonne grâce le narrateur, fier d'incarner « le considérable savant qui allait violer les mystères, aux sources mêmes de la Vie¹²⁷ ». L'image du viol rejoint ici le fantasme sexuel rattaché au savoir biologique des origines ; et de fait, le narrateur accomplira un périple initiatique, de nature érotique, sous la conduite d'une femme, Clara, rencontrée dans le bateau à destination de Ceylan. Ce trajet initiatique le mènera finalement en Chine où, comme le lui avait promis Clara, il descendra « tout au fond du mystère de l'amour... et de la mort¹²⁸ ». Grâce à cette femme, il remontera à la « matrice de la vie » qui est aussi « matrice de la mort¹²⁹ ». Au baignoire de Canton, où Clara se plaît sadiquement à contempler les supplices des condamnés au milieu d'une nature luxuriante et édénique, le narrateur fera cette découverte d'ordre moral et métaphysique : « l'univers m'apparaît comme un immense, comme un inexorable jardin des supplices... Partout le sang, et là où il y a plus de vie, partout d'horribles tourmenteurs qui fouillent les chairs [...] avec des faces sinistres de joie¹³⁰ ». Le jardin chinois, lieu de prédilection de la femme fatale et qui rappelle (en le pervertissant) le motif féminin de l'*hortus conclusus*¹³¹, constitue ce point de retour à l'origine de la civilisation et de la nature, où coïncident la nature et la monstruosité, le délice et le supplice, la vie et la mort, la clarté et l'obscurité. La recherche de la gelée pélasgique à l'origine du vivant a donc abouti à la révélation de l'origine monstrueuse de la vie dans la loi universelle du meurtre. Les recherches sur la génération spontanée dans l'océan indien ont donc été supplantées par l'apprentissage d'une donnée ontologique fondamentale : l'enracinement du mal dans le principe même du vivant.

Dans une lettre à Claude Monet, Mirbeau se plaignait du caractère borné de la littérature, au regard des avancées contemporaines des sciences :

alors que les sciences naturelles [...] [vont] chercher, au fond des mers primitives, la mucosité primordiale, d'où nous venons, la littérature, elle, en

¹²⁷ *Ibid.*, p. 99.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 134.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 61.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 248-249

¹³¹ Voir sur ce point, É. Roy-Reverzy, « D'une poétique mirbellienne : Le Jardin des supplices », *Cahiers Octave Mirbeau*, n° 3, Angers, mai 1996, pp. 30-45.

est encore à vagir sur deux ou trois stupides sentiments, artificiels et conventionnels, toujours les mêmes¹³².

Dans *Le Jardin des supplices*, l'écrivain s'efforce de s'égalier aux naturalistes en allant sonder les abîmes de l'âme humaine, là où celle-ci est indissociée du fait biologique brut : Clara, « fée des charniers, ange des décompositions et des pourritures¹³³ », est « la vie, [...] la présence réelle de la vie¹³⁴ ». La transformation de la putréfaction en vie suscite la fascination de Mirbeau¹³⁵, qui ne cesse de rêver à la magie du fumier, comme dans *Dans le ciel*, où le personnage du peintre voit naître des formes de vie par génération spontanée dans le tas amorphe du compost :

Quand on cligne de l'œil, voilà que le tas s'anime, grandit, se soulève, grouille, devient vivant... [...] Des formes apparaissent, des formes de fleurs, d'êtres, qui brisent la coque de leur embryon... C'est une folie de germination merveilleuse, une féerie de flores, de faunes, de chevelures, un éclatement de vie splendide¹³⁶ !

Cette génération spontanée de la vie à partir de matière putréfiée, qui reconduit la vieille théorie de la *generatio ex putri*, permet donc de déployer une pensée esthétique et morale sur le vivant et la Nature, qu'il faudrait différencier de celle de Huysmans dans *À rebours*, même si le chapitre consacré aux fleurs de des Esseintes constitue un intertexte important du jardin des supplices. En effet, la contemplation par des Esseintes de sa collection de végétaux monstrueux, suscite, comme chez le narrateur du jardin des supplices, une méditation générale sur l'homme et le vivant : « Tout n'est que syphilis », pense alors des Esseintes, hanté par « la vision d'une humanité sans cesse travaillée par le virus des anciens âges¹³⁷ ». La vie a partie liée avec la maladie depuis les origines, et cette remontée aux sources de la vie s'opère à travers le modèle du virus vénérien, qui est la forme biologique du péché originel, à une époque où s'élabore le mythe médical de l'hérédo-syphilis¹³⁸. Modèle pastorien donc de représentation du vivant, où la vie (y compris dans sa monstruosité) se transmet sous la forme d'un « inusable

¹³² O. Mirbeau à Cl. Monet, lettre du 25 avril 1890, *Correspondance générale*, Lausanne, L'Âge d'homme, 2005, t. II, p. 262.

¹³³ *Le Jardin des supplices*, op. cit., p. 228.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 250.

¹³⁵ Voir sur ce point, É. Roy-Reverzy, « Mirbeau et le roman : de l'importance du fumier », *Un moderne, Octave Mirbeau*, Eurédit, 2004, Mont-de-Marsan, p.97-106.

¹³⁶ O. Mirbeau, *Dans le ciel*, *Œuvres romanesques*, Paris, Buchet/Chastel, 2001, t. II, p. 88.

¹³⁷ J.-K. Huysmans, *À rebours* [1884], éd. D. Grojnowski, Paris, GF, 2004, chap. VIII, p. 128.

¹³⁸ Voir A. Corbin, « L'hérédo-syphilis ou l'impossible rédemption. Contribution à l'histoire de l'hérédité morbide », Paris, *Romantisme*, n°31, 1981, p. 131-150.

héritage¹³⁹ » depuis la faute originelle commise au jardin d'Eden (*omne vivum ex vivo*). À ce modèle pastorien, Mirbeau oppose au contraire un modèle spontaniste de compréhension du vivant : la vie, qui a originellement partie liée avec le mal, provient de l'Eden lui-même, de la Nature, qui, Vénus monstrueuse, crée des formes vivantes à partir du charnier.

Étudiant la pensée alchimique, Bachelard a montré combien l'imagination scientifique pouvait être marquée par des schémas sexualistes (ce qu'il appelle dans sa typologie des obstacles épistémologiques l'obstacle de la libido¹⁴⁰) : selon lui l'alchimie « loin d'être une description des phénomènes objectifs, [...] est une tentative d'inscription de l'amour humain au cœur des choses¹⁴¹. » On pourrait étendre cette analyse aux théories biologiques sur la génération spontanée et voir dans le traitement littéraire de cette question une exaltation de cette part de l'imaginaire scientifique, où affleure la libido et où se « fond[ent] les images objectives et les désirs subjectifs¹⁴² ».

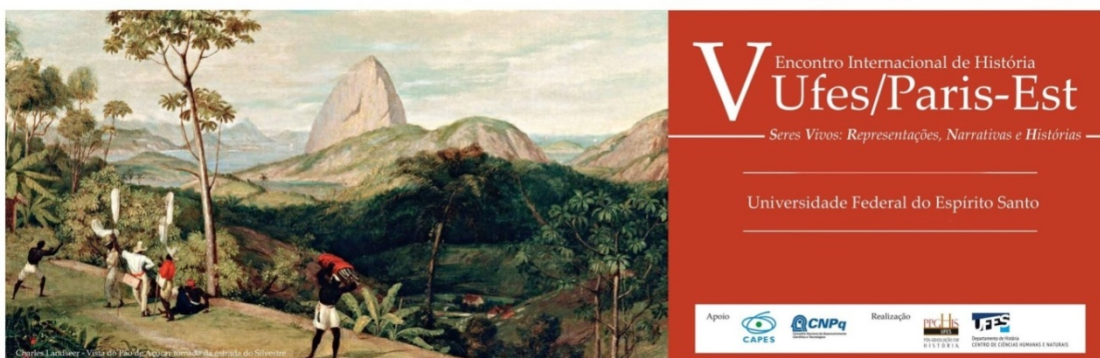
¹³⁹ À rebours, *op. cit.*, p. 128.

¹⁴⁰ Voir G. Bachelard, « Libido et connaissance objective », *La Formation de l'esprit scientifique*, Paris, Vrin, 2011, pp. 183-250.

¹⁴¹ G. Bachelard, *La Psychanalyse du feu*, Paris, Gallimard, Folio Essais, 1992, p. 62.

¹⁴² G. Bachelard, *La formation de l'esprit scientifique*, *op. cit.*, p. 225.

**TEXTOS COMPLETOS DE
COMUNICAÇÕES COORDENADAS E
COMUNICAÇÕES LIVRES**



BERNARDO HORTA DE ARAÚJO E O *HOMESTEAD*

Adilson Silva Santos
Mestre em História – UFES

RESUMO: Bernardo Horta de Araújo foi um dos mais importantes republicanos do Espírito Santo. Propagandista da república, Bernardo Horta foi um dos fundadores do primeiro clube republicano capixaba, foi vice-governador nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, além de governador municipal e deputado federal em três legislaturas consecutivas. Como deputado federal debateu temas nacionais tendo sempre como referência a realidade espírito-santense da qual era proveniente, e um desses temas diz respeito ao *homestead* e à defesa da pequena propriedade. O objetivo dessa comunicação é analisar a atuação de Bernardo Horta no Congresso Nacional em defesa do *homestead* e a fonte utilizada é o jornal *O Cachoeirano*.

Palavras – chave: Bernardo Horta; *Homestead*; Lei de Terras.

ABSTRACT: Bernardo Horta de Araujo was one of the most important Republican of the Espírito Santo. Propagandist of the republic, Bernardo Horta was one founder of the first Republican Club Espírito Santense, and vice - governor appointed by Marechal Deodoro da Fonseca, municipal governor and congressman in three consecutive legislatures. As congressman discussed national issues always with reference of where was from Espírito - Santo's reality, and one of those issues says about the homestead and the defense of small property. The purpose of this communication is to analyze the performance of Bernardo Horta in National Congress to defend the homestead and the resource used is the newspaper The Cachoeirano.

Keywords: Bernardo Horta; Homestead; Land Law.

A questão da terra no Brasil é um dos temas mais importantes na pauta de reivindicações de uma parcela significativa da população brasileira. Isso se justifica pelo fato de que o acesso à propriedade da terra é vedado à maior parte do povo

brasileiro, e um divisor de águas nessa questão é a Lei de Terras, de 1850. Decretada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos africanos para o Brasil, a Lei de Terras visava, entre outras coisas, dificultar a obtenção de terra ao trabalhador livre, isto é, especialmente para as classes mais pobres. Com a Constituição de 1891, já no período republicano, os estados passaram a serem os responsáveis por legislar sobre as terras devolutas.

Antes da promulgação dessa lei, ainda no período colonial havia duas formas de aquisição de terra no Brasil: a doação e a ocupação. A primeira era legal, enquanto a segunda era ilegal. A Coroa portuguesa doava terra para todos os que desejassem nela se estabelecer, não possuindo, entretanto, a posse da terra, apenas o usufruto. A doação das terras era uma prerrogativa do governo português que o fazia a quem possuísse méritos, cabedal. De acordo com Secreto (2007, p. 11) “Uma das questões de mais longa duração do domínio colonial tinha sido a ocupação territorial e a forma como as coroas portuguesa e também a espanhola concederam a seus súditos as terras conquistadas, – sempre como privilégio, como correspondia à ordem do Antigo Regime político e econômico”. O outro meio de aquisição de terras, a ocupação, a forma ilegal, era feita à revelia do governo português, que não tinha condições de controlá-la em virtude das grandes extensões territoriais e da ausência de mão de obra para esse trabalho.

O Regimento de Tomé de Souza, de 1548, trouxe algumas alterações no sentido de fortalecer o processo de implantação da indústria açucareira e o desenvolvimento econômico, além de garantir a fixação de indivíduos no território brasileiro. A partir desse Regimento a terra para construção de engenhos de açúcar poderia ser doada a qualquer pessoa que provasse ter recursos. O número de doações foi limitado a um lote por pessoa e o objetivo era evitar a concentração de terra nas mãos de poucos, expectativas frustradas (COSTA, s/d).

De acordo com Costa (s/d), na época da independência do Brasil houve a abolição da aquisição de terras por meio da doação, característica marcante do período anterior. Portanto, a única forma de obtenção de terra a partir daí passou a ser a ocupação, sem contar a compra e a herança. Nesse sentido, afirma Secreto (2007, p. 11), “O fim do domínio colonial significava também o fim desse sistema de distribuição de terra e a implementação de outras relações sociais e de acesso à

aquela”. Os resultados dessa mudança foram que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei, as posses resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra. Outro ponto importante: mesmo não legais, essas terras eram compradas, vendidas, avaliadas (COSTA, s/d).

Outra mudança fundamental no período da independência foi a suspensão das sesmarias futuras. De acordo com Secreto (2007, p. 11)

O Brasil independente teve uma primeira medida de grande impacto quando o Príncipe Regente suspendeu as sesmarias futuras em 17 de julho de 1822, embora o projeto legislativo para normatizar o acesso à terra só fosse apresentado em 1843. Uma questão se apresentava como central: o acesso à terra durante a colônia tinha sido um dos privilégios dos peninsulares e bem relacionados com a metrópole ou as autoridades coloniais, e isto tinha que mudar uma vez desintegrados os impérios coloniais. A ideia de livre-câmbio estava associada a outra forma de relação entre o homem e a terra. A terra era pensada como meio de produzir bens para o comércio.

Conforme dito no início do texto, foi a Lei de Terras de 1850, o mais importante instrumento de regulação da posse de terra no Brasil até aquele momento. Essa lei proibia a aquisição de terra por outro meio que não fosse a compra, colocando fim às formas tradicionais de aquisição de terras, a posse e a doação. A lei foi aprovada em 1850 e, entre outras coisas, estabelecia

(...) que a única forma de alienação da terra pública seria a venda, revalidava as sesmarias ou outras concessões que se achassem cultivadas, ou com princípios de cultura e morada habitual, embora não se tivessem cumprido as condições iniciais da concessão. Também se legitimariam as posses mansas e pacíficas que se achassem nas mesmas condições e as superfícies cultivadas ou utilizadas com criação, mais um tanto igual de terras vazias. A extensão total da posse legitimada não podia exceder o da última sesmaria concedida na comarca, ou da sesmaria mais próxima. O governo estabeleceria como e quando deviam realizar-se as medições, guardando-se também o direito de prorrogar os prazos marcados. Mas a medição seria indispensável para a legitimação, já que sem esta, não era possível obter o título de propriedade, indispensável, segundo a lei, para a venda e a hipoteca. Ao mesmo tempo, o governo realizaria a medição das terras públicas, reservando as que considerasse necessárias para colonização indígena, para a fundação de povoados e para a construção naval. Além desta reserva, o governo ficava autorizado a vender as suas terras (SECRETO, 2007, p. 15).

O governo se encarregaria de trazer, às suas custas, uma certa quantidade de imigrantes e, além disso, o que fosse arrecadado com a venda e os direitos permitiriam custear as medições de terra e a vinda de imigrantes.

De acordo com Costa (s/d p. 172), foi a iminência da substituição do trabalho

escravo e de certas formas de servidão pelo trabalhador livre, que forçou essa importante mudança em relação à terra e ao trabalho. Nesse sentido, afirma Costa (s/d), a leitura dos debates parlamentares sobre a Lei de Terras reflete o conflito entre duas visões a respeito da propriedade da terra, da política de terras e do trabalho: uma moderna e outra tradicional de encarar o problema.

O conflito entre esses dois diferentes pontos de vista reflete a transição, iniciada no século XVI mas concluída apenas no século XX, de um período no qual a terra era concebida como domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público; de um período no qual a terra era doada principalmente como recompensa por serviços prestados à Coroa, para um período no qual a terra é acessível apenas àqueles que podem explorá-la lucrativamente; de um período no qual a terra era vista como uma doação em si mesma, para um período no qual ela representa uma mercadoria; de um período no qual a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico (COSTA, s/d, p. 171-172).

Como boa parte das leis brasileiras, a Lei de Terras não surtiu os efeitos esperados. Segundo Secreto (2007, p. 17) sobre o desempenho da Lei de Terras “(...) é importante frisar que durante todo o tempo de funcionamento da Repartição Geral de Terras Públicas, nunca houve um mapa cadastral na repartição, isto é, não se delimitaram quais eram as terras públicas. (...) E em grande parte esta falência decorria da determinação de demarcar as terras devolutas depois das terras particulares. Por outro lado, a lei não foi suficientemente clara na proibição da posse. Embora esta constasse no artigo 1º, outros artigos levavam a supor que a “cultura efetiva e morada habitual” garantiriam qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas. A interpretação foi que a regularização era um direito, não uma obrigação. Sendo assim, a recorrência à lei era facultativa, e os possuidores decidiram não se amparar nela. A combinação desses dois elementos teve como consequência que a lei servisse, no período da sua vigência e até bem depois, para regularizar a posse e não para estancá-la”.

De tudo, o que mais nos interessa nessa questão da não ineficiência dessa lei é o fato de que “(...) ela não teve o efeito dinamizador (...), permitindo a pequena propriedade. Se bem que este objetivo, o da pequena propriedade, esteve presente em todos os debates “modernizantes” do século XIX, ficou longe de ser alcançado”. (SECRETO, 2007, p. 16). Esse ponto nos interessa porque a defesa da pequena propriedade é um dos pontos centrais da defesa do *homestead* feita por Bernardo Horta no Congresso Nacional.

Bernardo Horta de Araújo era filho do Dr. José Feliciano Horta de Araújo e D. Izabel de Lima, filha do Barão de Itapemirim. Nasceu em 20 de fevereiro de 1862, na fazenda Muqui, em Itapemirim. Em Ouro Preto, em 1880, diplomou-se em farmácia e no ano seguinte estabeleceu-se em Cachoeiro de Itapemirim com a Farmácia Horta. Casou-se com Angelina Ayres, filha do Coronel Joaquim Ayres, negociante, comissário de café de firma do Rio de Janeiro. Herdou dos dois lados, tanto paterno quanto materno, o tino para a política, o que, aliado a outros elementos, possibilitou o desempenho de carreira emblemática na política espírito-santense (SANTOS, 2012; MARINS, 1920).

Bernardo Horta foi um dos mais importantes propagandistas das ideias republicanas, além de ter sido um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, redator-chefe do jornal *O Cachoeirano*, que fazia a propaganda da República durante muito tempo. Proclamada a República, teve participação direta no primeiro governo do Espírito Santo por causa de seus préstimos à causa republicana. Ocupou, então, o cargo de vice-governador, nomeado pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca (SANTOS, 2012).

Um perfil desse político traçado por Cláudio (2002, p. 31), um contemporâneo seu, nos dá conta que “Bernardo Horta era um temperamento a Desmoulins, com as mesmas audácias e a mesma sinceridade; tinha, porém, sobre o convencional de Guise, a vantagem de encontrar soluções prontas para as dificuldades emergentes, contrastando os efeitos momentâneos dos arrebatamentos e do tom autoritário com que costumava falar e agir, por uma espécie de candura ou cordura, que lhe granjeava o bem querer da assistência que o circundava”.

Bernardo Horta foi eleito deputado federal em 1903, cargo que exerceu, ininterruptamente, até 1911. Sua primeira eleição deu-se logo depois de ter aderido ao Partido Republicano Construtor Autonomista, isso em 1899, quando deixou a oposição que fazia aos governos estaduais desde o racha ocorrido entre os republicanos capixabas, em 1890. Debateu temas de envergadura nacional de forma enérgica e argumentação consistente, fato reconhecido pela imprensa capixaba e da capital federal, como no caso dos impostos interestaduais. Outra tema do qual participou ativamente foi o *homestead* (SANTOS, 2012).

Em 1903, Bernardo Horta esteve envolvido em um assunto de importância capital para o país: a discussão e a votação do projeto n. 112, de autoria do deputado federal da bancada paulista Francisco Malta, que estabelecia o privilégio do *homestead*. Essa Lei, implantada primeiramente nos Estados Unidos e, depois, na Argentina, é apresentada no Brasil como complemento à Lei de Terras.

Nos Estados Unidos, o *Homestead Act* concedia “(...) a cidadãos americanos e estrangeiros interessados em naturalizar-se 160 acres de terras públicas, que devem ser cultivadas e habitadas pelo comprometente (...)” (CARONE, 1975, p. 18). O título de propriedade é dado ao agricultor depois de cinco anos recebendo também isenção de penhora e venda forçada, mesmo antes do recebimento desse título.

De acordo com Emília Viotti da Costa (s/d), o *Homestead Act* estadunidense, de 1862, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar. “Usando velhos argumentos em favor da pequena propriedade – argumentos estes que estavam enraizados na experiência histórica dos primeiros colonizadores – e recorrendo a novos argumentos derivados das condições criadas pelo desenvolvimento no século XIX, o *Homestead Act* refletia, em 1862, o impacto da imigração, da urbanização e da industrialização sobre a sociedade americana” (COSTA, s/d, p. 181).

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, havia os favoráveis e os contrários ao projeto, demonstrando visões distintas sobre a terra e o trabalho, mas também os conflitos entre o norte e o sul dos Estados Unidos, assim como “(...) entre o empresário e o grande proprietário rural, entre o capitalismo industrial e o capitalismo comercial” (COSTA, s/d, p. 181).

Havia, ainda de acordo com Costa (s/d), na defesa do *Homestead Act*, entre os defensores do projeto a ideia de superioridade da pequena propriedade como uma fonte fundamental de todas as virtudes, como forma de exploração da terra associada à ideia de dignidade do trabalho e à noção de que o trabalho é uma fonte de riqueza, conferindo direito à propriedade. Vale ressaltar que alguns desses conceitos implícitos na defesa da pequena propriedade estavam enraizados na ética puritana e na sociedade colonial e agrária da Nova Inglaterra, ganhando novo significado na sociedade competitiva emergente (COSTA s/d).

No Brasil, vários projetos correspondentes ao *homestead* foram apresentados, mas nada de positivo foi realmente levado a termo. O primeiro projeto, datado de 1893, solicitava restrições à penhora da casa do devedor; outro, em 1895, reforçava a ideia de isenção de penhora de seguro do chefe da família, da casa e das terras de até 48 hectares. Entre 1896 e 1897, novo projeto propõe, além da isenção da penhora em caso de dívida, o direito do cidadão de requerer um lote de 50 hectares de fronteira, desde que morasse nele há cinco anos, mas o projeto é rejeitado (CARONE, 1975).

A questão volta à baila e, em 1903, o debate é o maior desde o início da discussão. Agora com mais riqueza de informações, o projeto reduz para 25 hectares a quantidade de terras a que o agricultor teria direito, mantendo a ideia de isenção de penhora por dívida. É desse debate que Bernardo Horta faz parte, defendendo veementemente a lei do *homestead*. Segundo Carone (1975), o projeto tramitou no Congresso, sofreu algumas emendas, mas foi engavetado, voltando à discussão no Senado em 1910 e, depois, foi "(...) remetido para a Comissão Geral do Código Civil" (CARONE, 1975, p. 18).

No Congresso Nacional, em discurso datado de 02/08/1903, Bernardo Horta inicia sua defesa tentando desconstruir o argumento de que o *homestead* seria inviável para o Brasil porque, nos Estados Unidos, o foi. Sofre, então, pesadas críticas. Lá, argumenta ele, a variedade de leis dos estados impossibilita o funcionamento dessa prática, pois cada estado legisla como quer. De acordo com ele, há exemplos de estados em que o limite de isenção é de 300 dólares; noutros, 5.000, 20.000. Em outros, não há limites impostos pela lei. Se as variadas leis estaduais são divergentes e há reclamações por isso, pela falta de limite ou pelo alto valor desses impostos, o mesmo não acontece com relação à lei federal, datada de 1862. Segundo Bernardo Horta, isso não ocorreria no Brasil, pois o projeto de lei em questão, além de determinar que a lei seja cumprida por todos os estados, indistintamente, fixa um valor máximo para a isenção: 10:000\$000 (dez contos de réis).

Como argumentos para defesa do *homestead*, Bernardo Horta utiliza exemplos de países em que essa lei foi instituída, como nos Estados Unidos, França e Itália. Um dos argumentos mais fortes utilizados por Bernardo Horta na defesa do *homestead* é

que ele fortaleceria o lar, a família e sua estabilidade, pois o proprietário, com garantias, persistiria no campo, habituando-se à economia que prática, evitando uma rotatividade de profissão ou o abandono da terra. Utiliza frases de um senador estadunidense, Benton, que afirma: “O arrendamento concilia-se mal com o *regimen* de liberdade (...). O livre proprietário do solo é, ao contrário, o sustentáculo natural de um governo livre (...)”¹⁴³.

Para Bernardo Horta, o privilégio do *homestead* deve ser concedido em alguns casos, como por exemplo “(...) a quem seja na ocasião solvável, a quem não tenha o mínimo debito, e nesse caso a lei póde impor a inalienabilidade da propriedade e declarar que não será sujeita a hypoteca (...). Em outro caso o *homestead* poderá ser autorizado até para aquelle que contrahir empréstimo para adquirir o bem que váe collocar sob esse regimen”¹⁴⁴. Isso quer dizer que esse privilégio não abarcaria todos os proprietários, tampouco os que têm dívidas com o estado, mas aqueles que estiverem em condições, pagando, inclusive, os impostos territoriais regularmente.

Um dos deputados que participam da sessão, Cândido Rodrigues, discute que o privilégio do *homestead* não deve ser em prejuízo de dívidas contraídas anteriormente, tampouco futuras, depois de sua constituição. Bernardo Horta responde ao parlamentar que a questão envolve somente dívidas anteriores à concessão do privilégio. Se a dívida é anterior à constituição, não deve ficar livre, pois o proprietário só poderá penhorar a propriedade se quitar regularmente os impostos territoriais. Para alguns, isso não é correto, uma vez que haverá uma desigualdade entre o credor particular e o estado credor, fato que já acontece, argumenta Horta.

Para Bernardo Horta, o *homestead* é favorável também ao parcelamento das terras, o que é bom para o país, pois possibilitaria ao imigrante a propriedade da terra. Nesse ponto transparece aquelas questões já citadas por Costa (s/d) e Secreto (2007) da concepção de trabalho, de política de terras e de propriedade da terra que os defensores dos projetos relacionados às políticas de terra no Brasil externalizam. Embora tratar-se de um outro período histórico em que o trabalho escravo já fora abolido, insere-se num momento de forte imigração estrangeira para muitos estados,

¹⁴³ O Cachoeirano, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

¹⁴⁴ O Cachoeirano, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

inclusive para o Espírito Santo, do qual Bernardo Horta é proveniente.

Concluindo sua defesa, Bernardo Horta apresenta as seguintes emendas ao projeto do *homestead*: supressão dos parágrafos 8º e 9º do art. 1º, por não encontrar razões para dispensa de alguns impostos, bem como por não haver necessidade do fornecimento de livros e da dispensa do selo, onerando a União. Quanto ao art. 10º, que afirma que no “(...) caso de falecimento de um dos cônjuges, o imóvel ficará pertencendo ao cônjuge sobrevivente, com exclusão dos filhos¹⁴⁵”, deve ser substituída a parte que exclui os filhos para (...)” e filhos de até a maior idade”, pois a razão do *homestead* é a defesa da família e de seus bens. E ainda “os terrenos mineralógicos não ficam compreendidos nos efeitos desta lei.¹⁴⁶”

É importante pensar que apesar de Bernardo Horta ser oriundo de uma região do Espírito Santo caracterizada pela existência de grandes propriedades de terra produtoras de café - ele mesmo era neto do Barão de Itapemirim, um dos maiores latifundiários do sul capixaba no século XIX - ele sai em defesa do pequeno proprietário, muitos dos quais afetados pela grave crise do café que afetou o país e o estado no final do século XIX e início do XX. Defende também a permanência do trabalhador no campo num cenário de profundas transformações políticas, sociais, econômicas e do espaço urbano favorecidas pela expansão das lavouras de café, embora fosse aquele início do século XX momento crise, conforme já destacado. O crescimento das cidades no sudeste, por exemplo, foi responsável pela atração de trabalhadores fugindo das dificuldades enfrentadas no campo. Portanto, a lei do *homestead* que possibilitava a permanência desse trabalhador e de sua família no campo foi alvo de uma defesa ardorosa por parte de Bernardo Horta, inclusive, na solicitação de alteração do artigo 10º para que aos filhos menores de idade fosse assegurada a posse da terra em caso de morte de do pai ou mãe.

Não obstante isso, é preciso destacar que o Espírito Santo foi um grande receptor de imigrantes estrangeiros durante o segundo quartel do século XIX. Diversos núcleos coloniais foram instalados no território capixaba naquele processo já descrito de substituição da mão de obra escrava negra africana e a consequente substituição pelo trabalhador livre e pelo imigrante, assim como pesava o fato da

¹⁴⁵ O *Cachoeirano*, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

¹⁴⁶ O *Cachoeirano*, 24/01/1904, citando discurso de Bernardo Horta na Câmara em 16/01/1904.

necessidade de povoamento das terras do Espírito Santo. Portanto, a defesa do *homestead* por Bernardo Horta também denota, implicitamente, sua concepção de trabalho e de mão de obra: a do imigrante europeu.

Referências

Periódicos

O Cachoeirano. Cachoeiro de Itapemirim -ES. 24/01/1904.

Obras de Referência

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

CLAÚDIO, Afonso. **História da propaganda republicana no estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.

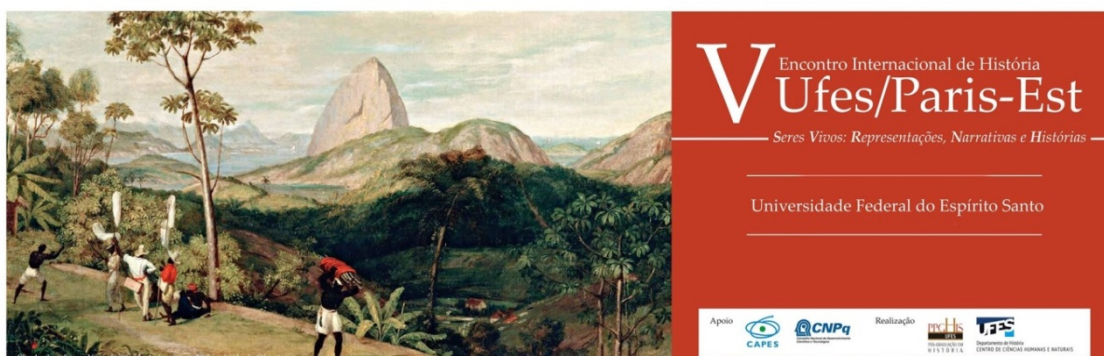
COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp. s/d.

MARINS, Antônio. **Minha terra e meu município**. Rio de Janeiro, 1920. (mimeo)

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Teixeira de Freitas: da posse e do direito de possuir**. Revista de Faculdade de Direito de Campos, Ano VI, n. 7, Dez. 2005, p. 249-270. Disponível em <<http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista07/Docente/08.pdf>> Acesso em 26 de março de 2015.

SANTOS, Adilson Silva. **Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913)**. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2012.

SECRETO, Maria Verônica. **Legislação sobre terra no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade**. Raízes, Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 10–20, jan./dez. 2007.



TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ESPACIAIS NO BAIRRO MOVELAR A PARTIR DA IDÉIA DE PROGRESSO.

Ákilla Lonardelli
Mestranda em Ciências Sociais – UFES

Resumo: Este artigo se propõe a discutir, a partir do exemplo da construção de um shopping center na cidade de Linhares/ES, a ideia de progresso e desenvolvimento atrelada ao processo de industrialização e crescimento econômico da cidade. Para isso, utilizamos notícias e comentários de sites como forma de ilustrar este exercício.

Palavras-chave: Progresso; Industrialização; Desenvolvimento; Desigualdade.

Summary: This article discusses, utilizing the construction of a shopping center at Linhares/ES as a starting point, the idea of progress and development connected to the process of industrialization and economic growth of the city. For this exercise, news and comments on websites were used.

Keywords: Progress; Industrialization; Development; Inequality.

Esta comunicação faz parte das reflexões iniciais que o caminhar da minha dissertação de mestrado tem suscitado acerca das ideias de avanço, progresso e desenvolvimento em um contexto local, mas marcadamente influenciado pela globalização. Para este momento, a proposta é discutir as transformações sociais e espaciais pelas quais o bairro Movelar (Linhares/ES) tem passado diante da perspectiva do progresso em virtude de um processo de industrialização e crescimento urbano.

Linhares está localizada no norte do Espírito Santo, a aproximadamente 130

quilômetros da capital Vitória. É a maior cidade do estado em extensão territorial (3.501,6 km²) e possuía, no último censo, 141.306 habitantes¹⁴⁷. No período de tempo compreendido entre 2000 e 2010, Linhares aumentou sua população em 25,48%¹⁴⁸. É interessante notar a composição desse aumento populacional: grande parte desse número representa a população migrante, que é oriunda de outros municípios do Espírito Santo, mas também de outros estados do país ou estrangeiros, conforme a tabela seguinte¹⁴⁹.

População conforme o local de origem		
Ano	Municípios do ES	Outros estados/estrangeiros
2000	22,37 mil pessoas - 19,9%	16,05 mil pessoas - 14,3%
2010	24,51 mil pessoas - 17,3%	24,22 mil pessoas - 17,1%

Cabe ressaltar que, de 2000 para 2010, o número de migrantes oriundos de outros estados do país aumentou muito mais que o número de migrantes de cidades do próprio estado. Grande parte das pessoas que chegam à Linhares vem da Bahia e de Minas Gerais, e um pouco menos do Rio de Janeiro, como pode-se observar na tabela a seguir.

População conforme a UF de origem			
Ano	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro
2000	6,61 mil pessoas	5,47 mil pessoas	1,30 mil pessoas
2010	11,31 mil pessoas	6,27 mil pessoas	1,61 mil pessoas

É possível delimitar o desenvolvimento da economia do Espírito Santo em dois ciclos: o primeiro, que vigorou entre meados do século XIX até a década de 1950, era centrado na cafeicultura; o segundo, marcado por uma intensificação da

¹⁴⁷ Censo Demográfico 2010. IBGE.

¹⁴⁸ IJSN. Resenha de Conjuntura. Distribuição populacional no Espírito Santo: resultados do censo demográfico 2010. IJSN, ano IV, número 27, maio de 2011.

¹⁴⁹ Tabela construída a partir de dados do IJSN.

industrialização, pode ser dividido em duas partes: "a primeira fase (1960-1975), baseada no crescimento e instalação de pequenas e médias empresas, e uma segunda fase (1975-2000), baseada no crescimento e instalação de grandes empresas – os grandes projetos – produtores de commodities." ¹⁵⁰

Nos últimos anos, a cidade tem recebido muitos investimentos, principalmente no setor industrial. Algumas atividades se destacam: extração de carvão mineral, petróleo e gás natural; fabricação de móveis, produtos alimentícios e produtos de metal; confecção de artigos de vestuário e acessórios. Por isso, atualmente, "Linhares é o município, situado fora da RMGV¹⁵¹, com maior número de empresas entre as 100 maiores do estado, além de ter sido o que mais cresceu sua participação neste ranking entre 1999 e 2007". ¹⁵²

Acompanha esse processo de crescimento industrial um reordenamento das dinâmicas sociais da cidade. Com ele, verificamos um crescimento populacional que, de uma forma ou de outra, modifica aspectos da cidade, como o uso dos equipamentos urbanos, a distribuição dos moradores nos bairros, a forma de apropriação dos espaços, a dinamização da economia e tantos outros. Com relação à economia, a construção do primeiro shopping de Linhares é o que nos interessa para este momento.

Desde 2013 o shopping Patio Mix está funcionando na cidade. Localiza-se no bairro Movelar, à margem da BR-101. Ele faz parte do Prima Città, um complexo imobiliário da construtora Lorenge, que também inclui duas torres de escritórios e um hotel. Segundo o site da construtora, a obra está prevista para ser entregue na sua totalidade no segundo semestre de 2015. ¹⁵³

De acordo com as notícias reunidas nos sites "Gazeta Online" e "Site de Linhares"¹⁵⁴, a obra do shopping foi embargada pelo Ministério Público Estadual em dezembro de 2011 ¹⁵⁵. Não nos interessa, neste momento, o motivo pelo qual

¹⁵⁰ CAÇADOR, Sávio & GRASSI, Robson. A situação da economia do Espírito Santo no início do século XXI: um estado desenvolvido e periférico? Vitória: Revista Geografares, nº14, p. 107-132, junho de 2013.

¹⁵¹ Lei complementar nº 204/2001 institui a Região Metropolitana da Grande Vitória, que conta com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

¹⁵² IJSN. Texto para discussão 39. Dinâmica urbano regional do estado do Espírito Santo. Vitória, 2011.

¹⁵³ www.lorenge.com.br. Acesso em 26/04/15.

¹⁵⁴ www.gazetaonline.globo.com e www.sitedelinhares.com.br.

¹⁵⁵ http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/2011/12/noticias/gazeta_online_norte/noticias_norte/1066647-justica-embarga-obras-do-prima-citta.html

ocorreu o embargo da obra. Interessa-nos reunir e discutir alguns comentários extraídos dos sites quando da publicação da notícia, pois estão intimamente relacionados à ideia de progresso e de desenvolvimento.

No caso, concordamos que

O desenvolvimento é um sonho. Não faz a menor diferença se para alcançá-lo terão que ser exterminados os esquemas locais de significação (pensemos em migração forçada), o meio ambiente, as comunidades, ou a própria viabilidade de vida local. O que repetem é que o progresso, a modernidade ou o desenvolvimento estão chegando, e que trarão empregos e qualidade de vida. (MATTOS, 2014, p. 100)

Apesar desse tipo de fala que promete empregos e qualidade de vida, verificamos que Linhares possui um rendimento médio mensal de R\$ 1.095,61, valor abaixo da média do Estado (R\$ 1.201,17), muito embora tenha um elevado PIB *per capita* (R\$ 18.610,00). A taxa de alfabetização de 91,21% também está aquém da média estadual (92,48%). Disso, podemos inferir que algumas melhorias prometidas pelos investimentos industriais não necessariamente se confirmam em dados que medem a qualidade de vida.

Rendimentos baixos associados a um valor alto no PIB municipal revelam um lado pouco encantador da industrialização desenfreada: a concentração de renda. Essa desigualdade é refletida, no cotidiano, em certas dificuldades ou até impossibilidades na vida das pessoas, como é o caso do acesso à saúde, educação e moradia. Linhares, por exemplo, possui 18.462 pessoas que vivem em aglomerados urbanos subnormais¹⁵⁶. De acordo com Dupas,

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais. (DUPAS, 2007, p. 73)

Por isso é que nos interessa a fala das pessoas no momento em que a obra do shopping havia sido interrompida. De alguma forma, a ampliação das possibilidades de consumo traz consigo essa ideia de progresso e de avanço porque insere a cidade em um outro patamar econômico e de destaque na região. Alguns

<http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/rebulico-em-linhares-justica-embarga-obra-de-shopping-no-move-lar>

¹⁵⁶ Aglomerados subnormais, segundo o IBGE: é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando outo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa.

comentários foram retirados dos sites supracitados, como os seguintes¹⁵⁷:

- “Por favor, tire esse pessoal dali, pois eles estão atrapalhando o desenvolvimento de estado. Eles vivem nas trevas da ignorância.”
- “Ministério Público querendo mais uma vez aparecer, mais um magistrado querendo aparecer, e o povo mais uma vez assiste um avanço para a região ser barrado.”
- “Nunca vi um estado ir tanto na contra mão do desenvolvimento. é por estas e outras que milhares de empresas nem pensam em vir para cá.”
- “O pessoal do ministério público mora em vitória, é lá tem shopping, eles não estão nem um pouco se lixando pra vocês, se vai ter ou não o shopping em Linhares.”
- “Deixem de onda justiça de Linhares, vcs devem se preocupar com traficantes e deixar o progresso chegar em Linhares.”

Para os habitantes da cidade, o que significa a palavra progresso? Como ela é percebida e transmitida? De que forma e com quais símbolos ela se insere no discurso das pessoas? Será que "eles [a população] repetem o que lhes é enfatizado através dos discursos políticos, empresariais e midiático"? (MATTOS, 2014, p. 116) Nas falas, percebemos que o progresso ao qual elas se referem é àquele que o shopping representa: destaque da cidade, mais oportunidades de consumo e de lazer.

No entanto, se acompanharmos as notícias¹⁵⁸ a respeito do bairro onde o shopping foi construído, percebemos que há crimes como roubos e furtos no local e que ele carece de infraestrutura básica. De forma que podemos dizer que não existe uma relação harmônica entre o shopping, enquanto um espaço de interação entre iguais quase asséptico para o consumo e para o lazer, e o espaço compreendido pelo bairro Movelar. Isso, por si só, não é nenhuma novidade. Vemos, infelizmente, repetir-se a segregação espacial marcada pelo templo do consumo da mesma maneira como acontece em outras cidades¹⁵⁹.

Até aqui, apenas conseguimos aproximar essas falas a uma ideia de progresso

¹⁵⁷ Foi mantida a grafia original.

¹⁵⁸ Nos sites já mencionados, mas também em www.linharesemdia.com.br e www.euviemlinhares.com.br.

¹⁵⁹ Como o Shopping Boulevard, em Vila Velha, e o Plaza Shopping, em Niterói.

ainda como um exercício. É interessante discutir, entretanto, a respeito de empresas, indústrias e shopping centers e do impacto social e econômico que eles imprimem ao local onde se instalam, principalmente se não respeitam leis fiscais, urbanas e ambientais. Importante nos perguntarmos se "somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes". (DUPAS, 2007, p. 73) Também, se conseguimos democratizar o acesso ao desenvolvimento prometido.

Concluimos este texto sem, entretanto, esgotar a discussão a respeito da relação entre o desenvolvimento e a percepção de progresso que ele envolve com o que, de fato, podemos observar na cidade. Para isso, fica a reflexão seguinte:

O gnomo irascível HumptyDumpty, em Alice no país das maravilhas, de Lewis Carrol, afirma a Alice: 'quando eu utilizo uma palavra, ela significa precisamente aquilo que eu quero que ela signifique. Nada mais, nada menos.' Alice contesta que 'o problema está em saber se é possível fazer que uma palavra signifique montes de coisas diferentes.' Ao que HumptyDumpty, qual hegemonia de plantão, replica altivamente: 'o problema está em saber quem é que manda. Ponto final.' (DUPAS, 2007, p. 74)

Referências

CAÇADOR, Sávio & GRASSI, Robson. **A situação da economia do Espírito Santo no início do século XXI: um estado desenvolvido e periférico?** Vitória: Revista Geografares, nº14, p. 107-132, junho de 2013.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso.** São Paulo: Novos Estudos, nº77, p. 73-89, março de 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Aglomerados subnormais.** Rio de Janeiro, 2013.

IJSN. **Resenha de Conjuntura.** Distribuição populacional no Espírito Santo: resultados do censo demográfico 2010. Vitória, ano IV, nº 27, maio de 2011.

IJSN. **Texto para discussão 39.** Dinâmica urbano regional do estado do Espírito Santo. Vitória, 2011.

MATTOS, Sonia Missagia. **O desenvolvimento como discurso: um estudo sobre Anchieta – ES.** Goiânia: Habitus, v. 12, nº 1, p. 97-124, jan./jun. de 2014.

poder, haydos figuras claves para entender elproceso de recatolizaçãoen dos países seleccionados. Conungran prestigio enla década de 1920 después de recibidoel Papa el título de cardenal Leme y Cerejeira se han convertido en agentes activosenelproceso de recuperar elespacio perdido por los católicos. La vinculacióndirectaconelgobierno federal, Leme hablócon Vargas durante sus primeros años como Presidente de la República de Brasil. En Portugal, Cerejeirautilizó sus largos años de amistadconAntonio de Oliveira Salazar para lograr elacercamiento entre lalglesia y el Estado.

Apresentação

O presente artigo tem como objetivo a análise da trajetória da Igreja Católica no início do século XX tomando como parâmetros a trajetória do Cardeal Cerejeira e o Cardeal Leme em seus países de atuação. O artigo pretende validar a hipótese de que os dois cardeais não atuaram de forma isolada, ou mesmo por interesses próprios. Havia uma diretriz global, que delimitava o caminho desses dois atores sociais. Com esse paralelo das atuações dos dois cardeais é possível indicar que tanto a Igreja no Brasil quanto em Portugal se rearticulou a tal ponto que chamaram a atenção novamente do Estado republicano conseguindo assim desempenhar papel importante na nova fase dos dois países em seus regimes autoritários, legitimando o Estado Novo de António de Oliveira Salazar e do regime varguista, tendo como sustentáculo o mito de Fátima e Aparecida, respectivamente.

Estes dois clérigos são figuras essenciais na compressão do cenário católico em países que sofreram desarticulações religiosas em torno da implantação da república, em 1889 no Brasil e em 1910 em Portugal. No Brasil a Constituição de 1890 distanciou a Igreja do Estado estabelecendo o estado laico, o mesmo ocorreu em Portugal, logo após a implantação da República:

É mister frisar que a laicização assim como a secularização são processos sociais que não podem ser generalizados e universalizados, devendo ser contextualizados histórica e socialmente. A laicização e a secularização não ocorrem de forma idêntica e única nos mais diversos países. Cada país possui um conjunto de características e circunstâncias sociais e culturais que possibilitam formas variadas e peculiares de laicidades e secularização. (RANQUETAT, 2008.p. 20)

É importante ressaltar que o processo de distanciamento entre Igreja e Estado procedera de forma diferente tanto no Brasil como em Portugal. No Brasil, ocorreu um afastamento por parte do Estado, mas sem perseguição em relação às

instituições católicas, já em Portugal, o Estado instaurou uma política mais severa sobre os católicos.

A proclamação da República deu, contudo, novos rumos a esse processo: no Brasil, a República foi acompanhada da liberalização e da consequente expansão das congregações; em Portugal, o republicanismo vitorioso instalou a repressão e a perseguição às congregações que resultaram em perdas materiais e imateriais, bem como na diáspora. Uma das primeiras tarefas da República brasileira foi a da laicização do Estado com a publicação do decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890 que acabou com o regime de Padroado no país. Uma semana depois desse decreto foi publicado outro que implantava o calendário republicano que destituía as datas comemorativas religiosas, inclusive a do Natal. O liberalismo, o positivismo e o jacobinismo francês disputavam entre si a direção ideológica do novo regime instalado no Brasil que precisou de quase uma década para se estabelecer enfrentando rivalidades políticas, institucionais, guerras civis e rebeliões em diferentes partes de um território nacional ainda indefinido em muitos quilômetros de fronteiras. (AQUINO, 2014, p. 335-339).

Como foi exposto, o catolicismo brasileiro embora sem forças, não sofreu com um processo de perseguição como ocorreu em Portugal. É importante salientar que o processo de transição entre monarquia e república veio acompanhado de uma perda de poder do catolicismo que deixou de ser a religião oficial para assumir o papel de mais uma religião dentro do país. O projeto de estado laico desarticula a função da Igreja Católica, que por anos participou paralelamente das ações do Estado.

Nos países católicos do Sul da Europa, termos como sociedade laica, Estado laico, ensino laico, laicidade, laicismo, laicizar, laicização impuseram-se como vocábulos que também constituíam instrumentos de luta contra a influência do clero e da Igreja católica e, nas suas versões mais radicais (agnósticas e ateias), contra a própria religião. No plano inverso, tais palavras zumbiam aos ouvidos dos católicos como invenções ímpias. (CATROGA, 2006, p. 297).

Foi neste contexto de secularização e laicização que os dois atores, foco deste trabalho, surgiram como agentes que buscavam um alinhamento entre Igreja e Estado. A reaproximação em Portugal começou a ser restabelecida mais rapidamente, já em 1918, visto que o Estado português estabeleceu sua República em 1910. No Brasil essa reaproximação foi mais lenta só ocorrendo na constituição de 1931, no governo de Getúlio Vargas. Destaca-se que, embora os regimes republicanos tenham colocado em prática a separação entre Igreja e Estado, esse fato já vinha sendo delineado desde o final das monarquias. Para compreender o papel desempenhado pelo Cardeal Leme e Cardeal Cerejeira, frente à necessidade de reconquista e recatolização nos seus países de origem, é necessário estabelecer um aprofundado estudo na relação política existente entre os cardeais, notadamente

no âmbito do autoritarismo varguista e salazarista, período em que o processo de reaproximação torna-se mais evidente, principalmente com o uso da religiosidade pelos governos autoritários.

Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra

Nascido na cidade do Espírito Santo do Pinhal, do Estado de São Paulo em 20 de janeiro de 1882, começou a vida sacerdotal matriculando-se no Seminário Episcopal de São Paulo em 1894; recebendo a primeira tonsura clerical em 28 de agosto de 1895, seguindo diretamente para o Colégio Pio Latino Americano em Roma, onde se matriculou em 1896 afim de aperfeiçoar e completar os seus estudos eclesiásticos. Completado o curso de humanidades, matriculou-se na Pontifícia Universidade Gregoriana em 1897 onde ficou até 1904, quando terminou o curso teológico e recebeu a sagrada ordem de presbítero regressando imediatamente ao Brasil. Foi pró-vigário geral de São Paulo, entre 1909 e 1911, quando foi nomeado bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. (SILVA, 1995, p. 15-20).

Promovido a Sé Metropolitana de Olinda em 29 de abril de 1916, tornou-se arcebispo de Recife quando a Sé foi unida a Olinda, em 29 de abril de 1918. Nomeado arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, com direito de sucessão, em 15 de março de 1921. Sucedeu à Sé Metropolitana do Rio de Janeiro em 18 de abril de 1930 e em 02 de julho de 1930, D. Leme foi elevado ao grau de Cardeal. (SILVA, 1995, P. 34-36.)

Sebastião Leme começou sua trajetória em um tempo que a Igreja era desvinculada do Estado, em que os católicos brasileiros se encontravam desarticulados, apresentando pouca ou nenhuma resistência ao processo de laicização. Leme então pode ser visto como um dos precursores do processo de recristianização brasileira, no qual recebeu auxílio dos intelectuais Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e o padre jesuíta Leonel Franca. Destaca-se que o catolicismo sempre manteve grande influência na política social brasileira. A perda desta influencia com a Constituição de 1891 não foi encarada como algo natural, mas como um momento de transição em que a Igreja estava enfrentando e que deveria ser combatido. (SILVA, 1995, P. 3)

Somente a 15 de novembro de 1889 instalou-se o regime republicano. Logo em

seguida, a 7 de janeiro 1890, a separação entre a Igreja e o Estado foi imposta através de um decreto, sendo o mesmo confirmado posteriormente pela Assembleia Constituinte de 1891. É certo que tal decisão do Estado pouco afetou o chamado “Catolicismo popular”. Tal separação, porém, afetou profundamente o Catolicismo oficial. A Igreja passou a ser vista pelo Estado como hostil aos seus interesses. (SILVA, 1995, P. 13).

Com a chegada de Getúlio Vargas a Presidência da República em 1930, a Igreja Católica percebe que seria um bom momento para uma reaproximação, buscando assim que a nova constituição não ignorasse o papel da religião católica na vida dos brasileiros e na vida da nação. Ressalta-se que depois de certa oposição da Igreja ao mundo, com o papado de Pio XI (1922/1939)

a Igreja assume uma posição de conquista, um esforço de cristianização a sociedade corroída pela chamada ‘peste do laicismo’. Ele retorna à orientação básica do Papa Pio X: *instaurare omnia in Christo*. A Igreja devia afirmar positivamente a sua presença no mundo. No Brasil, segundo o próprio Cardeal, o povo era marcado por uma profunda ‘ignorância religiosa’. O clero era na sua análise, insuficiente diante deste país de tão grande extensão territorial. Muitos católicos nem se quer viam facilmente um padre. A catequese era fraca e deixava muito a desejar. A intelectualidade brasileira, salvo exceções, incrédula, poderia influir pouco diante da presença do laicismo, do Positivismo. Era preciso alguém muito capaz para fazer presente uma verdadeira recristianização da sociedade brasileira. (SILVA, 1995, p. 10)

Após seu retorno ao Rio de Janeiro, Leme começou a articulação de recatolização inspirando alguns intelectuais a aderirem esse projeto de reaproximar o Estado da Igreja e a Igreja do povo. Leigos como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e o jesuíta Leonel Franca foram fortes aliados de Leme na tentativa de rearticulação da Igreja Católica. Fato também que merece atenção é a promoção de Leme ao cargo de Cardeal. Sem dúvida a ação pastoral exercida pelo Dom Leme é bem vista por Roma, constatação expressa pela púrpura cardinalícia que recebera em 1930. (SILVA, 1995, p. 11)

Para compressão do pensamento do Cardeal Leme durante os primeiros anos como parte integrante da Igreja no Brasil é necessário analisar duas cartas pastorais publicadas, uma em 1916 e a outra em 1921. As cartas pastorais são documentos publicados pelas autoridades da igreja e tem como objetivo orientar seus fiéis e aparar certos desvios de conduta que possam estar ocorrendo na diocese.

Na carta de 1916 Leme salienta a pouca influência dos católicos no destino da Nação e destaca a ignorância religiosa dos intelectuais brasileiros. Isso mostra que a constituição de 1890 havia enfraquecido sim a Igreja, e que suas fileiras se encontravam distantes e sem perspectivas de mudanças. Um ponto importante sobre essa carta é que Leme fala com certo entusiasmo da fé dos pobres, porém destaca que a falta de uma verdadeira formação religiosa permite que o povo seja apegado às superstições mais primitivas. Nesse sentido, para Leme, o ensino laico não é somente o afastamento da igreja das salas de aula, mas um ensino antirreligioso, algo que vai contra ao que era pregado pela igreja. Já nesta carta, Leme sinaliza a intenção de se aproximar dos intelectuais, fundando em 15 de agosto de 1918 a Confederação Católica pernambucana que mais tarde tornou-se a “Ação Católica”.

Depois de Pernambuco, fecundo campo de ensaio, veio o Rio de Janeiro e com ele, a Confederação Católica, a conquista das elites e principalmente a dos intelectuais a Cristo; e, - acrescido o poder de influência com o Cardinalato – a partir de 1930, a Ação Católica Brasileira, a LEC de âmbito nacional; a morte do laicismo na Constituição de 1934, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas de todo o Brasil – ensino religioso que realizou de maneira excelente, a tão preconizada obra do Catecismo – e, por fim, a Universidade Católica. (SILVA, 1995, p. 28)

Já na Carta Pastoral de 1921 dedicada a São José e aos operários, Leme se dirige as classes produtoras do Brasil. Para ele havia uma natural desigualdade das classes, porém ricos e pobres consideravam o valor mais importante que é a vida no céu. Cada qual deveria ficar satisfeito com a situação em que estavam não perdendo o foco na vida celeste. Continuando o conteúdo da carta, Leme coloca como foco a Revolução Francesa. Para ele, a Revolução “levará a uma negação e esquecimento do sobrenatural, acabará com as corporações de classes.” De acordo com Leme, o grande problema nos resultados da Revolução Francesa seria a organização do povo sem a orientação da igreja e com seu afastamento das coisas relativas a Deus. Prosseguindo, D. Leme explica como os pobres diante do único valor que era o material, tomando consciência da força que possuíam, partem para a luta de classes. Segundo ele, os pobres dizem: “hoje somos a força, amanhã seremos a guerra, depois a vitória, como na Rússia”, e acrescenta: “e o bolchevismo serpejou em toda parte, avermelhando o céu de clarões sinistros”. Observa o comunismo como um verdadeiro trabalho de aniquilação universal de Deus, família, autoridade e propriedade. Observa-se que a luta pela preservação do ideário de

Deus, família e a autoridade ou o estado, irão incentivar futuras agremiações políticas como o Integralismo. (SILVA, 1995, P. 30)

Ainda sobre a situação das classes menos favorecidas, Leme destaca o quanto é lícito e nobre a procura em relação às condições de pobreza e que haja melhoria de sorte neste mundo, tudo, porém sem lesão da justiça. Como saída para futuras tensões, Leme reserva parte de sua carta aos industriais e agricultores, aconselhando estes a facilitarem aos seus operários à instrução e a prática dos preceitos religiosos que podem confortar a alma e disciplinar as paixões. (SILVA, 1995, p. 32)

Após a publicação desta carta de 1921, com o agravamento do estado de saúde do Cardeal Arcoverde, em 24 de fevereiro de 1921, recebeu a carta do Núncio Apostólico, comunicando-lhe que sua nomeação pela Santa Sé, como Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro, tendo tomado posse em 5 de agosto do mesmo ano. Com seu retorno ao Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1922, fundou a Confederação Católica do Rio de Janeiro, uma tentativa de aglutinar o povo ao redor da igreja.

Antes de mais nada, reafirmo a declaração de que, como organização católica, a Confederação não se formará nunca em partido político: longe de mim a heresia de dizer que a Religião nada tem que ver com a Política. Seria um erro palmar, mil vezes condenado e mil vezes condenável. Mas, o que eu disse, e repito, é que não devemos identificar ou confundir a religião e a política partidária. São campos diferentes de ação. Assim é que se algum dia os católicos se reunirem em partido político, as suas campanhas meramente políticas não serão feitas em nome da Igreja, em lugar sagrado, nas associações de piedade, etc., e sim nas organizações que para esse fim específico se fizeram entre os católicos" (SILVA, 1995, p. 33).

No Rio de Janeiro, Leme contou com um grande aliado na tarefa de reorientação do povo católico, Jackson de Figueiredo. Jackson atuou no laicato, criando em 1921 e 1922 respectivamente a revista "A Ordem" e o "Centro Dom Vital". Em 1928 Leme ganhou um novo aliado Alceu Amoroso Lima, nome de peso da intelectualidade. A partir deste momento, D. Leme, Alceu e o padre Leonel Franca, irão criar um grupo de evangelização católica.

A atuação deste grupo não fora uma empresa fácil, dado que as elites haviam adotado filosofias do tipo naturalista, racionalista ou positivista, uma crença do tipo não-confessional, indiferente à pregação católica. Sabemos, por exemplo, que Augusto Comte tinha como teoria principal que os dogmas, ritos religiosos eram já ultrapassados, que terminariam desaparecendo diante do programa das ciências e das técnicas. (SILVA,

1995, P. 36)

De acordo com Francisco Oliveira Silva, após a contrarreforma do século XVI e principalmente após o Concílio Vaticano I 1869/1870, a Igreja tornou-se mais centralizadora e clericalizada. Foi na década de 1920 que cresceram os questionamentos sobre este modo de ser Igreja. Alguns defendiam uma Igreja mais sacramental e Cristocêntrica. (SILVA, 1995, p. 57) No Brasil, a reforma da Igreja recebeu o nome de romanização. Durante a primeira República brasileira, o catolicismo era visto como uma instituição anacrônica, inadequada para atender aos novos desafios dos tempos modernos. Mas algo deveria ter sido levado em conta e não foi, desde aquele momento, o catolicismo era a religião da maioria da população, e negligenciar esse fato, poderia gerar riscos a própria ordem constituída.

Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira

Na Portugal do Cardeal Cerejeira o contexto é de certa forma distinta do que ocorreu no Brasil. Portugal implementou a República em 1910. Assim como no Brasil, os republicanos viam com maus olhos a Igreja a sua articulação na vida pública.

Uma das principais ideias que sobressai nestes programas do partido republicano, e que também se refletiu nas determinações do Governo Provisório, era a da necessidade de estancar a excessiva intervenção da Igreja na vida pública, sendo este, segundo os republicanos, o grande motivo pelo qual a sociedade e o país se encontravam num tal estado de decadência e atraso. (TORRES, 2014, p. 6)

Em Portugal, assim como na ex-colônia, a Igreja era sinônimo de atraso e anacronismo trazendo consigo resquícios do regime monárquico. Com isso, a constituição portuguesa de 1911 também estabeleceu a separação entre Igreja e Estado. Mas diferente do Brasil, Portugal adotou uma política religiosa mais radical: “no Brasil, a República foi acompanhada da liberalização e da consequente expansão das congregações; em Portugal, o republicanismo vitorioso instalou a repressão e a perseguição às congregações que resultaram em perdas materiais e imateriais, bem como na diáspora.” (AQUINO, 2014) As congregações que a citação se refere, são os conventos e mosteiros.

Para os republicanos mais empenhados com o Estado que surgia, o apoio eclesiástico ao conservantismo dava-se pela ação das congregações religiosas.

Antes da proclamação da República existiam em Portugal 31 congregações ou associações religiosas distribuídas por 64 casas concentradas no centro e no norte do país atendendo a vários asilos, dispensários, escolas, orfanatos e hospitais, mantendo o caráter sagrado das ações assistenciais e educacionais. Ao contrário do que aconteceu na implantação da República no Brasil, em Portugal a implantação do regime republicano foi marcada pelo combate às congregações religiosas. (AQUINO, 2011, p. 166-168) “A questão religiosa culminou na Lei de Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911, da autoria de Afonso Costa, político que estivera na vanguarda do combate anticlerical desde que em Coimbra defendera como tese A Igreja e a Questão Social (1895).” (SANTOS 2009. p. 20).

Em 1918, num quadro político favorável à igreja, criado por Sidónio Pais, que restabeleceu as relações diplomáticas com a Santa Sé e procedeu à revisão da lei de separação, os bispos portugueses reafirmaram a necessidade do clero não confundir a causa religiosa com a questão do regime. O bispo do Algarve, D. António Barbosa de Leão, crítico acerbo dos realistas, acusava-os de arrastarem os católicos para a sua contenda política. (PIMENTEL, 2010)

Um ponto de aproximação entre as duas nações diz respeito aos dois principais mitos religiosos, o de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e o de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. Embora a história de Aparecida tenha surgido no século XVIII, foi somente no contexto das transformações e necessidades da igreja em recatolizar que Aparecida foi elevada ao *status* de padroeira do Brasil, destituindo assim São Pedro de Alcântara. O mesmo ocorreu em Portugal. O mito de Fátima sobrepõe-se a antiga padroeira, Nossa Senhora de Lourdes. Nota-se que as duas mudanças apresentam traços comuns. No caso brasileiro, Aparecida, uma santa genuinamente brasileira, destitui o velho padroeiro do império, o espanhol Pedro de Alcântara; já o caso português, Fátima assume o posto de Lourdes, cujas aparições ocorreram na França. Fátima surge alinhada com os interesses católicos e chega ao ponto da imprensa portuguesa satirizar essa aproximação, publicando em 16 de outubro de 1917, que haveria a possibilidade de na próxima aparição de Fátima, a Santa prometer que iria restaurar a monarquia, pois essa era uma demanda dos dirigentes católicos, visto sua grande perda de poder com a república. (BARRETO, 2003, p. 41).

No Brasil, a Proclamação da República trouxe consigo o fim do regime do padroado. Vendo-se separada do Estado e em pé de igualdade com as religiões ditas protestantes, a Igreja precisou se rearticular, buscando novas

estratégias de ação. Toda essa alteração ocorre dentro do processo conhecido como romanização dos católicos no Brasil. Embora a ligação entre o Estado e a Igreja durante o regime do padroado desses aos católicos a segurança e a garantia de que eram a religião oficial e suprema dos brasileiros, os eclesiásticos respondiam diretamente às ordens do governo imperial e não da Santa Sé. José Oscar Beozzo identifica o período entre os anos de 1870 e 1930 como um período de aproximação da Igreja Católica brasileira com Roma. Neste intervalo mudanças significativas ocorreram na atuação católica dentro do Brasil, visando uma maior institucionalização e controle eclesiástico das questões religiosas. (PETERS, 2012, p. 23)

Sem dúvida o projeto republicano trouxe consigo um afastamento natural entre Igreja e Estado. Com o fim do padroado, o catolicismo não estava mais ligado oficialmente ao Estado e agora deveria caminhar sozinho, igualado as outras religiões presentes no país. Não há mais privilégios, não há mais regalias, e no caso português, ocorreu até mesmo uma perseguição e fechamento das instituições católicas. A Igreja estava afastada do ensino. Mas o catolicismo conseguiu se munir de artifícios para reconquistar o estado. Conseguiu novamente chamar a atenção do estado, e se fundir novamente com ele, primeiro em Portugal em 1918, depois no Brasil em 1931. Essa reaproximação não é fruto do trabalho isolado dos dois Cardeais, mas eles foram de grande importância para essa aproximação e serviam de instrumento para que a Santa Sé reconquistasse sua influência sobre o Brasil e Portugal.

Reflexos sobre o estudo do tema

A importância do presente estudo se dá pela falta de pesquisas transnacionais que relacionem a atuação do Cardeal Leme, no Brasil, com a atuação do Cardeal Cerejeira, em Portugal. Também são reduzidos os estudos sobre suas articulações na tentativa de reorganizar o catolicismo em ambos os países. Há uma quantidade significativa de estudos sobre o cardeal Cerejeira, mas o mesmo não ocorre com o Cardeal Leme, que apresenta um número bem inferior de pesquisas relacionadas à sua atuação enquanto Cardeal brasileiro em um momento tão singular para a igreja que foi sua perda de influência sobre o Estado com a passagem da monarquia para a república. Mas em relação a estudos que possuem como foco esses dois atores, não foi observado nenhum tipo de pesquisa que debruçasse sobre essa temática na tentativa de problematizar a atuação dos dois cardeais em seus respectivos países.

O que torna esse estudo importante é justamente a necessidade de aproximar a

atuação do Cardeal Leme e do Cardeal Cerejeira, para podermos com isso, traçar o papel desempenhado por eles e observar como essas trajetórias se desenvolveram no Brasil e em Portugal, pois, embora os dois cardeais estivessem ligados às diretrizes do Vaticano, as especificidades dos países em questão, não são as mesmas, o que sugere que os dois cardeais utilizaram estratégias diferentes para chegar a um resultado comum que era a recatolização da sociedade e com isso obter novamente poder e prestígio junto ao Estado, principalmente no contexto do autoritarismo, uma vez que os cardeais se transformam em sustentáculo para o estabelecimento de uma força política baseada no regime varguista e salazarista com o uso de Aparecida e Fátima para justificar e legitimar os atos autoritários.

A problematização do tema está na identificação, que tanto o Cardeal Cerejeira quanto o Cardeal Leme não foram figuras descoladas do interesse geral da Igreja, haveria algo superior aos dois atores que os influenciava e que deu rumo as suas trajetórias. Essa influência geral que norteava os dois cardeais poderia estar ligada a *Rerum Novarum*. Vista como um divisor de águas por alguns especialistas, a encíclica de Leão XIII foi publicada em 1891.

Pode-se colocar que o pontífice foi o primeiro Papa a se dar conta que não seria possível uma volta total ao tempo como imaginavam seus predecessores. As ideias apologéticas ao passado e o cultivo somente de lástimas por terem saído do trajeto de reconciliação com Deus de muito pouco serviriam para uma recristianização da sociedade. (...) um dos diferenciais de LEÃO XIII foi ter superado este limite e ter passado do campo da lástima para o da exortação pela Idade Média. (BATISTA, 2008 ABHR).

A *Rerum Novarum* não foi uma encíclica de lamentações do papa com o mundo moderno, como vinha ocorrendo com os predecessores do papa Leão XIII, mas foi um reconhecimento da igreja de que não era mais possível retornar ao mundo medieval e as necessidades do mundo deveriam ser também analisadas pela igreja. Nesse sentido, a igreja passa mais ainda a se importar com os problemas do mundo, entre eles o da necessidade de reconquistar seus fiéis. Para se entender a trajetória dos dois Cardeais é necessário traçar uma análise transnacional entre seus atos e as diretrizes da Igreja Católica, e ainda perceber as nuances políticas dos respectivos países e no contexto global em torno do autoritarismo da primeira metade do século XX.

A principal hipótese levantada nesse estudo é de que os Cardeais não agiram de

forma isolada, mas estavam respondendo aos apelos do papado vigente. Há algumas singularidades entre as duas trajetórias, pois os dois padres receberam o cardinalato em anos próximos, além disso, ainda há a questão dos dois mitos que surgiram no cenário nacional no mesmo período, Nossa Senhora Aparecida no Brasil, que substituiu o padroeiro São Pedro de Alcântara, de origem espanhola, com isso, Aparecida surge como uma santa genuinamente brasileira, e no caso português, a substituição de nossa senhora de Lourdes, cujas aparições ocorreram na França, para uma santa mais ligada a Portugal, nossa senhora de Fátima, que manteve suas aparições em Portugal.

É importante ressaltar que, a reaproximação entre Igreja e Estado ocorreu de forma mútua. Primeiro a Igreja se reinventa, se torna mais nacional, mais materna, quando então começa a se reestabelecer se reaproxima do Estado. É um ato que rende benefícios para ambos os lados, aos católicos de ficam novamente próximos da tutela do estado e para o estado que se beneficia do grande contingente de católicos alinhados com seu governo, que, no caso brasileiro se deu com Getúlio Vargas e no caso português se deu no governo de Antonio de Oliveira Salazar. Com isso, a hipótese é que essa reaproximação entre estado e igreja tenha se dado após um reestabelecimento da influência da igreja católica sobre seus fiéis o que gerou um novo interesse do estado em manter próximo de si, os católicos.

A aplicação do conceito de História Transnacional é de fundamental importância para o desenvolvimento do presente artigo. Diferente da História Internacional que trabalha com a interação entre os países ou nações, a História Transnacional prioriza questões que irão além dos países estudados. “A História Transnacional também tem iluminado os problemas da História Comparada, com sua tendência a comparar dois casos nacionais estáveis, separados, e ignorar a circulação e interação. No entanto, a intenção da História Transnacional não é apagar a história nacional, mas complicá-la.” (WEINSTEIN, 2013, p. 18).

A utilização do conceito de História transnacional é de suma importância para essa pesquisa, pois não limita o estudo apenas aos dois países que são o foco de atuação do Cardeal Leme, o Brasil, e do Cardeal Cerejeira, Portugal, mas abrirá caminho para o estudo de outros países que os respectivos atores também dialogaram, como exemplo, o Estado do Vaticano, sede do catolicismo e de onde

emanavam as diretrizes de atuação que os dois atores levaram para as suas arenas sociais.

A proposta do transnacionalismo não se restringe a uma comparação econômica, social ou cultural entre dois países, mas sim procurar entender as singularidades e as semelhanças na trajetória de duas nações em um determinado tempo histórico. Neste caso, a linha de pesquisa a ser seguida tem como base a ação dos dois cardeais como agentes que atuaram na rearticulação da influência do catolicismo dentro de seus países, mas esses dois atores não agiram de forma isolada e impulsiva, eles atenderam as solicitações de renovação feitas pelo Vaticano.

Ainda sobre a história transnacional, é importante notar que:

Ela propõe que alguns processos históricos superam as fronteiras nacionais a tal ponto que nem mesmo a história comparativa teria condições de analisá-los a contento. A história transnacional resolveria esse problema, pois não se limitaria a examinar os processos históricos através das fronteiras, mas verdadeiramente as ignoraria. Não no sentido literal (pois ela concorda que as especificidades devem ser analisadas para a compreensão do global), mas no epistemológico: o grau de escala sairia do micro e abandonaria de vez o macro nacional, indo para um macro ainda maior, o global. (BERTONHA, 2008, p. 166 – 167).

Segundo Philippe Lavillain, (2003, p.176) a Biografia Histórica é um bom caminho para se compreender as relações entre passado e presente, entre memória e projeto, entre indivíduo e sociedade. Este tipo de estudo histórico não visa esgotar o indivíduo como já foi feito na história, mas problematizá-lo. Esse ponto é importante para o desenvolvimento do presente estudo, pois, não há uma pretensão de traçar trajetórias individuais tanto do Cardeal Leme ou mesmo do Cardeal Cerejeira, mas se torna necessário delinear as trajetórias individuais desses dois atores para podermos entender suas estratégias nas arenas em que estavam envolvidos.

Para Georgi Plekhanov, os indivíduos podem influenciar no destino da sociedade de acordo com seus traços peculiares. A influência dos indivíduos no meio social pode ser muito considerável, mas as forças internas é que determinam tal possibilidade. (PLEKHANOV, 2006, p. 105) Para Nibert Elias, estudar o indivíduo é importante para a História, mas, este não deve ser estudado de forma isolada, deve conter neste estudo a relação do indivíduo com a sociedade em que ele está inserido. Indivíduo e sociedade são indissociáveis, pois ele é condicionado pelo meio onde vive. (ELIAS, 1994, p. 21).

Para podermos entender a relação entre indivíduos e sociedade é importante afastar a ideia de analisar os indivíduos de maneira atomizada, sem levar em conta suas inserções na sociedade ao longo de suas trajetórias. Segundo Pierre Bourdier,

é impossível compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permite intervir como agente eficiente em diferentes campos. (BOURDIEU, 1996, p.190).

Ao analisar a atuação dos Cardeais, há de se levar em conta que, embora estivessem ligados a uma instituição maior, o catolicismo, e devessem explicações de seus atos diretamente ao Papa, tanto o Cardeal Leme quando o Cardeal Cerejeira desenvolveram suas trajetórias próprias, e o estudo de suas individualidades norteia como cada uma deles desenvolveu em suas arenas de atuação, os preceitos advindos do Vaticano, colocando em prática da Doutrina Social da Igreja e conseguindo assim, uma novo lugar para o catolicismo junto ao Estado republicano.

Bibliografia

AQUINO, Maurício de. **A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero.** cadernos pagu (42), janeiro-junho de 2014:393-415.

_____, Maurício de. **A implantação da república e a igreja católica no Brasil e em Portugal: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921).** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011.

BARRETO, José. **Religião e Sociedade: Dois Ensaios,** Lisboa: ICS, 2003.

BERTONHA, João Fábio. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores**: secularização, laicidade e religião civil. 1 ed. Coimbra, Almedina, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PETERS, José Leandro. **Aparecida na Memória da Igreja**: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. *Sacrilegens*, v. 09, p. 87-96, 2012.

PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira**: o príncipe da igreja. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

PLEKHANOV, Georgi. **O Papel do indivíduo na história**. São Paulo: Expressão Popular. 2006

RANQUETAT, Cesar Alberto. **Laicidade, laicismo e secularização**: definindo e esclarecendo conceitos. *Sociais e Humanas*, v. 21, p. 67-75, 2008.

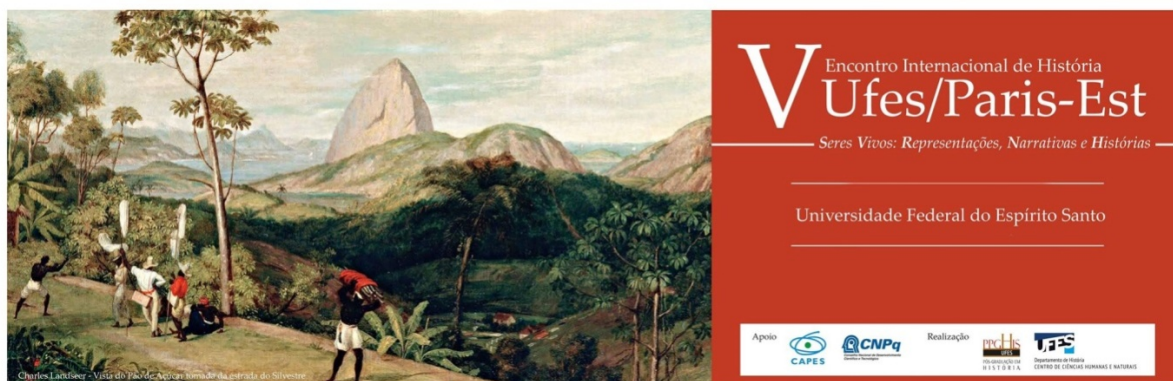
SANTOS, Miguel António Dias. **Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)**. 2009. 618 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: 2009.

SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**. 1995. 81 f. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica) - Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma: 1995.

TORRES, Joana Bento. Igreja e Primeira República: **A implementação do registro**

civil obrigatório. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <[http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/ JOANA%20TORRES.pdf](http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/JOANA%20TORRES.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2014.

WEINSTEIN, Barbara. **Pensamento e história fora da nação:** a historiografia da América Latina e o viés transnacional. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.



SOB A PENA DOS JURISTAS: A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS NO BRASIL.

Alyne Cristina de Oliveira Vieira

Graduanda em História – UFES

RESUMO: A proposta tem como finalidade investigar a linguagem empregada pelos juristas no século XIX em relação à escravidão. O objetivo é compreender os princípios jurídicos empregados pelos magistrados na reflexão da emancipação dos cativos no Brasil. A apresentação versa sobre alguns resultados da pesquisa, que está em processo de finalização. A fonte escolhida foi o periódico *Gazeta dos Tribunaes: dos juízos e factos juduciaes, do foro, e da jurisprudencia*.

Palavras chave: Abolição da escravidão, Emancipação, Escravos, Linguagens, Conceitos, Juristas

ABSTRACT: The proposal aims to investigate the language used by lawyers in the nineteenth century in relation to slavery. The goal is to understand the legal principles employed by magistrates in the reflection of the emancipation of slaves in Brazil. The presentation deals with some results of the research, which is in the finalization process. The source was chosen periodic *Gazette Tribunals: the judgments and juduciaes facts of the forum, and jurisprudence*.

Keywords: abolition of slavery, emancipation, slaves, languages, concepts, Jurists

Periódico: um difusor de ideias sobre emancipação

A *Gazeta dos Tribunaes* iniciou sua publicação em 10 de janeiro de 1843, mesmo ano em que se criou o Instituto dos Advogados Brasileiros. No primeiro número encontra-se a carta de aceite para compor o corpo de redação do magistrado

Francisco Alberto Aragão, mas foi Paula Brito o seu principal editor, vale ressaltar que foi o primeiro editor brasileiro do Brasil Império, além disso, ele era mulato e teve seus estudos custeados por seu avô. A sua distribuição se realizava nas terças e sextas-feiras. O último número acessível é o 379, de 29 de dezembro de 1846.

A revista era impressa na Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, localizada na Praça da Constituição, Rio de Janeiro. As assinaturas custavam 10 mil réis ao ano na Corte, e 12 mil réis nas províncias. Era, portanto, um semanário dirigido a um público capaz de sustentar os custos da produção. O título *Gazeta dos Tribunaes* acompanha os periódicos lusitano, *Gazeta dos Tribunais*, e francês, *Gazette des Tribunaux*.

As matérias eram impressas em três colunas cada folha e podia conter até oito delas. Publicavam-se os seguintes assuntos a) a parte oficial do *Jornal do Commercio*, como legislação do Império e atos do Executivo; b) Acordãos, sentenças e despachos dos diversos tribunais; b) discussões dos tribunais matérias diversas; d) dúvidas e omissões de autoridades judiciárias; e) crônicas dos fatos e documentos da administração da justiça; e) nomeações, residências, posses, óbitos e outros relativos a magistrados, advogados e demais servidores da Justiça; f) partes da polícia da capital e das províncias; f) notícias de tribunais estrangeiros.

No decorrer da pesquisa foram encontradas várias referências aos escravos no levantamento realizado, entre elas se encontram pequenas notas de vendas de cativos e partes policiais onde citam que certos escravos foram presos por incômodo da ordem pública ou roubos em geral. Foram localizados, na parte do Júri da Corte, casos envolvendo escravos em que se pode analisar a linguagem empregada pelos homens da lei no julgamento dos cativos. Coligiram-se os debates a respeito da alforria, ou seja, tanto em ações de liberdade quanto em ações de escravidão. Este último consiste no processo em que os escravos supostamente livres encontram-se como réus em processos de reescravização.

Existiam nas Ordenações Filipinas expressa cláusula a respeito do assunto em que escravos alforriados poderiam perder sua liberdade por causa de ingratição, ou até mesmo por calúnias feitas contra o seu senhor.

A exemplo disso, no Número 15 da Gazeta dos Tribunaes, página 1, datado em 28 de Fevereiro de 1843, tem um longo debate cujo título é **JURISPRUDENCIA CIVIL, SERA' ACTUALMENTE REVOGAVEL A ALFORRIA POR CAUSA DE**¹⁶⁰**INGRATIDÃO?** Escrita por A. T. de F, cuja identificação encontrada foi Augusto Teixeira de Freitas, um notável jurista que contribuiu consideravelmente com as leis no Brasil:

Ora, pelo direito que nos rege, de accordo com o direito romano, os escravos são considerados cousas, e não pessoas, de maneira que como taes, nem a possibilidade tem, para assim dizer, de ser cidadãos. Qual será, portanto, a consequência da revogação d'alforria por ingratidão, quando a nossa lei fundamental há por cidadãos os libertos, e até os torna hábeis para exercer diretos políticos? Se o liberto, que reverte para a escravidão, fica considerado cousa e não pessoas, se ele já não pode entrar na linha de cidadão, a consequência é, que a ingratidão do liberto é mais um caso, em que se perdem os direitos civis, e em que successivamente se perdem os direitos políticos, fora das hypotheses, que o pacto fundamental muito expressamente.

Nesse sentido, o autor põe a sua opinião sobre uma lei contraditória ao mencionar a situação dos cativos mediante a sociedade do século XIX.

Outro comunicado presente no número 58 da Gazeta dos Tribunaes, datado em 18 de agosto de 1843¹⁶¹, onde há uma discursão sobre a contradição entre o artigo 94, que fala sobre a validade da confissão e da lei de 10 de junho de 1835, em que estava estabelecida a pena de morte para escravos que assassinassem seus senhores. Segundo o autor do artigo, se um cativo cometesse esse delito, a partir do testemunho de um só homem, embora o próprio acusado, não pode levar ao patibulo, ou seja, somente com um testemunho não seria possível a validação da pena, sendo assim, surge à questão de como esse escravo seria punido. Nesse sentido, o jurista afirma:

Tomou sobre si a responsabilidade daquela morte – mas essa responsabilidade é nenhuma, ou pelo menos é insuficiente, porque ella não salva do patibulo a victima desgraçada; e o que quer dizer a responsabilidade do juiz em um caso de pena de morte? – Recaia, como disse o digno defensor, recaia sobre quem competir o sangue ilegalmente derramado!

¹⁶⁰GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça da Constituição. /F. de Paula Britto. 1843-1846. N°15, 28 de fev, 1843, p.1-4.

¹⁶¹GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça da Constituição. F. de Paula Britto. 1843-1846. N°58, 18 de agosto, 1843, p.1-4.

Realizando uma retomada importante, no número 307, datado no ano de 1846¹⁶², onde segundo F.A.A, o qual por hipótese levantada de que essas siglas sejam correspondentesa Francisco Alberto Aragão, citado anteriormente como sendo magistrado e redator do corpo desse jornal.

Ele disserta sobre a aplicação da pena para os escravos:

[...] a saber: qual é nos casos dessa lei de 10 de junho a pena imediata á que fica sujeito o réu confesso, quando a confissão seja a única prova? Há quem diga, que é a de galés, por ser a que o código descreve, e applica sempre depois da capital, e por ser com effeito a segunda em gravidade, referindo assim a palavra imediata á classificação geral das penas. Nós porém pensamos, que nos mais crimes em geral a pena imediata é a de facto a de galés; não assim nos da dita lei de 10 de junho, em que a imediata e única é a de açoutes. A razão é porque entendemos que a palavra imediata se refere exclusivamente ao segundo grau de pena no mesmo crime, e não á classificação geral dellas. Ora, é incontestável que tendo a dita lei só duas penas, morte e açoutes, esta é a imediata depois da capital.

Pelo código penal os escravos estavam sujeitos sómente a tres penas: morte, galés, e açoutes. Mas logo todos principiaram a dizer, que as galés não eram pena para escravos, acostumados ao rigor da escravidão, antes eram um allivio para elles, e sómente castiga para a bolsa de seus senhores. Pelo que os autores da lei do 10 de junho unicamente estabeleceram as duas, morte e açoutes em mais ou menor quantidade, conforme as circunstancias aggravantes. Esta opinião geral, hoje sancionada pela dita lei, é uma razão de mais para se concluir, que nos casos da mesma, a pena imediata é a de açoute, e não a de galés. Se VV. Acharem dignas da Gazeta estas toscas reflexões, queiram admittil-as, com que obrigarão oseu leitor- F.A.A

Ao avaliar esses comunicados percebe uma mudança no modo que em os juristas interpretavam a lei vigente e como faziam a adequação para o seu tempo, além de questiona-la a todo instante. Podia-se observar uma pequena tentativa de suavizar a condição dos escravos e até mesmo com o intuito futuro de abolir de vez tal instituição.

No decorrer da análise feita na Gazeta dos Tribunaes, nota-se constantemente a presença de Perdigão Malheiro, importante jurista da época, como abolicionista ele era moderado e conservador, além de defender a abolição gradativa da escravidão, oposto ao pensamento de Torres Homem, que defendia que a escravidão deveria ser extinta de uma vez, pois possuía um caráter completamente repulsivo, além do mais, visto pelo lado econômico, a escravidão retardava o seu

¹⁶²GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça daConstituição. F. de Paula Britto. 1843-1846. N°307, 20 de mar,1846,p.1-4.

desenvolvimento. Num artigo escrito na Revista Nitheroy, Torres Homem expõe a sua opinião sobre o trabalho escravo:

Ella prova do modo mais irrefragável, que os suores do obreiro escravo jamais se vertem em chuva d'ouro para o proprietário, que menos funesto o primeiro, que ao segundo, é o facto da escravidão, e que si o livre trabalho tem sua lata accepção é um dos destinos da espece humana a titulo de instrumento primordial de toda a civilisação, os povos, que tem a desdita de engastar em seu solo os horrores da escravidão domestica, compromettem de gravissimo modo o seu povir, afugentando todo o prospecto de opulencia, e prosperidade. (HOMEM, 1836, p. 38)¹⁶³

Na visão de Malheiro, a defesa por penas mais brandas para os cativos era uma forma de diminuir os atritos entre senhores e escravos, como por exemplo, a redução de açoites, segundo ele:

O Juiz deve determinar na sentença o número de açoites da condenação, não podendo o escravo levar mais de 50 por dia; assim como o tempo e maneira de trazer o ferro. Este arbítrio deve ser exercido com toda a prudência e humanidade, de modo que não exceda uma justa punição, e degenere em pena mais grave do que a lei assim quis impor, como seria se o castigo fosse tal que dele proviesse ou pudesse provir a morte.¹⁶⁴

Pois sendo ele conservador, era conivente com a ordem social e por isso achava que os cativos possuíam uma personalidade perigosa no que se diz respeito às possíveis revoltas organizadas por eles.

Conclusão

Por fim, a escravidão foi uma instituição que marcou a história do Brasil, sendo assim, os debates difundidos pelos juristas em torno dessa questão são fundamentais para compreender o longo caminho percorrido até chegar a total abolição da escravidão, pois nota-se que além da pressão inglesa e das medidas abolicionistas como o fim do tráfico, a lei do ventre livre em 1871, os debates realizados nas gazetas tiveram grande importância não só na divulgação das notícias, mas também por apresentar a sociedade novas ideias relevantes de uma classe de pensadores da lei.

¹⁶³(HOMEM, 1836, p. 38)

¹⁶⁴ (MALHEIRO, 1886, p. 7)

Como o advento de uma sociedade em que grande parte da sua população tem acesso aos periódicos, as decisões adotadas pelos juristas nos tribunais e colocadas em forma de comunicados foram compartilhadas mediante as publicações, assim, as informações nela contidas tinham um papel imprescindível no auxílio das transformações da opinião pública que foram ocorrendo com a chegada de novas interpretações e por consequência, como isso afetaria o cotidiano do Rio de Janeiro no século XIX.

Referencias:

GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça da Constituição. F. de Paula Britto. 1843-1846. Continuada por: A Nova Gazeta dos Tribunaes. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/gazeta-dos-tribunaes-dos-juizos-e-factos-judiciaes-do-foro-e-da-jurisprude>

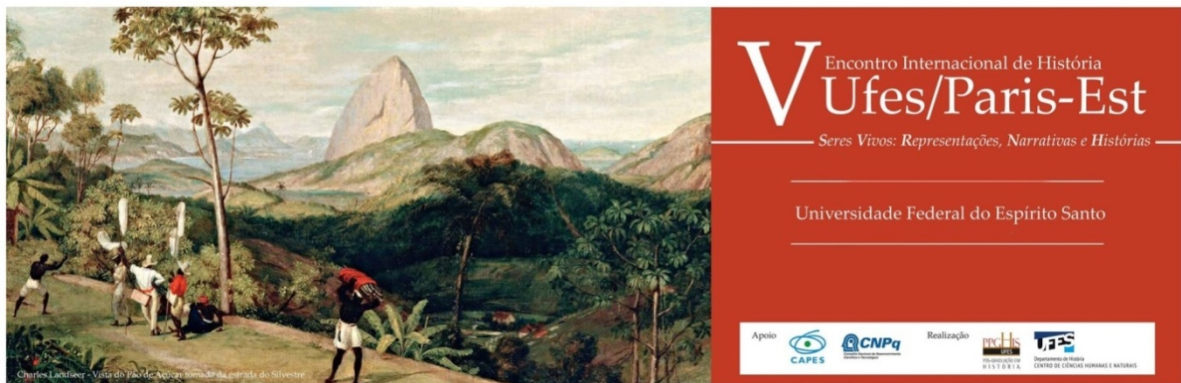
GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça da Constituição. F. de Paula Britto. 1843-1846. N°15, 28 de fev, 1843, p.1-4.

GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça da Constituição. F. de Paula Britto. 1843-1846. N°58, 18 de agosto, 1843, p.1-4.

GAZETA DOS TRIBUNAES: dos juízos e factos judiciaes, e da jurisprudência. Rio de Janeiro: Praça da Constituição. F. de Paula Britto. 1843-1846. N°307, 20 de mar, 1846,p.1-4.

HOMEM, Torres. Considerações Economicas sobre a Escravatura. **Revista Nitheroy:** revista brasiliense, ciencias, letras e artes, Paris, Dauvin et Fontaine, Libraires, T.1, n.01, 1836.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil:** Ensaio Historico- Juridico- Social. Volume 1. Digitalização de edição em papel de 1866, Typografia Nacional, Rio de Janeiro - Rua da Guarda Velha, 1866



NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI, HISTÓRIAS E NARRATIVAS DA FAUNA.

Christian Fausto Moraes dos Santos
Pós-Doutor, UEM-LHC,PR

Aline Cristina da Silva Oliveira
Mestranda, UEM-LHC,PR

RESUMO: No século XVI embarcações europeias esquadriharam o oceano atlântico na busca por riquezas como o ouro, prata e tantas especiarias quantas pudessem ser consumidas no Velho Mundo. Nesta empreitada, os portugueses percorriam a costa de ilhas atlânticas e de continentes como a África, Ásia e América, e firmavam a expansão do domínio português em novas terras. Ao aportarem na costa brasileira adentraram na imensa Mata Atlântica, e foi nesta floresta densa e fechada o cenário da colonização portuguesa no Novo Mundo. Em terras brasileiras exploradores e colonizadores produziram uma série de narrativas, cartas, tratados, crônicas, sobre a natureza do Novo Mundo. As narrativas e descrições da primeira metade do século XVI demonstram a admiração dos exploradores com o bioma habitado por seres vivos tão diversos e ricos pela beleza e quantidade. Com a prolongada permanência, meados século XVI, as narrativas sobre o Novo mundo tornaram-se minuciosas, com descrições mais detalhadas das espécies da flora e fauna.

Palavras-chave: América Portuguesa; Mata Atlântica; Crônicas; Caça.

ABSTRACT: In the sixteenth century European embarkations crisscrossed the Atlantic ocean in search of riches such as gold, silver and as many spices as the Old World could consume. In this enterprise, the Portuguese sailed the coasts of Atlantic isles and continents such as Africa, Asia and America, and ensured the expansion of the Portuguese dominion on foreign lands. Upon landing on the Brazilian shore, they entered the immense Atlantic Forest. This dense, closed forest was the scenario of Portuguese colonization in the New World. In Brazilian

lands explorers and colonizers produced a series of narratives, letters, treaties and chronicles about the nature of the New World. The narratives and descriptions from the first half of the sixteenth century demonstrate the admiration the explorers had about the biome inhabited by living beings so diverse and rich in beauty and quantity. With prolonged permanence, in the middle of the sixteenth century, the narratives about the New World became thorough, with more detailed descriptions of species from the fauna and the flora.

Keywords: America Portuguese; Atlantic Forest; Chronicles; Hunting.

Introdução

No início da era moderna Portugal estava entre as nações que mais se dedicavam a expansão ultramarina e, assim foi a primeira a estabelecer rotas marítimas para a Índia e para a África. Deste modo, o século XV foi o marco da expansão marítima europeia, período em que as técnicas, equipamentos, construção naval e navegação dos países ibéricos permitiram singrar mares além daquele horizonte visto do continente. Aperfeiçoamentos que foram obtidos através do contato com povos islâmicos no mar Mediterrâneo. Somado a esse aprimoramento naval, os povos europeus mantiveram sua busca por riquezas, perspectivas e terras. (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2009, p. 194-304).

Os primeiros navegadores buscavam obter quantidades de ouro, prata e especiarias, como raízes, ervas, bagos, grãos, resinas, talos, tubérculos, bulbos, polpas, cascas, verduras, legumes, frutos e sementes. Todas tinham as mais diversas utilidades, tanto na culinária quanto na medicina. Aos poucos, com o movimento das rotas comerciais, especiarias como a noz-moscada (*Myristica fragans*), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), cravo-da-índia (*Syzigium aromaticum*) e canela (*Cinnamomum sp.*) foram comercializadas e consumidas por todo o globo. (BRACHT, BRACHT CONCEIÇÃO, & SANTOS, 2011, p.11).

Com tal empreitada os ibéricos alcançavam, no século XV, as ilhas Açores, Madeira e Canárias. Nas novas terras, além de explorarem recursos naturais como madeira e especiarias, implementaram o cultivo da cana-de-açúcar através do sistema de plantation – plantação em larga escala apenas para exportação do produto na Europa. As ilhas foram uma espécie de laboratório para os portugueses uma vez que, rapidamente, antropizaram aqueles biomas. Com essa experiência

perceberam que suas plantas e animais domésticos poderiam, muitas vezes, prosperar em outras partes do mundo, e que as populações nativas poderiam ser conquistadas ou dominadas, embora estas fossem guerreiras e tivessem o ambiente ao seu favor (CROSBY, 1993, p.95-96).

Na contínua intenção de adentrarem no oceano Índico e Índias, seguindo ao sul na costa africana, os marinheiros portugueses foram arrebatados pelos ventos alísios que os afastavam com suas naus para o meio do oceano atlântico, e quando situavam à altura da costa da América os ventos mudavam de direção, no qual as correntes os impulsionavam à Sudeste e, assim podendo seguir em direção ao oceano Índico. Tal trajeto ficou conhecido como a 'volta do mar' e foi neste caminho para as índias que os portugueses alcançaram à costa do Brasil, ancoravam para paradas que se tornavam estratégicas para as longas, perigosas e exaustas viagens em alto mar. Nessas paradas limpavam seus navios, obtinham água doce, realizavam comércio com os nativos, obtinham frutas frescas, pescado e caça - que pudessem ser mantidos salgados ou defumados. (SANTOS & BRACHT, 2011, p.5).

Mata Atlântica

Os primeiros europeus que aportaram na costa brasileira, em 1500, depararam-se com a Mata Atlântica, uma floresta úmida tropical com abundância em espécies da fauna e flora que se alastrava por quase toda a faixa litorânea e calcula-se que sua área predominante era de 15% do território brasileiro, sua extensão original era de 1.296.446 Km². (CAMPANILLI & SCHAFFER, 2010, p.56).

Sua rica diversidade é resultante do clima úmido formado pela entrada de frentes de chuvas do oceano atlântico, juntamente com a influência dos trópicos por se estender através de várias linhas do Equador, o que permite regimes de insolação, pluviosidade e temperatura diferentes. Também, na história evolutiva esta floresta passou por períodos de contatos e de posterior isolamento com outras florestas da América do sul, conexões que contribuíram para a variedade das espécies, bem como as várias mudanças de ecossistema que ocorreram neste bioma ao longo da escala evolutiva. (SILVA & CASTELETI, et.al, 2005 p.44).

Sua extensão territorial alargar-se de norte ao sul do Brasil, o que permite uma

diversificação no relevo, solo e altitudes, caracterizando seu bioma com diversos cenários como formações de florestas ombrófila densa, ombrófila aberta, ombrófila mista, estacional semidecidual, estacional decidual, savana, savana estépica, estepe, formações pioneiras, refúgios vegetacionais com áreas de tensão ecológica e as muitas ilhas oceânicas. (CAMPANILLI, & SCHAFFER, 2010, p.60).

Mata Atlântica, o Jardim do Éden

Por séculos, na Idade Média, se perpetuou a veracidade que Deus tinha criado um jardim maravilhoso para habitar os primeiros homens que havia criado. Neste período houve a junção de mitos cristãos com os mitos das tradições greco-romanas, como denota no mítico jardim do Éden, que descrito na Bíblia Sagrada (Gênesis, 2,8-17) também possui elementos da antiguidade clássica como o mito das ilhas afortunadas, que definidas por porções de terras distantes e isoladas de uma esplêndida natureza com clima ameno e muitas riquezas, um verdadeiro paraíso, assim imaginavam o jardim Éden distante à Oriente. (SEIXAS, 2003, p.23).

Como a expansão marítima europeia iniciou-se no fim da Baixa Idade Média, certamente os primeiros colonizadores quando abarcaram na paisagem exuberante do Novo Mundo, na Mata Atlântica, sentiram ter encontrado o paraíso terreal, o jardim do Éden. Na Terra de Vera Cruz, com uma natureza magnífica em quantidades e novidades de cores, odores e ares deslumbrou os primeiros colonizadores que nela pairaram, e revelou-se como essencial motivo para a criação de inúmeros tratados, textos, cartas e crônicas. Nas primeiras descrições feitas pelos navegadores contendo suas impressões sobre a paisagem da floresta atlântica percebemos elementos que remetiam aos símbolos paradisíacos. É notória, portanto a identificação e comparação da natureza da América portuguesa com o jardim do Éden. (SEIXAS, 2003, p.31).

Até a metade do século XVI as descrições sobre a natureza inserem-se em uma construção de saberes provenientes do primeiro contato dos colonizadores com a mata atlântica. São iniciais impressões dos primeiros exploradores e navegadores portugueses que percorriam a costa atlântica do Brasil, bem como, adentravam com suas naus sobre grandes bacias hidrográficas: Amazonas e Rio da Prata

Paraná. São descrições que se caracterizam em geral por cartas, mas podendo ser relatos mais longos, que tratam de aspetos da natureza e assim formando uma série de relatos que noticiam aos monarcas e outras autoridades sobre as maravilhas do Novo Mundo. Até a metade do século XVI são as únicas fontes que referenciam sobre animais que a espreita apareciam entre caminhadas curtas e pequenas em expedições litorâneas e, na qual, são relatadas as caçadas, bem como a experiência em provar o sabor das carnes. Nessas descrições os animais caçados eram descritos por monte, pescado, terrestre, altilia. (RIBEIRO, 2006, p.4 -5).

Nas descrições sobre a natureza brasílica, um dos primeiros símbolos paradisíacos presentes é o deslumbramento dos colonizadores com a quantidade das águas do rio São Francisco, no qual, muitos cronistas o comparam ao rio Nilo, potente em águas e que origina-se no jardim do Éden. A descoberta de tesouros, como pedras preciosas, também tornou-se uma convicção paradisíaca, já que os escritos medievais pronunciavam que pedras, como esmeraldas, eram grandes dádivas de Deus. Do mesmo modo, o misterioso e o fantástico estavam estruturados nas descrições das espécies da fauna, que desconhecidas ao conhecimento europeu, eram tidas como seres fantásticos, ou além disso, animais que tinham hábitos inusitados e eram compreendidos com muito mistério, como o passarinho Guainumbî que se alimentava somente do orvalho. (SEIXAS, 2003, p.64-82).

Estava imbricado nas descrições da fauna e flora o pensamento mítico do Velho Mundo e também os elementos fantásticos do imaginário indígena que foram repassados aos colonizadores. Mas o auge do maravilhoso que se perpetuou no século XVI fora substituído pela visão do exótico. Os europeus enxergavam e tratavam a natureza do Novo Mundo com a inventividade do exótico, assim muitos animais foram enviados para Europa, através de um comércio que, de certo modo, perdura até hoje, afim de preencherem os gabinetes de curiosidade europeus. Além disso, as crônicas, textos e tratados, já que tinham o objetivo de apresentar para Europa aspectos da natureza brasílica e da sua diversidade, utilizaram-se do exótico com o intuito de fascinarem seus leitores do outro lado o oceano. (RIBEIRO, 2006, p.8).

As descrições sobre a natureza da América portuguesa formaram uma escrita

específica deste bioma. São relatos que ao tratarem da floresta na costa brasileira possuem os mesmos esquemas utilizados na literatura medieval para mencionar sobre o paraíso terreal. Nas cartas de Pero Vaz de Caminha, por exemplo, percebemos um relato somente a cerca das boas qualidades, farturas e belezas da Terra de Vera Cruz, que a primeira visão de seus morros foi como olhar ao Monte Pascoal.

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o Sul vimos, até a outra ponta eu contra o Norte vem, de que nós deste porto houvesmos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muita cheia de arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... Muito chã e formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos - terra que nos parecia muito extensa. (...) Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo dagora assim os achávamos como os de lá. [As] águas são muitas; infinitas. Em al maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 1985, p.164).

Após o primeiro reconhecimento da costa brasileira com sua margem inicial de floresta, inicia-se um segundo momento da colonização portuguesa na América, que é a permanência na colônia e com isso adentrando na densa floresta atlântica. O estabelecimento, portanto, era complexo e árduo. O ambiente tropical era um imenso desafio, uma dificuldade física para as técnicas ou equipamentos de que dispunham os europeus. No Novo Mundo, por exemplo, os colonizadores não estavam habituados a enfrentar, diariamente, as milhares de espécies de insetos, animais selvagens e doenças de áreas quentes e úmidas – como foi o caso da malária na África (CROSBY, 1993, p.125-128).

Logo, os colonizadores perceberam a necessidade de conhecerem de modo profundo aspectos deste bioma, apreender e registrar os saberes das vidas em espécies - tanto seus benefícios quanto seus malefícios - entender os cursos dos ventos, das águas com suas minas, e o clima. A mata atlântica impôs uma série de obstáculos para os primeiros colonizadores, mas se ressalta muito os perigos advindos das animálias, como a grande quantidade de répteis, aracnídeos, insetos e outros animais que se designam como pragas, peçonhentos que atordoavam esses homens. (SILVA FILHO, 2013, p.9).

O colonizador em seu cotidiano teve que entender e aprender de maneira rápida

que toda a exuberância no ambiente tropical não é a definição de fartura. Por toda a floresta existiam muitos animais e vegetais para os colonizadores manterem uma equilibrada alimentação, porém a distância a ser percorrida para se encontrarem mais de uma espécie do mesmo animal ou de uma planta era muito grande, as espécies viviam de maneira espaçadas entre si. (SILVA FILHO, 2013, p.14-15). A necessidade de se desenvolver estratégias e táticas de sobrevivência em um bioma rico em espécies que co-evoluíram para não serem vistas ou ouvidas se tornou essencial. Assim, as descrições destas espécies e do bioma como um todo garantia apreender táticas e modos de sobrevivência, e de tal modo a possibilidade para se efetivar a colonização.

Em terras desconhecidas era importante o entendimento de suas naturezas como as utilidades da fauna e flora também para que pudessem se prevenir dos enormes perigos de uma vida na mata fechada. O desafio também estava no ato de descrever os animais desconhecidos, pois era necessário apreender a significância dos cinco sentidos: visualizar a forma, tamanho, cor e comportamento do animal; ouvir seus sons, sentir seus odores; tocar o corpo e enfim saborear sua carne. (RIBEIRO, 2006, p.1).

Importante ressaltar que nas narrativas e descrições da fauna na mata atlântica percebemos o quanto foi grande a contribuição do conhecimento indígena sobre o bioma para o aprendizado dos colonizadores. Pois os nativos eram os únicos que detinham os saberes sobre a floresta, e principalmente sobre as espécies de animais e seus comportamentos na mata, tanto que os primeiros colonizadores dependeram totalmente dos conhecimentos indígenas. Foram os Tupis que supriram as necessidades dos portugueses bem como caçar, cozinhar e curar suas doenças (DEAN, 1996, p.83). E quando o colonizador iniciou o desmatamento dos arvoredos no Brasil também:

Destruíram uma considerável realização cultural, da qual tinham apenas pálida consciência e à qual não conseguiram dar nenhum valor: a capacidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu meio. Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência e reprodução em seu interior. Os homens da Mata Atlântica, como todas as suas outras criaturas, haviam armazenado, durante 12 mil anos, seus próprios estoques de informação. Cada grupo havia atribuído nomes a centenas de espécies para as quais encontraram algum uso e sobre as quais conheceram os

hábitats, estações, hábitos e, ainda, relações com outras espécies. (...) Milhares de espécies da Mata Atlântica tinham sido catalogadas na memória de seus habitantes humanos. Apenas a tradição oral preservava essa cultura. (DEAN, 1996, p.83)

A fauna brasileira nas descrições do século XVI

O processo de exploração e expedições por mata adentro gerou inúmeras crônicas a cerca da diversidade de espécies da fauna, também, a permanência prolongada na colônia possibilitou a realização de extensas e minuciosas descrições a cerca do mundo natural, bem como de relatos de experiências vividas por parte dos exploradores e cronistas. Da terra brasílica os observadores tratam de aspectos gerais e das suas riquezas naturais, como clima, relevo, hidrografia, minerais, fauna, flora, nativos, economia e administração. (RIBEIRO, 2006, p.5).

Nessas crônicas sobre o que se concerne aos animais existem capítulos contendo uma lista de várias espécies, e de cada uma tratando das suas características principais. As identificando por nomes indígenas, de predominância do tronco tupi-guarani e também com denominações da língua europeia. São descrições físicas do animal, bem como do seu comportamento como o habitat, alimentação e reprodução. E o modo como eram caçados e os usos de suas carnes. (RIBEIRO, 2006, p.5).

O cronista Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado descritivo do Brasil, dedicou vários capítulos à descrição de animais. No que concerne às aves é evidente que o autor relatou uma série de espécies, seu habitat, a sua caça e preparo da carne, bem como sua textura. O motum (*Crax spp.*), foi uma das aves que o cronista português descreveu:

Motum são umas aves pretas nas costas, asas e barriga brancas; são do tamanho dos galipavos, têm as pernas compridas e pretas, e sobre a cabeça umas penas levantadas como pavão, e voam pouco e baixo, correm muito pelo chão, onde as matam a flechadas e as tomam a cosso com cães. Criam no chão, os seus ovos são tamanhos como de pata, muito alvos, e tão crespos da casca como confeitos, e clara deles é como manteiga de porco derretida, a qual enfastia muito. Têm estas aves o bico preto como de corvo. E tocados ao redor de vermelho, à maneira de crista; a carne destas aves é muito boa, como a de galipavos, e têm no peito muitas mais titelas (SOARES, 1576, p.206).

O missionário Jean de Léry na sua crônica “Viagem à Terra do Brasil”, de 1576, inicia seu relato com a descrição de animais de caça. “Na descrição dos

animais silvestres do país, chamados genericamente “Só começarei pelos que lhes servem de alimentação” (LÉRY, 1576, p. 11,12). Inicia o relato com uma anta (*Tapirus spp.*):

O primeiro e mais comum é o tapirussú de pelo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com pescoço mais curto, orelhas mais longas e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com forma de casco de asno. (...) pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é entretanto animal perigoso, pois só se defende fugindo. Os selvagens o matam a flechadas como fazem a muitos outros ou o apanham com armadilhas astuciosas. Esse animal é muito estimado entre os indígenas por causa da pele (...). A carne do tapirussú tem quase o mesmo gosto da do boi; os selvagens a preparam à sua moda, moqueando-a. (...) Como não salgam suas viandas para guardá-las, como nós fazemos, esse é o único meio de conservá-las. (LÉRY, 1576, p.11, 12).

O padre jesuíta português Fernão Cardim esteve no Brasil em 1583 e percorreu alguns estados do Brasil e também tratou dos hábitos, habitat, comportamentos, aspectos físicos e a caça de várias espécies de animais. Escreveu “O Tratado da gente e terra do Brasil” e faz uma menção ao Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*):

Este animal he de natural admiração: he do tamanho de hum grande cão, mais redondo que comprido: e o rabo será de dous comprimentos do corpo, e cheio de tantas sedas que pela(n) calma, e chuva, frio, e ventos se agasalha todo debaixo d'elle sem lhe apparecer nada; a cabeça he pequena, o focinho delgado, nem tem maior bocca que de huma almotolia, redonda, e não rasgada, a lingoa será de grandes tres palmos de comprimento e com ella lambe as formigas de que sòmente se sustenta: he diligente em buscar formigueiros, e com as unhas, que são do comprimento dos dedos da mão de hum homem o desmancha, e deitando a língoa fora pegam-se nella as formigas, e assi a sorve porque não tem bocca para mais que quanto lhe cabe a (40) língoa cheia dellas; he de grande ferocidade, e acomette muito a gente e animaes. As onças lhe hão medo, e os cães sobremaneira, e qualquer cousa que tomão com suas unhas espedação; não se comem, nem prestão para mais que para desençar os formigueiros, e são eles tantos, que nunca este animaes os desbaratarão de todo. (CARDIM, 1978, p.39-40).

A admiração dos colonizadores com relação aos animais fora tanta que não bastava somente descrevê-los e, tal modo, diversas espécies da fauna nativa foram enviados a Europa como carga oficial para amostras ao Rei. Era frequente, neste período, que marinheiros vendessem os animais capturados na mata Atlântica, o que lhes garantia uma considerável fonte de renda (PAPAVERO, 2010, p.253). E assim, constituindo uma rede de tráfico de animais nos séculos XVI e XVII, em todas as espécies da fauna enviadas à Europa compunham as quintas régias

ou os gabinetes de curiosidades “homens e mulheres cultivados normalmente possuíam coleções recheadas de pássaros e conchas, com a dimensão de seu ‘gabinete’ (nome dado a estas coleções) refletindo, frequentemente, a sua riqueza, gosto e nível de refinamento” (FARBER, 2000, p.3).

Documentos sobre duas naus que aportaram no Brasil no século XVI, a portuguesa Bretoa e a francesa Pélérine, possuem informações sobre a carga a bordo destinada a Europa, que além da madeira pau-brasil, e outras especiarias, também era embarcados uma considerável quantidade de animais silvestres. As espécies mais traficadas do Brasil eram felinos, primatas e aves. As aves com uma plumagem mais colorida, atraente e rara valiam mais. As aves e mamíferos que foram contrabandeados pela nau Pélérine possuíam um preço elevado e compunham uma carga numerosa, por exemplo, 3 mil onças foram enviados para Europa. O que denota que o tráfico de animais, no século XVI, era algo de grande interesse aos europeus e de alto custo. (PAPAVERO, 2010, p.260; DEAN, 1996, p.67).

O tráfico de animais no século XVI esteve inserido no contexto da visão do exótico. Os europeus enxergavam e tratavam a natureza do Novo Mundo com a inventividade do exótico. Os animais desconhecidos nesta terra surpreenderam mais pela sua diferença, o que contribuiu para atrair olhares europeus para a fauna brasileira. (RIBEIRO, 2006, p.8).

A respeito dos relatos de animais, de maneira geral, as crônicas possuem os seguintes modelos: os mamíferos são descritos em maior número pelos exploradores e cronistas, sendo as espécies semelhantes com as do velho mundo pouco mencionados, e as espécies exóticas sendo mencionadas por números maior de textos; com retratos minuciosos e extensos, já que seus aspectos físicos eram incomuns, e ou com comportamento muito diferente. Para descrever as características físicas de uma espécie percebe-se que era utilizado o parâmetro e comparação de características dos animais do velho mundo. (RIBEIRO, 2006, p.12). As aves deslumbravam por sua beleza e eram muito descritas e capturadas:

Ajerueté são uns papagaios verdadeiros, que se levam à Espanha, os quais são verdes, e têm os encontros das asas vermelhos, e o toucado da cabeça amarelo; criam nas árvores, em ninhos, e comem a fruta delas, de que se mantêm; cuja carne se come; e para se amansarem

tomam-nos novos. Há outros papagaios, a que chama curicas, que são todos verdes, e não têm mais que o só queixo amarelo, e algumas penas as asas encarnadas; os quais criam em ninhos nas árvores, de onde fazem grande dano nas searas de milho; tomam-nos novos para se amansarem em casa, onde falam muito bem; cuja carne comem os que andam pelo mato, mas é dura. (SOARES, 1576, p. 231).

Na terra desconhecida, a construção de saberes

Com a expansão ultramarina realizou-se a descoberta e dominação de novos espaços geográficos que forneceram ganhos comerciais para os reinos europeus, e também levou à construção de saberes que contribuíram para o conhecimento da filosofia natural – que é o estudo racional da natureza que aborda somente aquilo que realmente pode ser compreendido, assim um estudo dedicado às ciências positivas. No percurso das rotas para as Índias os navegadores que encontraram ouro e especiarias também descobriram novas naturezas completamente desconhecidas o que gerou o começo da construção de saberes a cerca de um novo bioma e das espécies do novo mundo, que foram redigidas em modo de crônicas, cartas, tratados e textos, e também, com a coleta e o envio para Europa de diversas espécies do Novo Mundo, que possuíam valor mercantil. (SILVA FILHO, 2013, p.13).

O bioma do Novo Mundo representou ao mundo ocidental uma nova maneira de entender a fauna e flora. Natureza que se mostrou tão complexa e que desafiou os estudiosos da filosofia natural do século XVI, pois a grande questão conflituosa foi descrever e classificar as novas espécies situadas na América, ao passo, que tentava as adequar no padrão epistemológico na época vigente. Assim as descrições a cerca da natureza do novo mundo, de fato, provocaram a filosofia natural da Europa renascentista para formular uma revisão dos seus saberes, e conseqüentemente gerando mudanças no paradigma epistemológico em voga, para enfim se entender sobre esses novos ambientes. (SILVA FILHO, 2013, p.15).

No século XVI os princípios do padrão epistemológico vigente proviam da doutrina cristã, por exemplo, entendiam a distribuição das espécies dos animais através do mito da Arca de Noé. Ou também, os princípios proviam dos ensinamentos platônico-aristotélicos, como exemplo, em que acreditavam que a linha do Equador era muito próxima ao Equador, e sendo impossível de alcançá-la.

Desde os antigos, apregoava-se que o planeta Terra era dividido em

cinco zonas climáticas latitudinais: duas extremamente frias, que circundavam os polos, duas zonas temperadas, respectivamente no hemisfério norte e sul e, por fim, uma zona média, situada na linha do Equador que, de tão quente, inviabilizaria a existência de qualquer ser vivo. (SANTOS & NETO, 2011, p.52).

Assim o novo mundo era desabitado porque era impossível se chegar ao hemisfério sul com o estabelecimento de barreiras geográficas e climáticas entre os dois continentes. Mas o descobrimento do Brasil e a navegação por mares antes inalcançáveis revela a inconsistência destas teorias, que somente imaginavam os trópicos como locais virtuosos e que não tinham a noção de suas novidades e diversidade, ou como o mito a arca de Noé que não sustentou-se diante de tantas espécies nativas do novo mundo. Portanto, os colonizadores, exploradores e cronistas europeus na América Portuguesa tiveram que modificar, repensar todos os seus conhecimentos e teorias a cerca do mundo natural. A diversidade de espécies de animais do Novo Mundo fora um desafio para o entendimento dos homens quinhentistas. (BRACHT, CONCEIÇÃO, 2013, p.17-18).

Conclusão

Essas crônicas são de um valor histórico e biológico inestimável. São descrições do bioma de uma Floresta Atlântica que, em boa medida, não existe mais. No que concerne aos animais, contém uma série de descrições sobre as espécies e seus hábitos, habitat, comportamentos, cores, odores e formas. Nas descrições também entende-se o conhecimento que os nativos tinham da fauna dentro da floresta e como se relacionam com ela. E trazem como os nativos se relacionavam com a fauna do bioma. Essas narrativas tratam como o tráfico de animais, a caça e a necessidade de sobrevivência estiveram presentes no cotidiano dos primeiros colonizadores que se instalaram na mata atlântica e, também nos revela que a filosofia natural renascentista sofrera ruptura epistemológica diante de uma fauna nativa tão diversa quanto rica que se encontrava na mata atlântica.

Referências bibliográficas

BRACHT, F., CONCEIÇÃO, G.C., SANTOS, C.F.M. **A América conquista o mundo: uma história da disseminação das especiarias americanas a partir das**

viagens marítimas do Século XVI. In: Revista Brasileira de Pesquisa em Alimentos, Campo Mourão, v.2, n.1, p.11-16, jan/jun. 2011. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/236840940_A_America_conquista_o_mundo_uma_historia_da_disseminao_das_especiarias_americanas_a_partir_das_viagens_martimas_do_sculo_XVI._America_conquers_the_World_A_History_of_spread_of_American_spices_from_the_navigations_of_the_sixteenth_century. Acessado 15.03.2015.

BRACHT, Gisele Cristina da Conceição. **No qual se trata do que há nos mares e rios deste novo mundo**: A importância dos recursos pesqueiros na América portuguesa do século XVI. 111 folhas. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá. 2013.

CAMPANILLI, Maura. e SCHAFFER Wigold Bertoldo. (Orgs). **M425 Mata Atlântica**: patrimônio nacional dos brasileiros / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/Alinepc/Downloads/Mata%20atl%C3%A2ntica%20patrimonio%20nacional%20dos%20brasileiros%20(1).pdf. Acessado em 20.02.2015.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CROSBY, Alfred. W. **Imperialismo ecológico**: A expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FERNÁNDEZ – ARMESTO, Felipe. **Comida**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____ [et al.] **Os desbravadores**: uma história mundial da exploração da terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LÉRY, Jean. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – editora, 1961.

PENJON, Jacqueline; QUINT, Anne-Marie. Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil. In: **Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 143-165.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Bestiário Brasílico: a fauna brasileira no imaginário colonial. In: Jacobi, Pedro; Ferreira; Lúcia da Costa. (Org.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. 1ed. São Paulo: ANPPAS, **Annablume**, 2006, v. , p. 59-84. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_ricardo_ferreira.pdf . Acessado em 10.03.2015.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, Fabiano. Bem-vinda ardência: as pimentas americanas viraram um sucesso mundial ainda nos século XVI e XVII. **Revista de História** (Rio de Janeiro). v. 1, p. 70-74, 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/bem-vinda-ardencia-1>. **Acessado em 23.03.2015**.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; NETO, Juscelino Pereira. A natureza americana nas obras *Turris Babel* e *Arca Nôe* do jesuíta Athanasius Kircher. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n.10, p. 51-68, Maio, 2011.

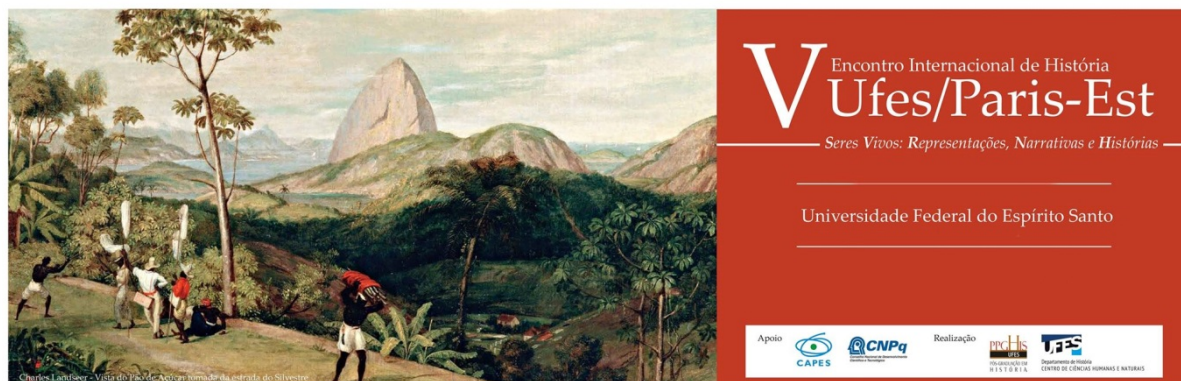
SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. **A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI**. Viseu: Passagem Editores, 2003.

SILVA FILHO, Wellington Bernardelli. **As Pragas do Paraíso**: descrições dos insetos e animais considerados inferiores na América portuguesa do Século XVI. 124 folhas. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá, 2013.

SILVA, José Maria Cardoso. e CASTELETI, Carlos Henrique M. Estado da biodiversidade da Mata Atlântica brasileira. In: **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. 2005. p.43-59.

Disponível em:
<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/CapituloVEstadodabiodiversidadedaMataAtlanticabrasileira.pdf>. Acessado em 25 de Fevereiro de 2015 as 20:00.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1971.



O PARTIDO PROLETÁRIO NAS ELEIÇÕES DE 1935: GILBERT GABEIRA DIANTE DO CONFRONTO ENTRE O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO E O PARTIDO DA LAVOURA NO ESPÍRITO SANTO

Amarildo Mendes Lemos
Mestre em História-UFES

RESUMO: Nas eleições de 1934 no Espírito Santo o Partido Proletário (PP) elegeu Gilbert Gabeira Proletário para deputado na Assembléia Constituinte do estado do Espírito Santo. Na ocasião da escolha do nome do Interventor do Governo do Estado naquele ano houve uma cisão no PSD liderada pelo deputado federal Asdrúbal Soares que foi lançado como candidato pelas Oposições Coligadas, uma frente organizada pelo Partido da Lavoura (PL) e pelo PP contra o Partido Social Democrático (PSD). Nesse pleito, Gabeira, que havia assinado a Constituição Federal de 1934 como deputado classista, teve seu nome transformado em verbo: gabeirar, ou seja, mudar de partido a troco de dinheiro. Com o fito de trazer mais esclarecimentos acerca do posicionamento adotado pelo PP realizamos uma cobertura no jornal Diário da Manhã.

Palavras-chave: Partido Proletário; Gilbert Gabeira; Espírito Santo; Política;

ABSTRACT: In the 1934 elections in the Holy Spirit the Proletarian Party (PP) elected Gilbert Gabeira Proletarian for deputy in the Constituent Assembly of Espírito Santo state. At the time of choosing the Interventor name of the State Government that year there was a split in the PSD led by Congressman Smith Hasdrubal which was released as a candidate by the Opposition Associates a front organized by the Party of Crop (PL) and the PP against the Party Social Democratic (PSD). In this election, Gabeira, who had signed the Federal Constitution of 1934 as classist deputy, had its name changed into verb: gabeirar, ie change of party in exchange for deinheiro. With the aim to bring more clarification about the attitude adopted by the PP performed a cover in the Diário da Manhã newspaper.

Keywords: Proletarian Party ; Gilbert Gabeira; Espírito Santo; Policy;

Em 1935, oitenta e três por cento da arrecadação capixaba dependia do café (BITTENCOURT, 1987, p.186). Pouco mais de vinte por cento residia em área urbana. Trabalhando com a terra, muitos capixabas viviam da agricultura, mais de setenta por cento, muitos também eram analfabetos, na década de 1940 mais de sessenta por cento (MORAES, 1999, p.30). Por isso, a maior parte dos capixabas estava excluída da vida política não podendo votar nem ser eleita.

Tratava-se de uma participação política muito pequena e que se subordinava a uma estrutura política dominada pela transmutação do direito em favor, e pelo controle do aparato repressivo por agentes privados que dominam a máquina estatal. A tradição política da primeira república ainda se fazia presente. Nessa época os grupos oligárquicos que disputavam poder em nível estadual tiveram que dividir espaço com a política intervencionista e centralizadora do governo federal, bem como com o incipiente movimento de trabalhadores em prol de uma legislação social.

Nesse trabalho tratamos da participação do Partido Proletário na escolha do Governador do Estado do Espírito Santo, em especial do *Caso Gabeira* que dominou boa parte do noticiário de capa do jornal Diário da Manhã entre os meses de janeiro e abril de 1935.

A revolução de 1930 no Espírito Santo: continuidades e rupturas

A Revolução de 1930 defendeu a implantação de uma justiça eleitoral e do voto secreto como principais instrumentos de uma reforma política no sentido de promover a moralização da vida política a partir do combate à corrupção eleitoral. No entanto, os novos tempos não promoveram uma ruptura definitiva com a tradição estadualista. Apesar das mudanças institucionais, os grupos estaduais mantiveram partidos que seguiam a mesma orientação sob novos rótulos. No Espírito Santo, a hegemonia era disputada entre os grandes exportadores de café e a oligarquia agrária. De acordo com o historiador Fernando Achiamé,

As oligarquias espírito-santenses na República Velha eram hegemônicas pelo capital comercial, e seus integrantes não podiam rivalizar em número e poderio econômico com os de São Paulo, por exemplo. Neste estado, quem comandava suas oligarquias, integradas pelos grandes fazendeiros, comerciantes de café, exportadores e donos de estrada de ferro, era o setor financeiro ou bancário, ou seja, o capital cafeeiro presente em todas essas atividades econômicas (ACHIAMÉ, 2010, p.64).

Havia uma hierarquização acima do setor comercial do café, no topo dessa pirâmide

estava, portanto, o capital cafeeiro, o setor financeiro, que se relaciona com a atividade produtiva direta (agricultura) e também com a distribuição dos produtos (comércio). Essas duas forças, dependentes, portanto, do capital financeiro, moldaram a formação territorial e socioeconômica do Espírito Santo, representadas nos “binômios café e ferrovias de um lado, e capital comercial e produção familiar de outro” (ACHIAMÉ, 2010, p.67).

Após a Revolução de 1930, a vida política dividiu-se entre o apoio e à oposição à interventoria federal. O Partido da Lavoura, em São Paulo e no Espírito Santo, independentes entre si, foi estruturado a partir de entidades profissionais, como permitia o decreto de 1932 (CHACON, 1998, p.119). Segundo Achiamé, o Partido da Lavoura no Espírito Santo, além de congregar políticos alijados da situação, foi “formado por pessoas que residiam fora do estado (Jerônimo Filho, Abner Mourão, este último radicado em São Paulo) ou que não tinham vínculos estreitos com o campo (Lauro Faria Santos, Luís Tinoco)” (2010, p.199).

Fundado em 1933, após os confrontos de 1932, o Partido da Lavoura teve entre seus líderes Abner Mourão, que engrossava o coro na oposição à interventoria. Em maio de 1935, Abner Mourão assumiu como deputado estadual pelo Partido da Lavoura no Espírito Santo e defendeu na Assembleia Constituinte os interesses do comércio cafeeiro paulista (ACHIAMÉ, 2010, p.93).

No Partido da Lavoura se destacava o grupo do Jerônimo Monteiro, que governou o estado entre 1908 e 1912. Muitos *monteiristas*, após a Revolução de 1930, se recusaram a formar uma coalizão com o interventor no sentido de organizar um grande partido situacionista (Idem, p.198). Contudo, o próprio Jerônimo Monteiro encampou a organização de uma seção da Aliança Liberal, na expectativa de voltar ao poder, de onde estava afastado desde 1920 (STANGER, 2014, p.32).

Na eleição para a Constituinte Estadual realizada em 1934 para a posse em 1935, o PP fez um deputado estadual, o PL fez oito deputados e o PSD fez 16, formando a maioria. Em 1935 a escolha do chefe do Poder Executivo estadual foi decidido por esses deputados. Com esse total, inicialmente a vitória parecia ser certa para o interventor que vinha como candidato do PSD.

Proletários e questão social no Espírito Santo na década de 1930

Um dos elementos fundamentais da reforma política pleiteada pela Aliança Liberal era a abolição do voto de cabresto e a instauração de uma justiça eleitoral. No entanto, apesar das expectativas, essas mudanças diminuíram a capacidade de controle por parte das oligarquias estaduais, mas não minaram completamente o poderio delas. Sendo assim, “após a adoção do voto secreto, o discurso social tornou-se a “nova panaceia universal” (CHACON, 1998, p.118).

Torna-se, portanto, inevitável o reconhecimento por parte do discurso político da chamada Questão Social. Os trabalhadores estavam ansiosos pela efetivação de uma legislação social que os protegessem e também a suas famílias. De acordo com o deputado constituinte, nesse período estudado, Osório Borba, “até remanescentes da ordem política desarticulada em 1930, e que continuam fiéis à famosa teoria da Questão Social ‘caso de polícia’, incluíram nos títulos de seus partidos a palavra mágica” (apud CHACON, 1998, p.118), ou seja, o termo social. De acordo com Ângela de Castro Gomes, a Questão Social pode ser definida como

um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano e dos direitos sociais que daí adviriam, originou-se na Europa no século XIX, a partir de grandes transformações sociais, políticas e econômicas trazidas pela Revolução Industrial. Portanto, o ‘problema da pobreza’ nem sempre fora considerado um ‘problema’, ou um fenômeno disfuncional para a vida das sociedades, devendo, por esta razão, ser enfrentado e resolvido para sua segurança e progresso material (GOMES, 1979, p.31).

A questão social relaciona-se, portanto, com o processo de modernização econômica. Contudo, em 1950, no Espírito Santo, 69,32 % dos chefes de família estavam no setor primário, enquanto que 15,99% estavam no setor terciário e somente 5,58% estavam no setor secundário (MORAES, 1999, p.107). É por isso que Fernando Achimé ressalta que

a contradição entre o capital (fazendeiros e comerciantes de café) e o trabalho (jornaleiros e meeiros) pode ser tomada como a contradição fundamental existente no interior do bloco histórico no período que interessa ao nosso estudo. Contudo, tal contradição não se encontrava explicitada politicamente nessa época (2010, p.65).

De acordo com o pensamento de Achiamé, não há explicitação política da contradição existente entre o capital e o trabalho naquele período. Contudo, apesar de não encontrar no Espírito Santo uma sociedade eminentemente urbana e alfabetizada, observamos a presença de dois partidos que se apresentavam como instrumento para defender os interesses dos trabalhadores, o Partido Trabalhista e o

Partido Proletário. Além desses partidos, disputaram as eleições em 1934 os seguintes partidos: Pelo Espírito Santo Unido; Partido Conservador Municipal; Integralismo; Partido da Lavoura; e Partido Social Democrático.¹⁶⁵

O Partido Proletário (PP) garantiu a representação na Assembleia Constituinte elegendo um deputado estadual com 1.643 votos no 1º turno, com 77 votos a mais que o quociente eleitoral.¹⁶⁶ O PP não precisou dos votos de nenhum outro partido para eleger seu candidato. Apesar disso, observamos a estreita ligação de muitos de seus membros com o PSD e com a Interventoria. Não há espaço aqui para descrever todas as ligações. Mas na medida em que o Governo Federal direcionava políticas para os trabalhadores, essa ligação se tornava algo mais viável.

A Constituição de 1934 foi assinada por Gilbert Gabeira que foi eleito como deputado classista no Espírito Santo. A atuação de Gabeira na Constituinte Federal era acompanhada pelo Diário da Manhã com muitos elogios à sua atuação. Assim, vemos em 1933:

O deputado trabalhista Gilbert Gabeira, falando ao 'Diário da Manhã', traçou em poucas palavras a orientação que lhe parece mais acertada para os seus companheiros no prélio eleitoral do próximo dia oito. 'Devem os trabalhistas do Espírito Santo ficar com aqueles que defendem e prestigiam o eminente Chefe do Governo Provisório cooperando no cumprimento integral do programa revolucionário' – assim se expressou o *prestigioso representante das classes trabalhadoras*. E muito bem o fez. Não seria de acreditar que os trabalhistas se voltassem contra os verdadeiros defensores dos novos ideais, depois de lhes haverem eles atendido aos anseios, reconhecido direitos, estendido as mãos em legítima atitude de solidariedade.¹⁶⁷

Outras reportagens também apontam para essa relação dos proletários com a Revolução de 1930. Os trabalhadores do Espírito Santo não representam uma grande expressão no conjunto da força de trabalho no Brasil, mas participaram dos debates que envolviam a Questão Social no Brasil. Nesse contexto, eles tomavam parte no debate nacional em consonância com as ações do Ministério do Trabalho. Tanto que podemos observar telegrama publicado no Jornal do Brasil um pedido de visita do ministro Salgado Filho à cidade de Vitória feito pela Federação do Trabalho, cujo presidente em 1933 era Gilbert Gabeira.¹⁶⁸

Nesse mesmo ano, entre 03 e 18 de abril de 1933, foi organizado em 1933 o Congresso Sindicalista Nacional Proletário. Esse período foi marcado pelo debate

¹⁶⁵ Resultado 1ª zona. *Diário da Manhã*, Vitória, capa, 08 nov. 1934.

¹⁶⁶ Resultado das Eleições no Espírito Santo. *Diário da Manhã*, Vitória, p.2, 15 dez. 1934.

¹⁶⁷ A atitude dos trabalhistas. *Diário da Manhã*, Vitória, 19 set. 1933, capa.

¹⁶⁸ Telegramas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1933, p.7.

sobre a liberdade sindical já que o Estado procurava garantir o controle sobre essas entidades. O Espírito Santo foi representado pelo Sindicato dos Operários e Empregados da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica que enviou Gilbert Gabeira e Persio Nascimento.¹⁶⁹

Contudo, oito meses antes da escolha para governador pela Assembleia Constituinte Estadual, em 05 de agosto de 1934, o noticiário do jornal O Radical anunciava aos cariocas que João Punaro Bley organizou uma reunião com sindicatos de trabalhadores, intermediada pelo delegado do ministro do Trabalho, com o objetivo de se lançar candidato. De acordo com Gabeira, Bley queria garantir o apoio dos trabalhadores sem realizar mudanças em prol dos mesmos. Essa declaração foi feita ao jornal pelo próprio Gilbert Gabeira e dada como motivo para o rompimento de Gabeira com a “maioria trabalhista” na Constituinte Federal, a qual, segundo ele, não estaria “mais cumprindo as finalidades de defesa do proletariado”.¹⁷⁰

O Jornal do Brasil também noticiou o rompimento de Gabeira com o grupo que defendia o interventor da seguinte forma: “Rompendo com o grupo a que estava filiado não ingressa, contudo, no da esquerda.” Gabeira teria tornado-se “franco atirador, acompanhando a minoria da bancada em todos os movimentos que entender justos”.¹⁷¹

Antes das eleições de outubro de 1934 que elegeu a Assembleia Constituinte Estadual a qual escolheria o presidente do Estado, Bley promovia as articulações políticas. A atitude de Gabeira em relação ao interventor foi de oposição, sem se alinhar com a esquerda. Essa declaração contida no Jornal do Brasil denota que até aquele momento o representante do Partido Proletário na Assembleia Nacional Constituinte não estava, ainda, alinhado com os comunistas. Essa aproximação se deu posteriormente. De acordo com Achiamé o PP foi “organizado para servir como face legal ao proibido PCB” (2010, p.219). Entretanto, no Espírito Santo essa ligação só poder ser identificada claramente a partir de 1935 quando Gilbert Gabeira, na condição de representante profissional, se destacou na Constituinte Federal fazendo o pronunciamento e a leitura do manifesto da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma nova agremiação de esquerda liderada pelos comunistas, em 17 de janeiro de

¹⁶⁹ A instalação do Congresso Syndicalista Nacional Proletario. O Radical, 02 abr. 1933, p.6.

¹⁷⁰ O deputado Gilbert Gabeira não quer pertencer mais a maioria trabalhista. O Radical. Rio de Janeiro, 05 ago. 1934, capa e p.2.

¹⁷¹ Câmara dos Deputados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1933, p.7

1935.¹⁷²

Caso Gabeira: os proletários diante das disputas entre o PSD e o PL

Gilbert Gabeira iniciou o ano de 1935 afastado da Interventoria e do PSD capixaba. Ao mesmo tempo, se aproximava dos movimentos sociais que passam a defender princípios que opõem trabalhadores, de um lado, e imperialistas e latifundiários, de outro. O discurso de Gabeira encerra um programa intitulado “Pela Libertação Nacional do Povo Brasileiro”.¹⁷³ Gabeira era representante profissional e na Câmara dos Deputados e havia sido eleito para a Constituinte Estadual no Espírito Santo pelo Partido Proletário. Sua atuação política tinha sido alinhada com a interventoria e o PSD. Contudo, como foi destacado, em agosto de 1934 essa aliança entra em desalinho. Qual o sentido dessa ruptura? Quais expectativas alimentavam Gilbert Gabeira ao se colocar contra a bancada trabalhista na Câmara dos Deputados e contra a interventoria no Espírito Santo?

Em janeiro de 1935, Asdrúbal Soares anunciou a sua dissidência dentro do PSD, contra a candidatura do interventor João Punaro Bley, e foi lançado como candidato pelas Oposições Coligadas. As chamadas Oposições Coligadas reuniam a dissidência pessedista, o Partido da Lavoura (PL) e o Partido Proletário (PP). Asdrúbal Soares havia sido prefeito municipal de Vitória de 1930 a 1933, indicado pela Junta Governativa. Em 1933 foi eleito primeiro suplente de deputado para a Assembleia Constituinte Nacional pelo PSD. Assumiu, nesse mesmo ano, a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas e em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal pelo PSD (ACHIAMÉ, 2010, p.253).

É possível que Asdrúbal Soares estivesse conspirando já em agosto de 1934 e tivesse influenciado a orientação de Gabeira naquele momento. Também, é plausível que estivesse seguindo orientações de outras lideranças políticas trabalhistas e isso teria redundado em sua escolha como orador da ANL no plenário da Câmara dos Deputados, ficando seu nome registrado nos anais do Poder Legislativo. No entanto, não foi essa a memória que ficou acerca desse representante dos proletários. Gabeira, que havia assinado a Constituição Federal de 1934 como deputado classista, teve seu nome transformado em verbo: gabeirar, ou seja, mudar de partido a troco de dinheiro. Esse registro está contido nas

¹⁷² <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/republica2.html>

¹⁷³ Diário do Poder Legislativo. Ano II. Nº14. 18 de janeiro de 1935, p.388.

memórias do próprio interventor João Punaro Bley:

Logo em janeiro os boatos se confirmaram, com o rompimento espetacular de Asdrúbal Soares, logo apresentado como candidato ao governo do estado pelos deputados do Partido da Lavoura e por outro do Partido Proletário, Gilbert Gabeira, nome de triste memória pelas vezes que se vendeu, criando até na gíria popular o verbo “gabeirar”, ou seja, mudar de partido. (BLEY apud ACHIAMÉ, 2010, p. 340).

O jornalista capixaba Amylton de Almeida, em sua obra sobre Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, relata que Gilbert Gabeira “ora passava para um lado, ora para o outro”. E citando a fala de Lindemberg, diz que: “De modo que tinha dias que acordávamos com treze e dormíamos com doze, e no dia seguinte era o contrário” (ALMEYDA, 2010, p.167). Além dessa situação de instabilidade, ficou nas memórias de Carlos Lindemberg e de João Punaro Bley, outra recordação, a de que Gabeira teria simulado o próprio sequestro para não participar de uma reunião com os deputados situacionistas e Getúlio Vargas.

No dia seguinte, na hora marcada, Carlos encontrou Fernando de Abreu no salão da pensão, andando de lá para cá, preocupado. Fernando explicou: ‘O Gabeira foi comprar cigarros e não voltou até agora.’ ‘Não é possível um homem fazer uma coisa dessas,’ disse Carlos, acrescentando: ‘Já está feito. Não tenha dúvida: ele não vai voltar.’ Fernando discordou: ‘Eu vou almoçar, mas vou esperar por ele, tenho certeza que ele vai aparecer, ele combinou comigo, ele não vai fazer isso comigo’ (ALMEYDA, 2010, p.167).

Nas palavras de Bley lemos o seguinte:

A atitude de Gilbert Gabeira, pela sua vocação para venalidade, ficou célebre nos anais da política do Espírito Santo. Filho de uma família de súcios sírios conseguiu se eleger, com as sobras de outros partidos, deputado estadual. De início, filiou-se à oposição, mas, precisando de dinheiro, por intermédio de Carlos Marciano de Medeiros, ofereceu-se passar para o nosso lado, por 50 contos, pagos com repugnância. Ficou conosco até que por 100 contos passou-se para o Partido da Lavoura. Nesta ocasião para tapear sua vergonhosa atitude simulou até um seqüestro pelos seus adversários (BLEY apud ACHIAMÉ, 2010, p. 343).

Contrário ao que se registra nas memórias de Bley, Gilbert Gabeira não se elegeu com as sobras dos outros partidos. Conforme registramos acima Gabeira elegeu-se deputado estadual com 1.643 votos no 1º turno, 77 votos a mais que o quociente eleitoral. No entanto, a posição de apoio a Asdrúbal Soares pode ser confirmada. Em 13 de janeiro Gabeira discursa na Câmara dos Deputados “atacando o interventor federal, criticando sua administração e elogiando o sr. Asdrúbal Lima (sic), candidato à presidência do Estado”. Gabeira ainda defende que “congreguem em torno todos os partidos oposicionistas do mesmo para elegê-lo presidente, a fim de que o actual interventor não continue á testa da administração do Estado, onde,

diz, se tem muito mal conduzido”.¹⁷⁴

Dois dias depois, Gabeira explica as razões que o levaram a mudar de atitude, tendo em vista que no ano anterior estava alinhado com o Governo. Segundo Gabeira, Bley teria dito a ele quando teria se reuniram para tratar de interesses dos trabalhadores: “veja se vae tapeando um pouco mais essa gente”.¹⁷⁵ O Jornal do Brasil, em sua análise da política regional, destacou também a perda de apoios políticos do interventor. As eleições na capital do Espírito Santo que o interventor havia perdido foram anuladas e Bley recorria aos sindicatos para garantir apoios.

Aproximando-se a nova eleição, o Sr. Gabeira fora chamado á palácio, onde o interventor pedira o seu apoio e dos elementos proletarios por ele liderados, em troca de certas medidas em beneficio do operariado. Com esse apoio, o governo ganhava a segunda eleição em Vitória. As medidas prometidas, porém, nunca vieram. O Sr. Gabeira, se cansára de as reclamar inutilmente. Da última vez que o fizera, o interventor lhe respondera que fosse ‘tapeando’ os interessados.¹⁷⁶

Gabeira é alvo, também, da seguinte matéria no jornal O Radical: “O sr. Gilbert Gabeira ‘sequestrado’ pelas sympathias dos partidos do Espírito Santo”, que traz o seguinte subtítulo: “alçado como mercadoria de um interessante leilão político, o deputado classista não se define e é protagonista de um caso humorístico que fez rir a cidade”. Gabeira teria declarado ao gerente do Magnífico Hotel que iria à estação Barão de Mauá. Esse mesmo gerente acrescentou ainda que Gabeira teria saído acompanhado de Elias Miguel, comerciante de Vitória. Segundo o noticiário a polícia saiu a procura de Gabeira que foi encontrado na casa de “seu novo amigo político, sr. Atílio Vivácqua, que o ‘sequestrara’ as sympathias do vacilante prócer”. Gabeira teria afirmado que não fora sequestrado, que estava lá por “espontânea vontade”.¹⁷⁷ Atílio Vivácqua era representante do Partido da Lavoura e articulava o apoio de Gabeira para as Oposições Coligadas juntamente com Asdrúbal. A decisão de formar essa frente de oposição não era unanimidade dentro do Partido da Lavoura. Como evidência vemos que Hildebrando Silva, presidente do Partido da Lavoura, condenou o apoio a Asdrúbal Soares pelo fato deste ter negligenciado o interesse das classes produtoras quando era Secretário da Agricultura. Hildebrando afirmou:

não nos exteriorizamos nunca pela falta de polidez ou da consideração dos nossos delegados para com a Comissão Executiva do nosso Partido por não termos sido ouvidos no momento, nesta deliberação tão importante de

¹⁷⁴ Em torno á política do Espírito Santo. *O Radical*. Rio de Janeiro, 13 jan. 1935, p.2.

¹⁷⁵ Atacando a situação capichaba. *O Radical*. Rio de Janeiro, 13 jan. 1935, p.2.

¹⁷⁶ Câmara dos Deputados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 jan. 1935, p.7.

¹⁷⁷ O sr. Gilbert Gabeira ‘sequestrado’ pelas sympathias dos partidos do Espírito Santo. *O Radical*. Rio de Janeiro, 21 jan. 1935, capa.

escolha de candidato à presidência do Estado.¹⁷⁸

Hildebrando declara ter vetado tal decisão e explica:

Vetamos por que a lavoura bateu-se por um governo novo. Ella não confunde política com questões econômicas. Seus oito delegados não têm credenciais para indicar um auxiliar do governo que combatemos para dirigir os seus destinos econômicos como chefe supremo.¹⁷⁹

No entanto, a posição de Hildebrando não prevaleceu. Respondeu assim a dissidência no Partido da Lavoura: “A orientação do Partido exprimol-a nós, que resumimos sua collectividade”.¹⁸⁰

Não era só no PSD e no PL que são identificadas forças contrárias. No PL o grupo hegemônico garantiu a oposição. No PSD o grupo hegemônico apoiava a interventoria e havia a dissidência de Asdúbal. No PP um grande número de sindicalistas apoiavam o PSD. No entanto, membros da Comissão Executiva do partido queriam mantê-lo nas Oposições Coligadas. A ligação de Gabeira com as Oposições Coligadas gerou, portanto, a permanência de uma memória negativa a seu respeito. No entanto, nesse mesmo período, o Jornal do Brasil, além de apresentar as críticas de Gabeira a Bley, também ressalta que:

Quanto à pecha de traidor que o órgão oficial espiritosantense lhe assacára, devia apenas observar que, por ocasião da revolução de 1930, o Capitão Bley seguira para o Espírito Santo para defender a legalidade, mas depois verificando a vitória do movimento, aparecera como interventor da revolução.¹⁸¹

A posição do Jornal do Brasil em relação a Gabeira, fazendo sua defesa, entra em consonância com o historiador Fernando Achiamé quando se questiona:

Não foi somente Gabeira que mudou de lado político. Por que somente o seu caso ficou público e notório, a ponto dele criar uma gíria local? Por estar abrigado numa legenda que todos sabiam ser de fachada para o proibido PCB? Por ter se vendido de forma desavergonhada? Por ter desafiado, com seu comportamento, os ditames dessa elite política que desejava a todo custo dominar a situação política estadual? (ACHIAMÉ, 2010, p.260).

Não respondemos tais questões com o presente trabalho, mas são questões importantes a serem ressaltadas. O próprio Asdrúbal Soares havia prometido

¹⁷⁸ O Partido da Lavoura contra a candidatura de Asdrúbal Soares. *Diário da Manhã*, Vitória, 25 jan. 1935, capa.

¹⁷⁹ O Partido da Lavoura contra a candidatura de Asdrúbal Soares. *Diário da Manhã*, Vitória, 25 jan. 1935, capa.

¹⁸⁰ Até que enfim. *Diário da Manhã*, Vitória, 25 jan. 1935, capa.

¹⁸¹ Câmara dos Deputados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 jan. 1935, p.7.

fidelidade ao PSD quando eleito como deputado federal. Também o deputado Jair de Freitas, antes de ser eleito com os votos do PSD teria afirmado “serei na nossa futura Assembléa Constituinte, caso eleito, fiel representante do pensamento do nosso Partido”.¹⁸²

Paralelamente à atuação de Gabeira, outros líderes sindicais se movimentavam no Espírito Santo. Em meados de fevereiro Gabeira mudou sua orientação e anunciou-a aos capixabas por meio de telegrama divulgado no noticiário do Diário da Manhã, órgão oficial, que teceu elogios a Gilbert Gabeira pelo fato do mesmo ter se submetido ao partido acatando a orientação de apoio ao PSD:

Examinando actual situação política do Estado, julguei de melhor alvitre motivos interesses de nossa classe retirar o apoio à candidatura Asdrúbal Soares. Espero ver sancionada esta minha deliberação definitiva pela Comissão Executiva do Partido.¹⁸³

De acordo com o noticiário Gabeira estava se submetendo ao partido. Seria sua ação então produto de um suborno, simplesmente, ou a formação das Oposições Coligadas envolvia outros membros do partido? Gabeira se vê no centro de uma disputa que chegou a ocupar o noticiário dos jornais da capital e encaminha telegrama ao primeiro secretário do Partido Proletário afirmando sua submissão ao partido.

Faço tornar pública nenhuma notícia minha terá valor não feita intermédio Partido. No mais tudo boato, intriga e infâmias. Quanto política Estado companheiros ah(i?) melhor poderão avaliar do que eu afastado meio ambiente, assim espero resolverão caso presidencial collocando acima de tudo interesse colectivo. Momento impossível seguir aguardando discussão lei segurança trabalhador nacional. Em todo caso aguardo instruções. Responda. Abraços. Gilbert Gabeira.¹⁸⁴

Porém, o partido estava dividido. O período que compreendeu a Constituinte Federal de 1934 e a eleição de Assembleias Constituintes para o ano de 1935, as quais escolheriam os presidentes estaduais, ensejou novas relações do Estado com os trabalhadores. Ocorreram entre 1934 até o segundo semestre de 1935 as maiores mobilizações sindicais, cresceu o número de movimentos paredistas e o engajamento dos trabalhadores na luta pela democratização (MATTOS, 2009, p.67).

Existiam no Espírito Santo sindicatos com diversas orientações ideológicas que levantavam a bandeira da legislação social. O Sindicato dos Bancários, contava com

¹⁸² Um perfil. *Diário da Manhã*. Vitória. 25 jan. 1935, capa.

¹⁸³ Atitude de Gabeira. *Diário da Manhã*, Vitória. 15 fev. 1935, capa.

¹⁸⁴ Partido Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória. 17 fev. 1935, capa.

um integralista, Hunney Everest Piovesan, como procurador, na sua diretoria que era presidida por Romeu Ferreira; os estivadores com lideranças comunistas; a construção civil com anarquistas; e, o setor de telefonia (telégrafos), bondes e eletricidade com reformistas (PEREIRA, 2014, p.57).

No Espírito Santo, a consulta ao Diário da Manhã nos permitiu perceber que muitas lideranças sindicais participaram como candidatos do processo eleitoral de 1934 que elegeu deputados para a Assembleia Constituinte Estadual. Além do Partido Proletário, vemos lideranças também no Partido Trabalhista. No PSD, a participação dos trabalhadores pode ser percebida na atuação municipal onde alguns quadros do Partido Proletário atuavam diretamente com pessedistas. Pela proposta do trabalho aqui apresentado, esse perfil do PSD e a ligação dos membros do PP com o PSD não pôde ser traçada.

A disputa pelo voto de Gabeira, pelo voto dos proletários que elegeriam o futuro presidente do Estado do Espírito Santo mobilizou os trabalhadores capixabas. A cisão dentro do PSD, que gerou essa necessidade de mobilizar esse apoio, mostrou como os conflitos intraoligárquicos ainda se faziam presentes na política capixaba. Porém, as disputas políticas se davam em um novo xadrez político onde os movimentos das lideranças sindicais e dos trabalhadores mereceram relevante consideração. Assim, diante da iminência das eleições, todas as referências negativas ao deputado Gabeira encontradas atualmente nas memórias de Bley não foram encontradas na leitura do Diário da Manhã, pelo contrário, esse jornal passou a tecer elogios aos proletários e à atitude de Gabeira.

No entanto, a Comissão Executiva do Partido Proletário insistia no projeto de se manter nas Oposições Coligadas. O que mostra que essa não era uma ação isolada de Gabeira. Para garantir o apoio do partido a Asdrúbal Soares, foi organizada a chamada Convenção de Vitória. Esse episódio foi relatado pelo Diário da Manhã em matéria que ocupou quase toda a capa do jornal com o seguinte título e subtítulo em letras grandes e com bastante destaque:

O MOMENTO PROLETARIO – Os elementos mais prestigiosos do Partido Proletário, desgostosos com a attitude do presidente da comissão executiva que, orientado pelo burguez e lavourista Antonio Venancio, vem imprimindo um cunho de facciosidade ás deliberações do partido, resolveram, como protesto retirar-se do simulacro de convenção hontem realizada – “Reunião hontem efectuada, foi um verdadeiro esbulho à vontade soberana do operariado que se pode dizer estava ali legitimamente representado” dizem

os dissidentes em telegrama enviado ao deputado GILBERT GABEIRA.¹⁸⁵

O Diário da Manhã aponta ainda que Liomeu Terra, presidente da Federação do Trabalho do Espírito Santo e membro da Comissão Executiva do Partido Proletário, e Antônio Venancio teriam ido ao Rio de Janeiro “mudar a opinião da maioria dos elementos da Comissão Executiva do Partido Proletário, que lá haviam ido para melhor ouvir o deputado Gilbert Gabeira”.¹⁸⁶ Liomeu e Venancio teriam pensado em uma Convenção “apressada” e não levaram a cabo por ter que obedecer trâmites. Como saída para garantir o apoio aos lavouristas teriam reunido somente os diretórios de orientação lavourista. Segundo a matéria Liomeu pretendia também ocupar o lugar de Gabeira no partido.

Em reunião realizada no dia 28 de março de 1935, Liomeu teria organizado uma comissão para estudar as duas propostas de candidatura para que o partido deliberasse sobre o apoio a ser dado. O Diário da Manhã acusou Liomeu de ter indicado somente pessoas de sua confiança para que a escolha fosse favorável aos lavouristas. O órgão oficial acusou ainda que somente dois participantes da reunião teriam se colocado contra Liomeu e que o próprio Antonio Venancio teria sido indicado para a dita Comissão. Atestou ainda que Waldemar Garcia, delegado do Partido Proletário em João Pessoa, foi impedido de apresentar por escrito seu voto, por ser contra os lavouristas. A Mesa ainda teria impedido a manifestação e a votação de todos que fossem a favor da proposta do PSD.¹⁸⁷

Diante dessa situação muitos teriam abandonaram a reunião, abrindo dissidência, por dois motivos principalmente: primeiramente “amparar o deputado Gilbert Gabeira, pela sua digna attitude, e contra o qual os despeitados, tendo à frente Liomeu Terra, querem desferir um golpe traiçoeiro”; e em segundo lugar “no facto de abandonar uma proposta de execução imediata, em benefício dos proletários, como o foi a do PSD, por outra que constitue apenas uma promessa sem fiador sequer”.¹⁸⁸

Waldemar Garcia de Freitas, que na época representava, segundo ele, 25% das rendas do Estado e 35.000 habitantes, reiterou, em telegrama, a crítica,

¹⁸⁵ O Momento Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, capa.

¹⁸⁶ O Momento Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, capa.

¹⁸⁷ O Momento Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, capa.

¹⁸⁸ O Momento Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, capa.

considerando que o fato do Capitão Punaro Bley ter maioria de deputados trazia à sua proposta, mais simples do que a de Asdrubal - considerada o “paraíso” - maior capacidade de se executada. Afirmou ainda:

não somos políticos profissionaes, não nos interessa derrubar essa facção em aproveitamento da outra, não podemos ser açoite manejado pelos profissionaes, por que terminando a lucta, este sente-se um pouco fatigado, e nós esfacelados por servir de surrão, e assim companheiros deveis meditar.¹⁸⁹

Felix Hatum, presidente do Diretório do Partido Proletário de Cachoeiro de Itapemirim, e João Baptista Martins, delegado dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim, comunicam em telegrama a José Mendes Marques (Cachoeiro de Itapemirim) que teriam telegrafado a Gabeira informando a dissidência em relação à Comissão Executiva e a oposição a Venancio e Liomeu Terra, que era redator do jornal oposicionista O Estado. No manifesto lemos as seguintes decisões:

1º discordarem da decisão adotada na reunião do Partido Proletário ontem realizada, por considerá-la contrária aos interesses do mesmo Partido, desde que foi rejeitada uma proposta de execução imediata para ser aceita outra que constitui apenas promessa impossível de ser cumprida, visto que a maioria da futura Constituinte apoia o candidato do Partido Social Democrático; 2º não permitir que seja desprestigiado o deputado Gilbert Gabeira, contra o qual pretendem os pseudo-proletários desferir um golpe traiçoeiro; 3º protestar contra atuação dos elementos que deixaram de servir aos interesses da classe para se empenharem em defesa de uma facção política; 4º deixarem bem claro que aprovam a proposta apresentada ao Partido Proletário pelo Partido Social Democrático, por considerá-la de acordo com as necessidades da classe e em condições de servir aos trabalhadores, tanto mais quanto ficou declarado que, uma vez aceita, tal proposta seria imediatamente posta em execução; 5º reafirmar os aplausos à atitude assumida pelo deputado Gilbert Gabeira de retirar o apoio à candidatura Asdrúbal Soares, hipotecando ao citado representante do Partido Proletário inteira solidariedade; 6º convocar uma convenção de proletários para o dia que for designado pelo deputado Gilbert Gabeira e a ser realizada em Cachoeiro de Itapemirim; Vitória, 02 de março de 1935.¹⁹⁰

A maior parte das lideranças que assinou o documento era do sul do estado. No documento publicado pelo Diário da Manhã percebemos que a crise envolvendo o partido levou o mesmo a ficar dividido entre o PSD e o PL. Apesar de Waldemar Garcia defender que não poderiam ser usados como surrão, não houve uma postura de independência em relação à disputa.

Liomeu Terra continuou o combate por meio do jornal O Estado. Segundo o Diário da Manhã ele estaria afirmando que os proletários se venderam por “emprego,

¹⁸⁹ O Momento Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, capa.

¹⁹⁰ O Momento Proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, capa.

dinheiro, facilidades para aquisição de automóvel”. Dizia também que os proletários “queimaram” suas mãos com “dinheiro malfadado”, que teria vindo do Governo “para a campanha do suborno”.¹⁹¹ No dia seguinte o Diário da Manhã reiterou a defesa de Gabeira e das lideranças que o apoiam, pois, Liomeu Terra investia contra eles acusando: “Vinte proletários souberam resistir às seduções do dinheiro que o Governo arrancou do suor de seus companheiros trabalhadores”.¹⁹²

Esse debate provavelmente fez com que a interventoria se apressasse em anunciar, no dia 08 de março de 1935, a criação do Departamento Estadual do Trabalho (decreto 5.977 assinado por João Punaro Bley e Wolmar Carneiro da Cunha), um dia antes da “grande assembleia” convocada para Cachoeiro de Itapemiriam. Para implementar o Departamento Estadual do Trabalho, inicialmente foi formada uma Comissão para elaborar ante-projeto de organização do mesmo com os seguintes membros: Cap. Carlos Marciano de Medeiros (deputado à Constituinte Estadual), Euphrásio Ignácio da Silva e Persio Nascimento (sindicalistas e membros do PP).¹⁹³

Persio Nascimento, primeiro Secretário do Partido Proletário e membro da Comissão Executiva do Partido Proletário, foi fundador de um dos primeiros sindicatos e participou do Primeiro Congresso Proletário no Rio de Janeiro onde foi eleito presidente da Comissão que estudou a reforma na lei de sindicalização. Euphrasio Silva, delegado do Diretório de Itaquari, foi eleito delegado eleitor com votação quase unânime.¹⁹⁴

João Punaro Bley escolheu duas lideranças estratégicas para articular o apoio dos proletários. Esses sindicalistas e trabalhadores que apoiavam a aliança do Partido Proletário com o PSD se organizaram num movimento chamado “Bandeira Syndicalista”. Segundo o Diário da Manhã eram os “legítimos representantes do proletariado” que organizaram a “grande assembleia” em Cachoeiro de Itapemirim” para dar um desfecho ao “Caso Gabeira”, ou seja, definir a posição do PP nas eleições para governador e para senador que seriam realizadas em abril daquele ano.¹⁹⁵

¹⁹¹ Explorações contraproducentes. *Diário da Manhã*, Vitória, 07 mar. 1935, capa.

¹⁹² *Diário da Manhã*, Vitória, 08 mar. 1935, capa.

¹⁹³ Departamento Estadual do Trabalho. *Diário da Manhã*, Vitória, 09 mar. 1935, capa.

¹⁹⁴ Aos trabalhadores do Espírito Santo. *Diário da Manhã*, Vitória, 03 mar. 1935, p.2.

¹⁹⁵ Deputado Gilbert Gabeira. *Diário da Manhã*, Vitória, 12 mar. 1935, capa.

Na Assembleia organizada em Cachoeiro de Itapemirium, por aclamação unânime, Gilbert Gabeira foi escolhido presidente da Assembleia. Antônio Carvalho, representante dos trabalhadores de Itapemirim, relatou sua presença na Convenção de Victoria (reunião do partido). Discursou ainda o dep. Fernando Abreu (PSD) e Francelino Rosa (Sindicato da Construção Civil de Castelo). Posteriormente Gilbert Gabeira disse: “Se o capitão Punaro Bley não pode fazer muita coisa em favor das classes proletárias como interventor federal, tenho certeza que muito fará em benefício dos trabalhadores como governador constitucional do Espírito Santo”.¹⁹⁶

Foi aprovada na Assembleia de Cachoeiro de Itapemirim a proposta do PSD. Gabeira asseverou ainda que “de acordo com o deliberado pelos que subscreveram este documento, votarei na chapa do PSD (...)”. Teria sido considerado que ela “assegura reivindicações imediatas, de que tanto necessita o proletariado em geral neste momento em que a massa trabalhadora espera confiante na legislação social do Brasil após a revolução”.¹⁹⁷

Uma guerra de informações foi travada nesse contexto. O Diário da Manhã defendia a honra e a atitude de Gabeira enquanto que O Estado o acusava. Todas as acusações feitas a Gabeira pela oposição são relacionadas aqui a partir da leitura feita pelo Diário da Manhã. O Estado acusava que: “Ao terminar o seu discurso em Cachoeiro, o deputado Gabeira chorou... Que tristes pensamentos ou remorsos o teriam assaltado?” O Diário da Manhã rebatia afirmando que Gabeira avaliou o erro em que ia caindo e tomou a atitude correta.¹⁹⁸

Os jornalistas d'O Estado contestavam ainda: “a) um trecho do discurso do sr. Gabeira; b) a presença de 5.000 operários; c) o comparecimento do sr. Liomeu Terra.” A oposição atestava que não passaram de 500 e que muitos não eram proletários. Diário da Manhã informou, contudo, que só de Cachoeiro foram 500 trabalhadores. Outras acusações feitas foram que os proletários foram comprados por 5\$000 e 10\$000 e que a Bandeira Syndicalista foi uma criação do Governo.¹⁹⁹ Liomeu disparava ainda que o Governo estava “insuflando com dinheiro do Estado o deputado Gabeira a desrespeitar a Comissão Executiva do Partido que o

¹⁹⁶ Deputado Gilbert Gabeira. *Diário da Manhã*, Vitória, 12 mar. 1935, capa.

¹⁹⁷ Deputado Gilbert Gabeira. *Diário da Manhã*, Vitória, 12 mar. 1935, capa.

¹⁹⁸ A manchete d'O Estado. *Diário da Manhã*, Vitória, 13 mar. 1935, capa.

¹⁹⁹ Os informantes d'O Estado. *Diário da Manhã*, Vitória, 13 mar. 1935, capa.

elegeu”.²⁰⁰

Em resposta o Diário da Manhã divulgava defesas de Gabeira Gabeira que afirmava que Asdrubal Soares oferecia cargos para atrair os membros do Partido Proletário: “a secretaria da Agricultura foi oferecida, entre outros, a mim e ao sr. Solón de Castro. Para o Departamento do Trabalho, elle já convidou o sr. Liomeu Terra, o sr. Romualdo Leão Castello e a mais alguns”.²⁰¹

Considerações finais

Naquele contexto, Gabeira não era o mesmo que ensejou o verbo Gabeirar. O jornalismo oficial dispensou inúmeras matérias de capa tecendo elogios à sua atitude. A memória de Bley sobre o suborno pode ter sido um fato. Porém, não foi somente Gabeira que apoiou as Oposições Coligadas. Interessante reconsiderar que mesmo após a mudança de atitude de Gilbert Gabeira, Liomeu Terra e outras lideranças que ocupavam a Comissão Executiva do partido insistiram nessa posição tentando inclusive legitimá-la por meio do evento que ficou conhecido como Convenção de Vitória.

Assim, as variações de apoio dado pelo deputado constituinte eleito em 1934 foram explicadas a partir da submissão da vontade do parlamentar à decisão do partido. A interventoria atuou no sentido de mobilizar lideranças adesistas em Cachoeiro de Itapemirim dando respaldo ao apoio de Gabeira ao PSD, de tal forma que o líder proletário foi homenageado por sua atitude partidária, sem que fosse mencionada qualquer traço de individualismo na sua opção.

Querer misturar o gesto do deputado classista Gilbert Gabeira com as atitudes ziguezagueantes dos srs. José Ayres, Solon de Castro e Estelitta Lins, é um absurdo innominavel. Enquanto os trãnsfugas abandonaram seus eleitores, apedrejaram o seu partido, fugiram aos compromissos publicamente assumidos, o jovem proletário reuniu, em memoravel assembleia, os seus companheiros e seguiu, fielmente, a voz de comando daqueles que o elegeram.²⁰²

Diante da estratégia do interventor em se retirar da cena e anunciar o apoio à candidatura de Jerônimo Monteiro Filho (PL), explorando antigas rivalidades presentes nas oligarquias que dominavam antes de 1930, a posição de muitos

²⁰⁰ Um pedaço de ‘bacalhau’... *Diário da Manhã*, Vitória, 14 mar. 1935, capa.

²⁰¹ Palavra autorizada do ‘leader’ proletário. *Diário da Manhã*, Vitória, 16 mar. 1935, capa.

²⁰² Só mesmo...*Diário da Manhã*. Vitória, 31 mar. 1935, capa.

membros do Partido Proletário que apoiaram o PSD foi de acompanhar o interventor e também apoiar Jerônimo Monteiro Filho.

Apesar de não encontrarmos relatos sobre Gabeira nesse período, havia o apoio declarado de varias lideranças. Em 28 de março de 1935 foi realizada uma Assembleia em Cachoeiro de Itapemirim que deferiu em favor do apoio a Jerônimo Monteiro Filho. Na nota divulgada no Diário da Manhã encontramos os seguintes nomes: Pérsio Nascimento - primeiro Secretário do Partido Proletário e membro da C.E. – e Eufhrásio L. da Silva – Delegado do Diretório de Itaquari e membro – que já haviam sido nomeados para organização do Departamento Estadual do Trabalho. Além deles encontramos também o nome de outras lideranças dando apoio à interventoria e a Jerônimo Filho em duas ocasiões: uma que relata em telegrama a realização da Assembleia²⁰³ e outra quando o jornal divulga diversos telegramas de apoios a Jerônimo Filho vindos de várias regiões do estado.²⁰⁴

João Punaro Bley não conseguiu articular todos os apoios de que necessitava. Além disso, o deputado estadual Carlos Marciano de Medeiros, que garantia o apoio ao PSD e a Bley, se recusava a dar apoio a Jerônimo Filho. Diante desse impasse foi feito um “pacto de honra” entre Jerônimo Monteiro Filho e João Punaro Bley. Esse pacto garantiu a vitória de Bley no segundo escrutínio. Não conseguimos, contudo, identificar a posição de Gabeira a partir desse momento. Segundo o Achiamé, a vitória de Bley se realizou sem que fosse necessário o voto de Gilbert Gabeira (ACHIAMÉ, 2010, p.267).

Esse novo rearranjo, com o *pacto de honra* entre Bley e Monteiro Filho, trouxe ao cenário político outras variáveis que não estavam presentes na disputa inicial. Gilbert Gabeira provavelmente votou em Asdrúbal Soares. Seu nome apareceu na chapa que concorreu aos cargos da Mesa Diretora. Concorreu como segundo secretário obtendo 12 votos e perdeu para Mário Rezende que recebeu 13 votos. Todos os cargos disputados ficaram com o mesmo número de votos: 13 a 12. Inclusive a disputa para governador constitucional. Ao contrário da referência encontrada na obra de Fernando Achiamé (2010, p. 270), segundo o qual Jerônimo Monteiro Filho recebeu 13 votos, vemos no Diário da Manhã que ele foi a exceção,

²⁰³ Aos nossos camaradas. *Diário da Manhã*. Vitória. 30 mar. 1935, capa.

²⁰⁴ Alguns dos telegramas, que tem sido enviados ao Dr. Jerônimo Monteiro Filho, candidato do Povo ao Governo do Estado. *Diário da Manhã*. Vitória. 09 abr. 1935, capa.

eleito com 14 votos, recebeu o mandato de 8 anos, enquanto Brício de Moraes Mesquita ficou com 11 votos. Genaro Pinheiro foi eleito senador com 13 votos e recebeu o mandato de 4 anos, enquanto que Atílio Vivácqua ficou com 12 votos.²⁰⁵

Gabeira que havia sido o orador que leu o manifesto da Aliança Nacional Libertadora na Câmara dos Deputados atuou na Assembleia Legislativa defendendo seu programa, apoiando greves e denunciando as prisões de seus membros. Sua atuação redundou em condenação por atividade comunista no final de 1937, após o golpe de Estado que deu início ao Estado Novo em 10 de novembro de 1937.²⁰⁶

Referências bibliográficas

Acervos pesquisados

Fundação Biblioteca Nacional – Brasil: Jornais “Diário da Manhã”; “Jornal do Brasil”; “O Radical”. (Novembro de 1934- Dezembro 1937).

Portal da Câmara dos Deputados- Brasil: Anais e Diários das Assembleias Constituintes – Diário do Poder Legislativo (1935).

Obras de apoio

ACHIAMÉ, Fernando. **Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEYDA, Amylton de. **Carlos Lindemberg: um estadista e seu tempo**. Ed. organizada, apresentada e anotada por Estilaque Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª edição, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho**. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

²⁰⁵ A Reunião de Hontem da Assembléa Estadual Constituinte. *Diário da Manhã*. Vitória. 13 abr. 1935, capa.

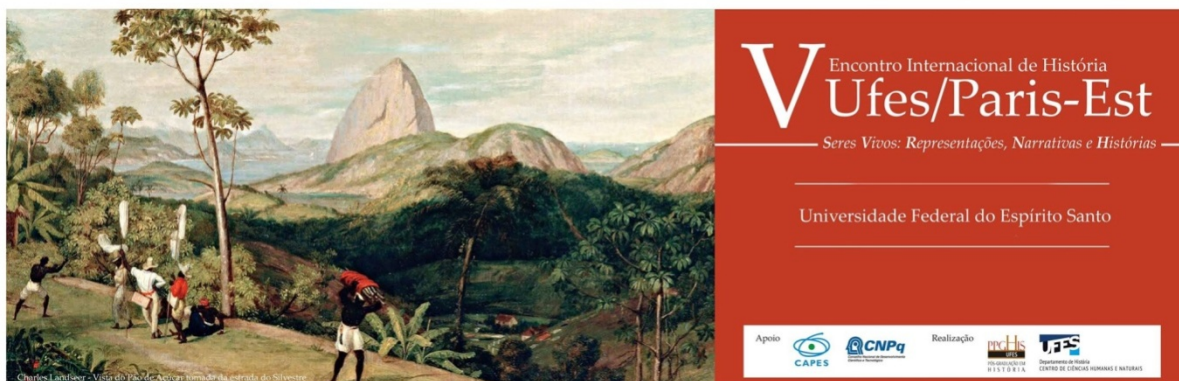
²⁰⁶ Condenado o ex-deputado Gilbert Gabeira. *Diário da Manhã*. Vitória. 17 dez. 1937, p.2.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, Paulo Stuck. **Evolução Demográfica do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico, 1999.

PEREIRA, André R. V. V. 1951: a greve que sumiu. Sobre a luta dos bancários pelo direito de greve. In: **Democracia, Golpes de Estado e Movimentos Sociais: 50 anos do golpe de 1964**. 2014. Vitória. Anais do X Encontro de História – Associação Nacional de História-Seção Espírito Santo (ANPUH-ES). Vitória: GM Gráfica & Editora, 2014.

STANGER, Diego. **O sigma sob suspeita: a polícia política e a repressão ao integralismo no Espírito Santo (1933-1942)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.



O HOMEM COMO SER VIVO E COMO SUJEITO: REFLEXÕES SOBRE A PSICANÁLISE NO CAMPO DA SAÚDE A PARTIR DE UMA NARRATIVA CLÍNICA

Ana Augusta Wanderley Rodrigues de Miranda
Doutora em Literatura Comparada – UFES

Ana Paula Lontra Marques
Especialista pela Residência Multiprofissional em Saúde – HUCAM/UFES / ES

RESUMO: A inserção da psicanálise no campo da saúde torna necessário questionar quem é o sujeito representado numa e noutra prática. Haveria uma coincidência entre o sujeito da saúde e o sujeito do desejo da psicanálise? O acesso à saúde vem atrelado ao discurso da conquista de direitos por um sujeito convidado a ser protagonista das ações que lhe dizem respeito. Pretende-se que ele seja alvo de um cuidado integral, pois o sujeito saudável é imaginariamente concebido como aquele que reflete uma integridade. Mesmo que se o reconheça como multifacetado, os cuidados com sua saúde visarão abarcar o todo. A esse bem compulsório pode por vezes se opor o desejo inconsciente de um sujeito dividido pelo advento da linguagem. A subversão do sujeito, proposta pela psicanálise, traz uma possibilidade de reflexão diante de experiências de embaraço nas quais o sujeito pode recusar-se à ética do bem-viver e do bem-estar, tal como se demonstrará a partir de uma narrativa clínica.

Palavras-chave: Sujeito; Psicanálise; Práticas de Saúde.

RESUME: L'insertion de la psychanalyse dans le champ de la santé rend nécessaire de se demander qui est le sujet représenté dans l'une et l'autre de ces pratiques. Y aurait-il coïncidence entre le sujet de la santé et le sujet du désir de la psychanalyse ? L'accès aux soins de santé est lié au discours de conquête de droits par un sujet invité à être le protagoniste des actions qui le concernent. On voudrait qu'il soit entouré d'un soin global, car le sujet sain est conçu, dans l'imaginaire, comme celui qui reflète une intégrité. Même si on lui reconnaît de multiples facettes,

les soins qui lui seront prodigués viseront à embrasser l'ensemble. À ce bien-être obligatoire, peut parfois s'opposer le désir inconscient d'un sujet divisé par l'avènement de la langue. La subversion du sujet, proposée par la psychanalyse, permet de réfléchir à ces expériences de l'embarras dans lesquelles le sujet peut refuser l'éthique du bien-vivre et du bien-être, comme on le démontrera à partir d'un récit clinique.

Mots-clés: Sujet; Psychanalyse; Pratiques de santé.

O caso de João, menino de sete anos portador de doença renal crônica, acompanhado pela Residência Multiprofissional em Saúde, suscitou o presente estudo no qual se estabelece um contraponto entre a noção de sujeito conforme consta nas políticas nacionais de saúde e a noção de sujeito do inconsciente proposta pela psicanálise.

A Residência Multiprofissional em Saúde caracteriza-se como treinamento em serviço e tem por objetivo formar profissionais de saúde qualificados para o exercício de ações multiprofissionais e integralizadas, orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Norteadas pela política de Humanização, visa a valorização da dimensão subjetiva e social e a participação dos sujeitos como protagonistas de seu processo de saúde. A integralidade, uma das noções centrais das políticas do SUS, se efetiva através do diálogo dos profissionais entre si, com a rede de saúde e com o paciente para compreender e assistir o sujeito conforme suas necessidades. O trabalho deve ser desfragmentado, rompendo a lógica do “cada um faz somente a sua parte” (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, é demandado dos profissionais residentes o planejamento e a promoção de ações de cuidado integradas com as equipes dos setores de atendimento de modo que se garanta a participação dos pacientes na produção de saúde. Contudo, o dia-a-dia do trabalho no qual se insere a experiência aqui relatada demonstrou que mesmo os bem intencionados esforços de abarcar o sujeito em sua integralidade, conforme proposto pelas políticas do SUS, muitas vezes não são passíveis de concretização, pois nem sempre o que se encontra na prática é um sujeito totalmente investido na busca da saúde e da melhora que se lhe está oferecendo. O sujeito com o qual o real da experiência não deixa de confrontar os profissionais possui outras nuances que podem ser abordadas através da teoria

psicanalítica.

A ideia de unidade e de integridade do sujeito não encontra lugar na psicanálise. A práxis inaugurada por Freud fez surgir o inconsciente e indica a possibilidade de conduzir o sujeito a encontrar nele uma lógica própria, que exige decifração e que escapa totalmente à vida mental consciente. Em contrapartida, os preceitos da política brasileira contemporânea no campo da saúde nos apresentam o termo sujeito concebido de maneira diversa. O acesso à saúde vem atrelado ao discurso da conquista de direitos por um sujeito convidado a ser protagonista das ações que lhe dizem respeito. Pretende-se que ele seja alvo de um cuidado integral, pois o sujeito saudável é imaginariamente concebido como aquele que reflete uma integridade. Mesmo que se o reconheça como multifacetado, os cuidados com sua saúde visarão abarcar o todo. A esse bem compulsório pode por vezes se opor o desejo inconsciente de um sujeito dividido pelo advento da linguagem.

A necessidade de humanização da saúde evoca a inclusão do “saber psi” e também de outros saberes em meio às práticas tradicionalmente exercidas de forma prioritária pelo saber médico. A aproximação de saberes distintos entre si em ações conjuntas exige uma delimitação das teorias e das práticas sem a qual é impossível verificar os pontos de interseção e também de diferenças entre as profissões envolvidas, o que faz, a nosso ver, com que a experiência multiprofissional seja extremamente formadora. A inserção da psicanálise no campo da saúde torna, portanto, necessário circunscrever a especificidade do sujeito que ela inaugura, pois tal noção de sujeito contribui para a reflexão diante das experiências de embaraço nas quais o paciente pode vir a recusar a ética do bem-viver e do bem-estar, tal como se demonstrará a partir da narrativa do caso de João.

João começou a apresentar problemas de saúde aos cinco meses de idade, sendo a mãe a única pessoa a acompanhá-lo durante as consultas e internações hospitalares para investigação de seu quadro clínico. No momento do encaminhamento para a equipe da residência o paciente estava diagnosticado com perda gradativa da função renal e com previsão de iniciar tratamento substitutivo dialítico. Associados ao problema renal o paciente possui anemia, hipertensão, hipotireoidismo, distúrbios metabólicos e de coagulação.

João é fruto do relacionamento de sua mãe com um primo dela, quando esta contava treze anos de idade. A mãe de João passou a viver com a família da tia quando sua mãe foi presa por ter assassinado o próprio irmão. A gravidez não foi bem aceita pela família e, desde então, o pai estabeleceu pouco contato com a criança. Logo após o nascimento de João, Marina, nome que atribuiremos à mãe, passou a morar com seu atual companheiro. Desta relação nasceu José, hoje com cinco anos de idade.

Na primeira entrevista com João, este hesitou em fazer contato no primeiro momento, mas depois convocou a participação da analista na produção de seu desenho. Começou a falar sobre sua doença, explicando que se tratava de um problema nos rins que o impedia de comer sal e alguns alimentos. Em seguida, manifestou sua oposição ao tratamento médico, dizendo que não aceitava essas proibições e que fugia para comer na casa de parentes.

Passadas três semanas desse primeiro encontro, João foi internado na pediatria do hospital muito edemaciado e com alterações nas taxas renais. Apresentou uma séria dificuldade de coagulação sanguínea e foi proibido de realizar atividades que exigissem movimentar muito o corpo para evitar que se machucasse. No entanto, João corria e pulava pela enfermaria, mesmo sendo repreendido por alguns profissionais. A equipe do setor passou a ficar intrigada, chegando a sugerir negligência materna. Não compreendiam a falta de atitude da mãe uma vez que lhe eram oferecidas todas as orientações para garantir o bem-estar de seu filho. Muitas vezes, as intervenções da mãe eram na forma de ameaça, dizendo ao filho que ela poderia abandoná-lo, como sua própria mãe fez com ela na infância. Essa fala não se refere à prisão da avó de João, mas a um momento anterior em que não teria cuidado da filha com asma.

Na internação, João continuava a reivindicar uma alimentação diferente da prescrita e fazia tentativas diárias de modificar seu plano alimentar. Certa vez, a mãe levou escondido para o hospital uma refeição que continha alimentos contraindicados na dieta. A criança comeu e, no dia seguinte, contou à equipe, em tom de denúncia, denuncia que incluía a si mesmo e a mãe. Neste fato fica evidente que tanto a mãe quanto a criança estavam bem informados sobre os procedimentos necessários para a manutenção da saúde e, em última instância, da própria vida do menino, mas essa

informação não era suficiente para impedi-los de descumprir a norma. O que poderia levar a tão arriscada atitude? A equipe de profissionais não conseguia compreender o gesto da mãe. E não se prestava atenção ao ato do próprio menino que, afinal, tinha comido, apesar de ser bastante esclarecido sobre sua doença, em certos momentos demonstrando até saber mais a respeito que sua mãe.

O discurso científico no qual se inclui o saber dominante sobre a saúde pode ser aproximado daquele no qual, segundo Lacan (1998/1957), toma-se o saber como verdade, isto é, estreita-se ao máximo a fenda que separa esses dois termos. Mesmo que as políticas de humanização da saúde proponham afrouxar a hegemonia de um saber sobre o sujeito, tentando abrir a frincha que permita ao próprio sujeito construir um saber, ainda se trata de uma certeza hegemônica: o sujeito deveria sempre buscar elaborar ou acatar os saberes que promovem seu bem-estar. O termo “protagonismo” se refere ao sujeito do imperativo cartesiano da racionalidade.

Será de interesse para o desenvolvimento que aqui se propõe retomar brevemente o recorte realizado por Lacan quanto ao que seria a relação do sujeito com o saber. Lacan retoma Hegel, filósofo para quem a verdade está em constante reabsorção daquilo que ela traz de perturbador, pois a verdade é, em si mesma, o que falta à realização do saber, isto é, o saber é posto em funcionamento para que se atinja a verdade. Desse modo, toda vez que o saber age, demonstra que algo, a verdade, está em falta.

A verdade não é outra coisa senão o que o saber só pode aprender que sabe ao pôr em ação sua ignorância. Crise real em que o imaginário se resolve, para empregarmos nossas categorias, por engendrar uma nova forma simbólica. Essa dialética é convergente e chega à conjuntura definida como saber absoluto. Tal como é deduzida, ela só pode ser a conjunção do simbólico com um real do qual nada mais há a esperar. Que é isso, se não um sujeito consumado em sua identidade consigo mesmo? (...) o ser de si consciente, todo-consciente. (LACAN, 1998/1957, p. 812).

Desde Freud, como nos faz recordar Lacan, o que demonstra a psicanálise é que a consciência é um “traço caduco” e que o “eu”, de quem se espera o protagonismo, não tem possibilidade de unificar seu enunciado a nenhuma enunciação. O sujeito hegeliano sabe o que quer, pois toma consciência de si, passa a saber de si através do desejo que inicialmente reconhece no outro. Cabe assim ao desejo a responsabilidade de ligar o sujeito ao conhecimento para que a realização do saber

se articule como verdade. “A astúcia da razão significa que o sujeito, desde a origem e até o fim, sabe o que quer” (LACAN, 1998/1957, p.817).

A dialética do desejo em psicanálise se distingue da relação do sujeito com o saber. Freud reinstaura a fenda entre verdade e saber e, em Lacan, o desejo aparece articulado ao desejo do Outro, o tesouro dos significantes, que é incognoscível pelo sujeito. Dessa forma, o desejo pode ser diferente e até oposto ao que se quer e ao que se sabe conscientemente. Sendo o próprio corpo investido pelo significante, constrói-se uma continuidade entre o desejo inconsciente e o corpo que o encena, o que distingue o corpo da função orgânica. O desejo não obedece ao orgânico nem se relaciona necessariamente com ele. O inconsciente, aliás, segundo Lacan, implica muito pouco na fisiologia. Prova disso é que a contribuição da psicanálise à fisiologia é nula.

Quando se trata de sintomas psíquicos, a que podemos nomear neuróticos, considera-se que eles são uma resposta, uma defesa do sujeito em relação ao desejo do Outro. Já as manifestações da sintomatologia orgânica exigem uma leitura para que daí possa advir um sujeito. Nesse sentido, entendemos o hospital geral como um lugar privilegiado para que esse trabalho ocorra. Mas é preciso, para isso, atender a determinadas condições como o fato de que o sujeito precisa atribuir a sua doença orgânica o estatuto de uma questão no sentido subjetivo.

Para Patrick Valas (2004), as patologias orgânicas produzem quase sempre uma ressonância subjetiva, passível de ser escutada no discurso dos pacientes, pois não necessariamente o sujeito perderá suas referências simbólicas em função da doença, mas alerta que não se deve esperar encontrar aí alguma espécie de poder absoluto na palavra. Tal afirmação remete à importância do intervalo que deve ser considerado entre as profissões nas ações multiprofissionais, como ressaltado anteriormente. A escuta do sujeito do inconsciente não tem por proposta curar as afecções orgânicas. Outras experiências, ao contrário, indicam que o encontro com uma doença orgânica grave pode fazer com que o sujeito tenha dificuldade para encontrar recursos simbólicos capazes de fazer borda a esse real invasivo. No caso apresentado, o fato de o paciente e sua mãe burlarem a dieta e as demais recomendações parece indicar que como resposta à intrusão da doença surge a vacilação do desejo da mãe em relação ao filho e a própria vacilação do desejo de

João em relação à vida e à morte, sua tentativa de se inscrever no desejo do Outro.

Um dia, após sair do procedimento de diálise, João teve uma séria intercorrência pulmonar e foi encaminhado ao setor de pediatria onde necessitou de aparelhos para manter seus sinais vitais e correu grande risco de morte. Após este episódio, sua mãe disse ter sentido a gravidade do estado de saúde do filho assim como o padrasto, que passou também a ser responsável pelo tratamento.

João foi escutado logo assim que seu estado de saúde se estabilizou e foram retirados os aparelhos. Ele disse enfaticamente: “eu não quero morrer”. Parece ter podido significar de modo diferente seu lugar diante da doença. Passou a dizer que estava cansado do hospital e que não queria mais ficar trancado. Manifestou vontade de melhorar para não correr o risco de voltar para os aparelhos. Falava cada vez mais sobre a sua casa e a rotina familiar, traçando planos para sua vida após a alta e o tratamento domiciliar, que já seria providenciado caso ele continuasse se recuperando bem.

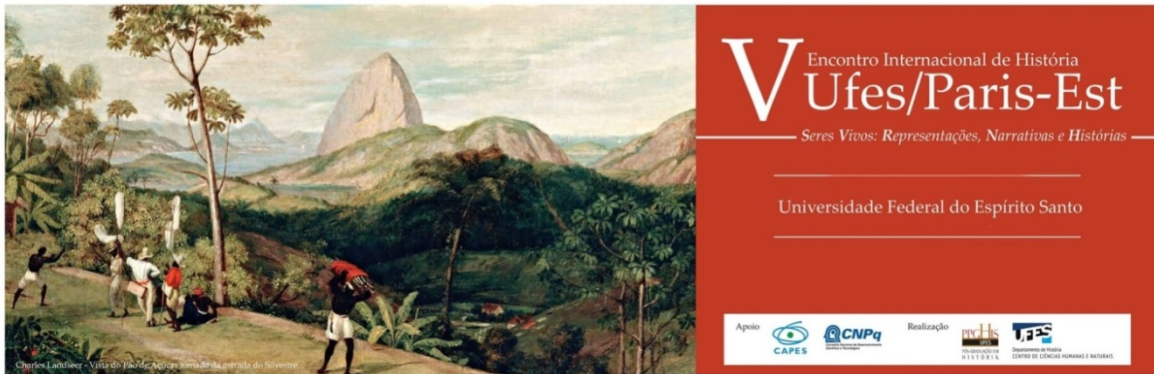
Parece-nos que no caso de João, foi a proximidade real da morte que precipitou o início de uma construção diferente da anterior. O menino pôde, então, retomar suas outras atividades, como a escola e o contato com os amigos. Surgiu também a possibilidade de nomear o amor pelo irmão e pelo padrasto, anteriormente ofuscado. Apesar da gravidade de seu quadro, deixou de ser apenas o paciente renal crônico e não só ele, mas sua família puderam incluir a doença e sua pesada rotina, como uma parte difícil, porém uma parte e não o todo da história.

Referências:

Clínica Ampliada e Compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização, de Atenção e Gestão do SUS – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: **Escritos**, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VALAS, Patrick. Um fetiche para os ignorantes: a psicossomática. In: **O corpo do Outro e a criança**. Revista da Escola Letra Freudiana no. 33. Rio de Janeiro, 2004, 113-126 p.



INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I: O DISCURSO DO JUIZ DO POVO²⁰⁷

Ana Lúcia de S. Abenassiff
Graduada em Letras - UFES

RESUMO: Este trabalho pretende analisar, a partir da *Teoria do Poder Simbólico* de Bourdieu, o discurso intitulado *Oração Gratulatória, que recita o muito Honrado Juiz do Povo na Casa dos Vinte-Quatro*, que está inserido no documento denominado *Narração dos Aplausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicíssima inauguração da Estátua Equestre, onde também se expõem as alegorias dos carros, figuras e tudo mais concernente as ditas Festas*. A fonte investigada faz parte do cerimonial da inauguração da Estátua Equestre de D. José I, ocorrida em Lisboa no ano de 1775, descrevendo todas as etapas envolvidas na comemoração oficial que marcou tal evento. A inauguração desta que foi a primeira estátua equestre erigida em Portugal, marcou a apoteose do Regime Pombalino, sendo considerada como símbolo da reconstrução de Lisboa, em face ao grande terremoto de 1755. O monumento, tanto quanto a solenidade, homenageavam simultaneamente o monarca D. José I e seu principal ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Palavras-chave: Poder Simbólico; Inauguração da Estátua Equestre de D. José I; Marquês de Pombal.

Abstract: This paper aims to analyze, from the Theory of Symbolic Power of Bourdieu, the speech entitled Prayer *Gratulatória*, which quotes the very Honorable Judge of the People in the House of Twenty-Four, which is written in the document called *Narração dos Aplausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicíssima inauguração da Estátua Equestre, onde também se expõem as*

²⁰⁷ Formada em Letras. Aluna de Iniciação Científica do curso de História da UFES. Orientanda da Prof^ª. Dra. Patrícia Merlo. Este artigo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa A apoteose do Regime Pombalino: os festejos de inauguração da Estátua Equestre de D. José I na cidade de Lisboa em seis de junho de 1775.

allegorias dos carros, figuras e tudo mais concernente as ditas Festas. The source analyzed part of the ceremonial opening of the Equestrian Statue of King José I, held in Lisbon in 1775, describing all the steps involved in the official celebration marking this event. The inauguration of this it was the first equestrian statue constructed in Portugal, marked the apotheosis of Pombal regime, being considered as a symbol of reconstruction of Lisbon, in view of the great earthquake of 1755. The monument, as the solemnity simultaneously honored the monarch D. José I and his prime minister, Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal.

Keywords: Symbolic Power; Opening of the Equestrian Statue of King José I; Marquis of Pombal.

Introdução

A Europa viveu, entre o final do século XVII e a metade do século XVIII, um fenômeno intelectual conhecido como Iluminismo. Tratava-se de um movimento crítico do absolutismo, da sociedade estamental, dos privilégios dados ao clero e à nobreza. Contudo, o iluminismo constituiu-se heterogêneo em sua formação, o que lhe possibilitou manifestar-se em diferentes matizes, conforme as regiões da Europa, seus ritmos e demandas. Sendo assim, a Ilustração, enquanto movimento amplo, desenvolveu-se influenciada pelas realidades históricas de cada território, o que configurou a existência de “ilustrações”²⁰⁸.

Nesse contexto, Portugal promoveu transformações que caminharam em sintonia com sua cultura religiosa e suas tradições históricas. No entanto, apesar de, desde a primeira metade do século XVIII, a nação lusa já vivenciar experiências ilustradas, considera-se que o período áureo corresponde ao mandato de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Influenciado pelas ideias iluministas, o ministro de D. José I (1750-1777), promoveu modificações significativas, tais como: a expulsão e execução de jesuítas, as reformas educacionais juntamente com a laicização escolar e o desenvolvimento da Universidade de Coimbra²⁰⁹. Sua ascensão política esteve diretamente ligada ao Grande Sismo, terremoto que atingiu a cidade de Lisboa em 1º de novembro de 1755, e ao processo de reconstrução urbana que resultou na centralização do poder nas mãos do ministro.

²⁰⁸ MERLO, Patrícia M. S. A Obra de Luis Antônio Verney: Aspectos da Ilustração Portuguesa. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). Memórias, traumas e rupturas. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 2-3.

²⁰⁹ Cf. MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Devemos ainda salientar que os esforços de reconstrução não ficaram apenas no campo intelectual, se estenderam à arquitetura com um projeto arrojado para a nova cidade, na economia com o estímulo das indústrias nacionais e as políticas liberais, enfim, promoveu a reformulação do aparelho administrativo, militar e financeiro.²¹⁰ O ponto alto desse processo foi a construção da Estátua Equestre de D. José I inaugurada em 6 de junho de 1775.

O Grande Sismo: o terremoto de 1755

Portugal apresenta uma história riquíssima, repleta de episódios que marcaram sua trajetória. E uma vez que nos propomos a estudá-la, há certa dificuldade em elencar fatos que teriam um maior ou menor peso. Entretanto, no que se refere à Idade Moderna, não hesitaríamos em eleger, mesmo em se tratando de uma catástrofe, o terremoto de 1755 como um dos grandes marcos dentro da Modernidade Ibérica.

Não faríamos essa escolha levando em conta a destruição que essa hecatombe trouxe, mas a faríamos, e por incrível que pareça, pela renovação que esse marco proporcionou. Posto que Portugal, diante de tal adversidade, conseguiu se reconstruir, se reinventar e abrir suas portas para o novo. O pesquisador e professor da PUC, Clovis Ultramari, corrobora com esse pensamento, pois em seu artigo afirma que *o Grande Terremoto serviria para testar a validade de se considerar a liberdade, não como uma capacidade de se dizer “não” a algo que não se gosta, mas de se dizer “sim” a adversidades, submetendo-nos estoica e inelutavelmente a elas.*²¹¹

O fato foi que no dia 1º de novembro de 1755, em torno das nove horas da manhã, enquanto grande parte da população estava nas igrejas, devido ao feriado de Todos os Santos, a cidade de Lisboa foi atingida por um dos terremotos mais violentos da Europa até então. Porém, no momento em que muitos sobreviventes fugiram para a zona portuária, esses foram expostos ao surpreendente recuo das águas. Então, se deu a segunda parte da catástrofe, com um gigantesco maremoto de ondas de dez a vinte metros. E como infelizmente esse trágico episódio teria ainda uma terceira parte, houve um grande incêndio, iniciado pelo fogo das casas e pelas velas que

²¹⁰ Cf. TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, Edusc, 2000, p.58.

²¹¹ ULTRAMARI, Clovis. Um acidente e duas perspectivas analíticas: o Grande Terremoto de Lisboa e os estudos de Edward Paice e de Rui Tavares. EURE, Santiago, v. 39, 2013, p. 270.

iluminavam as igrejas. Por conta da rapidez com que o fogo se alastrou e, por isso, o incêndio não pôde ser contido, Lisboa ardeu durante cinco dias. Os números de mortos em Lisboa estão entre 10.000 e 30.000, mas houve mortos também em outras regiões como o Algarve, o noroeste da África e o sudoeste da Espanha.

Em suma, *o assim denominado Grande Terremoto de Lisboa é, na realidade, uma tripla adversidade casual composta da sucessão temporal de terremotos, ondas gigantes e incêndios*²¹². Uma destruição sem precedentes que se abateu sobre Portugal. Não obstante, o que parecia ser o fim se transformou em um recomeço, em renovação. E para se reconstruir, física e politicamente, a nação portuguesa contou com um homem que foi o sujeito fundamental na revigoração do Estado português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

O Monarca e o Ministro

Quando o Grande Terremoto de Lisboa aconteceu, Portugal era governado pelo rei D. José I, o Reformador. José Francisco António Inácio Norberto Agostinho de Bragança foi o vigésimo quinto rei de Portugal. Filho do rei D. João V com a rainha D. Maria Ana de Áustria, nasceu na cidade de Lisboa em 6 de junho de 1714, faleceu em Ajuda em 24 de fevereiro de 1777²¹³.

Dentre os fatos mais relevantes da trajetória desse monarca, temos o seu casamento com a princesa espanhola D. Mariana Vitória, filha de Filipe V e da rainha D. Isabel Farnésio, em que a cerimônia nupcial aconteceu em 19 de janeiro de 1729. E a sua ascensão ao trono português após a morte de seu pai, sendo aclamado em 7 de setembro de 1750.

D. José I governou o país por vinte e sete anos e foi denominado de o Reformador em virtude das reformas que empreendeu durante o seu reinado. E todas essas reformas ocorreram, principalmente, porque o grau de destruição causado pelo terremoto foi colossal. De acordo com o professor de História, Carlos Jaca, *todos os cálculos vindos a lume avançam números incontroláveis, mas cuja importância*

²¹² ULTRAMARI, p. 269-270.

²¹³ AMARAL, Manuel. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III. Edição Eletrônica 2000-2012, p. 1065-1066. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/jose1.html>

*significa bem o prejuízo que a fazenda nacional e privada sofreu*²¹⁴. E que ainda, se não bastasse, o país, já empobrecido pelo estado da sua agricultura, do seu comércio e duma indústria inexistente, a ruína da capital em que se encontravam as suas forças, com dez por cento da população, foi calamitosa²¹⁵.

A conjuntura, na qual Portugal se encontrava, era de caos, e antes mesmo do Grande Sismo, o rei recém-aclamado já tinha problemas pendentes das gestões anteriores, mas D. José I não esmoreceu. E recorrendo novamente ao Professor Carlos Jaca, observamos que diante de tal infortúnio, o rei buscou pessoas qualificadas para auxiliá-lo, por isso reconheceu o elevado valor de Sebastião José de Carvalho e Melo, pela forma como se houvera em Londres e em Viena de Áustria, quando ali estivera como embaixador durante o reinado de seu pai, [...] chamou-o para seu lado como primeiro ministro, entregando-lhe com a máxima confiança a administração do reino²¹⁶.

Sebastião José Carvalho e Melo, filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e Tereza Luiza de Mendonça e Mello, ficou conhecido, posteriormente como Marquês de Pombal. Esse homem incrível, detentor de um poder de organização enérgico, nasceu em Lisboa no dia 13 de maio de 1699, foi um político português e pelo que nos aponta a historiografia, o verdadeiro dirigente de Portugal durante o reinado de José I. De acordo com sua biografia, estudou na universidade de Coimbra. Em 1738, foi nomeado embaixador em Londres e, cinco anos mais tarde, embaixador de Viena, cargo que ocupou até o ano de 1748.

O fato foi que o terremoto, tanto para o reino português quanto para Sebastião José de Carvalho e Melo, foi decisivo, pois o então Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ascendeu, sendo nomeado em 5 de Maio de 1756, a Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Seria, ainda, o futuro Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769), para o poder praticamente absoluto que iria conservar durante mais vinte e dois anos, até à morte do Rei, em 1777²¹⁷.

A ascensão política do Marquês de Pombal, como já mencionado anteriormente,

²¹⁴ JACA, Carlos. Terremoto de 1755. Diário do Minho, Lisboa, 2004, p. 05. Disponível em: <http://www.esas.pt/jaca/docs/TERRAMOTO%20DE%201755%201PARTE.pdf>

²¹⁵ JACA, p. 05.

²¹⁶ JACA, 06.

²¹⁷ JACA, 07.

esteve diretamente ligada ao Grande Sismo, terremoto que atingiu a cidade de Lisboa em primeiro de novembro de 1755 e ao processo de reconstrução urbana que resultou na centralização de poder nas mãos do ministro.

Os esforços de reconstrução não ficaram apenas no campo intelectual, se estenderam à arquitetura com um projeto arrojado para a nova cidade, à economia com o estímulo das indústrias nacionais e às políticas liberais. Enfim, promoveu a reformulação do aparelho administrativo, militar e financeiro²¹⁸.

Sobre o Contexto, a Fonte e a Metodologia

A construção da Estátua Equestre de D. José I, inaugurada em seis de junho de 1775, envolveu diretamente toda a boa sociedade portuguesa e as instâncias de representação de poder. A Câmara Municipal de Lisboa, a Junta do Comércio e a Casa dos Vinte e Quatro²¹⁹ ficaram responsáveis pela realização do evento que buscou homenagear D. José I pela obra de reconstrução da cidade.

A Casa dos Vinte e Quatro funcionava como uma assembleia municipal com poder deliberativo. Fundada em Lisboa, em 1383, era o lugar em que as medidas municipais deveriam ser votadas e aprovadas por maioria, para então serem executadas. Sua estrutura era composta por dois representantes de cada uma dos 12 grêmios ou corporações de ofícios da cidade (conhecidas por "bandeiras"), os quais eram coletivamente conhecidos pelos "Vinte e Quatro". Cada bandeira era designada pelo respectivo santo padroeiro e incluía um ofício de cabeça, bem como outros ofícios anexos.

Os festejos do 61º aniversário do rei, que culminaram com a inauguração da estátua equestre, foram cuidadosamente preparados sob a supervisão do Marquês de Pombal que, desde 1756, ocupava o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Além das autoridades civis, militares e religiosas da cidade de Lisboa e

²¹⁸ Cf. TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, Edusc, 2000.

²¹⁹ Segundo Martins, tem sua gênese nas guildas medievais, que com o tempo acabou ganhando reconhecimento, e assim, passou a atuar junto aos poderes locais e nas cidades, revestindo-se com o tempo de funções municipais importantes em algumas regiões da Europa. De fato, se transformando nas corporações de ofício. MARTINS, Mônica de Souza Nunes, Entre a Cruz e o Capital: Mestres, Aprendizes e Corporações de Ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p.24. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057043.pdf> acesso em: 10 Abr. 2015.

arredores, comerciantes e artesãos também estiveram envolvidos nos preparativos do evento²²⁰.

As festividades duraram três dias. A Câmara Municipal de Lisboa, a Junta do Comércio e a Casa dos Vinte e Quatro ficaram responsáveis pela realização de diferentes etapas: baile, queima de fogos de artifício, encenação teatral, espetáculos musicais, jantares, desfile de carros alegóricos.

Nossa fonte primária é um documento manuscrito de 1775 intitulado **Narração dos Applausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicissima inauguração da Estatua Equestre, onde tambem se expõem as allegorias dos carros, figuras e tudo mais concernente as ditas Festas**, que está disponível para consulta digital na Biblioteca Nacional de Lisboa. Graças a essa fonte foi possível conhecer as etapas que marcaram o acontecimento.

Vejamos, em linhas gerais, algumas informações recolhidas. O evento se dividi em sete partes, na saber: a primeira parte, *Exposição dos Carros, suas Figuras e Allegorias*, a segunda parte inclui a *Regulação das Danças e a Descrição da Ordem*, a terceira parte, *Festim*, a quarta parte, *Na Felicissima na Inauguração da Estatua Equestre de Elrey Nosso Senhor Dom José I*, a quinta parte, *Sonetos em Applausos a' Memoria D'elrey Nosso Senhor no dia em que a nação agradecida lhe levantou huma Estatua Equestre*, a sexta parte, *Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Marquez de Pombal, Conde de Oyeras, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno*, e a sétima parte, *Ao Senhor Bartholomeu da Costa, Brigadeiro da Artilheria*.

Para as finalidades da pesquisa ora em tela, iremos nos ater à terceira parte intitulada *Festim*, onde se encontra o discurso: *Oração Gratulatoria pela Inauguração do Regio Monumento*, do Juiz do Povo²²¹, que ocorreu na Casa dos Vinte-Quatro.

²²⁰ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Alguns princípios da política e da administração do reinado de D. José I (1750-1777). Textos da 26ª Reunião da SBPH. Porto Alegre: SBPH, 2006, p. 01-15. Disponível em: <<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Antonio%20Cesar%20Almeida%20Santos.pdf>>

²²¹ De acordo com Martins, *o Juiz do Povo era o presidente da Casa do vinte e quatro e eleito no Senado da Câmara, não tendo o seu cargo vínculo por nomeação ou hereditariedade. Era escolhido por representação das vinte e quatro guildas que constituíam a Casa, tendo acesso direto à Coroa, da mesma forma que os ministros do reino. Tornou-se importante articulador e representante político dos ofícios mecânicos e dos interesses das corporações de artesãos, tendo tido papel de destaque*

O *Festim*, a terceira parte do documento, apresenta o roteiro da festa que ocorreu na noite do dia 6 de junho de 1775, às 20 horas, incluindo as sonatas e as aclamações. Nela se insere, como já mencionamos, a *Oração Gratulatória pela Inauguração do Regio Monumento*, discurso do Juiz do Povo que ocorreu na Casa dos Vinte-Quatro. Ademais, contém o *Hymno* (hino) para ser cantado após o discurso, juntamente com a *Ode* (composição poética em honra) e o *Soneto* (poema) para serem proferidos em sequência. Temos ainda, os *Epigrammas* (poesias curtas), as *Decimas* (poesias com dez versos) e vários outros *Sonetos* lidos por vinte e dois deputados. Trata-se, portanto, de um roteiro a ser seguido no evento.

Para a análise do conteúdo da fonte, partimos das assertivas teóricas de Pierre Bourdieu, que assevera que nenhum tipo de ação simbólica é centrado em si, uma vez que as construções simbólicas estão fortemente ligadas com a correlação de forças existente no ambiente social no qual estão inseridas.²²² Sendo assim, a cultura simbólica somente existe efetivamente sob a forma de um conjunto de significantes/significados de onde provém todo seu potencial de representação da realidade. Trata-se de uma realidade simbólica onde se busca a naturalização da produção simbólica direcionada para a manutenção da organização política da sociedade que a produziu:

Assim como não existem puras relações de força, também não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação. Para além das representações que os agentes incorporam, capazes de propiciar justificativas simbólicas para a posição que ocupam, o observador deve reconstruir o sistema completo das relações simbólicas e não – simbólicas, ou seja, as condições de existência material e a hierarquia social daí resultante (BOURDIEU, 2007. p. 76)

Partindo dessa premissa, verificamos que o elemento social estruturador de todo tipo de construção simbólica são as relações sociais que lhe atribuem sentido. Portanto, a análise de um determinado sistema simbólico necessita que se considere o aspecto não simbólico existente no enquadramento social no qual se desenvolveu determinada simbolização. Pois, somente a partir da relação entre o

em momentos políticos importantes do país e opinando sobre assuntos de interesse econômico, especialmente em âmbito regional (MARTINS, 2007, p. 30)

²²² OLIVEIRA, Rodrigo P. A representação de si através do culto à memória de outrem: a inauguração do monumento em homenagem a Manoel Luís Osório nos últimos dias do governo de Floriano Peixoto (1894). Rio de Janeiro: ANPUH, 2010, p. 1. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276653778_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh-.pdf acesso em: 20 de Abr. 2015.

social e o simbólico é possível compreender as causas que explicam a eficiência, ou não, de um sistema simbólico:

A eficácia de um sistema simbólico bem sucedido consiste na sua capacidade de ordenar o mundo natural e social através dos discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real das relações sociais (BOURDIEU, 2005. p. 87)

Segundo Bourdieu, o domínio de poder compreende no domínio ou controle, coordenação ou manipulação de entes, inclusive corpos, vontades, intencionalidades, interesses (objetivos e subjetivos). Pois quanto maior for a capacidade de mobilizar, controlar, coordenar ou manipular entes, tanto maior será o poder. E em ocasiões, quando todos parecem estar pacificados (no caso de um festejo), o poder simbólico exerce sua ação de inculcador e naturalizador de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade. Então, compete ao historiador decodificar o significado simbólico dessas manifestações comemorativas, representadas, na maioria das vezes, por meio dos rituais coletivos de culto ao passado²²³, que se dão de forma lógica diante dos conflitos políticos e sociais que engendram essas formulações simbólicas. É a partir dessa abordagem teórica que buscamos analisar as questões centrais dessa pesquisa.

O discurso: algumas interlocuções com a fonte

O discurso que abre os festejos da inauguração da Estátua Equestre de D. José I é proferido pelo Juiz do Povo, cargo máximo na Casa dos Vinte Quatro. Passaremos agora à análise de alguns fragmentos dessa fonte. A primeira coisa a ser destacada é a exaltação ao governo de por D. José I:

Chegou em fim, Honrados Companheiros, o faustissimo, e suspirado dia, em que podemos todos os fieis vassallos do nosso amabilissimo MONARCA desabafar os vivos sentimentos, que nos transportam. Tanto eram, e tão grandes os benefícios, que da liberal Mão do SOBERANO se tinha derramado sobre o seu Povo, que forçosamente exigiam da nossa parte, não hum agradecimento equivalente de si mesmo impossivel, mas ao menos huma lembrança perdurável, que testemunhasse á Posteridade a nossa Gratidão [...] ao melhor dos Principes (p.35 e 36).

Como é possível notar, destaca-se o reconhecimento e a gratidão ao rei, descrito como o melhor dos príncipes.

Para justificar a importância do reinado de D. José I, o segundo parágrafo apresenta

²²³ CATROGA, Fernando. A Memória, a História e a Historiografia. Lisboa: Quarteto, 2001.

um Portugal decadente, quase que esquecido de seus feitos gloriosos, uma nação com muitos problemas

Tinhamos diante dos olhos hum Reino, que elle achou decadente, exausto, e falto de tudo o que costuma argumentar os Póvos, subido pelas suas Providencias ao maior auge de gloria, e de felicidade: Aquelle antigo credito, e fama do nome Portuguez quasi extincto, outra vez respeitado pelo restabelecimento das Letras, e instauração da Universidade, pela protecção das Artes, pela disciplina, e luzimento das Armas, que a longa paz tinha sem razão deixado cubrir de pó, e de ferrugem (p.37).

Nesse contexto de abandono e caos descrito, assumi o generoso rei, cuja política elevou Portugal ao nível das nações mais civilizadas. Portugal faz-se novamente respeitado. Mas, para isso, foi preciso reconstruir o Reino após o terrível terremoto. Uma vez que a cidade ficou em ruínas. Porém, graças a ação de D. José I e seu Ministro, Pombal, a velha cidade de barro se transformou em suntuosos edifícios de mármore:

Estes, e outros muitos eram os benefícios geralmente espalhados sobre o Reino todo. Porém quantos mais não foram os que recebo a nossa Lisboa? Apenas a lamentavamos sepultada entre montões de ruínas a impulsos d'hum dos mais horribéis Fenomenos, quando em lugar de huma Cidade de barro, despojo do furor dos Elementos, vimos de repente levantar-se outra fabricada de mármore, cheia desumptuosos edificios, composta de formosíssimas, e bem rasgadas Ruas, vistosas Praças, e soberbos Templos.²²⁴O novo Plano de administração, e arrecadação da Fazenda, e Patrimonio Real comettido a hum Ministro de conhecido zelo, e patrióticas Virtudes, e a Sogeitos de incorrupta fidelidade (p.37).

Logo no início do parágrafo seguinte, podemos observar a referência à Corte anterior a de D. José I. [...] *sordidos interesses dos monopolistas*, fazendo menção crítica aos privilégios concedidos tanto para determinadas famílias quanto aos ingleses que também recebiam mercês no período da gestão anterior. Para, em seguida tecer elogios ao projeto arquitetônico moderno executado após o terremoto:

A Creação do Censorio Tribunal, erigido para desterrar as trevas da ignorância, e illudir invectivas da superstição. Hum amplíssimo Celleiro destinado a manter nesta cidade a abundancia contra os sordidos interesses dos monopolistas. Mas para que He fatigar as vossas atenções? Que lugar há aqui para que encaminhem os passos, para onde voltemos os olhos, que não nos offereçam monumentos da Piedade, do Affeto, do Cuidado, e da vigilancia do nosso AUGUSTISSIMO REY? Assás testemunham a frequencia dos Passeios, e públicos Espetaculos; a nobre Architectura de perenes Fontes, a bem regulada Policia, que nos assegura de nocturnos insultos, e suffoca a voracidade dos incêndios; a ampla, e magnifica Doação, com que o Hospital Geral já não fica sendo o ultimo, e mais calamitoso refugio das miserias humanas; porém hum asilo cómodo, e digno da mais util, e necessaria porção do Estado (p.38).

²²⁴ Referência ao Terremoto de Lisboa que ocorreu no dia 1º de novembro de 1755.

Como é possível notar, em meio aos elogios a reconstrução de Lisboa, subjaz o foco na eficiência dos trabalhos prestados pela administração pombalina. De maneira casual, percebemos o reforço do poder simbólico embutido nas entrelinhas, dado que são citadas repetidamente o que foi feito no governo do Marquês de Pombal, isso, reforçando a ideia de uma gestão ímpar por parte do rei e de seu ministro. Podemos assim, à luz do que ensina Bourdier, perceber a ação inoculadora e naturalizadora de realidades simbólicas artificiais, tendenciosas e dotadas de historicidade, como parte efetiva do discurso que marca o evento em análise.

Nesse sentido, destacamos mais um trecho em que é possível notar a inversão do elogio, que passa do enaltecimento ao rei para o enaltecimento ao Ministro, responsável por toda a administração do Império:

[...] e da Luz superior, que a Providência infunde naquelles, a quem confia o governo dos Povos, achou na Pessoa Illustrissimo, e Excellentissimo MARQUEZ DE POMBAL hum Coração amoldado ao seu Regio Espirito, e cheio de hum ardente amor á Patria, pela qual não tem poupado diligencia alguma para elevalla ao cume de prosperidades que admiramos. Nem pôde duvidar-se, que todas as que possuímos se derivam do completo conhecimento, que o SOBERANO teve dos raros talentos daquelle in comparavel Ministro, que já mais deixou de dar glorioso remate a todas as difficeis, e arriscadas emprezas, que huma vez intentou, sem que o assombrassem ferozes monstros, e nem aquelles nefandos Individuos, cujas cabalas, e até então inexcrutaveis intrigas tinham por mais de dous Seculos posto grande parte do Orbe conhecido na mais dura, e mais infame escravidão. Seguro elle, e apoiado na Vontade do Principe, que só desejava a perfeita felicidade do seu Reino, e sustentado pela constante Virtude, calcou intrepido, e triunfou de todos quase invencíveis obstaculos que o embaraçavam (p.39 e 40).

Por fim, o discurso se encerra fazendo um balanço sobre o tempo de espera para o agradecimento ao rei:

Não menos que a estreita obrigação, em que nos punham tão multiplicados favores recebidos por nós, e especialmente por esta Cidade, accusavam também o nosso silencio o exemplo do que outras Nações tinham obrado em todo o tempo com os seus Monarcas, e ainda com os seus Generaes, (que talvez só deram á Patria hum vão titulo de Conquistadora de huma Provincia comprado com innumeráveis thesouros, e rios de sangue dos Cidadãos, a quem com tudo se erigiram celebérrimos Padrões destinados a eternizar-lhes as suas memórias, depois de terem recebido honorificas aclamações, pomposos triunfos, e os mais lisonjeiros appellidos) e despertava por momentos em todos os fieis Vassallos hum ardentissimo desejo de não parecermos desconhecidos a quem punha todas as suas delicias em fazer-nos venturosos (p.40 e 41).

Como é possível perceber, mesmo tendo ciência de todos os feitos maravilhosos do rei para com o seu povo, não havia ainda ocorrido uma homenagem até a ocasião.

O discurso busca assim justificar e apresentar a explicação da comemoração ter demorado vinte anos para acontecer, apresentando a predileção por fazer os festejos em concomitância com o 61º aniversário do rei D. José I em 6 de junho de 1775.

Cabe aqui destacar que a razão real para tamanha demora em agradecer ao rei deveu-se muito mais ao fato da necessidade de se esperar todas as obras estarem concluídas, e inclusive a estátua para que a homenagem fosse feita. Além disso, a Praça do comércio, assim como a Estátua Equestre se inscrevem como um lugar de memória, a fim de eternizar os feitos do rei e de seu ministro.²²⁵ Nesse entendimento, para além do discurso, o poder simbólico se concretiza em um lugar real e central a geopolítica do Reino.

Também a Casa dos Vinte Quatro demarca seu papel simbólico e lugar de poder ao destacar por meio do discurso todo o empenho na construção da estátua feita de bronze e erguida sob um pedestal de mármore. Tal homenagem só foi possível graças ao financiamento do projeto, da construção e da cerimônia preparada em homenagem a D. José I. Congratulando assim o rei por tudo que ele fez em prol do reino.

Hoje pois que reverentes, e agradecidos tributamos ao nosso Bemfeitor, ao nosso Pai, e em fim ao nosso AUGUSTISSIMO SENHOR, e MONARCA o GRANDE JOSÉ I, hum ténue penhor de nossa gratidão, esculpido no rijo bronze, e nos duros mármores aquelle, que já, há muito gravado em nossos corações, nos incita a hum amor, e respeito filial, devo congratular-me, e congratular-vos de que se reservasse aos nossos dias a honra de ver levantar este perpétuo Monumento á sua Memoria (p.42).

É Interessante perceber que em toda fonte quando se faz referências a D. José I, o vocábulo é sempre escrito com letras maiúsculas. Essa mesma técnica é empregada quando aparecem pontos importantes a serem ressaltado durante o discurso.

Considerações Finais

Diante do que vimos, cabe fazer alusão ao historiador Marcos Antônio Lopes que abre seu capítulo *Fachadas Cênicas* em sua belíssima obra *O Imaginário da Realeza: cultura política do tempo do absolutismo*, citando o historiador alemão

²²⁵ Na base da Estátua equestre de D. José I há um busto, de tamanho considerável e colocado frontalmente, do Marquês de Pombal.

Ernst Kantorowicz a fim de salientar que

A linguagem mística, a menos que se escute no interior de seu próprio círculo mágico, de forma frequente parecerá pobre e até um pouco ridícula, e suas metáforas mais misteriosas ou imagens mais brilhantes podem, uma vez desprovida de auréolas iridescentes, parecer extravagante²²⁶.

Dessa forma, chama nossa atenção para revelar o quanto o poder do rei estimulava as representações públicas de muita ostentação. Visto que havia uma necessidade de produzir efeitos de grandeza e glória. Por isso, não só o monarca que ocupava o centro dessa representação, como também seus cortesãos, todos participavam da encenação.

No nosso caso, os cortesãos eram os políticos, mais precisamente, o político, o Marquês de Pombal, que buscava a autopromoção, que carecia de um majestoso reconhecimento por seus préstimos ao reino português. Já o nosso rei, Dom José I, o oposto do Rei Sol, não demonstrava fazer questão de tanta pompa. Recebeu as honras porque lhes eram de direito e não caberia a um ministro, mesmo que o mais dedicado e nobre, recebê-las em seu lugar.

A cerimônia de inauguração da Estátua Equestre de D. José I foi para além da homenagem a um monarca ou a seu ministro. Constituiu um tributo à nação portuguesa que após uma hecatombe conseguiu se reerguer, se reinventar, se superar enquanto país, povo, pátria. Que soube diante das inúmeras adversidades dizer sim, sem jamais ceder.

Referências

AMARAL, Manuel. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III. Edição Eletrônica 2000-2012, p. 1065-1066. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/jose1.html>

ANASTÁCIO, M. Vanda. O Terramoto de 1755: Marco da História Literária? In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). **O Terremoto de 1755: Impactos Históricos.**

²²⁶ LOPES, Marco Antonio. O Imaginário da Realeza: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012, p.15.

Livros Horizonte: Lisboa, 2007, p.363-367.

CATROGA, Fernando. **A Memória, a História e a Historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001.

JACA, Carlos. Terremoto de 1755. **Diário do Minho**, Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.esas.pt/jaca/docs/TERRAMOTO%20DE%201755%20PARTE.pdf> acesso em : 02 de Dez. de 2014.

JÚNIOR, João Feres. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.48, nº 3, 2005.

LOPES, Marco Antonio. **O Imaginário da Realeza: cultura política ao tempo do absolutismo**. Londrina: Eduel, 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

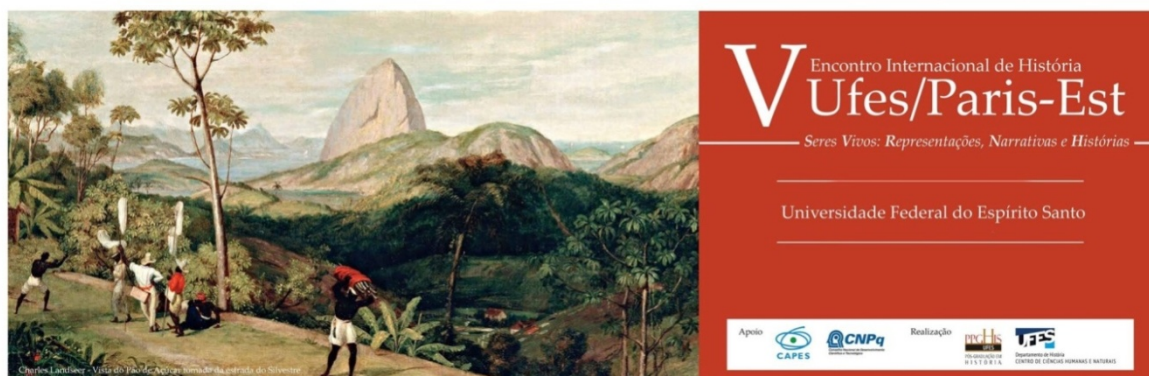
MERLO, Patrícia M. S. A Obra de Luis Antônio Verney: Aspectos da Ilustração Portuguesa. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 2-3.

OLIVEIRA, Rodrigo P. A representação de si através do culto à memória de outrem: a inauguração do monumento em homenagem a Manoel Luís Osório nos últimos dias do governo de Floriano Peixoto (1894). Rio de Janeiro: ANPUH, 2010, p. 1. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276653778_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh-.pdf acesso em: 20 de Abr. 2015.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Alguns princípios da política e da administração do reinado de D. José I (1750-1777). Textos da 26ª Reunião da SBPH. Porto Alegre: SBPH, 2006, p. 01-15. Disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Antonio%20Cesar%20Almeida%20Santos.pdf> acesso em: 20 de Nov. de 2014.

TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: Edusc, 2000.

ULTRAMARI, Clovis. Um acidente e duas perspectivas analíticas: o Grande Terremoto de Lisboa e os estudos de Edward Paice e de Rui Tavares. **EURE**, Santiago, v. 39, p. 269-276, 2013.



A IMPORTÂNCIA DOS BISPOS NA CRISTIANIZAÇÃO DA ISLÂNDIA MEDIEVAL.

André Araújo de Oliveira
Mestre pela UFMA

RESUMO:Essa comunicação tem como intuito apresentar o processo de cristianização da Islândia. A cristianização da ilha foi iniciada pela *allþing*, assembleia geral, de 999, em um processo de longa duração no qual o impulso inicial dado pelo rei Norueguês Óláfr Tryggvason abriu as portas para a atividade episcopal. A primeira sede episcopal islandesa foi implementada em 1056 em Shálholt pelo bispo Ísleifur Gissurarson, essa sede abriria espaço para um papel mais presente do clero na sociedade islandesa, ainda seguidora da religiosidade pré-cristã escandinava. A análise da importância dos bispos islandeses na cristianização se dará por meio da análise de uma das *Byskupasögur*, saga dos bispos, a *Jóns Saga helga*, a saga do santo Jón. Essa saga narra a vida de Jón Ögmundsson (1052 – 1121), o primeiro bispo da diocese de Hólar na Islândia. A documentação analisada servirá para a proposta da comunicação de exemplificação no papel clerical o projeto cristianizador, onde a religiosidade pré-cristã é retirada da vida cotidiana e substituída pela constante presença da Igreja.

Palavras-chave: Cristianização; Escandinávia Medieval; Sagas Islandesas; Sagas dos Bispos.

ABSTRACT:This communication has the intention to present the development of the Christianization of Iceland the Christianization of the island was initiated by *allþing*, general assembly of 999, on a long-term process in which the initial impetus given by King Norwegian Óláfr Tryggvason opened the door to the episcopal activity. The first Icelandic episcopal see was implemented in 1056 by the bishop in Shálholt, Ísleifur Gissurarson, that seat would open up space for a more present role of the clergy in Icelandic society, still following the Scandinavian pre-Christian religion. Analysis of the importance of Christianization in Icelandic bishops will be through the analysis of one of *Byskupasögur*, bishop's saga, the *Jons Saga Helga*, the saga of saint Jón. This saga chronicles the life of Jón Ögmundsson (1052 - 1121), the first bishop of the diocese of Hólar in Iceland. The analyzed documentation will serve to

the proposition of the communication of exemplification of the clerical role in the christianization project, where the pre-christian religion is drawn from everyday life and replaced by the Church.

Keyword: Christianization; MedievalScandinavia; Icelandicsagas; Bishop's saga.

Para a produção da presente comunicação sobre Idade Média a primeira coisa que se deve marcar seria a Idade Média. A historiografia atual se afasta da divisão linear cronológica ainda em voga no senso comum, para se aproximar de uma percepção deste período como contexto onde ocorre um processo pluridimensional que faz por vezes compreendê-la como inexistente. A construção de um período milenar, que se delimita da desestruturação do Império Romano até a descoberta da América, veio como medida pedagógica para produzir um sentimento de unidade a um período profundamente misto (AMALVI, 2006). Dentro da Idade Média existe a **Era Viking**²²⁷ tradicionalmente aponta-se o início da **Era Viking** no ano de 793, ano em que o mosteiro de Lindisfarne foi atacado, e seu fim no ano de 1066 com uma batalha de Hastings em que Haroldo III Sigurdsson foi derrotado pelo rei inglês (BOYER, 2004).

Assim como a própria Idade Média, a “Era Viking” é igualmente complexa e cheia de minúcias. Os “vikings”²²⁸ são fundamentalmente os habitantes da Escandinávia, como os habitantes das regiões atuais da Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia, Islândia e Groelândia. Estes habilidosos navegadores cruzaram o Atlântico, com seus barcos longos e finos, apropriados para atracar em qualquer praia arenosa (DURHAM, 2002). Esses barcos únicos na sua época foram uma ferramenta de locomoção que fizeram os “homens do Norte” serem conhecidos pelas suas habilidades de saque, comércio e transporte. As relações comerciais chegaram a terras mais distantes como Bizâncio e o Oriente Médio.

Para se compreender como ocorreu a conversão da Islândia é importante compreender como ocorreu a conversão da Noruega. A *Heimskringla* explica que a dinastia “viking” da Noruega começou com a centralização do poder por Haroldo I

²²⁷ A “Era Viking” foi uma construção posterior, sendo que os escandinavos não sabiam que estavam na “Era Viking”, sendo este um período construído pela historiografia. Sendo esse termo muito utilizado pelos documentários históricos atuais devido à popularidade do tema vem adquirindo nos últimos anos (LANGER, 2005).

²²⁸ A discussão historiográfica sobre a utilização dos termos Vikings ou escandinavos foi realizado por Régis Boyer (2004). Islândia, Noruega, Suécia e Dinamarca são etnias distintas com ideias distintas, possuindo uma “uniformidade” no seu idioma.

em 885. Nessa mesma época alguns noruegueses saíam do continente para colonizar a ilha que futuramente seria conhecida como Islândia²²⁹. A autoridade do Haroldo era muito forte nas regiões ao sul, contudo ao norte existia a região de Lade, que não se subjugaria facilmente. Perto do fim de sua vida, Haroldo tinha vários filhos e mulheres, mas abdicou do trono em favor do seu filho Érico I.

Érico I era filho de Haroldo com a rainha dinamarquesa, e governou a Noruega de 933 até 935, quando foi deposto pelo seu meio irmão Haakon I²³⁰. Haakon foi adotado e criado pelo rei inglês Athelstan para ser um cristão, e com este iniciou-se o apoio real ao cristianismo, convidando missionários, como o bispo inglês Sigefridus, e construindo igrejas. O seu apoio ao cristianismo acabaria levando a um conflito interno no qual os seguidores dos costumes religiosos pré-cristãos queimaram igrejas e assassinaram padres missionários. Por volta de 950 os filhos de Érico I se rebelaram com o apoio dinamarquês e tiraram Haakon do trono. Sua morte foi descrita por um poema escaldico, o *Hákonarmál* que é um poema em sua memória, no qual curiosamente Haakon vai para o Valhöll, uma forma de paraíso pré-cristão escandinavo, e não o paraíso cristão.

Haroldo Manto Cinzento, ou Haroldo II, era o filho mais velho de Érico I, e após derrotar seu tio reinou por 10 anos. Contudo, seu reino foi descrito nas sagas dos reis, *konungasögur*, como de colheitas e clima ruim, que foi justificado na documentação devido sua política rígida com o culto as divindades pré-cristãs. Finalmente ele foi morto por um complô entre o líder de Lade e o rei dinamarquês, Haroldo Dente-Azul. Com sua eventual morte, o poder Norueguês ficou dividido entre o reino Dinamarquês e Haakon Sigurðsson.

Com a morte de Haakon Sigurðsson em 995, a Noruega não teria mais nenhum rei que fosse pagão. Olavo Tryggvason²³¹, personagem desconhecido até o momento,

²²⁹ Estudos mais recentes como o de Lesley Abrams (2012) debate o conceito de diáspora para o período de expansão da sociedade escandinava, no qual se apresenta as movimentações e colonizações feitas durante esses séculos como um movimento de expansão em busca de novas rotas comerciais, assim como uma relação problemática com a sociedade hospedeira anterior. Na sua análise, Abrams afirma que o conceito de diáspora se aplica as movimentações escandinavas na chamada "Era Viking". (ABRAMS, 2012, p.38)

²³⁰ Haakon, o bom, foi o primeiro rei a tentar cristianizar a Noruega e marcou o exemplo, segundo a ótica de Sverre Bagge (2004), do que ocorreria na Noruega e Islândia. Uma cristianização tardia, por influência da Inglaterra, e a resistência dos seguidores da religiosidade pré-cristã a nova religião.

²³¹ Olavo Tryggvason, nasceu em 960, filho de Astrid, que logo após o nascimento de seu filho fugiu para a Estônia e Rússia, onde Olavo passou maior parte de sua infância na corte de Vladimir I. Na

retornou a Noruega em 995, aclamando sangue real, enfrentou Haakon, sendo vitorioso, em parte devido as revoltas que Haakon estava enfrentando em todo seu reino. Após tornar-se rei, focou todos os seus esforços para converter o reino ao cristianismo usando todos os meios a sua disposição, centralizando seu poder combatendo o Lade, destruindo templos, torturando e matando resistentes pagãos. Sendo que, o próprio Olavo I²³² é considerado um dos responsáveis pela conversão da Islândia, sua influência duraria até o ano 1000.

A Islândia é uma ilha dentro do Oceano Atlântico Norte com uma área de 103 mil quilômetros quadrados, que está 950 km de distância da Noruega. Ela possui um relevo acidentado com muitas montanhas e nascentes de águas quentes formando gêiser. Apesar de pequena a ilha possui uma grande quantidade de atividade vulcânica, totalizando 30 sistemas vulcânicos. As temperaturas no inverno chegam aos -3° C e no verão 8° C, fazendo um contraste entre o fogo dos vulcões e o frio constante uma das características marcantes.

A ilha se organizava politicamente em torno de assembleias locais chamadas de *Þing*²³³. Essas assembleias estavam sobre o domínio de chefes locais chamados de *goðar*²³⁴, que também eram responsáveis pelo culto aos deuses. Quando ocorriam disputas ou decisões importantes eram levadas para a assembleia geral, a chamada *Alþing*²³⁵, um exemplo, a decisão sobre o cristianismo crescente vindo como uma pressão de Olavo Tryggvason, rei da Noruega. (VÉISTEINSSON, 2000)

juventude e vida adulta entrou na carreira de Viking e é registrado seus ataques a Inglaterra em 991, posteriormente foi convertido para o cristianismo em 994. Em 995 retorna a Noruega e toma o trono de Haakon o grande. Ao se tornar soberano. Fundou a cidade de Trondheim como centro do poder real e depois forçosamente exerceu pressão para converter toda a Noruega, Ilhas do Norte e Islândia (HOLMAN, 2003).

²³² O primeiro rei missionário, chamado assim pela historiografia escandinavista. Recebeu essa alcunha em parte pelo seu fervor ao tentar converter a população ao cristianismo, usando, segundo SnorriSturluson, cronista e nobre, “meios drásticos”. O uso dessas práticas pouco singelas levou o avanço do cristianismo norueguês, que nessa época se concentrava no sudeste da região, para as regiões mais ao norte, assim como a Islândia. (BAGGE, 2005, p.122)

²³³ É a palavra em Nórdico Antigo para assembleia em espaços abertos ou encontros onde se discutem a lei e justiça. Elas eram realizadas com frequências regulares em escalas locais, regionais e nacionais (HOLMAN, 2003).

²³⁴ Os *goðar*, plural de *goði*, eram os líderes locais da Islândia. Sendo inicialmente 36, posteriormente 39 em 965 e finalmente 48 em 1005, seus números aumentaram em paralelo com o “desenvolvimento urbano” da ilha. Originalmente o título não era vinculado diretamente a um território, mas uma relação de patronato com seus seguidores, *þingmenn*. Os *goðar* tinham a função de eleger na Assembleia Geral o *lögsögumaðralém* de que cooperavam entre si em busca de interesses locais e nacionais (HOLMAN, 2003) Além da função política dos *goðar*, tinham na Islândia pré-cristã, uma função no culto a deuses específicos no edifício de culto chamado de *hof*. (SUNDQVIST, 2008, p.224).

²³⁵ *Alþing* é a assembleia nacional da Islândia que se iniciou em 930 (HOLMAN, 2003, p.26).

Na assembleia geral de 999 realizada na planície de Þingvellir²³⁶, com a presença do Falador-das-leis²³⁷, indivíduo eleito a cada três anos responsável pela manutenção das leis, foi decidido pela conversão de toda a Islândia para o cristianismo. As narrativas sobre a conversão islandesa são tipicamente descritas como um exemplo excepcional de uma conversão pacífica. Historiadores como Kathleen Self discordam dessas narrativas ao afirmarem que essa visão ignora as violências físicas, verbais e sociais. (SELF, 2010, p. 182)

A história diz que, poucos dias depois do meio do verão um navio atracou em Vestmannaeyjar na costa ao sul da Islândia. Dois *goðar* eram donos e navegavam o navio, GizurrTeitsson e HjaltiSkeggjasson, e com eles traziam um padre chamado Þormóðr. O rei norueguês Olavo Tryggvason, estava começando a se irritar com a teimosia dos islandeses em não se converterem ao cristianismo apesar de suas tentativas, ele pensava em matar todos os islandeses em seu reinado como retaliação. Os dois *goðar* assumiram um papel vital em evitar esse derramamento de sangue ao tentar converter a ilha. Os dois foram então, imediatamente na direção da Assembleia Geral que iria acontecer no ano de 999, contudo HjaltiSkeggjasson não poderia ir, pois havia sido banido por blasfemar aos deuses. (STRÖMBÄCK, 1975, p. 13)

Ao se aproximar do local da Assembléia Geral, Gizurr convocou seus aliados e amigos para auxiliá-lo, pois havia ouvido boatos de que os opositores ao cristianismo tentariam usar a força para impedi-lo de chegar ao seu destino. Enquanto esperaram os reforços, chegou uma companhia inesperada, HjaltiSkeggjasson, que apesar de estar banido de pisar no espaço sagrado da Assembléia Geral resolveu participar da reunião. Chegando ao local da reunião ambos os lados se prepararam para a batalha, mas por pouco não entraram em conflito e decidiram resolver os desentendimentos por meio da Assembléia Geral. Ambos *goðar* cristãos chegados da Noruega falaram do seu encontro com Olavo Tryggvason sobre a pedra da lei, *lögberg*. Ocorreu uma comoção de ambos os lados e o assunto se dividiu completamente entre seguidores da religiosidade pré-cristã e

²³⁶ Hoje em dia a planície se tornou um parque nacional como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

²³⁷ *Lögsögumaðr*, o falador-das-leis, era eleito a cada três anos na Assembleia Geral pelos *goðar* na qual tinha um “mandato” de três anos. A cada ano ele teria que citar um terço das leis, de modo que ao encerrar sua vez ele citaria todas as leis. O *Lögsögumaðr* possuía o papel de resolver problemas políticos e decisões nacionais, como o caso da conversão da Islândia (HOLMAN, 2003, p. 26).

os *goði* cristãos (STRÖMBÄCK, 1975, p. 14-15)

Os *goðar* cristãos assim como os seguidores da religiosidade pré-cristã se diziam livres de todos os laços legais com os membros do outro grupo. Os líderes cristãos pediram ao *goði* Ali Þorsteinsson que falasse as leis apropriadas para eles, mas ele se recusou, utilizou da sua influência com o falador das leis, *lögsögumaðr* para que ele dissesse novas leis para todos, inicialmente ele não recusou, mas se retirou para pensar sobre isso. Durante um dia e uma noite ele ficou isolado coberto por sua capa ponderando sobre a situação e na manhã seguinte envia uma mensagem para reunir todos na *lögberg*. *Lögsögumaðr* iniciou seu discurso dizendo que brigas e hostilidades dividiriam a ilha e levariam ao fim de todos. Então apresentou a ideia de todos terem uma só lei e uma só fé, pois se rompesse a lei romperia com a paz. Ambos os lados concordam que sua decisão deveria ser aceita pelos dois lados. E assim ele declarou a nova lei, na qual todos deveriam ser cristãos, mas a exposição de crianças deveria permanecer assim como o hábito de se alimentar de cavalos. Se as pessoas desejassem era permitido sacrificar aos deuses em segredo e se fosse descoberto sofreria um banimento de 3 anos. (STRÖMBÄCK, 1975, p. 16-17)

O primeiro passo para se apresentar uma pesquisa é a sua documentação. O primeiro passo é a origem dessa história com a documentação, as sagas. Um curioso ao procurar no Minidicionário Aurélio (1993) os significados da palavra saga ficaria decepcionado, pois não encontraria nada. Já um dicionário mais vasto como o *Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language* (1989) foi possível se satisfazer com uma breve descrição: "Narrativa nórdica ou islandesa medieval em prova das proezas e eventos da história de um personagem, família, etc." ²³⁸

As duas linhas acima transcritas não bastam para descrever uma documentação tão vasta e complexa como são as sagas, por consequência, é necessário procurar uma descrição ainda mais precisa e científica. Na obra de Katherine Holman, intitulada *Historical Dictionary of the Vikings* (2003), foi possível constatar a sua complexidade, uma vez que não se encontrou um único conceito para "saga". Isto, porque a explicação se dá em múltiplos verbetes para as várias sagas, sendo 18 no total.

²³⁸ Tradução própria.

Deste total para surpresa nenhuma delas é uma saga de bispo.²³⁹ Nota-se assim que as sagas são uma documentação vasta abrangendo múltiplos momentos históricos, em diferentes locais e diferentes épocas, normalmente envolvendo a população da Escandinávia.

Completamos com a consulta de Lars Lönnroth (2008), no seu artigo *The Icelandic Sagas*, presente no livro-referência *The Viking World*, foi apresentado à origem etimológica e histórica das sagas. Saga vem do idioma Nórdico Antigo²⁴⁰, significa história, independente do conteúdo dessa história. A palavra é relacionada à *segja*, que significa “falar” ou “dizer”. Contudo é consenso que se tem para estudos que as sagas ou Sagas Islandesas, como também são chamadas, é um tipo específico de prosa narrativa longa e épica escrita em Nórdico Antigo na Islândia medieval algum tempo depois do ano 1150, baseando-se em tradições orais.

Os três tipos mais antigos de sagas são: *fornaldarsögur* (as sagas mítico-heróicas), *konungasögur* (sagas dos reis), normalmente sobre os reis da Noruega e *Íslendingasögur* (as sagas de famílias ou sagas dos islandeses), que falam sobre preeminentes famílias islandesas e indivíduos vivendo no período 850-1050. Outros tipos de gêneros são: *samtíðarsögur* (as “sagas contemporâneas”), que são crônicas de eventos passados no século XII e XIII na Islândia; *heilagramannasögur* (sagas hagiográficas), *biskupasögur* (sagas das biografias de bispos), *riddarasögur* (saga dos romances de cavalaria). (LÖNNROTH, 2008, p.304)

Os textos das sagas mais bem preservados são manuscritos da segunda metade do século XII, sendo ocasionalmente em norueguês antigo, mas normalmente em islandês antigo, sendo claramente maior parte escritas por membros do clero. Esse período de escrita é referido como a “Era Sturlung”, chamado assim devido à família Sturlung, que tivera papel dominante tanto na política como na escrita das sagas sobre sua liderança, incluindo líderes como SnorriSturluson e SturlaThorðarson que também eram reconhecidos escritores de sagas além de patrocinadores dos escritos

²³⁹São elas: *Egils saga Skallagrímsonar*, *Eiríkr saga rauða*, *Eyrbyggja saga*, *Færeyinga saga*, *Göngu-Hrólfs saga*, *Grænlandinga saga*, *Grettis saga*, *Hrólfs saga Kraka*, *Konungasögur*, *Knýtlinga saga*, *Laxdæla saga*, *Brennu-Njáls saga*, *Orkneyinga saga*, *Fornaldarsögur*, *Íslendingasögur*, *Sagasofst.Olaf*, *Völsunga saga*, *Ynglinga saga*.

²⁴⁰O Nórdico Antigo é o principal idioma falado na Escandinávia a partir de aproximadamente o ano 700 d.C. Possui sua origem como uma variação do idioma Germânico, e posteriormente ramificado para o Germânico do Noroeste e doravante a ramificação do Germânico do Norte. Desta ramificação, o Germânico do Norte o Nórdico Antigo tem sua origem. (BARNES, 2008)

alheios. (LÖNNROTH, 2008, p.304)

Lars Lönnroth (2008) defende que a escrita das sagas na Islândia se deve a uma cooperação única entre o clero e os chefes seculares. Na Islândia a liderança política local controlava a instituição clerical e as escolas clericais e por consequência a produção literária. Os líderes, apesar de terem o papel de líderes do culto cristão, eles também se viam como guardiões dos saberes tradicionais da Era pré-cristã, na forma de poesias escáldicas, contos heroicos, genealogias e lendas sobre seus ancestrais, principalmente se eles tiveram um papel importante na história da Noruega e Islândia.

Os escritos se iniciaram no século XII com o livro da colonização, escrito pelo padre Ari Þorgilsson, o sábio, que fala sobre os primeiros colonizadores da Islândia e uma breve síntese histórica da história da Islândia e Noruega. Contudo, não foi até o século XIII que se iniciou uma produção em larga escala dos textos. Estudos indicam que as sagas heroicas foram as primeiras a serem escritas, enquanto as sagas reais vieram algumas décadas depois, e pôr fim às sagas de família pelo fim do século. Contudo datar esses textos é algo notoriamente incerto, e nos últimos anos tem se tornado um exercício continuamente praticado. (LÖNNROTH, 2008, p.305)

Para falar da conversão da Islândia, os primeiros documentos a serem lidos são, a *Kristni saga* e a *Íslendingabók*. A *Kristni saga* (a história da conversão), assim como a *Íslendingabók* (a história dos Islandeses), foram influenciados pela *Landnámabók*, devido a sua escrita ser posterior. Sendo uma das primeiras teorias é a qual se dividiu a história contida na *Landnámabók*, no qual primeiro se escreveu a *Íslendingabók* e o material que sobrou produziu-se a *Kristni saga*. A *Kristni saga* é preservada em um manuscrito medieval, o *Hauksbók*, datado de aproximadamente 1306. (GRØNLIE, 2006, p.xxxii)

A *Íslendingabók* narra a história dos colonizadores da Islândia da sua chegada em 870 até aproximadamente o ano 1118. Escrita por Ari Þorgilsson, um clérigo, entre 1122 e 1132. Nesse documento possui a apresentação da constituição da assembleia nacional na Assembleia Geral, a criação das leis e administração da ilha, assim como o processo de conversão da ilha ocorrida no ano 999, por meio da

influência norueguesa. (HOLMAN, 2003, p.50)

O processo de conversão da Islândia foi continuado na documentação das *ByskuspaSögur* que narra a história dos primeiros bispos da Islândia, eventos ocorridos do ano 1045 até 1331. Com histórias como a *Páls saga*, *Árna saga biskups*, *Þorláks saga helga*, *Laurentius saga*, *Hungrvaka*, *Oddaverjapáttir*, *Jóns saga helgae* *Guðmundar saga biskups*. Estas histórias narram a vida de bispos e/ou santos islandeses no processo de cristianização da ilha, incluindo elementos que possuem uma influência dos costumes religiosos pré-cristãos como os milagres²⁴¹. (MCCREESH, 2006, p.1)

As *Bykuspasögur* são um dos conjuntos menos populares das sagas islandesas, isso se deve ao seu conteúdo não ter presente os grandes ataques ou saques “vikings” ou descrições de batalhas épicas como as histórias sobre vikings como EgillSkallagrímsson ou HallfreðrVandræðaskáld. Suas informações ocasionalmente parecem ser embasadas em uma escrita anterior ou em alguns casos a história do bispo recém-morto, que é passada oralmente. Essas histórias ocorrem junto com a implementação dos primeiros bispados na Islândia, Hólar e Skálholt, e o crescimento de sua influência com o passar dos anos.

A chamada *Jóns Saga helga* (saga do santo Jón), apesar de ser apresentada pela literatura sempre no singular, ela não é considerada uma saga somente, mas 3 versões diferentes: A *Jóns saga helga S*²⁴² possui somente uma tradução para o inglês, no mesmo compêndio que as *Guðmundarsögur* produzido em 1905 por GudbrandVigfusson e F. York Powell; A *Jóns saga helga L*²⁴³ por ser uma revisão do

²⁴¹ Os milagres são compreendidos por nós como elementos do maravilhoso e imaginário. Esse imaginário oriundo da conceituação de Le Goff (2011), no qual o imaginário remete à imaginação, não somente como a história da imaginação, mas a história da criação e do uso das imagens que trazem a sociedade agir e pensar. (LE GOFF, 2011, p.13)

²⁴² É a versão mais antiga da saga sobre o Bispo JónÖgmundarson, provavelmente foi escrita em associação com a *Vita* latina de GunnlaugrLeifsson comissionada pelo Guðmundr Arason. Sendo que está saga pode ser considerada uma versão resumida da sua *Vita*. Essa saga é composta pelos manuscritos: AM 221 fol.(ca. 1275–1300, defective), AM 222 fol.(ca. 1700), AM 234 fol.(ca. 1340), AM 235 fol. (ca. 1400, defective), AM 391 4to (ca.1690), AM 393 4to (ca. 1700), BLAdd 4867 (ca. 1675–1700), BLAdd 5313 (ca. 1750–1800), Kall 616 4to (ca. 1700–1800), Kall 618 4to (ca. 1725–50), Kall 619 4to (ca. 1750–1800), Lbs 839 4to (ca. 1750–75), Lbs 1442 4to (ca. 1725), Lbs 2243 4to (ca. 1840–50), NBO 367 4to (ca. 1700–1800), NKS 1201 fol. (ca. 1700–1800), NrA 57 (ca. 1330), rask 30 (ca. 1800), TCD 1028 (ca. 1750), and Thott 1770 4to (ca. 1750–1800, defective).(WOLF, 2013, p.180)

²⁴³ Uma versão revisada do início do século XIV, baseado na sua primeira versão mas lembra a terceira versão da saga. Composta pelos manuscritos: AM 205 fol.(1644), AM 210 fol. (ca. 1600–1700), AM 219 fol.(ca. 1370–80, defective), AM 396 fol. (1676), AM 392 4to (ca. 1600–1700), Don.

texto original está presente também na tradução de 1905, mas somente alguns trechos e não sua totalidade. Outro local que se é possível encontrar trechos da documentação traduzida é em uma tradução de 1965 feito por Jacqueline Simpson; por fim, a *Jóns saga helga H²⁴⁴* é uma edição integral da primeira saga com mais milagres inclusos, e ela infelizmente ela só possui uma tradução “recente” para o Dinamarquês impossibilitando a sua análise. (WOLF, 2013, p. 180-197)

Retornando para o foco da comunicação. Após a conversão a ilha por meio da assembleia geral de 999, o papel dos bispos foi gradativamente se tornando mais presente na sociedade em paralelo da expansão da nova fé na ilha. Observando a necessidade de aumentar o controle clerical sobre a região norte da ilha foi decidido a criação de uma nova diocese na região de Hólar. O primeiro bispo encarregado pela gestão e implementação dessa diocese é o bispo JónÖgmundsson.

A vida de Jóns é apresentada na documentação assim como sua origem. Seu avô por parte de pai foi o primeiro dos chefes do quadrante leste da ilha, *Austfirðingafiórðunge*, que se batizou e abandonou oficialmente a religiosidade pré-cristã em nome da nova fé. O destino do bispo está presente antes mesmo dele nascer. Pelo fato de descender do primeiro chefe da sua região, que aceitou o cristianismo, e isso ser descrito na saga, aponta sua importância. Não em um papel real ou palpável, mas é o imaginário construindo um destino para o bispo, no qual até sua linhagem é abençoada. (JÓNS SAGA HELGA, p. 536)

Outro sinal da premeditação do futuro do Jóns, se deu em uma visita a corte na Dinamarca do rei Swein. Era a hora da refeição e todos se sentavam a mesa, e Jóns como uma criança que era, esticou as mãos para pegar as coisas que estavam em cima da mesa, sem se preocupar com formalidades. Sua mãe ao ver isso puxa suas mãos e as bate, para logo em seguida ser reprimida pela rainha da Dinamarca. A rainha disse que não se deveria bater nas mãos deles, pois são mãos de bispo. Novamente o futuro se apresenta para o jovem Jóns, agora vindo de uma rainha

var. 1 vol. XII (ca. 1700), JS 21 fol. (1841), JS 629 4to (ca. 1825–50), Lbs 140 4to (ca. 1750–90), Lbs 671 4to (1846–8), Lbs 795 4to (ca. 1700–1800), Lbs 1402 4to (ca. 1852), Lbs 1573 4to (ca. 1820–30), NKS 1202 fol. (1768), NrA 57 (ca. 1330), Stock. Papp. fol. no. 2 (1689), Stock. Papp. 4to no. 4 (ca. 1600–50), Stock. Perg. fol. no. 5 (ca.1350–65), and Thott 1748 4to (ca. 1760–70). (WOLF, 2013, p.186)

²⁴⁴ Composta pelos manuscritos: AM 392 4to (ca. 1600–1700) and Stock. Papp. 4to no. 4 (ca. 1600–50). (WOLF, 2013, p.193)

cristã.(*JÓNS SAGA HELGA*, p. 537)

Ao crescer, Jóns foi colocado para aprender com o bispo Ísleifr, demonstrando que tinha vocação para aprender os ensinamentos sagrados e os bons costumes. Ele é descrito como um belo jovem, os melhores olhos que qualquer homem poderia ter, cabelos claros, corpo forte. Essa descrição é praticamente de um guerreiro, mas adiciona-se no final seu temperamento gentil e sua voz naturalmente baixa, se tornando querido pelos homens e Deus. (*Jóns*, p.540)

Um dos seus primeiros sinais não naturais da benção do espírito santo, foi ainda em sua juventude. Em uma visita a corte do rei da Dinamarca, o ainda vivo rei Swein, ocorreu uma missa, no qual o rei e sua corte estavam presentes. O padre estava com dificuldade para ler a “Paixão” para os presentes, como se algo pesado o impedisse. Ao observar a cena e escutar os risos que se iniciavam, Jóns avançou e cuidadosamente tomou o livro do padre e realizou a leitura em um tom baixo e belo, ficando todos surpresos com a bela leitura. O rei se emocionou de tal forma que o convidou a ficar por mais algum tempo, e Jóns aceitou (*JÓNS SAGA HELGA*, p.541). Novamente a predestinação aparece na saga onde o Jóns possui uma voz que surpreende a todos e lhe traz o favor de um rei cristão. Poucos anos depois ele foi nomeado bispo.

Jóns possuía uma visão do que era correto, diferente do que era apresentado pela sociedade islandesa. A sociedade islandesa como já comentado anteriormente tem a prática da manutenção da memória seja por poesias ou histórias orais. Contudo, o Jóns acreditava que os poemas amorosos feitos por homens e mulheres como uma forma de brincadeira amorosa era algo negativo e devia ser proibido. Essa separação do que é certo e errado começa a se destacar aqui. O bispo tem um projeto para o que ele vê como uma sociedade correta, e almejável. A questão é, o que ocorre com quem não se encaixa nessa sociedade? Essa pessoa é excluída, transformada na alteridade. (*JÓNS SAGA HELGA*, p.555)

No processo de construir a sociedade cristã o qual almejava o bispo construí o hábito da reza e de frequentar a Igreja. O local de culto cristão não apresentava o mesmo encanto que a crença dos seus antepassados, contudo, com a manutenção da ida a Igreja criou-se o hábito, e o culto ao novo Deus assim como a ida ao local

sacro se tornou normalidade.

Uma das mudanças feita por bispos mais clara na demonstração do seu poder, foi a alteração do nome dos dias da semana feita pelo santo Jóns, no qual se abandonou o hábito de chamar os dias da semana com o nome dos antigos deuses pré-cristãos. Os dias como Odin, Tyr e Thor, se tornaram dias da semana usando a sua posição como referência. Além da perseguição dos dias da semana o bispo também proibiu todos os costumes religiosos e práticas pré-cristãs. (*JÓNS SAGA HELGA*, p.554)

Gradativamente o clero foi ocupando o espaço físico e político que anteriormente era ocupado pela religiosidade dos antepassados e por meio do acréscimo de poder foi-se possível instaurar ideias que anteriormente não seriam aceitas na sociedade islandesa. Uma sociedade que no ano mil as mulheres tinham o direito a divórcio, e os problemas políticos eram resolvidos por meio de uma lei e debates em assembleias foi substituído pelo modelo cristão monárquico no qual os *godar* se subjugaram ao rei Norueguês e as mulheres a Igreja.

Referências:

ANÔNIMO, *Jóns saga helga*. Traduzido por VIGFUSSON, Gudbrand e YORK POWELL, F. In: VIGFUSSON, Gudbrand e YORK POWELL, F. **Origines Islandicae: A Collection of the More Important Sagas and Other Native Writings Relating to the Settlement and Early History of Iceland**. Oxford: Clarendon, 1905.

AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (ORG.). **Dicionário temático do Ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2006.

ABRAMS, Lesley. Diaspora and Identity in the Viking Age. In: **Early Medieval Europe**. No. 20 (I). Blackwell Publishing Ltd., 2012.

BAGGE, Sverre. A Hero between Paganism and Christianity. Hakon the Good in Memory and History. In: HOFF, Karin et al (org.). **Poetik und Gedächtnis. Festschrift für Heiko Uecker zum 65**. Frankfurt: Lang, 2004. p. 185 – 210.

BAGGE, Sverre. Christianization and State Formation in Early Medieval Norway. In:

Scandinavian Journal of History. No. 30. 2005. p. 107 – 134.

BARNES, Michael P. The Scandinavian Languages in the Viking Age. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil. **The Viking World**. New York. Routledge, 2008.

BOYER, Régis. **Les Vikings**: Histoire et civilisation. Paris: Perrin, 2004.

DURHAM, Keith. **Viking Longship**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

LANGER, Johnni. Revelando a religiosidade Viking. **Saeculum** (UFPB), v. 12, p. 167-171, 2005.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Editora Vozes. 2011.

LÖNNROTH, Lars. The Icelandic Sagas. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil. **The Viking World**. New York. Routledge, 2008.

MCCREESH Bernadine. Elements of the Pagan Supernatural in the Bishops' Sagas. In: **13th International Saga Conference**. Durham: University of Durham, 2006

GRØNLIE. Siân. Miracles, Magic and Missionaries: The Supernatural in the Conversion þættir. In: **13th International Saga Conference**. Durham: University of Durham, 2006.]

HOLMAN, Katherine. **Historical Dictionaries of the Vikings**. Oxford: The Scarecrow Press Inc., 2003.

SELF, Kathleen M. – Remembering our violent conversion. In: **ELSEVIER**. Vol. 40, 2010. Disponível em: www.elsevier.com/locate/religion.

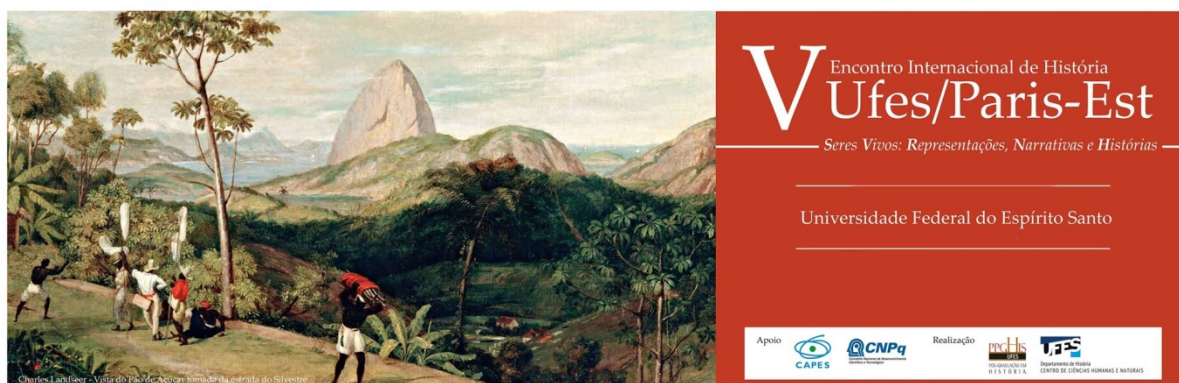
SUDQVIST, Olof. Cult leaders, rulers and religion. In: BRINK, Stefan; PRICE, Neil. **The Viking World**. New York. Routledge, 2008. p. 223-226

STRÖMBACK, Dag. **The Conversion of Iceland**: A survey. London: University College London. 1975.

WESBSTER, Merriam. **Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language**. New York: Gramercy Books, 1989.

WOLF, Kirsten. **The Legends of the Saints in Old Norse-Icelandic Prose**. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

VÉSTEINSSON, Orri. **The Christianization of Iceland: Priests, Power and social Change 1000 – 1300**. Oxford: Oxford University Press. 2000.



CORPO E CARNALIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA DO SÉCULO XIV: ENTRE A DISCIPLINARIZAÇÃO CATÓLICA E A SENSUALIDADE ISLÂMICA

Anny Barcelos Mazioli
Graduada em História – UFES

RESUMO: Este trabalho pretende apontar a interação de idéias antagônicas relacionadas ao corpo, existentes no baixo medievo ibérico, especificamente no século XIV. Pretendemos comparar as percepções diferenciadas do corpo, do sexo e do prazer em duas tradições: o Cristianismo e o Islamismo. Ao analisar a discurso eclesiástico acerca do corpo e da sexualidade, usar-se-á como objeto de pesquisa o “Livro das Confissões”, produzido em 1316, por Martin Pérez. Para examinar a medicina árabe e como a a religião islâmica permite que sejam produzidos discursos mais livres sobre o corpo, sobre o erotismo e a sexualidade será usado o “Speculum al joder” como obra de apoio. O “Speculum al joder” é um tratado médico escrito no mundo medieval editado e traduzido no Reino de Aragão no século XIV, com autor e local de escrita desconhecidos. A metodologia empregada na análise das fontes será a análise do discurso, a fim de depreender como as obras analisadas repetem e transmitem as visões vigentes na época dentro da Península Ibérica. Ao fim pretende-se fazer um balanço de como o processo civilizatório faz uso dos corpos e do sexo de maneira diferenciada nas duas concepções analisadas.

Palavras-chave: Corpo; Sexualidade; Prazer; Cristianismo; Islã.

ABSTRACT: Addressing the fourteenth century, this work proposes to highlight the interaction of antagonistic ideas related to the body, existing in the low Iberian medieval. We intend to compare the different perceptions of the body, sex and pleasure on two traditions: Christianity and Islam. By analyzing the ecclesiastical discourse about the body and sexuality, will be used as a research subject the "Book of Confessions," produced in 1316 by Martin Perez. In turn the "Speculum al joder" is used to express the Arab medicine and how the Islamic religion allows more free speech are produced on the body, on eroticism and sexuality. The "Speculum al

joder" is a medical treatise written in the edited medieval world, translated inside the Kingdom of Aragon in the fourteenth century, with authors and writing location unknown. The methodology used in the analysis of the works will be the analysis of discourse in order to infer how the analyzed works repeat and convey the views prevailing at the time in the Iberian Peninsula. At the end it is intended to take stock of how the civilizing process makes use of bodies and sex differently in the two analyzed conceptions.

Keywords: Body; Sexuality; Pleasure; Christianity; Islam.

Introdução

Este trabalho pretende apontar como uma coexistência de ideias antagônicas relacionadas ao corpo já se fazia presente no baixo-medieval. Para tanto, discutiremos o tratamento dado ao corpo e ao sexo dentro do catolicismo e da medicina árabe, comparando como a religião católica cerceia o deleite sexual e o Islamismo, por sua vez, abre espaço para o prazer, legitimado mesmo dentro do discurso religioso, o que vai transparecer nos escritos médicos.

Essa comparação visa manifestar como as sociedades procuram controlar os corpos e regular as práticas sexuais, de modo que determinem os comportamentos de seus integrantes. Determinar os comportamentos e práticas, legitimar ou proscreever ações se enquadram na tentativa sócio-cultural de opor-se ao estado de natureza, anterior à civilidade. Portanto, estar alienado ao domínio estrito do corpo, significa estar identificado ao "estado animalesco" anterior à civilização. É nesse contexto que as instituições sociais, bem como religiosas, se inserem, servindo aos ideais da cultura social.

Ao analisar a tentativa eclesiástica de inserção da culpa e da moralidade sobre os fiéis, usar-se-á como objeto de pesquisa o "Livro das Confissões", produzido em 1316. Seu autor, Martin Pérez, era conhecido como um homem da Igreja, clérigo secular, provavelmente graduado na universidade de Salamanca. O "Livro das Confissões" é uma obra de consulta para os confessores, um tratado de moral e direito positivo.

Já a outra obra a ser abordada é o "Speculum al joder", um tratado médico escrito no mundo medieval, editado e traduzido no Reino de Aragão, com autor e local de

escrita desconhecidos. O livro se denomina um tratado de receitas e conselhos sobre o coito e foi traduzido do árabe ao catalão no fim do século XIV. A obra é destinada ao sexo masculino e compreende, em sua primeira parte, uma série de conselhos terapêuticos, profiláticos e higiênicos para o cuidado com o órgão sexual masculino e para possibilitar a prática do sexo com saúde pelos homens.

As duas obras de época aqui descritas serão utilizadas para exercer a comparação entre as imposições clericais e a maior liberdade concedida ao gênero masculino para a obtenção do deleite. Utilizamos a análise do discurso como metodologia, com o objetivo de encontrar, nas obras, vestígios das ideologias às quais pertencem e como seus autores pretendem reforçar esses discursos.

A partir daí, a conclusão será feita de modo a apontar as semelhanças e divergências o entendimento relativo ao sexo no cristianismo e no islamismo, bem como os discursos expressados nas fontes utilizadas no capítulo anterior. É importante ressaltar que a fonte utilizada para abordar ao Islã é um tratado médico, e, portanto, têm-se maior dificuldade para estabelecer as consonâncias estritas com o pensamento religioso.

O ideal ascético cristão e a função disciplinarizadora da confissão

O modelo de oposição da carne ao espírito, que pesou tanto sobre o corpo na Idade Média, foi proposto primeiramente por Paulo em seus escritos, que colocam o corpo como templo do Espírito Santo. Para Paulo, esse cuidado com os excessos baseia-se no respeito ao corpo humano, o que assumirá outro caráter ao longo da Antiguidade Tardia e da Idade Média. Esse novo caráter foi primeiramente fruto das elaborações dos padres da Patrística que, talvez influenciados pelas escolas filosóficas pagãs, reinterpretaram os escritos de Paulo: dessa forma, o corpo passou a ser visto como um centro de produção do pecado, privado de qualquer dignidade.

Na visão do apóstolo, o casamento é apenas um remédio para a concupiscência. É de responsabilidade de Paulo também a formulação do conceito de débito conjugal, tão importante para as futuras prescrições cristãs sobre o casamento:

Penso que é bom para o homem que não toque em mulher. Entretanto, para evitar a impudícia, que cada um tenha a sua mulher e cada mulher tenha o seu marido. Que o marido dê a sua mulher o que lhe deve e que a mulher aja da mesma maneira com relação ao seu marido. (I Cor, 7, 1-3)

De acordo com Marilena Chauí (CHAUÍ, 1991, p. 97), Santo Agostinho propõe que, apesar da marca deixada pelo pecado original ser indelével, é preciso enevoá-la: para quem já conheceu o pecado da carne e as suas tentações, o casamento é um remédio: “[...] quem não tem força para obter a abstinência ou conseguir a continência, pelo menos procure a praia do matrimônio [...] e encontre o fim natural na geração de filhos”. Na posição de Agostinho ressoa o trecho de Paulo escrito acima, o casamento é uma forma de evitar pecados maiores, sendo assim o homem e a mulher, casados, não deverão permitir um ao outro que pequem, e, portanto, não devem se negar ao débito conjugal, mesmo que essa relação deva ter o mínimo de prazer o possível e, principalmente, objetivar a procriação.

Os monges do deserto, principais adeptos do ascetismo extremado, deveriam abster-se das relações carnis, além de ter um equilíbrio relativo à alimentação, pois se acreditava que alimentar-se com fartura dificultaria o controle do corpo e dos desejos sexuais²⁴⁵ (FOUCAULT, 1987). Dessa forma, os monges enfrentavam uma guerra interna contra as tentações. Segundo Rubem Alves (ALVES, 1982), a rebelião contra a repressão “permanece inaudível, e só aflora em nossos lapsos e sonhos”. As fantasias sexuais funcionavam como sinais numa tela, dentro dos mosteiros, pois registravam processos situados nas profundezas do eu. Possuíam a atribuição de informar os monges da movimentação de forças, dentro deles, que ficavam além de sua consciência. Estar livre das fantasias sexuais significaria o fim dos impulsos ao egoísmo e ao ódio, além da conquista da pureza de coração.

A partir dessas formulações teológicas, muitos clérigos aconselhavam seus seguidores a reprimir o prazer físico, até mesmo no casamento. Gregório o Grande (590-604) fala da sujeira do prazer conjugal e do perigo de se transformar em fornicação, além disso, determina a condição de adúltero ao cônjuge que ama ardentemente a sua própria mulher²⁴⁶.

Para o clero medieval, a atividade sexual, mesmo que dentro do casamento, incapacitava as pessoas de participarem do culto divino: de acordo com James Avery Brundage (BRUNDAGE, 2001), a abstinência, tida como pureza ritual, era imposta aos casais para que deixassem sua vida sexual durante três quaresmas a

²⁴⁵ Esse modelo de paridade entre os atos de alimentar-se e os impulsos sexuais, vai se manter e culminar na formação da dupla de pecados capitais: gula e luxúria.

²⁴⁶ Encontramos essa mesma afirmação no Livro das Confissões de Martín Pérez.

cada ano (páscoa, natal e pentecostes). Muitos penitenciais também exigiam que os casais se abstivessem dos prazeres da carne em todos os dias de festa, além de ter que guardar três dias antes de receber a comunhão (BRUNDAGE, 2001). Jean-Louis Flandrin contabilizou os dias onde se era permitido ter relações sexuais em 91 a 93 dias por ano, sem contar as menstruações, gravidez e puerpério.

Jérôme Baschet também explicita: “[...] ninguém poderia, sob pena de graves riscos espirituais, receber a eucaristia sem estar previamente purificado de seus pecados. A obrigação da comunhão anual impõe, então, o dever de uma confissão igualmente anual” (BASCHET, 2006). Essas imposições sobre as relações carnis e a imposição da confissão como sacramento demonstram como a Igreja apostava no fenômeno da culpa para efetivar seu domínio sobre a vida do laicato.

De acordo com Jean Delumeau em *A confissão e o perdão*, os pecados sexuais eram os que mais atormentavam as consciências dos fiéis, chegavam a paralisá-los diante da confissão:

Os observadores de outrora assinalaram também que a vergonha, causa de tantos “tomentos” de consciência, se manifestavam sobretudo por ocasião dos pecados sexuais e paralisava em particular as mulheres. (DELUMEAU, 1991, p. 20)

A Igreja, por meio da confissão, acumula mais uma função na vida dos leigos: a de dispersora do perdão divino. De acordo com Jérôme Baschet, a confissão seria a “declaração libertadora” por meio do reforço do poder institucional da Igreja: “como preço do perdão que ela concede, a Igreja se atribui, graças à confissão, um temerário instrumento de controle dos comportamentos sociais e se imiscui no mais secreto das consciências individuais.” (BASCHET, 2006, p. 219)

Entretanto, o sistema de penitência já havia sido proposto por Santo Agostinho na Antiguidade tardia: a ideia é que todo o pecado deve ter reparação. O que vai sendo modificado ao longo dos séculos é a forma de cumprir essa “reparação do pecado”: a penitência deixou de ser um ritual público para ser o modelo de confissão auricular.

O IV Concílio de Latrão estabeleceu algumas mudanças que aprofundaram ainda mais o controle da vida do laicato pela figura da Igreja: a comunhão passou-se a ser obrigatória ao menos uma vez ao ano, essa medida foi acompanhada da proibição

de receber a eucaristia sem estar previamente purificado de seus pecados, o que resultou na obrigação de confessar uma vez ao ano (BASCHET, 2006, p. 217).

Segundo Jean Delumeau (DELUMEAU, 2003), ao tornar a confissão anual obrigatória, há uma generalização da coação que a confissão impõe, bem como Marilena Chauí (CHAUÍ, 1991) salienta que essa mudança na legislação canônica foi acompanhada de uma transformação no caráter e nas exigências da penitência:

A evolução dos procedimentos da confissão é espantosa. Numa primeira época o confessor indagava se o penitente cometera algum dos pecados listados por São Paulo e, no caso dos pecados sexuais, indagava se o penitente os praticara. Era, portanto, a *ação* que era julgada pecaminosa. [...] numa época seguinte o confessor passou a indagar ao penitente se, além de atos, também havia desejado praticá-los, ainda que não o tivesse feito. Agora o pecado também concerne às *intenções*. (CHAUÍ, 1991, p. 102)

Tal mudança no caráter da confissão advém do modelo sancionado pelo IV Concílio de Latrão: a confissão passou a ser uma declaração direta ao sacerdote dos pecados cometidos em ato, intenção ou pensamento. Cabe ao sacerdote conduzir essa declaração, no entanto, ao desempenhar essa função advém certas dificuldades: como conduzir esse exame de consciência? Como ter equidade para cobrar a confissão completa sem gerar embaraço no fiel e comprometer a confissão? Para tentar responder essas perguntas, sanar esses desafios, começa-se a produzir os chamados manuais de confissão, como o “Livro das Confissões” sobre o qual nos debruçamos.

Ao longo do tempo, a confissão tornou-se uma forma de controle social protagonizada pela Igreja, com o intuito de dominar cada vez mais as práticas dos leigos, por meio de seu discurso culpabilizante e moralizador.

A condenação ao prazer e à concupiscência carnal no “Livro das Confissões”

Sobre o pecado da “fornicação”, Pérez afirma: “o sexto mandamento é não farás fornicção, do ‘trespassamento’ deste ‘foy assaz dicto’ no pecado da luxúria.” (PÉREZ, 2012, p.198). Para o autor, aqueles que não guardarem o sexto mandamento e “fornicarem” cairão no pecado capital da Luxúria.

Pérez chama atenção dos clérigos e dos leigos para os escritos dos padres da patrística que apontam o que seria o pecado da fornicção, e dizem quando os

encontros sexuais feitos pelos casados se tornam pecado mortal: “São Jerônimo²⁴ diz assim: em sua mulher é fornicador, o que a ama com grande ardor” (2012, p. 432), pois para Jerônimo deve-se amar à sua mulher com o coração e não com o desejo carnal. Além da proibição de fazer reinar, dentro do casamento, a cobiça do deleite da carne: “São Jerônimo [...] diz que os deleites desordenados dos casados são desavergonhados e desonestos, diante Deus por *çugidade* e por luxúria estão na escritura de Deus nomeadas.” Ele continua ainda: “Que coisa pode ser mais suja, que amar a mulher legítima como outra secular.” (2012, p. 432). Martín Pérez traz também a posição de Agostinho dizendo: “Santo Agostinho diz quanto da achegança carnal desordenada, e todos os usos desordenados dos membros naturais são de Deus proibidos e por fornicção julgados.” (2012, p. 432)

O livro das Confissões traz duas visões sobre o matrimônio: “o matrimonio foi feito por duas coisas principais: por acrescentamento de linhagem e para se esquivar do pecado da fornicção” (2012, p. 409) Pérez cita Agostinho, que diz “sem ardor de pecado se ajuntam no ofício do santo casamento” (2012, p. 409), ou seja, o casamento é santo, por isso se torna um sacramento, é visto como um “ofício”, um serviço prestado a Deus, com a função de procriar e também de não deixar cair em luxúria/fornicção o cônjuge, servo de Deus.

De acordo com Martín Pérez, os “santos doutores” dizem que há quatro maneiras de se fazer o “ajuntamento” carnal dos casados: 1) às vezes por desejo de fruto; 2) às vezes por dar o débito ao outro; 3) às vezes por fraqueza da carne, que não se pode conter; 4) às vezes para “*hir trás*” a carne a toda sua luxúria cumprir (2012, p. 430/431). Para o penitencial o primeiro caso é sem pecado, ou seja, desde que se deseje a procriação, a relação sexual não se torna um pecado. O segundo “achegamento” é sem pecado, se é feito tão somente com a finalidade de pagar o débito da carne ao outro. Já a relação sexual por fraqueza da carne, o terceiro caso, é tido como pecado venial, pois é aberta a exceção “por medo de se fazer outro pecado maior ou pior (2012, p. 431)”. O quarto e último tipo de “ajuntamento da carne” é taxado de pecado mortal.

Martín Pérez explica ainda mais a diferença entre o pecado venial em ter relações por fraqueza da carne e o pecado mortal em “cumprir luxúria”. Para o clérigo há uma grande diferença ao procurar a mulher apenas por não conseguir deter seu corpo, e

procurar a relação sexual pelo deleite que ela pode lhe trazer, quase fazendo pouco caso dos mandamentos de Deus. O autor considera essa diferença tão importante que ensina aos confessores métodos para descobrir a qual dos dois tipos de “ajuntamento” o fiel se aplica, era preciso que o confessor soubesse se o pecado era mortal ou venial:

O primeiro sinal é o corrompimento das consciências [...] é quando os casados naquele ‘achegamento’ são tão saídos da razão e tão vencidos pela carne que ainda que não fossem marido e mulher, não deixariam de praticar o ato. E Pérez explicita ainda: “Este tal juízo podem os casados em si mesmos achar, se suas consciências bem quiserem ‘scoldrinhar’” (2012, p. 431).

Sobre o segundo sinal Martin Pérez diz que é o “departimento” de calor natural, havendo pequena ou nenhuma tentação, “pois é quando os casados aumentam o calor e o humor da luxúria ‘spertando’ a carne com suas mãos, ou com seus membros ou com ‘trebelhos’ ou com outros feios ‘affazimentos’” (2012, p. 431). Pérez aponta outras formas de alcançar o desejo sexual que denotariam a prática do sexo apenas para o deleite: beber ou comer artigos que aumentassem a luxúria. Ao longo do texto, percebe-se que o autor não só está dando conselhos para os clérigos conseguirem discernir quando estão lidando com um pecado venial ou com um pecado mortal, como também está indicando para possíveis leigos leitores do livro a possibilidade de realizar um exame de consciência, atendo-se não só às ações, como às suas intenções, pensamentos e falas.

O terceiro sinal, segundo o autor, concerne ao desordenamento dos membros de seu uso natural: o “ajuntamento dos casados” se torna um pecado mortal quando por deleite maior se “achegam” não como Deus ordenou, mas “[...] mudando a ordem e o uso natural da geração, por mudança na posição do barão e da fêmea, por ‘avessamento’ dos corpos, por ‘usamento’ contra natura dos membros, um com o outro [...]. (2012, p. 432)” É pecado mortal quando os casais, para obter maior prazer, mudam a ordem natural do sexo como as posições do homem e da mulher, pré-estabelecidas pela Igreja. Além disso, usar seus membros de forma que não permita a procriação se torna também um pecado, pois o natural do sexo é ter como fim a geração de descendência.

O quarto sinal é o “trespassamento” dos tempos proibidos: o tempo do fluxo de sangue natural, os dias de jejum que a Igreja estabeleceu, as festas grandes que são dias de oração e procissão, bem como os domingos (2012, p. 433). Quando os casados não guardam os tempos que são proibidos, para Pérez eles pecam em dois casos: contra os mandamentos; e dão sinal de que tem relações sexuais por cumprimento de luxúria, mais que por fraqueza da carne (2012, p. 432).

O quinto sinal que configura o intercurso sexual como um pecado mortal seria a violação de lugares sagrados: “o quinto sinal deste pecado se pode em os casados tomar parte do lugar, assim como acontece na igreja, ou em cemitério, ou em outro lugar sagrado (2012, p. 435).” Quando os casados não fazem reverência ao lugar sagrado é sinal que aquele “ajuntamento e seu prazer” os tirou da boa “ordenação”.

A partir do detalhamento desses “sinais” para a definição de pecado mortal, podemos perceber o quanto as proposições clericais, almejam controlar e cercar a sociedade, principalmente a vida dos casados, determinando o permitido e o proibido no que tange à sexualidade das pessoas. Sobre o sexo anal, Martin Pérez sanciona: “Se o marido houver ‘achegança’ a sua mulher por trás assim como besta, ‘jn vase tamen naturalj’ jejue cinco dias em pão e água (2012, p. 354).”

O ideal é a castidade, é viver em companhia do outro no casamento sem se deixar levar pelos impulsos sexuais, ou seja, pelos impulsos naturais do corpo. O casamento ideal é o josefita²⁴⁷.

Ao tratar do sono mostra-se também a crença na relação entre a gula e a luxúria: “quando esses sonhos de *çugidade* acontecem, se dá por muito comer ou por muito beber, que se retenham os clérigos do santo sacramento do altar.” (2012, p. 70) . Em outro trecho da fonte encontramos também as seguintes prescrições aos leigos: Quem beijou mulher com cobiça de pecado e fez polução, jejue um dia em pão e água [...] a pessoa que sonha em luxúria e se acha ‘ençuiado’ reze os sete salmos com Deus ‘jn adiutorium’ em cada salmo três vezes e jejue em outro dia a pão e água (2012, p. 353).

Pede-se não só a temperança como a racionalidade, bem como a proibição estrita

²⁴⁷ O casamento josefita é o nome dado ao casamento de José e Maria, que se mantiveram casados por toda vida em castidade.

do deleite sexual e a determinação de como, quando e onde são permitidas as relações sexuais. Ao longo da obra, nota-se cada vez mais as estratégias utilizadas pela Igreja para entrar nos quartos, nos corpos e nas mentes do laicato.

Podemos concluir então que a fonte Livro das Confissões está inserida no discurso moralizante católico e não só escolhe fazer parte dessa ideologia, como é fruto dela, são os escritos dos padres da patrística que lhe conferem sentido, lhe dão razão de ser, assim como a existência de leigos e clérigos que apresentam interesse nas doutrinas que Martin Pérez se propõe a propagar e divulgar de forma simples e acessível, em língua vernácula, para a Península Ibérica do século XIV.

O sexo no Islamismo: uma autorização do prazer

Segundo Mariane Venchi, antes da ascensão do Islã nos territórios árabes, as mulheres é que exerciam o controle social dentro dos clãs beduínos, e cabia à elas exercer a atração sexual sobre os homens, pois era proibido que eles tomassem a iniciativa:

Nos acampamentos, as mulheres dançavam para seduzir os homens, aprimorando os estilos musicais que desembocariam na *raqsa*, ou “dança do ventre”, composições de música e corpo empregados pelas beduínas como *estratégia de sedução* na disputa para “capturar” noivos disponíveis e estabelecer alianças, adquirindo aliados ou fazendo inimigos com os chefes rivais (2012, p. 297)

De acordo com Venchi, a “sensualidade e a permissividade eram comuns em muitos clãs, já que cada tribo tinha suas próprias regras de aliança e códigos de decoro” (2012, p. 297). Além disso, a autora explicita ainda que o “tema da sexualidade parecia assunto cotidiano, pois era discutido no tocante ao aprimoramento das raças de cavalos”, por isso os árabes são importantes conhecedores das práticas de cruzamento, visto que há muito tempo os beduínos vem se debruçando sobre elas.

Na cidade de Meca, era “corriqueiro as mulheres se oferecerem aos peregrinos [...] no templo da Pedra Preta e em suas redondezas” (2012, p. 292), o que mostra como a religião pré-islâmica convivia com a sexualidade de forma natural. Outro ponto importante trazido por Venchi, é a adoração de um casal numa região de montanhas, adjacentes à Caaba, o que, segundo a autora, indica “uma possível correlação de noções como *amor religioso, sexualidade e misticismo*” (2012, p. 293).

Assim quando há ascensão do Islã dentro do território árabe, a ideia de erotismo não se opõe à religião: o corpo possui alma e este não se opõe a ela, não há um dualismo entre eles, o que configura um ponto divergente entre a religião muçulmana e o cristianismo:

Em momento algum, nega-se a existência do corpo ou se reduz o ser humano à alma, como pretenderam muitos cristãos e judeus. A existência de pressupostos que colocavam corpo e alma lado a lado foi fundamental para que os árabe-muçulmanos pudessem falar de um corpo desatrelado de justificativas. [...] Nessa linha, se fosse possível teorizar sobre o bem-estar da comunidade árabe-islâmica clássica, tal bem-estar certamente partiria do corpo. (SOARES, 2009, p. 31)

De acordo com Marina Juliana de Oliveira Soares, o seguidor do Islã se depara com um forte sentido corporal, pois o corpo e a alma são unos, o asseio do corpo reflete o asseio da alma. Deve-se, portanto “fazer as abluções diárias, ao encostar a cabeça no chão [...] ao buscar satisfação no seu corpo, ao harmonizar seu corpo com a alma” (2009, p. 18), assim como é dito por Abdelwahab Bouhdiba quando menciona as purificações:

O Islã é uma atenção constante devotada a seu próprio corpo. A educação muçulmana é um adestramento que o torna atento de maneira permanente ao funcionamento da vida vegetativa. Beber, comer, urinar, peidar, defecar, copular, vomitar, sangrar, barbear-se, cortar as unhas... tudo isso é objeto de prescrições minuciosas. (2006, p. 78)

Segundo Célia Daniele Moreira de Souza, as relações estabelecidas durante a vida, assim como as atividades prazerosas são apenas um reflexo “embaçado” daquilo que se terá na eternidade (2010, p. 2). Sob a visão do muçulmano, a sexualidade não se circunscreve a ser uma atividade do corpo, ela transcende a materialidade, está atrelada à alma: o ato sexual não é apenas uma atividade terrena, mas uma promessa, feita por Alá, para o paraíso (SOUZA, 2010). Mariane Venchi corrobora tais afirmações quando cita que:

[...] o prazer sexual está garantido no Paraíso do apóstolo de Deus. Em meio a promessas hedonistas além da imaginação humana, os homens terão a prerrogativa *post mortem* de ejacular por toda a Eternidade em 72 virgens no Paraíso, as “hur” ou “huri” - cujos hímens seriam milagrosamente restaurados a cada nova cópula - mencionadas e descritas no mínimo em cinco versículos do Corão. [...] Em um dos versos, são de fato descritas como “recompensa pela conduta do fiel” (56:22, 23). (VENCHI, 2012, p. 301/302)

Abdelwahab Bouhdiba traz também que as delícias do paraíso são igualmente carnis, assim como podemos ver na citação acima. Outra consonância entre

Bouhdiba e Mariane Venchi são as chamadas húrís, supostas esposas prometidas a todos aqueles que observarem o jejum durante todo o mês do Ramadã:

Cada húi se veste com setenta véus. Cada homem dispõe de setenta alcovas [...]. Em cada alcova dispõe-se de setenta camas, em cada cama uma mulher que aguarda o Eleito. [...] O apetite é multiplicado por cem. [...] A potência do homem é igualmente multiplicada várias vezes. Faz-se amor como antes se fazia na terra, mas cada gozo prolonga-se, prolonga-se e dura oitenta anos... (BOUHDIBA, 2006, p. 80/81)

Dessa forma, o gozo não se restringiria ao paraíso, estaria acoplado às vivências cotidianas do islâmico ao longo de sua vida. Abdelwahab Bouhdiba explicita que de modo algum o Islã procura depreciar o sexual, ele lhe confere, pelo contrário: “um sentido grandioso e dá-lhe tamanha investidura transcendental que a sexualidade não se vê penalizada (2006, p. 8)”. Para o autor, a existência islâmica “se fará [...] da alternância e da complementaridade da evocação do verbo divino e do exercício do amor físico (2006, p. 8)”, assim o diálogo com a divindade e o diálogo entre os sexos fazem parte do cotidiano. A prerrogativa de viver sua sexualidade cotidianamente é dada ao muçulmano, segundo Célia Daniele Moreira de Souza, no trecho do Alcorão (assim como há na Bíblia) onde está descrita a expulsão de Adão e Eva do paraíso. Trecho no qual Alá os envia à terra para que tenham “residência e gozo transitórios”. Marina Soares está em consonância com Souza quando explicita que: “o próprio castigo atribuído a Adão e Eva é sintomático do reconhecimento da corporeidade. ‘Allâh disse: Descei, sendo inimigos uns dos outros. *E tereis, na terra, residência e gozo até certo tempo*’” (SOARES, 2009, p. 17).

O gozo ao qual se refere o trecho do Alcorão provavelmente é mais do que apenas o deleite sexual, no entanto, pode-se dizer que o prazer do corpo será considerado e permitido, pois admite-se aí um corpo sexuado, ao qual permite-se a busca do gozo. A partir daí surge a necessidade de abordar o tema da sexualidade socialmente, bem como argumenta Bouhdiba:

Podemos apreender como, de maneira viva, o sexual se coloca a serviço do social e como este serve àquele. A sociedade muçulmana explora em proveito próprio os ímpetos do mistério sexual e os integra a comportamentos normais e estereotipados. O que poderia tornar-se força inconsciente e ruinosa para a sociedade e para os indivíduos transmuta-se em ritual e em mitos, cristaliza-se e perde, no fundo, todas as suas características mórbidas estranhas e reputadas perigosas. (2006, p. 80/81)

Para Marina Juliana Soares, “é pouco provável que alguma sociedade tenha suscitado mais reflexões sobre a sexualidade humana que a árabe-islâmica, entre

os séculos IX e XVI” (2009, p.11). Segundo a autora, não se pode pensar a sexualidade e o erotismo na sociedade islamizada sob o mesmo molde que em outras religiões: “proibição” e “tolerância”, não são palavras que permeiam o discurso sexual islâmico, em dissonância com o Cristianismo. Atribuir-se-á essa diferença de discursos, à fundamentação da possibilidade do gozo sexual, dentro do Islamismo (2009, p. 42).

De acordo com Boudihba, o prolongamento da vida, a felicidade e o apaziguamento das tensões estão atrelados à satisfação e a um gozo **legítimo**: “a visão islâmica do mundo desculpabiliza os sexos, mas faz isso para torná-los disponíveis, um para o outro, para realizar um ‘diálogo dos sexos’ no respeito mútuo e na alegria de viver (2006, p. 48).” Entretanto, deve se tomar cuidado para não gerar um juízo de valor errôneo sobre a sociedade islamizada. Mesmo que o homem islâmico pratique o sexo como uma “benção” concedida por Alá e dê lugar para o deleite em sua religião, não se deve imaginar os islâmicos com uma sexualidade “à flor da pele” (SOUZA, 2010, p. 9).

Dentro dessa lógica que dá lugar para o deleite foi produzido o livro “Speculum al joder”. Por ter sido escrito em língua árabe, interpreta-se que foi gerado por algum autor influenciado, não só pela medicina árabe, como também pela religião islâmica, dando lugar ao prazer de homens e mulheres: o que no discurso cristão, condenatório ao prazer, isso seria impensável.

O “Speculum al Joder”

O Speculum al joder traz, em sua primeira parte, os danos ocasionados ao corpo por ter muitas relações sexuais: “Digo que usar muito das relações sexuais mata o calor natural, acende o calor acidental e enfraquece todos os membros e obras naturais. [...] falha por isso a força, se entristece a pessoa, se fazem pesados seus movimentos [...]” (2000, p. 17).

Há uma relação saudável com o sexo, tratado como parte natural da vida humana: aceita-se que o ato sexual possa debilitar, mas apresenta-se formas de contornar os males advindos do sexo. Esses meios de recuperar o bem-estar passam pela indicação de métodos fáceis e naturais, com atenção para o papel da alimentação no equilíbrio dos humores.

Não só encontramos conselhos para sanar as afecções advindas do sexo, como receitas para que o corpo adquira plenas condições físicas de desempenhar sua função sexual e de possibilitar o maior deleite possível: “Quando lhe falte a força de tal modo que não possa ter relações sexuais, trate-o com comidas fáceis de digerir, como carne de pássaros temperada com vinho ‘oliente’ ou com vinho de passas, com mel velho²⁴⁸ (2000, p. 20)” Seguindo esses conselhos para alcançar as plenas condições de se relacionar sexualmente, encontra-se descrito na fonte histórica maneiras de aumentar o sêmen e “endurecer” o membro:

Remédio muito provado que aumenta o sêmen, dá força e endurece o pênis muito e fortemente: toma dois litros de leite fresco e uma onça e meia de canela bem moída, e deixá-lo repousar. Bebe-o em jejum e durante o dia em vez de água, até que se acabe.²⁴⁹ (ANONIMUS, 2000, p. 39)

Além de indicar maneiras de aumentar o volume de sêmen e “endurecer” o membro, há também no livro algumas receitas para aumentar o próprio órgão genital masculino:

Para fazer crescer o pênis; busque minhocas, das que existem nas hortas, debaixo da terra; pegue-as, seca-as, esmaga-as e misture-as com azeite de 'azufaifo'. Unte com isso o pênis, esfrega-o bem e deixa-o assim durante a noite; no dia seguinte lava-te com água tibia²⁵⁰ (ANONIMUS, 2000, p. 45)

A partir da teoria dos humores, o livro contra-indica o sexo para certo tipo de pessoas ou prescreve a prática em excesso para outros, baseado no discurso médico e natural. Dessa forma, é o conhecimento que se julga ter do corpo e seus tipos de compleições²⁵¹ que vai determinar quem deve ou não exercer intensamente a sua sexualidade.

No decorrer do texto o autor continua a indicar que os homens, cuja compleição é

²⁴⁸ Cuando Le falle La fuerza, de tal manera que no pueda joder, socórrele con comidas fáciles de digerir, como carne de pájaros adobada con vino oliente, o con vino de pasas, con miel vieja.

²⁴⁹ Medicina muy probada que aumenta el semen, da fuerza y endereza la verga mucho y fuertemente: toma dos litros de leche fresco y una onza e media de canela bien molida, y dejálo reposar. Bébelo en ayunas y durante el día envez de agua, hasta que se acabe. Sea tu comida un cordero tierno y bebo un bon vino para acompañarla. Harás esto durante siete días y durante este tiempo no debes ir con mujeres, pues es motivo para engendrar mucha esperma e incitar a desear el joder.

²⁵⁰ Para hacer crecer la verga: busca lombrices, de las que hay en los huertos, debajo tierra; cógelas, sécalas, machácalas y mézclalas con aceite de azufaifo. Untate con esto la verga, frótalo bien y dejálo así durante la noche; al día siguiente lávate con agua tibia. Otra medicina que hace crecer mucho la verga: coge sanguijuelas y ponlas en un pote al fuego, hasta que se sequen; muélelas y mézclalas con aceite de azufaifo. Frótate la verga y verás cómo crecerá mucho.

²⁵¹ Constituição do corpo de alguém; tendência comportamental, inclinação moral, temperamento; humor ou disposição de espírito.

quente e úmida, não devem deixar de fazer sexo, e diz também sobre o sono, os sonhos, a ejaculação durante a noite:

Quando aos dessa compleição lhes sucedem alguma dessas coisas devem seguir usando igualmente de ter relações sexuais, pois nestes que encontram muito prazer em fazer sexo, quando não o praticam lhes ocorrem as seguintes coisas: lhes sobrevém uma grande fraqueza, perdem a força e o sono, lhes treme o coração e lhes vêm outros maus sintomas. E se o deixam também lhes causa dano: de noite sonhando, ejaculam muito.²⁵² (ANONIMOUS, 2000, p. 23)

O remédio indicado pela fonte para os sonhos eróticos e para as poluções noturnas é fazer mais sexo, ao passo que o ideal monacal propunha exatamente o seu inverso: a contenção dos desejos até que eles se extinguissem.

É interessante notar que a obra, apesar de ser um tratado de conselhos destinado aos homens, dá lugar, não só às fantasias e ao deleite masculinos como ao prazer feminino, aconselhando aos seus leitores algumas ações que possam aumentar o prazer da mulher durante o ato sexual:

Remédio para untar o pênis e aumentar o prazer do sexo: toma gengibre e mói-o com mel; isso dá muito prazer a mulher, de maneira que unte o pênis quando tiver relações sexuais.²⁵³ (ANONIMUS, 2000, p. 44)

Em seu texto, o autor indica formas de proporcionar a satisfação sexual, considerando até mesmo formas de contornar a frigidez de algumas mulheres:

à mulher que o desejo e o orgasmo tardam em chegar, que o homem lhe faça cinco coisas: beijá-la, apalpá-la, lambiscá-la, apertá-la e feri-la com as mãos. Tudo isso também deveis fazê-lo às demais mulheres.²⁵⁴ (ANONIMUS, 2000, p.55)

Ao analisar a obra é surpreendente se deparar com o apelo ao sexo, e a ode ao prazer que encontramos. O livro, como vimos apresentando, tem o intuito de facilitar o acesso dos que o lerem ao deleite sexual. Seguindo esse preceito, sua parte final

²⁵² Cuando a los de esta compleción les sucede alguna de estas cosas, deben seguir usando igualmente el joder, pues en éstos que encuentran mucho gusto en el joder, cuando no lo practican les ocurren las siguientes cosas: les sobreviene una gran flaqueza, pierden la fuerza y el sueño, les tiembla el corazón y viénnles otros malos accidentes: Y si lo dejan también les hace daño: de noche, soñando, eyaculan mucho.

²⁵³ Medicina para untar La verga y aumentar el placer Del joder: toma jengibre y muélelo con miel; esto da mucho placer a la mujer, de manera que úntate la verga cuando vayas a joder. Para la misma cosa: toma pimienta común, pimienta larga, espliego, jengibre y almizcle, machácalo junto y mézclalo con miel y cuando vayas a joder úntate con ello la verga.

²⁵⁴ A la mujer que el deseo y el orgasmo le tardan en llegar, que el hombre le haga cinco cosas: besarla, sobarla, pellizcarla, estrecharla y herirla con las manos. Todo esto también debéis hacerlo a las demás mujeres. Debe besarla en la boca, las mejillas, los pechos, las piernas y el vientre. La sobará en la punta del nariz, las mejillas, los pechos, las piernas y el vientre.

compreende um tipo de tutorial sobre as posições sexuais:

[...] as maneiras de ter relações sexuais consistem em: levantar alguns membros e abaixar outros. É isso de duas formas: uma, movendo-se, e outra, estando quietos. Mover-se é abraçar, beijar, apalpar, cantar, beliscar, 'tirar del coño' e do umbigo e outras coisas parecidas. E outra coisa é fazer gestos ou sinais com os olhos, a boca, dizer alguma palavra, se mostrar alegre e incitá-la com todo o que possa, pois rindo-se dos gestos do homem, a mulher se excita, especialmente quando lhe põe uma cara e um sorriso bonitos, e seu rosto demonstra grande alegria.²⁵⁵ (ANONIMUS, 2000, p. 57)

Conclusão

A diferença primordial entre as fontes discutidas aqui é a concepção do sexo, e principalmente de desejo. O desejo carnal é visto como pecado no catolicismo, e no islamismo, por sua vez, tem um lugar estabelecido, tanto na medicina árabe, quanto dentro da própria religião.

Para a Igreja o casamento é santo, prestação de serviço a Deus: um sacramento com a função de procriar e de dar o débito ao cônjuge para que não caia no pecado da luxúria. O Livro das Confissões define o pecado da luxúria e condena a fornicação, assim o sexo apenas por prazer é taxado de pecado mortal e é explícita a desaprovação do “deleite desgovernado”, visto como “çugidade”.

Há uma linha muito tênue entre o sexo “pecado mortal” e o sexo “pecado venial”. Essa linha é definida a partir da forma como o leigo lida com o sexo, e a finalidade a que o procura: há uma grande diferença entre procurar a mulher por não conseguir deter seu corpo ou para estabelecer descendência, e procurar a relação sexual pelo deleite que ela pode lhe trazer. Para o “Livro das Confissões”, amar a mulher legítima com “ardor” e luxúria soa aos cristãos como um desrespeito a essa mulher e um descaso com os ordenamentos de Deus, pois o ideal do casamento cristão é o “josefita”, ou seja, puro e casto, sem relações sexuais.

No tratado médico, “Speculum al Joder” percebemos uma postura diferente, que não só dá lugar ao prazer como dá lugar ao prazer da mulher e dá dicas de como encadear o desejo em uma mulher frígida, ratificando o cultivar do desejo e do

²⁵⁵ Las maneras de joder consisten en: levantar algunos miembros y bajar otros. Y esto de dos formas: una, moviéndose, y otra, estando quietos. Moverse es abrazar, besar, sobar, cantar, cosas parecidas. Y otra cosa es hacer gestos o señales con los ojos, la boca, decir alguna palabra, mostrarse alegre e incitarla con todo lo que pueda, pues riéndose de los gestos del hombre, la mujer se calienta, especialmente cuando le pone una cara y una sonrisa bonitas y su rostro demuestra gran alegría.

prazer. No Islã medieval apresenta-se a visão de “mulher” atrelada ao sexo, à natureza, bem como no cristianismo. No entanto, ao invés de condenar essa situação, propõe que os homens satisfaçam suas esposas sexualmente, para que assim elas possam ser boas esposas e boas mães. Há um lugar e um sentido para o sexo dentro do Islamismo, o que se contrapõe ao ideal “josefita” cristão.

Sobre a condenação eclesiástica do sexo visando o prazer, é interessante apontar um trecho do “Speculum al Joder” onde o autor explicita que há homens que deixaram a prática sexual por *santidade* e enlouqueceram. O livro então *prescreve* a prática sexual aos homens, desaprovando o “deixar de ter relações” por motivos religiosos, o que configura uma diferença básica entre os dois livros.

Ao delimitar o que seria taxado de pecado mortal, o “Livro das Confissões” diz que os usos “desordenados dos membros naturais” e a mudança das “posições naturais do homem e da mulher” configuram pecado mortal, pois usar os membros de forma diferente aponta a tentativa de obter maior deleite. A Igreja também condena o uso dos corpos de forma a impossibilitar a procriação, por exemplo o sexo anal e a masturbação.

O Islã também condena o sexo anal, mas não determina o que seria a relação natural, ou a posição da mulher e do homem, bem como não condena a busca do prazer. Tal fato pode ser exemplificado na parte final do “Speculum al Joder” que contém várias posições de como se praticar o sexo das mais variadas formas, possibilitando um deleite ainda maior.

Assim, há uma diferença muito clara entre o livro de Martin Pérez e o “Speculum al Joder”: o livro eclesiástico se opõe ao ato de alimentar a excitação sexual²⁵⁶, o que é estritamente inverso dentro do tratado médico. O “Speculum al Joder” não só traz as já referidas formas de se excitar uma mulher frígida, como apresenta comidas e receitas que aumentem o desejo e o apetite sexual. Martin Pérez cita exatamente que ingerir produtos que aumentem a luxúria apontaria ao confessor que o fiel estaria em busca do prazer e do deleite, configurando pecado mortal.

²⁵⁶ O segundo sinal do intercurso sexual ser um pecado mortal, Martin Pérez diz que é o “*departimento*” de calor natural, havendo pequena ou nenhuma tentação, “pois é quando os casados aumentam o calor e o humor da luxúria ‘*spertando*’ a carne com suas mãos, ou com seus membros ou com ‘*trebelhos*’ ou com outros feios ‘*affazimentos*’” (2012, p. 431).

Ao longo da leitura do Livro das Confissões, é perceptível a forma como a Igreja procura regular e controlar as vivências sexuais do laicato cristão, buscando coibir e refrear o desejo sexual. O Islã não proíbe a sexualidade e não condena o desejo, mas também regula as vivências sexuais, o que se percebe na proibição do sexo anal e das relações de adultério.

Esse é outro ponto passível de comparação, no qual podemos constatar certa similaridade: Martin Pérez explicita uma gradação no caráter de pecado mortal, argumentando que este é pior ainda entre os adúlteros. O Islã, por sua vez, condena o adultério com pena de morte por apedrejamento. O “Speculum al joder” se abstém de entrar nesse mérito.

Sobre os “tempos proibidos” de ter relações sexuais, citados por Pérez e também por Jérôme Baschet e Flandrin, podemos comparar com os tempos de jejum no Islã, como o mês do Ramadan, no qual os islâmicos devem se abster de comer, beber, fumar e, inclusive, de ter relações sexuais durante o dia. Não chega a ser uma condenação do prazer como no cristianismo, mas é uma forma de regular também a atividade sexual, no que tange ao uso dos corpos em períodos determinados.

As proibições sexuais durante o tempo de fluxo menstrual remontam também ao estigma do sangue e estão presentes nas duas religiões: tanto o cristianismo quanto o islamismo proíbem o ato sexual durante o período menstrual.

Um ponto já tocado ao longo do trabalho são os sonhos e as poluções noturnas. Enquanto o “Livro das Confissões” e o ideal monacal propunham a abstenção de sexo até que esses sonhos parassem de aparecer. Já o “Speculum al joder” orienta que os que apresentarem esse quadro pratiquem sim o sexo, pois o sonho manifesta uma falta, e é preciso buscar o equilíbrio.

Uma citação do “Speculum al joder” explicita que a sexualidade é uma coisa espiritual, normal a todos os animais e sentimentos:

Aconselho ao que experimentou o castigo e suplico ao que guarde os conselhos desse livro, que sua vontade seja firme. Esta vontade é a de praticar o sexo. Conhecer este desejo é uma coisa espiritual que cumprem

todos os animais e alcançam todos os sentimentos.²⁵⁷ (ANÔNIMUS, 2000, p. 45)

Enquanto o sexo é tido como um entrave para a espiritualidade e para o contato com Deus no discurso eclesiástico, dentro da fonte “Speculum al Joder” e do Islamismo é tida como integrante da espiritualidade. Essa é a diferença primordial entre as duas religiões no trato ao sexo. Diferença essa que possibilita a produção de um tratado médico com a liberdade que encontramos no “Speculum al Joder”.

Entretanto, nem sempre o “Speculum al joder” receita e propõe a atividade sexual. Seria errôneo dizer que o livro ou mesmo o Islã medieval propõem uma sexualidade “desregrada”, haja vista serem citados, no início da obra, os malefícios de se praticar o sexo em demasia. Não há a condenação proposta pelo cristianismo, mas há regras e tentativas de regular, a seu modo, a sexualidade. A fonte aqui estudada, por sua vez, traz o discurso médico e, portanto, regula o sexo a partir do corpo e da natureza, visando o equilíbrio. Fala-se dos malefícios naturais de se fazer muito sexo e percebe-se uma regulamentação fundamentada em outra base discursiva, diferente da do pecado e da condenação.

Assim, finaliza-se esse trabalho, pontuando as diferenças entre as duas religiões e ressaltando que as sociedades regulam as práticas sexuais, mesmo inserindo-as ou proscurendo-as do discurso religioso. Dessa forma, reiteramos que o discurso religioso está atrelado ao processo civilizador, que objetiva distanciar cada vez mais seus fieis do estado de natureza. Ao objetivar esse distanciamento, torna-se preciso que as sociedades e religiões dominem e controlem as práticas sexuais, permitam-nas com ressalvas como no catolicismo ou dêem a elas novas significações, inseridas e regulamentadas dentro do próprio discurso religioso como no Islamismo.

²⁵⁷ Aconsejo al que experimentó el castigo y suplico al que guarde los consejos de este libro, que su voluntad sea firme. Esta voluntad es la de joder. Conocer este deseo es una cosa espiritual que cumplen todos los animais y alcanzan todos los sentimientos.

Referências bibliográficas

ANONIMUS. **Speculum al joder**. Ed. VINCES, Teresa; Barcelona: José J. de Olañeta, 2000.

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Do mosteiro à universidade: considerações sobre uma história social da medicina na Idade Média. **Aedos**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 2, p. 36-55, 2009.

ALVES, Rubem. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Paulinas, 1982.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. Trad. De Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BRUNDAGE, James A. Ley. **El Sexo Y La Sociedad Cristiana En La Europa**. México: Fondo de cultura econômica, 2001.

BROWN, P. Antiguidade Tardia. In ARIES, P. & DUBY, G. (org.) **História da Vida Privada**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOUHDIBA, Abdelwahab. **A sexualidade no Islã**. Trad: Alexandre de Oliveira Torres Carrasco. São Paulo: Globo, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O combate da Castidade*. In: ARIES, Philippe, BÉJIN, André. (Org.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**: a confissão católica séculos XIII a XVIII. Companhia das letras: São Paulo, 1991.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo**: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). Bauru: EDUSC, 2003.

LE GOFF, Jacques. A Recusa do Prazer. In: **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Edição Especial da Revista L'Histoire/Seuil. Porto Alegre: L&PM, 1992. p.150-162.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed.

Campinas: Pontes, 2009.

PÉREZ, Martin. **Livro das Confissões**. Edição de: MACHADO, José B.; MOREIRA, Alberto Torres. Braga: Vercial, 2012.

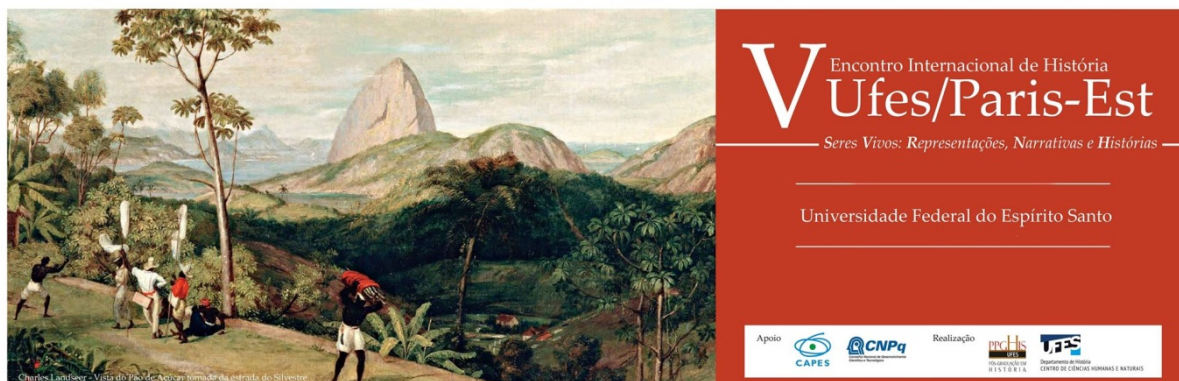
RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo Reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja católica; tradução Paulo Fróes - 3.ed. – Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1996.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiame, 1983.

SOARES, Marina Juliana de Oliveira. **Erótica sem véu**: O corpóreo-sexual na sociedade árabe-islâmica clássica (século XII-XIII) Dissertação (mestrado). São Paulo, 2009.

SOUZA, Celia Daniele Moreira de. A sexualidade no Islã clássico através de Nafzawi em “Campos Perfumados” (Séc. XV.). Dossiê Estudos Árabes & Islâmicos. **Litteris**: Rio de Janeiro, 2010.

VENCHI, Mariane. **Cavalcada ao centro da Terra**: rotas para uma erótica árabe e indiana. *Cad. Pagu* [online]. 2012, n.38, pp. 281-308. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n38/n38a10.pdf>. Acesso em: 25/07/2014.



REI, CLERO E REPUBLICANOS: AS REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS SPECTADOR BRASILEIRO E O VERDADEIRO LIBERAL NO ANO DE 1826.

Arthur Ferreira Reis
Mestrando em História – UFES

RESUMO: O período que vai de 1824 até o início de 1826 é considerado pela historiografia como relativamente tranquilo. O fechamento abrupto da Constituinte e o exílio de grande parte dos opositores do governo deram tranquilidade para que D. Pedro I e os áulicos levassem a frente seus projetos e dominassem a cena pública. Entretanto, essa suposta tranquilidade foi abalada pela chegada de Mr. de Chapuis ao Brasil. Suas idéias e suas opiniões, que desagradavam o governo, rapidamente encontraram a oposição de seu compatriota, Pedro Plancher, dono do periódico *O Spectador Brasileiro*. Movidos por intenções políticas distintas, lançaram mão de uma série de assuntos para defenderem suas posições. Nesse sentido, tentaram construir *modelos e anti-modelos de Reis*, imagens do Clero e dos republicanos. Utilizando a retórica como chave de leitura, tentamos compreender como esses dois jornalistas enxergavam estes personagens, para podermos, dessa maneira, percebermos suas intenções com essas representações.

Palavras Chave: Imprensa; Política; Chapuis; Plancher; Retórica.

ABSTRACT: The period from 1824 until the beginning of 1826 is considered by historiography as relatively quiet. The abrupt closure of the Constituent and the large proportion of government opponents in exile gave tranquility to D. Pedro I and the courtiers would lead forward their projects and dominate the public scene. However, this supposed tranquility was shattered by the arrival of Mr. Chapuis of Brazil. Their ideas and their opinions, who displeased the government, quickly found the opposition of his compatriot, Pedro Plancher, periodic owner *O Spectador Brasileiro*. Moved by different political intentions, seized a number of subjects to defend their positions. In this sense, tried to build *models and anti-models of Kings*, *pictures* of the Clergy and the Republicans. Using rhetoric as a key to reading, try to understand how these two journalists They saw these characters, so that we can, in this way, we realize your

intentions with these representations.

Keywords: Press; Politics; Chapuis; plancher; Rhetoric.

Em 2000 José Murilo de Carvalho publicou um artigo no qual fez uma longa discussão sobre a importância da retórica na vida intelectual do Brasil Império. Ao final de seu instigante artigo, deixou um convite e uma sugestão aos pesquisadores para que, aos interessados em história intelectual, utilizassem a retórica como chave de leitura e, além disso, percorressem os textos em busca de estilos, modos de dizer e figuras de linguagem que pudessem estar presente neles (CARVALHO, 2000). Esse trabalho tenta se situar nessa temática, utilizando a retórica como chave de compreensão para as intenções de dois jornalistas franceses radicados no Brasil do Primeiro Reinado. Nosso objetivo é compreender os efeitos desejados e o que era deixado subentendido por Plancher e Chapuis quando falavam em reis, no clero e nas republicas americanas.

De início devemos apresentar as estratégias retóricas que serão por nós destacadas. Utilizamos como base a obra Tratado de Argumentação de Chaïm Perelman e Tyteca. Destacamos aqui os *modelos*, utilizados para fazer relações entre o real, o particular e o desejado. O *modelo* se concentra em uma pessoa ou instituição de alto prestígio para conter todas as qualidades e características que um grupo ou uma pessoa devem seguir. De maneira contrária, o *anti-modelo* contém tudo que não pode ser seguido. Para valorizar seus *modelos* e *anti-modelos*, os oradores tendem, normalmente, a omitirem ou inventarem características que possam tornar os primeiros mais perfeitos, e os segundos mais imperfeitos. Por além disso, as *analogias* também eram constantes. Por *analogias* entendemos a relação entre duas sentenças para se chegar a um resultado, aparentemente, lógico.

O início do século XIX foi um momento único e muito conturbado da história brasileira. Inserido em tempos de revoluções em todo o mundo, a família de Bragança teve que se adequar aos novos tempos para conseguir manter, sob sua dinastia, os territórios da América e da Europa, mesmo que separados politicamente. Nos momentos de maior agitação no Brasil, o então príncipe regente, Pedro, soube controlar a situação e articular politicamente as elites para manter, sob sua cabeça,

a coroa brasileira.

Para Iara Lis Carvalho de Souza, por ocasião do Movimento Constitucional, quando Pedro apareceu no teatro (em 26 de fevereiro de 1821) com seu pai para jurar a Constituição, foi visto pela primeira vez como o anjo da paz, o responsável por resolver um impasse político entre elites e “povo” (SOUZA, 1999, p.96), passando a ser visto como o indivíduo capaz de acalmar a praça pública, aparecendo como “um instrumento da vontade geral, no entender dos constitucionais, e podia exercer a autoridade pública” (SOUZA, 1999, p.97), que “não dispensa a cena pública, antes sabe domá-la.”. Desse momento em diante, o Partido Brasileiro uniu a própria pessoa de Pedro ao projeto constitucional (SOUZA, 1999, p.99).

A construção da *persona* de Pedro como Imperador foi complexa. Era fundamental que os signos e sentidos da realeza circulassem por todo tecido social para que fossem comunicados e apreendidos (SOUZA, 1999, p.53). O processo de adesão à D. Pedro I foi patrocinado pelas Câmaras. Nesse sentido, reconhecia-se a autoridade local e unia-se a reconhecimentos de sua legitimidade em comemorações internas e locais, dentre as quais, se revelava como necessidade para a criação do novo pacto para formação da Constituição liberal (SOUZA, 1999, p.143). Através das festas, e, “armando-se com as práticas e representações do passado, as Câmaras e o príncipe celebravam um contrato completamente novo, calcado em princípios liberais” (SOUZA, 1999, p.147).

Porém, por mais que as Câmaras se definissem como local da elite, a população também se fazia ouvir, pois era maior seu poder de pressão nas Câmaras do que no monarca distante (SOUZA, 1999, p.146), “estas adesões se caracterizavam por embates sociais e pela presença marcante das camadas mais populares, com diversidades étnicas e de interesses.” (SOUZA, 1999, p.150). O “povo” ocupava as praças e ruas nas festas realizadas pelo processo de separação, nos quais expressavam seus desejos e discordâncias (SOUZA, 1999, p.120). As camadas populares viam nessa mudança da esfera pública uma oportunidade de mudar de vida e alcançar seus desejos, o que aumentava a participação no processo de adesão, mesmo que não visassem a Independência em primeiro plano (SOUZA, 1999, p.169).

Para as elites, a adesão da população à D. Pedro I significava o estabelecimento e a continuidade da ordem social, que era marcada por instrumentos de coerção que legitimavam a dominação por parte das elites. A *persona* do príncipe se associava a uma série de leis e regras que atendessem ao poder local (SOUZA, 1999, p.168), fundando-se numa troca, onde os súditos se comprometiam a obedecer e o rei os proteger (SOUZA, 1999, p.171), ligando a pessoa do imperador diretamente com a constituição (SOUZA, 1999, p.201) e a constituição a um pacto social fundado entre o indivíduo e o monarca (NEVES, 2009, p.185), que garantia a continuidade da ordem social existente. Diante de suas atitudes vistas como liberais, D. Pedro I se tornava o *modelo* perfeito de um rei constitucional.

Porém, se D. Pedro I se tornou uma peça fundamental no plano das elites fluminenses, sua *persona* não foi uma unanimidade em todas as províncias. As elites regionais, principalmente a pernambucana e a baiana, tinham projetos políticos que destoavam dos planos das elites fluminenses (MELLO, 2004, p.11). A partir dos estudos de Evaldo Cabral de Melo podemos perceber que existiam diversos projetos políticos presentes no processo de Independência, e não um projeto unânime em todo o território nacional.

A Confederação do Equador foi o primeiro movimento de grande porte a contestar, de maneira contundente, o poder do novo Imperador do Brasil. O governo imperial promoveu uma forte repressão ao movimento, e após de alguns meses de guerra conseguiu dispersar os insurgentes e prender seus principais líderes. Entretanto, o movimento fez surgir um receio dos liberais pelas atitudes autoritárias de D. Pedro I.

Em 1825 a província da Cisplatina, imbuída de sentimentos nacionais, formou a expedição dos “33 orientais” liderada por Lavalleja. Incentivados e aliados ao governo de Buenos Aires, no mesmo ano declarou guerra ao Império do Brasil. O conflito se arrastou até 1828, e, além de destruir as já precárias finanças do Brasil, o pomposo título de Império viu-se esvaziado pela perda do conflito militar contra uma pequena província e uma república que ainda sofria com guerras internas (FERREIRA, 2009, p.329).

Ambos os conflitos e as maneiras com que foram tratados pelo governo imperial contribuíram, entre outras coisas, para o desgaste da *persona* de D. Pedro I com o

grupo dos liberais, que reorganizados e reagrupados ressurgiram na cena pública com a reabertura da Câmara em 1826. Descontentes com a situação política, pois estavam alijados do poder, econômica, graças à enorme crise econômica do Brasil (principalmente, dos altos impostos causados para custear a Guerra da Cisplatina) e social, pois viam atemorizados pelas manifestações populares, percebiam que estava na hora de voltarem à cena pública. Entretanto, agora vinham apoiados por um forte setor de abastecimento. A partir de 1826, uniram-se em torno de nomes como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcellos, homens que lideravam uma tropa coesa, experiente e bem abastecida.

Da mesma maneira que foi feito na Aclamação de D. Pedro I, os Liberais perceberam que, para destituir o monarca, seria necessário o apoio das ruas. Para tal fim, a imprensa liberal usou da astuta estratégia de, gradativamente, associar o Imperador com os portugueses, destruindo sua imagem de constitucional e liberal, e, paulatinamente, alcunhado o Imperador de absolutista, português e autoritário (RIBEIRO, 2001, p.144), fazendo com que deixasse de ser um *modelo*, e se transformasse em um *anti-modelo*. Uma das estratégias utilizadas pelos liberais foi a utilização da imprensa para desgastar a imagem de D. Pedro I. Em uma segunda onda oposicionista ao governo, os jornalistas transformaram-se na principal arma dos liberais.

Em 1826 saiu à luz o jornal *O Verdadeiro Liberal*, escrito pelo francês Mr. de Chapuis, antigo bonapartista e recém chegado ao Brasil. Aventureiro que havia participado das revoluções liberais de Portugal, Itália e Espanha (PUIGMAL, 2013), veio para o Brasil para dar continuidade a sua missão política. Rapidamente se desiluiu com o governo e passou a fazer veladas críticas ao ministério imperial, defendendo a autonomia provincial e criticando suas atitudes autoritárias. Conseguiu adversários dos mais diversos, e o mais empenhado deles foi um conterrâneo, Pedro Plancher, redator do jornal *O Spectador Brasileiro*. Plancher tinha opiniões políticas diferentes. Defendia um governo forte e centralizado na pessoa do Imperador. Pregava o afastamento das republicas vizinhas e a aproximação do Brasil com o modo de governo (monárquico) e com a nobreza europeia.

Chapuis imprimia constantemente em seus jornais fatos sobre o Rei da Baviera. No período em que ele publicava tais notícias, no ano de 1826, quem governava o reino

bávaro era Luis I, e, fatos verídicos ou não, Chapuis buscava montar um *modelo* de rei a ser seguido por D. Pedro I. Logo após subir ao trono, dizia Chapuis, o rei buscou fazer uma avaliação financeira do reino e

seus primeiros cuidados depois de sua exaltação tem tido por objecto o allivio dos povos. Elle tem nomeado commissões para fazer reformas, e as tem prezidido com assiduidade. Seu zelo não se limita a palavras, e a promessas, este Principe dá elle mesmo o exemplo da economia(...) Tem diminuído pensões não merecedias, ou concedidas a homens ricos; ao mesmo tempo que tem cuidadosamente conservado, e augmentado as pequenas pensões dos pobres, das viúvas, dos órfãos, e dos jovens estudantes.(O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº7)²⁵⁸

Além das qualidades econômicas, destacou que “A bondade natural do Principe he fortificada por um verdadeiro sentimento de religião” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº7), e nem mesmo a sua frágil saúde tem impedido o rei de trabalhar em prol dos povos. Segundo ele, o rei disse que devia

sacrificar a minha vida ao meu povo; mui ditoso se abreviando os meus dias abreviar os seus soffrimentos. A perda de um Rei repara-se no dia seguinte; mas são necessários longos annos para reparar os males, que uma má administração póde causar á uma nação. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10)

Diante de todas essas atitudes beneméritas, recebeu o título de “rei dos camponeses”, um título que era o que mais ambicionava (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº13). O rei *modelo* deveria ser zeloso com as finanças e bondoso com o povo, e, principalmente, ter em mente que a majestade não é o bem mais precioso de um país, já que a “perda de um Rei repara-se no dia seguinte”, enquanto a nação continua viva.

Se o rei da Baviera era o *modelo* a ser seguido, o seu *anti-modelo* era o reino espanhol. Segundo Chapuis, certa vez, em um teatro durante a exibição de peça *Numancia* de Cervantes, cada vez que a palavra *Pátria* e *Liberdade* eram ditas,

erão acompanhadas de Vivas continuados, que sahião de todos os pontos da sala, e que não poderão ser suffocados por todos os esforços das authorities, tendo mesmo lançado mão de medidas violentas para com alguns jovens. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº2)

Diante disso, Chapuis afirma que “no dia seguinte o Governo prohibio não só a representação d’aquella tragédia, mas até que se vendesse nas lojas de livreiros.” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº2). Essa disposição despótica do governo

²⁵⁸ As citações preservarão os erros gramaticais dos autores.

espanhol era causada pelo seu Clero. Dizia ironicamente que “He uma classe verdadeiramente útil a dos frades”. Eles realmente “sabem dar conselhos aos Reis!”. A prova seria o discurso que os frades espanhóis haviam dirigido ao rei Fernando VII:

Senhor. – Vós sois Rei Absoluto, Deos nos defenda de jamais contestar-vos este título; até faremos matar, se necessário for, os que se atreverem a desejar, que o vosso poder fosse limitado; mas queremos que o vosso primeiro Ministro seja a nosso favor, e governe, segundo a nossa vontade; se recusardes, tendes toda a liberdade, não faremos por agora conspiração alguma, pois que respeitamos mui bem a vossa legitimidade, mas vós não tendes hum real nos vossos cofres, quando pelo contrário nos nossos achase toda a da Hespanha; se a vossa legitimidade não for docio, deixa-la-hemos morrer de fome. Viva EI-Rei Absoluto. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº3)

Por causa dessas atitudes absolutistas, a Espanha tornava-se um *anti-modelo* de governo para o Brasil, e o clero se tornava o maior *exemplo* de partidário do absolutismo.

Já Plancher tinha como *modelo* Napoleão Bonaparte. Famoso bonapartista em Paris, quando chegou ao Brasil teve suas malas presas na alfândega. Utilizando-se de sua lúbia e habilidade de se promover, rapidamente conseguiu a liberação de seus bens e ganhou o título de impressor imperial. Rapidamente percebeu em D. Pedro I a possibilidade de rever as características de Napoleão serem revividas, e, como conseqüência disso, tratou de fazer propaganda das qualidades de Napoleão. Segundo ele, Napoleão havia sido o “Gênio Salvador da França, na formidável época da Anarquia Jacobina” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº20). Foi ele quem

mostrou o Codigo das leis , e a Religião, a moral, a Justiça banidas entao subirão de novo sobre altares; facções incendiarias cingirão de famintos punhaes os porticos do Cidadão tranquillo, do Amigo das sciencias, e das Artes; elle desembainhou a espada, e os assassinos beijarão o pó trentendo com receita o da vingança. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº20)

De tantas atitudes benfeitoras, o dia de nascimento de Napoleão havia tornado-se “hum dia sómente Religiozo, separado para sempre das ceremonias politicas, e da alegria Nacional da França”, e, mesmo com sua morte, havia um clamor pela volta de Napoleão, onde se ouvia sua voz, mas era “huma iluzão”, tratava-se apenas do “coração que julga ouvir aquelle que jaz no eterno silencio dos mortos. he o amor que debalde se exforça em reanimár o heróe separado a imensa familia dos

Francezes reconhecedores” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº20).

Plancher também tentava *ilustrar* as qualidades militares de Napoleão em D. Pedro I, e era comum ver em seus jornais notícias de visitas do Imperador em fortes e arsenais de guerra. Em uma delas dizia que

A 9 horas pouco mais ou menos voltou S. M. I. ao Arsenal a fim de presidir Elle mesmo ao embarque. Sua Angustia Presença cansou tanto na tropa como nos numerosos espectadores espalhados dentro do Arsenal e até mesmo na muita gente amontoadas no morro de S. Bento, o mais vivo entusiasmo que se patenteou com vivas energicos no imperador Constitucional. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº15)

Essa atitude de D. Pedro I não era nada além “d'aquella prodigiosa actividade e desembaraço que nós todos Lhe conhecemos” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº15). Inúmeras eram as descrições de visitas de D. Pedro I aos fortes além das muitas proclamações por ele feitas às tropas.

Enquanto Napoleão era o *modelo*, as repúblicas vizinhas eram o *anti-modelo*. Citava filósofos como Rousseau, “cheyos das idéas de hum republicanismo exagerado, [que colocavam] a Liberdade senão em o mais alto grão de poder, que o homem vivendo em sociedade pode tocar.” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251), criticando-os e afirmando que a liberdade deveria ser limitada, pois “a experiência, se lhes faz observar, que quanto mayor poder se se dá á cada Cidadão, menor se torna a tranqüilidade de todos”, e é provado que “os Governos absolutamente Democratico, são os mais expostos ás revoluções e ás tempestades” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251) Para o redator, o verdadeiro erro desses sistemas políticos estava no fato de que “os seus Auctores fazem mais caso do poder, do que da segurança do Cidadão, em quanto que se devia attender mais á segurança do que ao poder” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251). Para Plancher, isso era um erro, pois

A Natureza não nos tem feito homens para nos fazer livres, mas ella nos criou livres para nos pôr ao alcance de cumprir com o destino commum á todos os homens. Ora os homens são destinados á viver em sociedade; não podem viver n'ella tranquilamente sem pôr em commum toda a porção de Liberdade cujo sacrificio se julga necessário á boa ordem da sociedade de que são membros. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251)

A tranquilidade nessas sociedades era nula, pois “que tranquilidade e que segurança se pode esperar daquellas sociedades políticas em que cada hum dos Cidadãos toma huma parte activissima no exercicio da Soberania”. Sendo assim,

nessa perspectiva interpretativa, era “hum absurdo considerar como livres só aquelles homens, que vivem n’hum paiz, em que cada hum he actualmente, e de facto, associado illimitadamente ao exercicio do poder Soberano.” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251). Concluía que

não ha verdadeira Liberdade se não naquelles governos, cuja Constituição tanto se oppoem á tyramnia como á licença. A licença he o ultimo termo do abuso dos poderes individuais; a tyramnia he o ultimo termo do abuso dos poderes publicos. O povo mais livre he em consequencia aquelle, cujas Leys deixão a manor possibilidade possivel á estas duas especies de abusos. Quando se diz que huma boa Legislação deve favorecer a Liberdade, entenda-se que ella deve prevenir tanto quanto he possivel, o abuso de todos os poderes, ou publicos, ou individuais. (SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, nº251)

la além, pois, se a república era tão ruim, o Brasil devia se aproximar das constituições europeias. Dizia que o país estava “rodeado de pequeninas republicas desvairadas por systemas de matefysica legislação”, que para não se contaminar com esses “sistemas metafísicos”, deveria o Brasil fazer sua “Constituição mais analoga as actuaes das potencias Europeas” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº27).

Dizia que as repúblicas eram “taõ fataes aos homens de bem, aos ricos proprietarios, aos benementos da patria” e até mesmo aos “mesmos mais encarniçados Democratas” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº5) e declara, em nome do povo brasileiro, “odio eterno ao estabelecimento das Democracias, assim como á toda a forma de Governo que se confunda com esses systemas hoje mui desacreditados” (SPECTADOR BRASILEIRO, 1824, nº6). Em sua visão, as democracias e a América eram locais de perigo e insegurança, enquanto a Europa e as monarquias constitucionais seriam locais de segurança e tranqüillidade.

Diferente dele, Chapuis pregava a aproximação com as repúblicas americanas e com a liberdade. Segundo ele, o país devia estar de olho e, se pudesse, participasse do Congresso do Panamá ocorrido em 1826 e organizado pelo “immortal Bolivar” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10), que buscava maior integração entre as repúblicas americanas recém independentes. Incomodado com a falta de noticias sobre o assunto no Brasil, questionou se

O que se passa no Congresso do Panamá não nos interessa mais do que a qualquer outro? No emtanto ainda ninguém aqui tratou de tal matéria; parece, que he fructo prohibido, e que Panamá he uma daquellas palavras

da antiga linguagem de que se pede explicação. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10)

Na mesma edição fez uma singela apologia ao sistema federativo norte americano, dizendo que as nações do Congresso não aceitariam formar uma federação, “por maior perspectiva que lhe apresenta uma federação estreita, intima, como a dos Estados Unidos da America do Norte.” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10).

Dizia também que “Todos os annos a Europa Espera com anciedade pelo discurso de abertura do Congresso Americano” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10). Reproduzia em seu jornal as palavras do presidente norteamericano, que dizia que

ha dez annos, que todos os Governos da Europa tem aprendido a conhecer successivamente, sejam quaes forem as suas Constituições, que o fim das suas instituições he a *felicidade do Povo* e que o exercicio do poder entre os homens só pode ser justificado pelas vantagens que procura para aquelles, sobre quem se estende. „A Liberdade, continua o Presidente, he a força; a Nação que gosa da maior porção de liberdade deve ser a mais poderosa do mundo; o homem revestido do poder não o recebeo para cumprir os designos da providencia se não com a condição de servir-se delle unicamente para melhorar a sua propria condição, e a dos seus semelhantes. (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, nº10)

Diante dessas analogias devemos nos concentrar em alguns significados implícitos. A América nos oitocentos, principalmente nos períodos de independência das colônias, ficou associado ao regime republicano e à liberdade política (SEBASTIÁN, 2009, p.58), e os Estados Unidos serviram de exemplo principal (SEBASTIÁN, 2009, p.62). Da mesma maneira, os Estados Unidos também era utilizado como exemplo positivo pelos partidários do federalismo (SEBASTIÁN, 2009, p.444). Aos opositores do governo republicano, a América servia como referência negativa graças às repúblicas hispânicas, vistas como conturbadas e portadoras de sistemas prejudiciais à liberdade, estabilidade e segurança (SEBASTIÁN, 2009, p.64).

Concluindo, um leitor despreocupado com os artifícios retóricos poderiam ter interpretações errôneas sobre os fatos expostos nos jornais. Ao aludir à Espanha e ao Clero como local de absolutismo e violência, Chapuis buscava não só expor fatos, mas sim criar um *anti-modelo* para o Brasil. Da mesma maneira, ao publicar noticias sobre o governo norte-americano e sobre o Congresso do Panamá, buscava fazer propaganda desses países e eventos para, implicitamente, fazer alusão ao governo federativo e, até mesmo, republicano. Já Plancher caminhava no sentido inverso. Mesmo que carregado de um forte sentimentalismo, buscava trazer, através

de Napoleão, o *modelo* de um governo centralizado e forte que pudesse dar segurança aos cidadãos. Juntamente com isso, buscava criar um *anti-modelo* caucado nas repúblicas americanas como prejudiciais à segurança.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil**: a retórica como chave de leitura. Topoi. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998,.4.

FERREIRA, Gabriela. *Conflitos no Rio da Prata*. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1831)**. 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p.329.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: Carvalho, José Murilo; Neves, Lucia Maria Bastos P.. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p.185.

O Verdadeiro Liberal. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>, acesso em 23/04/2015.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005,

PUIGMAL, Patrick. Brasil Bajo Influencia Napoleónica y Francesa. Los Mensajeros de la Independencia: Militares, Libreros y Periodistas. In: **Revista História UC**, Chile, v.1, nº 46, 2013, 113-151.

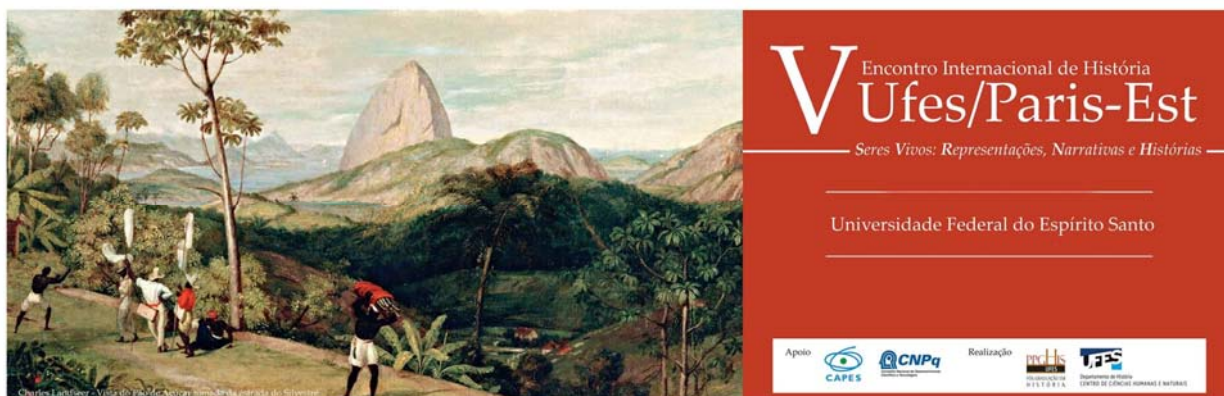
RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção**: Identidade Nacional e

conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. 1997. 550 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). **Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano**. Madrid: Ministerio de Cultura, 2009. 1422p.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: UNESP, 1999.

Spectador Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 1824-1826. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>, acesso em 23/04/2015



AUTONOMIA E PRAGMATISMO: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL E ECUMÊNICO

Auxilia Ghisolfi Freitas
Mestre em História – UFES

RESUMO: De 1930 a 1945, a política externa brasileira buscou estabelecer uma relação negociada com as potências hegemônicas e o capital estrangeiro. Esse processo ganha ênfase no período de 1961 a 1964 com a Política Externa Independente. Com algumas particularidades que marcaram a conjuntura histórica de cada governo, a política externa brasileira possui acentuados traços de continuidade no decorrer do século XX. Apesar do regime de exceção instalado no Brasil em 1964, e um breve alinhamento com os Estados Unidos da América, no governo de Castelo Branco, a política externa de Geisel, retoma os princípios da Política Externa Independente com uma nova estratégia de inserção internacional do Brasil que tinha como premissa liberar-se dos vínculos ideológicos. Nesse sentido, o objetivo da presente comunicação é descrever os dois momentos da política externa brasileira, destacado suas semelhanças e diferenças.

Palavras chaves: Política Externa Independente; Regime Militar – Empresarial; Autonomia; Pragmatismo; Ecumenismo.

ABSTRACT: From 1930 to 1945, Brazilian foreign policy tried to establish a negotiated relationship with the hegemonic powers and foreign capital. This process gained emphasis on the period between 1961 to 1964 with the Independent Foreign Policy. With some particularities that marked the historical context of each government in the course of the twentieth century, Brazilian foreign policy has accentuated continuity traits. Despite the authoritarian government installed in Brazil in 1964, and a brief alignment with the United States of America in Castelo Branco's government, the foreign policy of Geisel, named as Responsible Pragmatism and Ecumenical resumes the principles of Independent foreign policy, with a new strategy for international insertion of Brazil which was premised break with the ideological ties.

In this way, the purpose of the current text is to describe the two moments of the Brazilian foreign policy, highlighting their similarities and differences.

Keywords: Independent Foreign Policy; Military Regime - Business; Autonomy; Pragmatism; Ecumenism.

Política externa brasileira a partir de 1930

No conjunto das Relações entre os Estados Nacionais, a política externa é um dos instrumentos com o qual os governos determinam os destinos da nação, administrando conflitos, exercendo a cooperação ou fazendo a guerra. No Brasil, desde a República Velha, o Barão do Rio Branco promoveu uma mudança na condução da política externa brasileira através de uma “aliança não escrita com os Estados Unidos da América”. Conforme LIMA (2004), o objetivo principal da gestão de Jose Maria Paranhos Junior consistiu no fortalecimento da amizade entre as duas nações americanas servindo como meio para que o Brasil pudesse afirmar sua liderança diplomática na América do Sul e projetar-se em um cenário diplomático mundial em constante mudança.²⁵⁹

A partir da década de 1930, novas forças políticas emergiram na forma de um movimento nacional que encerrou a hegemonia da “república oligárquica agroexportadora” levando Getúlio Vargas ao poder. A meta de industrialização do Brasil foi conduzida como um projeto de Estado, influenciando diretamente na condução da política externa, que passa a ser utilizada “como um dos pilares do projeto desenvolvimentista” (CORSI 2007).

Neste novo contexto, o Brasil volta a exigir reciprocidade dos Estados Unidos praticamente nos mesmos termos definidos pelo Barão do Rio Branco. Esse processo ficou conhecido como política pendular ou política de barganhas²⁶⁰. Diante

²⁵⁹ LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. A aliança não escrita. Rev. Bras. Polít. Int., Brasília, v. 47, n. 2, p. 227-229, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 18 Abril 2015.

²⁶⁰ MOURA, 1991, p.3 focaliza alguns problemas relevantes que o governo brasileiro teve que enfrentar na década de 1930, diante de uma conjuntura internacional multipolar, na qual, as alternativas em jogo, condicionavam os processos decisórios e determinavam os rumos da política externa brasileira daquele período. Tanto as estruturas externas como as internas, delimitaram a ação do estado determinando o grau de liberdade que o governo brasileiro pôde exercer no plano internacional.

da depressão econômica²⁶¹, especialmente com a crise de 1929, nos Estados Unidos, a América Latina passou a ocupar um lugar de destaque nessa recuperação norte-americana como fonte de matérias-primas estratégicas e mercado consumidor para os produtos manufaturados. Tal conjuntura levou a uma mudança também na política externa dos Estados Unidos, abandonando a política do Big Stick e passando a praticar a política de “Boa Vizinhança”²⁶².

Neste processo, a relação que o Brasil mantinha com os Estados Unidos e a Alemanha nos anos 1930 era muito particular. Conforme afirma Gerson Moura (1991, p.6), “O governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem optar por uma aliança clara com um dos dois”. Em 1934, Oswaldo Aranha foi nomeado embaixador brasileiro em Washington. Sua posição contrária aos valores nazifascistas, acaba por determinar uma posição do Brasil mais próxima aos Estados Unidos, celebrando acordos com aquele país, que concorria diretamente com a Alemanha.

Com o golpe do Estado Novo, em 1937, Aranha apresentou sua demissão ao Itamaraty, com o seguinte argumento: “não é possível continuar a representar o Brasil, neste país, de forma eficiente, porque nem seu governo, nem seu povo poderão, como anteriormente, acreditar nas minhas afirmações e informações²⁶³”. Naquele contexto, Aranha argumentava que sua permanência à frente da representação brasileira em Washington seria incompatível com os interesses do

²⁶¹ Ainda Conforme Moura “O Quadro internacional, no qual se movia a política externa brasileira durante o primeiro governo Vargas, caracterizava-se pela depressão econômica das sociedades capitalistas e a crise dos seus modelos e valores políticos, econômicos e ideológicos, assim como pelas as tentativas de alterar decisivamente a distribuição do poder mundial. Os dez anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial foram dos mais convulsionados do século XX. Em meio à depressão econômica, os problemas sociais assumiram proporções catastróficas e a organização política dos países liberal-democratas foi abalada nos seus alicerces,” p. 3/4.

²⁶² Diferente da política do Big Stick, a Política da boa vizinhança, praticada pelo governo do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) caracterizou-se pela revogação de métodos coercitivos, pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica e militar. Entretanto conforme MOURA, 1989, p.5 “essa mudança de métodos visava a assegurar objetivos tradicionais como: impedir a influência externa (européia) na América Latina, garantir a liderança americana no hemisfério e estimular a estabilidade política nos países latino-americanos. A Política do Big Stick é o nome dado aos princípios da Política externa norte-americana do Presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), praticada no início do século XX em conjunto com a Doutrina Monroe. Buscava impedir a recolonização das Américas pelas potências da Europa e proteger os interesses econômicos dos EUA, mesmo que para isto precisasse usar a força. Sinalizava claramente que os Estados Unidos não tolerariam a interferência das potências européias nos países latino-americanos.

²⁶³ ALMEIDA, Paulo Roberto. ARAUJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: Na Continuidade do estadismo de Rio Branco. In: In: PIMENEL, Jose Vicente Sá (Org.) Pensamento diplomático Brasileiro: Formuladores e agentes da política externa (1750-1964). Brasília: FUNAG. Volume III 2013, p.667.

Brasil, demonstrando assim, sua discordância com as “inclinações inegavelmente fascistas da nova constituição”²⁶⁴. Entretanto, após entendimento com Vargas, já em 1938, Aranha aceitou chefiar o Itamaraty, buscando com isto, impedir que se modificasse a orientação da política externa brasileira, pela qual havia lutado em Washington.

Conforme afirma Almeida e Araújo (2013 p. 678) o convite para a chefia do Itamaraty foi aceito mediante claro entendimento de que a política interna ficaria com Vargas, enquanto a externa ficaria com Oswaldo Aranha. Em discurso proferido no ato de sua posse, em 15 de março, Aranha afirmou: “eu serei, no Itamaraty, um dos secretários do presidente da República, adstrito unicamente ao exercício desta função”. Desta forma se mantém a condução da política externa brasileira mais próxima aos Estados Unidos, frustrando-se as expectativas dos governos da Alemanha e Itália de obterem do Brasil uma condição de aliado especial nas Américas.

Nessas circunstâncias, o governo Vargas imprimiu à política externa brasileira uma direção de colaboração realista e pragmática com os Estados Unidos. Embora resistisse até 1941 a uma aproximação maior à política norte-americana, Moura afirma que houve um movimento “lento e gradual que permitiu um processo de barganha permanente” com os Estados Unidos. Esse processo de barganhas tinha como meta atingir a posição de “aliado especial” dos Estados Unidos, colaborando durante a guerra, mas extraindo dessas circunstâncias, os melhores benefícios possíveis. “Alinhou-se, mas cobrou um preço pelo alinhamento”²⁶⁵. O preço visava atender a dois objetivos específicos, sendo o primeiro relacionado ao reequipamento das forças armadas e o segundo, de caráter econômico, buscava obter recursos e equipamentos para a instalação da indústria de base, principalmente a siderurgia.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Ainda conforme Moura, as bases do alinhamento brasileiro à política externa norte-americana foram negociadas na conferência do Rio, ocorrida em janeiro de 1942. Conforme o acordo, “o Brasil apoiaria as resoluções propostas pelos Estados Unidos e este se comprometeria a fornecer armamentos para o reequipamento das forças armadas brasileiras”. Por sua vez, o governo brasileiro sancionou rapidamente as exigências americanas de novas instalações de bases militares e pessoal na região nordeste do Brasil. A partir da aprovação dada pelo governo brasileiro, os americanos obtiveram o direito de voar no espaço aéreo brasileiro sem a necessidade de obter a aprovação de praxe, além de permissão para construir armazéns subterrâneos para estocar alimentos e ampliar o campo de pouso em Fernando de Noronha, p.12.

Política externa brasileira após a Segunda Guerra Mundial

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o mundo tornou-se bipolar, especialmente representado pela Guerra Fria, polarizada pelos Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, e respectivos aliados, confrontando dois blocos antagônicos de poder, com repercussões na cristalização de um novo sistema internacional. No Âmbito das Relações Internacionais, a política externa das novas potências rivais foi moldada e incentivada pelas próprias forças antagônicas em conflito, confluindo sempre para uma situação de equilíbrio de Poder.

A partir de 1947, o conflito ideológico disseminado pela Guerra Fria, propagou-se através da mídia atingindo culturalmente a sociedade e sua conduta. Conforme argumenta Hein (2008 p. 1), “a força motriz é a ideologia, mais do que as pressões militares”. No âmbito econômico, forjou uma corrida armamentista e criou um complexo industrial e militar cujos mercados eram buscados nos conflitos do terceiro mundo. Esse confronto sempre indireto de duas grandes potências inaugurou a era nuclear com a possibilidade de destruição total da humanidade. O deslocamento da Política Externa Brasileira, da chamada “autonomia na dependência” no governo Vargas, para o alinhamento subordinado aos EUA, no governo Dutra, ocorreu dentro deste novo contexto (MOURA 1991).

A linha mestra de condução da política externa do governo Dutra é estabelecida por Moura (1991, p.59) pela combinação do “combate ao comunismo internacional” através da doutrina Truman, incorporada por Dutra como a necessidade de combater o avanço do comunismo também na ordem interna²⁶⁶. Neste sentido, a polarização ideológica impõe-se como a primeira categoria de reflexão sobre a Política Externa Brasileira desse período. A inserção no conflito passa a fazer parte da identidade internacional das nações.

Em 1947 a cidade do Rio de Janeiro sediou a **Conferência Interamericana para**

²⁶⁶ Alinha-se aos EUA de forma servil e liberal. Incorpora a doutrina de contenção do comunismo praticando uma diplomacia submissa. Suspende as relações diplomáticas com a URSS em 1947. Como consequência o PCB tem seu registro cassado sendo colocado na clandestinidade. Negocia o intercâmbio militar bilateral na tentativa de garantir investimentos para o Brasil e tratamento diferenciado para os produtos brasileiros. Entretanto, Harry Truman nega os pedidos de Dutra e informa que o dinheiro deveria ser obtido junto aos organismos Internacionais – (BIRD. FMI). (MOURA 1991).

Manutenção da Paz. Naquela oportunidade foi elaborado o **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR**, inspirado no artigo 51 da Carta das Nações Unidas que regulamentava o exercício da defesa coletiva. Conforme Moura (1991, p. 65) o TIAR estabelecia como premissa que “Qualquer ataque armado contra um Estado americano seria considerado uma agressão contra todos os demais signatários”. Entretanto, conforme avalia Gerson Moura, a “URSS era o ator oculto na conferência do Rio”. Nesse sentido, “o TIAR visava menos à defesa hemisférica contra agressão externa e muito mais à consolidação da liderança político–militar dos EUA sobre o conjunto do continente”.

Ao final do governo Dutra ocorreu um desgaste nas relações entre Brasil e EUA. Com esse desgaste, a ideologia liberal perdeu espaço para os defensores do nacional desenvolvimentismo, que precisavam de um líder carismático para atender seus interesses. Vargas venceu as eleições de 1950 com maioria dos votos de centro esquerda, legitimando-o no novo governo.

A partir da segunda metade do século XX com a reestruturação da democracia e o retorno de Vargas à presidência, a política externa brasileira se caracterizou pela disputa permeada por avanços e recuos, entre dois projetos. De acordo com Vizontini (2003 p. 197) – um primeiro, mais nacionalista e desenvolvimentista, de inspiração Cepalina; um segundo projeto, mais identificado com os princípios do liberalismo e alinhado com as fronteiras ideológicas pertinentes à Guerra Fria.

Vizontini (2003, p. 202) mostra que, “entre 1951 e 1964, a política externa brasileira apresentou características novas, que a diferenciava das fases anteriores”. Na década de 1930 a política externa de Vargas tinha como meta a instalação de uma indústria de base com o processo de substituição de importações. A partir da década de 1950 a prioridade da política econômica era dar continuidade ao processo de industrialização. Gonçalves (2011, p. 59-60) observa que em seu segundo governo (1951-1954), Vargas encontrou nos estudos da CEPAL o embasamento teórico “que correspondia à concepção de desenvolvimento, predominante nos altos escalões de sua administração, contribuindo desta forma, para que a Comissão viesse a consolidar suas atividades em 1951”. Por esta concepção, o Estado responsabilizar-se-ia por investir em segmentos de importância fundamental como infraestrutura – energia, transportes e comunicações.

Para habilitar o Estado a realizar tais investimentos tornava-se urgente dotá-lo de um órgão capaz de canalizar os créditos e as atividades que fomentassem o desenvolvimento econômico e industrial. Assim, em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que tinha como meta direcionar o fluxo de investimentos públicos na economia.

Em relação ao capital externo, o segundo governo Vargas buscou favorecer a entrada de capitais estrangeiros. Entretanto manteve sob seu controle as remessas de lucros para o exterior. Essas medidas visavam compensar o fluxo insuficiente de capital privado nacional e os limites do capital estatal. A principal estratégia do governo a esse respeito foi a criação da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que realizaria estudos detalhados sobre a economia brasileira, os quais seriam posteriormente utilizados na elaboração do Plano de Metas do Governo Kubitschek. No entanto os resultados demonstraram-se frustrantes quanto aos esperados financiamentos externos ao desenvolvimento econômico brasileiro. Gonçalves (2011, p. 60) afirma que a partir desses pontos, nota-se grande semelhança entre a política de industrialização seguida por Vargas e a defendida pelos técnicos da CEPAL.

De acordo com MIYAMOTO (2009), na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos em 1951, sediada em Washington, a diplomacia brasileira adotou uma percepção diferente da norte-americana em relação à questão da segurança hemisférica. A diplomacia dos Estados Unidos insistia na necessidade de defesa diante do agravamento da crise internacional, numa perspectiva de confronto com URSS, no contexto da Guerra da Coréia (1950-1953).

Já a postura da diplomacia brasileira, em relação à segurança da América Latina defendia que o grande inimigo a ser combate era interno. O perigo iminente de uma revolução seria conseqüência da miséria, da pobreza e da desigualdade econômica e social que assolava o continente. Dessa forma, a diplomacia brasileira queria chamar a atenção dos Estados Unidos para a necessidade de investir nos países latino-americanos.

Após o suicídio de Vargas, ocorreu um “hiato liberal” na breve gestão de Café Filho (1954-1955), de modo que a barganha nacionalista desapareceu das atitudes do

governo, conforme afirma Vizontini (2003, p. 205):

A gestão de Café Filho caracterizou-se pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno ao alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra. O projeto desenvolvimentista foi momentaneamente abandonado em nome do liberalismo econômico extremado.

Com a chegada de Kubitschek ao poder, em 1956, o projeto de industrialização foi retomado, só que agora apoiado no setor de bens de consumo durável para as classes de renda média e alta. Em 1958, JK retomou também a barganha nacionalista em termos muito semelhantes a Vargas, através da Operação Pan-Americana,²⁶⁷ bem como buscou expandir a política de barganha para a área socialista e terceiro-mundista, mas de forma menos acentuada.

A política externa independente – PEI

Inaugurada no governo de Jânio Quadros, em 1961, e comandada pelo Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, a Política Externa Independente destacou-se pelo conjunto de ações que deram à política externa um novo direcionamento independente do conflito ideológico, que dividia o mundo em pólos opostos.

A Política Externa Independente tem suas bases e fundamentos alicerçados no processo sócio-econômico iniciado desde o primeiro governo Vargas. Conforme San Tiago Dantas (1962, p. 05) a política externa de 1961-1964 “não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias”. O que estava em jogo era o exclusivo interesse nacional, cujas bases aspiravam ao desenvolvimento e à emancipação econômica. Havia ainda, no âmbito interno, a necessidade de conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de “suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

A conjuntura interna era de crescente incerteza política para o país. A eleição de

²⁶⁷ A operação Pan-Americana objetivava atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano, comprometendo a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de longo alcance. A OPA pretendia incrementar os investimentos nas regiões economicamente atrasadas do continente, compensando a escassez de capitais internos, promoverem a assistência técnica para melhorar a produtividade e garantir os investimentos realizados, proteger os preços dos produtos primários exportados pela América Latina, bem como ampliar os recursos e liberalizar os estatutos das organizações financeiras internacionais. (VIZENTINE, 2003, p. 206).

Jânio Quadros, apoiado pela UDN, e de João Goulart como vice-presidente, apoiado pelo PTB, possibilitaria a convivência de grupos partidários antagônicos, face às diferentes orientações ideológicas. A renúncia do presidente Jânio Quadros, com um governo de apenas sete meses, a solução parlamentarista de breve duração e o conseqüente retorno ao sistema presidencialista demonstrou a existência de um contexto institucional de extrema instabilidade. Nesse contexto, os chanceleres Afonso Arinos, Santiago Dantas e Araújo Castro foram os principais responsáveis pelo corpo de idéias e iniciativas que deram à política externa brasileira um perfil independente (MELO 2008)

Afonso Arinos, vinculado à UDN, manteve a chefia do Itamaraty durante todo o governo de Quadros, em 1961. Em sua gestão foram lançadas as premissas da política externa independente. San Tiago Dantas assumiu a condução da política internacional do Brasil, entre 1961-1962, durante a etapa parlamentarista: vinculado à ala moderada do PTB, Dantas teve sua atuação marcada pelas convicções democráticas e reformistas. Finalmente, Araújo Castro, entre 1963-1964, foi fortemente influenciado pelo pensamento nacional-desenvolvimentista.

Para manter sua própria autodeterminação, no contexto da Guerra Fria, tornava-se necessária a diversificação das relações políticas e comerciais brasileiras, que se viabilizaram na implementação da Política Externa Independente, quando o Brasil se aproximou de outras nações, inclusive do mundo subdesenvolvido, na África e Ásia, coincidindo em muitos pontos com as posições terceiro-mundistas do Movimento Não-Alinhado, ou seja: a crítica ao colonialismo, ao neocolonialismo, ao racismo e ao armamentismo.

Conforme relatos diplomáticos do Itamaraty²⁶⁸, o Brasil defendia que os países em desenvolvimento deveriam ter papel central na gestão da ordem internacional, não podendo ser reduzidos a atores secundários na contenda entre os Estados Unidos e a União Soviética. Araújo Castro lançou um desafio aos membros da ONU: que, ao invés de se deixar paralisar-se pela rigidez da bipolaridade, se dedicassem a realizar progressos reais em três temas fundamentais como: desarmamento, desenvolvimento econômico e descolonização, os "Três Ds".

²⁶⁸ Ministério das Relações Exteriores: disponível em: <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/onu/41-o-discurso-dos-tres-ds>. Acesso em 15/02/015.

O ministro Araújo Castro defendeu, na 18ª Assembléia da ONU (1963), a necessidade de superar os constrangimentos da Guerra Fria, indicando os pontos de coesão da política externa brasileira, especialmente no que se refere ao perigo das armas nucleares.

Os anos aqui vividos – e no grande mundo – sob o signo dessa luta conceitual levada a um extremo maniqueísta, não parecem ter sido particularmente fecundos para ninguém. E, o que é mais grave, a política de poder, daí decorrente, levou esse mundo à mais onerosa corrida armamentista da História e à mais catastrófica perspectiva para a espécie toda – a destruição coletiva termonuclear, ironicamente graduada entre os que deverão perecer nos primeiros minutos e os que deverão sucumbir meses ou anos depois, sob as piores formas degenerativas de vida. Será esse um absurdo preço a pagar pela intolerância e pela intransigência? A verdade absoluta não poderá ser proclamada sobre as cinzas da desolação nuclear. Teremos de ser mais humildes, se queremos salvar nossas vidas. A ortodoxia e o fanatismo representam perigo extremo na era atômica. (grifo nosso)²⁶⁹.

A veemência das palavras de Araújo Castro, no auge da Guerra Fria, demonstra a autenticidade da política externa daquele período não só por questões de segurança, mas também por questões econômicas, uma vez que, o conflito ideológico alimentava um complexo industrial militar que buscava mercados nos conflitos do Terceiro Mundo.

Na definição da política externa desde o período parlamentarista (Dantas (1962, p. 18), observa que o programa de governo apresentado à Câmara dos Deputados defendia como objetivos fundamentais “a preservação da paz mundial e a promoção do desenvolvimento econômico, com a eliminação da desigualdade entre os povos”. Observa-se assim que a política externa reafirmava uma relação direta com a política econômica, que por sua vez, buscava investir em políticas sociais. Portanto, reafirmava que “em nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir os objetivos visados”.

Dessa forma, o desenvolvimento defendido pela Política Externa Independente visava uma relação multilateral com os países centrais e periféricos, independentemente de sua posição ideológica. A defesa do multilateralismo nas relações internacionais e o respeito à autodeterminação dos povos aprimorou-se na

²⁶⁹ Ministério das Relações Exteriores: disponível em: <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/onu/41-o-discurso-dos-tres-ds>. Acesso em 15/02/015.

integração do Brasil com os países da África e da Ásia.

Conforme Vizontini (2003, p. 211) constitui-se também numa estratégia para questionar o *status quo*, vigente na década de 1960 e renegociar o perfil de dependência do Brasil e sua reação nacionalista à hegemonia norte-americana. Ainda de acordo com o referido autor²⁷⁰ o núcleo básico da política externa desse período pode ser sintetizado em cinco princípios básicos.

O primeiro refere-se à busca de ampliação do mercado interno para os produtos primários e manufaturados do Brasil, intensificando-se as relações comerciais com todas as nações, inclusive as socialistas. Já o segundo defende a formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico, visando esquivar-se das imposições provenientes do FMI. A coexistência pacífica compõe o terceiro princípio da PEI, no qual há uma ênfase na necessidade de manutenção da paz entre estados regidos por ideologias antagônicas; este princípio defendia ainda o desarmamento progressivo das grandes potências com a conseqüente transferência de seus recursos para financiar o desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo. O quarto princípio defendia enfaticamente a não intervenção nos assuntos internos de outros países, a autodeterminação dos povos e a defesa absoluta do direito internacional na solução das controvérsias internacionais. Finalmente, o quinto princípio defendia o processo de descolonização. Esta posição colocava o Brasil contra Portugal, um tradicional aliado governado por Salazar.

Ressalta-se desta forma, a visão de Vizontini (2003, p. 202) no que se refere à linha de continuidade da política externa brasileira formulada a partir da década de 1930.

Apesar das diferenças entre o nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo associado de Juscelino Kubitschek e a política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart, bem como das particularidades que marcaram o contexto histórico de cada uma, esses projetos possuem acentuados traços em comum e apresentam uma continuidade. Ainda que caracterizada por certas ambigüidades e interrompida por um hiato após o suicídio de Vargas, a política externa desses três períodos apresenta um aprofundamento contínuo, que atinge sua forma superior com a Política Externa Independente (PEI)

²⁷⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964). O nacionalismo e a Política Externa Independente. ANPUH. Revista Brasileira de História: Volume 14, nº 27, pag. 103/105.

O pragmatismo responsável e ecumênico

Esclarecidos os princípios e fundamentos da Política Externa Independente, que percorreu o período democrático de 1961 a 1964, busca-se a seguir elencar outro momento da Política Externa Brasileira, principalmente no governo do General Ernesto Geisel, ainda no regime militar-empresarial cuja orientação fora estabelecida numa conjuntura interna totalmente diferente da anterior.

Antes, porém, é preciso fazer uma rápida menção aos governos que intercalaram os dois períodos apresentados. A ruptura do regime democrático ocorrida em 1964²⁷¹ levou ao poder o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia 15 de março de 1964. De acordo com Vizentini (2004, p. 31) ao assumir, Castelo Branco, tratou de “desmantelar as realizações e princípios da PEI, o ideário da OPA²⁷² e a autonomia brasileira diante da divisão bipolar e da hegemonia norte-americana. “Consagrou a visão maniqueísta da Guerra Fria, para justificar seu alinhamento automático aos Estados Unidos da América”.

Em troca do apoio diplomático, político e militar a diplomacia brasileira esperava um tratamento diferenciado em função do status internacional que conferia ao Brasil um papel de subliderança no continente. Este novo tipo de barganha baseava-se no que a diplomacia brasileira supunha ser as necessidades norte-americanas, naquele estágio da Guerra Fria, fenômeno que os dirigentes brasileiros consideravam ser a base da vida internacional contemporânea. Os movimentos de libertação nacional, tais como os que ocorriam na Coreia, Indochina, Argélia, Cuba e no Brasil de Goulart, eram considerados como instrumentos manipulados por Moscou. Dessa forma, justificava-se combater o terceiro-mundismo da PEI.

²⁷¹ Em resposta às medidas de caráter popular tomadas pelo Presidente Goulart denominada de reformas de base, grupos de direita organizaram em S. Paulo a gigantesca Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na noite do dia 31 de março para 1º de Abril de 1964, várias unidades militares sublevaram-se, marchando sobre Brasília e Rio de Janeiro. Deflagrado o golpe, Goulart não reagiu, temendo colocar em risco a estrutura social brasileira, refugiou-se no Uruguai. Face à falta de razão e a rápida consolidação do Golpe, o Pentágono desmobilizou a operação Brother Sam que previa o desembarque de tropas em defesa do novo governo brasileiro, o qual Washington reconheceu imediatamente. Com a queda de Goulart, encerrava-se um clímax da história brasileira dando início ao período denominado Militar-empresarial, no qual os militares tomaram o poder e governaram com o apoio do empresariado, da igreja e de setores da sociedade Civil. (VIZENTINE, 2004).

²⁷² OPA – Operação Pan americana – Ação diplomática do governo Juscelino Kubitschek. Tinha como objetivo unir todos os países do continente americano em torno de um projeto de desenvolvimento econômico e social com o propósito de combater a pobreza e o subdesenvolvimento.

Contudo, em troca da lealdade ideológica, os benefícios do governo norte americano, não ocorreram conforme o esperado, pois o afluxo de capitais foi modesto, bem como a transferência de tecnologia. Dessa forma, as relações de política externa do governo Costa e Silva (1967-1969) representaram uma ruptura com o governo anterior, contrariando frontalmente os interesses de Washington, e retomando os princípios da autonomia que se assemelhavam aos princípios da PEI.

Já a Diplomacia do Interesse Nacional do governo Médici (1969-1974), considerado o mais repressivo e formalmente pró-americano, rivalizava com as instancias internas do governo. No âmbito econômico, os conflitos entre o então ministro da fazenda Delfim Neto e o das Relações Exteriores, Gibson Barboza eram explícitos, pois o que estava em jogo era o perfil de orientação internacional que cada um defendia. Delfim Neto apostava numa cooperação mais estreita com o primeiro mundo, pois considerava que o “milagre econômico”, por sua lógica alicerçada em capitais estrangeiros, implicava numa parceria privilegiada.

Por outro lado, segmentos do Itamaraty defendiam uma orientação que se identificava com certos elementos da PEI, invocando a necessidade de maior aproximação com os países do terceiro mundo e os organismos multilaterais. No âmbito da segurança, a articulação com a política externa processava-se ideologicamente, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, cujo conteúdo geopolítico e estratégico defendia a necessidade de preservar as “fronteiras ideológicas”. Nesse sentido, o Conselho de Segurança Nacional dava rigidez à política externa, fixando os “objetivos nacionais permanentes”, além das interferências do SNI sobre o Itamaraty (VIZENTINI, 2004).

A política externa do General Ernesto Geisel (1974-1979), à qual se quer dar ênfase, já na fase de declínio do modelo econômico dos militares, recupera os princípios da Política Externa Independente, interrompidos por Castelo Branco, porém, retomados, de forma gradual, por Costa e Silva e Médici. Dessa forma, o universalismo e a autonomia que foram desenvolvidos de forma sistemática na PEI atingem seu apogeu com o Pragmatismo Responsável.

Por este motivo, a política externa de Geisel, é considerada uma das mais ousadas do período militar, pois retomou o princípio de maior independência do Brasil em

relação aos Estados Unidos. O termo ecumenismo sinalizava uma emancipação em relação às visões de lealdade, criados por vínculos ideológicos, numa conjuntura em que as condições internacionais incidiram de forma marcante no paradigma de desenvolvimento brasileiro. Com o Pragmatismo de Geisel, verificou-se a busca de maior autonomia do Brasil em suas relações bilaterais, regionais e multilaterais. (LIGIÉRO, 2011).

Entretanto, cabe inicialmente analisar a premissa proposta pelo título dado à política externa do Governo Geisel. De acordo com Vizontini, (2004, p. 208), a adoção de um comportamento pragmático pressupõe que a validade de uma doutrina esteja condicionada ao seu êxito. Desta forma, o pragmatismo político de Geisel buscava demonstrar eficiência e êxito na condução da política externa brasileira desvinculando-a das doutrinas predominantes do período da Guerra Fria. O termo Responsável visava proteger o pragmatismo da qualificação antiética. Irresponsável, naquele momento, seria considerar o conflito ideológico amparado pela política nuclear, que poderiam levar ao extermínio da humanidade. Já o termo ecumenismo representava a intenção de ampliar a interação entre o Brasil e outros Estados, respeitando o princípio da autodeterminação, isto é, a liberdade e soberania.

No que se refere à matriz e formulação propriamente dita, a política externa de Geisel retomou, de forma mais eficaz, os princípios do multilateralismo da PEI. Conforme Vizontini (2004, p. 202) o Brasil aproximou-se dos países árabes, “permitiu a instalação de um escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Brasília e apoiou o voto anti-sionista na ONU”. Restabeleceu as relações diplomáticas com a República Popular da China, em 1974, bem como, com os demais países africanos recém-emancipados, dentre eles, Angola e Moçambique, onde se estabeleceram governos de orientação marxista. Trata-se de novas relações políticas e econômicas, incluindo exportações de produtos primários, industrializados e de serviços, bem como cooperação estratégica, como forma de afirmar a presença do Brasil no cenário internacional.

Em relação ao centro do capitalismo, a política externa de Geisel promoveu alterações significativas. Insatisfeito com a limitada reciprocidade dos Estados Unidos ampliou as relações com a Europa Ocidental e Japão, com os quais incrementou a cooperação comercial, através de investimentos e transferência de

tecnologias. Vizontini (2004, p. 203) relata a recusa da Casa Branca em colaborar com o projeto nuclear brasileiro, situação em que o presidente brasileiro não hesitou em romper o Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952 e assinar outro com a Alemanha Ocidental.

Com relação à América Latina, cabe ressaltar o discurso do próprio Geisel, em 19 de março de 1974, na primeira reunião ministerial realizada em Brasília: “Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da nação (...) daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além mar”²⁷³. Dessa forma, a política externa de Geisel voltou a obter maior margem de manobra no plano internacional, retornando a política externa brasileira às dimensões mundiais destinadas a atender aos interesses econômicos do Brasil. Entretanto, utilizava-se de uma linguagem menos ideológica.

Semelhanças e diferenças.

Retomando o objetivo inicial que foi descrever os dois momentos da política externa brasileira, sendo o primeiro no período democrático e o segundo no período autoritário, o que se segue é a descrição de algumas semelhanças e diferenças que dialogam com as constatações de autores como Ligiéro, Vizontini, e Fonseca.

Semelhanças

Conforme Ligiéro (2011, p. 343) “Tanto a política externa independente quanto o pragmatismo responsável buscaram aplicar uma política externa autônoma”. Nesse sentido, a autonomia do Brasil frente aos Estados Unidos pode colocar-se como a principal linha de raciocínio que abrange os dois momentos da política externa. Ambas expandiram as relações diplomáticas, cujo objetivo era estabelecer também relações comerciais com outros países, saindo assim da área de dependência dos Estados Unidos América. Ainda de acordo com o mesmo autor, ambas procuraram intensificar seus contatos com o mundo socialista, independente de questões ideológicas, buscando nos países subdesenvolvidos um caminho para resolver a insatisfação com os países desenvolvidos o que, na visão de Ligiéro, “melhorou o *status* do Brasil como um importante ator internacional.

²⁷³ Resenha de Política Externa do Brasil. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974 nº p.9

Já para Fonseca (1996, p. 299-336) “ambas revelam a possibilidade de apresentar a política externa sem escolher um lado no conflito ideológico”. Esta postura indica que a disputa de poder e a corrida armamentista das superpotências é que são consideradas irresponsáveis, em contraposição à política externa brasileira. Ainda no campo das semelhanças, o autor entende que existe uma “consciência de que o mundo econômico é integrado”, apontando para um descontentamento com a divisão internacional do trabalho. No que se refere ao multilateralismo, ambas o utilizaram como mecanismo para ampliar as relações econômicas do Brasil.

Vizentini (2004, p. 211) afirma que a comparação é válida, mas apresenta um problema, afirmando que encontra as semelhanças somente no plano multilateral. Mostra que estas podem ser encontradas também nos governos de Costa e Silva, Médici e até Castelo Branco, uma vez que “o discurso multilateral brasileiro possui uma organicidade que torna as diferenças dos governos muito sutis”.

Concluindo e resumindo as semelhanças dos dois momentos, o que se constata a partir do diálogo com os autores é que tanto a Política Externa Independente, quanto o Pragmatismo Responsável foram momentos em que os *policy makers* não abriram mão de manter uma posição de autonomia e de defesa da soberania nacional em detrimento dos interesses das grandes potências. Trata-se de localizar o marco fundamental da política externa brasileira de acordo com o que Silva (1990, p. 25) denominou de terceira fase “que tem início em meados da década de 1950 no governo JK; cuja característica principal foi o questionamento ao alinhamento automático aos Estados Unidos”.

Dessa forma, pode-se argumentar que há uma linha de política externa iniciada pela Operação Pan-americana de JK, que mantêm os traços de continuidade nos governos de Quadros e Goulart e atingem sua forma mais elaborada com o Pragmatismo Responsável. Observa-se ainda que, apesar das conjunturas internas diferentes e o breve alinhamento com os Estados Unidos no governo de Castelo Branco, a linha de política externa manteve traços de semelhanças e continuidade.

Diferenças

A constatação de que há semelhanças, não implica em dizer que não há diferenças. No campo das diferenças, observa-se que a conjuntura interna dos dois momentos

pode ser considerada como um dos fatores que criaram um hiato no primeiro momento. Os conflitos internos, o discurso do “medo ao avanço do comunismo” levou o Brasil a um regime de exceção no qual parte da sociedade civil e do empresariado apoiou a ação do Estado. Já no segundo momento, ocorreu o contrário. Boa parte daqueles mesmos atores políticos que apoiaram o golpe, como setores da Igreja, da sociedade civil e também do empresariado, constatando que o “milagre econômico” havia se esgotado, começaram a exigir o fim do regime de exceção e a abertura política.

Há ainda que se considerar que numa democracia, há necessidade de dialogar com as forças políticas estabelecidas para se programarem determinadas ações, ao passo que numa ditadura, as decisões partem do executivo, sem a necessidade de diálogo com a sociedade e/ou seus representantes.

Finalmente, pode-se argumentar que de acordo com Fonseca²⁷⁴, “A PEI investe mais em temas políticos e sociais, ao passo que o Pragmatismo investe predominantemente em temas econômicos”. Nesse sentido, a PEI pressupunha um programa de reforma social, com redistribuição de renda e a ampliação do mercado interno, enquanto que para a política externa pragmática dos militares, o crescimento econômico estava alheio as alterações estruturais na sociedade.

Referencias:

ALMEIDA, Paulo Roberto. ARAUJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: Na Continuidade do estadismo de Rio Branco. In: In: PIMENEL, Jose Vicente Sá (Org.) **Pensamento diplomático Brasileiro: Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)**. Brasília: FUNAG. Volume III 2013.

CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. **Locus**: Revista de Historia. Juiz de Fora, V. 13 nº 2, 2007. Disponível em: locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/download/2232/1593 acesso em 19/04/2015.

²⁷⁴ FONSECA, Jr. Gelson. “mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável”. In: ALBUQUERQUE, Jose Guilhon (Org.) 1996, p. 299-336.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro, 1962.

FONSECA, Jr. Gelson. “mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável”. In: ALBUQUERQUE, Jose Guilhon (Org.) 1996.

GONÇALVES. Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HEIN, Leslie Lothar Cavalcanti. **Guerra Fria: Conceitos e Problemas**. Paper, 2000. Disponível em: [www.academia.edu/6812379/Guerra Fria conceitos e problemas](http://www.academia.edu/6812379/Guerra_Fria_conceitos_e_problemas)

LIGIERO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. A aliança não escrita. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 227-229, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 18 Abril 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli; DALIO, Danilo José. **O Brasil e a Conferência de Washington (1951)**. Disponível em [https://www.academia.edu/1756699/O Brasil e a Confer%C3%Aancia de Washington_1951](https://www.academia.edu/1756699/O_Brasil_e_a_Confer%C3%Aancia_de_Washington_1951) acesso em 11/05/2015.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e pós a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Resenha de Política Externa do Brasil. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974 n° p.9

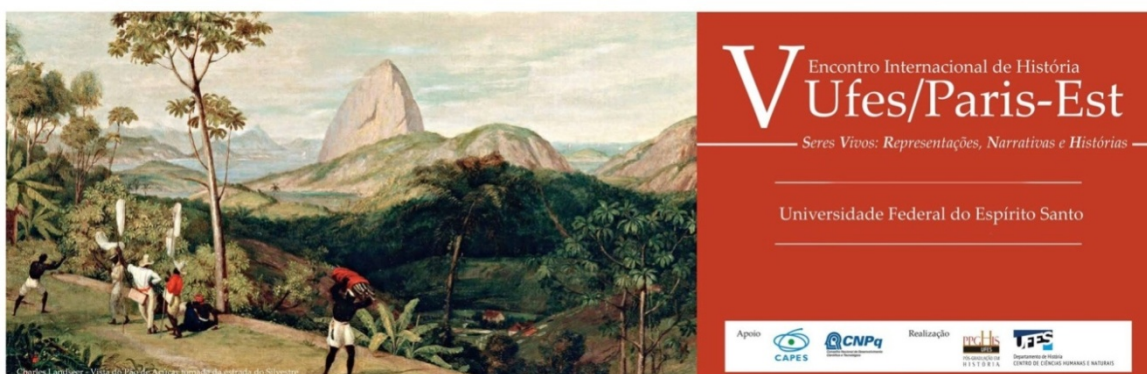
SILVA, Jose Luis Werneck da. **A outra face da moeda: a política externa do Brasil monárquico**, Rio de Janeiro: Univerta, 1990, p.25.

TOBIAS, Fabio Lucio Melo. **O olho que tudo vê. A vigilância dos Estados Unidos Sobre o Brasil (1946-1964)** Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do Regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

_____. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol.III.

_____. Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964). O nacionalismo e a Política Externa Independente. ANPUH. **Revista Brasileira de História**: Volume 14, nº 27, pág.105.



A ESCALADA DA REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES): OS ANOS DE 1972 E 1973

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine
Mestranda em História – UFES

Resumo : Os anos de 1972 e 1973 testemunharam o aumento das práticas de vigilância e repressão na Universidade Federal do Espírito Santo. Esse acontecimento esteve relacionado à instalação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na universidade, a partir de meados do ano anterior, e da aplicação de seus métodos e práticas de controle sobre a vida acadêmica capixaba. A especialização das atividades repressivas da ditadura nas universidades públicas brasileiras, neste período, refletia claramente o direcionamento de seu comando nacional, sob tutela do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Na estratégia de combate ao imaginado “inimigo vermelho” pela via do aumento repressivo, a instalação das AESI no interior das academias nacionais – “celeiros” da resistência ao regime – soava fundamental. No caso da AESI/UFES, as ações desenvolvidas sob direção de Alberto Monteiro refletiam as representações anticomunistas compartilhadas pelos servidores da ditadura e promoviam uma nova onda repressiva na universidade, entre 1972 e 1973, cujo objetivo central era monitorar e coibir qualquer influência ou articulação considerada subversiva.

Palavras chave: Ditadura; Repressão; Universidades; UFES.

RESUME: The years 1972 and 1973 witnessed an increase in surveillance and enforcement practices at the Federal University of Espirito Santo. This event was related to the installation of Special Advisory of Information and Security (AESI) at the university, from the middle of last year, and the application of their methods and control practices on capixaba academic life. The professionalization of the repressive activities of the dictatorship in Brazilian public universities, in this period, clearly reflected the targeting of national command, under the supervision of General Emilio Garrastazu Medici (1969-1974). In the tactic fight against imagined "red enemy" by way of specialization of repression, the installation of AESI within national academies

- "barns" of resistance to the regime - sounded decisive. In the case of AESI / UFES, the actions taken under Alberto Monteiro influence reflected the anti-communist representations shared by the dictatorship servers and promoted a new wave repressive in the university between 1972 and 1973, whose main objective was to monitor and control any influence or articulation considered subversive.

Keywords: Dictatorship; Repression; University; UFES.

No período de governo comandado pelo general Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974), verifica-se a expansão do modelo autoritário do regime de segurança nacional em vigor no Brasil, com o alargamento da repressão através da especialização da burocracia estatal responsável pelo controle subversivo. Sobre a era Médici, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta:

O regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato (BRASIL, 2014, p. 86).

O aumento da repressão nesse período revela a forte presença do componente autoritário-violento na cultura política²⁷⁵ compartilhada pela elite militar do regime, fundado em representações, tradições, ideias, valores e sentimentos anticomunistas (MOTTA, 2012, p. 136). Dessa maneira, as representações anticomunistas sustentaram o enrijecimento das ações e das violações cometidas pelo Estado contra os direitos individuais dos cidadãos brasileiros - através da institucionalização da violência com a tolerância à prática da tortura "de caráter oficial".

O temor da presença do comunismo no Brasil fora alimentado pelos acontecimentos de 1968 - com a explosão da resistência armada ao regime -, e produziu, entre os

²⁷⁵ Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de cultura política, ver: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Ed.). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. New Jersey: Princeton University Press, 1963; BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

servidores e apoiadores da ditadura, o entendimento de haver uma guerra subversiva em andamento. No interior dessa suposta “guerra revolucionária”, as universidades eram percebidas como verdadeiros celeiros de estudantes rebeldes e de intelectuais críticos; os campi eram representados como berços de potenciais comunistas, portanto terroristas, que deveriam ser vigiados e, preferencialmente, suprimidos

Nesse cenário imaginado de combate ao “inimigo vermelho”, a elite militar optou pelo fortalecimento do aparelho repressor através da imposição de medidas extremas contra os inimigos políticos do vitorioso regime.

A partir de 1969, os militares deslançaram nova ofensiva para a “limpeza” das universidades, aposentando mais de cem professores e criando mecanismos para expurgar estudantes contestadores, o que levou à expulsão, dos bancos escolares, de aproximadamente mil universitários. Essa foi a fase mais violenta do período militar (...). O AI5 abriu um novo ciclo repressivo, que atingiu de modo particular a comunidade universitária e os meios intelectuais com outros desdobramentos. (MOTTA, 2014, p. 192)

Na esteira do estabelecimento do Ato Institucional nº 5 e do Decreto 477²⁷⁶, a gestão de Médici empreendeu ações de fortalecimento e capilarização do seu sistema de informações e contra-informações. Assim, foram subdivididas as já existentes Divisões de Segurança e Informação (DSI), criando subagências, articuladas ao Serviço Nacional de Informação (SNI), no interior das autarquias, fundações e empresas federais mistas e públicas - inclusive nas universidades públicas. Essas

²⁷⁶ O AI5, de 13 de dezembro de 1968, e o Decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, reafirmaram a importância do projeto de “utopia autoritária” do regime, no ensejo de eliminar qualquer forma de dissenso ou resistência em nome da inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental cristã”. O AI5 normatizou a suspensão de diversas garantias legais, como das imunidades parlamentares; da estabilidade dos funcionários civis e militares; da vitaliciedade e inamovibilidade dos juízes e do direito de *habeas-corpus*, especialmente no caso de acusados de crimes contra a segurança nacional. Através dele, a ditadura garantiu a manutenção do fechamento dos canais de acesso da massa ao político, a concentração máxima dos poderes políticos em sua pequena alta cúpula e o suprimento das garantias jurídicas básicas dos indivíduos. Por sua vez, o Decreto 477 estabeleceu os atos subversivos e suas respectivas punições no interior dos campi. Estudantes, professores e servidores eram alvos de penalidade caso praticassem ações proibidas, como organização ou participação em paralisações das atividades escolares, em desfiles e em passeatas sem autorização; confecção, impressão ou distribuição de material gráfico sem autorização; uso do espaço da universidade para fins subversivos ou contrários à moral e à ordem pública. As punições previstas incluíam, para docentes e servidores, afastamentos e demissões prévias, além da proibição de contratação por um período de cinco anos, e, para estudantes, desligamento e proibição da matrícula por um prazo de três anos. Para maiores informações, consultar: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, 2004; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

novas agências foram denominadas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), ou, a partir de 1975, Assessorias de Segurança e Informação (ASI). Conforme analisa Motta (2008, p. 45):

As ASIs eram parte do sistema de informações do regime militar, que começou a ser organizado em junho de 1964 com a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações). Em 1967, esse aparato foi expandido com a criação de Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis. Nos anos seguintes, com o recrudescimento das ações de contestação ao Estado autoritário, que se combinaram ao desejo de setores da direita radical em aprofundar os mecanismos de controle sobre a sociedade, o sistema de repressão foi se tornando ainda mais complexo e capilarizado. Após a aprovação do Plano Nacional de Informações e o estabelecimento do Sistema Nacional de Informações, em 1970, esses serviços sofreram nova reformulação e ampliação. (...) A partir daí, foi estimulada a criação de subdivisões das DSI, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações. Essas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).

Nesse quadro, as universidades públicas federais, e algumas estaduais, foram coagidas a criar suas AESI a partir de janeiro de 1971, com a aprovação do Plano Setorial de Informações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MOTTA, 2008, p. 44). Embora os documentos orientadores da criação das Assessorias as apresentassem como subordinadas aos reitores e encarregadas de assessorá-los nas questões de segurança no interior dos campi, na prática, as AESI representavam verdadeiros braços do sistema nacional de segurança, funcionando como canais de controle e pressão do regime sobre as universidades e seus quadros (MOTTA, 2014, p. 198).

Algumas das atividades a cargo das Assessorias universitárias resumiam-se na filtragem ideológica no processo de contratação dos profissionais; na monitoração da frequência de alunos, professores e servidores; na vigilância de alunos regressos de universidades estrangeiras, particularmente as soviéticas; no controle de manifestações estudantis e da circulação internacional dos docentes e discentes; na disseminação de material de propaganda e contrapropaganda do governo; no cumprimento das punições autoritárias previstas no Decreto 477; na produção de relatórios/questionários periódicos, remetidos à DSI/MEC, informando sobre a receptividade da política educacional oficial e sobre a presença comunista no campus (MOTTA, 2008, p. 45).

De acordo com os apontamentos da Comissão Nacional da Verdade em seu relatório final (BRASIL, 2014, p. 277), as AESI espalhadas pelas diversas universidades brasileiras demonstraram preocupar-se, mais especificamente, com a produção de informação e contra-informação através de dois focos principais de ação: a monitoração estudantil e a triagem de professores e funcionários. Além disso, tendo em vista a relevância de suas ações no combate aos inimigos da “revolução”, muitas Assessorias eram chefiadas por militares gabaritados e bem relacionados. As investigações empreendidas pela Comissão da Verdade Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)²⁷⁷ possibilitam observar que a AESI instalada nesta instituição, sob chefia do militar e advogado Alberto Monteiro, reproduziu essa fórmula.

Alberto Monteiro cursou a Escola Superior de Guerra (ESG) no ano de 1972 e debruçou-se sobre o estudo da infiltração comunista nas Universidades e seu grau de ameaça para a segurança nacional. Essas informações constam de um documento (AESI/UFES, 1972) produzido em papel oficial, com timbres da Presidência da República, do Estado Maior das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, no estado da Guanabara, em 15 de junho de 1972, e remetido ao diretor da Escola Superior de Guerra. Nele, Monteiro se apresentava como representante da UFES na ESG e pedia apoio e sugestão de medidas que pudessem ser incluídas em seus trabalhos.

Com a implantação da AESI/UFES entre julho e agosto de 1971 (FAGUNDES, 2013, p. 306), as atividades repressivas no campus tiveram seu momento mais expressivo nos anos seguintes, 1972 e 1973, na gestão do reitor Máximo Borgo Filho (15 de julho de 1971 a 16 de julho de 1975). No período, se proliferaram os pedidos de busca e de informação remetidos pela Assessoria às unidades do campus, com objetivo de coibir qualquer influência considerada subversiva ou comunista. As fontes apontam o forte controle exercido pela Assessoria sobre os alunos faltosos, sobre a venda de livros pelos Diretórios Acadêmicos, sobre as eleições para representação estudantil, sobre os estudantes indicados para bolsas de monitoria,

²⁷⁷ Na esteira da criação da Comissão Nacional da Verdade e das comissões estaduais e universitárias, a Comissão da Verdade UFES foi instalada em março de 2013 e representou um marco no compromisso da instituição com a localização dos documentos produzidos pela ditadura e sua disponibilização para a investigação histórica. O relatório da Comissão encontra-se em fase de revisão final e deve ser apresentado oficialmente no segundo semestre do ano de 2015.

sobre as alterações de membros do Centro Acadêmico, sobre as cerimônias de colação de grau, sobre os alunos oriundos de outros estados, sobre parcerias com instituições soviéticas, entre outras práticas coercivas no cotidiano da UFES.

Vale destacar que a maioria dos documentos (localizados) produzidos pela Assessoria capixaba, no período, era redigida em papel oficial; com timbres da universidade, da Reitoria e da própria AESI/UFES; carimbados com “confidencial”, “o destinatário é responsável pelo sigilo deste documento - art. 62 dec. nº 60417/67 - regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos” e “o presente documento não pode constituir peça de processo - dec. nº 60417/67”. Além disso, cabe mencionar que todos os documentos eram assinados por Alberto Monteiro.

O primeiro semestre de 1972 foi marcado pela alta frequência de solicitações enviadas confidencialmente pela AESI/UFES para os recém formados Centros da instituição. Muitas das insistentes solicitações eram motivadas pela tentativa de monitorar a circulação de ideias na universidade, como revela um ofício expedido pela Assessoria (AESI/UFES, 1972), em março, para os diretores das diversas unidades. Através do documento, solicitava-se informação urgente sobre a venda de livros pelos Diretórios Acadêmicos ou qualquer outro órgão da UFES; em caso positivo, era requerido o nome do livro e o autor.

Alguns documentos com as respostas dos Centros foram localizados pelos trabalhos da Comissão da Verdade UFES. O então diretor do Centro de Artes, prof. Seliégio Gomes Ramalho, respondeu à solicitação informando que o Diretório Acadêmico do Centro não procedia à venda de livros (CAR/UFES, 1972). A Faculdade de Medicina também prestou esclarecimento à AESI, em ofício assinado pelo diretor, prof. Benito Zanandréa, explicando que o Centro Acadêmico procedia somente à venda de apostilas referentes às disciplinas de Patologia Geral (CBM/UFES, 1972). A Faculdade de Direito, por sua vez, expediu ofício assinado por seu diretor, prof. Ademar Martins, avisando que não estava sendo efetuada a venda de livros pelo Diretório da unidade nem por qualquer outro órgão da UFES (CCJE/UFES, 1972).

Importa observar que o monitoramento estabelecido pela AESI/UFES apoiou-se, como nos casos das demais Assessorias implantadas nas universidades brasileiras, no auxílio de agentes do regime infiltrados e em informações sigilosas fornecidas

pelos próprios servidores e professores da universidade. Um documento confidencial, remetido em abril (CAR/UFES, 1972) pelo diretor do Centro de Artes ao chefe da Assessoria, ilustra essa colaboração:

Junto com o presente (ofício), estamos encaminhando a Vossa Senhoria em anexo 13 (treze) exemplares de panfletos encontrados nesta data, no banheiro feminino desta Unidade. Outrossim, comunicamos a Vossa Senhoria que extra-oficialmente soubemos que panfletos de igual teor foram encontrados em outras Unidades.

Sob o influxo do anticomunismo, a permanente vigilância sobre os quadros funcionais da universidade também foi empreendida pela AESI/UFES. Na tentativa de localizar possíveis infiltrações do “perigo vermelho”, a Assessoria remeteu, em maio do mesmo ano, pedidos de busca oficiais (AESI/UFES, 1972) para diferentes Centros da universidade, intitulados “Professor ou Funcionário esquerdista”. Eram requeridas informações sobre a existência de algum servidor (professor/funcionário) conhecido como comunista, ou mesmo contrário à “revolução” de 1964, e de qualquer outro elemento julgado útil.

A mesma motivação justificava o controle da agência sobre supostos alunos subversivos infiltrados nos cursos da universidade. Ainda em maio, a AESI/UFES (1972) expediu pedidos de busca para diferentes Centros da universidade com objetivo de solicitar notícias sobre os novos alunos matriculados que estivessem listados nos documentos. A Assessoria cobrava diversos dados referentes à qualificação (nome, data de nascimento, naturalidade, filiação e residência) e à escola ou faculdade anterior, bem como ao curso de origem dos estudantes em questão.

Importa notar que as informações oferecidas pelos diretores dos Centros revelam certo descompasso entre a Assessoria e a vida acadêmica: no novo organograma da UFES - que fora recém-estabelecido conforme as prescrições contidas na Lei da Reforma Universitária²⁷⁸ - as matrículas e o registro de dados dos novos alunos

²⁷⁸ A Lei da Reforma Universitária²⁷⁸ (Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto 464 (de 11 de fevereiro de 69), estabeleceu a mudança no perfil universitário brasileiro, com reformulações físicas, técnico-administrativas e acadêmico-estruturais nas diversas instituições públicas espalhadas pelos estados do país. A Lei efetivou a reorientação das instituições superiores no sentido de um modelo empresarial, atribuindo aos campi a função de promover o aumento dos recursos materiais e humanos necessários à efetivação da “modernidade” econômica nacional. Para maiores informações, consultar: CUNHA, Luiz Antonio. A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988; FERREIRA JR, Amálio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Campinas: Caderno Cedes,

seriam procedidos pela Diretoria de Admissão e Registro da Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

O diretor do Centro Biomédico recebeu o documento que tinha como assunto “Manoel Messias Botelho Magalhães e outros” (AESI/UFES, 1972). Nele, eram informados os nomes dos estudantes provenientes de outros estados e ingressos na unidade em 1972: Manoel Messias Botelho Magalhães, Ângela Marcia Lírio, Silvana Anversa Manske, Raimundo Ambrósio Filho, Júlio Cezar Ramos, Abrãao Garcia Mendes, Celso Ricardo Emerich de Abreu e Adalberto Ramos Ribeiro eram mencionados como procedentes de Minas Gerais; Vinícius de Oliveira Dutra, Alberto de Paula Nogueira, Ayesha de Castro Lugon e Elizabeth Tudesco Costa foram apontados como procedentes do estado da Guanabara; Libni Saraiva Grangeiro e Luiz Sérgio Nogueira Pinto como procedentes de São Paulo. Em resposta, o diretor da unidade expediu documento (CBM/UFES, 1972) afirmando não possuir registros dos alunos mencionados, em virtude da matrícula do ano corrente ter sido efetuada pela Sub-Reitoria Acadêmica.

O Centro de Artes também recebeu o pedido de busca confidencial, cujo assunto era “Getúlio Firmo de Paula e outros” (AESI/UFES, 1972). Nele, eram solicitadas informações sobre Getúlio Firmo de Paula e José Claret Martins Salomão. Em resposta, o diretor do CAR/UFES (1972) informou que, de fato, os alunos freqüentavam as aulas ministradas pelos Departamentos do Centro, contudo as informações solicitadas deveriam ser obtidas junto à Diretoria de Admissão e Registro da Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas também recebeu o pedido de busca confidencial, com assunto “José Anacleto de Faria e Olga Ramos de Oliveira” (AESI/UFES, 1972). Eram solicitadas informações sobre estudantes vindos do estado da Guanabara e do Pará. Em resposta (CCJE/UFES, 1972), o diretor do Centro informou não proceder à matrícula dos alunos ingressos no 1º semestre, ou que ingressariam no 2º semestre, ressaltando que as informações deveriam ser encaminhadas à Sub-Reitoria Acadêmica.

vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008; SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Campinas: Caderno Cedes, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

Do mesmo modo, o Centro Tecnológico recebeu o pedido de busca confidencial, intitulado “Luiz Fernando de Castro Alves e outros” (AESI/UFES, 1972), em que eram solicitadas informações de Luiz Fernando de Castro Alves, apontado como procedente de Minas Gerais, Sérgio de Castro, do estado da Guanabara, e Elmer Leitzke, do estado de São Paulo. O diretor do Centro alegou que os alunos citados não estavam matriculados no Centro, ressaltando ser provável que tivessem feito matrícula na Sub-Reitoria Acadêmica para o 1º período do curso de Engenharia, caso aprovados em vestibular unificado realizado pela UFES (CT/UFES, 1972).

As representações anticomunistas, que se traduziam nessas práticas de vigilância, também motivavam o controle da AESI/UFES sobre ideias e referências culturais que pudessem ser importadas do mundo comunista oriental. No mês de julho, a Assessoria remeteu, aos Centros, pedidos de informações urgentes (AESI/UFES, 1972) sobre a existência de qualquer correspondência entre as unidades da UFES e organizações soviéticas tendo em vista a aquisição de material didático e cultural ou de material de propaganda comunista.

A partir da segunda metade de 1972, aumentaram as ações de monitoramento e censura. Isso marcou o desenrolar da terceira onda repressiva na UFES, cujo ápice deu-se entre dezembro de 1972 e março 1973 (FAGUNDES, 2013, p. 310). No período, diversos membros da universidade foram perseguidos, presos e torturados, acusados de manter proximidade com organizações subversivas, particularmente o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Cabe salientar que muitos prestaram seus testemunhos à Comissão da Verdade UFES e colaboraram na operação histórica acerca dos abusos promovidos pelo Estado ditatorial no campus - acessando memórias e produzindo discursos emocionados sobre quando experimentaram a condição de cidadãos banidos em seu próprio país.

Entre os estudantes acusados, a maioria pertencia ao curso de Medicina: Marcelo Amorim Neto (Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Guilherme Lara Leite (Medicina); Marcus Lira Brandão (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Adriano Sisternas (Engenharia); Mirian Azevedo de Almeida Leitão (CEG); Angela Milanez Caetano (CEG); Maria Gilma Erlacher

(Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama; Jorge Luiz de Souza (Economia); José Willian Sarandy (Direito). Além deles, o professor do curso de Medicina, Dr. Vitor Buaiz (Ibidem, p. 311).

Essa maioria de alunos da Medicina entre os acusados de atividades clandestinas motivou o aumento do monitoramento da AESI sobre o Centro Biomédico. Em outubro (AESI/UFES, 1972), Alberto Monteiro expediu um ofício para a direção do Centro Biomédico com a seguinte mensagem:

Cientes de que foi realizada uma reunião na Comissão de Festas dessa Faculdade na qual participaram 52 estudantes, onde 38 decidiram prestar uma homenagem em suas formaturas ao colega Julio Prattes, preso em Ibiúna-SP, que não passou para o 6º ano, porque estava preso, vimos solicitar de Vossa Senhoria que faça cancelar do referido programa de festas a citada homenagem.

Em resposta, o diretor do Centro remeteu ofício à AESI (CBM/UFES, 1972), informando que o documento com a referida ordem da Assessoria já teria sido encaminhado ao presidente da Comissão de Festas dos alunos do sétimo ano da Faculdade de Medicina, para as devidas providências.

Essas ações evidenciam a alta dose de desrespeito apresentada pelas Assessorias em nome do combate ao “perigoso” comunismo e sua ameaça às universidades públicas e, por imediato, à ordem nacional. O pavor anticomunista justificou a prática da vigilância permanente nos campi, uma vez alimentado por representações que associavam os estudantes às ações terroristas. As ações repressivas permeavam qualquer tentativa de organização e expressão, suprimindo a resistência dos alunos, que tentavam se rearticular, e a autonomia do debate, das expressões culturais e da circulação das ideias nas universidades - supostamente, espaços autônomos e historicamente produtores de consensos culturais, ético-morais e sociais (NUNES, 2006, p. 48).

A primeira metade de 1973 foi assinalada pelo avanço da atuação da AESI/UFES na vida cotidiana do campus capixaba: as fontes sinalizam um maior volume de atividades e permitem observar o Centro Biomédico como um dos mais inquirido pela Assessoria - certamente em virtude de seus estudantes serem maioria nas tentativas de resistência à ditadura na UFES. Logo em janeiro, a agência emitiu um documento confidencial (AESI/UFES, 1973) solicitando providências urgentes, ao

diretor do Centro, no sentido de lacrar e recolher as chaves de todas as dependências do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina e entregá-las pessoalmente na sede da AESI.

Em seguida, no mês de março, a AESI solicitou, através de ofício (AESI/UFES, 1973), que o diretor do Centro Biomédico verificasse a existência de algum exemplar do livro “A Revolta Estudantil”, de autoria de D. Cohn Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar e J. P. Duteinil, Editora Laudes S/A, do Rio de Janeiro. Além disso, ordenava que, em caso positivo, os exemplares fossem recolhidos e encaminhados à Assessoria, uma vez que houvera determinação do Ministério da Justiça para apreensão da obra. Em resposta, o diretor do Centro emitiu documento (CBM/UFES, 1973) à Assessoria afirmando que não existia nenhuma obra com o referido título e lembrando que a Biblioteca do Centro Acadêmico já havia sido vistoriada e lacrada pelo próprio Alberto Monteiro, assim como todas as dependências do Diretório Acadêmico da unidade.

A intenção de inibir qualquer forma de interação política “subversiva” entre os estudantes e de influenciar na “ameaçadora” produção/circulação livre de ideias e discursos no campus motivou, em março, um novo pedido remetido pela chefia da AESI ao Centro Biomédico, com a seguinte mensagem:

Sendo uma das metas atuais dos organismos comunistas, como o PCB, PCdoB e APML, a união de todos os estudantes através da dinamização dos diretórios, da realização de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Como sabe vossa senhoria, estas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções, pelo que solicitamos comunicar a nossa assessoria com antecipação possível das referidas reuniões, para que possamos informar aos órgãos responsáveis de nossa área no sentido de tomarmos as providencias que se fizerem necessárias (AESI/UFES, 1973).

No mês seguinte, abril, novamente um documento foi encaminhado ao diretor Centro Biomédico pela chefia da AESI, dessa vez requerendo uma listagem com os nomes de todos os alunos indicados para funções de monitoria no ano em exercício (AESI/UFES, 1973). Em maio, nova solicitação urgente: que fosse encaminhado, em caráter de urgência, o número dos docentes em atividade no Centro (Ibidem). No mês de julho, outro ofício encaminhado pela AESI ao CBM/UFES, dessa vez pedindo a confirmação urgente da existência do aluno Carlos Henrique dos Santos Freire, além de informações sobre seu comportamento e aplicação aos estudos

(Ibidem). A diretoria do Centro informou, também por ofício, que o aluno não pertencia e nunca havia pertencido ao corpo discente das Faculdades de Medicina e de Odontologia (CBM/UFES, 1973).

Outro importante documento, localizado pela Comissão da Verdade UFES, esclarece sobre a prática de monitoramento dos alunos: um ofício, encaminhado em setembro pelo diretor do CBM à chefia da AESI, prestando informações sobre alunos envolvidos nas prisões ocorridas nos meses anteriores:

Relacionamos abaixo os nomes dos alunos do curso médico deste Centro, solicitados por Vossa Senhoria, com as respectivas séries em que se encontram matriculados: Elizabeth Santos Madeira (3ª série), Luiz Carlos Garcia Genelhu (3ª série com dependências da 2ª), Luzimar Nogueira Dias (3ª série com dependências da 2ª), Marcus Lira Brandão (3ª série com dependências da 2ª), Maria Magdalena Frechiani Lara Leite (3ª série), Gustavo Pereira do Vale Neto (4ª série), Marcelo Amorim Netto (4ª série), Guilherme Lara Leite (5ª série), Sebastião Lima Nascimento (5ª série) (...) Esclarecemos que o senhor IRAN MALFITANO cursou a 6ª série no ano passado, tendo sido reprovado por frequência, não se rematriculando no corrente ano (CBM/UFES, 1973).

No sentido de controlar possíveis manifestações subversivas nos eventos acadêmicos, a AESI/UFES (1973) solicitou via ofício, em outubro, que fosse informado pelo diretor do CBM, até dia 30 do mesmo mês, o cronograma com a programação das cerimônias de colação de grau, além da relação com os nomes de todos os formandos e os homenageados nas solenidades.

No Centro Tecnológico, as solicitações feitas pela Assessoria no curso do ano de 1973 aproximaram-se às encaminhadas ao CBM: em julho, o CT fora inquirido sobre o mesmo aluno, Carlos Henrique dos Santos Freire (Ibidem); em outubro, fora questionado sobre o cronograma de suas cerimônias de colação de grau e sobre os formandos e prováveis homenageados (Ibidem). Os documentos investigados apontam que o Centro Tecnológico demonstrava maior acomodação, e até colaboração, com a AESI, tendo em vista ofícios emitidos por seu diretor, prof. Nelson Goulart Monteiro Filho, informando sobre os acontecimentos do Centro.

Há expedientes informando a programação de palestras, ministradas por professores e engenheiros convidados, conforme ofício de setembro que apresentava o engenheiro convidado Joel Santos Neves à AESI - com currículo do palestrante em anexo (CT/UFES, 1973); as alterações dos alunos monitores do Centro, conforme ofícios remetidos em agosto e setembro (Ibidem); a programação

da Semana de Engenharia, proposta pelo Diretório Acadêmico, em agosto (Ibidem); a relação de alunos componentes da chapa que concorreria no próximo pleito ao Diretório Acadêmico Dido Fontes, em outubro, com os dados pessoais dos alunos Kieram Martins Brum, Sebastião Luiz Bozzi, Racchel Almeida Vieira e Renato Cunha Rodrigues (Ibidem). Também foi localizado um documento pelo qual o diretor do Centro encaminha à AESI o convite de formatura do aluno Carlos Alberto Feitosa Perim, em novembro (Ibidem).

Outro documento chama atenção e esclarece sobre a relação do CT e a AESI no período: em junho, a unidade despachou um ofício encaminhando à AESI três exemplares da publicação oficial do Diretório Acadêmico, “A Roda Dentada”. O documento esclarecia que a direção do Centro somente teve conhecimento do conteúdo da publicação no momento de sua distribuição, dois dias antes (Ibidem). Em resposta, Alberto Monteiro enviou um documento (AESI/UFES, 1973) com a seguinte mensagem:

Chegando ao conhecimento desta Assessoria a publicação de um jornal no Centro Tecnológico intitulado “A Roda Dentada” (órgão oficial do D.A. Dido Fontes, dos alunos de Engenharia da UFES), e estando contra a legislação vigente (Lei 5.520 e outras), achamos por bem ouvir todos os responsáveis pelo Diretório Acadêmico para sabermos quais os autores das publicações e apurarmos a falta de responsabilidade total dos membros, conforme declarações anexas do epígrafa (...).

Infelizmente, o referido periódico em anexo não foi localizado. Contudo, há diversos documentos, também anexados ao mesmo ofício, intitulados “Termo de Declarações” - e assinados pelos interrogados. Os questionamentos, conduzidos pelo próprio Alberto Monteiro aos alunos, pretendiam localizar o responsável pela elaboração das matérias, pela impressão e distribuição da publicação. Foram interrogados: Mayer Roubach, Luiz Carlos Feitosa Perim, Sebastião Luiz Bozzi, Maria Adélia Rodrigues Gomes, Carlos Alberto Feitosa Perim, Carlos Magno Serafim Girelli, Nilson Costa Roberti e José Armínio Ferreira.

No Centro de Artes, a preocupação da AESI/UFES com o monitoramento de professores e servidores também se apresentou em 1973. Em fevereiro, a Assessoria remeteu ofício solicitando ao diretor do Centro que informasse todos os dados referentes ao professor João Vicente Felisberto Souza: conceito, carga horária de trabalho e regime funcional (Ibidem). Em resposta, o diretor da unidade

informava que o docente fora transferido para o Centro de Estudos Gerais (atual Centro de Ciências Humanas e Naturais) em março e que ministrava aulas de História da Arte para o regime de créditos, sob coordenação do Departamento de História. Também, ressaltava que o professor sempre gozou de excelente conceito entre o corpo docente, discente e administrativo (CAR/UFES, 1973).

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e o Centro de Artes da UFES, dirigidos em 1973 pelos prof. Valder Colares Vieira e Seliégio Gomes Ramalho, respectivamente, foram inquiridos pela AESI através de diversos documentos que, em maioria, eram idênticos aos emitidos para os demais Centros já mencionados. Em março, o CCJE também fora indagado sobre a existência do livro “A Revolta Estudantil” na Biblioteca de sua unidade (AESI/UFES, 1973), assim como o CAR (Ibidem). Além disso, o CCJE também fora questionado sobre possíveis encontros culturais de organizações comunistas e simpatizantes nos campi e alertado sobre a necessidade desses encontros serem urgentemente informados (Ibidem).

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas também foi inquirido sobre os nomes dos alunos escolhidos como monitores no corrente ano (Ibidem), assim como o diretor do Centro de Artes foi chamado a informar, em caráter urgente, o número de professores lotados em sua unidade (Ibidem). Igualmente, o CCJE e o CAR foram questionados sobre existência do aluno Carlos Henrique dos Santos Freire e cobrados sobre o cronograma das refeições de grau dos formandos e os prováveis homenageados nas cerimônias (Ibidem).

Em virtude do apresentado, as pesquisas em andamento permitem assegurar que o esclarecimento dos vazios historiográficos relacionados aos impactos da ditadura nas diversas universidades brasileiras é favorecido no atual momento, em que as instituições programam ações pela localização e disponibilização dos acervos do período, fortalecendo o compromisso com a memória - como no caso da UFES e sua Comissão da Verdade. Dessa maneira, cria-se um cenário favorável para investigar os efeitos da política universitária durante o governo de Médici, que primou pela especialização da repressão - com o tolerado recurso à tortura - no interior dos espaços institucionais através da criação das AESI universitárias.

Pode-se sustentar que a implantação das Assessorias nas diferentes universidades,

e na própria UFES, significou a naturalização da vigilância cotidiana, da intimidação e da ameaça aos alunos, professores e funcionários. Os acervos documentais localizados na UFES, analisados à luz da perspectiva histórica, permitem concluir que, com suas estratégias e práticas, a AESI colaborou inegavelmente para a produção de um ambiente de desconfiança, silêncio, censura e medo na UFES, especialmente nos anos de 1972 e 1973. Pretende-se, com a presente discussão, contribuir para o debate sobre os efeitos da implantação de um instrumento repressivo, do Estado ditatorial, no interior das universidades públicas brasileiras, considerando que as instituições foram limitadas em sua autonomia nas iniciativas de pesquisa, ensino e extensão - o que significou prejuízos inestimáveis à produção e ao desenvolvimento do conhecimento - e que seus atores históricos foram castrados em sua produção de subjetividade e em seus direitos fundamentais.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Ed.). **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Volume II - Textos Temáticos: A violação dos direitos humanos nas universidades. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014, p. 277.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). Florianópolis: **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 295 - 316.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Campinas: **Caderno Cedes**, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez.

2008.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____ (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

_____. **Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias**. Rio de Janeiro: Revista Acervo, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul/dez 2008.

_____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea: historia y problemas del siglo XX**, v. 3, n. 3, p. 133-148, 2012.

NUNES, César. Economia, Educação e Sociedade: Matrizes Políticas e Estigmas Culturais da Administração Escolar no Brasil. Campinas: **Revista HISTEDBR** (n. especial), 2006.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Campinas: **Caderno Cedex**, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

Fontes

AESI/UFES. **Ofício s/n**. Vitória: 1972.

_____. **Ofício 10/72**. Vitória: 1972.

CAR/UFES. **Ofício 43/72**. Vitória: 1972.

CBM/UFES. **Ofício 01/72**. Vitória: 1972.

CCJE/UFES. **Ofício 119/72**. Vitória: 1972.

CAR/UFES. **Ofício 42/72**. Vitória: 1972.

AESI/UFES. **Pedido de busca 018**. Vitória, 1972.

_____. **Pedido de busca 020.** Vitória: 1972.

_____. **Pedido de busca 021.** Vitória: 1972.

_____. **Pedido de busca 022.** Vitória: 1972.

_____. **Pedido de busca 009.** Vitória: 1972.

CBM/UFES. **Ofício 03/72.** Vitória: 1972.

AESI/UFES. **Pedido de Busca 012.** Vitória: 1972.

CAR/UFES. **Ofício 75/72.** Vitória: 1972.

AESI/UFES. **Pedido de busca 016.** Vitória: 1972.

CCJE/UFES. **Ofício 176/72.** Vitória: 1972.

AESI/UFES. **Pedido de busca 013.** Vitória: 1972.

CT/UFES. **Ofício s/n.** Vitória: 1972.

AESI/UFES. **Ofício 38/72.** Vitória: 1972.

_____. **Ofício 40/72.** Vitória: 1972.

_____. **Ofício 41/72.** Vitória: 1972.

_____. **Ofício 43/72.** Vitória: 1972.

_____. **Ofício 60/72.** Vitória: 1972

CBM/UFES. **Ofício 07/72.** Vitória: 1972

AESI/UFES. **Ofício 10/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 22/73.** Vitória: 1973

CBM/UFES. **Ofício 01/73.** Vitória: 1973.

AESI/UFES. **Ofício 29/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 45/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 56/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 82/73.** Vitória: 1973.

CBM/UFES. **Ofício 04/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 05/73.** Vitória: 1973.

AESI/UFES. **Ofício 128/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 80/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 130/73.** Vitória: 1973.

CT/UFES. **Ofício 732/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício s/n/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 710/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício s/n/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 801/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 904/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 504/73.** Vitória: 1973.

AESI/UFES. **Ofício 88/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 15/73.** Vitória: 1973.

CAR/UFES. **Ofício 22/73.** Vitória: 1973.

AESI/UFES. **Ofício 23/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 24/73.** Vitória: 1973.

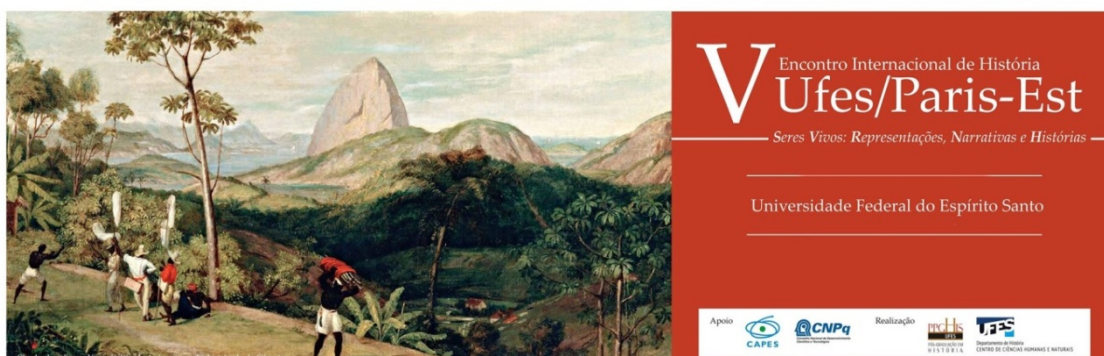
_____. **Ofício 30/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 46/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 61/73.** Vitória: 1973

_____. **Ofício 84/73.** Vitória: 1973.

_____. **Ofício 81/73.** Vitória: 1973.



HISTORIOGRAFIA: A TORRE DE BABEL DA HISTÓRIA. OS DESAFIOS DE UM CAMPO EM PERMANENTE MOVIMENTO.

Bruno César Nascimento
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Essa análise visa apontar parte dos inúmeros conflitos que permeiam a produção historiográfica e como a história da historiografia vem se transmutando na tentativa de construir parâmetros históricos que possam contribuir para a análise e estudo da constituição da história como disciplina e dos diversos momentos da trajetória da produção do conhecimento histórico. Com vista a esse objetivo, há de se apresentar os múltiplos olhares sobre a definição de historiografia, algumas das mudanças e conflitos pela qual essa passou e por fim como a historiografia, apesar das inúmeras dificuldades pela qual passou e passa, vem se consolidando como um forte campo de estudo histórico no Brasil.

Palavas-Chave: Historiografia. Paradigmas. Escrita.

ABSTRACT: This analysis aims to point of the numerous conflicts that permeate the historiography and as the history of historiography has been transmuted in trying to build historical parameters that can contribute to the analysis and study of the constitution of history as a discipline and the various stages of production of the trajectory of historical knowledge. With a view to this goal, there to present multiple perspectives on the definition of historiography, some of the changes and conflicts in which this happened and finally as historiography, despite the numerous difficulties that has occurred and passes, has been consolidated as a strong track record field of study in Brazil.

Keywords: Historiography. Paradigms. Writing.

A disciplina História vem desde a proposta de sua institucionalização como ciência, ainda no século XIX, até os dias presentes passando por inúmeras mutações, tanto metodológicas, como teóricas, filosóficas e, principalmente, paradigmáticas. O olhar da história tornou-se múltiplo, diverso e até mesmo multifacetado. Nela não se constitui um consenso, muito pelo contrário, imperou, e ainda impera, a discordância e a busca pela hegemonia.

Essa relativa instabilidade conceitual reverberou sobre aquela que é o resultado da construção histórica, a escrita. Espelhando o mundo em que estava imersa, embebida, a escrita irá demonstrar tanta instabilidade quanto o meio, segmento social, ciência – ou não – que a produz. A produção escrita é a resultante do processo de análise e constitui peça fundamental no processo de transformação do inanimado, do obscuro, em conhecimento histórico.

Essa cambaleante e frágil escrita – e haverá muitos que discordarão dessa classificação – é resultante dos procedimentos de análise do historiador e que, a partir do momento de sua exposição ou divulgação, passa a compor o quadro da incansável historiografia, ou, escrita da história.

Devido a essa instabilidade conceitual, escrever um trabalho sobre o desenrolar da historiografia, de seus modelos e lugares, tornou-se algo quase que teogônico, é pensar: no princípio eram somente a humanidade e a memória. Da união desses dois titãs nasceram dois filhos, a escrita e a história, e desses surgiram cientificidade, paradigmas, a busca pela verdade, a historiografia, fatos e mais outra dúzia de herdeiros e bastardos.

Para espectadores externos que assistem essa análise, realiza-la, é como imaginar que a História veleje em um mar calmo, que com suas belas águas guia-a serenamente para campos Elíseos. No entanto não é bem assim! O mar de fatos e acontecimentos é revoltoso, intempestivo e principalmente instável, e galgar caminhos por essas tempestades sem se tornar refém de Cilas ou Caríbdis é uma tarefa realmente árdua, e que o “barqueiro” da História deve buscar executar com brio, exatidão, retidão e principalmente tenacidade, para que assim, finalmente, depois de uma longa batalha, possa fundear em portos mais seguros.

Não se deseja, aqui, galgar etapas por um mito das origens, mas sim tentar ilustrar

como é árduo, para alguns “barqueiros”, singrar pelos caminhos da História mesmo existindo uma multiplicidade de ferramentas e instrumentos para auxiliá-lo nessa jornada em busca de um porto, um abrigo! Um lugar da História.

Dada à complexidade do debate epistemológico na História e as constantes mudanças paradigmáticas, um dos grandes motivos pelo qual a História encontra-se em permanente mutação, o historiador francês Paul Veyne afirmou que somente haverá uma relativa paz na história quando existir nessa certa coerência.

A tradição de um gênero histórico será fundada no dia em que uma obra provar aos leitores que a narração de acontecimentos pode dar lugar a um livro coerente e inteligível; desde esse dia, tornar-se-á tão difícil romper com esta tradição como teria sido difícil criá-la. (VEYNE, 1971, PAG. 106)

Torna-se tão tensa a relação entre a história e a constituição da narrativa que Michel de Certeau a descreve, até mesmo, como paradoxal.

A historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximóron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde esse laço não é pensável, fazer como se os articulasse. (CERTEAU, 2011, p. XII)

Para Carlos Oiti a tensa relação entre a história e a escrita não reverbera somente sobre ambos, mas atinge uma camada mais profunda da própria relação, é a causadora de uma crise epistemológica.

[...] a relação entre o “discurso” e o “real” revela-se tensa, pois a linguagem usada pelo historiador já não pode mais ser encarada como um simples reflexo da realidade histórica. É justamente esse paradoxo que estabelece a “crise epistemológica” que abrange outros dois conceitos: o de representação e o de significado. (BERBERT JÚNIOR, 2012, 16)

Ainda para Oiti:

É nesse debate que a reflexão sobre o papel da narrativa torna-se o centro de uma disputa que, tendo como eixo principal uma crise dos paradigmas, revela uma crise de orientação, uma vez que não há mais consenso sobre o lugar do significado na teoria da história. Aqui chegamos à síntese daquilo que denominamos “crise” da construção da ciência histórica. (JÚNIOR, 2012, 17)

Para agravar ainda mais a problemática, tensa e paradoxal relação entre a história e a escrita, a década de 1970 produziu inúmeros debates sobre a constituição das narrativas e das matrizes espaciais. Nomes como Paul Veyne (*Como se escreve a*

história – 1971), Hayden White (*Metahistory – 1973*) e Michael de Certeau (*A escrita da História – 1975*) passaram a questionar veementemente o modelo de narrativa proposta pelos denominados, paradigmas modernos, mas fora em 1979, segundo Fábio Duarte, que a crise, não somente da história, mas das ciências humanas, atingiu o ápice. Para Duarte o clímax dos debates sobre a epistemologia chegou pelas mãos de Jean-François Lyotard em 1979, onde esse propõe, segundo aquele, que:

[...] esse metadiscurso hegemônico estaria em crise e deveria ser combatido, defendendo que os consensos contemporâneos fossem formados a partir de realidades locais, e não pela pressuposição de verdades universais. (DUARTE, 2002, 124)

Valdei Lopes de Araújo é contundente e categórico ao afirmar que a virada linguística da década de 1970 foi um divisor de águas no método de análise e escrita da história, para ele,

Independentemente das avaliações que possamos fazer das polêmicas produzidas pelo Giro Linguístico, a historiografia que hoje praticamos foi profundamente afetada por ele. Uma melhor compreensão dos aspectos não representacionais da linguagem revelou ao historiador uma nova extensão da realidade. (ARAÚJO, 2010, 13)

O fato é que se discorreu até aqui sobre a crise paradigmática e epistemológica da história para demonstrar o quão laborioso é realizar uma história dos estudos historiográficos, debate atual e ao mesmo tempo profundamente antiquário. É enorme a massa de publicações a que concerne tal assunto, e ao realizar uma análise, mesmo que ligeira e rasteira, ver-se-ia que, em algum momento, grandes autores, pesquisadores, professores ou até mesmo diletantes tocaram nessa problemática da complexidade da historiografia, que segundo Marie-Paule Caire-Jabinet,

[...] possui diversas acepções. Tendo surgido no século XIX, em imitação aos historiadores poloneses e alemães, ele significa, conforme os casos: a arte de escrever a história, a literatura histórica ou ainda, “história literária dos livros de história” (LITTRÉ, 1877). Ele pode, conforme o contexto, referir-se às obras históricas de uma época ou ainda à reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história. O termo “Historiografia” talvez seja ainda mais ambíguo que o vocabulário “História”. (CAIRE-JABINET, 2003, 16)

Logo, se capitanear estudos historiográficos é uma tarefa hercúlea, e quando olhamos para a própria história da historiografia vemos que tantos e grandes

historiadores já se enveredaram por essa seara – François Hartog com *Os Antigos, o passado e o presente*; José Carlos Reis e *O desafio historiográfico*; Flávia Varela nas páginas de *A dinâmica do Historicismo*; Antoine Prost com suas *Doze lições sobre a História*; entre tantos outros como João Capistrano, Peter Burke, Fernand Braudel, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, José Honório Rodrigues, Reinhart Koselleck – e dado à amplitude do debate, faz-se necessário esclarecer de maneira mais apurada essa prática, essa análise e até mesmo o próprio conceito de historiografia, que, como já se assistiu na definição de Marie-Paule, torna-se complexa somente pelo fato de estar ligado diretamente à História.

José Roberto do Amaral Lapa, em *Historiografia brasileira contemporânea* (1981), conceitua a sua ideia de historiografia dizendo que:

Para ainda mais explicitarmos nossa conceituação, diríamos que uma obra de História em si não se configura como Historiografia, mas sim como objeto da Historiografia, enquanto o estudo dessa obra já se insere como historiográfico. (LAPA, 1981, 22)

Já Yves Bruand apresenta a historiografia da seguinte maneira:

[...] achamos lógico dar à História da historiografia o lugar que ela merece. Digamos logo que preferimos a expressão História da historiografia àquela mais vaga de Teorias da História adotadas durante as discussões do Simpósio de Marília. Com efeito, para nós a História da historiografia abrange o estudo das teorias elaboradas por filósofos, quando numerosos historiadores se abeberaram nelas. (BRUAND, 1963, 520)

Ainda analisando o conceito de historiografia, Luis Henrique Torres faz o seguinte apontamento:

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreendermos – numa preocupação de totalidade – esse passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. (TORRES, 1996, 56)

Logo, condensando as diversas acepções sobre a Historiografia pode-se classificá-la, então, como uma própria história da escrita da história, onde os estudos das formas narrativas e das correntes teórico-metodológicas se encontram para, em um contexto mais amplo, explicar e esclarecer o desenvolvimento dos estudos históricos, a análise dos fatos e a própria construção do saber.

Assim, os estudos historiográficos possuem larga contribuição para a compreensão

do sistema constitutivo do pensar História. É por meio dessa história da História que se tornou possível compreender determinados comportamentos sociais e autorais, analisar a construção de modelos e até mesmo constituir novas perspectivas sobre determinados momentos da História que foram mais complexos do que os construídos em pontuais narrativas. Em suma, os estudos historiográficos, além de colaborar para a análise dos estudos históricos, contribuem significativamente para a ligação de elos da história que aparentemente, a muito, haviam se perdido.

Logo, se a construção de análises históricas consiste em trabalho árduo, mais ainda o trabalho da historiografia, que se debruça sobre a permanente produção de seus pares. Produção essa que assistiu um aumento exponencial, tanto quantitativo como qualitativo, nas últimas quatro décadas tornando cada vez mais difícil à realização de trabalhos historiográficos de fôlego que possam nos dar panoramas e perfis históricos de determinados momentos da constituição dessa disciplina como um estudo cientificamente conduzido, como explicita Antônio Celso Ferreira ao dizer que,

É bem verdade que a produção dos historiadores atingiu, nos últimos decênios, extensão e diversificação de tal magnitude que se tornou pouco operacional ou até mesmo imprudente o esforço para formular sínteses historiográficas e balanços críticos sobre seu significado mais amplo. Mas é também verdadeiro que a vocação teórica recente dos estudos de Historiografia, ao privilegiar de modo intencional as abordagens particularistas, acrescenta um ingrediente a mais ao obstáculo mencionado, gerando um dilema de difícil solução. (FERREIRA, 2011, 322)

Segundo Georg Iggers, a historiografia, a partir de 1990, se viu refém de um modelo ancorado nas décadas que a antecederam, mas necessitando de ver-se liberta a fim de acompanhar a significativa mudança e arrancada que os estudos históricos vivenciaram a partir da década de 1970 (IGGERS, 2010, 107). Ainda segundo Georg Iggers,

Chegamos, então, aos desenvolvimentos mais importantes na historiografia, provenientes do confronto com estas condições modificadas. Após o fim da Guerra Fria, podemos estabelecer cinco tendências ou referências: 1) o duradouro giro lingüístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização. (IGGERS, 2010, 107)

No entanto, apesar de toda a dificuldade e de diversas análises com vistas a se compreender os diversos momentos pelo qual a disciplina História passou, e ainda passa, não podemos discordar da Marie-Paule quando a mesma diz que,

Não se conhece nenhuma sociedade sem história e sem a determinação de conservar a memória de seu passado, embora, em um primeiro momento, essa memória seja normalmente preservada pelos mitos e pelas estreitas relações entre os homens e os deuses. A história nasce somente quando surge um distanciamento e uma vontade crítica. (CAIRE-JABINET, 2003, 12)

Partindo da perspectiva apresentada por Jabinet, e utilizando a última frase dessa citação como ponto de partida referencial, pode-se afirmar que a mesma sentença compõe dois momentos distintos da História e define muito bem o campo das possibilidades entre a história e a historiografia, onde a história ocupa-se do distanciamento e a historiografia da vontade crítica. Tal distanciamento faz-se necessário para que não haja o envolvimento emocional e afetivo com o fato ou personagem, apesar da presença subjetiva do autor nas análises históricas e das motivações que o levaram a escolher esse ou aquele objeto e recorte, e a vontade crítica para compreender o estudo e o autor em seu momento, em seu tempo, percebendo assim a sua relevante contribuição para a construção do conhecimento histórico naquele contexto e como se deu a metamorfose dos estudos históricos em análises que o sucederam, uma compreensão do que Certeau denominou de lugar social²⁷⁹.

Então, se a historiografia auxilia na compreensão das práticas da História, para Manuel Salgado a história da historiografia vai muito mais além. Ela faz-se necessária e é essencial, pois significa “uma interrogação acerca da própria identidade do ofício exercido: a história da história como forma de afirmação de uma identidade e legitimação de uma prática” (GUIMARÃES, 2003, 13). Seguindo por esse caminho, Jurandir Malerba complementa o pensamento de Guimarães dizendo que “a fonte

²⁷⁹ Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político, e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3 ed rev. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p.47). O lugar social apresentado por Michel de Certeau faz parte da tríade de construção de uma operação historiográfica composta e sustentada ainda pelos procedimentos de análise, que o mesmo aponta como sendo uma disciplina ou práticas científicas, e finalmente a construção de um texto, de uma escrita, ou literatura.

geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração” (MALERBA, 2006, 17).

Dados os devidos destaques no que concerne à historiografia, fica claro o quão tortuoso é o caminho pelo qual deverá seguir o historiador que por essa análise for atraído. Não somente, devido ao fato da dificuldade imposta pela própria análise como, também, pela própria história que ainda busca pela sua consolidação e formação de uma identidade.

No caso da historiografia brasileira a empreitada torna-se ainda mais delicada dada à jovialidade desse gênero científico e a pluralidade que a História desenvolveu e está desenvolvendo em tão parco espaço de tempo. Afinal,

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente. (GUIMARÃES, 2003, 9)

Para o historiador brasileiro, pensar a história é algo relativamente novo. A problematização dos escritos históricos e da metodologia utilizada na construção desse saber surge com um atraso significativo em relação ao debate construído na Europa quase cem anos antes²⁸⁰. Essa inserção teórica metodológica brasileira, para Astor Antônio Diehl, estaria centralizada na obra e tentativa de Capistrano de Abreu de analisar a história sob a luz de novas ideias e teorias (DIEHL, 1999, 223).

Porém, desenvolver análises conjunturais da historiografia em alguns momentos da história no Brasil tornou-se possível, pois, essas posições, de consolidação e identidade, estavam bem definidas, altamente articuladas e sedimentadas, e no momento iremos nos ater a dois momentos especificamente.

O primeiro, e que está eternizado nas páginas dessa disciplina no Brasil, data do

²⁸⁰ Refiro-me a palestra Sobre a tarefa do historiador proferida por Wilhelm von Humboldt em 1821, quando tão digno palestrante, defendendo a tomada de rédeas metodológicas para a constituição da ciência história, cita: “Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultaneamente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos; em um segundo momento, há de se articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado pelo primeiro meio.” (MARTINS, E. R (org). A História Pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. Brasil: Ed. Contexto, 2010.)

ano de 1838, ano de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), que aos moldes da *Societè de l'Histoire de France*, fundada por Guizot, Barante, Thiers e outros historiadores e intelectuais franceses em 1833, possuía duas preocupações específicas: coletar e armazenar o maior volume de documentos possíveis, e construir uma história genuinamente nacional, que auxiliasse na construção de uma identidade da nação recém (re)constituída. Tal meta pode ser observada no discurso do primeiro secretário do IHGB, José Marcelino da Rocha Cabral, na ocasião da fundação do referido.

Art. 1: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geographia do Império do Brazil; e assim também promover os conhecimentos desses dous ramos philológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcione essa despeza. (CABRAL, 1838, p 18).

Até chegar nesse primeiro momento da sedimentação da disciplina história no Brasil a historiografia brasileira percorreu, durante séculos, diversos caminhos. Esteve nas mãos dos viajantes e diplomatas das primeiras viagens da colonização; passou para os burocratas e políticos buscando registrar uma história política, uma história oficial; posteriormente o eixo muda e os cronistas e memorialistas entrarão com força em cena registrando a história das províncias e de grandes personagens da “História do Brasil” e, por fim, com o advento da Independência irá surgir essa instituição que será o maestro da escrita da história brasileira, que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que, por mais surpreendente que pareça, coordenou por aproximadamente um século os modelos de escrita. Tal perspectiva é corroborada por Astrogildo Rodrigues de Mello em publicação nas páginas da *Revista de História*.

Destarte, no largo período colonial, a historiografia brasileira não poderia ser senão em função do acanhado campo cultural da colônia, onde a Metrópole afogava quase todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual. Sem imprensa nem tipografia, falta de Universidades, ficava a possessão portuguesa em evidente inferioridade em confronto com os domínios ingleses e espanhóis, bafejados desde o início com esses fatores indispensáveis de progresso. Donde a pobreza de informes dos cronistas, testemunhas oculares dos momentos culminantes de nossa história, que poderiam ter projetado maior luz sobre tais acontecimentos. (MELLO, 381, 1951)

Mas é também duramente atacada por Pedro Moacyr Campos ao afirmar que:

Enquanto não nascia a Universidade, que se poderia esperar, a não ser exatamente aquilo que se tinha? De um lado obras compostas por pessoas dotadas de fortuna e que se entregavam à História, fosse com o intuito de buscar aí base para poderem tecer louvores ao país, fosse simplesmente para passar o tempo. Não se pode negar, é claro, que nessa categoria se incluísse, entre outros, um Varnhagen, realmente digno de respeito. Forçoso é confessar, entretanto, que na sua grande maioria tais autores não estavam preparados para se desincumbirem da missão que se atribuíam, dado não possuírem a formação cultural exigida para a execução de trabalhos desta ordem e que deveria orienta-los, tanto na pesquisa, como no método históricos. (CAMPOS, 1954, 492)

O fato é que, durante décadas, a historiografia brasileira fora regida pelo o que José Honório Rodrigues denomina de história antiquaria, e que determinou modelos de escrita, que mesmo de maneira indireta, reverberam significativamente até os dias de hoje nos debates históricos e principalmente em livros didáticos. Sendo assim, entender a constituição da historiografia brasileira é, em primeiro momento, entender a constituição do saber histórico no Brasil.

Enfim, nesse primeiro momento os estudos históricos no Brasil estiveram conduzidos principalmente por políticos, advogados e intelectuais²⁸¹, um grupo de autodidatas e diletantes denominados por José Murilo de Carvalho de “ilha de letrados em um mar de analfabetos” (CARVALHO, 1996, 55), uma elite intelectual letrada que se fazia presente em diversas esferas da sociedade e que de maneira direta se apropriou das práticas, discursos e produção histórica.

No entanto, se a História é feita de rupturas e permanências, pode-se afirmar que na década de 1930 uma ruptura irá marcar profundamente as estruturas do conhecimento histórico brasileiro. É o período de advento das Universidades com os cursos de formação e especialização do ofício de historiador, e a expansão das ferramentas de divulgação da produção historiográfica no Brasil. Segundo Moacyr Campos:

Acreditamos ser realmente interessante, para que se possa avaliar o

²⁸¹ A composição inicial do corpo do citado instituto, fez-se por 27 membros, desses, somente 3 membros, Srs. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, doutor em medicina pela Faculdade de Paris e bacharel em Filosofia natural por Coimbra, Joaquim Caetano da Silva, Professor de retórica, Português e Grego do Colégio Pedro II e Joaquim Francisco Viana, bacharel em Matemática, estavam de alguma forma ligados ao cientificismo que era latente no século XIX e descolados do grupo hegemônico que colaborou para o surgimento do IHGB, os demais membros eram políticos ou advogados, até mesmo a comissão responsável pela Revista do IHGB não era composta por historiadores, mas sim por um advogado, o Sr. José Marcelino da Rocha Cabral, e um político, o Sr. Antônio José de Paiva Guedes de Andrada e a comissão de História por um médico e um advogado.

papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no campo do estudo da História, principiarmos por uma rápida vista de olhos nos traços gerais que caracterizavam aquele ramo do conhecimento, entre nós, antes da fundação do referido Instituto de ensino superior. Em primeiro lugar, no que se refere à historiografia brasileira, a realização de um balanço levar-nos-á infalivelmente a conclusão de que muito pouco tinha sido feito, dado que, excluídos alguns trabalhos de ordem exclusivamente narrativa, nem mesmo se conseguira organizar uma História Geral do Brasil em molde realmente satisfatórios, em nível superior e que se estendesse até os tempos republicanos. (CAMPOS, 1954, 491)

Embasado em uma forte crítica ao modelo historiográfico vigente até aquele instante, esse segundo momento determinante e bem estruturado da disciplina história no Brasil somente se deu quase cem anos após o primeiro. Foi durante o período da reforma universitária brasileira que se iniciou no ano de 1931 e atingiu o seu ápice em 1934 com a instauração da Universidade de São Paulo, e nessa, do primeiro curso de história no Brasil, destinado à formação de bacharéis e licenciados que estavam destinados a atender a crescente demanda por professores no ensino básico e secundário em todo o Brasil.

No entanto, o fator de interesse que, de alguma maneira, interliga esses dois momentos distintos, não somente da história da disciplina como também da história da própria nação – que no primeiro vivia sob os auspícios da monarquia e no segundo sob a égide da república – é a formulação e constituição de instituições e objetos de poder com fins de afirmação de um determinado grupo sobre o conhecimento e, principalmente, produção histórica. Logo o que podemos de fato encontrar na interseção desses dois momentos como fatores comuns são: em ambos, para a afirmação da disciplina histórica, fora necessária a constituição de instituições que pudessem dar um “teto” a essa disciplina – no primeiro o IHGB e no segundo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Para José Roberto do Amaral Lapa essa institucionalização dos estudos históricos no Brasil tem sido uma característica marcante, e o mesmo chega a elencar a relação do período histórico e as suas respectivas instituições de consagração. (LAPA, 1981, 32)

TABELA 1: Relação período e instituições dedicadas aos estudos históricos

PERÍODO HISTÓRICO	INSTITUIÇÃO
Brasil colônia	Academias
Brasil Império	Institutos Históricos
Brasil República	Faculdades de Filosofia

Fonte: LAPA, 1981, 33.

O segundo fator é a constituição dos periódicos técnico-científicos como ferramenta de divulgação e de apropriação da produção histórica – o IHGB lançou o primeiro número da sua revista (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 1839, já o curso de História da FFCL-USP apesar de já ter idealizado a constituição do seu periódico em 1937 somente em 1950 é que o projeto será posto em prática.

Nesse contexto há de se destacar que, apesar de confluir para o mesmo fim, a instauração e expansão dos estudos históricos no Brasil, os dois grupos, ideologicamente distintos, se apropriam, a sua maneira, da disciplina História e criam mecanismos de poder para se afirmar como detentor do conhecimento e da produção técnica dessa área, e no caso de ambos os momentos, a ferramenta que constituiu apropriação da produção historiográfica foram os periódicos.

Com a constituição e solidificação desses dois momentos distintos o debate histórico e a produção historiográfica começam a tomar significativo volume. E a história nação, elaborada com vistas à afirmação da existência de um povo genuinamente brasileiro, abre alas para a recém-chegada “história científica”, com todas as teorias e métodos, que de maneira surpreendentemente ligeira se alastrou por todo território brasileiro. A produção historiográfica efetua uma guinada realmente brusca em sua estética passando rapidamente da chamada Escola Positiva – comteana – para a, recém-florescida na Europa, Escola dos *Annales*.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes. A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além

da metáfora dos lugares. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 4, p. 13 – 14, 2010.

BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-graduação em História/ Funape, 2012.

BRUAND, Yves. Metodologia da história, teoria da história e história da historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 54, p. 515 – 522, 1963.

CABRAL, José Marcelino da Rocha. Discurso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 18, 1839.

CAIRE-JABINET, Marie Paule. **Introdução a Historiografia**. Trad. Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 2003.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, n. 18, p. 491 – 503, 1954.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. São Paulo: Perspectivas/ FAPESP, 2002.

FERREIRA, A. C. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: GLEZER, R. (org.) **Do passado ao futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh**. São Paulo: Contexto, 2011.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O**

século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI a Historiografia. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 4, p 105 – 124, 2010.

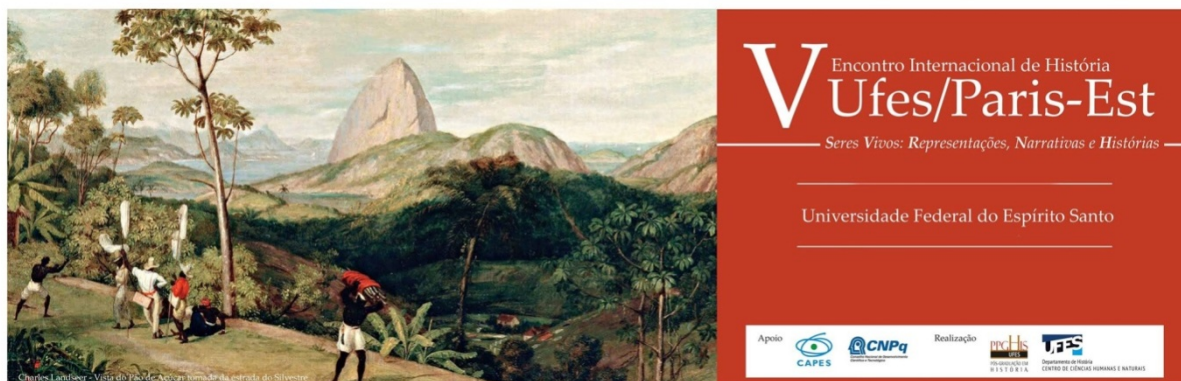
LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea:** (a história em questão). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.) **A escrita da história:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 6, p. 381 – 390, 1951.

TORRES, Luis Henrique. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS**, Rio Grande do Sul, v. 8, p. 53 – 59, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Trad. Antônio J. da S. Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.



A CRIAÇÃO DA AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION E O DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA AMERICANA

César Haueisen Zimerer Perpétuo
Mestrando em História – UFES

RESUMO: A American Historical Review valorizou o trabalho do historiador americano e serviu como agente unificador destes profissionais, se tornando importante para todo o contexto da historiografia dos Estados Unidos no século XIX e XX. O foco deste trabalho consiste em tentar identificar duas coisas: um padrão historiográfico na revista que nos permita traçar as principais características da historiografia americana na época e as repercussões que o surgimento da AHR teve para o trabalho do historiador norte-americano. A análise será feita a partir da criação da American Historical Association, a maior e mais antiga sociedade de historiadores estadunidenses, que permitiu a criação da revista e consequentemente causou uma grande melhoria no trabalho do historiador estadunidense.

Palavras chave: American Historical Review, J. Franklin Jameson, American Historical Association, Historiografia.

ABSTRACT: The American Historical Review was responsible to give value to the work of american historians and became a unifying agent for those professionals, becoming indispensable for USA historiography in the XIX and XX centuries. This article will focus on trying to identify two things: a historiographic pattern in the Review that allow us to trace the main characteristics of the american historiography in that period of time and what were the repercussions that the creation of the AHR did to the north-american historian. The analysis will begin with the birth and development of the american historiography after the creation of the American Historical Association, the biggest and oldest society of historians in the USA, that allowed the creation of the Review and because of that created a big improvement in the work of american historians.

Keywords: American Historical Review, J. Franklin Jameson, American Historical Association, Historiography.

O século XIX foi palco do surgimento das primeiras revistas criadas especificamente para o campo da História. Tais revistas tiveram grande participação na institucionalização do trabalho do historiador por permitirem a integração entre pesquisadores e possibilitar a divulgação dos resultados de suas pesquisas. Em seu livro, *The Origin and Development of Scholarly Historical Periodicals*, Margaret Stieg²⁸² afirma que, devido ao caráter do trabalho histórico, era necessária a criação de uma rede de comunicações adaptada para as necessidades do ramo visando um trabalho que seria efetuado de maneira cada vez mais eficaz, e é neste pensamento que ela considera a criação das revistas históricas no século XIX como um marco na institucionalização da História.

A idéia para essa comunicação surge de um problema nascido a partir das minhas primeiras pesquisas relacionadas à *American Historical Review*, o maior periódico sobre história dos Estados Unidos e que permanece sendo publicado até os dias atuais. A primeira publicação da revista ocorreu em Outubro de 1895, tendo como editor chefe John Franklin Jameson, importante historiador da época, especialista em historiografia e um dos fundadores da *American Historical Association* pela qual veio a se tornar presidente em 1907. A revista, criada nos Estados Unidos em 1894, conta com cinco publicações por volume, sendo que em cada uma delas, são publicados diversos artigos autorais, notas e um número significativo de resenhas.

A pesquisa se iniciou analisando os primeiros anos de sua formação, pegando desde a época em que foi criada até o ano de 1915, ou seja, os primeiros 20 anos de sua existência. Inicialmente foi realizado um mapeamento buscando analisar o seu papel na escrita da História na sociedade americana, através de uma análise sobre os temas mais estudados, os autores mais atuantes, o recorte temporal e espacial em que eles trabalham, além de um estudo a respeito dos artigos autorais, resenhas e notas publicadas na revista, dando ênfase nos trabalhos a respeito da historiografia, teoria e metodologia da História. O mapeamento foi feito partindo de um estudo da historiografia americana para compreender como eram realizados as pesquisas e estudos históricos da época, quais eram os temas considerados de maior relevância para os historiadores que publicavam e por qual motivo eles tinham tal posição. Era importante também, identificar qual era a metodologia utilizada pelos

²⁸² STIEG, Margaret F. **The Origin and Development of Scholarly Historical Periodicals**. Alabama: The University of Alabama Press, 1986.

pesquisadores e a relação que eles mantinham entre si através de suas pesquisas (tendo em vista o levantamento feito por Margaret Stieg de que muitas vezes as revistas eram utilizadas como meio de comunicação entre estes pesquisadores para debater as suas ideias). Tal tarefa se mostrou deveras difícil, pois a revista americana funcionou, em seus anos iniciais, como a principal forma dos historiadores americanos de publicar os seus trabalhos. Sendo assim era muito comum encontrar artigos de temas e recortes temporais e espaciais completamente diferentes em um mesmo número da revista, como por exemplo, podemos citar o segundo número do terceiro volume da revista, publicado em Abril de 1897, onde juntos estavam um artigo escrito por John W. Burgess, “*Political Science and History*”, um trabalho sobre a relação entre a História e a Ciência Política nos Estados Unidos, e outro artigo escrito por William Woodville Rockhill chamado “*Diplomatic Missions to the Court of China: The Kowtow Question I*”, onde é analisada, entre outras coisas, a relação da Corte Chinesa com as embaixadas existentes no país.

Assim, diferentemente de outras revistas como a inglesa *English Historical Review* ou a alemã *Historische Zeitschrift*, a revista americana aceitou em seus anos iniciais praticamente qualquer tipo de publicação, independente do tema, recorte temporal, ou espacial, o que tornou extremamente difícil identificar um padrão em suas publicações.

Para resolver esse problema, iniciou-se uma busca por documentos e artigos que nos pudessem mostrar, com mais detalhes, como foi a formação dessa historiografia americana, quais foram os seus principais protagonistas e porque a revista tomou para si essa característica de aceitar praticamente qualquer publicação sem distinção por temas ou recortes específicos. A resposta se tornou mais próxima quando foi realizada uma análise minuciosa sobre a formação da Historiografia americana através da criação da *American Historical Association*.

Em seu livro *History and Historians in the Nineteenth Century*²⁸³, George Peabody Gooch diz que a historiografia americana provavelmente surgiu com Jared Sparks

²⁸³ GOOCH, George P. **History and Historians in the Nineteenth Century**. New York: Longmans, Green, 1913.

²⁸⁴, onde este iniciou sérios estudos sobre os escritos de Washington que resultaram na criação de doze volumes que surgiram entre 1834 e 1838. Sparks nasceu em Willington, Connecticut em 10 de Maio de 1789 e morreu no dia 14 de Março de 1866, graduou-se na Universidade de Harvard em 1815 onde posteriormente veio a se tornar o presidente entre os anos de 1849 e 1853. Apesar da historiografia americana provavelmente ter surgido com Sparks, os primeiros escritos sobre a História dos Estados Unidos vieram apenas com George Bancroft ²⁸⁵ que se graduou em Harvard e viveu na Europa por algum tempo, sofrendo influência de nomes como Hegel e Goethe. Bancroft escrevia de forma romântica, acreditando que os Estados Unidos era uma sociedade escolhida por Deus e que as colônias possuíam ideais de liberdade desde o seu início. Escreveu uma história da América cujo primeiro volume surgiu, também, em 1834.

Até a criação da *American Historical Association* em 1884, pode-se dizer que a historiografia americana permaneceu deveras estagnada. Como nos diz Jameson²⁸⁶, em 1884 não existiam departamentos estaduais responsáveis pelo estudo de história, o número de associações regionais e seus membros eram menos da metade do que veio a ser 10 anos depois e o único periódico existente em que se podia publicar trabalhos de História era o *"The Magazine of American History"*, que ficou em circulação de 1877 a 1893, mas não era publicada em larga escala e se mostrou insuficiente para atender as demandas dos historiadores norte-americanos. Além disso, em todas as universidades americanas existiam apenas quinze professores titulares e cinco professores assistentes que se dedicavam exclusivamente à pesquisa de história. Em 1909 dos 7000 universitários existentes nos Estados Unidos, pelo menos 300 estudavam história. Em 1884 esse número não passava de 30.

Existia um pessimismo vigente sobre a profissão de historiador na época anterior à AHA, sendo que várias instituições se perguntavam se valia a pena ou não criar cursos sobre história. Jameson chega a dizer que ainda se lembra do sentimento triste de ter ouvido da boca do presidente de Harvard, Charles William Elliot

²⁸⁴ ADAMS, Henry Baxter. **The Life and Writings of Jared Sparks**, 2 Vols. Houghton: Mifflin and Company, 1893.

²⁸⁵ HOWE, M. A. De Wolfe; STRIPPEL, Henry C. **Life and Letters of George Bancroft**, 2 Vols. New York: Scribner's Sons, 1908.

²⁸⁶ JAMESON, J. Franklin. **The American Historical Association. 1884-1909**. In: *The American Historical Review*, Vol. 15, No. 1, Outubro, 1909.

(Presidente de 1869 a 1909) que, durante uma entrevista com dois alunos que perguntaram se ele aconselhava os estudos na área de história, disse “eu fui obrigado a dizer para eles que, nas atuais circunstâncias, seria extremamente imprudente”²⁸⁷.

A situação da historiografia era bem ruim e os próprios historiadores americanos sabiam disso, era necessário fazer algo para mudar este cenário e foi então que, a partir de eventos e reuniões de associações de outras áreas como a *American Social Science Association* (fundada em 1865), a *American Philosophical Association* (1869), a *American Chemical Society* (1876) e a *Modern Language Association* (1883), surgiu a ideia de criar uma associação nacional exclusiva para os historiadores norte-americanos. A reunião na qual foi decidida a criação da AHA foi organizada pelo presidente e pelo secretário da Social Science Association, John Eaton e Frank B. Sanborn, respectivamente e teve a participação de vários nomes de peso para a historiografia da época, como Charles Kendall Adams, Moses Coit Tyler e Herbert Baxter Adams. Este último talvez tenha sido o principal responsável pela criação da AHA, pois ainda em 1883 apresentou um trabalho na ASSA no qual ele ressaltava o interesse de reunir aqueles interessados em história em uma associação geral que serviria para promover os trabalhos e projetos dos historiadores.

Assim, já no dia 09 de Setembro de 1884, em Saratoga próximo à data da reunião anual da ASSA, aqueles que se interessaram pela ideia de criar uma associação de história foram convocados a uma reunião. Aproximadamente 40 pessoas apareceram, e esses seriam os primeiros membros da AHA em sua fundação.

Nem todos os intelectuais da época ficaram satisfeitos com a decisão da criação da AHA. O presidente da ASSA, John Eaton, rapidamente se posicionou contra, acreditando que especialização demais era algo ruim, seria mais interessante continuar como um dos braços da ASSA. Entretanto a independência era desejada pela maioria, e assim a organização foi criada com decisão unânime entre os 40 membros convocados para a reunião. O primeiro presidente da AHA escolhido foi

²⁸⁷ JAMESON, J. Franklin. **The American Historical Association. 1884-1909.** In: The American Historical Review, Vol. 15, No. 1, Outubro, 1909. p. 2.

Andre D. White, os vice-presidentes eram Justin Winsor e C. K. Adams, o secretário era Herbert Baxter Adams e o tesoureiro era Clarence W. Bowen.

Durante a mesma reunião foi estipulada também uma constituição²⁸⁸, que apesar de bem simples e direta, ainda segue até os dias atuais quase que intocada:

- I. O nome dessa sociedade será “The American Historical Association”.
- II. Seu objetivo será o incentivo e apoio aos estudos históricos.
- III. Qualquer pessoa aprovada pelo Conselho Executivo poderá se tornar um membro bastando pagar o equivalente a \$3; e depois do primeiro ano, poderá continuar como membro pagando uma anuidade de \$3. Ao pagar um valor equivalente a \$25, a pessoa poderá se tornar um membro vitalício isento de qualquer taxa subsequente. Pessoas não residentes nos EUA podem ser aceitas como membros honorários e estas serão isentas de qualquer taxa monetária.
- IV. Os oficiais deverão ser um Presidente, dois Vice-Presidentes, um secretário, um tesoureiro e um conselho executivo composto pelos oficiais eleitos e mais quatro membros eleitos pela associação. Esses oficiais serão eleitos através de votação em cada reunião anual da Associação.
- V. O Conselho Executivo deverá ficar responsável por realizar os principais interesses da Associação, incluindo as eleições, as realizações das reuniões, a seleção dos papers que serão lidos nas reuniões e a determinação de quais papers serão publicados.
- VI. Essa constituição poderá ser alterada em qualquer reunião anual, desde que a proposta para a alteração tenha sido realizada na reunião anterior ou tenha sido aprovada pelo Conselho Executivo.

A respeito dos membros honorários, o primeiro deles foi escolhido ainda na primeira reunião: Leopold Von Ranke. Convidado por Bancroft, Ranke aceitou com alegria e elogios à AHA, mas veio a falecer um ano depois com 90 anos. Até 1909 os outros membros honorários que foram convidados eram: William Stubbs, Samuel Rawson Gardiner, Theodor Mommsen e James Bryce.

A AHA foi recebida muito bem pelos historiadores, americanos, o que é demonstrado pelo seu rápido crescimento: de início, como já dito, eram 41 membros. Na segunda reunião esse número já alcançava 287 membros (que

²⁸⁸ *Papers of the American Historical Association*, 1 (New York, 1886).

incluíam um ex-presidente dos EUA, Rutherford B. Hayes (1877-1881) e um futuro presidente, Thomas Woodrow Wilson (1912 – 1921)). Na terceira reunião esse número ultrapassava a marca de 400 membros e já em 1890 esse número havia atingido a marca de 620 membros. Vinte e cinco anos após a criação da revista, em 1909, o número de membros da AHA já ultrapassava a marca de 2500 membros. Se tornando a maior e mais ativa organização sobre história do mundo²⁸⁹.

As atas das reuniões eram publicadas em conjunto dos papers escolhidos no que eram chamados de *Annual Reports*. As publicações eram então distribuídas para todos os membros da AHA. Os fundos para financiar essas publicações vinham das anuidades pagas pelos membros. Para se ter uma ideia em 1889 a Associação arrecadava em cofre cerca de \$4600 e quase todo esse dinheiro era utilizado para publicar os *Annual Reports*.

Um desejo que existia desde a criação da AHA era o de aproximação com o Governo americano. Uma possível incorporação ao congresso era vista como vantajosa pelos membros, pois permitiram a eles expandir o seu campo de atuação e angariar mais recursos através de financiamentos do governo. Assim, as reuniões anuais começaram a acontecer em Washington logo a partir da segunda reunião e em 1888 foi realizado um pedido formal de incorporação da AHA ao governo americano. O mesmo foi assinado em 1889 pelo presidente Grover Cleveland.

Essa incorporação ao governo é o ponto chave para entendermos o porque de a Historiografia americana e o seu principal periódico, a AHR, serem tão “universalistas” no sentido de aceitar diversos tipos de temas e recortes temporais e espaciais diferentes em um mesmo número. A partir da incorporação a AHA sofreu diversas mudanças que influenciariam diretamente na forma como a historiografia americana se desenvolveria a partir de então.

A associação teria agora a sua sede em Washington, receberia financiamento do governo americano para a publicação dos papers, mas ao mesmo tempo teria que se reportar ao secretário do Instituto Smithsonian com relatórios sobre os trabalhos e resultados adquiridos, e tal secretário responderia ao congresso com seu parecer sobre a qualidade e sobre o corpo dos trabalhos.

²⁸⁹ LINK, Arthur S. **The American Historical Association. 1884-1984: Retrospect and Prospect.** In: *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 1, Fevereiro, 1985. p. 3.

Essa espécie de “censura” imposta pelo governo americano foi vista com desgosto pelos membros da AHA, mas como Jameson deixa claro, as vantagens acabaram por eclipsar este problema o que permitiu que as exigências do governo passassem sem protesto. O fato é que, com o financiamento do governo, os fundos da AHA que antes eram gastos quase que inteiramente para tornar possível a publicação dos *Annual Reports*, agora poderiam ser gastos com outras coisas. Parece pouco, mas foi esse dinheiro extra que permitiu a AHA expandir o seu campo de atuação, investir em novos eventos, criar comitês especializados para buscar e estudar documentos que antes não se encontrava, etc. Ou seja, esse dinheiro permitiu uma expansão extremamente veloz da associação e de suas estruturas, fazendo com que em apenas 25 anos ela já se tornasse a maior associação do mundo, como já dito anteriormente.

Porém, a censura imposta pelo governo americano não pode ser ignorada, pois foi justamente ela que causou mudanças nas publicações dos *Annual Reports*, fazendo periódicos como a AHR surgirem. Na maioria das vezes, como nos diz Jameson, o secretário do Instituto Smithsonian não se metia muito nos papers que eram publicados. O mesmo não era historiador e, reconhecendo suas limitações, preferia deixar aqueles que entendiam do assunto decidir o que poderia ou não ser publicado. Mas havia dois casos particulares que se tornaram alvos de censura a partir da incorporação. O primeiro deles foram os trabalhos relacionados ao governo americano, ao congresso, e seu funcionamento. Qualquer trabalho, seja para realizar críticas ou não, que tentasse falar a respeito do congresso americano era impedido de ser publicado nos *Annual Reports*. O segundo seria trabalhos relacionados à religião cristã. O congresso americano, por tradição, não via os trabalhos que eram realizados sobre as igrejas e sobre a religião em si, com bons olhos. Assim, todos os trabalhos que tinham como objeto de estudo a religião ou as igrejas cristãs acabavam por ser censurados também. As áreas de História Medieval e Antiga sofreram especialmente com essa censura, pois eram as que mais trabalhavam com tal objeto de estudo.

Em 1895, sete anos após a criação da AHA dois acontecimentos marcariam novamente a história da instituição. O primeiro deles foi a decisão de variar os locais onde as reuniões aconteciam. A partir desse ano ficou estabelecido que uma reunião aconteceria no leste dos EUA, outra no oeste, e a terceira sempre em

Washington (até para manter as relações com o governo americano). Isso causou novamente um aumento imediato no número de membros da AHA, pois permitiu que aqueles historiadores que moravam longe de Washington começassem a participar mais ativamente das reuniões da AHA.

O segundo acontecimento importante, e era aqui onde eu queria chegar para resolver o nosso problema, foi a criação da AHR. A *American Historical Review* surgiu como um periódico completamente independente da AHA e nos seus três primeiros anos de vida fora financiada por um grupo separado de pessoas. Por ser independente da AHA a AHR não sofria com a censura imposta pelo governo americano, e logo foi se tornando a principal fonte de publicação dos historiadores americanos.

Em 1897 e 1898 foi realizado um acordo em que a AHA iria financiar a publicação da AHR e distribuí-la para todos os membros da associação. Esse acordo não tirava a liberdade da AHR, que ainda permanecia livre da censura imposta pelo governo americano.

Este então é o ponto chave para entendermos o porquê dos trabalhos publicados na AHR nos seus primeiros anos eram tão variados. Percebe-se agora que a revista foi usada como uma forma de fugir dessas limitações que eram impostas pelo governo americano. Para se ter uma ideia, o autor que mais publicou na revista nos seus primeiros 20 anos de existência foi Henry Charles Lea, especialista em História Medieval e História da Igreja. Antes do surgimento da AHR seus trabalhos possivelmente não poderiam ser publicados pela AHA.

Outra explicação bastante aceitável foi proposta por Arthur S. Link que também escreve sobre a AHA, agora no seu centenário em 1884. Para ele, essa tentativa de tentar cobrir todos os campos da história é algo bastante comum entre os historiadores americanos principalmente no final do século XIX, pois os primeiros “líderes” da historiografia americana e da AHA foram bastante influenciados por historiadores alemães (sendo que boa parte deles, inclusive havia estudado na Alemanha), que defendiam essa ideias de “universalidade da história”²⁹⁰. E como essa tradição foi amplamente divulgada nos EUA, parecia inevitável que a AHA se

²⁹⁰ LINK, Arthur S. **The American Historical Association. 1884-1984: Retrospect and Prospect.** In: *The American Historical Review*, Vol. 90, No. 1, Fevereiro, 1985. p. 8.

tornasse uma associação dedicada ao incentivo do estudo de todos os campos da história.

Acredito que uma explicação não exclui a outra, pelo contrário, elas apenas se complementam. Se a tradição historiográfica americana buscava essa universalidade proposta pelos alemães, ela havia sofrido um golpe ao ser incorporada pelo governo. A criação da AHR permitiu a ela se recuperar desse golpe e recuperar as suas raízes de promoção de todos os estudos históricos, incluindo aqueles que incomodavam o congresso americano.

Referências:

The American Historical Review

ADAMS, Henry Baxter. **The Life and Writings of Jared Sparks**, 2 Vols. Houghton: Mifflin and Company, 1893.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998

GOOCH, George P. **History and Historian in the Nineteenth Century**. New York: Longmans, Green, 1913.

HOWE, M. A. De Wolfe; STRIPPEL, Henry C. **Life and Letters of George Bancroft**, 2 Vols. New York: Scribner's Sons, 1908.

JAMESON, J. Franklin. **The American Historical Association. 1884-1909**. In: The American Historical Review, Vol. 15, No. 1, Outubro, 1909.

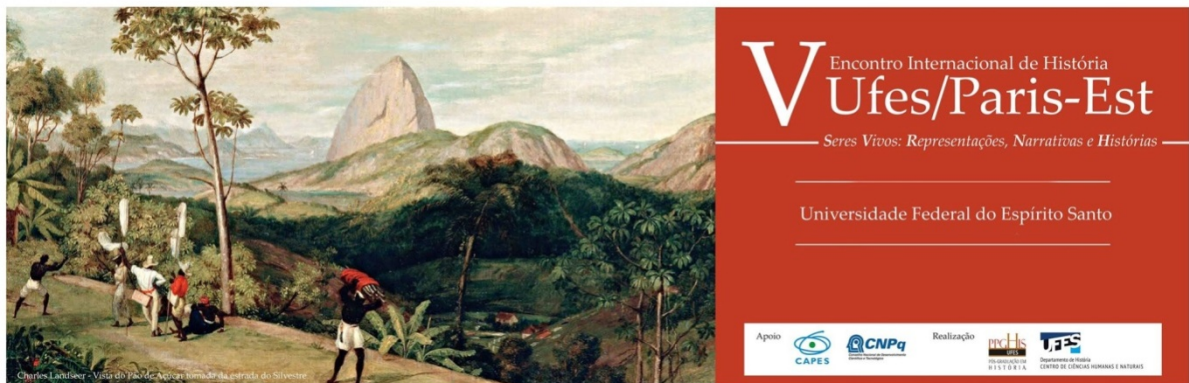
LINK, Arthur S. **The American Historical Association. 1884-1984: Retrospect and Prospect**. In: The American Historical Review, Vol. 90, No. 1, Fevereiro, 1985.

NOVICK, Peter. **That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Papers of the American Historical Association, 1 (New York, 1886).

SEIGNOBOS, Charles. L'enseignement de l'histoire dans les universités allemandes. **Revue internationale de l'enseignement**, 15 jun. 1881.

STIEG, Margaret F. **The Origin and Development of Scholarly Historical Periodicals**. Alabama: The University of Alabama Press, 1986.



INTERVENÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO BERIBÉRI EM VITÓRIA (1908 – 1912)

Cíntia Moreira da Costa
Mestranda em História – UFES

RESUMO: O artigo aborda as estratégias adotadas pelo Estado a fim de erradicar um “foco” de beribéri existente no Quartel de Polícia de Vitória no início do século XX. Embora importantes estudos médicos da época já apontassem que provavelmente a doença não estivesse relacionada aos miasmas, como a maior parte da comunidade científica acreditava até o século XIX, Jeronymo Monteiro, presidente do estado à época (1908 – 1912) promoveu uma completa reforma e a drenagem do entorno do Quartel a fim de erradicar a doença. A partir de 1908, Vitória passou por uma série de transformações arquitetônicas e urbanísticas como parte de uma proposta não só de embelezamento da cidade, mas também de higienização, consoante os princípios da nascente República. Dentro do espaço urbano, um trecho específico mereceu atenção diferenciada de Jeronymo Monteiro: o Mangal do Campinho e o Quartel de Polícia que ficava em suas imediações.

Palavras-chave: Beribéri; Primeira República; Higienismo; Força Policial; Vitória (ES).

RESUMEN: El artículo aborda las estrategias adoptadas por el Estado para erradicar un foco de beriberi existente en el Cuartel de Policía de Vitória a principios del siglo XX. Aunque importantes estudios médicos de la época ya señalasen que probablemente la enfermedad no estaba relacionada a los miasmas, conforme la mayor parte de la comunidad científica lo creía hasta el siglo XIX, Jeronymo Monteiro, Presidente del Estado para esa fecha (1908-1912) realizó una reforma completa y el drenaje del vecindario del Cuartel, con el objetivo de erradicar la enfermedad. A partir de 1908, Vitória sufrió una serie de transformaciones arquitectónicas y urbanísticas como parte de un plan no sólo de embellecimiento de la ciudad como de higienización, según los principios de la República naciente. En el espacio urbano, un trecho específico mereció una atención diferenciada de

Jeronymo Monteiro: el “Mangal do Campinho” (“Manglar del Campito”) y el Cuartel de Policía, que se quedaba, en sus inmediaciones.

Palabras-clave: Beriberi; Primera República; Higienismo; Fuerza Policial; Vitória (ES).

O beribéri é uma doença que se caracteriza de modo geral por enfraquecimento e dores musculares, inchaço nos membros inferiores e que pode levar o indivíduo a um quadro de paralisia. Além do comprometimento neurológico, a doença pode afetar também o coração e em casos extremos, levar o paciente a óbito. A ocorrência do beribéri está ligada à carência de tiamina (vitamina B1), ou seja: relaciona-se a um estado nutricional deficitário. A tiamina está presente principalmente em cereais integrais, castanhas diversas, carnes frescas, leite, entre outros.

Essa compreensão de que o beribéri relaciona-se a um déficit nutricional entretanto, viria apenas com o desenvolvimento de estudos no campo da Bioquímica e Nutrição, nas primeiras décadas do século XX. Desde meados do século XIX, médicos europeus, japoneses e também brasileiros relataram a ocorrência da doença e discutiram suas possíveis causas. Entre as principais hipóteses acerca da etiologia da doença, destacamos as concepções miasmática e a bacteriológica, com notável predomínio da primeira entre os médicos brasileiros até o início do século XX. A teoria bacteriológica atribuía o surgimento de patologias à contaminação por agentes externos (bactérias e outros germes). Já a teoria miasmática, considerava que o beribéri assim como boa parte das doenças conhecidas até então, seria decorrente da exposição do indivíduo aos miasmas, corrupção do ar por odores fétidos gerados pela decomposição de matéria orgânica.

Ao apontar o predomínio da concepção miasmática defendida pela chamada corrente infeccionista, Sebastião Pimentel Franco diz que

(...) ao acreditar nos miasmas, isto é, na certeza de que o ar infecto tinha correlação com o aparecimento das doenças, era preciso buscar o antídoto para esse mal. Assim os médicos diziam que a higienização e limpeza do espaço físico e das pessoas era a forma de garantir a desinfecção e, conseqüentemente, o não aparecimento das epidemias. (...) Como acreditavam que a causa das doenças era motivada pela desordem (...) tudo deveria ser regulado e fiscalizado a partir do controle das autoridades

sanitárias. Para evitar a desordem urbana, as causas naturais (a posição geográfica, os pântanos, o clima, os ares e as águas) e sociais deveriam ser controladas. Dessa forma, ruas, praças, praias, quintais, animais soltos pelas ruas, matadouros, açougues, vendas, tabernas, locais de venda e limpeza de peixes, tornam-se fontes de inquietação do poder público, que tinha que fiscalizá-los para que o ar produzido não fosse corrompido (FRANCO, 2013, p. 84-85).

No Brasil, casos de beribéri começaram a ser clinicamente estudados já no século XIX, como objeto de diversas teses de conclusão dos cursos de Medicina existentes na Bahia e Rio de Janeiro, cujo referencial teórico estava lastreado em trabalhos europeus, sobretudo franceses (Cf. LOPES FILHO, 2003, p. 271). Os índices mais elevados da doença se encontravam no Nordeste, nas províncias do interior (como Goiás), bem como entre populações restritas (asilos, colégios internos, presídios). A título de exemplo, citamos a série de pelo menos seis grandes epidemias de beribéri registradas no Colégio Caraça (Minas Gerais) entre 1862 e 1910 (Cf. MAGALHÃES, 2014 e LOPES FILHO, 2003).

Um episódio emblemático ocorreu no início do século XX no Asilo São João de Deus, Bahia. Nessa instituição destinada ao abrigo de pessoas com transtornos mentais, dois terços dos pacientes morreram de beribéri em 1904, causando comoção na população baiana. Convidado pelo estado a estudar o caso, o epidemiologista Nina Rodrigues²⁹¹ visitou o Asilo e verificou a falta de higiene e as precárias condições do edifício. A instituição localizava-se no alto de um morro que mais abaixo, era cercado de modestos casebres, também visitados pelo médico. Duas questões chamaram muito a atenção de Nina Rodrigues na ocasião: em primeiro lugar, no Asilo, somente os pacientes adoeciam de beribéri, enquanto os funcionários da instituição não eram acometidos. Outra questão importante observada foi a localização do Asilo em local bastante ventilado no alto do morro, ao contrário das casinhas na parte mais baixa, que além de não serem muito ventiladas, estavam sujeitas ao acúmulo de águas em tempos de chuva. Os moradores dessa parte baixa do morro também não adoeciam de beribéri.

A partir desse estudo, Nina Rodrigues concluiu que o beribéri ao contrário do que se imaginava, não se relacionava à pobreza, falta de higiene ou miasmas e também comprovou que a doença não era contagiosa. Nina colocou a hipótese de o beribéri

²⁹¹ Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) era um dos expoentes da segunda geração de médicos da Escola Tropicalista Bahiana, muito respeitado nas áreas de Epidemiologia e Medicina Legal.

estar de alguma forma relacionado à alimentação, porém não soube esclarecer de que modo se daria esta ligação exatamente (Cf. JACOBINA & CARVALHO, 2001).

Ao analisar as taxas anuais de mortalidade entre os pacientes e o saldo deficitário acumulado pelo Asilo São João de Deus, Ronaldo Jacobina e Fernando Carvalho levantam a hipótese de que haveria um “elo mediador” entre essas duas variáveis: “(...) a fome dos pacientes. A fome epidêmica, apesar de prévia ao asilo e agravante do quadro psicopatológico, tornou-se, de modo provavelmente involuntário, um instrumento de extinção daquela população excluída, improdutiva e onerosa aos cofres da caridade” (JACOBINA & CARVALHO, 2001, p. 120).

No Espírito Santo, ao assumir a presidência do estado, Jeronymo Monteiro²⁹² comprometeu-se firmemente com a execução de intervenções urbanas – a que ele chamava “melhoramentos” – e com o saneamento de Vitória, capital do estado. Embora reafirmasse por diversas vezes as excelentes condições de salubridade da cidade, entendia que a solução dos problemas relativos à saúde pública estava “visceralmente ligada à nossa própria existência e o desenvolvimento da nossa capital onde, como já tive ocasião de dizer, a absoluta carência do mais rudimentar conforto era o maior empecilho a que os melhores elementos do progresso aqui se viessem instalar” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 129). De fato, foi Jeronymo Monteiro quem introduziu em Vitória a luz elétrica, água encanada e esgotamento sanitário, entre outras ações relevantes.

Outro compromisso assumido por Jeronymo logo no início de sua gestão foi com a reforma do Quartel de Polícia²⁹³. Já em sua primeira mensagem ao Congresso Legislativo, enviada menos de seis meses após assumir o governo, Jeronymo externou sua preocupação com o prédio do Quartel, que exigia frequentes reparos e era considerado “foco permanente de moléstias”:

Os alojamentos dos praças e, em geral de todo o Corpo Policial reclamam sérios reparos a começar pelo Quartel Central nesta capital. Este próprio estadual, um belo edifício de construção moderna e cuja conservação, infelizmente, tem sido caríssima, devido a defeitos de sua construção, acha-se mal situado do ponto de vista estratégico e higiênico; reclama constantes

²⁹² Jeronymo de Souza Monteiro presidiu o Espírito Santo entre 1908 e 1912.

²⁹³ O Quartel localizava-se na atual Praça Misael Pena (Centro de Vitória), onde atualmente há uma sede do SESC, entre o Parque Moscoso e o Morro da Fonte Grande.

reformas e constitui um foco permanente de moléstias para os que são forçados a aí permanecer (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 11).

O presidente apelava aos deputados, para que mesmo em face das limitações financeiras do estado, destinassem verbas para a reforma do Quartel, o que segundo ele “muito atestaria em favor da nossa civilização e dos nossos sentimentos de humanidade” (Ibid., p. 12). Jeronymo clamou pela destinação de verba específica para as obras necessárias ao Quartel, argumentando que “(...) deste modo conseguiremos evitar a perda total deste faustoso edifício e não mais assistiremos ao definhamento progressivo das pessoas que nele residem, ficando de vez, estancados os gastos constantes com os pequenos consertos e reparos” (Id. p. 12). Ao mencionar o “definhamento progressivo” dos soldados, Jeronymo faz uma clara alusão ao beribéri, embora ele só viesse a se referir nominalmente à doença, após a conclusão das obras.

O beribéri aparece citado nas mensagens dos presidentes do Espírito Santo pela primeira vez em 1895, por José de Mello Carvalho Moniz Freire:

(...) Há por isso muita gente fora daqui, supondo que temos no estado endemia de febre amarela, que o beribéri é praga permanente, que o paludismo leva a fazer safra contínua na população: não será difícil nesse andar que em breve nos atribua também uma endemia de cólera e outra de varíola. É natural que a nossa proximidade do Rio de Janeiro coloque-nos sob a ação dos mesmos flagelos a que está sujeito um vasto empório comercial como aquele, e só por isso devíamos merecer as melhores atenções do poder federal, entretanto a própria febre amarela, que ali é notoriamente endêmica, visitou-nos pela primeira vez em 1886, depois da epidemia de 1850 que estendeu-se a quase todo o Brasil. (...) Do beribéri só há poucos anos tem se manifestado alguns raros casos durante o verão, sendo talvez inferior a 10 o número anual de óbitos por essa causa, como igualmente acontece com as febres palustres em geral, que não fazem maior número de vítimas no Espírito Santo do que fazem em qualquer parte da Europa, sobre população igual, as moléstias mais benignas dentre as que ali reinam (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 7).

Nesse documento, o presidente Moniz Freire procura minimizar a relevância das endemias que assolavam o estado. Em sua fala, Moniz considerou exagerada e maledicente o uso do termo endemia para os casos de febre amarela, malária e beribéri no estado, visto que em sua avaliação, tratavam-se de ocorrências esparsas. O beribéri só voltaria a ser mencionado novamente numa mensagem do executivo capixaba durante a gestão de Jeronymo Monteiro (1908 – 1912).

Quanto ao Quartel de Polícia de Vitória, este havia sido construído em fins do século

anterior, durante a primeira gestão do presidente Moniz Freire²⁹⁴. Em seu segundo período à frente do executivo estadual, Moniz Freire (1900 – 1904) reconheceria o desacerto da obra, imputando no entanto a seu antecessor, a responsabilidade pela escolha do terreno e realização do projeto:

As edificações para o Congresso e para o Quartel de Polícia e Cadeia, uma já se achava em andamento, e a outra ordenada, quando começou o primeiro quadriênio governamental. Ambas vinham atender a necessidades urgentes, pois que (...) o Corpo de Polícia se achava disseminado em casebres situados num quarteirão da cidade, fora de todas as condições, as mais elementares de higiene, ordem e disciplina. A escolha do local para o quartel foi infeliz sob o ponto de vista da economia e as suas proporções planejadas muito em desacordo com as exigências reais: daí o custo elevado da obra. (...) O que se deu depois [do início das obras], todos o sabem – de um lado, encarecimento prodigioso da mão-de-obra e de todos os materiais (...); de outro o recomeço constante do trabalho de longas semanas e até de meses, devido à frequente soterração (sic) e desabamento de alvenarias concluídas, determinados pela natureza do terreno: não é de admirar que o orçamento primitivo tenha sido muitas vezes excedido (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 33).

De fato o projeto era grandioso, inadequado para as dimensões do Corpo de Polícia e sobretudo excessivamente dispendioso para os cofres do estado. O terreno de solo instável, localizado no sopé da Fonte Grande²⁹⁵, em tempos de chuva tornava-se alagadiço, com a umidade recobrando as paredes de pedra e o assoalho de madeira.

O Quartel fora construído para abrigar o Corpo Militar de Polícia²⁹⁶. Em trabalho sobre o cotidiano e a composição da Polícia Militar do Espírito Santo durante o Império, Josette Baptista afirmou que “definitivamente pode-se afirmar que o ofício policial na Província do Espírito Santo era destinado aos homens jovens e livres, majoritariamente não brancos, pertencentes às camadas econômica e socialmente menos privilegiadas” (BAPTISTA, 2009, p. 104). Não temos dados consolidados que caracterizem os policiais do estado durante o início da Primeira República, mas segundo Baptista, que trabalhou com dados do período imediatamente anterior (1868 – 1889), cerca de 75% dos recrutados tinha entre 18 e 29 anos, sendo 8,4% entre 14 e 17 anos. Do total de policiais durante esse período, 77,9% eram solteiros

²⁹⁴ José de Melo Carvalho Moniz Freire governou o Espírito Santo por dois períodos: 1892 – 1896 e 1900 – 1904.

²⁹⁵ A Fonte Grande é um maciço montanhoso com rica cobertura florestal, localizado no centro da Ilha de Vitória.

²⁹⁶ Denominação que a instituição recebeu em 1908.

(Cf. BAPTISTA, 2009). Lembramos ainda que ao tempo de Jeronymo Monteiro, o policial residia no Quartel em que servia.

Ao encerrar seu mandato, Jeronymo Monteiro em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo Estadual prestou detalhados informes sobre a reforma empreendida no Quartel e em seu entorno. Finalmente nesse trecho do documento, o presidente do estado admitiria a existência de um número elevado de casos de beribéri:

O edifício do Quartel de Polícia de vastas proporções e de construção nova, foi sempre alvo de constante preocupação do Governo, visto que ameaçava ruir a cada passo, devido à inconsistência do terreno em que se assenta. Em 1908 foi ele objeto de vários reparos, o intuito de evitar sua ruína e principalmente para o fim de melhorar as suas condições higiênicas. O Quartel era um foco permanente de beribéri que dizimava a força nele alojada (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 269).

O prédio constantemente sujeito a alagamentos e excesso de umidade e cujos vigamento e telhado ameaçavam desabar, foi inteiramente reformado. As vigas e o piso foram trocados, paredes internas reconstruídas, calçamento externo realizado. Os alojamentos dos praças, cozinha, refeitório e demais dependências também foram totalmente reformados e receberam mobiliário novo. O terreno à volta do prédio foi drenado e aterrado, e a água que banhava a região, canalizada. Também foram instalados no Quartel, luz elétrica, banheiros e esgotamento sanitário, que antes não havia. Quanto aos soldados e oficiais que lá serviam, estes receberam fardamento e armamento novos.

Jeronymo concluiu seu mandato acreditando piamente que o beribéri e outras moléstias haviam sido erradicadas do Quartel devido às obras que lá havia realizado. Em sua última mensagem, ao justificar a necessidade de tais empreendimentos, ele afirma que aquele prédio “devido a defeitos graves na sua construção, estava necessitando de grandes consertos e constituía um foco perigoso e permanente de infecções” (Ibid., p. 142).

Sobre a etiologia das doenças que se manifestavam entre os policiais, é possível entrever textualmente a opinião do Estado, quando, ao afirmar que a água estagnada “subia a mais de meio metro” do lado de dentro do Quartel, Jeronymo concluía que além de prejudicar a solidez do prédio, esse alagamento se constituía em um “campo de cultura de miasmas que ameaçavam permanentemente e alteravam muitas vezes a saúde das pessoas que se viam forçadas a ali

permanecer” (IDEM, p. 143). O presidente do estado deixava bastante claro que a seu ver, o beribéri como as principais moléstias que grassavam na cidade, encontravam explicação na teoria infeccionista.

Quanto à erradicação do beribéri, apesar de ter sido creditada pelo governo às obras do Quartel e entorno, concluímos que ela se deu por conta de uma série de medidas administrativas relacionadas ao funcionamento do órgão, sobretudo ao rancho dos praças. Segundo a mensagem final de Jeronymo Monteiro, até o início de sua gestão, toda a alimentação servida aos policiais – o rancho – era adquirida a partir de uma contribuição financeira arrecadada entre eles. Diante da precariedade do edifício e do iminente perigo de desabamento, os próprios policiais arcavam com pequenas obras e reparos a fim de evitar o agravamento da situação, retirando dinheiro da coleta destinada ao rancho. Com recursos minguados, é possível imaginar que a alimentação servida, provavelmente era insuficiente tanto em quantidade, quanto em qualidade, levando os praças a um quadro de adoecimento em função de carência nutricional.

Considerações finais

Durante todo seu governo, Jeronymo Monteiro estabeleceu uma relação bastante clara entre saneamento, combate a epidemias e desenvolvimento. A reforma do Quartel de Polícia, bem como o aterro do Mangal do Campinho²⁹⁷, estavam inseridos nesta perspectiva. Na mensagem final encaminhada ao Legislativo em 1912, Jeronymo apresenta com orgulho, as reformas empreendidas no Quartel: drenagem no terreno, reparos no prédio, aquisição de mobiliário novo e outras medidas que ele, segundo suas próprias palavras, considerava importantes para “elevar o espírito e o sentimento moral do soldado, despertar-lhe o gosto pelo asseio e correção e tronar-se zeloso no cumprimento de suas obrigações” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 143).

Apesar de estar na contramão dos principais estudos já realizados na época, essa estratégia de combate ao beribéri, a partir de uma concepção miasmática se inscrevia perfeitamente nos cânones do higienismo de inspiração francesa, um dos pilares de nossa nascente República. O tipo de intervenção urbana realizada pelo

²⁹⁷ Atual Parque Moscoso no Centro de Vitória, localizado a um quarteirão de distância do antigo Quartel de Polícia.

estado a fim de combater possíveis focos de doenças, quais sejam aterros, drenagens, demolições / reformas de prédios antigos não foram realizadas tão somente no Espírito Santo. Tais ações se ancoravam no higienismo do qual se socorreram médicos, arquitetos, engenheiros e governantes com o intuito de transformar as velhas cidades de características coloniais e feições portuguesas em metrópoles modernas, arejadas, higienizadas e portanto, civilizadas.

Referências

ARAUJO, José Carlos Souza. Republicanismo e escola primária nas Mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891 – 1930). *In*: ARAUJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Org.). **Escola primária na Primária República (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada**, Araraquara: Junqueira & Marin, 2012, p. 100 – 150.

BAPTISTA, Josette. **Consolidação e cotidiano de uma instituição do Império: A Polícia Militar do Espírito Santo (1835 – 1889)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem dirigida pelo Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo**, Vitória: Tipographia do Estado, 1895.

_____. **Mensagem dirigida pelo Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo na primeira sessão da quarta legislatura**, Vitória: Tipographia Commercial de Nelson Costa & Comp., 1901.

_____. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura**, Vitória: Imprensa Estadual, 1908.

_____. **Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro – Presidente do estado no mesmo**

período, Vitória: Tip. Nelson Costa, 1913.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Cólera e surtos epidêmicos no Oitocentos na Província do Espírito Santo (1855 – 1856). *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel, NASCIMENTO, Dilene Raimundo e MACIEL, Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**: volume 4, Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 69 – 89.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro & CARVALHO, Fernando Martins. **Nina Rodrigues epidemiologista: estudo histórico de surtos de beribéri em um asilo para doentes mentais na Bahia, 1897 – 1904**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. VIII (1), Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, mar.-jun. 2001, p. 113 – 132.

LOPES FILHO, José Divino. A etiologia do beribéri: história de uma crônica médica. *In*: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, R.M.G. & GOMES, M.H.A., (Org.). **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 270 – 285.

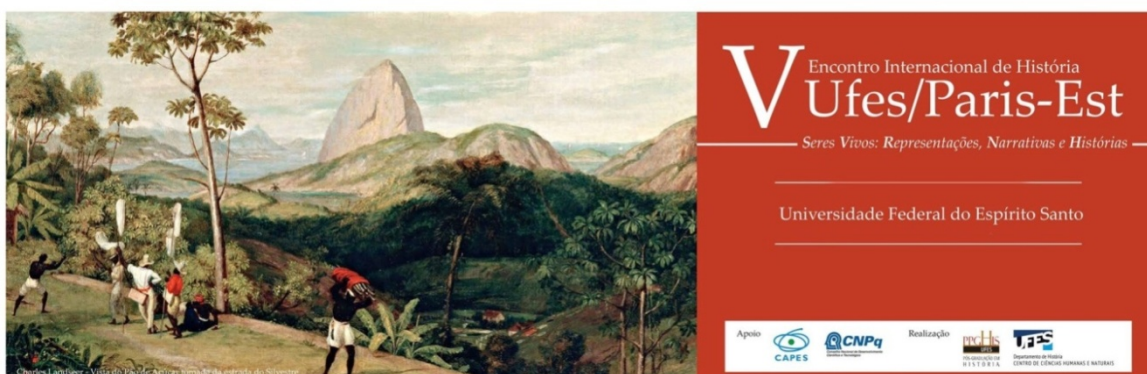
MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Beribéri: Doença misteriosa no Brasil oitocentista**. *In*: História Unisinos, 18(1), jan. – abr. 2014, p. 158 – 169.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **As ações higienistas e a tuberculose em São Paulo (1890 – 1924)**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2013.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Parque Moscoso: Documento de vida**. 2 ed. Vitória: IHGES, 2001.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: De Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892 – 1912)**. Vitória: Flor&Cultura e PPGHIS / UFES, 2006.

VASCONCELLOS, João Gualberto. **A invenção do coronel – Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: SPDC / UFES, 1995.



**INTELECTUAIS BRASILEIROS E AS REPRESENTAÇÕES DO
SUBDESENVOLVIMENTO: O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS
BRASILEIROS (ISEB) NA DÉCADA DE 1950.**

Cleber F. dos Santos
Graduado em História

RESUMO: Como instituição ligada ao Ministério da Educação, no Governo Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros teve como preocupação fundamental a busca pela superação do subdesenvolvimento brasileiro. O ISEB alcançou rapidamente em sua primeira fase, a maior repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil e, mesmo na América Latina. O ISEB é descrito como uma instituição criada em 14 de julho de 1955, e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano, cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da Filosofia, da História, da Economia, bem como da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências á análise e á compreensão crítica da realidade brasileira, visando assim a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Assim, se atentando para a relação entre o intelectual e a circulação de representações, buscaremos nesse artigo, abordar os principais temas que desenharam a política Isebiana.

Palavras-chave: ISEB; Intelectuais; Representações do Subdesenvolvimento; Memória; Educação.

ABSTRACT: As an institution linked to the Ministry of Education, the Government Café Filho, the Superior Institute of Brazilian Studies had the fundamental concern the search for overcoming the Brazilian underdevelopment. ISEB reached quickly in its first phase, the greatest impact among intellectuals and politicians in Brazil and even in Latin America. It was the manifestation of a new thought, which critically correlated Brazilian problem with the universal. The ISEB is described as an institution created on July 14, 1955, and opened on October 7 of that year, whose purpose is the study, teaching and dissemination of social sciences, especially

sociology, history, economics, as well as political, especially for the order to apply the categories and data of these sciences to the analysis and critical understanding of Brazilian reality, so in order to develop theoretical tools that would allow the encouragement and promotion of national development. So if paying attention to the relationship between the intellectual and the circulation of representations, we will seek this "communication", addressing the main issues that drew the Isebiana policy.

Uma breve Memória do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Formalmente o ISEB foi constituído em 1955, a partir de estudos que vinham do final do governo Vargas, todavia o pensamento que conduziu o ISEB remonta às experiências de um grupo de intelectuais jovens que, sob coordenação de Helio Jaguaribe, em fins da década de 40, tiveram acesso, levados por Augusto Frederico Schmidt, á 5º pagina do jornal do Comércio. Elmano Cardim, então diretor e dono do jornal, cedeu ao grupo aquele espaço para se fazer uma página cultural. O movimento da 5º pagina do jornal do Comércio teve uma certa repercussão em grupos de intelectuais de São Paulo, que tinham muitas preocupações afins a um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro. Os intelectuais tanto do Rio, quanto de São Paulo, tinham contato, já no segundo governo Vargas, com o Ministro João Cleofas, que ofereceu a facilidade de encontro, para discussões periódicas, no Parque Nacional de Itatiaia. Embora tenha se institucionalizado em 1955, grande parte dos ideais e intelectuais que compunham esse grupo, remontam a década de 40, nos encontros mensais daquele que ficou conhecido como "Grupo Itatiaia".

Logo nos primeiros encontros desses dois grupos de intelectuais brasileiros, começaram, entretanto, a se acentuar as diferenças de procedência ideológica e de interesses dos dois grupos. De acordo com Caio Navarro de Toledo, O grupo de intelectuais do Estado de São Paulo era quase inteiramente filosófico, e o do Rio de Janeiro estava mais voltado para as ciências sociais, buscando analisar a realidade brasileira, como resposta ao desafio do subdesenvolvimento brasileiro. (TOLEDO, 2005, p. 32) O grupo de São Paulo era composto, praticamente, só de ex integralistas, como Roland Corbisier e Ângelo Arruda, do lado carioca, muitos do grupo provinham do trotskismo, como fora o caso de Helio Jaguaribe, esse conflito de procedências ideológicas diversas, por um lado, e de enfoque filosófico contra enfoque sociológico, por outro lado, levou o Grupo de Itatiaia a divisão, pois

predominou a posição dos cariocas.

O grupo de Itatiaia, já sem o concurso dos paulistas, tomou “uma forma institucional”, com a criação, sob a direção de Helio Jaguaribe, do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política²⁹⁸), instituto este que vivia de pequenas contribuições de seus próprios membros. O IBESP tinha uma revista que tinha como diretor, seu fundador, Hélio Jaguaribe, chamada de “Cadernos do Nosso Tempo”, que por sua vez discutia os mais variados assuntos pertinentes ao Brasil, todavia sua preocupação maior girava em torno da problemática do subdesenvolvimento brasileiro. Mediante diversas dificuldades financeiras, o grupo decidiu que a única forma de dar continuidade à iniciativa era converter o IBESP em instituição pública.

Foi durante o segundo governo Vargas, que o então Ministro da Educação Antônio Balbino, convencido por alguns integrantes do IBESP que havia a necessidade de se fazer no Brasil uma instituição dedicada a estudos políticos no país, solicitou aos intelectuais do IBESP, um projeto a qual constasse tal importância. O projeto fora formulado, e constava dentre as propostas, duas de maior importância para esses intelectuais,

[...] em primeiro lugar, é de suma importância para o Brasil algo como o Collégio de França ou, em termos mais próximos de nossa realidade, o Colégio de México (...), Em segundo lugar, fazer algo equivalente à PressesUniversitaires de França, uma grande editora que permitisse ao intelectual brasileiro um apropriado instrumento de difusão de idéias e o acesso a livros de alta cultura, traduzidos para o português.(TOLEDO, 2005, p.35).

Com a morte de Vargas, o Presidente interino Café Filho ao lado do então Ministro da Educação Candido Motta Filho, encantado com o projeto que havia sido formulado pelos intelectuais do IBESP, resolveu dar continuidade ao projeto. É a partir daí que nasce o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), com a finalidade de uma compreensão crítica da realidade brasileira.

No decreto no. 37.608, o ISEB é descrito como uma instituição criada em 14 de julho de 1955, e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano, "cuja finalidade é o estudo, o

²⁹⁸O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), publicou cinco edições na Revista “*Cadernos de Nosso Tempo*”, entre os anos de 1953 e 1955. Por meio dos *Cadernos*, estes intelectuais buscavam esclarecer o estado da arte da política no país, cogitavam sobre modos de agir dos diferentes segmentos da sociedade, e tinham a intenção de induzir e ajustar seu movimento.

ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia, e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional²⁹⁹. De acordo com Toledo, a compreensão crítica da realidade brasileira por parte dos intelectuais do ISEB, tratava-se, de uma precisa e determinada ideologia, que diziam quase unanimemente, exigida pela nação a fim de tomar consciência de seu subdesenvolvimento e lutar pela superação desse estágio, mediante um esforço desenvolvimentista". (TOLEDO, 1978, p. 18)

Na aula inaugural, do Curso Regular, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciada em 14 de maio de 1956 no auditório do Ministério de Educação e Cultura (MEC), o filósofo Álvaro Vieira Pinto, havia deixado claro que, era necessário criar um novo modelo de educação a fim de conduzir o processo de desenvolvimento nacional, tratava-se de uma "representação da realidade brasileira",

Neste momento em que a comunidade brasileira atinge o limiar da consciência nacional, caracterizada por inédita representação de sua realidade, e se dispõe a projetar e empreender o desenvolvimento dos recursos materiais, que a deve conduzir a outro estágio de existência, torna-se indispensável criar novo conceito de educação como parte essencial daquele projeto, e condição do seu complexo êxito. (PINTO, 1960, p.43)

Vanilda Paiva, analisando a notoriedade dos intelectuais do ISEB na educação, aponta para grande importância da estratégia Isebiana, pois seu voto era essencial para a realização de suas propostas política e econômico-social, e conduzi-las à razão era levá-las a ver a justeza das teses Isebiana, ou seja, realizaria um trabalho de "clarificação ideológica". Ainda de acordo com Paiva, "Pretender fazer valer a razão, alcançar o consenso nacional e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento nacional-capitalista implicava reconhecer como central a questão da educação e da organização ideológica das massas". (PAIVA, 2000, p. 163)

O desenvolvimento nacional é um processo, isso significa que não podemos compreender o desenvolvimento nacional como movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto e correndo desordenadamente. Os intelectuais do ISEB estavam imersos em seu tempo, e por isso, representavam as problemáticas

²⁹⁹O decreto 37.608, criado no governo Café Filho, em 14 de julho de 1955, criava o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura).

políticas da década de 1950, período de grandes debates acerca do progresso da nação. Esses intelectuais, tais como Werneck Sodré, Álvaro Pinto, entre outros grandes nomes que compunham o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, eram "sujeitos da ação", intelectuais engajados, que representavam, entre outros, o subdesenvolvimento brasileiro, procurando assim identificar saídas para o progresso do país. E uma das saídas encontradas por esses intelectuais, nos dizeres de Alvaro Pinto, era "criar um novo modelo de homem"(PINTO, 1960, p.44)

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB): "Geração de Intelectuais"

Entre os historiadores franceses mais comprometidos com a elaboração de uma metodologia adequada para o estudo dos intelectuais, destaca-se Jean-François Sirinelli, que procura situar a história dos intelectuais no cruzamento das histórias política, social e cultural. De acordo com Sirinelli, para o papel dos intelectuais, seria preciso estabelecer um terceiro nível, uma observação baseada na circulação e no *dégradé* entre ideologias, cultura política e "mentalidades coletivas" (SIRINELLI, 2003, p. 262) A questão da relação entre o intelectual e a política conduz, portanto, á reflexão sobre a responsabilidade social do intelectual e á necessidade de identificação da cultura política desse intelectual.

Os intelectuais são aqueles que se dedicam a uma certa tarefa de intervenção política ou social, agindo como um produtor e transmissor de idéias, representando opiniões, visões de mundo de uma determinada época e de uma sociedade específica. Os Isebianos, por sua vez, são intelectuais por terem participado de grupos de discussões historiográficas e políticas, pelas ministrações dos cursos regulares no interior do MEC, por manifestar-se quanto aos rumos desenvolvimentistas do Brasil de seu época, através de jornais e revistas, e principalmente por terem pensado em um "modelo de homem" para o desenvolvimento da nação.

As posições sociais ocupadas pelos intelectuais nos séculos XIX e XX, bem como suas habilidades retóricas propiciaram a esses personagens a condição privilegiada de atuar diretamente na produção de sua própria representação social. Essa geração de intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros(ISEB) foi, provavelmente, responsável pelo desenvolvimento de um pensamento novo em sua

época que, correlacionava a realidade brasileira com a universal, visando, através de suas aulas, ministradas no interior do MEC, inserir as massas no discurso desenvolvimentista da nação. Para Sirinelli, é preciso, contudo, ir a diante e levar em consideração os efeitos da idade e os fenômenos de geração (SIRINELLI, 2003, p.254).

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais. Um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como pródigo, quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, além disso, e por essa razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxinômico. Por certo, destaca Sirinelli, que as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. (SIRINELLI, 2003, p.255).

Uma geração extrai uma bagagem genética em seus primeiros anos, e dessas, uma memória coletiva. O conceito de memória coletiva é crucial, já que trata de preservar a história de um grupo, de uma etnia, e no caso dos isebianos históricos, através de uma geração de intelectuais, seja através de suas ministrações no interior do Ministério de Educação e Cultura (MEC), seja através da rica produção intelectual deixada por esses professores, acabou por ser responsável por manter viva a história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Jacques Le Goff, enfatizando a importância do papel da memória para gerações futuras, ressalta: "A memória como propriedade de preservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". (LE GOFF, 1990, p.366).

A geração de intelectuais da década de 1950, e principalmente a partir do ano de 1955, de acordo com Daniel Pécaut, estavam seguras de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas (PÉCAUT, 1990, pag. 103), porém, muito mais ainda que seus predecessores, reivindicavam o título de *intelligentsia*, pois, a partir de então, inclinam-se decididamente para o povo e não duvidam dos poderes da ideologia. A

identificação com uma *intelligentsia* adquire, a seus olhos, implicações que, dessa vez, estão em linha direta com a tradição russa e, tudo que pretendiam os pensadores do ISEB era formular o "sentimento nas massas".

Essa geração do ISEB estava decidida a ser plenamente ideólogos. Com o termo ideologia, que então conhece uma voga excepcional, não pretendiam referir-se a uma representação deformada do real, mas sim a uma força que possibilitasse a sua transformação. Para Pécaut, os Isebianos assumiram explicitamente a tarefa de inventar a ideologia que iria presidir a "revolução brasileira". (PÉCAUT, 1990, p. 104) com isso, descobriram mais uma razão para se identificar com uma intelectualidade de estilo russo, e nem o poder nem as diversas frações sociais contestavam sua posição.

Como bem demonstrou Alzira Alves de Abreu, a função desse instituto foi o coroamento de várias iniciativas por parte de intelectuais desejosos de contribuir para a definição de um projeto coerente de desenvolvimento econômico, político e social (ABREU, 1975, p. 303). Era portanto um núcleo de intelectuais dispendo de um estatuto oficial e convidados pelo próprio poder senão para intervir diretamente na gestão política econômica, pelo menos para participar da construção da nova legitimidade, colocando-se a serviço da criação da síntese nacional-desenvolvimentista, ressaltando-lhes o alcance político e social.

Segundo Pécaut, o fantástico destaque dos intelectuais do ISEB se deve ao fato de que, intervindo em nome do poder ou do povo, manifestava o sentimento de onipotência de uma intelectualidade que sentia vocação para conduzir a transição para um Brasil "senhor de seus destinos". (PÉCAUT, 1990, pag. 114) Os intelectuais do ISEB não só chegaram a fazer reconhecer o alcance do processo de modernização como também, pela exaltação dos poderes da ideologia, estavam em ressonância com uma opinião pública constituída em torno de representações segundo as quais a sociedade fala a linguagem do Estado e este, a linguagem da sociedade. Nesse aspecto o ISEB foi uma condensação.

Os intelectuais Isebianos não estavam em uma torre de marfim, eles estavam imersos no vasto movimento nacionalista que percorreu o Brasil. A história não se dá fora de seu tempo, afinal, só podemos respirar o ar de nosso tempo e, esses

intelectuais estavam imersos no Brasil de sua época, engajados nas representações política, social e cultural, os isebianos também não estavam acima das disputas, mesmo quando falavam em nome de toda a nação, estavam presos às cisões que dividiam tanto as elites quanto as classes médias brasileiras, e não há dúvidas de que se situavam ao lado das "forças progressistas", sendo assim percebidos tanto pelos seus aliados como por seus adversários.

Romper com os traços colonialistas presente na década de 1950 era uma das principais missões dos intelectuais do ISEB, e o termo Ruptura era muito empregado por essa geração de intelectuais para designar o que estava em via de se desenrolar no Brasil. Evocando a formação de uma "consciência autêntica", diz Álvaro Pinto: "É a aurora de uma nova fase histórica, a descoberta pelo país do seu verdadeiro ser" (PINTO, 1960, pag. 30), Roland Corbisier, por sua vez, afirma: "A tomada de consciência de um país por ele próprio é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial" (CORBISIER, 1960, pag. 41). Não é por acaso que a noção de "ruptura" se encontra associada á de "consciência", já que a passagem à consciência autêntica era a própria expressão da ruptura para os isebianos.

A "intelligentsia brasileira" como ficou conhecidos isebianos históricos pensavam em um Brasil desenvolvido, em um novo "modelo de homem". Era a manifestação de um pensamento novo, sem nenhum tipo de dependentismo, com uma política autônoma, e um Estado que falasse a linguagem do povo e vise versa. mais como isso seria possível? Pécaut descreve: "Assim, o desenvolvimento e a exaltação da ideologia nascem sob o signo de uma política própria à economia, juntas, formam o pedestal sobre o qual a intelectualidade alardeava a sua preeminência" (PÉCAUT, 1990, p. 137). Infere-se, como hipótese a ser trabalhada, que o "novo modelo de homem" para os intelectuais do ISEB é o próprio Brasil desenvolvido, com cidadãos providos de consciência política (isso se daria através dos cursos no interior do instituto) imersos nas problemáticas do seu país, pensando ao lado do Estado os rumos do progresso.

Álvaro Pinto concebia o desenvolvimento como igualdade das condições de existência humana, melhoria das condições de vida, abolição das condições intoleráveis em que vivia grande parte dos homens. O desenvolvimento implicava a

existência de uma consciência social, isto é, a comunidade, em dado momento de sua evolução, deveria perceber a necessidade imperiosa de solucionar seus problemas, era essencial um esforço coletivo para a formulação do projeto de desenvolvimento e, este deveria significar uma qualificação dos bens e serviços oferecidos a comunidade.

As Representações do Subdesenvolvimento como Projeto de Educação

Na aula inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ministrada pelo professor de filosofia Álvaro Vieira Pinto, ficava claro o projeto isebiano de educação para o desenvolvimento do país de sua época, cuja a educação das massas seria de grande importância na estratégia isebiana. Se não vejamos: "Pretender fazer valer a razão, alcançar o consenso nacional e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento nacional implicava reconhecer como central a questão da educação e da organização ideológica das massas" (PINTO, 1956, p.43). Para os intelectuais do ISEB, as massas deveriam cooperar voluntária e conscientemente para o desenvolvimento, em um trabalho educativo que promovesse "o progresso da ideologia na consciência nacional" muito, poderia fazer para a superação do subdesenvolvimento.

O ISEB dispunha de uma modesta verba, concedida pelo Ministério da Educação, com a qual dava atendimento a suas principais atividades, como aluguel da sede do Instituto, e mantinha-se um fundo para publicações de suas obras. As atividades do ISEB consistiam, então, em cursos anuais, de Ciência Política ministrada pelo professor Hélio Jaguaribe, de Economia (Ewaldo Correia Lima), de Sociologia (Guerreiro Ramos), de História (Candido Mendes e o Professor Werneck Sodré) e de Filosofia (Álvaro Vieira Pinto). Os alunos eram, predominantemente indicados por instituições públicas e acadêmicas, sendo admitidas inscrições individuais, e mantinha-se, igualmente, um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros, ao passo que se procedia à publicação de livros de autoria de membros do ISEB.

Os intelectuais do ISEB sofreram grande influência do Sociólogo Húngaro Karl

Mannheim³⁰⁰ (1893-1947). Para Paiva tanto para Mannheim quanto para Paulo Freire, a reforma da educação e a reforma da sociedade andavam de braços dados, como parte de um mesmo processo em que deviam refazer as instituições sociais e o comportamento dos indivíduos, num ajustamento contínuo a novas situações. (PAIVA, 2000, p.146)O desenvolvimento era interpretado pelos isebianos, basicamente, como processo de mudança que possibilitava a democratização, que por sua vez funcionava como motor de novas transformações, ao passo que propiciava a formação de "um tipo de homem" que conscientemente contribuiria para o processo de desenvolvimento.

Os isebianos históricos, como ficaram conhecidos os intelectuais mais recorrentes do Instituto, intelectualmente formavam um grupo bastante heterogêneo, não só por suas especializações profissionais, mais também por suas orientações teóricas, e não seguiam uma linhagem teórica única. Álvaro Pinto fez toda a sua carreira como professor de Filosofia, lecionando na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (atualmente UFRJ) até passar a lecionar no ISEB, onde ministrava seus cursos tendo como aporte teórico Hegel. Já Candido Mendes era dono da Faculdade que leva seu nome e incluía-se entre os pensadores católicos. Roland Corbisier era considerado um "enigma intelectual", por não ter ligações específicas com nenhum departamento, Werneck Sodré ficava a frente do Curso de História do Brasil, e não escondia sua filiação marxista. Guerreiro Ramos sempre foi professor, enquanto Hélio Jaguaribe foi professor e advogado, e negava, assim como Guerreiro, a aceitação ao marxismo.

Os cursos regulares ministrados no interior do MEC, incluía aulas, seminários, trabalhos de grupos e conferências, e tinham a duração de um ano letivo, e ao final do curso, os alunos tinha que apresentar uma *tese* para lograr certificação. O curso era dado a duas categorias de alunos: estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial. A categoria de estagiários de tempo integral era constituída por representantes de instituições ligadas ao governo, nos seus diferentes níveis, bem como para federação de trabalhadores, e de empresários, alguns sindicatos e

³⁰⁰ Karl Mannheim denunciou a existência de uma relação entre as formas de conhecimento e a estrutura social e tentou resolver o problema daquilo a que chamou "as implicações relativistas da sociologia do conhecimento", apontando soluções para o princípio que postula que, se todas as crenças podem ser socialmente localizadas, é impossível qualquer critério de verdade socialmente independente.

também organizações estudantis faziam parte dos cursos ofertados pelo ISEB. De acordo com o Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB³⁰¹, do período de 1956 a 1960 foram ministradas um total de 1452 aulas e 332 seminários, das quais se destacou a disciplina de Filosofia como a mais lecionada dentro dos quatro anos apontados pelo relatório, por conseguinte tendo o professor Álvaro Pinto sido o profissional mais presente em sala de aula.

O Relatório também destaca a relação dos grandes temas de pesquisa ministrados pelos professores no período de 1956 a 1960, e aponta, por exemplo, os temas mais recorrentes da disciplina de História no interior do Instituto nesse período. Se não vejamos: *História da população, Formação da consciência burguesa, Formação da consciência rural, História da classe média, História dos partidos políticos, A vida moral no Império, O progresso técnico e suas repercussões na cultura nacional*, foram às pesquisas de História apontadas pelo relatório. Os demais temas e disciplinas ministradas pelos professores, tais como as teses defendidas pelos alunos, bem como seminários e conferências realizados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros encontram-se no Relatório citado neste texto.

Para Vanilda Paiva o ideal de criar consciência nas massas a partir dos cursos ministrados pelos Intelectuais do ISEB marcaram de maneira profunda o ideário de "educação libertadora" vista em Paulo Freire. "Freire não apenas aceita os ideais sociais e políticos defendidos pelos isebianos, mas também a sua interpretação da realidade brasileira" (PAIVA, 2000, p. 160). Muitos dos ideais de Freire foram filtrados pela produção intelectual isebiana, ou pela leitura direta daqueles autores, já que até meados da década de 60, percebe-se uma preocupação central de Freire acerca do desenvolvimento nacional.

Se tomarmos a tese apresentada em 1959, na qual Freire reafirma constantemente a sua concordância com a ideologia isebiana, encontramos a defesa clara de uma posição diretiva. As massas, afirmava ele citando Vieira Pinto, precisavam cooperar voluntária e conscientemente para o desenvolvimento, se tal não ocorresse de nada valeria a promoção do desenvolvimento pelo poder Público (PAIVA, 2000, p. 163). Em *Educação como Prática da Liberdade*, o que temos é uma reelaboração

³⁰¹“Relatório Sucinto das Atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”, Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52, 30, 49).

superficial de sua tese, de modo que muitos pensamentos da prática pedagógica de Freire, havia, sido herdadas do grande fervor intelectual dos anos 50, principalmente advindas da "Fabrica de Ideologias" (TOLEDO, 1979) que fora o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Conclusão

O que havia de mais positivo na postura intelectual do ISEB era sua inserção no Brasil, sua preocupação não só de entender o país, mas também de formular um "modelo" para seu presente e futuro. Enquanto muitos cursos da área de ciências humanas dedicavam-se a ensinar e estudar teorias "importadas e até usá-las como base de pesquisas empírica na década de 50, o ISEB estava preocupado em construir instrumentos teóricos e metodológicos para interpretar o Brasil e nele atuar praticamente. Pensando em um novo modelo de homem" (Brasil desenvolvido), esses intelectuais se engajaram no Brasil de sua época, assumindo a responsabilidade de uma *intelligentsia*, que pensava no povo brasileiro como agente de transformação da nação.

O modelo de desenvolvimento que os isebianos históricos pensavam era algo novo, sem *dependentismo*, guiado pelas massas, face ao Estado e a ferramenta principal seria seus cursos ministrados no interior do Instituto. A institucionalização do ISEB marcou o surgimento de uma instituição percebida, e que era percebida pela sociedade, como um órgão de natureza educativa. Mesmo não tendo se constituído e se configurando como uma Universidade, o ISEB se colocava atributos de uma Universidade, o que se evidencia no desenvolvimento de um ensino definido como sendo de nível pós-universitário.

Infere-se, a partir do Relatório de Atividades do ISEB, que o modelo de educação isebiana, era de suma importância para a circulação de representações do subdesenvolvimento, já que as pesquisas, teses defendidas pelos alunos do curso, conferências, entre outras atividades descritas no relatório nos esclarece que essas atividades tinham como finalidade a compreensão crítica da realidade brasileira, seja no cruzamento Povo/Estado, ou no cruzamento Política/Cultura. Esse artigo é parte de uma pesquisa em andamento, e por se tratar de uma investigação em curso, algumas questões serão levantadas durante as pesquisas, aprofundando temáticas

e criando hipóteses na medida que novas problemáticas forem surgindo, afinal os problemas são de suma importância para a pesquisa histórica, e podem mudar os rumos dos caminhos a percorrer.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Alzira, Alves de & BELOCH, Israel (orgs.), (1984). **Dicionário histórico - Biográfico Brasileiro 1930 - 1983** (2º vol). Rio de Janeiro: Forense universitária /FGV/CPDOC/ Finep (Verbete: Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB]).

ABREU, Alzira, (1975). **Nacionalismeetaction politique auBrésil: une étudesurl'ISEB.**

ALVES, Alzira de Abreu: **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional.** Rio de Janeiro Contraponto, 2000.

BOBBIO, Alfredo, (1995). **Os Intelectuais e o Poder:** São Paulo, Edunesp.

CARDOSO, Ciro Flamarion, (1891). **Uma Introdução á história.** São Paulo; Ed. Brasiliense.

CARVALHO, Jose M. de: **Cidadania no Brasil, o longo caminho.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001

CORBISIER, Roland. (1950). **Consciência e Nação.** São Paulo; colégio

DEBRUN, Michael (1959). **Ideologia e Realidade.** ISEB; MEC

Decreto Lei no. 37.608 de 14 de julho de 1955, que "Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros", dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências.

DELGADO, Lucilia Neves de Almeida: **"Nacionalismo como projeto de nação": a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). **As Esquerdas no Brasil. vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREIRE, Paulo, (1983). **Educação Como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1985). **Perspectivas da Economia Brasileira**. ISEB; MEC

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GELLNER, Ernest. **O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe**. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional** ; introdução Benedikt Anderson ; tradução Vera Ribeiro.- Rio de Janeiro : Contraponto, 2000.

_____, (1958). **O nacionalismo na atualidade brasileira**. ISEB; MEC.

JAGUARIBE, Hélio (1957). **A Filosofia do Brasil**. ISEB; MEC.

LEITE, Juçara, Luzia/ ALVES, Claudia. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e política**. - Vitória : EDUFES, 2011.

Le Goff, Jacques, 1924, **História e Memória** - Campinas, SP, Editora da UNICAMP. 1990.

PAIVA, Vanilda Pereira: **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: "Entre o Povo e a Nação". Ed, Ática, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro, (1956). **A problemática da realidade brasileira**. In: MEC/ ISEB. **Introdução aos Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro, MEC/ ISEB.

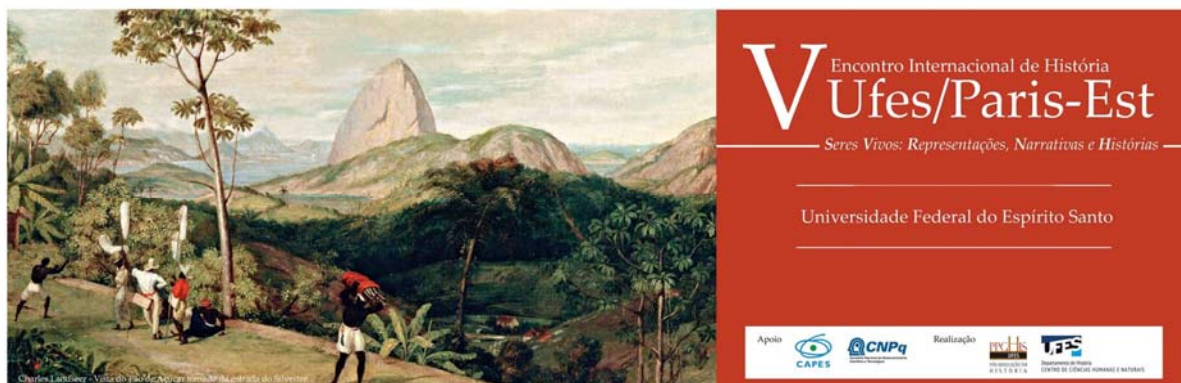
SODRÉ, Nelson Werneck (1957). **O Tratado de Mathuem**. ISEB; MEC.

SIRINELLI, J-F.Os Intelectuais. In: Rémond, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TEIXEIRA, Anísio, (1968). **Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. no 50 (111), p. 21-82

TOLEDO, Caio Navarro de (org): **Intelectuais e Política no Brasil; a experiência do Iseb**.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. 2. ed, São Paulo, Ática, 1978.



HISTÓRIA E LITERATURA DE VIAGEM: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE DOMINGO F. SARMIENTO E PAUL GROUSSAC

Daiana Pereira Neto
Doutoranda em História UFJF

RESUMO: Ao pensarmos em literatura de viagem, sobre a América, comumente relacionamos a visões que viajantes europeus ofereceram acerca do continente americano. Desde os “descobrimientos” nosso continente tem nesse tipo de literatura importantes fontes para compreendermos as diferentes fases de nossa história. No século XIX esse gênero literário continuou tão forte quanto no período da conquista, todavia com intenções diferenciadas de conquistadores e religiosos. Neste trabalho destaco obras de viagens de dois autores: o argentino, Domingo Faustino Sarmiento e o franco-argentino, Paul Groussac. Ambos os autores possuíam forte relação com a Argentina e viajaram por diferentes países em períodos diferenciados. Meu objetivo é realizar uma breve análise comparativa de algumas de suas obras, em especial *Viajes*, de Sarmiento e *Del Plata al Niágara*, de Groussac. Darei especial atenção às viagens para os Estados Unidos e aos diferentes posicionamentos em relação a este país.

Palavras-chave: Literatura de viagem; Paul Groussac; Domingo F. Sarmiento.

ABSTRACT: Thinking of travel literature about America, generally we relate it to the point of view brought by the europeans travelers around the american continent. Since the “discoveries”, our continent, has in this kind of literature, substantial sources wich help us to realize the different moments of our history. In the XIX century, this literary genre was so strong such as in the conquest period. Nevertheless, with different intentions of conquerors and religious. In this essay, I highlight travel works from two authors: the argentine, Domingo Faustino Sarmiento and the french-argentine, Paul Groussac. Both authors, present a strong relation with Argentina and had travelled around different countries at different periods. I aim to conduct a brief comparative analysis of some of their works, specially *Viajes*, of Sarmiento and *Del Plata al Niágara*, of Groussac. Giving special attention to the

travels to the United States and to the different points regarded to this country.

Keywords: Travel literature; Paul Groussac; Domingo F. Sarmiento.

Introdução

Ao falarmos de literatura de viagem é importante explicar o que defino através deste termo. A literatura de viagem foi um gênero literário muito em voga no século XIX. Como aponta Beatriz Colombi, o termo “viagem” abrange uma série de fatores, pode estar relacionado à conquista, ao ócio, ao conhecimento, ao simples traslado ou mesmo situações imaginárias (COLOMBI, 2010, p.287-308). Aqui adoto a definição de James Clifford:

El viaje es un término inclusivo que abarca un amplio rango de prácticas, más o menos voluntarias, de dejar la “casa” para ir a “otro” lugar. Este desplazamiento tiene el propósito de una ganancia – material, espiritual o científica- e involucra la obtención de un conocimiento o la vivencia de una experiencia (excitante, edificante, placentera, expansiva, de extrañamiento). (Clifford, 1997)

Portanto, a literatura de viagem se definiria como a produção literária realizada durante esse processo de vivência do autor e com o objetivo de transmitir ou simplesmente registrar tal experiência.³⁰²

Exemplos deste tipo de literatura produzida por latino-americanos são as obras de viagem de Domingo Faustino Sarmiento e Paul Groussac. Autores ícones da história argentina, seus trabalhos refletem concepções de seu tempo e de seus projetos para seu país. As obras de suas viagens permitem-nos ainda contemplar esses projetos tendo em vista os parâmetros estabelecidos a partir de seu contato com outros povos e culturas.

Viagens, viajantes, literatura...

O ser humano é um ser social. Como afirma Pierre Bourdieu, é necessário compreender que o indivíduo não surge como um espírito instantâneo, ele é fruto de uma história individual e coletiva, e seu sistema de valores é produto da

³⁰² As considerações que compõem este breve trabalho são parte das pesquisas iniciais para minha tese de doutoramento, portanto muitos dos aspectos apresentados ainda estão em processo de construção.³⁰²

incorporação das estruturas sociais (CHARTIER; BOURDIEU, 2011). Sendo assim, ao escrever sobre a experiência da viagem o sujeito deixa transparecer muito de sua própria cultura, da sociedade na qual cresceu em comparação ao que lhe causa estranhamento, admiração ou medo.

A literatura produzida a partir de expedições de estrangeiros, muito influenciou os intelectuais latino-americanos, inclusive na construção da visão acerca de si próprios e de sua terra.³⁰³ A maior parte desses escritos tinha por finalidade fornecer informações acerca das novas terras, como as cartas de conquistadores e religiosos. No século XIX esse tipo de literatura começou a se destacar também entre os próprios latino-americanos, que começam a relatar suas idas para o Velho Mundo. Uma grande parte dessa produção é motivada pela ideia de construção de uma identidade nacional. Inegavelmente, *Facundo*, um dos clássicos latino-americanos, considerado o romance fundador da Argentina, constrói suas paisagens baseando-se nas narrativas de Humbolt, ou seja, a construção de uma identidade puramente americana, parte também da perspectiva de um europeu acerca dessas terras.

Dessa forma, cabe destacar que a literatura de viagem produzida por estrangeiros acarretava um grande impacto nesses homens latino-americanos, que em sua maioria não havia viajado plenamente pelas terras que descreviam. Da mesma maneira, este tipo de literatura foi fundamental para a construção de uma identidade nacional nos recém- independentes países latino-americanos.

Dedico-me agora a dois autores profundamente envolvidos no cenário argentino em diferentes conjunturas, durante o século XIX, e a fazer considerações acerca de alguns de seus textos de viagem.

Sarmiento

Domingo Faustino Sarmiento nasceu na cidade argentina de San Juan, em 1811, situada na província de Cuyo, próxima a Cordilheira dos Andes. Desde a infância sua formação escolar foi modesta, sendo praticamente um autodidata. Na juventude envolveu-se nas questões políticas de seu país, e aos vinte anos, quando *Facundo*

³⁰³ Em Sarmiento, um exemplo da influencia dessas pesquisas é o texto: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonias de las razas en América*. Buenos Aires: S. Oswald, 1883.

Quiroga tomou a província de Cuyo, se viu obrigado a abandonar sua terra natal, em decorrência de sua filiação política contrária. Foi neste período que viajou pela primeira vez ao Chile. Retornou em 1836, quando Facundo foi assassinado. Fundou periódicos, se envolveu na vida política e intelectual e tornou-se uma personalidade de Cuyo. Aderiu às ideias da Geração de 1837 e, em decorrência de sua oposição ao governo de Rosas, foi preso e posteriormente novamente exilado no Chile. Sua trajetória intelectual e o envolvimento na vida política argentina culminou com sua eleição a presidência no período de 1868-1874, momento turbulento no sul do continente, em decorrência da Guerra do Paraguai. Sarmiento faleceu em setembro de 1888, aos 77 anos.

Sarmiento é um dos autores argentinos mais conhecidos do público brasileiro, principalmente por sua primeira grande obra, o já mencionado, *Facundo* (SARMIENTO, 2010). Neste período, devido a oposição ao caudilho rosista, Sarmiento encontrava-se exilado no Chile, país no qual fundou um periódico e inseriu-se na vida intelectual, da qual boa parte era composta por argentinos exilados e opositores de Rosas.

A obra de Sarmiento, no entanto, vai muito além de *Facundo*. Compreende 53 volumes e mais de 16 mil páginas. A influência dos autores franceses na primeira parte da obra de Sarmiento é marcante. Muito do ideário dessa geração se baseou nas ideias disseminadas por autores como Guizot, um dos precursores de Alexis de Tocqueville, que por sua vez tornou-se uma das maiores influências em *Viajes*, considerado um livro-chave na obra sarmientiana. Como afirma Mary Louise Pratt, a grande singularidade deste livro é ser o relato de um latino-americano sobre a Europa, e não o contrário. Afirma Pratt: “O que surpreende não é que Sarmiento tenha ido para o exterior ou mesmo que tenha visitado o que visitou. O que há de novo é que ele escreveu um livro sobre essa experiência” (PRATT, 1999, p. 322).

Viajes narra a primeira grande viagem de Sarmiento, seu subtítulo já deixa mais claro o itinerário: “Europa, África y América 1845-1847”. O argentino empreendeu esta viagem financiado pelo governo chileno, embora, comumente o financiamento da viagem seja atribuído as constantes polêmicas nas quais o argentino se envolvia, o pedido de viagem a Europa já havia sido feito em 1841(FERNÁNDES, 1997). Sarmiento estava com 34 anos e sua jornada tinha como objetivo oficial visitar

diversas localidades para pesquisar os sistemas educacionais e deu a Sarmiento a oportunidade de conhecer e conviver com o mundo, o qual almejava durante boa parte de sua educação autodidata, sobretudo, com os autores franceses.

O livro é composto por onze cartas enviadas a amigos pessoais, cada uma, portanto, possui um estilo próprio. É característico também a não revisão do texto final, o que o próprio autor não realizou durante as republicações do livro. Publicado pela primeira vez em 1849, em Santiago, grande parte do texto foi reproduzida em folhetins, e em 1856, foi feita uma nova edição em Buenos Aires. Das onze cartas, somente três foram escritas na América Latina, duas em Montevideu, onde relata uma visita feita a ilha de Masafuera (inspiração para *Robinson Crusoe*) e uma no Rio de Janeiro, sendo as demais escritas na Europa, África e nos Estados Unidos.

Em minha percepção, *Viajes* nos conduz por uma narrativa que demonstra a formação da personalidade de Sarmiento, deixando entrever grande parte das questões que o seguiriam no restante de sua vida e especialmente no período que governou seu país (1868-1974), como a questão da industrialização, o combate a barbárie nos pampas, a necessidade de desenvolver uma educação de qualidade na Argentina, a necessidade de mão de obra imigrante e da ocupação geográfica do país, dentre outras (PIGLIA, 2010). Como afirmou Adriana Amante, em todo o tempo em que Sarmiento passou no exterior estava pensando seu próprio país, de que maneiras o que ele via poderia ser utilizado em proveito da Argentina (AMANTE, 2010).

A narrativa de Sarmiento em geral, assim como em *Facundo*, é difícil de ser definida, pois ao mesmo tempo em que utiliza fontes, não pode ser considerada uma obra historiográfica. Paradoxalmente não consiste em pura literatura, uma vez que o autor busca a veracidade na narrativa. Dessa maneira, como ressalta Ricardo Piglia, na Argentina do século XIX era impossível desvencilhar a literatura da política, portanto, é impossível afirmar que existia a profissão escritor ou historiador nesse período, pois todas essas esferas eram desvencilháveis (PIGLIA, 2010).

Para concluir esta breve análise, gostaria de destacar que dentre todos os países visitados, foram os EUA os mais admirados. Apesar da grande admiração pelos intelectuais franceses, a Europa não causou no Argentino a impressão desejada,

sobretudo a decadente metrópole espanhola. Foram os EUA a grande potência a deslumbrar o argentino, que enxergou naquele país modelos para a educação, para a ocupação do território e para os avanços tecnológicos. Portanto, embora rejeite, por exemplo, uma discussão aprofundada sobre aspectos como a escravidão, está clara a inspiração que os Estados Unidos provocou nas políticas do futuro presidente argentino. Relação diferente de autores como Paul Groussac, envolto em outra conjuntura histórica, no final da segunda metade do século XIX.

Paul Groussac

Paul Groussac nasceu em Toulouse, França, em 15 de fevereiro de 1848. Desembarcou em solo argentino em fevereiro de 1866, com 18 anos. Sua trajetória na Argentina teve diferentes momentos: seu primeiro trabalho foi como cuidador de gado, o que fez com que adquirisse grande conhecimento do comportamento e da cultura do campo, do gaúcho argentino e de seus costumes. Tais aspectos sempre lhe provocaram encantamento, o que pode ser observado em seu discurso de 1893, na exposição de Chicago, no qual afirmou:

Posso dizer que desfruto daquelas montanhas, na paz d'alma e na alegria do lar campestre, no meio dessa população ingênua que viu nascer e crescer os meus, e para quem os pais são sempre jovens e as crianças sempre pequenas, as horas mais doces e descansadas da minha vida (GROUSSAC, 2012, p.8).

Groussac foi uma figura marcante no cenário intelectual argentino em finais do século XIX e início do século XX, embora seja muito pouco conhecido no Brasil. Envolveu-se em diversos debates, sendo conhecido por suas ideias, pelo seu discurso, e pelo cargo que ocupou por décadas de sua vida: o de diretor da Biblioteca Nacional Argentina, no período de 1885-1929. O fato de ser estrangeiro nunca abalou profundamente a carreira de Groussac. Ser francês forneceu-lhe certo prestígio nos círculos intelectuais argentinos, porém em alguns momentos a mesma condição foi alvo de críticas, como por exemplo, quando produziu a sua primeira obra de história argentina, pois julgou-se que um francês não poderia compreender adequadamente uma história que lhe era alheia (BRUNO, 2005). As situações de oposição foram sempre contornadas pelo autor, um grande polemista, que se envolveu em diferentes debates com seus pares, como em questões intelectuais, políticas e artísticas.

Em 1898, Groussac esteve profundamente presente no movimento anti-ianque, ocasionado pela guerra entre Estados Unidos e Espanha. A intervenção norte-americana fez com que surgisse nas ex-colônias um sentimento pró-Espanha. A chamada Geração de 1898 enxergou nos Estados Unidos uma ameaça a América Latina, encarando-o como o Caliban de Shakespeare, que incontrolavelmente marchava sobre as terras do sul, ameaçando a latinidade com sua democracia e seus produtos industrializados.³⁰⁴

Em 1893, o autor atravessou o continente americano, viagem que relata em *Del Plata al Niágara*. Esse traslado possibilitou uma convivência maior com os norte-americanos e suas impressões em relação a eles não foram, de forma geral, positivas. O novo inimigo que marchava sobre o continente foi em seu entendimento um organismo desprovido de ideais, mais poderoso e temível que qualquer horda de bárbaros que tenha invadido o mundo antigo. Esse “monstruoso” organismo em menos de cem anos se desvinculou dos moldes ingleses, divergindo de todas as nações conhecidas. Sua grandeza material causava admiração, bem como sua concepção de governo livre. Porém, na percepção de Groussac, a concepção de governo democrático foi herdada e remodelada da Inglaterra, ou seja, não existiria um pensamento próprio estadunidense, mas sim um reflexo de ideais europeus, de uma forma distorcida. Neste texto, Groussac utiliza a metáfora shakespeariana de Próspero e Caliban que veio a tornar-se um clássico nos meios intelectuais latino-americanos:

Pero, desde la guerra de Secesión y la brutal invasión del Oeste, se há desprendido libremente el espíritu yankey del cuerpo informe y “calibanesco”, — y el viejo mundo ha contemplado con inquietud y terror la novísima civilización que vènia á suplantar á la antigua. Esta civilización, embrionaria é incompleta en su deformidad, quiere sustituir la razón con la fuerza, la aspiración generosa con la satisfacción egoísta, la calidad con la cantidad, la honradez con la riqueza (Groussac, 1898).

Ele teve oportunidade de viajar por vários estados norte-americanos. Chicago foi seu principal destino devido a Exposição Universal, na qual representava a Argentina. A cidade causou-lhe aversão, uma vez que não se adaptou aos costumes, que julgou como indelicados, resultantes de falta de refinamento e boa educação. Uma das

³⁰⁴ Essa discussão foi feita em minha dissertação de mestrado, para mais informações ver: NETO, Daiana Pereira. (2013). *De Paul Groussac a Richard Morse: Apropriações e releituras de A Tempestade de Shakespeare*. Dissertação de mestrado (129 p.). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

passagens que retratam suas percepções é a seguinte:

No por eso pretendo que sea todo malo en la reserva europea, ni todo bueno en la 'francachela' americana. Cuando, por ejemplo, el sirviente negro bebe en nuestros vasos, se zabelle en nuestro lavabo y concluye su horripilante *toilette* á nuestra vista y paciencia, siento en mi epidermis el roce brutal de tanta democracia. [...] Al lado mío, en el fumadero, se sienta el coronel L.; enfrente, el señor W., senador de California; por fin, Mr. Ch., un millonario, superintendente de las dos grandes compañías mineras del Utah, y chiquear infatigable. Sin abandonar su cigarro, el coronel se saca los botines, estira sus medias grises y alarga delicadamente sus extremidades en el asiento opuesto, entre el millonario y el senador, quienes siguen mascando, fumando y conversando con serenidad (GROUSSAC, 1897, p.419).

A historiadora argentina Paula Bruno afirma que grande parte dessa aversão devia-se principalmente ao fato de não localizar dentre os grupos intelectuais pelos quais circulou uma aristocracia, pessoas capazes de reger os hábitos de uma sociedade refinada, indivíduos que pudessem transmitir os valores necessários ao desenvolvimento de uma verdadeira intelectualidade.

Na Universidade de Harvard, o autor teve a oportunidade de observar de perto o sistema educacional de ensino superior nos EUA. Considerou-o então desprovido de originalidade, nivelador. Sendo assim, condenava seus alunos a mediocridade e dificultava o surgimento de grandes gênios. Sobre isso escreveu:

Faltando la fuerte disciplina secundaria, la enseñanza superior se desploma en el vacío: no pasa de conferencias y programas extraordinariamente variados, que los estudiantes "curiosean" entre una función teatral y una larga sesión en el gimnasio.— "No hay (escribía J. de Maistre) métodos fáciles para aprender cosas difíciles" (GROUSSAC, 1897, p. 419).

A oposição ao sistema de valores disseminados pelos EUA intensificou-se durante a Guerra de 1898, uma vez que os Estados Unidos interferia pela primeira vez nas políticas internacionais, fazendo valer suas decisões em relação aos processos de independência das últimas colônias espanholas. A guerra com o México entre 1846 e 1848 ainda estava viva na memória desses homens, disputa que culminou na anexação de quase metade do território mexicano. Portanto, para Groussac, o interesse norte-americano em relação a Cuba era apenas anexionista.

Tal intervenção estadunidense é vista como uma forma de colocar em prática a Doutrina Monroe:

¡Cuba tiene que ser norteamericana, porque la Habana queda más cerca de Washington que de Madrid! ¿ Qué pesan ante aquellos mercaderes

seminómades, la comunidad de lengua y raza, los vínculos de la tradición, los títulos sagrados del descubrimiento histórico y de la posesión secular? (GROUSSAC, 1898)

Ou seja, quando comparado a *Viajes*, de Sarmiento, os textos de Groussac são muito mais depreciativos. Reconhecer a grandeza material não significou tomá-la como modelo, muito pelo contrário, a solução estaria na nossa própria latinidade e não em modelos estrangeiros.

Considerações finais

As obras de Sarmiento e Groussac, embora produzidas em momentos diferentes e com intenções diferenciadas, apresentam características comuns. Ambas buscaram através das viagens compreender seu país, suas influências intelectuais e opinar acerca da conjuntura histórica em que viveram.

No entanto, a partir de suas viagens, chegaram a conclusões diferentes, tiveram impressões diferenciadas, e propuseram outros caminhos. Inegavelmente, o contexto histórico influenciou suas obras. Porém muitas questões são semelhantes e recorrentes em trabalhos escritos no fim do século XIX.

Sarmiento inaugurou na Argentina a tradição de narrar *las travessias*, tornou-se um autor clássico do pensamento latino-americano. Inclusive muitas das temáticas propostas por ele na metade do século XIX serão resgatadas por Groussac quando de suas viagens, seja a questão da industrialização, da ocupação dos pampas, da imigração europeia, da importância da imprensa e, embora não concorde em todos os aspectos com seu predecessor, apresenta muitos pontos em comum com este.

A comparação da obra dos autores torna-se então um modo de compreender continuidades e rupturas no pensamento latino-americano durante o século XIX.

Referências bibliográficas

AMANTE, Adriana. **Poéticas e Políticas del Destierro**: Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: Fondo de cultura economica, 2010.

BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de

Cultura Económica/UdeSA, 2005.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CLIFFORD, James (1997). *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Harvard: Harvard University Press. Apud. COLOMBI, Beatriz. El Viaje, de la práctica al género. In: __ Mónica Marinote y Gabriela Tineo (Editoras), **Viaje y relato en Latinoamérica**, Buenos Aires, Katatay, 2010, pp. 287-308.

COLOMBI, Beatriz. El Viaje, de la práctica al género. In: __ Mónica Marinote y Gabriela Tineo (Editoras), **Viaje y relato en Latinoamérica**, Buenos Aires, Katatay, 2010, pp. 287-308.

FERNÁNDEZ, Javier. Introducción del coordinador. IN: _SARMIENTO, Domingo Faustino. **Viajes**: Por Europa, África i América 1845-1847. Edición crítica, Javier fernández coordinador. Madrid: ALLCA XX, 1997.

GROUSSAC. Paul. **Del Plata al Niágara**. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897.

GROUSSAC, François-Paul, O gaúcho. In: **El viaje intelectual**. Buenos Aires: Editorial América Unida, 1928. Tradução Franklin Cunha. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/groussac/groussac.pdf>. >Acesso em 02 de maio de 2012.

GROUSSAC, Paul. Discurso. In: **España y Estados Unidos**. Conferencias de lós señores Dr. Roque Sáenz Peña, Paul Groussac y Dr. José Tarnassi. Buenos Aires: Compañía Sud-America de Billetes de Banco, 1898.

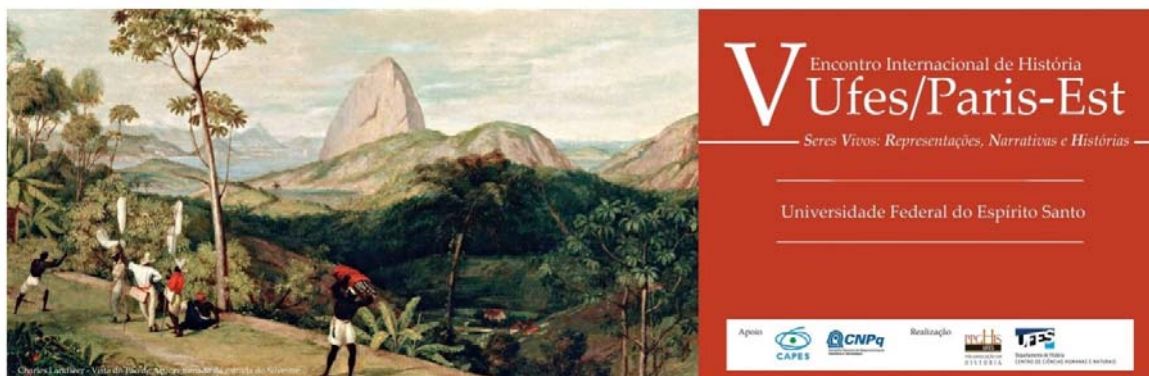
NETO, Daiana Pereira. (2013). **De Paul Groussac a Richard Morse**: Apropriações e releituras de A Tempestade de Shakespeare. Dissertação de mestrado (129 p.). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

PIGLIA, Ricardo. Sarmiento. Escritor. In: __SARMIENTO, Domingo F. **Facundo ou civilização e barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação.

Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo ou civilização e barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.



A NARRATIVA DA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA: REPRESENTAÇÕES DOS SUBTERRÂNEOS DA HISTORIOGRAFIA

Dinoráh Lopes Rubim Almeida
Doutoranda em História – UFES

RESUMO: Este trabalho apresenta uma discussão sobre as bases da nova história política, abordando seus desafios e contribuições para a história do presente. O ofício do historiador apresentou novas perspectivas de estudos, quando a teoria da “Nova História” passou a ganhar forças na historiografia. Objetivamos analisar esse estilo renovado, que procura tirar da história o caráter tradicional, que se mostrava superficial e factual, com representações épicas dadas uma minoria de protagonistas. Esse desafio de renovação da história política foi travado por historiadores a partir do final da década de 1970, que passaram a utilizar-se de técnicas e conceitos, como a pluridisciplinaridade, buscando dar vozes aos esquecidos e as memórias subterrâneas da história. Como metodologia, utilizaremos múltiplas análises bibliográficas, apresentando uma pesquisa sobre a história política ao longo do tempo, caracterizando sua trajetória desde seu auge, passando pelo seu declínio, até o seu renascimento na segunda metade do século XX. Portanto, é na perspectiva da nova história política apresentada por René Rémond, Jacques Le Goff e Marieta de Moraes Ferreira, entre outros, que encontraremos os referenciais fundamentais para a reflexão histórica que propomos neste estudo.

Palavras-chave: História do Presente; Memória; Nova História Política.

ABSTRACT: This paper presents a discussion of the foundations of the new political history, addressing their challenges and contributions to the history of present. The historian's office presented new perspectives studies, when the theory of "New History" began to gain strength in the historiography. We aimed to analyze this new style, which seeks to take the traditional character of the story, which showed superficial and factual, with epic representations given a minority of players. This challenge of renewal of political history was caught by historians from the end of the 1970s, which began to be used techniques and concepts such as multidisciplinary, seeking to give voice to the forgotten and the underground memories of history. The

methodology we use multiple bibliographic analysis, presenting a survey of the political history over time, featuring its trajectory since its heyday, through its decline until its revival in the second half of the twentieth century. It is therefore in the light of the new political history presented by René Rémond, Jacques Le Goff and Marieta de Moraes Ferreira, among others, that we will find the basic reference for historical reflection that we propose in this study.

Keywords: History of the Present; Memory; New Political History.

Do declínio ao ressurgimento da história política

Na trajetória da história política podemos notar um período de auge, declínio e seu retorno aos holofotes da historiografia. Ela ocupou seu lugar de destaque durante a Idade moderna, contando a história dos tronos do Antigo Regime, exaltando os soberanos. Segundo RÈMOND (2003), as revoluções que destronaram os monarcas não derrubaram a história política, que mudou seu objeto da pessoa do rei para o Estado e a nação, destacando as lutas pela unidade e emancipação dos Estados Nacionais, as revoluções políticas, o advento da democracia, as lutas partidárias e os confrontos de ideologias políticas. A história política, que alcançou seu auge no século XIX, tratava-se portanto, de uma história aristocrática, voltada para as minorias, que retratava os tronos, os eventos, as revoluções e os heróis.

No início do século XX, a hegemonia da história política passa a sofrer grandes críticas dos historiadores, em especial com a fundação da revista francesa *Annales*, em 1929, e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo Lucien Febvre como presidente, em 1948. Em detrimento do político, passou-se a incentivar a história onde o econômico e o social teriam lugar central nas pesquisas.

Para essa geração de historiadores, a história política reunia imperfeições que deveriam ser abolidas, sofrendo assim duras críticas: era elitista, circunstancial, factual, exaltava o individual, psicologizante, idealista, subjetivista, ou seja, uma história que se detinha na superficialidade dos acontecimentos, incapaz de buscar as causas e reflexões mais profundas dos fatos históricos.

Ao privilegia o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era

uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando multidões trabalhadoras. (MORAES, 1992, p. 266)

Portanto, na primeira metade no século XX, notamos o declínio da história política. Uma nova conjuntura histórica passa a dirigir o olhar para os esquecidos, ou seja, a massa popular. Podemos destacar como fatores que contribuíram para tal declínio: o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo, que passa a desclassificar o político em detrimento da luta de classes, que resultante do processo econômico, coloca este como o motor da história. Conforme Rémond (2003, p. 18), “havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades.”

A *Escola dos Annales* teve papel central na transição da história política para a história econômica e social, que pode ser notado analisando a produção dessa Escola no decorrer de sua trajetória, que de acordo com Burke (1997), possui três fases. Na primeira delas, de 1920 a 1945, o movimento, liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch, era mais radical, conduzindo uma guerra contra a historiografia tradicional e a história política. Na segunda fase (1945-1968), iniciada logo após a segunda guerra mundial e dominada pela presença de Fernand Braudel, o movimento viveu seu auge e se aproximou verdadeiramente de uma Escola, com conceitos e métodos diferentes (com destaque na nova estrutura e conjuntura e especialmente com a “história serial” das mudanças de longa duração), mantendo-se duras críticas a história política. Braudel priorizava o econômico para explicar a história, fechando os espaços para os estudos relacionados ao político.

Somente na terceira fase da *Escola dos Annales*, a partir de 1968, notamos uma fragmentação e nos últimos anos da década de 1970, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros redescobriram a história política, como Jacques Le Goff, René Rémond, Jacques Julliard, Roger Chartier, Antoine Prost, Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, entre outros.

O retorno do olhar dos pesquisadores para a história política no final dos anos de 1970, acompanha uma conjuntura, onde o universo do político volta a se expandir, devido a alguns fatores destacados por Rémond (2003), como: a experiência das guerras, as crises que desajustaram a economia liberal e obrigaram o Estado a

intervir, o desenvolvimento de políticas públicas (decisão política para modificar o curso da economia) e a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado (poderes públicos levados a legislar, regulamentar, subvencionar e controlar a produção, a assistência social, a difusão de cultura, a saúde pública, a construção de moradias). Nesse contexto, a história política volta à cena com grande destaque e domínio.

Porém, esse retorno trouxe à tona uma história política renovada, com uma nova roupagem que contrasta com as características que possuía no século XIX, considerada como a história política tradicional: superficial, elitista (minorias) e efêmera (curta duração). A nova história política apresenta-se renovada com novos métodos de análises, novos conceitos e técnicas de pesquisas; ampla (voltada para uma sociedade global, abordando todos os atores e aspectos da vida coletiva); quantitativa (apoderando-se de dados numéricos); e com uma pluralidade de ritmos, abordando acontecimentos de rápida, média, longa e longuíssima duração. Segundo Rémond (2003) após essa renovação, a história política passa a preencher todos os requisitos necessários para ser reabilitada e viver um renascimento.

A pluridisciplinaridade ganha destaque nesse ressurgimento da história política, pois a mesma passa a dialogar com diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a filosofia, a psicologia, a matemática, a estatística, a linguística, a antropologia, a informática, a cartografia, o direito público e outras, o que gera para o historiador uma ampliação de saberes e possibilidade de maior aprofundamento em seu objeto de pesquisa, através da utilização de novos conceitos e técnicas de investigação. Assim, o político passa a explorar muitas realidades de nossa sociedade:

[...] Praticamente não há hoje muitas realidades de nossa história que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio? (REMOND, 2003, p. 36)

Portanto, a partir dos fins da década de 1970, o político deixou de ser visto como um simples reflexo do econômico e passou a ser analisado não só como uma instância autônoma face a outras instâncias da sociedade, mas mesmo como uma dos

motores da mudança social. Embora esse movimento de renovação e defesa da história política seja mais expressivo na França, ele também ocorreu em outros países como Estados Unidos e Inglaterra e hoje podemos detectar com nitidez o revigoreamento da história política, que ganha força e espaço na tendência historiográfica de pesquisadores de várias nacionalidades, inclusive a brasileira.

A história do presente e as memórias subterrâneas

A cronologia do ressurgimento da história política está intimamente ligada ao ênfase que a história do presente tem vivenciado, bem como, a sua ligação com a memória. Essa trilogia – história política, história do presente e memória - vem sendo muito utilizada entre os pesquisadores e vem ganhando grande vigor na atual historiografia. Para Chauveau e Tétard (1999), os historiadores do político construíram a vanguarda da história do presente.

Apesar da crítica que muitos estudiosos traçam sobre a história do presente, devido ao pouco recuo ou distanciamento do historiador em relação aos fatos estudados, o que poderia provocar um olhar limitado sobre o mesmo, há uma grande adesão de pesquisadores que defendem a escrita a história do presente. Segundo Rioux (1999, p. 46), “o argumento da “falta de recuo” não se sustenta, pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso recuo.”

Portanto, é possível se fazer uma história do presente, pois a história não é imóvel, e o historiador sempre sofre a influência do contexto que está inserido, independente da época que elege como seu objeto de estudo. Por se tratar de uma história imediata, o pesquisador pode não dispor de todos os documentos disponíveis do período, pois alguns ainda podem não estar abertos ou mesmo em construção, portanto, cabe a ele, promover métodos de investigação acertados e aproveitar as vantagens empíricas da proximidade com os fatos. O historiador não pode simplesmente arquivar um acontecimento contemporâneo, quando o mesmo vem sendo questionado constantemente a nível nacional ou mundial. O pesquisador tem, portanto, a tarefa de exumar e tornar inteligível tal acontecimento, daí a importância de uma história do tempo presente.

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto,

não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo, a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam sequelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas: como arquivar tranquilamente e em silêncio a história de Vicky, quando no mesmo momento esse período era alvo de uma interrogação obsessiva em escala nacional? (ROUSSO, 2006, p. 94).

A memória é sempre seletiva, e como fonte oral, está carregada pelo contexto em que foi vivida e narrada, sofrendo a influência do tempo e do espaço.

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. (ROUSSO, 2006, p. 94).

Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês da corrente durkheimiana, que sofreu também forte influência de Bergson, e focou seu estudo na memória coletiva, que é construída e compartilhada por uma sociedade.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Reconhecendo que não existe apenas uma memória coletiva, podemos constatar que, mesmo uma memória sendo amplamente aceita em uma sociedade, ela não pode ser considerada oficial, tendo em vista ela não ser única. Esse raciocínio nos leva a concluir que podem surgir disputas de memórias sobre um dado fato ou acontecimento, na medida que memórias silenciadas ou marginalizadas comecem a surgir nas pautas das discussões históricas.

Os historiadores do imediato ou do presente, têm ao seu alcance a oportunidade de recolher e utilizar fontes orais para a construção de seu trabalho. A memória enquanto depoimentos e testemunhos orais é um privilégio do historiador do presente, que deve saber confrontar, analisar e filtrar as memórias recolhidas. É preciso ter a compreensão que tanto as fontes orais quanto as escritas e documentais, são construídas, e cabe ao historiador analisar o que há de representativo em sua fonte, que segundo Chartier (1990), aquilo que se é dado a ler.

Averiguamos que a potencialidade da história oral, como metodologia de pesquisa, está na análise da construção dos testemunhos, que por vezes podem ser fantasiosos, distorcidos ou próximos à originalidade dos fatos. Não cabe julgamento, o importante é entender a riqueza dos processos da construção da história oral, sendo tarefa do historiador analisar a percepção social e política da constituição dos relatos. Afinal, não cabe ao historiador extrair verdades do relato oral, mas entender suas representações.

Essa história [do presente], de fato, pode ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso. Pois se ela tem como missão; como toda história digna deste nome, mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico [...], ela sem dúvida está mais apta a explicar do que a verdade estatística da enumeração, da qual somos todos apreciadores; ela não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humildade verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo. (RIOUX, 1999, p. 49).

A história oral, instrumento muito utilizado pelos historiadores do tempo presente, ganhou força a partir da década de 1980, e ela dá ao historiador a oportunidade de conhecer as memórias subterrâneas que emergem dos relatos, em confronto com a história tida como oficial. Essas memórias correspondem justamente a história dos excluídos, que de acordo com a nova história política deve ser revista e trazido a público.

Atualmente, devido à importância dada por alguns historiadores à história do tempo presente, as fontes orais passaram a ser uma metodologia estruturada dentro da pesquisa histórica. Paul Thompson, autor da obra *A Voz do Passado*, um clássico por sua importante contribuição ao método e à teoria da história oral, compreende que esta tem uma forte mensagem social que deve ser avaliada, e concorda que a volta à história oral que ocorre na atualidade está ligada, entre outras coisas, ao desenvolvimento da tecnologia e da comunicação audiovisual.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

O depoente relata o passado como testemunha do vivido, levando-se em

consideração que se trata da lembrança de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político e econômico. A realidade contextual do entrevistado será latente em sua declaração; nunca será imparcial, haverá a seleção de acontecimentos e fatos que são representativos para esse indivíduo, e surgirá carregada de subjetividade, o que nos remete a considerar a seguinte colocação de Joutard (2006, p. 57):

Porém, reconhecer tal subjetividade não significa abandonar as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Podemos dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico.

Precisa-se entender que história oral não é uma técnica de coleta e armazenamento de depoimentos, ela deve ser analisada, levando-se em conta a apropriação do meio pelo indivíduo, observando suas incertezas, inseguranças e hesitações demonstradas na hora da entrevista. A história oral é feita pelo recolhimento de lembranças, e o historiador deve estar alerta ao fato de que o sujeito não revive o passado, ele refaz o passado, ele remodela suas lembranças, refazendo-as pelos valores do presente.

A história oral baseia-se na memória, e como afirma Nora, é imprecisa, pois se adapta às crenças e ao imaginário dos indivíduos. Por isso, é papel do historiador confrontar as fontes orais a outros tipos de fontes, atentando para o fato de que elas não devem ser usadas como um complemento, mas analisadas como uma fonte de estudo histórico, uma vez que apresentam fatos e transformações da sociedade. Portanto, as fontes orais e escritas devem complementar-se. Quando há visões diferentes sobre um determinado acontecimento, o historiador deve debruçar-se em diversas fontes de pesquisa, a fim de investigar profundamente os fatos.

Portanto, é compreensível a afirmação de Thompson (1992) que destaca a história oral como uma história mais pessoal e democrática, e esta, conforme afirma Pollak (1989), defende, dá voz aos marginalizados, esquecidos e silenciados pela historiografia oficializada.

Pollak (1989) analisa os atores e os processos que atuam no sentido de construir e formalizar memórias. É interessante notar a preocupação do autor em trazer à tona as “memórias subterrâneas” dos que foram excluídos pela força de uma memória

que se fez oficial, ou seja, a memória nacional:

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. [...] Ao contrário de Maurice Halbwachs, essa abordagem acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

Segundo Pollak (1989, p. 5), a disputa entre a memória dominante e a memória subterrânea pode ser encontrada na “[...] oposição entre Estado dominador e sociedade civil [bem como] nas relações entre grupos minoritários e a sociedade englobante”. Para esse estudioso, as memórias dos excluídos estão guardadas, sendo transmitidas nas “redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”, podendo vir a emergência de acordo com as desconstruções e reconstruções da memória nacional.

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...] (POLLAK, 1989, p. 5, grifos do autor).

O historiador francês Jacques Le Goff (2012, p. 408) discute a memória coletiva, na perspectiva de luta social:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Le Goff (2012, p. 456) apresenta a memória coletiva como “um instrumento e um objeto de poder”:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social

é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

As posições defendidas por Le Goff nos levam a uma profunda reflexão sobre a questão do domínio da memória como uma luta de classes, o que fica bem nítido no exemplo dado a seguir, quando percebemos a imposição de uma memória coletiva que privilegia as classes elitistas em detrimento das demais. Resta-nos investigar quais os interesses forjados por trás dessa seleção de memória e os silêncios que tais manipulações de memória buscam esconder.

Um exemplo dos subterrâneos da historiografia: A tardia justiça de transição no Brasil

O historiador deve preocupar-se em estudar as versões de partes da memória coletiva oficializada que há sobre os fatos históricos, bem como compreender as ausências, os esquecimentos e os silêncios que tais fatos carregam. Portanto, buscando exemplificar a aplicabilidade das teorias da nova história política, da história do presente e da memória expostas anteriormente, analisaremos a *justiça de transição do Brasil*, pois a mesma traz ao público memórias subterrâneas que estavam imersas desde o período da ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe civil-militar de 1964 e encerrada com as eleições indiretas de 1985 e transição de poder aos civis.

As memórias subterrâneas permanecem imersas devido a um conjunto de interesses sociais, econômicos e políticos dos que detém o poder. Isso é notório na história sobre o período de transição democrática do Brasil, que por anos manteve em silêncio e no esquecimento, relatos e fatos traumáticos, que só vieram oficialmente ao conhecimento público a partir do processo de justiça de transição, que comparado com os demais países da América Latina, aconteceu de forma tardia em nosso país.

Consideramos como *Justiça de Transição* as medidas de reparação, que buscam compensar os que foram atingidos pela repressão de regimes autoritários, punir culpados e averiguar as verdades dos fatos. Porém, a própria Lei de Anistia do Brasil (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo decreto nº 84.1433, de 31 de outubro de 1979, no Governo do presidente-general João Baptista

Oliveira de Figueiredo) tem bloqueado a ação da justiça de transição, no que diz respeito ao julgamento e punição dos responsáveis pelos crimes políticos contra os Direitos Humanos.

Os movimentos de resistência democrática tiveram seu auge no Brasil com a Lei da Anistia e com a Campanha das Diretas Já. No entanto, ambos acabaram sendo utilizados como pilares da solução negociada, que encerrou o ciclo da ditadura militar. Observamos a manipulação da minoria dominante na política e na economia do país, uma vez que a Lei da Anistia não foi ampla, nem geral ou irrestrita, ela atendeu a uma combinação de interesses por parte de militares do governo, políticos e a elite, anistiando torturados (exceto os enquadrados em “crimes de sangue”) e torturadores. A Emenda da campanha de eleições diretas para presidente foi derrubada pelo Congresso, e em 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o novo presidente do Brasil. Tais exemplos demonstram a construção de uma história, tida como oficial, a partir dos interesses de uma minoria.

No entanto, após a Lei de 1979, a luta pela ampliação da anistia continuou em movimentos como Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que passaram a exercer pressão sobre o Congresso Nacional, conquistando, aos poucos, medidas complementares, como a reformulação da Lei de Segurança Nacional (libertando todos os presos políticos, incluindo os acusados de “crimes de sangue”).

Não foi uma transição sonhada pelos movimentos de resistência à ditadura, mas acabou sendo assimilada e aceita pelo povo brasileiro. O caráter de negociação e conciliação da transição democrática não foi apenas uma imposição dos militares, pois a história da sociedade brasileira é traçada por alianças consensuadas que envolvem os interesses dos governantes e a elite econômica. Tais alianças que resultaram na abertura política brasileira, acabaram por retardar a justiça de transição no país, que agindo de forma discreta, pode perder a oportunidade de confrontar a tradição conciliatória imperante na história brasileira.

De acordo com Fico (2013), depois do término do regime militar, o Brasil entrou em uma fase de latência, de suspensão: quase não se falava da ditadura. Isso foi muito diferente em outros países da América Latina que também viveram regimes

militares. Na Argentina, por exemplo, a ditadura acabou depois de uma guerra fracassada, com a qual os militares argentinos tentaram recuperar o apoio popular, ocupando as Ilhas Malvinas, território disputado com a Inglaterra. Com a derrota, não tiveram como se manter no poder e logo após, no regime civil, as juntas militares foram levadas a julgamento e condenadas.

Tal fase de suspensão, citada por Fico, durou até 1995, quando notamos uma tímida medida no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi a concessão de atestados de óbito para os mortos e desaparecidos políticos, de acordo com a Lei nº 9.1404, de 04 de dezembro de 1995, atendendo ao apelo de familiares que tiveram parentes desaparecidos durante a ditadura militar e não puderam enterrar seus corpos ou ter a certidão de óbito.

Em 2002, a Lei nº 10.5595, de 13 de novembro de 2002, foi criada com a tarefa de indenizar financeiramente as vítimas da repressão. O cálculo era feito com base no tempo de afastamento das atividades profissionais dos atingidos, o que gerou distorções e elevadas indenizações.

No ano de 2009, o Brasil sofreu uma pressão internacional ao ser condenado pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) a respeito de graves violações contra os direitos humanos durante a repressão política, sendo o país levado a apurar e fazer o reconhecimento público de sua responsabilidade diante de tais violações.

Nesse contexto, o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, procedeu a abertura dos acervos da ditadura militar, tidos como secretos e confidenciais, ou seja, foi concedida a Lei de acesso à informação, através da Lei nº 12.5276, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.7247, de 16 de maio de 2012. Trata-se de uma considerável aquisição para a pesquisa histórica e para o cidadão brasileiro.

Outro passo importante no processo da justiça de transição, foi a criação da Comissão da Verdade (Lei nº 12.5288, de 18 de novembro de 2011), instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, também no governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da sétima Constituição brasileira. Porém, a Comissão

Nacional da Verdade, busca a chamada “verdade factual”, mas não possui poderes punitivos. No entanto, não podemos minimizar a importância desses dois instrumentos: Lei de Acesso à Informação e a Comissão da Verdade, que sendo instalados no mesmo dia (16 de maio de 2012), são canais imprescindíveis para trazer ao conhecimento da sociedade brasileira o que realmente se passou nos anos da ditadura militar, as memórias subterrâneas dessa história do presente, onde muitos que dela participaram ainda estão vivos e podem testemunhar sobre esse período da história.

Em 10 de dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade, composta por seis membros, entregou seu Relatório Final a presidente Dilma Rousseff. O relatório composto de 4.328 páginas, distribuídos em 03 volumes, levou 2 anos e 7 meses de trabalho para ser concluído. Ele possui 1.121 depoimentos e apresenta 80 audiências e sessões públicas feitas em 20 unidades da Federação. No volume III, consta o registro de 434 pessoas entre os mortos e desaparecidos (210 desaparecidos, 191 mortos e 33 corpos encontrados), sendo 377 pessoas responsabilizadas por torturas e assassinatos durante os 21 anos da ditadura militar brasileira (1965-1985). Entre as suas recomendações, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) sugere a revisão da Lei de Anistia de 1979, para que se possa processar os agentes responsáveis pelas gravíssimas violações aos direitos humanos descritas no relatório.

O objetivo da CNV é efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A primeira Comissão da Verdade a ser instalada foi em Uganda, em 1974, e posteriormente mais de 40 Comissões da Verdade foram criadas pelo mundo com o intuito de averiguar crimes cometidos contra os direitos humanos pela repressão de regimes autoritários. Na América Latina, dez países criaram a Comissão da Verdade, muitos logo após o fim de sua fase ditatorial.

A justificativa para a lentidão brasileira para a execução da justiça de transição diante dos demais países, pode ser analisada dentro do contexto da tradição política conciliatória da história brasileira, que busca amenizar e lançar no esquecimento social fatos que possam prejudicar atores que protagonizaram as alianças da transição democrática do Brasil.

Embora, tal Comissão tenha se instalado de forma tardia no Brasil, 27 anos após o fim da ditadura, não podemos ignorar sua contribuição para a história política e a memória desse recente período da história brasileira, que podemos considerar como a história do presente, pois fez emergir através de um veículo institucionalizado pelo governo, memórias subterrâneas que trazem uma nova visão para a sociedade brasileira desse período de nossa história.

Considerações Finais

O ofício do historiador apresentou novas perspectivas de estudo, quando a história política passou a ganhar forças na historiografia a partir do final dos anos de 1970. A história política renasce com uma nova roupagem, e deixa de ser superficial e de privilegiar as minorias e passa a valorizar a pluridisciplinaridade, utilizando novos métodos e técnicas de pesquisa, novos conceitos e representações. Ao seu lado emergem entre as novas tendências historiográficas, a história do presente e o estudo da memória, que muitas vezes são utilizadas pelos pesquisadores da nova história política.

Essa tendência historiográfica tem ganhado espaço no estudo da história contemporânea, e pesquisadores brasileiros tem acompanhado esse movimento de renovação do político. Com o processo da justiça de transição no Brasil, podemos perceber que memórias até então subterrâneas e marginalizadas, emergiram através de documentos e depoimentos, apresentando uma nova visão sobre o período de repressão durante a ditadura militar, trazendo a memória dos “esquecidos”, ou seja, dos que sofreram violações dos seus direitos humanos, que passaram a serem ouvidos pelo governo brasileiro.

Tais fatos levaram muitos pesquisadores a uma reflexão e a uma nova visão da história política sobre a transição democrática do Brasil, que até então estavam amenizados e lançados no esquecimento social, trazendo atores que protagonizaram as alianças da transição, torturadores e assassinos políticos. Resta-nos compreender e aplicar esse conhecimento, como algo frutífero para a pesquisa histórica e para o cidadão brasileiro.

Referências

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CHAUVEAU Agnès & TÉTARD, Philippe. Questões para a História do Presente. In: _____. **Questões para a História do Presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 7-37.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história”**: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, n. 10, 1992.

FICO, Carlos. **Ainda à espera da verdade e justiça**: O que leva o Brasil a não punir os responsáveis pelos crimes cometidos durante os 21 anos de regime, a exemplo do que fizeram os argentinos? In: Revista Carta na Escola. Edição 76, maio de 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.43-62.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU Agnès & TÉTARD, Philippe. **Questões para a História do Presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.93-101.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

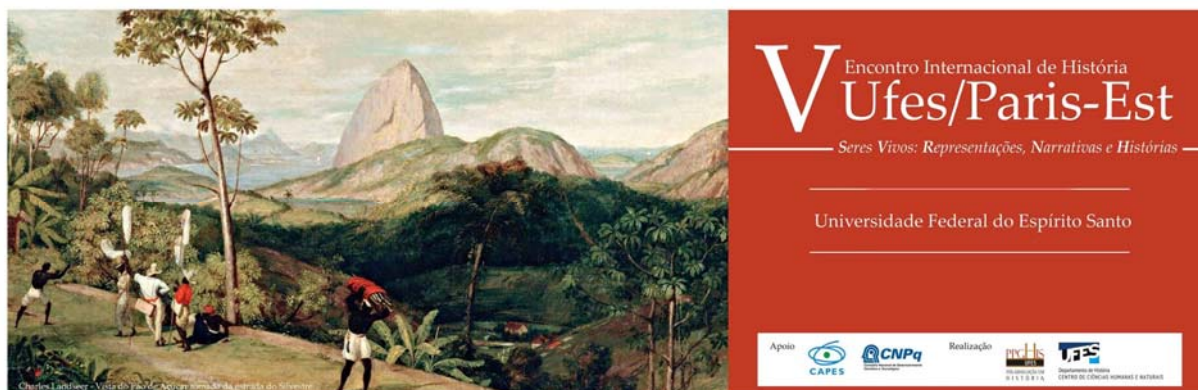
Arquivo on line

<<http://www.cnv.gov.br> >. Acesso em: 24 abr. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.



A SUPERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO ATRASO COMO CAMINHO PARA O PROGRESSO: O GOVERNO ARTHUR GEHARDT E OS GRANDES PROJETOS DE IMPACTO (1971-1975).

Diones Augusto Ribeiro
Doutorando em História – UFES

RESUMO: O estudo tem como objetivo compreender a inserção da economia do Estado do Espírito Santo no contexto de desenvolvimento capitalista no século XX. Foi o momento em que diversas políticas públicas foram criadas com o objetivo de superar o atraso através da industrialização e da diversificação da infra-estrutura. Os Grandes Projetos de Impacto, da década de 1970, durante o governo de Arthur Carlos Gehardt Santos (1971-1974), visavam adequar a economia capixaba a uma nova dinâmica, calcada numa perspectiva oligopolista do capitalismo internacional, através da associação do capital público com o privado. O desenvolvimentismo, dentro desta perspectiva, surgiu como projeto a ser seguido pelas elites locais no século XX, já que ele, através de uma série de metas e programas, principalmente através da associação do capital público com o privado, foi utilizado como meio de se *pular etapas* do desenvolvimento capitalista, servindo assim para maximizar as forças produtivas e criar um parque industrial forte e competitivo, surgindo aqui empresas como a Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração etc.

Palavras-chave Capitalismo; Grandes Projetos de Impacto; Atraso; Desenvolvimentismo; Arthur Gehardt

RESUME: The study aims to understand the insertion of the state economy of the Espírito Santo in the context of capitalist development in the twentieth century. It was the time when many public policies were created in order to bridge the gap through industrialization and diversification of infrastructure. The Great Impact Projects of the 1970s, during the government of Carlos Arthur Gehardt Santos (1971-1974), aimed at adjusting the state economy to a new dynamic, based in oligopolistic perspective of international capitalism through public capital association with private. The

developmentalism, within this perspective, emerged as a project to be followed by local elites in the twentieth century, since he, through a series of goals and programs, especially through the public capital partnership with the private, was used as a means of skip stages of capitalist development, thus serving to maximize the productive forces and create a strong and competitive industrial park, here emerging companies such as Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração etc.

Keywords: Capitalism; Great Project Impact; delay; developmentalism; Arthur Gehardt

Introdução

Um dos objetivos do trabalho será analisar a superação do atraso econômico no Espírito Santo pela via da industrialização planejada. O planejamento e os Grandes Projetos, já no século XX, foram pensados com o objetivo de reverter essa situação, desenvolvendo as forças produtivas e as indústrias locais para superarem o atraso econômico e social. Historicamente, na visão da elite capixaba, o desenvolvimento aqui sempre *passou perto*, sendo preciso reverter a situação através da industrialização e do planejamento econômico. Nas palavras do ex-governador Dias Lopes Filho:

O Espírito Santo com as capitâneas hereditárias ficou subordinado; ficou numa faixa em que vinha do norte para o sul a capitania da Bahia, de Porto Seguro, depois a capitania do Rio de Janeiro [...] Aí o governo de Portugal, para proteger as conquistas dos bandeirantes paulistas, proibiu a exploração de ouro em outras regiões. Especificamente proibiu que subissem bandeiras e entradas pelo rio Doce. E o Espírito Santo então ficou fora da grande arrancada na descoberta e exploração do ouro no Brasil. **Passou tudo perto, mas não passou por aqui** (LOPES FILHO, 2004, p.70. Grifos nossos.).

O desenvolvimentismo, dentro desta perspectiva, surgiu como projeto que orientou as elites locais no século XX, já que ele, através de uma série de metas e programas, principalmente através da associação do capital público com o privado, foi utilizado como meio de se *pular etapas* do desenvolvimento capitalista, servindo para maximizar as forças produtivas e criar um parque industrial forte e competitivo, superando alicerces arcaicos, principalmente aqueles ligados ao setor agrário-exportador, sobretudo durante o regime militar. Mas o atraso era o inimigo a ser superado, e elite dirigente local buscou nessa representação um meio para a implantação de sua hegemonia política, utilizando tal discurso com o intuito de se construir uma plataforma de governo visando à implantação de um domínio

oligárquico calcada no discurso do novo, e o passado foi visto de forma pejorativa.

Na visão da elite dirigente capixaba, todos os louros do desenvolvimento econômico do Brasil passaram longe do Espírito Santo, não tendo ele vivenciado seus efeitos, como foi citado a partir da fala de Dias Lopes Filho. A superação do atraso se constitui em uma plataforma de hegemonia política, ou seja, em um projeto de governo. É como se todas as ações políticas de governos anteriores fossem irrelevantes. Em outras palavras, a percepção do passado, a partir de tal viés, segue uma lógica dualista, calcada nos conceitos de atraso *versus* progresso, local *versus* nacional etc. José Texeira de Oliveira, outro historiador que escolheu o Espírito Santo como tema de seus estudos, viu no governo Christiano Dias Lopes o ponto de partida para a superação do atraso no Espírito Santo. No capítulo XX do livro *História do Espírito Santo*, intitulado *Arrancada para o Futuro*, assim ele se manifesta sobre o governo de Dias Lopes:

A REVOLUÇÃO CHEGA AO ESPIRITO SANTO – Christiano Dias Lopes Filho (1967-71) inaugurou fase nova na vida do Estado. Eleito pela Assembleia Legislativa – sistema de escolha dos mandatários estaduais que a Revolução de março estabeleceu para o país – seu primeiro gesto de governante foi um brado pela afirmação do Espírito Santo como parte da comunidade brasileira. Com intepidez e resolução, fez ouvir a voz do povo capixaba, gritando ao resto do país que o Estado existe e que é parte da pátria comum (OLIVEIRA, 2008, p.480).

A *Arrancada para o futuro* seria feita após a superação do atraso a partir de um novo projeto político para o Espírito Santo. É como se o que tivesse sido feito pelos governos anteriores pouco tivesse contribuído para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo, principalmente antes da década de 1950. No imaginário político capixaba percebemos duas características: o estado é sempre visto como o *patinho feio* da política nacional, já que, como citado, todas as benesses do desenvolvimento capitalista passaram longe daqui por causa da omissão histórica do Governo Federal; e a plataforma política das classes dirigentes sempre está imbuída do novo como método perfeito de superação do arcaico, do atrasado. Assim o ex-governador Paulo Hartung, que governou o Espírito Santo entre 2003 e 2011, se posicionou acerca da reinauguração da Ponte da Passagem, que liga a parte insular de Vitória à continental, em 29 de agosto de 2009:

Tem também um significado simbólico muito relevante para o Espírito Santo. Essa ponte liga aquele Espírito Santo desorganizado a esse Espírito Santo de planejamento, ação e desenvolvimento compartilhado. Um novo Espírito Santo [...]
(ESPIRITO SANTO, 2009).

Ou seja, as ações das governadorias anteriores foram irrelevantes. É como se toda plataforma política dos governos anteriores não tivessem função alguma. A nosso ver, o atraso do Espírito Santo é resultado direto da inexistência de lideranças políticas que almejem o domínio de posições maiores dentro do aparelho de Estado, em nível nacional. Os políticos capixabas buscam o domínio do aparelho regional de Estado, utilizando a máquina pública para perpetuar eternamente formas patrimonialistas e oligárquicas de poder. Na visão de Pereira,

Se o político capixaba investir na carreira nacional, tendo em vista a ascensão no partido para ocupar posições de destaque na coalizão de governo em Brasília [...] arrisca-se a perder a conexão orgânica com as oligarquias locais. Qualquer insucesso no plano nacional não pode ser compensado pela base local, que foi perdida (PEREIRA, 2013, p.41).

Ou seja, a plataforma de domínio das elites locais visa o estabelecimento do domínio do aparelho de Estado local como forma de hegemonia política. Poucos foram os políticos locais que buscaram uma projeção nacional. Percebe-se, então, que o atraso não é culpa apenas da omissão do governo nacional, mas sim da inexistência de um projeto de integração nacional através de uma ação política em nível nacional da classe política local. E o atraso transformou-se em discurso de hegemonia política.

A arrancada para o futuro: a superação do atraso por meio do desenvolvimentismo e do planejamento econômico

Quando pensamos a questão das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, podemos dividi-la em duas partes: uma entre 1955 e 1964 e outra entre 1964 e 1980. Na primeira, observamos as ações de indivíduos que utilizaram a máquina pública, via o planejamento estatal, com o objetivo de superarem o atraso econômico do Espírito Santo através da industrialização e pelo incremento da produção primária pela mecanização da lavoura e de melhorias diversas. Tais elementos não eram hegemônicos dentro do aparelho de Estado, provavelmente por causa da crise política da primeira metade da década 1960. Sustentamos a tese de que antes de 1964, as políticas públicas destinadas à industrialização é resultado das ações de empresários, militares, intelectuais, políticos e personalidades diversas que se uniram no Aparelho de Estado, por meio de anéis burocráticos, para políticas públicas à superação do

atraso econômico por meio da industrialização (CARDOSO, 1975).³⁰⁵ Esta *burguesia de Estado*, como bem conceitua Caio Prado Júnior, se uniu a partir do aparelho de Estado, para promover o desenvolvimento econômico, tendo destaque as ações de Eliezer Batista, Carlos Monteiro Lindemberg, Asdrúbal Soares, José Buaiz, Jones dos Santos Neves, Américo Buaiz, Arthur Gehardt etc (JUNIOR, 2010). Ou seja, eram pessoas que utilizavam a máquina estatal em nome de um projeto de Espírito Santo via industrialização e modernização estrutural. Indo além, Weber define burguesia como um todo não homogêneo, mas sim como um grupo de indivíduos com funções e demandas específicas, ou seja, o burguês é, antes de tudo, um indivíduo que habita uma cidade e que participa dela economicamente e politicamente. Isto explica a atuação política e econômica de vários indivíduos dentro do aparelho de Estado: engenheiros, médicos, empresários, técnicos etc (WEBER, 2006). Ou seja, como diria Gramsci, era um modelo de desenvolvimento calcado em uma *revolução passiva*, ou seja, tal bloco histórico almejava modernizar o Estado, sem, contudo, estabelecer reformas estruturais profundas, mantendo assim praticamente inalterada a estrutura de exploração existente (GRAMSCI, Apud ACHIAMÉ, 2010).

Os projetos desenvolvimentistas do Espírito Santo estavam coesos às novas demandas do capitalismo internacional. A tecnocracia daqui, principalmente após 1964, formulava as políticas públicas de desenvolvimento econômico pensando meios para se superar o subdesenvolvimento, sem que o café deixasse de ser um produto de exportação a ser privilegiado para as receitas, o que muda de fato com a criação dos Grandes Projetos de Impacto, na década de 1970, notoriamente na área de metalurgia, siderurgia, estaleiros naval e portuária. Esse projeto de industrialização, a médio e longo prazo, exigia a formação de uma nova elite dirigente, além de todo um conjunto de tecnocratas e de tecnoempresários, que

³⁰⁵ O processo de industrialização brasileiro será justificado a partir da própria ação do Poder Público, e não a partir da sociedade civil, como observado nos países europeus ditos desenvolvidos. Dentro desse quadro, para Cardoso, percebe-se que um anel burocrático surge quando “as decisões são tomadas por intermédio de funcionários (civis e militares) e de pessoas que exercem cargos no Estado, recrutadas fundamentalmente entre os quadros das empresas privadas ou públicas, entre tecnocratas, planejadores, economistas, engenheiros, administradores de empresas etc., que, imprecisamente, são chamados de membros das “novas classes médias”. Imediatamente ao lado desses ‘policy makers’, encontram-se os membros das camadas produtoras da ideologia (jornalistas especializados no apoio às medidas econômicas, juristas, técnicos em legislação fiscal etc.)” (CARDOSO, 1975, p.205).

fossem antenados às transformações estruturais, políticas e econômicas que o Brasil vivenciava após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marco histórico da hegemonia do capitalismo transnacional no Brasil, liderado pelos Estados Unidos (DREIFUSS, 1981).

O desenvolvimentismo no Espírito Santo tomou feições diferentes do mesmo fenômeno surgido no cenário nacional entre as décadas de 1950 e 1970. Em nível de Brasil, as primeiras agências destinadas ao desenvolvimento industrial e social surgiram a partir de 1950, tomando feições específicas a partir da década de 1960. Os primórdios do desenvolvimentismo no Estado estão ligados ao Plano de Valorização Econômica do governo Jones dos Santos Neves, lançado em 1951, prevendo investir em áreas ligadas à infraestrutura, energia etc. Na década de 1960, surge a primeira agência destinada ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec). Em 19 de outubro de 1960, o governador Carlos Monteiro Lindemberg (1959-1961) promulgou o Decreto n.301. A partir dele, criou-se um Grupo de Trabalho constituído pelo Secretário da Fazenda como coordenador do mesmo, tendo ainda como membros o Secretário da Agricultura, Viação e Obras; o presidente da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A; o presidente da Federação da Indústria, Federação do Comércio e da Federação das Associações Rurais; José Ferrari Valls, Eugênio Lindemberg Sette; e o economista Pietrângelo Vivacqua Debiase. Era a estruturação de uma agência destinada ao debate e à criação de políticas públicas para a superação do atraso econômico do Espírito Santo.

O golpe cívico militar de 1964 e a crise financeira dos anos 60 diminuíram os passos do desenvolvimento econômico capixaba. A situação começa a se inverter no final dessa década, durante os governos nomeados de Christiano Dias Lopes (1967-1971) e Artur Gehardt (1971-1974). O governo de Cristiano Dias Lopes desenvolveu um conjunto de políticas públicas com o objetivo de produzir ações de incentivo fiscal no Estado. Foi criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), em 20 de fevereiro de 1967. Posteriormente, ela foi transformada, através da promulgação da lei nº 2413/1969, no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (Bandes), visando coordenar e executar projetos de desenvolvimento econômico de médio e longo prazo.

Indo além, Zorzal argumenta que a implantação dos Grandes Projetos, no limiar da década de 1970, foi resultado direto de projetos gestados desde a década de 1950, que passaram, inclusive, pela criação de órgãos como Findes e Bandes, responsáveis pela realização de estudos que buscavam identificar as razões do atraso e projetar o desenvolvimento capixaba através do planejamento, distribuindo recursos e elaborando estudos com o propósito de desenvolver vários setores e distribuir recursos (ZORZAL, 1995). Complementado as afirmações de Zorzal, vejamos a fala de Bittencourt sobre o governo Christiano Dias Lopes, quando de sua passagem como governador nomeado do Estado, entre 1967 e 1971:

No contexto dos governos militares, o governo Cristiano Dias Lopes Filho (1967-71), filiado à Arena, inaugurou nova fase na vida política do Espírito Santo. Dias Lopes acabou assimilando um papel parecido com o de Jerônimo Monteiro. Alguém que começou a formular um projeto a partir da importante gestão anterior – afinal Cristiano foi deputado do PSD, Presidente da Assembléia Legislativa, líder do Governo e, sobretudo, o que poderia chamar de “jonista” até a medula [...]. O Banco de Desenvolvimento já constava do plano de governo do governo Jones, em 1962 (BITTENCOURT, 1987, p.393).

Acreditamos que a análise de Bittencourt e de Zorzal são as que mais se aproximam de uma visão correta sobre as formas implantadas pelas elites para a superação do atraso econômico do Espírito Santo e, como resultado, tais ações permitiram que se iniciassem as obras dos portos de Praia Mole, Barra do Riacho, Ubu e de Capuaba. Além disto, as atividades da Aracruz Florestal iniciaram-se em 1967, com a formação de vastas plantações de eucalipto. A primeira unidade de pelotização da CVRD foi implantada em 1969, entrando em funcionamento durante a gestão de Arthur Gehardt. Foi neste governo que podemos observar a aplicabilidade final do projeto desenvolvimentista *desenhado* pelas gestões de Jones dos Santos Neves e de Carlos Lindemberg, além da influencia do pensamento desenvolvimentista no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, houve uma convergência de capitais privados e públicos para as atividades industriais. Criou-se o Civit, no município de Serra, um pólo industrial, composto por diversos tipos de indústrias.

Um ambicioso projeto de unificação de sistema de transportes (ferrovias, rodovias e portos) transformou o Terminal de Grãos de Tubarão no ponto final das linhas de Estrada de Ferro Vitória a Minas, criando um corredor de exportação ligando o estado a Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal. Na

segunda metade da década de 1970, criou-se a Companhia Siderúrgica de Tubarão (1976) e a Samarco (1977).

Dentro do clima de euforia por causa do Milagre Econômico, Arthur Gehardt construiu uma plataforma de governo comprometida com o desenvolvimento industrial do Espírito Santo, tendo em vista as condições de infraestrutura existentes, fruto das ações das gestões anteriores, para a superação do atraso, se comprometendo em divulgar em nível nacional e internacional as vantagens existentes para as empresas que quisessem se instalar em solo capixaba. Também se preocupou em melhorar a arrecadação estadual através do combate à sonegação via modernização da fiscalização estadual e modernização da máquina burocrática. A reforma de Gehardt se deu através da reformulação do Código Tributário Estadual e da elaboração do Plano de Diretrizes Gerais com o objetivo de fomentar os procedimentos técnicos necessários para a gênese de uma moderna administração tributária no Estado. Ao final de seu primeiro ano de governo, a arrecadação superou 35,9% a do ano anterior (1970). O ICM arrecadado subiu 45,8%, representando um record nacional em números percentuais (VIEIRA, 1986). Ademais, de acordo com Bittencourt, Gehardt, ao dar continuidade aos projetos do governo anterior, do qual fizera parte como presidente do Codes, fortaleceu o agente financeiro regional, a Codes-Cred, transformando-a num banco de desenvolvimento, o Bades. Este Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial era de Cr\$ 500.000,00 (US\$ 185.185,18), foi elevado para Cr\$ 10.500.000,00 (US\$ 1.981.132,00), recursos deste que evoluíram de US\$ 6.464,32 milhões, em 1971, para US\$ 10.280,71 milhões em 1974. Alterou-se ainda seu capital, que passara de US\$ 3.034,68 milhões, em 1974, para US\$ 5.609,76 milhões, em 1975. Isto permitiu a efetivação da implantação dos Grandes Projetos de Impacto, a base primordial para a superação dos obstáculos da infraestrutura econômica no Espírito Santo pela via da industrialização (BITTENCOURT, 2000).

O governo Arthur Gehardt Santos e os grandes projetos de impacto: uma perspectiva conservadora do crescimento econômico capixaba

Arthur Carlos Gehardt Santos foi escolhido governador indireto do Estado entre os anos 1971 e 1974. Seu mandato coincidiu com a presidência do general Emílio Garrastazu Médice. É válido salientar que Gehardt acumulava grande experiência

administrativa, já que ele tinha sido presidente do Codes (Bandes) durante a gestão de Dias Lopes e do GT responsável pela criação do Codec. Na visão do próprio Gehardt Santos:

Ao assumirmos o Governo do Estado do Espírito Santo, procuramos compreender e determinar as potencialidades existentes no Estado, desde a sua posição geográfica, até a presença da Companhia Vale do Rio Doce e o Porto. Verificamos que tais potencialidades não estavam sendo utilizadas de modo amplo por diversas razões: deficiência de infraestrutura, pouca atenção do Poder Público para novas perspectivas, pois visava fazer do Plano de Industrialização, um complexo gerado aqui, o que era totalmente inexecutável. (GEHARD SANTOS, 1975).

O atraso econômico, nas palavras de Gehardt Santos, seria vencido por meio de investimentos industriais, através da velha forma desenvolvimentista da associação de capitais nacionais e privados, notoriamente aqueles do exterior:

Como corolário natural, impôs-se mostrar que a aceleração desenvolvimentista seria função direta de recursos externos a serem carreados. A utilização exclusiva de investimentos locais propiciaria um crescimento dentro dos padrões tradicionais apenas, mesmo considerando-se a política de incentivos. Para uma transformação mais intensiva, os recursos externos configuravam-se imprescindíveis. E, não só a poupança de investimentos privados – esta perspectiva deve ficar bem clara – mas também do Poder Público Federal, que tem a capacidade de investir em setores básicos da economia.

[...]

Havia necessidade de se montar um esquema de atração de investimentos. Fizemos isto, utilizando como “capital inicial” o Porto de Vitória e a Companhia Vale do Rio Doce. Logo após a minha posse, em conversa com o então ministro Delfim Netto, reforcei ainda mais a minha posição com referencia aos investimentos externos, quando definimos que o Espírito Santo só poderia ter um processo de crescimento econômico com a realização de um projeto de igual ou maior envergadura que a Companhia Vale do Rio Doce. Isto, porque ela ficava isolada no panorama econômico do estado e seu efeito multiplicador era, portanto, insuficiente para dinamizar a economia capixaba nos níveis desejados.

Conseguimos, assim, trazer recursos de fora, não só do setor privado, mas do setor público, viabilizando a filosofia administrativa que pretendíamos imprimir a este período de Governo. **Para termos investimentos maciços, precisávamos mostrar que aqui estava, e está, se operando um trabalho sério [...]** (GEHARD SANTOS, 1975. Grifos nossos).

Ademais, acrescentou o ex-governador:

Para a minha geração, o problema do atraso do Espírito Santo, em relação a seus vizinhos e estados com quem mantínhamos mais intensas relações comerciais e culturais, se apresentava com um fato a desafiar a audácia dos capixabas. Não havia uma consciência do atraso, que era apenas sentido. Pouco a pouco, graças à pesquisa histórica e a levantamentos da realidade atual, fomos tomando consciência das deficiências estruturais e trabalhando para superá-las (GEHARD SANTOS, 1975. Grifos nossos).

O começo da década de 1970 marca uma nova fase na história do Espírito Santo. Foi o momento em que ele dá uma verdadeira guinada na sua economia, graças às conseqüências do Milagre Econômico e das ações de uma classe dirigente renovada, que se mantinha no poder desde as ações de Jones dos Santos Neves, com a exceção relativa, é claro, da época em que Francisco Lacerda de Aguiar era governador do Estado (1952-1955 e 1963-1966). Em nível nacional, Bresser-Pereira destaca que o golpe cívico militar de 1964, ao instalar um regime militar e burocrático com o apoio do empresariado nacional, deu origem a um pacto político, o Pacto Burocrático-Autoritário, que era, como sabido por todos, excludente para a classe trabalhadora. O comando autoritário do aparelho de Estado e uma conjuntura externa favorável fizeram com que, em 1967, a economia brasileira entrasse num novo processo de expansão, repetindo e superando o desempenho ocorrido na segunda metade de 1950. “A crise econômica estava superada, enquanto a crise política marcada pelo autoritarismo do governo militar continuava a agravar-se” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.157).

O Milagre Econômico teve suas bases norteadas pelo I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1968-1970). Este plano definiu como objetivo básico estimular o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Além disto, era meta desse plano trienal fortalecer a empresa privada, estabilizar os preços, investimento em infraestrutura, expansão do nível de emprego e fortalecimento do mercado interno. Bresser-Pereira destaca também que a expansão militar iniciada em 1967, que deu as bases para o chamado Milagre Econômico, coincide com a subida ao poder do general Costa e Silva (1967-1969). Além disso, a reforma bancária, a reforma do mercado de capitais, e reforma tributária e a instituição da correção monetária deu credibilidade no exterior para o Brasil, permitindo assim a obtenção de empréstimo a juros flutuantes. Tudo já estava meio definido antes de 1964, mas não foram realizadas por causa da grave crise política instalada, sendo, posteriormente, realizadas por meio de ações de Roberto Campos e Octávio Gouvêa Bulhões. Porém, a causa fundamental da expansão econômica está relacionada ao aumento da capacidade de compra da classe média de bens de consumo duráveis – principalmente automóveis. É preciso destacar ainda que a política de minidesvalorização cambial de 1967 estimulou as exportações, notoriamente de gêneros primários, insumos e manufaturados” (BRESSER-PEREIRA, 2003).

No caso do Espírito Santo, podemos observar que uma das repercussões dos Grandes Projetos de Impacto da década de 1970 foi justamente na questão da péssima distribuição de renda, já que projeto econômico aqui implantado, calcado principalmente nas indústrias de bens intermediários, tendia a contemplar postos de trabalhos altamente especializados, onde se encontravam os melhores salários, dando uma posição marginal à grande maioria das pessoas – as não qualificadas. Nas palavras de Celso Furtado, a concentração da renda percebida no período refletia os aspectos negativos do projeto de desenvolvimento dos governos militares. A concentração de renda não produziu elevação da capacidade de poupar de seus beneficiários. Significou uma transferência de recursos de consumidores de baixo nível de vida para consumidores de rendas médias e altas, traduzindo-se em modificação na composição da cesta de bens de consumo em benefício dos bens mais sofisticados e menos essenciais:

Tudo leva a crer que, em face da baixa dos preços relativos dos bens de consumo, parte crescente da poupança potencial dos grupos com renda em ascensão foi destinada a compra desses bens. Desta forma, se é verdade que a concentração de renda foi instrumental para dinamizar a produção industrial, ampliando consideravelmente a demanda de bens duráveis de consumo, também o é que ela operou no sentido de esterilizar parte do potencial de financiamento de origem interna (FURTADO, 1983. p.43).

O que houve, na realidade, foi o aumento da prática da poupança forçada da massa trabalhadora, com a criação dos fundos de Integração Social e de Garantia de Tempo de Serviço, porém mantendo estável o coeficiente de poupança (TAVARES, 1998). Assim, o consumo dos grupos de rendas médias e altas cresceu mais que a própria renda média da população. Ao mesmo tempo, “o salário básico da população estava em declínio ou estacionário, impondo ao Brasil um modelo de desenvolvimento de caráter tão anti-social” (FURTADO, 1983, p.42). De acordo com Fukuda, a base do contingente populacional que migrou para a região da Grande Vitória não foi totalmente aproveitada durante a implantação dos projetos industriais, pelo fato da mão de obra que foi absorvida inicialmente veio do interior e possuía baixa qualificação, utilizada em parte na primeira etapa, na fase de construção. Nas etapas posteriores, a demanda por pessoal foi ainda menor, já que ela priorizou uma mão de obra especializada, que quase inexistia no Estado. Para piorar, a erradicação de aproximadamente 15 milhões de pés de café entre os anos 1960 e 1970 ocasionou a eliminação de 60 mil postos de trabalho, ocasionando um êxodo rural, já que mais de 180 mil pessoas saíram de lá em busca de melhor qualidade de

vida. Muitos se deslocaram para Rondônia ou norte do Paraná, e cerca de 30 mil pessoas migraram para a região da Grande Vitória, que não tinha nenhuma infraestrutura adequada para acolher estas pessoas. De acordo com a autora:

Esse inchaço populacional afetou diretamente a dinâmica sócia espacial da capital capixaba, que gradativamente torna-se cada vez mais urbana, e com preocupações de outra ordem. Se por um lado, houve um esforço dos governos federal e estadual para a implantação dos Grandes Projetos, por outro lado, houve pouco ou nenhum investimento nas áreas sociais. Formaram-se favelas, onde as pessoas se concentravam em condições de extrema miséria, com nível elevado de desemprego e alto índice de analfabetismo (FUKUDA, 2012, p.78).

Esse quadro demonstra que as empresas e indústrias instaladas na Grande Vitória não tiveram capacidade para absorver o grande contingente de trabalhadores, e revela ainda a incapacidade do poder público em administrar o fenômeno de “inchaço”, fazendo com que a região se tornasse um reduto dos desassistidos, analfabetos, desempregados, estigmatizados pelas doenças, promiscuidade e criminalidade de que a pobreza é geradora. O Estado teve papel fundamental nessa dinâmica.

De acordo com Dreyfuss, a política econômica desenvolvida pelos militares e implementada no Espírito Santo na década de 1970 deu ao país um papel complementar no capitalismo internacional, dotando-o de indústrias que exportariam materiais e insumos indispensáveis para o desenvolvimento capitalista de empresas estrangeiras, notoriamente as americanas e japonesas. Ao se poupar mão de obra através da transferência de tecnologia, também se racionava empregos. Os postos melhor qualificados eram aqueles que recebiam os melhores salários, ao passo que a grande maioria da população receberia baixa remuneração, tendo ela, de acordo com o que foi exposto por Fukuda, de se refugiar nas regiões periféricas sem a menor infraestrutura (DREIFUSS, 1987). O projeto das elites do Espírito Santo formulado para a superação do atraso foi balizado nesta lógica, já que ele foi pensado através da associação do capital nacional e do internacional através da transferência de tecnologia. Era o modelo da modernização conservadora se tornando hegemônico no Espírito Santo.

O projeto econômico da *grande teconocracia militar* (BRESSER-PEREIRA, 2003) foi norteado pelos PND I e II. Um dos pontos centrais do I PND foi constatar as origens do processo inflacionário da década de 1960 e da grave crise financeira existente,

devido principalmente à ineficácia das políticas públicas de combate à inflação preconizada pelos planos anteriores. De acordo com Denysard e Sayad, tal plano tinha o objetivo de se constituir num verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento, ao servir de instrumento para acelerar a poupança interna e maximizar os investimentos. Ademais, o ponto inicial do referido plano trienal tinha dois diagnósticos a serem superados: o esgotamento do programa de substituições de importações e a crescente participação do setor público na economia (DENYSARD; SAYAD, 2003).

No caso do Espírito Santo, se vê que os Grandes Projetos de Impacto tiveram como norteador o primeiro ponto, visto que o governo visava investir na infraestrutura com o intuito de fixar um novo parque industrial de base, e não investir unicamente na substituição das importações. No entanto, isto se fez com o aumento da participação do Poder Público na economia e na política, coisa que deveria ser evitada pelo PND. Mas era imperativo que se renovassem os setores dinâmicos da economia por meio da melhoria da malha estrutural, apoio da expansão de novos setores da economia e recuperação do atraso tecnológico por meio da renovação da produtividade dos setores tradicionais. Outro diagnóstico do plano foi o estreitamento relativo do mercado, ou seja, como a população crescia a uma taxa de 3% ao ano e havia uma estagnação relativa do setor secundário e um esvaziamento do setor primário ocorreu um inchaço no setor terciário. Seria necessário consolidar uma compatibilidade entre uma política de elevação da demanda e liquidez interna com uma política gradual de redução da taxa de inflação e investir em áreas estratégicas, notoriamente aquelas de infraestrutura (DENYSARD; SAYAD, 2003).

O I PND coincidiu com um período de estabilidade econômica e política que permitiu que o Brasil crescesse a uma taxa de 10% ano, sedimentando assim as bases do Milagre Econômico. No Espírito Santo, dentro do clima de euforia que o Brasil vivenciava na época do chamado Milagre Econômico, Arthur Gehardt construiu uma plataforma de governo comprometida com o desenvolvimento industrial, tendo em vista as condições de infraestrutura existentes, fruto das ações das governadorias anteriores, para a superação do atraso, se comprometendo em divulgar em nível nacional e internacional as vantagens aqui existentes para as empresas que quisessem se instalar. Também se preocupou em melhorar a arrecadação estadual através do combate à sonegação via modernização da fiscalização estadual e

modernização da máquina burocrática. Vieira destaca que a reforma de Gehardt se deu através da reformulação do Código Tributário Estadual e elaboração do Plano de Diretrizes Gerais com o objetivo de fomentar os procedimentos técnicos necessários para a gênese de uma moderna administração tributária no estado.

Ao final de seu primeiro ano de governo, a arrecadação superou em 35,9% a do ano anterior (1970). O ICM coletado subiu 45,8%, representando um recorde nacional em números percentuais. Ademais, de acordo com Bittencourt, Gehardt, ao dar continuidade aos projetos do governo anterior, do qual fizera parte como presidente do Codes, fortaleceu, como salientado, o agente financeiro regional, a Codes-Cred, transformando-a num banco de desenvolvimento, o Bandes. Este Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial era de Cr\$ 500.000,00 (US\$ 185.185,18) e foi elevado para Cr\$ 10.500.000,00 (Us\$ 1.981.132,00), movimentava recursos que evoluíram de Us\$ 6.464,32 milhões, em 1971, para Us\$ 10.280,71 milhões de 1974. Alterou-se ainda seu capital, que passara de Us\$ 3.034,68 milhões, em 1974, para Us\$ 5.609,76 milhões, em 1975. Isto permitiu a efetivação da implantação dos Grandes Projetos de Impacto, a base primordial para a superação do atraso no Espírito Santo pela via da industrialização. De acordo com o autor:

Em decorrência desses investimentos, já em 1974, o Espírito Santo merecia destaque no boletim do ICMS do Ministério da Fazenda, como uma unidade da Federação que apresentou maior crescimento na arrecadação: uma taxa real de 14,2% e uma participação relativa de que chegou a 1,2% da arrecadação nacional (quando em 1967 era de 0,58% e, em 1974, 0,81%) (BITTENCOURT, 2006, p.403).

Além disto,

[...] a renda per capita capixaba àquela época, conforme a Fundação Getúlio Vargas, era de Us\$300,00 enquanto a renda per capita nacional chegava a Us\$520,00. Também a arrecadação mensal estava acumulando uma insuficiência de recursos financeiros que chegava, aproximadamente, Us\$ 1.445,09 milhões/mês e um déficit financeiro de Cr\$ 158.529.665,00 (Us\$ 2.290.890,00), Por conseqüência, o novo governante do Espírito Santo do período militar, Elcio Álvares (1975-79), assumiu a administração capixaba com o pagamento do funcionalismo, referente ao mês de fevereiro, em atraso (BITTENCOURT, 2006, p.403-404).

O Milagre Econômico promoveu conseqüências positivas aparentes no Espírito Santo através dos Grandes Projetos de Impacto, tendo em vista a expansão, via incentivos fiscais, dos setores naval, siderúrgico e portuário. A maioria dos projetos se concentrou no entorno de Vitória, absorvendo 67% dos recursos disponíveis.

Para tal empreitada, foi preciso diversificar a infraestrutura local através de investimentos em energia, rede de esgotos, habitação, saúde, educação, cultura, lazer e serviços públicos. Os recursos foram obtidos através de negociações de operações de crédito internas e externas, além de recursos obtidos juntos à União.

Os chamados Grandes Projetos de Impacto representam o desenvolvimento de atividades através de investimentos maciços nas atividades de exportação de minério de ferro e de produtos siderúrgicos pelo Complexo Portuário Vitória/Tubarão. Era uma maneira do Espírito Santo se beneficiar das *vantagens comparativas* do comércio internacional, tendo em vista sua estrutura portuária e logística. Foi preciso investir em infraestrutura através da modernização portuária, telecomunicações, interligação energética com Furnas e em transportes por meio da duplicação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da construção das BR 262 e BR 101. Tudo isto convergia num projeto de Espírito Santo que via a industrialização e o investimento na malha estrutural como meio de superação do atraso econômico do E. Santo. A partir das informações de Medeiros, podemos observar que os investimentos que culminaram nos Grandes Projetos de Impacto foram de ordem de 5,5 bilhões de dólares, promovendo a criação de 20.875 empregos diretos, em 1980. Cerca de 80% dos empregos e projetos foram concentrados na Grande Vitória e os demais, com a exceção da grande área de monocultura de eucaliptos da indústria de celulose da Aracruz Celulose, estavam locados na faixa litorânea, num raio de 10 km de distância de Vitória, reforçando assim as disparidades regionais e econômicas, fenômeno que repetiu o processo de concentração econômica, já que grande percentual das indústrias nacionais estão localizadas no eixo Rio-São Paulo (MEDEIROS, 1977). Os Grandes Projetos de Impacto estavam direcionados para o complexo siderúrgico, naval, paraquímico e portuário.

Outro fato significativo das políticas públicas destinadas à superação do atraso no Espírito Santo foi a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – Bandes – que substituiu as funções outrora exercidas pelo Codes. O Bandes, junto com o Codec, assumiu as funções de estudos e do planejamento dos projetos de desenvolvimento formulados na época. Para Medeiros, com Arthur Gehardt o Bandes deixou de ser um órgão meramente executor das políticas econômicas do Estado, formulando e financiando a política industrial de desenvolvimento capixaba. A execução dos mesmos passou a ser feita pelo Codec,

em parceria com os técnicos da instituição (MEDEIROS, 1977). O capital do Bandes, entre os anos de 1969 e 1974, teve uma evolução na ordem de 193%, passando para 44 milhões de cruzeiros. A evolução do capital do Bandes o levou a uma posição de solidez interna, permitindo-o financiar, por meio de recursos próprios, os projetos indispensáveis para a superação do atraso econômico do Estado. De acordo com Medeiros, o Bandes entre 1967 e 1970, entre recursos próprios e fontes estaduais, federais e internacionais mobilizou um volume global da ordem de 53 milhões de cruzeiros e, entre 1972 e 1974, tal mobilização atingiu a ordem de 757 milhões de cruzeiros, o que permitiu um aumento nominal dos recursos em 1.428%.

A grande maioria dos recursos foi direcionada, principalmente, às atividades industriais. Dessa forma, é possível afirmarmos, tendo em vista as afirmações de Medeiros, que os investimentos feitos no Espírito Santo, por intermédio do Codec e do Bandes, não colocaram o Espírito Santo no mesmo nível industrial e econômico do eixo Rio - São Paulo, já que o Estado “continuou na periferia da periferia [...] verificou-se que o desenvolvimento estava diretamente ligado a empreendimentos do porte da Companhia Vale do Rio Doce” (MEDEIROS, 1977, P.71). Isso reforça nossa tese sobre o atraso, já que o desenvolvimento econômico pensado para o estado visava adequar a economia local aos ditames do capitalismo transnacional, sem que as arestas ligadas ao subdesenvolvimento fossem rompidas.

De acordo com Oliveira, das cinco áreas de investimento dos Grandes Projetos de Impacto, não se viabilizaram a naval (estaleiro de desmonte e construção naval) e a turística (investimentos na região litorânea sul do ES). Os complexos de siderurgia (usinas de pelotização e siderurgia), paraquímico (indústria de celulose) e portuário (terminal do corredor de transportes para exportação) foram efetivamente instalados, notoriamente no governo Élcio Álvares (1975-1979). “Os estaleiros de reparos, uma das principais prioridades do governo estadual, acabaram sendo direcionados para o Rio de Janeiro, representando importante perda para o Espírito Santo” (OLIVEIRA, 2013, p.419).

Considerações finais

A industrialização no Espírito Santo, por meio do planejamento, teve características peculiares. Ela se inicia na década de 1950 com o Plano de Valorização Econômica

do Espírito Santo, de Jones dos Santos Neves (1951-1955), e se intensifica no começo da década de 1960 com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec). Foi o momento em diversos grupos sociais, por meio de anéis burocráticos, conforme destacado em linhas anteriores, buscavam a conciliação de interesses econômicos através do Aparelho de Estado. A tecnoburocracia, conforme apontado no texto, assume o comando dessas políticas após o golpe-cívico militar de 1964, passando a desempenhar a vanguarda do processo.

Tal política de desenvolvimento econômico é sistematizada no o governo do Arthur Carlos Gehardt Santos (1971-1975) por meio dos Grandes Projetos de Impacto. Bilhões de dólares foram investidos da economia capixaba, o que significou, em última instância, a diversificação produtiva e melhorias diversas. O crescimento econômico foi possível por meio de um agressivo projeto de crescimento através da ação governamental estatal, que, para desenhar tal plano, teria que conseguir recursos internos, como no caso do Fundap, e estabelecer pactos com as elites locais. Também se previu a associação do capital público com o privado internacional, o que permitiu a execução das políticas públicas destinadas à industrialização e à modernização estrutural do Estado.

O eixo de tal projeto foi o fortalecimento das atividades urbanas por meio do desenvolvimento da indústria, mas, como citado, as atividades industriais, com a exceção da Aracruz, ficaram concentradas no entorno de Vitória. Percebe-se que o crescimento econômico do Espírito Santo, observado na década de 1970, foi feito sem a plena introdução dos pobres à cadeia produtiva nacional. Daí a tese da Modernização Conservadora, já que houve desenvolvimento econômico sem que houvesse uma preocupação social profunda. Neste começo de século XXI, a Região Metropolitana da Grande Vitória sofre com a mobilidade urbana, já que os Grandes Projetos, como destacado, concentram-se basicamente próximos à capital Vitória. Houve intensa concentração da renda, sendo a violência urbana triste resultado dessas políticas públicas gestadas na década de 1970.

Mesmo que o governo de Arthur Carlos Gehardt Santos tenha sido um marco na questão do planejamento e que os Grandes Projetos de Impacto tenha permitido a inserção do Espírito Santo no cenário capitalista internacional, tal perspectiva de

crescimento econômico reforçou o papel complementar do Estado na esfera capitalista internacional, ao transferir uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e dota-lo de um parque industrial fornecedor de matérias-primas e insumos a serem utilizados pelos grandes conglomerados internacionais.

Referências Bibliográficas

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937):** Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal.** Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BITTENCOURT, Gabriel. **Formação econômica do Espírito Santo:** o roteiro da industrialização. Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Espírito Santo, 1987.

_____. **Esforço industrial na república do Café:** o caso do Espírito Santo (1889-1930). Vitória: FCAA, 1982.

_____. **História geral e econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5ª ed. São Paulo: 34 ed., 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DREIFUSS, Rene. **1964:** a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: vozes, 1981.

_____. **A internacional capitalista.** Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986) 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

FUKUDA, Rachel Frazan. **Estado e Políticas Públicas:** industrialização e fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960-2004). 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História,

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

FURTADO, Celso. **Não à recessão e ao desemprego**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GIGRATO, Rosemary Bebber. **Política ambiental e as estratégias de responsabilidade empresarial da CVRD na cidade de Vitória (1981/2004)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 42^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Revolução Brasileira: perspectivas em 1977**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

LOPES FILHO, Christiano Dias et ali. **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.

MEDEIROS, Antônio Carlos d. **Espírito Santo: a industrialização como fator da desautonomia relativa**. 1977. 177f. Dissertação (Mestrado em Administração). – Programa de Pós/Graduação em Administração, fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

MENDONÇA, Sônia Regina d. **Estado e economia no Brasil**. Opções de desenvolvimento. 3^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MINDLIN, Betty (org). **Planejamento no Brasil**. 5^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira d. **História do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à Primeira Grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896)**. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: SPDC/FCAA/UFES, 1995.

SMARZARO SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)**. 2ª Ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

SUETH, J. C. R. **Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira Republica: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892/1912)**. 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

VIEIRA, Clovis Abreu. **A Política Fiscal no Brasil: Limites e Contradições. O Caso do Espírito Santo**. 1986. 180f. Dissertação (Mestrado em Administração). – Programa de Pós/Graduação em Administração, fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 19

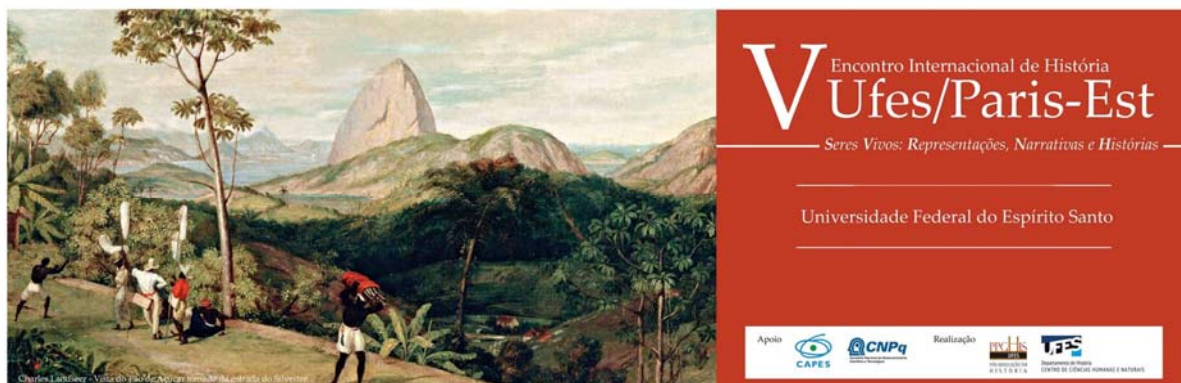
DENYSARD, O. Alves; SAYAD, João. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970). MINDLIN, Betty. (org). **Planejamento no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GEHARD SANTOS, Arthur Carlos. As reivindicações se tornam realidade. In: OLIVEIRA, José Carlos d. et. alii. **As Etapas do Processo Histórico de Desenvolvimento Sócio-econômico do Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1975.

VASCO PEREIRA, André Ricardo V. Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (Org). **Espírito Santo: um painel de nossa história**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

OLIVEIRA, Ueber José d. Regime militar, elites regionais e a confluência de

agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gehardt Santos, no Espírito Santo (1971-1975). **Revisa Dimensões**, vol. 30, p. 385-421, 2013.



A PINTURA MURAL SACRA DE ANTONIO NARDI: UMA ANÁLISE DA RESTAURAÇÃO DA OBRA *DIPINTI MURALI MADONNA, GESÙ E SANTI* (1957)

Dirceu Ferreira Barbuto
Especialização em História Econômica –UFJF

Liliana Medina da Silva
Especialização em Conservação e Restauro Arquitetônico pela Universidade Estácio de Sá (RJ)

RESUMO: Nos anos de 1950, na cidade mineira de Eugenópolis, os padres da Congregação dos Agostinianos da Assunção fundaram o Seminário Nossa Senhora de Lourdes. A Capela foi inaugurada em 1957 retratando em suas alvenarias dos altares, as pinturas murais de Antonio Maria Nardi (1897-1973), famoso pintor italiano. Nardi homenageou em sua arte, os patronos assuncionistas no painel mor e no painel de fundo, Nossa Senhora de Lourdes, denominando-a *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi*. Nota-se na obra citada, aspectos cubistas e abstratos em suas formas em meio a recursos da pintura tradicional, criando um painel eclético com figuras geométricas, dando forma tridimensional ao painel. No ano de 2013 o mural foi restaurado, baseado nos princípios da Teoria da Restauração de Cesare Brandi (1906-1988). O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar o referido mural, contribuindo assim para a História da Arte, Arte Sacra e para a História do Restauro no Brasil. O artigo pretende demonstrar, ainda, a importância conferida a Nardi como muralista sacro e moderno, seu significado simbólico e religioso.

Palavras-chave: Pintura Mural; Arte Sacra; Modernismo; Restauração; História Cultural.

RÉSUMÉ: Dans les années 1950, la ville minière de Eugenópolis, les prêtres de la Congrégation des Augustins de l'Assomption a fondé le Séminaire Notre-Dame de Lourdes. La chapelle a été inaugurée en 1957 décrivant dans leur maçonnerie des autels, des peintures murales de Antonio Maria Nardi (1897-1973), célèbre peintre

italien. Nardi honoré dans son art, les patrons Assomptionnistes dans le panneau de mor et le panneau inférieur, Notre-Dame de Lourdes, l'appelant Dipinti Murali Madonna, Gesù et Santi. Il est noté dans l'ouvrage cité, cubiste et aspects abstraits dans leurs formes au milieu des ressources de la peinture traditionnelle, la création d'un panel éclectique avec des figures géométriques, donnant forme à trois dimensions pour le panneau. En 2013, la fresque a été rétabli sur la base des principes de la Théorie de Cesare Brandi Restauration (1906-1988). Cet article vise à présenter et d'analyser ladite paroi, contribuant ainsi à l'histoire de l'art, l'art religieux et la restauration de l'histoire du Brésil. L'article soutient, en outre, l'importance accordée à Nardi comme muraliste sacré et moderne, sa signification symbolique et religieuse.

Mots-clés: Murale; Art sacré; Modernisme; Restauration; Histoire Culturelle.

Introdução

O desenvolvimento da História da Arte Mural no Brasil e sua aplicação na esfera sacra está vinculada a uma série de fatores, relacionados à imigração de artistas estrangeiros e a formação de artistas brasileiros em países com um consolidado histórico nas artes plásticas.³⁰⁶

Do grande contingente de imigrantes que aqui chegaram em fins do século XIX para o XX, existe uma enorme relação de artistas conhecidos e anônimos, que deram sua contribuição para a cultura e a arte brasileira, especificamente no campo musivo.

Dentre os artistas mencionados acima, destaca-se a trajetória do pintor italiano Antonio Nardi (1897-1973). Durante os quinze anos de permanência no Brasil, realizou centenas de obras-primas de toda espécie em templos católicos, incluindo pinturas murais, retábulos, quadros e vitrais. Vale ressaltar que a relação das obras produzidas pelo artista em nossas terras, impressiona pela dimensão e pela difusão pelas Igrejas de muitas cidades da região Centro-sul , chegando até a Capital da República.³⁰⁷

³⁰⁶ Sobre o assunto destacamos o texto de FILHO, Ilton José de Cerqueira. *Interconexão entre pintura, vida e religião: a obra mural sacra moderna de Emeric Marcier*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Ilton-Jos%C3%A9-de-Cerqueira-Filho.pdf>. Consultado em: 07/04/2015.

³⁰⁷ NARDI, Antonio Maria. Disponível em: http://www.brasilartesenciclopedias.com.br/nacional/nardi_antonio_maria.htm. Consultado em: 05/04/2015.

Nos anos de 1950, na cidade mineira de Eugenópolis (Zona da Mata), os padres da Congregação dos Agostinianos da Assunção, conhecidos como Assuncionistas, fundaram o Seminário Nossa Senhora de Lourdes para formação de religiosos (GUISARD, 2002, p. 197). Sob a direção do Pe. Timóteo Labialle (1905-1976), a Capela foi inaugurada em 1957, retratando em suas alvenarias dos altares as pinturas murais de Antonio Nardi.

Nardi homenageou em sua arte na referida Capela, os patronos assuncionistas no painel mor e no painel de fundo, Nossa Senhora de Lourdes, denominando-a *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* (Fig. 01 e 02). Nota-se na obra citada, aspectos cubistas e abstratos em suas formas em meio a recursos da pintura tradicional, criando assim um painel eclético com figuras geométricas, dando forma tridimensional ao painel (Fig. 04).

O painel foi restaurado no ano de 2013 por Liliana Medina da Silva, uma das autoras do texto. Todo trabalho realizado foi norteado em pesquisas históricas e técnicas fundamentadas na escola italiana, baseadas nos estudos e princípios da Teoria da Restauração de Cesare Brandi (1906-1988).

Roger Chartier salienta a importância de se perceber que

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. (CHARTIER, 2002, p. 17)

A abordagem culturalista proposta por Chartier entende a cultura como sendo socialmente construída através da escolha de determinados símbolos e representações para explicar a visão de mundo, os valores, a realidade de um determinado povo situado no espaço e no tempo. Tendo em vista essa definição, percebemos que a História Cultural permite a utilização de imagens como fontes históricas.

O presente artigo tem por objetivo, apresentar e analisar o referido mural, contribuindo assim para a História da Arte, Arte Sacra e para a História do Restauo no Brasil. O artigo pretende demonstrar, ainda, a importância conferida a Nardi como muralista sacro e moderno, seu significado simbólico e religioso. Apesar de extensa, sua obra continua em grande parte desconhecida em nosso país.

Sobre o artista

Antonio Maria Nardi nasceu em (Ostellato, Itália) em 15 de maio de 1897 e faleceu em (Bolonha, Itália) em 23 de maio de 1973. Foi pintor e ilustrador. Frequentou a Academia de Belas Artes de Bolonha em 1911 e diplomou-se em 1916. Entre o período de 1916-1919 é convocado para lutar na 1ª Guerra Mundial. Além da pintura, ilustra livros e revistas para crianças. Recebe os prêmios da Sociedade Francesco Francia em 1917, o Prêmio Curlandese em 1928 e o 5º prêmio Cremona em 1940. Em 1924/1925 dedica-se mais intensamente à pintura trabalhando com temas sacros. Começa a interessar-se pela pintura mural e particularmente pelo afresco, o qual começa a estudar entre 1930 e 1931.³⁰⁸

No início de 1949 se transfere para o Brasil, após uma importante exposição de suas obras no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro. Dedicava-se inicialmente, à pintura de cavalete, do tipo sacro e profano, para passar rapidamente às obras de grande empenho em numerosas igrejas com pinturas murais, retábulos, quadros e vitrais: quinze igrejas no Rio de Janeiro e outras em Niterói (RJ), Nova Friburgo (RJ), Cantagalo (RJ), Brasília (DF), Pirajuí (SP), Serra Negra (SP), Porto Ferreira (SP), Belo Horizonte (MG), Eugenópolis (MG), Porto Alegre (RS), entre outras.³⁰⁹

Após 15 anos de intensa atividade artística no âmbito religioso no Brasil, é condecorado pelo Papa Paulo VI com o título e medalha de Cavaleiro Comendador da Ordem de S. Silvestro Papa, a mais alta condecoração do Vaticano no campo das Artes.³¹⁰ Retorna à Itália em 1965 onde é eleito membro da “Academia Clementina” de Bolonha e além de realizar vitrais, dedica-se principalmente à pintura de naturezas-mortas e paisagens.³¹¹

Mosaico *Dipinti Murali Madonna, Gesù E Santi*

O Mosaico *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* é do ano de 1957, pintura óleo

³⁰⁸ Biografia. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22439/antonio-maria-nardi>. Consultado em: 05/04/2015.

³⁰⁹ Biografia. Disponível em: <http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>. Consultado em: 05/04/2015.

³¹⁰ Idem

³¹¹ Idem

sobre alvenaria, de autoria de Antonio Maria Nardi, registro nº 495³¹², localizado no altar mor da Capela do Seminário de Eugenópolis (MG).

A obra é composta por dois painéis: o painel da frente é denominado de *Gesú e Santi* e mede 7 metros de altura por 9 metros de largura. A figura de Jesus está situada no centro do painel. Do lado esquerdo estão São Miguel Arcanjo, São Paulo, Santo Agostinho e Santa Mônica; do lado direito estão São José, São Pedro, São João e Santa Terezinha.

O painel de fundo é denominado de *Madonna* e mede 3 metros de altura por 5 metros de largura. Nossa Senhora de Lourdes está no centro ao lado de dois seminaristas assuncionistas (Fig. 03).

Registro bem peculiar do artista pelos seus traços marcantes de cores vibrantes marcando o ocre, o vermelho, o azul, o verde e semitons. Desenhos em formas geométricas que identificam muito com o cubismo formando um mosaico, dialogando assim com o período modernista no Brasil³¹³, principalmente com a arte de Cândido Portinari (1903-1962).

Pinceladas espaçadas em algumas partes do desenho deixam bem evidentes a marca dos traçados propositalmente aparentes e a participação do pano de fundo concomitante com a camada da pintura principal. Nota-se a preferência de triângulos e retângulos retratando um efeito tridimensional do desenho. Muralista à maneira clássica, Nardi não utilizou sombras nas faces das figuras, dando um ar mais sagrado nas personagens ali representadas.

A referida obra apresenta curiosidades que merecem ser destacadas. O Pe. Marcel Guivarch estava no Seminário quando Nardi chegou com o Pe. Timóteo Labialle para fazer a pintura mural na Capela. Quando perguntado sobre a presença do artista no Seminário³¹⁴, ele nos diz que

³¹² Cronologia da arte sacra. Disponível em: <http://www.antonioarianardi.it/cronologia.htm>. Consultado em: 05/04/2015.

³¹³ O modernismo no Brasil tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna, realizada no ano de 1922, considerada um divisor de águas na cultura brasileira. O evento declara o rompimento com o tradicionalismo cultural associado às correntes literárias e artísticas.

³¹⁴ Entrevista realizada na Paróquia São Sebastião da Mata em Eugenópolis (MG), em novembro de 2013. Vale ressaltar que a entrevista observou as recomendações dos estudos feitos por

(...) A pintura foi realizada em princípios de janeiro de 1957, pois ainda não tinha começado o ano letivo. O artista chegou com o padre Timóteo direto do Rio de Janeiro e ficou no Seminário por mais ou menos uns cinco dias para realizar a pintura. Eu ajudei Nardi com as tintas... fui um “auxiliar” de pintor para o artista.

Pe. Marcel chama a atenção para o detalhe na pintura de São Miguel Arcanjo, que mostra nitidamente embaixo de seus pés a figura do dragão esmagada com o sinal da foice e do martelo em seu corpo, símbolo do comunismo (Fig. 07 e 08). Assim nos fala

Para o pintor o demônio era o comunismo, ele tinha um pavor do comunismo... A imagem de São Miguel amassando o dragão, a fera. O artista marcou no corpo da fera a foice e o martelo. A Igreja não concordava com o comunismo, mas ele pegou isto muito a sério, para ele o comunismo era a fera para ser derrubada. Então foi por isso que ele deixou este pequeno detalhe: foice e martelo. O sinal do comunismo...

Outro detalhe curioso está relacionado com a figura de Nossa Senhora de Lourdes no painel (Fig. 03). Segundo ele

O Pe. Timóteo era um devoto de Nossa Senhora de Lourdes, a família dele era daquela região da França e ele tinha uma devoção especial por ela. Então ele quis que pintasse Nossa Senhora de Lourdes lá também (...) Antonio Nardi chegou para mim e disse que estava sem jeito de pintar uma gruta no painel, pois Nossa Senhora de Lourdes aparecera numa gruta. Para atender o pedido do Pe. Timóteo, fizeram uma “mistura” ou seja, Nossa Senhora de Lourdes vestida de branco com o fundo de Nossa Senhora de Fátima e ao lado, dois seminaristas assuncionistas vestidos com o hábito francês de cor bege e cinto de couro.

Sobre os santos pintados no painel, ele nos fala que

O Pe. Timóteo não quis que Nardi colocasse os nomes nos santos. Os santos não têm os nomes escritos, e sim palavras significativas em latim que lembrava os santos. (...) Nardi me pediu que servisse de base para fazer o rosto de Santo Agostinho. E a Adélia Veronese que era a cozinheira do Seminário, serviu de base para fazer o rosto de Santa Mônica.

Interessante perceber que o artista ficou livre para fazer a sua arte. A idéia de pintar os santos no painel foi sugerida pelo Pe. Timóteo. Como a Igreja na época não estava ligada aos movimentos sociais ³¹⁵, Nardi não foi censurado por pintar a foice e o martelo no dragão esmagado por São Miguel Arcanjo. Assim pôde se manifestar, expressando em sua arte seu pensamento, seu modo de ver o mundo.

pesquisadores em História Oral. Ver: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

³¹⁵ A Igreja consolida sua posição de conscientização e engajamento político com a transformação da sociedade, depois do Concílio do Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968).

Análise da restauração da obra de Nardi à luz da teoria de Cesare Brandi

A metodologia para realizar o restauro pictórico no referido painel, fora de forma bem elaborada. Baseado na Teoria da Restauração de Cesare Brandi, utilizamos a técnica do restauro dentro da linha de pensamento deste autor. Nossa missão era recuperar toda parte danificada e trazer a autenticidade da obra que foi perdida por causa de intervenções mal sucedidas.

O trabalho foi fundamentado de acordo com a problemática encontrada diante do objeto de estudo. Destacamos sobretudo as lacunas pela ação do tempo e as interferências humanas diante à pintura original, ocultando os traços e as cores originais representadas pelo artista.

Dentro da Teoria do Restauro foi feita a mínima intervenção possível, respeitando as partes originais. Foi realizado a prospecção estratigráfica para encontrar as cores originais e os traços do artista, sendo removida as partes que não eram da obra e nas lacunas, o preenchimento com tonalidades de pigmentos relacionados às pinturas originais (Fig. 05 e 06). O procedimento de reintegração das lacunas foi respeitado dando uma continuidade sem a intenção de uma imitação. Como nos mostra Brandi

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2004, p. 33)

O método utilizado para a reintegração das lacunas foi o *tratteggio* e os pigmentos meia tonalidade acima, conforme as regras de restauro são aplicadas, justamente por não se tratar de uma falsificação e adulteração da obra e sim de restauro estético. Assim, não se cria nada além do que já se tinha. Para Brandi, *“a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir.”* (BRANDI, 2004, p. 47)

O restauro por si só nada significa se não for fundamentado dentro de normas que assegurem a autenticidade da obra. Fora deste pensamento toda intervenção será inútil e realizada de forma criminosa, criando assim um novo estágio ou uma nova obra, a qual não pertence mais o artista.

Considerações finais

A partir das reflexões da História Cultural de trabalhar as imagens enquanto fonte, utilizando a obra de arte como documento para o historiador, vimos que a abordagem culturalista nos permite fazer uma reflexão da representação da nossa cultura, do nosso pensamento ou mesmo do contexto de uma época.

A linha de pensamento de Cesare Brandi baseia-se na mínima intervenção do objeto respeitando sua linha de tempo, sua trajetória e ação temporal. Importa salientar que neste pensamento é preciso deixar as marcas do tempo, para que se revele a identidade do mesmo. As lacunas só poderão ser reintegradas com a finalidade de compor por um todo na estética sem prejudicar a origem da obra.

Durante o período da restauração pictórica em Eugenópolis (MG), tivemos contato com o filho de Antonio Nardi, Andrea Fausto Nardi que é o curador oficial das obras do pai³¹⁶ e também com o neto Adriano Nardi, artista plástico, ambos residentes na Itália. Como nosso trabalho de restauro foi um registro de uma obra edificada e resguardada dentro das normas e padrões de conservação e restauro, foi enviada pelos mesmos, uma carta de recomendação e capacidade técnica para a restauradora Liliana Medina da Silva, que trouxe a composição do painel restaurado (Anexo I).

Desta forma, a obra *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* que estava praticamente perdida por intervenções mal sucedidas, voltou a fazer parte do catálogo de obras sacras de Antonio Maria Nardi. A restauração trouxe de volta a autenticidade da obra do artista italiano que passou por essa cidade deixando seu legado.

Bibliografia

AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (org.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2004.

³¹⁶ ANTONIO MARIA NARDI. Disponível em: <http://www.antoniomarianardi.it/index.html>. Consultado em: 06/04/2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002.

FILHO, Ilton José de Cerqueira. **Interconexão entre pintura, vida e religião: a obra mural sacra moderna de Emeric Marcier**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível [Online] <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Ilton-Jos%C3%A9-de-Cerqueira-Filho.pdf>. Abril, 2015.

GUISSARD, Lucien. **Os Assuncionistas de ontem até hoje**. Rio de Janeiro: Gávea, 2002.

SILVA, Liliana Medina da. **Relatório de Conservação e Restauo da Capela do Seminário de Eugenópolis (MG)**. Empresa Castor Conservação e Restauo, Itaperuna (RJ), 2013.

Entrevista

GUIVARCH, Pe. Marcel. Entrevista realizada em novembro de 2013.

Sites Pesquisados

http://www.brasilartesenciclopedias.com.br/nacional/nardi_antonio_maria.htm

<http://mosaicodobrasil.tripod.com/id35.html>

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22439/antonio-maria-nardi>

<http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>

<http://www.antoniomarianardi.it/index.html>

(Anexo I)

CARTA DE RECOMENDAÇÃO E CAPACIDADE TÉCNICA

Certifico que Liliana Medina da Silva, especialista em conservação e restauro arquitetônico, Portadora do CPF 02709854767 e RG 09116199-2 DETRAN, Residente à Rua João Dias da Silva, 27, Cidade de Itaperuna RJ Brasil. Restaurou dentro dos padrões de normas técnicas de restauro fundamentado na linha de pensamento da Teoria de restauro de Cesare Brandi, realizando prospecção estratigráfica e preenchimento de lacunas com técnica do *tratteggio* e pigmentos; No tratamento de fissuras a base de primal, na pintura mural de Antonio Maria Nardi: Título *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi*. Cappella Seminario Eugenio, Minas Gerais, Brasile. Registro Nº 495 do ano de 1957 localizada no seminário de Eugenio, Minas Gerais, MG Brasil. Trabalho de restauro realizado no período de setembro de 2012 a abril de 2013.

Recomendo essa técnica utilizada pela restauradora e seus serviços que demonstram excelente capacidade técnica para elaboração deste tipo de restauro, trazendo a composição do painel restaurado o qual mim foi conferido através de documentos registrados pela responsável do restauro. Assino esse documento firmando a autenticidade deste trabalho.

Adriano Nardi (NETO DE ANTONIO MARIA NARDI)
Adriano Nardi
Artista Plástico
Via Col della Porretta 14
00141 Roma-Italia
(telefone) +39 06 82 00 2402
+ 39 3 3327 20708

Andrea Fausto Nardi (FILHO DE ANTONIO MARIA NARDI)
Andrea Fausto Nardi
Curador das Obras de Antonio Maria Nardi
Via Padre Marcella 7
40065 Pianoro (Bologna)
Italia
(Telefone) +39 051 776141

Liliana Medina da Silva
Liliana Medina da Silva
Especialista em conservação e restauro arquitetônico
Rua João Dias da Silva, 27
Itaperuna RJ
Cep. 28300.000 Brasil
(22)38242976

Roma, 23/1/2014

(Anexo II)



Fig. 01 Detalhe do painel antes da restauração. Foto: Liliana Medina



Fig. 02 Detalhe do painel depois da restauração. Foto: Liliana Medina



Fig. 03 Detalhe do painel *Madonna* totalmente restaurado, mostrando os traços originais e volume da técnica do artista.

Foto: Liliana Medina

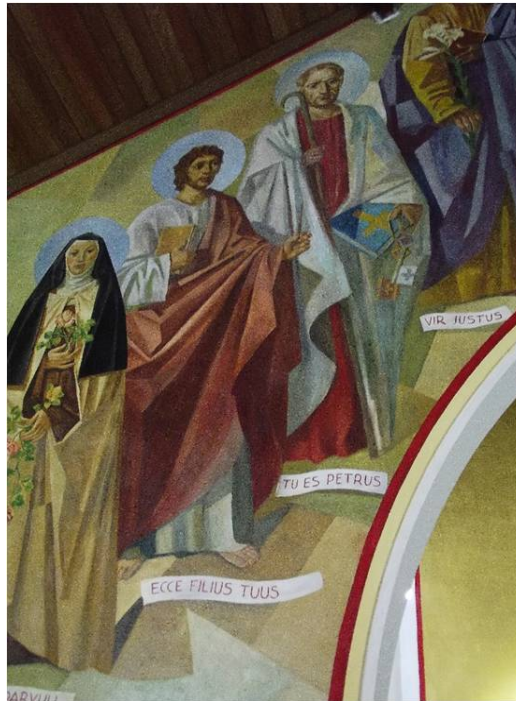


Fig. 04 Parte parcial do painel do lado direito restaurado, mostrando o efeito tridimensional utilizado pelo artista.

Foto: Liliana Medina



Fig. 05 Detalhe do manto de Jesus no centro do painel antes da restauração.

Foto: Liliana Medina

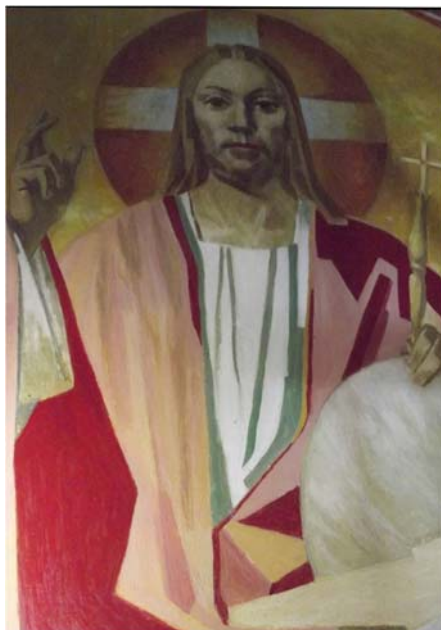


Fig. 06 Detalhe final da restauração da pintura do manto de Jesus no centro do painel, evidenciando os traços e a tonalidade original do artista que estava completamente alterada pela intervenção anterior.

Foto: Liliana Medina

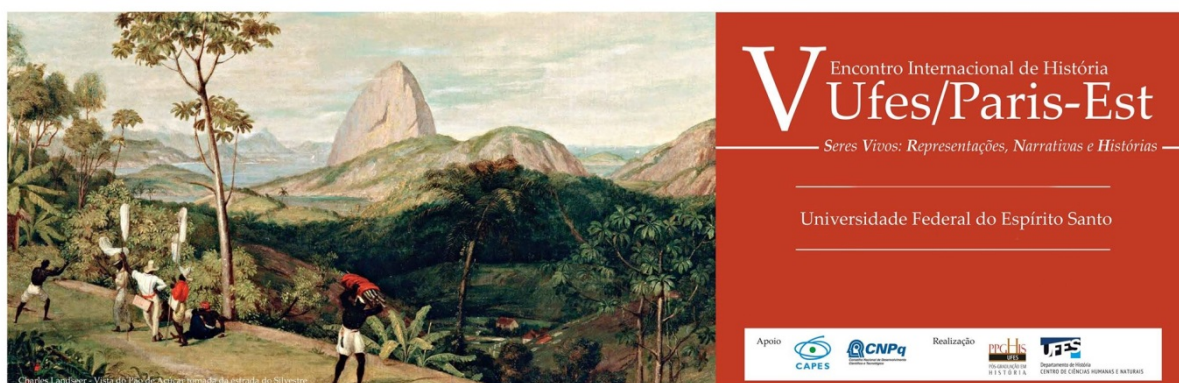


Fig. 07 Detalhe de São Miguel Arcanjo, segunda pintura do lado esquerdo da figura central. Foto: Liliana Medina



Fig. 08 Detalhe da foice e do martelo desenhado no dragão.

Foto: Liliana Medina



KITSUNE: A MITOLOGIA DAS RAPOSAS JAPONESAS NOS ESCRITOS DE LAFCADIO HEARN

Edelson Geraldo Gonçalves
Mestre em História –UFES

RESUMO: Esse trabalho busca analisar o estudo de Lafcadio Hearn sobre a mitologia das raposas (*kitsune*) e os seus impactos na sociedade japonesa da Era Meiji, principalmente na prefeitura de Shimane, dando especial atenção aos aspectos de culto e formas de discriminação social geradas por essa mitologia, para ao final tecermos considerações sobre as conclusões do autor acerca desse assunto.

Palavras-chave: Lafcadio Hearn; Kitsune; Raposas.

ABSTRACT: This work aims to analyzes the Lafcadio Hearn study about the mythology of foxes (*kitsune*) and its impact on Japanese society of the Meiji Era, especially in the prefecture of Shimane, paying particular attention to aspects of worship and forms of social discrimination generated by this mythology, to the end we may weave considerations about the author's conclusions on this subject.

Keywords: Lafcadio Hearn; Kitsune; Foxes.

Introdução

O tema do presente texto é o estudo de Lafcadio Hearn sobre a mitologia das raposas japonesas (*kitsune*) e seus impactos na sociedade da Era Meiji, sobretudo na prefeitura de Shimane, a antiga província de Izumo (designação antiga que Hearn prefere utilizar quando se refere a essa região em seus textos). Dentro dessa

temática daremos atenção principalmente aos aspectos de culto e formas de discriminação social geradas pelos mitos envolvendo raposas, e ao final desse estudo faremos considerações sobre as conclusões de Hearn ao final de seu estudo.

Lafcadio Hearn (1850-1904) foi um escritor Greco-irlandês que viveu no Japão entre 1890 e 1904, após ter também vivido nos EUA entre 1869 e 1890, tendo também passado o período de 1887 a 1889 nas Índias Ocidentais Francesas. Todos esses locais inspiraram Hearn a uma extensa produção literária, como ficcionista, repórter e ensaísta.

Em 1890 Hearn partiu para o Japão, que passava então por um rápido processo de modernização, e lá direcionou os seus estudos e escritos para o objetivo de compreender o “coração” do povo japonês (HEARN, 1910, p. ii). Para isso Hearn concentrou-se não apenas em estudar as obras dos maiores especialistas sobre o assunto naquele momento, como também em entrar em contato direto com o povo japonês, privilegiando não os intelectuais e ocidentalizados; mas o povo comum (HEARN, 1894, p. vii); na cidade e no campo.

Quando Hearn chegou ao Japão, o país havia ganhado no ano anterior a sua primeira constituição, e os efeitos gerais do impacto trazido pela modernização levada à frente pelo governo Meiji ainda podiam ser notados no cenário geral, que como um todo ainda parecia ser uma mistura do antigo com o moderno.

Em seus estudos iniciais sobre a cultura do país – baseados primeiramente na cidade de Matsue, na prefeitura de Shimane e depois na cidade de Kumamoto, capital da prefeitura de mesmo nome – Hearn deu forte ênfase à religiosidade popular, e em suas observações chegou à conclusão que o *Shinto* (ou Xintoísmo), a religião nativa do país, tinha uma fortíssima presença na vida das pessoas comuns, e mesmo nos templos do Budismo (religião que costumava receber especial atenção daqueles que até então se debruçavam sobre a cultura japonesa) (ROSENSTONE, 1988, p. 157-158) havia forte presença da religião *Shinto*, como Hearn (1906, p. 13) relata sobre suas observações em Matsue na seguinte passagem:

Eu estou mais e mais impressionado com a ascendência do Shinto aqui. Todos são Xintoístas; e cada casa parece ter tanto um *kamidama* [altar shinto] quanto seu *butsudan* [altar budista]. Uma rua é quase inteiramente composta de templos budistas – a Teramachi; mas todos os fiéis também observam os trabalhos do Shinto em certos dias. Os amuletos suspensos

sobre as portas, etc., são Shinto. Os deuses (1) Ebisu e (2) Daikoku, aqui identificados respectivamente com (1) Koto-shiro-nushi-no-Kami e (2) Oho-kuni-nushi-no-Kami, são monopolizados pelo Shinto. Esses signos e mistérios estão em toda parte: a atmosfera é cheia de magia.

A partir de constatações desse tipo Hearn dedicou especial atenção ao estudo do *Shinto*, direcionando suas leituras para esse assunto e a atenção em suas viagens, nas quais visitou diversos santuários e conversou com várias pessoas sobre o assunto.

Os estudos de Hearn sobre esse tema e outros deram origem depois de cinco anos ao livro *Glimpses of Unfamiliar Japan*, publicado em dois volumes e contendo um total de vinte e sete textos, de vários estilos como a narrativa de mitos populares, relatos de viagem (abordando entre outros, santuários, peregrinações e outros lugares sagrados) e análises culturais.

Kitsune

Entre os textos desse livro há um ensaio intitulado *Kitsune* (décimo quinto e último texto do primeiro volume) que aborda um aspecto particular e amplamente popular da religião *Shinto*, o culto e os mitos em torno das raposas japonesas. Aspecto que Hearn (1894, p. viii) considerava particularmente “sinistro”.

Os mitos sobre as raposas como entidades mágicas desenvolveram-se no Japão através de mitos de matriz chinesa, sendo os mais antigos – no Japão – encontrados em um texto do final do século VIII, e inspirando ao longo dos séculos tanto a literatura e o teatro (em suas vertentes aristocráticas e populares) quanto o folclore do arquipélago (GOFF, 1997; PICKEN, 2011, p. 160). Mas apesar desses mitos alcançarem todo o Japão esses eram especialmente notáveis e influentes na região da atual prefeitura de Shimane, a antiga província de Izumo (BATHGATE, 2004, p. 122), um notável sítio da religião *Shinto*.

Textos sobre esse assunto não eram inéditos nos escritos dos japonologistas de língua inglesa, tendo alguns mitos aparecido no livro *Tales of Old Japan* de Algernon Freeman Mitford (1837-1916), publicado em 1871 e também no livro *Things Japanese* de Basil Hall Chamberlain (1850-1935) publicado em 1890; textos de destaque no período, mas que, no entanto, não deram ao assunto um tratamento tão profundo quanto o fez Hearn em seu ensaio.

Em sua abordagem do assunto Hearn comenta inicialmente o que primeiramente lhe chamou a atenção e o direcionou para essa pesquisa particular; a ampla presença de estátuas de raposas por todos os lugares que ia; como o autor atesta nesse relato:

Depois de viajar muito pelo Japão, você irá encontrar onde quer que tente se lembrar, em qualquer província que visitar; lá estará; em qualquer canto ou esquina; a recordação de um par de raposas de pedra de cor verde-e-cinza, com os focinhos quebrados [geralmente por crianças]. Em minhas próprias memórias de viagens pelo Japão esses perfis se tornaram *de rigueur* um detalhe pitoresco.

Nas vizinhanças da capital e na própria Tóquio, – às vezes em cemitérios, – belas figuras de raposas idealizadas podem ser vistas, elegantes como galgos ingleses (HEARN, 1894, p. 310-311, 312).

Após isso Hearn faz a constatação da relação básica das raposas com o *Shinto*, a ligação com o deus-raposa Inari, divindade ligada principalmente ao arroz, mas cuja iconografia e mitologia associada às raposas não seria um produto dos primeiros tempos do Shinto, como Hearn atesta pela ausência de ícones ligados a essa simbologia no Santuário de Kizuki (que fica nas proximidades de Matsue), alegadamente o mais antigo do Japão e cujo interior Hearn foi o primeiro estrangeiro com permissão para visitar (HEARN, 1894, p. 183, 313). No entanto Hearn (1894, p. 313) faz a seguinte constatação de como Inari era abordado no domínio popular:

Inari não é adorado apenas como um deus do arroz; de fato, existem muitos Inari, assim como na Grécia antiga havia várias divindades chamadas Hermes, Zeus, Atena, Poseidon, – umas no conhecimento dos instruídos, mas essencialmente diferentes na imaginação do povo comum. Inari foi multiplicado em razão de seus diferentes atributos. Por exemplo, Matsue tem um Kamiya-San-no-Inari-San que é o deus da tosse e dos fortes resfriados, – aflições extremamente comuns e notavelmente severas na região de Izumo. Ele tem um templo [...] onde é adorado sob a vulgar alcunha de Kaze-no-Kami [divindade do vento] e pelo cortês [nome] de Kamiya-San-no-Inari [Inari-do-Vale-Divino]. E aqueles que são curados da tosse e dos resfriados após terem rezado para ele, trazem a seu templo oferendas de tofu.

Acrescentando ainda:

Inari é frequentemente adorado como um curandeiro; e mais frequentemente ainda como uma divindade com o poder de dar riqueza. (Possivelmente porque toda a riqueza do Velho Japão era recolhida em koku de arroz). [...] E por ser a divindade que concede riqueza, Inari também se tornou em algumas localidades a divindade especial da classe das joro [prostitutas]. Há por exemplo, um templo de Inari que vale a pena visitar nas vizinhanças de Yoshiwara em Yokohama³¹⁷ (*sic*) (HEARN, 1894,

³¹⁷ Aqui Hearn comete um pequeno equívoco; pois o distrito do prazer de Yoshiwara ficava em Tóquio.

p. 314).

Após isso Hearn (1894, p. 316) faz a seguinte observação:

Imagens de raposa em Izumo parecem ser mais numerosas que em outras províncias, e lá elas são símbolos, de que a massa camponesa, até agora, está preocupada com algo a mais além da adoração da Divindade do Arroz. De fato, a velha percepção de que a Divindade dos Campos de Arroz foi ofuscada e quase apagada entre as classes baixas por um estranho culto, totalmente alheio ao espírito do puro Shinto, – o Culto da raposa. A adoração ao vassalo quase substituiu a adoração ao deus. Originalmente a raposa era sagrada para Inari, apenas como a tartaruga é ainda sagrada para Kompira; o veado para a Grande Divindade de Kasuga; o rato para Daikoku; o Peixe Tai [esparídeo vermelho] para Ebisu; a serpente branca para Benten ou a centopeia para Bishamon, Deus das Batalhas. Mas ao longo dos séculos a Raposa usurpou a divindade, e as imagens de pedra para ela não são as únicas evidências visíveis de seu culto.

Mais a frente em se texto Hearn (1894, p. 317-319) discorre sobre as crenças populares acerca dos poderes mágicos das raposas, nos deixando o seguinte comentário:

As crenças variam [...] em diferentes distritos. Fui capaz apenas; após uma residência de quatorze meses em Izumo, onde a superstição é especialmente forte, e marcada por certas características únicas; de fazer o seguinte vago resumo delas:

Todas as raposas têm poderes sobrenaturais. Existem raposas boas e más. A raposa-Inari é boa e as más raposas tem medo da raposa-Inari. A pior raposa é a Ninko ou Hito-kitsune (Raposa-homem): essa é especialmente a raposa da possessão demoníaca. Não é maior que uma doninha, e é similar no formato, exceto pela cauda, que é como a cauda de qualquer outra raposa. Raramente é vista, mantendo-se invisível exceto para aqueles que são ligados a ela. Ela gosta de viver nas casas dos homens, e de ser sustentada por eles, e para os lares onde ela é bem tratada, traz prosperidade. Ela cuidará para que os campos de arroz nunca fiquem sem água, e nem as panelas sem arroz. Mas se ofendida, ela irá trazer o infortúnio a casa, e ruína às colheitas. A raposa selvagem (Nogitsune) também é má. Ela às vezes possui pessoas, mas é especialmente uma feiticeira e prefere iludir por meio de encantamentos. Ela tem o poder de assumir qualquer forma e de ficar invisível; mas o cão sempre pode vê-la, por isso ela é extremamente temerosa dos cachorros. No entanto, quando assume outra forma, se sua sombra passar pela água, a água irá refletir apenas a sombra de uma raposa. Os camponeses as matam³¹⁸; mas quem mata uma raposa incorre no risco de ser assombrado por seu espírito, ou mesmo pelo *ki*, o fantasma da raposa. Ainda, se alguém comer a carne de uma raposa [selvagem] ela não poderá encantá-lo depois. A Nogitsune também entra para casas. A maioria das famílias que tem raposas em suas casas tem apenas as de tipo pequeno, ou Ninko; mas ocasionalmente ambos os tipos vivem juntas sob o mesmo teto. Algumas pessoas dizem que se a Nogitsune vive cem anos ela se tornará toda branca, e então se tornará uma raposa-Inari.

³¹⁸ O próprio Hearn (1910, p. 295), enquanto trabalhava como professor na cidade de Kumamoto testemunhou quando seus alunos encontraram e mataram uma raposa durante um festival escolar em 1894. Contudo recolheram aos seus cuidados os cinco filhotes ainda cegos da raposa.

Há curiosas contradições envolvendo essas crenças [...]. Definir a superstição das raposas como um todo é difícil, não apenas por conta da confusão de ideias sobre o assunto entre os próprios adeptos [da crença], mas também em conta da variedade de elementos dos quais essa foi formada. Sua origem é chinesa; mas no Japão essa se tornou estranhamente misturada com o culto de uma divindade Shinto, e novamente modificada e expandida pelos conceitos budistas de taumaturgia e magia. Até agora, da maneira que o povo comum se inquieta, talvez seja seguro dizer que eles prestam devoção às raposas principalmente porque eles as temem. O camponês irá reverenciar aquilo que teme.

No extrato Hearn se refere à possessão demoníaca por raposas e algumas vezes a raposas vivendo em casas de pessoas, ou a Raposa-homem quando invisível poder ser vista por aqueles ligados a ela. Isso faz referência a outros aspectos da mitologia das raposas abordados no texto; a possessão e o pacto com raposas; características do mito particularmente fortes em Shimane, e relevantes não apenas no campo religioso e folclórico, mas especialmente no social.

Primeiramente sobre a “possessão demoníaca” por raposas Hearn (1894, p. 324-325) escreve:

Estranha é a loucura daqueles nos quais as raposas-demônio entram. Às vezes eles correm nus gritando pelas ruas. Às vezes caem espumando pela boca e ganem como as raposas ganem. E em algumas partes do corpo do possesso um inchaço móvel aparece sob a pele, parecendo ter vida própria. Espete-o com uma agulha e ele irá instantaneamente deslizar para outra parte. A força de nenhuma mão pode comprimi-lo sem que ele deslize sob os dedos. Também dizem que os possessos são capazes de falar e escrever em línguas nas quais eles eram totalmente ignorantes antes da possessão. Eles comem apenas aquilo que se acredita que as raposas gostam, – tofu, aburagé, azukimeshi, etc., – e eles comem muito, alegando que não eles, mas as raposas possessoras estão famintas.

A seguir o autor fala sobre as formas utilizadas para se livrar de raposas possessoras: primeiro métodos populares, pois segundo o autor; “Não é raro ocorrer de as vítimas de possessão por raposa serem cruelmente tratadas por seus parentes, – sendo seriamente queimados e espancados na esperança de que com isso a raposa seja afugentada. ” (HEARN, 1894, p. 325), relatando a seguir o método formal de exorcismo, feito por um sacerdote budista, no qual:

O exorcista discute com a raposa, que fala através da boca do possesso. Quando a raposa é reduzida ao silêncio pelo sermão do religioso, sobre a malignidade de se possuir pessoas, ela usualmente concorda em ir embora sob a condição de que lhe seja feita uma oferenda de uma grande quantidade de tofu ou outra comida; e que a oferta prometida seja levada imediatamente ao templo de Inari do qual a raposa declara ser uma serva. [...]

Tão logo o possesso é libertado do possessor, ele tomba sem sentidos, e permanece prostrado por um longo tempo. E é dito também, que aquele que uma vez foi possuído por uma raposa, nunca mais será capaz de comer tofu, aburagé, azukimeshi, ou qualquer outra coisa de que as raposas gostem (HEARN, 1894, p. 325).

Tais fenômenos de possessão, no entanto não eram necessariamente problemas privados, podendo também causar desordens na comunidade, em ocasiões, por exemplo, em que um possesso revela em público o conteúdo de conversas privadas (segredos, fofocas, etc.) que teriam sido ouvidas pela raposa que o controla, causando assim discórdia entre os vizinhos (HEARN, 1894, p. 327).

Contudo os maiores impactos sociais vinham de outro hábito que as raposas teriam; o de firmar pactos com determinadas famílias.

Como já foi informado antes se acreditava ser vantajoso ligar-se a uma raposa, sustentando-a para que em gratidão ela trouxesse prosperidade ao lar; mesmo sob o risco do infortúnio que também viria se a raposa não estivesse satisfeita. E o pacto com raposas tornava-se um estigma para a família, pois:

Assim como um servo japonês, ela [a raposa] pertencia ao lar. Mas se uma filha desse lar se casasse, a raposa não apenas iria para a nova família, seguindo a noiva, mas também *colonizaria* com seu grupo todas as famílias relacionadas ao casamento ou relacionadas a família do noivo. Agora supõe-se que cada raposa tenha uma família de setenta e cinco – nem mais nem menos que setenta e cinco – e todas elas precisam ser alimentadas (HEARN, 1894, p. 326).

Um dos principais incômodos das famílias as quais eram atribuídos os pactos com raposas – geralmente descendentes da velha aristocracia samurai ou novos-ricos³¹⁹ – era a acusação de roubo, assim:

[...] todos os valiosos presentes que as raposas trariam a seus mestres seriam coisas roubadas de alguém. Por isso é extremamente imoral manter raposas. Isso é também perigoso para a paz pública, pois a raposa, sendo um duende, e isenta de sensibilidades humanas, não tomaria certas precauções. Ela poderia roubar a carteira do vizinho do lado durante a noite e coloca-la na soleira de seu mestre, e se ocorresse de vizinho lá vê-la primeiro, com certeza terminaria em confusão (HEARN, 1894, p. 327).

³¹⁹ Segundo Hearn (1894, p. 320-321), na Izumo de antes da Era Meiji, acreditava-se que todos os samurais pactuavam com raposas, e que os senhores de Matsue (a família Matsudaira) utilizaria raposas como mensageiras para enviar cartas ao *Shogun* em Edo (atual Tóquio). A crença dos pactos com raposas também era forte quando envolvia o estamento social dos *chonin* (os mercadores da Era Tokugawa) o financeiramente mais próspero dos grupos sociais (HEARN, 1894, p. 320). Quanto aos novos-ricos (*narikin*) podemos deduzir que eram alvos de tais suspeitas pelo mesmo motivo que os antigos *chonin*.

Outro tipo de roubo que os pactuantes com raposas eram acusados de cometer era o de água – recurso essencial para o cultivo do arroz –, pois quando uma plantação estava bem abastecida – e seu dono era tido como um pactuante –, enquanto outras das redondezas não estavam, havia acusações – e brigas em função dessas –, de que as raposas estariam roubando água magicamente (HEARN, 1894, p. 330).

Por outro lado, as famílias pactuantes também eram temidas, uma vez que se acreditava que as raposas de tais famílias poderiam agir em retaliação (por exemplo, por possessões) de seus desafetos; havendo inclusive um relato citado por Hearn (1894, p. 329), segundo o qual: “Na cidade de Yonago [...] há um certo próspero chonin o qual é quase a lei [local], e suas opiniões nunca enfrentam oposição. Ele é praticamente o mandatário do local e de maneira clara vem se tornando um homem muito rico. Tudo porque é dito que ele possui raposas”.

Em função do temor por essas famílias pactuantes, e o receio de se envolver com elas, seus membros acabavam sendo vítimas de discriminação, somando-se essas (sobretudo em Shimane) a outras formas correntes de *apartheid* social já presentes no Japão Meiji ³²⁰ (BATHGATE, 2004, p. 122-123). Uma das principais consequências de tal discriminação era a proibição de casamentos com membros das ditas famílias pactuantes, como Hearn (1894, p. 328-329) relata:

O casamento com um membro de uma família pactuante com raposas está fora de questão; e muitas garotas belas e talentosas de Izumo não podem assegurar um marido em função da crença popular de que suas famílias refugiam raposas. Via de regra as garotas de Izumo não gostam de se casar fora de sua própria província, mas as filhas de uma kitsune-mochi [família que pactua com raposas] devem também se casar com um membro de outra família kitsune-mochi, ou encontrar um marido longe da Província dos Deuses. Ricas famílias pactuantes não tem dificuldades em casar suas filhas sob os meios acima indicados; mas muitas pobres e doces garotas kitsune-mochi são condenadas pela superstição a permanecerem inespousadas. Isso não é porque não exista quem as ame ou deseje se casar com elas – [como] jovens homens que tenham passado pelas escolas públicas e que não acreditam em raposas. Isso é porque a superstição popular não pode ser seguramente desprezada nos distritos do interior exceto pelos ricos. As consequências desse desprezo teriam que ser suportadas não apenas pelo marido, mas por toda a família, e por todas as famílias relacionadas a essa.

Segundo Hearn entre o povo comum a modernidade ainda não havia então

³²⁰ Como em relação aos *burakumin* (descendentes dos *eta* e *hinin*, os párias da velha sociedade Tokugawa), e aos novos-ricos, discriminados mesmo quando não eram relacionados a raposas, uma vez que a riqueza não herdada era vista com suspeita, normalmente sob a acusação de ter sido ganha “lesando ou explorando os outros” (Benedict, 2006, p. 84).

eliminado a crença nas raposas, tendo inclusive as histórias sobre raposas recebido incrementos peculiares com a industrialização – como uma história de raposas criando ilusões de trens fantasmas na estrada de ferro de Tokaido (Hearn, 1894, p. 323) – por outro lado a propagação educacional moderna já vinha eliminando tais crenças entre os instruídos, como por exemplo um certo senhor Wakuri, um próspero fazendeiro e um dos mais ricos homens de Shimane, o qual era acusado pelo povo de ser um pactuante, mas ele “podia se permitir rir de todas essas fábulas. Ele era um homem refinado, altamente respeitado nos círculos cultos nos quais a superstição nunca entra” (HEARN, 1894, p. 331).

Contudo, embora mesmo que a àquela altura a modernidade ainda não tivesse eliminado tais crenças do meio popular, Hearn (1894, p. 341-342) não acreditava que elas resistiriam por muito tempo, como relata em seu parágrafo de encerramento do texto:

Ano a ano mais santuários de Inari desmoronam, para nunca serem reconstruídos. Ano a ano os estatuários fazem menos imagens de raposas. Ano a ano [menos pessoas] caem vítimas de possessão por raposas [e] são levadas aos hospitais para serem tratadas de acordo com os melhores métodos científicos por médicos japoneses que falam alemão³²¹. A causa disso não é encontrada na decadência das velhas fés: a superstição sobrevive à religião. Muito menos pode ser procurada nos esforços dos proselitizantes missionários do ocidente, – muitos dos quais professam uma sincera crença em demônios. Isso é puramente educacional. A onipresente inimiga da superstição é a escola pública, na qual o ensino da ciência moderna é removedora do sectarismo ou preconceito; onde os filhos dos mais pobres podem aprender a sabedoria do ocidente, onde não há um garoto ou garota de quatorze anos ignorante dos grandes nomes de Tyndall, de Darwin, de Huxley, de Herbert Spencer. As pequenas mãos que quebram o focinho do deus-raposa em levadas brincadeiras também podem escrever ensaios sobre a evolução das plantas e sobre a geologia de Izumo. Não há lugar para raposas fantasmagóricas no belo mundo natural revelado pelos novos estudos da nova geração. A mais poderosa exorcista e reformadora é a kodomo [criança].

No encerramento de seu ensaio Hearn dá a impressão de lamentar a progressiva queda das velhas superstições (a despeito de todos os problemas que essas causavam) em função da educação moderna, que no entanto o autor também não repudia, saudando seus “grandes nomes” e o “belo mundo natural” que essa desvenda. Essa posição dúbia é perfeitamente condizente com o posicionamento

³²¹ Os modernos estudos para tratar essa forma de possessão foram iniciados pelo médico alemão Dr. Erwin Balz (1849-1913), que foi médico da família imperial japonesa no período Meiji e conduzia pesquisas pioneiras sobre essa forma de “desordem nervosa ou ilusão” na Universidade Imperial de Tóquio (CHAMBERLAIN, 1902, p. 114).

geral de Hearn sobre a modernidade. Hearn era declaradamente um romântico (HEARN, 1910, p. 135), e saudosista do mundo pré-industrial, no qual ele não viveu, no entanto isso não fazia dele um reacionário em relação à modernização, ele valorizava o mundo moderno (lamentando inclusive o número escasso de estudantes que se dedicam às ciências aplicadas) (HEARN, 1910, p. 311), embora também lembrasse constantemente a qualquer um que entrasse em contato com ele, que este mundo também possui seus próprios terrores (HEARN, 1906, p. 62), não menos ameaçadores que os espíritos malignos das velhas superstições, principalmente porque os terrores do mundo moderno são indiscutivelmente reais. No entanto lamentava o mundo desencantado que parecia progressivamente ir se descortinando para o futuro, como podemos ver na seguinte passagem que o autor escreveu em uma de suas cartas de 1893:

Agora eu acredito em espíritos. Porque eu os vejo? De modo algum. Eu acredito em espíritos porque não creio em almas. Eu acredito em espíritos porque não há espíritos no mundo moderno. E a diferença entre um mundo cheio de espíritos e um outro tipo de mundo nos mostra o que os espíritos significam – e os deuses.

A horrível melancolia daquele livro de Pearson [*National Life and Character*] pode se resumir dessa forma, penso eu, – “O desejo se foi para sempre dessa vida.” Isso é horrivelmente verdadeiro. O que fazia a vida desejosa? Espíritos. Alguns eram chamados de deuses, outros de demônios, outros de anjos; – eles mudaram o mundo para o homem, eles o deram coragem e propósito e a reverência pela natureza, que lentamente se transformou em amor; – eles encheram todas as coisas do sentido e movimento da vida invisível, – eles criaram ambos, terror e beleza.

Não há espíritos, não há anjos e demônios e deuses: estão todos mortos. O mundo da eletricidade, vapor e matemática é oco, frio e vazio. Nenhum homem pode sequer escrever sobre ele. Quem poderia achar nele um grão de romance? (HEARN, 1910, p. 214-215)

E em meio a esse texto Hearn (1910, p. 215) acrescenta uma frase, que em conjunto com o restante do argumento nos mostra porque ele lamentava o fim de uma crença que ele considerava sinistra: “Os espíritos se foram, e os resultados de sua partida provam o quão reais eles eram. ”

Bibliografia

BATHGATE, Michael. **The Fox's Craft in Japanese Religion and Folklore: Shapeshifters, Transformations and Duplicities**. Nova York: Routledge, 2004.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CHAMBERLAIN, Basil Hall. **Things Japanese**. Londres: Kelly & Walsh, 1902.

GOFF, Janet. Foxes in Japanese Culture: Beautiful or Beastly ?. **Japan Quarterly, Tóquio**, VOL 44, Nº 2, 1997, p. 66-71.

HEARN, Lafcadio. **Glimpses of Unfamiliar Japan**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1894. v.1.

HEARN, Lafcadio. To Basil Hall Chamberlain: Matsue, October, 1890. In: BISLAND, Elizabeth. **Life and Letters of Lafcadio Hearn** . Boston: Houghton Mifflin and Company, 1906. v.2.

HEARN, Lafcadio. To Ellwood Hendrick: Kumamoto, November, 1891. In: BISLAND, Elizabeth. **Life and Letters of Lafcadio Hearn**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1906. v.2.

HEARN, Lafcadio. July 14, 1893. In: BISLAND, Elizabeth. **The Japanese Letters of Lafcadio Hearn**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1910.

HEARN, Lafcadio. Carta de Março ou Abril de 1894 para Basil Hall Chamberlain. In: BISLAND, Elizabeth. **The Japanese Letters of Lafcadio Hearn**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1910.

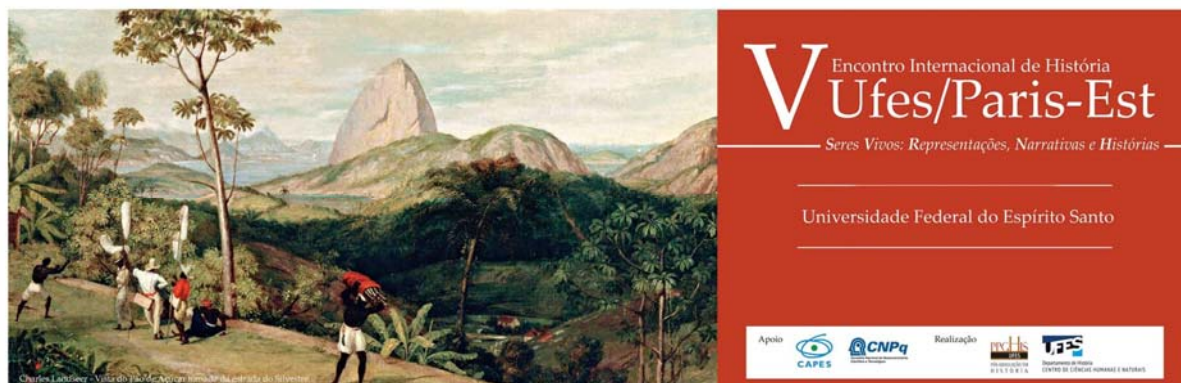
HEARN, Lafcadio. December 14, 1893. In: BISLAND, Elizabeth. **The Japanese Letters of Lafcadio Hearn**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1910.

HEARN, Lafcadio. May 16, 1894. In: BISLAND, Elizabeth. **The Japanese Letters of Lafcadio Hearn**. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1910.

HEARN, Lafcadio. **Kokoro**: Hints and Echoes of Japanese Inner Life. Londres: Gay and Hancock, 1910.

PICKEN, Stuart D. B. **Historical Dictionary of Shinto**. Lanham: The Scarecrow Press, 2011.

ROSENSTONE, Robert A. **Mirror in the Shrine**: American Encounters with Meiji Japan. Cambridge: Harvard University Press, 1988.



HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES: A NATUREZA HUMANA NOS ESCRITOS DE JERÔNIMO E AGOSTINHO

Fabiano de Souza Coelho
Mestre em História – UFES

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar, por meio do método comparado, as representações da condição da natureza humana em alguns discursos proferidos pelo monge Jerônimo (347 a 419 d. C.) e o bispo Agostinho (354 a 430 d. C.); esses estavam compilados no Livro I de *Adversus Iovinianum* e no Livro XIV da *Civitate Dei*; tais discursos foram produzidos em torno do debate com Jovinianismo, Paganismo e Pelagianismo, entre os anos 380 a 420, no Império Romano Ocidental. Portanto, para executar tal objetivo faremos uso do conceito representação, proposto por Chartier, e a abordagem comparativa pensada por Kocka.

Palavras-chave: Jerônimo; Agostinho; Cristianismo.

ABSTRACT: This study aims to present, through the comparison method, the representations of the condition of human nature in some discourses by the monk Jerome (347-419 AD) and the bishop Augustine (354-430 AD), they were compiled in Book I of *Adversus Iovinianum* and Book XIV of *Civitate Dei*; these discourses were produced around the debate with Jovinianism, Paganism and Pelagianism, between the years 380-420, the Western Roman Empire. Therefore, to perform this aim we will use the concept representation, proposed by Chartier, and the comparative approach thought by Kocka.

Key-words: Jerome; Augustine; Christianity.

Jerônimo (347 a 419 d. C.), monge e sacerdote católico, e Agostinho (354 a 430 d. C.)³²², bispo de Hipona, foram dois cristãos romanos intelectuais que viveram no período de transição do Mundo Antigo para o Medieval, e, da mesma forma, foram

³²² Todas as datas deste presente trabalho são d. C., salvo quando expresso em contrário.

considerados como *Padres da Igreja*. Assim, esses dois pensadores cristãos viveram no Império Romano Ocidental que aderiu, em finais do século IV, o Cristianismo como religião oficial do Estado.

Não obstante, esses Padres da Igreja tiveram que lidar com querelas religiosas contrárias ao Cristianismo católico e consideradas heterodoxias; em particular, Jerônimo combateu as ideias de Lucífero, Helvídio, Joviniano, Vigilância, João de Jerusalém, Rufino e Pelágio, e, o bispo Agostinho, discutiu com partidários do Maniqueísmo, Donatismo, Priscilianismo, Paganismo, e, por último, os Pelagianismo. Desta feita, a sociedade em que Jerônimo e Agostinho viveram fora edificada mediante a tensão entre cristãos e pagãos; católicos e hereges; católicos e cismáticos; verdade cristã e suposição mundana; Igreja e século (*saeculum*); alma e corpo (BROWN, 1990, p. 318-319).

390 a 415

Ademais, para uma compreensão melhor da condição do gênero humano na sociedade, os Padres da Igreja – em especial, Jerônimo e Agostinho –, ancorados na tradição judaico-cristã formularam as representações identitárias do polo masculino e feminino na Igreja Católica. Essa construção social e cultural tinha características ligadas a elementos em torno da sexualidade humana, em especial, a renúncia das práticas consideradas como obras tidas como da carne.

Para grande parte dos cristãos dos primeiros cinco séculos a verdadeira liberdade exigia renúncia – a continência, acima de tudo. A renúncia sexual significava o repúdio do mundo da sociedade comum e de suas vicissitudes negativas, sendo um caminho de se ter o controle da própria vida (PAGELS, 1989, p. 115).

Na segunda metade do século IV, observou-se um forte movimento ascético dentro do Cristianismo, tanto no Oriente quanto no Ocidente. No tempo de Jerônimo e Agostinho uma das crenças difundidas entre os cristãos ocidentais era que aqueles que viviam em contato com a religião deveriam guardar a pureza do corpo; porque, ao contrário, a impureza carnal afastaria o homem da divindade.

Os membros do clero do Cristianismo antigo, “voltaram sua atenção para a Igreja na Terra e, entre suas muitas contribuições, trouxeram o ascetismo para o Ocidente”

(SALISBURY, 1995, p. 25); e para entendermos a discussão feita por esses autores sobre a temática proposta temos que entender que a expressão carne no Cristianismo foi um baluarte contra o mundo.

Desta feita, reflexões sobre a sexualidade e, conseqüentemente, sobre o casamento, a virgindade, ascetismo e o celibato nesse período geraram um intenso debate na Igreja do Ocidente – Agostinho de Hipona e Jerônimo participaram diretamente da discussão em torno dessas questões. Esses buscaram nas escrituras cristãs e na cultura antiga o fundamento para a construção do papel social de homens e mulheres da sociedade de seu tempo. Por conseguinte, a sexualidade, representadas pelos Padres da Igreja com tendências ascéticas foi entendida como consequência do pecado original.

Com isso, ancorado nessa conjuntura social e religiosa, optamos por selecionar algumas fontes de Agostinho e de Jerônimo para podermos pensar como eles representaram a natureza humana, em especial, como eles formularam nessas obras a ideia de carne. Para isso faremos uso do conceito de representação social proposto por Roger Chartier e usar-se-á o método comparativo, tendo como base de Kocka, para analisar essas respectivas fontes.

A representação como dado a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado [...] e a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é.

Conseqüentemente, a criação das representações do mundo social, embora aspirem à universalidade, são sempre determinadas ou estabelecidas pelos interesses de grupo que as produzem. Então, daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos pronunciados com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Uma das propostas da História Cultural ou História Cultural do Social seria, pois, decifrar as realidades do passado por meio das representações. Essa linha historiográfica tenta chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Portanto, o historiador lida com uma múltipla temporalidade que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegaram até ele.

Além disso, concordamos com Cardoso e Brignoli (1983, p. 412) que asseveram que a “[...] construção de modelos históricos não podem ser feitas sem recorrer-se ao método comparativo [...]”. Por conseguinte, conforme nos apresenta Kocka (2003, p. 39) que “[...] comparar em História significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente a respeito de suas similaridades e diferenças de modo alcançar determinados objetivos intelectuais”.

Com isso, escolhemos como parâmetro de comparação as representações sobre a natureza humana proposta por Jerônimo e Agostinho, nas seguintes fontes: Livro I de *Adversus Iovinianum* e o livro XIV da *Civitate Dei*.

Assim, Jerônimo elaborou o tratado Contra Joviniano – *Adversus Iovinianum* – entre os anos 392 e 393. Essa obra refutou os argumentos de Joviniano que defendia a igualdade.

Por outro lado, o bispo Agostinho decidiu escrever *De Civitate Dei* contra os opositores do Cristianismo, numa perspectiva de fortalecer a fé e a identidade dos cristãos abalados com o que estava acontecendo no mundo depois do saque de Roma em 410. A obra *Cidade de Deus* veio a continuar a campanha que havia feito o bispo de Hipona durante o tempo de calamidades e ameaças, desde o fim do ano 410 até 412, com sermões, conversas e cartas (COELHO, 2011, p. 95).

Essas duas obras foram escritas em realidades próximas temporalmente e geograficamente, ou seja, Jerônimo escreve sua obra contra Joviniano, em Belém, mas tendo como público alvo aqueles que habitavam na cidade de Roma, em finais do século IV; e Agostinho, no norte da África, escreveu os livros da cidade de Deus, para os cristãos e politeístas romanos do Império, em especial, aqueles que acusaram em Roma que a culpa da devastação da cidade sagrada era proveniente do abandono do culto aos deuses e a religião cristã, no início do século V.

Primeiramente, o monge Jerônimo estando ante a controvérsia Joviniana representou a natureza humana, tendo como base os escritos de Paulo; temos o discurso desse monge que discorre sobre a vida perfeita cristã e o estado primário humano, a saber:

[...] Bem aventurado o homem que pode se assemelhar a Paulo! Feliz quem dá ouvidos ao Apóstolo quando ele faz uma recomendação, não quando

perdoa. Ele disse: *isto é o que quero e desejo: que sejais meus imitadores como eu sou de Cristo (Filipenses 3, 17)*. Cristo era virgem, nascido de uma virgem, um ser incorrupto nascido de alguém incorrupta. Nós que somos homens e não podemos imitar o nascimento do Salvador, imitemos ao menos seu comportamento. Aquele é prerrogativa da divindade e da santidade; este outro é próprio de nossa condição humana e do esforço que este o compete. Quero que todos os homens sejam semelhantes a mim e, imitando-me, que se convertam também em semelhança de Cristo, do mesmo modo que eu me assemelho a Ele. E aquele que crer em Cristo deve seguir o mesmo caminho feito por Ele [...]. Oh, palavras verdadeiramente dignas de um apóstolo e de uma rocha de Cristo! Dita uma lei a homens e mulheres, condena o adorno da carne, prega a continência e o adorno interior da pessoa, *em um adorno eterno de um espírito pacífico e tranquilo*, vivendo de um certo modo assim: dado que o vestido exterior do homem é corruptível e vós deixastes de possuir a beatitude da incorrupção, típica das pessoas virgens, imitando ao menos a incorrupção do espírito mediante uma tardia continência e exibindo na mente aquele que não exibir no corpo. Pois essas são as riquezas e esses são os ornamentos que Cristo deseja [...] (*Contra Joviniano* I, 7).

Para Jerônimo, mesmo carregando uma estrutura exterior corruptível, os homens e as mulheres deveriam manter a virgindade ou abraçarem a continência sexual; propõe que todos imitem Paulo e não vivam segundo os adornos da carne, mas vivam associados às coisas espirituais e incorruptíveis. Nesse discurso percebemos como o monge associou questões ligadas a sexualidade humana com as coisas carnis; o ideal de perfeição cristã aqui nesse argumento está em conexão com a renúncia sexual e como resultado desse ascetismo nos apresenta que isso era o desejo Cristo.

O monge Jerônimo continua a sua defesa da pureza carnal e da natureza humana, tendo como base a renúncia sexual, e as Escrituras, a saber:

[...] O Senhor tentado pelos fariseus ao pergunta-lo se era lícito, segundo a Lei de Moisés, separar-se da mulher, mas Ele proibiu taxadamente que se fosse feito isso. *Considerando estas palavras, os discípulos disseram: se tal é a situação do homem com sua esposa, não convém se casar. E Ele os respondeu: Nem todos compreenderão essas palavras, mas somente aqueles que tem recebido esse dom. Existe eunucos que nasceram assim de sua mãe; existe eunucos que foram feitos eunucos pelos homens; e existe eunucos que a si mesmo se fizeram eunucos por causa do Reino dos céus. Quem puder entender que entenda (Mateus 19, 10-12)*. Por isso que Cristo ama especialmente as virgens, porque essas oferecem espontaneamente o que não se tem exigido a elas. Maior motivo de agradecimento significa oferecer o que não se solicita, de entregar aquilo que não se pede. Os apóstolos ao considerar a carga que teria uma mulher, disseram: *Se tal é a situação do homem com sua esposa, não convém se casar*. O Senhor, aprovando sua opinião, respondeu: 'Vosso critério é verdadeiramente correto, porque o homem que se encaminha ao Reino dos céus não convém ter esposar; mas isso é uma tarefa muito difícil e nem todos compreenderão essas palavras, salvo aqueles que receberam respectivo dom. Temos eunucos aos que a natureza tem o transformado em tal. Mas a mim me agrada os eunucos que não castrou a necessidade, mas sim a vontade. Com sumo gosto recebo em meu seio aqueles que se castraram pela causa do

Reino dos céus [...]. É próprio de uma grande fé e de uma grande virtude ser um puríssimo Templo de Deus e oferecer-se inteiramente como holocausto ao Senhor e, de acordo com Apóstolo, ser santo em corpo e espírito [...]. (*Contra Joviniano* I, 12).

O monge Jerônimo nos mostrou nesse discurso que tem uma especial predileção a virgindade e continência sexual – para os eunucos por causa do Reino dos céus; apresentou que aqueles que mantem seu corpo puro e que não se casam são homens e mulheres de grande fé e virtude; o casamento era para Jerônimo um estado de vida onde se cometeria pecados e se viveria uma vida carnal e não espiritual.

Ademais, Jerônimo escreveu que: “[...] O que temos a dizer de Adão e Eva é que eram virgens, antes de cometerem a falta no paraíso; depois do pecado e precisamente fora do paraíso foi quando eles se casaram [...]”. (*Contra Joviniano* I, 16). Para Jerônimo a virgindade é apresentada como um retorno simbólico a condição humana natural, à vida do Paraíso antes de Eva e Adão terem desobedecido a Deus. O castigo de Eva foi parir em dor e sentir desejo pelo marido que seria seu mestre: as virgens puderam escapar desta penalidade. O fato de permanecer virgem possibilitava a quebra do ciclo vicioso, iniciado com o primeiro pecado de Adão e Eva, vida-pecado-morte. A virgindade consistia em um possível retorno ao estado original da criação, enquanto que o casamento manteria a humanidade em permanente estado de pecado (CLARK, 1994, p.75).

Da mesma forma, relatou o monge que “[...] o matrimônio povoa a terra e a virgindade o paraíso [...]” (*Contra Joviniano* I, 16); para Jerônimo o casamento traria apenas frutos temporais e passageiros, e a virgindade era revestida de valores simbólicos religiosos; para ele era mais importante a vida espiritual e ascética, associada a renúncia sexual, em detrimento da vida carnal, pois somente a primeira poderia levar a humanidade ao Reino dos céus.

De fato, os membros cristãos castos consideravam os casados que geravam filhos como uma espécie inferior, mais pecadora, enquanto os celibatários e os solteiros eram um grupo superior e mais santo (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 80).

Com isso, existia uma visão dualista para esse Padre da Igreja, que via uma divisão no mundo muito nítida entre o que era carnal – sexual – e o que não era da carne – espiritual. Essa perspectiva dualista se aplicava unicamente a realidade terrena, em

especial, aos homens e mulheres depois da Queda (SALISBURY, 1995, p. 27).

Em outra realidade na sociedade romana, temos Agostinho, bispo de Hipona, que após o ano 400 até o fim de sua vida, escreveu constantemente sobre Adão e Eva como pessoas físicas, dotados dos mesmos corpos e características sexuais análogas aos outros seres humanos (BROWN, 1990, p. 329).

O bispo Agostinho refletiu sobre a natureza humana e aquilo que se definiu como questões carnis. Dentro da sua obra *Cidade de Deus*, ao contrapor não apenas os politeístas, também apresentou sua visão de natureza humana em meio a controvérsia com o monge Pelágio, ou seja, o Pelagianismo. Assim, ao escrever sobre o pecado de Adão e Eva, a natureza humana, considerou a Queda como fonte da vida carnal.

O bispo de Hipona, fundamentado nas Escrituras, apresentou a natureza humana dividida:

[...] Tão grave foi o pecado cometido que a natureza humana ficou deteriorada e transmitiu cada vez mais a sua posteridade a escravidão do pecado e a necessidade da morte. Tal foi o senhorio que o reino da morte alcançou sobre os homens, que a pena devida foi transmitida a todos numa segunda morte, uma morte sem fim, sem a graça de Deus [...]. Temos aqui o lugar desse fato: existindo tantas e poderosas nações espalhadas por todo globo terrestre com seus diversos ritos e que se distinguem pela múltipla variedade de línguas; portanto, com isso, dizemos que não existe mais que duas classes de sociedades humanas no mundo e que podemos chamar justamente, segundo nossas Escrituras, de duas cidades. Uma de homens que desejam viver segundo a carne e outra de homens que pretendem viver segundo o espírito (*La Ciudad de Dios*, XIV, 1).

Agostinho representou o mundo dividido em duas categorias de pessoas, ou seja, aqueles que amavam a Deus e viviam segundo o espírito, e, por outro lado, tínhamos aqueles que amavam tanto a si mesmo e viviam uma vida carnal. Essa separação ou binarismo na obra de Agostinho é bem nítido, pois em todo esse trabalho explorou os dois amores fundadores das duas cidades – a cidade celestial e a cidade terrena.³²³

³²³ Escreveu Agostinho na obra: “Dois amores deram origem a duas cidades: o amor a si mesmo até o desprezo de Deus, a terrena; e o amor de Deus até o menosprezo de si, a celestial. A primeira se gloria em si mesma; a segunda se gloria no Senhor. A primeira está dominada pela ambição do domínio de seus príncipes ou as nações que a submete; a segunda utiliza mutuamente a caridade dos superiores mandando e os súditos obedecendo [...]” (*La Ciudad de Dios*, XIV, 28). Assim, Agostinho utilizou um tema que já era comum entre os cristãos africanos. Desde a Queda de Adão, a raça humana sempre se dividiria em duas grandes “cidades”, duas grandes pirâmides de lealdade.

Desta forma, o bispo de Hipona para pensar sobre o significado de viver segundo a carne, nos relatou que:

Antes de tudo, tenho que esclarecer o que significa viver segundo a carne e segundo espírito. [...] Chama-se carne não somente o corpo do ser vivo, terreno e mortal, como quando disse: *Nenhuma carne é igual as outras, mas uma é carne dos homens, outra a carne dos quadrúpedes, outras dos pássaros, outras a dos peixes (1 Coríntios 15, 39)*. Usa essa palavra em muitos outros sentidos, entre os quais chama carne com frequência o mesmo homem; ou seja, a natureza do homem, tomando a parte por o todo, como quando disse: *Nenhuma carne será justificada pelas obras da lei (Romanos 3, 20)*. Que quis entender, senão todo homem? O disse um pouco mais claro: *Que ninguém é justificado pela lei perante Deus (Gálatas 3, 11)*. E a mesma carta aos Gálatas: *Sabendo que nenhum homem é justificado por observar a lei (Gálatas 2, 16)*. Assim se entende também que: *O Verbo de Deus se fez carne (João 1, 14)*, isto é, homem. O qual interpretaram mal alguns e pensaram que Cristo não teve alma humana. [...] Desta maneira, o todo é tomado em parte, e, ao mencionar a carne se entende o homem, como atestaram as passagens citadas [...] (*La Ciudad de Dios*, XIV, 2).

Dentro da religião cristã o corpo era tido como um mensageiro para o espírito (ROUSSELLE, 1983, p. 153). Nesse argumento do bispo de Hipona, observa-se a exteriorização de sua intenção em esclarecer ao seu público o que verdadeiramente seria a expressão carne, na ótica da religião cristã, pois existia, naquela época, uma comum associação entre o corpo humano e a carne.

Desta forma, Agostinho, ao refletir sobre essa questão, nos trouxe uma discussão pautada em torno dos escritos do apóstolo Paulo, a saber:

[...] Por conseguinte, a divina Escritura nomeia a de muitas maneiras, que é difícil de analisar e reunir, para poder investigar que é viver segunda a carne (o que certamente é mal, sem ser mal a carne por natureza); trataremos de penetrar com diligência a passagem da carta de São Paulo aos Gálatas, na qual diz: *as ações que procedem da carne são conhecidas – luxúria, imoralidade, libertinagem, idolatria, magia, inimizade, discórdia, rivalidade, ira, egoísmos, partidos, sectarismos, invejas, bebedeiras, orgias e coisas desse estilo. Dessas coisas vós previno, como já preveni: os que as praticarem não herdarão o Reino de Deus! (Gálatas 5, 19-21)*. Toda essa passagem da carta apostólica, considerando o que se refere a questão presente, poderá resolver o entendimento a respeito da vida carnal. Pois entre as obras da carne, que disse Paulo que era manifestas e mencionou repudiando-as, não encontramos somente as coisas que pertence ao prazer da carne, como as furtos, impurezas, luxúria, bebedices, glotonarias, mas também aquelas obras alheias aos prazeres da carne [...] (*La Ciudad de Dios*, XIV, 2).

Mesmo ao considerar a discussão do tema complexo, Agostinho nesse discurso foi além dos pontos considerados típicos como os prazeres da carne, isto é, as obras

Uma “cidade” servia a Deus e a seus anjos fieis; a outra servia aos anjos rebeldes, ao Diabo e seus demônios. Embora as duas “cidades” pareciam mescladas, tanto na Igreja quanto no mundo, elas se separariam no Juízo Final. Nos anos subsequentes a 410, Agostinho tomou esse tema e, com deliberada habilidade dramática, “desdobrou-o” diante de sua plateia (BROWN, 2005, p. 391).

da carne para ele transcenderia os pecados sexuais; o movimento asceta em torno do contexto social em no qual estava inserido o bispo de Hipona, pensaram a natureza humana pecadora e portadora de um corpo carnal corruptível, construindo uma visão depreciativa da sexualidade humana. Portanto, a carne humana seria passível das diversas vicissitudes existentes no século, inclusive aquelas que envolviam o desejo e o ato sexual.

Outrossim, ao falar sobre o entendimento da religião cristã sobre pecado, relatou-nos o bispo de Hipona que: [...] A corrupção do corpo, que afeta a alma, não é causa do primeiro pecado, mas do seu castigo; a carne corruptível não fez pecadora a alma, mas a alma pecadora que fez a carne corruptível [...] (*La Ciudad de Dios*, XIV, 3). Nesses discursos observamos como Agostinho de Hipona representou a natureza humana transformada em corruptível pela alma pecadora, por conseguinte, essa foi corrompida como punição a Queda.

Com isso, a renúncia sexual era um exemplo da necessidade dos cristãos de controlarem um corpo exposto aos diversos infortúnios do mundo. Em Agostinho, a carne não era simplesmente o corpo humano, todavia tudo aquilo que levava o eu a querer sua própria vontade do que a vontade de Deus (BROWN, 1990, p. 343).

Numa perspectiva comparada, iremos buscar as semelhanças e dessemelhanças existentes nesses discursos de Jerônimo e Agostinho apresentados acima. Ou seja, na aplicação do método comparado temos que considerar ante do objeto estudado suas semelhanças e diferenças (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 411).

Primeiramente, temos como ponto em comum nos discursos desses dois autores o fundamento de suas reflexões ancoradas nas Escrituras, em particular, os textos paulinos. Esses Padres da Igreja pensaram a natureza humana pautadas nos escritos de Paulo, e, da mesma maneira, representaram o gênero humano, a partir da chamada Queda, cometida por Adão e Eva no paraíso; esses dois personagens bíblicos foram marcados por uma culpa e que foi transmitida para todo o gênero humano posterior.

De fato, o monge Jerônimo e o bispo Agostinho construíram seus discursos respaldados pela autoridade da Igreja de seu tempo que representava Deus e pode-se caracterizar este tipo discurso religioso da seguinte forma:

O discurso religioso é como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, qualquer representante seu – é a voz de Deus [...]. Partindo, então, da caracterização do discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus, no discurso religioso, há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens) [...]. Nessa desigualdade, Deus domina os homens [...] (ORLANDI, 1996, p. 242-244).

Ademais, o gênero que envolveu os escritos tanto de Jerônimo quanto de Agostinho foi a retórica antiga, no qual esses discursos, por meio de elementos oratórios, argumentativos e embasado nos seus respectivos pontos de vista religioso e social, tinham como objetivo convencer e persuadir os seus leitores.

Por outro lado, encontramos significativas dessemelhanças nos discursos desses dois Padres da Igreja, nos textos apresentados nesse trabalho. Provavelmente essas diferenças resultaram da particularidade da formação filosófica e religiosa de cada autor cristão e, principalmente, das realidades sociais e culturais onde eles estavam inseridos. Por conseguinte, “[...] nenhum discurso apologético ou polêmico emprega sistematicamente argumentos sem relação com a realidade, desprovidos da capacidade de impressionar o leitor” (ROUSSELLE, 1983, p. 160).

Jerônimo grande parte de sua vida esteve inserido na Península Itálica romana, numa conjuntura ligada ao um forte movimento ascético e de renúncia sexual no Ocidente protagonizado pela aristocracia da sociedade daquela época. Pelo contrário, a realidade moral e religiosa da África romana, onde viveu Agostinho, era diferente dos círculos italianos e gálicos em que Jerônimo havia participado; a região africana do final do século IV, ficava um pouco à margem da percepção ascética do Mediterrâneo.

De acordo com Brown (1990, p. 326), Agostinho “apesar de seu rigor para consigo mesmo e seu clero, não era nenhum alarmista. Tampouco preocupava muito a questão do celibato. A Igreja católica na África era uma instituição sitiada que tinha de se arranjar com quaisquer padres que pudesse conseguir [...]”.

Outra diferença nos discursos desses dois Padres que observamos foi em torno de como eles entenderam a natureza humana e a carne, propriamente dita. Nos discursos analisados percebemos como diferiu as suas visões a respeito sobre a ideia em torno da realidade carnal dos homens e das mulheres.

Desta forma, Jerônimo associou os atos ligados àquilo que se denominou carne com a sexualidade humana e o ato sexual propriamente dito, pois o mesmo foi um grande defensor da virgindade e da continência. Por sua vez, Agostinho, nos apresentou a carne como atos que transcendiam os chamados pecados ou vícios sexuais, pois, a partir de Paulo, entendeu que existia uma gama de elementos negativos que não eram propriamente ligados ao sexo.

Para Jerônimo o corpo humano era como “uma floresta ensombrecida, repleta de rugir das feras selvagens, que só podia ser controlada mediante rígidos códigos de dieta e pela rigorosa evitação das oportunidades de atração sexual [...]” (BROW, 1990, p. 309). Portanto, para esse monge estado original da natureza humana era a virgindade, pois somente com a Queda que os primeiros pais da humanidade tiveram relações sexuais e casaram-se.

Jerônimo representou o Pecado original intimamente ligado ao sexo ou sexualidade. Essa autora defende a ideia que para esse Padre da Igreja, o pecado cometido por Adão e Eva foi o ato sexual, esse gerou a lascívia em todos os homens e as mulheres. Deste modo, o mundo foi representado de forma dualística, ou seja, dividido entre a assimetria de espírito e carne, esse último caracterizado pela sexualidade decaída. Ademais, representam a condição masculina espiritualizada e a feminina de forma carnal, logo, excludente e misógina (SALISBURY, 1995, p. 47-48).

Entretanto, para o bispo Agostinho os primeiros pais da humanidade viviam no jardim do Éden como casados e somente depois da Queda, a alma corrompida pelo pecado, tornou a natureza humana corruptível, e, gerou o descontrole da sexualidade, desejos pecaminosos, as chamadas paixões carnis, isto é, a Queda transformou a natureza humana escrava do pecado.

Para Agostinho, o primeiro pecado não era o sexo, mas a desobediência; foi o orgulho que levou Adão e Eva a desobedecerem e praticarem o ato sexual antes de Deus lhes conceder tal permissão. Desta feita, de acordo com Pagels (1989, p. 168) para Agostinho o homem marcado pelo pecado não poderia se autogovernar, e, por esse motivo, a sociedade necessitaria de hierarquia, governo.

Finalmente, Salisbury (1995, p. 67) defende a ideia que Agostinho se difere dos

primeiros Pais da Igreja no quesito sexualidade, pois rejeita o dualismo existente nos tratados morais desses Padres da Igreja. O bispo de Hipona muda de forma drástica a maneira cristã de representar o sexo, por conseguinte, a sexualidade não era uma imperfeição, um infortuno associado ao gênero humano pelo pecado cometido por Adão e Eva, todavia era parte do plano de Deus. Ademais, Agostinho não via a sexualidade como uma qualidade primordialmente feminina, opinião diferente dos primeiros Pais da Igreja.

Referências

Obras de Jerônimo e Agostinho

AGUSTÍN, S. **Obras completas de San Agustín**: La Ciudad de Dios (2º). v. 17. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1988.

JERÓNIMO, S. Contra Joviniano. In: **Obras completas de San Jeronimo**: Tratados apologéticos. v. 7. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2009, p. 117-401.

Obras de apoio

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução da Paulus Editora. São Paulo: Paulus, 2002.

BROWN, P. **Corpo e sociedade**: o homem, a mulher e renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BROWN, P. **Santo Agostinho**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. **Os Métodos da História**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHARTIER, R. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CLARK, G. **Women in Late Antiquity – Pagan and Christian life-styles**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

COELHO, F. S. **Religião, Identidade e Estigmatização**: Agostinho e os pagãos na obra *De Civitate Dei*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

KOCKA, J. Comparison and beyond. **History and Theory**, Malden, n. 42, p. 39-44, 2003.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e o seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Pontes, 1996.

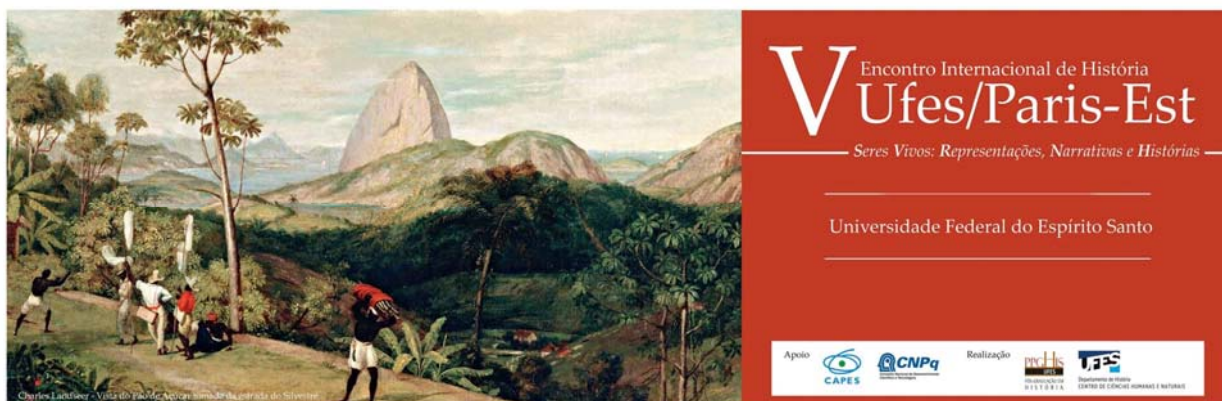
PAGELS, E. **Adam, Eve and the Serpent: Sex and Politics in Early Christianity**. New York: Vitange Books, 1989.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1996.

ROUSSELLE, A. **Pornéia**: sexualidade e amor no mundo antigo. Brasiliense: São Paulo, 1983.

SALISBURY, J. E. **Pais da Igreja, Virgens independentes**. São Paulo: Scritta, 1995.

VESSEY, M. Jerónimo. In: FITZGERALD, A. (ed.) **Diccionario de San Augustín**. Burgos: Monte Carmelo, 2001, p. 751-755.



A FAMÍLIA PATRIARCAL CONTEMPORÂNEA

Fabiene Passamani Mariano
Doutoranda em História – UFES

RESUMO: A constituição da família tem sido alvo de inúmeros estudos interdisciplinares, por consequência de sua extensa carga conceitual, advinda de valores históricos, sociais, econômicos e culturais. Com o intuito de promover o entendimento da constituição da família brasileira contemporânea, foram revisitados alguns conceitos, considerando as especificidades do homem em seu contexto temporal. O modelo patriarcal foi o ponto de partida da história da instituição familiar no Brasil - um modelo trazido pelo colonizador português e adaptado às condições socioculturais da época, com variações de acordo com a região do país. Refletindo acerca de sua constante evolução, ainda podemos constatar, num grande percentual de famílias brasileiras, a perpetuação de características advindas do sistema patriarcal: a manutenção da propriedade como um dos principais objetivos do casamento monogâmico; o rígido controle da sexualidade feminina e a diferenciação conservadora de papéis e espaços específicos para cada gênero.

Palavras-chave: Família; Patriarcalismo; Contemporânea; Brasil; História.

ABSTRACT: The constitution of the family has been the target of countless interdisciplinary studies, therefore its extensive conceptual charge, arising from historical, social, economic and cultural values. In order to promote understanding of the constitution of contemporary Brazilian family were revisited some concepts, considering the specifics of the man in his temporal context. The patriarchal model was the starting point of the story of the family institution in Brazil - a model brought by the Portuguese colonists and adapted to the social and cultural conditions of the time, with variations according to the country region. Reflecting about their constant evolution, we can still be observed in a large percentage of Brazilian families, perpetuating resulting characteristics of the patriarchal system: maintaining the property as one of the main objectives of monogamous marriage; the strict control of female sexuality and the conservative differentiation of roles and specific spaces for

each gender.

Keywords: Family; Patriarchy; Contemporary; Brazil; History.

Introdução

A constituição da família tem sido alvo de inúmeros estudos interdisciplinares, por consequência de sua extensa carga conceitual, advinda de valores históricos, sociais, econômicos e culturais. Refletindo acerca da instituição familiar e sua constante evolução, podemos constatar que num grande percentual de famílias, especialmente nas famílias brasileiras, muitas características se perpetuaram apesar de tanto tempo decorrido: as diferenciações conservadoras de papéis entre meninos e meninas; a manutenção da propriedade como um dos principais objetivos do casamento monogâmico; a sexualidade feminina rigidamente controlada e a divisão de espaços específicos para cada gênero - onde o mundo privado continua sendo preferencialmente o ambiente destinado às mulheres, enquanto o mundo público é destinado aos homens.

O núcleo familiar brasileiro, tal como se apresenta atualmente, é permeado por variadas influências, resultantes de diferentes apropriações e necessárias adaptações relativas a cada época. Com o intuito de promover o entendimento da constituição da família brasileira contemporânea, revisitaremos alguns conceitos, atentando para o fato de que, fora do seu tempo original, alguns deles podem parecer descontextualizados. Desta forma, é primordial que as análises levem em consideração o homem em seu contexto local e temporal.

A família apresenta-se como um fenômeno social onde os fatores históricos, econômicos, políticos e culturais são responsáveis por acarretar inúmeras mudanças, sendo as mesmas refletidas diretamente na sociedade como um todo. Para a preservação de sua coerência atual e entendimento de sua evolução é imprescindível referenciar a família brasileira às suas origens, correlacionando-as com alguns aspectos que contribuíram, e ainda contribuem, para o seu estabelecimento no formato atual, entre eles: o patriarcalismo, o fator econômico, o casamento com diferenciação de papéis sociais entre os gêneros.

O patriarcalismo e seus desdobramentos

O patriarcalismo é o sistema que designa o poder do gênero masculino enquanto categoria social. Apresenta-se como uma forma de organização social, na qual as relações são regidas pelos princípios básicos de que as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens, por sua vez, estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina, ditada pelos valores instituídos pelo patriarcado, atribuiu maior importância às atividades masculinas em detrimento às atividades femininas onde, a partir dessa supremacia, foi legitimado o controle do corpo, da sexualidade e da autonomia feminina, estabelecendo papéis sociais e sexuais em que o gênero masculino possui mais vantagens e prerrogativas.

Desde os primeiros modelos familiares europeus organizados, o patriarcalismo sempre se apresentou como uma característica muito presente: ao pai - figura central do núcleo - era reservado o título de provedor da família, atuando principalmente no espaço público, já o espaço privado era o ambiente reservado à mãe, a quem também cabia a educação dos filhos e os cuidados pertinentes ao lar.

As raízes patriarcais da família manifestam-se sob um modelo hierarquizante de poderes entre os diversos membros de sua constituição. O modelo patriarcal foi o ponto de partida da história da instituição familiar no Brasil - um modelo trazido pelo colonizador português e adaptado às condições socioculturais brasileiras da época (latifúndio escravagista), com variações de acordo com a região do país:

Durante os três séculos de colonização, os europeus adaptaram aqui seus costumes milenares, incorporando-os a uma realidade vivida nos núcleos de povoamento rurais e urbanos, interiores e litorâneos, bem diversos dos peninsulares aos quais estavam acostumados (NADER, 2008, p.126).

As referências que evidenciam a influência da formação familiar portuguesa na constituição do modelo familiar brasileiro são apresentadas a partir de três formas distintas: pela manutenção da propriedade; pelas obrigações funcionais da mulher no lar e na família, pela separação espacial de atuação dos gêneros – homem no espaço público e mulher no espaço privado. A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde os tempos da colonização, também evidencia que a família patriarcal foi uma das matrizes da organização social brasileira, onde a separação de tarefas era justificada pela natureza dos sexos, fundamentando a

divergência de qualidades físicas e psicológicas entre homens e mulheres.

Com a instauração do patriarcado no Brasil – uma ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle masculino sobre o feminino – e a instituição da família monogâmica, foi ainda mais evidenciado o controle masculino sobre o corpo e a sexualidade da mulher; a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres e a manutenção das riquezas familiares através de casamentos estabelecidos a partir de interesses financeiros. Uma vez estabelecida a propriedade privada e conhecida a participação do homem na reprodução, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, visando garantir as heranças dos filhos legítimos.

No modelo patriarcal, por ser excessivamente enfatizada a autoridade do homem sobre a mulher, tal situação era mantida por conveniência do funcionamento do próprio sistema: “[...] a denúncia da submissão feminina só foi levada até onde se considerava necessário minorar o conflito e mobilizar os talentos e energias das mulheres, sem revolucionar os papéis de gênero” (BESSE, 1999, p.67).

As mulheres das classes mais abastadas – geralmente ociosas e recatadas - tinham um estilo de vida restrito ao lar e com raras oportunidades de convivência em público. Já as escravas, mestiças e outras pertencentes às classes mais pobres, tinham que trabalhar para contribuir com o sustento da família e algumas delas chegavam a se prostituir em prol da garantia de sua sobrevivência.

A partir do final do período colonial, os valores tradicionais de submissão feminina passam a ser sutilmente modificados, embora a autoridade tenha permanecido nas mãos da classe masculina. A ausência do homem no ambiente familiar permitiu à mulher um grande destaque no comando da família e, por consequência, algumas delas também começaram a participar ativamente da sociedade através do seu trabalho, seja ele no próprio lar ou na atuação em pequenos negócios.

No Brasil, prevaleceram as características patriarcais mesmo que, de forma geral, não fosse esse o único modelo familiar encontrado em todas as regiões brasileiras. Com o passar do tempo, a partir do século XX, o patriarca começa a perder a sua hegemonia, entretanto ressaltamos que seu poder é apenas diminuído, mas não totalmente diluído. Os valores patriarcais atravessaram os tempos e deixaram suas

marcas ainda na atualidade, o que podemos constatar se analisarmos a legislação e as conquistas sociais que tentam postular a igualdade de direitos entre os gêneros.

A base da família brasileira era o casamento, regido pela legislação civil instituída em Portugal. Os casamentos eram preferencialmente realizados entre pessoas da própria família ou de famílias conhecidas, contribuindo para a manutenção do poder e do patrimônio adquirido. Dessa forma, podemos constatar que “o casamento era uma das instituições que mais contribuía para a dominação política e econômica da sociedade brasileira” (NADER, 2008, p.126).

O casamento instituído sob uma organização social patriarcal foi o responsável pela delimitação de espaços de atuação entre os gêneros. O espaço comum foi dividido em mundo público e mundo privado, diferenciando papéis sociais entre os homens e mulheres:

a sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social, e, por isso, delimita os espaços de atuação do homem e da mulher, construindo, dentro dessa delimitação espacial, a identidade sexual de cada um. Na realidade, a sociedade atribui papéis distintos para o homem e a mulher e isso cria os campos de atuação de cada sexo, ou seja, o papel social feminino e o papel social masculino (NADER, 2002, p.463).

As mulheres brancas eram consideradas as “ideais” para o casamento dos portugueses e seus descendentes instalados no Brasil durante o processo de colonização. O casamento com mulheres nativas ou negras não era muito indicado. Mesmo assim, foram muitos os casos de homens brancos portugueses que se envolveram com as mulheres nativas e negras, promovendo assim o início da miscigenação no Brasil.

Não podemos considerar a família como algo biológico, natural. A família é uma relação de gêneros, um produto gerado através de formas históricas de organização entre os humanos que, motivados pelas necessidades de reprodução da espécie e condições materiais de sobrevivência, inventaram diferentes formas de relação entre si e com a natureza. Assim como em outras relações, as relações de gênero são marcadas por uma lógica temporal que resulta da preocupação com a sobrevivência e com a manutenção do poder, desta forma, estes e outros aspectos vestigiais tornam-se mais claros se levamos em consideração que os casamentos funcionavam como tentativas de controle de questões econômicas e sociais. Sobre

esse mesmo pensamento, aponta Rudiger: “[...] o casamento era uma forma de assegurar sustento e auxílio entre os parceiros. Os valores familiares e patrimoniais contavam mais que os afetos. Os compromissos eram morais e coletivos, mais que psicológicos e individualistas” (2012, v24, n2, p149).

O casamento custava muito caro pela quantidade de certidões que necessitavam ser recolhidas, dessa forma, as famílias mais pobres não tinham como custeá-lo. Era uma espécie de negócio realizado entre pessoas de mesma etnia e mesma classe social, onde o sentimento era considerado algo dispensável:

O casamento, “arranjado” pelas famílias e atendendo a seus interesses, pretende ser aliança antes de ser amor – desejável, mas não indispensável. Os pais desconfiam da paixão, destruidora, passageira, contrária às boas relações, às uniões duráveis que fundam as famílias estáveis (PERROT, 2012, P.46).

Com o passar do tempo, o casamento evolui e passa a ser visto como uma associação de livre escolha, baseada no amor recíproco e não apenas na conveniência ou interesse material:

Ocorre uma longa e lenta expansão do casamento por amor, processo no qual as mulheres do século XIX têm um papel determinante, e cuja apologia é feita por romancistas como Jane Austen e George Sand. Sinal claro da individualização das mulheres, e também dos homens, o casamento por amor anuncia a modernidade do casal, que triunfa no século XX. Os termos da troca se tornam mais complexos: a beleza, a atração física entram em cena. Um homem de posses pode desejar uma jovem pobre, bela. Os encantos femininos constituem um capital (PERROT, 2012, p. 47).

A modificação na forma de escolha de parceiros, o aumento da faixa etária das mulheres para o casamento e as mudanças na configuração do namoro, foram os principais responsáveis por uma maior preparação dos cônjuges, acarretando diretamente uma maior aproximação afetiva entre a família:

A sexualidade conjugal, o amor físico e o interesse em se viver uma sociedade conjugal sem a interferência de familiares deram ao casamento, em fins do século XIX, um contorno de relativa independência pelo fato de que a frequência da interação social com os parentes diminuiu. A escolha do cônjuge torna-se mais livre e o ajuste das relações passa a ser feito entre o homem e a mulher que se atraem mutuamente (NADER, 2008, 139).

O casamento monogâmico era considerado como o que mais se adaptava a promover a expressão saudável dos instintos sexuais, tendo em vista que o mesmo era considerado como a forma ideal e cristã, capaz de legitimar as uniões entre os sexos. Somente a partir do século XX, o pensamento acerca do prazer feminino

começa a se voltar para a importância da satisfação sexual da mulher no casamento, porém, ainda assim, esperava-se sempre mais da mulher, ou seja, o desempenho de um triplo papel - amante, amiga e mãe: “Esperava-se que ela encarnasse tanto as virtudes tradicionais de inocência, doçura, submissão e resignação quanto as virtudes burguesas antagônicas de competência, autoconfiança, eficiência, responsabilidade e iniciativa” (BESSE, 1999, p.87).

A prescrição de papéis diferenciados de atuação dos gêneros na família patriarcal burguesa parece ter atravessado os séculos, principalmente no que diz respeito ao fator econômico. A figura da mulher como cuidadora do marido, do lar e dos filhos ainda é encontrada na maioria dos lares e materializada na antiga crença de que a mãe deveria dedicar-se integralmente à criação dos filhos. Quando isso não é possível, a mãe sente-se culpada por afastar-se desse ideal. O afastamento da mãe da prescrição patriarcal e sua consequente culpabilização contou, desde o Brasil República, com o auxílio da regulação da medicina higienista, cujo princípio atribuía a degradação da família ao trabalho feminino fora do lar.

Na atualidade, as famílias brasileiras ainda apresentam, na divisão do trabalho dentro do ambiente doméstico, antigos estereótipos. A tradicional distinção entre os papéis do pai e da mãe está muito presente na família nuclear: a mãe é responsável pelo cuidado com os filhos, enquanto o pai, além de provedor do sustento, assume também responsabilidades em questões disciplinares e relacionadas à autoridade. As tarefas domésticas ainda são delegadas predominantemente ao gênero feminino, mesmo que a mulher também exerça atividade remunerada fora de casa e contribua, de forma igualitária ou superior ao homem, com o orçamento familiar. A contribuição da mulher no sustento econômico é muitas vezes desconsiderada, enquanto o trabalho doméstico continua sendo negligenciado e desvalorizado em nosso contexto social. Mesmo nas famílias mais pobres, onde a participação financeira do homem é precária, em muitos casos, o modelo que persiste ainda é o mesmo, ou seja, o reconhecido papel do homem como “legítimo” provedor financeiro e de autoridade. À mulher é conferida uma posição complementar ao homem no que diz respeito ao trabalho, mesmo que, em muitos casos, as mulheres sejam as reais provedoras do sustento dos lares.

Apesar de evidências empíricas acerca do bem estar físico e psicológico elevado

entre mulheres que possuem um trabalho remunerado, muitos mitos e crenças apontam para a necessidade da permanência das mulheres em seus tradicionais papéis de esposa e mãe de família, tendo a mídia como principal reforço dessas informações na atualidade, o que pode gerar uma enorme culpa para as mulheres que não se limitam aos papéis patriarcais normativos permitidos ao seu gênero.

Considerações finais

Diante do exposto, consideramos que a normatização das relações familiares advindas do patriarcado foi capaz de atravessar a história e permanecer até os dias atuais. Valores contemporâneos e tradicionais coexistem na constituição da família brasileira, mesmo nas configurações familiares mais alternativas.

Apesar das normatizações impostas, homens e mulheres são atores capazes de resistência e subversão. Emergindo dessa capacidade surgem variadas possibilidades de adaptação e reinvenção de papéis familiares e outras relações. Tanto em relação à divisão de tarefas domésticas, quanto ao cuidado com os filhos e ao sustento econômico, a ordem patriarcal estruturada em divisão de papéis por muitas vezes foi subvertida. Os homens, em sua maioria, deixaram de ocupar a posição exclusiva de provedores econômicos enquanto muitas mulheres passaram a contribuir efetivamente com o seu trabalho para o sustento da família. Mesmo não sendo os principais cuidadores dos filhos, alguns homens também passam a ser fonte de apoio, proteção e cuidado. As mulheres - que antes eram restringidas a cuidar do marido, da prole e da casa - também passam a cometer inúmeras transgressões ligadas à traição, ao abandono da casa e da família, subvertendo antigas prescrições de submissão e obediência de mulheres à figura masculina, atitude tão ligada à ordem patriarcal.

O patriarcalismo contemporâneo, que aos homens impõe o sustento econômico da família e continua condicionando as mulheres à responsabilidade de cuidar de seus filhos, seu marido e seu lar, não fornece condições para o desempenho exclusivo dos papéis determinados aos gêneros. A partir daí é que surgem diversas adaptações necessárias à sobrevivência, onde os sujeitos e seus discursos passam a ser compreendidos a partir de sua heterogeneidade, em suas múltiplas condições históricas, sociais e temporais.

Aceitando a diversidade como fator determinante no estabelecimento da família, bem como sua distribuição interna de papéis, passamos a revisar e contestar antigas ideias hegemônicas e também a deslocar o olhar das concepções homogêneas de modelos familiares, tendo em vista a resistência dos sujeitos às normatizações impostas pela vigência do patriarcado, enquanto discurso presente ainda na atualidade. Em nosso estudo, cabe ainda ressaltar o modo peculiar de inserção da mulher no processo social: “A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos” (DIAS, 1995, p.13).

As conquistas sociais e legais das mulheres, relativas a seus papéis e reivindicações acerca de discriminações e desigualdades de gênero, permanecem na contemporaneidade e se alastram por diversas áreas de atuação - artes, economia, ciências, política. Apesar das conquistas civis e políticas das últimas décadas, a grande maioria das mulheres ainda desconhece muitos de seus direitos e continua acumulando papéis da esfera doméstica de forma não equitativa, sobrecarregadas por uma pesada carga de trabalho, aliado ao cuidado da casa e dos filhos.

Referências bibliográficas

ÁRIES, Philippe & DUBY, Georges. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1992.

AZZI, Riolando. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea: famílias e valores**. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 85-120.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940**. São Paulo: USP, 1999.

CAMPOS, A.P; SILVA, G.V.; NADER, M.B.; FRANCO, S.P. e FELDMAN, S.A. (Orgs.). **Os Impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória: Flor & Cultura : Université de Paris-Est, 2008.

CAVALCANTI, V. Ribeiro. S., BARBOSA, Claudia F. e CALDEIRA, B.M.S. **Ética do cuidar e relações de gênero?** Práticas familiares e representações da divisão do tempo. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.17, n.32, p.189-204, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRANCO, Sebastião Pimentel & SILVA, Gilvan Ventura da & LARANJA, Anselmo Laghi. (Orgs.). **Exclusão social, violência e identidade.** Vitória: Flor&Cultura, 2004.

FRANCO, Sebastião Pimentel & NADER, Maria Beatriz & SILVA, Gilvan. Ventura da (Orgs.). **História, mulher e poder.** Vitória, 2006.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto:** relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? SÉRIE ANTROPOLOGIA. Biblioteca feminista. Brasília, 2000.

MARTUSCELLO, Carmine. **Família e conflito conjugal.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões. Revista de História da UFES.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 14, p. 461-480, 2002.

NADER, Maria Beatriz. Considerações historiográficas sobre o casamento no Brasil: da Colônia ao Império. IN. CAMPOS, A.P; SILVA, G.V.; NADER, M.B.; FRANCO, S.P. e FELDMAN, S.A. (Orgs.). **Os Impérios e suas matrizes políticas e culturais.** Vitória: Flor & Cultura : Université de Paris-Est, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

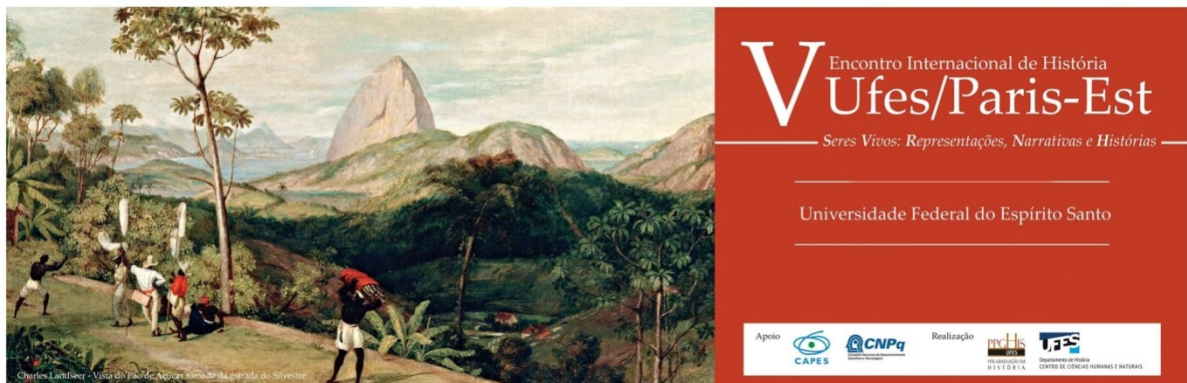
PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: contexto, 2012.

RUDIGER, Francisco. O amor no século XX: romantismo democrático versus intimismo terapêutico. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP,** v. 24, n. 2. P. 149-168, 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e vida doméstica no Brasil:** do engenho aos cafezais. São Paulo: Humanitas, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família:** São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco zero, 1989.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais:** identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



O PROCESSO DE ABOLIÇÃO NA IMPRENSA PERIODISTA ALAGOANA (1870-1888)

Fábio Francisco de Almeida Castilho³²⁴.
Pós-Doutor em História – FEA/USP

RESUMO: Esta comunicação apresenta os resultados parciais da pesquisa “O processo de abolição na imprensa periodista alagoana (1870-1888)”. Temos por objetivo perscrutar os principais periódicos alagoanos no período de crise da escravidão, abordando o papel da imprensa provincial e o seu posicionamento político diante da nova organização do mundo do trabalho. Analisamos jornais de diferentes facções políticas; conservadores, liberais e republicanos; que apresentaram diferentes posturas frente às transformações no mundo do trabalho. Desta forma, observamos como a elite proprietária oscilou entre os diferentes projetos para solucionar a crise da mão de obra em Alagoas. Com esse método duas principais características merecem destaque: primeiramente os diferentes posicionamentos da elite local diante da grave questão. Em segundo lugar identificamos como era representado o escravo nesses mesmos periódicos, em especial quando eram noticiadas suas fugas e crimes cometidos.

Palavras-chave: Escravidão; Periódicos; Alagoas

RESUMEN: Este trabajo presenta los resultados parciales del estudio "El proceso de abolición en Alagoas prensa periodista (1870-1888)." Nuestro objetivo es examinar las principales revistas Alagoas en tiempos de la esclavitud de crisis, abordando el papel de la prensa provincial y su posicionamiento político sobre la nueva organización del mercado de trabajo. Periódicos analizados de diferentes facciones políticas; conservadores, liberales y republicanos; que mostró diferentes posturas frente a los cambios en el mundo laboral. De este modo, se observa como la élite propietario vacilaba entre diferentes proyectos para resolver la crisis laboral en Alagoas. Con este método dos características principales destacan: primero las

³²⁴ Bolsista de Produtividade PRPI-IFAL. Agradecimento à aluna de Iniciação Científica Nathália Gomes de Lucena Sarmento.

diferentes posiciones de la élite local sobre el tema en serio. En segundo lugar nos identificamos como el esclavo representado en los periódicos, sobre todo cuando las fugas fueron reportados y sus crímenes cometidos.

Palabras clave: La Esclavitud; Revistas; Alagoas

Introdução

A transição da mão de obra foi um dos temas mais presente na imprensa nacional do final do século XIX. Desde 1870 os periódicos de todo o país repercutiam questões referentes ao final do escravismo e as novas formas de trabalho que deveriam surgir nas lavouras. Com o iminente final do regime escravista um novo braço precisava ser arregimento para dar prosseguimento à produção nacional. Diante deste problema diversas propostas foram discutidas, passando da importação de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos da Europa, ao aproveitamento do trabalhador nacional, embora muitas vezes olhado com desconfiança devido aos discursos racistas, como o *darwinismo social*, em voga na época. A classe produtora precisava resolver este intrincado problema posicionando-se diante da imperiosa crise da mão de obra que se agravava no país com o final da escravidão.

De acordo com Silvia Lara (1988), falar em escravidão e falar por si só em um regime violento.³²⁵ Sem o direito a liberdade o escravo estava sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras pudesse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e as violências cometidas contra os senhores, no entanto, outros atos dos cativos também poderiam demonstrar sua insatisfação.

Ao longo das últimas décadas uma extensa bibliografia se debruçou sobre o tema da escravidão no país. Tal bibliografia enfatizou a subjetividade da mão de obra escrava, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do escravo-

³²⁵ Embora a assertiva da autora pareça ser repetitiva, ela é magistralmente utilizada, pois estava no contexto de embate com outra corrente historiográfica, os “sociólogos da USP” e era utilizada para marcar diferença, assinalando que a simples afirmação de que a escravatura era um regime violento era redundante, mais importante seria aprofundar as complexas questões envolvidas nas relações entre senhores e escravos no regime escravista, portanto, não se tratava de “reabilitar a escravidão”. Ver ainda: LARA, 1992 e GORENDER, 1992.

coisa, visto como simples mercadoria e teve como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de constantes negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia (Cf. FREYRE, 2001; FERNANDES, 1981; MATTOSO, 1990; GORENDER, 1992; LARA, 1988; FLORENTINO, 1997; MATTOS, 1998; CHALHOUB, 1990; FARIA, 1998 e REIS, 2003). Dentro dessa temática nosso escopo será analisar o discurso da elite sobre a transição da mão de obra e sendo assim, as representações do cativo nos periódicos. Este prisma ressalta a opinião dos editores dos periódicos do século XIX e sua visão sobre a mão de obra que trabalhava as lavouras. Trata-se de uma opção metodológica, de voltar-se primordialmente para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado.

Em uma análise preliminar da nossa principal fonte, os periódicos da província de Alagoas, percebemos que os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes.³²⁶ Ou seja, a elite que editava os periódicos apenas reconhecia humanidade nos cativos quando esse se portava como revoltoso.

Nos periódicos analisados, que, evidentemente, apresentam a visão senhorial, podemos perceber como estes qualificavam seus cativos. O escravo era representado apenas de duas maneiras: ora como inimigo, ora como “bom escravo”. Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravo foragido seria reconhecido graças as suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos. Eram constantes os anúncios de “peocura-se” em todas as folhas analisadas. Um exemplo é a edição do dia 02 de janeiro de 1887 do *Jornal do Pilar* a seguinte notícia de “procura-se”:

Desapareceu, ao amanhecer do dia 20 de Janeiro na propriedade do engenho FLOR DA MURTA, (província da Bahia) um escravo de nome Justino, idade 35 anos mais ou menos, crioulo, que alguns chamam de cabra, cabelo ruim, altura e cumprimentos regulares, pouca barba e esta ao redor da boca; tem as juntas dos joelhos para dentro, pés para fora e também regulares e sofre falta de dentes. -Quem o pegar e trazer ao seu Sr. no referido engenho tem de gratificação duzentos mil reis, e cem mil reis quem o recolher à qualquer cadeia com segurança, avisando de pompto

³²⁶ No mais das vezes os escravos não apareciam como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso da elite, que buscava soluções para a crise da mão de obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

aqui ou na bahia aos Sns. LOPES & SOBRINHOS, e no Traipú ao Doutor José Jacinto de Souza. (Engenho FLOR-DA-MURTA. 13 de Fevereiro de 1873.; Joaquim Manoel Leal Amor.; 2ª edição)

A segunda maneira por meio da qual o escravo aparecia nos jornais de Alagoas era mais incômoda para a elite, pois neste caso a mesma era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens” que cometiam crimes e assassinatos contra seus senhores e membros de suas famílias. No exemplo a seguir é relatado um caso ocorrido no Rio de Janeiro, mas a notícia servia de ponto de partida para que fossem feitas considerações sobre o problema da transição da mão de obra cativa em Alagoas e em todo o Brasil de maneira geral:

No dia 25 do passado no Monte Verde, em S. Fidelis, um escravo do fazendeiro Thomaz Joaquim da Silva Faria, sendo repreendido pelos seus feitos, matou a foçadas uma filha de 13 anos de idade, indo logo entregar-se ao sub-delegado em S. João do Paraíso.(O Orbe, 28 de agosto de 1881, p.2)

Os crimes envolvendo escravos multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo, pois diante das transformações no mundo do trabalho o que seria feito da mão de obra nacional, especialmente daqueles envolvidos na pratica de crimes bárbaros?

Pelo Juizo municipal deste termo se faz publico, que se achão (sic) devidamente pronunciados os réos José Nunes, Manoel ventura do nascimento e Jorge, escravos de D. Maria de Carvalho Guimarães: o primeiro como incurso nas penas do art 193 do cod. crim, pelas facadas que dêra em Pantaleão Marques da Costa, em dias do mes de Junho do ano passado nas proximidades da povoação de igreja nova; o segundo pronunciado como incurso no art. 191 do mesmo cod. crim. pelas diversas pancadas, com um cacete, que dêra na cabeça de Anna Joaquina, em dias do mes de Julho do corrente ano, no lugar sitio Olhos d'Agua da Abobora; e o terceiro finalmente, como incurso no art. 193 do cod. crim. pelas diversas facadas que dêra em Antonio Jose de Sant'Anna, nbo dia 11 de fevereiro deste ano e na Barra da Laranjeira, distrito de Piassabussú tudo de-le termo. E porque os referidos réos pronunciados se tenham (sic) evadido para lugar nao sabido, o mesmo Juizo, na forma da lei em vigor, requisita, as competentes autoridades, a captura dos referidos réos, em qualquer parte que por ventura forem encontrados; porque prestarão grande serviço a causa da justiça publica. Penedo 20 de Outubro de 1875- Eu Manoel Antonio Barros Lyra- escrivão do jury o escrevy.- Aureliano A. Ribeiro e Silva. (Jornal de Penedo).

A constante reprodução de crimes e assassinatos cometidos por escravos tinha por objetivo amedrontar a elite proprietária e exigir desta um posicionamento diante da transição da mão de obra no país.

Diante da crise do escravismo, observada no grande número de fugas e nos crimes bárbaros envolvendo cativos e senhores por todo o país, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater os cativos que enveredavam por uma vida de crimes. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão de obra em Alagoas e no Brasil.

Os periódicos alagoanos no final do XIX

Para maior compreensão do processo de abolição da escravatura no estado de Alagoas destacamos os seguintes periódicos: *O Liberal* (1869-1884), *Jornal do Penedo* (1875-1881), *Jornal do Pilar* (1874-1879) e *O Orbe* (1879-1900). Seleccionamos estes periódicos para a presente pesquisa porque eles circularam por um período mais extenso, condição fundamental para identificarmos o discurso da elite, melhor conhecer o posicionamento de seus editores e perceber as possíveis alterações no discurso do periódico à medida que a crise da mão de obra se agravava no país. Os mesmos estão disponíveis para consulta no portal da Hemeroteca Digital Brasileira (<http://hemerotecadigital.bn.br/>) disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional.

Em um levantamento inicial no portal da Hemeroteca Digital Brasileira encontramos para a província de Alagoas mais de uma centena de folhas e periódicos que estão disponibilizadas para pesquisa, tanto folhas que foram redigidas em Maceió como no interior da província. Como o portal disponibiliza diferentes maneiras de busca estes jornais foram lidos e fichados respeitando-se a seguinte ordem: a-) Identificação do grupo responsável pela produção do periódico; b-) Vertente política e opinião quanto as questões referentes a transição da mão de obra; c-) Visão que possuía acerca do trabalhador nacional.

Por esta senda, para empreender esta pesquisa nos preocupamos metodologicamente em responder três questões quanto aos editores dos jornais e seu discurso. Primeiramente desvendar qual era o discurso de cada periódico, isto é, a facção política envolvida na produção da folha. Em segundo lugar identificar quem

fazia o discurso, ou seja, quem eram os proprietários e editores dos jornais e com quem eles se relacionavam. Por último, identificar como era o discurso de cada periódico e analisar a argumentação utilizada por cada folha para persuadir o maior número de proprietário da província a implementarem a transição da mão de obra de acordo com o seu discurso. Desta forma, por meio da demonstração que os proprietários de terras e escravos estavam diretamente envolvidos na produção e edição destes jornais, buscamos compreender o discurso quanto à solução do problema da mão de obra.

Uma série de cuidados específicos devem ser tomados quando se utiliza a imprensa periodista como fonte histórica. Tivemos como base à pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido (PALHA, 2000). Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos (MELO, 2003).

A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinadas passagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (PALHA, 2000). Pois, como salienta Pierre Nora, a mídia tem a capacidade de alterar a percepção do receptor podendo até mesmo modificar o fato em questão, além de interferir na sua percepção e na sua construção, difundindo versões e consolidando as mais diversas interpretações (NORA, 1995).

Aliado a leitura dos jornais também investigaremos a trajetória política de seus

principais editores e proprietários de periódicos, pois os mesmos tiveram participação política de destaque no contexto, seja através da divulgação de ideias em periódicos de sua propriedade, ou desempenhando funções administrativas no governo, como deputados, senadores ou até mesmo presidentes de província.

Fundamental ao entendimento desse processo é a identificação de grupos que se pode observar a partir da elite reunida em torno dos periódicos locais. Segundo Alex Lombello Amaral, ao final da Monarquia, os partidos políticos não eram organizações regulamentadas, não tinham estatutos escritos, suas direções não eram eleitas e tampouco seus programas aprovados em congresso, não possuíam fichas de filiação ou sedes. Na prática, ficavam sujeitos aos chefes políticos locais e às figuras de destaque estadual. Por esta senda, eram os periódicos que exerciam papel de estrutura sólida dos partidos, pois era na imprensa periódica que as políticas dos partidos eram colocadas “preto no branco”. Essas folhas tinham nomes próprios e sedes, as tipografias, ou redações e exerciam de fato a direção, pois era a voz dos partidos, reconhecida por amigos e inimigos. Portanto, os periódicos davam vida aos partidos-corrente-de-opinião no período em tela (AMARAL, 2008).

O estudo dos componentes de cada grupo, suas origens e identificação como membros da elite, participação ou ingerência em órgãos específicos da imprensa e sua atuação em instâncias diversas do Estado e da sociedade civil, permite perceber quem eram e a que representavam, verificando seus laços e compromissos com os objetivos e as propostas apresentados pelo governo central, a fim de delinear ou reconhecer suas diretrizes, ações, preocupações, e prioridades. Esse levantamento da elite alagoana na passagem do XIX para o XX foi tema de outros três projetos de Iniciação Científica propostos ao PIBIC entre 2014/15 e comporão um mapa mais amplo dessa elite e seu posicionamento em diversos processos observados no período, como o republicanismo, a urbanização, a inserção do capitalismo e a modernização do estado na passagem do século XIX para o XX.

A transição da mão de obra na imprensa alagoana

Ao centrar a pesquisa na imprensa local compomos um panorama da transição da mão de obra na ótica dos proprietários, salientando as diferentes visões políticas e, conseqüentemente, diferentes soluções para a crise. No levantamento realizado até

aqui encontramos nos periódicos analisados o discurso da elite provincial e percebemos suas estratégias para realizar a transição da mão de obra com o menor abalo político, econômico e social possível. Esta opção nos conduziu a duas questões: primeiramente foi possível conhecer o posicionamento político da elite proprietária diante do tema da transição da mão de obra, perceber a força de seu discurso e seus instrumentos de argumentação e convencimento. Em segundo lugar podemos averiguar como se deu na província diversos processos, como o avanço abolicionista e os preconceitos quanto à condição dos indivíduos, demonstrando o ajustamento social do período, em especial em artigos que descrevem a condição do elemento servil naquela sociedade.

Desta forma foi possível discutir as diferentes soluções aventadas pela elite política e econômica de Alagoas sobre a forma como impetrar a transição da mão de obra em suas propriedades no contexto de mudança da mão de obra escrava para livre.

As relações que se estabeleceram a partir da Lei Áurea, sem sombra de dúvidas, foram diferentes daquelas existentes no período escravista, transformações significativas ocorreram no modo de vida de parcela considerável da população brasileira, tanto na base social, composta pelo grande número de trabalhadores, como no topo da mesma, forçando os proprietários a se adaptarem as novas condições de trabalho e organização social. Com efeito, a elite da província de Alagoas precisou adaptar o seu discurso, regenerando o trabalhador nacional e recuperando-o do estigma da indolência, da barbárie e da vadiagem.

Outro aspecto a ser destacado é que os editores dos periódicos alagoanos lançavam mão do paradigma paulista ou fluminense, quando estes caminhavam ao lado dos seus interesses, e ora manejavam o medo de uma revolução social e da emersão de uma “onda negra”, pressagiando uma grave crise econômica que adviria com o fim do trabalho escravo e conseqüente abandono das plantações. Para, num outro momento, últimos anos de efetivo escravismo no Brasil, elogiar a experimentada mão de obra nacional e valorizá-la como opção mais acertada.

Diante da crise da mão de obra a elite proprietária se viu diante da urgente necessidade de encontrar novos trabalhadores que realizassem o trabalho na lavoura. Entre amedrontada e ansiosa com o porvir, a elite imaginou um trabalhador

perfeito: branco, civilizado e audacioso, que vindo da Europa, colocaria fim a modorra e a rotina nas fazendas da região e do país. No entanto, tal utopia não se concretizou e a mesma elite se viu obrigada a adotar a mão de obra ex-cativa, justamente aqueles que, de acordo com o discurso da época, iriam espalhar-se em maltas de vadios e difundir pânico e confusão pela sociedade. Esses delinquentes eram os únicos disponíveis para levar adiante o trabalho da lavoura e a elite precisou convencê-los, e também convencer a si mesma, das vantagens na utilização desta mão de obra.

Para tanto, iniciou-se uma profunda campanha a favor do braço nacional nos periódicos, o mesmo elemento passou a ser coberto de predicados e nobilitado, enfatizando a ideia de que o nacional, até então, sempre fora mal visto e mal aproveitado no país, vítima de graves injustiças e de preconceitos, tornando-se merecedor de uma oportunidade para demonstrar o seu valor. O nacional ressurgiu no discurso da elite como elemento probo, trabalhador, incansável e honesto. Surgia daí as sementes de uma construção de identidade nacional para o povo brasileiro que é constantemente reconstruída até os dias de hoje.

A representação de escravos no *Jornal de Penedo*

O *Jornal de Penedo* circulou de 1875 a 1913, editado por Manoel Batalha o periódico cobre um momento importante da história do país, passando pelo processo de abolição e o republicanismo. No período em tela a folha repercutia no interior de Alagoas as notícias que aconteciam na província, mas principalmente informava o que se passava na capital do Império, o Rio de Janeiro. Dessa forma, o editor refletia sobre o que acontecia no país e na sua capital e tentava transmitir os acontecimentos que considerava mais importante e repassá-los com algumas especificidades para o caso alagoano.

Geralmente cada edição era publicada com 4 folhas e 3 colunas, era propriedade de uma associação, sendo publicado uma vez por semana e sua assinatura se dava semestralmente. Embora o período de existência do periódico cubra um período bastante relevante poucos números estão disponíveis no portal de periódicos consultado, além disso não existem dados sobre o grupo responsável pela produção do jornal, as informações sobre os editores e colaboradores são escassas,

desconhecemos ou não encontramos dados sobre essas pessoas, embora tenha circulado por muito tempo poucos números do jornal estão disponíveis para consulta. Tal condição impossibilita uma análise mais detida do grupo responsável pela editoração do periódico e até mesmo conhecer sua linha editorial, uma vez que existe grande espaçamento entre uma edição disponível para consulta e outra. Por essa razão optamos em analisarmos a representação dos escravos nesse periódico, por ser revelador da visão que os editores possuíam dos escravos e de como os cativos eram vistos pela sociedade.

Fugiu no dia 31 de Janeiro, o escravo de nome Maximo, mulato, altura regular, barba serrada e preta (pode ter cortado a barba, olhos pretos, cabelos crespos, dentadura perfeita, tem em uma das costelas a qual não me recordo uma cicatriz, sendo dito o escravo propriedade do abaixo assinado. Quem o pegar dirija-se ao sitio Turrões, á ser entregue a seu senhor, e o terá do mesmo a gratificação de cem mil réis. (Jornal do Penedo, 8 de Fevereiro de 1875; João Caetano dos Santos; 8ª edição)

José Maria Gonçalves Perreira, precisa comprar escravos para serviço assim como para uma encomenda, e sendo boas peças paga-os por bom preço. (Jornal do Penedo, 13 de agosto de 1875. Edição 00032, pág. 4)

Analisando estas notas e muitas outras encontradas nos periódicos perscrutados podemos observar que os escravos eram tratados de forma brutal, sem o mínimo de respeito e para sua identificação eram dadas características que, geralmente, seriam usadas para referirem-se a algum animal e mesmos eram reconhecidos pelas suas cicatrizes.

Nos periódicos analisados os escravos passam a adquirir o status de agente ativo da sua própria história apenas na década de 1880 com o agravamento da crise da mão de obra, quando passou a majorar nas páginas dos periódicos notícias de crimes violentos cometidos por escravos.

Assassinato - no dia 17 do corrente, Sebastião escravo do Sr. Rafael Calado, italiano residente nesta cidade, assassinou ao infeliz quiquagenario Francisco das Chagas, no povoado denominado Feliz dezerto, freguezia de Piassabussú, deste Termo. O assassinado era um excellente homem, e morava naquele povoado, onde aparecer o escravo assanino que se tinha evadido da companhia do seu senhor. O infeliz Chagas tentou captura-lo; mas ele, armado de um pau, descarregou-lhe uma borduada tal que instataneamente roubou-lhe a existência. No dia 18 a noite constou ao Dr. Juiz Munincipal que o referido escravo se tinha recolhido a casa de deu senhor nesta Cidade. pelo que mandou o mesmo Dr. cerca-lhe a casa, e no dia 19, dando-se busca, nao foi encontrado o dito escravo. (Jornal do Penedo, 23 de Maio de 1876, pág. 1 ,Edição 00011)

A descrição minuciosa do assassinato tem por objetivo amedrontar a população e

chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata. Diante desta constatação, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer tais crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater esses assassinos. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão-de-obra.

Encontramos nos periódicos de Alagoas duas correntes mais fortes: a emancipacionista, defendida por liberais e conservadores proprietários de terras e escravos. E a visão dos abolicionistas republicanos, que eram contrários ao regime servil e se valeram tanto de argumentos humanitários como de ideias racistas para justificar o fim do regime. A proposta imigrantista invariavelmente aparece em ambos os lados, ora como salvação diante da vadiagem dos libertos, ora como risco para a unidade nacional e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos.

Neste momento de ruptura e reorganização social, o trabalho passou a ser dignificado e o nacional que o realizava foi valorizado na sua condição de trabalhador experimentado e acostumado com a lavoura. O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia por todo o país, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador.

Por esta senda, os proprietários deveriam agir com sapiência, empregando alguns trabalhadores nacionais. Estes primeiros contratados funcionariam como exemplo para “essa pobre raça, concorrendo ao mesmo tempo para a elevação do nível moral desses deserdados da sorte, que se acham separados da civilização e do progresso pela noite tenebrosa da ignorância” (Jornal de Penedo).

Além de demonstrar um olhar extremamente preconceituoso, o trecho citado revela a visão que os proprietários possuíam dos nacionais, enxergavam-nos como uma massa ignorante e flexível, fácil de ser manipulada e útil apenas para o trabalho pesado das lavouras.

Outras duas importantes questões que preocupavam a elite e os editores dos periódicos alagoanos era a necessidade de educar a população, a fim de formar

cidadãos mais regrados, e de realizar uma reforma criminal para impedir a ociosidade e punir os vadios, vagabundos e turbulentos.

Para combater tais males cabia ao poder público e a iniciativa particular realizar a recuperação do braço recém liberto e transformá-lo em cidadão através da educação e de punições quando esta se fizesse necessária:

A partir de 21 de junho de 1888 o periódico fez um balanço da Abolição e suas características, nestes comentários ficou evidente o medo de ainda acontecerem perturbações da ordem, principalmente devido à falta de ação do Estado em apressar a organização do trabalho com leis mais específicas que o regulassem e a necessidade de implementar uma reforma criminal.

Os editores também exigiam do poder público a criação de bancos agrícolas, favorecimentos à imigração, e aconselhava aos grandes proprietários o retalhamento de suas terras “aos colonos estrangeiros e principalmente ao nacional”. Inaugurando a era da regeneração na província. Neste balanço esperava que pelo uso útil da Liberdade, os recém libertos se mostrassem dignos da condição de cidadãos e lembrava que a liberdade impunha deveres.

Nos extensos artigos publicados quase semanalmente nas primeiras páginas do periódico os editores conferiam aos escravos a condição de pacientes e pacíficos, no entanto, ao analisarmos os pequenos artigos publicados esporadicamente e localizados em lugares sem nenhum destaque nas últimas páginas do periódico, podemos perceber que os cativos não eram tão pacientes assim, e desempenhavam, na medida do possível, seu papel de agente histórico.

Desta forma, os editores do periódico buscavam acalmavam a população e não apostavam na emersão de uma onda negra, como tais crimes sugeriram para outras facções, ao contrário, buscavam disseminar a ideia de harmonia e breve encaminhamento das questões para uma solução satisfatória e pacífica. Para os editores do periódico o “monstruoso crime” ocorrido no interior paulista era reflexo da condição do trabalho no país, que exigia pronta solução. Crimes de tais montas eram utilizados, magistralmente, para corroborar com a argumentação e ideologia da folha, sempre favoráveis a libertação.

A preocupação maior do jornal quanto aos crimes não era em relatar os fatos, mas, enfatizar o acontecido como ato bárbaro que havia sido cometido por um escravo, tomando assim um caráter escravista.

Conclusão

Nos periódicos analisados encontramos o discurso da elite e percebemos suas estratégias para realizar a transição da mão de obra com o menor abalo político, econômico e social possível. Ao mesmo tempo observamos as representações dos cativos nesses periódicos.

Essa análise contribuiu com nosso escopo ao longo do projeto pois demonstrou a complexidade das relações entre senhores e escravos e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a extinção da escravidão no mundo do trabalho.

A descrição de crimes e assassinatos cometidos por cativos convinha para amedrontar a elite e pressionar a mesma para encaminhar o fim do escravismo. Por outro lado, o crime contra escravos demonstra que esses eram as maiores vítimas do regime bárbaro, e por último, um universo de negociações nos é revelado com a leitura do ponto de vista dos cativos.

Referências

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884)**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF. 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros – o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, especialmente pp. 66-118.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na sociedade de classes.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. In.: **LPH: Revista de História.** Vol.3, n. 1, 1992. pp. 245-266.

_____. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. In.: **LPH: Revista de História.** Vol.3, n. 1, 1992. pp. 215-244.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro.* Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos problemas.** Tradução: Theó Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.

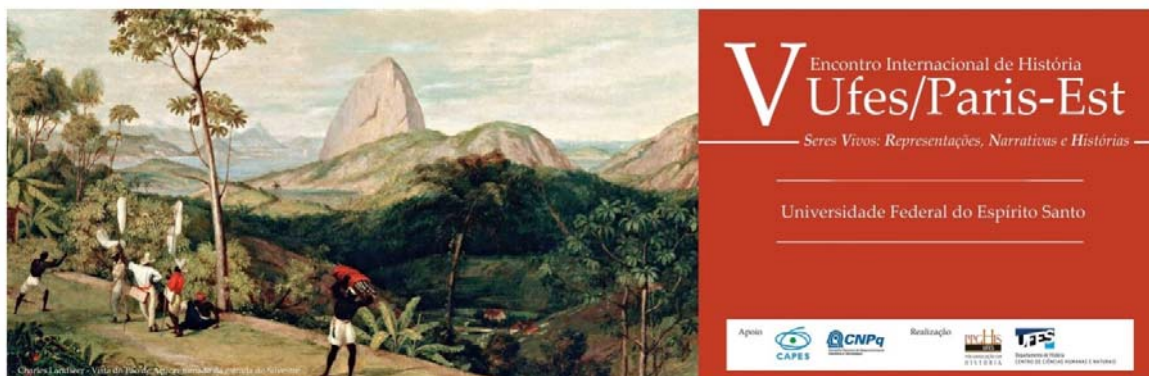
PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

PALHA, Cássia L. *Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular*. Niterói: dissertação de mestrado, 2000.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**. A história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilian Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, **Cadernos IFCH/UNICAMP**, n. 17, 1985.



O LIBERTADOR ESTÁ VIVO: USO E REINVENÇÃO DO MITO BOLIVARIANO NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ.

Fábio Teixeira Oliver
Mestrando em História – UFES

RESUMO: O presente artigo busca discutir o uso das referências a Simón Bolívar nos discursos do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Defende-se aqui que Chávez seguiu a tradição política local, ao se valer das representações do Libertador na busca por respaldo e adesão política, mas inovou incorporando ao discurso oficial a imagem de um Bolívar revolucionário, justificador de um embate nacional entre povo x oligarquia. Pretende-se, neste artigo, identificar, através da análise dos discursos chavistas, de que forma foi feita essa apropriação do principal herói nacional por Chávez e sua equipe de governo.

Palavras-chave: Mito Político; Simón Bolívar; Hugo Chávez.

ABSTRACT: This work search to discuss the use of references to Simón Bolívar in the speeches of former Venezuelan President Hugo Chavez. Defending here that Chavez followed the tradition of local political, to use the representations of the Liberator as seeking political support and membership, but innovated by incorporating in the official discourse the image of a revolutionary Bolivar, justifier of a national struggle between people and oligarchy. It's intended in this article to identify, by analyzing the Chávez's speech, how this appropriation, of the main national hero, was made by Chavez and his government.

Keywords: Political Myth; Simón Bolívar; Hugo Chávez.

Introdução

A velha e tradicional História Política, restringida por muito tempo aos grandes feitos (como guerras e revoluções), aos personagens individuais e geralmente atrelada a uma visão reducionista de poder, sofreu alterações significativas no decorrer do século XX, principalmente a partir de sua segunda metade. Embora relegada por algum tempo, em especial devido ao esgotamento de suas abordagens superadas, a História Política passou por uma renovação substancial e adentrou o século XXI como um campo mais amplo e rico. Parte desse ressurgimento se deve à incorporação de novos objetos, métodos e conceitos, pelo diálogo com outras áreas de conhecimento e, sobretudo, por uma nova visão sobre a própria ideia do que seria o político.

Acerca dessa renovação, o historiador Pierre Rosanvallon defende que o objeto político contemporâneo deve ser entendido como tudo que fornece sentido a um determinado grupo e contribui para criar um sentimento de pertencimento entre seus habitantes. Ou seja: o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano adquire as características de uma comunidade.

Em sua proposta de uma história filosófica do político, o autor defende que o objetivo desse novo enfoque é justamente ampliar o raio de análise para todos os aspectos responsáveis pela construção de uma determinada ordem e coesão social. O político, portanto, não deve ser enxergado como um campo restrito, à parte dos demais. Ele dialoga, e está implícito, com todo o sistema de representação que estabelece a ordem e o modo como as partes se relacionam em determinada comunidade. Sobre tal ampliação, o mesmo autor afirma que:

Devemos, de fato, nos mover na direção de uma história política total a fim de construir o sentido do político em toda sua complexidade. Hoje são muitas as vias pelas quais a história se renova... Nesse sentido, a história do político pode extrair conhecimentos da história cultural, da história social; da clássica história das instituições políticas e da história das ideias (ROSANVALLON, 2010, p. 47).

O historiador francês René Rémond também defende a flexibilidade do político, afirmando que a política se relaciona com todos os segmentos da configuração social - ora determinando, ora sendo determinada. Trata-se de um campo abstrato, assim como o econômico ou o social, que adquire concretude no cotidiano das

relações, sendo o ponto para onde confluem todos os componentes da trama social. (RÉMOND, 1996, p. 444).

Nessa renovação da História Política, destaca-se a contribuição da Nova História Cultural no sentido de oferecer elementos que até então estavam à margem das análises políticas: as representações sociais, os imaginários, as memórias coletivas, as mentalidades e o papel essencial dos mitos. A importância da abordagem dos mitos para a compreensão de determinados arranjos políticos justifica-se uma vez que a apropriação de personagens idealizados é uma estratégia utilizada à exaustão como forma de respaldo e adesão por diferentes líderes.

Na visão do historiador Raoul Girardet, a força motriz inerente aos mitos reside em sua capacidade de englobar - a ponto de misturarem-se quase de forma indissolúvel - traços de realidade e fantasia. Em sua análise sobre a influência do mito em torno dos Salvadores (como Napoleão, Charles de Gaulle e Philippe Pétain) no imaginário francês, o autor alerta para a difícil missão de se distinguir, em tais processos de heroização, os elementos fictícios dos históricos e, dessa forma, identificar suas parcelas de espontaneidade e de construção intencional (GIRARDET, 1987, p. 72).

Nesse sentido, os mitos possuem uma grande função justificadora, à qual comumente recorrem “os guardiões da tradição e os detentores/beneficiários da autoridade” (BALANDIER, 1976, p. 203). Além disso, tais construções apresentam intensa maleabilidade, podendo transitar entre tendências distintas e adequando-se ao momento histórico pertinente (GIRARDET, 1987, p. 12). Suas apropriações e seus usos, contudo, ocorrem com maior força em momentos de crise, já que auxiliam a restabelecer a confiança em um futuro incerto – como se dotados de um poder sobrenatural, ao qual os indivíduos se apegam por um novo começo (CASSIRER, 1992, p. 351).

E foi justamente em um contexto de tensão política que se pôde observar o ressurgimento de um dos mitos mais influentes na história contemporânea da América Latina: o de Simón Bolívar. Apropriado por Hugo Chávez no contexto de sua Revolução Bolivariana, o Libertador das Américas surge como pilar fundamental em uma proposta de governo que se auto-designa como revolucionário, pregando um modelo político-econômico totalmente diverso de seus antecessores.

O papel do mito bolivariano na história política venezuelana

A adoração em torno de Simón Bolívar sempre foi um ponto de importância crucial nas sociedades latino-americanas, em especial na Venezuela. O líder militar que comandou as lutas de independência contra o colonizador europeu foi alçado ao posto de principal herói e símbolo nacional. Seu nome passou a designar ruas e praças, seus retratos e estátuas se disseminaram por toda a Venezuela e, dessa forma, as homenagens ao Libertador seguem atravessando os séculos.

Sua figura, além de ter papel de destaques no panteão de heróis locais, foi essencial na construção da identidade nacional venezuelana. Segundo o historiador Germán Carrera Damas, o culto a Bolívar surge como um fator de unidade e comoção entre a população, já que cabia a eles fazer valer o empenho de Bolívar pela libertação do país. Tal como se o Libertador houvesse lançado as sementes de uma pátria livre, e coubesse ao povo se unir e empenhar-se para que os frutos de tal processo pudessem ser colhidos, como afirmou também Blanco-Fombona:

O Libertador passou pela dor profunda, que o levou ao sepulcro, de ver os ideais de toda sua vida desconhecidos e caluniados. Viu triunfarem os medíocres e os traidores. Viu paróquias levantarem-se contra ele e se imporem homúnculos e pátrias minúsculas. [...] O seu drama foi um dos mais tristes que a história conhece! Foi um grande homem sem grande povo (BLANCO-FOMBONA, 1944, p. 153 - 154).

Essa veneração intensa fez com que o Libertador se tornasse mais do que um símbolo da nova nação venezuelana. Bolívar foi essencial na construção de uma cultura identitária nacional na recém emancipada Venezuela, já que, o país passou no pós-independência por um intenso conflito interno (a Guerra Federal se estendeu de 1859 a 1863). No entanto, para além da importância enquanto símbolo nacional, Bolívar passou por um processo de canonização perante a população, tornando-se uma espécie de santidade aos olhos da comunidade. Sua adoração adquiriu proporções míticas e a população, em especial os camponeses, construiu representações do general como um indivíduo dotado de poderes sobrenaturais, ao qual dirigiam suas orações e suplicavam por suas bênçãos (CARRERA-DAMAS, 1973, p. 231).

Com poder indiscutível junto à população venezuelana, a principal discussão em torno do mito bolivariano diz respeito às suas origens. Enquanto uma corrente

considera esse processo de mitificação como algo espontâneo, que surgiu inserido no imaginário popular, há uma tendência diversa que defende um empenho da elite *criolla*, da qual o próprio Bolívar fazia parte, em construir os símbolos e valores da recém formada nação, fazendo do Libertador a marca maior da identidade emergente (FREDRIGO, 2010).

Contudo, não se descarta que ambas as interpretações, na verdade, se complementem. Afinal, todo o empenho em construir uma imagem de herói para Simón Bolívar não deve ter sido tramado sem a observância do poder que a figura do Libertador exercia perante as camadas populares. Sobre tal discussão, parece pertinente a visão de Arenas e Calcaño, os quais sugerem que:

El culto bolivariano no solo tiene sus cauces en las formas y necesidades de la política institucionalizada. El mismo está presente también – y sin duda alimentado y reforzado por aquella dimensión – en las manifestaciones populares. Es aquí donde encuentra sus expresiones más espontáneas de religiosidad. Carrera Damas ha advertido que la imagen de Bolívar goza, junto a de los santos, de la veneración de los campesinos para quienes “no se trata de un superficial acatamiento de consignas oficiales fetichistas, sino de “una verdadera compenetración emocionada” con la persona y la gesta del Libertador. (ARENAS E CALCAÑO, 2004, p. 171).

Para além da discussão sobre suas origens, o fato concreto e inegável é que a apropriação e o uso do mito bolivariano tornaram-se prática recorrente na esfera de poder oficial da Venezuela. Pouco depois da morte de Bolívar, seu poder simbólico já era invocado em um momento no qual a Venezuela era assolada pelo término de uma Guerra Federal, marcada pela oposição entre os independentistas e os adeptos da Coroa Espanhola. Findado o conflito, houve a necessidade latente de se empreender a unificação nacional. Nesse ensejo, o Estado venezuelano se empenha na caracterização de Bolívar como sendo o “Pai da Pátria”. Recorrendo a tal figura, tão cultuada pela grande massa, o Estado nascente encontrou uma estratégia pertinente para incorporar a parte da população que ainda não se sentia parte de tal comunidade.

Desde então, Bolívar se fez presente em praticamente todos os governos venezuelanos. Apesar de algumas diferenças específicas, suas referências foram geralmente utilizadas no discurso oficial no sentido de construir um personagem em torno do qual a população deveria se unir, configurando um forte elemento de integração nacional. Nesse sentido, fomentou-se o mito agregador, um ponto de

coesão no qual os venezuelanos deveriam superar as diferenças e caminhar rumo a uma nação unida. Foi assim na época em que caudilhos ameaçavam o poder central, durante as inúmeras ditaduras que vigoraram no país ou mesmo durante o período democrático.

A tendência unificadora atribuída a Bolívar pelos governos venezuelanos veio geralmente acompanhada de outras duas invariáveis: seu caráter conservador e sua legitimidade quase incontestável. Conservador porque geralmente foi vinculado à manutenção do *status quo*, como símbolo do poder estabelecido. E incontestável porque sua simbologia na maioria das vezes não necessitava - ou ao menos não era acompanhada - de maiores justificativas. Assim, o Bolívar incorporado pelo Estado, apesar de sua força junto à população, funcionou muito mais como um símbolo fossilizado do poder central do que um tema sobre o qual houvesse uma discussão política. Enquanto existem registros que, durante a Guerra Federal, Bolívar foi apropriado pelas camadas populares para reivindicar seus direitos, o personagem institucionalizado pelo Estado parecia estar acima das questões sociais.

Essa construção passou a ser contestada a partir de 1960, quando a esquerda venezuelana propôs uma nova abordagem do Libertador defendendo a ideia de um Bolívar revolucionário, mesclando suas ideias com elementos do socialismo soviético. Tal tendência ganhou força especialmente com a publicação do manifesto *Marxismo-leninismo-bolivariano*, escrito por Pedro Duno em 1969, o qual defendia que, decorrente de sua proposta eurocêntrica, o marxismo ortodoxo não se adequaria à realidade latino-americana, e, portanto, era essencial que o mesmo fosse enriquecido pelos ideais de teóricos políticos mais próximos da realidade local (UCHOA, 2005, p. 166).

É dentro de tal cenário de revalorização das ideias do Libertador, que inclusive tiveram influência em alguns grupos das Forças Armadas, que começam a surgir os primeiros grupos rebeldes que tramavam contra o modelo de governo neoliberal da época. Tal contexto, somado a uma crise política e econômica que se agravou no governo de Andrés Perez (1989 - 1993), ofereceu o terreno ideal para que tais alianças ganhassem força. Surge então o MRB-200, grupo composto por civis e militares que empreendeu uma tentativa de golpe em 1992, sob o comando do tenente coronel Hugo Chávez.

O golpe não obtém êxito, no entanto a figura do líder do movimento ganha notoriedade em toda a Venezuela, sobretudo entre as camadas populares. Com seu grupo auto-designado de bolivariano, Chávez se apresenta como alguém que pretendia se valer das ideias do Libertador para inaugurar um novo sistema de governo, pautado em medidas inclusivas e redistributivas. Candidato a presidência em 1998, Chávez vence as eleições e assume o poder pregando a necessidade de um processo revolucionário que modificasse essencialmente o modelo político-econômico vigente, intitulado seu governo de “Revolução Bolivariana”.

Chávez, portanto, emerge ao poder mantendo a prática de utilização do simbolismo referente à Simón Bolívar, talvez dando uma ênfase maior do que qualquer um de seus antecessores. O termo “bolivariano” torna-se uma constante no cenário político nacional, extrapolando inclusive os limites da Venezuela. Mesmo nos dias atuais é interessante observar como tal adjetivo está presente nas discussões políticas, sendo utilizado na maior parte das vezes para caracterizar tendências de esquerda.

A forma como Chávez reconstrói a figura do Libertador, no entanto, apresenta uma diferença essencial em relação aos governos anteriores: o caráter revolucionário atribuído a Bolívar. Enquanto a maioria dos ex-presidentes utilizou o herói nacional como símbolo da coesão nacional, Chávez defendeu um resgate prático de seus ideais, defendendo que o legado político do Libertador serviria de suporte teórico para um processo revolucionário que buscava libertar a maioria do povo das garras de uma elite que concentrava o poder econômico e político nacional. E reside justamente aí a inovação que Chávez atribui ao personagem já há muito utilizado pelos governantes: Bolívar seria o justificador de uma ruptura social na Venezuela, um embate entre os desfavorecidos e os que monopolizavam as riquezas e o comando do país.

A Revolução Bolivariana

Com a vitória de Hugo Chávez nas eleições de 1997, iniciou-se na Venezuela um modelo de governo que defendeu medidas de caráter reformista, consolidadas em grande parte com a aprovação da nova constituição, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2000. Tratava-se do início da “Revolução Bolivariana”: segundo a equipe de governo chavista, o novo governo seria parte de um processo

revolucionário, que visava romper definitivamente com o modelo político-econômico anterior.

Chávez defendeu que as mudanças teriam como base, em grande parte, os ideais de Simón Bolívar, considerando o Libertador mais do que um personagem histórico atrelado a um passado glorioso. Para o novo presidente, Bolívar seria um dos maiores teóricos políticos latino-americanos e um marco na luta pela hegemonia e soberania nacional. Chávez entendia o momento de sua ascensão como semelhante ao momento colonial, quando os interesses de uma pequena elite bloqueavam a liberdade da massa, e, portanto, defendia o resgate das ideias do principal herói da independência e sua inserção no cenário atual.

Dessa forma, Chávez buscou reconstruir a imagem do Libertador como inspiração para os preceitos de seu governo revolucionário, defendendo a ideia de um Bolívar democrático, popular e nacionalista, que empenhou sua vida na luta por uma Venezuela livre e igualitária e que, por isso, deveria ter os ideais resgatados na nova conjuntura em questão. Com base nessa visão, o ex-presidente construiu em seu discurso uma realidade dicotômica da Venezuela, na qual os apoiadores da Revolução Bolivariana seriam os novos “Patriotas” (em referência aos que lutavam pela independência no período colonial) e seus opositores os traidores da pátria.

Em seus discursos, Chávez afirmava a existência de um país em choque entre a oligarquia atrelada ao capital estrangeiro - composta em maioria pela elite petrolífera, pelos detentores dos meios de comunicação privados e pelos antigos governantes do país, alheios aos interesses nacionais - e a grande maioria da população, defasada economicamente e excluída da esfera política e dos direitos sociais básicos.

Estos golpistas, estos apátridas, lo que pretenden es que al pueblo no se le instruya; lo que pretenden es que a los niños y a los jóvenes, sobre todo de los sectores más pobres y de las clases medias, no se les eduque, que no tengan acceso a la educación para que les siga dominante durante 500 años más. ¡Lo juro que no van a lograr! Llamo a Venezuela toda a ponerse de pie, unida, a defender la educación, que es a defender la vida de Republica (FRÍAS, 2003, p. 55).

Ao sustentar em seus discursos a existência de tal realidade dicotômica (povo x oligarquia) e ao entender que a Venezuela já havia experimentado esse embate em

seu período colonial, tendo sido liberta pelo comando de Bolívar, Chávez contribuiu para a construção de sua própria representação como novo líder militar que conduziria a Venezuela à essa segunda independência. Dessa forma, o presidente e sua equipe de governo se empenharam na construção da ideia de que Chávez seria a personificação do processo revolucionário, herdando a espada de Bolívar. Pode-se verificar tais tentativas através de obras que tratam da relação entre as figuras de Chávez e Bolívar, como os livros *Chávez Nuestro* e *Historia de la Revolución Bolivariana*, ambos publicados em 2004, marcados pela exaltação à bravura e ao espírito de liderança de Chávez e pela aproximação de sua revolução com as lutas de Bolívar.

Apesar de defender a pertinência das ideias políticas de Bolívar nesse novo contexto histórico, lançando inclusive obras que relacionam seu projeto de governo com os ideais bolivaristas, o que se observa é que na maioria das alocações destinadas à grande massa Chávez utiliza as referências ao Libertador através de um caráter muito mais mítico do que prático. Chávez parece optar em seus grandes discursos pela utilização de referências a Bolívar carregadas de entusiasmo, dando preferência a passagens muito mais reflexivas do Libertador do que a escritos de cunho propriamente político.

Pode-se imaginar que o ambiente dos grandes discursos não seja propício a um debate mais profundo sobre os aspectos políticos de sua doutrina. Geralmente marcado pelo entusiasmo e pela emoção que caracterizam os grandes encontros políticos, é compreensível que a retórica acabe tornando-se mais importante em tais ocasiões do que a exposição mais sistemática de uma agenda política. Em obra que discute a construção discursiva do povo brasileiro, por exemplo, a autora Maria Emília Lima chama atenção para alguns aspectos que compõe o discurso político. Além das condições sócio-históricas de produção, a historiadora alerta ainda para a importância de se levar em consideração os destinatários de tal discurso, já que toda alocação é “destinada a um outro específico” (LIMA, 1990, p. 24).

Dessa forma, a tendência em se criar um Bolívar revolucionário, que vá de encontro aos anseios da grande massa, parece se aproximar muito mais do *protobolivarianismo* que marcou o imaginário popular nos tempos da Guerra Federal, o qual se baseava em uma memória oral e repleta de componentes místicos a

respeito do Libertador, do que do personagem quase fossilizado patrocinado pelo Estado-nação. (FERREIRA, 2006, p. 96).

A grande maioria dos governos recorreu a Bolívar apenas como um símbolo da grandeza venezuelana, do passado glorioso de seu povo, sem, no entanto, fazer uma relação direta entre os problemas nacionais e os ideais do Libertador. Bolívar era indiscutível por si só, um símbolo da unidade nacional que não necessitava de justificativa, tornando-se “uma imagem descarnada, uma efígie reverenciada como instituição inquestionável da organização social” (FERREIRA, 2006, p.172). No governo Chávez há a proposta do resgate de Bolívar em vista de sua função prática, por conta de seus ideais de liberdade e igualdade e por seu exemplo na utilização prática de tais valores, de forma semelhante à apropriação radical presente entre as camadas populares no pós-independência (que se apropriavam de Bolívar como justificador de revoltas que reivindicavam medidas como o fim da escravidão e melhores condições de vida aos camponeses).

Apesar da defesa de tal praticidade e pertinência dos ideais do Libertador, a forma como Chávez utiliza as referências a Bolívar em suas falas se aproximam muito mais do tratamento dado a um ser metafísico do que a um personagem histórico. O ex-presidente sugere a existência de, muito além de um herói e teórico político, um ser sobre-humano, cujo espírito se faz presente no coração de cada um dos que lutam pela libertação da pátria venezuelana, como afirmou em 2002 ao dizer que: “Bolívar hoy no es un hombre, Bolívar hoy es un pueblo, Bolívar hoy es una idea; Bolívar es un sueño, Bolívar es un pueblo”(FRÍAS, 2005 - 2002, p. 408). Parte da adesão que o discurso de Chávez tem de grande parcela da população venezuelana parece estar diretamente relacionada com tal caráter mítico atribuído ao Libertador e com a constância que seu nome é evocado em tais discursos.

A recorrência com que Bolívar aparece nas falas de Chávez não significa, contudo, que o ex-presidente utilize um vasto repertório de citações sobre tal personagem em seus discursos políticos. As referências são muitas vezes repetitivas e encaixadas em sua fala conforme a conveniência, promovendo recortes que deturpam as palavras de seu contexto original. A força do uso de Bolívar na oratória chavista, portanto, parece estar relacionada muito mais à sua amplitude retórica, carregada de apelo emotivo e grau de misticismo consideráveis, do que à historicização de seus

ideais.

Observa-se, portanto, que, apesar de Chávez justificar que “el nombre de Bolivariana no fue sólo como una bandera efectista para utilizar el nombre de Bolívar” (FRÍAS, 2005 - 2001, p. 165) o uso prático das referências ao Libertador em seus discursos parece se aproximar muito mais de uma estratégia retórica do que propriamente de uma discussão em torno da possibilidade de utilização política de seus ideais no presente, ao menos no que diz respeito às falas direcionados à grande massa. O teor das citações e os contextos nos quais as mesmas são encaixadas revelam um uso das palavras de Bolívar mais voltado para a comoção popular do que propriamente para uma exposição acerca da influência prática do herói nacional em seu modelo de gestão.

Se Chávez inovou no sentido de construir o discurso oficial a partir do uso de Bolívar como o justificador de uma revolução, o presidente pareceu manter a tradição ao insistir na apropriação do personagem de forma isenta de problematizações e muitas vezes anacrônica. Ao representar Bolívar como um líder popular, empenhado na defesa dos valores de igualdade e justiça social, Chávez não considerou interpretações contrárias – as quais tratam o Libertador como ator político que, em seu contexto, defendeu a alternância de poder entre a Coroa Espanhola e a elite criolla, por exemplo - e descartou fontes produzidas pelo próprio Bolívar cujas ideias se chocavam com tal representação.

Considerações finais

Por mais que Chávez defendesse a pertinência dos ideais de Bolívar em sua conjuntura histórica de governo, observa-se em seus discursos um uso muito mais mítico do que prático das referências ao Libertador. E grande parte das críticas dos opositoristas figura, justamente, em considerar Chávez como um populista (no sentido mais pejorativo que o termo possa ter) que fez uso de Bolívar como espécie de marketing político, não havendo um real projeto de governo inspirado em seus ideais.

Apesar de atribuir a Bolívar função política de destaque - a ponto de incluí-lo no próprio nome do país, o qual a partir da promulgação da nova constituição passou a

chamar-se República Bolivariana da Venezuela - observa-se que Chávez, apesar da nova roupagem oferecida ao herói nacional e de um discurso que defenda a pertinência de seus ideais no panorama atual, parece se utilizar de Bolívar (pelo menos nos discursos destinados à grande massa) como um recurso de inegável eficiência para buscar legitimidade e adesão popular em seu governo.

Chávez apresenta as referências ao Libertador a partir de visões que despertem um sentimento de participação na população, passando a ideia de Bolívar como um personagem de ideais revolucionários, empenhado em implementar os valores democráticos na sociedade da época, mas que no entanto viu os frutos de sua luta se perderem por conta das traições de que foi vítima. Ao dar a vida pela defesa da Venezuela, Bolívar se torna um exemplo de perseverança e martírio, no qual a população deveria se espelhar nesse novo contexto de libertação. Nesse sentido, Bolívar pode ser apresentado como herói, mas também como uma espécie de profeta do destino americano. É ao mesmo tempo revolucionário e vítima, morrendo pela defesa dos seus ideais. Bolívar pode se enquadrar em diferentes categorias, desde que a menção a seu nome se encaixe no contexto pretendido e sirva como motor da comoção popular.

Referências bibliográficas

ARENAS, Nelly. CALCAÑO, Luis Gómez. Los círculos bolivarianos: El mito de la unidad del pueblo. **América Latina Hoy**. Salamanca: 2005.

BÁEZ, Luis; ELIZALDE, Rosa Miriam. **Chávez Nuestro**. La Habana: Abril, 2004.

BALANDIER, Georges. Mitos Políticos de Colonização e Descolonização. In: **As Dinâmicas Sociais**. São Paulo: Difel, 1976.

BLANCO-FOMBONA, Rufino. O idealismo internacionalista de Bolívar. **A Manhã**. Rio de Janeiro: 29/10/1944. Suplemento Pensamento da América.

CARRERA-DAMAS, Germán. **El culto a Bolívar**. Caracas: Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1973.

CASSIRER, Ernst. **El mito del Estado**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

EL TROUDI, Haiman; BONILLA-MOLINA, Luis. **Historia de la Revolución Bolivariana: pequeña Crónica 1940- 2004**. Caracas: Gato Negro, 2004.

FERREIRA, Carla Cecília Campos. **Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1859-1863)**. Porto Alegre: UFRS, 2006.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e Escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)**. São Paulo: UNESP, 2010.

FRÍAS, Hugo Chávez. **El golpe fascista contra Venezuela: “aquí está en juego la vida y la patria”**. La Habana: Plaza, 2003.

_____. **1999: año de la refundación de la republica**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

_____. **2000: año de la relegitimación de poderes**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

_____. **2001: año de las leyes habilitantes**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

_____. **2002: año de la resistencia antiimperialista**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

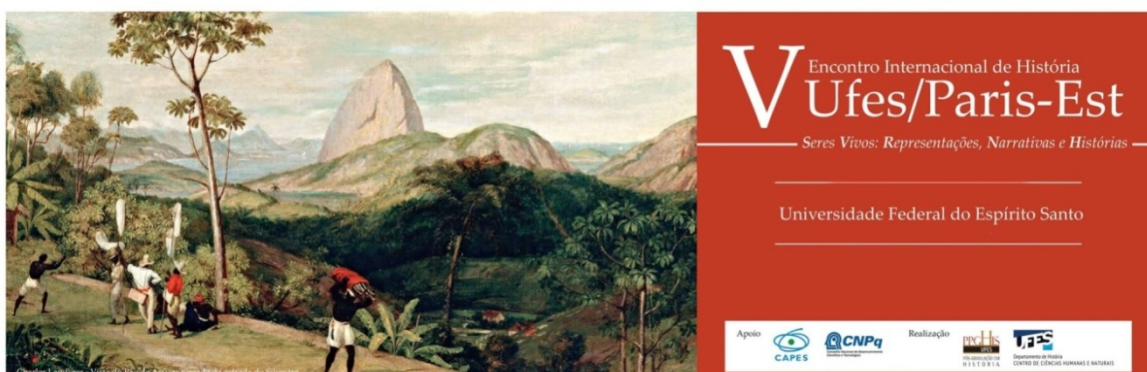
GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

LIMA, Maria Emilia A. T. **A construção discursiva do povo brasileiro: Os discursos de Primeiro de Maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Unicamp, 1990.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

UCHOA, Pablo. **Venezuela:** a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Globo, 2000.



DO MARCANTE AO DELICADO – A TRANSIÇÃO DO PALADAR E O CONSUMO DE VÍVERES EM PORTUGAL ENTRE OS SÉCULOS XVII-XVIII

Fernando Santa Clara Viana Junior
Mestre em História – UFES

RESUMO: Buscamos apresentar o processo de transição da alimentação portuguesa entre os séculos XVII-XVIII, inspirado nas modificações francesas do século XVI, e absorvido por grande parte da Europa. Além das modificações de práticas e técnicas culinárias, analisamos as alterações dos ingredientes, estes que mudaram de maneira mais substancial. Falamos de um período em que os sabores marcantes das especiarias, usadas em abundância e pela pompa excessiva nas apresentações dos pratos característicos do medievo, deram lugar a sabores mais delicados, com temperos que valorizavam o sabor natural dos alimentos, deixando-os mais leves e modernos. Para aferirmos este processo, tomamos como base para análise os dois primeiros livros de cozinha portugueses publicados: *Arte de Cozinha* (1680), de Domingos Rodrigues, e *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha* (1780), de Lucas Rigaud. Objetivamos, portanto, esquadrihar, em linhas gerais, quais foram as modificações expressas no paladar português, à guisa da influência francesa, constantes nos dois primeiros livros de cozinha portugueses da modernidade.

Palavras-chave: Processo civilizador; Cozinha moderna portuguesa; Cozinha de corte; Livros de cozinha portugueses.

ABSTRACT: We seek to present the process of transition of the portuguese food between centuries XVII-XVIII, inspired by the French modifications of the sixteenth century, and absorbed in much of Europe. In addition to the changes of practices and culinary techniques, we analyze the changes of the ingredients, which changed more substantially. We speak of a period in which the striking flavors of spices, used in abundance and excessive pomp in the presentations of the signature dishes of the Middle Ages gave way to more delicate flavors with spices that valued the natural flavor of food, making them lighter and modern. To check this process, we take as a

basis for analysis the first two Portuguese cookbooks published: *Arte de Cozinha* (1680), Domingos Rodrigues, and *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha* (1780), Lucas Rigaud. We aim therefore scan, in general, what were the changes expressed in the Portuguese taste, by way of French influence, contained in the first two Portuguese cookbooks of modernity.

Keywords: Civilizing process; Modern Portuguese Cuisine; Cutting kitchen; Portuguese cuisine books.

A História da Alimentação e a emergência do processo civilizador

Inicialmente, vale ressaltarmos que é recente o movimento que inclui a alimentação como referência de estudo na História. Este movimento cresce junto à renovação pela qual passa a História a partir da década de 1970, o que permite que coloquemos em *xeque* temas contemporâneos – tais como a própria alimentação –, impulsionando as produções na área de história cultural e permitindo discussões de temas que compõem um leque cada vez mais amplo de possibilidades (BURKE, 1992, p. 38-32; REIS, 2003, p. 27-42).

A alimentação é fruto de produções já desde a Roma e a Grécia antigas. É neste período que encontramos importantes escritos, como o poema *Hedypatheia* (“vida de luxo” – 330 a.C.), escrito pelo grego Arquestratus (séc. IV a.C.), e *De Re Coquinaria*, compêndio culinário com receitas escrito por Apicius (25 a.C. – 37 d.C.). A emergência das discussões sobre a história da alimentação, especificamente, culmina com a publicação da coletânea *História da Alimentação* (1998) organizada pelos historiadores Jean-Louis Flandrin (1931-2001) e Massimo Montanari (1949-). Sua publicação inicial é de 1996 e traz em seu escopo discussões acerca do fazer cotidiano relacionado não somente ao alimento, mas a todos os processos e relações que o cercam, discussões essas propostas por historiadores quem têm, portanto, a alimentação como objeto de suas discussões. Aqui no Brasil as discussões do gênero ganham o cenário desde a década de 1930, quando Gilberto Freyre (1900-1987) traz à tona o alimento em sua obra *Casa-Grande e Senzala* (1933). Isso abre espaço para que outros escritos venham à tona e o alimento ganhe cada vez mais espaço, culminando com a majestosa publicação de Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) *História da Alimentação no Brasil* (1968), esta

que perpassa a formação culinária do Brasil à partir das influências indígenas, africanas e européias, além de propor uma análise social deste processo de formação. Além disso, outros autores e outros trabalhos vão galgando caminhos apresentados por estes autores, construindo, porém, incursões e amarras peculiares.

Se temos, por um lado, a discussão sobre a alimentação e sua importância ao longo da história como um recente viés de discussão, a produção culinária, por outro lado, como visto, já figura há muito tempo. Apesar disso, é no Renascimento que os compêndios culinários, associados aos manuais de comportamento, tiveram maior repercussão. O sociólogo Norbert Elias buscou analisar, em sua obra *O Processo Civilizador*(1939) quais são os processos que permitem – ou que ululam por – modificações do comportamento a partir deste período. Em seu estudo, este que se faz necessário à uma primeira discussão aqui apresentada, o autor buscou entender quais são as modificações nas relações ocorridas durante a modernidade, e quais os efeitos disso naquele momento. Dessa forma, o autor discute o próprio conceito de *civilização*, este que emerge no período moderno e que é balizar para responder às questões ora propostas (ELIAS, 2011, p. 65-80). Para tanto, apresentamos brevemente o contexto de mutações que tecem o processo civilizador moderno.

Grande foi a produção de manuais que tinham por objetivo *ensinar* novos comportamentos³²⁷ a uma nobreza que, oriunda de uma cavalaria guerreira medieval, via o rei tornar-se detentor de um poder cada vez maior – por meio de, dentre outros fatores, o acúmulo de riquezas e do advento a pólvora, que tira das mãos do nobre o poder do monopólio das armas (ELIAS, 1993, p. 16-18). As guerras, então, apesar de serem significativas ao longo da modernidade, dão espaço às disputas entre os nobres cortesãos, deslocando o campo de batalha para o interior da corte (ELIAS, 2011, p. 72-80). A partir deste momento, portanto, modificam-se uma série de estruturas sociais; modificam-se, conforme nos diz o historiador Jacques Revel, as *linguagens dos corpos* (2009, p. 168-169).

Assim, ficou a cargo da corte – especialmente a corte francesa, esta que muito cedo já se conformara enquanto *estamento social* e dotada de um destaque *sui generis*

³²⁷ Para conhecer um pouco mais sobre esses manuais de comportamento, sugerimos a leitura de CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. (1ª edição 1528)– São Paulo: Martins Fontes, 1997 e Róterdam, Erasmo. *De Pueris*.(1ª edição 1530) 2. ed. – São Paulo: Escala, 2008.

(cf. ELIAS, 2011, p. 79; LOPES, 2012, p. 72) – a produção de um corpo de protocolos e etiquetas, que culminam com processos ligados ao *autocontrole* e ao *refinamento* dos atos ao longo do tempo. Desta forma, esta corte tornou-se referência de civilidade, pois, além de tratar-se da nação mais rica da modernidade (ELIAS, 1993, p. 29-33; 72-73), exportou maneiras e linguagens tidas como refinadas, o que permitia a sua distinção em relação às camadas tidas como *inferiores* da sociedade (ELIAS, 1993, p. 17).

A modernidade é, portanto, um período onde os *processos civilizadores* ganharam um notório destaque, paralelamente à centralização do poder régio, além de um paralelismo deste poder junto ao da igreja, culminando com a formação de um Estado moderno. De maneira geral, a civilização pode ser entendida, portanto, segundo o sociólogo Norbert Elias, como

uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. [...] Não há nada que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. [...] Este conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. [...] Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou a visão de mundo (2011, p. 23).

São essas mudanças, portanto, que tornam-se a *égide* de novos hábitos e maneiras que culminam, inclusive, com modificações aferíveis a partir da culinária e da alimentação.

A cozinha de corte e as modificações à francesa

Como visto, a modernidade traz uma série de modificações, não somente as de relações entre indivíduos, como as suas relações com o mundo. A alimentação, portanto, não foge à regra: desde o medievo até o século XVI, o alimento tem uma estrita ligação à medicina, ligação esta que cinde na modernidade, permitindo que o alimento galgasse um caminho mais *autônomo*. Deveria ser compostas de forma cada vez mais delicada, característica da modernidade; as refeições deveriam ser leves como uma canção, acariciantes como uma ode anacrônica, graciosas como uma *pétitepoésie*, cintilantes como uma gema ou cinzeladas como um camafeu. O homem começava a encontrar, na cozinha e nas artes, novos prazeres

(CAMPORESI, 1995, p. 46).

Se a comida – ingredientes e técnicas – tinha, até o início da modernidade, o intuito de ser uma alimentação voltada para a *vida*, na modernidade iniciou-se um processo em que o alimento serviria ao *paladar* (cf. MAZZINI, 1998, p. 254-265). E, como visto, sendo a França a grande exportadora de *regras de conduta e boas maneiras* ao longo da modernidade, as modificações ora apresentadas emanam deste território e conquistam rapidamente o restante da Europa.

Ao longo do medievo, como consequência desse estreito laço da alimentação com a medicina, muitos pratos que traziam em seu escopo características locais, principalmente no que tange ao uso de ingredientes, haviam desaparecido. Buscavam-se no uso incisivo das especiarias, dos ingredientes ácidos e nas cocções de longa duração, principalmente, as soluções para os desequilíbrios alimentares – alimentos que eram tidos como excessivamente úmidos, secos, quentes ou frios (LAURIOUX, 1998, p. 465). Persistiam-se, portanto, os sabores excessivos dos temperos, estes que sobrepujavam os sabores dos próprios alimentos. Já na modernidade, a diversidade de especiarias apresenta uma acentuada queda, ficando à cargo da pimenta, do cravo e da noz moscada, principalmente, enriquecer os sabores dos alimentos; a canela e o cravo ficam cada vez mais ligados aos preparos de doces, enquanto o gengibre e o açafrão “só excepcionalmente são usados” (FLANDRIN, 1998, p. 651); o limão, o vinagre e as laranjas azedas, principais ingredientes que conferiam acidez às preparações ao longo do medievo, usados largamente, perdem espaço ao longo da modernidade, tendo o vinho e o agraço³²⁸ entrado como coadjuvantes dos ácidos neste período (FLANDRIN, 2009, p. 102-104).

Outros ingredientes que merecem destaque às mesas da nobreza moderna são os legumes, estes que crescem em detrimento das leguminosas, que foram destaque de consumo ao longo do medievo (FLANDRIN, 1998, p. 545). Seja para atuarem como temperos aromáticos³²⁹ ou como acompanhamentos, os legumes logram destaque nas refeições ao longo da modernidade. Na Itália renascentista o consumo

³²⁸ Tipo de suco de uva, feito a partir de uvas verdes ácidas.

³²⁹ Além dos legumes que servem como aromáticos – como é o caso da cebola, da cenoura, do aipo e das chalotas, por exemplo, vale ressaltarmos um aumento considerável do consumo de ervas aromáticas, como o tomilho, a salsa e o coentro (FLANDRIN, 2009, p. 113).

de legumes já ganhava um destaque importante e, com a ida de Catarina de Médicis à França, que levava toda a sua comitiva de cozinheiros para a corte de Henrique II, levou consigo, junto aos seus gostos e preferências, o hábito de consumo destes ingredientes (FRANCO, 2001, p. 159-160). Essa influência pode ser aferida ao compararmos, num período de 100 anos – entre os séculos XVI e XVII – o consumo de alcachofras, cardos e cogumelos³³⁰ aumenta o dobro da quantidade (FLANDRIN, 1998, p. 544-545). Já os grãos, consumidos largamente ao longo do medievo, perdem seu destaque nas mesas abastadas, ficando à guisa do regime alimentar popular; como parte do jogo de civilidade, portanto, a nobreza abre mão destes ingredientes em sua dieta (FLANDRIN, 1998, p. 646).

As gorduras se configuram enquanto outro elementíssimo no preparo dos alimentos tanto no medievo quanto na modernidade. Se os sabores acentuados pela acidez e pelo vasto uso de especiarias na Idade Média eram vastos, a estes devemos acrescentar o uso da gordura de porco às preparações – ora evocada como *toucinho* ou *manteiga de porco*. Era a gordura predominante nos preparos das refeições, no preparo de embutidos e charcutaria e no preparo de massas de tortas. Na modernidade, porém, seu uso decresceu, dando espaço de destaque às gorduras de origem bovina: a manteiga e o creme de leite (FLANDRIN, 1998, p. 652-653). Na França, estas gorduras, por serem consideradas mais *delicadas*, faziam jus às refeições mais leves e delicadas, características da modernidade. Além destas gorduras, as gorduras vegetais – com destaque o azeite –, utilizadas pouco durante a Idade Média, começam a ganhar alguma notoriedade, mas não a mesma que as de origem bovina.

No que se refere às carnes, destacamos o consumo acentuado de aves ao longo do medievo – especialmente as aves mais frondosas – em detrimento das carnes de açougue, consideradas *pesadas* e ideais aos estômagos *grosseiros*, não aos da elite (FLANDRIN, 1998, p. 643). Na modernidade, porém, essa tendência ganha outras nuances, já que a quantidade de espécies de aves consumidas cai vertiginosamente, principalmente o consumo de carnes de caça; a ave que ganhou um notório espaço de destaque foi o peru, advinda das américas e que rapidamente ganhou o paladar europeu. As carnes de açougue, por sua vez, se fazem cada vez

³³⁰ Até o século XIX, os cogumelos eram considerados legumes (FLANDRIN, 1998, p. 545).

mais presente às mesas abastadas, a ponto de surgirem cortes especialmente voltados para determinados tipos de preparações (FLANDRIN, 1998, p. 643-648).

Um ingrediente que também ganha destaque ao longo da modernidade é o açúcar. Até o século XVI, vale ressaltarmos, o açúcar era tido como uma especiaria, o que nos permite concluir, então, que era utilizado de forma incisiva, mas como um tempero; somente a partir do século XVII o açúcar deixou, lentamente, de ocupar o posto de especiaria, o que conferia um sabor agridoce à comida, para compor um cenário autônomo, o das sobremesas, estas que vão se tornando cada vez mais indispensáveis às refeições. Essas mudanças foram tão marcantes e importantes que, apesar de existirem o mel de abelha e outros ingredientes que conferiam o sabor adocicado à comida, o açúcar foi ganhando um espaço à medida que sua oferta no mercado aumentou (LEMPS, 1998, p. 612), culminando, além da mudança nas refeições, num processo de especialismo, este que permite o surgimento da *confeitaria*, uma cozinha específica para a produção de sobremesas e trabalhos com o açúcar (CASCUDO, 2011, p. 299-319).

Outro processo marcante na mudança da cozinha na modernidade foi o uso das técnicas de cocção. Os métodos que utilizam o calor úmido, ou seja, água e/ou caldos, executados ao longo de um grande período, são característicos da cozinha medieval (FLANDRIN, 1998, p. 649). Em oposição direta a este processo, a Idade Moderna é o ponto onde culminam as técnicas de cocção rápidas, por meio de calor seco, com o uso de gorduras. Este processo de transição começa a comportar, por exemplo, os guisados, pratos que são feitos por meio de cocção mista – ora calor seco, ora calor úmido – e que marcam o período moderno da cozinha. As gorduras, por atingirem temperaturas muito superiores, cozinham o alimento mais rápido que os caldos, que não passam dos 100° C. Dessa forma, as refeições começam a ficar mais coloridas, mais rápidas e com sabores e aromas cada vez mais peculiares (FLANDRIN, 2009, p. 109-112).

De modo a complementar o bojo constituinte da cozinha moderna, vale destacar o importante papel de outro jaez fundamental neste processo: o cozinheiro. Se fora este personagem, ao longo do medievo, mais um serviçal destinado somente à produção alimentícia, a modernidade reservou a ele um papel diferente e importante. Em meados do século XVII, quando François Pierre (1615-1678) – também

conhecido como *La Varrene* – publicou seu livro de cozinha *Le Cuisinier Française* (1651), já observamos um papel ativo do cozinheiro frente à escolha dos alimentos e à sugestão de *menus* na composição das refeições; este fora efeito, certamente, do processo moderno de autonomia da cozinha em relação à medicina. Desta forma, o cozinheiro deixa, em parte, de estar à mercê das decisões da rotina alimentar vindas da aristocracia, dialogando agora com seus empregadores, de modo a adquirir um importante papel ativo na composição das refeições, ou, nas palavras de Revel, tornando-se o “cozinheiro pensante” (1996, p. 221).

Essas alterações na cozinha – assim como em outras esferas da vida aristocrática –, em seus ingredientes e nos papéis assumidos pelos protagonistas dessa atmosfera gastronômica, não se restringem, como dito, à França. Elas galgam caminho ao longo de toda a Europa cortesã, que vê na figura real o centro de administração territorial, a força do Estado, e na igreja a *magna* figura que legitima o poder régio. Com Portugal, nosso objeto de análise, não foi diferente. Apesar das peculiaridades do reino, muito se buscou de inspiração na França para sua concepção de reino moderno. É o que buscaremos aferir a partir das análises dos primeiros livros de cozinha portugueses na modernidade.

Portugal, *Arte de Cozinha* e a cozinha cortesã (século XVII)

O reino luso é marcado ao longo da modernidade por uma série de conflitos com sua vizinha ibérica, a Espanha. Entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob a regência dos Habsburgos espanhóis, sendo regido por três monarcas desta casa real ao longo de oitenta anos, tornando-se uma monarquia de rei ausente (ALVARES, 2000, p. 114). Apesar das tentativas destes regentes em conferir a Portugal alguma autonomia (tal como prescrita no Acordo de Tomar em 1581), os desgastes entre a corte lusa e a espanhola foram se agravando, culminando com a ruptura entre aquela corte e o monarca Filipe IV de Espanha (e III de Portugal), no ano de 1640 (ÁLVARES, 2000, p. 21).

A Restauração (1640), termo que designa um movimento eminentemente português de oposição aos sessenta anos de domínio castelhano, com um *golpe de estado* de um grupo específico de nobres distantes da política e do governo do reino. Este movimento emanou de jovens fidalgos sem grandes títulos nobiliárquicos que,

apesar de pertencentes às classes dominantes, não estavam inseridos na esfera dirigente e que se insurrecionaram em meio às alegadas “injustiças” de várias medidas de governo impostas ao reino pelas políticas de independência, compostas por processos de reordenamento político-social de reordenamento de posições e privilégios, impostas pelo conde-duque de Olivares, valido de Filipe IV de Espanha em Portugal, D. Gaspar de Guzman (1587-1645) (cf. TORRALBA, 1984, p. 308; VALLADARES, 2000, p. 39).

Fora escolhido, então, para assumir o reino em dezembro daquele ano, um emergente deste processo de injustiça com a fidalguia, D. João IV, da casa dos Bragança e herdeiro de D. Catarina (1540-1614), a duquesa de Bragança impedida de assumir o trono português por Filipe II de Espanha. Assim, este processo tratou-se, conforme nos diz o historiador Eduardo d’Oliveira França, de um retorno da corte a Portugal, e conseqüentemente o reestabelecimento da figura maior da autoridade monárquica a Lisboa, sendo este o cerne dos argumentos envoltos à literatura restauracionista lusa (FRANÇA, 1997, p. 45).

Em meio aos processos da Restauração, em que Portugal ainda batalhava com a Espanha buscando sua autonomia, internamente havia a necessidade de acordos para estabelecer d. João IV (1604-1656) e sua legitimidade régia. Buscando coordenar este processo internamente, o regente assumia o compromisso de manter e respeitar os foros e jurisdições tradicionais das instituições e da aristocracia, contribuindo para a ordem “natural das coisas”, ao conservar a realidade social; deveria, portanto, garantir os “privilégios corporativos” e a “função de mediadores [aos aristocratas apoiadores] entre rei e reino” (ALVARES, 2000, 190-191; 198-199; 204 *passim*). Os fidalgos consideravam que estes eram os atributos mínimos a ser ofertado pelo rei aos que, segundo sua própria palavra, foram quem garantiu aos Bragança a coroa.

Em meio a tantas questões envolvendo a retomada do reino luso, D. João IV ainda lutava para garantir a legitimidade de seu reino. Pouca atenção fora dada, portanto, às demais questões que não perpassassem pelas esferas política e militar. Para suceder o trono, d. Teodósio (1634-1653) já vinha sendo preparado, o que não ocorreu em decorrência de sua morte prematura. Desta forma, em 1653 convocaram-se as Cortes do Reino para legitimar a sucessão do trono por d. Afonso

VI (1643-1683), que contava com apenas 13 anos à época. Em decorrência disso, d. Luísa de Gusmão (1613-1666), mãe do sucessor, tornou-se regente num período em que já se inauguravam processos de disputas entre partidos de casas de antiga nobreza para assumir o reino (XAVIER, 1993, p. 339-349).

O processo de disputas para assumir o trono percorreu todo o reinado de d. Luísa, tendo sido observado principalmente entre seus ministros, além de deixar transparecer sua preferência por seu filho mais novo. D. Pedro, em detrimento do herdeiro que assumiria o trono. Assim, além das questões políticas externas, Portugal enfrentava uma questão interna, dentro da própria Casa de Bragança.

Em meio às questões apresentadas, d. Afonso conseguiu subir ao trono em 1662 por influência do futuro valido do rei, o Conde de Castelo Melhor (1636-1720), naquilo que foi designado *Golpe de Alcântara*. Castelo Melhor, associado a outros fidalgos, conseguiu articular-se politicamente por meio da tradicional concessão de mercês e benefícios, de modo a legitimar a sucessão (XAVIER, 1993, p. 339-341).

Neste momento, vale ressaltarmos que os cerimoniais de corte ainda estavam sob uma forte influência espiritual e religiosa, sendo estes os pendores que guiavam as questões estéticas, literárias e artísticas (LOURENÇO, 2003, p. 53-54). Segundo a pesquisadora Maria Paula Lourenço, não podemos falar de um cerimonial autenticamente luso neste momento, haja vista as condições nas quais se encontravam Portugal; o cerimonial que compunha o reino era, na verdade, um conjunto formado sob uma gama de influências externas, especialmente o modelo cerimonial habsburgo/castelhano-borgonhês.³³¹ Esta fora a realidade vivida pelo reino até o período regencial de d. Pedro.

Em meio a enlances políticos com esferas que ainda não (con)cediam à regência de d. Afonso, d. Pedro II (1648-1706) destituiu seu irmão do trono por meio de golpe de estado e assumiu em 1668. Cooptando sua vontade em assumir o trono aos interesses daqueles que estavam insatisfeitos com a regência de seu irmão – tendo como ponto alto de insatisfação a política exercida pelo valido do rei, Castelo Melhor

³³¹ Este cerimonial tratou-se de um sincretismo de tendências modistas de comportamento cortesão, importadas pelos portugueses da Espanha. Não trata-se, porém, de uma mera importação, haja vista o momento vivido naquele momento: a União Ibérica. Assim, o cerimonial de referência em toda a Ibéria é o Espanhol, com ênfase ao da família Habsburgo.

– e articulando-se com uma parcela da fidalguia que compunha o governo de d. Afonso, D. Pedro assumiu o compromisso de recolocar Portugal sobre um processo de desenvolvimento (XAVIER, 1998, p. 46).

Foi durante este período que o regente optou, no que tange ao cerimonial cortesão, por inaugurar um período de certo recolhimento, não havendo solidez política e social para empreender alterações, nem mesmo econômicas, haja vista a situação pela qual assumiu a regência. Foram anos de cuidados em que o regente abriu mão de assumir o modelo francês de cerimonial, preferindo adotar um tranje associado a uma imagem mais tradicional, além de não atuar sem consultar diversas pessoas e obter distintos pareceres (XAVIER, 1998, p. 48).

Foi durante a regência de d. Pedro II, porém, que a cozinha real passou a contar com os mais importantes elementos das cozinhas reais europeias (PEREIRA, 2012, p. 20). O hábito de comer em público fora definitivamente instaurado neste período (PEREIRA, 2012, p. 21), mas os elementos fundamentais da moda francesa foram adaptados aos gostos e exigências nacionais, a ponto dos luxos serem combatidos por meio das leis pragmáticas instauradas por d. Pedro II e, futuramente, por d. João V (cf. ROSSINI, 2010).

Foi durante a regência de D. Pedro segundo que meio à luz, em 1680, o primeiro manual impresso de cozinha portuguesa, *Arte de Cozinha*, escrito pelo cozinheiro português Domingos Rodrigues (1637-1719). Mestre de cozinha, esteve a serviço da corte de d. Pedro e da rainha d. Francisca Isabel de Saboia³³² (1646-1683) (RODRIGUES, 2008, p. 54).

Sendo natural de Vila Cova, Rodrigues dedicou boa parte de sua vida à corte de D. Pedro II. Pouco se sabe sobre sua trajetória pessoal, além do que consta no prólogo, em suas palavras:

Com o exercício de 29 anos e assistência dos maiores banquetes desta Corte, e de todos o da Casa Real, me habilitei para fazer esta Arte. Todas as coisas que nela ensino, experimentei por minha mão, e as mais delas inventei por minha habilidade. Creio provavelmente que a todos será útil; e

³³² A rainha d. Francisca Isabel de Saboia já tivera como consorte, a essa altura, o rei d. Afonso IV (com quem teve o casamento anulado, acusando o marido não tê-lo *consumado*) e d. Pedro II. A ela foi atribuído o papel de responsável pelo refinamento do gosto português. Era prima de Luís XIV, a quem buscou atender os interesses e já havia tido contato com as novidades preparadas por *La Varrene* (cf. BRAGA, 2012)

quando não o seja a todos, ao menos quisera que todos me agradecessem, não o trabalho que tive, mas o grande desejo que tenho, de que o seja; porque razão é, que me agradeça a boa vontade, com que solicito agradar a todos, ensinando-lhes o que sei (RODRIGUES, 2008, p. 54).

Ao todo, a primeira edição de sua obra compreende 270 receitas divididas em duas partes: a primeira, “Modo de cozinhar vários manjares e diversas iguarias de todo gênero de carnes, tortas, empadas, pastéis etc.”, soma 163 receitas; a segunda, “Modos de cozinhar vários guisados de peixe, mariscos, ervas, frutas, ocos, laticínios, conserva e toda a sorte de doces”, engloba 107 receitas.

A segunda edição da obra, datada de 1683, trás uma longa dedicação ao Conde do Vimioso, o mecenas que assegura o patrocínio à confecção da obra. É nessa edição que Rodrigues explica suas motivações para a escrita de sua obra:

Não devem os homens só saber para si, porque isso é enterrar o talento que Deus lhe deu, devem sim comunicar os empregos de sua habilidade, para que os menos inteligentes, ou aprendam o que não sabem, ou saibam o que não aprenderão. [...] Confesso que me animei a não reparar na minha insuficiência, ainda que me arguam, de que havendo tão grandes officios eu faça Arte de Cozinha; porque eu não escrevo para os que sabem, nem para os que sabem murmurar, mas faço Arte para os que não sabem e para os que só sabem aprender (RODRIGUES, 2008, p. 53).

A terceira edição data de 1698, sendo a última edição publicada com o autor ainda vivo. Nela foi inserida uma terceira parte, destinada à “forma como se hão de dar os banquetes em todos os meses do ano” (RODRIGUES, 2008, p. 171), de modo a dispor formulações de *menus* para serviços em várias ocasiões. Ali é possível encontrar, além das sugestões de refeição para todos os meses do ano, a organização dos pratos sobre as mesas (ora chamadas de *cobertas*), forte característica da cozinha moderna (ROMAGNOLI, 1998).

Essas características mantiveram-se ao longo muitos anos e muitas reimpressões da obra. No início do século XIX, porém, pelo menos a partir da edição de 1814, a Arte de Cozinha passou a integrar uma quarta parte que tratava de *Fazer Pudins e preparar Massas*.

Cabe, portanto, fazermos uma análise acerca dos ingredientes que compõem a obra – em nosso caso, até a terceira edição. No que tange ao uso de especiarias e ingredientes ácidos, o uso daquelas é cada vez mais suavizado na passagem do medievo à modernidade (FLANDRIN, 1998, p. 650). É possível notar ainda uma forte influência medieval: ao longo da obra, 76% das receitas utilizam especiarias; o

número de especiarias, porém, é um tanto quanto restrito, o que se apresenta como característica de uma cozinha *moderna*: usava-se a pimenta, o cravo da Índia e noz moscada.

Os ingredientes ácidos, normalmente aliados às especiarias, faziam coro aos fortes sabores do medievo. O vinho, a laranja azeda e o limão eram característicos deste período; na modernidade, tais ingredientes foram substituídos, em parte, pelo vinho branco e pelo agraço³³³ (FLANDRIN, 1998, p. 651). Assim, numa mescla entre ingredientes ácidos característicos do medievo e da modernidade, 205 produções listadas na obra de Rodrigues evocam a associação entre ácidos e especiarias, evocando, novamente, um processo de transição entre as formulações culinárias características do momento.

Os temperos – os legumes, especialmente – adquirem especial importância ao longo da modernidade (FLANDRIN, 1998, p. 642-643). No receituário português podemos perceber o uso de vários destes ingredientes, como alcachofras, alcaparras, alho-porró, aspargos, berinjela, cardos e ervilhas frescas. Tal é a importância destes ingredientes na obra de Rodrigues, que há uma seção especialmente dedicada a eles, “De ervas” (RODRIGUES, 2008, p. 139-141), contendo 12 receitas.

Já a utilização de legumes verdes ou ervas aromáticas tiveram uma evolução mais tímida que os demais legumes na modernidade (FLANDRIN, 1998, p. 642-643). No livro do mestre Domingues, 5% das receitas evocam o uso de cebolinha, coentro, hortelã, manjerona, orégano, salsa, louro, sálvia, tomilho etc.

Em oposição ao crescimento apresentado até agora, os cereais caem vertiginosamente ao longo da modernidade, em relação à Idade Média (FLANDRIN, 1998, p. 643); em Portugal, na obra de Domingos Rodrigues, reflexo do movimento moderno europeu, apenas 5% das receitas utilizam algum cereal, sendo o *arroz* o mais aludido.

Uma característica da modernidade, como vimos, foi o consumo de elementos frescos. As frutas frescas, portanto, ganham especial destaque neste momento da história; na verdade, em Portugal podia-se observar um aumento no consumo de frutas nas refeições desde o século XV (BORGES, 2011, p. 73-75). Estes

³³³ Suco ácido feito a partir de uvas verdes.

ingredientes, portanto, foram amplamente utilizados na obra de Rodrigues, associadas a preparações salgadas e doces, correspondendo a 15% das receitas. No que tange à utilização do açúcar, por sua vez, este ingrediente aparece em 38% das receitas da obra, ocupando ora seu o de especiaria, ora o ingrediente de destaque, como associado a frutas na produção de doces.

Outro traço medieval fora a utilização da gordura suína no preparo dos pratos, sendo evocado, comumente, como *toucinho* ou *manteiga suína*. Na modernidade, porém, a tendência foi a substituição deste tipo de gordura pela gordura bovina – a manteiga, especificamente, derivada do leite gordo (FLANDRIN, 1998, p. 652-653). *Arte de Cozinha* nos apresenta um número ainda significativo de preparos à base de gordura suína: 46% das receitas utilizavam o toucinho ou a manteiga suína. A manteiga, porém, produto recém-chegado da França, já tinha seu espaço na cozinha portuguesa, correspondendo a 33% das preparações.

As gorduras vegetais, utilizadas largamente ao longo da antiguidade e em menor escala no período medieval, fora perdendo espaço também ao longo da modernidade – permanecera, porém, o azeite como principal gordura vegetal (FLANDRIN, 1998, p. 652). Em Portugal, especialmente, o azeite ainda era muito apreciado na modernidade, o que permite que 60% das receitas da obra evoquem sua utilização.

As carnes, outro viés da alimentação se reconfiguram ao longo da modernidade. A redução na espécie de aves servidas às mesas da modernidade é uma característica do período; o peru, ave americana, começava a ganhar, por sua vez, os paladares mais exigentes do período (FLANDRIN, 1998, p. 644). Assim, das 270 receitas, 28% delas utilizam aves num reduzido número de espécies, o que localiza *Arte* em seu contexto. Ao contrário deste movimento, as carnes de açougue ganhavam destaque na Europa moderna e em Portugal, portanto, correspondendo a 30% das receitas do livro. A carne suína, por sua vez, assim como sua gordura, ainda era muito apreciada em Portugal e fora citada em 101 receitas da obra de Rodrigues, o que demonstra a predileção dos paladares por sabores ainda mais marcantes.

No que tange às técnicas de cocção, *Arte de Cozinha* ainda inscreve-se num

contexto medieval acentuado. Isso representa, portanto, que a maioria das receitas da obra evocam o calor úmido (FLANDRIN, 1998, p. 654), correspondendo a 90% das receitas, ao passo que somente 10% delas utilizam somente a gordura em seu preparo.

Portugal, *Nova Arte de Cozinha* e a nova cozinha cortesã (século XVIII)

Ao contrário de todas as complicações que atravessaram o início do século anterior, os setecentos começaram com um período de relativa estabilidade; relativa, pois a Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714) ocorria ali ao lado. Já em 1706, quando D. João V (1689-1750), as mudanças à *francesa* da corte portuguesa tornavam-se evidentes. Sobre este momento, o pesquisador Antônio Filipe Pimentel nos diz que

[...] em rota de aproximação cultural e política com o universo das suas congêneres europeias, entre as quais se procura afirmar, não poderia, naturalmente, distanciar-se do modelo geral e a grande novidade – em constante construção, porém, desde os tempos de D. Pedro II [...] – reside, justamente, na crescente abertura a um horizonte de ambições putativamente universal (PIMENTEL, 2008, p. 134.)

A emergência, portanto, de uma ordem cada vez mais *globalizada* se instaurou desde o governo de d. Pedro II, mas foi no período de d. João V que isso, certamente, ganhou nuances mais claras. A descoberta do ouro no Brasil, que marcou este período regencial, foi crucial para o sustento dos cerimoniais de corte durante o período joanino, o que conferiu à mesa e às outras instâncias cortesãs uma “visibilidade sem precedentes próximos” (MONTEIRO, 2000, p. 136). Isso conferiu a d. João um período de investimentos maciços no estabelecimento das condutas cortesãs e da supremacia régia, o que lhe conferiu o título de Rei Sol Português, já que fizera por Portugal o que Luís XIV fez pela França (MONTEIRO, 2000, p. 137).

Com o declínio do ouro advindo do Brasil na segunda metade do século XVIII, o herdeiro do trono, d. José I (1714-1777), que regeu Portugal desde a morte de seu pai até 1776, quando abdicou em detrimento de um mau grave de saúde, administrava um reino que não possuía mais a estabilidade de outrora. Não bastando este processo de declínio, a historiadora Patrícia Merlo nos aponta o momento no qual se encontrava a Europa e como se inscrevera aí uma imensa

catástrofe que arruinou Portugal:

No decorrer da segunda metade do século, Portugal passaria por uma intensa transformação mental e social, impulsionada por forças externas e internas, sendo o terremoto apenas uma das rupturas do processo histórico português. A Europa vivia um momento de efervescência ideológica movida pela ideia da força da razão. O homem pensando por si mesmo procurava atingir pela reflexão a solução de seus problemas. A possibilidade de ele intervir nos seus desígnios ficava evidente, bastava ao ser humano compreender a razão universal. A influência de ideias científicas e filosóficas já era intensa, fruto de um movimento de longa duração no decorrer da primeira metade do século (MERLO, 2014, p. 2585).

Assim, apesar da tragédia em que Portugal estava inscrito, a própria Europa clamava por mudanças contundentes de paradigmas, quais sejam, os que traziam à luz a razão e o cientificismo do século XVIII. D. José I, assim, pouco tivera oportunidades para investir numa mudanças de paradigmas cortesãos, estando à mercê de gerir seu reinado.

Com sua morte, D. Maria I (1734-1816) assumiu o trono. De veia muito religiosa, e buscando reconquistar as relações do reino luso com o resto da Europa e com a igreja, foi em seu governo que correram uma série de intervenções neste sentido, que resultaram, por exemplo, na criação da primeira biblioteca pública do país, na fundação da Escola de Belas Artes e da Academia de Ciência de Lisboa (BOLÉO, 2009, p. 25). Além disso, fora em seu governo que o segundo livro de cozinha português foi escrito.

No ano de 1780, vinda à luz o segundo livro de cozinha português, *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha*, escrito pelo cozinheiro francês Lucas Rigaud a convite de d. Maria I.

De origem francesa, o mestre de Cozinha Lucas Rigaud já havia passado por diversas cortes europeias, como casas de Paris, Londres, Turim, Nápoles e Madri, reconhecia ainda a notória influência de Vincent La Chapelle, este que já tivera passagem como cozinheiro na corte de D. João V (BRAGA, s/d). Escrevera seu livro para, em suas palavras, corrigir o livro anterior, que era “defeituoso, que sem lhe notar os erros, e impropriedades em particular, se deve registrar inteiramente como inútil, e incompatível com os ajustados ditames da mesma arte” (RIGAUD, 1780, p. 3), compilando ali 792 receitas para atingir seu objetivo. Cabe analisarmos como a cozinha portuguesa se insere, então, nos ditames da modernidade.

No que tange ao uso de especiarias, estas aparecem em 72% da obra. Apesar do significativo uso destes ingredientes, sua variedade continua extremamente diminuta, repetindo o que já acontecia com a obra anterior.

Já os ingredientes ácidos se apresentam como um indicador do processo de modernização da cozinha portuguesa. Visto de forma extremamente diminuta, em apenas 34% das receitas, os ácidos perdiam efetivamente seu espaço frente à sua utilização no livro anterior. O agraço já aparecia muito pouco, tendo o limão ganhado mais destaque nesta obra.

Os legumes figuraram em 33% das receitas, tendo as chalotas, legume híbrido da cebola com o alho, ganhado notório destaque. No que tange ao uso de ervas aromáticas, estas aparecem em 50% das receitas da obra.

Ao contrário do que ocorre com os ingredientes frescos, e acentuando a modernização da cozinha portuguesa, o uso de grãos cai drasticamente, aparecendo somente em 5% das preparações propostas pela obra.

O uso da gordura suína tem uma queda perceptível na obra de Rigaud, quando comparada à de Domingos Rodrigues. A obra de 1780 evoca este ingrediente ao longo de 37% de suas receitas. A manteiga bovina, por sua vez, seguindo os ditames modernos da cozinha portuguesa, aparecia em 50% das receitas, superando a gordura de porco. Já o azeite, ainda a principal fonte de gordura vegetal à época, aparece em menos de 10% das receitas.

As carnes na obra de Rigaud ganham notório destaque. Além de abrirem a obra do Francês, representam um denso escopo do *Cozinheiro Moderno*, 34% do total de receitas. Dessas, mais da metade representam o consumo de carne de açougue, um quarto representa o de carne suína, e o restante, o de aves. Nota-se, então, uma queda no consumo da carne suína, além de uma queda na variedade de aves; e, ou contrário, um aumento significativo no consumo do peru (4% das receitas), todastendências da modernidade, como visto.

No que se refere ao uso do açúcar, vale destacar que este galgou, já nesse momento, um lugar de destaque à mesa, compondo as sobremesas e deixando os preparos salgados. Nota-se que, dos 18% dos preparos que evocam este

ingrediente, metade destina-se aos pratos exclusivamente doces, o que permite aferir uma mudança no paladar e na maneira como se comia.

As técnicas de cocção dividem-se de maneira quase simétrica. O uso do calor úmido e longo corresponde a 53% das preparações, bem abaixo do uso desta técnica na obra de Rodrigues; o uso do calor seco no *Cozinheiro Moderno*, então 47%, representa um número quase oito vezes maior que o da obra anterior.

Assim, a partir destas variáveis, é possível aferirmos uma modificação marcante na alimentação – ou sua proposta – portuguesa, a exemplo do que ocorrera em várias partes da Europa, processo inspirado na França moderna.

À guisa da conclusão

Ressaltamos, assim, que a vida cortesã e os cerimoniais de corte adquiriram opulência e identidades características neste/deste período.

A cozinha moderna, parte deste processo, adquiriu nuances próprias, como apresentado. Notamos que Portugal esteve presente neste processo, emanado da França ao longo da modernidade, de forma notória, seja pela produção de seus primeiros livros de cozinha, seja pelas modificações em sua cozinha expressas – ou sugeridas – nestes livros. Assim, além de notarmos o que fora característico de cada contexto político e econômicos das várias regências portuguesas entre os séculos XVII-XVIII, podemos aferir como o reino luso conseguiu se inscrever ao longo deste processo.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Fernando Bouza. **Portugal no Tempo dos Filipes**: política, cultura e representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOLÉO, Luísa Viana de Paiva. **D. Maria I**: a rainha louca. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

BORGES, Inês da Conceição do Carmo. “A fruta na gastronomia quatrocentista/quinhentista e seiscentista portuguesa”. In: **Revista Estudos**

Avanzados, n. 16, dez. 2011, pp. 71-102

BRAGA, Isabel Drumond. “Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), Rainha de Portugal”. In: RAVIOLA, M. A. L. B. A. (coord.). **Portugal e o Piemonte: a Casa Real portuguesa e os Sabóias**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 167-210.

_____. **Influências Estrangeiras nos Livros de Cozinha Portugueses (séculos XVI-XIX):** alguns problemas de análise. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4857.pdf>>, p. 237-247. Acesso em 9 dez 2014, às 10:22 hrs.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)**. 2. Ed. – São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPORESI, Piero. **Hedonismo e Exotismo: a arte de viver na época das Luzes**. – São Paulo: UNESP, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 4. Ed. – São Paulo: Global, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, vol. 1. 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **O Processo Civilizador**, vol. 2. – Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.

_____. “Os tempos modernos”. In: _____ et. al., 1998, op. cit., pp.532-559.

_____. “Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII)”. In: _____ et. al., 1998, op. cit., pp. 640-666.

_____. “A Moderna Cozinha Europeia: uma encruzilhada de experiências culturais (séculos XVI-XVIII)”. In: MONTANARI, Massimo (org.). **O Mundo na Cozinha: história, identidade, troca**. – São Paulo: Estação Liberdade; Senac, 2009,

pp. 98-119.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. **Portugal à Época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRANCO, Ariovaldo. **De Caçador a Gourmet**: uma história da gastronomia. 5ª. Ed. –São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

LAURIOUX, Bruno. “Cozinhas Medievais (séculos XIV-XV)”. In: FLANDRIN, et. al., 1998, op. cit., pp. 447-465.

LEMPS, Alain H. “As Bebidas Coloniais e a Rápida Expansão do Açúcar”. In: Flandrin, et. al., 1998, op. cit., pp. 611-624.

LOPES, Marco Antonio. **O Imaginário da Realeza**: cultura política ao tempo do absolutismo. – Londrina: Eduel, 2012.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal. “Os Séquitos das Rainha de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da ‘sociedade de corte’ (1640-1754)”. In: **Penelope** – Revista de História e Ciências Sociais, n. 29, pp. 49-82.

MAZZINI, innocenzo. “A Alimentação e a Medicina no Mundo Antigo”. In: FLANDRIN, et. al., 1998, op. cit., pp. 254-265.

MERLO, Patrícia M. S. —Em Razão do Grande Terremoto: observações sobre a política pombalina no reinado de D. José III. **Anais – IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História**: Cultura & Sociedade. – Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, pp. 2582-2589.

MONTEIRO, Nuno G. F. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco”. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000, pp. 129-148.

PEREIRA, Ana Marques. **Mesa Real**: dinastia de Bragança. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

PIMENTEL, Antônio Filipe. “Os pintores de D. João V e a invenção do Retrato de Corte”. In: **Revista de História da Arte**, n. 5, Lisboa, 2008, pp. 132-151.

REIS, José Carlos. **História & Teoria** – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. “Os Usos da Civilidade”. In: ARIÉS, Phillipe, et. al. **História da Vida Privada**, 3: da Renascença ao Século das Luzes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 168-210.

RIGAUD, Lucas. **Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha**. Lisboa: na oficina do patriarca. de Francisco Luiz Ameno, 1780.

RODRIGUES, Domingos. **Arte de Cozinha**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2008 [Lisboa: Oficina de João Galvão, 1680].

ROMAGNOLI, Daniela. “**Guarda no siivilan**: as boas maneiras à mesa”. In: FLANDRIN, 1998, op. cit., pp. 496-508.

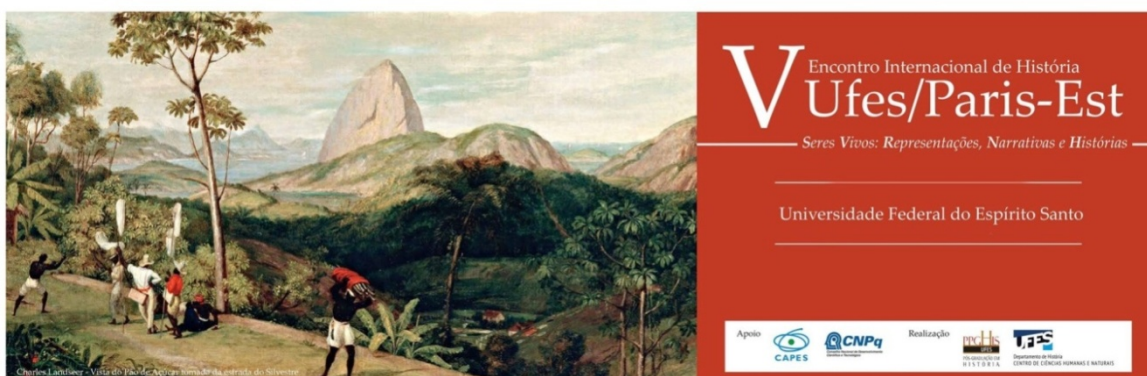
ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. “As Pragmáticas Portuguesas de ins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa”. In: *SÆCULUM - Revista de História*, João Pessoa, jan./ jun. 2010, p. 117-135.

TORGAL, Luís Reis. “Acerca do significado sociopolítico da ‘Revolução de 1640’”. In: **Revista de História das Idéias**, v. 6, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. 1580-1720. Lisboa: Circulo de leitores, 1993.

_____. **El Rei Aonde Pode & Não Aonde Quer**: razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

VALLADARES, R. **Portugal y la Monarquia Hispánica**: 1580-1668. Madrid: Arco/Libros, 2000.



OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS: REPRESSÃO E ANTICOMUNISMO NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE – ES

Herbert Soares Caçador
Mestrando em História – UFES/ES

RESUMO: Discutir a formação do Grupo dos Onze é se enveredar pela disputa política entre esquerda e direita e os conflitos que marcaram a primeira metade da década de 60 no Brasil. O Grupo dos Onze foi idealizado pelo Deputado Federal Leonel Brizola que, por meio de discursos transmitidos via rádio, orientava a formação dos grupos em todo o país com o objetivo de lutar pelas reformas de base, em especial a agrária e urbana e contra um possível golpe vindo de setores conservadores. A ideia teve grande aceitação popular e o grupo criado no município de Muniz Freire, sul do Espírito Santo, é apenas uma versão dos milhares que surgiram em todo o Brasil a partir das pregações de Brizola. Assim como ocorreu nacionalmente, o grupo capixaba foi associado a atividades revolucionárias e ao comunismo, sendo perseguido com a instauração da ditadura militar. A pesquisa, que liga a história local com os acontecimentos ocorridos a nível nacional engloba a análise crítica e o cruzamento de diversas fontes, e, além da bibliografia sobre o tema, fontes orais, jornais e documentos da época conduzem o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Grupo dos Onze; Golpe Civil-Militar; Repressão; Anticomunismo.

ABSTRACT: Discuss the formation of the Eleven Group is embarking on political dispute between left and right and the conflicts that marked the first half of the 60s in Brazil. The Group of Eleven was designed by Congressman Leonel Brizola, which by means of speech transmitted via radio, guided the formation of groups across the country in order to fight for basic reforms, especially agrarian and urban and against a possible coup coming from conservative sectors. The idea had great popular acceptance and the group created in the town of Muniz Freire, south of the Holy Spirit, is only one version of the thousands that arose throughout Brazil from the preaching of Brizola. As occurred nationally, the Holy Spirit group was associated with revolutionary activities and communism, being pursued with the establishment of

the military dictatorship. The research, which connects local history with the events at the national level includes critical analysis and the intersection of different sources, and, besides the bibliography on the subject, oral sources, newspapers and documents of the time leading its development.

Keywords: Group of Eleven; Civil-Military Coup; Repression; Anticommunism.

Introdução

A criação dos Grupos de Onze Companheiros ou Comando Nacionalistas foi estimulada em todo o Brasil a partir de novembro de 1963, por Leonel Brizola, então deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e tinha como objetivo principal organizar o povo a fim de lutar pelas reformas de base, em especial a agrária e a urbana e contra tentativas de golpes de estado.

A carreira política de Leonel Brizola teve rápida ascensão no Rio Grande do Sul, onde participa da fundação do PTB e se elege como deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre em 1955 e governador do estado em 1958. Seu período como governador ficaria marcado pela Campanha da Legalidade, movimento organizado para garantir a posse do vice-presidente João Goulart (PTB), logo após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Em 1962, é eleito deputado federal, agora pelo antigo estado da Guanabara, período em que se tornara importante líder das esquerdas no Brasil.

O Grupo dos Onze³³⁴, inserido no contexto do governo de João Goulart, se constitui em importante campo de pesquisa. O referido presidente sofreu com pressões tanto da esquerda como da direita, e a sua queda através de um golpe impôs 21 anos de governos militares ao país. O fato do Grupo dos Onze ter sido um movimento de rápida duração num período com variados acontecimentos polêmicos o fez ser um assunto pouco explorado pelos historiadores. Devido à escassez de trabalhos acadêmicos abordando especificamente o tema, há uma lacuna histórica a ser preenchida sobre o fato e sua repercussão política e social que perdura até os dias

* Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Agência Financiadora: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES).

³³⁴ Os grupos também foram chamados de Grupo de Onze, Comandos Nacionalistas, Grupos dos Onze Companheiros, Grupos de 11, G-11 e Grupos dos Onze. O presente trabalho vai citá-lo sempre como "Grupo dos Onze", nome pelo qual ficou conhecido na cidade de Muniz Freire (ES).

de hoje, principalmente na cidade de Muniz Freire, onde ainda permanece a ideia de que o grupo era constituído por comunistas.

O presente artigo analisa a formação do Grupo dos Onze na cidade de Muniz Freire (ES) e as posteriores consequências de sua criação, tais como: repressão política e social e a sua ligação ao comunismo.

A formação do Grupo dos Onze no Brasil

A instabilidade política foi a tônica dos anos 60 no território brasileiro, provocada principalmente pela renúncia do presidente Jânio Quadros, a conturbada posse e governo do presidente João Goulart e por fim, o Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964. Em fins de 1963, na rádio Mayrink Veiga, o deputado federal Leonel Brizola pregava para todo país sobre a importância da organização para que as massas populares se libertassem da pobreza e exploração internacional.

A citada rádio foi adquirida pela Frente de Mobilização Popular (FMP), organização criada para unir as esquerdas e pressionar pelas reformas de base, e era usada por Brizola para pregar contra a ação dos conservadores e defender as reformas. O clima político no país era de intensa radicalização. A política de conciliação do presidente João Goulart era intensamente combatida, onde “as esquerdas, agrupadas na FMP e lideradas por Leonel Brizola, atacavam duramente João Goulart. As direitas, por sua vez, avançavam no processo conspiratório” (FERREIRA, 2009, p. 100).

Aproveitando a grande audiência de suas pregações na rádio, Brizola lança a ideia de formar os “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas” em todo o Brasil. Em manifesto lido no dia 29 de novembro de 1963, o deputado explicava as atividades que deveriam ser realizadas pelos grupos.

A ideia de formar o grupo com onze pessoas foi inspirada no esporte mais popular do país, o futebol. Entre os onze, um seria escolhido o capitão, exatamente como no futebol. O tempo era escasso, visto que Brizola já imaginava que um golpe vindo de setores conservadores da sociedade estava próximo de acontecer. Por isso, ligar o grupo ao esporte foi a maneira utilizada para aproximá-lo das massas, que conhecendo profundamente o futebol, se mobilizaria com mais facilidade.

Inicialmente, dois ou três integrantes partilhando das mesmas ideias deveriam ir atrás de outros componentes para assim formar o grupo com onze integrantes. Após a reunião que fundaria o grupo, era necessário registrar em ata o nome de todos, além de escolher um capitão e um substituto para ele. Terminada a etapa inicial, informariam de imediato por meio de carta ou pessoalmente, a criação do grupo ao deputado Brizola, na sede da rádio Mayrink Veiga. A sede do grupo seria a própria residência dos membros. Para dar prosseguimento a organização, era de vital importância acompanhar as transmissões da rádio, onde Brizola entrava no ar toda sexta-feira, às 21h30 e encaminhava as diretrizes para os adeptos do grupo.

Os principais objetivos dos grupos seriam atingidos através da atuação organizada de seus membros. Defender o país contra as possíveis tentativas de golpes era a sua principal missão. Outro fator primordial defendido pelo Grupo dos Onze eram as reformas de base, com destaque para a agrária e urbana.

O Grupo dos Onze estava sendo organizado abertamente via rádio para todo o país, o que logo provocou reações antagônicas, até mesmo entre a esquerda brasileira. O número total de participantes é incerto, mas cálculos do professor Cibilib Viana, que fazia parte da organização, informam que as vésperas do golpe, “já haviam se formado cerca de 100 mil Grupos dos Onze em todo o Brasil” (LEITE FILHO, 2008, p. 255). Dados do ex-deputado Neiva Moreira, aliado de Brizola, informam que “cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em grupo de onze companheiros” (FERREIRA, 2007, p. 557).

Os jornais brasileiros atacavam sistematicamente os grupos, sempre os associando ao “comunismo e guerra revolucionária” (FERREIRA, 2007, p. 560). Vale ressaltar que Brizola não era comunista³³⁵, e sim um entusiasta do trabalhismo iniciado no governo de Getúlio Vargas. De fato, o grupo não era comunista e não tinha unanimidade entre as esquerdas, nem mesmo dentro do próprio PTB, partido de Leonel Brizola:

A proposta de Leonel Brizola foi recebida de maneira positiva pela AP, Polop, tendências trotskistas, deputados do Grupo Compacto e pelo movimento dos sargentos. Os comunistas do PCB, no entanto, criticaram duramente a iniciativa. O “grupo de onze companheiros” era uma resposta de Leonel Brizola ao crescimento de suas bases de apoio cada vez mais à esquerda, o que incomodava o próprio PTB. (FERREIRA, 2007, p. 559).

O período correspondente ao governo de João Goulart (1961 – 1964), inserido na disputa ideológica da Guerra Fria, foi marcado pelo auge da associação de toda esquerda brasileira como sendo comunista, já que não

³³⁵ BANDEIRA, Moniz. Brizola e o Trabalho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979, pag. 195.

se levava em conta as várias correntes políticas no interior da própria esquerda. A partir dessa concepção era organizada intensa propaganda anticomunista, alardeada por diversos setores da sociedade como Igreja Católica, Partidos Políticos e imprensa.

A origem do anticomunismo brasileiro se dá logo após a Revolução de 1917. Assim que os bolcheviques tomaram o poder, a imprensa brasileira, apoiada por setores conservadores, iniciou o processo de ataque ao comunismo. Coube, porém, ao catolicismo o papel de principal opositor:

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. (MOTTA, 2000, p.18).

A onda anticomunista se intensificou com a Guerra Fria, conflito ideológico travado entre Estados Unidos e União Soviética, que dividiu o mundo entre os adeptos do capitalismo e comunismo. A neutralidade não era permitida naquele momento e o fato de Cuba ter se posicionado ao lado da União Soviética fez com que a direita brasileira acusasse as esquerdas de lutarem pela instalação de um regime similar ao cubano no Brasil, o que causou preocupação no governo dos Estados Unidos, que por não aceitar “[...] outra Cuba na América Latina tornou a região uma espécie de palco secundário da Guerra Fria” (FICO, 2014, p. 29).

A disputa política e o conservadorismo em Muniz Freire (ES)

A propagação do anticomunismo espalhava-se por todo o Brasil e também chegou ao município de Muniz Freire. Os muniz-freirenses, como são chamados os que residem no município, também foram afetados pelo discurso nacional e o clima tenso na política local também provocou intensa oposição a já demonizada ideologia comunista. O município, formado na sua maioria por descendentes de imigrantes italianos, tem forte ligação com o catolicismo e uma vida política recheada de conflitos desde os primórdios da sua povoação ainda no século XIX.

A sociedade muniz-freirense era extremamente conservadora na época. A oligarquia local era ligada aos políticos da família Monteiro Lindenberg, grande dominadora da política estadual durante quase meio século. A proximidade era tanta que foi fundado na cidade em 26 de julho de 1958 um clube social com o nome de Centro Cívico Senador Lindenberg.

A oligarquia muniz-freirense cresceu com o apoio do conservador padre José Bazzarella, que além de não tolerar protestantes, maçons e espíritas, influenciava a política do município com o objetivo de favorecer os candidatos ligados a oligarquia local e estadual. Em entrevista, o membro do Grupo dos Onze de Muniz Freire,

Renato Viana Soares, ilustra parte do conservadorismo existente na sociedade da época:

Eu descendia da linhagem de oposição, mais popular até no esporte – éramos do Comercial Sport Club. Além disso, meu avô Demerval era combatido por ser protestante. O outro avô, materno, João Viana, era kardecista, odiado pela oligarquia, porque era Coletor de Impostos e insistia em cobrar os fazendeiros. O padre também não gostava dele, porque comemorava o carnaval. O meu pai, Jair, também brigou com o padre Bazarela. Foi excomungado. Ou seja, eu tinha tudo para não ser aceito pela oligarquia. O que amenizava era o catolicismo militante de minha avó Risoleta e de minhas tias, principalmente a professora Enoe, líder da Pia União das Filhas de Maria. Ela chegou a fazer um acordo com o padre para que eu fizesse a primeira comunhão, não aos 7, como era hábito, mas aos 13 anos, de terno creme – não podia o branco porque já era ‘pecador’. Mesmo assim, eu continuava a frequentar a escola dominical dos batistas, levado por meu avô. Portanto, com essa ‘herança’ familiar, liderando greves de estudantes em Castelo e sendo demitido do ginásio acusado de ter ‘afirmado’ que o homem ‘descendia do macaco’, a síntese era óbvia: ‘é comunista!’³³⁶

No governo de João Goulart, assim como em todo o país, o município também ficou dividido entre os conservadores ligados a oligarquia local e a Igreja Católica e os apoiadores do PTB e seu presidente. O PTB tinha força em Muniz Freire na década de 60, onde elegeu o prefeito e o vice-prefeito, impondo uma inédita derrota à oligarquia local, fortemente ligada ao PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), partidos próximos aos setores conservadores da sociedade e importantes para a posterior deposição do presidente João Goulart.

A eleição municipal de 07 de outubro de 1962 é até hoje a mais disputada em Muniz Freire e demonstra a profunda divisão da sociedade. PTB, PSD e UDN mediram forças nas eleições de prefeito e vice-prefeito, já que havia eleições separadas para ambos os cargos. O candidato a prefeito pelo PTB, Antônio Ferreira Sobrinho, foi eleito por uma diferença de apenas 48 votos em relação a José Ávila e Silva, candidato do PSD.³³⁷ Em terceiro lugar ficou o candidato da UDN, Aristóteles Aguiar. A vitória do PTB em 1962 foi a primeira do partido em sua história no município, quebrando uma sequência de dois mandatos seguidos do PSD e deixando o candidato da UDN em terceiro lugar.

Além de perder a eleição para prefeito, as oligarquias locais ligadas ao PSD e UDN, até então imbatíveis, sofreram outra derrota na eleição para vice-prefeito. Rômulo

³³⁶ SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 23 de setembro de 2013.

³³⁷ BAZZARELLA, Carlos Brahim. A História de Muniz Freire. 2003, p. 51.

Araújo (PTB) venceu Alyrio Ribeiro Soares (PSD) e o candidato da UDN, João Batista Frignani, o que aumentou a rivalidade política no município.

Com a eclosão do Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964, a Câmara Municipal de Muniz Freire se apressou e na sessão ordinária de 06 de abril de 1964 aprovou um manifesto de apoio ao golpe. O manifesto é uma reprodução daquilo que se divulgava nacionalmente, ou seja, para os vereadores de Muniz Freire, o golpe também se justificava pelo fato de livrar o país dos comunistas.

Nas atas da Câmara Municipal é possível observar que os vereadores conclamaram os líderes militares a tomarem medidas enérgicas contra os “elementos comunistas” que estavam ao lado do governo constitucional do presidente João Goulart:

Ouvindo o plenário a Câmara Municipal, fica registrado moção de solidariedade aos bravos militares e aos ilustres governadores de Estados membros da Federação que, na defesa da constituição, atuaram no sentido de extirpar do poder público os elementos nitidamente com tendência comunistas, cujo elementos nocivos só traziam intranquilidade, perturbando a paz da família brasileira, aniquilando o princípio de autoridade e desagregando as Forças Armadas com o propósito de se perpetuarem no poder. [...] A Câmara Municipal de Muniz Freire, ainda, aprova mensagem aos responsáveis dirigentes que promoveram o afastamento dos comunistas do poder público, que adotem providências enérgicas no sentido de expurgar de uma vez por todas, todos esses elementos comprovadamente comunista que conspiram contra o regime democrático no Brasil.³³⁸

O manifesto foi aprovado pelos vereadores José de Lima (UDN), João Martins (PRP), José Gomes da Silva (PSD), Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), Anestor Machado de Ávila (PTB), Aladim José de Souza (PTB) e José Gomes (PTB). Um vereador faltou à sessão e outro, Walfredo Ribeiro Soares, então líder do PTB, se posicionou contra, sendo o mesmo aprovado por sete votos favoráveis e um contrário. Porém, na sessão de 05 de maio de 1964, o referido vereador muda a sua posição e pede para constar em ata um voto de solidariedade da bancada do PTB ao presidente Castelo Branco.

O Poder Executivo também se manifestou a respeito do golpe. Ao ser questionado por ofício pela Câmara Municipal, sobre qual seria a sua posição perante os novos acontecimentos, o prefeito municipal, Antônio Ferreira Sobrinho (PTB), enviou a Câmara, no dia 14 de abril de 1964, a sua posição, onde entre outras palavras,

³³⁸ Ata da 3ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Muniz Freire, em 06/04/1964. Disponível em: <www.camaramunizfreire.es.gov.br>. Acesso em 24 set.2013.

disse:

Tenho a grata satisfação de responder o seu ofício nº 2/64 datado de 8/4/64, referente a minha posição face aos últimos acontecimentos políticos e que culminaram com a revolução vencida pelos bravos militares de nossas Forças Armadas. Pelo que tenho observado, a revolução tem rumo certo e o seu principal objetivo é: 1º Expugar o comunismo de nossos meios. 2º Manter a democracia a qualquer preço. 3º Punir os dilapidadores dos cofres públicos. Honro-me em vos afirmar que estive estou e estarei sempre solidário e ao lado das forças que pugnam por êstes princípios e direito que é o marco da civilização brasileira [...].³³⁹

Dos oito vereadores que se posicionaram a favor dos militares, cinco eram do PTB, mostrando que os vereadores locais e o prefeito petebista, influenciados pelo discurso anticomunista e pela “revolução”, esqueceram a rivalidade local e não seguiram o próprio partido, optando pelo pragmatismo de apoiar quem havia tomado o poder.

Observa-se então que o golpe se justificava para os políticos de Muniz Freire devido ao “perigo comunista” e a perseguição a estes “elementos” era aprovada por dois importantes segmentos da sociedade. De fato, “[...] não há dúvida de que o anticomunismo se constituiu no argumento central do golpe [...]” (MOTTA, 2000, p. 271).

A formação do Grupo dos Onze em Muniz Freire

Em meio a milhares de grupos se formando em todo o país, o Grupo dos Onze de Muniz Freire, formado a partir da liderança do capitão Jônatas Ribeiro Soares, teve os seguintes membros: Ângelo Cizotto, Carlinho José de Arêas, Ilton Vieira, Jair Ribeiro Soares, Lino Ribeiro Soares, Mario Ribeiro Soares, Mauro Rodrigues de Oliveira, Nelson Bolzan, Renato Viana Soares e Rômulo Araújo.

A criação do grupo, assim como em nível nacional, se deu a partir das mensagens que eram transmitidas por Brizola da rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro. A ideia de fundar um grupo em Muniz Freire partiu de Jônatas Ribeiro Soares, grande admirador de Leonel Brizola. Após o líder, os dois primeiros a assinarem a ata de formação foram o irmão e o sobrinho de Jônatas, Jair Ribeiro Soares e seu filho Renato Viana Soares. A adesão ao grupo, de forma geral, se deu principalmente pelo apoio as reformas de base, inconformismo com as injustiças sociais e o combate à oligarquia local.

³³⁹ Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Muniz Freire realizada em 20/04/1964. Disponível em: <www.camaramunizfreire.es.gov.br>. Acesso em 24 set. 2013.

Fundado o grupo, o segundo passo era a registrar o nome de todos em ata para que a mesma fosse enviada para o deputado Leonel Brizola. A organização dos papéis ficava a cargo de Renato Viana Soares, o mais jovem do grupo, então com 19 anos e professor de Desenho e de Ciências Naturais do ginásio local. Segundo Renato, tudo foi formalizado e enviado ao Rio de Janeiro. A sede do grupo era a casa de seu líder, mas também foram realizadas reuniões na residência do membro Rômulo Araújo, então vice-prefeito do município.

Como os grupos foram criados no período democrático, as suas atividades eram abertas e os membros cumpriam o papel de divulgar as ideias de Brizola nas ruas, através de conversas e debates na praça central e no cinema da cidade. O jornal *Panfleto*, semanário que divulgava ações da Frente de Mobilização Popular chegava a Muniz Freire e era encaminhado pelo grupo a população. Outros lugares usados para divulgação eram a ferraria de Ângelo Cizotto e a loja de Rômulo Araújo. O maior divulgador, no entanto, era o líder Jônatas, que mesmo possuindo um grave problema na visão (posteriormente ficou cego), circulava diariamente pela cidade a fim de levar a mensagem de Brizola aos muniz-freirenses.

Os conservadores ligados ao PSD e UDN eram os principais opositores do grupo. A disputa política local contribuiu para a construção do discurso de preconceito contra o grupo. A crescente força do PTB incomodava a oligarquia local, que mais tarde seria a responsável por denunciar o grupo aos militares.

Devido ao golpe que interrompeu o governo de João Goulart e o exílio de Brizola no Uruguai, o grupo de Muniz Freire também não teve tempo suficiente para se articular e realizar ações concretas. Os ideais de seus membros ficaram no campo das ideias e em reuniões informais, com exceção do membro Renato Viana Soares, que lutou ativamente contra a ditadura recém-instaurada. Renato teve uma longa história de oposição a Ditadura Militar através de sua atuação como estudante, militante do Partido Comunista Brasileiro e como jornalista, sendo perseguido e preso diversas vezes e por fim, partindo para o exílio de oito anos na Europa.

A perseguição contra o grupo muniz-freirenses

A ligação do Grupo dos Onze de Muniz Freire ao comunismo, assim como nacionalmente, se fortaleceu com a implantação da Ditadura Militar. A denúncia que provocou a perseguição oficial ao Grupo dos Onze de Muniz Freire não tardou em chegar, sendo a disputa política local a responsável pelo seu surgimento. Como dito, o prefeito e o vice-prefeito eram do PTB, sendo que o vice-prefeito também era

membro do Grupo dos Onze. O promotor público Deo Schneider em aliança com o presidente da Câmara José de Lima teriam sido os autores da denúncia. O líder do grupo, Jônatas, aponta o responsável:

Foi uma denúncia assinada pelo presidente da Câmara Municipal na época, José de Lima [...]. Ele queria ser o prefeito. Como o vice-prefeito Rômulo de Araújo participava do grupo, ele achava que o prefeito também estava envolvido. Se isso acontecesse, como presidente da Câmara ele assumiria o mandato. Mas o prefeito não foi envolvido.³⁴⁰

Por sua vez, o ex-vereador José de Lima alega que “foi um grupo político e não uma pessoa sozinha”³⁴¹, o responsável pela denúncia.

O golpe provocou grande polêmica na sociedade e os membros do grupo foram convocados a prestar esclarecimentos na delegacia. Fichas policiais³⁴² informam que no dia 06 de abril de 1964, o líder Jônatas prestou esclarecimentos na Delegacia de Polícia, seguido de Ângelo, Carlinho, Lino, Mario e Nelson. Rômulo no dia seguinte e Mauro no dia 09 de abril. As fichas de Renato, Jair e Ilton, não informam a data de seus depoimentos à polícia.

Após os esclarecimentos, instalou-se no dia 14 de julho de 1964 o Inquérito Policial Militar. O processo transitou na 3ª Auditoria Militar, no Rio de Janeiro, e ocorreu à revelia, visto que os membros não tiveram condições financeiras de estarem presentes e nem para contratar um advogado.

A denúncia contra o Grupo dos Onze de Muniz Freire foi notícia fora do Espírito Santo. O *Jornal do Brasil*, com sede no Rio de Janeiro e um dos mais influentes do país, repercutiu a notícia em 19 de fevereiro de 1965:

O Promotor da 3ª Auditoria de Guerra, Sr. Benjamin Sabat, denunciou por crime de subversão e como incursos na Lei de Segurança Nacional os civis Jônatas Ribeiro Soares, Renato Viana Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araújo, Carlinhos José de Areias, Hilton Vieira, Ângelo Cizzoto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Nelson Balzan. Segundo a denúncia, que será apreciada pelo Juiz-Auditor Jacob Goldemberg, os "acusados constituíram-se, no Município de Muniz Freire, Espírito Santo, no chamado Grupo dos 11 que, subordinado ao ex-Deputado Leonel Brizola, era do tipo militar e se

³⁴⁰ SOARES, Jonatas Ribeiro. *Jonathas, o preso político que Camata levou à posse*. Reportagem especial do jornal *A Gazeta*, quarta-feira, 16 de março de 1983.

³⁴¹ LIMA, José de. Entrevista concedida por e-mail a Herbert Soares Caçador, em 07 de novembro de 2013.

³⁴² Fundo DOPS, CAIXA 31. Série Investigações Criminais; Sub-série Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.

destinava a atividades revolucionárias".³⁴³

A referida notícia não menciona o nome de dois participantes do grupo: os irmãos Lino Ribeiro Soares e Mario Ribeiro Soares. Os dois foram excluídos do processo³⁴⁴, sendo que Mario era serventuário da Justiça e Lino funcionário do posto de saúde local. A causa da exclusão sempre foi um mistério até para os envolvidos. Lino faleceu em 1967 e Mario afirma não saber o motivo de ter sido excluído do processo:

Até hoje eu desconheço porque razão eu e o Lino fomos dispensados e não fomos processados. Desconheço quem nos protegeu. Verdadeiramente eu não sei. Disseram que eu dei dinheiro para sair fora e eu nem tinha dinheiro pra isso. O dinheiro que tinha era para criar os meus seis filhos. Se alguém me ajudou, infelizmente eu não fiquei sabendo.³⁴⁵

O advogado de defesa nomeado pela própria Justiça Militar, Abraham Obadia, baseou a sua defesa no fato de que os membros apenas assinaram uma folha, chegando a indagar aos militares: "Por que punir os pequenos que apenas seguiam, pacificamente, as idéias políticas do ex-parlamentar Leonel Brizola?"³⁴⁶. Segundo a própria sentença e jornais da época, a condenação se concretizou pelo simples fato dos membros terem constituído um grupo. Sem direito a ampla defesa, os nove réus foram julgados à revelia e condenados no dia 28 de janeiro de 1966. A condenação pela Justiça Militar foi baseada na "infração" do Art. 24, da Lei 1802/53 (Segurança Nacional), sendo o líder do grupo condenado a um ano de prisão e os demais a pena de seis meses.

Os primeiros dias de cumprimento da pena foram na Delegacia de Polícia local e o restante nas dependências do Fórum de Muniz Freire, com exceção de Renato, que ficou preso no quartel do Corpo de Bombeiros, em Vitória. Os membros contaram com a ajuda do Juiz de Direito, Arione Vasconcellos Ribeiro, que permitiu a eles condições dignas na prisão. Diferente de outros casos do período, os presos políticos de Muniz Freire não sofreram torturas e foram respeitados durante o cumprimento da pena. O Dr. Arione, segundo os membros era um juiz democrata e permitiu situações no mínimo curiosas na prisão:

³⁴³ *Jornal do Brasil*, 19-2-1965, p.15.

³⁴⁴ *Jornal do Brasil*, 29-1-66, p. 3.

³⁴⁵ SOARES, Mario Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 18 de agosto de 2013.

³⁴⁶ *Correio da Manhã*, 29-1-1966, p.10.

O juiz de Muniz Freire era o dr. Arione Vasconcelos Ribeiro e nos tratou muito bem. Inclusive, levava até a própria esposa para nos visitar. Ele também fazia vista grossa para os casados que fugiam do fórum de madrugada e voltavam antes do amanhecer para passar umas horas com as esposas. Ele não só deixava que eu visitasse a minha namorada em Piaçu, como até emprestava o carro para me levar.³⁴⁷

A liberdade com o fim da pena trouxe alívio, mas logo a ligação do grupo com o comunismo voltaria à tona na vida dos que permaneceram em Muniz Freire. O preconceito da sociedade em relação ao grupo aumentou com a saída dos membros da prisão. Os membros, pelo menos naquele tempo, pouco sabiam dos ideais defendidos pelo comunismo, mas mesmo assim continuaram a ser perseguidos com essa ligação.

A sociedade conservadora usou de diversos mecanismos para reprimir socialmente os membros condenados. Até os que não experimentaram a condenação e prisão, relatam as dificuldades em se inserir na sociedade sem ser discriminado. As consequências da ligação com o comunismo vão desde a discriminação, passando por humilhações até a perda de emprego.

O membro Jair Ribeiro Soares era motorista na Prefeitura de Cachoeiro e foi demitido³⁴⁸. Renato trabalhava no ginásio local e também foi demitido. A família de Ilton Vieira contraiu dívidas, e o mesmo vendeu sua propriedade ao sair da prisão para quitá-las e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde virou operário³⁴⁹. Com exceção de dois membros solteiros, os demais tinham família e com a prisão a maioria teve dificuldade até para suprir as necessidades básicas dos familiares. As marcas do sofrimento ainda estavam presentes na vida do membro Nelson Bolzan no final da década de 90:

Eu tinha 8 filhos pequenos, e nesta época, minha mulher ficou doente, então foi um sofrimento muito grande, quase não tinham o que comer. Me chamavam de comunista e a minha família também era chamada de comunista. Ninguém queria me dar serviço, tive que ir em Vitória no Ministério do Trabalho, então consegui emprego na construção de estradas, onde depois de um tempo fui atropelado por uma basculante e fiquei muito doente.³⁵⁰

Mesmo no fim da ditadura, onde a liberdade começava a ser vislumbrada, o

³⁴⁷ SOARES, Jonatas Ribeiro. *Jonathas, o preso político que Camata levou à posse*. Reportagem especial do jornal A Gazeta, quarta-feira, 16 de março de 1983.

³⁴⁸ Requerimento de anistia N.º: 2003.01.15319.

³⁴⁹ Requerimento de Anistia n.º 2009.01.63514.

³⁵⁰ BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a turma do Curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha.

anticomunismo muniz-freirenses mostrou a sua face e novamente se manifestou contra Renato Viana Soares:

Quando voltei do exílio, escrevi e publiquei um livro de poemas – Sentido da volta. Na minha ingenuidade, queria lançá-lo na festa de Muniz Freire. Afinal, a ditadura tinha acabado e o meu retorno ao Espírito Santo gerou páginas nos jornais e entrevistas no rádio e na televisão. Mas o prefeito da época proibiu que o lançamento do livro constasse no convite da festa e também que o serviço de auto-falantes sequer mencionasse o fato. Ainda recebi um recado para não insistir, pois o delegado de polícia já havia sido alertado. Desafiei: fui para o meio da praça, sob aquelas árvores centenárias do jardim, com uma mesinha e algumas cadeiras, mais um pequeno grupo de amigos e parentes, falei e assinei dedicatórias nos livros. Penso que essa atitude era um reflexo já mitigado do que sentiam por nós. Outro exemplo: a Prefeitura – ou a Câmara – tem (ou tinha) um título honorífico, acho que se chama “Munizfreirenses ausente Nº 1”. Soube que, à minha revelia, quiseram me atribuir essa honra. Foi vetada sob o pretexto de que eu seria comunista [...].³⁵¹

A anistia política chegou e trouxe uma simples reparação econômica a alguns dos membros. Renato, Jair (post mortem), Ilton (post mortem), Nelson (post mortem), Mauro e Jônatas já foram anistiados.

Considerações finais

Devido à rapidez do Golpe Civil-Militar, os Grupos de Onze Companheiros não tiveram tempo suficiente para produzir algo concreto. Os seus membros, na maioria dos casos, formados por pessoas simples, foram chamados pejorativamente de comunistas e até de perigosos terroristas. No município de Muniz Freire, ainda sobrevive à associação Grupo dos Onze e Comunismo, fruto de uma construção de décadas. A disputa política local, o conservadorismo ligado a Igreja Católica, a pesada propaganda anticomunista e o pouco estudo que existe sobre o assunto são os mecanismos que contribuem para que essa associação ainda permaneça na sociedade muniz-freirenses.

A campanha difamatória contra os comunistas, fortalecida principalmente com a Guerra Fria, onde Estados Unidos e União Soviética se digladiavam ideologicamente, também se fez presente na pequena cidade do sul do Espírito Santo. Em Muniz Freire, associar o comunismo com tudo que havia de negativo também aconteceu e os maiores prejudicados com essa ligação, nem seguidores da ideologia comunista eram naquele momento.

³⁵¹ SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 23 de setembro de 2013.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BAZZARELLA, Carlos Brahim. **A História de Muniz Freire**. 2003.

CAÇADOR, Herbert Soares. **"Comunistas e Subversivos?"**: Um estudo sobre a manutenção do preconceito ao Grupo dos Onze em Muniz Freire - ES. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Centro Universitário São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim.

FERREIRA, Jorge. **Panfleto**: as esquerdas e o "jornal do homem da rua". *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.26, n.44, p.619-638. Jul/dez. 2010

FERREIRA, Jorge. Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. **Anos 90**, Porto Alegre, v.16, n.29, p.81-124, 2009.

FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964 (coleção as esquerdas no Brasil)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FILHO, FC Leite. **El Caudillo – Leonel Brizola**: Um perfil biográfico. Porto Alegre: Aquariana, 2008.

MANIFESTO DO GRUPO DE ONZE COMPANHEIROS. In: **Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15**. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

Acervos Públicos

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 31. Série Investigações Criminais; Sub-série Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.

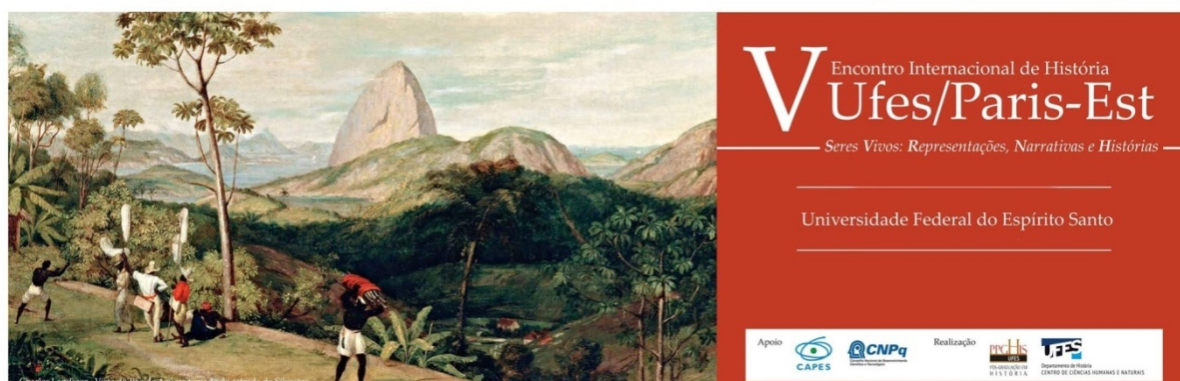
Casa da Cultura de Muniz Freire. Requerimentos de Anistia de membros do Grupo dos Onze.

Câmara Municipal de Muniz Freire. Atas da 3º, 4º e 5º Sessões Ordinárias. Abril de 1964.

Cartório do Crime – Comarca de Muniz Freire. Carta Precatória nº 368, da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar.

Hemeroteca Digital Brasileira: Jornal do Brasil (Fevereiro de 1965 e Janeiro de 66), Correio da Manhã (Janeiro de 1966).

Memória O Globo: Abril de 1964.



O ANTIJESUITISMO COMO INSTRUMENTO REFORMADOR DO ENSINO LUSO: NOTAS DE PESQUISA SOBRE O COMPÊNDIO HISTÓRICO (1771)

Jansen Gusmão Salles
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Sob o Século das Luzes, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, emerge como figura ímpar na modernização cultural portuguesa. Após a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, Ordem religiosa que até então administrava a maioria das instituições de ensino em Portugal, os estudos maiores e menores passaram por uma profunda reestruturação. No entanto, mesmo diante da ausência jesuítica, o nome da Ordem de Ignácio de Loyola continuou a ser evocado sob forte teor pejorativo. O Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra, publicado em 1771 e de autoria do próprio Marquês de Pombal, é considerado o ápice da campanha antijesuítica impulsionada durante o governo de D. José I. A obra transmite uma suposta decadência do ensino luso que teve início com a chegada dos jesuítas ao Reino ainda no século XVI. Diante disso, o presente artigo apresenta o uso do antijesuitismo nas reformas educacionais em Portugal, correlacionando-o com a produção do Compêndio Histórico e o projeto político pombalino.

Palavras-chave: Luzes; Portugal; Antijesuitismo; Marquês de Pombal

ABSTRACT: During the Enlightenment Century, Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal, emerges as unique figure in the portuguese cultural modernization. After the expulsion of the Society of Jesus in 1759, the religious order which had until then managed the majority of educational institutions in Portugal, the larger and smaller studies went through a deep restructuring. However, even in the face of Jesuit absence, the name of Ordem de Ignácio de Loyola continued to be referred under strong pejorative content. The Historical Compendium of the University of Coimbra, published in 1771 and authored by the Marquis de Pombal himself, is considered the apex of the anti-

Jesuitic campaign driven during the administration of José I. The publication conveys a supposed decline of Portuguese education, which had begun with the arrival of the Jesuits in the Kingdom still in the sixteenth century. Therefore, this article presents the use of anti-Jesuitism in educational reforms in Portugal, correlating it with the publication “Historical Compendium” and Pombal’s political plan.

Keywords: Enlightenment - Portugal - Anti-Jesuitism - Marquis of Pombal

Preâmbulo

Logo nos anos iniciais do reinado de D. José I (1750-1777), o novo monarca já demonstrava uma postura política diferente daquela que os reis portugueses adotavam até então. Decidiu romper com a tradição lembrada pelo historiador português Nuno Monteiro de que os ministros só deixariam seus cargos após a morte e, portanto, eleger um novo ministério. (MONTEIRO, 2012, p.71) Entre os nomeados, ainda que sem brilho e significativo destaque, estava Sebastião José de Carvalho e Melo, escolhido para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Sobre as razões que levaram à escolha de Carvalho e Melo ao cargo, não são fáceis de delimitar com precisão. Porém, defende-se que ela se deu muito mais em decorrência da menção de seu nome no *Testamento Político* de D. Luís da Cunha (AZEVEDO, 2004, p.104) e de seu casamento com uma jovem da nobreza austríaca (MAXWELL, 1996, p.04), que de suas experiências diplomáticas na Inglaterra e na Áustria.

Quanto ao poder quase absoluto que o futuro Secretário de Estado do Reino – o mais importante posto entre as Secretarias de Estado – veio a possuir, este seria impulsionado somente a partir do terremoto que devastou a capital Lisboa em primeiro de novembro de 1755. (MAXWELL, 1996, p.24) Suas ações rápidas e eficientes no tratamento dos feridos e na reconstrução da cidade o fizeram ganhar a admiração e confiança de rei. Que concederia não apenas um cargo de destaque ao seu novo valido, mas uma expressiva liberdade nas decisões e deliberações referentes aos rumos da monarquia.

Após o conturbado período do terremoto de Lisboa, os anos subsequentes vieram a se revelar propícios tanto para a expansão dos poderes de Carvalho e Melo como ministro quanto para as reformas que buscou levar a cabo ainda no início de seu novo mandato. Todavia, dentre as mudanças geridas por Carvalho e Melo nos campos econômico e político, nenhuma surtiu tanto efeito quanto à criação de um importante instrumento centralizador e racionalizador de todas as rendas da Coroa portuguesa: o Erário Régio (1761). Numa clara demonstração de autopoder, “Pombal indicou a si próprio como inspetor-geral do Tesouro, uma vez que este havia sido planejado para que seu ocupante ficasse muito próximo do monarca e, por implicação, do primeiro-ministro.” (MAXWELL, 1996, p.98)

Em linhas gerais, as reformas idealizadas por Carvalho e Melo durante seu ministério pretendiam “exterminar todas as manifestações de pluralismo político” (HESPANHA, 1994, p.168), típicas do Antigo Regime e tanto presentes em Portugal. De modo que certos poderes e instituições, sobretudo religiosas, logo passariam a entrar em disputa direta com o poder civil, resultando em eventos como o rompimento das relações entre o Estado português e a Santa Sé ao longo da década de 1760. (FALCON, 2000, p.234) Sobre o assunto, o historiador britânico Kenneth Maxwell nos ajuda a esclarecer que

Em nenhum outro país europeu a Contra-Reforma havia sido implantada de maneira tão cabal e com tanta firmeza, [...] nem o controle dos jesuítas foi tão fortemente estabelecido sobre a educação da elite [como em Portugal]. A disputa portuguesa com os jesuítas foi, portanto, mais do que uma questão de interesse local. (MAXWELL, 1996, p.98-99)

Ou até mesmo cultural. De fato, como aponta a historiadora Patrícia Woolley, tal disputa estaria revestida de interesses políticos. (WOOLLEY, 2007, p.14) Para Carvalho e Melo, era notável que o grau de influência dos jesuítas há muito já ultrapassava os muros dos colégios e universidades portuguesas. Enquanto ordem religiosa com poderes quase autônomos e detentora da administração e legislação de grande parte das instituições de ensino, a Companhia de Jesus se tornava um poderoso empecilho tanto aos interesses políticos quanto pedagógicos inseridos no bojo do reformismo ilustrado em Portugal. Desde já, podemos apartar que é sobre a reforma educacional pombalina e a propaganda antijesuítica gerada a partir desde primeiro que o presente trabalho buscará se restringir.

Expulsão dos jesuítas e reforma educacional

Nascida ainda na primeira metade do século XVI, no seio da Contrarreforma, a Companhia de Jesus acumulou até os Setecentos um vasto domínio sobre a formação intelectual europeia (BANGERT, 1985, p.518), sendo Portugal um de seus maiores redutos. No entanto, as crescentes divergências entre os objetivos de Carvalho e Melo e a tentativa da Companhia de Jesus em manter sua posição privilegiada resultariam no desterro dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios ultramarinos por meio de um Alvará régio em 03 de setembro de 1759. Com o caminho livre, só restaria ao principal ministro de D. José I (agora Conde de Oeiras) acelerar ano após ano suas reformas de reestruturação do sistema educacional português.

Partindo das leituras de Laerte Ramos de Carvalho (1978) e Carlota Boto (2010), observamos que a análise sobre esse processo reformista pode ser dividido em dois momentos cruciais. O primeiro estaria relacionado à criação das Aulas Régias já em 1759, que transferia a tutela dos estudos menores para um Diretor Geral dos Estudos designado pelo Estado. O segundo momento, tido como auge da reforma nos estudos maiores (e por que não de todo o projeto educacional pombalino?), seria a formulação dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, publicados no ano de 1772. Para Carlota Boto, havia no Conde de Oeiras a confiança de que

Reformar os estudos universitários – bem como reformar a instrução de primeiras letras e secundária – era o passaporte para a Reforma do Estado; um Estado que se pretendia incluído em seu tempo – competitivo e potente. (BOTO, 2010, p.296)

Tal reforma do Estado pretendida por Sebastião José de Carvalho e Melo e inspirada no pensamento ilustrado obedeceria ao propósito central de formar e instruir jovens fidalgos a cumprir futuramente as funções públicas e, assim, auxiliar a burocracia estatal. (BOTO, 2010, p.293)

Avaliando a importância dada essencialmente a reestruturação do ensino universitário, Motta Veiga destaca que Carvalho e Melo “não quiz encarregar a reforma dos estudos maiores á Real Mesa Censoria, nem mesmo á Mesa da Consciencia e Ordens, que estava encarregada da inspecção dos estudos das sciencias maiores, cultivadas na Universidade”. (VEIGA, 1872, p.172) Em vez

disso, a reforma veio a ser pensada por uma comissão que, de acordo com a pesquisadora Ruth Gauer,

Partiu de fora da Universidade. A responsabilidade pela Reforma, portanto, não foi buscada junto ao corpo técnico da mesma, foi antes uma ação que visou destruir o *ethos* educacional jesuítico. Essa destruição abriria o caminho para construir novos meios que possibilitassem um ensino cujo progresso científico constituiria a parte mais importante de todo processo reformista.

Essa comissão referida por Gauer (1996) foi composta por um grupo seleto de intelectuais e figuras próximas ao monarca português e seu valido. A Junta de Providência Literária, como foi denominada e instituída a partir de um decreto em dezembro de 1770, não tinha como função inicial a reforma dos sobreditos *Estatutos*. Sob a supervisão do Marquês de Pombal e do Cardeal da Cunha, a Junta ficou encarregada de examinar a situação na qual a Universidade de Coimbra se encontrava e avaliar os estragos cometidos pelos jesuítas “primeiro na Universidade de Coimbra e conseqüentemente nas aulas de todo o Reino.” (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.99).

Deste árduo ofício nascia o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagem pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*, publicado em agosto de 1771 e assinado, pela primeira vez, por Sebastião José de Carvalho e Melo já com o título de Marquês de Pombal.

Trata-se da primeira denúncia oficial direcionada à Companhia de Jesus, responsabilizando-os de modo contundente pela decadência e suposto atraso cultural português. Um extenso documento carregado de teor acusatório, adjetivos pejorativos e de um texto demasiadamente prolixo. Um verdadeiro libelo antijesuítico, sem dúvida, como não deixa de ser notado ao longo de toda a obra.

[...] E daqui ficou a desgraçada universidade cheia de idiotas estranhos, e os filhos desanimados para os estudos, vendo que, para ser doutor, bastava que se vestisse uma roupeta da Companhia. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.111)

As leituras de Gauer (1996) ainda nos mostram que os inicianos só conseguiram permanecer onde estiveram sem interferências devido a utilização de determinadas estratégias e maquinações que forneceram à Companhia uma espécie de liberdade e autoridade acima dos poderes papal e monárquico. (GAUER, 1996, p.52) De modo que nada adiantou os esforços, lembrados pela Junta, de mestre e lentes atuantes no corpo da Universidade de Coimbra antes mesmo do ingresso jesuítico.

É, contudo, mais do que verosímil que os grandes homens de letras [...] e os muitos outros em que então abundava a Universidade, não puderam ainda impedir aos destruidores das suas florentíssimas ciências que, para acabarem com elas, vomitassem nos referidos Estatutos clandestinos [...], todo o veneno que redundava nos seus empestados corações. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.139)

Quanto à estrutura da obra, a mesma se encontra dividida em duas grandes partes. A primeira, subdividida em quatro Prelúdios, nos dão uma ideia ampla das *atrocidades* cometidas pelos jesuítas na Universidade de Coimbra do período que compreende a chegada da Companhia de Jesus à Portugal no século XVI ao reinado de Felipe II durante a união das coroas ibéricas. Além de expor como se deu a formulação gradual dos novos estatutos fabricados pelos jesuítas e os estratagemas utilizados para se manterem no domínio do ensino sem intromissões externas ou internas.

Já na segunda parte, a obra é subdividida em três capítulos. Neles, a Junta procurou discorrer sobre os estragos feitos nas faculdades de Teologia, Jurisprudência Canônica e Civil e na Medicina, ressaltando, ainda, os impedimentos pretendidos pelos inicianos para que tais cursos não pudessem sair das sombras da ignorância.

O teor antijesuítico impresso no *Compêndio Histórico* veio também a favorecer a Junta em um empreendimento ainda maior: a reformulação dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Além do mais, como citamos anteriormente, a reforma do ensino universitário representaria um grande passo para a modernização da cultura e do próprio Estado português. Devendo, por isso, ser conduzida por pessoas da confiança de D. José I e do próprio Pombal. Por meio de uma carta anexada ao corpo da obra, é possível observar o pedido da Junta acerca de tal função.

[...] Que servindo-se Vossa Majestade de honrar com a sua real

aprovação o referido *Compêndio Histórico e Apêndice*, que lhe serve de suplemento, possa a mesma Junta formular no espírito deles, sem mais perda de tempo, os Estatutos e Cursos respectivos às sobreditas três ciências [Teologia; Jurisprudência Canônica e Civil; e Medicina], cujas aulas vão logo abrir, reservando-se para depois da abertura delas tudo o mais que fazer para fazer completo o estabelecimento da Universidade de Coimbra que deve constituir uma das mais gloriosas épocas do felicíssimo governo de Vossa Majestade. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.102)

Também anexada ao corpo da obra está a resposta do rei, que, sob tons de aprovação, atendia ao pedido da Junta.

Subam as minutas dos Estatutos e Cursos Científicos para sobre eles determinar o que entender que é mais conveniente ao serviço de Deus e meu e ao bem comum dos meus vassallos. E louvo muito à Junta o grande e frutuoso desvelo com que se tem aplicado a este importante negócio, o qual confio que seja por ela prosseguido com o mesmo exemplar zelo e completo acerto. (COMPÊNDIO HISTÓRICO, 2008, p.103)

Para além do Compêndio Histórico...

Mesmo com a ausência jesuítica, é preciso sublinhar que as reformas educacionais guiadas pela administração pombalina não permaneceram mobilizadas apenas por seu caráter moderno e positivo. Fez-se necessário criar um inimigo capaz de legitimar o discurso político por trás de tais reformas. Algo que representasse o inverso, o outro lado da moeda. Assim, utilizando-se da imagem já deturpada dos jesuítas, Pombal os elege como símbolo de todo o atraso cultural que pairava sobre sua nação. Enquanto a Europa, por sua vez, representava a principal referência moderna. (FRANCO, 2006, p.6543). Por outro lado, aliado às denúncias ao ensino luso presentes no *Compêndio Histórico*, houveram outras obras de similar importância nas quais buscou-se minar a influência jesuítica em todos os âmbitos em esta se fez atuante. Seja através de uma suposta conspiração envolvendo os membros da Companhia e os índios brasileiros ou da responsabilização pelas ações sombrias do Santo Ofício.

Estes documentos ajudariam ainda a compor o que o historiador José Eduardo Franco denominou como uma literatura antijesuítica pombalina (FRANCO, 2005), sendo eles: *Relação abreviada da República que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal, e Espanha, estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas monarquias (1757)*; *Erros ímpios, e sediciosos que os Religiosos da Companhia de Jesus ensinarão aos Reos, que forão justicados, e*

pretenderão Espalhar nos Póvos destes Reynos (1759); Dedução cronológica e analítica (1767); Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra (1771); Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal (1774).

Todavia, mesmo levando-se em conta o peso do discurso antijesuítico endossado pelas obras supracitadas e que esses ataques à Companhia de Jesus despontam como um momento até então singular na história de Portugal, é indispensável a noção de que as nuances desse fenômeno já permeavam o imaginário e os debates intelectuais estrangeiros. Ao dizer que “o antijesuitismo, a nível internacional, constituiu um fenômeno e um amplo movimento religioso, cultural e sociopolítico” (FRANCO, 2012, p.09), Franco nos leva a crer que essas discussões também estariam inseridas no discurso das Luzes.

Indo mais além, o historiador Stefan Gatzhammer nos ajuda a compreender que a origem do antijesuitismo se encontra em um período bastante anterior à Pombal e ao movimento das Luzes, remontando aos anos iniciais da Companhia de Ignácio de Loyola.

Apesar de ter sido mais intenso em Portugal do que em outras parte da Europa, o ódio aos jesuítas “não conhece fronteiras. [...] O termo “antijesuitismo” e o seu derivado “antijesuítico” são, no nosso sentido, em geral, expressões que definem uma consciente e hostil atitude básica contra a Companhia de Jesus. O antijesuitismo é tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus.” (GATZHAMMER, 1993, p.160-161)

Destarte, podemos brevemente concluir que o Marquês de Pombal e a Junta de Providência Literária se apropriaram da negatividade jesuítica presente dentro e fora das fronteiras portuguesas para redigir o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* e, dessa forma, fortalecer a positividade de uma série de reformas educacionais. Tornando, assim, o antijesuitismo um poderoso e importante recurso legitimador e reformador do ensino luso.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio de. **O marquês de pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BANGERT, William V. **História da companhia de Jesus**. São Paulo: Loyola, 1985.

BOTO, Carlota. **A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2010, p.283.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a reagiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados [1771]. Porto: Campo das Letras, 2008.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000.

FRANCO, José Eduardo. A idéia de Europa nas Reformas Pombalinas da educação. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf>.

_____. **Génese e mentores do antijesuitismo na europa moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012.

_____. Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal. In: **Revista Lusófona de ciência das religiões**. Ano IV, 2005/ nº 7/8.

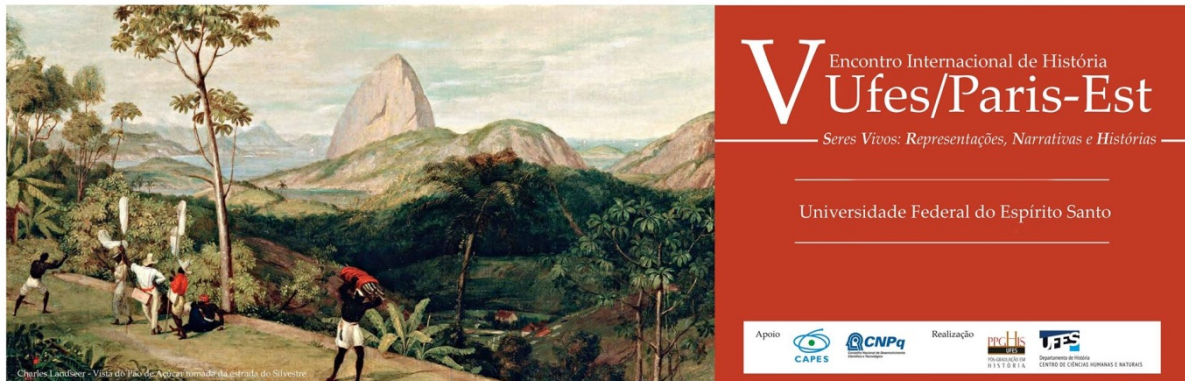
GATZHAMMER, Stefan. **Antijesuitismo europeu: relações político- diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1993.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan**. Instituições e

Poder Político. Coimbra: Almedina, 1994, p.168. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

VEIGA, Manuel Eduardo da Mota. **Esboço historico-litterario da faculdade de theologia da universidade de Coimbra effeituada pelos sabios Estatutos de 1772 / pelo dr. Manuel Eduardo da Motta**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.



O TRABALHO E A MORTE EM AUSCHWITZ

Jéssica de Andrade Espindula
Graduada em História – UFES

RESUMO: Quando falamos em nazismo, uma das primeiras coisas que vêm à mente são os campos de concentração. E dos vários campos que foram construídos a partir de 1936, o maior foi Auschwitz. Porém, ao falar de Auschwitz, o associamos de imediato a câmaras de gás e a solução final. O problema está exatamente nesse ponto, Auschwitz não era apenas um campo de extermínio, ele também era um campo de trabalho. Não podemos, é claro, ignorar o fato de que Auschwitz foi fundamental na execução da solução final. Porém, Também não podemos ignorar, que os campos eram laboratórios que demonstravam as crenças do regime, aonde realizavam experiências e que se tornou lucrativo. Grandes empresas como a I.G. Farben, abriram fábricas nos arredores do campo. O trabalho forçado também era utilizado como uma forma de extermínio e humilhação. Eram os próprios prisioneiros, no *Sonderkommando*, que preparavam os demais para as câmaras de gás e eliminavam os corpos nos crematórios, na tentativa de sobreviverem mais um dia. Além das fábricas que aproveitavam a mão de obra, no campo de concentração o trabalho dos prisioneiros se tornou fundamental. Afinal, eles que eliminavam as evidências.

Palavras- chave: Auschwitz; Nazismo; Campo de concentração; Extermínio; Trabalho.

ABSTRACT: When we talk about Nazism, one of the first things that come to mind are the concentration camps. And the various fields that were built from 1936, the largest was Auschwitz. However, when talking about Auschwitz, the immediately associate the gas chambers and the final solution. The problem is exactly that point, Auschwitz was not only an extermination camp, he was also a labor camp. We can not, of course, ignore the fact that Auschwitz was instrumental in implementing the final solution. But also we can not ignore, that the fields were laboratories that showed the beliefs of the regime, where performed experiments and became

profitable. Big companies like I.G. Farben, opened factories in the vicinity of the field. Forced labor was also used as a form of death and humiliation. They were the prisoners themselves, the Sonderkommando, who prepared the other to the gas chambers and eliminated the bodies in crematoria, trying to survive another day. In addition to the factories that took advantage of the workforce, in the concentration camp prisoners' work has become fundamental. After all, they eliminated that evidence.

Keywords: Auschwitz; Nazism; Concentration camp; Extermination; Work.

Os anos de 1933 a 1939 foram decisivos para a disseminação e concretização do antissemitismo nazista. Leis que proibiam os casamentos de judeus com alemães, proibição de cargos públicos e a Lei de Nuremberg, foram fundamentais para os ideais nazistas. Porém, até então, não se sabia até que ponto a população alemã havia aderido a esse antissemitismo. A resposta veio em novembro de 1938, com a *Pogromnacht*, “Noite dos Cristais”. Os nazistas foram às ruas, sinagogas foram destruídas, lojas de judeus saqueadas e mais pessoas mandadas para os campos.

[...] primeiro atentado concreto contra a integridade física e a vida dos judeus da Alemanha. O acontecimento marcou o fim dos atos antissemitas espontâneos e deu à administração nazista a certeza de que o povo alemão, em conjunto, reagia com indiferença à política antijudaica do regime. (VENEZIA, 2010, p. 197)

As prisões nos *Lager* iniciaram –se logo após o incêndio no *Reichstag*, os encarcerados passavam por situações de violência e em alguns casos eram executados. Porém, algumas dessas pessoas após meses de prisão eram libertados. As modificações nesse sistema de encarceramento iniciaram em 1934, com Heinrich Himmler que reorganizou, ampliou e passou a controlar todo o sistema concentracionário. De 1936 em diante, grandes campos como Sachsenhausen (1936), Buchenwald (1937), Flossenbürg (1938), Mauthausen (1938) e Ravensbrück (1939); foram inaugurados. Esses campos fizeram parte de um sistema que propôs três soluções para a “questão judaica”, sendo a primeira a expulsão, a segunda a concentração e por último o extermínio.

O campo de Auschwitz foi construído próximo a uma aldeia na cidade de *Oświęcimna* Polônia, onde se encontrava um alojamento do exército polonês. O seu comandante, Rudolf Höss foi nomeado em maio de 1940 e de início Auschwitz era destinado aos poloneses, apenas como campo de quarentena.

Auschwitz foi originalmente concebido com um campo de quarentena para poloneses do governo geral. A princípio, a ideia era manter os poloneses para um campo de concentração no próprio Reich, e Auschwitz serviria apenas como um posto de quarentena transitório, onde prisioneiros seriam mantidos por algumas semanas para se saber se tinham alguma doença contagiosa, como tifo ou febre tifoide. (Rudolf Höss apud GOLDENSOHN, 2005, p.351)

O seu único crematório tinha a finalidade de incinerar os cadáveres para evitar epidemias. Porém, em 1941 com a visita de Himmler, auma modificação. Höss recebe a ordem de ampliar ao máximo o campo. Deveriam comportar 100 mil prisioneiros de guerra, além de possuírem oficinas de carpintaria e metalúrgica “e que 10 mil prisioneiros fossem colocados à disposição do IG Farben, o maior grupo da indústria química alemã” (VENEZIA, 2010, p. 208), pois estava construindo uma nova fábrica nas proximidades do campo. Essa ordem de ampliação e a crescente chegada de novos prisioneiros levaram a construção de Auschwitz II – Birkenau e Auschwitz III – Monowitz, ambos inaugurados durante o ano de 1942 e novos crematórios em 1943.

Auschwitz, no mesmo ano, é incorporado ao processo da solução final, por ser considerado capaz, devido as suas proporções, a realizar extermínio em larga escala. O complexo, até então, não possuía câmaras de gás e para que fossem construídas utilizaram como modelo às câmaras do campo de Treblinka. O gás Zyklon B, antes utilizado para desinfecção, seria usado para a eliminação dos prisioneiros.

Mandei converter em câmaras de gás duas velhas casas da fazenda meio afastadas do campo. Mandei remover as paredes entre os aposentos e cimentar as paredes externas para deixa-las à prova de vazamento. O primeiro transporte vindo do governo- geral foi trazido para lá. As pessoas foram mortas com gás Zyklon B. (Rudolf Höss apud GOLDENSOHN, 2005, p.354)

O campo de Birkenau foi construído para ser um campo de prisioneiros de guerra soviéticos, porém meses após sua construção se tornou um campo para prisioneiros judeus. Sendo as câmaras de gás do complexo, já citadas, construídas em seu campo e se tornando parte fundamental da solução final.

O plano³⁵² previa a deportação para os campos; a eliminação imediata dos judeus considerados inaptos para o trabalho (sob uma definição bem ampla, englobando a grande maioria da população); e a exploração até a morte da minoria submetida ao trabalho forçado. (VENEZIA, 2010, p. 210)

³⁵² A Conferência de Wannsee, em 1942, definiu planos para eliminar os judeus da Europa.

A construção do campo de Monowitz se deu devido a crescente demanda de novos prisioneiros e da utilização dessa mão – de - obra. Havia a necessidade de construção dos canteiros de obras e campos para facilitar a utilização do trabalhado forçado nas fábricas. Devido a isso, Monowitz foi construído próximo a uma fábrica da IG Farben. “Em Monowitz ficavam todos os campos de trabalho pertencentes à Auschwitz” (Rudolf Höss apud GOLDENSOHN, 2005, p. 359). Os prisioneiros eram levados para o campo de trem, e ao chegarem eram realizadas seleções para eliminar os prisioneiros que não possuíam mais condições de trabalho.

“MAIO DE 1934. Dentro de cada um dos vagões fechados, noventa pessoas se amontoavam. O fedor das latas de urina, que de tão cheias derramavam, era tão forte que tornava o ar irrespirável” (NYISZLI, 2000, p. 25). Nyiszli, um médico judeu húngaro, inicia o seu testemunho relatando as péssimas condições em que os prisioneiros viviam nos vagões até chegarem aos campos de concentração, no seu caso especificamente, até chegar a Auschwitz.

O autor não foi o único que relatou esse episódio, vários sobreviventes compartilham da mesma vivência. Vagões lotados, com pequenas janelas que possuíam grades ou arrame farpado. Recebiam pacotes com comida, geralmente pão, que não eram suficientes e por isso acabavam antes de chegarem ao destino. A água também era escassa. Não conseguiam se mover dentro do vagão e tinham que urinar e defecar dentro de baldes.

Para se ter alguma privacidade, um cobertor foi estendido separando os homens das mulheres. Um segundo cobertor foi utilizado para isolar o latrão que servia para as necessidades. Mal podíamos nos deslocar. (VENEZIA, 2010, p. 52)

Os trilhos levavam os vagões até o interior do campo. Nesse momento os prisioneiros eram conduzidos, com violência, para o pátio. Iniciava-se a seleção. Homens e mulheres eram colocados em filas separadamente e as crianças eram deixadas com as mães. “Ouvimos gritos solicitando que médicos, dentistas e barbeiros se apresentassem, formando um terceiro grupo, entre homens e mulheres” (LAKS; SENDER, 2008, p. 83). As filas passavam diante de um médico que novamente dividia os prisioneiros em grupos. De um lado, pessoas saudáveis, aptas ao trabalho; do outro, pessoas consideradas incapazes, doentes, aleijadas, crianças pequenas e idosos. O primeiro grupo, assim como os médicos, dentistas e barbeiros

permaneciam no campo, Os demais prisioneiros eram levados para o extermínio.

O grupo apto ao trabalho era levado para uma sala aonde tiravam as roupas e passavam por uma nova seleção. Após esse procedimento, todos os pelos do corpo eram raspados para evitar as epidemias de tifo e os prisioneiros passavam por um processo de desinfecção. Recebiam roupas, já usadas que não poderiam ser perdidas. Os prisioneiros que iriam permanecer em Auschwitz eram tatuados com o seu número de registro no campo, a partir daquele momento perdiam a sua identidade e passavam a ser apenas um número. Nos demais campos, o número do registro era costurado nas roupas. Além do sistema de identificação por números, cada tipo de prisioneiro era identificado por triângulos coloridos, pregados em suas vestes.

O aumento da população concentracionária tornou necessária a adoção de um sistema de identificação das categorias, com triângulos de diferentes cores: vermelho para políticos, negro para os sociais, marrom para os ciganos³⁵³, roxo para as testemunhas de Jeová (*Bibelforscher*), cor-de-rosa para os homossexuais, verde para criminosos penais, azul para apátridas e dois triângulos cruzados, sendo um deles amarelo, para os judeus (VENEZIA, 2010, p. 199).

Os prisioneiros, então, eram levados para os galpões dormitório. Lugares sujos, frios e apertados, devido à quantidade de pessoas. Não havia beliche para todos, por isso tinham que dividir o leito, muitas vezes com até três pessoas. Quando chegavam aos galpões recebiam uma tigela e uma colher, quem a perdesse não ganharia sopa. Por isso, segundo testemunhos, esses utensílios eram frequentemente roubados e se tornaram importante moeda de troca dentro do campo, assim como o cigarro e o pão. A sopa que recebiam a noite era rala e com aspectos de água suja. Ao amanhecer do dia, recebiam pão e, às vezes, uma espécie de café. “Soubemos mais tarde que o pão quase não continha farinha. Era uma experiência para saber quanto tempo uma pessoa pode sobreviver consumindo pão feito de serragem e um pedaço de salame que não continha carne” (LAKS; SENDER, 2008, p. 97).

Todas as manhãs, tardes e noites, os prisioneiros eram colocados novamente em filas no pátio, aonde eram realizadas as contagens e novas seleções. Com essa

³⁵³Havia uma área no campo de Birkenau destinada exclusivamente para os ciganos. Essa área era usada para convencer a Cruz Vermelha em suas fiscalizações, por isso eles possuíam liberdade para manifestar suas tradições. No entanto, quando o número de prisioneiro em Auschwitz aumentou, foram levados para as câmaras de gás. Sobrevivendo apenas os ajudantes do Kapos.

atividades controlavam a quantidade de alimento para cada galpão, o número de baixas do dia e selecionavam os mais fracos e doentes para a morte.

O extermínio era camuflado, as pessoas poderiam imaginar o que acontecia, mas nunca poderiam ter a comprovação. Era tratado através de códigos, assim como se fazia acreditar que os prisioneiros eram levados para os campos de concentração apenas para o trabalho.

Além disso, toda correspondência referente ao assunto ficava sujeito a rígidas “regras de linguagem”, e, exceto nos relatórios dos *Einsatzgruppen*, é raro encontrar documentos em que ocorram palavras ousadas como “extermínio”, “eliminação” ou “assassinato”. Os codinomes prescritos para o assassinato eram “solução final”, “evacuação” (*Ausssiedlung*), e “tratamento especial” (*Sonderbehandlung*); [...] Só entre si podiam os “portadores de segredos” falar em linguagem não codificada, e é muito pouco provável que o fizessem na realização comum de seus deveres criminosos (ARENDDT, 1999, p. 100).

Os prisioneiros após a seleção eram levados para as câmaras de gás, após dias de viagem nos vagões imundos, era dito que passariam por um banho de desinfecção, assim como o grupo selecionado para o trabalho. Aos prisioneiros que já estavam a mais tempo no campo, também era dito que passariam por banho, levando em consideração que isso raramente acontecia. Porém, com o passar do tempo, os prisioneiros antigos sabiam que na verdade o banho era um encontro com a morte; assim como ir para a enfermaria.

Compreendi que aquilo era a pior coisa que se podia fazer um homem. Tirar tudo que era seu – posses, orgulho, autoestima – e depois mata-lo. Lentamente A ausência de compaixão de um homem com outro não chega perto de descrever aquilo. (AVEY; BROOMBY, 2011, p. 157).

Com o objetivo de manter a encenação, as câmaras possuíam o aspecto de um grande banheiro com chuveiros e prisioneiros eram usados para acalmar os demais, respondendo perguntas e confirmando que aquilo era apenas um banho.

Depois as pessoas eram trazidas às câmaras de extermínio e, vendo-se acompanhadas daqueles prisioneiros, ficavam calmas. A coisa era feita de modo que todas as câmaras eram enchidas ao mesmo tempo. No último momento, quando já estavam lotadas, os prisioneiros que trabalhavam para nós escapuliam, as portas eram trancadas e o gás Zyklon B era injetado através de aberturas pequenas.” Havia algum pânico entre as pessoas antes de seu assassinato? “Sim, às vezes, mas agíamos friamente, e cada vez mais com o passar do tempo. Os homens eram sempre exterminados numa câmara separada, e as mulheres e crianças juntas na mesma câmara. (GOLDENSOHN, 2005, p. 355)

Após alguns minutos todos estavam mortos e os corpos eram levados para o

crematório, para que não sobrassem evidências. Em 1942, durante o período de ampliação e Auschwitz, um novo prédio com salas de despir, câmaras de gás e crematório foram construídos. As quatro câmaras de gás do prédio eram subterrâneas, as duas maiores comportavam 2 mil pessoas, e as menores 1600.

As instalações, em determinados momentos, não comportavam o crescente número de novos carregamentos. “Queimar 2 mil pessoas levava cerca de 24 horas nos cinco fornos. Geralmente só conseguíamos cremar de 1700 a 1800. Estávamos portanto sempre atrasados em nossa cremação [...]” (Rudolf Höss apud GOLDENSOHN, 2005, p. 357). Devido a isso, utilizavam os fossos. Antes do uso dos crematórios e até mesmo dos fossos, os corpos eram enterrado em valas comuns. Porém, com a necessidade esconder as evidências esse novo sistema foi incorporado. Mas tarde, com a aproximação da queda do regime nazista, os prisioneiros foram obrigados a desenterrar esses corpos e jogá-los nos fossos, para que também fossem queimados.

Os prisioneiros que ficavam no campo, tinha sua mão- de – obra aproveitada pelos nazistas. Muitos eram forçados ao trabalho, outros viam nesse trabalho uma forma de se manterem úteis e conseqüentemente, vivos.

Então, pude ver qual era nosso destino – um imenso campo superlotado, com alojamentos baixos circundados por uma cerca dupla de arame farpado suspensa. [...] Torres de vigilância localizadas a pequenos intervalos entre si mantinham rigorosa fiscalização dos presos, e guardas da SS patrulhavam o local. Deixamos a trilha principal e nos dirigimos à entrada. Era ali que suas vidas curtas se desenrolavam, e onde competiam por naco de pão ou sucumbiam. Ainda estava claro quando passamos pelo portão e o aviso que portava a promessa cruel “*Arbeit Macht Frei*” – o trabalho liberta. Na hora, não percebi que a ironia dessas palavras seria vociferada durante décadas. Chegáramos a Auschwitz III – Monowitz (AVEY; BROOMBY, 2011, p. 148).

Os trabalhos eram das mais variadas espécies, trabalhavam nas minas, em atividades cotidianas do campo e nas fábricas construídas nas proximidades dos campos. No caso de Auschwitz, o trabalho dos prisioneiros de Monowitz era utilizado em uma fábrica da I.G Farben. E por vez, realizavam trabalhos inúteis.

Estávamos à espera do nosso destino: o de sermos vendidos para o trabalho. Enquanto isso não ocorria, éramos submetidos a todo tipo de tortura: formação, contagem, cavar buracos e depois fechá-los, carregar pedras para um lado e depois trazê-las de volta, levar vinte e cinco pancadas por nada, pagar com a vida por um naco de pão... [...] Tínhamos

que ser úteis de alguma forma para tentar escapar à morte. qualquer coisa servia; carregar tijolos, sacos de areia ou pegar a vassoura. Essas eram atividades que apareciam de vez em quando. Eu sabia que não sairíamos vivos, porque já haviam dito que a única saída era pela chaminé. (LAKS;SENDER, 2008, p. 101)

O trabalho, além de ser uma fonte lucrativa, também era usado como uma forma de extermínio. As péssimas condições de trabalho (principalmente nas minas e fábricas) em conjunto com a má alimentação, geravam acidentes e doenças levando muitos à morte. “Quanto às condições das fábricas, a ideia era, claramente, matar por meio do trabalho; segundo Hilberg, morreram pelo menos 25 mil dos aproximadamente 35 mil judeus que trabalhavam numa fábrica da I.G. Farben.” (ARENDDT, 1999, p.93).

Os prisioneiros eram selecionados para o trabalho conforme as suas profissões antes de entrarem no campo. Médicos, dentistas e cabeleiros eram bem requisitados, pois eles trabalhavam no processo de seleção, tiragem dos dentes de ouro e raspagem dos pelos. Concentrationários, de diferentes regiões, que soubesse alemão também eram utilizados, a comunicação dos oficiais com os prisioneiros era difícil, pois havia pessoas de diversas etnias. Os prisioneiros interpretes eram utilizados, como já citado, para acalmar e dar as instruções para os que chegavam nos novos carregamento.

Outro cargo que os prisioneiros poderiam exercer era o de *Kapo*. Essa tarefa consistia em supervisionar e coordenar os alojamentos e as brigadas de trabalho. Geralmente eram criminosos comuns, presos políticos, poloneses, russos e mais tarde até mesmo alguns judeus estavam nessa posição. Em troca dos serviços, recebiam roupas melhores, mais comida, acesso a mulheres e outros privilégios. Os *kapos*, devido a sua posição dentro do campo, eram caracterizados pela violência.

Mas o poder de que dispunha os funcionários dos quais se fala, inclusive os de escalão inferior, como os *Kapos* das brigadas de trabalho, era substancialmente ilimitado; ou melhor, à sua violência se impunha um limite inferior, no sentido de que eles eram punidos ou destituídos se não se mostrassem suficientemente duros, mas nenhum limite superior. Em outros termos, estavam liberados para cometer contra seus subordinados as piores atrocidades a título de punição para qualquer transgressão, ou mesmo sem motivo algum: até o fim do ano de 1943, não era raro que um prisioneiro fosse assassinado a pancadas por um *Kapo*, sem que este tivesse de temer qualquer sanção. (LEVI, 2004, p. 39)

Os demais prisioneiros realizavam outras atividades dentro do campo, como limpar

as latrinas, que adiavam as suas mortes. E alguns eram selecionados para trabalharem no *Sonderkommando*.

O *Sonderkommando* era um comando especial em que os prisioneiros eram designados a trabalharem no processo de extermínio. Os prisioneiros selecionados para essa função eram levados para galpões separados, para que as informações das câmaras de gás e crematórios não fosse divulgadas para os demais. Por esse mesmo motivo, conter informações, os trabalhadores do *Sonderkommando* eram frequentemente substituídos, cada grupo permanecia no *Kommando* de três a quatro meses, então novos prisioneiros eram selecionados para o trabalho e os antigos eram mortos.

O futuro do *Sonderkommando* estava firmemente circunscrito ao tempo. A dolorosa experiência de quatro anos mostrava que esse tempo era de quatro meses. No fim desse período, uma companhia da SS chegava. O *Kommando* inteiro era reunido no pátio dos fundos do crematório. Uma metralhadora espocava. Meia hora depois um novo esquadrão de *Sonderkommando* chegava. Eles tiravam a roupa de seus companheiros mortos, dos quais, alguns minutos depois, só cinza restavam. A primeira tarefa de cada *Sonderkommando* era cremar seus predecessores. (NYISZLI, 2000, p.81)

No momento em que eram selecionados para esse comando especial, os prisioneiros eram levados para esses galpões e logo após, levados para o dormitório no próprio crematório. Eram proibidos de estabelecer contato com outros prisioneiros e mal conversavam entre si. Recebiam mais alimentação e por alguns meses tinham condições melhores em relação aos outros prisioneiros. Porém, o cotidiano do seu trabalho era enlouquecedor.

Os Esquadrões Especiais eram constituídos em sua maior parte pelos judeus. Por outro lado, isso não pode espantar, uma vez que o objetivo principal dos *Lager* era destruir os judeus e que a população de Auschwitz, a partir de 1943, era constituída por judeus numa proporção entre 90 e 95%; por outro, fica-se atônito diante desse paroxismo de perfídia e de ódio: os judeus é que deveriam pôr nos fornos os judeus, devia-se demonstrar que os judeus, sub-raça, sub-homens, se dobram a qualquer humilhação, inclusive a destruição de si mesmos. Além do mais, atestou-se que nem todos os SS aceitavam de bom grado o massacre como tarefa cotidiana; delegar às próprias vítimas uma parte do trabalho, e justamente a mais suja, devia servir (e provavelmente serviu) para aliviar algumas consciências. (LEVI, 2004, p. 44)

Os membros do *Sonderkommando* conduziam os prisioneiros para as câmaras de gás. Estavam presentes em todo o processo e após a morte dessas pessoas, retiravam os corpos das câmaras e levavam para a cremação, nos fornos ou nos

fossos. Para que todas as tarefas fossem realizadas, dividiam-se em subgrupos e cada um desses recebia uma função.

Uma vez lançado o gás, as coisas duravam dez ou 12 minutos e, finalmente, não se ouvia mais barulho algum, nenhuma viva alma. Um alemão verificava se estavam todos bem mortos, olhando pela janelinha de vidro da pesada porta (pelo lado de dentro era protegida por barras de ferro, para evitar que as vítimas tentassem quebrá-la). Tendo certeza de que todos estavam realmente mortos, abria a porta e logo ia embora, colocando a ventilação para funcionar. Durante 20 minutos ouvia-se um ronco forte, como o de uma máquina aspirando ar. Depois, podíamos enfim começar a extrair os cadáveres da câmara de gás. (VENEZIA, 2010, p. 94)

Os corpos eram retirados e quando eram de pessoas recém-chegadas que não haviam passado pelo processo de raspagem, os prisioneiros retiravam os cabelos e os dentes de ouro. Logo após, os corpos eram colocados em um elevador de carga e levados para o andar de cima. Colocavam dois corpos por maca e levavam ao forno. Todo esse processo deveria ocorrer sem erros, se houvesse algum atraso os prisioneiros eram acusados de sabotagem e sujeitos a castigos e até mesmo a morte.

O pior era sobretudo o início, quando era preciso retirar os primeiros corpos, pois não tínhamos apoio. Os corpos ficavam tão embaralhados, esmagados uns sobre os outros; pernas para cá, cabeça para lá. Os cadáveres se amontoavam a mais de um metro ou um metro e meio de altura. (VENEZIA, 2010, p. 96)

Após a cremação dos corpos faziam a limpeza do local. Cabelos, sangue ou qualquer outro vestígio do verdadeiro propósito daquele lugar deveria ser apagado. Uma nova camada de cal era passada nas paredes e os ventiladores arejavam o ambiente. O chão molhado só reafirmava que aquele era um local para banho e desinfecção. E novos carregamentos chegavam. “Trabalhávamos em dois turnos, um de dia e outro à noite, pois o trabalho nunca devia parar” (VENEZIA, 2010, p. 97).

Os membros do comando também eram responsáveis por retiravam às cinzas para que fossem levadas por um caminhão e jogadas no rio. Os ossos que não haviam queimado completamente eram moídos e jogados juntos com as cinzas. Cuidavam da manutenção dos fornos, catalogavam as roupas e conteúdos das bagagens. “O Esquadrão Especial de Auschwitz contava, dependendo da época, com um efetivo entre setecentos e mil prisioneiros” (LEVI, 2004, p. 43).

“A zona cinzenta”³⁵⁴ e a necessidade de contar o trauma.

Há inúmeras discussões a respeito da necessidade de se narrar o trauma, a moralidade dentro dos campos, e de certa forma o julgamento desses prisioneiros, principalmente dos sobreviventes que prestaram algum tipo de serviço para os nazistas dentro dos campos. Havia prisioneiros que se voluntariavam, porém grande parte deles eram simplesmente selecionados para determinada função.

O campo foi uma situação extrema, em que antigos valores são modificados e novos surgem.

É uma zona cinzenta, com contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos. Possuem uma estrutura interna incrivelmente complicada e abriga em si o suficiente para confundir nossa necessidade de julgar. (LEVI, 2004, p. 36)

Como demonstra Levi e Todorov, não cabe a nós julgar e nem perdoar. Nada garante que em uma situação extrema agiríamos de uma forma diferente. Como apresenta Levi, os membros dessa “zona cinzenta”, aonde ocorre à interação entre o carrasco e vítima, não podem ser julgados em termos apenas jurídicos. Devem ser analisados psicologicamente e antropologicamente. Também não podemos cometer o erro de igualar carrascos e vítimas. As vítimas colaboraram com o trabalho para o sistema, mas continuam sendo vítimas. Foi uma questão de sobrevivência.

Não é verdade que a vida no campo de concentração obedeça unicamente a lei da selva: as regras da sociabilidade não são mais as mesmas, mas nem por isso deixam de existir. Roubar a administração não só é lícito, como merece admiração; em contrapartida, roubar, sobretudo pão, de outros prisioneiros é desprezível e, na maioria das vezes, severamente sancionado. [...] Os dez mandamentos, escreve Anna Pawerczynska, sobrevivente de Auschwitz, não tinham desaparecido, mas eram reinterpretados. Matar podia ser um ato moral, se, com isso, interrompia-se a carreira de um assassino cruel. O falso testemunho poderia tornar-se uma ação virtuosa, se permitisse salvar vidas humanas. Amar o próximo como a si mesmo era uma exigência excessiva, mas evitar prejudicá-lo, não. (TODOROV, 1995, p. 45)

Os prisioneiros, após a libertação narram em seus testemunhos à necessidade de relatar o que viveram. Muitos se sentiram frustrados por serem desacreditados. As pessoas não acreditaram ou não queriam acreditar, devido às proporções do sofrimento narrado. Outros julgavam os sobreviventes como loucos, “me virei e surpreendi um amigo seu, gesticulando para avisar que eu era completamente

³⁵⁴Termo utilizado por Primo Levi.

louco” (VENEZIA, 2010, p. 185). Por isso, ao narrar o trauma, há sobreviventes que escolhem a literatura como meio para suprir suas necessidades.

A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma *ponte* com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do *Lager*. A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66)

O sentimento de culpa ou vergonha, assim como a necessidade de testemunhar, foi algo comum entre muitos sobreviventes. Culpa por não terem lutado, por suas atitudes dentro do campo e muitas vezes, até mesmo, por terem sobrevivido e os demais não. Devido a isso, ocorreram muitos suicídios³⁵⁵ no pós-libertação.

À saída da escuridão, sofria-se em razão da consciência readquirida de ter sido aviltado. Não por vontade, não por pusilanimidade, nem por culpa, vivemos durante meses ou anos num nível animalesco: nossos dias tinham sido assolados, desde a madrugada até a noite, pela fome, pelo cansaço, pelo frio, pelo medo e o espaço para pensar, para raciocinar, para ter afeto, tinha sido anulado. Suportávamos a sujeira, a promiscuidade e a destituição, sofrendo com elas muito menos do que sofreríamos na vida normal, porque nosso metro moral havia mudado. Além disso, todos roubáramos: na cozinha, na fábrica, no campo, roubáramos “dos outros”, da contraparte, mas era furto do mesmo modo; alguns (poucos) se rebaixaram até o ponto de roubar o pão do próprio companheiro. Esquecêramos não só nosso país e nossa cultura, mas a família, o passado, o futuro que nos havíamos proposto, porque, como animais, estávamos restritos ao momento presente. (LEVI, 2004, p. 65)

O que é fica claro é que todas essas atrocidades vividas no campo, o sofrimento da retomada de consciência, o sentimento de culpa e a agonia de não ser ouvido, gerou um aprofundamento do trauma dos sobreviventes. É comum aparecerem nos relatos o desconforto que a frequente retomada dessas memórias causa.

O que aquela experiência extrema destruiu em você?

A vida. Não tive mais uma vida normal. Não pude mais fingir que tudo ia bem e, como todo mundo, sair para dançar e me divertir tranquilamente... Tudo me leva de volta ao campo. O que quer que faça, o que quer que veja, meu espírito sempre retorna ao mesmo lugar. É como se o “trabalho” que precisei fazer ali nunca tivesse realmente saído da minha cabeça... Nunca se deixa por completo o Crematório. (VENEZIA, 2010, p. 188)

Devido a essas experiências e o desconforto de conviver com as memórias do ocorrido que muitos prisioneiros, como já citado, cometeram o suicídio após a

³⁵⁵Dentro dos campos o suicídio raramente acontecia, por três motivos: Os prisioneiros estavam subjugados, não podiam decidir que fazer de suas vidas, não tinham o direito de escolher o suicídio; A fome fazia com que ficassem focados em resolver esse problema e não pensarem em mais nada; Os que se sentiam envergonhados e queriam se punir não pensavam no suicídio, porque viver no campo já era uma punição.

libertação.

Auschwitz não é o inferno. Auschwitz é pior que o inferno. Para mim, Auschwitz consiste em um marco divisório na história da humanidade: antes e depois de Auschwitz. O que vimos lá em uma só noite não veríamos em cem anos em outro lugar. Às vezes, pergunto-me como consegui sobreviver àquilo tudo. Cada um de nós só pensava em sobreviver. Não sei explicar o motivo, mas ainda queríamos sobreviver. (LAKS; SENDER, 2008, p. 82.)

É importante ressaltar, que essas atividades que os prisioneiros realizavam foram essências para sua sobrevivência. O trabalho em posições como o *Sonderkommando* e o cargo de *Kapo*, proporcionavam instalações um pouco melhores, mais comida e uma chance maior de sobrevivência. Manter-se útil, trabalhando, era uma forma de adiar a morte e ter a esperança de sobreviver ao campo. Os prisioneiros sentiram culpa em realizar os trabalhos nos campo, de participarem da zona cinzenta, mesmo sendo obrigados a isso, e o trauma no pós-libertação foi evidente.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Trad.: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

_____. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AVEY, Denis; BROOMBY, Rob. **O homem que venceu Auschwitz: uma real história sobre a Segunda Grande Guerra**. Trad.: Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

GOLDENSOHN, Leon. **As entrevistas de Nuremberg**. Trad.: Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LAKS, Aleksander Henryk; SENDER, Tova. **O sobrevivente: memória de um brasileiro que escapou de Auschwitz**. 6a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad.: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **Os Afogados e os sobreviventes**. Trad.: Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

NYISZLI, Miklos. **Auschwitz**: o testemunho de um médico. Trad.: Roberto Goldkorn. Rio de Janeiro: Record, 2000.

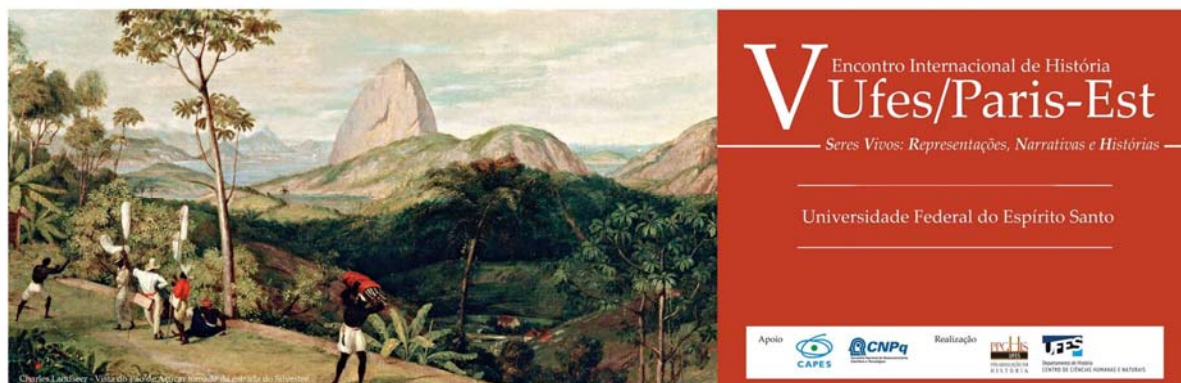
SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>

_____. **Testemunho da Shoah e literatura**. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo**. Trad.: Egon O. Rangel e Enid A. Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. Trad.: Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

VENEZIA, Shlomo. **Sonderkommando**: no inferno das câmaras de gás. Trad.: Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.



ÍNDIOS BOTOCUDOS DO ESPÍRITO SANTO REPRESENTADOS POR PAUL EHRENREICH

Jéssica Verissimo Lopes Pandolfi
Mestranda em História – UFES/ES

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a visão de Paul Ehrenreich sobre os índios botocudos do Espírito Santo em meados do século XIX, dentro do contexto das impressões dos viajantes estrangeiros ao Brasil.³⁵⁶

Palavras-chave: Índios Botocudos; viajantes estrangeiros; representação.

ABSTRACT: This article aims to analyze the vision of Paul Ehrenreich on botocudos Indians of the Espírito Santo in the mid nineteenth century, within the context of the impressions of foreign travelers to Brazil.

Keywords: Indians Botocudos; foreign travelers; representation.

No decorrer do século XIX não só o Brasil, mas também o Espírito Santo recebeu a visita de vários viajantes estrangeiros, tais como Grigory Ivanovitch Langsdorff, Auguste de Saint-Hilaire, o príncipe Maximiliano de Neuwied, Jean-Jacques de Tschudi, Auguste François Biard, entre outros. Essas visitas rendiam diversos relatórios de viagem e hoje podemos dispor de livros como: *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo* e *Viagens de Pedro II ao Espírito Santo* ambos de Levy Rocha, *Viagem à província do Espírito Santo* de Auguste François Biard, *Viagem ao Brasil*

³⁵⁶ É salutar dizer que a escolha do tema deve-se ao meu projeto de pesquisa de mestrado do curso de Pós-graduação em História da UFES.

do Príncipe de Wied-Neuwied Maximiliano, *Viagem ao Espírito Santo 1888* da Princesa Teresa da Baviera, dentre outros que tratam dos viajantes estrangeiros.

Estes relatos de viagem são documentos históricos de grande importância para o conhecimento da história do Brasil, e também do Espírito Santo, especialmente por permitir compreender as construções de discursos sobre o Brasil do século XIX que se perpetuaram tanto aqui como na Europa.

Viajantes estrangeiros em terra capixaba

No contexto da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil no ano de 1808 e todas as condições criadas para a sua estadia em território brasileiro, várias pessoas como: missionários religiosos, cientistas, diplomatas, artistas, técnicos, comerciantes e intelectuais foram atraídos para o Brasil. Os índios, em especial os Botocudos³⁵⁷, exerciam grande fascínio sobre os viajantes estrangeiros.

Tal fato pode ser entendido porque “foi no século XIX que se intensificou na Europa a busca pelo conhecimento, além da necessidade de investigar, classificar e ordenar o mundo da natureza (RIBEIRO, 2004, p. 26)”. Todavia, esses viajantes já possuíam determinada visão, certo modelo prévio do que iriam encontrar nas terras brasileiras, antes mesmo de empreender sua jornada já havia “discursos” pré-estabelecidos sobre o “Novo Mundo”.

Segundo Cezar (2005),

[...] o relato de viagem se constitui em um campo disponível aos múltiplos discursos que o percorrem e que o articulam, tais como o do antigo cosmógrafo, do geógrafo, do naturalista, do etnógrafo, do administrador e do economista, do militar, do missionário, [...] enfim, do escritor e do historiador. Cada um deles é dotado de seu próprio léxico, o que não nos impede de se cruzarem reciprocamente. Trata-se de um texto cuja condição fragmentária o torna passível de ser apreendido segundo o desejo de receptor [...] (CEZAR, 2005, p.28-29).

Se por um lado existe uma pluralidade nas formas de recepção desses textos pelos leitores, por outro, as narrativas de viagem parecem possuir um ponto comum entre elas, “[...] o conteúdo dos relatos seria uma manifestação da verdade daquilo que os

³⁵⁷ Integrantes do grupo Macro-Jê, os Botocudos são caçadores e coletores semi-nômades. A denominação se dá pelo uso comum dos botoques no lábio inferior e nas orelhas feitos pelos índios e pelas índias. A indicação de que eram canibais é controversa embora existam relatos de episódios em que teriam devorado colonos.

viajantes viram; parece haver uma *intenção de verdade* no texto” (CEZAR, 2005, p. 29).

A apropriação do relato de Paul Ehrenreich para este estudo em história vai ao encontro do que Roger Chartier (1991) chama de virada cultural. Uma das respostas que os historiadores deram a “crise geral das ciências sociais”, citada pelos Annales em 1988, foi, ainda segundo Chartier, anexar novos territórios como a etnologia, sociologia e demografia. Esta pesquisa pretende uma aliança desta maneira, entre a história e o estudo de Ehrenreich que a princípio não fora realizado para ser utilizado por meio historiográfico e sim pelo meio científico.

Um alemão chamado Ehrenreich

Paul Max Alexander Ehrenreich, nascido em Berlim em 1855, esteve presente em terras capixabas durante o ano de 1887. Sua descrição é de grande importância para conhecermos um pouco mais da história espírito-santense.

Ehrenreich doutorou-se em medicina e em filosofia, e foi docente da Universidade de Berlim onde ainda atuava quando veio a falecer em 14 de abril de 1914 aos 59 anos em sua terra natal Berlim. Dedicou-se também aos estudos de etnologia e antropologia. Realizou viagens de estudos à Índia, ao Egito, a Tailândia, a Argentina, aos Estados Unidos, ao México e ao Brasil onde esteve por duas vezes entre os anos de 1884 e 1889. Em sua primeira viagem durante os anos de 1884-1885 esteve entre os Botocudos do Rio Doce e na segunda expedição (1887-1888) acompanhou o também viajante estrangeiro e etnólogo Karl von den Steinen³⁵⁸ ao alto Xingu e a seguir nos anos de 1888 e 1889 visitou os Karajá do Araguaia, os Paunamarí, Yamamadí e os Ypuriná do Purus.

Típico representante do interesse europeu pelos indígenas e pela natureza do Brasil, que se ampliou consideravelmente durante o século XIX, com a permissão dado por D. João VI aos estrangeiros de visitarem o território brasileiro em 1808, Ehrenreich realizou uma pesquisa minuciosa sobre os Botocudos (BENTIVOGLIO, 2014, p.13).

Apesar de Ehrenreich não ter sido o primeiro a analisar os indígenas brasileiros,

³⁵⁸ Karl von den Steinen, nascido em 7 de março de 1855 e falecido em 4 de novembro de 1929, foi um médico, explorador, etnólogo e antropólogo alemão. Era também pesquisador da Universidade de Berlim e foi o primeiro homem a fazer expedições ao Xingu.

estiveram por aqui antes dele, por exemplo: Spix, Martius e Rugendas, fora o viajante que fez análises sobre os índios “primorosas, ricas em detalhes e comentários, revelando um esforço comparativo em compreender os povos americanos” (BENTIVOGLIO, 2014, p.12).

Ehrenreich demonstrou dedicação extrema ao conhecimento científico do índio brasileiro. Em sua obra *Os índios Botocudos do Espírito Santo* publicada na *Revista de Etnologia*, da Sociedade Berlinense de Antropologia, Etnologia e História Primitiva, em 1887 e traduzida apenas recentemente, ele realiza descrições etnográficas, como ainda trabalhos etnológicos e lingüísticos. “Com efeito, Ehrenreich corrige inclusive as imperfeições e erros de estudos sobre os Botocudos que foram feitas por viajantes que o antecederam” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 12).

Acompanhado pelo geógrafo alemão Peter Vogel, Ehrenreich separa-se de Von den Steinen e visita onze povoados e sete tribos diferentes, realizando medições corporais dos indígenas encontrados e recolhendo material lingüístico. E em 1887 foi nomeado sócio correspondente da sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e, mais tarde, em 1907, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lhe confere idêntica distinção confirmando tamanha importância de suas contribuições científicas para o Brasil.

Levy Rocha em 1971 foi o pioneiro no assunto dos relatos de viajantes estrangeiros ao publicar o livro *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Ele cita vários nomes de estrangeiros que estiveram em terras capixabas inclusive o de Paul Ehrenreich. Mas, sobre este, sua descrição é sucinta expondo sobre o interesse de Ehrenreich nos Botocudos do Rio Doce e sobre uma notícia de jornal:

O jornal O CACHOEIRANO (edição de 8-2-1885), ao registrar a passagem do naturalista que “apesar de ainda moço, já contava uma viagem ao Polo Norte, pela vila de Cachoeiro de Itapemirim, com o objetivo de colecionar “objetos antropológicos”, acrescentava: “Tendo já feito uma longa excursão pelo vale do Rio Doce, indo até o Pôrto de Souza, pretende SS. daqui seguir para o Rio Pardo, S. Manuel e Manhauçu e de lá para o Guandu” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 13).

À época do livro de Levy Rocha, a obra de Paul Ehrenreich ainda não havia sido traduzida como já dito anteriormente, o texto foi traduzido apenas recentemente em trabalho organizado pelo professor Julio César Bentivoglio.

Botocudos

Os viajantes e colonos que visitaram e exploraram o rio Doce espírito-santense ao longo da colonização classificaram os chamados Aimorés, Puris e Patachós como “tribos tapuias”, e a região, como “pátria dos antropófagos” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 283). Segundo Solthey, os Aimorés do rio Doce foram considerados pelos padres jesuítas “os mais ferozes de todos os tapuias” (apud WIED-NEUWIED, 1989, p. 285).

Os Botocudos foram identificados como “ferozes” e “antropófagos” por todos os que com eles tiveram contato desde o século XVI, em função da forte resistência e belicosidade demonstrada. Assim, construiu-se uma visão que sobreviveu firmemente ao longo da colonização e acompanhou os homens que contra eles avançaram definitivamente no século XIX.

O príncipe Maximiliano identificou os Botocudos como “estranhos e feios”, aproximando sua aparência à de “monstros” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 117). Num segundo momento, porém, o mesmo viajante – que foi o que melhor observou e descreveu esses povos - classificou os índios Botocudos como “[...] mais bem conformados e mais belos do que os das demais tribos. [...] São fortes, em regra largos de peito e espadaúdos, mas sempre bem proporcionados; mãos e pés delicados” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 285), descrição que dá sentido às imagens que ele produziu, aproximando-os de feições idealizadas de acordo com a concepção de beleza européia.

Os Botocudos compreendiam povos organizados em subgrupos extremamente divididos, muitos deles rivais entre si. Cada grupo era comandado por um chefe, sem caráter hereditário, com escolha norteadada pela bravura demonstrada. Cabiam-lhe orientações e decisões quanto a disputas internas, migrações do grupo e momentos de guerra (PARAÍSO, 1992, p. 424). Eram grupos seminômades, mas que tinham seus espaços limitados nas florestas em relação aos de outros subgrupos, principalmente no que dizia respeito às áreas de caça (WIED-NEUWIED, 1989, p. 272).

Ehrenreich, como muitos daqueles viajantes, tinha uma formação acadêmica, voltada para a história natural, a medicina e a etnologia. Assim, escrevia uma outra

história sobre o novo mundo (BENTIVOGLIO, 2014, p.14). Seu relato busca produzir um estudo científico, desta maneira podemos dispor de várias referências e informações geográficas, naturalísticas e etnográficas.

Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas de justapõem: herbários, coleções, jardins; o lugar dessa história é um retângulo intemporal, onde, despojados de todo o comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns (FOUCAULT, 1999, p. 179).

Ehrenreich também trata os Botocudos como selvagens, confirmando algumas visões de outros viajantes estrangeiros, e em certa altura do texto nos diz: [...] “Obviamente o final dessa luta não deixa muitas dúvidas. Também aqui o selvagem terá que ceder à cultura invasora [...]”. (EHRENREICH, 1887, p.05). No entanto, no decorrer do texto, afirma que os Botocudos não são tão assustadores em sua aparência e apresenta várias tabelas de medidas físicas demonstrando seu interesse científico e não apenas de curiosidade pelos indígenas. Ele ainda relaciona a nudez à falta de cultura, uma representação comum propagada pelos europeus que ainda consideravam-se superiores também por este fato. Desviado o sentido, a representação se transforma em máquinas de fabricar respeito e submissão (CHARTIER, 1991, p.185).

O conceito de representação trabalhado em Roger Chartier considera desta forma, que a leitura é uma prática quase sempre encarnada em gestos, espaços e hábitos e nos ajuda a repensar a maneira como os indígenas foram vistos ao decorrer do tempo e construídos socialmente.

Uma das possibilidades historiográficas que a abordagem dos relatos propicia é a cultura material. É necessário lembrar a procedência exterior dos viajantes. Estes homens eram comuns a outros meios materiais e culturais, diferentes dos encontrados em viagem. A observação de uma cultura material diferente a que lhe era comum lhe possibilitou certa atenção a este aspecto. A cultura material, se bem interpretada, tem muito a revelar sobre o funcionamento de uma dada sociedade. Ela pode esclarecer, para além dos valores estéticos, os meios pelo qual uma sociedade se relaciona e adapta ao ambiente em que vive. Desse modo percebe-se não somente as ações do homem atuando no meio em que vive, mas também o inverso. Segundo Foucault (1990), foi no século XIX que surgiram discursos que

buscavam a objetividade e a preocupação de instaurar inventários, arquivos, catálogos, repertório na tentativa de redigir uma história “verdadeira” (FOUCAULT, 1990, p. 147). Uma escrita sistemática, que possuía um método e uma estrutura induzindo a totalidade a partir de suas partes. As palavras deveriam ser interrogadas a partir de seus valores representativos, como elementos virtuais do discurso que prescrevem a elas uma mesma maneira de ser.

O que se requeria desses discursos, como os comentários do que relatavam os viajantes, era a possibilidade de falar sobre eles, interpretá-los. A essência da literatura poderia ser atingida interrogando-a tanto no nível da fala quanto em sua forma significante. Buscava-se entender a linguagem a partir dela mesma.

O modo que o passado do Espírito Santo surge no relato de Ehrenreich e o modo como ele e a História feita sobre seu relato construíram determinados discursos e verdades, tornando-se possível desta maneira deslindar novas possibilidades de análise e compreensão.

Para Foucault, um discurso é conceituado como uma rede de signos que se conecta a outras tantas redes de outros discursos, em um sistema aberto, e que registra, estabelece e reproduz não significados esperados no interior do próprio discurso, mas sim valores desta sociedade que devem ser perpetuados. O discurso deixa de ser a representação de sentidos pelo que se debate ou se luta e passa a ser, ele mesmo, o objeto de desejo que se busca, dando-lhe, assim, o seu poder intrínseco de reprodução e dominação.

O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante.(FOUCAULT, 2010: 49).

Desta forma, o discurso que os relatos de viagens traziam não era a representação simbólica do mundo ou de uma realidade exterior e universal.

Conclusão

Os relatos de viajantes europeus sobre o Novo Mundo, no século XIX, orientavam-se pela ciência, pela experiência social do grupo de origem do viajante e pela própria experiência da viagem. Ou seja, pela percepção do desconhecido, da

alteridade e do diferente. Afinal, foram os relatos escritos por estes homens que produziram na Europa as representações sociais e geográficas sobre o Brasil do século XIX. Para Chartier, “os autores não escrevem livros: escrevem textos que outros transformam em objetos impressos” (CHARTIER, 1991, p. 182).

A propagação de “visões do Brasil” em território europeu se deu via publicação das escritas de viagem. “Interesses de ordem econômica, pendores filosóficos, predileções exóticas, a insatisfação com a realidade social e a ânsia de fuga para algo melhor, tudo se reflete na imagem européia da América, e, portanto, do Brasil” (HOLANDA, 1985, p.40).

Estes relatos de viagem são documentos históricos de grande importância para o conhecimento da história do Brasil, e também do Espírito Santo, especialmente por permitir compreender as construções de discursos sobre o Brasil do século XIX que se perpetuaram tanto aqui como na Europa.

Os relatos dos viajantes eram usados não somente como fontes, mas, sobretudo como espelhos do real. Várias passagens e trechos eram aproveitados e reproduzidos como se fossem expressão da verdade (BENTIVOGLIO, 2014, p. 9). Os Botocudos segundo relatos de Maximilian Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire, eram seres desprovidos de inteligência além de serem considerados seres abomináveis e antropófagos e esta imagem perdurou por muito tempo no imaginário europeu.

Intentamos que a análise da escrita dos viajantes estrangeiros como foco de análise, e não como fonte complementar, se faz válida pelo uso constante dessas fontes pelos historiadores e, também, pelas múltiplas possibilidades historiográficas que estas proporcionam.

FONTES:

EHRENREICH, Paul. **Sobre os Botocudos das Províncias Brasileiras Espírito Santo e Minas Gerais**. Org. Julio Bentivoglio. Vitória, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1) Obras de referência

BAHIENSE, Norbertino. **Os limites do Espírito Santo na vez da história**. S.l., 1947.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: [s.n.], 2006.

CEZAR, T. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relato de viagem. In: **ALMANACK BRAZILIENSE**. São Paulo, nº11, p.26-33, mai. 2010. Disponível em:<http://www.almanack.usp.br/PDFS/11/AB-11_Sc_1_Forum_02.pdf> Acesso em: 23 de jan. de 2013.

DAEMON, Basílio Carvalho. **História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typografia Espírito Santense, 1879.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

ROCHA, Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: Editora de Brasília, 1971.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Revista Continente; Brasília: INL, 1980.

2) Livros de Viajantes

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAVIERA, Princesa Teresa da. **Viagem pelo Espírito Santo (1888)**. Tradução e notas de Sara Baldus; organização e notas de Julio Bentivoglio. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros, 1994.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. A propósito d'o Brasil dos viajantes. In: **REVISTA USP**. São Paulo, nº. 30, 1996, pp. 8-19.

BIARD, Francisco Augusto. **Dois anos do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BIARD, Auguste François. **Viagem à província do Espírito Santo**. Vitória/Aracruz Celulose: Fundação Jônice Tristão.

LEITE, Ilka B. **Antropologia da Viagem: Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem: 1803/1900**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1989.

RIBEIRO, José Eustáquio. **Viagens, viajante e livros de viagem: Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850)**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho": Franca, 2004.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Vol. I. 2ªed. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

3) Obras sobre os botocudos

DUARTE, Regina Horta, (org). **Notícias sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.

MARCATO, Sonia de Almeida. **A repressão contra os botocudos em Minas Gerais**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1979.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os Botocudos e a catequese na província de Minas. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2004.

MOREIRA, Vânia Maria. **1808**: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José vicente (Orgs.). **Portugal, Brasil e a Europa napoleônica**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do Rio Doce**: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814). Dissertação de Mestrado, Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

VIEIRA, Francisco Alcides Nunes; PEREIRA, Valter Pires. **Um navio sinistrado e Caboclo Bernardo**: herói nacional. Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Estudos Gerais, Departamento de História, 2000.

4) Bibliografia Geral

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: práticas e representações. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 11, v. 5, p. 173-191, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências

humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

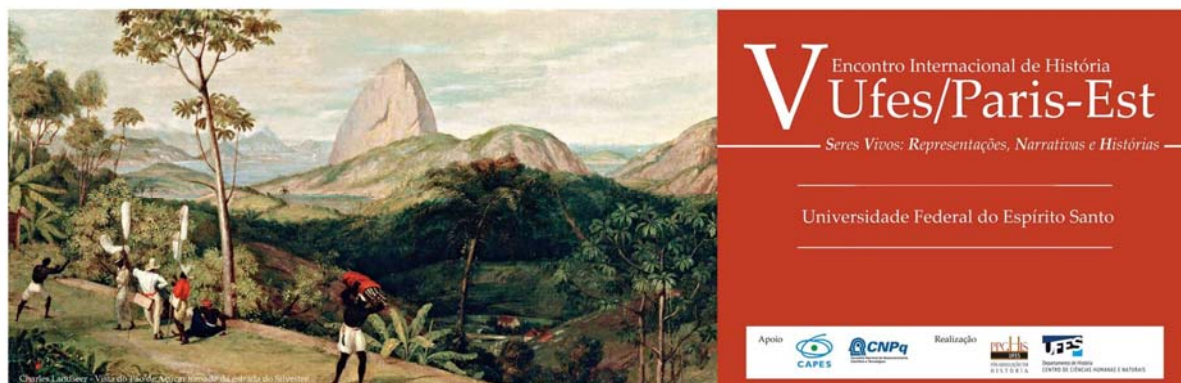
GONÇALVES DIAS. **Dicionário da Língua Tupi**: chamada língua geral dos indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: s.n., 1858.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira – Brasil monárquico**: o progresso de emancipação. Vol.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Guia para normalização de referências bibliográficas: NBR 6023: 2002** . 3 ed. Vitória: A Biblioteca, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES**. 7 ed. Vitória: A Biblioteca, 2005.



A IMAGEM DA IMPERATRIZ ÉLIA EUDÓXIA: UM CONFRONTO DE REPRESENTAÇÕES NA ANTIGUIDADE TARDIA

João Carlos Furlani
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Os conceitos de imagem e representação estão presentes em diversos trabalhos historiográficos, sendo eles alvos das mais variadas críticas e reformulações. Todavia, não são, de modo algum, fruto exclusivo da academia. A ideia de imagem e representação está intrinsecamente ligada à sociedade como um todo, sendo eles explicados das formas mais singelas ou complexas, como a representação simbólica, que é relativa ao significado, ou ao símbolo que o representante tem para aqueles representados, ou mesmo como a simples compreensão da matéria factual. Com tal discussão em vista, temos como por objetivo, neste trabalho, analisar algumas situações responsáveis pela construção da imagem de Eudóxia, imperatriz de Constantinopla, entre os séculos IV e V, a qual foi alvo de constantes críticas pela narrativa e historiografia cristã por longo tempo, mas que, recentemente, recebeu novas perspectivas sobre sua imagem, questionando as abordagens tradicionais.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Representação; Imagem; Élia Eudóxia.

ABSTRACT: The concepts of image and representation are present in various historiographical works, they are targets of the mixed reviews and reformulations. However, they are not, in any way, exclusively the result of the academy. The idea of image and representation is intrinsically linked to society as a whole, they are explained of the simplest or complex forms: as the symbolic representation, which is related to the meaning, or symbol that the representative has to those represented, or even as the mere understanding of factual matter. With this discussion in mind, we have as the objective, in this study, analyze some situations responsible for building the image of Aelia Eudoxia, Empress of Constantinople, between the fourth and fifth centuries, which was targeted by constant criticism by Christian narrative historiography for long time, but that recently received new perspectives on your

image, questioning traditional approaches.

Keywords: Late Antiquity; Representation; Image; Aelia Eudoxia.

Introdução

Em uma conversa informal, num pequeno texto, artigo de opinião, ou mesmo neste breve trabalho, uma coisa, é inevitavelmente comum, a tentativa de se expressar, de se fazer inteligível. E isso é possível mediante a linguagem e um conjunto de símbolos compartilhados. Todavia, outro fator importante na comunicação social é a utilização de conceitos, esses entendidos aqui como aquilo que se concebe no pensamento sobre algo ou alguém. Um modo de pensar sobre algo, consistindo em um tipo de apreciação mediante uma opinião manifesta tanto negativa quanto positiva. Pode ser ainda um símbolo mental, uma noção abstrata contida em cada palavra de uma língua que corresponde a um conjunto de características comuns a uma classe de seres, objetos ou entidades abstratas, determinando e definindo o que é o que não é.

Filosoficamente, o conceito incide sobre uma representação mental e linguística de um objeto concreto ou abstrato, significando para a mente o próprio objeto no processo de identificação, classificação e descrição do mesmo. Quando contemplado como essência, um conceito define a natureza de uma entidade. Para Aristóteles, o conceito era comparado ao *eidos* e, de acordo com sua lógica, um conceito é a forma mais básica de pensamento (em conjunto com o juízo e o raciocínio), sendo a representação intelectual abstrata de um objeto. Nesse sentido, a conceituação tende a ser uma importante ferramenta para aqueles que almejam expressar uma ideia ou defender uma hipótese. Torna-se pertinente, então, declararmos que o próprio título deste texto anuncia seus conceitos, dotados de símbolos, como o de imagem, representação e até mesmo o de Antiguidade Tardia, como é usualmente chamado o recorte temporal de nossa pesquisa.

Em primeiro lugar, temos o termo *representação*, esse que, sem dúvida, tem sido bastante mencionado nos últimos anos no Brasil, principalmente por aqueles historiadores que partilham dos discursos elaborados em torno do que costuma-se classificar como História Cultural (SANTOS, 2011, p. 27). Contudo, muitos trabalhos

que fazem uso conceitual das representações não refletem necessariamente sobre o próprio conceito, o que tende a adoção de uma ideia indiscriminada do termo, como se ele tivesse um único significado e uma história contínua, uma vez que, mesmo as palavras, termos ou conceitos, são passíveis de mutações culturais e sociais, ao longo do tempo e espaço.

Distintos são os significados para representação na língua portuguesa. Trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Em latim, o uso desse termo para descrever pessoas representando outras pessoas ou com o governo romano é questionado, ao menos em seu princípio, uma vez que sua destinação é primordialmente a objetos inanimados (SANTOS, 2011, p. 27). Alguns autores, preocupados com essa conceituação, afirmam que a ideia de representação contém um significado altamente complexo (PIKTIN, 1967, p. 6).

A utilização da palavra *repraesentare* foi se propagando e, segundo Santos (2011, p. 29), aumentou consideravelmente nos séculos XIII e XIV, no momento em que se pronunciava publicamente que o papa e os cardeais representavam a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Outro exemplo remonta aos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva. Dessa forma, uma comunidade seria uma *persona non vera sed repraesentata*. Assim, a partir desse momento, o termo representação teria passado a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear” e a ser aplicado a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém” (SANTOS, 2011, p. 29).

Nicola Abbagnano (2007, p. 853) afirma que representação significa “imagem” ou “ideia” ou ambas as coisas, e que esse termo foi usado pelos escolásticos para se referir ao conhecimento como “semelhança” do objeto. Já Gustavo Blázquez (2000, p. 170) declara que o significado de representação é construído em torno de quatro eixos: 1) a representação é “o ato ou efeito de tornar presente”, “patentear”, “significar algo ou alguém ausente”; 2) a representação é “a imagem ou o desenho que representa um objeto ou um fato”; 3) a representação o é “a interpretação, ou a performance, através da qual a coisa ausente se apresenta como coisa presente”; 4) a representação é “o aparato inerente a um cargo, ao status social”, “a qualidade indispensável ou recomendável que alguém deve ter para exercer esse cargo”.

O conceito de representação, de acordo com Chartier (1990, p. 74), pode ser entendido também como um “instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória”. Havendo, então, uma forte correlação entre uma imagem presente e um objeto ausente, na qual, a própria imagem passaria a substituir o objeto. As representações, ainda segundo Chartier (1990, p. 17), podem ser explicadas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. São elas variáveis, segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Por fim, o autor afirma que as representações não são discursos neutros, uma vez que produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Em nossa pesquisa, ao tratarmos de Eudóxia, foi perceptível a diferença de ideias formadas a seu respeito em um mesmo espaço-tempo. Compreendemos, então, a exposição da imperatriz, na condição de figura pública, como sendo altamente suscetível a esse tipo de distanciamento de visões. De modo geral, o conceito de representação, aqui empregado, familiariza-se mais com a concepção de imagem ou de ideia formulada, mediante símbolos políticos, sociais e culturais datados, geralmente relacionados com seu tempo. Salieta-se que a própria representação pode ser um artifício forjado tanto para ressaltar positivamente quanto negativamente a imagem de um objeto ou pessoa. Podemos pensar essas imagens como transmissoras de mensagens, geralmente associadas à época de sua produção, o que torna essencial ao pesquisador tentar interpretar as mensagens, familiarizando-se com os códigos culturais em questão (BURKE, 2004, p. 43; 46).

Pensar Eudóxia historicamente é um processo intenso, devido, por um lado, ao pouco material disponível a seu respeito, comparado a outras figuras masculinas e também femininas, e, pelo outro, mediante às situações político-religiosas que envolveram a imperatriz, e, principalmente, pela forma na qual foram escritas. Daí nossa preocupação com a formulação da imagem de Eudóxia, concebida num “confronto de representações”. Nesse sentido, temos como objetivo, neste texto, expor algumas posições referentes a essa figura imperial e dar formato a algumas ideias que vêm sendo concebidas ao longo de nossa pesquisa.

Um pouco sobre a vida de Élia Eudóxia

Uma importante e intrigante figura feminina na Antiguidade Tardia, mais especificamente em finais do século IV e início do V, sem dúvidas, é Élia Eudóxia, imperatriz-consorte romana do Oriente, esposa do imperador Arcádio. De acordo com Filostórgio (*Historia Ecclesiastica*, 11, 6), era filha de Flávio Bauto, um franco romanizado que serviu como *magister militum* no exército romano do Ocidente durante os anos 380. Seu pai é mencionado pela última vez como cônsul romano com Arcádio, em 385, vindo a falecer em 388. Segundo Zóximo (*Historia Nova*, V), Eudóxia foi introduzida nos círculos aristocráticos de Constantinopla como membro da casa de Promoto, *magister militum* do Império Romano do Oriente. Acredita-se que ela era orfã. Sua entrada para a casa de Promoto pode indicar a amizade entre os dois *magistri* ou uma aliança política (MAYER, 2002).

Após a morte de Promoto, em 391, Segundo Zóximo (*Hist. Nov.*, V), Eudóxia viveu com Marsa, esposa do ex-*magister*, e com seus dois filhos, que foram criados junto com os filhos de Teodósio I, Arcádio e Honório. Portanto, especula-se que foi nessa época que Eudóxia travou contato com seu futuro esposo. Zóximo (*Hist. Nov.*, V) também declara que Eudóxia foi educada por Pansófilo. Wendy Mayer (2002) acredita que Eudóxia foi preparada como um futuro trunfo político, de modo a atender as ambições de ascensão social de sua família.

Em 17 de janeiro de 395, Teodósio I morreu em Milão. Arcádio o sucedeu no Oriente e Honório, no Ocidente. O primeiro foi colocado sob a tutela de Rufino, prefeito do pretório do Oriente. Supostamente, Rufino pretendia casar sua filha com Arcádio e estabelecer seu próprio parentesco com a dinastia teodosiana. Todavia, Eudóxia é quem se casa com Arcádio, sendo essa união organizada por Eutrópio, *praepositus sacri cubiculi* do imperador. O matrimônio se consumou em 27 de abril de 395, sem o conhecimento ou consentimento de Rufino. Argumenta-se que, para Eutrópio, tal união foi uma tentativa de aumentar sua própria influência sobre o imperador, além de conquistar a lealdade da nova imperatriz. Zóximo (*Hist. Nov.*, V) afirma que Arcádio foi também influenciado pela “extraordinária beleza de sua esposa”, o que foi considerado duvidoso por eruditos posteriores. Na época, Arcádio tinha cerca de dezoito anos, provavelmente a mesma idade de Eudóxia (MAYER, 2002).

A extensão da influência de Eudóxia em assuntos da corte e do Estado tem sido objeto de debate entre os historiadores. Filostórgio (*Hist. Eccl.*, 11) considera que ela era mais inteligente que seu marido, porém afirma que ela sofria de uma “arrogância bárbara”. Zózimo (*Hist. Nov.*, V) a considerava teimosa e suscetível às influências dos eunucos e mulheres da corte. Liebeschuetz (1990) considera que as fontes primárias superestimam a influência de Eudóxia, enquanto Blockey (1998) afirma que ela dominou o governo entre 400 e sua morte, em 404.

A ação de Eudóxia em assuntos eclesiásticos demonstra que ela era partidária da facção cristã que defendia o credo niceno e, segundo Sócrates (*Historia Ecclesiastica*, XVI), teria organizado procissões anti-arianas em Constantinopla. A imperatriz também presidiu celebrações públicas referentes à chegada de relíquias de mártires cristãos à Capital. Além disso, ela se juntava às vigílias noturnas. Eudóxia é relatada como ativa em questões religiosas e aparecendo sozinha em público com frequência, enquanto Arcádio permanecia, em grande parte, ausente nas solenidades imperiais (MAYER, 2002). Todavia, mesmo tendo desempenhado um papel importante em prol do cristianismo niceno, a imagem mais comum de Eudóxia é negativa, muito provavelmente pelo seu conflito com João Crisóstomo, que resultou na deposição e exílio desse último. De forma sucinta, o conflito teve início a partir do momento em que Teófilo de Alexandria disciplinou quatro monges egípcios por adotarem as ideias de Orígenes, que fugiram e foram acolhidos por João. Além disso, a inimizade entre o bispo e Eudóxia já se manifestou desde as acusações de extravagância no vestuário da imperatriz feitas por Crisóstomo (WILKEN, 1997).

Na situação supracitada temos uma situação interessante, visto que o conflito entre João Crisóstomo e a corte imperial também foi marcado pela participação de Eudóxia, acusando o bispo, e Olímpia, diaconisa da igreja de Constantinopla, defendendo-o. Esse caso foi possível, em grande parte, mediante o crescimento do ascetismo feminino e de sua participação religiosa, ao menos no Oriente.

Como inimigos de Crisóstomo, Liebeschuetz (1984) cita Eudóxia e Teófilo de Alexandria, que, em 403, celebraram um sínodo para acusar o bispo, obtendo assim sua deposição e exílio. Porém, esse “primeiro exílio” de João, durou pouquíssimo tempo, devido às rebeliões da população, que nutriam grande afeição e respeito por

Crisóstomo (SILVA, 2008; 2010).

A situação entre Eudóxia e João tornou-se bem desconfortável, porém, segundo Liebeschuetz (1990) não seria das piores, uma vez que a imperatriz, como cristã, mantinha grande respeito pelo bispo. Todavia, João Crisóstomo não cessou em fazer denúncias, dessa vez contra a dedicação de uma estátua de prata à imperatriz erigida próxima à igreja onde pregava. João Crisóstomo sustentou, em duros termos, que outra vez a imperatriz delirava e se preocupava em receber a cabeça de João em sua bandeja, aludindo aos acontecimentos envolvidos na morte de João Batista. Novamente Crisóstomo é exilado, sendo enviado para Cucuso, na Armênia, mas dessa vez ele não retornaria, morrendo em 407 quando estava a caminho de Pítio, na Trácia (*Vit. Olymp.*, 10).

Balanco historiográfico sobre Eudóxia

No que se refere à bibliografia específica sobre Eudóxia, é perceptível a ausência de trabalhos a respeito da imperatriz. Todavia, existem algumas referências importantes, como a obra de Kenneth G. Holum (1982), na qual dedica um capítulo inteiro a Eudóxia. Nele, o autor traça uma espécie de biografia da mesma, focando, principalmente, em seus anos como imperatriz e nas inimizades que angariou. Todavia, o autor ressalta algumas de suas qualidades, como sua sagacidade e astúcia política.

Mais de uma década depois de Holum, Geoffrey S. Nathan (1998), ao tratar de Arcádio, é obrigado a falar de Eudóxia. Porém, o autor basicamente comenta o conflito da imperatriz com João Crisóstomo, além de ressaltar algumas informações relevantes, como o fato de Eudóxia ter sido nomeada Augusta, o que lhe conferiu uma legitimidade oficial concedida a poucas imperatrizes romanas.

Mayer (2002) dedica um verbete de enciclopédia a Eudóxia, trazendo algumas informações sobre o início de sua vida, juventude, casamento e conflitos. Porém, sem restringir-se a uma narrativa factual, a autora dialoga com diversos, ressaltando o quão comum é a imagem negativa de Eudóxia. Nesse sentido, devemos ter cuidado ao tentar trabalhar com uma “Eudóxia histórica”, diferente da representação feita principalmente por cristãos seguidores de João Crisóstomo. Ao contrário da imagem de bárbara, manipuladora e Jezebel, Eudóxia, de acordo com Mayer (2002),

também exibiu qualidades como humildade e piedade.

Mais tarde, Wendy Mayer (2006) voltaria a tratar de Eudóxia, dessa vez explorando, de forma sucinta, as contradições da imagem da imperatriz. Segundo a autora, diversas fontes desprezariam Eudóxia por seu papel ativo no exílio de João Crisóstomo, descrevendo-a como gananciosa, sedenta de poder, uma bárbara emocionalmente instável, e uma mulher suscetível. Porém, como mencionamos, há outra tradição que a retrata como uma importante e piedosa figura feminina cristã. Ambas as imagens, segundo Mayer (2006), são o produto de estereótipos baseados na crença inerente de que mulher e poder não se misturam.

Algumas considerações

Eudóxia veio a falecer em 404 e, como mencionamos, adquiriu uma má reputação propagada e consolidada, principalmente, por escritores cristãos, que a consideravam gananciosa, manipuladora, além de ser equiparada a uma Jezebel, bem como culpada por atacar e conspirar contra um homem considerado “santo”. Convém ressaltar que essa representação negativa de Eudóxia se constituiu ao longo do conflito contra João Crisóstomo, uma vez que, antes desse acontecimento, sua representação era bem diferente, sendo vista como uma boa cristã, participativa e caridosa. Sem dúvida, a historiografia posterior, de cunho cristão, reforçou a imagem negativa da imperatriz. Temos também a imagem de uma imperatriz provinda de uma família “bárbara”, sendo astuta, inteligente e altamente controladora. Por fim, podemos destacar a própria imagem “oficial” de Eudóxia, representada por moedas cunhadas em sua homenagem.

Convém ressaltar que existe um acervo catalogado com alguns exemplares de *solidus* e de *miliarensis* produzidos durante o recorte temporal de nossa pesquisa, todos referentes a Eudoxia (KENT, 1994; SEAR, 1998).³⁵⁹ Por meio das moedas é

³⁵⁹ O *solidus* foi introduzido por Constantino, em 312 d. C., substituindo o *aureus* como a moeda de ouro do Império Romano, valendo 275 mil denários, esse, por sua vez, em constante desvalorização. Desde o século IV até o século XI a maioria dos *solidi* foi cunhada no ateliê monetário de Constantinopla. No entanto, há exemplares de *solidi* cunhados em Tessalônica, Trier, Roma, Milão, Ravena, Siricusa, Alexandria, Cartago, Jerusalém e outras cidades. Há controvérsias sobre a origem da designação monetária *solidus*, porém, alguns autores destacam que houve a intenção de fazer uma referência ao soldo, o pagamento dos soldados (PORTEOUS, 1969). Já a *miliarensis* foi a única moeda de prata regularmente cunhada durante o Império Romano tardio. Tais moedas eram fabricadas com diâmetros variáveis, geralmente com peso entre 3,8 e 6,0 gramas. A *miliarensis* foi cunhada inicialmente no século IV, sob a encomenda de Constantino (MINITT, 2003, p. 48).

possível analisar a imagem de Eudóxia nos registros oficiais, contrastando com a imagem produzida pelos documentos textuais, o que confere uma análise mais ponderada.³⁶⁰ Nesse sentido, fica evidente que as moedas adquirem significados que vão além de uma análise econômica, uma vez que elas tornam-se difusoras de crenças, memórias, comemorações e representações daqueles homenageados em seu verso e anverso, contribuindo assim para consolidar e reforçar a autoridade dos soberanos representados nas efígies (FRÈRE, 1984, p.15).

Essa variedade documental, que envolve tanto documentos textuais como moedas, possibilita perspectivas diversificadas quanto a ideia de construção da imagem. Se por um lado, temos as moedas oficiais, como a imagem que os representados buscaram para si, do outro temos escritos de variadas vertentes.

Por fim, chegamos ao final deste texto, deixando em aberto a discussão sobre as representações de Eudóxia. Porém, é certo que a imagem da imperatriz é completamente contraditória de acordo com o momento em questão, e variável, principalmente devido a quem fala sobre ela, seja defensor ou acusador, cristão ou “pagão”, em fontes textuais ou numismáticas.

Referências

Documentação textual

ANONIMOUS. Life of Olympias. In: CLARK, E. A. (Ed.). **Jerome, Chrysostom, and friends**: essays and translations. Lewiston: Edwin Mellen Press, 1979.

PHILOSTORGIUS. **Church History**. Translated with an Introduction and notes by Philip R. Amidon. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

ZÓSIMO. **Nueva Historia**. Introducción, traducción y notas de José María Candau Moró. Madrid: Gredos, 1992.

Documentação numismática

³⁶⁰ Esses exemplares de moedas já foram reunidos por nós com o objetivo de serem analisados em discussões posteriores.

KENT, John P. C.; CARSON, R. A. G.; BURNETT, A. M. **The Roman imperial coinage**: The divided Empire and the fall of the Western parts. London: Spink, 1994. v. 10.

SEAR, David R. **Roman coins and their values**. London: Seaby, 1988.

Obras de apoio

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BLOCKLEY, R. C. The dynasty of Theodosius. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Eds.). **The Cambridge Ancient History XIII: The Late Empire A.D. 337-425**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

FRÈRE, Hubert. **Numismática**: uma introdução aos métodos e a classificação. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.

HOLUM, Kenneth G. **Theodosian Empresses**: Women and Imperial Dominion in Late Antiquity. Berkeley: University of California Press, 1982.

LIEBESCHUETZ, J. H. G. W. Friends and enemies of John Chrysostom. In: MOFFAT, A. (Ed.). **Maistor, Classic, Byzantine and Renaissance studies for Robert Browning**. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 1984, p. 85-111.

LIEBESCHUETZ, J. H. G. W. The fall of John Chrysostom. In: _____. **From Diocletian to the Arab Conquest**: Change in the Late Roman Empire. Northampton: Variorum, 1990, p. 1-31.

MAYER, Wendy. Aelia Eudoxia (wife of Arcadius). In: **De Imperatoribus Romanis**: An Online Encyclopedia of Roman Rulers and Their Families, 2002.

MAYER, Wendy. Doing violence to the image of an empress: the destruction of Eudoxia's reputation. DRAKE, H. A. (Ed.). **Violence in Late Antiquity**: perceptions

and practices. Aldershot: Ashgate Publishing, 2006, p. 205-213.

MINITT, Stephen. Roman silver from Somerset. **Minerva, the International Review of Ancient Art and Archaeology**, p. 48, jan.-feb. 2003.

NATHAN, Geoffrey S. Arcadius (395-408 A.D.). In: **De Imperatoribus Romanis** - An Online Encyclopedia of Roman Emperors, 1998.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

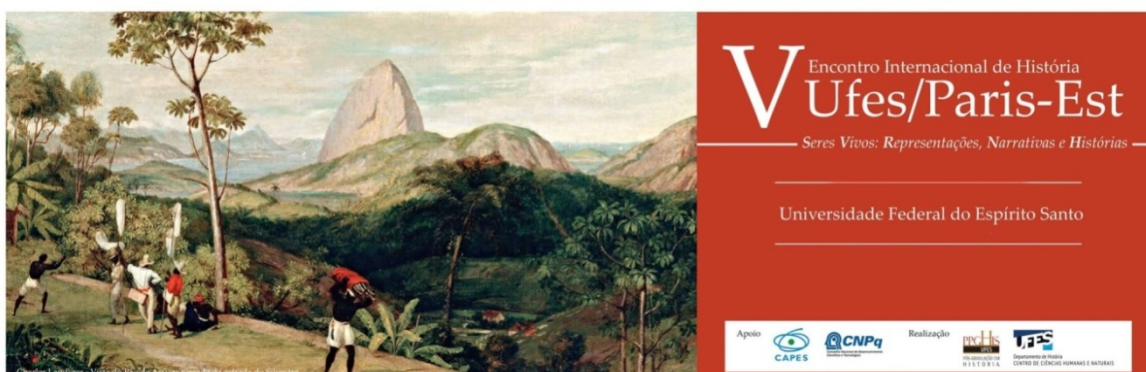
PORTEOUS, John. **Coins in history**: a survey of coinage from the reform of Diocletian to the Latin Monetary Union. London: Weidenfeld and Nicolson, 1969, p. 14-33.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, ano 3, n. 6, dez. 2011.

SILVA, Gilvan Ventura da. A deposição de João Crisóstomo e a polêmica Império/Igreja na corte de Arcádio e Eudóxia. In: CAMPOS, Adriana Pereira *et. al.* **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória: Flor & Cultura, 2008, p. 53-80.

SILVA, Gilvan Ventura da. Um bispo para além da crise: João Crisóstomo e a reforma da igreja de Constantinopla. **Phoenix**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 109-127, 2010.

WILKEN, Robert. John Chrysostom. In: FERGUSON, Everett (Ed.). **Encyclopedia of Early Christianity**. New York: Garland Publishing, 1997.



A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ E DA ALTERIDADE JUDAICA A PARTIR DA DISPUTA DE TORTOSA, HISPÂNIA.

Jordânia Lopes de Freitas
Mestranda em História – UFES

RESUMO: Esta comunicação visa compreender a forma como os judeus foram identificados com o mal, sendo considerados infiéis, pecadores, avarentos, praticantes de usura, em alguns períodos da história e, principalmente, no contexto da Disputa de Tortosa ocorrida no início do século XV, no Reino de Aragão. A partir da representação da identidade cristã (tida como “superior”) e da alteridade judaica (considerada “inferior”) desencadearam-se vários conflitos que perpassaram o campo político, econômico, cultural e social com consequências negativas para a comunidade judaica aragonesa.

Palavras-chave: Judeus; Identidade; Alteridade; Disputa de Tortosa.

ABSTRACT: This Communication aims to understand how the Jews were identified with evil, they are considered infidels, sinners, greedy usury practitioners, in some periods of history and especially in the context of the Dispute of Tortosa occurred in the early fifteenth century in Kingdom of Aragon. From the representation of the Christian identity (seen as "superior") and Jewish otherness (considered "inferior") have led to several conflicts that permeated the political, economic, cultural and social field with negative consequences for the Aragonese Jewish community.

Keywords: Jews; identity; otherness; Dispute of Tortosa.

O processo de afirmação da identidade cristã deu-se a partir da busca por um essencialismo identitário histórico e cultural. Com isso, a Igreja empenhou-se em evocar um passado de repressão e de perseguição, a fim de legitimar sua identidade

presente como um produto da história (SILVA, 2007, p. 37).³⁶¹ A combinação entre variados elementos (econômico, social e cultural) resulta na construção da identidade de uma comunidade; inclusive com a inclusão de novas formas que estejam relacionadas a aspectos socioculturais diversos dos adotados por elas (WOODWARD, 2007, p. 28). As identidades são criadas a partir de um ato primário de diferenciação em que as características comuns de uma coletividade são notadas, realçadas e valorizadas. É nesse sentido que devemos buscar a compreensão da forma como a *Alteridade* é construída.³⁶² Alguns autores acreditam que a diferença seja o “substrato inevitável da identidade”. Porém, outros autores defendem que a percepção da diferença deve ser entendida como ato fundador das identidades, o que implica na consideração da importância da alteridade para o estabelecimento das identidades sociais. Conforme essa visão cabe ressaltar a positividade da alteridade já que sem o reconhecimento do outro (seja na forma simbólica ou de linguagem) seria praticamente impossível apreender as identidades (SILVA, 2007, p. 76).³⁶³

Entretanto, no processo de produção das identidades sociais pode ocorrer o inverso; sendo que um conjunto de regras, crenças e comportamentos é estabelecido como norma de conduta. A partir dessa identidade “normalizada”, todas as outras identidades passam a ser vistas como negativas sendo, portanto, convertidas em alteridade, isto é, aquilo que é estranho, exótico (SILVA, 2007, p. 76). Como exemplo disso, apresenta-se a visão de boa parte dos clérigos da Igreja, cuja interpretação parte do princípio de que a Aliança estabelecida por Deus com os judeus foi suplantada pela Nova Aliança proclamada por Jesus Cristo.

³⁶¹ Podemos afirmar, portanto, que as identidades são construções, ou seja, são criadas e recriadas ao longo do tempo, bem como respondem às necessidades dos sujeitos que as constroem. É importante entender que as identidades são constantemente ressignificadas ao longo da história; daí podemos destacar como uma das características do conceito de identidade a mudança compatível com o processo histórico. A identidade é resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. Isso quer dizer que “está sujeita a vetores de força, a relações de poder”. Em outras palavras, “elas não são simplesmente definidas; [...] são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; [...] são disputadas” (SILVA, 2007, p. 81).

³⁶² Para Kathryn Woodward (2007, p. 9), as identidades são sempre relacionais, ou seja, o indivíduo ou um grupo procuram se espelhar no outro para definir aquilo que ele/s pensa/m ou aquilo que ele/s é/são. Sendo assim, “parte-se da alteridade, do que não se é, para se definir aquilo que se gostaria de ser”. “As identidades são marcadas pela diferença e pela formulação de símbolos que as identifiquem”.

³⁶³ Acreditamos que as diferenciações desenvolvidas ao longo dos processos de relacionamento social humano emergem das características de identidade que, individuais e/ou coletivas, devem servir como aparato sistematizador de conflitos sociais binários capazes de colocar em oposição homens e grupos caracterizados pelo “eu” e o “outro”.

Visando alcançar a uniformização da fé, os dirigentes da Igreja católica procuraram dar um tratamento diferenciado para as questões internas e externas que envolviam ou tangenciavam a religião cristã. No caso dos infiéis, a alta cúpula dos eclesiásticos priorizou a organização de debates teológicos e filosóficos com vistas à conversão destes, enquanto que com relação aos integrantes da cristandade optou-se pela adoção de medidas disciplinares. Estes condicionamentos visavam aumentar o poder organizacional e hierárquico da Igreja enquanto instituição, na tentativa de atingir/enfraquecer os dissidentes e as tendências que não pudessem ser conquistadas.

Renata R. Sancovsky (2008) questiona o termo debate em uso nas querelas entre seguidores do cristianismo e do judaísmo. Para a autora, os debates (*disputatio*)³⁶⁴ entre cristãos e judeus, — que remontam ao século IV —, tornaram-se uma prática muito utilizada após o Concílio de Niceia (325 d. C). As disputas aconteciam na Península Ibérica desde o século V. O objetivo principal destas era “anular publicamente a existência do judaísmo” com vistas à conversão das lideranças judaicas e, conseqüentemente, do restante da comunidade judaica (SANCOVSKY, 2008, p. 73-86).³⁶⁵

Faz-se necessário problematizar o termo debate. Na Disputa de Tortosa, os organizadores não proporcionaram as mesmas condições para ambas as partes.³⁶⁶

³⁶⁴ Com relação a *Disputatio* medieval, existe uma escassez de produção historiográfica sobre o assunto. O medievalista Jacques Le Goff (1989, p. 76-8) esclarece apenas que a *disputatio* é uma prática desenvolvida pela Escolástica a partir do século XIII. Nesse momento verificou-se a ampliação do campo de saberes com o acréscimo do estudo da Retórica e da Filosofia ao campo da Teologia. Ao escrever sobre a Escolástica, portanto, Le Goff ignora a *disputatio* como um instrumento de poder e coerção da Igreja no controle das relações políticas e sociais existentes entre o Cristianismo e Judaísmo.

³⁶⁵ Foram realizados três grandes debates, contra o Talmude na Idade Média, a partir da iniciativa dos sumo-pontífices com o apoio dos monarcas cristãos: o Debate de Paris (1240); o Debate de Barcelona (1263) e o Debate de Tortosa (1413-1414). O primeiro debate visou desqualificar, exclusivamente, o Talmude ao passo que os outros dois debates estavam envolvidos na preocupação de levantar vestígios dentro do próprio Talmude a respeito da verdade do cristianismo. Essa repulsa dos clérigos para com o Talmude era explicada por este ser uma interpretação rabínica sobre a sagrada Escritura, o que interferia na convicção teológica, segundo Agostinho, de considerar os judeus como guardiões da Lei mosaica.

³⁶⁶ No Debate de Tortosa, do lado cristão estava o converso Jerônimo de Santa Fé (cujo nome original era Yoshua ha- Lorqi), Pablo de Santa Maria (antes da conversão chamava-se Salomon ben Yisshaq ha- Levi). Para representar as comunidades judaicas do Reino de Aragão e Catalunha, doze rabinos atenderam ao convite de Benedito XIII: rabino Matityahuben Mosheh ha-Yishari; o médico e exegeta rabino Zeremiah ha-Levi (Ferrer Saladín) de Saragossa; rabino Astruc ha-Levi de Alcañiz; rabino Yisshaq Albo de Daroca e rabino Bonjuda Yahazel Hacaslari de Gerona. Além destes tomaram parte no debate também rabino Moseibn Abas (Abenabes) um dos líderes da comunidade de Saragossa, Profiat Duran elEfofi ou Yisshaqben Mosheh ha-Levi (depois de converso passou a chamar-se

Exemplo disso aconteceu no debate de Paris (1240) entre cristãos e judeus em que prevaleceu a forma de interrogatório. Os participantes judeus, os rabinos, foram colocados separadamente em salas para que pudessem prestar os devidos esclarecimentos a respeito do teor do Talmude. Já no Debate de Tortosa,³⁶⁷ os judeus tinham que responder apenas aos questionamentos de Jerônimo de Santa Fé; estando proibido a eles a oportunidade de réplica. Para Serrano (1993, p. 8), os polemistas cristãos queriam que os judeus reconhecessem falha na própria interpretação que faziam do Talmude, no que respeita ao sentido messiânico, ao substituírem a palavra dos Profetas pelos ensinamentos dos sábios de Israel.

Sabemos, por meio do relato de Pacios Lopez (1957, p. 34), que as cinco primeiras sessões da Disputa de Tortosa possuem três versões, sendo uma em latim e as outras em hebraico.³⁶⁸ Não se sabe a autoria de uma das versões judaicas; sendo que a outra pertence a BonastruchDemaestre, de Gerona. O restante da controvérsia somente possui o relato e depoimento das Atas latinas.

Com relação às fontes judaicas, Baer (1981) apresenta alguns comentários. Para ele, a finalidade destes documentos deveria permitir que se conhecessem as comunidades judaicas durante o desenvolvimento da controvérsia. Segundo Baer, a intenção dos participantes judeus foi tentar acalmar seus correligionários; por isso foi necessário omitir o que fosse conveniente, além de expressar seus próprios pensamentos mesmo que seus companheiros não estivessem de acordo. O autor concorda que os três relatos (duas versões em hebraico e a outra em latim) são bastante parecidos de maneira geral, mas deixam a desejar quanto aos assuntos e às questões importantes para os judeus. Estes redigiram seus escritos logo após saírem da sala das controvérsias; o que poderia acarretar em erros e enganos. Ressalta que os escritos de Bonastruch se encontram somente na obra posterior do

Honoratus de Bonafide), o poeta Salomon Bonafed e Dom Vidal de Caballeria, filho de Dom Benvenisti de Caballeria (morto em 1411). Dom Vidal se converteu ao cristianismo durante a disputa (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1992, p. 220). Baer (1981, p. 134-5) cita alguns assistentes que ajudaram na disputa, por exemplo, o sábio e poeta R. MoshéAben 'Abbās (era também um dos chefes da comunidade de Saragossa), BonagudaYahsaelha-Qëshalrí, de Gerona (era neto de um famoso médico), o polemista ProfeitDurán ha-Efodí e o poeta SalomónBonafed. Baer (1981, p. 162-3) ainda chama atenção para a influência de HasdaiCrescas sobre judeus participantes da controvérsia.

³⁶⁷ Conforme Pacios Lopez (1957, p.52) as sessões da controvérsia aconteceram num salão da catedral de Tortosa conhecido pelo nome de Sala do Concílio; era o lugar mais espaçoso de toda a cidade. Porém, a partir da sessão 45 as reuniões da disputa passaram a ocorrer em lugares distintos: o castelo, o convento dos franciscanos e o convento dos dominicanos.

³⁶⁸ O relato hebraico sobre a Disputa de Tortosa foi escrito por BonastrucDemaistre na primeira metade do século XV (MACCOBY, 1996, p. 230-1, nota 3).

autor do ShébetYêhudá, que adicionou um suplemento próprio conforme seu método.

Maccoby (1996, p. 94) argumenta que o método empregado no debate não privilegiou a discussão, mas a instrução. Nas palavras do próprio Benedito XIII, podemos verificar esse direcionamento: “Eu não vos fiz virem aqui para provar qual de nossas religiões é a verdadeira, pois para mim é perfeitamente claro que a minha é verdadeira e que a vossa está ultrapassada”. Além disso,

Uma das técnicas do lado cristão era minar a resistência judaica pela tática da repetição e do excessivo alongamento de um assunto. Em várias ocasiões, quando os judeus eram acusados de prevaricação (*variatio*), o papa ordenava que todo o debate fosse reiniciado desde o começo. As táticas que em Barcelona ficaram reservadas ao relato cristão, redigido após o término do debate, em Tortosa foram introduzidas no debate propriamente dito. Assim, se os rabinos dissessem que algumas *peessoas* entendiam literalmente a declaração do *Midrash* segundo a qual o Messias já havia chegado, isto era recebido como admissão cabal da vinda do Messias, a despeito suas repetidas afirmações de que eles próprios não aprovavam tal interpretação (MACCOBY, 1996, p. 92).

Na versão judaica do debate fica aparente uma atmosfera de terror. Os “delegados” judeus tiveram motivo suficiente para temer por suas vidas. Jerônimo chegou a ameaçar os judeus com um processo de “heresia” por não levarem o Talmude suficientemente a sério. Esta mudança de enfoque é reveladora, visto que no debate de Paris a crença judaica no Talmude é que fora declarada “herética” (MACCOBY, 1996, p. 97).

No debate de Tortosa, assim como já ocorrera no de Barcelona, o objetivo era desqualificar o Talmude e aproveitar os seus estratos anteriores (escritos na época de Jesus, ou antes), ou seja, procurava-se parte da literatura não contaminada pelo rabinismo. A intenção era demonstrar que o cristianismo era a “verdadeira concretização do judaísmo inter-testamental” (MACCOBY, 1996, p.33).

Logo, os contendores cristãos não almejavam a destruição do Talmude já que acreditavam que ele poderia tornar-se uma fonte da verdade cristã. A partir do Talmude³⁶⁹ foram discutidas variadas temáticas relacionadas às duas religiões, por

³⁶⁹Em Tortosa, muitas das acusações contra o Talmude foram aproveitadas do Debate de Paris liderado por Nicolas Donin (o representante do lado cristão). Jerônimo de Santa Fé somente incrementou alguns argumentos antigos. Sendo assim, o debate de Tortosa procurou explorar as posições dos dois debates anteriores de uma maneira contraditória, a saber: fazer uso do Talmude

exemplo: Jesus, o pecado original e seu castigo, a redenção universal, a morte do Messias como expiação do pecado de Adão, as causas da dispersão judaica, entre outras. No entanto, faz-se necessário esclarecer que o objetivo do Talmude era criar uma regulamentação da vida judaica no período pós-destruição do 2º Templo. O propósito almejado com a escrita do Talmude (Lei Oral) não era combater ou sequer denegrir o cristianismo.

Durante a realização da Disputa de Tortosa (1413-14), os judeus também presenciaram um clima de perseguição. Apesar de o debate ter sido convocado com a condição de uso exclusivo de argumentos baseados na persuasão pacífica, o que se verificou foi o oposto. Os judeus tinham que apenas responder aos questionamentos de Jerônimo de Santa Fé; sendo vedada a eles a oportunidade de réplica. Nesse contexto, Jerônimo iniciou seu discurso com um tom ameaçador ao proferir os versículos bíblicos de Isaías (1, 19-20), que diz: “Se quiserdes obedecer, comereis o fruto delicioso da terra. Mas se vos recusardes e vos rebelardes, sereis devorados pela espada! ”.

Diante dessa difícil situação, vários judeus acabaram convertendo-se à religião cristã contra sua própria vontade. Após receberem o batismo, muitos destes conversos foram levados ao local onde era realizada a reunião, em Tortosa, para declararem sua adesão ao cristianismo perante os rabinos que participavam da reunião.

Serrano (1993, p. 8) destaca que para os polemistas cristãos era indispensável que os judeus reconhecessem falha na própria interpretação que faziam do Talmude, no que respeita ao sentido messiânico, ao substituírem a palavra dos Profetas pelos ensinamentos dos sábios de Israel. O método utilizado no debate não privilegiou a discussão, mas a instrução. Isso pode ser confirmado a partir das palavras do próprio Benedito XIII: “Eu não vos fiz virem aqui para provar qual de nossas religiões é a verdadeira, pois para mim é perfeitamente claro que a minha é verdadeira e que a vossa está ultrapassada” (MACCOBY, 1996, p. 94).

Baer (1981, p. 176) também ressalta a divergência dos métodos empregados entre os disputadores, o que não prejudicou os judeus na defesa de sua crença. Segundo o autor, a contestação judaica, aos argumentos cristãos, era por vezes demorada,

com o objetivo de favorecer o cristianismo e, ao mesmo tempo, condená-lo como blasfemo, anticristão e obsceno.

mas se produziu as melhores respostas oferecidas de todas as disputas judaico-cristãs na Idade Média. Segundo Lasker (1977, p. 163-4), os polemistas judeus estavam muito preocupados com a sobrevivência do judaísmo; daí não prestarem demasiada importância aos argumentos acadêmicos e nas formas mais desenvolvidas da doutrina cristã:

Se é verdade que os polemistas judeus estão discutindo especificamente contra a religião dos polemistas cristãos, então é fácil compreender como um número de argumentos parecem não alcançar a meta deles. Comparado com o cristianismo adotado com o rigor filosófico de pensadores como Tomás e Anselmo, a religião popular do missionário, raramente, era tão sofisticada. Polemistas judeus, interessados não em argumentos acadêmicos, mas na defesa da sobrevivência judaica, prestaram pequena atenção nas formas mais desenvolvidas das doutrinas cristãs. Eles não se equiparam para o debate realizado no mais alto nível do discurso. Assim, nós estaríamos fazendo uma injustiça para com os polemistas judeus, comparando a qualidade de seus argumentos com os das exposições contemporâneas mais avançadas do cristianismo. No entanto, como vimos, as alegações dos judeus não foram tomadas de ânimo leve pelos filósofos cristãos. Na verdade, o alcance e a variedade da crítica filosófica judaica é, em si, um tributo ao poder especulativo dos polemistas. Embora nós não saibamos o sucesso da crítica judaica ao cristianismo na contenção da apostasia, os polemistas podem sem dúvida ser creditados com uma enérgica defesa do judaísmo contra o ataque dos missionários. Desde então, os próprios polemistas cristãos recorreram a exposições populares de sua religião; não é de estranhar que os seus oponentes judeus tenham empregado a mesma tática (LASKER, 1977, p. 163-4, tradução nossa).

Conforme Baer (1981) apesar das dificuldades encontradas pelos judeus não se pode desprezar o valor dos pensamentos dos rabinos presentes, que buscaram deixar de lado o método de Rambam e se dedicar à concepção mais mística de R. MoshébenNahcmán, seja no que respeita à crença acerca do Messias e na causa do desterro, seja no que refere às outras questões ligadas tanto ao mundo celeste quanto ao terrestre (BAER, 1981, p. 134-5).³⁷⁰

A disputa foi marcada pela complexidade dos documentos envolvidos referentes à crença judaica. Além dos escritos bíblicos foram incluídos na discussão o

³⁷⁰Como observa Malamut (1988, p. 724), a doutrina aristotélica também propiciou certa desconfiança no interior do próprio círculo judaico. Durante boa parte do século XIII, as comunidades judaicas estiveram imersas em polêmicas em torno da racionalidade da fé mosaica, defendida por Maimônides, bem como a adequação entre os princípios morais da Revelação divina e a ordem da Natureza. Houve bastante discordância em torno da proposição: alguns rabinos foram favoráveis à interpretação maimonideana; outros (cabalistas) consideraram os ensinamentos de Maimônides como um perigo, pois acabaria com as tradições herdadas. Toda a discussão dos filósofos e místicos girava em torno da forma como se deviam interpretar os mandamentos da *Torá* e também do Talmude, sendo que o significado literal era deixado em segundo plano. Segundo Malamut a justificativa para a oposição por parte dos cabalistas na Hispânia — durante os séculos XIV e XV — era que o racionalismo havia despertado dúvidas e enfraquecido a confiança dos judeus em sua fé.

Talmude,³⁷¹ os livros sinagogais, os *Midrashim*, os *Targumim*³⁷² e, também ensinamentos retirados da Cabala. Com relação a questão da figura do Messias, é possível listar os pontos principais que norteou a controvérsia com base nas antigas colocações feitas por Jerônimo, antes de sua conversão ao cristianismo, a Pablo de Santa Maria e, que seriam apresentadas e debatidas pelos rabinos durante a disputa.

Porém, mesmo no início os judeus haviam se queixado de não terem condições de enfrentar o estilo silogístico de raciocínio de Jerônimo, com o qual não estavam familiarizados. Nos tempos de Maimônides, Nahmânides e Guersonides, um debatedor judeu teria se envergonhado de fazer tal queixa. Não havia campo da filosofia ou da ciência em que os judeus não fossem líderes ou mestres. O último grande pensador judeu medieval, Hasdai Crescas, filósofo e halahista, profundo crítico de Aristóteles e Maimônides, havia morrido em 1412, exatamente um ano antes do Debate de Tortosa. Se ele tivesse alcançado participar desse debate, não teria havido nenhuma alegação de incapacidade (MACCOBY, 1996, p. 95).

Na proposta inicial da disputa de Tortosa foi sugerida a discussão da temática da vinda do Messias como questão da pauta mais importante. Pacios Lopez (1957, p. 45-6) afirma que os judeus pediram tempo para se preparar; a petição foi atendida imediatamente pelo papa Luna, que lhes enviou o livro de Jerônimo (*Tratado*) para que pudessem ficar cientes das razões pelas quais iriam ser desafiados. Juntamente ao despacho deste livro, foi enviada a ordem escrita que, pelos fins de novembro de 1412, chegou a todas as aljamas. Próximo a abertura das audiências, Benedito XIII presidiu uma audiência com delegados judeus, representados por D. Vidal de Benveniste de Cavalaria. Em 7 de fevereiro de 1413 a disputa foi aberta de maneira extraordinária.

Em abril de 1414, Jerônimo de Santa Fé apresentou uma lista de passagens do Talmude que deviam ser suprimidas porque ofendiam a religião cristã. Ao serem questionados sobre isso, os rabinos declararam que não podiam responder sobre tal assunto uma vez que somente os próprios sábios talmúdicos estariam aptos para

³⁷¹O Talmude, de maneira geral, comporta as tradições que normatizavam a vida e crenças dos judeus e, era transmitido oralmente. Após a destruição de Jerusalém por Tito em 70, essa transmissão oral das tradições continuou em Jâmnia (Palestina). O ensino era feito pelos *Tanaim* (“repetidores”), cujo chefe era Yohanán, descendente de Gamaliel, foi sucessor de Gamaliel II, em 80. Após sua morte, em 116, sua família recebeu o título de *nasi*(príncipe). Quando o sinédrio de Jâmnia foi dissolvido por Adriano, o R. Meir, discípulo de ‘Aqiba, fundou a Escola de Tiberias. Em virtude da ameaça de se interromper a transmissão da tradição oral, Rabbi Judá há-Nasi (o há-Qadósh), filho de Simón e neto de Gamaliel II, escreveu essas tradições e lhes deu o nome de Mishná.

³⁷²Os targumim podem ser divididos em dois grandes grupos: babilônicos e palestinos.

fazê-lo (BEINART, 1992, p. 179).

O polemista cristão assinalou dez erros deliberados do Talmude referentes às interpretações que se fazia das Escrituras: o fato de o Talmude ser considerado uma nova forma de revelação divina superior às Escrituras; afirmar que os sábios talmúricos devem ser preferidos aos textos da Lei e dos Profetas; atribuir caracteres antropomórficos a Deus a semelhança de crenças idolátricas; aconselhar, a começar do Talmude, a suavização da Lei mosaica assim como das normas humanas morais da lei natural; a difusão de crenças vãs e absurdas, por exemplo, afirmar que Deus fez o céu de suas vestes e a Terra do pó que havia em seus pés; elogiar condutas consideradas imorais por ir contra a natureza (por exemplo, ao sustentarem que Adão e Cam mantiveram relações sexuais com animais no deserto, ou então que Sansão exerceu, de forma imoral, sua potência sexual); presença de ensinamentos que induziam os judeus a prestar juramentos sem ter a menor intenção de cumpri-los, nem sentir-se religiosamente obrigados a isso; ofensas dirigidas aos cristãos, por exemplo, quando os qualificam de idólatras e gentios; levar os judeus a acreditar nas lendas como se fossem verdade. Com essas críticas ao Talmude, Jerônimo passava a acusa-lo de “livro falso, malévolos e pervertedor” (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1992, 223-4).

Na disputa de Tortosa os dois lados envolvidos se julgavam “vencedores”. Como ressalta Feldman, é importante destacar que a minoria judaica estava sujeita às consequências de sua debilitada condição sociopolítica (FELDMAN, 2002, p. 3). Na tentativa de defender sua religião, a liderança judaica pronunciou a seguinte justificativa:

Eu sustento que todas as polêmicas sobre um princípio religioso sejam proibidas, de modo que um homem não se afaste dos preceitos de sua fé. Parece-me que somente a ciência deva ser objeto de disputas e discussões; mas a religião e a crença devem ser confiadas de bom grado à fé e não à discussão, para que ele não se aparte delas. *Quando dizemos: ‘Não sabemos, e não continuamos a discussão, estamos fazendo o que é certo para qualquer religioso fiel. [...] Outrossim, não queremos dizer em absoluto que não sabemos mais nada. Portanto, com relação a esse tipo de ignorância, não devemos de forma alguma ser considerados derrotados: primeiro, porque nossa declaração é devida à fé, à qual asseveramos nossa lealdade; segundo, porque não nos é necessário saber mais no tocante às perguntas feitas [grifo nosso]* (MACCOBY, 1996, p. 93).

Considerações finais

A realização do Debate de Tortosa desencadeou consequências bastante negativas para os judeus no Reino de Aragão. Boa parte dos judeus se desesperou e, assim, decidiu receber o batismo. O polemista cristão, Jerônimo de Santa Fé, chegou a defender a retirada de algumas passagens do Talmude. Porém, a intenção do papa Benedito XIII, em transformar o cristianismo na identidade religiosa de todos os judeus da comunidade aragonesa, não pode ser completamente realizada. Como resultado dessa iniciativa dos clérigos da Igreja, em promover uma conversão em massa dos judeus, intensificou-se o processo de construção de uma alteridade judaica cujas características principais eram: infiéis, pecadores, deicida, avarentos e usurários.

Referências bibliográficas

- BAER, Yitzhak. **Historia de losjudíosenlaEspanña Cristiana**. Vol. 2. Madrid: Altalena, 1981.
- BEINART, Haim. **Los judíosenEspanña**. Madrid: MAPFRE, 1992.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2012.
- FELDMAN, S. A. Debates medievais. In: **Visão judaica**, Curitiba/PR, n. 8, outubro de 2002.
- LASKER, Daniel J. **Jewish philosophical polemics against Christianity in the middle ages**. New York: Ktav, 1977.
- LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MACCOBY, Hyam. **O judaísmo em julgamento**. Os debates Judaico-Cristãos na Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- MALAMAT, A. *et. alii*. **Historia del pueblo judio: La Edad Media**. Madrid: Alianza, 1988.

PACIOS LOPEZ, Antonio. **La disputa de Tortosa**. Madrid/Barcelona: CSIC, 1957.

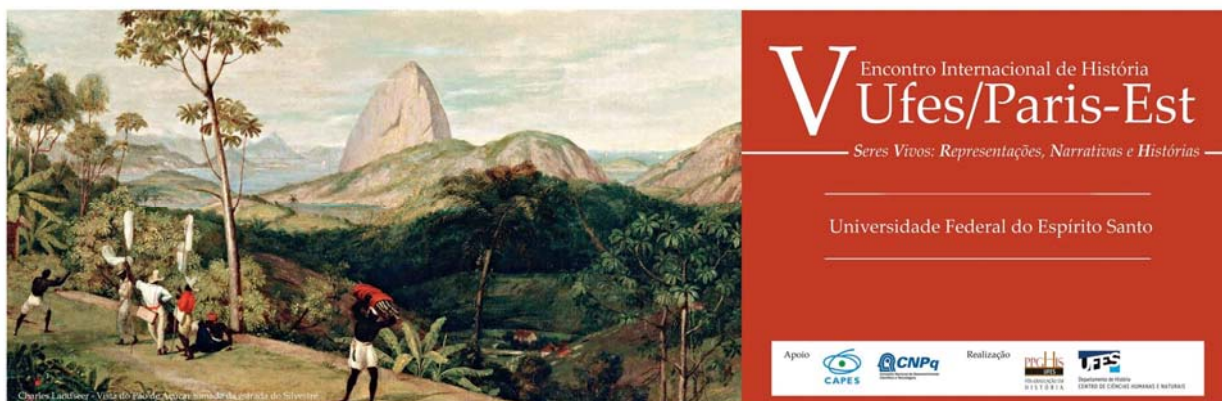
SANCOVSKY, Renata R. **Inimigos da Fé: judeus, judaizantes e conversos**. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2008.

SERRANO, Alfredo Ballestín. **El *Dialogus contra iudaeos* de Pedro Alfonso**. Traducción y notas críticas. Su inserción en la tradición polémica judeo-cristiana. 1993. 368 f. Tese (Doutorado em Filosofia) Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, nov. 1993.

SILVA, G. V. da. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. (orgs.). **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13-30.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **La expulsión de los judíos de España**. 2. ed. Madrid: Mapfre, 1992

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.



DILEMAS DE UM HISTORIADOR: NARRATIVAS INDICAM A EXISTÊNCIA DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA CAPIXABA?

José Candido Rifan Sueth
Mestre em História – UFES

RESUMO: Analisar a política capixaba, em seu contexto global e histórico, esse é o objetivo deste estudo, que levanta a hipótese da existência de uma identidade política do estado do Espírito Santo, comparando práticas políticas do presidente de Estado Muniz Freire com outras em vigor no Brasil do século XXI. O estudo procura se fundamentar em conceitos de conhecidos especialistas no tema identidade e tira conclusões fundamentadas em documentos publicados ao longo de pelo menos um século. A conclusão é de que existe uma identidade política capixaba e de que, para a História do estado do Espírito Santo e do Brasil, é de suma atualidade estudá-la.

Palavras-chave: Identidade; Política; estado do Espírito Santo.

ABSTRACT: The aim of this research is to analyse capixaba politics, in its global and historical context, by formulating the hypothesis of existing a Espírito Santo state's political identity, through comparing political practices between those one of the state president Muniz Freire and other ones existing in Brazil's XXI century. This study looks for basing in concepts formulated by known specialists in identity subject and takes conclusions based in documents published since one century at least. The conclusion is that there is a capixaba political identity and that, for Espírito Santo state's and Brazil's History, and that is to be updated to study it.

Key-words: Identity; Politics; Espírito Santo state

Corria o ano de 1885. Faltavam ainda quatro anos para a proclamação da República. O Império brasileiro agonizava. A província do Espírito Santo plantava

café e já começara a receber levas de imigrantes europeus. Com a força e o entusiasmo de seus 23 anos, um jovem capixaba nascido em Vitória dá início, em 17 de maio de 1885, à publicação de *Cartas ao Imperador no A Província do Espírito Santo*, primeiro diário que circulou em terras capixabas. Decepcionado com a suspensão, por intermináveis problemas burocráticos, de um contrato destinado à construção de uma ferrovia que faria a ligação entre Vitória e a atual cidade de Aimorés, na divisa com Minas Gerais, José de Mello Carvalho Muniz Freire exteriorizava, nessas cartas, seu sonho de lutar para que seu estado do Espírito Santo brilhasse e se afirmasse no cenário nacional. Tratam-se de sete editoriais em que Muniz Freire procura demonstrar a necessidade de se investir na infraestrutura do estado capixaba. Foi esta uma polêmica que lembra muito uma série de problemas da atualidade, tais como a duplicação da BR 101, a modernização do aeroporto Eurico Salles e as questões relativas à exploração do petróleo no litoral capixaba.

Em sua primeira Carta, Muniz Freire se lamenta e pede socorro ao poder central, o Imperador D. Pedro II: "[...] também somos uns enjeitados dos poderes públicos, e também contamos hoje como tábua única de salvação com a influência inspirada que Vossa Paternal Solicitude possa exercer em nosso favor." (MUNIZ FREIRE, 2012, p.14). Na carta de número 5, nosso estadista continua: "Apesar de pequena e desprotegida, esta província poderia já, e com muitas vantagens, entreter com o estrangeiro relações de comércio direto para a importação e para a exportação de seus gêneros [...]". (Idem, p. 29). Na segunda carta, ele afirma com tristeza: "[...]o desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade desta zona do Império, não porque ela seja indigna de incentivos, ou pouco suscetível de progressos: V. M. já viajou-a em parte, e sabe que elementos fecundos de riqueza oferece essa natureza bruta à indústria e à atividade humana. Mas, os nossos homens públicos ignoram todas essas coisas; a sua incompetência para o governo começa por ignorarem eles até a geografia do país, do que não são raros os exemplos que temos." (2012, p. 17).

Muniz Freire é considerado um dos governantes capixabas que seguia "um padrão de modernidade que se iniciou na Europa, no final do século XIX, e que tomou vulto no Brasil, a partir dos primeiros anos do século XX" (FRANCO, 2003, p. 47). Ao longo de sua intensa vida pública - jornalista, advogado, vereador, deputado

provincial, deputado federal, por duas vezes presidente de estado (nome dado aos governadores, no início da República brasileira) e senador da República - , são inúmeros os discursos e artigos em que Muniz Freire se lamenta do desprezo em que é colocado o estado do Espírito Santo no cenário político nacional.

Em todo o período da Primeira República (1889-1930), o estado do Espírito Santo foi tão ausente da política nacional, que sequer um político capixaba esteve presente em qualquer dos diversos ministérios que compunham os governos de então. Veja o quadro seguinte que reúne dados até 1910, mas que se repetiram até a queda de Washington Luís (1930):

TABELA 1 – Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910.

Estados	Anos em todos os ministérios	Anos na Fazenda, Viação e Justiça
Minas Gerais	12,64	7,69
Bahia	9,73	9,35
São Paulo	9,02	7,29
Pernambuco	5,51	4,74
Goiás	5,41	5,41
Mato Grosso	4,66	4,66
Rio Grande do Norte	4,41	4,41
Rio de Janeiro	4,25	3,07
Santa Catarina	4,00	4,00
Ceará	3,12	2,36
Paraíba	2,73	2,73
Rio Grande do Sul	2,56	1,51
Pará	2,27	1,08
Sergipe	1,30	1,30

FONTE: Dados extraídos de Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (São Paulo, 1918); Almanaque de Gotha, 1923-1931 (Gotha, 1922-30); Augusto de Bulhões, Ministros da Fazenda do Brasil 1808-1954 (Rio, 1955); Max Fleiuss, História Administrativa do Brasil (São Paulo, 1922).

É interessante notar que até outros estados de pequena grandeza estavam, de algum modo, presentes em algum Ministério. O estado do Espírito Santo encontrava-se entre os seis estados sem nenhuma representação nesses organismos públicos. Durante a Primeira República, cada estado possuía três representantes seus no Senado Federal. Houve momentos em que o Espírito Santo possuía apenas dois senadores capixabas, porque o terceiro - eleito pelo Espírito Santo - era mineiro. Era, assim, uma posição política de "satélite" perante outros, considerados "planetas", numa Federação na qual, em tese, todos deveriam ser considerados iguais (SUETH, 2006).

Ora, para quem acompanha a política brasileira na atualidade, vê-se que se trata de uma permanência histórica, em que a exclusão do estado do Espírito Santo - e a mágoa daí decorrente, marcando muitas declarações de políticos, como também sentimentos expressos pela população capixaba, em geral - estão ainda muito presentes nestes primeiros anos do século XXI. É assim que os jornais capixabas têm apresentado quase todos os anos o *ranking* dos estados, no que diz respeito aos investimentos federais: o Espírito Santo está, quase sempre, nos últimos lugares, perdendo não só para São Paulo ou Minas, mas também para estados menores. Aeroporto, BR 101 e *royalties* do petróleo estão aí para indicar a continuidade do mesmo processo.

Embora se possa não concordar com as conclusões que se podem tirar de suas declarações, um conhecido empresário capixaba, alto dirigente de influente entidade ligada à indústria, publicou um artigo que confirma o que aqui procura-se demonstrar: a continuidade de uma linha política, no que diz respeito ao estado capixaba. O referido empresário afirma que "quando avaliamos a arrecadação de impostos federais que o estado envia anualmente para Brasília, com baixíssimo retorno, constatamos que, infelizmente, o Espírito Santo em toda a sua história normalmente ficou à margem do governo federal, desde o Brasil Colônia até os dias de hoje." (IZOTON, 2012). São inúmeras as declarações de capixabas eminentes, formadores de opinião, que atualmente emitem pareceres que em muito se assemelham às ideias do empresário aqui referido.

Também a intelectualidade capixaba não se encontra ausente de posicionamentos relacionados com as reflexões feitas neste estudo. Assim, somente à guisa de

exemplo, pode-se citar Roberto Garcia Simões (2002, p. 242-243) que, em painel da História do Espírito Santo, em 2001, destacou:

[...] o descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos são flagrantes. O Espírito Santo é o oitavo estado no ranking de competitividade nacional [...]. Porém, o Espírito Santo não está colocado entre os quinze estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos [...]. Na última década, o Espírito Santo não conseguiu atrair nenhum empreendimento significativo.

As palavras de Simões bem podem ser comparadas às de Muniz Freire, durante seu primeiro mandato (1892-1896), quando ele afirmava que o Espírito Santo já era o nono estado brasileiro pela importância de sua renda, mas desprezado e esquecido. (SUETH, 2006)

Pode-se, assim, afirmar que se trata claramente da continuidade de um mesmo processo no qual a autonomia do Espírito Santo acha-se ausente pelo menos há mais de um século. Diante dessa característica política, também permanece aquilo que se poderia chamar de “mágoa” da elite capixaba, o que faz com que todo esse fenômeno pudesse provavelmente se encaixar naquilo que Braudel (1992) chama de longa duração. Há historicamente alguma relação entre essa heteronomia e a ideia difusa de abandono do estado capixaba por parte da Federação? O que há de realidade e de mito nesse imaginário capixaba? Tudo isto compõe uma identidade política capixaba? Existe essa identidade política? Como teria sido ela construída? É admissível estudar identidades políticas regionais? Tem importância histórica estudar identidades regionais em plena era da globalização? São perguntas que as reflexões aqui contidas certamente suscitam e cujas respostas este estudo procura apenas vislumbrar.

Zygmunt Bauman, em *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* (2005), fornece uma série de argumentos que possibilitam a um pesquisador constatar a necessidade de estudos a respeito das identidades regionais, bem como de refutar, com relação a esse tema, ideias – certamente ultrapassadas – que ligam um estudo desse gênero às noções de bairrismo supérfluo ou de academicismo desnecessário, frutos – segundo alguns – de eventuais choramingos de historiadores que, ligados à elite, olhariam com tristeza suas regiões ou seus pequenos estados, desprovidos de algum reconhecimento externo, como também de características que os

destacassem perante o Brasil e o mundo.

Muitos estudiosos falam sobre a atualidade do estudo das identidades, sejam elas nacionais ou regionais. E um deles é Zygmunt Bauman, nascido em uma Polônia que no início do século XX era considerada uma espécie de estado “satélite” entre os países europeus: pequena e sem influência, mas buscando uma identidade. Ninguém mais gabaritado para pensar em identidade, do ponto de vista de características regionais. Escrevendo para a atualidade, na introdução à entrevista que fez a Bauman, Benedetto Vecchi afirmava que “[...]a política de identidade [...] fala a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização” e que a questão da identidade trata-se de “[...]uma convenção socialmente necessária.” Bauman, por sua vez, pensa que “atualmente [...] a identidade é o papo do momento, um assunto de extrema importância e em evidência”(2005, p. 13 e 23).

Em sua inteligência rápida, Bauman, porém, faz o contraponto com relação ao papel das identidades no mundo pós-moderno e até menciona um cartaz que, em 1994, encontrava-se espalhado pelas ruas de Berlim, ridicularizando a fidelidade a ideias que não refletem mais a realidade atual: “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro.” Dever-se-ia concluir, então, que as identidades locais não têm mais valor? Entretanto, não é o que pensa o estudioso, pois para ele, “[...]as identidades ganharam livre curso” em meio a esse mundo globalizado, que faz com que o “anseio por identidade” seja gerado pelo “desejo de segurança”, uma vez que acham-se atualmente indisponíveis os lugares que tradicionalmente aplacavam a “sede por convívio” ou o “medo de solidão”(idem, p. 35 e 37), como a família, a vizinhança e o trabalho.

O que é, então, *identidade* nesse mundo pós-moderno? Para responder a essa questão, Bauman considera que importa compreender como se dá, hoje, o funcionamento do capitalismo. Para ele, a economia capitalista está atualmente mudando do processo exploratório para o da exclusão, a qual se encontra na base da desigualdade, da pobreza e da miséria atuais, diferentemente da “[...]exploração apontada por Marx um século e meio atrás” (2005, p. 47). Nossa época é assombrada pelo pavor da exclusão. Parece ser esse um dos grandes problemas da

pós-modernidade, e que surge de uma das grandes questões que afligem a humanidade, desde que se começou a viver em sociedade: como viver juntos, com o mínimo de conflitos? Como conciliar liberdade de escolha e auto-afirmação? Ou seja, como manter, ao mesmo tempo, a unidade e a diferença? É aí que entra a *identidade*, como manifestação da diferença.

A construção das identidades tem variado ao longo da História. Nos estados pré-modernos, a identidade era determinada pelo nascimento, o que proporcionava poucas oportunidades para que se levantasse a importante questão do “quem sou eu?”. Com o advento da modernidade, as identidades passaram a ser definidas pelas classes. E “[...]quando se trata de pertencer a uma classe, é necessário provar pelos próprios atos, pela vida inteira – não apenas exibindo ostensivamente uma certidão de nascimento – que, de fato se faz parte da classe a que se afirma pertencer”. E havia poucas dúvidas sobre a forma de vida que se deveria ter para ser considerado, por exemplo, um burguês. Atualmente, estamos passando dessa fase *sólida* da modernidade para a *fluida*, assim chamada por Bauman, porque os fluidos são assim denominados porque não conseguem manter a forma, tal qual as estruturas atuais, que mudam como se fossem fluidos.

Para se entender com clareza a atualidade do estudo da *identidade*, vale a pena transcrever a lúcida descrição que Bauman faz de nossa sociedade pós-moderna e *fluida*:

Autoridades, hoje respeitadas, amanhã serão ridicularizadas, ignoradas ou desprezadas; celebridades serão esquecidas; ídolos formadores de tendências só serão lembrados nos quizz shows da TV; novidades consideradas preciosas serão atiradas nos depósitos de lixo; causas eternas serão descartadas por outras com a mesma pretensão à eternidade (embora, tendo chameado os dedos repetidas vezes, as pessoas não acreditem mais); poderes indestrutíveis se enfraquecerão e se dissiparão, importantes organizações políticas ou econômicas serão engolidas por outras ainda mais poderosas ou simplesmente desaparecerão; capitais sólidos se transformarão no capital dos tolos; carreiras vitalícias promissoras mostrarão ser becos sem saída. Tudo isso é como habitar um universo [...] onde ninguém, em lugar algum, pode apontar a diferença entre um caminho ascendente e um declive acentuado. Não se acredita mais que a “sociedade” seja um árbitro das tentativas e erros dos seres humanos [...]. (2005, p. 58)

Daí que, para a maioria dos que habitam um mundo assim constituído, não vale a pena apegar-se a regras e manter-se fiel à lógica da continuidade. O melhor é “[...]flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração”(2005, p. 60).

Vêm daí esses novos ventos de autonomia e independência, que não podem ser confundidos com um neonacionalismo. Trata-se de uma nova maneira de se entender a relação entre nação e Estado, já que tudo aponta para uma erosão da soberania nacional. Deseja-se reajustar a estratégia de busca coletiva de interesses, com novos atores no jogo do poder. Até parece um início de pequena explicação do fenômeno que está na origem das manifestações populares de junho de 2013, no Brasil.

Na modernidade “sólida”, havia um modelo cívico de nacionalidade, onde a identidade nacional tinha base puramente política, pois o indivíduo escolhia pertencer a uma comunidade fundamentada na associação de indivíduos que pensam de maneira semelhante. Ora, surge agora uma nova versão que sustenta que a *identidade* não é mais política, mas puramente cultural, termo controverso e sujeito a diferentes análises e interpretações. Tanto mais que o político pode estar englobado no cultural.

Como outros, também a *identidade* é um conceito ambíguo. Pode ser uma maneira de os indivíduos se afirmarem perante a comunidade, como também de grupos menores se voltarem contra grupos maiores, em virtude de estes quererem que aqueles se dissolvam no coletivo. De qualquer forma, a *identidade* parece ser um grito defensivo do menor diante do maior, da parte contra o todo. Entretanto, a *identidade* também pode ser um brado de guerra do maior contra o menor, sob o argumento de que, apesar de existirem as diferenças, essas não são suficientemente importantes para impedir a fidelidade ao todo. A *identidade* é entendida, assim, em função de duas realidades: uma defende a variedade em detrimento da unidade; e outra defende a unidade em detrimento da variedade. Talvez até se pudesse dizer que são as duas versões do conceito de *identidade*. Uma das versões defende, por exemplo, o provincianismo, as memórias e os hábitos locais, contra os da capital. Outra advoga a homogeneidade contra os particularismos da província. A *identidade* é, assim, uma “[...]intenção de devorar e, ao mesmo tempo, uma recusa absoluta a ser devorado...” (2005, p.84).

O que se deve entender, então, por *identidade*? Essa problemática do semelhante e do diferente, ou seja, da *identidade*, já preocupava os pensadores, desde a Antiguidade. Parmênides, por exemplo, buscava um elemento único, a essência,

que explicasse o real. Por outro lado, Heráclito era pluralista e via o real como o local da diferença. Platão, por sua vez, procurava conciliar as duas posições. A palavra vem do latim tardio: *identitas*, que tem a mesma raiz de *idem*, que significa o mesmo. É por isso que a filosofia conceitua *identidade* como a “relação de semelhança absoluta e completa entre duas coisas, possuindo as mesmas características essenciais, que são assim a mesma” (JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p. 136). Russ considera que a identidade é a “característica do que permanece tal como é (embora possa ser percebido de diversas maneiras)” (RUSS, 1994, p. 137). Nesse sentido Peter Burke (2008, p. 78) cita Bourdieu que, ao analisar a identidade social, coloca que ela “está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça.”

Aplicado em História, o conceito de *identidade* poderia permitir a um pesquisador estudar um imenso leque de temas, entre os quais estaria, por exemplo, o da identidade do Brasil Império, ou do Brasil da Primeira República. E por que não o das identidades regionais, como a dos capixabas ou a dos mineiros? Naturalmente, nesse campo a História precisaria buscar ajuda em áreas como a Sociologia, a Antropologia e muitas outras, fazendo assim com que um estudo dessa natureza se adequasse àquilo que há de mais atual na historiografia, uma vez que se aproxima da Nova História Política ou da História Cultural. Burke afirma que uma das características importantes da Nova História Cultural é a preocupação com a construção da identidade que, segundo ele, “[...]não é de surpreender numa época em que a ‘política de identidade’ se tornou questão de grande relevância em muitos países.”(2008, p.116).

Não é fácil navegar nessas águas. Profundo conhecedor desse tema, Stuart Hall (1998, p. 8) afirma que o conceito de *identidade* é “[...]demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”, sendo “[...]impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros [...]”.

Algumas certezas, entretanto, Hall já explicita, tornando, assim, menos difícil o trabalho de um pesquisador que queira estudar, por exemplo, alguma das identidades regionais, como é o caso da capixaba, da mineira ou da gaúcha, através da ótica daquilo que Hall chama de identidade nacional. Desse modo ele afirma que

“as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Continua ele: “nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ veio a ser representada [...] pela cultura nacional inglesa.” É nessa questão da representação que se encontra o fundamento da *identidade*, conforme se pode deduzir de Hall quando diz que “as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: elas participam da ideia da nação, tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica [...]”(1998, pp. 47 e 48). Aplicados esses conceitos à ideia de identidade regional, pode-se ter uma grande riqueza de elementos formadores de interessantes hipóteses.

Hall (1998, p. 51) é muito rico de conceitos, quando relaciona *identidade* com *cultura* e afirma que as instituições culturais, como também os símbolos e representações compõem a cultura nacional que nada mais é que um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais [...] constroem identidades”.

De grande influência em estudos dessa natureza, Benedict Anderson dá ênfase na história da imaginação, que pode ser resumida na elogiada expressão “comunidades imaginadas”, dando importância especial aos jornais na construção dessas comunidades. É o que historiadores franceses chamam de história do imaginário social.(BURKE, 2008).

É legítimo pensar em identidade regional com os conceitos utilizados para se estudar a identidade nacional? Parece que sim, se se levar em consideração as palavras de Timothy Brennan quando, citado por Hall (1998, p. 58), lembra que a palavra *nação* refere “tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento.”. Não é sem sentido que, para designar a região, os franceses utilizam até hoje a expressão *le pays*.

A atualidade de um estudo relativo a alguma identidade regional pode ser percebido no fato de que as identidades nacionais e outras identidades locais estão sendo reforçadas pela resistência à globalização, até fazendo com que no lugar das identidades nacionais surjam novas identidades e se fortaleçam as identidades

locais.

Nota-se atualmente que, ao lado da tendência para uma homogeneização global, existe também uma “fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’”. Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’ [...], fazendo parecer “improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e novas identificações ‘locais’.” (HALL, 1998, pp. 77 e78).

Ressaltando os efeitos da globalização, os estudos de Hall podem conduzir à ideia da importância de se analisar as identidades regionais. É assim que ele afirma que nota-se hoje que “as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas **as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes.**”(1998, p. 73, **grifo nosso**).

Peter Burke afirma categoricamente que “o conceito de comunidade passou a desempenhar papel cada vez mais importante na escrita da história nos últimos anos” (2002, p. 83), o que o levou a constatar que recentemente estudiosos “passaram a considerar a cidade como um conjunto de comunidades ou ‘aldeias urbanas’.” Por outro lado, aproximando o conceito de comunidade ao de identidade, Burke menciona um especialista que cunhou o termo “*communitas*” com o objetivo de “referir-se a solidariedades sociais espontâneas, não estruturadas (seus exemplos iam dos antigos franciscanos aos hippies).” Ora, o que é isto senão o interesse por identidades da parte, e não do todo? Ainda na mesma sequência de reflexões, ele menciona os rituais das paróquias e guildas das cidades dos primórdios da Idade Moderna e conclui que “aquilo que esses rituais estimulam é ‘identidade’ coletiva, conceito cada vez mais importante em várias disciplinas” (HALL, 1998, p. 84).

Por fim, convém ressaltar que preocupar-se com *identidade* é se envolver com uma das tendências mais atuais na historiografia: o estudo da história política, entendida no sentido bem amplo, diferente dos meros fatos, leis e nomes com que se encarava tradicionalmente esse ramo da escrita da história. É nesse sentido que Renée

Rémond (2003, p. 449) defende a ideia de que “o político é uma das expressões mais altas da **identidade coletiva**”, pois “um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos.” (**grifo nosso**)

Essas reflexões não têm por objetivo analisar conceitos, teorias, ou metodologias relacionadas com o tema identidade, mas tão-só tentar responder ao possível dilema de um historiador que, pelo estudo de narrativas, deseja buscar uma identidade política capixaba. Ela, com certeza existe. E estudá-la, como qualquer outra identidade regional, é de grande atualidade histórica.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **O que é história cultural?** Trad: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v 1.

FRANCO, Sebastião Pimentel e HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IZOTON, Lucas. "República capixaba". **A Gazeta** (Vitória, ES), 27 abr. 2012, p. 20.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de

Janeiro: Zahar, 1996.

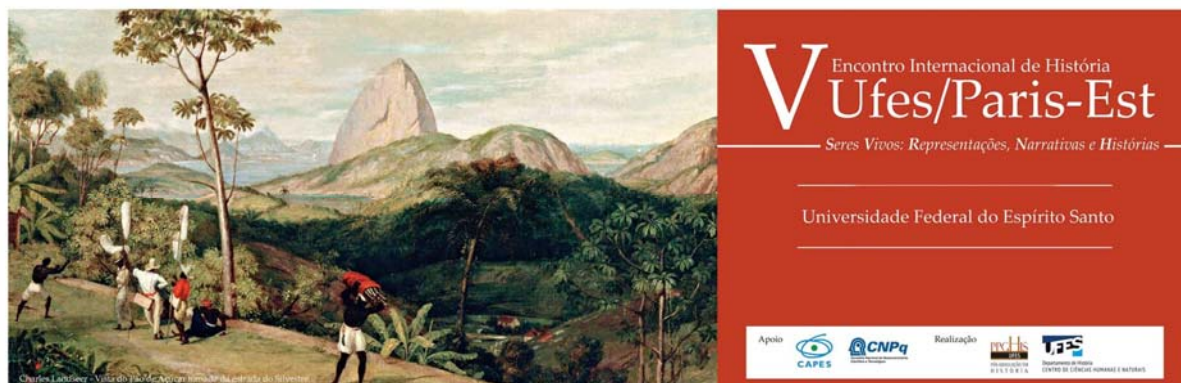
MUNIZ FREIRE, José de Mello Carvalho. **Cartas a S.M. o Imperador**. Getúlio Marcos Pereira Neves, org. 2 ed. Vitória: IHGES, 2012. Cadernos de História nº 49.

RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.

SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

SUETH, José Candido Rifan. **Espírito Santo, um estado "satélite" na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)**. Vitória: Flor&Cultura, 2006.



REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO NAS CARTAS DE AGOSTINHO DE HIPONA (390-430)

José Mário Gonçalves
Doutorando em História – UFES

RESUMO: A comunicação pretende apresentar as cartas escritas pelo bispo Agostinho de Hipona como lugar onde ele constrói as representações de si mesmo (como bispo da verdadeira igreja católica, defensor da verdade e da ortodoxia, pastor interessado no bem do seu rebanho e na salvação dos pecadores) e de seus adversários (como pagãos, heréticos ou cismáticos, desviados da verdadeira fé). O objetivo é problematizar o uso desse tipo de documentação para compreender os conflitos, as relações e as redes de poder existentes no contexto africano tardo antigo, bem como desvendar as estratégias utilizadas por Agostinho a fim de persuadir os seus interlocutores.

Palavras-chave: Representação; Identidade; Alteridade; Agostinho

ABSTRACT: The communication seeks to present the letters written by Bishop Augustine of Hippo as the place where he builds representations of himself (as Bishop of the true Catholic Church, defender of truth and of orthodoxy, pastor interested in your flock and in the salvation of sinners) and its opponents (as pagans, heretics or schismatics, diverted from the true faith). The goal is to discuss the use of this type of documentation to understand the conflicts, relations and the power networks in the African context and uncover the strategies used by Augustine in order to persuade his interlocutors.

Keywords: Representation; identity; otherness; Augustine.

O gênero epistolar foi definido por Cícero como “diálogo entre ausentes” [*conloquia absentium*] (*Philippica*, II,7). Segundo Martín, a carta é

[...] uma exposição narrativa, mais ou menos extensa, dirigida a um destinatário ausente, para superar a situação de ausência, que obedece a uma motivação interna, subjetiva (a vinculação amistosa) e/ou externa, objetiva, e que é base de uma exortação (MARTÍN, 1999, p. 90, nossa tradução).

É de Adolf Deissmann a distinção entre *carta* e *epístola*, sendo a primeira de caráter pessoal, “verdadeiro”, com destinatários definidos, enquanto a segunda seria escrita com finalidade literária, com o propósito de atingir um público mais amplo (DEISSMANN, 1927, p.148). A dificuldade prática de estabelecer a diferença entre as duas levou a maioria dos estudiosos contemporâneos a abandonar tal classificação. Vega propõe distinguir (a) cartas privadas em sentido estrito; (b) carta oficial, usada com finalidades diplomáticas e burocráticas; (c) carta literária, que pode servir para veicular ideias científicas, políticas, filosóficas ou religiosas. Nem sempre é possível distinguir umas das outras, pois uma carta privada pode ser escrita com fins didáticos e se tornar pública mesmo sem a intenção do seu autor (VEGA, 1991, p.127-130).

Conhecido nas civilizações egípcias, assírio-babilônica e persa, o gênero epistolar se desenvolveu entre os gregos como importante elemento nas relações privadas e públicas, exercendo entre eles diversas funções, com destaque para as relações diplomáticas e comerciais. Ao mesmo tempo, alcançou ali o *status* de produção literária, com uma forma cuidada e destinada a um público mais amplo de leitores, além do destinatário inicial. O crescente uso literário que se faz do gênero epistolar o transforma em veículo de conteúdos os mais diversos, tais como a propaganda política, a doutrinação filosófica ou o tratado científico, bem como o recurso à pseudepigrafia, que emulava escritos de autores célebres (MARTÍN, 1999, p. 74-76).

A tradição epistolar grega nasce em conjunto com a tradição retórica e são os gregos os primeiros a teorizar sobre este gênero (VEGA, 1991, p. 124). O exemplo mais conhecido é a obra *Peri hermeneias*, de Pseudo-Demétrio³⁷³, que estabelece alguns princípios de composição do gênero epistolar. Segundo o texto, embora a

373Essa obra foi tradicionalmente atribuída a Demetrio Falero (350 - 280 a.C.), mas hoje se considera ser de um autor anônimo, que viveu entre o século II e o século I a.C. (DE LA TORRE, 1981, p. 32). A edição espanhola que consultamos foi DEMÉTRIO. *Sobre el estilo*. Madrid: Gredos, 1996.

carta seja comparável ao diálogo e que, por isso, a sua composição se apresente em estilo simples, isto deve ser feito de forma mais elaborada do que num diálogo (§ 223-224). A carta deve ser breve, a fim de não se tornar um tratado (§ 228). De um modo geral, seu estilo deve ser livre (§ 229) e amistoso (§ 231), mas sempre adequada ao destinatário, o que implica, em algumas situações, que se use um estilo elevado de escrita (§ 234).

Os tópicos presentes no texto de Pseudo-Demétrio são encontrados também em outras obras similares. Em todas elas se destaca o caráter *dialógico* da comunicação epistolar, que torna necessário o estabelecimento de códigos que facilitem a captação da mensagem. Do ponto de vista formal, isso significa que uma carta deve ser composta de alguns elementos mais ou menos fixos, tais como fórmulas de saudação na abertura e no encerramento, bem como o uso de frases que expressam as relações pessoais envolvidas na troca de correspondência (DE LA TORRE, 1981, p. 38-40).

É dos gregos que deriva a tradição epistolar romana. Cícero é o primeiro autor latino de quem se conhece um epistolário³⁷⁴ e a sua forma e estilo inauguram uma tradição, que será seguida, entre outros, por Sêneca, Plínio e Símaco. De modo geral, esses autores afirmam os mesmos tópicos, motivos, funções, estruturas e elementos formais (MARTÍN, 1999, p. 78).

As relações entre a epistolografia e a retórica são evidentes também entre os romanos. Não é por acaso que os principais epistolários latinos são de autoria de destacados oradores. Assim como nos discursos orais, as cartas também são escritas com finalidades persuasórias, o que exige uma composição cuidadosa para que surtam o efeito desejado (ANTÓN, 1996, p. 106). No caso de uma carta, essa composição deve ser feita de tal maneira que o caráter de simplicidade, próprio de um gênero que se propõe a ser um instrumento de vinculação amistosa, não se perca: “o único modo de o escritor se mostrar verdadeiro é utilizar uma linguagem cuja aparência de simplicidade cause o efeito de naturalidade e nunca de artifício” (MUHANA, 2000, p. 337).

A estrutura básica de uma carta se assemelha ao do discurso retórico clássico, a

374 São 931 cartas, distribuídas em quatro coleções: *Epistolarum ad Atticum*, *Epistulae ad familiares*, *Epistularum ad Quintum* e *Epistularum ad Brutum* (SEABRA FILHO, 2011, p.55).

saber: *abertura*, que equivale ao *exórdio* do discurso oral, cuja função é fazer contato com o destinatário; o corpo, equivalente ao *narrativo* do discurso falado, que contém o tema central da carta e a conclusão, que corresponde ao *peroratio*, no qual se reforça o tema central da carta. Como observa Martín,

[...] sua natureza de discurso-diálogo interpessoal potencializa todos os fatores relacionados com as operações retóricas, a fim de obter, através do escrito – *litterae* –, uma finalidade essencialmente persuasiva. (MARTÍN, 1999, p. 87, tradução nossa).

Consideradas do ponto de vista do trabalho historiográfico, as cartas podem ser definidas como *fontes dialógicas*, ou seja, “aquelas que envolvem, ou circunscrevem dentro de si, vozes sociais diversas” (BARROS, 2013, p. 104). Tal definição vai além da teoria bakhtiniana, segundo a qual todo texto está sempre em diálogo com outros (BAKHTIN, 1997, p. 335), pois se refere a certas fontes históricas que apresentam “uma forma mais intensa de dialogismo em decorrência da própria maneira como estão estruturadas, ou em função dos próprios objetivos que as materializam” (BARROS, 2013, p. 104).

O dialogismo das cartas é tanto *implícito* quanto *explícito*. No primeiro caso, a presença do outro se faz de maneira indireta, marginal. No segundo caso, a fala do outro aparece intencionalmente, seja por meio da alusão ou da citação (BARROS, 2013, p. 108-109). Através da observação desses dialogismos, é possível identificar tanto a representação que o autor faz de si, quanto à maneira como ele representa o outro em seus escritos.

No contexto da retórica aristotélica, a construção da imagem de si corresponde ao *ethos* do autor, ou seja, a imagem que ele pretende apresentar de si mesmo ao seu interlocutor (MAINGUENEAU, 2008, p. 56). Na prática epistolar, o *ethos* pode ser identificado com o que o *Peri hermeneias* chama de “descrição da personalidade”:

A carta, assim como o diálogo, deve ser rica na descrição da personalidade. Se pode dizer que cada um escreve a carta como retrato de sua própria alma. Em qualquer outra forma de composição literária se pode ver o caráter do escritor, mas em nenhuma como no gênero epistolar (§ 227, nossa tradução).

Ressalte-se que nem sempre existe coincidência entre a imagem que o autor pretende passar de si e aquela que ele efetivamente passa ao seu leitor. Como observa Maingueneau, “em matéria de *ethos*, os fracassos são moeda corrente”

(MAINGUENEAU, 2008, p. 65).

Ao mesmo tempo em que procura construir uma imagem de si, aquele que escreve uma carta, à semelhança do que profere um discurso oral, também procurar construir uma imagem do outro com o qual dialoga. Dizendo de outra maneira, à construção da identidade corresponde à construção de uma alteridade.

As cartas que Agostinho de Hipona (390-430) escreveu e recebeu ao longo do seu ministério episcopal constituem um importante e interessante *corpus* para a compreensão dos conflitos religiosos com o qual se envolveu ao longo do seu episcopado. A partir delas é possível perceber tanto as *táticas* (utilizadas por Agostinho) quanto às *estratégias* (utilizadas pelos seus adversários – pagãos, hereges e cismáticos)³⁷⁵ que disputavam o mesmo espaço religioso no contexto da África do Norte.

O epistolário agostiniano é composto de 307 cartas. Deste total, 249 foram escritas por Agostinho, 49 foram destinadas a ele e outras 09, embora não tenham sido destinadas diretamente a ele, são inseridas no *corpus* por sua relevância para a compreensão de algumas delas. Nossa atenção se volta para as cartas que dizem respeito, às controvérsias contra o paganismo e o donatismo e de como nelas são construídas as representações de Agostinho e de seus adversários. São 21 cartas referentes ao paganismo, das quais 14 são escritas por Agostinho e sete por correspondentes pagãos e 43 cartas da controvérsia donatistas, das quais apenas uma é escrita por um donatista (*Epistola 107*).

Agostinho se esforça, em suas cartas, em preservar a imagem do bispo cristão, zeloso pelas verdades da sua fé. Ela procura “preservar a sua fachada”, nas palavras de Goffman (2011). Para demonstrar isso, voltemos a nossa atenção para as epístolas 34 e 35, enviadas por Agostinho a Eusébio, um oficial romano, provavelmente católico, a quem Agostinho recorre para que interfira numa disputa com Procleiano, o bispo donatista de Hipona. As epístolas devem ter sido escritas entre 396 e 397, no início do episcopado de Agostinho.

375 Utilizados os conceitos de *estratégia* e *tática* conforme a proposta de M. de Certeau, segundo o qual as *estratégias* são construídas a partir de um lugar de poder, enquanto as *táticas* dizem respeito às ações calculadas a partir da ausência desse poder (CERTEAU, 1990, p. 99-102).

O que motivou essa correspondência foi o episódio envolvendo um jovem católico que foi repreendido por seu bispo por ter usado de violência contra a própria mãe. Ele se converte ao donatismo, não é repreendido por suas faltas e é rebatizado naquela igreja, para a indignação de Agostinho (*Epistola* 34,2).³⁷⁶ Ao que parece, o bispo donatista havia negado que os fatos ocorreram dessa maneira e Agostinho escreve para que Eusébio julgue entre os dois. A recusa de Eusébio em intervir, provoca a segunda carta de Agostinho, reiterando seu pedido e trazendo novos fatos para tentar fortalecer sua argumentação. Vejamos como Agostinho representa a si mesmo nestas cartas e, igualmente, como representa seus adversários donatistas.

Logo no primeiro parágrafo da *Epistola* 34, ele fala de si mesmo como aquele que “ama a paz cristã” (*quantum pacem diligo christianam*), que é motivado pela paz (*motum animi mei esse pacificum*) e que não pretende forçar ninguém à fé católica, mas alguém que entende que seu ministério (*per nostrum ministerium*), é manifestar a verdade, com a ajuda de Deus (34,1). Sua atuação no caso é parte do seu ministério episcopal, conforme orientação apostólica de repreender o erro (34,4).³⁷⁷ Agostinho também afirma ser uma pessoa moderada ao tratar desse assunto com Eusébio (34,5). Também diz, refutando Proculeiano, que ele não conhece bem as “artes liberais” (*liberalium litterarum*)³⁷⁸ e que não deve ser temido em uma discussão (34,6). Assim, Agostinho procura construir a imagem de um bispo moderado, pacífico, verdadeiro e simples, que está preocupado com o bem estar de sua Igreja e cidade.

Ao se referir aos seus adversários ele fala deles como aqueles que cometem sacrilégios e perseveram indigna e perversamente na dissensão (34,1). A respeito do rapaz que feriu a mãe e abandonou a Igreja católica, ele diz que o mesmo torturou “ambas as mães” (*Ambas matres meas saevis cruciatibus torqueam*), isto é, a sua mãe natural e sua Igreja (34,3). Sobre Proculeiano, Agostinho faz cair a responsabilidade sobre os fatos, bem como de tentar negá-los (34,4). A imagem que

³⁷⁶ A questão do rebatismo era um dos principais pontos de conflito entre católicos e donatistas. Estes últimos, por não reconhecer o batismo católico, rebatizavam todos os que se convertiam ao donatismo. Para Agostinho o batismo era uma “marca indelével” do cristão que não podia ser removida, nem repetida.

³⁷⁷ Agostinho faz referência ao texto bíblico de Tito 1,9.

³⁷⁸ Trata-se das disciplinas ensinadas na educação clássica, a saber: dialética, gramática, aritmética, música, geometria astronomia e retórica. Agostinho fora educado nessas disciplinas (MARROU, 1957, p.14).

ele constrói do bispo donatista é a de que ele é um mentiroso, covarde (pois se recusa ou dificulta um encontro com Agostinho por temer uma debate aberto) e, que, portanto, não age verdadeiramente como um bispo, “que diz ser a tantos anos” (*qui se tot annorum episcopum dicit*, 34,6).

Na *Epistola 35*, Agostinho principia se defendendo da afirmação de ele tentava lhe impor a tarefa de julgar entre dois bispos (35,1).³⁷⁹ Aqui, Agostinho está uma vez preocupado com o seu *ethos*: ele não é um “exortador incômodo” (*molestus exhortator*), mas apenas alguém que pede que Eusébio questione Proculeiano, pois este se recusa a receber suas cartas.³⁸⁰ Ao recorrer a Eusébio, que é amigo de Proculeiano, para mediar o conflito, acredita dar provas de que age com moderação (*quid possum mitius agere?*).

Da mesma forma que na carta anterior, Agostinho conta outro episódio sobre o descaso dos donatistas com a disciplina. É a história do diácono Primo, que foi expulso por seu mau comportamento para com as monjas de um convento. Ele e duas monjas se converteram ao donatismo, foram rebatizados e se juntaram aos circunceliões³⁸¹:

Agora estão com bandos dos circunceliões, com essas manadas vagabundas de mulheres que não querem ter maridos para não se submeter à disciplina. Agora se divertem orgulhosamente em regozijos báquicos e detestável embriaguez celebrando que lhes hajam autorizado essa licenciosa e perversa conduta, proibida pela Católica. E talvez Proculeiano o ignore (35,2).

Além da vívida descrição negativa do comportamento dos envolvidos no episódio, há forte ironia nesta passagem da carta: assim como Proculeiano alega desconhecer os fatos sobre o jovem que espancou a mãe, talvez também não saiba desse episódio e Eusébio deve informa-lo. O que Agostinho faz aqui é representar Proculeiano como um bispo negligente e conivente com a indisciplina dos seus.

Em seguida, ele torna a falar de si como um bispo que preserva a disciplina,

³⁷⁹ Não sabemos como essa afirmação de Eusébio chegou a Agostinho, se por carta ou por mensagem verbal.

³⁸⁰ Não responder a Agostinho é uma tática de Proculeiano: dessa forma, ele não produz provas contra si.

³⁸¹ Os *circunceliões* eram grupos nômades que viviam do saque das propriedades e que se associaram aos donatistas em sua resistência contra Roma e contra os católicos. Segundo seus adversários, representavam o lado violento do donatismo, aterrorizando católicos e pagãos, saqueando suas propriedades e forçando os católicos ao rebatismo (WILLIS, 2005, p. 16).

reconhecendo inclusive aquela que tenha sido aplicada entre os donatistas, ao contrário de Proculeiano e demais donatistas que estimulam a indisciplina e o rebatismo e procedem como revolucionários e ladrões (35,3).

Como exemplo de sua coerência como bispo católico, Agostinho cita ainda o caso de uma jovem catecúmena católica que os donatistas teriam enganado, batizado e feito monja, contra a vontade do pai. Agostinho se recusa a recebê-la de volta, a menos que seja por vontade própria. O pai usou de violência para conseguir o consentimento, mas Agostinho o proibiu com rigor (35,4). Assim, ele se coloca em posição oposta a dos donatistas e, em especial, a de seu rival em Hipona: enquanto estes fazem uso da violência, Agostinho pretende ser um modelo de moderação.

As estratégias discursivas de Agostinho revelam o esforço do bispo católico para convencer o seu interlocutor da justiça de suas ações e apresentar o seu adversário de maneira depreciativa. Há que se perceber que tal esforço é revelador de uma situação ambígua, na qual Agostinho, apesar de ser o bispo da Igreja dominante, precisa ainda negociar cotidianamente essa posição.

Referências

AGUSTÍN, S. Cartas, v.1. In: CILLERUELO, Lope (trad.). **Obras completas de San Agustín**, t. VIII. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1967.

ANTÓN, Beatriz. La epistolografia romana: Cicerón, Séneca y Plinio. **Helmántica. Salamanca**, v. 45, n. 142-143, p. 105-148, 1999.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v 1. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CICERÓN, Marco Tulio. **Philippicae**. Barcelona: Editorial Planeta, 1994.

DE LA TORRE, Emilio S. La epistolografia griega. **Estudios Clásicos**. t. 25, n. 86, p.

19-46, 1981.

DEISSMANN, Adolf. **Light from the ancient East**: the New Testament illustrated by recently discovered texts of the Graeco-Roman world. New York: Harper and Brothers, 1927.

DEMÉTRIO. **Sobre el estilo**. Madrid: Gredos, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes. 2011.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARROU, Henri-Iréné. **Santo Agostinho e o agostinismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

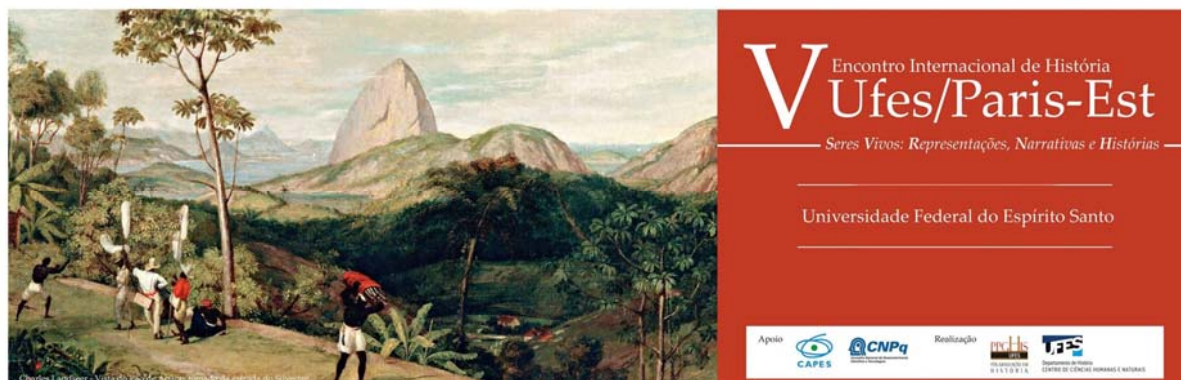
MARTIN, Maria N. Muñoz. La epistolografía latina: temas, forma y función. In: TORRÃO, João Manuel Nunes (coord.) **III Colóquio Clássico**. Actas del III Colóquio Clássico, Universidade de Aveiro, 22 e 23 de Abril de 1999, p. 73-90, 1999.

MUHANA, Adma Fadul. **O gênero epistolar**: diálogo *per absentiam*. *Discurso*, [S.l.], n. 31, p. 329-346, dez. 2000.

SEABRA FILHO, José R. Epistologia – Cícero e Sêneca. **Principia**, Rio de Janeiro, Ano 14, n. 23, p. 55-60, 2011.

VEGA, Maria L. del Barrio. Algunos problemas de la epistolografía griega. ¿Es posible uma clasificación epistolar?. Minerva. **Revista de filología clásica**. Valladolid, n. 5, p. 123-138, 1991.

WILLIS, G.G. **Saint Augustine and the donatist controversy**. Eugene: Wipf and Stock, 2005.



DOENÇAS E MORTALIDADE DE ESCRAVOS NO BRASIL OITOCENTISTA: BREVE EXAME DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA RECENTE (2004-2014)

José Mauriene Araújo Felipe
Doutorando em História – UFES

RESUMO – Faz-se um exame sumário de um assunto ainda considerado pouco explorado nos campos e domínios das Ciências Históricas: a produção de pesquisas sobre doenças e mortalidade de escravos no Brasil oitocentista. A consciência de que este assunto é um ramo dos “Estudos Históricos das Doenças e da Saúde” não diminui sua emergência para desenvolvimento de pesquisas sobre especificidades de uma temática ainda em fase inicial de delineamento. Entende-se que elencar material sobre doenças, cura, saúde, longevidade e mortalidade de escravos no Brasil oitocentista e fazer um breve exame desse mesmo material produzido durante o recorte temporal que vai de 2004 a 2014 é contribuir para evidenciar tanto a importância de estudos “pioneiros” quanto apontar para a necessidade de se problematizar o assunto com acuidade e continuamente.

Palavras-chave: Doenças de Escravos; Historiografia; Brasil Oitocentista.

ABSTRACT – It is a brief examination on a subject matter not yet explored as it should be in the fields of action and or areas of *Historical Sciences*: the production of research on diseases and mortality of slaves in nineteenth-century Brazil. The awareness that this is a branch of the *Historical Studies of Disease and of Health* does not reduce at all the importance for the research development on peculiarities of something still in its initial stage of tracing. It is understood that compiling material on disease, healing, health, longevity and mortality of slaves in 19th century Brazil, and also that doing a brief examination of this same material produced during the timeframe which runs from 2004 to 2014 is to contribute to highlight the importance of pioneers researches as well as to point out the emergency for discussing the subject matter with accuracy, and continuously.

Keywords: Slave Disease; Historiography; Nineteenth-century Brazil.

A ideia de eleger o período de 2004 a 2014, para demarcar o recorte cronológico deste estudo, teve como motivação precípua o *I Seminário História das Doenças*, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 2004. Esse foi um primeiro encontro, uma iniciativa levada a termo pela Coordenadoria dos programas de pesquisas da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ em parceria com a Coordenadoria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Em tempo recorde, no mesmo ano foi publicado, como importante registro daquele seminário inaugural, o primeiro livro de uma série hoje composta de quatro, denominada de “Uma História Brasileira das Doenças”. O impacto desse primeiro encontro, seguido de publicação do vol. 1, serviria como pontapé inicial para motivar um punhado de historiadores (e de profissionais de outras áreas do conhecimento humanístico e médico) naqueles instantes iniciais. Essa efervescência foi suficiente para viabilizar a realização do *II Seminário História das Doenças*, apenas dois anos depois – em 2006. O propósito de organizar e aprofundar os debates do primeiro evento ensejou a publicação do vol. 2 da série, também em 2006.

Dois eventos extraordinários e inovadores ocorreram no âmbito das Ciências Históricas, Ciências Médicas, etc. com dois livros publicados ao longo de um biênio apenas. Essa periodicidade bienal seria alterada, por razões acadêmico-imperativas diversas. Felizmente, os ânimos dos dois primeiros eventos não congelaram. Por ocasião do terceiro evento, levaram-se em conta algumas alterações para melhoria de alguns fatores, conforme explicitação a seguir:

A periodicidade bienal, que acompanhava a da realização dos Seminários de História das Doenças, foi seguida no lançamento dos dois primeiros volumes. No entanto, este terceiro volume amplia a periodicidade da coletânea – necessidade para manter seu caráter de seleção de trabalhos que abordam novos temas, novos enfoques e aportes teóricos para a construção de interfaces disciplinares (NASCIMENTO e CARVALHO, 2010, p. 7).

Em 2008, foi realizado o *III Seminário História das Doenças*, na cidade do Rio de Janeiro, e dois anos depois – em 2010 – foi publicado o vol. 3 de “Uma História Brasileira das Doenças”. Além dos motivos pontuados na citação acima, um dos fatores determinantes na ampliação da periodicidade de dois para quatro anos na publicação da série teve como força motriz o aumento na demanda de estudiosos

interessados em participar dos eventos em questão e mostrar ao público interessado os resultados de suas pesquisas, em certa medida, de caráter pioneiro. As melhorias feitas na coordenação do terceiro evento (em 2008) e a respectiva publicação de textos na modalidade de coletânea (em 2010) seriam fundamentais para dar novos rumos, ensejar novos estudos e, surpreendentemente, mudar o lócus do evento. Visava-se a busca de alternativas, ampliação de horizontes e expectativas ousadas.

Essas mudanças oportunizariam outras perspectivas: alteração da nomeação do evento e de seu deslocamento da cidade do Rio de Janeiro/RJ para Vitória-ES. O que deveria ser o *IV Seminário História das Doenças* passou a ser denominado de *I Colóquio de História das Doenças*, ocorrido nos dias 30 e 31 de julho de 2013, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História–PPGHis, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, em parceria com a Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. O evento teve a participação de estudiosos de vários Estados brasileiros. Foi o início da inserção do Estado do Espírito Santo na comunidade e continuidade daquilo que começou em 2004. No mesmo ano em que ocorreu o *I Colóquio de História das Doenças*, foi editado o vol. 4 da série. A escassez de pesquisadores do ES presentes nesse primeiro colóquio seria uma razão a mais para incentivar a Coordenação do PPGHis-UFES a promover o *II Colóquio de História das Doenças*, ocorrido em agosto de 2014. No entanto, o que demarca o final do recorte temporal neste estudo é o ano de lançamento do vol. 4 de “Uma História Brasileira das Doenças”, ocorrido em março de 2014. Além desse lançamento, acrescenta-se ainda um estudo sobre doenças, saúde e mortalidade de escravos, desenvolvido em outro Estado brasileiro, o que será apreciado mais adiante.

Na sequência, adentra-se naquilo que é o objeto deste estudo: um breve exame da produção historiográfica recente – 2004 a 2014 – em torno das doenças de escravos no Brasil oitocentista. “Uma História Brasileira das Doenças” não é “Uma História Brasileira das Doenças de Escravos”. Entretanto, consideram-se os quatro volumes da aludida série como fundamentais para a motivação de estudos sobre morbidades de escravos africanos brasileiros de quaisquer períodos. É fato: não se tem como negar a acalorada recepção de historiadores e de outros profissionais de Humanidades, de Ciências Médicas, etc. Desde 2004, percebe-se

aumento no grau de interesse desses profissionais, sobretudo historiadores, para dar início a uma tarefa no mínimo árdua, cujas fontes antecedem muito o ano de 2004. Foi a partir desse ano que se deu início às primeiras pesquisas de fato sobre doenças, cura, saúde, longevidade e mortalidade de escravos no Brasil colonial e oitocentista. Ainda assim, apenas se tocou a ponta do *iceberg*.

Escravos no Brasil do século XIX: tipologia das pesquisas e a quem interessam os estudos de suas doenças

A produção historiográfica sobre doenças de escravos no Brasil oitocentista, brevemente examinada neste estudo, tem o caráter de um exercício introdutório no que diz respeito ao desenvolvimento de “Uma História Brasileira das Doenças de Escravos” (seja do Brasil colonial ou imperial), ainda por ser feita. Os procedimentos para a coleta de material escrito especificamente sobre o tema, publicado ou não, tiveram como motivação a aquisição do maior número possível de pesquisas desenvolvidas entre 2004 e 2014. Como era de esperar, no todo esse material é limitado e pouquíssimos estudos publicados foram encontrados. Grosso modo, os estudos em referência estão quase todos disponíveis on-line, como resultado de um evento menor imbricado em outro maior, seja de âmbito local, regional ou nacional. Também se pode encontrar parte desse material em CD-ROM enquanto produto final de estudos apresentados em um seminário temático.

No que diz respeito à tipologia característica dos estudos em alusão, sua produção pode ser classificada em: capítulos de livros-coletâneas sobre doenças e saúde em geral; capítulos e ou passagens de livros sobre escravidão de africanos no Brasil; um dicionário sobre escravidão negra no Brasil; artigos publicados em revistas especializadas em doenças e saúde em geral; artigos disponíveis on-line; anais de eventos e correlatos disponíveis em CD-ROM; uma Dissertação de Mestrado e duas Teses de Doutorado em História.

Quanto aos interessados nos estudos sobre doenças de escravos negros no Brasil, em um primeiro momento pode se afirmar que eles foram, em 2004, bem poucos. No *I Seminário História das Doenças*, ocorrido em 2004, nota-se que os estudos sobre doenças e mortalidade de escravos foram considerados apenas dentro dos contextos extremos dos surtos epidemiológicos, que caracterizaram os meados

do século XIX, tais como febre amarela, varíola e cólera (CHALHOUB, 2006). Já no que concerne às interfaces resultantes dos estudos no evento em pauta, “[...] o diálogo de pesquisadores de variada formação, com as mais diversas abordagens metodológicas, tendo por objeto a história das doenças” (NASCIMENTO, CARVALHO e MARQUES, 2006, p. 7) foi, por assim dizer, um sucesso.

Foi na continuidade dos *II e III Seminários História das Doenças* (ocorridos em 2006 e 2008, sequencialmente) e da realização dos *I e II Colóquios de História das Doenças* (ocorridos em 2013 e 2014, respectivamente) que o número de estudiosos, sobretudo historiadores, interessados em pesquisar as doenças de escravos negros no Brasil (século XIX) fluiu consideravelmente. Ainda assim, até

2014 o número de acadêmicos motivados pela temática é considerado pouco. Em relação a profissionais de outras áreas do conhecimento, citam-se antropólogos, sociólogos, cientistas sociais, demógrafos, jornalistas, arqueólogos, paleontólogos, um número reduzido de profissionais de Ciências Médicas, etc. Não obstante, nenhum desses profissionais deu início às suas pesquisas a partir do “nada”, ou de um marco zero imaginário. Esses profissionais, com destaque para os “pioneiros” que realizaram o *I Seminário História das Doenças*, tiveram como suporte alguns escritos acadêmicos e empíricos (e contatos com um lastro documental inestimável de fontes ainda por serem desveladas) que remete o leitor aos Jesuítas do período colonial, numa viagem evolutiva por vários períodos da História do Brasil, até o tempo dos cientistas, ou dos acadêmicos do final do século XX.

Os escravos e suas doenças como objeto de estudos acadêmicos: alguns antecedentes históricos

As razões motivadoras para que doenças e mortalidade de escravos viessem a ser objeto de pesquisa acadêmico-científica na atualidade são bem anteriores ao ano de 2004. Porém, antes de abordar estudos anteriores à sumária produção acadêmica relativa ao período 2004 a 2014, é imperativo fazer-se breve comentário a um livro paradigmático, considerado “[...] uma obra magnífica, destinada a abrir uma nova era nos estudos da escravidão brasileira” (CARDOSO,

1982, p. 10). Trata-se do “Ser Escravo no Brasil”, da autoria de Kátia M. de Queirós Mattoso, 1982.

Nesse livro, autora e pesquisa se confundem num estudo de síntese sobre o período colonial e imperial. “Audácia de querer abordar tema tão amplo, de um país tão vasto, num período tão extenso. [...] Um país vinte vezes maior do que a França” (MATTOSO, 1982, p. 11). É uma obra, pois, ambiciosa. Entretanto, esse período de longa duração braudeliana não prejudica a síntese de estruturas que combinam bem as peculiaridades locais e regionais com política e cultura da escravocracia nacional. Até 1982 (ano da publicação brasileira da obra), os estudos sobre o ser escravo em qualquer região do país tinham tanto questões mal desenvolvidas por pesquisadores da escravidão negra quanto questões ainda não abordadas por esses estudiosos, tais como: a) A não generalização da escravidão a uma única região do Brasil “[...] ou a partir das realidades que afetavam a um só tipo de escravos (os domésticos, por exemplo), [...] o tema da alforria e dos libertos, raramente visto em detalhe neste país [...]” (CARDOSO, 1982, p. 9); b) Apresentação de discussões pioneiras sobre as sociabilidades e solidariedades construídas por e entre escravos, entre escravos e senhores (e vice-versa), entre escravos e libertos (e vice-versa), durante o extenso processo de escravismo que imperou no Brasil por mais de três séculos.

“Ser Escravo no Brasil” denuncia “graves lacunas” nos estudos sobre escravidão desenvolvidos por intelectuais brasileiros, ao longo de 50 anos (de 1930 a 1980). A gravidade dessas lacunas diz respeito a questões de ordem teórica e, sobretudo, à metodologia (CARDOSO, 1982). Os estudos de Mattoso contribuem para dar início ao que se passou a chamar de *História Social da Escravidão no Brasil*. O “Ser escravo no Brasil” é citado por pesquisadores de doenças e saúde escrava mais pela novidade de nele ser recusado o velho modelo político-econômico escravocrata como única via possível para o desenvolvimento de pesquisas e ser introduzido um leque rico de sociabilidades e solidariedades tão caras à formação de laços afetivos por e entre escravos, entre escravos e seus senhores, etc.

Isto posto, infere-se que quase todo o século XX se passou sem que a temática “Doenças e Mortalidade de Escravos” motivasse o interesse

dos intelectuais brasileiros, fosse abordando-a a nível local, regional ou nacional. Em “Casa-grande & senzala”, publicado em 1933, encontram-se passagens sumárias e muito esparsas sobre alguns tipos de doenças de escravos negros. Na 51ª edição dessa obra, pode-se destacar o seguinte: a) “[...] diz-nos Jobim que, em 1835, anotou as seguintes moléstias, como predominantes entre os operários e escravos domésticos do Rio de Janeiro: sífilis, hipertrofia do coração, reumatismo, bronquite, afecções das vias aéreas, pneumonias, pleurises, pericardites [...] tétano, hepatites [...]” (FREYRE, 2006, p. 553). O número de “moléstias” é levado em conta sem mais nenhum comentário feito por parte do autor; b) Em uma das “Notas do Capítulo V” – a de número 137 – está registrado pequeno texto sobre o negro africano como sendo a origem e ou o portador de doenças trazidas para o Brasil:

Segundo o professor Otávio de Freitas, em trabalho lido no 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (novembro, 1934), foram as seguintes as doenças trazidas ao Brasil pelos “negros bichados”: bicho-da-costa, maculo, boubá, guandu, frialdade, ainhum, bicho-de-pé, filarias. O assunto – a origem dessas e de outras doenças outrora comuns no Brasil – pede estudo mais demorado (FREYRE, 2006, p. 572).

Os estudos freyreanos são considerados “clássicos” no que diz respeito à compreensão do sistema escravocrata brasileiro a partir das ideias e visões do próprio autor. Porém, as pesquisas sobre escravidão que se vem desenvolvendo desde os anos 1980 conduzem a abordagens orientadas por outros domínios, seja no campo da História, Antropologia, Sociologia, etc. “Sem dúvida, a obra de Gilberto Freyre, da década de 1930, destaca-se pelo êxito em termos de apresentação e circulação de suas idéias” (PIMENTA, 2001, p. 1).

Ao longo da primeira metade do século XX, nos Estados Unidos da América, por exemplo, estudos sobre doenças, saúde, mortalidade, etc. de escravos já tinham sido largamente pesquisados, tendo como embasamento fontes preciosas, tais como depoimentos de negros escravos americanos concedidos a pesquisadores locais (CARDOSO, 1982). No Brasil, o único trabalho acadêmico-científico existente de fato sobre doenças e mortalidade de escravos negros foi produzido por uma brasilianista norte-americana, cujo nome e obra passaram a ser referência obrigatória por parte de acadêmicos estudiosos de escravidão em geral e daqueles iniciadores dos estudos ainda recentes sobre as doenças e mortalidade de escravos. Trata-se da historiadora Mary C. Karasch, que publicou em 1987 o

livro *Slave life in Rio de Janeiro (1808-1850)*, pela Princeton University Press. Essa obra pioneira e “destruidora” de velhos paradigmas da historiografia escravista brasileira (SOARES, 2001), só veio a ser publicada no Brasil no ano de 2000, com o título de “A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)”.

Os registros sobre a presença de Mary C. Karasch no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, datam de 1968 (SOARES, 2001). Fato curioso: à época em que a brasilianista desembarcou no Brasil, a moda acadêmica de então eram os ensaios sociológicos, com certo “desprezo” por parte dos pesquisadores universitários pelos acervos históricos. “Mary encontrou salas de arquivos vazias de gente, mas repletas de documentos, contradizendo a máxima tão falada à época de que Rui Barbosa tinha queimado todos os registros da escravidão nos primórdios da República” (SOUZA, 2001, p. 421). Um prato cheio para uma brasilianista muito bem preparada nos Estados Unidos da América.

Para dar conta dos inúmeros aspectos da vida dos escravos considerados no livro, Karasch recorreu a vários tipos de fontes, cujos dados são bem organizados e utilizados no decorrer do texto. É de se notar a quantidade de relatos de viajantes — em torno de duas centenas —, assim como a quantificação dos preciosos registros de enterros da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. [...] foram pesquisados correspondências da polícia, registros notariais, casos jurídicos e testamentários, petições de escravos protestando contra tratamento cruel, teses médicas do século XIX, [etc.] (PIMENTA, 2001, p. 2).

“A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)” não é nem uma obra de síntese nem aborda estruturas a nível regional ou nacional: seu foco central é a vida cotidiana de escravos negros em contexto urbano – no Rio de Janeiro, a capital do Brasil Império. Entretanto, Karasch (2000) viabilizou neste século XXI oportunidades para que estudos abrangentes sobre “Doenças e Mortalidade de Escravos” fossem abraçados por considerável número de pesquisadores simpatizantes.

Os que resenham e resumem a obra em apreço são unânimes no que concerne ao pioneirismo, à utilização de enorme quantidade de fontes, ao desvelar e oferecer pesquisa sobre temáticas inéditas, conforme já referenciado neste tópico. Entretanto, há quem se refira à obra de Karasch (2000) como sendo mais descritiva do que teórica, sem deixar de reconhecer sua enorme importância para os pesquisadores brasileiros, pois é fato que

[...] uma americana fez nossa lição de casa [...] O intuito de Mary Karasch não é propor uma nova teoria sobre o sistema escravista. Fiel ao estilo [...] dos historiadores anglo-americanos, ela prefere descrever a realidade a elucidar. E a realidade que lhe interessa está no cotidiano dos cerca de 80.000 escravos que viviam no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX – a maior população urbana de cativos das Américas (GRAIEB, 2000, p. 2).

Segundo Porto (2008), pesquisadora de doenças e mortalidade de escravos, não se pode deixar de registrar o fato de que os estudos de Karasch são até hoje incomparáveis. O Capítulo 6 – denominado de “As armas dos feiticeiros’: doenças” – tornou-se uma espécie de “bíblia” para os pesquisadores de morbidades escravas. Esse capítulo é exclusivamente dedicado à pesquisa sobre doenças e morte de escravos africanos (homens, mulheres e crianças). A autora classifica com esmero doze tipos principais de morbidades e a partir delas desenvolve um estudo metucioso, levando em consideração a morte por sexo e idades para cada uma das doze moléstias referidas por período.

“A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)” tem o mérito de reunir em 650 páginas estudos abrangentes sobre os escravos traficados da África para o porto da capital Império brasileiro. Em sua pesquisa, essa autora penetrou em vidas cotidianas de cativos negros como ninguém houvera feito antes. Para muito além da questão de ordem econômica, os escravos em Karasch (2000) são humanizados: eles têm cultura, fazem parte de grupos religiosos, têm casas (choupanas, mas que são suas casas) para morar, solidarizam-se, adoecem, são as maiores vítimas das epidemias, lutam contra a morte e morrem mesmo assim, mas têm dignidade e até resistem à invasão das moléstias, a despeito de as Américas terem devorado os negros africanos ao longo de séculos.

Doenças e mortalidade de escravos no Brasil oitocentista: um breve exame da produção historiográfica recente – de 2004 a 2014

Os estudos modernos sobre doenças e mortalidade de escravos do Brasil oitocentista são ao mesmo tempo recentes e bastante escassos. Ainda não é possível afirmar-se que existe uma produção historiográfica em proficiência sobre doenças, cura, saúde, longevidade e mortalidade de escravos daquele período da história de servidão cativa no Brasil. Por outro lado, de acordo com a percepção de pesquisadores mais preocupados com essas questões na atualidade, infere-se que

nem tudo está por ser feito: alguma coisa já foi produzida.

Neste tópico, faz-se um breve exame da produção historiográfica muito recente sobre doenças de escravos no Brasil oitocentista. O período escolhido para a elaboração dessa análise compreende o recorte temporal de 2004 a 2014.

Foram 11 anos usufruídos por estudiosos, sobretudo historiadores, entusiasmados pela construção de um saber que mal começou a dar seus primeiros passos. O número desses estudiosos não é elevado, pois ao eleger-se a face escravista do século XIX brasileiro, os trabalhos sobre morbididades de escravos, de pesquisadores que privilegiaram séculos anteriores ao Oitocentos, não puderam ser levados em conta para o exame aqui proposto. Isso justifica, em parte, esse número reduzido da produção historiográfica aqui apresentada. Outrossim, enfatiza-se que o exame aqui proposto não tem o caráter de um trabalho em profundidade, no que diz respeito a questões de ordem teórica, metodológica, levantamento detalhado de fontes e ou material bibliográfico utilizado, etc. O leitor perceberá nas entrelinhas que os esforços envidados são mais no sentido de evidenciar a escassez de estudos majoritariamente qualitativos do que fazer denúncias vazias sobre a reduzida quantidade de pesquisas a que se teve acesso.

Quanto aos trabalhos coletados para serem examinados a seguir, eles estão distribuídos em oito sub-tópicos: III.1 Capítulos de quatro coletâneas; III.2 Um dicionário; III.3 Um livro; III.4 Um capítulo de uma coletânea; III.5 Um Relatório Final de Projeto de Pesquisa; III.6 Vinte e três (23) Artigos; III.7 Um CD-ROM contendo 15 Artigos; III.8 Uma Dissertação de Mestrado e duas Teses de Doutorado.

É importante registrar que grande parte desse material historiográfico resulta de eventos diversificados: simpósios; encontros locais; simpósios temáticos dentro de encontros regionais ou nacionais; colóquios, encontros sobre escravidão e liberdade; etc. Na sequência, faz-se um brevíssimo exame (mais quantitativo do que qualitativo) desse material historiográfico, descrevendo cada um dos oito tópicos nomeados no parágrafo mais acima.

Capítulos de quatro coletâneas sobre história social das doenças no Brasil

Os quatro volumes de “Uma História Brasileira das Doenças” resultaram de três

seminários denominados de *História das Doenças* e de um encontro nominado de *Colóquio de História das Doenças*, conforme já explicitado na introdução deste estudo. No vol. 1, as questões sobre morbidades e morte de escravos estão diluídas em capítulos que tratam das grandes epidemias ocorridas em meados do século XIX. No vol. 2, encontra-se a pesquisa “As Doenças dos Escravos: Um Campo de Estudo para a História das Ciências da Saúde”, da autoria de Betânia G. Figueiredo. O capítulo tem o mérito de apontar “caminhos” para o pesquisador iniciante no assunto. A autora reconhece que a temática “[...] não é muito explorada pela historiografia brasileira e são esparsas as referências internacionais relativas à saúde da população escrava. [...] Há uma série de trabalhos que investigam a saúde dos escravos, mas como ponto adjacente às análises centrais” (FIGUEIREDO, 2006, p. 252). No vol. 3, o Capítulo 4 é nominado de “Vida e morte escravos no Rio de Janeiro Oitocentista, 1820-1836”, escrito por Keith Barbosa. A análise de um inventário de escravo fugitivo, o preto Luis, 28 anos, abre o texto como antecipação do que a autora denomina a seguir de *Caminhos e percursos* (sendas e trilhas ainda por serem desbravadas). Fato crucial: “Na historiografia brasileira, não são numerosas as abordagens relacionando doenças, escravidão e medicina coloniais e pós-coloniais” (BARBOSA, 2010, p. 90). No entanto, a autora não desanima e vislumbra novos cenários e contextos para os estudos sobre doenças e morte de escravos. Por fim, no vol. 4 encontra-se a pesquisa “Relatos sobre as condições de saúde dos escravos no Brasil”, da autoria de Alisson Eugênio. Apesar do tom genérico enunciado no título desse estudo, o autor justifica que “A escravidão apresenta muitas faces. Uma mais antiga e outra mais moderna. Em ambas, havia uma de feições urbanas e outra de feições rurais; uma de caráter doméstico e outra extra-doméstica” (EUGÊNIO, 2013, p. 11). No percurso de seu trabalho, o autor trata das mazelas do cativo, do testemunho dos médicos e dos viajantes.

Um dicionário sobre a escravidão negra no Brasil

A obra “Dicionário da Escravidão Negra no Brasil”, ainda pouco conhecida, do Cientista Social e Historiador Clóvis Moura, edição de 2004, é um achado e tanto para pesquisadores ávidos de conhecimento sobre escravidão em geral e também sobre doenças e mortalidade de escravos. Entre quase mil verbetes, é possível encontrarem-se “tesouros” inestimáveis no que concerne a especificidade do tema

deste estudo. Verbetes tais como “Doenças”, “Mortalidade”, “Enterro de escravos”, “Igrejas de pretos”, “Irmandades de pretos”, “Seguro contra a mortalidade de escravos”, “Cemitério de escravos”, “Os escravos e a feitiçaria” e “Feiticeiros africanos” são alguns dentre outros. “O fôlego do historiador, já testado em seus numerosos livros, está presente nas centenas de verbetes, alguns dos quais são verdadeiras teses” (PEREIRA, 2004, p. 10).

Um livro sobre tráfico negreiro

A obra “De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)”, da autoria de Jaime Rodrigues, edição de 2005, surpreende pelo recorte temporal de longa duração braudeliana, cujo objetivo é desvendar as tramas de complexas relações entre marinheiros e intermediários que traficaram centenas de milhares de escravos, numa jornada entre dois continentes distantes, África e América do Sul, separados pelo Atlântico. Na Parte III, encontra-se o Capítulo 8, intitulado de “Saúde e artes de curar” (p. 252- 296). São 45 páginas sobre doenças, saúde e curandeirismo de escravos.

[...] a constatação das potencialidades da medicina popular [...] a ocorrência das doenças [...] também o papel dos curandeiros e ‘suas artes de curar’ [...] É de experiências dessa natureza que este capítulo trata, bem como da desconsideração de conhecimentos similares por parte de alguns profissionais da medicina oitocentista (RODRIGUES, 2005, p. 253)

Um capítulo de uma coletânea sobre tráfico e cativeiro

Para os interessados em conhecer as doenças de escravos adquiridas durante o longo processo de travessia dos tumbeiros pelo Atlântico, na coletânea “Tráfico, cativeiro e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX”, organizada por Manolo Florentino, edição de 2005, tem um interessante capítulo denominado de “Arquitetura naval: imagens, textos e possibilidades de descrição dos navios negreiros”, escrito por Jaime Rodrigues (páginas 79-123). São 45 páginas de textos sobre as condições inumanas (ao extremo) do transporte de escravos da África para o Brasil. O capítulo é rico de detalhes sobre a construção, modelos e origem dos navios negreiros. As ilustrações sobre as partes internas dos tumbeiros chocam pela visível fragilidade de embarcações destinadas a lotar seus porões de escravos, numa travessia que durava meses. Em tais condições, o terror das doenças, seguido de traumas em face de mortes, tornava a travessia em uma

experiência difícil de precisar, por mais que os esforços de viajantes e historiadores tentem demonstrar.

A relação entre tempo de viagem e mortalidade é clássica na historiografia. Mas, de acordo com James Riley, existem outros fatores cujos efeitos não têm sido examinados com mais clareza na literatura acadêmica. É certo que, **na curva das taxas de mortalidade, o ponto alto encontrava-se no tempo transcorrido no mar, onde aconteciam mais mortes do que em terra** (RODRIGUES, 2005, p. 110, grifos nossos).

Um Relatório Final de Projeto de Pesquisa – Universidade Severino Sombra

A ideia de incluir neste levantamento historiográfico um Relatório Final de Projeto de Pesquisa tem como objetivo demonstrar a conclusão meticulosa de estudos sobre doenças e mortalidade de escravos, levada a termo por duas pesquisadoras de Instituição de Ensino Superior (IES) particular. Considera-se o encontro desse documento disponível on-line um “achado”. Geralmente, o que se disponibiliza na Internet são resultados, publicados ou não, de projetos de pesquisas. Raramente um Relatório Final é disponibilizado para o público.

Título da pesquisa: “Saúde, Doenças e Morte dos Escravos: Vassouras, Século XIX”. Categoria: “Projeto Integrado”. O documento foi apresentado à IES em dezembro de 2001 e o processo das pesquisas teve a duração de dois anos – de 2002 a 2003 –, tendo sido o Relatório Final concluído em fevereiro de 2004.

Objetivo central do projeto: “[...] análise das condições de vida dos homens e mulheres escravos observando-se a mortalidade seja por faixas etárias ou pelas causa-mortis, e finalmente pelos locais de sepultamento (igrejas, cemitérios ou fazendas)” (FALCI e ALMEIDA, 2004, p. 3). Importante ressaltar que as fontes, disponíveis em considerável quantidade, estavam distribuídas em dois locais: 1) Centro de Documentação Histórica da IES; e 2) Casa de Hera. Além das fontes matriciais disponíveis nessas duas localidades, “Foram lidos e analisados os livros de vários viajantes do século XIX que retratam a vida dos escravos e foi feita uma revisão historiográfica sobre o assunto” (FALCI e ALMEIDA, 2004, p. 3).

Vinte e três (23) Artigos versando sobre doenças, cura, saúde, longevidade e mortalidade de escravos

Neste tópico, apresenta-se uma compilação de vinte e três (23) “Artigos”

(resultantes de estudos ou pesquisas) sobre “doenças de escravos” – século XIX. É importante ressaltar que esses vinte e três trabalhos foram meticulosamente coletados ao longo de dois anos – 2013 e 2014 – pelo autor deste estudo. Trata-se, pois, de uma amostragem temático-numérica a cerca de uma das dinâmicas que giraram em torno da produção historiográfica recente (2004-2014). Enfatiza-se que a amostragem disposta abaixo resulta de levantamento do que se pode coletar durante o período supramencionado. O objetivo final não foi computar e registrar 100% das pesquisas desenvolvidas sobre a mesma temática para o recorte temporal recente em apreço. Além do mais, é fácil de perceber que alguns títulos aqui apresentados já são “velhos” conhecidos: estudos que se transformariam em capítulos de coletâneas (livros) sobre história das doenças no Brasil.

Produção Historiográfica sobre “doenças de escravos”, Século XIX –
Apresentação e ou Publicação de Artigos entre 2004 e 2014 –

<u>Ano</u>	<u>Título</u>	<u>Autor(es)</u>	<u>Evento</u>	<u>Divulgação</u>
2004	—	—	—	—
2005	– Negociando cuidados e liberdades: as práticas de saúde, doença e cura entre senhores e escravos (século XIX) – Autora: Nikelen Acosta Witter – Evento: II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional” – Divulgação: Internet.			
2006	– O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas – Ângela Porto – — - Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro – v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006.			
2006	– Doenças dos escravos, doenças africanas? – Diana Maul de Carvalho – XII Encontro Regional História: Usos do Passado – ANPUH Rio de Janeiro – Internet.			
2006	– Doenças dos escravos – Miridan Britto Falci – XII Encontro Regional de			

História: Usos do Passado – ANPUH Rio de Janeiro – Internet.

2007

2008 – Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX – Ângela Porto – — – *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 726-734, dezembro, 2008 (Suplemento).

2008 – Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil – Keith V. de O. Barbosa – Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP, 08/12 de set. 2008 – Anais CD-ROM.

2009 – Doenças e escravidão: novas dimensões da experiência negra no Brasil na primeira metade dos oitocentos [sic] – Keith Valéria de Oliveira Barbosa – 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: 13/15 maio de 2009 – Curitiba – Internet.

2009 – Antiescravidão e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850 – Kaori Kodama – — – *Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, abr.-jun. 2009, p. 515-522.

2009 – Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX – Júlio César Medeiros da Silva Pereira – — – *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 35, 2009.

2009 – Trabalho e Morte: Um Estudo das Causas de Falecimento de Trabalhadores Cativos na Cidade Portuária do Rio Grande (1864-1870) – Natália Garcia Pinto – — – *AEDOS: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Num. 4, vol. 2, Nov. 2009.

2009 – Fontes para a História da Saúde dos escravos no Brasil – Ângela Porto – 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 13/15 maio de 2009, Curitiba – Internet.

2010 – Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul do século XIX – Carolina Bitencourt Becker – X Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. ANPUH-RS, 26/30 julho de 2010/Sta. Maria – Internet.

2010 – Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX – Alisson Eugênio – — – Revista de História Afro-Ásia, 42 (2010), 125-156.

2011 – Expectativa de vida e mortalidade de escravos: uma análise da Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim/MG (1859-1888) – Luiz Fernando Veloso Nogueira – — – Histórica: Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 51, dez., 2011.

2012 – Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família* – Karoline Carula – — – Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p. 515-522.

2012 – Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar – Kaori Kodama; Tânia. S. Pimenta; Fco. Inácio Bastos; Jaime G. Bellido – — – Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p. 59-79.

2012 – Doenças/*causa-mortis* dos escravos em Vassouras – Ana Maria Leal Almeida – III Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente: Niterói/RJ, 2012 – Internet.

2012 – A triumphant decline? Tetanus among slaves and freeborn in Brazil – Ian Read – Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p. 107-132.

2012 – Reflexões sobre tráfico de africanos, doenças e relações raciais – Jaime Rodrigues – Revista História e Perspectiva, Uberlândia (47): 15-34, jul./dez. 2012.

2013 – Corpo escravizado: discurso médico sobre anatomia, doenças e cura no Rio de Janeiro do Oitocentos – Iamara da Silva Viana – 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: UFSC, 15 a 18 maio de 2013 – Internet.

2013 – Trajetórias de benzedores negros ao sul do Brasil – Lorena Almeida Gill – 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: UFSC, 15 a 18 maio de 2013 – Internet.

2013 – Os escravos da Misericórdia – Márcio Couto Henrique – — – Amazônia., Ver. Antropol. (Online) 5 (2): 386-410, 2013.

2013 – A saúde dos escravos na Bahia Oitocentista através do Hospital da Misericórdia – Maria Renilde N. Barreto; Tânia S. Pimenta – — – Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.

Número Total = 23 Artigos

Uma rápida apreciação comparativa dos títulos dos estudos/artigos contidos na compilação acima permite detectar facilmente que os assuntos “doenças”, “cura”, “saúde”, “longevidade” e “mortalidade” de escravos atendem plenamente à demanda apresentada neste sub-tópico III.6. A temática “doenças e morte de escravos”, por exemplo, aparece com certa frequência, ao lado de “práticas de saúde escrava”, estudos sobre “causa-mortis de escravos”, compilação de “fontes para a história das doenças de escravos”, “escravismo e epidemias”, etc. Os anos de maior produção foram: a) 2009: cinco Artigos; b) 2012: cinco Artigos; e c) 2013: quatro Artigos.

Importa ainda examinar a ausência de publicação de artigos nos espaços em vazio, compreendendo os anos de 2004, 2007 e 2014. No primeiro caso, é provável que o *I Seminário História das Doenças*, ocorrido justamente no ano de 2004, as pesquisas produzidas e apresentadas naquele primeiro evento foram as mesmas publicadas no livro “Uma História Brasileira das Doenças” – vol. 1, numa quantidade excepcional de 20 capítulos. Em relação ao terceiro caso, entende-se que o vol. 4 d “Uma História Brasileira das Doenças”, lançado em 2014, portanto muito recente, justifique em parte os motivos dessa lacuna. Já no que diz respeito ao ano de 2007, o evento “Doenças e escravidão” – ANPUH 2006 – teve como resultado a produção de seus Anais na modalidade de um CD-ROM, lançado em 2007 (que é o assunto do sub-tópico III.7 seguinte). Em sua totalidade esses vinte e três

(23) Artigos computados acima compreendem um conjunto importante de pesquisas que foram publicadas para disseminar esses estudos específicos da história das doenças de escravos, ainda em fase inicial de evolução.

Um CD-ROM contendo 15 Artigos sobre “Doenças e escravidão”(com 80% de estudos enfocando o século XIX e/ou parte dele)

No ano de 2006, vários pesquisadores reuniram-se para comporem um inusitado encontro: o simpósio temático denominado de *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*, com grande destaque no XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Esse evento ocorreu de 14 a 18 de agosto de 2006, no campus da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ. Uma convidada especial fez parte do encontro: Mary C. Karasch. Sua presença foi muito importante, conforme depoimento seguinte: “[...] nossa ilustre convidada, [...] A Prof^a. Mary Karasch teve sempre uma palavra de incentivo aos trabalhos e aos pesquisadores por mais iniciantes que fossem” (PORTO, 2006, p. 1).

Em 2007, seria lançado o CD-ROM contendo 15 (quinze) textos, reunidos e tendo como eixo norteador *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*, organizado e apresentado por Ângela Porto. Na parte inferior da capa do CD-ROM está escrito: Simpósio temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/Rio-2006. Ou seja: os estudos sobre a problemática em discussão neste trabalho dependem do suporte de eventos já consagrados, como os encontros regionais da ANPUH, os *I, II e III Seminários História das Doenças* e publicações de suas comunicações. Entretanto, diferente do número de artigos publicados nessas coletâneas, o “Simpósio reuniu uma grande [quantidade e] variedade de trabalhos” (PORTO, 2006, p. 1). Isso reforçou a necessidade de mais estudos nos domínios de história da medicina/doenças de escravos. “Visamos com esta iniciativa apresentar um panorama geral dos aspectos relacionados à saúde, tema que observamos disperso na historiografia brasileira sobre a escravidão” (PORTO, 2006, p. 1).

O CD-ROM em alusão reúne quinze Artigos distribuídos em quatro Capítulos, a saber: 1) – Escravidão e doenças: métodos, escolhas e caminhos; 2) – Marcas, ofícios e práticas: aspectos sociais da saúde de escravos e libertos; 3) – Epidemias,

controle sanitário e cenários da escravidão; e 4) – Imaginário das doenças e das curas: personagens e experiências.

Uma Dissertação de Mestrado e duas Teses de Doutorado

No Brasil deste século XXI, a produção de pesquisas acadêmico-científicas sobre as doenças, cura, saúde, longevidade e mortalidade de escravos é, grosso modo, pouco expressiva. Em se tratando de estudos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação em História, por exemplo, a produção de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre temática tão específica é ainda mínima. Porém, esta “avaliação apressada” é apenas um viés entre tantos outros sobre um assunto recente, cujo marco inaugural foi a tradução para o português do livro de Mary C. Karasch. No ano de 2000 houve, por assim dizer, uma quebra de paradigma no que se refere aos silêncios da História em relação a “Doenças e mortalidade de escravos” no Brasil escravista. O livro de Karasch (2000) rompeu os grilhões desse silêncio: “[...] a grande contribuição de sua obra para a historiografia brasileira se deu junto ou posteriormente à significativa produção sobre escravidão no Brasil da década de 1980 e, certamente, **se tornará mais visível com a edição em português**” (PIMENTA, 2001, p. 2, grifo nosso). Foi a partir dessa visibilidade que as primeiras pesquisas feitas por brasileiros em “História da medicina e da saúde” e “Uma História brasileira das doenças” resultaram em publicações inaugurais desse tipo de historiografia, no Brasil de início de século XXI.

No processo de aprofundamento da proposta da “doença como fenômeno social”, aos poucos surgiram os primeiros trabalhos acadêmico-científicos sobre “doenças e mortalidade de escravos” como objeto de pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em História. Neste tópico, três desses trabalhos são apresentados como amostragem dessa produção iniciante:

1. Dissertação de Mestrado – ano de defesa: 2010. Título: “Doença e cativo: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831”. Pesquisa desenvolvida por Keith Valéria de Oliveira Barbosa. Trata-se de um estudo “completo” focado exclusivamente na questão das “doenças e mortalidade de escravos”. A pesquisa

surpreende pela forma como o texto é desenvolvido: análise de doenças e mortalidade de escravos vivendo em subúrbios “imundos”, de onde emergem para denunciar o descaso por parte de uma saúde pública “inoperante”, negligente. “A partir do encontro de reflexões em torno da história da escravidão e das doenças, [...] procura-se analisar cenários sobre a vida escrava até então pouco acessíveis ao olhar do historiador” (BARBOSA, 2010, p. 12).

2. Tese de Doutorado – ano de 2011. Título: “O corpo escravo como objeto das práticas médicas no rio de Janeiro (1830-1850)”. Autoria: Silvio Cezar de Souza Lima. Eis outro estudo “completo”, isto é, com enfoque exclusivo na questão do escravo doente enquanto objeto de estudo. O autor desse trabalho tem como proposta central demonstrar que e como o contexto social e complexo da escravidão no Rio de Janeiro das primeiras décadas do Brasil Império influenciou decisivamente no exercício de práticas e de operação dos saberes médicos então vigentes. O pesquisador investe equitativamente na análise das “Doenças, medicina e escravidão” e do “corpo escravo como objeto de ciência”. Faz-se veemente denúncia da precariedade historiográfica, de questões de ordem teórico-metodológicas que mais dificultam do que facilitam a conciliação desses campos de saberes: “Os estudos que estão na interseção entre a história da saúde e a história da escravidão foram tratados no Brasil de maneira periférica por ambas as historiografias por muitas décadas” (LIMA, 2011, p. 15).

3. Tese de Doutorado – ano de defesa: 2014. Título: “Escravidão, saúde e doenças nas *Plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888)”. Autoria: Keith Valéria de Oliveira Barbosa. Mais um estudo “completo”, abordando exclusivamente a problemática das doenças, saúde e mortalidade de escravos, no Estado do Rio de

Janeiro. A autora, a exemplo de outros estudiosos, propõe-se revelar “[...] novas perspectivas a respeito de historicidades muito mais complexas do que até então se entendia” (BARBOSA, 2014, p. 6). Nessa Tese de Doutorado há maior preocupação com questões de âmbito teórico-metodológico. Não se faz uso apenas de um tipo de texto, no caso muito comum, o texto escrito. Barbosa (2014) coleta o número inusitado de 27 textos iconográficos. No entanto, sente-se a falta de uma descrição por escrito (mediana, ao menos) sobre cada uma dessas ilustrações. Há grande preocupação com o método quantitativo: são 27 Ilustrações, 55 Tabelas, 9 Gráficos (e 4 Anexos). O somatório desses itens corresponde ao total de 95 quesitos. Em uma pesquisa de 231 páginas, esses 95 quesitos representam parte considerável da obra. Contudo, essa peculiaridade não diminui a qualidade e importância do material escrito.

IV. Considerações finais

Neste breve exame da produção de pesquisas recentes – período de 2004 a 2014 – sobre doenças e mortalidade de escravos africanos no Brasil oitocentista, inferiu-se que o *I Seminário História das Doenças* (ocorrido em 2004) foi o evento inaugural para o limiar do que se ponderou como tendo sido o “nascimento” de uma nova fase sobre os estudos da escravidão africana em território brasileiro, tendo-se como perspectiva o aumento na produção de pesquisas voltadas para a história das doenças, saúde e mortalidade de escravos no Brasil do Oitocentos. Ao longo da exposição aqui promovida, detectou-se que ainda não há uma historiografia em proficiência sobre essa temática, considerada ainda nascente. Deixa-se em aberto a proposta para aqueles que quiserem tomar para si a responsabilidade no sentido de resgatar do silêncio profundo milhares de vozes de sujeitos com suas histórias inéditas de vida para serem narradas à luz da ciência neste início de século XXI.

Referencial bibliográfico

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Doença e cativeiro**: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. Vida e morte escravas no Rio de Janeiro Oitocentista, 1820-1836. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 3. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 85-109.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Escravidão, saúde e doenças nas Plantations cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888)**. 2014. 269f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Prefácio. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 7-10.

CHALHOUB, Sidney. Múltiplos olhares sobre doença e história no Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 515-17, abr.-jun., 2006.

EUGÊNIO, Alisson. Relatos sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 11-34.

FALCI, Miridan Britto; ALMEIDA, Ana Ma. Leal. **Relatório Final do Projeto de Pesquisa Saúde, Doenças e Morte dos Escravos: Vassouras, século XIX**. 2004. Disponível em: <www.historia._demografica.tripod.com/bhds/bhd35/relatmirid.pdf>. Acesso em 14 out 2013.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do;

CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 252-273.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GRAIEB, Carlos. A vida como ela era: o cotidiano dos escravos do Rio de Janeiro, por uma americana que fez a nossa lição de casa. **Revista Veja**, São Paulo, Edição 1.662, ago. 2000.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)**. 2011. 208f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

MATTOSO, Katia. M. de Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

PEREIRA, João Batista Borges. Prefácio. In: Clóvis Moura. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 9-10.

PIMENTA, Tânia Salgado. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.8, no. 2, jul./ago., p. 1-6, 2001.

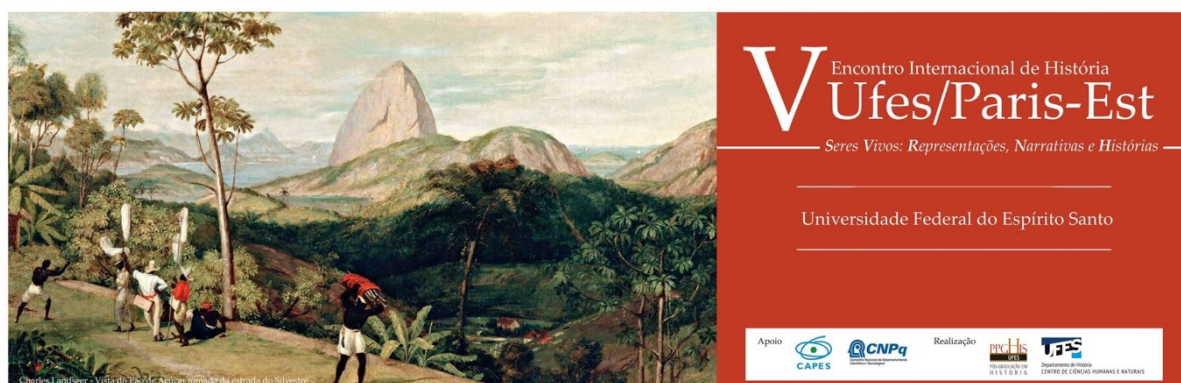
PORTO, Ângela (Org.). **Doenças e escravidão**: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Simpósio temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RIO- 2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz [2007]. 1 CD-ROM; il.

PORTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XX. **Revista Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 726-734, dez. 2008 (Suplemento).

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. Arquitetura naval: imagens, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005. p. 79-123.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A metrópole dos escravos: resenha de A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850, de Mary Karasch. **Afro-Ásia**, Salvador, 25 - 26, p. 421-425, 2001.



A ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I E O LEGADO POMBALINO NA RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

Juliano Gomes
Graduando em História – UFES

RESUMO: O presente trabalho analisa a promoção do legado pombalino, a partir da *Estátua Equestre de D. José I*, inaugurada em 1775. Para compreender a importância de tal monumento, devemos considerar as consequências do *Grande Terremoto de 1755*, uma vez que a construção daquele monumento artístico e simbólico ocorreu em razão da reconstrução da cidade de Lisboa, destruída pela catástrofe. Nesse contexto, buscamos escrutinar a política encabeçada por Sebastião José de Carvalho e Melo mais conhecido pelo título de Marquês de Pombal (1769), bem como seus desdobramentos no projeto de reconstrução da cidade.

Palavras-chave: Estátua Equestre de D. José I; Grande Terremoto de 1755; Marquês de Pombal.

ABSTRACT: This paper analyzes the promotion of Pombal legacy from the *Statue Equestrian of King Joseph I*, opened in 1775. To understand the importance of this monument, we must consider the consequences of the Great Earthquake of 1755, since the construction of that monument artistic and symbolic occurred because of the reconstruction of Lisbon was destroyed by the disaster. In this context, we seek to scrutinize the policy led by Sebastião José de Carvalho e Melo, better known by the title of Marquis of Pombal (1769) and its consequences in the reconstruction project of the city.

Keyword: Equestrian Statue of King Joseph I; Great Earthquake of 1755; Marquis of Pombal.

Bastaram poucos minutos para que as paredes dos grandes palácios em Lisboa cedessem em ruínas no dia 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos. O derradeiro cataclismo que se sucedeu naquela manhã, foi acompanhado pelo desespero e a aflição que se espalharam por todo o reino. Aqueles que sobreviveram ao grande massacre ficaram estupefatos com a dimensão do terremoto que se assolou sobre Lisboa, sendo este grande evento sucedido por um formidável maremoto que submergia ao rio Tejo e um levante de chamas que se irradiou sobre suas habitações (Cf. MAXWELL, 1996, p. 21-24). Este evento também nos é descrito por um importante literato português contemporâneo ao evento, o frade Francisco José Freire (1719-1773), mais conhecido como Cândido Lusitano. O religioso escreve posteriormente ao fato, relatando, como veremos abaixo:

[...] No dia primeiro de Novembro 1755, anno eternamente fatal na Historia Portugueza, às nove horas, e quatro minutos da manhã, estando o Ceo limpo, o ar sereno, e o mar em calma, se vio Lisboa surpreendida com hum Terremoto dos mais horrorosos, que ou a tradição conserva, ou descrevem os livros. Seus efeitos provão esta verdade; porque em tão breve tempo deixou reduzidos a ruinas quasi todos os edificios da mesma cidade, sepultando nos estragos um grande numero de seus habitadores, especificamente nos Templos, que por ser dia de tanta solemnidade, todos se achavão aflitos de numeroso povo (FREIRE, 1758, p. 3).

Este caos descrito anteriormente bastou para que muitos se dedicassem a buscar explicações para as causas de tamanho infortúnio. As explicações imediatas foram muitas, havendo algumas inclusive apontando a catástrofe como sendo providencia divina (Cf. SANTOS, 2003, p. 253), no entanto não nos interessamos aqui em discutir as questões escatológicas sobre o *Grande Terremoto de 1755*. Independente da explicação adotada, iremos nos atentar a uma figura de suma importância que ganhará destaque após este evento.

Destaca-se que desta catástrofe emerge uma figura muito importante no cenário político português. A figura em questão é a de, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), outorgado Conde de Oeiras (1759), e primeiro Marquês de Pombal (1769). Essa associação entre Sebastião José e o *Terremoto de 1755* segundo a historiadora Vanda Anastácio se faz de forma alegórica devido a “capacidade de gestão de crise” e reestabelecimento da ordem pública apresentados por Pombal no momento de instabilidade que se apresentava o reino luso. Sobre esse ato de confiança, o historiador Kenneth Maxwell considera que “o rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros

que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal” (MAXWELL, 1996, p. 24).

Assim, percebemos que, o reinado de D. José I (1750-1777) está fortemente entrelaçado com a figura daquele que alcançaria a posição de “primeiro-ministro”. Essa associação entre ministro e monarca é destacada pelo historiador Francisco José Calazans Falcon quando este afirma que o governo conjunto irá dar a Carvalho e Melo a possibilidade de se aproveitar de certas oportunidades para articular um projeto de cunho centralizador, onde os ideais postos em evidência buscam não apenas legitimar o poder régio, mas valorizar também as práticas mercantilistas e controlar o sistema comercial português de forma mais eficaz, através do aparelho burocrático e das companhias de comércio (Cf. FALCON, 1982, p. 381-393).

Tendo isso como plano de fundo, a reconstrução da cidade de Lisboa entra como um dos elementos chaves para entender os projetos encabeçados durante o consulado pombalino, visto que, o destruído Paço da Ribeira passa a ser substituído pela Praça do Comércio, marcando a formação de novo ideal econômico e social de Portugal.

A Praça Real do Comércio

Com o *Terremoto de 1755* a nova atmosfera política que se configurou em Lisboa possibilitou evidenciar o destaque de uma “classe” já recorrente, os comerciantes. Segundo um dos maiores especialistas sobre a época pombalina, José-Augusto França a nova “praça real, que era dita <<do comércio>> e pelo comércio foi paga” (FRANÇA, 1997, p. 205) permitiu que novos participantes entrassem na luta por interesses sociais e econômicos.

Obstinado em transformar a nova praça num centro comercial e administrativo, através de medidas legislativas, Pombal vai organizar e incentivar as atividades comerciais (Cf. MERLO, 2014, p. 2583). Esse processo se dá de forma a elevar a profissão do comerciante, sempre vista com desdém pela nobreza, como uma profissão ilustre. Segundo a historiadora Cláudia Maria das Graças Chaves a regulamentação da profissão de comerciantes e mercadores se dá paulatinamente a partir da criação de mecanismos que iram legitimar esse status: A criação da Junta do comércio (1755); o Estatuto dos Mercadores e Retalhos (1757); A introdução das

Aulas de Comércio (1759); e a criação Erário Régio (1759) (Cf. CHAVES, 2009, p. 171). Além disso, destaca-se que, a nova realidade aplicada aos comerciantes e mercadores intitulado-os “homens de negócios”, conferia-os um novo status social, inscrevendo-os dentro de uma esfera de “distinção simbólica” no âmbito social (CHAVES, 2009, p. 2009).

Paralelamente, a introdução das Aulas de Comércio em 1759 representa, de um modo geral dentro dessa política centralizadora, uma sistematização e burocratização das práticas de comércio, pois busca “disciplinar os mecanismos de acesso às atividades comerciais e controlar os déficits no sistema mercantil português” (FALCON, 1982, p. 393) Essas novas práticas confirmam a existência de um *modus operandi* típico da política ilustrada lusa da segunda metade dos setecentos.

Posto isso, a criação da Praça do Comércio celebra, segundo Maxwell, a independência da economia nacional e afirma um compromisso do atual governo em apoio à difusão do sistema comercial reformado (Cf. MAXWELL, 1996, p. 27). Desta análise sobre a Praça Real, sintetiza-se dois objetos de propaganda dentro da política pombalina: O primeiro já supracitado diz respeito à valorização do sistema comercial mercantilista luso; o segundo trata-se do projeto centralizador do qual analisaremos.

As *places royales* modelo de praça real difundida pela França com Henrique IV e Luís XIV, segundo o historiador Miguel Figueira de Faria, oferece uma análise comparativa que busca evidenciar o processo de internacionalização da proposta francesa, praça/monumento real (Cf. FARIA, 2008, p. 203). Considerando o Antigo Regime e o próprio caráter absolutista desenvolvido por algumas cortes europeias dos séculos XVII e XVIII, Lisboa se inscreve tardiamente dentro deste contexto, num processo de concentração dos poderes políticos pelo monarca, processo esse que já havia sido iniciado com D. João V, mas toma proporções maiores durante o reinado de D. José I (Cf. CALADO, 2008, p. 229).

Tendo uma praça central no formato retangular, que calculadamente se alinhava com as novas ruas, convergia-se a um ponto central onde se prostrava a Estátua Equestre de D. José I. Se pautando na ideia proposta por Faria, entendemos que há

um ideal de secularizaçãodo poder do reino nas mãos da autoridade régia, que se reflete sobre a nova proposta urbanística, seguindo a lógica do absolutismo bourbónico (Cf. FARIA, 2012, p. 183). Esse ideal de centralidade também acarreta numa nova percepção da paisagem urbana, pois a figura real no centro da Praça do Comércio transfigura um processo de “*dessacralização*” (FARIA, 2012, p. 198) do espaço público, já que nunca havia se dado espaço tão importante a monumentos da arte profana em Portugal.

A Estátua Equestre: Um olhar sobre a fonte

Para analisarmos o monumento artístico e simbólico esculpido por Joaquim Machado de Castro, a Estátua Equestre de D. José I, optamos por abordar a obra intitulada *Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre Erigida A Gloria do Senhor rei fidelíssimo D. José I.* (1810), de mesmo autor. Nela Machado de Castro nos fornece elementos para entendermos o monumento real em seu todo, como um conjunto simbólico.

Temos que considerar antes de qualquer coisa que, a pomposa cerimônia de descerramento da inauguração da Estátua Equestre de D. José I procedeu-se no dia 6, de junho de 1775, dia em que se comemorava o 61º aniversário do Rei. “O derradeiro ato público” (SANTOS, 2011, p. 75), como chamou o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, foi a última aparição pública do Rei antes de vir a falecer, em 1777. A saúde de D. José I já se encontrava em estado debilitado, havendo relatos que demonstram sua resistência e até recusa em participar da cerimônia de inauguração pública da Estátua Equestre erigida em sua homenagem (Cf. SANTOS, 2011, p. 85). Destaca-se também que a rejeição de D. José I em participar do ato público passava não apenas pela sua frágil condição física, pois era tradição a ausência do monarca na cerimônia, fazendo-se apenas representar-se pelo monumento simbólico, processo denominado *in absentia principis* (na ausência do príncipe), onde o rei não participa ativamente da celebração religiosa (Cf. FARIA, 2008, p. 210). No entanto as cerimônias se procedem com a presença da família real, “incognitamente”.

Digna de um dos últimos festejos tradicionais à moda barroca (Cf. RIBEIRO, 2003, p. 5), contou-se com a presença ilustre de diversos segmentos da nobreza real e

eclesiástica, comum a etiqueta da corte quanto às audiências públicas (Cf. SANTOS, 2011, p. 76). Durante os três dias de evento, cedeu-se espaço para um verdadeiro espetáculo cênico, tendo diversos grupos alegóricos que visavam consagrar à glória do Império Português Ultramarino (Cf. RIBEIRO, 2003, p. 5).

Pode-se dizer que, os preparativos de celebração da inauguração da Estátua Equestre de D. José I, já haviam sido fiscalizados desde o seu projeto inicial por Pombal (Cf. FRANÇA, 1977, p. 206). A partir da seleção de uma equipe responsável por elaborar o projeto de reconstrução da cidade, composta por Eugênio dos Santos e Carvalho, Manuel da Maia e Carlos Merdel que dariam cabo aos projetos preliminares de reurbanização da cidade (Cf. MAXWELL, 196, p. 24). Omentor da estátua equestre de D. José I, o engenheiro e arquiteto Eugênio dos Santos (1711-1760) já havia idealizado e elaborado seus conjuntos alegóricos representacionais. Vale Salientar que, a Estátua Equestre de D. José I, é a primeira desse gênero levantada a homenagear um monarca português na história moderna.

Com a morte de Eugênio dos Santos em 1760, formou-se uma comissão responsável por realizar um concurso a eleger um escultor que iria dar cabo a execução da Real Estátua Equestre de D. José I. Deste concurso foi eleito, um dos atualmente maiores escultores consagrado da história de Portugal, o escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822). Machado de Castro demonstrou um talento nato para a arte da escultura desde cedo, estudou e trabalhou grande parte de sua vida em Mafra. Foi convocado por Domingos da Silva Raposo, então Ajudante de Arquitetura da Casa do Risco das Obras Públicas, a apresentar uma proposta para o concurso que iria eleger o escultor da Estátua Equestre de D. José I, apresentando ele a mais notável habilidade para a tarefa, já que pouco se sabia e se estudava sobre as artes em Portugal até então (Cf. SANTIAGO, 2013, p. 12-14), o próprio Machado de Castro alega em suas declarações acerca da precariedade do estudo das artes em Portugal.

[...] As queixas, que pela Poesia faz Camões nesta estancia, e na que se lhe segue, com muito mais razão podem fazer pelo Desenho. Porém já raião novas luzes. Eu creio que o Reinado do Senhor D. José I. há de servir de Epoca para principiar a Historia (CASTRO, 1810, p. 19).

São muitas as queixas que faz Machado de Castro aos protótipos deixados por Eugênio dos Santos, quanto ao modelo a ser seguido para a execução da Estátua

Equestre. De fato, Eugênio dos Santos era um arquiteto e não dominava as regras das belas artes, e acabou por seguir outros modelos, já que havia sobrado a ele a responsabilidade de desenvolver o projeto inicial (Cf. FRANÇA, 1977, p. 208). Dos lamentos enumerados por Machado de Castro na execução deste trabalho, o primeiro deles talvez fosse, o fato de que D. José I recusou-se a posar para o escultor, obrigando-o a utilizar imagens de péssima qualidade para representar o monarca. Além disso, a falta de autonomia em relação ao projeto inicial era fator de extremo incômodo ao artista, que se limitava a alterar detalhes superficiais no protótipo que lhe deram.

Uma das mudanças mais representativas do projeto de Machado de Castro foi conseguir a substituição do Leão que se prostrava abaixo do cavalo, por um conjunto de serpentes, que segundo ele representavam as diversas dificuldades superadas durante o reinado josefino (Cf. FARIA, 2012, p. 168-170) à saber: o já citado *Terremoto de 1755*, a tentativa de regicídio (1758) que culminou no *Massacre dos Távoras* (1759), a *Expulsão dos Jesuítas* (1759) e o envolvimento na *Guerra dos Sete Anos* (1762), são eventos memoráveis deste período. Assim as serpentes ganham crédito por apresentarem uma rica importância simbólica na memória da história do reino luso.

Sobre o traje, Machado de Castro disse: “lamentava, e lamentarei sempre, não ser a nossa Estátua vestida á Romana” (CASTRO, 1810, p. 31), como era uma tradição clássica, mas o pedido não lhe foi concedido, podendo apenas fazer alguns ajustes na roupa.

Os grupos laterais também foram motivos de críticas severas, os conjuntos foram divididos em duas alegorias, a Fama e o Triunfo, delas lhes foram apenas permitidos trocar uma das figuras aladas, sendo antes as duas femininas, agora passava a ser uma masculina e a outra feminina (Cf. CASTRO, 1810, p. 31-32).

Nos conjuntos laterais as figuras tinham como finalidade representar os quatro continentes sobre domínio português, assim: “O Cavallo representava a Europa; o Elefante a Asia; uma das figuras prostradas, ou atropelladas a Africa, e a outra a América” (CASTRO, 1810, 11). Averigua-se mais uma das propostas de propaganda dentro do projeto do monumento real, com a finalidade de mostrar um império

poderoso e dominador, já que Portugal dependente totalmente de suas colônias para conservar-se frente as potencias europeias, como aponta Maxwell (Cf. MAXWELL, 1996, p 16).

O elemento que mais gerou crítica após a queda de Pombal (1777), só foi revelado às vésperas da inauguração da Estátua Equestre, em 1774. A efígie de Pombal posta sobre um medalhão em bronze no monumento real, ideia proposta pela Casa dos Vinte e Quatro, teve como função memorar a figura do primeiro ministro de D. José I, reafirmando assim como já havíamos dito um reconhecimento da ligação entre Pombal e o Rei (Cf. FRANÇA, 1977, p. 206).

Um dos elementos importantes sobre a Estátua Equestre de D. José I, é que devido à ausência do monarca na corte (pois o Rei se recusava a voltar a morar em palácios, atemorizado pelo terremoto) o monumento adquiria todo um caráter consubstancial, pois passava a simbolizar “a presença do soberano na praça central da sua capital” (RIBEIRO, 2003, p. 5).

O projeto de Pombal nunca deixou de mostrar sua face ambiciosa, sobre a Estátua Equestre de D. José I, França (1977) assevera que “a apoteose do rei era mais que um disfarce da apoteose de seu ministro. D. José I limitava-se a emprestar o seu corpo que o <<direito divino>> justificava ironicamente” (FRANÇA, 1977, p. 205). Sua efígie memoravelmente revela sua audácia em representar-se como uma figura de influência singular, que, no entanto, estava por contar seus últimos momentos no poder, já que com a morte de D. José I, sua queda era uma questão de tempo. D. Maria I assume ao poder em 1777 e Pombal viu-se obrigado a abdicar suas funções, tendo que sair às pressas de Lisboa (Cf. MAXWELL, 1996, p. 163). Pombal pode ter deixado Lisboa, mas Lisboa nunca deixou Pombal, sua marca está em todo canto, em cada parte da cidade, ainda hoje condecorada Baixa Pombalina.

Referências bibliográficas

ANASTÁCIO, Vanda. **Viver em Lisboa no Tempo do Marquês de Pombal: Uma breve panorâmica.** Lisboa: Camâra Municipal de Lisboa, 2009.

CALADO, **Margarida.** **Praças Reais em Portugal.** Projetos, Realizações e

Influências. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CASTRO, Joaquim M. **Descrição Analytica da Execução da Estátua Equestre Erigida A Gloria do Senhor rei fidelíssimo D. José I.** Lisboa, 1810.

CHAVES, Claudia M. G. **Arte dos Negócios:** saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro. América Latina en la História Económica, v. v.1, 2009.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina** (Política Económica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, Miguel F. **A Praça Real do Tejo.** Lisboa: Livros Horizonte, 2008

FARIA, Miguel F. A Estátua Equestre, in Absentia Principis e o Rei Escondido. In **Do Terreiro do paço à Praça do Comércio:** história de um espaço urbano, 157 - 228. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

FRANCA, Jose Augusto. **Lisboa pombalina e o iluminismo.** 2. ed. - Lisboa: Bertrand, 1977.

FREIRE, Francisco José. **Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto, que Padeceo a Corte de Lisboa No Primeiro de Novembro de 1755.** Lisboa: [S/N], 1758

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MERLO, Patrícia M. S. **Em Razão do Grande Terremoto:** Observações sobre a política pombalina no reinado de D. José I. Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014, p. 2582-2590.

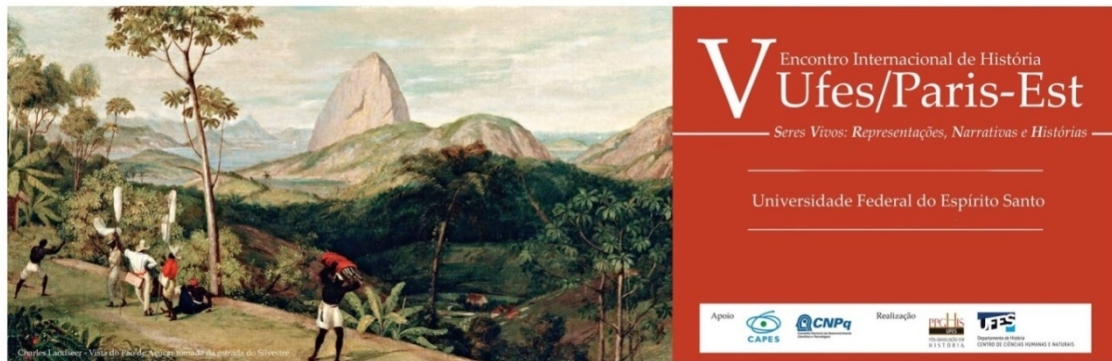
RIBEIRO, Nelson P. **A Entrada Real Enquanto Festa Barroca e a Lisboa Pombalina.** João Pessoa: Associação Nacional de História (ANPUH), 2003.

SANTIAGO, Catarina F. L. **Do Monumento à Arte Pública em Portugal no séc. XX.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

SANTOS, A. C. A. **Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua**

equestre do Reformador, Topoi: Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Zulmira C. **O Terremoto de 1755 Como Apologia da Religião Cristã: Lisboa Destruída**. Poema (1803) de Teodoro de Almeida. Porto: Línguas e Literaturas, 2003.



O MINISTRO, O FIDALGO E AS CORTES: POLÍTICA LUSITANA NO SÉCULO XVIII SOB A ÓTICA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO

Julio Cesar da Costa Silva³⁸²
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Os monarcas europeus que reinaram no século XVIII conviveram com o fenômeno da Ilustração, algo que abarcou a Europa do período de maneira inegável. Tal movimento era crítico dos poderes reais estabelecidos, da sociedade e da maneira como as ideias eram difundidas entre seus intelectuais. No processo, os reinos precisariam que seus “Homens notáveis” (ministros, diplomatas e os próprios intelectuais) refletissem sobre os acontecimentos contemporâneos, buscando uma maneira de coexistir com este cenário político e científico, bem como absorvê-lo. Neste trabalho, teremos como foco a análise do caso português, dando ênfase a segunda metade no século XVIII, no reinado do monarca D. José I (1750-1777) e de um de seus ministros mais influentes, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Buscaremos examinar a Corte Portuguesa, tendo como objeto a trajetória de ascensão política do próprio Carvalho e Melo, observando como se deu a relação entre o monarca, seu ministro e as cortes portuguesas.

Palavras-chave: História Moderna; Política portuguesa; Cortes; Carvalho e Melo

ABSTRACT: The European monarchs who reigned in the eighteenth century lived with the Enlightenment phenomenon, which encompassed Europe the period of undeniable way. This age was critical of the real powers established, society and the way ideas were spread among its scholars. In the process, the kingdoms need their "remarkable Men" (ministers, diplomats and the scholars themselves) to reflect on contemporary events, seeking a way to coexist with this political and scientific field as well as absorb it. In this paper, we focus on the analysis of the portuguese case, focusing on the second half of the eighteenth century, the monarch's reign Joseph I (1750-1777) and one of his most influential ministers, Sebastião José de Carvalho e

³⁸² Mestrando vinculado ao programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com o projeto intitulado *O Terremoto de Lisboa de 1755 e a construção política de Sebastião José de Carvalho e Melo*, orientado pela prof.(a) Dr.(a) Patrícia M. S. Merlo. Email: julicostasilva@live.com.

Melo, the Marquis of Pombal . We seek to examine the portuguese court, having as prime object the political ascent trajectory of Carvalho e Melo himself, observing how was the relationship between the monarch , his minister and the Portuguese courts.

Keywords: ModernHistory; Portuguesepolitics; Court; Carvalho e Melo

O Contexto lusitano no início do século XVIII

O século XVIII teve como marco em sua história, indubitavelmente o fenômeno ilustrado que modificou de maneiras distintas as nações envolvidas. Nos casos de ilustrações católicas como a de Portugal e Espanha, de ilustração italiana, inglesa, francesa, uma a uma, características diversas compunham o então processo chamado de “ilustração”. Este exigia uma racionalização maior que possibilitassem o diálogo coerente entre movimentos de características tão próprias³⁸³.

Para além do já citado processo de modificação intelectual, a Idade Moderna foi caracterizada também pelo movimento expansionista europeu, no qual Portugal iniciou com grande destaque no século XV. Desde então, surgia na coroa uma nova região de poder. O Rei passava a ter em suas mãos o poder de conceder uma série de privilégios financeiros para os indivíduos associados a esse processo expansionista, constituindo assim o desdobramento de uma cadeia de poder e redes hierárquicas, que se expandiam do Reino, até as possessões mais longínquas³⁸⁴.

Neste processo, uma característica constante da administração lusitana era a busca pela garantia da manutenção de *status quo*, em um projeto que unia a aristocracia e instituições que a favoreciam. Esse processo foi definido pelos historiadores João Fragoso e Manolo Florentino como sendo um projeto claro e assumido de manutenção da fidalguia³⁸⁵, mas ainda restrita. Segundo os autores:

³⁸³ As discussões sobre os conceitos de modernidade são interessantíssimas e incrivelmente ricas em fontes e abordagens. Apenas para citar alguns exemplos de tratamentos do tema, pode-se recomendar caso haja maior interesse: LOPES (2012); PRADO (2004) e SANTOS (1993).

³⁸⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 288.

³⁸⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.224-225.

O acesso a terras e a homens permitia ao homem livre pobre tornar-se lavrador, com o que se detecta ter existido em algum grau de mobilidade intrínseca à economia colonial. Entretanto, [...] a ele estava vedado o acesso às atividades mais lucrativas – as de natureza mercantil, sobretudo as vinculadas ao comércio exterior –, as quais, desse modo, se erigiam em atividades exclusivas dos agentes detentores de liquidez.

Desse modo, a possibilidade de ascensão social e econômica [...] transformase em um sólido e eficaz mecanismo de exclusão³⁸⁶.

Contudo, é importante ressaltar que o processo foi de concentração de poder, e não necessariamente de centralização. Ou seja, o poder se concentrou em uma aristocracia que se utilizava de mecanismos para se perpetuar no poder. Nem mesmo a inserção de novos mercados ou cenários de jogos político-econômicos (o comércio ultramarino, que se mostrava amplamente lucrativo para os que tinham condições de exercê-lo) foi capaz de alterar este cenário em tela, que levava todas as decisões para o centro do império, enquanto os poderes locais decidiam apenas o que lhes competia regionalmente. A autoridade política passava a emanar desse *lugar*, que ditava modelos comportamentais e respondia política e socialmente sobre o que o cercava³⁸⁷.

Em tal contexto de disputas intensas pelo monopólio político, monarcas e nobres dependiam uns dos outros. Os nobres por causa de mercês e pensões reais, e o rei dependia de aprovações de impostos e de legitimação de seu próprio poder. Dito de outra maneira, os monarcas dependiam da convocação e aceitação dessas esferas de poder que competiam consigo, e com isso movia suas peças no xadrez político, sendo um dos exemplos mais notórios a convocação *Conselho de Estado*³⁸⁸. Quanto mais estável ou bem administrado o reino, menor a necessidade do Monarca depender de outros *corpos* para tomar suas decisões, quanto mais territórios disponíveis, mais fácil seria para o monarca controlar seus nobres de maneira “invisível”.

Um dos momentos que deixa às claras estas relações de poder em Portugal, talvez tenha sido descoberta da região aurífera brasileira na primeira década do século

³⁸⁶ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, 2001, p. 227

³⁸⁷ ELIAS, Norbert. Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 8

³⁸⁸ O Conselho de Estado era um órgão administrativo de auxílio às decisões do Rei. Inicialmente. No período medieval e no moderno, este conselho votava demandas escolhidas pelo próprio Rei, sem autonomia de colocar em pauta novas problemáticas. É um órgão semelhante à Assembleia dos Estados Gerais na França.

XVIII³⁸⁹. Com o aumento da receita real, fruto do afluxo de ouro, a dependência do monarca em relação aos fidalgos cortesãos diminuiu significativamente. Na verdade, o governo de D. João V (1707-1750) é marcado, dentre outros fatores pela opulência aurífera. Entretanto, para nós é mais interessante nos atentarmos a uma consequência deste evento. É o que nos mostram os historiadores portugueses Mafalda Cunha e Nuno Monteiro, ao afirmarem que o que ocorreu no período Joanino foi uma gradativa ascensão de aristocratas da confiança pessoal de D. João V, que viriam seguidamente ocupar os cargos burocráticos. Na verdade, mais do que isso. Os cargos burocráticos da Coroa alcançaram um momento distinto na história lusitana. Segundo os autores,

Tudo isso começa a mudar [o sistema político de participação dos Conselhos nas decisões estatais], embora de forma incompleta, durante o reinado de D. João V (1706-1750). Redefinidas as hierarquias na sociedade de corte pela recentragem da mesma na capela real feita Patriarcal, o Conselho de Estado vai entrar num longo estertor e deixa de se reunir nos anos vinte.[...] O sistema polissinodal já está, em parte, perturbado. Mas o «sistema ministerial», criado no papel, ainda não o substituiu³⁹⁰.

Imerso neste contexto, D. João V começou a observar a necessidade de maior preparo de funcionários para que tivessem a habilidade necessária na resolução de conflitos internacionais com seus pares, com a menor quantidade possível de perdas para a coroa a qual representavam. Atuando como uma extensão da corte no exterior, esses funcionários eram aristocratas e deveriam reproduzir o modelo de sociabilidade de sua corte de origem, inclusive como forma de demonstrar a opulência da coroa.

Foi através deste cenário de disputas por prestígio que se desenvolveu a coroa portuguesa no século XVIII. De um lado, uma corte se reunida em torno de um rei que, aliado a uma força clerical, concedia uma série de privilégios e garantia por este meio seu prestígio, assegurando-se no poder. Por outro lado, a concessão de privilégios diversos aos fidalgos diluía ao longo do império português o poder do monarca. Dito de outra maneira, o Rei detinha poder centralizado na Coroa, e não no império, mas não houve incômodos ao poder real, pois Lisboa ainda era o centro

³⁸⁹BOXER, Charles. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.170.

³⁹⁰CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos pra uma História Comparativa. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010, p. 60.

administrativo do império, garantindo que, ao fim, as decisões ainda passassem, necessariamente por Portugal. Como destacado pela historiadora Maria de Fátima Gouvea, as cortes, as embaixadas e os demais cargos administrativos representavam um sistema construído com uma lógica progressiva. A nomeação para certas regiões ou funções no império implicava, necessariamente, numa hierarquia governativa no interior da administração portuguesa³⁹¹.

Podemos ainda destacar que foi durante o reinado joanino que a figura do rei ganhou importância e maior proximidade com seus sucessivos secretários. Em grande parte do século XVIII, foi este o local do qual se emanava as decisões, era este o *lugar de poder*, tomando de empréstimo a teoria proposta por Bourdieu afirmando que além de algo dinâmico, as relações de poder são construídas através da garantia de que os adeptos da desta disputa carreguem uma quantidade de força, seja ela gerada pela tradição ou pelo capital e que o objetivo final seria o controle do monopólio desta relação, ou seja, o controle daquela sociedade, em última instância³⁹².

Para além disso, sabemos que foi o próprio monarca quem definiu as áreas de atuação das Secretarias de Estado, a saber: Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, responsáveis pelos principais despachos e administração de Portugal, de finanças até instrução pública; a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cuja função era a administração dos assuntos relativos às relações externas (com outras coroas) e organização do Exército; e a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, cuja função principal era auxiliar a administração das possessões portuguesas em suas conquistas além-mar³⁹³.

A Questão era clara, quem se propusesse a entrar na política lusitana almejava estar cada vez mais próximo do monarca, o que representaria compor a Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, e a disputa entre os nobres pela atenção régia era constante. Mesmo com a ascensão de outro monarca, D. José I, o regime secretarial se manteve. Na verdade, podemos dizer que ele inclusive ganhou ainda mais

³⁹¹GOUVEA, 2001, p. 304

³⁹²BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 28-29.

³⁹³FIGUEIREDO, Antônio Pereira. Elogio dos reis de Portugal. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1785, p. 251.

prestígio, fato evidenciado com a presença de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que de uma secretaria conquistou a outra e assegurou para si funções bem semelhantes às de um “primeiro-ministro”. Seu objetivo ao ingressar na vida pública era idêntico ao de seus rivais: participar da esfera mais particular da corte lusitana, o que no caso Josefino se tratava de interagir com as secretarias.

A trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo: De fidalgo à secretário

Nascido em maio de 1699 na cidade de Lisboa, Tereza Luiza de Mendonça e Melo e Manuel de Carvalho e Ataíde presenciaram o nascimento daquele que seria seu filho mais notável. De maneira geral, as informações sobre a família de Pombal são bastante escassas. Seu pai, Manuel de Carvalho, é descrito como um homem da fidalguia, mas, de pequena fortuna e prestígio. Havia servido nas armadas da costa e depois se tornado capitão de cavalos³⁹⁴. Este fator em si já o afastaria do centro de Lisboa, pois era filho de uma longa família sem títulos de peso ou com um nome que os amparasse.

De sua infância e instrução pouco se sabe. João Lucio de Azevedo afirma que ele teria de fato cursado direito em Coimbra e por lá teria ficado mais alguns anos de sua juventude³⁹⁵, enquanto outros pesquisadores, à exemplo do também português Mário Domingues asseguram que ele não frequentou universidade alguma, mas adquiriu seus conhecimentos ao longo de sua carreira e por esforço autodidata³⁹⁶.

A primeira oportunidade que tivera para ingressar na vida cortesã foi quando, por volta de 1723, interessou-se por uma senhora de nome Thereza de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, filha dos condes de Arcos e única herdeira dos Almadás. Por considerarem a família de Sebastião José indigna, recusaram o matrimônio de maneira efusiva, o que mesmo assim não impediu o jovem Sebastião José, como podemos observar no texto abaixo:

A família de D. Thereza opôs-se formalmente a este enlace. Semelhante aliança, no modo de ver d'eles, era uma deshonra, mas não obstante, todos os embaraços, uma noite, a graciosa viúva, auxiliada por um lençol, fugia

³⁹⁴AZEVEDO, João Lúcio. O marquês de Pombal e sua época. São Paulo: Alameda, 2004, p. 18. O capitão de cavalos era um nobre que deveria, do próprio bolso, preparar e aparelhar cavalos para si e sua tropa, que geralmente contavam com poucas dezenas de cavaleiros.

³⁹⁵Idem

³⁹⁶DOMINGUES, Mário. O Marquez de Pombal: o homem de sua época. Lisboa: Romano Torres, 1955, p. 29.

por uma das janelas do Palácio dos condes d'Almada, no Largo de S. Domingos e caía nos braços do seu eleito.³⁹⁷

Por este ato de bravura e ingenuidade, Carvalho e Melo esperava eventualmente ser aceito após tornar-se esposo da viúva Condessa, o que nunca aconteceu e ainda gerou para si um sombrio legado, frustrando seu plano inicial e obrigando-o a retornar para possessões interioranas, sem conseguir nenhum herdeiro desta união³⁹⁸. Protegido e financiado pela sua família, tentou aproveitar o prestígio de seu pai para ingressar nas Armas mas também foi em vão³⁹⁹. Escolhera errado ao apontar suas esperanças ao nome do pai, e logo percebeu o equívoco.

Começou a aproximar-se de seu Tio, Paulo de Carvalho e Ataíde (1679 - 1737) sacerdote e professor na Universidade de Coimbra o que possibilitou seu retorno seguro a Lisboa, uma nomeação a Real Academia de História e, nos anos 20, a integrar provisoriamente a Academia dos Ilustrados, além da aproximação com o epicentro das decisões, o que facilitaria alcançar postos políticos que porventura estivessem em vacância. de herança e morgadios quando seu tio veio a óbito⁴⁰⁰. Mas Carvalho e Melo aproveitaria sabiamente as oportunidades que seu tio abrisse.

Antes de falecer, Paulo de Carvalho e Ataíde havia o apresentado e o defendido piamente perante o “braço direito” de D. João V, D. João da Mota e Silva, mais conhecido como Cardeal da Motta (1685-1747), que mesmo com severas desconfianças, creditou na palavra de seu amigo e inseriu Sebastião José no círculo político de Lisboa. É interessante perceber que Carvalho e Melo não tinha experiência qualquer em tratos diplomáticos, o que gerou desconforto em alguns nobres da corte, que se achavam muito mais capazes que este “fidalgote”.⁴⁰¹

Por mais que pareça paradoxal, a prática não era de todo incomum no Antigo Regime. A teoria e a prática, nesse caso ainda eram de certa forma distantes, é o que nos revelam Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro em seu estudo sobre Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV-XVIII:

³⁹⁷BARROS, Francisco Lobo. Altos Feitos do Marquez de Pombal. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p.3

³⁹⁸BRANCO, Camilo Castello. Perfil do Marquez de Pombal. Porto: L.Couto& Ca., 1882, p.43.

³⁹⁹DOMINGUES, 1955, p. 31.

⁴⁰⁰MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.2.

⁴⁰¹BRANCO, Camilo Castelo, 1882, p. 43

Assim, se no século XVIII a aristocracia tendeu a monopolizar os principais cargos políticos e com eles as principais distinções, há que reconhecer o potencial de mobilidade social conferido pelo desempenho de funções políticas de carácter mais técnico como é o caso dos ofícios judiciais e administrativos nos conselhos e secretarias de Estado, dos postos diplomáticos e dos cargos militares. Por avaliar, com dados empíricos mais consistentes, estão as relações estabelecidas entre estes membros dos segmentos inferiores da nobreza com a aristocracia e o papel desempenhado por essas conexões na consolidação e preservação do próprio poder da elite aristocrática.⁴⁰²

Apesar das críticas, deixando sua esposa em Lisboa, que faleceu poucos meses depois da partida, viajou para as terras bretãs e foi recebido em audiência pública no dia 29 de Novembro de 1738, pouco mais de um mês após sua chegada, e lá foi doutrinado e orientado por Marco Antônio de Azevedo e Coutinho (1688 - 1750), que havia feito carreira diplomática e estava retornando à corte joanina para assumir como Ministro de Assuntos Exteriores e de Guerra em 1736.⁴⁰³

Marco Antônio, apesar do eminente retorno à Lisboa, alongou ainda sua permanência em Londres, instruindo Sebastião José a respeito das negociações e trâmites diplomáticos. A regra ainda era clara: apelar para os experientes, mesmo quando se lançavam novos nomes para cargos já conhecidos. A mentalidade de experiência aliada com competência parece ter se tornado intrínseca.

A atuação de Carvalho e Melo em Londres, infelizmente não pode ser amplamente discutida aqui, mas levantaremos alguns pontos principais. Carvalho e Melo havia recebido de Sua Majestade demandas objetivas: Deveria solicitar apoio militar substancial nas possessões portuguesas no oriente, que estavam sofrendo ataques constantes, principalmente por locais insatisfeitos; deveria observar de perto quais pareciam ser as reais intenções inglesas na expansão da influência no rio Prata, na colônia de Sacramento (região que atualmente está localizada no Uruguai) e se havia algum plano exposto quanto a isso e, em última instância, conseguir vantagens comerciais no comércio dos vinhos portugueses junto ao Parlamento, já que estes eram há muito consumidos na Inglaterra, mas estavam sofrendo com desleal concorrência dos comerciantes britânicos onde deveriam predominar os

⁴⁰² KOROBTCHENKO, Julia. A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756). 2011. 198f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, p. 36.

⁴⁰³ CORREIA, Patrícia. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782). *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, nº 15-16, 2003, p. 212

portugueses⁴⁰⁴.

O fato é que, mesmo com a tutela de alguém experiente, Carvalho e Melo não obteve o reconhecimento nem de seus compatriotas, nem dos ingleses, que inclusive viam os diplomatas portugueses com um certo desdém. Apesar dos incansáveis esforços de Sebastião José, não obteve êxito em nenhuma das pautas solicitadas por D. João V. Os vinhos nunca foram incluídos na pauta do Parlamento britânico enquanto estivera em solo britânico, o apoio às colônias na Índia não passou do campo verbal e a peleja na colônia de Sacramento entre Portugal e Espanha perdurou por mais alguns anos, tendo os ingleses apoiado discretamente os lusos nas negociações.⁴⁰⁵

Sobre os legados levados nos ombros de Sebastião José, podemos esclarecer dois pontos principais. Em solo bretão, aproveitou o quanto possível o conhecimento adquirido sobre economia. Observou atentamente como fora se consolidando a superioridade comercial inglesa e como garantiam seus negócios. Ou seja, através de relatórios constantes e observação cuidadosa, viu nos ingleses a forma de administração financeira que lhe parecia mais frutífera. Paralelamente “usou” sua posição para salientar a fraqueza econômica e política que assolava Portugal na sua opinião, como já ressaltado em outro momento. Em última instância, notou como as leis e regulamentos da região eram sólidas e, à sua maneira, regiam a sociedade de maneira racional, ou seja, observou a composição burocrática de um Estado⁴⁰⁶.

O fracasso dele na sua primeira missão internacional abriu um precedente para os outros nobres: era a chance perfeita para “queimar” um rival político que mesmo ainda possuidor de pouca expressão, tinha um seguro amparo na Corte com Azevedo de Coutinho. A oportunidade então era envia-lo para uma missão na qual ele também fosse forçado a falhar, e assim não teria como retornar de cabeça erguida à Lisboa, e assim seria eliminado um aspirante à vida pública lusitana, uma preocupação a menos neste jogo. A Áustria era a nova oportunidade, até mesmo para o próprio Pombal. Mas a pressão da experiência diplomática pesou assustadoramente. Na corte vienense, Sebastião José não foi, efetivamente, um diplomata português como fora na Inglaterra, era antes de tudo um *Emissário*, o que

⁴⁰⁴ MAXWEL, 1996, p. 6

⁴⁰⁵ BRANCO, Camilo Castelo, 1882, p. 42.

⁴⁰⁶ AZEVEDO, João Lúcio. 2004, p. 98.

tornava sua missão muito mais política do que diplomática. O caráter oficial era entregue a Manuel Pereira de Sampaio, que serviu de pesada oposição a Pombal por ele se apresentar como um “fidalgote”, mas principalmente por se tratar de uma pessoa com a qual o cavaleiro não tinha muita influência⁴⁰⁷.

O que esperava em Viena não era nada menos que uma situação extremamente delicada: disputas entre uma Coroa e a Santa Sé. Após a morte de Carlos VI (1685-1740), o do Sacro-Império ficou com sua filha, Maria Teresa. Entretanto, vários outros reinos reclamaram o direito a posse da Coroa austríaca em detrimento da vontade de Carlos VI, o que trouxe ao cenário europeu mais um momento de instabilidade quando Prússia e Inglaterra se aliavam de um lado e França e Áustria se postavam no outro⁴⁰⁸.

E o outro polo era tão preocupante quanto este. Maria Teresa havia estado também em conflito com a Santa Sé, que estaria incomodada, principalmente com a influência política que o império germânico exercia sobre boa parte da península itálica, mas isso não seria motivo suficiente para começar nenhum imbróglio entre os envolvidos⁴⁰⁹, mas a junção dos dois fatores poderia gerar uma grande guerra no período, e Portugal teria sido forçado pelo Vaticano a assumir a mediação à fim de evitar isso, e esta ficou a par, principalmente de Pombal.

Inicialmente, imaginou ser ideal, principalmente para si próprio, que Portugal não tomasse partido ou adiasse o máximo possível a sua presença nas negociações, era tornar os lusitanos “espectadores de luxo”⁴¹⁰, assim não iria levar em seus ombros desagradados com nenhum dos envolvidos. Quando tal posição não mais foi permitida, Carvalho e Melo tomou partido da imperatriz, principalmente por tornar-se amigo próximo de Manuel Teles da Silva (c. 1697 – s/d)⁴¹¹, um português estabelecido em Viena no qual a imperatriz depositava grande confiança. Mas ainda não era o bastante para o “fidalgote”. Viúvo desde 1738, conheceu na Áustria Leonor

⁴⁰⁷SOARES, Teixeira. O Marquês de Pombal. Brasília, ed: UnB, 1983, p. 78.

⁴⁰⁸BARATA, Maria do Rosário. Portugal e a Europa na Época moderna. in TENGARRINHA, José. História de Portugal. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 120.

⁴⁰⁹DOMINGUES, Mario, 1995, p. 60

⁴¹⁰Idem, p. 67.

⁴¹¹ Não possuímos registros com as datas de nascimento e morte. Entretanto, autores como Kenneth Maxwell, admitem que o conde e o infante D. Manuel tinham idades próximas quando partiram juntos para enfrentar os turcos, o que justifica a data de nascimento, pelo menos.

Ernestina Daun, sobrinha do Marechal Heinrich Richard, o conde de Daun, importante figura na Guerra de Sucessão Austríaca e que gozava de bom prestígio com Maria Teresa⁴¹².

Com duas jogadas, reverteu o jogo à seu favor. Conquistara a simpatia de Maria Teresa e isso possibilitou uma melhora nas relações entre as cortes, sua única e real missão em Viena. Além disso, saiu com mais prestígio que os oficiais lusitanos e muito disso pode ser atribuído ao seu casamento com um membro de uma das famílias que lutavam ao lado da rainha e com seu excelente relacionamento Manuel Teles da Silva, que possuía prestígio na Áustria, local de sua missão e em Portugal, seu berço, a ponto da corte vienense exigir sua presença no processo de reconciliação entre Maria Teresa e Santa Sé⁴¹³.

E aqui temos uma situação curiosa. Nos trabalhos de Nuno Gonçalo, Mafalda Cunha e Maria de Fátima Gouvêa, todos já citados anteriormente, fica evidente a ideia de modificação da mentalidade tradicional, uma suposta racionalização das relações políticas. Os nobres que representariam a corte internacionalmente deveriam ter experiência acumulada para que exercessem bem sua função. E no meio disso temos Sebastião José de Carvalho e Melo, figura de baixa expressão na nobreza que se manteve ativo apenas por apoio familiar e que não apresentou, na sua única oportunidade oficial até o momento, nenhuma qualificação que o fizesse elegível para uma segunda chance.

A questão sepulcral não é apresentar o futuro marquês de Pombal como uma figura de exceção, ou possuidora de uma ilustração rara. Na verdade, a ideia é exatamente oposta. É evidenciar que na Modernidade, por mais que a proposição fosse uma racionalização das relações e instituições administrativas do Reino, a distância entre prática e execução ainda era grande. De fato, méritos sejam atribuídos a Sebastião José, foi de rara habilidade ao aproveitar as oportunidades que teve e os contatos que fez, e no fim, alcançou suas aspirações por mérito, isso é indiscutível. Tanto que ao final de 1749, quando retornara a Lisboa o boato comum era de que, inevitavelmente teria seu nome vinculado à uma das secretários do futuro monarca D. José I.

⁴¹² CORREIA, Patrícia, 2003, p. 213.

⁴¹³ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE. O marquês de Pombal – Obra comemorativa do centenário de sua morte. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 45.

E assim foi. No dia 3 de Agosto de 1750, dois dias depois a sua ascensão ao trono, nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo para o cargo deixado por seu tio, o de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁴¹⁴ para satisfazer os desejos os desejos do próprio e de sua mãe, mas para próximo de si trouxe duas figuras que acalmariam a nobreza e que seriam de confiança. Para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino manteve o nome de Pedro da Motta e Silva que fora ministro com D. João V. Por fim, trouxe para perto de si o abade Diogo de Mendonça Corte-Real, sobrinho do ministro de mesmo e cujo pai também serviu durante o período joanino nomeando-o para a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos⁴¹⁵.

Conclusão

Após os brevíssimos apontamentos deste trabalho, podemos perceber que Carvalho e Melo, mesmo que não ao cargo estimado inicialmente foi notado pelas famílias mais tradicionais do Reino e era figura ativa na política Josefina no início do reinado deste. Uma nova política com velhas roupagens remendadas. Por mais que sua figura possa não ser marcada por originalidade, certamente será sempre marcada com oportunismo e dedicação. Marco Antônio de Azevedo, D. Luís da Cunha, Manuel Teles da Silva, D. Maria Ana de Áustria, D. José I apenas para citar os nomes mais clássicos, um a um simpatizaram e impulsionaram a carreira de Carvalho e Melo que, em Viena teria conseguido se fazer notar, e foi recompensado por isso.

Estava inserido em uma política centrífuga, onde era normal que os nobres perseguissem sua posição na corte de fora pra dentro. Das possessões longínquas ou menos rentáveis até Lisboa, os nobres disputavam sua posição ferozmente. Sebastião José demonstra uma outra faceta: precisou de fato de experiência. Ingressou nas discussões e na vida pública desde 1733 e prestou serviços à Coroa por 12 anos, quando enfim retornou ao solo lusitano e enfim pôde participar do centro de tomada de decisões, quando já tinha cerca de 50 anos. Não trata-se, portanto de uma figura de exceção, mas sim de uma situação que confirma a regra geral: a Corte de Lisboa não era imediata para nenhum nobre, nem era de fácil

⁴¹⁴MONTEIRO, Nuno. D. José I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 68.

⁴¹⁵CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1882, p. 54.

acesso. O empenho, a habilidade e principalmente a experiência eram fatores de desequilíbrio, dos quais D. João V e D. José I souberam aproveitar com maestria.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, João Lúcio. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BARATA, Maria do Rosário. Portugal e a Europa na Época moderna. in TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

BARROS, Francisco Lobo. **Altos Feitos do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANCO, Camilo Castello. **Perfil do Marquez de Pombal**. Porto: L.Couto& Ca., 1882.

CLUB DE REGATAS GUANABARENSE. **O marquez de Pombal** – Obra comemorativa do centenário de sua morte. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

CORREIA, Patrícia. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782). **Camões** - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, 2003.

CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**. Elementos pra uma História Comparativa. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010.

DOMINGUES, Mário. **O Marquez de Pombal**: o homem de sua época. Lisboa:

Romano Torres, 1955.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira. **Elogio dos reis de Portugal**. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

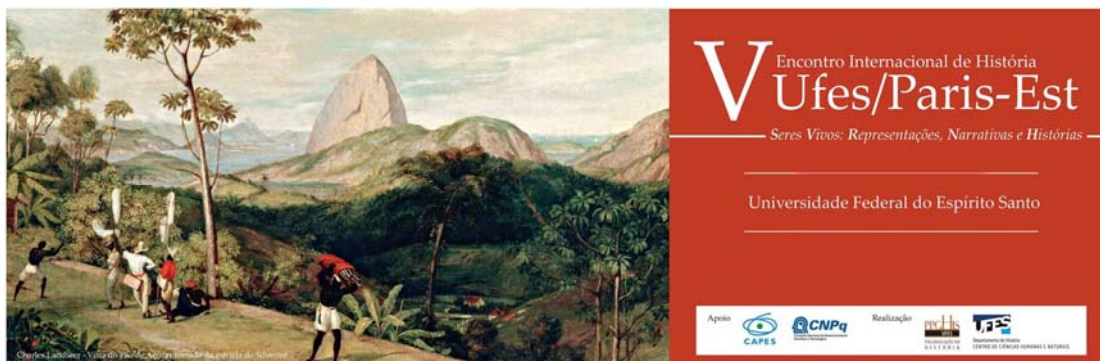
KOROBTCHENKO, Julia. **A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra**: A insituição, os instrumentos e os homens (1736-1756). 2011. 198f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa.

LOPES, Marcos Antônio. **O imaginário da realeza**: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Nuno. **D. José I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

PRADO, Maria Emília (org.). **Tradição e modernidade no Mundo Ibero-Americano**. Atas do Colóquio Internacional. Rio de Janeiro: CNPq, 2004.



OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA DA MEDICINA E DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA.

Karolina Dias da Cunha
Mestranda em História – UFES

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo a apresentação de uma análise da bibliografia produzida no Brasil sobre a história da medicina e da Saúde Pública brasileira, enquanto objetos de estudos de pesquisadores, médicos e historiadores. Dessa forma, analisaremos o fazer da história da medicina brasileira e da saúde pública em três momentos diferenciados. Num primeiro momento, apresentaremos os trabalhos dos "médicos-historiadores", que tinham como alvo estabelecer uma visão enobrecedora e triunfante da medicina acadêmica. Focando assim, na instituição de uma medicina acadêmica forte que ocupava um lugar privilegiado quando comparada a outros campos científicos. Um segundo período, principiado na década de 1970, foi marcado pela influência dos pesquisadores brasileiros "foucalutianos". E por fim, a partir da década de 1990, as abordagens que questionam o prestígio da medicina acadêmica.

Palavras chaves: História da medicina; Saúde pública brasileira;

RESUME: Ce document vise à présenter une analyse de la littérature produite au Brésil sur l'histoire de la médecine et de la santé publique brésilienne, comme des objets de chercheurs de l'étude, les médecins et les historiens. Ainsi, nous chercherons à faire l'histoire de la médecine et de la santé publique brésilienne en trois moments différents. Dans un premier temps, nous présentons le travail de "medical-historiens" qui visaient établir une vision édifiante et triomphant de la médecine universitaire. Mise au point de sorte à établir une forte médecine universitaire qui a occupé une place privilégiée par rapport à d'autres domaines scientifiques. Une deuxième période, sur des principes dans les années 1970, a été marquée par l'influence de chercheurs brésiliens "de foucalutianos". Enfin, à partir des années 1990, les approches à cette question le prestige de la médecine universitaire.

Mots clés: Histoire de la médecine; La santé publique brésilienne;

Os "médicos-historiadores" e suas produções históricas

A prática de uma História das doenças, da Saúde Pública, da Medicina e também das diversas práticas de cura, muito deve à multiplicidade de métodos e abordagens apanhadas pelo diálogo da História com outras disciplinas, tais como a Antropologia, Filosofia e a Sociologia. Para Ribeiro

Foi a partir da expansão do campo das indagações do passado, proporcionada pela interdisciplinaridade e pela utilização de fontes, até então esquecidas, questões relativas ao corpo, às doenças e às curas vêm despertando interesse cada vez maior entre os estudiosos da história. (1997, p. 15)

Dessa forma, analisaremos o fazer da história da medicina brasileira, da história das doenças, das práticas de cura e da saúde pública em três momentos diferenciados. Num primeiro momento, os olhares para este tema, eram comuns os trabalhos que tinham como objetivo estabelecer uma visão enobrecedora e triunfante da medicina, vista como um saber que se desenvolvia progressivamente e tratando a classe médica como uma elite heróica na vanguarda da luta contra as doenças que atingiam a população brasileira. Esses textos foram produzidos quase que exclusivamente por médicos e ofereciam uma narrativa descritiva e esquemática que conduzia inexoravelmente à celebração dos avanços da medicina moderna. Como exemplo dessa forma de trabalho podemos recorrer à obra de Nava, pois considera que "para traçar a história da medicina de qualquer coletividade, é necessário um conhecimento acurado das fontes, admitidas como indispensáveis"(2004:219).

O autor também considera fontes como documentos clássicos que descreviam o clima, a fauna e a flora brasileira e as mais importantes são os conhecimentos da medicina do tempo, pela leitura de documentos e sua comparação com os da medicina clássica, têm sua importância apenas por serem informativo. Assim ele considera que é impossível dizer quando começou a medicina na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, por falta de documentos indicativos. Por fim, em seu trabalho Nava, buscou levantar questões significativas ao questionar sobre qual seria a medicina brasileira de seu tempo? Seria dos índios? O que falar das práticas

de curas diferentes das conhecidas e trazidas pelos portugueses às terras brasileiras.

Outro trabalho que apresenta uma abordagem enobrecedora da medicina brasileira é do pesquisador Trindade(2013). O livro propõe a lembrança de alguns dos nomes que possibilitaram avanços científicos e humanitários, de fatos e feitos que marcaram o desenvolvimento do país. O interesse da obra está em dar visibilidade aos primórdios da pesquisa médica no Brasil e os tempos de formação das primeiras Escolas Médico Cirúrgicas do país.

Ademais, em relação a este primeiro momento da prática de uma história da medicina. Edler, os chamou de estudos pioneiros:

Os estudos pioneiros sobre a medicina oitocentista foram escritos quase exclusivamente por médicos voltados para o passado de sua profissão com a perspectiva de estabelecer uma certa memória que conduzia inexoravelmente à celebração da medicina vigente. (1998, p. 170)

Dessa maneira, houve a construção de uma história puramente intelectual da medicina brasileira dos setecentos até os oitocentos, o que para Edler, conduziu a literatura pioneira a dedicar-se aos aspectos mais palpáveis de nossa vida médica e as instituições médicas foram, deste modo, seu posto de observação prioritário.

Por fim, Marques observou que "as histórias da medicina colonial têm sido escritas principalmente por médicos e analisadas pelo olhar que vê por dentro a prática de seus pares"(1999:27).

Por isso considerou que foram incomuns os trabalhos históricos que neste primeiro momento observaram as relações entre médicos e os demais agentes de cura, muitos destes trabalhos foram construídos a partir da observação dos documentos oficiais que atendiam ao formato da administração metropolitana no Brasil. Marques nos elucida sobre a constituição de uma medicina brasileira nos setecentos sob a ótica de um outro ponto de partida, o de que o avanço das demais artes de cura esteve intrinsecamente ligado às diferentes raízes culturais das populações aqui residentes. Dessa forma, ponderou em sua pesquisa, que não foi um reduzido número de médicos metropolitanos que estimulou ou proporcionou o desenvolvimento dessas práticas de cura, não era a falta de médicos formados que possibilitava a atuação de curadores consideramos ilegítimos. Para a pesquisadora,

as tradições culturais refletidas na arte de curar dos negros e indígenas abriram espaço para que se disseminassem seus próprios curadores e terapêuticas. Assim, notamos que diferentemente de Nava e os demais pesquisadores que narraram a história de um grande triunfo da medicina acadêmica, Marques parte de uma corrente historiográfica que a partir dos anos de 1990 começou a construir abordagens que buscavam relativizar e questionar o prestígio da medicina acadêmica do século XIX.

Ainda segundo Nava, em todo o Brasil oitocentista os bruxos, os padres, os fazendeiros, e chefes de família que exerciam sua medicina amadorística utilizavam de uma vasta coleção de literatura de medicina erudita e completa:

Foi certamente, a junção da medicina popular portuguesa, medicina indígena, medicina dos religiosos e feitiçaria que entraram em sincretismo e incorporou o que ficou até hoje como nossa medicina popular, esta constituída tanto de experiência coletiva, como de ensinamentos advindos de livros destinados a fazer leigos suprirem bem ou mal a escassez ou a ausência dos médicos (...) O curioso que destes livros da medicina erudita posta ao alcance do leigo e de sua mistura aos manuscritos terapêutica doméstica que passavam de família em família, como receitas de doce, derivou uma literatura de feitiçaria, litomancia, astrologia das mais curiosas que se espalharam pelo Brasil(...) (2004, p. 227)

A história da medicina pelo olhar dos "foucaultianos"

Foucault (2004) em *O nascimento da clínica* pesquisou a produção do conhecimento da medicina e seus caminhos no século XIX. E muito influenciou os pesquisadores brasileiros, que a partir da década de 1970 produziram seus trabalhos inspirados nas obras de Foucault, principalmente utilizando a visão de que a medicina acadêmica seria um instrumento utilizado de forma privilegiada pelo Estado para a disciplinarização e domínio das populações urbanas brasileiras desde o período Imperial, passando a ganhar mais fôlego com a implantação do regime republicano. Nestas abordagens dos "foucaultianos" a classe médica teria desenvolvido um projeto de medicalização da sociedade que colocaria todos os seus setores em uma posição de subordinação ao seu saber, ao mesmo tempo em que ofereceria suporte ideológico para a construção de um aparelho estatal repressor e coercitivo. O livro *Danação da Norma*, de Roberto Machado e colaboradores (1978), pode ser considerado como uma das obras pioneiras neste tipo de abordagem.

Em relação a obra de Machado, Edler (1998) completa:

O livro de Machado dedicou-se à desvendar a gênese das instituições psiquiátricas na sociedade capitalista brasileira. O seu conceito de medicalização da sociedade permitiu-lhe descrever as relações entre os saberes médicos e as práticas políticas da sociedade inclusiva não como uma justaposição ou exterioridade, mas como imanência. Destacou-se, assim, o papel jogado pela medicina na disciplinarização da população urbana do Império. Através de um conjunto de teorias, políticas e práticas que se aplicavam à saúde e bem-estar da população, apreendido pelo conceito de polícia médica. Machado analisou um tipo apoio científico que teria sido indispensável não só à constituição de uma ordem prévia ao desenvolvimento do capitalismo, como ao exercício de poder do Estado. (1998, p. 174)

Através da primazia das questões higiênicas, ordenadas a partir do século XIX, inauguraram todo um conjunto de tecnologias de controle e disciplina do corpo. As políticas de assistência à saúde organizadas pelas instituições higiênicas que em sua maioria foram instituídas a partir do século XIX, vão atuar desenvolvendo as regras sociais de prevenção de doenças, medidas de controle, desenvolvimento de uma prática clínica e preocupação com a prevenção das doenças.

Em relação à chegada da dinastia de Bragança ao Brasil, para os "foucaultianos" o período joanino (1808-1821) marcaria o início da trajetória de normalização médica da família patriarcal, operando em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano e a construção do Estado nacional. Já para os "médicos-historiadores" foi um período louvável e até mesmo digno de glorioso, pois para eles foi dada a oportunidade da nação desenvolver cientificamente uma medicina oficial, acadêmica e forte.

Uma construção de uma identidade médica, associada a uma figura santificada do médico ideal como um homem de princípios elevados se desenvolveu mais intensamente no Brasil do século XIX, também estava sendo aprofundada em toda a Europa neste período relatou Porter (2004). "através de um interrogatório minucioso, o médico determinava os sintomas (anotando o histórico do paciente), determinava a natureza da doença, estruturava um diagnóstico e formulava regime de tratamento."(2004:53)

Assim, Porter comentou que "a medicina foi capaz de compreender as doenças de que as pessoas morriam, mas não conseguia impedi-las de morrer"(2004:57).

Dessa forma, o alvo privilegiado da intervenção médica tornou-se cada vez mais, o corpo individual. Porter enfatizou

Em parte para aplacar o pavor de doenças que raríssimas vezes conseguiam curar, o tratamento médico primário do século XIX agarrou-se a práticas públicas tranquilizadoras familiares. O paciente particular pagante mandava chamar o médico de sua escolha e as relações entre os pacientes e os médicos de família eram pessoais e regidas pelo rígido protocolo do comportamento cavalheiresco. (2004, p. 54)

E tanto para Porter, quanto para o pensamento de Foucault foi justamente neste momento, em que o poder médico cresceu exponencialmente.

A história da saúde dialogando com outros campos históricos

A partir da década de 1990, começaram a ser produzidas abordagens que procuravam relativizar e questionar o prestígio da medicina acadêmica na sociedade durante o percurso de construção de um Estado Nacional no Brasil, explorando as tensões produzidas entre os representantes do saber médico e os agentes do poder público no processo de construção de uma política de saúde. Questionaram também o prestígio da classe médica junto a uma população brasileira que se encontrava em contato com uma série de práticas diferenciadas de cura, que poderiam ser acionadas em caso de adoecimento, em detrimento da medicina oficial. Como exemplos, mencionamos a abordagem de Beltrão (2000) sobre as diversas práticas de cura que ocorriam no Grão-Pará durante a epidemia do cólera no século XIX. E a pesquisa de Figueiredo (2008) estudando a arte de curar no Brasil no século XIX, a presença de curandeiros, rezadores, conhecedores de ervas e raízes, praticantes de simpatias, conselheiros, parteiras e barbeiros, todos estes se mobilizavam para a cura de doenças. Tão forte é a atuação e a tradição de muitas práticas, que, conforme narra a pesquisadora Figueiredo, elas invadem a própria intervenção médica sobre o corpo doente, como puderam constatar viajantes, escandalizados ao observar muitas recomendações médicas de rezas e feitiços. Dessa forma, o caminho escolhido por pesquisadora para dar conta de estudar a atuação das diferentes formas de curar, não é a análise das relações de poder, mas sim de descobri-las e problematizá-las no plano das próprias práticas enraizadas na sociedade e na cultura da época.

Pensar a medicina num horizonte mais amplo se tornou o objetivo destes trabalhos produzidos no final do século XX. Ribeiro (1997) buscou enfatizar as sensibilidades, o imaginário e todos os elementos normalmente inseridos no campo da história das mentalidades. E ao longo de sua obra estabelece os motivos que conduziram à

formação do que chama de um saber médico peculiar à Colônia brasileira, identificando que fatores como a precariedade da vida material e a raridade de médicos, deixaram um amplo espaço para as práticas de cura de homens e mulheres que detinham conhecimentos de ervas, raízes e outros ingredientes naturais. Também para a autora, uma arte médica multifacetada e afeita ao universo da magia foi desenvolvida a Colônia brasileira, a ideia de que houve um processo de trocas culturais está presente em seu trabalho, ao afirmar sobre uma aproximação entre a medicina erudita e o saber popular, por conta da dependência que os indivíduos teriam em relação aos fenômenos da natureza e do sobrenatural. Porém, ela relata que mesmo com o predomínio da concepção de um mundo regido por forças mágicas, arraigada e, todos os níveis de sociedade, os poderes ligados à Igreja e à medicina oficial empreenderam severas repressões às crenças e ações consideradas supersticiosas.

Ademais, outra pesquisa que podemos identificar enquanto participante da seara de produção de uma história de medicina engajada em observar mentalidades e caminhar a história da saúde na perspectiva do diálogo com outros campos historiográficos. Vem através do trabalho de Marques (1999), ao afirmar que é possível identificar nos meandros dos documentos oficiais e naqueles não oficiais a presença de outros atores. Assim seu texto surge com a perspectiva de que o florescimento das demais artes de cura esteve intrinsecamente ligado à diferentes raízes culturais das populações residentes no Brasil setecentista. Diferentemente do que afirmou Ribeiro, ela garante que não foi o reduzido número de médicos metropolitanos que estimulou e deu espaço para o desenvolvimento destas práticas. "Não era a falta de médicos formados que possibilitava a atuação de curadores considerados ilegítimos." (1999:28).

Dessa forma, Marques considerou que o procedimento histórico de vangloriar a prática médica lusitana, contribuiu para manter relegados e esquecidos saberes que são constituintes de áreas do conhecimento médico. Para a pesquisadora:

Os boticários valiam-se de todos os recursos, lançando mão da rica flora existente no país e para utilizá-la, recorriam aos conhecimentos de todos aqueles que se dedicavam ao ofício de curar. Dos mezinheiros aos pajés, passando por formulações desenvolvidas pelos jesuítas, todos os medicamentos tentavam dar conta de aliviar os males que atingiam os habitantes da Colônia brasileira. Assim os remédios teriam sido, em última instância, resultantes da aproximação das culturas presentes no Brasil.

(1999, p. 29)

Por fim, podemos completar que a partir de 1990 surge uma nova prática de se fazer a história da saúde, da medicina e das curas. Se as obras consideradas pioneiras, estavam preocupadas em estabelecer a figura do médico enquanto o único capaz de proporcionar cura às pessoas doentes e a pesquisar fórmulas para curar. As produções historiográficas dos anos 90 que criaram diálogo com outros campos do saber, provocaram um questionamento sobre o que de fato poderia curar as pessoas no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX. Quem eram os que buscavam realizar estas curas, bem como, quais saberes estavam envolvidos na arte de curar?

Portanto, a busca por uma história da medicina que visualizasse os saberes dos quais o homem pôde utilizar-se para a cura de determinadas doenças e para o desenvolvimento da própria ciência médica foi o alvo traçado pela historiografia da saúde brasileira a partir dos anos 90. Assim, os saberes que foram dos pajés, conhecedores de ervas, de mulheres consideradas bruxas ou feiticeiras e a trajetória de médicos e boticários, passaram a ter muita ênfase nas narrativas produzidas sobre da história da medicina e da Saúde Pública no Brasil.

Referências

BELTRAO, Jane Felipe. **A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão- Pará do século XIX**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Vol. 6. [set/2000]; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

EDLER, Flávio. **A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico**. IN: Asclépio. V. L-2, 1998. P.170-174

FIGUEIREDO, Betânia G. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. [2.ed.]. - Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2008.

MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARQUES, V. **Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil**

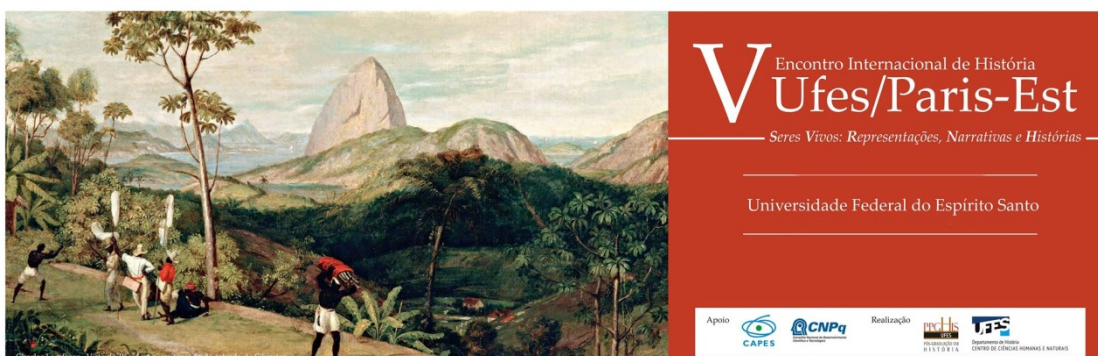
setecentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. P.28.

NAVA, Pedro. **Capítulos de História da Medicina no Brasil** [1949]. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.

PORTER, Roy. **Das tripas coração - Uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RIBEIRO, Márcia M. **A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TRINDADE, Diamantino F. **Médicos e Heróis: os caminhos da medicina brasileira desde a chegada da Família Real até as primeiras décadas da República**/ Diamantino Fernandes Trindade; colaboradores: Ana Paula Pires Trindade, Érico Vital Brazil. - 1ª ed. - São Paulo: Ícone, 2013.



AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO IDEÁRIO DO MATRIMÔNIO EM PORTUGAL NO BAIXO MEDIEVO

Laila Lua Pissinati
Graduanda em História - UFES

RESUMO: Na sociedade portuguesa do século XV, a situação da mulher e do homem eram claramente distintas. Havia relativa liberalidade para a satisfação dos desejos masculinos, desde que fossem preservadas as mulheres de status elevado. Contudo, as mulheres pertencentes a estamentos inferiores poderiam ser seduzidas e tornadas barregãs. Embora a desigualdade de gêneros seja anterior ao cristianismo, o discurso cristão foi fundamental para a propagação da misoginia. A Igreja estabeleceu uma dualidade entre o homem (razão e mente) e mulher (corpo e desejo). Havia a ideia, de que a mulher levava o homem ao pecado, pois ela era sempre comandada pelos desejos da carne, e, logo, estava distante do espírito de Deus. O matrimônio que era considerado sagrado e indissolúvel, era, ao mesmo tempo, tido como pecaminoso, uma canalização aos desejos. Levava-se em conta os interesses econômicos, políticos e sociais do casamento, uma espécie de acordo interfamiliar, não importando os laços afetivos dos cônjuges. Por meio da análise das crônicas produzidas no período proposto, esse artigo analisará os discursos da Igreja Católica, que permeavam aquela sociedade, sobre a moral da mulher e sua sexualidade, bem como seu lugar dentro do matrimônio.

Palavras chaves: Mulher; Casamento; Igreja Católica; Moralidade; Baixo Medievo.

ABSTRACT: In Portuguese society of the fifteenth century, the situation of women and men were clearly distinct. There was relative liberality to satisfact male desires, as long as high status women were preserved. However, women that belonged to lower strata could be seduced and made concubine. Although gender inequality pre-dates Christianity, Christian discourse helped to spread misogyny. The Church established a duality between man (reason and mind) and women (body and desire). There was the idea that the women led men to sin, for she was always driven by the desires of flesh, and there for was far from the spirit of God. Marriage,

that was considered sacred and indissoluble, was also considered sinful, a conduit to desire. It took into account the economic, political and social interests for wedding, a kind of interfamilial agreement, no matter the emotional ties of the couple. Through the analysis of the chronicles produced in the proposed period, this article will analyze the Catholic Church speeches which permeated that society, on moral of women and their sexuality, as well as its place in marriages.

As sociedades humanas são coagidas naturalmente a reproduzirem sua espécie, bem como todos os organismos vivos (DUBY, 1989). No período medieval, esse desejo natural e coletivo do indivíduo de perpetuar a sua espécie perdia espaço para os interesses individuais da procriação de uma linhagem. No entanto, as sociedades ocidentais cristãs estavam organizadas sobre o antagonismo entre carne e espírito. O corpo, os prazeres da carne e tudo relacionado a ele, segundo a teoria da Igreja, era a fonte de maldição. Quem estivesse sobre os comandos da carne, estava distante do espírito de Deus. Assim, mesmo o casamento sendo considerado sagrado e indissolúvel – como o casamento de Cristo com a Igreja – ele era, em contrapartida, considerado pecaminoso, uma canalização aos desejos da carne.

O matrimônio era exercido apenas para uma perpetuação da espécie e as relações sexuais só eram permitidas dentro dele. As Escrituras estipulavam o que era permitido no âmbito conjugal, principalmente no que diz respeito ao sexo. Baseado em um trecho de Gênesis, que diz “e serão dois numa só carne”, a união é considerada perpétua e indissolúvel. O divórcio só era aceito em caso de prostituição, que era rigorosamente proibida. Entretanto, o divórcio era realizado em casos de necessidades e interesses políticos. Sabe-se que após a Reforma Gregoriana, a Igreja enfatizou a proibição das relações incestuosas, contudo, sabe-se ainda, que dentro das casas reais da Península Ibérica, os casamentos entre pessoas de uma mesma família eram frequentemente realizados para que aquela linhagem fosse conservada.

As famílias nobres de Portugal levavam em conta os benefícios políticos, econômicos e sociais que o casamento poderia gerar, não importando os laços afetivos dos cônjuges. O matrimônio era uma espécie de acordo interfamiliar. Tudo indica que quanto maior fosse o poder e a riqueza da família, mais ela intervia no

rumo de seus integrantes na formação do matrimônio (FELDMAN, 2008). Alguns jovens, contrariando suas famílias, realizavam o chamado casamento “clandestino” ou “casamento a furto ou de juras” (SERRÃO, 1961-1971). Assim realizou-se o casamento de D. Fernando I com D. Leonor Teles, descrito em uma das crônicas elaboradas no século XV. Em famílias de estamento inferiores esse controle do matrimônio não era exercido, via de regra, uma vez que essas relações não envolviam interesses adjacentes.

A organização social girava em torno da família essencialmente patriarcal. As decisões eram tomadas em conjunto familiar. Dentre os poderes da família, estava o direito de determinar com quem os membros daquela casa deveria se casar. Os futuros noivos participavam da decisão, porém, quase não havia peso em suas opiniões. Além disso, os argumentos de afeição, afinidade e amor de nada importavam.

A instituição familiar era tão sólida que a existência de filhos ilegítimos e de barregãs não a abalava em nada. Grande era a flexibilidade no que diz respeito as relações extraconjugais de membros masculinos do clã familiar. A honra da família era coletiva, dessa forma, toda a família era envolvida no casamento. Via de regra, o novo casal vivia sobre o mesmo teto da família do noivo. A mulher recém casada agora fazia parte da casa de seu cônjuge. Todavia, se fosse o caso de a casa da esposa não possuir herdeiros do gênero masculino, sendo ela filha primogênita, seu esposo herdaria a casa do sogro, e o filho dessa união, receberia o nome da família materna para que assim aquela linhagem se mantivesse. Tudo isso era previamente acordado. (FELDMAN, 2008, p. 72 e 73)

Os casamentos de cunho político eram dominantes entre a classe nobre. A maioria dos casamentos se davam entre infantes portugueses e membros da casa real castelhana. Em seguida, vinha os casamentos entre membros da casa real portuguesa e membros da alta nobreza de Portugal, diretamente ligados à casa real (FELDMAN, 2008, p. 82 e 83).

Antes do século XII, quem escrevia sobre as mulheres, eram, em geral, membros do clero, indivíduos que viviam fechados nos mosteiros, separados do mundo feminino pelo celibato. Sem saber nada sobre as mulheres, as representavam como

imaginavam, com medo e estranheza. Nesses relatos acerca da mulher, elas eram apontadas como inimigas, uma fonte de maldição para os homens, sempre inferiorizadas.

Santo Isidoro de Sevilha julgou a palavra “feminina” como oriunda da palavra grega *fos*, cujo significado é força que queima, por conta do forte desejo sexual que se atribuía ao sexo feminino (FONSECA, 2009). Acreditava-se que o pecado entrou no mundo por meio da mulher e de sua sexualidade. Isto é, a sociedade medieval via a natureza feminina e tudo relacionado a ela como perverso e pecaminoso. Laqueur reforça que “o lugar-comum da psicologia contemporânea – de que o homem deseja o sexo e a mulher deseja relacionamento – é a exata inversão das noções de pré- iluminismo, que desde a antiguidade, ligava a amizade aos homens e a sensualidade às mulheres” (2001).

Por conta do discurso da Igreja a respeito das mulheres, construído ainda no período clássico, a sociedade portuguesa em fins da Idade Média temia a sexualidade feminina de tal forma que levou os próprios clérigos a viverem sob um estatuto de celibato e castidade, reclusos da presença feminina. A teoria clerical admitia o ato sexual apenas para a procriação, afirmando, assim, o domínio do homem sobre a mulher. Segundo Aristóteles,

A fêmea sempre fornece o material, o macho fornece o que molda, pois esse é o poder que nós dizemos que eles possuem, isso é o faz deles macho e fêmea... enquanto o corpo é da fêmea, a alma é do macho. Os princípios de macho e fêmea podem ser considerados, primeiro antes de tudo quanto às origens da geração; o primeiro contém a causa eficiente da geração e o último a causa material." (apud SILVA e MEDEIROS, 2013)

Jacques Le Goff, em o Imaginário Medieval, cita uma passagem de Coríntios 1:07 que diz “Digo aos solteiros e as viúvas que é melhor permanecerem no mesmo estado que eu. Mas, se não aguentarem, casem-se, por que mais vale casar-se do que abraçar-se. (...) Por tanto, quem casa a filha faz bem, mas quem não casa, faz melhor”. Tal passagem revela o caráter pecaminoso que se atribuía ao casamento. Essa instituição oferecia um status legal a uma atividade que se aproximava da ilegalidade. Releva também o valor espiritual que possuíam as virgens, assimiladas ao símbolo da Virgem-Maria, mãe de Cristo, pois essas não conheciam os desejos da carne e assim, estavam mais próximas do espírito de

Deus, no topo da lista que levava ao Paraíso. Duby ressalta que,

“Para a moça, o que se exalta e o que toda uma teia de interditos procura cuidadosamente garantir é a virgindade e, no que diz respeito à esposa, a fidelidade.” (DUBY, 1989)

A Igreja defendia o refúgio em conventos para as mulheres solteiras. Porém, o pecado não estava apenas no ato sexual, mas no simples desejo, pensamento e na própria natureza sexual feminina.

A percepção do mundo se dava através do texto sagrado, sobretudo no livro de Gênesis. A interpretação dos textos bíblicos atribuída aos teólogos da Igreja, como Agostinho e Ambrósio, sobre a criação da mulher foi incessantemente reproduzido ao longo do período medieval. A primeira versão da Criação diz que, Deus criou “o homem à nossa imagem, à nossa semelhança”, ou seja, “homem e mulher” (Gênesis, I, 26-27), é deixada de lado. Os clérigos elegeram e disseminaram a segunda versão onde Eva foi modelada a partir da costela de Adão (LE GOFF E TRUONG, 2006). Para Le Goff, a desigualdade original da mulher nasce, portanto, da interpretação clerical misógina da criação dos corpos.

Uma interpretação sobre a história de Adão e Eva, coloca Eva como um “arrependimento” do Criador e justifica a dominação masculina. O objetivo inicial de Deus era criar um homem, um ser andrógino, assexuado. Em seguida, preferiu criar uma mulher para que fizesse companhia a esse homem. Subtende-se daí que a mulher ocupa um lugar secundário na Criação, sendo assim, está sujeita ao homem, visto que sua razão existencial é a de lhe fazer companhia. Adão foi quem deu um nome a Eva, o que significa que ela é uma criação imperfeita, e só se torna perfeitamente acabada assim que Adão lhe concede um nome. Além disso, ato de nomear, confere a ideia de tomada de posse. Contudo, o pensamento de Santo Tomás de Aquino, vai de encontro a essa ideia, pois ele defende que Eva seria igual a Adão, por ter sido criada a partir da costela dele, e não dos pés para ser inferior e nem mesmo da cabeça para ser superior. Ao criá-la do meio do corpo de Adão, Deus preconizava que ela seria igual a Adão. (SILVA e MEDEIROS, 2013, p. 8)

A relação da mulher com o pecado e o sexo se torna um estigma e uma carga de culpa das mais variáveis possíveis. Le Goff afirma que ela paga na sua

carne a transformação dos teólogos do pecado original em pecado sexual. A sua natureza biológica é diminuída, já que a “incultura científica da época” (LE GOFF E TRUONG, 2006) desconsidera a ovulação, considerando apenas o sexo masculino responsável pela fecundação.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica determinou os papéis sociais dos gêneros a partir do controle sobre o corpo feminino (TEDESCHI E SILVA, 2011). O corpo humano era, segundo a teologia medieval, bipartido: a parte superior (razão e espírito) estaria do lado masculino, enquanto a parte inferior (corpo e carne), do lado feminino (LE GOFF E TRUONG, 2006). Havia a ideia, propagada pelo clero, de que a mulher levaria o homem ao pecado e à fornicação, pois ela estaria sempre comandada pelos desejos da carne, e não pelo racional e espiritual. Essa disposição de gêneros coincide com a forma em que a sociedade estava estruturada, o antagonismo entre carne e espírito. O domínio sobre as mulheres na sociedade medieval fazia-se necessário pois para que elas pudessem existir seus corpos deveriam ser controlados e subjugados à religião, logo, a autoridade masculina.

A mulher, em geral, era sempre controlada por um indivíduo masculino. A alocação do pecado original, como fruto do comportamento feminino, sugere que o homem deva controlar a mulher. Quando solteira, vivia sobre o controle de seu pai, e em sua ausência, de um irmão mais velho, ou do homem mais próximo responsável pela família. Depois de casada era controlada pelo marido. E caso ficasse viúva, era dominada pelo filho mais velho ou então pelo chefe daquela linhagem que agora ela pertencia. O casamento e a maternidade era um meio de controlar a feminilidade. O matrimônio concedia ao marido o poder sobre o corpo da mulher, segundo a lei do casamento, na qual se acreditava ter sido instituído por Deus. A lei proibia a esposa de negar-se ao marido, para evitar que este se entregasse a fornicação (MAZIOLI, 2013).

O homem não poderia jamais excitar a mulher, não podendo ela sentir nenhum prazer com a relação sexual, pois esse tipo de relação era permitido apenas para a procriação (MAZIOLI, 2013), principalmente, as casadas, por serem submissas, não deveriam sentir esse prazer, pois eram consideradas o próprio diabo caso sentissem. É difícil pensar em como a mulher casada poderia ter uma vida santa,

uma vez que ela vivia sobre a prática do ato sexual, já que uma de suas funções era a maternidade. A salvação para ela seria um resgate. Nesse âmbito, a visão que se tinha da mulher é de que ela teria sido feita para procriar, gerar filhos homens, herdeiros de seus maridos. A boa esposa medieval deveria respeitar os sogros, honrar a mãe de sua nova família, segundo manda as sagradas escrituras, ser uma boa mãe e mulher fiel, e uma dona de casa cuidadosa.

Desde a antiguidade, a mulher é submissa ao homem, caso contrário, eram vistas como prostitutas, pela sociedade, poderiam ser interpretadas como desafiadoras dos princípios morais no contexto social e da Igreja Católica. (SILVA e MEDEIROS, 2013, p. 14 – 15)

Há relativa liberalidade para a satisfação do desejo masculino, desde que respeitadas certas normas, nas quais a hierarquia, a preservação das mulheres de estirpe nobre ou status elevado fosse mantida. As mulheres dos estamentos inferiores poderiam ser facilmente seduzidas e tornadas barregãs, se, e caso os homens associados ao poder obtivessem seus favores carnavais.

Desde cedo, a educação que era dada às filhas dos nobres girava em torno de servir ao homem. Aprendiam a ler com a finalidade de distrair e entreter os seus maridos guerreiros que descansavam; e no âmbito religioso, tinham de zelar pela salvação do marido e da família. De alguma forma, todas as mulheres deveriam dedicar-se a servirem a um marido. Entretanto, a regra era que apenas o filho sucessor deveria se casar e gerar prole, para conservar a integração dos bens daquela família. Os outros filhos nobres, deveriam se dedicar à guerra ou à atividade clerical, sem casar e gerar descendência. Tal regra gerava um problema para as mulheres medievais que condicionavam as suas vidas a encontrar um bom casamento, e se dedicavam a isso. As mulheres que não alcançassem esse objetivo, a Igreja indicava o celibatário. Vale lembrar, que pelo modelo criado pelo cristianismo, a virgindade estava no topo do modelo de perfeita feminina (MAZIOLI, 2013).

A nobre senhora, esposa do chefe da casa, tinha a função de ficar em casa e dela cuidar, dirigindo as servas. Havia um grande cuidado com a figura da senhora, ela só saía de casa vestindo um véu na cabeça para esconder os cabelos. A divisão da sociedade medieval era totalmente masculina e organizada em termos funcionais: padres, guerreiros e camponeses, isto é, os que rezam, os que lutam e

os que trabalham. As mulheres não constituíam nenhuma dessas divisões, elas eram esposas daqueles que rezam, lutam, ou trabalham, em condição de total submissão, os servindo no desempenho de suas funções (MAZIOLI, 2013).

Todo esse reducionismo do corpo feminino somado aos discursos clericais que permeavam aquela sociedade, reforçaram e propagaram a misoginia durante a Idade Média e serviram de base para atitudes intolerantes na cultura do homem ocidental. A mulher era vista como um ser inferior, alocada à margem da sociedade, sendo subjugada aos domínios de um homem e controle eclesiástico.

Referências Bibliográficas

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**. SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens**: do amor e outros ensaios. São Paulo: Cia das letras, 1989.

FELDMAN, Sérgio Alberto. **Amantes e Bastardos**: as relações conjugais e extraconjugais na alta nobreza portuguesa no final do século XIV e início do XV. Vitória: EDUFES, 2008.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Vozes da misoginia medieval: Aristóteles disseminado em Santo Isidoro de Sevilha, Santo Anselmo e São Tomás de. In: **NOTANDUM 21**. Ano XII - N. 21, 2009.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Coleção Nova História. Editora Estampa. 1994.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAZIOLI, Anny Barcelos. A problemática da efetividade das imposições clericais: o controle da carnalidade, do feminino e do laicato no baixo-medievo cristão. In:

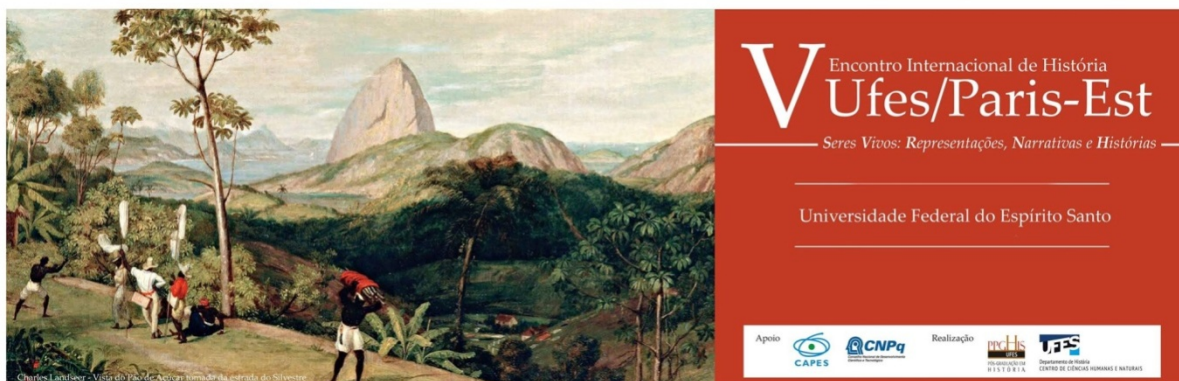
Encontro Internacional de História UFES – PARIS-EST: Memória, traumas e rupturas. Vitória, 2013. Não publicado.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. **O corpo dos pecados:** as representações femininas nos reinos ibéricos. *Textos de História (UnB)*, Brasília, v. 9, n.1/2, p. 13-30, 2001.

SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal.** Lisboa: Iniciativas, 1961-1971.

SILVA, André Candido; Medeiros, Marcia Maria. **Sexualidade e a História da mulher na Idade Média:** a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. *Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD)*, v. 7, 2013, p. 1-16.

TEDESCHI, Losandro Antonio; SILVA, André Candido Da. A sexualidade reprimida: uma análise do feminino na perspectiva de Jacques Le Goff (XII). In: *X semana da mulher*, 2011, Marília. **X semana da Mulher:** educação, gênero e movimentos sociais. Marília: UNESP, 2011, p. 274-282.



CONSTRUÇÕES DA ESCRAVIDÃO NO JORNAL *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*

Leandro do Carmo Quintão
Doutorando em História – UFES

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo analisar a representação da escravidão construída pelo jornal *A Província do Espírito Santo* na década de 1880. Primeiramente, essa pesquisa investiga o histórico do jornal, juntamente com o de seus editores, Moniz Freire e Cleto Nunes, e a interação de ambos com o contexto político e contestador do período. Em seguida, com o intuito de identificar as principais características e referências que norteavam o mencionado periódico, apresentamos a hipótese de que essa representação (i) estava voltada para legitimar fins abolicionistas e contestadores, e (ii) se enquadrava em um projeto maior, pautado na afirmação econômica provincial, o qual atendia aos interesses de uma parcela da elite política de Vitória.

Palavras-chave: Escravidão; jornais; Espírito Santo;

ABSTRACT: This article aims to analyze the representation of slavery built by the newspaper *A Província do Espírito Santo* over the 1880s. First, this research investigates the newspaper's history along with its editors', Moniz Freire and Cleto Nunes, and the interaction of these with the political context and the challenging context of the period. Then, in order to identify the main characteristics and references that guided the aforementioned newspaper, we present a hypothesis that this representation (i) was focused to legitimate abolitionists purposes and protesters; and (ii) fit in a broader project based on the province economic development, which served interests of part of Vitória's political elite.

Keywords: Slavery; newspapers; Espírito Santo;

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a construção da escravidão pelo jornal *A Província do Espírito Santo*. Para tanto, adotamos como recorte espacial o Espírito Santo, província de menor expressão política, econômica e demográfica no cenário brasileiro do oitocentos. Já o recorte temporal se trata da última década da monarquia e, sobretudo, de vigência dessa instituição, entre os anos de 1882 e 1888. Esses dois anos representam, respectivamente, o momento da fundação do impresso e a abolição da escravatura.

Além do que foi exposto, objetivamos demonstrar que o movimento abolicionista apresentado em suas páginas era ritmado pelos acontecimentos da Corte, e possuía como pano de fundo a defesa dos interesses provinciais.

O jornal: texto e contexto

A Província do Espírito Santo foi um periódico fundado em março de 1892. Em sua primeira página, do primeiro número, os editores apresentavam um longo texto com o intuito de deixar claro as ideias adotadas como referência e o rumo a ser seguido. Como cabeçalho, afirmava ser “[...] consagrado aos interesses provinciais e filiado à escola liberal”, bem como “[...] à bandeira de suas reformas e [a]o fundo filosófico que presta à sua doutrina política moderna que assenta sobre a ciência social”. Como se nota, desde o início ele se revestia de um tom reformador, e somado a isso, vinha os interesses regionais. Assim afirmava que:

[...] com o critério de nossas convicções todas as grandes necessidades publicas desta Província, [assim] estudaremos os problemas sociais e econômicos que se debatem na sociedade brasileira sem brecha em nossas opiniões, sem compromissos antecipados (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 15 mar. 1882, p.1).

Em suma, era um órgão afinado com o Partido Liberal, mormente com a ala mais radical, reformista bem como preocupado com os destinos da província, especialmente com o seu estado atual no que diz respeito aos aspectos econômicos, político e social.

A esse respeito, as principais ideias giravam em torno da transformação econômica da província. Isso iria ocorrer por meio do incremento da produção e dinamização do modelo agroexportador. Eles se traduziam, em primeiro lugar, no surgimento de uma

malha ferroviária disposta de forma a centralizar as exportações em um único porto e a estreitar as comunicações com as zonas de produção de Minas Gerais, tornando esse porto na prática um porto “mineiro”. Em segundo lugar, no aumento populacional, e isso seria proporcionado pela importação de trabalhadores, imigrantes estrangeiros, estratégia intercalada com a formação de núcleos coloniais, o que já estava ocorrendo no interior da província. O jornal era instrumento de cobrança junto ao governo pelo apoio à essa causa, defendia os imigrantes, mas sem comprometer a imagem da província como região próspera (BARROS, 2007).

Os redatores eram José de Melo Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira, ambos membros de importante família da capital capixaba e do Partido Liberal. Moniz Freire havia estudado fora, bacharelado-se em Direito em São Paulo. Lá, seu ofício de jornalista foi aprimorado juntamente com a aptidão política, embora fossem ambos, o ofício e a aptidão, de tradição familiar (SANTOS, 2012). A formação em São Paulo permitiu o contato com ideias novas e diversos estudantes, muitos deles abolicionistas. Além disso, aquela província se tornou referência devido à sua pujança econômica, erigida sobre estradas de ferro, imigração e produção cafeeira. Cleto Nunes desde jovem foi jornalista e integrante do partido Liberal, não sendo, como seu parceiro, um bacharel, formado fora da província. De qualquer modo, às vésperas da criação do periódico, já possuía, diferentemente de Moniz Freire, experiência política, e, sobretudo, já compartilhava os ideais trazidos pelo bacharel.

Esses ideais em parte podem ser identificados aos da geração 1870. Esse movimento, de acordo com Angela Alonso (2002, p. 101), foi

[...] uma resposta coletiva de grupos sociais aliados pelo *status quo* saquarema. Aí reside o sentido de seus escritos e associações: visavam a crítica às instituições políticas do Segundo Reinado, e aos valores da tradição imperial. [...] [E, por adotar teorias liberais e científicas, foi também] um movimento político-intelectual de contestação formado por grupos sociais díspares em origem social, mas em comunidade de situação diante do *status quo* imperial: politicamente marginalizados.

Eram contestadores buscavam transformações por meio de reformas, em tom moderado, ordeiro e elitista. Tanto Moniz quanto Cleto se enquadravam nessas características, embora não fossem marginalizados politicamente, uma vez que compunham a elite política local, especialmente durante a vigência dos gabinetes

liberais.

Tendo em vista a heterogeneidade do movimento, havia vários “círculos concêntricos”, metáfora geométrica utilizada por Angela Alonso (2009) para classificar os grupos de acordo com sua proximidade da estrutura estamental do Império e às suas instâncias de poder. Desse modo, mais próximos estavam as dissidências do Partido Liberal: os “novos”, monarquistas, defensores da abolição e posteriormente do federalismo, membros da elite política ou filhos de, obviamente do Partido Liberal. Já os “radicais”, provinham das camadas médias urbanas, e adotaram a república federalista como referência de luta, rompendo politicamente com o partido de origem. Mais distantes estavam os positivistas abolicionistas, também componentes das camadas médias urbanas, defensores de ideias positivistas, da república e da abolição da escravidão. Também afastados, os republicanos federalistas de São Paulo e positivistas do Rio Grande do Sul, compunham elites econômicas regionais, as quais se encontravam marginalizadas do *status quo* político saquarema, o que justifica a opção pelo federalismo. A questão da escravidão passou despercebida, pelo menos até a véspera da Lei Áurea.

Os jovens editores capixabas se enquadravam no primeiro grupo, embora não houvesse qualquer formalidade que os prendesse além da aproximação no campo das ideias e na possibilidade de contatos. Nesse sentido, não foi incomum encontrarmos artigos de importantes vultos nacionais no jornal local, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Não havia um movimento organizado, nem mesmo alguma ideia que traspassasse todos os círculos. Abolição, federalismo e república não eram pautas unânimes, prevalecendo apenas o desejo de modernização da economia, mais liberalização política e laicização do estado, em suma, o espírito reformador (ALONSO, 2009).

Primordial para o triunfo do movimento contestador, entendendo-se isso pela ampla divulgação e adesão do tom reformista, foi o papel desempenhado pela imprensa. Constituiu-se como o principal canal de comunicação, uma alternativa ao sistema político, incapaz de abrigar todos os grupos contestadores. A melhoria das técnicas ampliou a quantidade de jornais e de exemplares (SODRÉ, 2011), o que pode ser exemplificado pelo jornal de Moniz Freire e Cleto Nunes, o qual teve seus

exemplares ampliados significativamente na década (ver tabela 1). Esse alcance era significativo se levar em conta que somente no recenseamento de 1820, o Espírito Santo alcançou 209.783 habitantes (OLIVEIRA, 2008).

Tabela 1 – Tiragem de *A Província do Espírito Santo*, por ano, entre 1882 e 1889

Ano	Tiragem
1882	1000
1885	1300
1888	1500
1889	1600

Fonte: PEREIRA, 1926.

Outro ponto relevante era pouca diferença em relação aos principais jornais da capital no quesito aparência. E exemplo, escolhemos *O Paiz*, importante jornal da Corte. Como podemos observar (fotos 1 e 2), a disposição e a técnica de impressão eram similares, criando uma semelhança visual que nos impossibilita identificar alterações drásticas que denotem a “superioridade” de um em relação a outro.



Foto 1 – Exemplar de *A Província do Espírito Santo* de 9 de agosto de 1882. Foto 2 – Exemplar de *O Paiz* de 1 de outubro de 1884. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 11 mar. 2015.

O jornal e a escravidão: texto e contexto

A década de 1880 marcou a desagregação do sistema escravista, iniciada com a proibição do tráfico em 1850, e reforçada pela Lei do Ventre Livre de 1871. A

atuação da imprensa e a participação popular foram ingredientes fundamentais para configurar um quadro de agitação e pressão sobre os ministros e os partidos políticos, formando algo “[...] próximo de um movimento popular autêntico” (CARVALHO, 2003, p. 322). Forjou-se uma instabilidade de gabinetes, sem precedentes, em parte por causa da necessidade de se aprovar as leis a favor da abolição (foram ao todo 10 gabinetes vigentes entre janeiro de 1880 e novembro de 1889, sendo 8 liberais e 2 conservadores).

De fato, a discussão em torno da abolição se manteve nos moldes ordeiros, não indo além do desejo de libertação de todos os cativos. Todavia, ela ganhou as ruas, em muito contribuindo a atuação dos periódicos, o que de alguma forma alimentou a rebeldia dos escravos, causando temor entre os proprietários (MACHADO, 2009). Quanto ao tom dos periódicos, ele de modo algum deve ser considerado radical. O diálogo era direto entre os editores e os proprietários, a fim de admoestá-los a alforriarem seus escravos. Era um tom tipicamente reformista, e paternalista em relação aos escravos, considerados incapazes de agir por conta própria (MACHADO, 2006).

Embora a atuação dos impressos não possa ser superestimada como principal razão para por fim à instituição combatida, eles mobilizaram a opinião pública e levaram o debate às camadas populares. Nas regiões mais distantes da Corte, houve até mesmo perseguições, enquanto nas cidades maiores os escravocratas se resumiam a responder publicamente – isto é, em jornais simpáticos a sua causa – acusando os jornalistas abolicionistas de “agitadores”, “anarquistas”, “comunistas” e “socialistas” (MACHADO, 2008).

No Espírito Santo, os jornais tiveram grande peso para reavivar o espírito abolicionista. *A Província do Espírito Santo* e *A Folha da Victoria*, este filiado ao Partido Conservador, foram os principais propagadores desses ideais na década de 1880, sempre de forma ordeira e estimulando as manumissões dos senhores escravistas e propagando a principal associação abolicionista de Vitória: a *Associação Libertadora Domingos Martins*. Todavia, a imprensa abolicionista já existiu na década de 1870, sendo Manoel Feliciano Moniz Freire, pai de um dos editores de *A Província do Espírito Santo*, um dos principais representantes (PÍCOLI, 2009). Em ambos os contextos prevaleceu o tom elitista e ordeiro, a fim de alcançar

a finalidade, ou seja, persuadir a classe proprietária, em diálogo direto, e ao mesmo tempo evitar o fomento de possíveis revoltas que tanto comprometessem os avanços no movimento e a ordem, a tranquilidade, a paz.

Por intermédio da análise que realizamos sobre as notícias que tratavam desse tema, no jornal investigado, foram estabelecidas cinco classificações para as mesmas: proposição de ideias e análises, que trata de artigos objetivando estudar o contexto político, propondo ideias, opiniões ou hipóteses acerca do momento; propaganda, isto é, notícias de manumissões, movimentações e adesões ocorridas fora da província, mas que serviam como exemplo e estímulo; *Meetings*, associações e conferências, enfim, qualquer evento público realizado, sobretudo na província, a fim de propagandear a ideia, os idealizadores e demonstrar o crescimento de adeptos; construção simbólica e representação do passado, mediante poemas, contos, lembrança de datas históricas e a construção simbólica de heróis; e finalmente Política, que são notícias sobre as medidas políticas que foram – ou deveriam ser – anunciadas, acompanhadas algumas vezes de análises.

Por essa tipologia de reportagens conseguimos compreender o nível de ação do periódico e suas diversas estratégias a fim de angariar adeptos para o movimento. Além disso, uma das características a nos chamar a atenção é o acompanhamento fidedigno feito pelos editores em relação à dinâmica do movimento na corte. Até 1885 houve uma crescente tendo em vista a pressão para a aprovação da lei que libertaria os escravos idosos. Após a aprovação da lei, entre o segundo semestre de 1885 e o primeiro de 1887, houve o que Joaquim Nabuco definiu como o “eclipse do abolicionismo”, ou seja, um enfraquecimento do movimento. Seguindo dinâmica similar, o jornal capixaba diminuiu sua campanha, praticamente desaparecendo os artigos escritos pelos seus editores, os quais se limitaram a transcrever artigos de terceiros, como os de Joaquim Nabuco, então importante baluarte do movimento. Foi uma temporária calmaria, ecoando nas ruas, na imprensa e nos espaços legislativos nacionais (COSTA, 1998). *A posteriori*, o jornal refletiu o tônus adquirido na Corte, reascendendo a campanha até 1888, conforme é possível observar na tabela 2.

TABELA 2 – Quantidade e tipos de notícias relacionadas à escravidão, por ano, publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo*, entre 1885 e 1888

Ano	Proposição de ideias e análises	Propaganda: adesões e ações fora da província	<i>Meetings</i> , associações e conferências	Construção simbólica e representação do passado	Política (local e nacional)
1885	6	14	4	2	22
1886	14	7	2	-	7
1887	4	4	13	-	7
1888	25	3*	17	4	18

Fonte: Exemplares referentes anos de 1885 a 1888. * Somente até 13 de maio de 1888.

O mesmo ritmo pode ser identificado quanto às notícias acerca das concessões de alforrias, presentes na tabela 3. Há a formação de uma curva descendente, que após 1886 torna novamente a ascender, se levarmos em consideração que as 21 notícias de 1888 correspondem apenas ao período que vai de 1º de janeiro até o dia 13 de maio, data da abolição da escravatura. Havia uma oscilação do jornal de acordo com os ecos vindos da Corte, tendo seu ponto mais baixo coincidindo com o “eclipse do abolicionismo”.

TABELA 3 – Quantidade de notícias relacionadas à concessão de alforrias, por ano, publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo*, entre 1884 e 1888

Ano	Concessão de alforrias
1884	66
1885	25
1886	22
1887	34
1888	21

Fonte: PÍCOLI, 2009, p. 113ss.

Evidentemente que o período de “silêncio” dos editores não significava conformação com os ganhos até então adquiridos pelo movimento abolicionista. Eles atuaram

como *gatekeepers*⁴¹⁶ ao selecionarem as informações a serem publicadas. As posições que tomavam apareciam de forma sutil, a exemplo da reportagem em que criticaram o então ministro da Agricultura Antonio da Silva Prado. Em artigo intitulado “Escravidão de africanos”, o ministro foi duramente acusado pelos redatores de desrespeitar a Lei de 7 de novembro 1831⁴¹⁷, e ao governo de incorrer “[...] no crime de reduzir pessoa livre [isto é, africanos chegados no Brasil após a lei de 1831] à escravidão, ordenando oficialmente a matricula de homens livres por um aviso [n. 17 de 20 de julho de 1886]” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 05 ago. 1886, p. 2). Meses depois, em outra notícia, saíram da imparcialidade ao congratularem um juiz do Mato Grosso porque “[...] restituiu a liberdade a 134 africanos importados depois da lei de 1831. [E por essa razão] Honra ao digno juiz!” (A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO, 9 out. 1886, p. 3).

Outro ponto que caracteriza a atuação dos editores em relação à questão abolicionista é a íntima vinculação que faziam à defesa do trabalho livre. O “progresso” e a “civilização” eram as grandes referências e passavam pelo fim da escravidão, e o incremento da imigração. A lavoura era o centro das preocupações. Desse modo, fazendo jus a umas das características dos novos liberais, qual seja a admiração pelos Estados Unidos (exceto quanto ao modelo republicano), os editores o utilizam para exemplificar a relação entre desenvolvimento do trabalho livre e progresso. Admirando a imigração espontânea e o triunfo do trabalho livre naquele país, os editores capixabas entendiam que,

A grande nação norte-americana é um prolongamento da grande civilização europeia; seu território é habitado por um povo que fala a língua mais conhecida do globo, e originário de um outro que do velho mundo tem estendido sua dominação a todos os continentes; seus costumes conservam os mesmos característicos [...] A todos esses elementos já por si fecundantes adem-se outros, dos quais o mais decisivo é a circunstância de ter recebido em sua constituição orgânica o sangue de quase todas as

⁴¹⁶ Esse termo foi utilizado por Thiago Barros (2007) para se referir ao modo de ação dos editores do jornal. Esse conceito foi elaborado por Kurt Lewin em 1947 para se remetendo a um indivíduo ou a um grupo cujo poder de decisão o torna selecionador das reportagens que devem ou não ser publicadas, de acordo com o interesse individual ou do grupo (WOLF, 1999).

⁴¹⁷ Essa lei ficou conhecida como “lei para inglês ver”, pois medidas concretas não foram efetivamente tomadas para que fosse cumprida. Por ela, o governo brasileiro se comprometia, perante a Inglaterra, a acabar com o tráfico de africanos para o Brasil, tornando-o crime de pirataria, o que acarretaria seu combate (CARVALHO, 2003). Entre suas resoluções, encontramos no primeiro artigo o trecho que diz que todos os escravos a partir de então que entrassem em solo brasileiro deveriam ser considerados livres. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao_original-88704-pl.html>. Acesso em 12 mar. 2015.

ralas, as quais prepararam assim as suas instituições livres e predispuseram logo aquela reunião para a colonização natural e fácil de todos os povos que acumulam-se ali como em uma imensa babel cosmopolita (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 3 set. 1892, p. 1).

O jornal era regrado pelo tom abolicionista ao mesmo tempo em que se preocupava com o progresso material da província. Os quatro artigos intitulados “O nosso estado atual” e “Administração Provincial” representam a preocupação dos editores com a dinâmica econômica da província e a proposição de novas ideias, tais como: a centralização das exportações em um porto para a formação de uma única praça comercial no Espírito Santo, o estreitamento das comunicações e comércio com Minas gerais, e o incremento da produção.

Ao lado dos Estados Unidos, a província de São Paulo era o modelo ilustrativo que precisava ser seguido, devido à sua crescente produtividade proporcionada pela sua extensa e também crescente malha ferroviária, estas

[...] impulsionada pelo atrito das ambições fecundas, a cultivação de seu território, até em localidades grandemente distanciadas dos núcleos comerciais, e sem que esmorecesse fatalmente aos produtores o temor das distâncias a vencer para realizar a venda de suas colheitas (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 21 jun. 1882).

São Paulo foi o modelo escolhido para fazer a junção entre a preocupação com a abolição e a proposta de fomentar a dinâmica econômica do Espírito Santo. Assim sendo, a base para todos esses anseios passava pela extinção da escravidão concomitantemente ao fomento do trabalho livre, mediante à importação de colonos.

Afirma que

De par com a transformação do estado civil do escravo, opera-se o movimento imigratório para a província; não ha dia em que as suas estradas de ferro não conduzam centenas de imigrantes que vê aqui [em São Paulo, de onde escreveu esse artigo] procurar colocação. Uns chegam da Europa á S. Paulo, e outros já ali contratados vêm em demanda do interior povoar e cultivar as propriedades (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 17 abr. 1886, p. 2).

Considerações finais

No presente artigo respondemos ao questionamento acerca das características da campanha abolicionista desenvolvida pelo jornal editado por Moniz Freire e Cleto Nunes. Procuramos demonstrar que ela se coadunava a um dos “círculos concêntricos” da geração 1870, daí o seu caráter reformador e elitista, voltado para persuadir os proprietários de escravos a alforriarem seus escravos.

Além disso, argumentamos que a defesa do abolicionismo interagiu com outros ideais defendidos pelo periódico, sobretudo àqueles que iam ao encontro dos interesses provinciais. Em outros termos, a abolição da escravidão era interpretada como condição *sine qua non* para o progresso material da província, o que a tornava imprescindível aos olhos dos editores do jornal *A Província do Espírito Santo*.

Referências

Fontes Primárias

A Província do Espírito Santo – 1882/1889.

Site consultado

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 11 mar. 2015.

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacao-original-88704-pl.html. Acesso em 12 mar. 2015.

Obras gerais

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROS, Thiago Zanetti de. **Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora

da UNESP, 1998.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, Volume III: 1970-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edufrrj), 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo: Secretaria de Estado do Cultura, 2008 (Coleção Canaã, v.8).

PEREIRA, Fernando Cleto Nunes. **Senador Cleto Nunes Pereira: 150 anos**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2005.

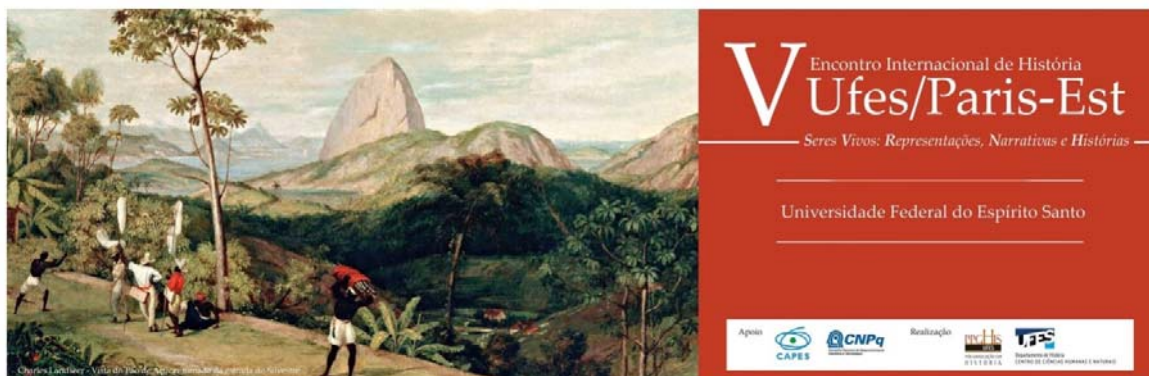
PEREIRA, Heráclito Amancio. História da imprensa capixaba. *Revista do IHGES*, n.5, 1926, p.41-80.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2009.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011 (Coleção comunicação FAMECOS/PUCRS;46).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa/Portugal: Editorial Presença, 1999.



O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA: DAS ORIGENS NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA À HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA.

Leonardo Baptista
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Por meio deste trabalho propomos uma breve discussão acerca da trajetória do conceito de cultura política, partindo das suas primeiras formulações na ciência política norte-americana, e enfatizando seus usos, apropriações e reconstruções pela historiografia contemporânea. Neste sentido, buscaremos perceber em que medida o referido instrumento conceitual tem se inserido no contexto dos debates e trabalhos realizados no campo da Nova História Política, atentando para as possibilidades e os limites de sua exploração nas análises históricas dos fenômenos políticos.

Palavras-chaves: Cultura Política; História; Nova História Política.

ABSTRACT: Through this article we propose a brief discussion about the history of the concept of political culture, starting from the first formulations of north-american political science, and emphasizing its uses, appropriations and reconstructions by contemporary historiography. Thus, we seek to understand how this conception appears in the context of discussions and scientific production in the field of New Political History, paying attention to the possibilities and limits of their exploitation in historical analysis of political phenomena.

Keywords: Political Culture ; History; New Political History

O conceito de cultura política e suas primeiras formulações teóricas

Entre as décadas de 1950 e 1960, a ciência política norte-americana deu os

primeiros passos para uma formulação sistemática do conceito de cultura política. A obra “The civic culture: political attitudes and democracy in five nations” (1963), de Gabriel Almond e Sidney Verba é concebida pelos especialistas como a referência inicial e obrigatória sobre o tema, mesmo se considerando o possível pioneirismo da abordagem culturalista dos fenômenos políticos em “A democracia na América” de Alexis de Tocqueville, no século XIX (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999; MOTTA, 2009).

As incertezas em torno do futuro das democracias ocidentais e a previsão de sua difusão pelas nações emergentes, no pós-Segunda Guerra Mundial, lançaram os pesquisadores norte-americanos, fundamentalmente, à busca por melhor compreender o desenvolvimento e as condições favoráveis para a consolidação dos sistemas democráticos participativos. É diante dessa preocupação, que emerge o trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, ao qual nos referiremos nas próximas linhas.

Preocupados em definir os fatores que possibilitariam a formação de regimes políticos estáveis, aqueles pesquisadores buscaram a construção de um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos políticos. Nessa direção, partiram de um enfoque multidisciplinar que combinou as perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia. Dessa forma, destacaram a importância das dimensões subjetivas dos indivíduos para explicar suas respectivas orientações e atitudes políticas, e propuseram um estudo dos fatos políticos por meio de uma abordagem comportamental (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.227). Diante desses pressupostos é que se formula o conceito de cultura política, elemento central de suas análises.

Segundo Almond e Verba (1963, p.12-13), o termo cultura política se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto atores políticos. Tal concepção se assentava numa noção de cultura incorporada da antropologia, mas de viés psicológico, pela qual ela seria uma “orientação psicológica para objetos sociais”. Por orientações, entendem-se os aspectos interiorizados dos objetos e das relações pelos indivíduos. De acordo com essas premissas, quando falarmos da cultura política de uma nação, estaremos nos

reportando à forma a qual o sistema político é interiorizado e expressado nas cognições, nos sentimentos e nas avaliações dos membros da sociedade.

A noção de cultura política utilizada por Almond e Verba atribui grande importância ao processo de socialização como lugares de definição do comportamento político dos indivíduos e grupos. Tal fenômeno se daria em espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.228).

A construção do conceito de cultura política emerge da necessidade de se tentar abarcar as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político. É dessa forma que valores, crenças, sentimentos e conhecimentos passam a ser apontados como elementos motivadores e norteadores das orientações e das atitudes políticas dos atores políticos. Assim, Almond e Verba se lançam ao “estudo da cultura política democrática e as estruturas sociais que a sustentam” (ALMOND; VERBA, 1963, p.1). Suas pesquisas deram forma uma tipologia baseada em diferentes culturas políticas que se originariam das distintas formas de orientação política dos sujeitos e das classes de objetos políticos para as quais elas se destinariam.

A avaliação subjetiva que os indivíduos fazem do sistema político que gere a sociedade poderia ser dividida em três tipos de orientações: 1) *orientação cognitiva*, pautada nas crenças e conhecimentos sobre o sistema político e o papel dos sujeitos em relação no mesmo; 2) *orientação afetiva*, baseada nos sentimentos individuais perante a estrutura política; 3) *orientação valorativa*, referente à apreciação que o indivíduo faz a partir da combinação de elementos cognitivos e afetivos que permitem o julgamento e a emissão de opinião em relação ao sistema político. Em seguida, surgem como fatores de diferenciação das culturas políticas os objetos políticos para os quais aquelas orientações (cognitiva, afetiva, valorativa) se direcionam: o sistema político “geral” e seus elementos constituintes e os papéis dos indivíduos na estrutura política⁴¹⁸. (ALMOND; VERBA, 1963, p.14).

⁴¹⁸ Almond e Verba (1963, p.14-15, tradução nossa) assim definem os objetos políticos: “Ao classificar os objetos da orientação política, começamos com o sistema político ‘geral’. Lidamos aqui com o sistema como um todo e incluem sentimentos como o patriotismo ou a alienação, tais cognições e as avaliações das nações como ‘grandes’ ou ‘pequenas’, ‘forte’ ou ‘fraco’, e da classe política como “democrático,” “constitucional,” ou “socialista.” No outro extremo nós distinguimos orientações ao ‘eu’ como ator político; o conteúdo e a qualidade das normas da política pessoal da obrigação, e o conteúdo e a qualidade do sentido da competência pessoal perante o sistema político. Ao tratar os

Com base nesses elementos classificatórios, Almond e Verba (1963, p.16-18) postularam três tipos principais de cultura política que se desenvolveriam em diferentes sociedades e sistemas políticos. A *cultura política paroquial* ocorreria em sociedades de organização simples, nas quais estão ausentes as instituições políticas especializadas, e há pouca diferenciação entre as esferas política, econômica e religiosa, e se apresenta um baixo nível de participação política. A *cultura política de sujeição* marcaria as sociedades nas quais os indivíduos focalizam suas orientações para as estruturas executivas e administrativas, encarregadas de dar respostas aos anseios individuais e coletivos. Essa seria um modelo típico de estados autoritários, nos quais se observa um alto grau de passividade dos atores sociais perante o sistema político. Por último, a *cultura política participativa* que caracterizaria as sociedades orientadas para os processos políticos de entrada e saída do sistema político, na qual os cidadãos têm papel ativo e opinam sobre a política, sendo ela específica dos sistemas democráticos.

Almond e Verba observavam que a cultura política de uma sociedade tinha impacto sobre o funcionamento dos sistemas políticos. Doravante, analisaram as orientações políticas individuais para relacioná-las aos fenômenos da estrutura política. Ademais, almejavam a construção de modelos explicativos para a convergência entre a cultura política e a organização de sistemas políticos estáveis. A questão era verificar que tipos de práticas de socialização são suscetíveis para a produção de culturas políticas congruentes e sistemas políticos estáveis, e que qualidades fundamentais são necessárias para que isso aconteça no desenvolvimento dos regimes democráticos.

A partir desses pressupostos, o objetivo dos autores era inferir o conteúdo da cultura democrática, não por meio das características de suas instituições e nem das

elementos do sistema político distinguimos as primeiras, três classes largas de objetos: (1) papéis ou estruturas específicos, tais como corpos legislativos, executivos, ou burocracias; (2) encarregados das funções, tais como, em particular, monarcas, legisladores, e administradores, e (3) em particular, as políticas públicas, decisões, ou execuções das decisões. Estas estruturas, encarregados, e decisões podem por sua vez ser classificadas amplamente se estão envolvidas no 'político' ou processo de 'input' [entrada], ou no processo administrativo ou de 'output' [saída]. Por 'político' ou processo de entrada referimo-nos ao fluxo de demandas da sociedade para a política e a conversão dessas demandas em políticas oficiais. Algumas estruturas que estão predominantemente envolvidas no processo de entrada são partidos políticos, grupos de interesse, e os meios de uma comunicação. Por processo administrativo ou de saída nos referimos a esse processo pelo qual as políticas oficiais são aplicadas ou executadas. As estruturas predominantes envolvidas neste processo incluiriam burocracias e tribunais”.

condições sociais prevalentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes democracias (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, P.231). Nessa direção, Almond e Verba escolheram como amostra os sistemas democráticos de cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México. Nessa direção, empreenderam uma análise comparativa à luz dos contornos e problemas peculiares de cada nação, através de entrevistas e enquetes, almejando obter a descrição da história de vida política dos indivíduos. No exame dos dados, tratou-se da micropolítica, ou seja, das orientações políticas e comportamentos individuais, mas não para compreendê-los isoladamente, e sim, como integrantes de um sistema social complexo. Dessa forma, tentaram relacionar as atitudes dos atores políticos com a maneira na qual os sistemas políticos operam, expressando a estreita relação entre a cultura política e o funcionamento dos sistemas políticos: ela seria o elo entre as orientações-atitudes políticas individuais (dimensão micropolítica) e as estruturas políticas (dimensão macropolítica) da sociedade.

A partir dos dados coletados e analisados, Almond e Verba (1963, p.20) sustentaram que um maior grau de estabilidade do sistema político ocorreria a partir da congruência entre este e uma cultura política consistente que o sustentasse. Assim, identificavam como padrão máximo desse fenômeno a emergência do que categorizaram como *culturas cívicas*, outro elemento central em suas formulações.

A cultura cívica, segundo Almond e Verba teria aparecido pela primeira vez na Grã-Bretanha já no século XIX (ALMOND; VERBA, 1963, p.5-6), e é identificada à democracia norte-americana de então. Esse modelo cultural seria caracterizado por uma extensão máxima da cultura política participativa, pela qual os cidadãos têm participação ativa, racional, com base nas informações que acumula por meio da experiência política e dos espaços de socialização política (família, trabalho, escola etc.). Combinando elementos modernos e tradicionais do desenvolvimento histórico das sociedades, a cultura cívica demarca uma condição histórica em que a cultura política de participação agregada às instituições democráticas possibilitaria o máximo de estabilidade para o regime democrático e seu pleno desenvolvimento (ALMOND; VERBA, 1963, p.29-30).

Das críticas ao modelo proposto por Gabriel Almond e Sidney Verba

Depois de lançarmos perspectiva sobre alguns dos aspectos mais importantes da construção teórica sobre o conceito de cultura política em “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations” (1963), achamos importante, neste momento, apresentarmos uma síntese das principais críticas lançadas ao modelo proposto por seus autores. As apreciações e revisões críticas em torno das elaborações conceituais de Almond e Verba foram importantes para as reformulações e aprofundamentos em torno do tema.

Segundo José Álvaro Moisés (2008, p.16), o primeiro ataque importante que aqueles pesquisadores recebem é direcionado ao possível determinismo cultural que estaria presente em suas formulações. Nessa direção, os críticos apontavam que, buscando explicar a consolidação dos regimes políticos, Almond e Verba afirmariam que tal fenômeno dependeria, em qualquer situação, da existência prévia de valores culturais congruentes com as suas instituições. E mais, que as instituições políticas existiriam e assumiriam suas formas na dependência de uma cultura política que lhe fosse congruente.

No entanto, em relação a esse aspecto, Moisés (2008, p.17), ressalva o trabalho teórico dos norte-americanos, ao afirmar que eles

[...] teriam adotado o suposto segundo o qual estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança.

Almond e Verba também foram criticados por proporem uma análise comparativa que, tomando o modelo da democracia liberal como referência, deixava implícita a ideia de que os sistemas políticos norte-americano e britânico eram ideais, hierarquicamente superiores, e padrão a ser alcançado. Como aponta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.16) acerca dessa questão,

Ponto de partida: a concepção de que as sociedades ocidentais, sobretudo os EUA, eram democracias sólidas e estáveis, ficando implícita a superioridade de seu modelo em vista das outras opções disponíveis. Como decorrência, tais democracias eram modelos a ser seguidos pelos povos ainda não bafejados pela sorte ou virtude, tratando-se de encontrar explicações para a origem das diferenças e elaborar roteiros seguros para que todos chegassem lá.

Assim, também se enfatizava o caráter etnocêntrico da teoria dos pesquisadores norte-americanos. Isso porque, considerando o contexto de produção da obra, na conjuntura dos conflitos ideológicos da Guerra Fria, evidencia-se na teoria de Almond e Verba seu aspecto ideologizado, no sentido de reforçar as democracias ocidentais frente ao bloco socialista soviético. Para tanto, percebe-se a elevação da cultura cívica democrática, base das sociedades britânica e norte-americana, como um estágio a ser alcançado por qualquer nação no desenvolvimento da sua história política (DUTRA, 2002, p.15-16).

Além desses aspectos, a própria tipologia das culturas políticas, que as enquadrava em três modelos – paroquial, súdita e participante – fora criticada, na medida em que apontava para um roteiro esquematizante e funcionalista, o que soava para muitos estudiosos como uma redução da realidade complexa dos fenômenos políticos. Contudo, Motta (2009, p.17) defende, em termos, Almond e Verba dessa crítica. O historiador brasileiro afirma que apesar de enfatizarem o espaço nacional, preocupando-se com culturas políticas que amalgamariam toda uma sociedade em determinado país, o que indicaria uma visão homogeneizante, eles não seriam tão simplificadores do fenômeno político. Considerando a heterogeneidade do fenômeno das culturas políticas, por exemplo, os pesquisadores norte-americanos teriam apontado para a existência de subculturas políticas⁴¹⁹ em determinadas nações. Assim, no seio de uma cultura política haveria elementos de outras matrizes, gerando a situação na qual diferentes orientações políticas podem subsistir no seio de uma cultura política.

Apesar das críticas e até mesmo das possíveis incompreensões que emergiram do contato com as formulações teóricas de Gabriel Almond e Sidney Verba, o fato é que esses pesquisadores trouxeram significativas contribuições para os estudos do político. Dessa forma, a abordagem dos fenômenos políticos por meio do conceito de cultura política, como propôs pioneiramente os pesquisadores, descortinou um campo privilegiado para a compreensão das relações entre as dimensões micro e

⁴¹⁹ Segundo Almond e Verba (1963, p. 27, tradução nossa). “primeiramente, o termo [subcultura política] pode ser usado para se referir aos estratos da população que são, persistentemente, orientados em sentido único para entradas e saídas da política, mas são orientados “allegiantly” para a estrutura política. Assim nos Estados Unidos a esquerda do Partido Democrático e a direita do Partido Republicano aceitam como legítimo as estruturas da política e do governo americanos, mas se diferem persistentemente um do outro sobre uma série de questões de política interna e externa. Nós nos referimos a elas como subculturas políticas”.

macro da política em sociedade, na medida em que tinha como meta, justamente, compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional (ALMOND; VERNA, 1963, p.31-32).

Além disso, é importante destacar que Almond e Verba desenvolveram questões basilares que lançou a análise dos fenômenos políticos para abordagens teóricas e metodológicas que considerassem cada vez mais a influências dos aspectos culturais e subjetivos nos comportamentos políticos dos indivíduos em sociedade. Como bem observou Kuschnir e Carneiro (1999, p.227), “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations” (1963) é referência obrigatória para o debate sobre o conceito de cultura política. Cabe-nos agora, voltarmos atenção para os usos e apropriações realizados pelos historiadores acerca do conceito, assunto que desenvolveremos a seguir.

A cultura política e a Nova História Política

O diálogo entre historiadores e cientistas sociais ao longo do século XX, permitiu a apropriação do conceito cultura política pela História. Isso ocorre entre os anos 1980 e 1990, no contexto de renovação e crescimento dos estudos históricos do político, que originou a chamada “Nova História Política”. René Remond (2003) atestou tal fenômeno historiográfico, que se irradiou dos historiadores franceses para o mundo acadêmico desde a década de 1980, e foi responsável pelo retorno do político como um dos enfoques preferenciais da historiografia contemporânea.

Partindo do entendimento que o fenômeno político está inserido e articulado – até mesmo gerindo, influenciando e sendo influenciado – às outras dimensões da vida coletiva e individual (social, econômico, cultural etc.), a produção da História Política intensifica as relações interdisciplinares. Assim, afirma-se a impossibilidade de se praticá-la de forma isolada. Dessa forma, dos empréstimos tomados de outras disciplinas – conceitos, técnicas de pesquisa, vocabulário – novos objetos e abordagens emergem em torno do político, conferindo-lhe grande fôlego nas pesquisas histórica das últimas décadas (REMOND, 2003, p.29).

Motta (2009, p.13-14) afirma que as mudanças pelas quais passará a História Política decorrem da hegemonia que passou exercer o paradigma culturalista sobre os historiadores nas últimas décadas. Desde então, a compreensão histórica dos

fenômenos políticos buscará nos fatores culturais elementos para sua reflexão, abrindo novas perspectivas de análise. É nessa conjuntura, que o fenômeno da cultura política ganha espaço, atraindo a atenção dos pesquisadores, ao permitir uma abordagem cultural das relações de poder.

Segundo Berstein (1998, p.349), o fenômeno da cultura política emerge como objeto dos historiadores a partir do interesse pela compreensão dos comportamentos políticos. Assim, seria a partir da cultura política, que os pesquisadores poderiam se aproximar às motivações que conduzem o homem a assumir um determinado ato político. Mas o que seria cultura política?

No campo da nova historiografia dos objetos políticos, o desenvolvimento dos estudos sobre culturas políticas tentou se distanciar dos elementos problemáticos das formulações pioneiras de Almond e Verba (1963), que apontamos anteriormente, principalmente do seu caráter etnocêntrico, esquemático e funcionalista. No entanto, o que percebemos é que, junto das novas perspectivas, apropriações e reformulações, também existem aproximações às ideias-chaves desenvolvidas pela ciência política norte-americana. No campo da História, consideramos de grande relevância as reflexões teóricas do historiador francês Serge Berstein sobre o conceito.

Dialogando com Jean-François Sirinelli⁴²⁰, Berstein define as culturas políticas como um sistema de representações dotado de normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas (DUTRA, 2002, p.24). A cultura política seria um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural. Em torno delas, homens e mulheres se identificam e aderem aos seus símbolos e ritos. E dessa forma, por elas, seus sentimentos e opiniões políticas são mobilizados, assim como suas ações políticas são orientadas, graças às leituras de mundo, de passado, de futuro, e de uma sociedade ideal que a cultura política lhes fornece. Como aponta Berstein (1998, p. 350-351)

A cultura política [constitui] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir

⁴²⁰ Para Sirinelli (SIRINELLI apud BERSTEIN, 1998, p.350) a cultura política seria “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.

uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.

Dentro dessa perspectiva, a cultura política figura como um dos elementos da cultura global de uma sociedade, referindo-se especificamente a sua dimensão política. Assim, seu estudo possibilita aos historiadores uma chave de compreensão

[...] das motivações dos atos dos homens num momento da história, por referência ao sistema de valores, de normas e crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões dos atos políticos que surgem, pelo contrário como epifenômenos (BERSTEIN, 1998, p.363).

Em teoria, a origem de qualquer cultura política nas diferentes realidades históricas está vinculada às necessidades de resposta que os indivíduos buscam formular para os problemas do seu tempo, mas quando bem enraizadas, podem atravessar gerações. Dessa forma, ela resulta da experiência histórica de homens e mulheres. Estes interiorizam os elementos constituintes de uma determinada cultura política por diversos vetores (canais) de socialização, como a família, a educação formal, a igreja, o ambiente trabalho, o serviço militar, a mídia entre outros. Assim, a cultura política emerge de diferentes propostas, que são adquiridas no mundo cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de racionalidades que acabam por serem interiorizados, sensibilizando-o à recepção de ideias, ou à adoção de comportamentos convenientes (BERSTEIN, 1998, p.355-357).

No Brasil, os estudos do pesquisador José Murilo de Carvalho em torno da influência da cultura política brasileira – e das elites em particular – para formação das instituições políticas nacionais e da cidadania, destacam-se pela ancoragem sobre o conceito de cultura política (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.236).

Rodrigo Patto Sá Motta também contribui significativamente para as discussões em

torno do conceito de cultura política no país. No artigo “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” (2009), Motta enfatiza as implicações teórico-metodológicas que decorrem de suas apropriações pela historiografia. Sua definição para o termo em questão alcança elementos formulados pela ciência social norte-americana dos anos 1950 e 1960, mas está profundamente ancorada nas postulações já discutidas de Serge Berstein⁴²¹. Para ele, o historiador precisa verificar que as culturas políticas são fenômenos que só podem existir na média e na longa duração do tempo histórico, haja vista estarem arraigadas à cultura de um grupo (crenças, mitos, tradições, valores etc.), e que assim não há lugar para o efêmero⁴²². Além disso, considera que uma cultura política não se constitui de forma isolada. Seus elementos práticos e representacionais são formulados na sua relação com a realidade, e com culturas políticas concorrentes, podendo ser por elas influenciadas, principalmente, quando as mesmas dispõem de características que têm grande aceitação social (2009, p.22).

Outro aspecto da argumentação de Motta (2009, p.23) que nos parece fundamental, diz respeito ao fato de que as culturas políticas não se manifestam exclusivamente pelas representações. Elas ganham vida nas inter-relações entre práticas e representações, na lógica de uma via de mão dupla. A restrição dos estudos de cultura política às representações pode empobrecer a compreensão de um fenômeno baseado numa mútua determinação, e não em oposição⁴²³.

Em relação aos usos potenciais do conceito de cultura política nas análises históricas dos fenômenos políticos, destacamos que são necessários cuidados teóricos e metodológicos por parte do historiador no sentido de evitar um possível

⁴²¹ Motta (2009, p.21) postula que por cultura política podemos entender um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. A partir do que vimos fica evidente a influência de Berstein (1998) sobre a perspectiva do referido historiador brasileiro.

⁴²² Berstein (1998, 355-356) retira do efêmero e do imediato o processo de formação de uma dada cultura política, ao afirmar que as propostas que fundam as culturas políticas demoram a se impor. Normalmente, ousadas e inovadoras, tais respostas necessitariam de um espaço de duas gerações para que de uma nova solução se transformem numa corrente estruturada que origina um conjunto de representações normativas que penetre no espírito dos indivíduos e neles se tornem evidentes.

⁴²³ Segundo Motta (2009, p. 23) “As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade [...] Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por paixões que a cegam”.

determinismo cultural. Dessa forma, propor uma compreensão da dimensão política da sociedade por meio de uma perspectiva cultural não deve significar que os elementos culturais possuem um valor explicativo maior ou exclusivo para os fatos políticos, em detrimento das outras esferas da vida. Dessa forma, na busca pelas motivações das ações dos atores políticos, as culturas políticas não devem ser vistas de forma isolada de outros aspectos da realidade (econômicos, políticos, sociais etc.) em que se inserem os indivíduos. Mais do que isso, elas não podem ser exaltadas como o único elemento explicativo e de leitura dos comportamentos dos sujeitos em relação ao político. Como alerta o historiador Serge Berstein (1998, p.349),

Forçoso é verificar que o historiador, aplicando a situações políticas precisas estas grelhas de análise [conceito de cultura política], é levado a concluir que elas não lhe permitem explicar, salvo de maneira parcial, fenômenos complexos de compreender. E se a cultura política responde melhor a sua expectativa é por que ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.

Considerações finais

Por meio deste artigo tentamos brevemente discutir alguns aspectos da trajetória do conceito de cultura política a partir de sua formulação inicial na ciência política norte-americana, e da sua apropriação pela historiografia contemporânea, mais basicamente, em relação às discussões e trabalhos realizados no campo da Nova História Política.

Nessa direção, verificamos que, para além dos limites e das críticas apontadas para as formulações de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), não podemos desconsiderar o fato que esses estudiosos fundaram as ideias elementares fundamentais acerca do conceito de cultura política, dando início aos debates teóricos em torno do termo que possibilitarão seus usos, revisões e apropriações no campo da ciência social e política.

Dessa forma, no âmbito História, identificamos alguns aspectos relevantes das apropriações e formulações próprias acerca do conceito por parte dos historiadores contemporâneos. Verificamos, nesse aspecto, que as proposições teóricas pela historiografia apontam novas direções que geram distanciamentos em relação ao conceito chave de Almond e Verba. No entanto, a partir do que verificamos, existem

também diversos pontos de aproximação com as postulações teóricas daqueles estudiosos americanos. Nessa direção, vale destacar a pertinência de uma ideia fundamental para o estudo do político por meio da cultura política: o reconhecimento que, por meio de elementos subjetivos e culturais, podemos compreender os fatores motivadores dos comportamentos políticos.

Acreditamos que a manutenção dos debates em torno dos usos e apropriações do conceito de cultura política entre os historiadores, apresenta-se com bastante pertinência para a historiografia contemporânea. Isso porque é possível verificar uma profusão de trabalhos que se fundamentam nesse arcabouço conceitual nas últimas décadas. Por um lado, observa-se a produção de pesquisas inovadoras sugerindo novos objetos e olhares sobre os fenômenos políticos. Por outro, o uso demasiado também pode incorrer na banalização do instrumental teórico, resultando em distorções e em aplicações inapropriadas, muitas decorrentes, muitas vezes dos impactos dos modismos intelectuais sobre os espaços acadêmicos.

Por final, é importante ressaltar outro risco que nos parece caro aos historiadores. A ênfase numa abordagem culturalista da história, por meio do conceito de cultura política, pode resultar em trabalhos que supervalorizam os aspectos representacionais e subjetivos do comportamento político, relegando a um segundo plano – ou mesmo se ignorando – a influência dos elementos materiais e estruturais da realidade para a construção das relações de poder, e as escolhas, interesses, e posições dos indivíduos e grupos que as constituem. Neste sentido, consideramos oportuno concluir este texto com os questionamentos do historiador *Ciro Flamarion Cardoso* (2012, p.52) sobre as elaborações de *Serge Berstein* acerca da “realidade” das culturas políticas enquanto manifestações do mundo representacional:

Tais formulações desnudam deficiências metodológicas, curiosas por sua (pelo menos aparente) ingenuidade. Em primeiro lugar, partilham um defeito presente desde o início nos estudos derivados dos *Annales* em matéria de temas como mentalidades, representações ou imaginários coletivos: considerá-los como antônimos da ‘realidade’. Ora, uma representação coletiva, por exemplo, em sua qualidade de representação, existe e é tão real quanto uma cadeira, um campo cultivado ou uma sinfonia, independentemente da discussão de quais sejam as suas relações com outros setores da realidade natural e social. Em segundo lugar, se nos momentos sociais de ‘traumatismo’ grave, ou nos ‘períodos críticos’, a realidade – e nos exemplos dados por *Berstein* fica claro que ela inclui proeminentemente aspectos estruturais do tipo econômico-social – é tão decisiva para o nascimento e a desagregação das culturas políticas, com que direito foi, então, evacuada da análise em favor das representações, se

precisa ser invocada novamente nas explicações mais importantes de todas como uma espécie de fator externo? E não entrará tal fato em contradição com pretensão do autor no sentido de as culturas políticas, encaradas como representações sociais/individuais estruturadas, proporcionarem uma explicação melhor do que as que se baseiam nos aspectos estruturais?

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

CARDOSO, Ciro F. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

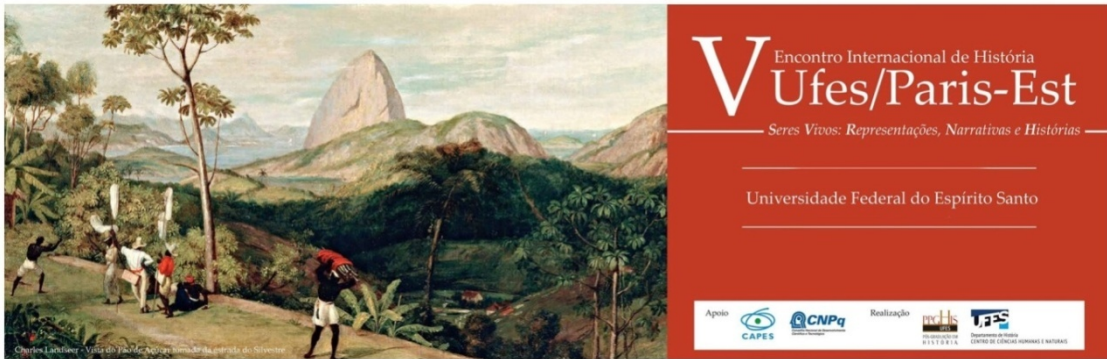
DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. **Varia História**. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2002. p. 13-28.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. 1999. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250.

MOISÉS, José Alvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 23 nº 66 fev 2008. p. 11-43

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____(org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-39.

REMOND, René (orgs). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



VALENTES, DIABÓLICOS, INVENCÍVEIS E ALIADOS: GOITACAZES, TEMIMINÓS, PORTUGUESES E FRANCESES NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Leonardo Nascimento Bourguignon
Doutorando em História – UFES

RESUMO: As aproximações entre a História e a Antropologia permitiram nas últimas décadas uma transformação nos estudos sobre a história indígena deslocando as representações daqueles indivíduos enquanto vítimas e coadjuvantes para o papel de agentes ativos no processo de colonização da América Portuguesa. À luz do que há de mais recente nas produções historiográficas propomos analisar como os interesses de goitacazes, temiminós, portugueses e franceses construíram, destruíram e reelaboraram as inimizades ou alianças estabelecidas entre estes sujeitos no litoral da capitania do Espírito Santo no século XVI.

Palavras-chave: História dos povos indígenas; Litoral da Capitania do Espírito Santo; Século XVI.

ABSTRACT: The similarities between history and anthropology in recent decades have enabled a transformation in the study of indigenous history shifting representations of those individuals as victims and supporting the role of active agents in the process of colonization of Portuguese America. In light of the very latest in historiographical productions propose to analyze how the interests of goitacazes, temiminós, Portuguese and French built, destroyed and reworked enmity or alliances between these subjects on the coast of the captancy of Espírito Santo in the sixteenth century.

Keywords: History of indigenous populations; Coast of the captancy of Espírito Santo; Sixteenth century.

Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el-rei, não estranharas dar-lhe agora este pequeno descanso, mas já que me achas pouco cortesão eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos, e não tornarei mais à tua corte (SALVADOR, 1982, p. 187).

Admoestado pelo fato de sentar-se sobre as pernas cruzadas, ato considerado uma descortesia diante de um representante do rei, o cacique Araribóia consciente da importância de seu apoio ao projeto colonizador português não se intimidou perante o governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, e retirou-se. O suposto fato, ocorrido em 1575 e relatado pelo Frei Vicente de Salvador (1982), exemplifica o papel desempenhado pelos povos indígenas em suas relações com os europeus na América Portuguesa e que vem sendo resgatado nos trabalhos recentes. Todavia, este modelo interpretativo que revela uma postura ativa do elemento indígena na colonização da América não figurava nos estudos sobre a história indígena publicados até o início da década de 1980. Do inverso, apesar de existirem obras anteriores como *Caminhos e Fronteiras* (1994); onde Sérgio Buarque de Holanda citando aspectos como hábitos alimentares, técnicas de navegação e farmacopéia, concluiu que o processo de aculturação ocorrido na América Portuguesa foi recíproco; a maioria esmagadora dos estudos restringia a representação daqueles povos enquanto vítimas do processo colonizador e, portanto, à beira da extinção, ou sua resistência a este processo (POMPA, 2003; ALMEIDA, 2003; MONTEIRO, 2001).

Este deslocamento nas interpretações começou a consolidar-se na década de 1970 quando uma intensa renovação teórico-metodológica na produção historiográfica abriu espaço para novas abordagens, paradigmas, interpretações, objetos de estudo e fontes, possibilitando a emergência de uma Nova História Cultural, modalidade historiográfica que possuía, entre suas características, o diálogo com outros campos do saber, como a antropologia (BARROS, 2011). Apesar de não ser inédita⁴²⁴, a intensificação desse diálogo provocou um crescente interesse por parte dos historiadores na investigação da história indígena, considerada anteriormente campo exclusivo dos antropólogos, dada a quase inexistência de fontes escritas produzidas por aqueles povos. Esta aproximação possibilitou ainda um deslocamento no foco

424 O antropólogo norte-americano Clark Wissler em seus estudos acerca dos povos nativos de seu país no ano de 1909 reuniu dados antropológicos e documentos históricos denominando esse método de etnohistória.

dos estudos sobre o período colonial que antes haviam privilegiado apenas o elemento europeu possibilitando a constituição do que John Monteiro (1995) denominou de “nova história indígena”.

Para driblar a escassez de fontes escritas autores como Pedro Puntoni (2000) e John Monteiro (2001), acreditavam que a história indígena também poderia ser produzida a partir da análise de documentos oficiais, missivas de religiosos e relatos de viajantes que tratassem, mesmo que de forma indireta, aspectos sobre as sociedades ameríndias, sem com isso menosprezar os relatos orais e os documentos escritos, como as Petições e Representações enviadas pelos indígenas às autoridades coloniais. Valendo-se deste expediente, a maioria dos estudos publicados nas últimas décadas ao relerem os documentos e fontes oficiais com “novos olhares”, apresentou os povos indígenas como agentes ativos na história e na constituição da sociedade brasileira⁴²⁵

No que tange a questão específica dos povos indígenas que habitavam o território do atual estado do Espírito Santo, o cenário assemelha-se ao até aqui retratado. O baixo número de publicações sobre o tema até a década de 1980 foi substituída por estudos que romperam com a concepção até então predominante na historiografia local de aculturação dos nativos substituindo-a pelas ideias de transculturação, hibridização e mestiçagem. É o que percebemos no trecho reproduzido a seguir

apesar das mestiçagens (biológicas e culturais), não há porque deixar de ler e interpretar tais vilas e instituições híbridas também como lugares profundamente indígenas, em um processo contínuo de apropriação, de resignificação e de transformação, pois, construídos, vividos, negociados e transmitidos a partir do encontro intercultural entre afro-luso-brasileiros e índios (MOREIRA, 2011, p. 10).

A citação de Vânia Maria Losada Moreira, autora com a maior quantidade de estudos publicados sobre os povos indígenas do Espírito Santo, trata de índios que viviam nas vilas de Benevente e de Nova Almeida no início do século XIX. Esta

425 É o caso dos estudos *Amazônia: Etnologia e História Indígena* (1993), de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha e *História dos Índios no Brasil* (1992); *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo, no séc.XVI* (1994), de John Manoel Monteiro; *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa* (2007), tese de Elisa Frühauf Garcia; *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (2003), de Maria Regina Celestino de Almeida e *Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial* (2001), tese de Maria Cristina Pompa; apenas para citar alguns.

primeira, por sinal, era desde o século XVI a maior aldeia de toda a província capixaba, com uma população inferior apenas à da Vila de Vitória (DAEMON, 1879; OLIVEIRA, 2008; WIED-NEUWIED, 1940; SAINT HILAIRE, 1974). Fora também nesta vila que se recolhera em seus últimos anos de vida o jesuíta José de Anchieta, canonizado em 2014. Apesar destes fatos, os povos que habitavam a Aldeia de Reritiba; que receberia o foro de vila em 1759 com a expulsão dos jesuítas quando passara a nomear-se Benevente; bem como seu entorno, as aldeias de Guarapari, Orobó (atual município de Piúma) e a fazenda de Muribeca (atual Presidente Kennedy), também fundada pelos jesuítas, jamais foram objeto de qualquer dissertação ou tese, o mesmo ocorrendo com os grupos que viviam na região onde hoje estão localizados os municípios que formam a Grande Vitória⁴²⁶. Na verdade, as poucas pesquisas acadêmicas sobre os povos indígenas do Espírito Santo priorizaram os botocudos, que viviam no norte do Estado, ou as relações entre as tribos Tupiniquins e Guarani no município de Aracruz e a indústria de celulose implantada no mesmo município no último quartel do século XX⁴²⁷.

Foi objetivando contribuir para o preenchimento desta lacuna e à luz do que há de mais recente nas produções historiográficas sobre o tema, que propomos neste artigo discutirmos a história dos povos indígenas que habitavam o litoral do Espírito Santo no século XVI e suas relações com os europeus que tentavam instalar-se na região.

Que povos eram aqueles?

Que povos eram aqueles que os portugueses acharam na terra de Santa Cruz, quando estes aproveitaram e estenderam a descoberta do Cabral? Onde vieram eles? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*? (MARTIUS, 2010, p.61)

426 Entre os estudos localizamos *Um tupinambá feiticeiro do Espírito Santo nas garras da Inquisição: 1737-1744*, artigo onde Luiz Mott (2006) aborda o processo do índio Miguel Pestana, morador de Reritiba e acusado de feitiçaria; o artigo de Sônia Misságia Mattos, *A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo* (2009); e referências aos índios aldeados em Reritiba (Iiritiba), nunca de forma exclusiva, em publicações de Vânia Losada Moreira, entre 2001 e 2012.

427 Localizamos as dissertações *Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*, de Francieli Aparecida Marinato (2007); *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)*, de Tarcísio Glauco da Silva (2006); *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A. (1967-1983)*, de Klítia Loureiro (2006) e *Desterritorialização e r-existência tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz celulose*, de Gilsa Helena Barcellos (2008).

Apesar dos quase duzentos anos que separam o artigo *Como se deve escrever a História do Brasil* de Carl Friedrich Philipp von Martius de nossos tempos, as duas primeiras perguntas no excerto acima ainda não foram plenamente respondidas. Entre as inúmeras incertezas e hipóteses quanto a data da migração e as fontes populacionais que habitaram o continente americano, para autores como Hetzel, Negreiros e Magalhães (2007) e Warren Dean (1996) o litoral do Sudeste foi uma das últimas regiões do planeta a serem alcançadas pela expansão humana. Segundo Dean (1996), com o declínio dos grandes animais de caça no Cerrado brasileiro, os grupos humanos que viviam naquele bioma migraram para as regiões litorâneas encontrando uma variedade de ambientes como florestas, restingas, lagunas e manguezais abundantes em proteínas e nutrientes, passando a sobreviver, sobretudo da pesca e coleta. A ampla disponibilidade alimentar incluía mais de uma centena de espécies de frutos, 32 espécies de peixe, camarões, peixe-boi, caranguejos, além de berbigões, mariscos, ostras e outros moluscos (DEAN, 1996). O descarte destes alimentos, sobretudo as conchas dos moluscos principal item da alimentação daqueles povos, formaram os sambaquis, no termo tupi “amontoado de conchas”, encontrados em praticamente todo o litoral brasileiro. Boa parte desta rica biodiversidade era encontrada no litoral sul capixaba o que atraiu, há aproximadamente 8000 anos, os primeiros grupos humanos (KNEIP; PALLESTRINI; CUNHA, 1981). Para diferentes autores, a região compreendida entre o vale do Orobó, em Piúma, e as cabeceiras do rio Salinas, em Anchieta, estavam entre as mais povoadas da costa (SAINT HILAIRE, 1974; DAEMON, 1879; WIED-NEUWIED, 1940).

Oriunda provavelmente do atual noroeste de Minas Gerais, sociedades de horticultores ceramistas da Tradição Una, após expandirem-se para o sul daquele Estado, norte de São Paulo, e posteriormente Rio de Janeiro, ocuparam o litoral do Espírito Santo deslocando ou assimilando os pescadores-coletores que ali viviam (SCATAMACHIA, 2007). Posteriormente, estes povos assistiram a chegada de outras sociedades indígenas, estas da Tradição Aratu, provavelmente vindas da Bahia (SCATAMACHIA, 2007). No momento da chegada dos primeiros europeus estas etnias já haviam sido suplantadas, provavelmente, pelos goitacazes da família Puri, do tronco Macro-Jê, e que naquele momento ocupavam territórios também nos atuais estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (FREIRE; MALHEIROS,

2010).

O uso do *provavelmente* na afirmativa anterior faz-se por conta da imprecisão na determinação das etnias indígenas que habitavam o território português na América. Sobre esta questão, John Monteiro (2001) assevera que as etnizações que encontramos nos documentos oficiais constituíram tentativas de atender a diferentes e específicas demandas, tanto de colonizadores quanto dos próprios indígenas. Além desta questão houve ainda situações onde os colonizadores europeus denominavam o mesmo povo com dois ou mais nomes, quando não utilizavam diferentes grafias para o mesmo nome (FREIRE; MALHEIROS, 2010).

A esta variabilidade e flexibilidade na determinação de identidades específicas, Debret (1989) e Gabriel Soares de Sousa (1851) acrescentaram o fato de que em alguns casos essas denominações eram obtidas a partir de outros povos, muitas vezes adversários. É o caso do termo puri que, conforme Debret (1989) foi criado por seus inimigos coroados, e significa “audaz ou bandido”. Ainda conforme aquele autor, em retaliação os puri também se referiam aos coroados como puri (DEBRET, 1989).

Adicionemos ainda a intensa mobilidade das etnias que habitavam a Capitania do Espírito Santo. Apesar de algumas dominarem a agricultura, a maioria populações nativas eram seminômades em constantes disputas por paisagens ricas em recursos alimentícios, como as litorâneas. Eram comuns também as migrações, aparentemente pacíficas, promovidas em períodos sazonais como as realizadas pelos puri, que habitavam o interior dos atuais Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo e o leste de Minas Gerais, e que se deslocavam anualmente para as regiões de estuários aproveitando o ciclo de reprodução da tainha (SCARAMELLA, 2011).

Apesar de todas estas dificuldades os relatos de alguns cronistas e mapas como os desenvolvidos pelo arqueólogo Giovani Scaramella (2011) baseado em diversas fontes primárias e teóricas⁴²⁸, indicam um domínio goitacá no início do século XVI em uma faixa no litoral que ia do rio Cricaré (hoje São Mateus) no norte do Espírito

428 Scaramella (2011, p. 87) cita “[...] Abreu (2005), Adalberto da Prússia (2005), Anchieta (2005), Brandão, D’Orbigny (2005), Gândavo (2005), IBGE (1958), Magalhães (2005), Mawe (2005), Rubim (2005), Rugendas (2005), Salvador (2005), Seidler (2005), Steains (2005) e Vasconcellos (2005)”.

Santo até o cabo de São Tomé no norte do Rio de Janeiro⁴²⁹. Opinião corroborada pela hipótese de Hetzel, Negreiros e Magalhães (2007) que, ao apontarem uma expansão dos povos do tronco linguístico tupi, provenientes do sul da Amazônia, por volta do ano 1000, sobre o litoral brasileiro, afirmam que estes não conseguiram desalojar os goitacazes. Resistência semelhante enfrentou os portugueses que tentavam se estabelecer naquele trecho do litoral que, no século XVI, compreendia as capitanias do Espírito Santo e de São Tomé.

Na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), primeiro núcleo colonial em terras capixabas, os constantes ataques desde o desembarque do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535, obrigaram os colonos portugueses a procurarem um local mais seguro, o que acabou redundando na fundação da Vila Nova do Espírito Santo, depois rebatizada Vitória. Alguns anos antes, no final da década de 1540, quando Coutinho viajara a Portugal em busca de recursos, os goitacazes, conforme Gabriel Soares de Sousa (1851), aliados aos tupiniquins, mataram D. Jorge de Menezes que administrava a capitania em substituição ao capitão donatário e em seguida seu sucessor, D. Simão de Castelo Branco. Para Varnhagen (1857) os atos foram uma retaliação contra a captura e posterior comercialização de indivíduos destas tribos realizada por tribos inimigas e incentivada por aqueles administradores.

Sorte idêntica teve a vila da Rainha fundada à margem direita do rio Itabapoana na Capitania de São Tomé e que pertencera a Pero de Góis da Silveira. Após um período de trégua entre o donatário e os goitacazes, alguns colonos estabelecidos no Espírito Santo seqüestraram um chefe indígena na região entregando-o a seus inimigos, fato que motivou a destruição da vila e a expulsão de todos os colonos (VARNHAGEN, 1857; OLIVEIRA, 2008). As constantes ofensivas dos goitacazes levaram o donatário a desistir de sua ocupação regressando a Portugal no ano de 1570.

Mesmo diante deste conflituoso quadro houve momentos em que estes povos lutaram ao lado dos portugueses, como no caso da expulsão do corsário inglês

429 O fato de escavações recentes terem registrado a presença de sítios arqueológicos goitacás em Búzios, São Pedro da Aldeia e Saquarema, portanto bem ao norte do cabo de São Tomé (JANSEN, 2004, p.34) confirmam, por um lado a inexatidão dos estudos sobre História dos povos indígenas no Brasil, e do outro, a porosidade das fronteiras entre os territórios ocupados pelas diferentes etnias que aqui viviam.

Thomas Cavendish que atacou a Vila de Vitória no final do século XVI ou quando, no final da década de 1550, alguns goitacazes se aldearam em Reritiba posteriormente participando em Cabo Frio de lutas que quase exterminaram os goitacazes daquela região. O que fica evidente no estabelecimento destas alianças ou inimizades é a exemplo do que ocorrera em outras regiões da América Portuguesa, uma constante reelaboração e alteração das mesmas conforme “as circunstâncias e interesses dos grupos envolvidos” (ALMEIDA, 2003, p. 62). Neste sentido, a inserção no aldeamento de Reritiba pareceu àqueles indivíduos um mal menor num contexto em que os violentos ataques de Mem de Sá, que deseja vingar-se da morte de seu filho Fernão de Sá, ocorrida nas imediações do rio Cricaré, vinha acarretando sérios problemas aos povos do litoral capixaba (ALMEIDA, 2003).

Guardadas as devidas proporções, também foi o refúgio oferecido pelos aldeamentos o que motivou a transferência dos temiminós que, fugindo dos conflitos na Baía da Guanabara, foram aldeados no Espírito Santo tornando-se, posteriormente, os mais importantes aliados no processo de colonização da capitania capixaba.

Os valentes temiminós

Também desta capitania, onde estava residindo, saiu com todos os seus índios o valente Martim Affonso Arariboya (VARNHAGEN, 1857, p. 488)

De Araribóia, comandante de duzentos temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os frecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos (OLIVEIRA, 2008, p. 111)

Não encontramos dificuldades em enquadrar o cacique Araribóia no conceito de heroísmo do Visconde de Porto Seguro: “[...] aqueles que nos legaram ações meritórias e de abnegação e desinteresse, que, não só por gratidão como até por conveniência, nos cumpre comemorar [...]” (VARNHAGEN, 1857, p. 150). Critério idêntico foi o adotado no início do século XX, nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) quando seus membros, na tentativa de construir uma representação de identidade capixaba, elegeram um panteão de heróis onde o ato praticado importava mais do que o sujeito que o praticou e, com esse pragmatismo, inscreveram ao lado de Domingos Martins, José de Anchieta, Vasco Fernandes Coutinho e Maria Ortiz, o *valente* Araribóia.

Fundamental na luta travada na Baía de Guanabara, Araribóia atendendo a solicitação de Mem de Sá, após a vitória contra os franceses permaneceu no Rio de Janeiro fundando o aldeamento de São Lourenço, que posteriormente deu origem a cidade de Niterói, sendo inclusive ele seu capitão-mor. Recebeu ainda, em virtude de sua importância, o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, condecoração concedida apenas aos mais ilustres súditos do Império e chegou a possuir casas na Rua Direita (atual Primeiro de Março) onde residiam apenas pessoas ilustres, inclusive o governador (ALMEIDA, 2006, p. 14). Foi ainda batizado como Martim Afonso de Souza e seu filho e um de seus sobrinhos “fundaram” Macaé e Peruíbe. Estas benesses, no entanto, não foram exclusividade de Araribóia, do inverso, estavam inseridas em uma estratégia portuguesa que pretendia conquistar o apoio das lideranças indígenas considerados indispensáveis naquele contexto na intermediação entre o mundo colonial e o indígena (ALMEIDA, 2003, 2006).

No caso dos temiminós essa aliança começou na tumultuada década de 1550 quando os portugueses enfrentavam escaramuças com índios em diversas capitanias como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ilhéus, Porto Seguro, Bahia, São Vicente além de seguidas incursões de franceses, ingleses e holandeses, que ameaçavam o projeto colonizador luso. Nesta década a tribo liderada por Maracajaguaçu, ou Gato Grande, que vivia na atual Ilha do Governador na Baía da Guanabara e que enfrentava um conflito contra seus ancestrais inimigos, os tamoios, que naquele momento eram apoiados pelos franceses, diante de uma eminente derrota estabeleceram, por intermédio dos padres Luiz de Grã e Brás Lourenço, um acordo com o donatário Vasco Fernandes Coutinho que os transportou em quatro navios para o Espírito Santo onde fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição localizada a doze léguas da Vila de Vitória (DAEMON, 1879). Restabelecidos assumiram então um papel preponderante na colonização da capitania do Espírito Santo, seja na luta contra outras nações indígenas, como os goitacazes, e na defesa do território contra as investidas de outros povos europeus, sendo na sua participação na vitória dos portugueses e expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, fato que os tornou célebres na historiografia nacional. A partir de então a denominação temiminó, que raramente aparecera nos relatos dos cronistas, passa a figurar nos documentos do período configurando uma das muitas denominações étnicas criadas para atender aos interesses de portugueses e dos

próprios indígenas (ALMEIDA, 2003).

Na tentativa de aprofundar os laços desta, recíproca e vantajosa, parceria a elite colonial do Espírito Santo concedeu a Maracajaguaçu e sua parentela favores e nomes de prestígio. Assim o cacique adota após o batismo, o nome do próprio donatário, Vasco Fernandes, sua esposa passa a chamar-se Branca Coutinho, nome da mãe do donatário, e um de seus filhos, Manemuaçu batizado no dia de São Sebastião, passou a ser chamado de Sebastião Lemos. Tempos depois no velório deste último, esteve o donatário que aproveitando a ocasião convidou Maracajaguaçu à sua residência para solicitar seu auxílio no apaziguamento de uma revolta indígena que assolava a capitania (SALETTI, 1998, OLIVEIRA, 2008). Outra evidência da relevância adquirida pelos temiminós para a manutenção do projeto lusitano foi a escolha de Sanches de la Pimenta para dirigir a capitania, em virtude de uma viagem de Vasco Fernandes Coutinho. Segundo o Padre Manuel da Nóbrega (apud OLIVEIRA, 2008, p. 70), a escolha aconteceu em virtude de ser Sanches “um dos ‘que mais zelavam contra o gentio’, isto é, dos que eram tidos como seus melhores amigos”. O sucesso da aliança; apesar de que em determinado momento até o próprio Maracajaguaçu abandonou o aldeamento se embrenhando no sertão (FREIRE, 2006); acabou atraindo os Guará, que tinham como cacique o Guarauçú (Lobo ou Cão Grande), irmão de sangue de Maracajaguaçu, que se fixou em Guarapari (OLIVEIRA, 2008) e, conforme (DAEMON, 1879, p. 127), também os tupiniquins que habitavam a região próxima ao rio Mucuri na divisa entre os atuais estados da Bahia e do Espírito Santo.

Os goitacazes, especialmente os que habitavam o sul da capitania do Espírito Santo; retratados na historiografia tradicional como entrave ao desenvolvimento da empreitada lusa; estabeleceram, por sua vez, relações mais estáveis com os franceses do que com os portugueses. Fato atribuído por Almeida (2003) a uma maior tolerância dos conterrâneos de Jean de Lery. No âmbito comercial no lugar de estabelecerem feitorias utilizavam seus próprios navios como entreposto e seguiam as regras estabelecidas por aqueles povos indígenas, fato que trazia maior segurança aos nativos

quando seus vizinhos os procuram e eles concordam em atendê-los, assim procedem: o margaiá, o caraiá ou o tupinambá (assim se chamam as nações vizinhas), sem se fiar no uetacá mostra-lhe de longe o que tem a

mostrar-lhe, foice, faca, pente, espelho ou qualquer outra bugiganga e pergunta-lhe por sinais se quer efetuar a troca. Em concordando, o convidado exhibe por sua vez plumas, pedras verdes que coloca nos lábios, ou outros produtos de seu território.

Combinam então o lugar da troca, a 300 ou 400 pés de distância; aí o ofertante deposita o objeto da permuta em cima de uma pedra ou pedaço de pau e afasta-se. O uetacá vai buscar o objeto e deixa no mesmo lugar a coisa que mostrara, arredando-se igualmente, a fim de que o margaiá ou quem quer que seja venha procurá-la (LERY, 1961, p. 63, 64).

Diferentes fontes mencionam trocas comerciais entre os franceses e os indígenas como a que ocorreu em 1557 quando Bois Le Comte, sobrinho de Nicolas Durand de Villegagnon, fundador da colônia francesa no Rio de Janeiro, em passagem pelo Espírito Santo “fez disparar alguns tiros, visando atrair à praia os indígenas a fim de obter víveres em troca de bugigangas” (FREIRE, 2006, p. 73). Mas a maioria destes contatos concentrou-se na região de Itapemirim, no litoral sul da capitania do Espírito Santo, e se estenderam até o século XVIII como observamos na solicitação do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho que, em visita ao Espírito Santo no ano de 1712, requisitou providências contra os franceses que “andavam correndo a costa” capixaba e encontravam-se ancorados na ilha oceânica localiza em Itapemirim, sugestivamente denominada Ilha dos Franceses (DAEMON, 1879). O cronista francês Jean de Lery que esteve no Brasil em 1556 chega inclusive a referir-se aos “selvagens” que habitavam a região de “Tapemiry” como “aliados dos franceses”, bem diferentes dos que habitavam o norte fluminense, que ele chama de *uetacás*, descritos como

“diabólicos [...] invencíveis [...] comedores de carne humana, como cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem ser tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a Índia Ocidental” (LERY, 1961, p. 63)

A aliança com os goitacazes que habitavam o litoral sul capixaba e as rusgas dos franceses e os que habitavam a Capitania de São Tomé confirmam, por um lado a instabilidade das relações firmadas entre indígenas e não indígenas e por outro o papel ativo dos indígenas na determinação de satisfazerem seus interesses na determinação destas alianças ou inimizades.

Conclusões

Assassinados, aculturados, desrespeitados

As palavras acima acompanhadas de imagens de índios quase nus com arcos e

flechas compunham o mural produzido em uma escola pública. Apesar das boas intenções da professora das séries iniciais do ensino fundamental, o mural em alusão ao Dia do Índio, semelhante aos espalhados em diversas escolas brasileiras, revela a permanência de uma interpretação histórica que relegou as etnias indígenas um papel subalterno. Esta comunicação, no entanto, tentou contribuir para desconstrução desta representação ao retratar a participação ativa de temiminós e goitacazes na história da Capitania do Espírito Santo no século XVI. Foi neste sentido que constatamos que todas as alianças construídas entre aquelas etnias e os europeus que tentavam estabelecer-se ou comerciar na região, visavam atender aos interesses de ambos os povos. Desta forma, os “índios do Gato” diante de uma eminente derrota contra seus inimigos, os tamoios, compreenderam que embarcar nos navios portugueses ofertados por Vasco Fernandes Coutinho seria naquele momento a melhor alternativa para garantir a sobrevivência da tribo.

Outro aspecto relevante era a constante instabilidade daquelas alianças em um cenário marcado por diversas alterações e constituído por diferentes sujeitos e interesses. Assim, mesmo os temiminós, principais aliados do projeto colonizador português no Espírito Santo, em determinadas situações, como diante do aumento das investidas dos colonos sobre suas tribos, resolveram abandonar os, naquela ocasião nem tão seguros, aldeamentos.

Estes e outros fatos, dispersos na historiografia capixaba, revelam a necessidade de se escrever uma história dos povos indígenas que habitavam o litoral capixaba realocando-os como protagonistas de sua própria história. Revelam ainda que aquele que optar por simplificar tão complexas relações cometerá um desserviço a história do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In. VAINFAS, Ronaldo; SANTOS,

Georgina Silva. NEVES, Guilherme Pereira. (orgs). **Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: Ed.UFF, pp. 13-28, 2006.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 38-63.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronologica, synopsis e estatística**. Vitória: Typographia do Espírito-Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2013.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo, S.P: Editora Itatiaia Limitada/Editora da Universidade de São Paulo, 1989

FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores**. Vitória: Flor & Cultura, 2006.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia; MAGALHÃES, Bernardo. **Pré-história do Brasil**. Rio de Janeiro: Manati, 2007.

KNEIP, L. M., PALLESTRINI, L., CUNHA, M.C. (1981). **The Radiocarbon Dating of the Sambaqui Camboinhas**, Itaipu, Rio de Janeiro - Brazil. In: Anais da Acad. Bras. Ciências, Rio de Janeiro. LIII:339-343

LERY, Jean de. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1961.

MARTIUS, Karl Friederich P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de Fontes da Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena No Brasil. In: Aracy Lopes

da Silva; Luís Donisete B. Grupioni. (Org.). **A temática indígena na escola**. 1ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, v. , p. 221-228.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada ao concurso de livre docência no Departamento de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. x, p. 60746, 2011.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed., Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretária de Estado de Cultura, 2008.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização no Espírito Santo. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil. 1500-1627**. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1982.

SCARAMELLA, Giovani. Puri or not puri. **Revista de Ciência & Tecnologia**. Nova Iguaçu, v.11, n.2, p. 77-97, 2011.

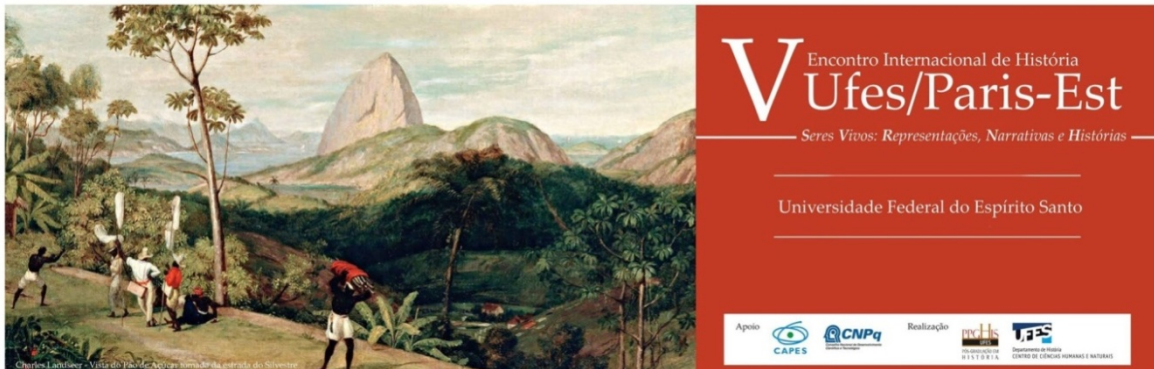
SCATAMACHIA, M.C.M. **Projeto de Salvamento Arqueológico Gasoduto Cabiúnas – Vitória**. Relatório Final dos Trabalhos. São Paulo: MAE-USP; 2007.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. **Revista Trimensal Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1851. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>.

Acesso em: 04 abr. 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 28 jun. 2012.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. Trad. Flávio Sússekind de Mendonça, Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1^a ed. 1940. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br> >. Acesso em: 23 jul. 2013.



UMA CIDADE ENTRE DOIS MUNDOS: VITÓRIA NARRADA NO FIM DO SÉCULO XIX

Levy Soares da Silva
Especialista em Gestão Educacional Integrada – ISEAC/ES

RESUMO: No decorrer do século XIX, o Brasil passou por uma série de transformações sociais, econômicas e políticas. A vitrine dessas transformações era a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Porém, essas transformações também teriam que ocorrer no restante do país para que se consolidassem efetivamente. Assim, nos propomos a analisar de que forma essas transformações ocorreram na cidade de Vitória no final do século XIX e como foram percebidas por aquele que não é vivente local e possui um olhar diferenciado para perceber elementos que possam parecer rotineiros aos locais. Dessa maneira, utilizaremos como fonte o livro de viagem: Viagem ao Espírito Santo – 1888 escrito pela princesa Teresa da Baviera quando excursionou pela Província do Espírito Santo. São três fundamentos nos quais nos amparamos nesse trabalho, em primeiro lugar está a qualidade da narrativa, com a sua rica descrição. Em segundo lugar, a própria autora encontra-se entre dois mundos, pois é uma europeia visitando o Brasil. E em terceiro lugar, de natureza teórica, a validade em explorar essa fonte está na operacionalização do conceito de escala em estudos históricos, formulado por Jacques Revel (1998).

Palavras chave: Brasil; Espírito Santo; Século XIX; Livro de Viagem; Cidade de Vitória

ABSTRACT: During the nineteenth century, Brazil went through a series of social, economic and political. A showcase of these transformations was the city of Rio de Janeiro, then the capital of Brazil. However, these changes also have to occur in the rest of the country so that they consolidate effectively. Thus, we propose to analyze how these changes occurred in the city of Victoria in the late nineteenth century and how they were perceived by those who are not living place and has a different view to realizing elements that may seem routine to the sites. In this way, we will use as a

source the travel book: Journey to the Espírito Santo - written in 1888 by Princess Therese of Bavaria when he toured the Province of the Espírito Santo. There are three grounds on which admitted him in this work, first is the narrative quality, with its rich description. Second, the author itself is between two worlds, it is a European visiting Brazil. And thirdly, of a theoretical nature, the validity in exploring this source is in the operationalization of the concept of scale historical studies, formulated by Jacques Revel (1998).

Keywords: Brazil; Espírito Santo; Nineteenth century; Book Travel; City of Victoria;

O Brasil e o século XIX

No decorrer do século XIX, o Brasil passou por uma série de transformações na economia, na cultura, na sociedade e também na política. Expressivamente, abarcou o início, o auge e o declínio do regime monárquico. Em grande medida, essas transformações procuravam inserir o Brasil no rol das chamadas grandes nações, que buscavam perenemente o desenvolvimento, a cientificidade e o progresso sendo, nesse caso, os países europeus e os Estados Unidos os modelos a serem seguidos. O Brasil passou a estar, então, entre dois mundos.

A vitrine dessas transformações era a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, onde a população assistia, progressivamente, às figuras alegóricas da Luz e da Civilização, vencerem o Gênio das Trevas, e libertando o país do obscurantismo, antes que a apoteose final mostrasse a inequívoca vitória do Progresso e da Civilização, saudados por todas as nações da terra, que reconheciam, embandeiradas, o primado da concórdia e da ciência (NEVES, 2014, p. 122-123).

Essa fase pode ser considerado um período ímpar, pois representa um momento de consolidação da nacionalidade, e que traz consigo todas as implicações inerentes a este crucial aspecto. Nesse sentido, ao longo do período do Oitocentos o Brasil se afirmou como país e atravessou uma série de modificações. Evidentemente que esse processo não ocorreu sem percalços, de forma linear e completa, de modo que

[...] O Brasil experimentou transformações, modernizou suas instituições políticas, sua estrutura econômica, suas relações sociais, sem que tenham sido superadas certas mazelas e contradições que, permanentemente atualizadas, têm confirmado o apego à desigualdade, à exclusão e à marginalização sociais, que estão na base de impasses históricos que o Brasil tem reiterado (PAULA, 2012, p. 179).

Nesse sentido, precisamos considerar que o Brasil no final do Oitocentos era um território em franca transformação e que o contexto vivido no último quartel do

século XIX ensejava ou embasava as modificações que começavam a ocorrer e, por isso mesmo:

Se tomarmos como hipótese que, para compreender a corte imperial entre 1870 e 1889, é preciso situá-la entre dois mundos, o da construção da unidade como tradução da ordem própria do império do Brasil e o da ordem entendida como progresso, tal como, emblematicamente, sintetizará o fragmento da divisa positivista bordado a ouro na bandeira republicana (NEVES, 2014, p. 130).

A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do império do Brasil, era uma cidade que se via e era vista por todo o território como titular entre dois mundos: o da cultura europeia e o da natureza pujante das Américas. E assim se via e era vista porque o lastro da tradição representado pelo império e pelo sangue europeu que corria nas veias do monarca poderia contrabalançar aquilo que era percebido como ‘os perigos das novidades do tempo’ e garantir a ordem, princípio e fundamento dos projetos políticos das velhas e novas elites do Brasil do século XIX. (NEVES, 2014).

Pois,

Artífice da construção da unidade da ordem na primeira metade daquele século [XIX], o Estado imperial, poderia, para alguns, construir o progresso sem ameaçar a ordem. Para outros, que desde 1870 engrossavam as fileiras republicanas, o império tornara-se obsoleto, e a ordem identificada com o progresso era o cerne de um projeto para a república. Para uns e para outros, no entanto, o Rio de Janeiro, no papel de corte imperial ou na função prevista para a cidade como capital federal, era e continuaria a ser a cidade-capital de onde se governava o país e que o representava diante das províncias e no concerto das nações (NEVES, 2014, p. 126-127).

Porém, essas transformações também teriam que ocorrer no restante do país para que se consolidassem efetivamente no conjunto. Assim, nos propomos a analisar de que forma essas transformações ocorreram na cidade de Vitória no final do século XIX, a fim de compreender se a capital da Província do Espírito Santo estava acompanhando o passo dos novos tempos, e de que maneira essas transformações foram percebidas pelo olhar estrangeiro, pois aquele que não é vivente local possui um olhar diferenciado para perceber elementos que possam parecer rotineiros aos locais, possibilitando-nos, assim, obter um panorama rico e diversificado.

Foram muitos os estrangeiros que conseguiram empreender uma viagem ao desejado território do Brasil, não era uma tarefa fácil, além de ser de alto custo. O resultado dessas viagens foi uma imensa produção que descrevia os elementos componentes do Brasil. Extremamente variada essa produção compõe-se de cartas,

relatos, diários, narrativas, mas principalmente livros, pois estes especificamente eram produzidos considerando um público leitor potencial, esses escritos passaram a compor o que se convencionou nomear de literatura de viagem.

Esses componentes da literatura de viagem, além de quadros, ilustrações, pinturas, desenhos, passaram a ser utilizados como fontes para a compreensão do Brasil do Oitocentos em consonância com as perspectivas historiográficas de se alargar o corpo de fontes para se obter uma interpretação adequada do passado. Assim, a literatura de viagem passou a ser considerada para além do quesito da curiosidade e do fantástico.

Dessa maneira, utilizaremos como fonte o livro de viagem: *Viagem ao Espírito Santo* escrito pela princesa Teresa da Baviera quando excursionou pela Província do Espírito Santo, durante sua viagem ao Brasil, em 1888, no último quartel do século XIX. São três fundamentos nos quais nos amparamos nesse trabalho, em primeiro lugar está a qualidade da narrativa com a sua rica descrição, a busca pela cientificidade e os registros que nos oferta. Em segundo lugar, a própria autora encontra-se entre dois mundos, pois é uma europeia visitando o Brasil e traz consigo suas impressões prévias. E em terceiro lugar, de natureza teórica a validade em explorar essa fonte está na operacionalização do conceito de escala em estudos históricos, formulado por Jacques Revel (1998) sustentando que a análise elaborada de algo muito particular possibilita obter elementos reveladores que conduzem a observação mais ampla do processo social, em toda a sua pluralidade e multiplicidade.

Os viajantes estrangeiros foram, desde sempre, grandes leitores do Brasil, os seus registros elaborados sob forma de cartas, diários, livros, pinturas compõem um conjunto de fontes relevantes para a História. O confronto entre as idéias prévias que traziam e a realidade que encontravam possibilita uma interpretação diferenciada, sobretudo, do último quarto do século XIX quando as mudanças pelas quais o Brasil vinha passando começam a se acentuar mais, principalmente no campo político.

Os viajantes estrangeiros na província do Espírito Santo

Os viajantes estrangeiros que ingressaram no Brasil no transcorrer do século XIX compunham um grupo seletivo com tempo de permanência determinado nas terras brasileiras enquanto viajantes e distantes de relacionamentos prolongados com os habitantes locais por procederem de outros países enquanto estrangeiros. É preciso atentar para o fato de que na maioria das vezes “as duas características se confundem em alguns aspectos. Viajantes e estrangeiros, embora sem ser propriamente nômades, se fixam apenas temporariamente, conservando uma posição de autonomia diante do espaço ocupado pela população local” (SIMMEL, p. 273-295, apud Leite, 1997, p. 161).

Os motivos para a realização de uma viagem ao Brasil eram os mais variados possíveis, mas é certo que a grande maioria, antes de qualquer coisa, queria conhecer um imenso pedaço de terra praticamente intocado e que até então se mantinha inacessível, com nativos e natureza em sua forma original, e muito diferente do que estavam habituados em seu mundo de vivência, mas já muito difundidos através de variados e férteis imaginários que não supriam mais a vontade de ver com os próprios olhos que se generalizou, sobretudo, entre os europeus.

E à medida que os viajantes estrangeiros, sobretudo aqueles com objetivos definitivamente voltados para a publicação, iam empreendendo o sonhado trajeto, isto é, realizavam o seu percurso e observações pelas terras do Brasil, retornavam ao seu país de origem, sistematizavam os relatos e os publicavam, o número de interessados em fazer a viagem certamente crescia, estes viam o seu pensamento cada vez mais aguçado e conflituoso diante das, mesmo que pequenas, variações que os relatos dos viajantes apresentavam.

Para solucionar esta demanda restava apenas uma única saída, viver a sua própria experiência pessoal de conhecer o território do Brasil, ver com os seus próprios olhos o que era descrito pelos viajantes, mesmo que sendo estes seus contemporâneos e não raro seus compatriotas ou mesmo amigos, mais no caso dos cientistas. O resultado disso, e que não podemos desconsiderar é que “os viajantes foram, portanto, os grandes cronistas da vida brasileira dos séculos XVI a XIX, descrevendo em suas obras aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes do

Brasil” (GASPAR, 2010, p. 2).

Para os viajantes naturalistas a realização da viagem ao Brasil se tornou algo praticamente impositivo, pois mesmo antes da possibilidade de acessar o meio natural brasileiro elementos do meio científico europeu começavam a questionar a validade de se poder escrever sobre determinados assuntos sem de fato ter observado os componentes dos mesmos, porém diante da possibilidade de poder ingressar no Brasil havia chegado ao fim a justificativa, já não muito mais aceita, de se poder escrever sobre determinados assuntos, sobretudo os de caráter científico, sem o contato real pela impossibilidade de acesso, logo

Se era preciso saber, e para saber era preciso ver, tornava-se necessário viajar. Se a partir de 1808, o Brasil se apresentava disponível ao viajante europeu, de outro lado se observava na Europa uma disposição, ou até uma necessidade, para a viagem. Assim, o naturalista viajava para ver, para então, a partir do que foi visto, dar sua contribuição ao mundo da ciência (RIBEIRO, 2004, p. 37).

A viagem ao Brasil tornava-se idealizada, mas essa idealização começava a ser desfeita ainda no planejamento, pois não era muito fácil obter os meios necessários para se chegar as terras brasileiras, um aporte de recursos financeiros se fazia extremamente necessário como ponto inicial, mas nem sempre possível a uma grande parte dos que pretendiam conhecer os pertences naturais do Brasil e produzir as suas próprias descrições ou formar as suas conclusões.

No século XIX, O Espírito Santo era uma das províncias constitutivas do Brasil. A capital da província, a cidade de Vitória, sediava o centro administrativo provincial, mesmo assim não era um modelo urbano a ser seguido, sem sistemas de água e esgoto, sem recolhimento de lixo e sem iluminação pública, com ruas precárias era uma cidade insalubre, os seus habitantes sofriam com constantes epidemias de varíola, cólera e febre amarela.

Durante muito tempo a habitabilidade de Vitória se resumiu a parte alta da cidade muito por uma questão de proteção a possíveis invasões estrangeiras e ataques indígenas, mas “[aos poucos] a cidade vai descendo da elevação e ocupando também as partes baixas. Evoluindo de seu desenho de cidade fortificada, Vitória aos poucos assume uma vocação portuária (MENDONÇA et al, 2009, p. 42)”, iniciando com um modestíssimo cais que posteriormente originará um porto, a

utilidade principal deste aparato era o embarque dos produtos de exportação e o desembarque de produtos vindos de outras regiões para consumo interno da província.

Mas esse cais tornou-se também a porta de entrada dos viajantes estrangeiros, tal como acontecia no porto principal, como ponto inicial, de chegada dos viajantes na cidade do Rio de Janeiro os que visitavam o Espírito Santo tinham como primeira visão a Baía de Vitória, era o momento das primeiras impressões do território que percorreriam ao longo de sua estadia.

Na ausência de historiadores profissionais que pesquisassem o tema com os referenciais teórico e metodológico, o escritor Levy Rocha procurou preencher uma das muitas lacunas da História do Espírito Santo com uma publicação voltada para o grande público utilizando como fonte primária os relatos dos viajantes estrangeiros, pois uma vez em solo brasileiro muitos também percorreram o Espírito Santo e fizeram os seus registros de observações e experiências vividas, conforme explica Bittencourt,

Em *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*, Levy Rocha resume, de maneira primorosa, a passagem de muitos estrangeiros ilustres pela Província do Espírito Santo, alguns eram naturalistas, entre eles estão o barão Georg Heinrich von Langsdorff, Johan Julius Linden, o barão de Tschudi, Charles Frederick Hartt, a princesa Teresa da Baviera, e, sobretudo, Saint-Hilaire e Maximiliano, Priz von Wied-Neuwied, entre outros [...]; (BITTENCOURT, 2006, p. 27).

Assim, foram vários os estrangeiros que se interessaram em conhecer a Província do Espírito Santo ao longo do século XIX, sob signos distintos e elaborando registros bastante diversificados sobre a sua experiência em terras capixabas, felizmente uma parte significativa desses registros sobreviveu como fonte para a posteridade.

Seguramente os estrangeiros vinham com ideias prévias em mente difundidas não apenas no Espírito Santo como também no restante do Brasil, seja pelas autoridades governamentais ou mesmo pelo relato de outros viajantes estrangeiros e mesmo pela difusão europeia de imagens, mitos e símbolos, que, inevitavelmente confrontariam com a realidade que vivenciaríamos.

A Princesa Teresa da Baviera e a cidade de Vitória no século XIX

No decorrer do século XIX, além dos homens, muitas mulheres, nobres ou não, por motivos diversos realizaram viagens, mas a produção que resultava de suas observações não era especificamente destinada à publicação uma vez que eram escritas como cartas familiares ou diários íntimos. Mas, ocorre justamente o contrário no caso de Teresa da Baviera que publicava as suas obras, como resultado de suas pesquisas voltadas para o meio científico.

Teresa era filha do rei Luitpold, que assumiu o trono do reino da Baviera em 1886 e governou até 1912, e de Augusta Ferdinand (1825-1864), arquiduquesa da Áustria e princesa da Toscana, que se casaram em 1844. Eles tiveram quatro filhos: Ludwig (1845-1921), Leopold (1846-1930), Arnulf (1852-1907) e Therese Charlotte Marianne Auguste, que nasceu em Munique no ano de 1850. Sua mãe morreu quando ela tinha 14 anos, e a partir de então Therese foi criada pela tia Marie, esposa do rei Maximiliano II que a menina chamava de rainha-mãe.

Adentrar num campo até então dominado exclusivamente pelos homens implicava também em aceitar determinadas normas e modelos da produção da literatura de viagens utilizados por eles na forma de diário, ainda que não fosse o ideal ou o mais adequado aos objetivos da viagem, é possível verificar na literatura de viagem das mulheres a aceitação dessas regras, mas apesar de ter sido aceito e utilizado pelas viajantes estrangeiras é certo que

Apenas uma delas, exatamente a que já era uma naturalista profissional, no final do século XIX, é que se atreve a discutir as desvantagens do modelo de diário. Trata-se de Teresa, princesa da Baviera [...]. É esta cientista, a única das viajantes que pôs em questão a forma de diário, no Livro de Viagem [ao Brasil], como pouco adequada para o seu trabalho. Essa forma impede uma visão de conjunto das impressões e de utilizar experiências recebidas ou completadas posteriormente. Quando tomou consciência das desvantagens da forma, a obra já avançara demais para ser recomeçada e permaneceu como começara. E não foi traduzida para o português (LEITE, 2000, p. 134, 135).

Com uma inegável e aguçada capacidade de observação, a princesa Teresa da Baviera fez inúmeras viagens, sempre de maneira incógnita, da Escandinávia ao Mediterrâneo, Oriente, ilhas britânicas, Rússia, México, França, Portugal, Espanha, territórios balcânicos, Itália, ilha de Malta, Argélia, Tunísia, América Central, Estados Unidos, Canadá, Bolívia, Colômbia, Peru, Chile, Argentina, Equador, Panamá e

Brasil.

É possível perceber, pela quantidade de lugares onde esteve, a predileção pela América do Sul, como atestam os livros que lhe foram consagrados, algo que provavelmente se deve ao fato de que o continente americano era uma região ainda pouco conhecida pelos alemães e para onde muitos compatriotas tinham emigrado. Um território pouco explorado e um mundo inteiramente novo, com fauna e flora ricas e variadas, um lugar privilegiado para os naturalistas, com tribos indígenas, objetos variados e muitos espécimes para serem vistos e coletados.

O resultado de sua viagem ao Brasil em 1888 é o livro: *Minha viagem aos trópicos brasileiros*, que levou nove anos para ser publicado, pois os materiais e espécimes coletados na viagem tinham que ser adequadamente catalogados. Entre os meses de agosto e setembro, a princesa Teresa excursionou pela Província do Espírito Santo, sobre sua capital, a cidade de Vitória, ela registrou inicialmente que:

A cidade, localizada no trecho sudoeste da ilha do Espírito Santo engloba uma ilha de 25 a 30 km de perímetro e se liga ao terreno montanhoso. As casas estão parcialmente em ruínas, as estradas com muitas baixadas e subidas são estreitas e abandonadas e o asfalto é ruim. Mas em compensação, as paisagens vistas das estradas em direção à baía, o Lameirão e as linhas montanhosas das montanhas distantes são maravilhosos. Também os arredores da cidade são atraentes pelo seu caráter alpino. Declives íngremes e lisos, cobertos por trechos de capim interrompidos por partes rochosas, descem em direção às águas e se elevam por detrás das casas, chegando a alturas de 300 m. Ora aqui, ora acolá, se apresenta um quadro naturalmente emoldurado das cadeias de montanhas enfileiradas, tendo em primeiro plano sempre o mesmo mar (BAVIERA, 2013, p. 142-143).

Nesse caso, observamos que se estruturalmente a cidade não é um exemplo a ser seguido, as suas lacunas são contrabalanceadas com a parte física, como uma espécie de compensação, que acaba por equilibrar, ou amenizar, o conjunto. Ela prossegue registrando que:

A cidade de cerca de 20.000 habitantes, com 12 igrejas e capelas, dispõe no momento de apenas um sacerdote. Por consequência, só teve lugar uma única missa em toda a cidade e mesmo esta não contou com muitos frequentadores. Esse tipo de situação indica claramente a falta de padres no Brasil, bem como o enfraquecimento do espírito religioso no grande reino imperial. A igreja onde a missa foi rezada não tinha bancos nem cadeiras e era muito feia.

Quando fomos à missa hoje pela manhã, quinta-feira, portanto dia útil, não havia ninguém na igreja além de nós e uma menina. Esse baixo número de frequentadores de igreja contrasta muito com o número normal de frequentadores das igrejas católicas alemãs, mesmo em dias úteis.

Além dessa igreja, que nos impressionou pela arquitetura, não visitamos nenhuma outra. Aliás, não visitamos nenhum outro prédio público de Vitória. Pois por mais maravilhosa que seja a paisagem brasileira, considerando a média, raramente as obras humanas impressionam por algum tipo de beleza. Possivelmente também a Capela de São Tiago, agora denominada de Capela Nacional, que se encontra no palácio do governo, o antigo colégio jesuíta, está sujeita a essa mesma regra geral.

Essa capela pode ser chamada de interessante somente pelo fato de que os restos mortais do famoso Padre José de Anchieta se encontravam abrigados em seus muros (BAVIERA, 2013, p. 143-144).

As comparações feitas pela princesa Teresa entre a realidade com que estava acostumada e a que vivenciava temporariamente era esperada e mesmo inevitável, pois era preciso demarcar essas balizas para propagar a superioridade europeia. Mas também,

Essa experiência e visão nos permite [...] ler a cidade esquadrejada entre o velho e o novo, entre o peso do atraso e o desejo do progresso, entre a beleza da paisagem e a feiúra das ruelas tortas e sujas, entre as sobrevivências coloniais e os projetos modernos, entre a superstição e a razão ao contemplar [...] sobre a cidade, o presente, o passado e o futuro, ou seja, se ainda é possível viver no passado, [...], será preciso, em breve, escolher a que mundo a cidade – e, com ela, o país como um todo – pretende pertencer (NEVES, 2014, p. 134-135).

Um último aspecto não escapou ao olhar aguçado da princesa Teresa, que registrou que:

Para ver algo de instrutivo em Vitória, nem precisamos sair de casa. A Casa [Pecher, de exportação de café] onde estamos hospedados fica perto do porto e é uma das maiores empresas de café do país. Todo o espaço do térreo é ocupado como depósito de café. [...] Os negros trabalham tão rapidamente e com tamanha disposição que dá gosto observá-los no serviço. Em fila ininterrupta, os carregadores de café se movimentam da casa até o navio. Em dois dias, ontem e hoje, eles carregaram 2.000 sacas de café, que representam um valor de cerca de 100.000 marcos. [...]. A exportação de café da Província do Espírito Santo no primeiro semestre deste ano chegou a 5,8 milhões de kg, a um valor de 2,3 milhões de mil réis (BAVIERA, 2013, p. 144-145).

O trabalho dos negros, cuja situação de escravidão havia sido abolida, remete a princesa a uma certa concordância, mas de modo algum ela louva a abolição ou condena explicitamente a escravidão, o que registra é a relevância da mão-de-obra para a exportação do café, um dos principais produtos da Província do Espírito Santo, como atestado nos valores que foram apurados por ela.

A análise da narrativa da princesa Teresa da Baviera, nessa abordagem, nos permite acompanhar o fio de um destino particular – de um homem [nesse caso,

uma mulher], de um grupo de homens – e, com ele a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998).

Mas, a impressão geral que ficou na princesa Teresa, não foi das melhores, pois por lhe terem prometido espécimes de animais que não foram efetivamente entregues, ela concluiu que “os brasileiros são muito rápidos nas promessas, mas não confiáveis no cumprimento. Também pode ser que nesses casos eles apenas prometam por cortesia e nós, alemães, de costumes diferentes, acreditamos literalmente” (BAVIERA, 2013, p. 143).

Precisamos considerar que a princesa Teresa da Baviera produziu o seu livro tendo em vista um público leitor específico, o acadêmico, que detinha uma visão consolidada e amplamente difundida sobre o Brasil, o seu relato precisava corresponder as expectativas do seu público leitor. Assim, “o testemunho deve, portanto, ser decifrado em primeiro lugar como uma apresentação de si mesmo, moldada a uma enorme distância social e cultural, ligada a uma trajetória excepcional” (CHARTIER, 1990, p. 141/142). Mas é nesse sentido, justamente, em termos de análise discursiva, que percebe-se que

O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. [...]. Este facto tem necessariamente conseqüências no discurso produzido. Estes lugares estão representados nos processos discursivos em que estão postos em jogo (os lugares) estando lá rigorosamente presentes, mas transformados. Tanto a situação do locutor como a do destinatário afectam o discurso emitido de A para B (BARDIN, 2004, p. 214-215, grifos da autora).

Dessa maneira, é preciso considerar que a princesa Teresa, enquanto viajante, pertencia à categoria daqueles autores que escreviam para a publicação, isto é, pressentindo um público leitor real, portanto uma relação em potencial do emissor com o receptor. Seria inaceitável ao público leitor europeu constatar uma imagem de um elemento endêmico do Brasil que divergisse daquela que estava há muito tempo consolidada.

Concluimos que a cidade de Vitória para a princesa Teresa é: 1º) A Província do Espírito não se resumia à capital (abarcando também os arredores); 2º) Mas, Vitória é o centro do poder político e econômico da Província, pois visitou outras localidades sem julgar que tinham influência; 3º) A cidade é linda, desde que vista de longe.

A princesa Teresa da Baviera nos apresentou em sua narrativa o registro de um olhar que decifra e interpreta a cidade, mostrando a existência de um embate entre o velho, representado pela memória do tempo colonial, e o moderno. Sendo que A “sua [considerada] condição de cidade ‘jovem’ parecia justificar que a esse lugar ainda não tivesse ascendido e, ao mesmo tempo, garantia a energia e a disposição necessárias para que viesse a fazê-lo, e suas inesgotáveis e imensas ‘riquezas’ eram a maior garantia de que tal destino glorioso se cumpriria” (NEVES, 2014, p. 128).

Referências

FONTE

BAVIERA, Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo – 1888**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, 2013. Coleção Canaã v. 12

BIBLIOGRAFIA

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand [Brasil]; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. Coleção Memória e Sociedade

BITTENCOURT, Gabriel. **Estudos Históricos do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES, 2006.

GASPAR, Lúcia. Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX). In: **Pesquisa Escolar Online**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

LEITE, Miriam Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1997.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. In: **Cadernos Pagu**, v. 15, Campinas: UNICAMP, 2000, p. 129-143.

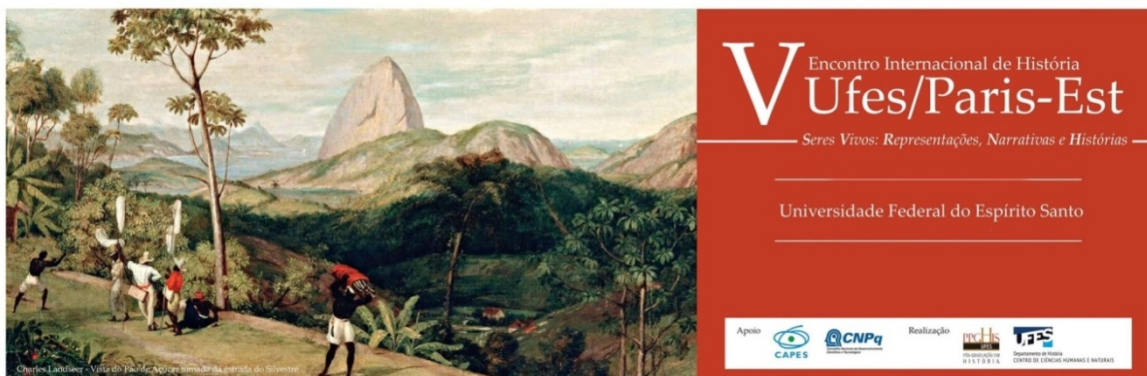
MENDONÇA, Eneida Maria Souza et al. **Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória**. Vitória, ES: EDUFES; São Paulo: Annablume, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. III – 1870-1889

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010) v. 2

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, José Eustáquio. **Viagens, Viajantes e Livros de Viagem: Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850)**. 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Franca, 2004.



O MODELO CONSTANTINIANO NAS REALEZAS GERMÂNICAS TARDO-ANTIGAS

Luís Eduardo Formentini
Mestre em História – UFES

RESUMO: O imperador romano Constantino é uma das figuras mais discutidas da historiografia tardo-antiga. Seu governo de aproximadamente trinta anos (306-337) é o marco inicial do processo de cristianização da instituição imperial romana e da figura do *basileus*, assim como o começo de relações mais estreitas entre Igreja e Império. Além disso, Constantino, após sua morte, foi transformado em exemplo de conversão ao cristianismo e modelo de imperador cristão, através da obra de Eusébio de Cesareia. Em nosso trabalho, discutiremos como esse “modelo constantiniano” foi utilizado, séculos depois, na construção da imagem do monarca ideal, no Reino Franco merovíngio e no Reino Visigodo da Hispânia.

Palavras-chave: Constantino, conversão, episcopado, Eusébio de Cesareia, Providência.

ABSTRACT: The Roman emperor Constantine is one of the most discussed characters in Late Antique historiography. His 30-year government is the starting point of the Christianization process of the Roman imperial institution and the person of the *basileus*, as well as the beginning of closer relations between Church and Empire. Besides, Constantine, after his death, was transformed in an example of conversion to Christianity and a model of Christian emperor, by the works of Eusebius of Caesarea. In our work, we will discuss how this “constantinian model” was used, centuries later, in the construction of the image of the ideal monarch, in the Merovingian Frankish Kingdom and the Visigothic Kingdom of Hispania.

Keywords: Constantine, conversion, episcopate, Eusebius of Caesarea, Providence.

Nascido em fins do século III, elevado à púrpura imperial ao vencer seus adversários nos conflitos que agitaram o Império Romano após a abdicação de Diocleciano em 305, Constantino é uma das figuras mais discutidas da historiografia tardo-antiga. Seu reinado é o marco inicial do processo de cristianização da instituição imperial romana, assim como o começo de relações mais estreitas entre Igreja e Império.

Em nosso estudo, nos deteremos no “modelo constantiniano”, ou seja, na transformação do imperador Constantino em exemplo de conversão ao cristianismo e de governo cristão. Tal modelo foi consideravelmente utilizado nos reinos germânicos a partir do século V, embora não necessariamente tal adoção significasse um juízo positivo de Constantino: o mais importante para os escritores do Ocidente germânico romanizado era a conversão ao cristianismo do imperador, apesar das controvérsias que cercam tal fato.

Uma análise histórica da figura e das ações de Constantino torna-se bastante dificultada pelas paixões inerentes a muitos debates sobre ele: santo e herói da Igreja para uns, oportunista e traidor dos “princípios da Igreja primitiva” para outros, a pessoa de Constantino é o centro de um turbilhão de debates e disputas ideológicas. Não é objetivo do presente trabalho deter-se profundamente nas idealizações ou execrações de Constantino, embora estejamos conscientes da importância do debate historiográfico sobre este tema, e de sua atualidade.

Em nosso trabalho, a importância de Constantino reside no modelo de conversão ao cristianismo que foi construído em torno de sua pessoa. Tal modelo foi utilizado pelos cronistas eclesiásticos dos reinos germânicos tardo-antigos. Na Gália franca, o rei Clóvis foi comparado a um novo Constantino pelo bispo Gregório de Tours (GREGÓRIO DE TOURS, *Historia Francorum*, II, 31). Tal comparação também ocorre na Hispânia visigótica, quando o também bispo João de Bicláro descreve a adoção do catolicismo por Recaredo (JOÃO DE BÍCLARO, *Crônica*, c. 24).

O escritor cristão Eusébio de Cesareia forneceu o modelo em sua *Vita Constantini*

(Vida de Constantino), escrita em torno de 340.⁴³⁰ Essa obra tem como objetivo glorificar a memória do “abençoado” imperador, celebrando-o como o instrumento de Deus para o triunfo do cristianismo no Império Romano. Para isso, Eusébio apresenta o imperador desde a infância como um predestinado, um escolhido do céu para a missão de levar o cristianismo ao Império. Ao relatar a juventude de Constantino, Eusébio o coloca num patamar de virtudes, tanto morais quanto físicas, bem acima de seus companheiros de juventude:

Em beleza física e altura corporal ninguém podia comparar-se a ele; em força física ele em tanto excedia seus contemporâneos que lhes inspirava temor; ele se orgulhava antes nas qualidades morais do que na superioridade física, enobrecendo primeiramente sua alma com autocontrole, e logo após, se distinguindo pela excelência de sua educação retórica, sua perspicácia nata e sua sabedoria dada por Deus (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *Vita Constantini*, I, c. 19, tradução nossa).⁴³¹

Ou seja: Constantino, segundo a interpretação de Eusébio, era um cristão em potencial ou “quase cristão”, possuindo todas as virtudes evangélicas. O único passo que faltava era o reconhecimento do Deus cristão como o único deus verdadeiro. Como analisaremos mais adiante, Clóvis e Recaredo também são apresentados de maneira semelhante nas crônicas de Gregório e Isidoro, respectivamente.

Outro modelo que Eusébio apresenta em seu livro é a conversão de Constantino como fruto de uma intervenção divina direta: trata-se do famoso episódio da Ponte Mílvia, quando Deus concedeu ao soberano, segundo Eusébio, a visão da cruz, prometendo-lhe a vitória, caso a adotasse como símbolo. Após Constantino ter procedido de acordo com a revelação, venceu seu rival Maxêncio e teria aderido ao cristianismo. A passagem da *História dos Francos*, de Gregório de Tours, que relata a conversão de Clóvis, guarda grandes semelhanças com seu predecessor eusebiano, conforme analisaremos adiante.

Por fim, a partir da obra de Eusébio, desenvolve-se a noção do soberano como

⁴³⁰ Nascido por volta de 260 na Palestina, Eusébio, bispo de Cesareia, é considerado o “pai da história eclesiástica”. Entre suas obras destaca-se a *Historia Eclesiástica*, que intenciona relatar a história do cristianismo desde Jesus até o tempo de Eusébio. Quando da controvérsia ariana, defendeu a subordinação do Filho ao Pai. Faleceu em 339.

⁴³¹ In handsome physique and bodily height no other could bear comparison with him; in physical strength he so exceeded his contemporaries as even to put them in fear; he took pride in moral qualities rather than physical superiority, ennobling his soul first and foremost with self-control, and thereafter distinguishing himself by the excellence of his rhetorical education, his instinctive shrewdness and his God-given wisdom.

apóstolo: a conversão de Constantino não dizia respeito somente a ele mesmo, mas também a todo o povo do Império, a quem o imperador teria conduzido à religião cristã. Desse modo, Constantino se assemelha aos apóstolos de Cristo, que anunciaram o Evangelho a todos os povos “até os confins da terra”⁴³². A *História Eclesiástica*, também escrita por Eusébio de Cesareia, encerra com um elogio apostólico a Constantino:

Desse modo, em verdade, quando toda a tirania foi expurgada, o reino que lhes pertencia foi preservado intacto e indisputado para Constantino e seus filhos os quais, quando tomaram como primeira ação livrar o mundo do ódio a Deus, conscientes das boas coisas que ele os concedeu, demonstraram seu amor à virtude e a Deus, sua piedade e gratidão pela Divindade, pelos feitos que manifestaram aos olhos de todos os homens (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, v. 9, X, c. 9, tradução nossa). 433

Francis Oakley (2006, p. 74) observa que o bispo de Cesareia apresenta Constantino revestido de um caráter providencial, como um instrumento de Deus contra as forças do mal. Com o imperador cristão, *ecclesia* e Império Romano tendem a confundir-se no pensamento eusebiano (MARVILLA, 2007, p. 123). Tais ideias permanecem na Igreja do Ocidente, mesmo que boa parte do século IV seja marcada por conflitos entre o clero niceno e os imperadores que favoreciam o arianismo, como Constâncio II. Ao surgirem os reinos germânicos nos séculos V e VI, tais ideias são transmitidas aos seus reis, pois seus monarcas, a partir do momento em que adotaram o catolicismo, também são investidos pela Igreja de uma missão espiritual, que consistia na supressão do paganismo, bastante presente no meio rural, e das heresias, principalmente o arianismo.⁴³⁴ Ou seja, a instituição monárquica deveria colaborar para a obra da salvação, assim como Constantino o teria feito

A Gália merovíngia: Gregório de Tours e Clóvis

Concordamos com Reydellet no sentido de que Clóvis não era, para o bispo de Tours, o modelo de bom rei. A importância de Clóvis no conjunto da *Historia*

⁴³² Mt 28, 27.

⁴³³ Thus verily, when all tyranny had been purged away, the kingdom that belonged to them was preserved steadfast and undisputed for Constantine and his sons alone; who, when they had made it their very first action to cleanse the world from hatred of God, conscious of the good things that He had bestowed upon them, displayed their love of virtue and of God, their piety and gratitude towards the Deity, by their manifest deeds in the sight of all men.

⁴³⁴ O arianismo era uma corrente cristã que basicamente negava a igualdade de Cristo com o Pai e, conseqüentemente, sua divindade.

Francorum residia em seu papel de instrumento da Providência divina. Todavia, em nossa opinião, não se pode negar as “cores heroicas” com as quais Gregório pinta Clóvis e seu reinado. Ele é o monarca guiado pela Providência, o herói a serviço de seus desígnios: o triunfo do catolicismo na Gália e a unificação política desta.

Ao compararmos o perfil de Clóvis construído pelo bispo de Tours com a imagem de Constantino por Eusébio, vemos que esses governantes são retratados como escolhidos da Providência, cujas qualidades divinamente concedidas possibilitaram suas vitórias e triunfos. Gregório não deixa de reafirmar que o rei merovíngio “fazia o que agradava aos olhos de Deus”. Mesmo a eliminação dos demais reis francos se insere na ótica providencialista do bispo de Tours: eram passos para a unificação da Gália sob a égide de Clóvis e seus filhos. Comparemos com o relato de Eusébio sobre Constantino:

Como um servo bom e leal, ele, [...] abertamente denominando-se um escravo e confessando-se um servo do Todo-Poderoso, enquanto Deus, em recompensa, prontamente o fez Senhor e Déspota, o único Conquistador a permanecer entre os Imperadores de todos os tempos. Irresistível e Invencível, sempre Conquistador e sempre brilhante com triunfos sobre os inimigos, Imperador tão grande como ninguém foi nos relatos antigos, tão Amado por Deus e três vezes Abençoado, tão verdadeiramente piedoso e cheio de felicidade, que com grande facilidade governou mais nações do que aqueles antes dele, e manteve seu domínio incontestável até o fim (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vita Const.*, I, c. 6, tradução nossa).⁴³⁵

Dessa forma, como herdeiro da tradição eusebiana, Gregório estabelece uma relação de causa e efeito: Clóvis é abençoado por Deus porque age retamente, assim como suas ações “agradáveis” são fruto da predileção divina.

Apesar do caráter “constantiniano” de várias passagens da *Historia Francorum* a respeito de Clóvis, não consideramos correto afirmar que Gregório de Tours considerava o rei franco como um êmulo de Constantino. Na realidade, quando nos detemos no capítulo 36 do *Livro I*, que versa sobre este imperador, não há o tom laudatório de Eusébio, nem os elogios que o próprio Gregório faria a Clóvis. Limita-se a relatar o fim das perseguições e a paz alcançada pelas igrejas durante seu

⁴³⁵ As a loyal and good servant, he, [...] openly calling himself a slave and confessing himself a servant of the All-sovereign, while God in recompense was close at hand to make him Lord and Despot, the only Conqueror among the Emperors of all time to remain. Irresistible and Unconquered, Ever-conquering and always brilliant with triumphs over enemies, so great an Emperor as none remains ever was before in reports of those of old, so Godbeloved and Triceblessed, so truly pious and complete in happiness, that with utter ease he governed more nations than those before him, and kept his dominion unimpaired to the very end.

reinado, além do suposto achado da cruz de Cristo por Helena, mãe do imperador. A única ação realizada por Constantino mencionada por Gregório é a execução de sua esposa Fausta e de seu filho Crispo, acusados de conspirarem contra sua pessoa (GREGÓRIO DE TOURS, *Hist. Franc.*, I, c. 36).⁴³⁶

Não há menção à batalha da Ponte Mílvia, nem a alguma revelação divina, nem elogios às pretensas virtudes desse imperador. Mas então, como explicar o título de “novo Constantino”, dado pelo bispo de Tours ao rei franco? Gregório apenas se utilizou do modelo de governante guiado pela Providência, aplicando-a, na *Historia Francorum*, especialmente a Clóvis. Além disso, a conversão deste imperador, como relatada na *Vita Constantini* é um modelo no qual o bispo de Tours baseia a adoção do catolicismo por este rei.

Um dos pontos centrais da *Historia Francorum* é a narrativa concernente ao batismo de Clóvis, quando este adota o catolicismo. É importante lembrarmos que, em um Mediterrâneo Ocidental governado por reis germanos arianos, a conversão dos francos ao catolicismo constituiu evento de importância, não apenas para seus contemporâneos, mas também para a posteridade, que contribuiu para que o evento se revestisse de um caráter heroico, milagroso e providencial.

Não é nossa intenção, nessa parte do trabalho, analisar a “sinceridade” ou não do batismo de Clóvis, nem discutir a profundidade da conversão dos francos ao catolicismo e a permanência do paganismo entre os francos.⁴³⁷ Também não entraremos no debate a respeito da veracidade do relato batismal encontrado na *Historia Francorum*.⁴³⁸ Nosso objetivo é estudar como a construção da narrativa do batismo, feita pelo bispo de Tours, nos ajuda a compreender sua concepção da realidade merovíngia.

⁴³⁶ Desse modo, a ação de Constantino pode ser interpretada como legítima defesa.

⁴³⁷ A título de exemplo, os concílios reunidos na Gália do século VI frequentemente promulgavam cânones contra as práticas pagãs, principalmente no campo.

⁴³⁸ A historicidade do capítulo 31 do *Livro II* é tema de grandes debates historiográficos. Pesquisadores mais ligados à Igreja, como Léon Levillain (1935, p. 192), consideram autêntico o relato do batismo em Gregório. Wood (1994, p. 85) recomenda muita cautela ao analisarmos esse relato. A posição desse autor se baseia no seguinte argumento: a *Historia Francorum* foi escrita um século depois dos acontecimentos a respeito de Clóvis. Para Wood (1994), o documento central para estudarmos o batismo de Clóvis é a carta de felicitações que o bispo Ávito de Vienne enviou ao rei franco. Já Cândido da Silva (2008) e Reydellet (1981) aceitam a versão de Gregório como bastante acurada.

Notamos um paralelismo entre Clotilde, esposa de Clóvis, na *Historia Francorum*, e Helena, mãe de Constantino, na *Vita* escrita por Eusébio. Embora o bispo de Cesareia não diga que Helena exortou seu filho a converter-se, fica claro que suas orações e obras de devoção e caridade tiveram influência sobre Constantino, contribuindo para que este se tornasse cristão. Ela seria, de acordo com Eusébio: “a mãe amada por Deus de um imperador amado por Deus” (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vita Const.*, III, c. 43).

A conversão de Constantino é o modelo para a conversão de Clóvis. Ambos receberam a “revelação” do Deus cristão num contexto de guerra contra um inimigo poderoso: os alamanos em relação a Clóvis e o general Maxêncio para Constantino. A vitória alcançada pelos dois monarcas é fruto da intervenção divina, invocada por estes. Finalmente, em agradecimento, Constantino e Clóvis prometem tornarem-se cristãos.

Nesse ponto, entra o papel de Remígio, bispo de Reims: convocado em segredo pela rainha, o bispo vai até Clóvis para ensinar-lhe os princípios da doutrina católica. Descrito por Gregório como um bispo sábio e versado em retórica, Remígio se destacava por sua santidade, igualando-se a “Silvestre por seus milagres”. Ora, Silvestre era o bispo de Roma no reinado de Constantino, batizando-o em seu leito de morte. Temos aí mais uma evidência da construção “constantiniana” do batismo de Clóvis, segundo Gregório. Tal modelo encontra sua expressão mais aparente na seguinte passagem:

Foi o rei quem pediu primeiro para ser batizado pelo pontífice. Ele avançou, novo Constantino, até a piscina, para se curar da doença de uma velha lepra e apagar manchas sujas feitas anteriormente. [...] Mais de três mil homens de seu exército foram igualmente batizados (GREGÓRIO DE TOURS, *Hist. Franc.*, II, c. 31, tradução nossa, grifo nosso).⁴³⁹

Eusébio relata o batismo de Constantino nesses termos:

Único dentre todos os Imperadores desde o começo dos tempos, Constantino foi iniciado, pelo renascimento, nos mistérios de Cristo, e exultou no Espírito ao ser escolhido pelo selo divino, além de ser renovado e preenchido da luz divina, rejubilando em sua alma por causa de sua imensa fé, impressionado pela manifestação de um poder de inspiração

⁴³⁹ Ce fut le roi qui le premier demanda a être baptisé par le pontife. Il s'avance, *nouveau Constantin*, vers la piscine pour se guérir de la maladie d'une vieille lepre et pour effacer avec une eau fraîche de sales taches faites anciennement. [...] Plus de trois mille hommes de son armée furent également baptisés. (grifo nosso)

divina (EUSÉBIO DE CESAREIA, Vita Const., IV, c. 62, tradução nossa).⁴⁴⁰

O título de “novo Constantino” dado a Clóvis pelo bispo de Tours remete à nova etapa para a Igreja na Gália, aberta pelo batismo do rei, assim como a conversão de Constantino o foi para a Igreja como um todo. Tal evento significa, para Gregório, o maior sinal de que Clóvis era um escolhido da Providência: a unção do rei com o óleo sagrado e a imersão na piscina batismal eram a consagração de Clóvis como o campeão do catolicismo no novo *Regnum Francorum*, que cada vez mais se confundia com a Gália.⁴⁴¹

O Reino Visigodo: a conversão de Recaredo.

Em 586, o rei visigodo Recaredo, pouco tempo após subir ao trono, abandona o arianismo e adota o catolicismo, marcando uma importante guinada nas relações entre monarquia visigótica e Igreja. Para o episcopado católico, era o início de um novo tempo na Hispânia.

O bispo João de Bicláro, em sua *Crônica* composta poucos anos após esse evento, nos transmite detalhes adicionais, como uma reunião de bispos arianos convocada por Recaredo, com o objetivo de fazê-los aceitar a fé de Niceia:

Recaredo, no primeiro ano de seu reinado, no décimo mês, se faz católico, com a ajuda de Deus e tendo se dirigido aos sacerdotes da seita ariana em uma sábia conversação, mais pela razão do que pela força, faz com que se convertam à fé católica, e chama a todo o povo dos godos e dos suevos à unidade e à paz da Igreja Cristã (JOÃO DE BÍCLARO, Cron., c. 21, tradução nossa).⁴⁴²

Alguns anos depois, em 589, Recaredo reúne um concílio dos bispos hispânicos na cidade de Toledo. A convocação do chamado III Concílio de Toledo é rememorada por Isidoro, bispo de Sevilha, nos seguintes termos:

⁴⁴⁰ Alone of all the Emperors from the beginning of time Constantine was initiated by rebirth in the mysteries of Christ, and exulted in the Spirit on being vouchsafed the divine seal, and was renewed and filled with divine light, rejoicing in his soul because of his intense faith, awestruck at the manifestation of the divinely inspired power.

⁴⁴¹ Esse rito não era de modo algum a unção real, realizada quando da coroação dos monarcas franceses nas Idades Média e Moderna, embora fosse interpretada posteriormente como tal. Na verdade era apenas um dos momentos da cerimônia batismal, que se aplicava a todos os neófitos.

⁴⁴² Recaredo, en el primer año de su reinado, en el decimo mes, se hace católico, con la ayuda de Dios y habiendo-se dirigido a los sacerdotes de la secta arriana en una sabia conversación, más por la razón que por la fuerza, hace que se conviertan a la fe católica, y llama a todo el pueblo de los Godos y de los Suevos a la unidad y a la paz de la Iglesia Cristiana.

Em seguida, reuniu um sínodo de bispos das diferentes províncias da Espanha e da Gália para condenar a heresia ariana. A este concílio assistiu o próprio religiosíssimo príncipe, e, com sua presença e sua subscrição confirmou suas atas. Com todos os seus abdicou da perfídia que, até então, havia aprendido o povo dos godos dos ensinamentos de Ário, [...] (ISIDORO DE SEVILHA, Hist. Goth., c. 54, tradução nossa) 443

Interessante notarmos o termo “religiosíssimo príncipe”, com o qual Recaredo é chamado. O monarca é o primeiro governante na *Historia Gothorum* (História dos Godos)⁴⁴⁴ a ser chamado desse modo, pois “religiosíssimo” só era aplicado aos soberanos considerados ortodoxos. Em Recaredo, este adjetivo se aplica principalmente em relação a sua conversão ao catolicismo, e também às suas pretensas virtudes cristãs, celebradas por Isidoro da seguinte maneira:

É interessante notarmos que não há comparação, na *Historia Gothorum*, do rei visigodo com o imperador romano Constantino. Segundo Reydellet (1981, p. 528), o motivo para tal omissão seria o fato de que Isidoro reprovava as tendências ao arianismo que Constantino teria manifestado no fim de sua vida. Como o cristianismo ariano era um “problema” cuja solução só foi alcançada recentemente, não seria bom, de acordo com o bispo de Sevilha, fazer memória de um governante considerado herege. Nesse ponto, Isidoro se diferencia muito de outros cronistas eclesiásticos da Antiguidade Tardia, que tomavam Constantino, se não como modelo de bom soberano, ao menos como exemplo de conversão à “fé verdadeira”.

O Biclarense, por outro lado, realiza essa comparação, porém enfatizando a convocação de concílios por parte dos dois monarcas. Ao reunir o III Concílio de Toledo, Recaredo seguia o exemplo dos imperadores romanos, que também ordenaram a reunião de sínodos importantes, como Niceia (325) e Calcedônia (451):

Reúne-se em Toledo por mandato do príncipe Recaredo um santo concílio de bispos, em número de sessenta e dois. [...] O citado rei Recaredo, pois, como temos dito, intervinha no santo concílio renovando em nossos tempos o antigo príncipe Constantino, o grande, que ilustrou com sua presença o santo sínodo de Niceia: e também o cristianíssimo imperador Marciano, a cuja instância se afirmaram os decretos do sínodo calcedonense. Pois na cidade de Niceia teve origem a heresia ariana, e mereceu sua condenação,

⁴⁴³ Seguidamente, reunió un sínodo de obispos de las diferentes provincias de España y de la Galia para condenar la herejía arriana. A este concilio asistió el proprio religiosísimo príncipe, y con su presencia y su suscripción confirmó sus actas. Con todo los suyos abdicó de la perfidia que, hasta entonces, había aprendido el pueblo de los godos de las enseñanzas de Arrio, [...].

⁴⁴⁴ A História dos Godos, escrita por Isidoro pro volta de 625, é uma espécie de “Espelho de príncipes” *avant la lettre*, onde o bispo de Sevilha traça perfis curtos do reis visigodos, tirando lições de moral sobre cada governante a partir de suas ações.

sem terem sido arrancadas suas raízes. [...] Neste santo concílio toledano, pois, a perfídia de Ário, após muitas mortes de católicos e ruínas de inocentes, foi tão radicalmente cortada [...] havendo sido dada paz católica [universal] às Igrejas em todas as partes (JOÃO DE BÍCLARO, Cron., c. 24, tradução nossa).⁴⁴⁵

Em nossa opinião, a comparação entre Recaredo e Constantino feita pelo Biclarense se insere em um contexto de *imitatio imperii* por parte desse monarca. Recaredo intencionava continuar com a política de fortalecimento do poder real iniciada por seu pai Leovigildo. Ao reunir o III Concílio de Toledo, Recaredo se espelha nos imperadores do Oriente, que convocavam reuniões sinodais quando acreditavam ser necessário. Tais convocações, além do intuito de resolver questões doutrinárias e seus desdobramentos políticos, também eram uma demonstração da força da autoridade monárquica que os convocou. João de Bicláro, ao denominar o rei visigodo “novo Constantino”, visava agradar ao monarca, pois sua obra foi concluída logo após as reuniões conciliares de 589. Assim, a *Crônica* é também uma glorificação da obra centralizadora iniciada por Leovigildo e encerrada com chave de ouro por Recaredo, com a conversão ao catolicismo e a realização do III Concílio de Toledo.

Desse modo, a figura de Recaredo é revestida, de um caráter heroico. Sua conversão ao catolicismo é vista pelo episcopado hispano-godo como uma recriação do *regnum* hispânico, um novo começo que substituiu o “caos” anterior do arianismo (ANDRADE FILHO, 2007, p. 14).

Conclusões

Vimos que Constantino é o modelo para os escritores tardo-antigos, modelo este estabelecido por Eusébio de Cesareia. O que não significa que o imperador fosse considerado necessariamente modelo de virtude. O essencial era a sua conversão ao catolicismo e a sua abertura em relação ao episcopado, exemplo esses que, de acordo com o episcopado, deveriam ser seguidos pelos monarcas dos reinos

⁴⁴⁵ Se reúne en Toledo por mandato del príncipe Recaredo un santo concilio de obispos, en número de sesenta y dos [...] El citado rey Recaredo, pues, como hemos dicho, intervenía en el santo concilio renovando en nuestros tiempos al antiguo príncipe Constantino, el grande, que ilustró con su presencia el santo sínodo de Nicea: y también al cristianísimo emperador Marciano, a cuya instancia se afirmaran los decretos del sínodo calcedonense. Pues en la ciudad de Nicea tuvo origen la herejía arriana, y mereció su condenación, sin haber sido arrancadas sus raíces. [...] En este santo concilio toledano, pues, la perfidia de Arrio, tras muchas muertes de católicos y ruinas de inocentes fue tan radicalmente cortada, [...] habiendo sido dada católica [universal] paz a las Iglesias en todas partes.

germânicos para que seus *regna* pudessem prosperar e ser abençoados por Deus.

Referências bibliográficas

Fontes documentais

EUSEBIO DE CESAREIA. **Ecclesiastical history**. Cambridge: Harvard University, 1932.

EUSÉBIO DE CESAREIA. **Life of Constantine**. Oxford: Clarendon, 1999.

GREGÓRIO DE TOURS. **Histoire des Francs**. Paris: Les Belles Lettres, 2005.

ISIDORO DE SEVILHA. **Las Historias de los godos, vándalos y suevos**. (*De origine gothorum, historia wandalorum, historia sueborum*). León: Centro de Estudios S. Isidoro, 1975.

JOÃO DE BICLARO. Crônica. In: CAMPOS, J. (Ed.). **Juan de Bicláro, o bispo de Gerona: su vida y su obra**. Madrid: CSIC, 1960.

Obras historiográficas

CALMETTE, Joseph. Observations sur la chronologie du règne de Clovis. **Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et des Belles-Lettres**. Paris, 90 année, n. 02, p. 193-202, 1946.

DALY, William M. Clovis: how barbaric, how pagan?. **Speculum**, Cambridge, v. 69, n. 03, p. 619-664, 1994.

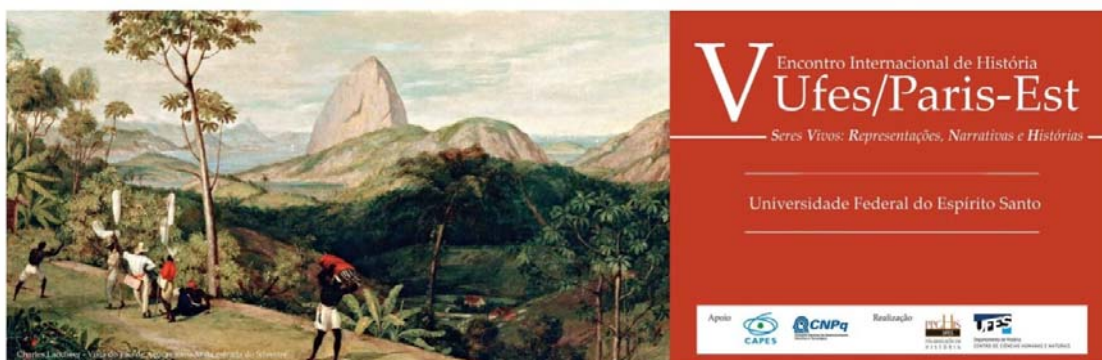
LEVILLAIN, Léon. La conversion et le baptême de Clovis. **Revue d'histoire de l'Église de France**, Paris, tome 21, n. 91, p. 161-192, 1906.

MARVILLA, Miguel. **O império romano e o reino dos céus: a construção da imagem sagrada do imperador em "De laudibus Constantini", de Eusébio de Cesareia (séc. IV d.C)**. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

OAKLEY, Francis. **Kingship**: the politics of enchantment. Oxford: Blackwell, 2006.

REYDELLET, Marc. **La royauté dans la littérature latine**: de Sidoine Apollinaire à Isidore de Seville. Rome: École Française de Rome, 1981.

WOOD, Ian N. **The Merovingian kingdoms** (450-751). New York: Longman, 1994.



VOZES DA FRONTEIRA: RESGATE DA MEMÓRIA CAMPONESA

Luiz Noboru Muramatsu
Doutor em História – UFES

RESUMO: Ecoporanga, município situado no Noroeste do Espírito Santo, distante cerca de 290 km da capital Vitória, foi palco de intensos conflitos agrários entre 1950 e 1962. Nesta época esta área era conhecida por “região do contestado” devido a indefinição de limites entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Situada em frente pioneira e com grande extensão de terras devolutas, Ecoporanga passa a receber forte corrente migratória a procura de terras oriunda do sul da Bahia e leste de Minas Gerais. Duas formas de direito se confrontam neste momento: o suposto direito de propriedade do fazendeiro e o de posse dos camponeses. A difusão da ideia de reforma agrária no Governo Goulart influiu no acirramento das lutas. O desfecho histórico foi a expulsão, com o uso da força policial, durante o Governo Lindemberg, de todas as famílias de posseiros. Neste trabalho procuramos tecer algumas considerações sobre o uso da micro-história e o recurso da história oral para resgatar a saga dos posseiros, incluindo um rápido comentário sobre o surto de um movimento supostamente místico-religioso liderado por Udelino Alves de Matos.

Palavras-chaves: Ecoporanga; Conflito agrário; Micro-história; História oral e memória; Udelino Alves de Matos.

ABSTRACT: Ecoporanga, municipality located in the northwest of the State of Espírito Santo, Brazil, about 290km from the capital city Vitória, was the stage for intense agrarian conflicts between 1950 and 1962. At that time, this area was known as “Contested Region”, due to the undefined border limits between the states of Espírito Santo and Minas Gerais. Located in a pioneer front and having large amounts of unclaimed land, Ecoporanga started to receive a strong flow of land-seeking immigrants from the south of the State of Bahia and east of Minas Gerais. Two forms of legal rights were confronted at that time: the supposed farm owner's property rights and the peasants' ownership. The spread idea of agrarian reform in Goulart's Federal Government helped worsen the fights. The historical denouement was the expulsion of all landholder's families using police force, during the

Lindemberg State Government. This study aims to discuss the use of micro-history and the oral history resource so as to recover memories of the landholders' saga, including a short comment on the rise of a reportedly mystical-religious movement led by Udelino Alves de Matos.

Keywords: Ecoporanga, Agrarian conflict, Micro-history, Memory and oral history, Udelino Alves de Matos.

A fronteira e suas lutas

Entre 1950-1962 ocorreram intensos conflitos agrários na região Noroeste do Espírito Santo, particularmente no município de Ecoporanga⁴⁴⁶, envolvendo de um lado, posseiros e do outro, grandes proprietários. É possível selecionar três características históricas e geográficas dessa região que definem a singularidade desses conflitos.

Primeiramente, Ecoporanga se encontra dentro de um espaço geográfico que se convencionou chamar de "Região do Contestado" em que os limites entre o Estado de Minas Gerais e Espírito Santo não estavam bem definidos. (PONTES, 2007, passim). Embora este fator não seja a causa principal dos conflitos entre posseiros e fazendeiros, contribuiu para a sua ocorrência, pois criou uma situação de indefinição quanto a jurisdição sobre a propriedade em litígio.

A segunda característica está ligada à situação histórica das terras: tratava-se uma região de frente pioneira com vasta extensão de terras devoluta (MOREIRA, 2005, p. 223-224). Uma grande corrente migratória se dirige para esta frente pioneira vindos principalmente da Bahia e Minas Gerais para ocupar essas terras. (MARTINS, 1975, P. 43-50). Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreu, portanto, um intenso movimento de legitimação de terras, tanto por parte de pequenos posseiros, como dos grandes fazendeiros.

A terceira característica diz respeito a conjuntura política por que passava o Brasil

⁴⁴⁶ Ecoporanga dista aproximadamente 350 km da capital Vitória. É o terceiro maior município do Estado do Espírito Santo com 2.294.52 Km². Comporta os seguintes distritos e povoados. Distritos: Cotaxé, Imburana, Joaçuba, Prata dos Baianos, Santa Luzia do Norte, Santa Terezinha e Muritiba. Povoados: Santa Rita, Ribeirãozinho, Córrego Dois de Setembro, São Geraldo, Vermelho, Itapeba, Osvaldo Cruz e Patrimônio da Bandeira.

neste período. Particularmente na década de 1960, no governo Goulart, quando se propagou a ideia da reforma agrária nos moldes populistas. Esta ideia esteve presente entre posseiros da região. Assim, esta possibilidade de ocupação das terras mediante o mecanismo legal da reforma agrária pode ser apontado como um dos elementos explicativos da conflagração dos conflitos na região. Essas três características formam o panorama social, histórico e político em que ocorreram as tensões sociais na área. Na base dos conflitos está a luta pela terra envolvendo os “pioneiros” dessa região: posseiros *versus* grandes proprietários.

Em função deste cenário, formou-se uma tradição de luta pela terra nesta região. Esta tradição de luta foi-se constituindo ao longo do tempo, tendo o seu ponto alto no governo Goulart e declinando com a implantação do regime militar. Nos inícios dos anos 1950, Udelino Alves de Matos, um visionário vindo da Bahia tentou fundar um Estado independente na região do contestado, ocupando terras e distribuindo-as entre posseiros. Conhecido como Estado União de Jeovah, teve vida efêmera tendo em vista a forte repressão policial que se abateu sobre ele. Entre 1959 a 1961 intensos conflitos foram registrados entre posseiros e os supostos⁴⁴⁷ donos da Fazenda Menezes no distrito de Cotaxe, no Córrego do Limão. Lideranças de posseiros se filiam ao Partido Comunista para estabelecer uma resistência organizada contra a ação de despejo movida pelos supostos proprietários e a polícia de Mucurici e Ecoporanga. Um líder camponês é morto e dois policiais saem gravemente feridos no confronto.

Um dos momentos críticos dessas tensões ocorreu no dia 13 abril de 1962, na Fazenda Rezende, localizada no distrito de Itapeba, quando os supostos donos, com o auxílio de uma “diligência” policial, composta de 16 soldados, resolveram adentraram pela propriedade e despejar 40 famílias de posseiros ali instalados procedendo a queima de suas casas. Houve resistência dos posseiros e no confronto um soldado foi morto e um saiu ferido. Como represália, o governo do Estado, na época, Carlos Monteiro Lindemberg, enviou cerca de 180 soldados partindo de Vitória e Colatina e a ocupação militar da Fazenda Rezende se deu no

⁴⁴⁷ A palavra “supostos” será repetida várias vezes no texto, pois de fato, havia sérias dúvidas sobre a titularidade das terras dos fazendeiros.

dia 18 de abril.⁴⁴⁸ Essa intervenção provocou a morte de quatro posseiros e a CPI que se instaurou naquele ano relata uma série de outras atrocidades como ameaças a políticos locais que davam certo apoio aos lavradores, torturas, estupros e desaparecimento de posseiros. Além da CPI citada, dois Inquéritos Policiais foram instaurados, mas os autores dos assassinatos nunca foram indiciados, tanto da parte da polícia quanto dos posseiros.

Amnésia social

Tais conflitos são poucos conhecidos e poucos estudados pela historiografia. Igualmente, os fatos que marcaram tragicamente a história do município se apagaram na memória coletiva local. Na sede Ecoporanga, os mais velhos (acima de 60 anos) tem uma vaga lembrança dos conflitos na “região do contestado”. Porém, à medida que nos aproximamos dos locais específicos onde ocorreram os conflitos, tais como Cotaxé, Itapeba, Imburana, Estrela do Norte, os poucos “velhos” destas comunidades, sobreviventes do passado, preservam na memória histórias daquela época, redefinidas pela vivência do presente.

O desconhecimento sobre os conflitos é quase completo entre os jovens entre 14 a 18 anos. Uma rápida pesquisa feita por nós, em 2015, com 300 alunos do ensino médio de uma escola pública local revelou que 90% nunca ouviu falar dos conflitos agrários que provocaram a morte de policiais e camponeses. Dos 10% restantes, apenas 2%, isto é, seis alunos fizeram vagas referências sobre a criação de um Estado religioso na região. Esta constatação é indício de que tais fatos não foram preservados na memória local. Não passou de geração em geração seja pela tradição oral ou escrita⁴⁴⁹. Caiu no esquecimento. Sugestivamente, expressando uma mentalidade, uma leitura de realidade, que espelha o contexto atual dos movimentos de lutas sociais foi que para aqueles que para aqueles que dissertaram que sabiam dos conflitos referiam-se a eles como discriminação contra negros, problemas causados pelo MST e alguns apontavam a destruição do meio ambiente pela cultura do eucalipto embaralhando os tempos históricos em que tais fatos ocorreram.

⁴⁴⁸ A Gazeta começou a publicar notícias sobre os conflitos do dia 18 a 25 de abril de 1962. Ver referência completa no final do artigo.

⁴⁴⁹ No currículo escolar, nas matérias de História e Geografia embora haja um item que obriga o aluno a estudar assuntos ligados à cidade, os conflitos aqui tratados nem são mencionados.

Assim, o que se pergunta é: dado esta “amnésia social” (SANTOS, 1993; BURKE, 2006), será possível historiar os conflitos agrários nas chamadas frentes pioneiras no Noroeste do Estado do Espírito Santo tentando reconstruí-los através da “memória coletiva”⁴⁵⁰ local? Ainda restaram traços dessa história na memória dos moradores da região? Seria possível fazer o resgate dessa memória? Ou, pelo contrário, essa história teria que ser buscada em documentos oficiais tais como processos, mensagens e correspondência dos governos da época? E neste caso não estaríamos correndo o risco de reconstruir a história do ponto de vista de uma camada social apenas, aquela que ocupava cargos de poder a partir dos quais se produziu tais documentos?

Para entender minimamente os mecanismos do esquecimento social, vamos recorrer às colocações de BURKE (2006 p. 69-89). Teorizando sobre os usos da memória social, Burke faz uma pergunta que interessa diretamente para os nossos propósitos. Pergunta ele: por que algumas culturas parecem mais preocupadas que outras em lembrar seu passado? Para responder a esta pergunta, Burke mostra como determinados povos se relacionam com o seu passado. Apresenta o exemplo da cultura de dois povos, que tratam o seu passado de forma diametralmente opostas: o tradicional interesse dos chineses pelo seu passado e a tradicional indiferença dos indianos para com o deles. Prossegue com dois outros exemplos: irlandeses e poloneses tem memória social relativamente longa. Confrontando irlandeses e ingleses, cita um bispo americano (Fulton Sheen) o qual comentava o que os ingleses fizeram com os irlandeses na época de Cromwell: **“Os ingleses jamais se lembram disso: os irlandeses jamais se esquecem”**, (grifos nossos, p. 82). Burke parece dar a entender que o ato de esquecer/lembrar tem a ver com a questão da opressão. Povos ou grupos que tiveram papel de opressores gostariam de esquecer do que foram. Pelo contrário, povos ou grupos que sofreram a opressão tendem sempre a lembrar esse passado. Por exemplo, no caso acima, os ingleses preferem esquecer. Segundo Burke, sofrem ou se regozijam do que se chamou de “amnésia estrutural”. Para Burke, “amnésia estrutural” é o oposto complementar do conceito de “memória social”, e portanto ele prefere usar o termo “amnésia social”. Esta correlação vencedores-esquecimento e vencidos-lembrança

⁴⁵⁰ Estamos usando este conceito no sentido empregado por Halbwachs (1968). Os nossos entrevistados são os “velhos” da localidade. Por isso, o trabalho de Ecléa Bosi (1979) se mostrou fundamental para a pesquisa.

fica clara neste trecho de Burke:

Porque esse agudo contraste de atitudes para com o passado em diferentes culturas? Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se ao luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. Outra explicação para isso poderia ser em termos de raízes culturais. Quando se têm essas raízes, pode-se considerá-las como certas, mas quem não as têm sente necessidade de procurá-las. Os irlandeses e os poloneses foram desarraigados, seus países divididos. Não surpreende que pareçam obcecados pelo passado. (2006, p. 83)

Dentro desta linha, há um esforço de preservar os acontecimentos da década de 1950 a 1960 em Cotaxé⁴⁵¹ enquanto parte da história do Espírito Santo. A “resistência camponesa em Cotaxé” tem sido, de três anos para cá, objeto de rememoração, numa tentativa de preservar sua memória. Há um esforço coletivo da intelectualidade capixaba, particularmente por iniciativa de professores, pesquisadores e alunos da UFES, bem como de parte da população de Cotaxé e Ecoporanga em resgatar uma memória efetiva sobre o que aconteceu em Cotaxé. A forma encontrada foi a de promover todo ano um encontro na modalidade de seminários relembrando os acontecimentos, principalmente a resistência camponesa em Cotaxé e a tentativa de Udelino em fundar um Estado naquele distrito. O Seminário é realizado anualmente no mês de junho em Cotaxé com ênfase na História, ficção e outras linguagens, tais como danças, oficinas em que há, mediante estas atividades, o esforço coletivo de pesquisadores, poetas, cantores de marcar na memória local os fatos ali ocorridos.

Quando resolvemos, em 2011, reconstruir a “saga” dos camponeses naquela região, especificamente dos posseiros em Cotaxé, Imburana e Estrela do Norte, tivemos em mente essas colocações de Burke. Tratava-se de um desafio, pois não sabíamos o que íamos encontrar pela frente. Este desafio ainda persiste. O que pudemos observar é a escassez de documentação escrita a respeito⁴⁵². Em face da pouca documentação escrita adotamos a estratégia de fazer a pesquisa de campo utilizando o recurso da história oral. Ou seja, a intenção era (e ainda é) a reconstrução história do que aconteceu contada pelos próprios posseiros, mas

⁴⁵¹ Falamos genericamente de Cotaxé, porém o conflito se deu também nos povoados vizinhos de Estrela do Norte, Itapeba, Imburana e Joaçuba.

⁴⁵² Os principais trabalhos são os seguintes: Vilaça (1997; 2007), Dias (1984), Gomes de Souza (1998), Pontes (2007)

também fazendeiros, comerciantes, policiais, advogados, oficiais de justiça e políticos que vivenciaram os acontecimentos. Seguimos aquela recomendação de Boris Fausto citada mais a frente: buscar o relato das pessoas comuns.

Assim, durante os de 2012 a 2015 (nos meses de janeiro a março), nos períodos de férias universitárias, nos dirigimos para a região para procedermos as entrevistas. A utilização da história oral⁴⁵³ como recurso metodológico não exclui a documentação histórica. Porém aquela não está sendo utilizada como recurso complementar desta, como se fosse um apêndice auxiliar. A reconstrução da história dos conflitos mediante a utilização da história oral desempenha um papel central na pesquisa. Procedemos ao trabalho de cotejar as fontes de informação. Por exemplo, nos casos em que era possível, cotejamos as informações das notícias dos jornais da época com as existentes nos documentos tais como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e estas com os depoimentos orais. Muitas informações só podem ser obtidas através dos depoimentos orais dos personagens dessa história. Nos depoimentos orais tivemos a preocupação não apenas de coletar as informações, mas, sobretudo de registrar o modo como o depoente apresentava essa informação, a partir da história de vida dele.

Este estudo guarda algumas peculiaridades. Trata-se da história do tempo presente. Pois tivemos a possibilidade, diríamos até, a felicidade de encontrar, embora poucas, pessoas ainda vivas que se envolveram direta ou indiretamente nos conflitos da época. Em segundo lugar, é um estudo que toma como base não a grande história, mas a micro história⁴⁵⁴. FAUSTO (2009: 9) sintetiza muito bem os principais objetivos da micro-história como um gênero histórico de grande prestígio atualmente:

a) Reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz; c) extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão sociocultural relevante; d) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas, sem, entretanto confundir-se – dado seu conteúdo e seu estilo – com as narrativas tradicionais, predominantes no século XIX; e) situar-se no terreno

⁴⁵³ Baseamos nos seguintes autores para a utilização desta metodologia: Thompson (1992) Meihy (2002), Ferreira e Amado (2002)

⁴⁵⁴ Historiador fundamental desse gênero é Ginzburg,(1988)

da história, o que significa apoiar-se nas fontes, delimitando-se assim, claramente, da obra ficcional.

Acreditamos que nosso trabalho⁴⁵⁵ se enquadra na linha da micro-história pela sua proposta e sua abordagem. Partimos do aspecto geral para um objeto em particular, afinando aos poucos o enfoque. Vamos gradativamente reduzindo a escala de observação. Da história agrária brasileira passamos para o estudo zona pioneira do noroeste capixaba, deste para a região conflituosa de Ecoporanga e dentro deste município passamos a estudar os conflitos nas fazendas Rezende e Menezes. Delimitando ainda mais o objeto, analisamos em detalhe através de Inquéritos policiais da época e do recurso da história oral, os assassinatos de posseiros e soldados dentro das fazendas. Assim, conversamos com pessoas comuns, que na época eram posseiros, soldados, comerciantes. As pessoas comuns aparecem tanto nos inquéritos policiais como também são elas próprias as personagens centrais das nossas entrevistas. Através das suas histórias de vida pretendemos narrar o que foi “o conflito do Cotaxé”. FAUSTO (2009, p. 9) assinala a importância de narrar a vida e dar a palavra às pessoas comuns:

(...) suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança.

Por último, cabe observar que o resgate da memória camponesa, isto é, da fala do homem simples⁴⁵⁶ não descarta a importância de se pesquisar as fontes históricas. Guiados por esta abordagem da micro-história fomos em busca da história de vida do homem simples, no nosso caso, o personagem principal dessa história: o posseiro.

Um primeiro fato que observamos foi que das mais de 300 famílias de posseiros que existia na época, a grande maioria foi embora de Ecoporanga após 1962. Hoje só restaram apenas 5 famílias, das quais 4 conseguiram um pedaço de terra num dos 12 assentamentos rurais existentes no município. Uma única família conseguiu

⁴⁵⁵ A presente comunicação toma como base algumas considerações metodológicas e os resultados parciais do nosso trabalho de pesquisa para elaboração de tese de doutorado que estamos desenvolvendo desde 2011, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Área de concentração: História social das relações políticas. Provisoriamente o título da tese é: “Camponês em movimento e movimento camponês” (História dos conflitos agrários no Noroeste do Espírito Santo 1950-1962).

⁴⁵⁶ O termo “homem simples” está sendo utilizado aqui no sentido que é empregado por Ianni (1975) e Martins (2000).

comprar uma pequena propriedade após uma vida inteira de trabalho. É a família de seu Perpétuo⁴⁵⁷.

Sua história de vida representa uma das versões da saga dos posseiros em Cotaxé. Sua família é oriunda de Minas Gerais. Perpétuo era adolescente, quando seus pais, em busca de terra, vieram para o Patrimônio do Ronco (hoje Joaçuba) em 1939. Seu pai e parentes souberam da existência de terras livres (públicas, devolutas) em Ecoporanga e, portanto se dirigiram para lá. Na verdade, havia duas modalidades de ocupação da terra: ou o posseiro pioneiro se apossava de uma área e solicitava a medição e a legalização dela (posseiro de primeira geração)⁴⁵⁸, ou comprava a posse de um posseiro de primeira geração. Esta segunda alternativa se apresentou para a família de Perpétuo. Como seu pai não tinha recursos para comprar a posse, se associou a um “compadre” que o transformou num meeiro:

Então, meu pai trabalhava mais ele e ele dizia que ia dividir esta terra com meu pai. Mas quando chegou na hora, ele botou meu pai prá trabalhar e depois de meu pai trabalhar, não dividiu a terra nada! Nós moramos 23 anos com esse [...] No fim de 23 anos, o pai contando que ia ter uma terra, o homem saiu fora. Vendeu a terra dele e nós ficamos voando. Ai meu pai resolveu ir pró Rezende. A coisa ficou feia, pai falou: “Não!..Já que aqui eu não consegui eu vou ver se eu consigo lá. Vou invadir.” Depois de 23 anos, depois de tudo isso fomos pró Rezende (depoimento de Perpétuo).

Esta é uma das modalidades de ocupação. Mediante invasão de uma propriedade supostamente legalizada. Porém, há outras modalidades. O posseiro nem sempre foi o “invasor”. Muitas vezes ele chegou antes do que o grande fazendeiro. Já se encontrava na terra muitos anos antes e mediante títulos forjados o grande fazendeiro tenta expulsar o posseiro. Foi o que aconteceu em outras fazendas da região como, por exemplo, na Fazenda Menezes de 440 hectares em que o comprador Sr. Lamartine Loureiro, mediante supostas escrituras de compra e venda oficializadas em cartórios de Teófilo Otoni informava que era dono de mais outros 1.662 hectares em Ecoporanga, justamente nas áreas onde se localizam os posseiros de Cotaxe. Aqui, até onde as fontes históricas nos permite concluir, foi o posseiro que se encontrava primeiro nas terras e não o contrário⁴⁵⁹.

⁴⁵⁷ Por questão de privacidade estamos usando um nome fictício para este filho de posseiro. No curto espaço que permite este artigo faremos referência apenas ao histórico dessa família.

⁴⁵⁸ Esta medição e legalização se dava através do pagamento da taxa para este fim junto a Delegacia de Terras que na época ficava em Barra de São Francisco, vinculada à Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização. Divisão de Terras e Colonização.

⁴⁵⁹ Ação de Reintegração de Posse. Lamartine Loureiro contra João Ruas.

Porém, no caso da Fazenda Rezende, se caracterizou como um movimento de ocupação mediante invasão, como reconhece Perpétuo. Em se tratando de frente pioneira, centenas de famílias estavam nas mesmas condições daquelas vividas pela família de Perpétuo: vieram de longe a procura de terras. Perceberam que ali havia terras abandonadas, improdutivas. A intenção de invadir tem seu respaldo político na conjuntura da época em que se propagou a ideia de reforma agrária do Governo Goulart, dentro do quadro mais amplos das “Reformas de Base”. Embora não se falasse ainda em desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, circulava ideia parecida que encorajavam os camponeses a ocuparem os latifúndios. Por outro lado, não é de se menosprezar o exemplo das Ligas Camponesas em Pernambuco nesta época. Em Ecoporanga uma acirrada luta política pelo poder local polarizou PTB versus PSD, na disputa pela prefeitura em 1962. De um lado o deputado João Corsino de Freitas do PTB, e seus correligionários, com, destaque para Altamiro Felisberto Teixeira, acusado pelos seus adversários políticos de estimular posseiros a invadirem as fazendas Rezende e Menezes. Do outro, o então prefeito Tolentino Xavier e o presidente do PSD local e grande madeireiro, Mario Marques representando os interesses dos grandes proprietários. Evidentemente, se de um lado, a ideia de uma reforma agrária não agradava os fazendeiros, por outro, era uma bandeira de luta dos posseiros. É neste cenário político local, que em 1961, após uma reunião em Itapeba, centenas de famílias decidiram invadir a fazenda Rezende:

No Rezende foi posseiro. Invadiram, cada um foi lá e mediu o seu pedaço. Ai, quando o Rezende soube... porque ele morava no Rio, soube que o pessoal tava invadindo a terra dele, trouxe a captura... falavam captura na época, né. Pôs os policiais em cima, queimou casa de todo mundo. [você sabiam que era do Rezende?]. Sabia! Sabia que a fazenda era do Rezende, mas tava abandonada! Como ela tava abandonada lá então o pessoal foi lá e invadiu. Juntou um monte de gente, foram lá e invadiu. Meu pai também enfiou no meio [Você lembra se era muita gente?]. Era! Vou falar pró cê a verdade... foi prá mais de 400 famílias.(Perpétuo, depoimento)

Transcorrido menos de um ano, entre dezembro de 1961 a abril de 1962, todas as famílias de posseiros foram expulsas da Fazenda Rezende e outras tantas da Fazenda Menezes. Deve-se fazer o registro histórico da forma como foi feito o despejo⁴⁶⁰ das famílias de posseiros em quaisquer modalidades de ocupação (se já

⁴⁶⁰ Usamos propositadamente a palavra *despejo*, pois foi isso que aconteceu. O posseiro aí não é tomado como ser humano. Mas como coisa que pode ser *despejada*. Aliás, o direito numa

estavam ou não antes dos grandes proprietários). O despejo foi acompanhado de uma ação policial extremamente violenta e sem nenhuma cobertura legal. Muitas vezes acompanhada pelos próprios fazendeiros e seus jagunços esta ação se caracterizou como uma verdadeira chacina. Tendo em vista os rumores de uma eminente rebelião camponesa devido a prisão de um de seus líderes, a operação militar pautou pela seguinte estratégia: a) sequestrar todo tipo de armamento e munição (espingarda, cartucheira, clavinotes, pólvora, chumbo e balas) encontradas no comércio local (nos empórios e vendas), b) fazer o cerco da fazenda, c) localizar os chefes de família e prendê-los c) proceder a queima das casas dos posseiros e d) despejá-los das fazendas. Mediante esses procedimentos a operação militar foi coroada de sucesso já que os posseiros opuseram pouca ou nenhuma resistência tal a desigual correlação de forças entre a polícia e eles. Há relatos de muitos mortos cujos corpos nunca foram encontrados. Nos depoimentos da CPIs e IPMs as mulheres reclamam do desaparecimento de seus maridos. Há relatos macabros de corpos de posseiros, boiando, descendo o Rio Cotaxé e urubus sobrevoando numa gruta próxima ao Córrego da Precata.

Após a expulsão, num primeiro momento, muitas famílias passaram a viver, provisoriamente, de favor, na casa de conhecidos nos povoados próximos de Cotaxé, Itapeba, Joaçuba, Imburana e Estrela do Norte. Tempos depois, algumas ficaram pela região trabalhando como meeiros e diaristas. Muitos foram para Rondônia a partir de um programa do Governo na época, outros para o Paraná e até mesmo para São Paulo. Outros migraram para o meio urbano nos municípios periféricos que compõem a Grande Vitória como Serra, Vila Velha, Cariacica.

Ao se dirigirem para a cidade, deixaram a condição de camponês para assumir a condição de trabalhadores não qualificados nos interstícios do mercado de trabalho urbano como pedreiros, ajudante de pedreiro, empregada doméstica, ou executando trabalhos informais. Na passagem do mundo rural para o mundo urbano, também redefiniram sua identidade: não são mais camponeses que trabalham a terra, transformando-se em trabalhadores urbanos braçais. Não plantam mais, não criam galinhas nem porcos, não entram nas matas, não pescam, não colhem mais os frutos da terra. Tudo isso ficou no passado. O ex-posseiro na cidade é um

sociedade como a nossa onde a defesa do patrimônio é mais importante do que a defesa da pessoa, a ação de *despejo* acompanha um instrumento jurídico claro, a reintegração de posse.

desenraizado.

Desenraizamento social

Observar o fenômeno histórico do desenraizamento social do camponês é fundamental para entendermos por que é tão difícil para esta classe ter uma identidade de pertencimento a um grupo e a partir daí produzir uma “memória coletiva”. Se nas décadas de 1950-60 houve um grupo social identificável como “posseiros” que lutou pela terra, hoje não há mais. Passaram por Ecoporanga e não deixaram raízes. Vieram da Bahia, de Minas e mesmo do Espírito Santo, sem terras, a procura de terras, mas saíram de lá igualmente sem terra. Foram expulsos de lá. As fazendas onde tinham posses foram todas transformadas em pastagem. Ecoporanga que na década de 1960 possuía quase 75 mil habitantes hoje chega, se tanto, a 23 mil habitantes. Cotaxé, que na época era maior do que Ecoporanga e onde se concentrava a maior parte dos posseiros, parece hoje mais uma cidade fantasma.

O posseiro tentou criar raízes, produzir uma identidade local. Os velhos falam com muita saudade do mercado que ficava na praça central de Cotaxé onde se processavam as trocas dos inúmeros produtos da roça dos posseiros: arroz, feijão, milho, mandioca, batata, inhame, frutas, hortaliças, vários tipos de criação, de aves e animais. No córrego do Limão da área que supostamente fazia parte da Fazenda Menezes, restam apenas ruínas de casas e uma Igreja abandonada. Mas na época em que os posseiros ocuparam este local se constituiu até um “Patrimônio”, com dezenas de casas, com escola, igreja e até um campo de futebol. Hoje, semelhante ao que aconteceu na Fazenda Rezende, no Córrego do Limão só se vê pastagem e o gado tomou conta da paisagem.

Devido a expulsão, não há como o posseiro ter deixado sua herança em Cotaxé. Não há patrimônio material. Ficaram apenas história de sua passagem. Trata-se na verdade de uma diáspora. Estrangeiro na sua própria terra, o posseiro não cria raiz. Na verdade, esta tem sido a saga de boa parte do campesinato brasileiro: é a história de uma grande **diáspora interna**. Este termo “diáspora” é empregado por HALL (2013:25-50) para se referir a uma situação de imigração (de um país de origem, a pátria mãe para um país de chegada). No nosso caso, trata-se de um

deslocamento ***dentro do próprio país***, de uma região para outra, deixando sua terra (região de origem) para trás. Autores como DURHAM (1973) e MARTINS (1986), dentre muitos outros, trabalhando a partir de diferentes enfoques apontam para um dado comum crucial nestas migrações internas: o desenraizamento social dessa população.

Para a maioria deste campesinato, durante o percurso de uma vida não acontece apenas uma migração, mas várias. Na história de vida dessa população ocorrem inúmeros deslocamentos motivados pela procura de melhores oportunidades de trabalho de tal modo que ela não cria raiz em lugar algum. Em muitos casos, de tão constantes são estes deslocamentos que acabam por se transformarem em migrações temporárias. Nestes termos, a questão crucial que se coloca para nossa pesquisa é saber como este grupo (no caso o campesinato) em constante deslocamento pode construir uma identidade de pertencimento a um grupo ou pelo menos a uma localidade.

Como um grupo consegue construir uma identidade se os constantes deslocamentos o deixam absolutamente desenraizado? Na análise que MARTINS (1986, p.45) faz sobre esta constante migração do camponês fica clara a fragmentação da sua identidade.

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

Ecléa Bosi (2013) num estudo sobre um dos últimos escritos de Simone Weil⁴⁶¹ nos indica o sentido profundo do que vem a ser enraizamento e a sua ausência, o desenraizamento. Seguindo Weil, informa que o enraizamento é a condição fundamental do ser humano. Ecléa Bosi está analisando Weil mas sempre se referindo a realidade brasileira. Falando de opressão entre culturas e povos (predador e presa, colonizador e colonizado) Ecléa Bosi mostra como estas práticas

⁴⁶¹ Ecléa Bosi refere-se ao texto: *A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão*. Vide referência completa no final desta comunicação.

desenraizam o oprimido, e apresenta um exemplo histórico muito próximo do que aconteceu em Ecoporanga.

No campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monocultura e pastagens. O arroz, a soja, a cana provocam tão forte migração de lavradores que se constituem em genocídio pelo número dos que vêm morrendo no caminho para o Sul. O arrozal em Goiás despojou o pequeno lavrador. Avançando destruiu sua roça, derrubou a mata, extinguiu a caça e a lenha, secou o olho d'água, invadiu seu cercado de galinhas e criações...formas de vida incompatíveis com a monotonia exclusiva do arroz. Como pensar em cultura popular em um país de migrantes. O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada "código restrito" pelos linguistas, seu jeito de viver, "carência cultural", sua religião, credence ou folclore. (2003, p. 176)

Estas passagens impressionam pela semelhança com a situação histórica que estamos estudando. Basta substituir o avanço do arroz, pelo avanço da pecuária, também citada por ela. Os posseiros ali chegados antes dos grandes fazendeiros vão sendo expulso por estes que querem transformar tudo em pastagens. Não se trata apenas de um desenraizamento econômico, mas atinge a totalidade da pessoa do posseiro: sua roça, sua casa, sua cultura.

E aqui voltamos a dialogar com Peter Burke. Se foi possível reconstruir a história dos posseiros, eles mesmos não conseguiram produzir uma memória social. Ou seja, esse grupo esteve de passagem por Cotaxé. Não criou raízes. Na verdade são desenraizados, ou melhor, dizendo, foram desenraizados. Não puderam construir uma tradição popular. Então na nossa fala inicial quando constatamos que boa parte da nova geração nunca ouviu falar do massacre de posseiros em Cotaxé, esta "amnésia social" tem uma explicação. Os posseiros foram vencidos, foram expulsos da região, eles mesmos não puderam, enquanto grupo sedimentar sua versão da história. Porém, os processos de produção da memória não são estáticos. Os posseiros participaram de um contexto mais amplo, suas histórias, reais ou imaginárias passaram a reverberar por toda a região. São vozes que ecoam nessas fronteiras. Como afirma Ecléa Bosi, "Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão" (2013, p. 177).

Este renascimento pode ser visto na tentativa atual de resgatar a história de luta dos posseiros, incorporando-a a tradição da região. Memórias podem ser gravadas e

eternizadas em monumentos, nome de lugares, ruas e praças. Neste sentido houve uma votação recentemente para dar nome a praça principal de Cotaxé. Duas opções foram apresentadas: Praça Udelino Alves de Matos (homenageado o líder camponês) ou Praça Romeu Tinoco (fazendeiro e vereador que fez benfeitorias no distrito). Venceu o último. Na verdade a saga dos posseiros é muito recente, é historia do presente, ou melhor, de um passado recente. Talvez os vencedores não queiram recordar esse passado. Talvez Burke tenha razão. Parafraseando-o, sobre as mortes no Cotaxé: **“os fazendeiros jamais se lembrarão disso, os posseiros jamais vão esquecer”**.

Udelino: um visionário contra o latifúndio

Reservamos esta ultima parte para tecer breves considerações em torno da figura de Udelino Alves de Matos. No curto espaço dessa comunicação, não vamos aqui narrar sua historia. Vários estudiosos já o fizeram, o que não impede que a nova geração de historiadores venha a fazê-lo, com outras abordagens. Pelo contrário, o resgate de sua historia deve ser um compromisso que o intelectual (seja historiador ou cientista social) deve assumir no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A intenção aqui é operacionalizar alguns conceitos que permitem um melhor tratamento do seu caso, do nosso ponto de vista. Existem muitos outros enfoques igualmente válidos. A nosso ver, Udelino se transformou em um mito regional. A representação mitológica dele no imaginário popular confere-lhe atributos inexistentes no “retrato original”. Conforme assinala Nagel, existem dois tipos de historia

por um lado, a historia a que chama “objetiva” e que é “a série dos factos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios “objetivos” universais no que respeita às suas relações e sucessões e, por outro lado, a historia a que chama “ideológica” e “que descreve e ordena esses factos de acordo com certas tradições estabelecidas”. Esta segunda história é a memória coletiva, que tende a confundir a história e o mito.(Apud LE GOFF, 1984, p. 14),

Os dois Udelinos existiram de fato: o real e o imaginário. Aceitando a classificação de Nagel, é possível enveredar através das seguintes investigações: fazer a “historia objetiva” do Udelino real, levantando “suas relações e sucessões” e ao mesmo tempo fazer a “história ideológica” do Udelino imaginário, isto é, de como, ao longo do tempo ele foi-se constituindo em um mito. Neste momento, “ideologia” não está

sendo empregada por nós no seu sentido marxista, como falsa consciência, inversão da realidade ou instrumento de dominação de classe (LÖWY,2003,p.15). Está sendo empregado justamente no sentido que lhe dá Nagel, reportando a Malinowsky: “um cantar mítico da tradição”.(p.14). A dificuldade inclusive para o historiador é a separação entre mito e realidade. Ao poeta e romancista não só é permitido, como faz parte intrínseca do seu ofício o recurso à ficção, pois ela é sua força criadora. Mas, ao contrário, para o historiador a narrativa sobre ele não pode ser a ficcional. Se quisermos fazer uma historia objetiva (no dizer de Nagel), então devemos nos apoiar nas fontes históricas⁴⁶²: cartas, relatórios, CPI, depoimentos, inquéritos policiais que tem relação com Udelino. Estas fontes existem? Se existem é tarefa do historiador explicar como o Udelino real foi se transformando num mito. Mito este reverenciado até hoje por camponeses e trabalhadores sem terra, por um lado, e desacreditado, falseado e até motivo de chacota por parte daqueles que se encontram nos cargos de poder desse Estado, por outro. Ao historiador considerar esta dupla dimensão do real, do fato e a interpretação do fato (mas que também já se torna fato), evita o risco de privilegiar um lado (objetivo, da realidade) em detrimento do outro (ideológico, do mito) ou de tomar um pelo outro.

A partir da historia pontual, dos pequenos detalhes, mas sempre a partir das fontes é possível fazer a narrativa da vida de Udelino e rebatê-la para o contexto histórico, e vice-versa: sua historia pode iluminar o processo de luta pela terra na frente pioneira, iluminar este período da historia capixaba. Só a partir das fontes históricas. Somente as fontes históricas vão nos permitir dizer se o movimento que Udelino liderou tem conotação messiânica ou outra orientação político religiosa. Exemplo desta abordagem histórica é o trabalho de Adilson Vilaça, *Cotaxé, a reinvenção de Canudos* (2007). Referência obrigatória para quem quer estudar o “caso Udelino”, nesta obra, inicialmente uma monografia, Vilaça narrar a historia de Udelino fazendo um contraponto com Antonio Conselheiro alicerçando, porém, suas considerações num cuidadoso trabalho de pesquisa das fontes históricas dentre elas inclusive a tomada de depoimentos orais. São trabalhos desta natureza que nos permite avançar e socializar um conhecimento comprometido em resgatar a historia do oprimido, e não como certa elite capixaba o tem visto: como uma figura “folclórica”. É que as camadas populares também têm seus heróis míticos. Udelino é um deles.

⁴⁶² Sobre o uso das fontes históricas nos baseamos em Bacellar (2011), Grimberg (2011)

E isto a elite não pode suportar.

Isto posto, gostaríamos de finalizar com algumas considerações que servem mais como pistas de investigação do que conclusões: O aparecimento de Udelino, nesta área de fronteira, com sua proposta político-religiosa a qual não se enquadra nos padrões da nossa racionalidade burguesa é o sintoma de que esta sociedade entrou, desde Antonio Conselheiro, numa profunda crise de identidade. O sintoma é social e histórico. Não é mera coincidência que muito próximo a esta região, em Teófilo Otoni, ocorreu, na mesma época de Udelino, em 1955, outro fenômeno de natureza místico religiosa. Ficou conhecido como a “aparicação do demônio do Catulé”.⁴⁶³ No município de Malacacheta, um grupo de meeiros convertidos a seita Adventista da Promessa, apanhados pela crise de serem mandados embora passam a interpretar estes tempos difíceis como os finais dos tempos. Buscando salvação, começam a matar animais e na sequência quatro crianças são sacrificadas, pois segundo seus seguidores estavam possuídas pelo demônio. Um dos meeiros dissidente escapou e avisou a polícia. Esta foi implacável: matou todos da seita⁴⁶⁴.

“O Estado União de Jeovah” de Udelino e “Aparicação do Demônio do Catulé” são dois exemplos históricos ocorridos em regiões muito próximas, que indicam como as camadas populares, em momentos de crise aguda, mobilizam formas de explicação da realidade e a partir delas partem para ação prática. São esquemas explicativos que não se pautam pelos padrões da racionalidade da sociedade de mercado. O campesinato brasileiro, no seu amplo espectro, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e assalariados rurais vão buscar na cultura popular, particularmente no catolicismo rústico a compreensão das causas que levaram ao *desencantamento do seu mundo* e é também na religiosidade que vão buscar armas para encantá-lo novamente. (MONTEIRO, 1974). Os camponeses não só tem esquemas explicativos diferentes dos nossos, como também vivenciam um tempo histórico diferente do “nosso”. A terra dá o ritmo das suas vidas. Há um tempo para plantar, um tempo para colher e um tempo para comer. O tempo é cíclico. Ele é real, calcado na natureza. Nós, da pós-modernidade, produtores e reféns das tecnologias vivemos um tempo que não tem começo, meio e fim. As coisas se dão simultaneamente. O

⁴⁶³ Este fenômeno foi analisado por Castaldi e Queiróz (1957) e Martins (2014).

⁴⁶⁴ A história foi transformada na clássica peça de Jorge Andrade denominada *Veredas da Salvação*.

tempo é linear, virtual, não tem historicidade.⁴⁶⁵ É tarefa da História, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, da Geografia, enfim das Ciências Sociais em geral o reconhecimento da especificidade deste mundo agrário, e do camponês que ali vive com seus Udelinos, Antônio, João Marias, Galdinos para que, entendendo-os na alteridade, possamos acolhe-los a igualdade.

Quando iniciamos nossas pesquisas em 2012, muitos torciam o nariz e sutilmente deixavam a entender que o estudo era irrelevante tendo em vista que seriam fatos passados, esquecidos no tempo. A crise hídrica que o Brasil sofreu em 2014 e continua a sofrer (e daqui para frente poderá pior), é a herança que estamos recebendo, no campo e na cidade. Visitamos em 2015 as fazendas Rezende e Menezes onde o posseiro resistiu em sair. Foram todas transformadas em imensas pastagens. Em consequência as nascentes estão praticamente mortas. Os rios que delas dependem estão sofrendo um catastrófico processo de assoreamento. Especialistas dizem que ainda há tempo para recuperar. Como se vê, a luta de resistência dos posseiros chegou, por essa via, até nós.

Referências

Documentação primária impressa

ESPIRITO SANTO (Estado) Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. CPI de 1953 a 2 vols. e 1953 b – 16 vols. Vitória. 1953.

ESPIRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. CPI de 1961. 2 vols. Vitória. 1961.

ESPIRITO SANTO (Estado), Poder Judiciário. Fórum de Ecoporanga. .Cartório do 2º Ofício. **Ação de Reintegração de Posse. Lamartine Loureiro contra João Ruas e outros**. Livro Tombo 642, Fls 113. Caixa 10. 1962.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)**. 2007.

⁴⁶⁵ Sobre estes conceitos de historicidade, virtualidade e simultaneidade ver Frei Betto (2000).

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

Obras de apoio

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

BURKE, Peter. **Varieties de historia cultural**. 2ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTALDI, Carlo. Aparição do Demônio do Catulé, In: QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de, et. Al. **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo, Anhembi. 1957.

DIAS, Luzimar Nogueira. **O massacre de Ecoporanga** – Lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: Editora Companhia dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade** (a vida rural e a migração para São Paulo). São Paulo: Perspectiva, 1973.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos & abusos da historia oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

FREI BETTO. *Crise da modernidade e espiritualidade*. In: ROITMAN, Ari (Ed.) **Desafio Ético**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000. p. 31-46.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GRINBERG, Karla. A historia nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla

Bassanezi e LUCA, Tânia Maria (de) (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: Reflexões sobre a terra no Exterior. In: **Da Diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2003. p. 25-50.

IANNI, Octávio. **Sociologia e sociedade no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques. *Memória* In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1. LE GOFF, Jacques (org.). Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1985. p. 11-50.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 16ª ed. São Paulo: Cortez. cap. 1 – Ideologia. p. 15. 2003.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza **A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec. 2000.

MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Historia Oral**. 4ª ed. rev. São Paulo: Loyola, 2002.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades. 1974.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A ilusão das terras devolutas: colonização particular, exploração madeireira e grilagem. 1889-1930. **Revista de Historia**, Vitória, v. 17. p. 223-243, 2005.

NAGEL, S. F. **A Black Byzantium**. The Kingdom of Nupe in Nigeria. London: Oxford University Press. 1969.

SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva. Um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 23, ano 8, 1993.

SOUZA, André Luiz Gomes de. **História do Estado União de Jeová**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra. 1992.

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: A reinvenção de Canudos**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2007;

VILAÇA, Adilson. **Cotaxé: Romance do Efêmero Estado de “União de Jeovah”**, 4ª ed. Vitória: Textus, 2007.

WEIL, Simone. **A Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1966. .

Jornais impressos

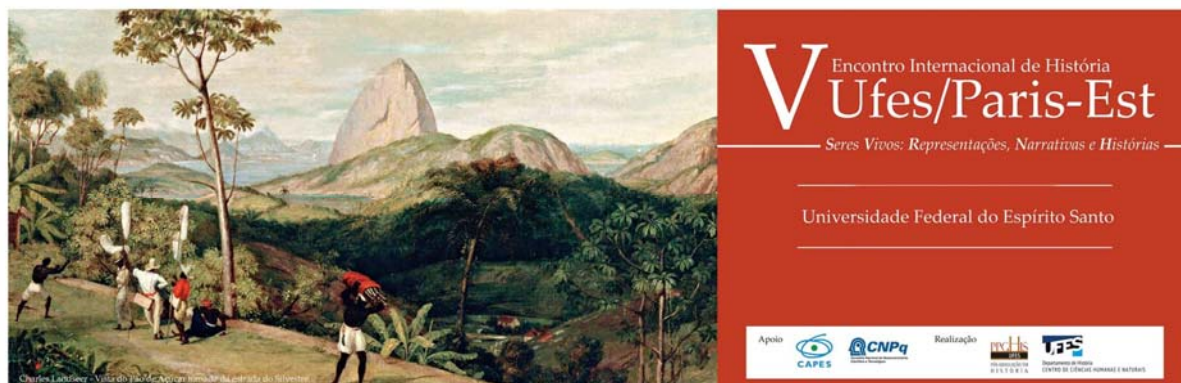
Invasão de propriedade particular ocorrida na Região Norte do Estado resulta em graves acontecimentos. **A Gazeta**. Vitória 17 de abril 1962. p. 5

Criminosos da pior espécie fazem parte dos bandos que atacam fazendas: PM atenta. **A Gazeta**. Vitória 18 de abril de 1962. p. 5.

Situação normalizada em Ecoporanga: invasores fugiram da fazenda Rezende. **A Gazeta**. Vitória 19 de abril 1962. p. 6;

Urubus rondam os cadáveres em Ecoporanga. **A Gazeta**, 24 de abril 1962. p. 8

Sem qualquer violência policial foi restabelecida a ordem em Ecoporanga. **A Gazeta**, 25 de abril de 1962. p.10.



ESPÍRITO SANTO: TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS PARA A CIDADE

Maria Cristina Dadalto
Doutora em Ciências Sociais – UFES

Madson Gonçalves da Silva
Mestre em História – UFES

RESUMO: Discute a mobilidade humana e a cidade como lugar de acesso, traduzido no desejo do imigrante em obter novas oportunidades de trabalho, de consumo e de estilos de vida. Para tal, analisa narrativas de migrantes nordestinos e mineiros assentados, na Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo, no último quartel do século XX. Associa a “ilusão migratória”, como elemento que conecta os migrantes aos seus locais de destino, com a perspectiva da cidade como lugar de acesso às oportunidades. Considera, ainda, os processos de industrialização, urbanização e migração como relacionados, reverberando de diversas maneiras.

Palavras-chave: Mobilidade Humana; Espírito Santo; Cidade; Acesso.

ABSTRACT: Discusses the human mobility and the city as a place of access, translated in the immigrant's desire to get chance to new consumption patterns and lifestyles. To this end, analyzes narratives of Northeastern migrants and miners settled in the metropolitan area of Vitoria, Espírito Santo, in the last quarter of the twentieth century. Associates the "migratory illusion", as an element that connects the migrants to their places of destination, with the perspective of the city as a place of access to opportunities. Considers, also, the process of industrialization, urbanization and migration as related, reverberating in different ways.

Key-words: Human Mobility; Espírito Santo; City; Access.

Introdução

A mobilidade humana é um dos reflexos de diversos processos que interagem. Empiricamente é possível verificar os constantes deslocamentos. Milhares de pessoas chegam e partem de destinos diversos cotidianamente. Para compreender esse processo há teorias várias, de múltiplas perspectivas. Neste artigo, busca-se realizar uma análise a partir de Marc Augè (2010) que propõe refletir este fenômeno a partir da sobredeterminação de causas, visando compreender a complexidade de seus efeitos.

Como suporte para esta análise utilizaremos a metodologia da história oral, tendo como base entrevistas realizadas com seis migrantes residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Estas entrevistas foram realizadas no período de julho de 2011 a março de 2013, com homens e mulheres, de idades variadas vindos dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Acreditamos que a História Oral possibilita dar voz ao migrante, sobretudo aquele migrante muita vez invisível nas interações cotidianas da cidade, tal como os entrevistados desta pesquisa. Neste sentido, inserimos este trabalho teórica-metodologicamente na perspectiva da História do Tempo Presente. Nessa perspectiva, com um recuo temporal menor, é possível demarcar nossos entrevistados temporalmente, conectando sua memória ao tempo. Acreditamos que a História do presente coloca o pesquisador em contato com seu objeto de estudo, proporcionando uma interpretação dos fatos por uma ótica impar. É na intercessão entre a História do presente e História oral que o presente estudo se desenvolve.

Movimentos migratórios nacionais

Conforme afirma Brito (2002, p. 19), no Brasil, boa parte dos deslocamentos e seus padrões se vinculam a fatores como urbanização, industrialização, economia e política. Ela não deve ser considerada como evento aleatório (BAENINGER, 2008) e possui regularidade.

De acordo com Castles (2010, p. 21), “as migrações compõem parte de um todo: dos processos de transformação, das estruturas e de instituições, oriundas das “grandes mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas globais”. No Brasil,

por exemplo, verificamos que, nos anos de 1960, as trajetórias dominantes mantiveram-se como nas duas décadas anteriores: saída de migrantes dos estados nordestinos⁴⁶⁶ e de Minas Gerais com fluxo dirigido aos estados do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, tal fluxo reforçado pela existência de polos industriais.

Ainda, somado ao fator atrativo dos polos industriais, devidamente fomentado pela política da ditadura civil-militar do Brasil, temos a modernização agrícola em larga escala, que colaborou significativamente para o fortalecimento das estruturas fundiárias e forte êxodo rural. Ressaltamos que o fluxo desses migrantes se dirigia para áreas industrializadas ou para estabelecimento de novas fronteiras agrícolas, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Norte, favorecendo um intenso processo migratório interno.

Os movimentos migratórios, a partir de 1960, se delineiam, principalmente, sobre a chamada “ilusão migratória” apresentada por Brito (2002); a migração – o deslocamento espacial – possui relação com a ascensão social. Dessa maneira, os fluxos são, geralmente, definidos por algumas variáveis: excedente de mão de obra de algumas regiões, fortes investimentos na área industrial de outras regiões, a cultura migratória nacional, a divulgação pelos meios de comunicação, que tornava a “ilusão migratória” real, ao passo que aproximava as distancias, socializando os migrantes.

Nesse passo, os deslocamentos não aconteciam apenas de uma Região para outra⁴⁶⁷. Os movimentos são inúmeros e simultâneos, cabendo apenas delinear alguns para elaboração do estudo. Tanto entre regiões eram numerosos, como os intra-regionais – entre estados de uma mesma região – cujo objetivo estava no desenvolvimento de pólos regionais, que atraía fluxos migratórios. De igual forma, outro processo acompanhou os movimentos tradicionais de migração, o processo de Metropolização.

Sobre o processo de Metropolização convém mencionar que o fenômeno da

⁴⁶⁶ Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

⁴⁶⁷ É precipitado crer num sentido único de fluxo migratório. Os deslocamentos são diversificados, podendo ser lidos, dentro de determinada conjuntura, como padrões. Para tal ver Baeninger (2000; 2008) e Brito (2002; 2002a; 2006)

industrialização por si só não abarca todo o atrativo dos processos migratórios. A industrialização possui relação estreita com a urbanização, mas não deve ser confundida com ela. No caso do Brasil, verificamos um movimento comum: esvaziamento das áreas rurais e fluxo de migrantes direcionados para áreas mais urbanizadas, ocasionando na metropolização. Esse evento proporcionou grande aglomeração de pessoas nos centros e nos municípios circunvizinhos.

Ao se considerar a intensa mobilidade humana, diversos fatores devem ser considerados, e é nesse ínterim que é possível a discussão sob a ótica da sobre-determinação de Augé; em que “a superabundância de causas que complica na análise dos efeitos” (AUGÉ, 2010, p. 15). Augé considera os diversos processos como paralelos, interdependentes e que nessa relação ocorrem reverberações. A contingência desses processos proporcionam efeitos complexos, sendo imprescindível sua contextualização para análise. Os processos inseridos no presente estudo excedem a relação causa x efeito de maneira linear. São muitos processos ocorrendo simultaneamente que produzem diversos efeitos.

Assim, descarta-se o movimento migratório como efeito de processos como urbanização ou industrialização, ou estes como efeito daquele. São considerados processos paralelos e nessa interação veem-se outros que são constituídos, como o de metropolização.

A metrópole capixaba e o lugar de acesso

Ao analisarmos os padrões migratórios no Brasil observamos a inserção do Espírito Santo nesses padrões. O estado integra os processos ocorridos de maneira mais ampla no país.

Nesta direção, ao se observar o Espírito Santo entre os anos de 1960-2010, verificam alterações significativas em aspectos múltiplos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 1960, 71,6% da população do Espírito Santo era rural, em 2010, 83,4% urbana; a Região Metropolitana congregava, aproximadamente, 12% da população do estado, em 1960, e, em 2010, pouco mais de 48%; de 1960 a 2010, a população do Espírito Santo cresceu 148% e dentro dela o contingente urbano cresceu mais de 600%, enquanto o rural decresceu 42%. A tabela 1 dá a dimensão mais completa deste

processo:

TABELA 1: População Urbana e Rural do Estado do Espírito Santo no período 1960-2010

Década	População Urbana	%	População Rural	%	População Absoluta
1960	403.461	28,4	1.014.923	71,6	1.418.385
1970	734.756	45,4	883.101	54,6	1.617.857
1980	1.324.701	64,2	738.978	35,8	2.063.679
1991	1.922.894	74,0	675.611	26,0	2.598.505
2000	2.460.040	79,5	634.350	20,5	3.094.390
2010⁴⁶⁸	2.931.472	83,4	583.480	16,6	3.514.952

Fonte: IBGE, Sinopse preliminar do Censo demográfico, 1970, 2000 e 2010.

O Espírito Santo inscreve-se nesse processo, pois pertencente à Região Sudeste recebeu fluxos migratórios, a partir dos anos 1960, obedecendo à leitura dos padrões de deslocamento migratório. Outro fator que podemos apontar é o da proximidade com outros estados que, principalmente, durante os anos, 1960 e 1970, eram fornecedores de mão de obra. A proximidade propiciava rápidos e curtos deslocamentos entre Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.

Dentro da perspectiva nacional, a Metropolização ocorreu de maneira muito significativa no estado. Em 1960, a população dos municípios que hoje compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória somava cerca de 12% da população do estado, em 2010, o percentual ultrapassou os 48%. Os fatores supramencionados nos servem de parâmetros para estabelecimento de alguns marcos de estudo, sobretudo quando observamos a metrópole, a cidade urbano-industrial como lugar almejado. A cidade é o lugar de acesso; onde se tem “oportunidades”, onde há “desenvolvimento”, onde se é possível ascender social e economicamente, onde se é possível “ser”...

Augè diz que “a cidade foi uma esperança e um projeto, o lugar de um futuro

⁴⁶⁸ Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=32&dados=5>>. Dados referentes à 2010.

possível para muitos e, ao mesmo tempo, um espaço em incessante construção”. (2010, p. 88). Quando verificamos o crescimento, a ascensão da cidade, os que para lá se deslocam possuem a expectativa de crescimento. Ela se torna o palco social da vida.

Os trechos abaixo foram extraídos das entrevistas realizadas e expressam o desejo de acesso ao que Cidade oferece. São falas de migrantes, que se deslocaram em busca da realização de seus desejos.

O principal motivo foi o motivo profissional, né, do meu pai. E também porque, quando a gente recebeu a notícia, querendo ou não, minha família conversou. Eu tive a opção de continuar lá, e tal, mas aí achei que poderia ser uma boa oportunidade e resolvi acompanhá-los. Aí viemos.

eu vim morar aqui por questão de trabalho... por ser uma capital (acreditei) que ia ter mais é disponibilidade de emprego. Onde eu morava não tinha, por ser uma cidade onde só é... a cidade de Campos vive muito de comércio, aqui (...) eu ia ter mais uma oportunidade de emprego.

A Bahia não tem muito mercado não. O salário lá é pouco. Você trabalha um mês pra você ganhar cem, cento e cinquenta reais pra fazer de tudo. Como é que você vai sobreviver, pagar aluguel, despesa e tudo? Aí não dá. E aí eu preferi vir pra cá mesmo.

o motivo foi o estudo, né... Porque lá em Teixeira a educação é um pouco falha quando vai avançando o grau de escolaridade. Além disso, lá não tem o curso que eu queria, que era Medicina. A faculdade mais perto seria a Federal da Bahia, que é em Salvador. Então era mais fácil e perto vir pra cá do que ir pra Salvador. De Teixeira até Salvador são umas dez horas de viagem... Mas pra chegar aqui não são nem seis horas, saca? Então foi por isso... É... Eu queria estudar, fazer Medicina, e aqui tem o curso que queria.

As narrativas acima apresentam a expectativa do migrante. Não nos mostra o motivo único para migrar, mas nos direciona para os basilares. A questão profissional, quando vemos o processo de industrialização no Espírito Santo, centrado na Região Metropolitana está ligada diretamente com as “oportunidades” de emprego apresentadas. Embora esta dinâmica mude, a “ilusão migratória” permanece, robustecendo trajetórias migratórias por décadas. Assim, “a cidade é, ao mesmo tempo, uma ilusão e uma alusão” (AUGÈ, 2010, p 90). Alusão a ela mesma, “ilusão” de ascensão, possibilidade de mudança.

O lugar de acesso não diz apenas para onde nos dirigimos, mas a conexão com o lugar que deixamos. O acesso é a possibilidade, e é constituída, de certa maneira, quando olhamos para o passado, vivemos o presente e projetamos o futuro.

É... foi motivo primeiramente de um problema que eu tive familiar, aí,

eu...é...queria ficar afastado né, porque eu fui casado, e queria ficar afastado da esposa que deu uma separação, e...tava vendo assim uma possibilidade de volta, de retorno no casamento então eu não queria mais, então, visto que o lugar que eu nasci também que é um lugar que é... tem.. é...na matéria de trabalho é ...fraco, tem pouco trabalho, assim, tem poucas empresas, aí eu também, eu resolvi vir pra cá mim trabalhar também, então esse foi os dois motivos: primeiramente porque houve uma separação, no primeiro casamento meu, né, e depois também pra mim trabalhar, pra construir novamente, construir uma vida diferente, né? Ou talvez contrair um novo casamento, uma nova família, e assim por diante.

eu moro há... 19 anos em Vitória. Eu moro aqui, construí toda minha carreira profissional aqui, eu falo que, apesar de ser baiano, construí toda a minha carrei... (carreira), toda minha vida aqui em Vitória. Mas eu tenho uma ligação muito forte com Itamaraju. Todo ano eu volto pra lá, porque, não sei... (pausou e refletiu um pouco) a cidade onde você nasce tem um valor simbólico muito grande.

A partir dos dois depoimentos acima é possível assimilar a cidade como nova possibilidade, ao passo que na construção de uma “nova vida” conectamos à sua origem. “A cidade é então uma figura espacial do tempo onde se conjugam presente, passado e futuro. Ela é, por sua vez, o objeto da experiência sideral, da lembrança e da expectativa” (AUGÈ, 2010, p.89).

As pessoas se transformam e transformam a cidade, que já estava sofrendo transformação e também transformava pessoas. Embora Saunders interprete como regra o alcance de *status de classe média* pelos migrantes que partem do campo para a cidade, respaldado nos movimentos migratórios, do século XIX, e, início do XX, algo pode ser considerado – enquanto muito deve ser descartado⁴⁶⁹ – é de que moradores de “cidade de chegada” não consideram a pobreza como algo permanente. Tal afirmação deve ser inserida na “ilusão” produzida pela transformação na cidade.

À guisa de conclusão

O acesso existe para todos. Ainda que na ilusão, ele o é para todos que se dirigem à cidade. Para todos que chegam e são afastados de seu centro para áreas

⁴⁶⁹ Saunders compara os processos de urbanização e transformação das cidades da Europa e América do Norte ocorridos ao longo do século XIX e XX com as transformações urbano-industriais nas “cidades de chegada”. As cidades de chegada, segundo Saunders, consistem nos destinos dos migrantes que partem de “vilarejos”. Afirma categoricamente que “a vida rural é a maior assassina de seres humanos”. Dessa forma, a cidade é apresentada como progresso enquanto a vida nos “vilarejos” não devem ser “romantizadas”. *Prima facie* a migração ocorre unicamente a partir de “um esforço calculado no sentido de incrementar a renda, o padrão e a qualidade de vida das famílias. Essa iniciativa utiliza as cidades de chegada como principal instrumento de transformação” (2013, p. 286).

periféricas, margeando todas as oportunidades disponibilizadas por ela. Alguns – poucos – de fato “acessaram” a cidade na íntegra, e o acesso às ofertas destes consolidam a ilusão para tantos outros que veem as mesmas oportunidades, sem, contudo, tocá-las.

Esse é o (um) quadro, e na voz daquele que se desloca extrai-se, em meio a tantos desejos, a oportunidade esperada. É o trabalho, o estudo, a melhoria que, muitas vezes, funciona como objetivo para esses “aventureiros”. É o futuro e oportunidade de também construir uma história, traçada a partir do lugar de origem para o lugar de acesso.

A memória destes que migram é constituída, também, em seu deslocamento, naquilo que é deixado para trás lembrando seu começo. Da mesma maneira, constitui a memória, a disposição de integração, de pertencimento na construção da cidade para onde migram.

Dessa maneira, a cidade sempre constituirá o lugar de chegada e de partida, um espaço de interação, reforçando a mobilidade humana, integrando espaços através de pessoas, História através de memória.

Referencias

AUGÈ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. São Paulo; Alagoas, Unesp; Ufal, 2010.

BAENINGER, Rosana. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaimigra%C3%A7aonoBrasilAnos80e90.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

BAENINGER, Rosana. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP.

Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. O roteiro da industrialização: do engenho às grandes indústrias 1535-1980. Vitória: Cátedra, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**. Do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRESCIANI, Daniëlle de O. **Do elefante branco à perola capixaba**: um estudo da Companhia Siderurgica de Tubarão quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do processo de globalização. Curitiba: CRV, 2011.

BRITO, F. Brasil, final de século: transição para um novo padrão migratório? In: CALEIAL, A. N. (Org.) **Transições migratórias**. Fortaleza: Ed. IPLANCE, 2002. Disponível em: < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20s%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BRITO, F.; HORTA, C.; AMARAL, E. F. de L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Cedeplar - IUSSP, 2002. Disponível em: < http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57. Maio/ Ago. de 2006.(Scielo Brasil). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142006000200017&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CASTIGLIONI, Aurélia H.. Migração: abordagens teóricas in ARAGÓN, Luís E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. v. 1. p. 39-57. <http://www.unesco.org.uy/mab/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/Migracao-Inter.pdf>

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul/dez. 2010.

CUNHA, Maria Jandira C. (Org.). **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

FERREIRA, Marieta de M. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 9, p. 167-186.

FORTUNATO, Daniëlle de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões**, Vitória, v. 2, p. 40-62, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População urbana e rural**. Características da população – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - sinopse**: estatísticas da população. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. **Demografia**. Indicadores socioeconômicos do Espírito Santo. PNAD 2009. Vitória, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013. (Nota técnica n. 21).

MOTTA, Márcia M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

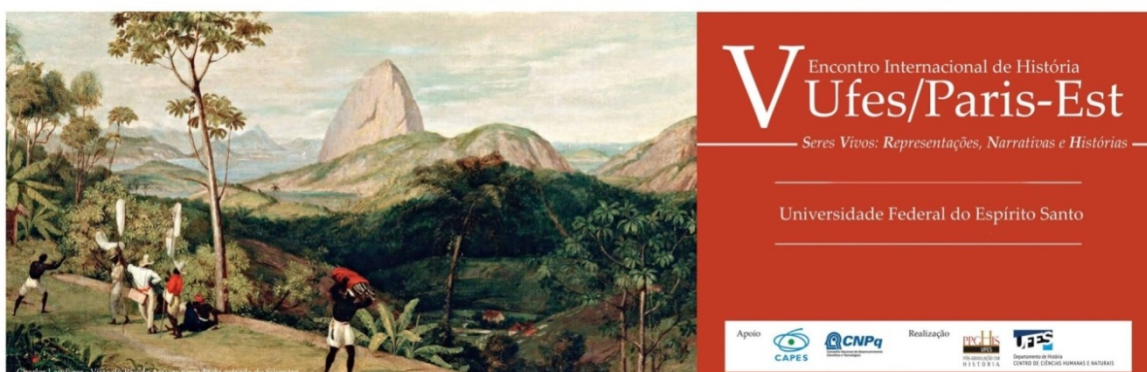
OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (coleção Canaã, vol. 8)

RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Angela M^a. **Cafecultura e Grande Indústria**. A transição no Espírito Santo: 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

(Espírito Santo: Economia e Política. v. 1).

SAUNDERS, D. **Cidade de chegada.** A migração final e o futuro do mundo. São Paulo: DVS, 2013.



A RELAÇÃO DO HISTORIADOR COM O ARQUIVO FOTOGRÁFICO COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA: ESTUDO A PARTIR DO ACERVO DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO – DOPS/ES.

Marcello França Furtado⁴⁷⁰
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Este trabalho apresenta a temática da relação do historiador com o documento fotográfico, enquanto fonte de pesquisa histórica. O documento fotográfico, enquanto sinal do passado vem com informações explícitas e implícitas, o desafio do historiador torna-se decifrar a realidade da representação fotográfica. Como metodologia, busca-se KOSSOY (2001), que visualiza sobre o documento fotográfico a seguinte dicotomia de exame: a Análise Iconográfica, que revela dados concretos sobre o documento, a sua materialização, detalhes icônicos, espaço e tempo, e a Interpretação Iconológica: uma representação a partir do real e do subjetivo, o resultado final do processo de criação do fotógrafo, de seu modo de ver. Com base do Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ, o trabalho conclui propondo o desenvolvimento de um modelo de instrumento de pesquisa de descrição de imagens pertencentes aos ditos “Arquivos da Repressão” diante da abordagem do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS do Estado do Espírito Santo (1964-1985) localizado no Arquivo Público do Espírito Santo.

Palavras chave: Imagem; Arquivo Fotográfico; Ditadura Brasileira.

ABSTRACT: This work presents the historian's relationship issue with the photographic document as a source of historical. The photographic document as a sign of the past comes with explicit and implicit information, the historian of the challenge becomes decipher the reality of photographic representation. The

⁴⁷⁰ Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, mestrando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-graduação em História da UFES – PPGHIS/UFES.

methodology seeks to KOSSOY (2001), which displays on the photographic document examination the following dichotomy: the Iconográfica analysis, which reveals hard data about the document, its materialization, iconic details, space and time, and the iconological interpretation: representation from the real and the subjective, the end result of the photographer's creative process in his view. Based on the CONARQ, this paper concludes by proposing the development of escription of research instrument of images of the so-called "Archives of Repression" through the DOPS/ES (1964-1985).

Keywords: Image; Photographic Archive; Brazilian Dictatorship.

Introdução

O fato histórico é uma construção e a História uma criação do historiador, que pode ser afirmada ou refutada por gerações de pesquisadores futuros com base na descoberta de novos documentos, com a utilização de um novo método de análise documental ou fontes antes não abordadas. Dentro desse esforço por compreender pessoas, relações sociais e acontecimentos, o tempo é por importância uma peça fundamental para os estudos históricos. Desse modo, todo o documento é fruto de uma escolha e possibilidade, quer seja quais documentos devem ser utilizados na interpretação de determinado fato histórico, ou não.

Para FOUCAULT (2012)⁴⁷¹, o problema da História está em questionar os documentos. Desestruturar o documento evidenciando o seu caráter de monumento, o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, do momento histórico, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é monumento⁴⁷², no caso, a fotografia é monumento, inserindo-os no conjunto formado por outros monumentos,

⁴⁷¹ Na obra *Arqueologia do Saber*, o autor tem como objetivo especificar um método de investigação que visa compreender a ordem própria que constitui um determinado saber. Muitas vezes, para determinar um saber, a análise arqueológica tem de transitar por diferentes formulações conceituais, pertencentes a diferentes saberes. O interesse de Foucault é discutir a forma de fazer história em que refuta aquilo que as pessoas disseram e dizem sobre um acontecimento, que é na verdade uma constituição de uma "realidade discursiva". O que constitui um determinado elemento é o conjunto de enunciados, capazes de produzir sentido sobre uma determinada prática ou relação, ou seja, a linguagem.

⁴⁷² Na obra *História e Memória* de Jacques Le Goff, os documentos não são colocados como apenas um vestígio do passado, são um produto de uma determinada sociedade com fatores sociais, políticos e econômicos, que o fabricou de acordo uma relação de forças intrínsecas a essa conjuntura. Ver o documento como monumento, através da memória coletiva que o cerca, permite usá-lo cientificamente em âmbito histórico quanto arquivístico.

levando em conta que todo documento é verdadeiro e falso, pois serve aos interesses específicos de cada situação.

Dentro desta perspectiva, faz-se necessário destacar que a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/ES é constituída em cima de uma carga social muito forte, por se tratar de um período traumático na história do Brasil. Sua documentação, que possui um discurso institucional do Governo Brasileiro em combate ao comunismo e aos “subversivos”, revelam perseguições, prisões e atentados graves aos direitos humanos. A imagem é capaz de produzir mais sentimentos e sensações do que um texto escrito, a visão é um dos sentidos mais rápidos do ser humano, trabalhar com imagens ligadas a fatos tão sensíveis e dolorosos requer essa compreensão do discurso de quem o produziu e a que relações administrativas essas provas documentais possuíam.

Na História, a revisão do conceito de documento possibilitou o que ficou conhecido como “revolução documental”. A partir da década de 1960 o uso de outras fontes históricas ampliou as possibilidades e campos de desenvolvimento de pesquisas. É destacado além do documento fotográfico, o filme, a oralidade e o objeto material.

A História, na sua forma tradicional, dedicava-se a 'memorizar' os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos "em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tomar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto. (LE GOFF, 1990, p. 471)

As imagens fotográficas, após o “alargamento” documental dos últimos anos, tem recebido destaque em meio acadêmico e contribuído para a recuperação dos fatos passados, nessa perspectiva, as imagens documentais são insubstituíveis quanto analisadas a partir de um caráter teórico, técnico e metodológico. Nesse sentido, as fontes fotografias podem cumprir um papel de destaque na investigação histórica. Esse entendimento indica que as fontes fotográficas são fundamentais para o conhecimento da memória social, sendo mais que meras “ilustrações ao texto”.

A Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/ES e o acesso aos documentos dos “arquivos da repressão”

Nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, início da década de 1930, foi organizada a Delegacia de Segurança Política e Social – DESP, que visou a investigação e a vigilância dos movimentos sociais e ideológicos, como a Ação Integralista Brasileira – AIB e a Aliança Nacional Libertadora – ANL. No Espírito Santo, foi criado pelo então interventor João Punaro Bley, o cargo de Delegado de Ordem Social. Subordinado à Delegacia Geral, o objetivo era organizar uma polícia voltada para a manutenção da ordem no Estado. Logo, posteriormente, o cargo de Delegado de Ordem Social seria elevado à Delegacia de Ordem Social e Política – DOPS/ES.

O combate ao comunismo no Brasil vai ganhando força com o decorrer dos anos e as Forças Armadas se tornam o principal combatente a essa “ameaça” nacional. Passa-se cada vez mais a monitorar os comportamentos considerados suspeitos. O ambiente repressivo se articula e se fortalece ao longo do conhecido “período democrático” de 1946 até a tomada do poder pelos militares em 1964.

Com as promulgações de leis ao longo da existência da DOPS/ES, que reformulavam sua estrutura e burocracia, foi se dando cada vez mais abertura para atuação do órgão, até mesmo permitir de forma clandestina, o enfrentamento intenso a grupos ideológicos e políticos. Os órgãos de informações se tornaram aparatos fundamentais para a sustentação de todo o regime. O “sistema de informação” que foi estabelecido, sintonizado a outros grupos, principalmente aos órgãos militares como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Ordem Interna – Doi-Codi suscitou o “sistema repressivo” que utilizou como ferramentas a violência, a tortura, a censura e a perseguição aos considerados “subversivos”.

Com o fim do regime militar e após a extinção da DOPS/ES, em meados da década de 1980, todo o acervo foi levado para a sede da Polícia Federal. A extinção de direito da Polícia Política capixaba foi oficializada pela Lei estadual n. 4.573 de 31 de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e homologado pelo então Governador Albuino Azeredo. Essa lei determinou a

transferência da massa documental, em caráter sigiloso, para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES.

A aprovação do *Habeas Data*⁴⁷³ passou por grandes dificuldades para ser aprovada como inscrição da Constituição Federal de 1988. Apesar disso, muitos documentos continuaram inacessíveis, principalmente aqueles vinculados aos órgãos de segurança. Somente a Lei Nº 8159/91, conhecida como “Lei de Arquivos”, estabeleceu regulamentações acerca da documentação produzida pelo governo. O Decreto nº 2.134 de janeiro de 1997 permitiu uma complementação à Lei de Arquivos, dando um destaque a documentação de caráter sigilosa, que passou a ter a seguinte classificação: reservado (5 anos), confidencial (10 anos), secreto (20 anos) e ultrassecreto (30 anos); desta forma garantido que em algum momento o documento seria aberto.

Véspera de deixar o governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou o Decreto de Lei Nº 4553/02, ato esse de grande retrocesso, que modificou os prazos de liberação dos documentos ultrassecretos para 50 anos, além da abertura de possibilidades para novas classificações e prorrogações. A luz no final do túnel para a liberação do acesso à documentação dos órgãos de repressão no Brasil só começa a ser vista em 2005, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propõe e sanciona a Lei Nº 11.111 que apresentou nova regulamentação aos prazos de guarda de documentos. Porém, apenas com a Lei Nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, que se concretiza a busca pela abertura dos arquivos da Ditadura. A conhecida Lei de Acesso a Informação (LAI) representa um grande marco para as décadas de luta na quebra do silêncio que serviu de refúgio para crimes cometidos contra os direitos humanos.

Metodologia histórico-semiótica

Como aponta FAGUNDES (2009), a imagem fotográfica teria trilhado um longo caminho da sua criação, em meados do século XIX, até os dias atuais, em que

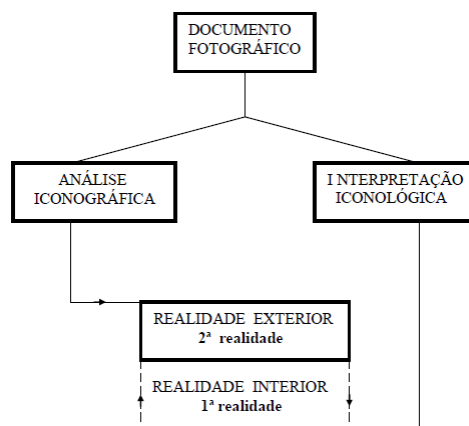
⁴⁷³ Glossário Jurídico do Supremo Tribunal Federal (STF): Ação para garantir o acesso de uma pessoa a informações sobre ela que façam parte de arquivos ou bancos de dados de entidades governamentais ou públicas. Também pode pedir a correção de dados incorretos. Art. 5º da Constituição Federal e Lei 9507/97. O Habeas Data exerce uma função ao mesmo tempo preventiva e corretiva, o que significa dizer que o cidadão possui o pleno direito de obter certos tipos de informação que constam unicamente em órgãos governamentais, assim como pedir a sua retificação.

passou a ser conceituada como fotografia documental. Em uma primeira perspectiva do campo da História, a fotografia é encarada enquanto meio de comunicação que passou por diversas transformações durante o tempo, algo como o estudo da história da fotografia. Em um segundo enfoque, a fotografia como apoio da investigação do passado. Essas duas vertentes são fundamentais e se complementam na medida que ambos os estudos tem como elemento primordial o estudo dos documentos fotográficos.

O documento fotográfico vem com informações explícitas e implícitas, o objetivo é decifrar a realidade da representação fotográfica, realizar a análise do conteúdo da mensagem fotográfica como algo semelhante a produção de um texto. Para MAUAD (1996), o pesquisador e a sua relação com o documento fotográfico, o objeto, devem perpassar por três relações básicas, o que é denominado como “metodologia histórico-semiótica”. A primeira relação é a partir da observação das funções sógnicas na imagem, a compreensão de um texto icônico que incorpora um código subjetivo em cada elemento. O segundo ponto é perceber a fotografia como uma escolha efetuada em um conjunto de então possíveis escolhas, o produto final resultante da produção de um fotógrafo. A última questão é a consideração na relação dos elementos da fotografia com o contexto, remetendo-se a questões técnicas da materialização do documento.

Cada fotografia está repleta de significados pertencentes a uma determinada prática social inserida em um determinado contexto, é fundamental que se estabeleça uma categorização das leituras desses significados para compreensão da referência histórica. Em KOSSOY (2001), essa categorização é proposta em forma de uma dicotomia de realidades, como é possível ver no esquema abaixo:

:



A Análise Iconográfica revela dados concretos sobre o documento, a sua materialização, detalhes icônicos, tecnologia empregada, espaço e tempo. Basicamente decodificar a realidade externa do documento fotográfico. A Interpretação Iconológica é uma representação a partir do real e do subjetivo, é o resultado final do processo de criação do fotógrafo, de seu modo de ver. Busca-se decifrar a realidade interior da representação fotográfica, seu significado, história e representação.

Construção de um modelo de tabela de descrição para análise do acervo fotográfico do DOPS/ES

O arquivo como lugar de memória é a origem da fonte primária para a pesquisa histórica: os documentos. Para isso existem conjuntos de técnicas que permitem eficiência na recuperação da informação e dos dados e garantir seu uso na pesquisa histórica. A Descrição Arquivística⁴⁷⁴ é uma ferramenta da Arquivologia que propõe a construção de instrumentos de pesquisa⁴⁷⁵, como guias e catálogos que vinculam a localização física com uma descrição de referência; consiste justamente no conjunto de procedimentos que identifica os diversos aspectos dos documentos, desde sua produção ao seu uso.

Os arquivos no Brasil ainda não estão familiarizados no tratamento deste tipo de documentação, encaram muitas vezes como coleções temáticas e não cada fotografia como única. A metodologia histórico-semiótica vem ao encontro à perspectiva arquivística na finalidade de auxiliar no trabalho de Avaliação⁴⁷⁶ dos documentos para a construção desses instrumentos.

Em 2006, foi desenvolvida no Brasil a NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, que estabelece diretrizes para a Descrição Arquivística no Brasil, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF) desenvolvidas pelo International Council on Archives – CIA ligado a UNESCO, que

⁴⁷⁴ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: Descrição Arquivística: Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.

⁴⁷⁵ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: Instrumento de Pesquisa: Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes.

⁴⁷⁶ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: Avaliação: Processo de análise de documentos de documentos arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação (origem e uso), de acordo com os valores que lhes são atribuídos.

visa facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Hoje o Fundo⁴⁷⁷ do DOPS/ES conta com 702 fotografias digitalizadas⁴⁷⁸. Estas imagens são em sua maior partes: frontais de dossiês pessoais; de manifestações de rua; de reuniões de estudantes, professores, religiosos, sindicalistas e políticos; de pichações; e de atos e manifestações no geral.

A tabela a baixo desenvolvida contém os seis campos para metadados⁴⁷⁹ determinados como obrigatórios pela NOBRADE, identificados com asterisco. Aqueles campos que não possuem o asterisco são aqueles que foram incluídos para compreensão iconológica do documento fotográfico a partir da metodologia histórico-semiótica, divididas em quatro frentes: atributos do tema; atributos das pessoas; atributos dos objetos; e atributos da paisagem.

TABELA DE DESCRIÇÃO PARA AS FOTOGRAFIAS DO FUNDO DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – DOPS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAMPOS	FOTOGRAFIA	FOTOGRAFIA	...
	01	02	
1 – ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	1.1. Código de Referência*		
	1.2. Título*		
	1.3. Data(s) Limite*	Tópica	
		Crônica	
	1.4. Nível de Descrição*		

⁴⁷⁷ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência (origem/órgão/instituição).

⁴⁷⁸ Tratamento obtido através de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES concedidos ao Núcleo de História Oral e Imagem – NHOI do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

⁴⁷⁹ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: Metadados: Dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender e/ou preservar outros dados ao longo do tempo. Este termo é utilizado para designar palavras que representem a informação solicitada por um determinado campo.

		1.5. Dimensão e Suporte*
2 -	ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	2.1. Nome do(s) Produtor(es)*
3 -	ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	Atributos do Tema
		Atributos das Pessoas
		3.1. Âmbito e Conteúdo
		Atributos dos Objetos
4 -	ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	Atributos da Paisagem
		Fundo/Dossiê
		4.1. Unidades de Descrição Relacionadas
		Código de Referência
5 -	ÁREA DE NOTAS	5.1. Notas sobre conservação
		5.2. Notas Gerais
		5.3. Número de Caixa/Pasta
6 -	ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	6.1. Nota do Arquivista/Historiador
		6.2. Data da Descrição
		6.3. Responsável

7	ÁREA DE	
	PONTOS DE	
	ACESSO	7.1. Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos (Palavras Chaves)

LEGENDA

1 – Área de Identificação:

1.1 – Código de Referência: Identificação do documento com normas internacionais. Código convencionado que representa os níveis. Exemplo para um documento específico do Integralismo: BR.ES.APEES.DES.0.IAPC.1. (país, estado, entidade custodiadora do acervo, sigla da série, sigla da subsérie, número de localização física da fotografia/documento)

1.2 – Título: Identificação nominal do documento. No caso, usará o nome correspondente ao dossiê proveniente ou breve texto que resuma o documento.

1.3 – Data Limite: Identificação data de produção do documento. Dividir-se em crônica (tempo) e tópica (lugar).

1.4 – Identificação do documento com relação aos demais objetos. Sua condição hierárquica.

1.5 – Dimensão e suporte: Identificação das dimensões físicas do documento.

2 – Área de Contextualização:

2.1 – Identificação dos produtores do documento, sua biografia e procedência.

3 – Área de conteúdo e estrutura:

3.1 – Identificação de informações relevantes relacionadas ao documento. Busca dos signos da fotografia relacionados à análise da área de contextualização. Divide-se em: atributos do tema, atributos das pessoas, atributos dos objetos e atributos da paisagem.

4 – Área de fontes relacionadas:

4.1 – Unidades de descrição relacionadas: Identificação de outros documentos existentes relacionados aquele, no mesmo Fundo ou em outro. Utilizado também para apontar outros documentos fotográficos pertencentes a um mesmo dossiê. Está dividido em Fundo/Dossiê e Código de referência.

5 – Área de notas:

5.1 – Notas sobre conservação: Identificação do estado de conservação do documento visando ações preventivas.

5.2 – Notas Gerais: Fornecer informações que não possa ser incluída em nenhuma das demais áreas. Destina-se a completar informações já fornecidas ou outras que sejam relevantes.

Nº da Caixa/Pasta: Identificação do local físico onde está armazenado o documento.

6 – Área de controle da descrição:

6.1 – Nota do arquivista/historiador: Fornecer informação sobre a elaboração da descrição, bem como as fontes consultadas ou critérios de organização e seleção.

6.2 – Data da descrição: Identificação quando a descrição foi realizada e/ou revisada.

Responsável: Identificação das pessoas envolvidas no trabalho e estudo do documento

7 – Área de pontos de acesso e indexação de assuntos:

7.1 – Pontos de acesso e indexação de assuntos: Identificação do conteúdo do documento. Palavras-chaves.

Referências

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos**

Permanentes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Glossário Jurídico.** Brasília: Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>> Acesso em: 27/09/2013.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Vitória: **Revista Diálogos**, v. 15, p. 293-309, 2011.

_____. (org) Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985). Vitória: **Coleção Rumos da História PPGHIS-UFES:** GM Editora, 2011.

_____. Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado do Espírito Santo. Brasília: **Em Tempo de Histórias - PPG-HIS/UnB**, n. 15, p. 88-107, 2010.

_____. Memória e repressão política: o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. **Revista Hominum**, v. v3, p. 7-15, 2013.

_____. **Memórias Silenciadas:** catalogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985). Vitória - ES: GM Editora, v. 1. 100p, 2012.

FICO, Carlos. **A ditadura documentada:** acervos desclassificados do regime militar brasileiro. Rio de Janeiro: Acervo, v. 21, p. 67-78, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitari, v. 8. 2012.

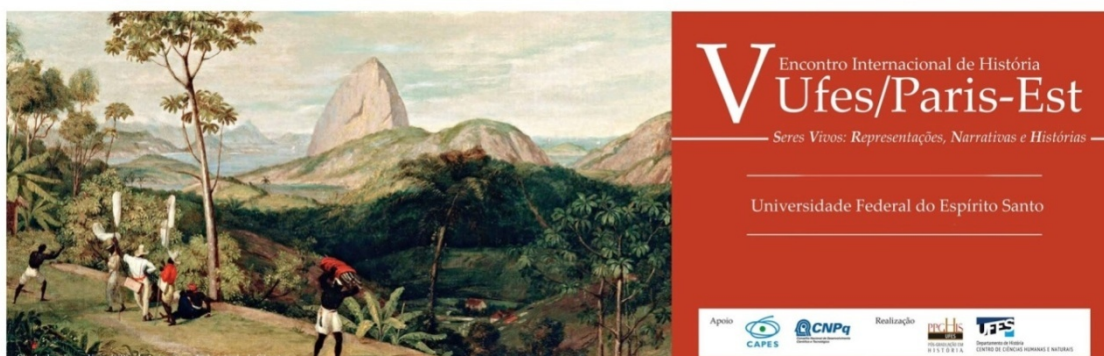
JARDIM, José Maria. A Invenção da memória nos arquivos públicos. Rio de Janeiro: **Revista Ciência da Informação**, v. 25, nº 2. 1995.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

_____. **Fotografia e história.** 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1999.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: fotografia e história interfaces. Tempo Vol.1. Rio de Janeiro, 1996.



A CRISE DO HISTORICISMO COMO PROBLEMA DE CONSCIÊNCIA: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO INTERNACIONAL

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha
Doutorando em História – UFES

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de trazer à tona os principais debates historiográficos em torno da "Crise do Historicismo" presentes na historiografia internacional dos últimos anos. Entendido em grande medida como o fenômeno de relativização de preceitos filosóficos e valores universais ocorrido entre fins do oitocentos e início do século vinte na cultura europeia, a Crise tem sido retratada por distintas tradições de pensamento desde a sua primeira definição no trabalho *Die Krisis des Historismus* (1922) de Ernst Troeltsch. Ao tratar das principais interpretações trazidas nas últimas décadas por intelectuais alemães, norte-americanos e holandeses, o trabalho em questão visa a um melhor esclarecimento das possibilidades de entendimento da Crise do Historicismo como um importante problema historiográfico a ser considerado também pela cultura histórica brasileira.

Palavras-chave: Historicismo; Crise do Historicismo; Problema historiográfico; Narrativa.

Abstract: This work has the goal of dealing with the main debates surrounding the so-called "Crisis of Historicism" that have emerged in international historiography along the last years. Being many times understood as a philosophical and values relativization phenomenon that has occurred by the end of the nineteenth and beginning of the twentieth century in European culture, the Crisis has been the subject matter of many traditional soft thoughts since Ernst Troeltsch's first definition of the problem in *Die Krisis des Historismus* (1922). By dealing with the main interpretations that have been brought by German, American and Dutch intellectuals in the last years, the following work intends to clarify the many possibilities of understanding the Crisis of Historicism as an important historiographical problem which might be considered by Brazilian historical culture.

Keywords: Historicism; The Crisis of Historicism; Historiographical problem;

Introdução

É notório o interesse que a historiografia brasileira tem nutrido sobre o tópico do Historicismo nos últimos anos. O grande número de livros e artigos publicados, além da organização de dossiês e até a realização de eventos a respeito do tema demonstram um momento de ampla reflexão por parte da academia local em torno do objeto em tela.⁴⁸⁰

Quase sempre cientes do vasto leque de significados associados à noção, intelectuais brasileiros têm empregado com frequência cada vez maior o termo “Historicismo” tanto como conceito adjacente, quanto como objeto principal de suas investigações. Seja para identificar o fenômeno europeu de profissionalização da disciplina história⁴⁸¹, ou para compreender a maneira especificamente moderna de ordenar o tempo⁴⁸², o Historicismo tem figurado de forma corrente no vocabulário da historiografia nacional.

Recentemente, de igual maneira, nossa historiografia tem buscado compreender o fenômeno do Historicismo para além de tais significados tradicionais. Tanto no que tange a uma percepção das fronteiras da razão histórica, quanto no concernente aos problemas do moderno entendimento das categorias temporais humanas, a historiografia local tem trazido à tona um profícuo debate acerca dos limites e possibilidades extra-disciplinares do conhecimento histórico, buscando de certa forma pensar para “além do Historicismo”⁴⁸³.

⁴⁸⁰ Exemplos em tal sentido são os livros “A dinâmica do Historicismo” (2008) publicado por Flávia Varella, Helena Mollo, Sérgio da Mata e Valdeir Araújo ; “A História pensada” (2011) de Estevão Martins além dos dois volumes de “Lições de História” (2010 e 2013) organizados por Jurandir Malerba onde o Historicismo aparece praticamente como sinônimo da emergência da moderna profissão histórica na Europa. Exemplo de eventos sobre o tema foram o “2º Seminário Nacional de História da Historiografia: a dinâmica do historicismo” (2008) e o “7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Teoria da História e História da Historiografia: Diálogos Brasil-Alemanha” (2013), ambos organizados pela UFOP na cidade de Mariana-MG. Por fim, o dossiê “Historiografia alemã: abordagens e desenvolvimentos” (2011) presente no sexto número da revista “História da Historiografia” também nos apresenta uma ampla discussão sobre o fenômeno do Historicismo.

⁴⁸¹ É o caso das obras de Malerba e Martins citados na nota anterior, além das visões de José Carlos Reis em “História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade” (2003) e José D’Assunção Barros em “Teoria da História, volume II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo” (2011).

⁴⁸² Como, por exemplo, a utilização da noção de “Cronótopo historicista” do filósofo Hans Ulrich Gumbrecht realizada por Valdeir Araújo no artigo “Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820” (2009).

⁴⁸³ Esse foi um dos temas principais abordados pelo “8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto” realizado pela UFOP em Mariana-MG no ano de 2014.

Em vista de tal movimento, cremos ser deveras oportuno descortinar algumas contribuições para o debate em tela, em especial, no que diz respeito aos referidos momentos de suplantação dos limites da história acadêmica. Acreditamos em tal sentido, que são justamente as épocas de maior contestação das bases do conhecimento sobre o passado que representam os maiores desafios e por conseguinte o maior florescimento de reflexões proíficas sobre o campo, seus limites e contingências. É portanto, possível concordar com Herman Paul, quando este afirma ser principalmente nas épocas de “crise”, isto é, de anomalias nos horizontes de expectativas de uma sociedade que a filosofia da história – aqui entendida como um “conjunto de gêneros” de reflexão sobre o tempo, a história e suas propostas - cresce em importância (PAUL, 2014, p. 73).

No caso do já mencionado fenômeno de paulatino interesse na temática e de concomitante tentativa de revisão e suplantação do Historicismo tradicional, a historiografia brasileira a nosso ver, necessitará refletir sobre os ditos momentos de crise e insegurança enfrentados pelo conhecimento histórico no passado e em tempos atuais. A presente crise de representação política, bem como as inseguranças trazidas pela crise financeira internacional, expõem a necessidade de historiadores e filósofos da história locais conjecturarem sobre as incongruências e limitações de narrativas históricas que parecem não mais serem capazes de produzir os efeitos de sentido e impactos coesivos de outrora. Em outras palavras, é preciso que a historiografia brasileira se debruce com maior afinco sobre a temática(s) “Crise(s)”.

Dito isso, parece-nos razoável que trilhemos um caminho que já vem sendo seguido por alguns intelectuais brasileiros e internacionais em tempos recentes, qual seja, o de analisar um dos momentos de maior inflexão no moderno pensamento histórico ocidental: a época da assim chamada “Crise do Historicismo”. O fenômeno, descrito de forma clássica pelo teólogo Ernst Troeltsch como o processo “de dissolução do Estado, da lei, da moral, da arte e da religião no fluxo do vir a ser histórico” (TROELTSCH, 1922, p. 573) ocorrido nas ciências da cultura ocidentais entre fins do século dezenove e início do vinte, tem sido abordado pela historiografia a partir de distintas perspectivas e propostas de problematização.

Cientes dessa ampla gama de interpretações, optamos por não estabelecer uma

definição fechada, de modo que uma breve exposição da historiografia recente sobre a “Crise do Historicismo” nos permita uma aproximação mais precisa do fenômeno e de seus desdobramentos para a consciência histórica ocidental. Outrossim, a definição dos contornos desta Crise a partir de uma análise crítica da literatura aqui apresentada possibilitará que enxerguemos os rumos tomados por nossa historiografia na compreensão dos vícios e virtudes da moderna disciplina histórica, permitindo do mesmo modo, um tipo de reflexão mais atual e em sintonia com demandas por buscas de sentido em nossa cultura historiográfica.

Em tal direção e apesar de estudos recentes indicarem o caráter internacional do fenômeno (PAUL, 2010, p. 169), é frequente que a literatura especializada aponte para um nível maior de recorrência do problema historicista nos territórios de língua alemã. Entendido por muitos como um momento de ruptura no campo das ciências da cultura, seria justamente no país onde a ciência histórica gozara de maior prestígio cultural que a Crise far-se-ia sentir de forma mais aguda.

Assim sendo, nos parece natural que os debates sobre a Crise tenham ocorrido nos últimos anos com maior frequência entre acadêmicos alemães, de modo que estes figurarão em maior número em nossa análise. De qualquer forma, não é possível ignorar a ampla quantidade de estudos sobre a “Crise do Historicismo” surgidos principalmente, mas não somente, entre historiadores e filósofos norte-americanos e holandeses, sobretudo, ao longo das duas últimas décadas. Por tal motivo, estes aparecerão logo na sequência de nossa análise. Por fim, considerando os debates apresentados, realizaremos um curto balanço sobre as discussões apresentadas, a fim de discutir as possibilidades de problematização do tema a partir de perspectivas que sejam profícuas à realidade local do ponto de vista historiográfico.

O debate na historiografia alemã

Costuma-se associar o ressurgimento do debate sobre o Historicismo e o problema de sua crise na historiografia alemã ao artigo publicado por Thomas Nipperdey em 1975, intitulado *HistorismusundHistorismuskritikheute*, o texto de Nipperdey trazia à tona mais uma vez a importância do Historicismo nos debates teóricos da ordem do dia na ciência histórica alemã daqueles anos. Na contramão do que era afirmado pelos representantes da assim chamada Ciência Social Histórica

(*historische Sozialwissenschaft*), que pautavam algumas de suas posições baseados em uma superação do Historicismo, Nipperdey apontava para a atualidade do fenômeno, demonstrando a relevância das reflexões teórico-metodológicas - surgidas especialmente no período de sua Crise – para se pensar o lugar da ciência histórica (NIPPERDEY, 1975). Em tom provocativo, além de conferir um tom positivo ao conceito, o intelectual reintroduzia o Historicismo como pauta nos debates teóricos entre os historiadores alemães.⁴⁸⁴

Os resultados da controvérsia encetada por Nipperdey naquela época teriam amplas consequências para o campo da teoria histórica alemã nas últimas décadas. Estas seriam sintetizadas pelo historiador teuto-americano Georg Iggers, que em artigo para o periódico *Journal of the history of ideas* de 1995, apontava para a importância das *Historikerstreiten* envolvendo o Historicismo e sua Crise nos trabalhos de língua alemã desde os anos setenta. O quadro de discussões apresentado por Iggers, parece-nos um tanto adequado para o objetivo que se pretende nesta etapa do presente trabalho, qual seja, o de mapear as principais posições a respeito da Crise do Historicismo na historiografia alemã das últimas décadas.⁴⁸⁵

Iggers, baseando-se em uma definição trazida por Otto Gerhard Oexle, apresenta-nos inicialmente duas tendências gerais de compreensão do Historicismo na historiografia germânica àquela época⁴⁸⁶: primeiramente, o Historicismo I, que se basearia, sobretudo, no interesse sobre o Historicismo enquanto “Crise”. Essa percepção teria por interesse o entendimento do fenômeno de paulatina

⁴⁸⁴ Posição semelhante seria defendida anos mais tarde por Ulrich Muhlack. Cf. MUHLACK, Ulrich. *Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung*. Beck, 1991.

⁴⁸⁵ No espaço que nos cabe no presente artigo uma discussão mais ampla e minuciosa sobre o *Historismusstreit* na historiografia alemã recente não pôde ser melhor explorada. Por tal motivo, e pela posição do autor como destacado intérprete internacional dos diálogos, optamos por nos limitar aos atores destacados por Iggers. De todo modo, uma abordagem mais ampla e variada sobre o Historicismo enquanto problema historiográfico pode ser encontrada no livro *Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus* (1996) de Gerhard Oexle. O mesmo autor também nos traz uma abordagem atualizada do debate em língua alemã na obra *Krisis des Historismus - Krise der Wirklichkeit* (2007). Uma boa síntese em língua portuguesa também é feita no artigo *O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX* (2011) de Gunther Scholtz.

⁴⁸⁶ O critério definidor utilizado por Iggers neste caso baseia-se a nosso ver em uma questão de ênfase de conteúdo, já que tanto os autores circunscritos ao Historicismo I, quanto aqueles associados ao Historicismo II não invalidam suas perspectivas mutuamente. Em outros termos, aqueles que dão maior enfoque para o Historicismo enquanto crise, não negam o fato do Historicismo ter representado o fenômeno de constituição da moderna disciplina acadêmica. O próprio Iggers reconhece esse detalhe em sua classificação, de modo que na sequência de sua análise trata de expor as diferenças de todas as abordagens sob o amplo prisma do Historicismo II.

relativização do saber e da realidade ocorrida entre o fim do oitocentos e início do século vinte, quando um problema de ordem existencial passara a pairar sobre a vida intelectual europeia. Vários trabalhos escritos nas décadas de 1980 e 1990, como os de Annette Wittkau, e uma série de artigos de Otto Gerhard Oexle e Wolfgang Hardtwig lidaram com o Historicismo nessa perspectiva (IGGERS, 1995, p. 137).

Em segundo lugar, o Historicismo II, que diria respeito a um grupo de autores que compreende o Historicismo principalmente como o fenômeno do surgimento da História como disciplina acadêmica científica. Em tal perspectiva, o historicismo seria entendido como um “paradigma” – ou “matriz disciplinar” –, como o processo de institucionalização e reflexão metodológica que propiciou o estabelecimento da história enquanto saber científico na modernidade ocidental. Os nomes mais proeminentes a tratar do Historicismo sob esse prisma seriam, segundo Iggers, Jörn Rüsen, Horst-Walter Blanke, Friedrich Jaeger, Dirk Fleischer e Hans-Jürgen Pandel (IGGERS, 1995, p. 138).

Em termos gerais, podemos concordar com Iggers quanto ao fato de que boa parte da historiografia alemã recente entende o Historicismo como o fenômeno de constituição do saber histórico enquanto disciplina acadêmica no século dezenove. Entretanto, ainda nos baseando na definição inicial trazida pelo autor, é possível distinguir a partir dos níveis de interesse de tais historiadores o significado e a apreciação específica que estes realizam sobre a Crise do Historicismo.

Nas análises de Rüsen e Jäger, por exemplo, a crise aparece como um momento de contestação das bases racionais do saber histórico, mas não é capaz, contudo, de abalar os fundamentos científicos deste conhecimento. Para os autores, “a ciência histórica tomou a crise do historicismo como um estímulo ao desenvolvimento subsequente da sua noção de ciência” (RÜSEN; JÄGER, 1992, p. 192).

Ao tratarem da Crise, Rüsen e Jäger falam em tentativas de superação do Historicismo, citando os exemplos das críticas de Otto Hintze e Eckart Kehr e na exposição que esses intelectuais realizaram dos limites heurísticos, teóricos e metodológicos da tradição historicista. Todavia, os autores tratam das contribuições histórico-teóricas de Wilhelm Dilthey, Heinrich Rickert e Max Weber como reinícios

(*Neuanfänge*) onde a capacidade de renovação (*Erneuerungsfähigkeit*) do Historicismo teria sido exposta (RÜSEN; JÄGER, 1992, p. 140). Portanto, em outros termos, para os historiadores a experiência de crise e a história do Historicismo podem auxiliar-nos a esclarecer as fraquezas na racionalidade da ciência histórica, estimulando nesse sentido a sua pretensão de cientificidade.

Horst Walter Blanke argumenta, em um sentido próximo aos de Rüsen e Jäger, que a ampla crise vivida pela ciência histórica a partir principalmente do *Lamprechtstreit*⁴⁸⁷ representou não uma ruptura fundamental no interior da escrita histórica germânica, mas uma mudança paradigmática (*Paradigmenwechsels*) e a revisão dos preceitos básicos da visão de mundo dos historiadores prussianos da segunda metade do século dezenove. Para Blanke a época teria sido de uma "revisão da imagem histórica estatista dos historiadores borussistas, bem como a alteração sistemática dos objetos que até o momento possuíam uma posição secundária face à história política defendida pela maioria dos historiadores alemães" (BLANKE, 1984, p. 294-295).

Em suma, a Crise do Historicismo aparece nas narrativas de Rüsen, Jäger e Blanke como um momento de prova para a matriz disciplinar histórica que, todavia, não é capaz de abalar as pretensões de racionalidade de um conhecimento histórico cientificamente embasado. Portanto, para esse grupo, a Crise possui caráter acessório, servindo como pano de fundo para a subsequente consolidação e aperfeiçoamento da moderna ciência histórica no século vinte.

Em uma outra direção, autores como Wittkau, Oexle e o próprio Iggers, tendem a enxergar o problema a partir de outra perspectiva. Wittkau, por exemplo, vê a crise do Historicismo como um momento de profunda reflexão sobre as consequências do processo de historicização do pensamento vivido pelas ciências da cultura europeias. Para a autora, o problema da relativização dos valores e o balanço acerca dos prejuízos que o excesso de história traria à vida humana teriam consequências positivas na arena dos debates surgidos no início do século vinte.

⁴⁸⁷Conhecida contenda historiográfica vivida pelos historiadores alemães na década de 1890 após a publicação do livro *Deutsche Geschichte*(1891) do intelectual saxão Karl Lamprecht (1856-1915) que a partir da sua proposta por uma história cultural, desafiava o modelo de escrita histórica existente na acadêmica germânica do momento.

Assim, para Wittkau, o cenário de crise faria emergir propostas afirmativas para a noção de ciência histórica – como a separação entre conhecimento científico e vida prática trazida por Max Weber – que teriam se esvaído após um “desenvolvimento errôneo” (*Fehlentwicklung*) das ciência histórica alemã em um terreno alheio às discussões encetadas pela Crise (WITTKAU, 1994, p. 196).

Em termos bastante similares, Oexle enxerga na Crise do Historicismo, um momento de profunda reflexão sobre as contradições e especificidades do pensamento científico e da própria modernidade. Entendendo o fenômeno como uma verdadeira “Crise da realidade”, Oexle acredita que apesar da tentativa de esquecimento do problema (ocorrida após 1933), os temas debatidos à época da Crise (relativização de valores, objetividade na produção do conhecimento, relação entre vida e ciência e etc.) necessitam ser constantemente reatualizados e trabalhados pela ciência histórica enquanto pesquisa fundada em bases racionais (OEXLE, 2007, p. 115).

Em suma, em *KrisedesHistorismus – Krise der Wirklichkeit* (2007), Oexle realiza um apanhado interdisciplinar dos impactos da Crise do Historicismo que teriam validade para se pensar problemas históricos da ordem do dia. Na obra, o autor deixa claro o seu olhar sobre a Crise como ponto de partida central para se refletir sobre a reabilitação da disciplina histórica alemã no cenário cultural de inícios do século vinte.

Iggers, por sua vez, entende a Crise do Historicismo como um momento na história do pensamento das ciências da cultura em que o caráter irracional como constituinte da natureza humana fora revelado. A contestação de respostas últimas no campo da filosofia especulativa, bem como a refutação da noção de progresso na história, abriam espaço para a emergência de uma discussão em torno da própria fundamentação racional do conhecimento histórico (IGGERS, 1983, p. 173).

A posição defendida por Iggers, além de aproximar-se do que é dito por Wittkau e Oexle, também o põe em sintonia com a avaliação de Wolfgang Hadtwig que apesar de entender o Historicismo oitocentista como uma *Geschichtsreligion* (Religião da história) também enxerga a Crise como um momento de abalo positivo dessa crença e início de uma nova reformulação das bases racionais do conhecimento histórico (HARDTWIG, 1991, p. 8).

Para este segundo grupo de intelectuais, a Crise do Historicismo figura como elemento central na compreensão da constituição do moderno conhecimento histórico. Por acreditarem que a época em torno de fins do século dezenove e início do vinte representou um momento de profunda crítica no campo das ciências da cultura, quando a fragilidade da noção histórica oitocentista deu lugar a um tipo mais maduro de reflexão sobre a realidade, Oexle, Wittkau, Hardtwig e Iggers conferem centralidade e protagonismo à Crise do Historicismo em suas análises.

Desse modo, a literatura dos últimos quarenta anos que lidou com o Historicismo como uma ciência histórica (*Geschichtswissenschaft*) com a sua emergência no século dezenove alemão como disciplina profissional e com a Crise do Historicismo como fenômeno, tomou três direções diferentes no cenário intelectual alemão. Uma (Muhlack, Nipperdey) sustenta que o historicismo assim concebido continua a ser um modelo válido de pesquisa, entendendo a Crise como algo de importânciasecundária; uma segunda (Rüsen, Blanke, Jäger) reconhece as contribuições do historicismo à moderna ciência histórica, mas também reconhece seus limites, enxergando a Crise do Historicismo como um desafio superado pela base racional da matriz disciplinar histórica; uma terceira (Hardtwig, Oexle, Wittkau, Iggers) prova as pressuposições extra-científicas, políticas e filosóficas (até mesmo, teológicas) que comprometiam o discurso científico dos historiadores profissionais, entendendo a Crise como central para a formação de uma ciência histórica renovada e com compromisso de entendimento crítico da realidade (*Wirklichkeitswissenschaft*).

De forma bastante concisa, contudo, poderíamos sustentar que alguns pontos unem essas três percepções principais quanto à Crise do Historicismo enquanto fenômeno. Primeiramente, todos os intelectuais acima citados enxergam a Crise como um problema temporal e geograficamente localizado, ou seja, um fenômeno ocorrido no interior das ciências culturais europeias – ou simplesmente alemãs - em torno do fim do século dezenove e início do vinte. Em segundo lugar, é unânime entre eles afirmar que a Crise teria abalado – ou contribuído para fortalecer - uma noção de realidade enquanto objeto de pesquisa histórico, ou seja, a tese de que a Crise ameaçaria ou reforçaria uma disciplina pautada em uma realidade empírica acessível através de métodos e conceitos racionalmente fundamentados. Terceiro, a realização de abordagens que tratam dos impactos da Crise entre intelectuais ou

apenas para um grupo restrito da *Bildungsbürgertum* alemã. E por fim, a noção de que a Crise do Historicismo – e as soluções para ela propostas – deve estar circunscrita a determinadas fronteiras disciplinares, tanto à História acadêmica, quanto a outras disciplinas no campo das ciências da cultura.

Os *Historismus-streiten* alemães se encontram em grande medida associados às definições dos limites da disciplina histórica enquanto matriz disciplinar e ciência da realidade após décadas de embates a respeito do lugar do Historicismo em tal contexto. Portanto, grande parte dessas posições – com a sua tendência a definir de forma precisa os contornos da Crise - possui uma justificativa no interior do próprio significado que a disciplina história possuiu entre os alemães ao longo do século vinte.

Esse tipo de percepção teria grande influência sobre a forma de enxergar o Historicismo entre intelectuais das mais distintas vertentes e tradições na academia internacional. Entretanto, como revelado no debate entre Iggers e Frank Ankersmit⁴⁸⁸, algumas divergências fundamentais a respeito de interpretações sobre o Historicismo e a Crise do Historicismo começaram a surgir com maior intensidade em meados dos anos 1990. Essas continuidades e rupturas em relação ao debate germânico na historiografia norte-americana e europeia serão abordadas nas páginas seguintes.

O debate norte-americano

O problema do Historicismo, e mais especificamente, da Crise do Historicismo, emergiu enquanto problemática de pesquisa no cenário intelectual anglo-saxão na segunda metade do século vinte, principalmente a partir das contribuições – e traduções – realizadas por judeus alemães emigrados para os Estados Unidos, como Georg Iggers e Fritz Stern.

⁴⁸⁸Após a publicação do artigo *Historicism: an attempt at synthesis* de Frank Ankersmit na edição de 1995 da revista *History and Theory* (cuja interpretação sobre o Historicismo explicamos abaixo), Iggers apresentava suas divergências de ordem teórica e historiográfica em relação à ideia de Historicismo apresentada pelo autor holandês. Em suma, Iggers discorda da ênfase de Ankersmit no Historicismo enquanto fenômeno de percepção dos constituintes linguísticos da apreensão do passado, apostando, ao contrário, no caráter da ciência histórica enquanto disciplina preocupada com a realidade extra-discursiva. Nas palavras de Iggers "toda visão do passado é obviamente um constructo da linguagem se utilizando de metáforas, mas não um constructo arbitrário. Em última análise eu concordo com (Max) Weber que a história é uma *Wirklichkeitswissenschaft*, mas que a realidade é difícil de ser acessada e requer complexas estratégias metodológicas" (IGGERS, 1995, p.167).

Entretanto, salvo exceções – como o nome de Allan Megill, por exemplo – os últimos debates em torno do problema do Historicismo em língua inglesa ocorreram principalmente no campo da filosofia. Destacamos aqui – principalmente por se tratarem de trabalhos que lidam diretamente com a temática da “Crise” – as contribuições de Charles Bambach e de Megill e mais recentemente dos trabalhos de Frederick Beiser.

Bambach, no livro *Heidegger, Dilthey, and the Crisis of Historicism* (1995) realiza sua análise considerando os amplos contextos da "crise de legitimação" da filosofia na segunda metade do século dezanove e da crise cultural do mandarinato alemão pós-1890. O autor também evoca a noção de crise que aparece em recentes discussões do modernismo e do pós-modernismo. Mas certamente, a principal inovação de Bambach está em sua inclusão do nome do filósofo Martin Heidegger entre as suas referências para debater a Crise. Ao entender a história como algo com significado ontológico ou existencial, Heidegger partia, segundo Bambach, radicalmente do terreno da discussão da Crise do Historicismo (BAMBACH, 1995, p. 2).

Ao contrário de Iggers, que enxerga a Crise como tendo “marcando o fim da filosofia tradicional” quando soluções para problemas últimos passaram a ser negadas, Bambach percebe o problema em outros termos: ele tende a observar uma crise intelectual no interior da filosofia, que posteriormente se instaurou, ou de qualquer forma antecipou desenvolvimentos, em domínios amplos da alta cultura. Em outras palavras, Bambach está preocupado em analisar a Crise a partir do significado que ela possuiu para a perda de prestígio da disciplina filosófica em fins do século dezanove.

A crítica às posições de Bambach aparece de forma bastante contundente em uma resenha publicada pelo historiador Allan Megill, onde este afirma que o que realmente falta na abordagem de Bambach - e da de Iggers previamente - é o reconhecimento da extensão à qual a crise do historicismo possuía suas raízes na teologia e na religião, não na historiografia ou na filosofia (MEGILL, 1997, p. 427).

Para Megill, as conceituações de Bambach e Iggers prestam atenção a conexões reais no passado e jogam luz sobre questões teóricas reais, mas nenhuma das definições deixa suficientemente claro, por que, exatamente, houve uma "Crise" do

historicismo. Megill portanto, visa preencher essa lacuna ao destacar, sobretudo, as origens teológicas da Crise, apontando para os debates entre teólogos alemães de início do século dezenove sobre o caráter histórico da Bíblia e da vida de Cristo.

Em suma, para o autor, a Crise do Historicismo surgiu não simplesmente de um "auto-exame de consciência" ou de uma crise científica filosófica, mas mais precisamente como uma resposta, inicialmente no interior da esfera da crença religiosa, ao desafio imposto pela *Wissenschaft*, que ao longo do curso do século dezenove se tornou menos compatível do que havia estado para as demandas da fé (MEGILL, 1997, p. 428).

Uma contribuição mais recente para o campo dos debates anglo-saxões surgiu com a publicação dos trabalhos do filósofo Frederick Beiser. Sobretudo na obra *The GermanHistoricistTradition*(2011), Beiser trata de forma bastante ampla da noção de Historicismo como entendida, sobretudo, pela literatura de língua alemã. Muito preocupado em traduzir debates e em apresentar autores germânicos desconhecidos pelo público anglófilo, Beiser deixa a desejar no que diz respeito a um debate mais atualizado sobre a importância dos problemas suscitados pelo Historicismo.

Quanto à sua percepção sobre a "Crise do Historicismo", o filósofo nos traz uma interpretação onde a própria existência do fenômeno é relativizada. Por um de seus entendimentos da noção de Historicismo como "projeto pelo reconhecimento da história enquanto saber científico" (BEISER, 2011, p. 25), Beiser chega até mesmo a contestar a existência de uma crise, apontando em contrapartida para o sucesso do estabelecimento de uma visão histórica de mundo na sociedade ocidental contra quaisquer abalos sistêmicos causados pelo pensamento relativista de inícios do século vinte. Nas palavras do autor, na perspectiva do seu sucesso institucional, o historicismo não representou algo falho, mas um sim um sucesso absoluto "continuando a exercer uma influência enorme e continuando a viver em todos nós" (BEISER, 2011, p. 25).

Portanto, como revelado na análise dos trabalhos em questão, percebe-se que apesar de pautados em interesses e propostas particulares, o debate norteamericano ainda possui forte influência das discussões em língua alemã, sobretudo

no que diz respeito a um olhar centrado nos constituintes científicos, disciplinares e institucionais do problema historicista. Bambach, apesar de explorar a questão em termos bastante originais ao incluir a radicalidade da proposta de Heidegger e as origens do problema pós-moderno em sua análise, não consegue escapar de uma visão sobre a disciplina filosófica que acaba por restringir a sua abordagem em tal sentido. Megill, por sua vez, amplia a discussão para o âmbito da teologia e com isso aproxima-se bastante de algo já realizado por autores como Wolfgang Hardtwig com a noção de *Geschichtsreligion*. Beiser, por fim, parece também encerrar seus interesses sobre a Crise no limite do êxito institucional da *Weltanschauung* historicista, sem problematizar para além das fronteiras disciplinares do conhecimento histórico. Um distanciamento maior da interpretação germânica sobre o tema surgiria nos últimos anos a partir do círculo neerlandês em torno da figura de Frank Ankersmit.

O debate holandês

Paralelamente às discussões alemãs e anglo-saxãs, podemos observar nas duas últimas décadas o crescimento cada vez maior do interesse de intelectuais holandeses pela temática do Historicismo e de sua Crise. Nomes como Frank Ankersmit, Hermann Paul e Reinbert Krol têm buscado pensar o fenômeno em tela a partir de um novo viés e de uma nova interpretação que, ao contrário de boa parte dos representantes dos debates acima citados, propõe entender o problema sem limites disciplinares, temporais, institucionais ou mesmo geográficos específicos.

Frank Ankersmit, por exemplo, entende o Historicismo nos termos de Maurice Mandelbaum, como “a crença de que uma compreensão adequada da natureza de qualquer fenômeno e um acesso adequado ao seu valor podem ser obtidos se considerado em termos do lugar que ocupou e o papel que teve no interior de um processo de desenvolvimento” (MANDELBAUM *apud* ANKERSMIT, 1995, p. 143). Isso possibilita que o autor contribua para o debate sobre a gênese do Historicismo, ao mesmo tempo em que identifica os constituintes da visão de mundo historicista presentes também em debates contemporâneos.

Ankersmit nota que ao deterem o olhar sobre a mudança, e não mais sobre a substância (como a historiografia Iluminista fizera), os Historicistas inauguraram um

tipo de perspectiva diacrônica de mundo que se sustentava a partir de uma operação conceitual básica, capaz de prover sentido ao diacrônico e tornar coerentes as diferentes fases da evolução histórica. Apesar de não analisar se os Historicistas estavam ou não cientes do inconveniente dialético de seu pensamento - não tratando especificamente portanto do tema da "Crise" -, Ankersmit se debruça sobre o que denomina como o conceito mais frutífero já desenvolvido na história da teoria da história, qual seja, a noção de "Ideia histórica" (ANKERSMIT, 1995, p. 154).

A "Ideia Histórica" como desenvolvida por Humboldt e Ranke era a operação epistemológica básica que permitia ao historiador fornecer coerência à história considerando a importância de sua subjetividade no processo de recuperação do passado. A noção torna o Historicismo, segundo Ankersmit, tanto revolucionário quanto reacionário. Revolucionário por ter dado um passo para além do substancialismo iluminista, enxergando a mudança como passível de observação; e reacionário por ter estabelecido importância excessiva ao *res gestae* do passado, eliminando os elementos estéticos e retóricos da historiografia iluminista em nome do rigor e precisão científicos característicos da moderna ciência histórica.

Esse tipo de olhar é o que permite a Ankersmit estabelecer os elementos que unem o Historicismo ao Narrativismo do século vinte, como, por exemplo, a observação metafórica da realidade (com a utilização de objetos que fazem referências mútuas). O Narrativismo, como uma teoria histórica da substância narrativa é para Ankersmit um Historicismo livre de todas as suas referências metafísicas e dos últimos remanescentes do substancialismo iluminista que historiadores como Humboldt e Ranke ainda possuíam em sua noção de ideia histórica (ANKERSMIT, 1995, p. 154).

Para Ankersmit, a historiografia atual precisa repensar as implicações da noção historicista de mudança a incrementando quando isso se mostrar necessário do ponto de vista da filosofia contemporânea. Como como argumentado em sua obra *Narrative Logic* (1981), fazer isso envolveria remover a ideia histórica do domínio da realidade histórica em si, a situando no texto histórico. Em suma, Ankersmit propõe identificar aquilo que ainda era reacionário e metafísico no historicismo de modo agora a ser reconhecido como sendo parte da linguagem do historiador. O que não deveria ser feito, no entanto, em sua opinião seria abandonar a noção de Ideia Histórica simplesmente pela pouca ou insuficiente justificativa teórica que os

historicistas deram para ela. Uma noção da Ideia Histórica modernizada, segundo Ankersmit, é o primeiro e indispensável instrumento lógico para a compreensão da escrita da história.

A posição do historiador holandês é ainda melhor definida em sua tréplica às críticas feitas por Iggers à sua noção de Historicismo. Contra a opinião de Iggers – que o acusava de utilizar o Historicismo para poetizar a História em excesso –, Ankersmit argumenta a favor de sua posição anterior em torno da importância do Historicismo e de sua noção de “Ideia histórica” no processo de revelação dos mecanismos miméticos e imaginativos da tradição historicista. Em outras palavras, é justamente aquilo que Iggers aponta como falho, que Ankersmit enxerga como profícuo e vantajoso no Historicismo.

O interesse de Ankersmit pelo Historicismo e a sua atualização do assunto considerando debates teóricos da ordem do dia, inauguraria uma considerável expansão do tema entre historiadores holandeses, de modo que outros intelectuais mais jovens como, por exemplo, Herman Paul se debruçariam sobre o tópico e mais especificamente sobre uma nova conceituação da ideia de Crise do Historicismo.

Paul inicia sua reconceitualização ao afirmar que por criar narrativas munidas de noções de progresso e providência a historiografia do tipo “clássico” de historicismo do século dezanove não teria causado a Crise, mas sim, sido vítima da impossibilidade de justificativa lógica de tais narrativas - característica principal da Crise, nos termos de Paul. Em outras palavras, o autor classifica a Crise do Historicismo como um “colapso na crença” na possibilidade de se justificar narrativas baseadas nas noções de progresso e providência (PAUL, 2008, p. 67).

O historiador acrescenta ainda que apesar de ter vivido o seu clímax no período do entre-guerras, a Crise do Historicismo foi (e ainda é) experienciada em muitos outros tempos e lugares. Apresentando um elemento de não-simultaneidade (*Ungleichzeitigkeit*), a Crise representaria o conflito entre uma crescente consciência histórica e o desejo de ir além do individual e do particular para atingir o absoluto ou universal. O abandono da busca por universais ou a negação de que a mudança histórica possua qualquer efeito significativo sobre os valores humanos eliminaria a Crise. A Crise do Historicismo é portanto, nos termos de Paul, um problema

itinerante, ou um desafio que é enfrentado por muitos grupos em diferentes tempos e lugares (PAUL, 2009, p. 57). Além disso, o historiador se esforça no sentido de entender os impactos da Crise para além dos círculos acadêmicos, como um fenômeno de ampla repercussão social.

Essa reconceitualização da Crise é o que permite a Paul expandir o entendimento do conceito de modo que uma ampla gama de possibilidades de entendimento do fenômeno de um maior número “Crises do Historicismo” possa ser aberta. A compreensão do problema como um “colapso da crença” é o que permite ao autor analisar, por exemplo, os impactos de uma Crise do Historicismo no pensamento de Hayden White (PAUL, 2009), ou os efeitos da mesma sobre um grupo de trabalhadores fabris holandeses no início do século vinte (PAUL, 2010).

Finalmente, dando continuidade à linha de pensamento inaugurada por Ankersmit e Paul, Reinbert Krol, em sua tese sobre o tipo de Historicismo presente na obra de Friedrich Meinecke aponta para os elementos existentes no pensamento do historiador que o autorizavam a uma superação do relativismo cultural e da Crise do Historicismo. Krol tenta compreender os fundamentos de um tipo de filosofia da história panenteísta que permitia ao autor sobrelevar a ameaça relativista da Crise do Historicismo. Entendido no contexto mais amplo de sua produção, o trabalho de Krol representa um tipo de desenvolvimento ulterior da concepção de Ankersmit sobre a experiência histórica (sublime), sobretudo, se observarmos que o autor busca na reapropriação da visão de mundo goethiana feita por Meinecke, os elementos que o permitiriam pensar para “além do Historicismo”.

Em um outro sentido, os estudos de Krol sobre a relação entre Meinecke e a Crise podem representar um tipo de abordagem que tende a observar nos elementos linguísticos constituintes de determinada filosofia da história as estratégias extra ou supra-históricas de superação da própria *Weltanschauung* historicista com as suas noções de contexto e historicidade, buscando em tal sentido um tipo de perspectiva que possa transcender os limites da cultura e consciência histórica tradicionais em um olhar aberto a novas possibilidades de relação com o passado.

Deste modo, podemos inferir a partir de uma análise da problematização da Crise do Historicismo proposta pelo grupo de historiadores holandeses em questão, que os

mesmos contribuíram para uma expansão do debate, trazendo elementos teóricos capazes não apenas de alargar o entendimento do problema historicista, como também de produzir resultados mais satisfatórios quanto ao entendimento da Crise do Historicismo como um problema cultural latente. Assim, a proposta de Ankersmit, pelo entendimento do Historicismo como um fenômeno de tomada de consciência das noções de contexto, fluidez e historicidade em um processo linguístico subjetivo, se complementa pela ideia de Paul sobre o caráter plural e itinerante da “Crise do Historicismo”, entendida como um colapso da crença em narrativas redentoras e formadoras de identidades culturais. Por fim, a análise de Krol sobre os elementos de uma filosofia da história desejosos de uma superação do Historicismo, representa o atual nível dos debates entre os historiadores holandeses, que é justamente o de debater o problema do Historicismo de modo a não circunscrever a discussão aos limites de fronteiras disciplinares, temporais ou geográficas pré-estabelecidos.

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank R. **Narrative logic: a semantic analysis of the historian's language**. Groningen, 1981.

ANKERSMIT, Frank R. Historicism: an attempt at synthesis. **History and Theory**, p. 143-161, 1995.

ANKERSMIT, Frank R. Reply to Professor Iggers. **History and Theory**, p. 168-173, 1995.

ARAUJO, Valdeci Lopes. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

BAMBACH, Charles R. **Heidegger, Dilthey, and the crisis of historicism**. Cornell University Press, 1995.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**, volume II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BEISER, Frederick C. **The German historicist tradition**. Oxford University Press, 2011.

BLANKE, Horst Walter. Diskursgrenzendes Historismus. Die wissenschaftshistorischen Schriften Lamprechts und Breysigs unter neuer Paradigmenw echselder Historie. In: BLANKE, Horst Walter; RÜSEN, Jörn. **Von der Aufklärung zum Historismus**. Zum Strukturwandel des historischen Denkens, Paderborn ua, 1984.

HARDTWIG, Wolfgang. Die Krise des Geschichtsbewußtseins in Kaiserreich und Weimarer Republik und der Aufstieg des Nationalsozialismus. **Jahrbuch des Historischen Kollegs**, p. 47-75, 2001.

IGGERS, Georg G. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herderto the Present**, rev. ed. Middletown, Conn, v. 3, 1983.

IGGERS, Georg G. Historicism: the history and meaning of the term. **Journal of the History of Ideas**, p. 129-152, 1995.

IGGERS, Georg. Commentson F. R. Ankersmit's Paper, "Historicism: An Attempt at Synthesis". **History and Theory**, Vol. 34, No. 3, pp. 162-167, 1995.

JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. **Geschichte des Historismus: eine Einführung**. CH Beck, 1992.

KROL, Reinbert Arnout. **Het geweten van Duitsland: Friedrich Meinecke als pleitbezorger van het Duitse historisme**. Diss. University of Groningen, 2013.

KROL, Reibert. **Friedrich Meinecke's historicism: an attempt to go 'Beyond Historicism'?**, 2007. Disponível em <http://www.rug.nl/research/icog/research/dissertaties/summaries_20062007/krol?lang=en>. Acesso em 18: de abril de 2015.

MALERBA, J. (Org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. 1. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro:

EdiPucrs/Editora FGV, 2013.

MARTINS, E. C. R. (Org.) ; ASSIS, A. A. O. (Org.) ; SILVA, L. S. D. (Org.) ; LEITE, R. L. (Org.) ; CALDAS, P. S. P. (Org.) ; ARAUJO, Valdei (Org.) ; MATA, Sérgio da (Org.) ; FERNANDES, Cássio S. (Org.) ; SCHEIDT, Deborah (Org.) . **A História pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEGILL, Allan. "Why was there a crisis of historicism?" **History and Theory**, 36.3, 416-429, 1997.

MUHLACK, Ulrich. **Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung**. Beck, v. 1, 1991.

NIPPERDEY, Thomas. Historismus und Historismuskritik heute. **Die Funktion der Geschichte in unserer Zeit**, hrsg. v. E. Jäckel u. E. Weymar, Stuttgart, p. 82-95, 1975.

OEXLE, Otto Gerhard. **Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus: Studien zu Problemgeschichte n der Moderne**. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996.

OEXLE, Otto Gerhard (Ed.). **Krise des Historismus, Krise der Wirklichkeit: Wissenschaft, Kunst und Literatur 1880-1932**. Vandenhoeck & Ruprecht, 2007.

PAUL, Herman. Tudo está estremecido: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise? **Faces da história**, Assis-SP, v.1, nº2, p. 73-80, jul.-dez., 2014.

PAUL, Herman J. A collapse of trust: Reconceptualizing the crisis of historicism. **Journal of the Philosophy of History**, v. 2, n. 1, p. 63-82, 2008.

PAUL, Herman. "Hayden White and the Crisis of Historicism." In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

PAUL, Herman. Who suffered from the Crisis of Historicism? A Dutch example. **History and Theory**, 49, 169-193, 2010.

REIS, J. C. . O Historicismo, a Redescoberta da História. **Locus** (Juiz de Fora), UFJF - Juiz de Fora, v. 8, n.1, p. 9-28, 2002.

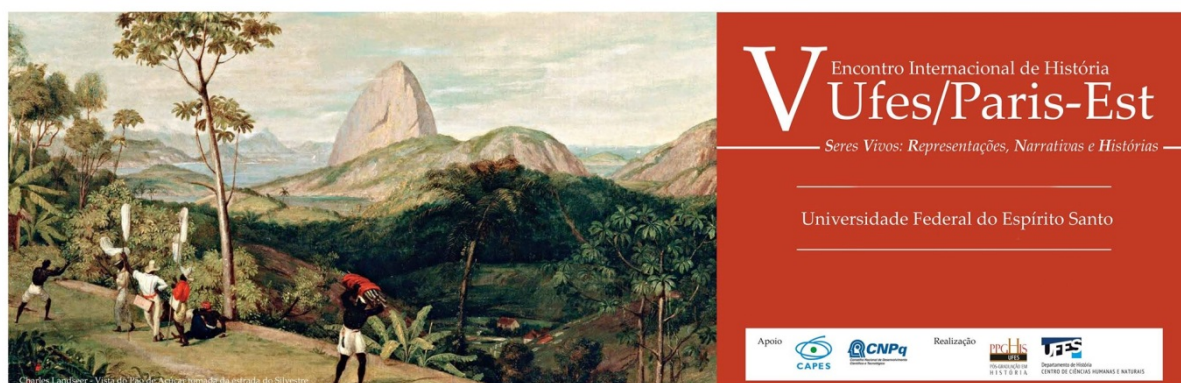
REIS, J. C. . **História & Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. **História da Historiografia**, n. 6, p. 42-63, 2011.

TROELTSCH, Ernst. Die KrisisdesHistorismus. **Die neue Rundschau**, v. 33, n. 1922, p. 572-90, 1922.

VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena M.; MATA, Sérgio R. da; ARAÚJO, Valdeci L. de. (Org.). **A dinâmica do Historicismo**. Revisitando a historiografia moderna. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2008

WITTKAU, Annette. **Historismus**: zurGeschichtedesBegriffsunddesProblems. Vandenhoeck&Ruprecht, 1992.



GILBERTO FREYRE E WALTER PATER: SINESTESIA, SAGRADO E APAZIGUAMENTO DO PATHOS EM *CASA-GRANDE & SENZALA*

Marcia Barros Ferreira Rodrigues
Pós-Doutora em Ciência Política – UFES

Claudio Marcio Coelho⁴⁸⁹
Mestre em História – UFES

RESUMO: Nesta comunicação discutiremos a repercussão da pequena narrativa literária *The Child in the House* (1878), do escritor inglês Walter Pater, na formação intelectual de Gilberto Freyre, no período que se inicia com seus estudos universitários nos Estados Unidos, em 1918, até a publicação de sua obra-mestra *Casa-Grande & Senzala*, em 1933. A partir do conceito de “circularidade das ideias” de Mikhail Bakhtin e a concepção de “apetite pelo sagrado” do cientista político Gisálio Cerqueira Filho (UFF) discutiremos como a dimensão do sagrado circulou entre as obras de Walter Pater e Gilberto Freyre, e foi apropriada pelo pensador brasileiro, orientando a construção de sua narrativa histórica, bem como sua predileção por temáticas como a memória sinestésica (sabores, cheiros, sentidos) e o sagrado.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Narrativa histórica; Memória sinestésica; Sagrado.

ABSTRACT: In this communication we discuss the impact of small literary narrative *The Child in the House* (1878), the English writer Walter Pater, in the intellectual formation of Gilberto Freyre, in the period beginning with his university studies in the United States in 1918, until the publication its showpiece *Casa-Grande & Senzala*, in 1933. Based on the concept of “circularity of ideas” of Mikhail Bakhtin and the design

⁴⁸⁹ Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Este trabalho é fruto de estudos realizados no doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação da Prof^a Dr^a Marcia Barros Ferreira Rodrigues.

of “appetite for the sacred” political scientist Gisálio Cerqueira Filho (UFF), will discuss how the size the sacred circulated among the works of Walter Pater and Gilberto Freyre, and was appropriated by the Brazilian thinker, guiding the construction of its historical narrative, and the predilection for themes such as kinesthetic memory (tastes, smells, senses) and the sacred.

Keywords: Gilberto Freyre; Historical narrative; Kinesthetic memory; Sacred.

Introdução

Nesta comunicação propomos discutir algumas possibilidades metodológicas para o estudo das ideias políticas, tendo como base teórica o processo de circulação de ideias (Ginzburg, 1989) e de apropriação cultural (Neder, 2009) a partir da narrativa histórica e do pensamento político de Gilberto Freyre. Tomamos como dimensão empírica o conto *The Child in the House* (1878), do escritor inglês Walter Pater e sua repercussão intelectual na dissertação de mestrado *Vida social no Brasil nos meados do século XIX* (1922) e na obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. A conjuntura histórica que analisaremos corresponde ao período entre 1918 e 1933, ou seja, de sua viagem para realizar estudos universitários nos Estados Unidos até a publicação de sua obra germinal supracitada.

G.Freyre sentia-se seduzido pela Inglaterra desde a infância e a adolescência. Admirava a língua, a história, a cultura, o humor, o comportamento, a flama e a excentricidade inglesa. Uma fascinação gestada no ambiente anglófilo do *Colégio Americano Batista* e pela influência de seu pai Alfredo Freyre (admirador da cultura anglo-saxônica e dos escritores ingleses), bem como dos missionários batistas, principalmente de seu “querido” professor Mr. Willians. Também frequentou a *Primeira Igreja Batista* do Recife e participou ativamente de suas atividades na Escola Dominical, nos cultos e na pregação do evangelho em bairros operários, entre doentes e moribundos, para os quais lia trechos do Velho e do Novo Testamento e proferia as boas novas da palavra de Deus (Siepierski, 2002; Martins, 2011).

O jovem Freyre viajou para os Estados Unidos em 21 de abril de 1918. Planejava estudar na *Universidade de Baylor*, na cidade de Waco, Texas. Aluno egresso do *Colégio Americano Batista* do Recife, onde se destacara por suas realizações, brilho

e erudição, Gilberto foi auxiliado pelos missionários do colégio. O colégio preparou os papéis e documentos com créditos que credenciavam seu aluno promissor para estudar em universidades renomadas nos EUA, mas Gilberto preferiu Baylor: uma universidade “terrivelmente provinciana”, mas, por outro lado, um centro de excelência de estudo com orientação batista (Freyre, 1975, p.30). Se não fosse a Primeira Guerra Mundial talvez tivesse escolhido estudar em universidade européia: Oxford seria a provável escolha, considerando a fascinação do estudante pernambucano pela cultura inglesa. Mas esta hipótese não coaduna com as decisões e projetos idealizados pela família Freyre, pelos missionários batistas e pelo jovem recém batizado. Gilberto desejava ser missionário num futuro próximo. Estudar em Baylor representava o aprofundamento do projeto religioso iniciado na adolescência (Larreta e Giucci, 2007).

G.Freyre admirava as formas plásticas e clássicas da arquitetura antiga de igrejas e monumentos históricos. Logo que chegou aos EUA, visitou Orlando Falcão, seu amigo de colégio e irmão de fé, em Louisville, uma antiga cidade industrial situada à margem do Ohio. Reparou de imediato, que suas casas assemelhavam-se a enormes caixas de papelão, como as de Nova York. Somente os edifícios públicos como os Correios, a Biblioteca Carnegie e as “belíssimas” Igrejas contrastavam com a monotonia da rude arquitetura industrial da cidade.

O protestantismo americano, parece que para fazer concorrência ao catolicismo faustoso, está levantando seus templos com arte e refinamento de gosto. O Catolicismo trouxe aos Estados Unidos com a sua expansão – devida aos imigrantes europeus, em grande parte – o gosto pela fina arquitetura eclesiástica que povoou de rendilhadas catedrais góticas a Europa medieval. (FREYRE, 1979, p.39).

Representou o Brasil no *VIII Congresso Internacional de Estudantes*, realizado em Des Moines, Iowa, entre 29 de dezembro de 1929 e 04 de janeiro de 1930. Novamente registrou seu apreço pelos traços arquitetônicos das antigas edificações da cidade. E dentre estas, admirou-se das “igrejas francamente belas” de Des Moines. E concluiu: “Que seria das cidades americanas se lhe arrancassem suas igrejas?” (Freyre, 1975, p.71).

Em *Baylor University*, de 1918 a 1920, o jovem G.Freyre realizou estudos em *Artes Liberais* e especializou-se em *Ciências Políticas e Sociais*. Como aluno de Joseph Armstrong – um professor apaixonante, dinâmico e entusiasmado com o

conhecimento e com a literatura inglesa – sentiu-se ainda mais cativado pelas possibilidades de estudos sobre o ensaísmo. Dentre as vinte e duas disciplinas que cursou em Baylor, nove pertenciam ao Departamento de Língua e Literatura Inglesa, dirigido pelo Dr. Armstrong, que ministrava cursos sobre Dante, Renascimento italiano, Shakespeare, Goethe, literatura vitoriana, poesia e drama contemporâneo, obras primas da literatura, composição e retórica. Neste último curso, obrigatório para alunos iniciantes, o jovem Freyre manteve contato com ensaístas britânicos que marcariam para sempre sua trajetória intelectual e repercutiriam afetivamente em suas escolhas, hesitações, projetos e livros publicados. Assim, retomou leituras de Bacon e Milton; iniciação em Dryden, Browne, De Quincey, Steele, Addison, Johnson, Hazlitt, Defoe, Savage, Landor, Huxley, Trakeray, Newman, Bennett, Hearn, G. K. Chesterton e Walter Pater. Também desenvolveu estudo sistemático de autores outrora conhecidos, de leituras mais aventurosas que dirigidas como Swift, Lamb, Carlyle, Ruskin, Macaulay. Sentia-se seduzido pela literatura de ficção, uma literatura psicológica, bem como pela poesia psicológica e filosófica de Chaucer a Browning, passando por Shakespeare (Pallares-Burke, 2005; Larreta e Giucci, 2007).

É um curso que vem abrindo novas e largas visões do Homem, da sociedade, da História. Sem o ensaio (...) estaríamos muito pobres com relação a problemas básicos do Homem e da Sociedade que a ciência dos Comte, dos Spencer e dos Tylor não parece capaz de esclarecer só por caminhos e por métodos científicos. (...). Isto porque o problema da existência sendo diferente para cada homem, é também, em muitos pontos, o mesmo para todos os homens e, portanto, suscetível de estudo científico (sociológico, biológico, psicológico, etc.). Ao mesmo tempo, um interesse poético, inspira ou informa esse estudo, porque não há problema de existência que não seja para o homem um problema de conflito da sua vontade ou de sua pessoa com a Natureza e com a Sociedade. Daí poder dizer-se que, em essência, a História, a Antropologia e, paradoxalmente, a própria Sociologia, não é senão a reunião de inúmeras biografias. Pelo menos não deveria a História ser senão isto: a essência de inúmeras biografias. (FREYRE, 1975, p.27).

O professor Joseph Armstrong ensinou-lhe particularidades e possibilidades de aplicação do ensaio: um gênero que se define simultaneamente como pessoal, claro, explícito, despretensioso, agradável, um tanto meditativo e coloquial.

Freyre reconheceu o ensaio como “gênero nobre”, e identificou algumas chaves que desejava como futuro escritor: o ensaísta rompe com o pedantismo, erudição vazia e discursos ruidosos; busca na conjugação de bom senso, poesia e filosofia a análise dos problemas básicos do homem e da sociedade; revela a expressão do humano e do social num tom de conversa, realismo e intimidade. (COELHO, 2007, p.66).

Dentre os diversos autores estudados pelo jovem Freyre nos cursos ministrados pelo professor Armstrong, dois ensaístas ingleses repercutiram decisivamente em suas escolhas teóricas, preferências temáticas e amadurecimento afetivo-intelectual. São eles: Walter H. Pater e G. K. Chesterton. Escritores que reforçaram a atração de G.Freyre por sentimentos religiosos pujantes, outrora despertados em sua infância e, principalmente, durante a adolescência protestante-batista no Recife. Sentimentos que repercutiriam para sempre no estudante latinoamericano e no intelectual que se tornaria.

A narrativa literária de Walter Pater em *The Child in the House* (1878)

Walter Horatio Pater (1839-1894) foi um ensaísta inglês requintado e erudito, escritor de ficção, crítico literário e de arte. Discípulo de John Ruskin, personalidade inquieta, nostálgico, seus princípios estéticos foram desenvolvidos por Oscar Wilde e George Moore. Os conceitos enunciados em sua obra foram transmitidos ao século XX pelo esforço de William Butler Yeats. W.Pater era um brilhante esteticista. Sua estética aproximou-se da anamnese de Platão, mas divergiu do filósofo grego no tocante à ética. Sua fome de sensações sempre novas revelou-se na identificação íntima com o pensamento de Heráclito. Também destacou-se pelo ecletismo intelectual em crítica literária e escritos filosóficos. Escreveu obras importantes como *Studies in the history of the Renaissance* (1873), *Marius the Epicurean* (1885), *Imaginary portrait* (1887), *Appreciations with an essay on style* (1889) e *Plato and platonism* (1893).

O conto *The Child in the House* só foi publicado como livro em 1894, o ano da morte de Walter Pater, pela editora privada do Rev. Henry Daniel, em Oxford. Para nosso trabalho utilizaremos a edição da Série Vest Pocket, publicada em 1909, nos Estados Unidos. Esta edição é uma reprodução da 14ª edição americana, impressa em 1908, pela Série Brocade.

Toda a narrativa do conto realiza-se em torno do personagem Florian Deleal. Inicia-se com um encontro casual, seguido de uma ação de boa vontade e de uma recompensa singela, recebida por Florian em virtude de sua piedade.

Caminhava F.Deleal em uma tarde quente, quando ultrapassou um velhinho à beira da estrada. Sentiu-se consternado com o cansaço do velhinho e decidiu ajudá-lo com a carga que carregava. Ao ouvir do homem sua história, algo de muito especial

chamou sua atenção, quando este citou o pequeno lugar onde Florian viveu sua infância e para o qual nunca mais retornou. Na noite daquele mesmo dia foi recompensado por sua boa ação, pois sonhou com o lugar, especialmente com a casa, onde viveu quando criança. O sonho realizou em Florian um “trabalho de mais fina memória”, pois em sua experiência onírica vislumbrou:

O verdadeiro aspecto do lugar, especialmente da casa onde ele viveu quando criança, o estilo das suas portas, suaslareiras, suas janelas, seu próprio perfume o acompanhou em seu sono durante uma temporada; apenas, com matizes mais musicalmente misturadas na parede e no chão, e alguma luz mais fina e sombra entrando e saindo ao longo de suas curvas e ângulos, e com todas as suas pequenas esculturas graciosas. (PATER, 1909, p.3-4).

Acordou... Suspirou com lembranças de quase trinta anos. Vibrou de prazer. Sorriu. Decidiu iniciar um projeto outrora imaginado: observar alguns pormenores na história de seu espírito, em sua jornada mental. Começou a pensar de si mesmo a partir da velha casa. Ocorreu-lhe uma *sucessão de suaves lembranças*:

Naquela casa meio-espiritualizada ele podia ver o melhor, mais uma vez, a gradual expansão da alma, que tinha vindo a ser, lá – e que de fato, por meio da lei que torna os objetos materiais em torno deles um elemento tão grande nas vidas das crianças... (*ibidem*, p.5).

Florian recordou traços da velha casa e espaços que compõe seus lugares de memória. Espaços atravessados por afetos e sinestesia. Quase nada escapou de sua memória afetiva: “tudo isso atuava na sua fantasia infantil” (*ibidem*, p.10). Mas que fantasia? O sonho um pouco acima de si mesmo e o esquecimento da contradição. Assim, a *mais doce e tenra de todas as fantasias* de Florian transfigurou-se em *desejo intenso pelo passado sem máculas*.

A sensibilidade sinestésica de Florian proporcionou-lhe recordações poéticas sobre o perfume da casa, do jardim, das flores, das frutas, o zumbido das abelhas, o frescor, o frio, o calor, a escuridão:

Assim, a criança (...) continuou a viver lá calmamente; (...) enquanto ele se sentava diariamente perto da janela onde havia uma gaiola pendurada logo abaixo dela, e sua mãe lhe ensinou a ler, e pensava na facilidade com que aprendeu e na velocidade da sua memória. O perfume das pequenas flores do pé de lima cobriram o ar como a chuva; enquanto o tempo parecia se mover lentamente ao som do zumbido das abelhas, até que quase parou nas tardes de junho. (*ibidem*, p.11).

Também, como sentiu essa pressão do mundo sensível sobre ele, em seguida, como ocorria muitas vezes depois, aliviria um outro tipo de questionamento curioso como as últimas impressões de olhos e ouvidos

poderiam ocorrer com ele, como elas o encontrariam – o perfume da última flor, o amarelo suave da última manhã, o último reconhecimento de alguns objetos de afeição, mão ou voz; não poderia ser senão aquele último olhar dos olhos, antes do fechamento final, seria estranhamento vívido; alguém ficaria com as lágrimas quentes, o grito, o toque do espectador melancólico, profundamente impressionado! Ou seria talvez uma mera frágil retirada de todas as coisas, grandes ou pequenas, para longe de alguém, para uma distância igual? Pois com esse desejo de beleza física misturou-se o medo prematuro da morte – o medo da morte intensificado pelo desejo de beleza. (*ibidem*, p.31-2).

Sua memória sinestésica capturou pormenores que aguçaram sentidos poéticos e despertaram a saudade da tradição. Os doces sentidos transportaram seus sentimentos para a *contemplação* e para o *religare* que desejava. Assim, ocorreu-lhe uma relação simbiótica entre casa, religião, paixão e medo da morte. Nas linhas poeticamente concebidas, vislumbramos um menino sensível às impressões belas. Florian estava tomado pelo *desejo de beleza*.

Florian amava a pureza e as formas religiosas. Outrossim, também amava as imagens nos livros religiosos, a representação do anjo lutador que agarrou Jacó, os sinos e as romãs presas nas vestes de Aaron. Este *amor da criança pelas formas externas de religião* e o *apetite do coração pela pureza* (tomismo) são sintomas de seu *desejo de redenção*, para suavizar os sofrimentos e dignificar a vida. Concebia a religião como uma história sagrada e ainda mais como:

(...) um ideal sagrado, uma versão transcendente ou representação, sob uma luz e sombra mais intensa e expressiva da vida humana e de seus acontecimentos familiares ou excepcionais, nascimento, morte, casamento, juventude, idade, lágrimas, alegria, descanso, dormir, despertar – um espelho em relação ao qual os homens podem afastar os seus olhos da vaidade e tédio e ver-se neles como anjos... (*ibidem*, p.38).

Na adolescência W.Pater desligou-se da Igreja Anglicana e desistiu de seus intentos de tornar-se ministro religioso. Sua absorção das ideias evolucionistas de Darwin e do racionalismo de outros pensadores geralmente é interpretada como uma perda de fé.

Este distanciamento, para muito além da mera expressão de qualquer significado de perda de fé, ou mesmo da elevação do racionalismo como novo paradigma iluminista, seria indicativo da constituição de um “novo lugar” para o domínio das idéias religiosas. Tal lugar seria constituído, assim como para o personagem Florian, não mais diretamente pela razão ou pela fé, mas pelo prazer sensitivo e extasiado das luzes da igreja, dos dias contemplativos, “*all that belonged to the comely order of the sanctuary*”. (CERQUEIRA FILHO e CERQUEIRA, 2008, p.2).

A religião retornou nas franjas do discurso literário de W.Pater. Em sua narrativa

ficcional tudo (ou quase tudo) está impregnado de sentimento religioso, de sacralidade, de religiosidade extasiante. A velha casa de sua infância, na qual recordou-se dos momentos de ternura, fantasias, descobertas, medos e alegrias, está impregnada de um encanto secreto e melancólico, como manifestação de uma saudade interminável. Há no conto um sentimento forte de casa, que atravessa o personagem Florian, mas que também atravessa a todos nós. A casa fantasiada por Pater é lugar sagrado, espaço de sacralização da vida, do mundo, das relações sociais, um santuário onde se pode descansar das amarguras e sofrimentos que a vida nos impõe. Nela, o divino e o sagrado deslizam para a relação sensível com a vida material, com as coisas. Porém, a casa naturalizada pela memória infantil de Florian também tornou-se lugar de sujeição.

A sensibilidade sinestésica de Florian Deleal manifestou-se como sensibilidade romântica. Neste sentido, o prazer sensitivo pelos cheiros, sons, cores e texturas assumiu a aura de contemplação, reverência e sacralidade: a “contemplação estupefante”. Ocorreu-lhe a sacralização dos sentidos, os sentidos tornaram-se inebriados. Esta sinestesia provocou extasia pelo belo sacralizado: o *desejo de beleza* amalgamado com o *desejo de redenção* do sofrimento, da contradição. Os efeitos políticos do amor de Florian pelas formas religiosas foram: a fantasia extasiante de um passado sem máculas, o esquecimento do pathos violento nas relações históricas e a defesa do conservadorismo romântico das ideias e das relações políticas. O “encantamento do êxtase” transformou-se em “passividade anestésica”. (*ibidem*, p.6).

A repercussão da literatura de Walter Pater no pensamento de Gilberto Freyre, na década de 1920 e 1930

Partimos do pressuposto de que a intencionalidade de G.Freyre ao apropriar-se do sentimento religioso pela via do sagrado, presente no conto de Walter Pater, pode ser identificada em fragmentos de sua dissertação de mestrado *Vida social no Brasil nos meados do século XIX* e de sua obra-mestra *Casa-Grande & Senzala*. Neste sentido, destacaremos alguns trechos destas obras, através dos quais poderemos analisar a memória sinestésica e o sagrado na narrativa freyreana.

Gilberto Freyre chegou à Nova Iorque em janeiro de 1921. A maior metrópole

americana, cidade cosmopolita e marcadamente rica por seu ambiente intelectual, científico, cultural contrastava muitíssimo com a provinciana Waco, no Texas. A diversidade de ambientes, estudos, conferências, pesquisas, contatos com alunos e professores estrangeiros, paisagens díspares, atrações em arte e cultura, museus e bibliotecas favoreciam o aprendizado e a interlocução com grandes nomes da literatura e das ciências humanas e sociais: intelectuais como o antropólogo Franz Boas, o filósofo John Dewey, os historiadores William Shepherd, Alfred Zimmern, Carlton Hayes, Clarence Haring, Fox e Kendrick, o sociólogo Franklin Giddings, o economista Seligman, o professor de direito John B. Moore (Meneses, 1944).

Era um frequentador assíduo de bibliotecas, acervos documentais, monumentos históricos, museus, teatros, igrejas. Interessante constatar que em quase todos os registros de suas viagens por cidades americanas – também na Europa e Brasil – sempre dedicou uma parcela importante de seu tempo aos passeios extasiantes por Capelas e Igrejas locais. Apreciava os detalhes arquitetônicos, as formas e as representações do sagrado nas Igrejas mais antigas. Estava tomado pelo *amor as formas externas da religião*, por uma *fome pelo sagrado* e pelo *desejo de beleza*: era como se *Deus estivesse na beleza*, assim como aprendera com a estética de W.Pater.

Realizou vasta pesquisa sobre a formação do Brasil e da América Latina em bibliotecas de New York e na cidade de Washington. Assim, concluiu seus estudos de pós-graduação em 1922 e apresentou sua tese de mestrado *Social life in Brazil in the middle of the 19th Century*: um ensaio histórico-sociológico declaradamente comprometido com a visão positiva do passado brasileiro, no qual desejava participar do projeto político-intelectual de construção da identidade nacional.

G.Freyre registrou no prefácio à edição inglesa de sua dissertação a importância de seu contato com o ensaísmo de Walter Pater. Citou a forma como o escritor inglês estudava a história: “para saber como vivia o povo, que trajos usava, que aparência tinha”. Neste mesmo sentido, Freyre desejava “saber” como fora a vida do brasileiro nos meados do século XIX (Freyre, 1964, p.69).

Para realizar seu propósito decidiu que deveria apropriar-se de historiadores-sociólogos “magistrais” e “notáveis” como Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu,

Oliveira Lima. Utilizou fontes inovadoras para a época como daguerreótipos, litogravuras, livros de viagem, diários, jornais e revistas: material pesquisado, em grande parte, na *Coleção Hispano-Americana* de Oliveira Lima, doada para a *Universidade Católica* e na *Biblioteca do Congresso Americano* em Washington D.C., na *Biblioteca Pública* e na *Biblioteca da Columbia University*, ambas em New York.

No trecho que selecionamos e que citamos a seguir, podemos surpreender o *menino* de G.Freyre inspirando e orientando sua narrativa histórica, assim como a *criança* de W.Pater, Florian Deleal, orientou sua narrativa literária:

A preparação deste ensaio começou, de certo modo, inconscientemente, quando, ainda menino, costumava (...) fazer perguntas à avó materna – Dona Francisca Barradas da Cunha Teixeira de Mello – sobre os “bons tempos antigos”. Na família ela era a única pessoa que admitia, então, que os tempos antigos tinham sido bons. Todos os outros pareciam se “futuristas” ou “pós-impressionistas” de uma ou outra espécie.

Ouviu (...) quando menino, relatos sobre o passado íntimo da sua gente, de outras pessoas, então de idade tão avançada que algumas, embora de todo lúcidas, já falavam com voz tremida e, quando andavam, já arrastavam tristonhamente os pés, como Dona Maria Rabelo de Oliveira. Também a Viúva Augusto de Carvalho. O próprio Augusto Ferreira de Carvalho (...). De velhos menos ilustres ouviu (...) na meninice muitas estórias e alguma história – estórias de fadas, de princesas e de bichos e história da gente brasileira. Impossível deixar de referir-se à preta velha Felicidade (Dadade), antiga escrava da família Cunha Teixeira... (FREYRE, 1964, p.69-70).

A obra-mestra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, foi publicada em 1933. Constitui, juntamente com *Evolução Política do Brasil* (1934), de Caio Prado Jr e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, um grande esforço ensaístico e interpretativo sobre a formação do Brasil. Nela, Freyre considerou a casa como um *santuário de sentimentos religiosos* que atravessam a vida de seus moradores em todas as instâncias, assim como W.Pater pensou a casa em seu conto:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala. (...) Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos. (FREYRE, 1995, p.lxv).

Em *A Decadência do Ocidente*, 1918-1922, Oswald Spengler demonstrou que a casa é uma força cósmica e misteriosa que atua na coesão dos que convivem estritamente juntos. Spengler considerou as “culturas como sujeitos, e não como objetos, do acontecer histórico.” (Freyre, 1968, p.183). Semelhantemente, G.Freyre considerou a casa-grande colonial brasileira um centro de coesão patriarcal, religiosa, econômica, política, cultural e afetiva. Sua apreciação dos traços característicos da arquitetura das casas-grandes coloniais revelou-lhe detalhes da vida social no início da colonização portuguesa nos trópicos. A arquitetura da casa-grande de engenho expressava a estrutura das relações afetivas e sociais no período que Freyre gostava de chamar de a infância do Brasil.

Na casa encontramos indícios da vida afetiva e material do Brasil colonial. Estes, por sua vez, denunciam a memória da vida religiosa, dos cheiros, sabores, cores, sexualidades, corpos, sentimentos, crenças, rituais da vida cotidiana. Ao sacralizar a casa, a comida e suas vivências, G.Freyre provocou nos brasileiros um efeito duplo em relação ao sagrado: *contentamento* e *apaziguamento*. Vejamos um exemplo:

A culinária portuguesa, tanto quanto o hagiológico, recorda nos velhos nomes de quitutes e gulodices, nas formas e ornamentos meio fálicos de bolos e doces, na condimentação picante, como que afrodisíaca, dos guisados, cozidos e molhos, a vibração erótica, a tensão procriadora que Portugal precisou de manter na sua época intensa de imperialismo colonizador. Na culinária colonial brasileira surpreendem-se estímulos ao amor e à fecundidade. Mesmo nos nomes de doces e bolos de convento, fabricados por mãos seráficas, de freiras, sente-se às vezes a intenção afrodisíaca, o toque fescenino a confundir-se com o místico: suspiros-de-freira, toucinho-do-céu, barriga-de-freira, manjar-do-céu, papos-de-anjo. Eram os bolos e doces porque suspiravam os freiráticos a portaria dos conventos. Não podendo entregar-se em carne a todos os seus adoradores, muitas freiras davam-se a eles nos bolos e caramelos. Estes adquiriam uma espécie de simbolismo sexual. Afrânio Peixoto observa num dos seus romances de costumes brasileiros: "não foram outros como nós, gozadores, que lhes demos [aos bolos e doces da sobremesa patriarcal] tais apelidos, mas as suas autoras, as respeitáveis abadessas e freiras dos conventos Portugueses nos quais a ocupação, mais do que o serviço divino, era a fábrica dessas iguarias". Isto depois de recordar os nomes, alguns bem fesceninos, da guloseima luso-brasileira: beijinhos, desmamados, levanta-velho, língua-de-moça, casadinhos, mimos-de-amor. Não há quem não possa acrescentar a lista outros nomes, igualmente sugestivos, de bolos e gulodices. E é curioso o fato de chamar-se "dinheiro para comprar bolo" o que dão certos pais brasileiros aos filhos rapazes, em idade, segundo eles, de "conhecer mulher". De conhecer outro bolo, sem ser o de goma ou de milho. Sabe-se, aliás, da íntima relação entre a libido e os prazeres do paladar. (FREYRE, 1995, p.250).

Considerações finais

A guisa de conclusão, os fragmentos selecionados nesta comunicação, nos quais destacamos a *criança*, a *casa* e a *memória sinestésica*, revelam a apropriação gilbertiana do conto de Walter Pater pela via do sagrado, cujo efeito ideológico provoca a contemplação religiosa do belo, dos sabores, gostos, cheiros e sentidos em conciliação, esvaziando a contradição. Interessante constatar que a *memória sinestésica* da culinária portuguesa apazigua a contradição do processo de colonização expresso na luta e conflitos religiosos presentes entre a Casa Grande e a Igreja, especificamente, representada pelo jesuitismo no seu embate com o Senhor de Engenho e seu *pater* poder.

A ambiguidade de sua narrativa ora estimula o apetite sexual ora o apetite pelo sagrado. A dialética da conciliação freyreana consiste em amalgamar o sagrado e o profano, erotizar e sacralizar as relações sociais, descrever a violência e acentuar a confraternização entre senhores e escravos. Produz um apaziguamento bem ao gosto do equilíbrio de antagonismos, tão apreciado pelo mestre de Apipucos. Também provoca o encobrimento do *pathos violento*: o sofrimento – decorrente do autoritarismo e da violência dos senhores de engenho no Brasil colonial – fica “encoberto” pela aura sagrada, religiosa, contemplativa.

Por fim, nossa interpretação da narrativa de Gilberto Freyre, a partir da repercussão da obra de Walter Pater, oferece-nos uma janela para “olhar” o Brasil e os brasileiros em perspectiva temporal, política e pela circularidade de ideias.

Referências

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e CERQUEIRA, Marcelo N. **Apetite pelo sagrado**. III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental. UFF. Niterói, Rio de Janeiro. 2008.

COELHO, Claudio M. **Gilberto Freyre**: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. PPGHIS, UFES, Vitória. 2007.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Tradução do original inglês, revista pelo autor, por Waldemar Valente. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; MEC. 1964. [original, 1922].

_____. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Ed. da UNB. 1968.

_____. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930. Rio de Janeiro: José Olympio. 1975.

_____. **Tempo de aprendiz**: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor, 1918-1926. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL. 1979.

_____. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. [original, 1933].

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras. 1989. pp.143-179.

LARRETA, Enrique Rodríguez e GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre**: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MARTINS, Mario R. **Gilberto Freyre**. O ex-protestante: uma contribuição biográfica. 2ª edição. Goiânia: Kelps. 2011.

MENESES, Diogo de M. **Gilberto Freyre**: notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas. N.2. Série A. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: CEB. 1944.

NEDER, Gizlene e SILVA, Ana Paula B. R. da. Intelectuais, circulação de idéias e apropriação cultural: anotações para uma discussão metodológica. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio Janeiro: v.1, n.1, jan-jun, 2009.

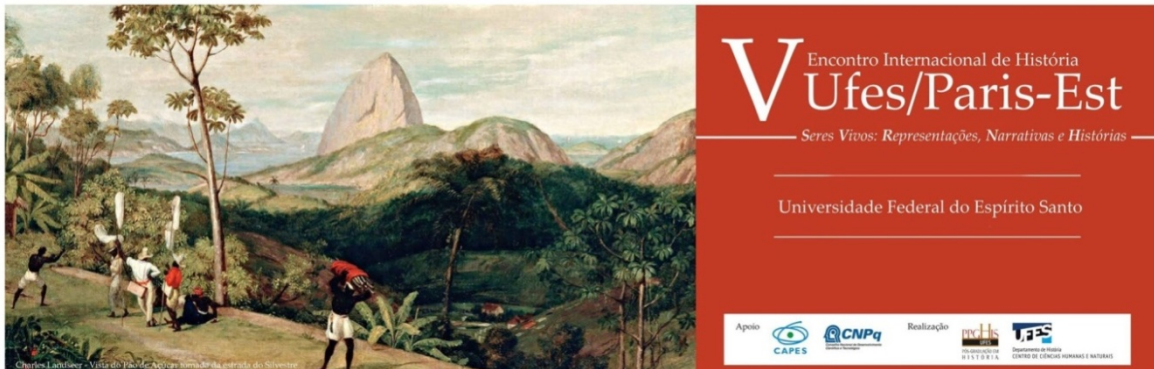
PALLARES-BURKE, Maria L. G. **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Ed. UNESP. 2005.

PATER, Walter H. **The child in the house**. Portland, USA: Ed. Thomas B. Mosher.

1909. Disponível em: http://scans.library.utoronto.ca/pdf/1/19/childinhouse00pateuoft/childinhouse00pateuoft_bw.pdf - Acesso: janeiro de 2015.

_____. Walter Pater – Biografia, fotos, vídeos e artigos. Disponível em: <http://www.enotes.com/topics/walter-pater> e <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.britannica.com/EBchecked/topic/446317/Walter-Pater&prev=search> - Acesso: 23.02.2015.

SIEPIERSKI, Paulo D. O ideário protestante nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a.24, n.38, 2008.



A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO AGOSTINIANO E O MATRIMÔNIO: O LÓCUS DA PRÁTICA DA SEXUALIDADE ORDENADA

Maria Emília Helmer Pimetel
Mestranda em História – UFES

RESUMO: A proposta da presente comunicação é avaliar como se articulava a relação entre o discurso agostiniano e o matrimônio como *locus* do exercício da sexualidade ordenada. Com a ascensão do cristianismo no Ocidente como religião oficial durante o Baixo Império Romano, por volta do século V, a sociedade sofreu consideráveis transformações. A religião cristã propôs uma justificativa de cunho transcendente para as questões sexuais pautada, simultaneamente, na Teologia e na exegese promovidas pela Patrística e consolidada por Agostinho de Hipona (354-430). A moral cristã fora caracterizada basicamente pela apologia do casamento monogâmico e indissolúvel, assim como pela condenação do desejo e do prazer. Durante os séculos IV e V, os governantes cristãos do Império Romano iniciaram uma série de mudanças no Direito Civil no que diz respeito ao matrimônio. Nas obras intituladas *Dos Bens do Matrimônio* e *Da Santa Virgindade*, Agostinho defende o casamento e encontra um lugar para a virgindade dentro da Igreja. Para fazê-los, tornou-os sociais. O matrimônio, segundo ele, possuía três benefícios: *proles, fides e sacramentum*.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Cristianismo; Agostinho de Hipona; Sexualidade; Matrimônio.

ABSTRACT: The communication of this proposal is to evaluate how it articulated the relationship between the augustinian speech and marriage as a place of orderly exercise of sexuality. With the rise of Christianity in the West as the official religion during the Late Roman Empire, around the fifth century, society has undergone considerable changes. The Christian religion has proposed a transcendent nature of justification for sexual issues guided both in theology and exegesis promoted by the Patristic and consolidated by Augustine of Hippo (354-430). Christian morality was characterized primarily by condoning the monogamous and indissoluble marriage, as

well as the condemnation of desire and pleasure. During the fourth and fifth centuries, the Christian rulers of the Roman Empire initiated a series of changes in civil law with regard to marriage. In the works titled *Of Goods of Marriage* and *The Holy Virginity*, Augustine defends marriage and finds a place for her virginity in the Church. To make them, made them social. Marriage, he said, had three benefits: proles, fides and sacramentum.

Keywords: Late Antiquity; Christianity; Augustine of Hippo; sexuality; Marriage.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar como Agostinho (354-430), bispo de Hipona, na África do Norte, através do seu discurso buscou analisar a sexualidade, e definir a função do sexo na vida do cristão. Partimos da hipótese de que, para cumprir tal objetivo, ele enxergou que existia a necessidade do emprego do discurso religioso a fim de construir uma identidade cristã e, dessa forma, um dos artifícios utilizados pela Igreja foi o regramento da sexualidade.

A nova relação entre o cristianismo e o Império Romano, após a adesão do imperador Constantino à nova religião (313), acarretou sensíveis alterações em uma ortodoxia que estava se consolidando. Em princípios do século V, o cristianismo passa a ser a religião oficial do Estado romano. Dessa maneira, paulatinamente, a Igreja sofreu uma reestruturação institucional e tornou-se um aparato de poder.

Brundage (2001) salienta que o aumento do poder da Igreja preocupou muitos fiéis mais espiritualizados, que se sentiram atraídos a levar uma forma de vida religiosa mais ascética do que a maioria. Concomitante a este processo, o Cristianismo passava por uma mudança de caráter intelectual. O processo de definir a doutrina teológica exigiu que os escritores cristãos explicassem o lugar do sexo na Criação e explicassem qual seria a função das relações sexuais para os cristãos.

As opiniões dos Padres da Igreja⁴⁹⁰ sobre o sexo estiveram dominadas por valores ascéticos, haja vista que a maioria dos Padres em um ou outro momento da sua carreira haviam sido monges ou eremitas. Há de se destacar também, a influência

⁴⁹⁰ Os chamados Padres da Igreja eram autoridades locais, ou mais que isso, expoentes da Igreja Cristã em ascensão, que tiveram seus escritos colocados no mesmo patamar da Bíblia; como parâmetro para o comportamento e o pensamento cristão (SILVA, 2003, p. 2).

dos Padres do Deserto. Dentre esses pensadores patrísticos, o mais importante na discussão dos assuntos sexuais foi *Aurelius Augustinus* (354-430), que sustentou convicções enérgicas e profundas acerca das relações sexuais e da função do sexo na história humana.

As fontes analisadas neste trabalho constituem os escritos agostinianos acerca dos problemas práticos da vida cristã. O bispo de Hipona teve que direcionar sua atenção frequentemente para esses problemas. Essa preocupação deu origem aos pequenos tratados da teologia moral. As obras exegéticas ocupam um lugar especial no conjunto das obras agostinianas. A Sagrada Escritura é, para Agostinho, a suma de toda verdade, a fonte de toda doutrina, o centro de toda cultura cristã e de toda vida espiritual. Da conversão até a controvérsia antipelagiana, o pensamento de Agostinho aparece inteiramente inspirado no paulinismo. Os textos escolhidos, seguidos de suas respectivas datas aproximadas de composição, foram os seguintes: *Confessiones* (397); *De Bono coniugali – De sanctavirginitate* (401) e *De Genesi ad litteram; De Genesi contra manichaeos; De Genesi as litteram imperfectus* (401).

A “repressão sexual”: entre discursos e práticas

O estudo da sexualidade entre os historiadores é uma tarefa recente. O tabu⁴⁹¹ intelectual certifica o legado do pensamento e dos ensinamentos cristãos no Ocidente (RICHARDS, 1993, p. 33). É a partir do século XIX que se iniciam os estudos sobre a sexualidade. Cabe salientarmos, que esses estudos têm brilhado de maneira mais intensa nas universidades da França e dos Estados Unidos. Podemos destacar os estudos mais importantes: *Lei, Sexo e Sociedade Cristã* de James A. Brundage, *A Prostituição na Idade Média* de Jacques Rossiaud, *Sexo e Penitências* de Pierre Payer e a obra de Peter Brown *O Corpo e a Sociedade* (RICHARDS, 1993, p. 33).

⁴⁹¹ Segundo Rodrigues a atitude ritual básica para com o Sagrado consiste em não permitir que este entre em contato com o Profano e, mais importante, em evitar que coisas sagradas de espécies diferentes sejam postas em contato. Estas duas interdições configuram o que na literatura etnológica classificou-se de *tabu*. A característica principal do tabu é a de que não existem mediações entre a transgressão e a punição, derivando a segunda automaticamente da primeira (RODRIGUES, 1975, p. 26).

Segundo Marilena Chauí por repressão⁴⁹² sexual devemos entender;

[...] um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois como inúmeras expressões sugerem o sexo é encarado por diferentes sociedades como uma torrente impetuosa e cheia de perigos [...] (CHAUÍ, 1984, p. 9).

De acordo com Foucault somos obstinados a falarmos do sexo em termos de repressão. Tal obstinação é sustentada por;

falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; vincular a iluminação, a liberação e a multiplicação de volúpias; empregar um discurso onde confluem o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado Jardim das Delícias (FOUCAULT, 2009, p. 13).

Para Foucault se desejamos efetivar uma desconstrução do discurso repressivo deveríamos transgredir vários valores; como a lei, haja vista que a repressão desde a época Clássica é o elo de ligação entre poder, saber e sexualidade (FOUCAULT, 2009, p. 10).

O sexo que é um fenômeno natural e biológico, e, sofre modificações no que diz respeito ao seu sentido, à sua função e à sua regulação ao ser deslocado do plano da Natureza para o da Sociedade, da Cultura e da História. Ao tratarmos da repressão sexual, devemos ter em mente que o conceito de *repressão* é algo recente datado do século XIX.

O termo *sexual* aparece no dicionário ligado às práticas sexuais chamadas genitais (os órgãos femininos e masculinos da reprodução), enquanto na psicanálise o sentido se alarga, referindo-se a qualquer região do corpo susceptível de prazer sexual (zonas erógenas) e aos prazeres sexuais infantis - comer, excretar, fantasiar com partes do corpo ou com objetos variados uma relação genital imaginária (CHAUÍ, 1984, p. 14).

Devemos traçar um histórico a fim de analisarmos onde a repressão sexual teve início. O sexo, que até o século XIX estava sob a responsabilidade de teólogos, confessores, moralistas, juristas e artistas, deixou de pertencer exclusivamente ao campo moral, religioso, jurídico e artístico e de concernir apenas às exigências da

⁴⁹²O substantivo repressão refere-se ao verbo reprimir e este possui seis sentidos principais: 1) suster ou conter um movimento ou uma ação, reter, coibir, refrear, moderar; 2) não manifestar, dissimular, ocultar, 3) violentar, oprimir, vexar, 4) impedir pela ameaça e pelo castigo, proibir; 5) castigar, punir; 6) conter-se, dominar-se, moderar-se, refrear-se (FERREIRA, 1999).

vida amorosa para começar a ser tratado como um problema clínico e de saúde (CHAUÍ, 1984, p. 16).

Foucault (2009) observa que em praticamente todas as culturas existe uma arte erótica; ou seja, formas de iniciação ao prazer e à satisfação sexual. Em contraposição, a nossa cultura cristã, europeia e ocidental originou uma ciência sexual – curiosidade e vontade de tudo saber sobre o sexo visando o seu maior controle.

Partindo dessa perspectiva, devemos admitir que a mudança não significou um avanço da liberação sexual ou uma diminuição da repressão, mas a passagem a outras formas repressivas que servem ao propósito da “normalização” (CHAUÍ, 1984, p. 18). Em suma, esse novo saber sobre o sexo, saber científico e objetivo, não é necessária e automaticamente portador do fim da repressão sexual, podendo ser somente uma variante da mesma.

Uma das repressões mais conhecidas é a associação entre o sexo e pecado. De acordo com Chauí é corriqueiro enfatizarmos os aspectos conservadores e reacionários da religião cristã no que concerne aos assuntos sexuais. Para que esta repressão ocorra, contudo, é necessário que uma determinada concepção da sexualidade informe tais ideias e atitudes reacionárias (CHAUÍ, 1984, p. 83).

Corroborando com os argumentos de Chauí (1984), Vainfas afirma que é hábito corrente quando se pensa na relação entre cristianismo e sexualidade, aludir-se a uma rede interminável de proibições inscritas no mais severo código de repressão sexual do Ocidente. O autor vai adiante e analisa que também é costume, opor esse modelo repressivo, às práticas permissivas e libertinas da Antiguidade greco-latina (VAINFAS, 1986, p. 5).

Contra-pondo-se à Chauí (1984) e Vainfas (1986), temos o argumento de Ranke-Heinemann segundo o qual a autora afirma que o Cristianismo não trouxe o autocontrole e o ascetismo ao mundo pagão. Pelo contrário, a hostilidade ao prazer a ao corpo é um legado da Antiguidade que foi preservado pelo Cristianismo (RANKE-HEINEMANN, 1976, p. 21).

Como devemos, então, entender a condenação do corpo pelo cristianismo? A

religião cristã institucionalizada introduz a transformação do Pecado Original em Pecado Sexual. Nas Sagradas Escrituras, Cristo não havia dito nada acerca do Pecado Original, porém no século II, Clemente de Alexandria vinculou-o diretamente à descoberta do sexo por Adão e Eva. Agostinho de Hipona (354-430) aperfeiçoa essa ideia identificando o Pecado Original com o desejo sexual e não simplesmente com o sexo (RICHARDS, 1993, p. 34).

Salientemos que o Pecado Original, que acarretou a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, é em si, um pecado de curiosidade onde é a vontade de saber que conduz o primeiro homem e a primeira mulher a comerem a maçã da árvore do Conhecimento; desobedecendo desta forma às ordens divinas. A transformação do Pecado Original em Pecado Sexual é possível através de uma exegese baseada numa interpretação alegórica, dominada pelo pensamento simbólico (LE GOFF; TRUONG 2006, p. 51).

A abominação do corpo e do sexo atingirá o seu auge no corpo feminino (LE GOFF, 1994, p. 146). Nos séculos IV e V, Ambrósio, Jerônimo, Crisóstomo e Agostinho elaboraram um conjunto de comentários e interpretações dos textos bíblicos. Embora que a história da Tentação e da Queda foram alegadas visando justificar a dominação do homem sobre a mulher, a tradição patrística identifica a partir deste pressuposto as raízes da inferioridade e da negatividade feminina (KLAPISCH-ZUBER, 2002, p. 141).

A primeira versão da criação na Bíblia é esquecida em proveito da segunda, que é mais desfavorável à mulher. Em Gênesis, II, 21-24, temos o relato da criação da mulher a partir da costela de Adão. Dessa maneira a exegese cristã “esqueceu” a primeira versão que poderia proporcionar uma interpretação igualitária das relações entre os sexos, e privilegiou a segunda, sobre a qual se elaborou a teoria de uma subordinação natural da mulher (ROSSIAUD, 2002, p. 479).

Na tradição ocidental, a exegese produzida sobre o mito adâmico quem mais se destacou foi Agostinho. Na exegese agostiniana tanto o homem como a mulher foram criações divinas. Inicialmente eram criaturas simbólicas e detinham total controle dos seus corpos. Pois, Deus não havia deixado outro modo para que as suas criaturas se reproduzissem que não fosse o sexo praticado por Adão e Eva,

porém somente para procriação. Dessa forma, não existia nenhuma excitação, nem desejo e prazer, sendo o sexo um ato frio e mecânico (CABRAL, 1996, p. 66). Entretanto, Adão e Eva descobriram “acidentalmente” o prazer resultante do ato sexual, e, para Agostinho este foi o motivo pelo qual as primeiras criaturas caíram em pecado.

Pelo exposto, concluímos que o cristianismo desde o seu surgimento foi uma religião que elaborou um olhar depreciativo ao sexo. Os pensadores cristãos encaravam-no, como uma espécie de “mal necessário”, cujo fim último era a reprodução humana.

Os primeiros pais e a sexualidade

Ao mesmo tempo em que havia a exaltação do monasticismo e do ascetismo,⁴⁹³ os cristãos iniciaram o processo de definir suas doutrinas religiosas. Dessa maneira, o Cristianismo passou por uma profunda transformação intelectual, na qual os Padres da Igreja buscavam demonstrar que a religião cristã explicava da melhor maneira o mundo e o lugar da humanidade nele (BRUNDAGE, 2001, p. 97).

Cabe identificarmos os maiores padres da Igreja responsáveis por essa sistematização doutrinária. No Oriente encontramos Gregório de Nissa (c. 335-395) e João Crisóstomo (c. 344-407), ao passo que no Ocidente temos Ambrósio (c. 340-397), Jerônimo (c. 374-420) e Agostinho (c. 354-430). Nos argumentos de Brundage:

Até o início do século IV, os cristãos não tinham desenvolvido uma teologia sistemática; agora, sentiram a necessidade de elaborar justificativas mais coerentes e refinadas de seus ensinamentos religiosos em termos do novo pensamento científico e filosófico. Os Padres da Igreja dos séculos IV e V abraçaram esta tarefa com entusiasmo e vigor. (...) Este processo exigiu aos intelectuais cristãos, entre outras coisas, explicar o lugar do sexo na Criação e definir qual função as relações sexuais deveriam desempenhar na vida do cristão (BRUNDAGE, 2001, p. 98).⁴⁹⁴(tradução nossa).

⁴⁹³É importante considerarmos a herança da tradição ascética do Oriente, haja vista a influência dos padres do deserto. A partir desta tradição, os indivíduos podiam retirar-se da sociedade através de renúncias físicas, e, dessa forma, adquiriam poder espiritual. Em virtude de pré-concepções sexuais existentes, a tradição ascética assumia diferentes formas para homens e mulheres. Sendo assim, a diferença fundamental entre ambos era, pois, que os homens não renunciavam à sua posição de poderosos e as mulheres desejavam fortemente renunciar a sua posição de impotentes (SALISBURY, 1995, p. 13-15).

⁴⁹⁴Hasta elcomienzodelsiglo IV, loscristianosaún no habíancreado una teologia sistemática; ahora, sintieronlanecesidad de elaborar unas justificacionescoherentes y refinadas de sus enseñanzas religiosas en términos delnuevopensamiento científico y filosófico. Los Padres de lalglesia de lossiglos IV e V abordaron esta tarea com entusiasmo y vigor. (...) Este procesoexigió a losintelectualescristianos, entre otras cosas, explicar el lugar del sexo enlacreación y definir lafunción que enla vida cristianadebíandesempeñarlas relaciones sexuales (BRUNDAGE, 2001, p. 98).

Brundage (2001) identifica três padrões de crença em relação à moral sexual que se mantiveram vivas desde o período Patrístico: o sexo como reprodução, como maculação da honra e, menos frequentemente como fonte de intimidade no casamento. Salisbury (1995) destaca mais uma maneira de enxergarmos o sexo: por meio do ascetismo feminino.

O medo ao corpo e ao sexo alcança o auge no feminino (LE GOFF, 1994, p. 146). Nos séculos IV e V, Ambrósio, Jerônimo, Crisóstomo e Agostinho, elaboraram um conjunto de comentários e interpretações dos textos bíblicos.⁴⁹⁵ Embora, as histórias da Tentação e da Queda, tenham sido utilizadas para justificar a dominação do homem sobre a mulher, a tradição patrística identifica em outra passagem o motivo para a submissão feminina. Langa (1984) nos adverte que devemos considerar o meio em que essas exegeses foram preparadas:

[...] e como a exegese foi condicionada, queira ou não, por teorias, crenças, mentalidades e formas de pensar de raiz filosófica, mística e até religiosa-cultural, devemos levar em conta essas circunstâncias, e mais uma vez (...) as interpretações patrísticas são de variados matizes (tradução nossa).⁴⁹⁶

A primeira versão da criação na Bíblia é esquecida em proveito da segunda, que é mais desfavorável à mulher. Em Gênesis, I, 26-27: Deus criou “o homem à nossa imagem, à nossa semelhança”, isto é, homem e mulher, já em Gênesis, II, 21-24, relata a criação da mulher a partir da costela de Adão. A exegese cristã “esqueceu” a primeira versão que poderia ter gerado uma interpretação igualitária das relações entre os sexos, e privilegiou a segunda, sobre a qual se elaborou a teoria de uma subordinação natural da mulher (KLAPISCH-ZUBER, 2002, p. 141).

As análises patrísticas sobre o lugar do sexo na vida cristã possuíram uma ambiguidade fundamental, no que concerne ao lugar das mulheres no plano da salvação. Os Padres recomendavam as mesmas regras de controle para homens e mulheres, todavia, admitiam que as mulheres eram inferiores ao homem tanto na

⁴⁹⁵A interpretação das Escrituras Sagradas, inicialmente pelos judeus e na sequência pelos cristãos, havia deixado de ser literal e, desde há muito tempo, ampliara seus significados e extrapolara o contexto e a realidade da escrita (FELDMAN, 2009). Os escritores patrísticos legitimaram suas ideias baseando-se nas sagradas Escrituras, uma vez que parecia ser indispensável dar um embasamento bíblico às suas concepções acerca da sexualidade (BRUNDAGE, 2001, p. 98).

⁴⁹⁶ “[...] y como la exégesis fluye condicionada, si quiera o no, por teorías, creencias, mentalidades y formas de pensar de raíz filosófica, mística e hasta religioso-cultural, habrá que tener en cuenta tales circunstancias, y más una vez (...) las interpretaciones patrísticas son de variado matiz”⁴⁹⁶ (LANGA, 1984, p. 19).

moral como no físico. Agostinho é categórico ao afirmar que não existia outra explicação para a criação da mulher, que não fosse à necessidade da procriação (BRUNDAGE, 2001, p. 102).

Os discursos dos Padres latinos possuíam como fim último, delimitar qual a função que as relações sexuais desempenhariam na vida do Homem. De um modo geral, para os Padres havia dois reinos possíveis na Terra depois da Queda: o espiritual e o carnal. Esses dois estados eram opostos, não podendo coexistir. Segundo Salisbury (1995) é esta visão dualista da natureza da sexualidade que sustenta o desenvolvimento da defesa do celibato pela Igreja. A partir da existência dos dois reinos, o Homem estava deveria escolher de qual deles ele participaria.

A Patrística, a partir desta interpretação dualista da sexualidade, elaborou comentários que descreveram o conflito em que o cristão vivia. Ao mesmo tempo em que desejava a salvação, e conseqüentemente o mundo espiritual, lutava para conter os seus próprios desejos sexuais.

Dos bens do matrimônio

Durante os séculos IV e V, os governantes cristãos do Império Romano iniciaram uma série de mudanças no Direito Civil no que diz respeito ao matrimônio. Tais alterações refletiram o efeito das crenças cristãs sobre a política pública. Em geral, os escritores patrísticos enxergavam o matrimônio com certa desconfiança. Segundo algum deles, o matrimônio era “uma indulgência para consigo mesmo”, uma concessão à fraqueza moral de quem era incapaz de levar uma vida de perfeita continência (BRUNDAGE, 2001, p. 103-105).

Tornava-se necessário assegurar aos bons cristãos católicos de que os casamentos em que a sua sociedade se baseava não eram simplesmente o resultado de um acidente lamentável. Nas obras intituladas *Dos Bens do Matrimônio* e *Da Santa Virgindade*, Agostinho aceitou esse desafio, defendendo o casamento e encontrando um lugar para a virgindade dentro da Igreja. Para fazê-los, tornou-os sociais (BROWN, 1990, p. 330).

A influência paulina no pensamento agostiniano

Não devemos negar a importância de Paulo na conversão de Agostinho ao

Cristianismo. Na leitura das cartas paulinas, Agostinho encontrou uma exortação à pureza e à castidade fundamentais na sua conversão. Agostinho conseguiu conciliar as palavras contraditórias do Apóstolo, em uma interpretação que visava seus significados espirituais e simbólicos. Em alguns casos as cartas paulinas reiteraram o caráter sagrado e a indissolubilidade do matrimônio;⁴⁹⁷ noutros, alargaram a doutrina cristã sobre a matéria num espírito de quase igualdade nos direitos e deveres do homem e da mulher. Desse modo, surgem como obrigações: a submissão e o respeito da esposa pelo marido; o amor e a ajuda do marido à esposa e o direito dos cônjuges ao corpo do outro (DIAS, 2006, p. 104).

Agostinho encontrou no Apóstolo, a prova de que a procura do prazer no sexo é pecado. As cartas paulinas no que se reportam aos assuntos sexuais foram importantes para a sistematização da Teologia. Paulo insiste na oposição da carne ao espírito, vendo na carne a principal origem do pecado e, embora aceite o casamento, entende-o como a pior solução (LE GOFF, 1990, p. 160). As cartas paulinas podem dar vazão a uma dupla interpretação do matrimônio.

A exortação de Paulo aos coríntios: “que os homens permanecessem celibatários” (I Cor., VII, 8), possui sentido apocalíptico,⁴⁹⁸ pois apontava para o final dos tempos e recomendava a renúncia da carne aos que pretendessem a salvação (VAINFAS, 1986, p. 9).

Agostinho e o matrimônio: o *lócus* para o exercício da sexualidade ordenada

De acordo com Brundage (2001), Agostinho fez uma avaliação do estado matrimonial mais positiva do que a maioria dos Padres. O matrimônio, segundo ele, não era moralmente mal. Na realidade, possuía certos valores positivos no plano cristão das coisas, pois o casamento gerava filhos, promovia a mútua fidelidade entre os esposos e os unia em um nexo de amor.

Uma vez que o intercuro ideal não teria lugar depois da Queda, as pessoas deveriam se esforçar para aproximar-se desse modelo exemplar. Neste sentido, o

⁴⁹⁷ Cf. Rom 7 2-3; 1Cor 7.

⁴⁹⁸ A convicção de que “os tempos são curtos”, aliada ao fato que a maioria dos padres terem sido monges ou eremitas, explicam a torrente de discursos valorizando o ascetismo em detrimento da sexualidade. Essa passagem bíblica foi utilizada pela Igreja na construção de uma verdadeira antropologia na qual Crisóstomo, Ambrósio, Jerônimo e Agostinho, definem o lugar do sexo na obra divina e o papel das relações sexuais na vida cristã (ROSSIAUD, 2002, p. 479-80).

casamento fornecia a estrutura para o sexo virtuoso fora do Paraíso. De acordo com Agostinho, o matrimônio foi instituído por Deus para satisfazer a necessidade humana de companhia. Ele enxergou o vínculo entre os cônjuges como “o primeiro laço natural na sociedade humana”, institucionalizando a “companhia natural entre os dois sexos” (SALISBURY, 1995, p. 79):

A primeira sociedade foi constituída por um homem e uma mulher. Deus não os criou separadamente, unindo-os depois como dois estranhos. Do homem tirou a mulher, manifestando assim a força da união no lado, do qual se unem dois que caminham juntos, e se dirigem ao mesmo ponto. Os filhos vêm estreitar os laços desta sociedade, e são fruto honesto, não da simples união, senão da união carnal do homem e da mulher. Ainda sem a união carnal, poderia dar-se entre os dois sexos uma união amical e fraterna, na qual o homem fosse o dirigente e a mulher obsequiosa e obediente (*Dos bens do Matrimônio*, I, 1, 2007, p. 29).

Agostinho inicia o tratado *Dos Bens do Matrimônio*, considerando a instituição do casamento dos pontos de vista filosóficos e espiritual, para argumentar que o casamento é uma base natural da sociedade estabelecida para a companhia e para a promoção da raça humana. Depois da utilização de uma breve passagem do livro do *Gênesis*, Agostinho retorna para essa generalização inicial, argumentando que a procriação e a comunhão são as razões que tornam o casamento um bem. A companhia fiel só basta se um casal não puder gerar uma criança (CHADWICK, 2001, p. 20-21).

No cerne do tratado, o bispo ensinou que existem três distintos bens no casamento: a procriação dos filhos (*proles*), a fidelidade do casal (*fides*) e o vínculo sacramental (*sacramentum*):

Por enquanto, afirmamos que segundo a condição de nascer e morrer (...), o matrimônio entre o homem e a mulher é um bem, tão encarecido e recomendado pela Sagrada Escritura, quem nem à mulher repudiada pelo marido lhe é lícito unir-se a outro, em vida do marido; nem ao marido repudiado pela mulher lhe é lícito tomar outra até a morte da mulher que o abandonou (...). Outro bem que demana do matrimônio é que a incontinência carnal ou juvenil, mesmo viciada, é reduzida à honestidade de propagar a prole; de modo que de um mal, como é a libido, tira um bem a união conjugal. (*Dos bens do Matrimônio*, I, 3, 2007, p. 31-32).

Sob este ponto de vista, Agostinho preocupou-se em estabelecer a boa ordem do amor conjugal. Agostinho diz que a ordem do amor (*ordo amoris*) é concisa, sendo a verdadeira definição da virtude. De acordo com esta ordem, o ser humano deve amar toda criação divina para alcançar um bom relacionamento com Deus, o que significa amar a Deus sobre todas as criaturas e não amar desregradamente

qualquer criatura. Viver segundo esta ordem do amor representa a promessa que a vida humana pode participar na verdadeira vida trinitária e no amor mútuo de Deus. Agostinho também fala de uma ordem da caridade (*ordo caritas*) que idealmente, "floresce entre marido e mulher". Este amor entre os cônjuges é parte do fim primordial do amor que orienta os esposos para participarem na vida e no amor da Santíssima Trindade (CAHALL, p. 117).

A definição agostiniana do sacramento deve ser entendida como a indissolubilidade do vínculo. Os dois primeiros benefícios forneciam, tanto ao homem como a mulher, a possibilidade de dar vazão à sua libido inata de uma maneira não pecaminosa (SALISBURY, 2005, p. 79).

Os bens do casamento são três: a fidelidade, a prole, o sacramento. Pela fidelidade, cuida-se de não haver comércio carnal com outra ou com outro fora do vínculo conjugal, pela prole, para ser recebida com amor, nutrida com solicitude e educada religiosamente; e pelo sacramento, para que não se desfaça a união, e o repudiado ou a repudiada não se case com outro ou com outra nem mesmo tendo em vista uma prole. Esta é como que a regra do casamento, pela qual se orna a fecundidade da natureza, ou se corrige a deformidade da incontinência. (*Comentário Literal ao Gênesis*, IX, 8, p. 322).

Através da procriação, o casamento convertia o mal da luxúria em um bem. O objetivo do sexo no Éden teria sido a geração de crianças e Agostinho desaprovava os métodos contraceptivos, pois considerava ilegais e vergonhosos. É provável, que nessa forte recusa ao controle da natalidade, Agostinho estivesse renunciando ao seu passado maniqueísta.⁴⁹⁹ A fidelidade redimiria àqueles momentos do sexo que não resultassem na concepção. Para Agostinho, o benefício da fidelidade superava até o problema dos homens e mulheres que tinham um nível de desejo imoderado e requeriam um pagamento excessivo da dívida do casamento (SALISBURY, 1995, p. 80).

Percebemos que o pensamento agostiniano acerca do casamento deixou de lado o caráter físico das relações conjugais, uma vez que, o bispo não encontrou uma maneira de articular a possibilidade de que o prazer sexual, por si só, enriquecesse as relações entre marido e mulher. As relações sexuais dentro do matrimônio

⁴⁹⁹ Os maniqueus praticavam a contracepção sobre várias formas. Brown sugere que o pensador quando jovem, juntamente com sua concubina utilizaram métodos contraceptivos (BROWN, 1990, p. 330).

consistiam em tornar em bom, algo ruim. Todavia, a virgindade era a melhor opção:

Os que pretendem igualar os casados às virgens interpretam em seu favor as palavras ditas por Paulo sobre “as angústias presentes” (1 Cor 7,26). E os que pretendem condenar o matrimônio dizem que estas outras palavras estão em seu favor: “mas quisera vos poupar” (1 Cor 7,28). Nós, porém conforme a fé e a sã doutrina das Sagradas Escrituras, não dizemos que o matrimônio seja pecado. Todavia, tão excelente seja ele, nós o colocamos abaixo da castidade das virgens e também da continência das viúvas. (*A Santa Virgindade*, II, 21, 2007, p. 124).

Enquanto as relações maritais eram boas, constituíam uma ordem inferior de bem, porque aproveitavam a intrínseca perversão do sexo para alcançar um objetivo moralmente valioso (BRUNDAGE, 2001, p. 105).

O matrimônio e a virgindade são dois bens: a segunda é maior; a sobriedade e a obediência são louváveis, a embriaguez e a desobediência são execráveis. É mais vantajoso possuir todos os bens, embora os menores, que possuir um grande bem juntamente com um grande mal. (*Dos bens do Matrimônio*, XXIII, 29, 2007, p. 64).

Curiosamente na obra *Dos Bens do Matrimônio*, a ordem dos três bens matrimoniais varia, na qual a prole tem precedência sobre a fé. Há uma certa ambivalência na noção de Agostinho da importância relativa da prole e da fé, ele deixa claro que a procriação é o propósito para o qual Deus estabeleceu o ato sexual, mas em toda obra acerca dos benefícios do casamento, ele insiste que a relação sexual fez com que os casais comprometidos com a fé ao longo da vida, mesmo se praticassem o sexo sem a intenção de procriar, cometiam apenas uma falha perdoável, especialmente por diminuir o perigo do adultério e da fornicação (CHADWICK, 2001, p. 24).

Tendo estabelecido a natureza do sexo virtuoso, Agostinho também explorou as características do sexo mal utilizado. O mau uso do sexo presumia fazer o contrário do que ele identificara como recomendável. O sexo fora do casamento, a fornicação ou o adultério, eram proibidos uma vez que violavam o princípio do primeiro benefício: a fidelidade. Agostinho também possuía o receio em relação ao intercursos sexual no qual a libido dominava completamente e superava a razão (SALISBURY, 1995, p. 81).

Considerações finais

Entre os Padres da Igreja, Agostinho representa um marco no pensamento

teológico. Dessa maneira, é considerado o maior autor da Patrística e o seu pensamento influenciou não só o período em que viveu, mas também o Medievo chegando à contemporaneidade.

Analizamos em nosso trabalho alguns discursos de Agostinho, nos quais ele buscou analisar a sexualidade e definir qual seria a função das relações sexuais na vida do cristão. Nestes discursos, o bispo de Hipona procurou direcionar o exercício da sexualidade para a conjugalidade e no sentido estrito da reprodução.

Os discursos dos Padres da Igreja representam um marco no pensamento teológico, num momento em que o Cristianismo buscava se afirmar como religião dominante no Ocidente. No que diz respeito à sexualidade os discursos da Patrística, foram caracterizados por uma exaltação do estado de virgindade e da castidade. Em contrapartida, no que concerne às relações sexuais, o único meio encontrado para justificá-las era a procriação dentro do matrimônio devidamente ordenado. Caso não ocorressem visando esse fim, cometia-se um pecado.

Agostinho destacou-se nos seus escritos sobre a defesa do matrimônio. O bispo de Hipona elaborou uma avaliação do estado matrimonial mais positiva do que alguns Padres. Em geral, os Padres da Igreja, toleravam o pecado que os cônjuges cometiam durante a procriação, pois a procriação teria como finalidade garantir a descendência de Deus na Terra. Agostinho dedicou a obra *Dos bens do matrimônio* para tratar dos assuntos relacionados ao casamento, pois somente através dele seria possível o exercício do “sexo virtuoso”.

Segundo o bispo hiponense, a instituição do casamento, natural e divinamente ordenada trazia três benefícios específicos ao casal, sendo eles: a procriação, a fidelidade e o sacramento. Diante do exposto, percebemos que o pensamento agostiniano acerca do casamento deixou de lado o caráter físico das relações conjugais, uma vez que, o bispo não encontrou uma maneira de articular a possibilidade de que o prazer sexual, por si só, enriquecesse as relações entre marido e mulher.

Mesmo considerando os benefícios do matrimônio, Agostinho preferia a vida celibatária, valorizando o estado virginal, seguindo a hierarquia do ideal: virgindade, viuvez e casamento casto. O bispo acreditava que a pessoa não era virgem por seus

próprios esforços, mas sim que deveria receber um dom.

Referências bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS:

AGOSTINHO. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 2009.

AGOSTINHO. **Dos bens do matrimônio**: A santa virgindade; Dos bens da viuvez: carta a Proba e a Juliana. São Paulo: Paulus, 2007.

AGOSTINHO. **Comentário ao Gênesis**. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 2003.

OBRAS DE APOIO:

BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade**: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BRUNDAGE, James. **La ley, el sexo y La sociedad Cristiana em la Europa Medieval**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas:Papirus, 1996.

CAHALL, P. The Proper Order of Conjugal Love. In: **Logos**: Project Muse – vol. 8, 2005, p. 117-128. Disponível em:<http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/logos/v008/8.1c_ahall.html>.Acesso em: 23 mai. 2012.

CHADWICK, H. **Augustine**: De Bono coniugali; De sanctavirginitate. Oxford: Oxford Early Christian Texts, 2001.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS P. B. A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada

na Antiguidade Tardia. In: **Ágora** .n.6. 2004. p. 99-133. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/casamento.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

FELDMAN, Sergio Alberto. Deicida e aliado do demônio: o judeu na Patrística. In: **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG - Volume 1, n. 5. 2009. Disponível em <<http://www.ufmg.br/nej/maaravi/artigosergiofeldman-crimes.html>>. Acesso em: 12 set. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; ANJOS, Margarida dos.; FERREIRA, Marina Baird. **Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

KLAPISCH-ZUBER, C. Masculino e feminino. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002.

LANGA, P. **San Agustín y el progreso de lateología matrimonial**. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=KWsvRgkJZYEC&printsec=frontcover&dq=pedro+langa&hl=ptBR&sa=X&ei=2fy8T8nsIMbDgQeBtfmTDw&sqi=2&ved=0CDwQ6AEwAQ#v=onepage&q=pedro%20langa&f=false>>. Acesso: 22 mai. 2012.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa:Estampa, 1990.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

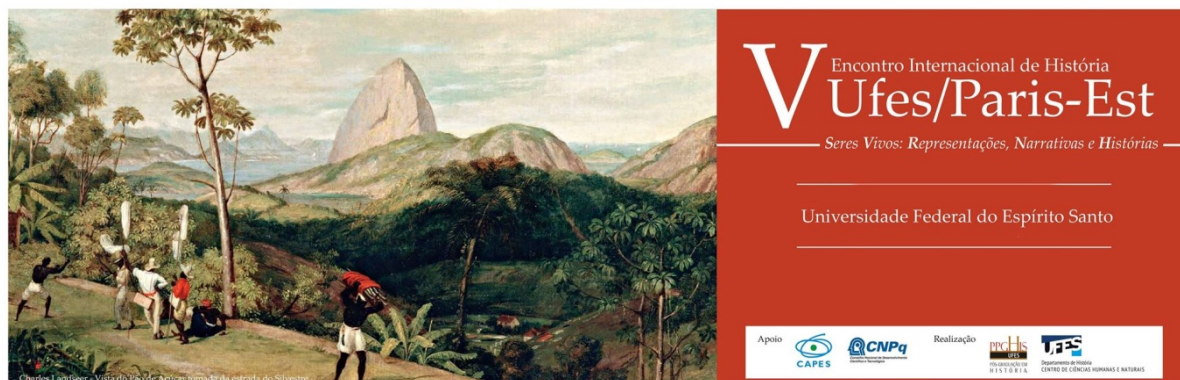
ROSSIAUD, J. Sexualidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.).

Dicionário temático do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2002.

SALISBURY, Joyce. **Pais da Igreja, virgens independentes.** São Paulo: Página Aberta, 1995.

SILVA, V.F. **Construindo o espaço (e o) feminino:** reflexões sobre o discurso misógino dos Padres da Igreja. Brasília: Em tempos de história. 2003. n.7. Disponível em: http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=startdown&id=13>. Acesso em: 17 ago. 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão.** São Paulo: Ática, 1986.



NOTAS DE PESQUISA SOBRE O ESTUDO DA MEDICINA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Patrícia M. S. Merlo
Doutora em História – UFES

RESUMO: O presente artigo procura analisar algumas referências históricas referentes à formação médica em Portugal na modernidade, mais exatamente ao período que antecede a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, quando o ensino médico, bem como as diversas outras áreas, sofreram mudanças significativas. Partimos do pressuposto que para buscar melhor compreender a questão é necessário retomar as influências que marcaram o ensino de medicina nesse período.

Palavras-chave: Estudos Médicos; Modernidade Ibérica; Verney.

ABSTRACT: This article analyzes some historical references relating to medical training in Portugal in modern age, more exactly to the period before the reform of the Statutes of the University of Coimbra in 1772, when the medical education as well as several other areas, had significant changes. We assume to better understand the issue is necessary to resume the influences that marked medical education in this period.

Keywords: Medical Studies; Iberian modernity; Verney.

Desde sempre a ciência médica aplicada à conservação e à recuperação da saúde, agindo no limiar entre a vida e a morte dos indivíduos, tem enredado profundas implicações filosóficas de juízo ético. Por esses motivos, implícitos na especificidade da prática profissional, a formação médica também não é independente nem pode

ser desinteressada dos contextos na qual transcorre. Na medida do possível e nas circunstâncias de cada época, tem sido responsabilidade das Escolas Médicas conservar os fundamentos da mensagem hipocrática, evocada em juramento pelos recém-licenciados.

O texto que se segue, destaca algumas referências históricas sobre a formação médica em Portugal na modernidade, mais exatamente ao período que antecede a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, quando o ensino médico, bem como diversas outras áreas, sofreram mudanças significativas. Logo, para buscar melhor compreender essa questão é necessário retomar as influências que marcaram o ensino de medicina nesse período.

Inovações e permanências

O conhecimento sobre o corpo e a doença no mundo luso foi respaldado por diversas concepções ao longo da Modernidade. Cabe considerar que, a partir do século XVI, a medicina ocidental marcada pela forte influência herdada da Antiguidade, em particular pelos textos de Galeno e da escola islâmica, que fundamentavam a prática clínica da época, deu lugar a novas teorias médicas com a substituição dos conhecimentos baseados na autoridade pelos de base científica e também pelas doutrinas filosóficas e sociais emergentes. Contudo, tais modificações não se fizeram sentir em Portugal de modo determinante, em parte devido à expulsão da influente comunidade médica judaica e, também, à perda temporária da independência nacional durante a União Ibérica (1580-1640). Foi somente a partir do século XVIII, com a contratação de professores estrangeiros de renome, por iniciativa de D. João V e depois com a reforma pombalina da Universidade, que ocorreu um efetivo crescimento na qualidade do ensino médico em Portugal (Cf. FERRAZ, 1997; ABREU, 2007).

De maneira geral, os autores da Antiguidade, a exemplo de Hipócrates e Galeno ou de seus comentadores árabes na Idade Média, como Avicena, constituíram a base do conhecimento médico que subsidiava a formação na Universidade de Coimbra. De fato, até a reforma dos Estatutos, em 1772, prevalecia o estudo da ciência

subscrita pelas autoridades e arquivada por meio de tratados⁵⁰⁰. A finalidade não era criar novos saberes, mas aparelhar os profissionais competentes para agir segundo o conhecimento pré-estabelecido. Além disso, as ciências exatas e naturais eram consideradas menores e o debate escolástico substituía a experimentação. É preciso ainda lembrar que a Inquisição e os jesuítas exerciam influência no ensino universitário luso desde 1555, criando obstáculos à renovação cultural no Reino (SOUZA, 1981, p. 441-442).

Torna-se pertinente perceber que enquanto o ensino da medicina em Portugal respaldava-se nas teorias médicas da Antiguidade, em outras regiões da Europa a medicina vivia mudanças associadas aos progressos da anatomia. A obra de Vesálio, *De fabrica corporis humani* — Da construção do corpo humano —, impressa na Basileia em 1543, que questionava a anatomia nos moldes galênicos, e as descobertas de Harvey sobre a circulação sanguínea apresentadas na obra *Exercitatio Anatomica de Motu Cordis et Sanguinis* — Meditação anatômica sobre o movimento do coração e do sangue —, publicada em Londres em 1628, são alguns exemplos dos avanços da anatomia nos séculos XVI e XVII. Tais anatomistas podem ser considerados representantes do novo “espírito científico” que prosperou em certas regiões da Europa, sem o qual não é possível compreender as inovações no domínio medicina e nem as experiências que procuravam esquadriñar os elementos da fisiologia humana (Cf. BRETON, 1993).

Em Portugal, não só a medicina teria permanecido alheia à maior parte dessas renovações, como também as demais ciências continuaram a se basear nos princípios aristotélicos e na tradição escolástica, abalizada nos escritos de Tomás de Aquino. De fato, esses autores e os comentários de suas obras eram obrigatórios nos cursos, submetidos a uma concepção sacral e teológica do saber (RIBEIRO, 2003, p. 19-21; VILLALTA, 1999, p.48-50). Segundo os princípios do Tomismo vigente na cultura ibérica até o século XVIII, a inteligência primeira que tudo ordenava era Deus, e como esse entendimento, as ações humanas transcendiam o próprio homem. Em razão dessa compreensão, as ciências naturais não obtiveram um espaço de autonomia, pois as leis concernentes a esse mundo sublunar não poderiam elucidar o supralunar, não permitindo “uma superposição epistemológica

⁵⁰⁰ Antes da promulgação dos Estatutos de 1772, a Universidade foi regida pelos Estatutos de 1563, os quais por sua vez apresentavam apenas alterações pontuais em relação aos estatutos anteriores.

das ciências físicas e naturais sobre a teologia” (DOMINGUES, 1996, p. 104-105).

Convém notar que apesar da relativa abertura dos jesuítas no restante da Europa, sugerindo conciliar as doutrinas aristotélicas com a ciência nos moldes do cartesianismo, o ensino em Portugal não absorveu tais mudanças. Em 1746, o reitor do Colégio de Artes determinava por meio de um edital a proibição em ensinar e defender as “opiniões recebidas ou inúteis [...] como são as de Descartes, Gassendi, Newton [...] ou outras quaisquer outras conclusões, opostos ao sistema de Aristóteles” (CARVALHO, 1987, p. 389).

No que diz respeito à relação entre Portugal e a cultura europeia no período compreendido entre o século XVI e o XVIII, o historiador português José Sebastião da Silva Dias ressaltou que a “cultura portuguesa não ficou completamente à margem desta corrente de ideias e conhecimentos”, contudo ficou “à margem do ambiente que a tornou possível e do espírito que a caracterizou” (DIAS, 1953, p. 70).

Todavia, se de fato o sistema de ensino seguido na Universidade e os impedimentos epistemológicos estabelecidos pela orientação aristotélica cooperaram para a manutenção de certas direções no ensino de medicina, não se pode afirmar, porém, um total isolamento cultural no Reino. Estudos mais atuais sobre a cultura ibérica indicam que não se pode pintar a cultura portuguesa de princípios do setecentos sob a imagem do atraso, tal como sugere certa tradição historiográfica (Cf. SÉRGIO, 1972).

Em obra mais recente, a historiadora Beatriz Helena Domingues chamou atenção para o imperativo de se romper com uma associação direta entre a ideia de atraso científico na tradição ibérica e o papel que aí desempenhou a Contrarreforma. Para a autora, Espanha e Portugal teriam trilhado caminhos distintos: quando se tratou de assumir a “modernidade-moderna (filosófica, científica)”, amparada no critério de veracidade das ciências físicas e matemáticas, a tradição ibérica manteve-se ligada ao “raciocínio probabilista”, escolhendo modernizar a tradição aristotélico-tomista da Idade Média (DOMINGUES, 1996, p. 22-23). O probabilismo⁵⁰¹ revelou-se enquanto

⁵⁰¹ O probabilismo possibilitava optar, em caso de dúvida, pela opinião “mais provável”, ao contrário do “tutorismo”, segundo o qual o juízo devia se guiar pela “opinião mais severa”. No mundo ibérico, essa corrente de pensamento teve entre seus divulgadores o dominicano Medina (1528-80), professor em Salamanca, e o jesuíta Suarez (1548-1617), que ensinou em Roma, Alcalá, Salamanca e Coimbra.

uma abertura do pensamento jesuítico, na medida em que consentia a assimilação seletiva das teorias, de modo a refutar alguns pontos e aceitar outros (DELUMEAU, 1991, p. 104-109).

Na verdade, se não havia um total afastamento da cultura científica que circulava em outros países, em Portugal não encontramos uma figura à altura de Vesálio ou de Harvey no que diz respeito à medicina. E, de fato, os principais livros utilizados no curso ainda eram os de Hipócrates e Galeno. Contudo, é possível apontar indícios de que os letrados portugueses estavam a par dos avanços da medicina, da anatomia especialmente, que estavam ocorrendo no restante da Europa.

Por caminhos distintos, os conhecimentos anatômicos produzidos em locais como Holanda, França e Itália chegaram ao reino no transcorrer do século XVIII. Médicos em busca de novidades noticiavam em suas obras os avanços da ciência anatômica: em 1720, imprimia-se em Lisboa a obra do médico da Universidade de Salamanca, Francisco Soares Ribeiro, traduzido para o idioma luso pelo Licenciado Manoel Gomes Pereyra. Dentre outros aspectos, o médico buscava

Dar suficiente notícia dos novos inventos anatômicos, convém a saber do movimento circular do sangue [...] se segue que não conhecendo este novo invento, não podem [os cirurgiões] reter com facilidade um fluxo de sangue, ou de uma veia, ou de uma artéria (RIBEIRA, 1712, p. 13).

Francisco Soares Ribeiro avaliava como imperativo aos cirurgiões o conhecimento de noções de anatomia e comparava aqueles que a ignoravam “aos caminhantes que não sabem os caminhos” (RIBEIRA, 1712, p. 12). Destacava ainda, em especial, a união entre os experimentos práticos e a filosofia (RIBEIRA, 1712, p. 60).

A proeza realizada por Harvey ao esquadrihar os segredos da circulação sanguínea, em 1628, inspirou a publicação de *Tratado Physiologico, Médico-Physico e Anatômico da Circulação Do Sangue*, em 1735, pelo médico português João Marques Correia. Nele, o autor critica, “os que, alucinados, cuidam que toda a ciência médica se acha em arquivo de Hipócrates e Galeno” (ANDRADE, 1965, p. 134).

Cabe aqui destacar que a defesa de tais princípios não se reduzia aos médicos. Afeito às inovações científicas, o jesuíta Francisco Soares foi um dos divulgadores da obra de Harvey, que teria chegado às suas mãos por intermédio do anatomista

de Coimbra, Francisco Rodrigues Cassão (DIAS, 1953, p. 71). Outro clérigo a se mostrar em sintonia com as ideias dos “modernos” foi Raphael Bluteau, da Ordem de São Caetano. Nascido em Londres, filho de pais franceses, Bluteau fez seus estudos na França e Itália e estabeleceu-se em Portugal em fins do século XVII, tornando-se uma das figuras notórias da corte de D. João V. Em Portugal, publicou, entre 1712 e 1728, o *Vocabulário Portuguez e Latino* (BLUTEAU, 1712-1728).

Até mesmo os médicos tributários das concepções hipocráticas e galênicas davam notícias das teorias dos “modernos” como Vesálio, Fallopio e Harvey. Brás Luís de Abreu, médico que se enquadra nesse caso, declarava a respeito da anatomia: “do seu exercício se conseguem exatos e experimentais conhecimentos do número, uso, temperamento, feitio e composição das mesmas partes [do corpo humano], tudo em cômodo e utilidade do dito corpo”. A essas considerações, acrescentava: “E nós assim entendemos [...] que a Antiguidade não disse tudo, não acertou em tudo; porque vemos que os modernos dizem o que eles não disseram, acertaram no que eles não acertaram” (ABREU, 1726, p. 85).

As considerações de Brás Luís de Abreu parecem indicar o quão podia ser maleável a cultura portuguesa do século XVIII, a ponto de combinar em uma mesma obra concepções de medicina aparentemente díspares. Afinal, ainda que fizesse tais considerações em defesa dos modernos, o médico apresentava-se como um dos defensores da obra e dos princípios de Hipócrates, nome citado em diversas páginas de seu *Portugal Médico*, publicado em 1726 (ABREU, 1726, p. 205).

No entanto, tal maleabilidade não pode ser considerada característica geral. Pelo menos, é o que indica a crítica feita por Luís António Verney, clérigo oratoriano português radicado na Itália, que se insurgiu rigorosamente contra os estudos médicos em Portugal.

A partir daqui, voltaremos nossa análise à Carta Duodécima da obra *Verdadeiro Método de Estudar*, publicada em 1746. Na referida carta, Verney apresenta, além de críticas à forma livresca que caracterizava o ensino de medicina no Reino, um método de estudar “a verdadeira medicina a partir dos melhores autores em Anatomia, Clínica, Medicina e Cirurgia” (VERNEY, 1746, p.82).

Verdadeiro Método de Estudar: críticas à medicina lusa

Luís António Verney (1713-Lisboa – 1792-Roma) tornou-se conhecido, graças, principalmente, a obra *Verdadeiro Método de Estudar*, que alcançou larga repercussão⁵⁰² já no século XVIII. A primeira edição, em dois volumes, assinada por “um tal Barbadinho da Congregação da Itália”, foi publicada em Nápoles pelos impressores Gennaro e Vincenzo Muzio, e datava do início de 1746. Possivelmente no final daquele mesmo ano, uma segunda edição, falsamente atribuída à “oficina de António Balle, em Valensa”, foi enviada a Lisboa. Sua apreensão pelo Santo Ofício, ao chegar a Portugal, não foi um empecilho para sua difusão, posta, mais tarde, novamente em circulação. No ano seguinte, quando ele também publica sua *De Orthographia Latina*, uma segunda edição veio também de Nápoles. Mas, para seu alcance, teria contribuído uma terceira edição, datada de 1751, e que possivelmente foi editada no Convento dos Loios, em Lisboa (ANDRADE, 1966, p. 453-491).

O *Verdadeiro Método de Estudar* foi uma obra escrita contra o ensino tal qual era ministrado em Portugal, o que refletia, em certa medida, a experiência do próprio Verney como aluno dos jesuítas, com quem estudou no Colégio de Santo Antão e na Universidade de Évora, e dos oratorianos, com quem iniciou um curso de filosofia. Seu formato é epistolar, trata-se de dezesseis cartas que pretendiam apontar as reformas necessárias às treze áreas do ensino, criticando quais seriam suas mazelas e sugerindo o que seria, na opinião do autor, o “verdadeiro método” de ensino a ser adotado.

Diversas páginas do *Verdadeiro método de estudar* foram dedicadas ao tema da medicina. E também na carta duodécima que se dedica aos Estudos Médicos exclusivamente, Verney opõe-se veementemente ao ensino livresco na medicina, assim como o lugar consagrado às autoridades em lugar da prática, destacando os aspectos que não permitiam o médico conhecer o interior do corpo humano. Afirmava que os princípios galênicos eram prejudiciais aos estudos anatômicos e

⁵⁰² Sobre a repercussão da obra de Verney cf. LIRA, Bernardino Bravo. Verney y la ilustración católica y nacional em el mundo de habla castellana y portuguesa. *Historia*, n. 21, 1986, Instituto de Historia. Pontificia Universidad Católica de Chile. p.63-70. ZULUAGA, Isabel G.; MATEO, León Esteban. El Informe sobre los estudios y su contexto. In: MAYÁNS Y SISCAR, Gregorio. *Informe al rei sobre el método de enseñar em las universidades de España*. Valência: 1974. p.29. ROVIRA, Mariadel Carmen. *Eclécticos portugueses del siglo XVIII y algunas de sus influencias em América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

justifica que

O ódio dos galênicos à anatomia provém dos princípios que beberam da filosofia peripatética. [...]. Assentam que a natureza é aquilo que leram nos seus livros; e ao depois, reduzem tudo o que observaram na natureza aos princípios que têm bebido (VERNEY, 1746, p. 84).

A epístola já apresenta em suas primeiras páginas um diagnóstico do autor: “digo da Medicina o que já disse da Física, que nesse Reino, não se sabe de que cor é; e que nessa Universidade, sabe-se ainda menos.” (VERNEY, 1746, p. 88). A partir daí, Verney apresenta a definição que guiará sua argumentação: “A Medicina é a Ciência, que ensina a conservar e recuperar a vida perfeita e saúde do corpo humano.” (VERNEY, 1746, p. 88). De posse de tal definição, ele enumera os conhecimentos que são necessários a tal ciência:

Deve pois o Médico saber: 1. Que coisa é o corpo; 2. Que coisa é o corpo humano; 3. Que coisa é a vida do corpo humano inteira e perfeita; 4. Que coisa é a vida imperfeita e ofendida; 5. Que coisa é a saúde perfeita; 6. Que coisa é a saúde ofendida; 7. Que coisa até aqui tem descoberto o engenho humano, para conservar e recuperar a saúde. Estes conhecimentos podem ter qualquer filósofo, sem ser médico. 8. E o particular do médico é saber aplicar essa medicina, em certo tempo, e certo modo, e certa dose. (VERNEY, 1746, p. 88).

Definidas as prioridades, o autor passa a analisar cada uma delas. A primeira, diz respeito ao corpo, cujo conhecimento torna necessário o domínio da física e das questões sensoriais, assim como da geometria e da aritmética para se obter uma noção mais perfeita de sua composição e de suas propriedades (VERNEY, 1746, p. 88). De tal defesa, Verney apresenta uma nova crítica:

Desse primeiro princípio fica claro que conceito se deve formar da Medicina desse Reino. Porque sendo todos esses médicos peripatéticos, que vale o mesmo que dizer, ignorando a Filosofia, e especialmente a Física; é certo que não podem saber coisa alguma da Medicina (VERNEY, 1746, p. 90-91).

Para o autor, não basta conhecer o funcionamento do corpo em geral, é preciso que se conheça o corpo humano, descrito como “uma máquina hidráulica, muito mais perfeita que um relógio.” Aliás, segundo Verney “quem não tem esse conhecimento de Anatomia e os que dele se seguem, não é capaz de saber Medicina.” (VERNEY, 1746, p. 91).

Por diversas vezes, Verney critica duramente o ensino baseado em Galeno, afirmando que depois das descobertas de Harvey sobre a circulação do sangue, a Medicina cresceu e avançou muito. Por isso, segundo ele, “sem o estudo da

Mecânica do corpo, seguindo o mesmo método de Harvey [sic], não se poderá saber as causas de outras enfermidades. Finalmente, nisso convém todos os que têm juízo.” (VERNEY, 1746, p. 91).

A distância entre o conhecimento teórico e a prática, bem como o apego aos manuais considerados ultrapassados, constituíram os principais argumentos aos quais recorreu Verney em sua crítica ao ensino da medicina em Portugal. A Anatomia, sobretudo, foi apontada como ineficiente, segundo ele:

Esse conhecimento Anatômico é o que não se acha nesse Reino e, muito menos, nessa Universidade, onde de Anatomia não sabem senão o nome. [...] Na Universidade ainda que haja uma cadeira de Anatomia, não tem exercício, pois só duas vezes no ano fazem a tal Anatomia em um carneiro, cujas partes se mostram na escola. Não sei se V.P. poderá ler isso sem riso, eu estou-me rindo quando o escrevo. Querer saber anatomia do homem pela do carneiro é uma ideia nova. Pois ainda que as anatomias dos animais ajudem, para forma conceito de algumas partes do homem, contudo, primeiro se devem examinar mui bem no cadáver do homem. (VERNEY, 1746, p. 92)

As censuras continuam de maneira, muitas vezes, jocosa ao longo do texto “é coisa digna de riso que a um homem que cura o corpo humano, haja de ser prejudicial conhecer que coisa é esse corpo humano,” E ironiza: “formará melhor conceito da causa de uma enfermidade quem não sabe de onde ela se forma? Entenderá melhor a causa quem nunca viu um corpo aberto do que quem é prático das entranhas?” (VERNEY, 1746, p. 92). As análises de Verney parecem indicar a existência de certo desprezo a anatomia como forma de conhecer o corpo humano entre os lusos, que para o autor se explica pela opção galênica:

Essa é a antiga cantilena dos Árabes Galênicos: querem curar as coisas com discursos aéreos. E como a sua Física aprende-se somente nos seus livros, mas não na natureza; assim também a sua Medicina entende-se deve estudar no Gabinete e não no Hospital ou teatro Anatômico. Dizem mal dos anatômicos, porque eles considerando o corpo como uma máquina, como na verdade é, conhecem que muitas enfermidades se podem curar sem tantos remédios. Os Galênicos, pelo contrário, fundam-se em receitas grandes e curam às apalpadelas. (VERNEY, 1746, p. 93)

O oratoriano retoma inúmeras vezes às condenações aos galênicos e, num universo intelectual marcado pela distância entre a medicina e a cirurgia, insiste que um bom médico precisa ser, antes de tudo, um bom anatomista:

Quem diz que a Anatomia é prejudicial ao Médico não sabe a antiga obrigação do médico de ser bom Cirurgião, e, por necessária consequência, ótimo Anatômico? Para que do conhecimento das doenças externas passe a conhecer as internas, como nos ensina Boerhaave e Hipócrates. [...] Nem

eu posso entender a incoerência desses seus Médicos Portugueses em matéria de Anatomia. Se ela é supérflua e prejudicial à Medicina, não deviam nem mesmo consentir cadeira na Universidade, nem permitir que se mostrem as partes nas aulas. Se é útil, deve-se ensinar bem e não basta mostrar as partes principais, mas as miúdas e miudíssimas. (VERNEY, 1746, p. 95)

De maneira incisiva, Verney parece empenhado a difundir no Reino os princípios da ciência moderna e em diversos aspectos, sua obra espelha uma total rejeição à tradição reinante, bem como a tentativa de apresentar novidades:

Vemos que muitos dos Antigos conheceram bem as enfermidades e escreveram bem sobre a Semiótica, mas não acertaram nas curas, porque ignoravam as causas, atribuindo-as aos seus prejuízos. Por este princípio devo dizer a V. P. que o método de curar em Portugal, há de ser mal, porque sua filosofia é péssima. [...] já que esse método é unicamente galênico. [...] mas os autores que escrevem em Medicina moderna, fundam as suas razões no conhecimento da máquina corpo, nas leis da Mecânica e na constante experiência. (VERNEY, 1746, p. 113)

A recepção da obra de Verney em Portugal suscitou grande polêmica, sobretudo entre os jesuítas que procuraram questionar as ideias defendidas pelo clérigo. Outros dirigiam suas ressalvas a determinadas partes da obra, caso do médico Antônio Isidoro da Nóbrega e de outros letrados, como Miguel Maurício de Carvalho, Francisco de Pina e Melo, entre outros. Conforme observa Antônio Alberto de Andrade, embora todos esses autores admitissem a necessidade da reforma das ciências em Portugal, nenhum concordou em absoluto com as ideias de Verney. O que não significa, por outro lado, que os letrados portugueses não levassem em conta o mérito de sua obra. O padre João Baptista de Castro, cognominado o Cavaleiro de Oliveira, em um artigo publicado em 1762, no *Journal Encyclopédique* de Paris, via em Verney um homem de imensa erudição e corroborava as acusações, pois também compartilhava das ideias do clérigo sobre o estado precário em que se encontrava a cultura portuguesa (ANDRADE, 1966, p. 208-209).

De fato, a vinculação das ideias de Verney à Ilustração revela o papel do clero na introdução de inovações científicas em Portugal. Nesse contexto, merece destaque a atuação da Congregação do Oratório, fundada em Roma, em 1550, e estabelecida em Portugal, em 1668. Como já destacou Keneth Maxwell, os Oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais e coube a eles, em grande parte, a difusão no Reino das ideias de Bacon, Descartes, entre outros nomes da ciência (MAXWELL, 1996, p. 13-14). De maneira geral, suas propostas colocavam em questão a influência exercida pela Companhia de Jesus na educação, sobretudo, a

superior.

À guisa de conclusão

Partilhando com outros autores a crítica pedagógica à escolástica e aos jesuítas, o *Verdadeiro método de estudar* volta-se à apreciação da situação de cada ramo do saber — matemática, gramática, estudos jurídicos, física, medicina, etc. — para os quais sugere diversas modificações. No conjunto, a obra destaca a crítica ao conhecimento estabelecido sob uma autoridade única, quer fosse esta Aristóteles ou outro pensador; defendendo o uso da observação e da experimentação, norteadas pela indução, para chegar ao conhecimento. Verney oferece, assim, um projeto enciclopédico de reforma do saber ministrado em Portugal, assentado no racionalismo e na defesa do experimentalismo.

À medicina, em especial, Verney ressalta os prejuízos da filosofia peripatética, vinculada ao aristotelismo, para o estudo do corpo humano. Suas oposições diziam respeito à ideia apoiada pela filosofia peripatética de que a natureza podia ser conhecida somente por intermédio dos livros. Ao mencionar o “ódio dos galênicos à anatomia”, o oratoriano referia-se ao fato de que durante muito tempo a anatomia fora prática interdita, de forma que o saber acerca do corpo humano advinha somente a partir dos livros ou das dissecações de animais. Assim, o desconhecimento do corpo humano pelos galênicos nascia, segundo o clérigo, da própria visão que tinham do conhecimento, baseada mais na leitura dos manuais do que na experiência.

De maneira geral, a rejeição ao galenismo em Portugal por parte dos defensores do mecanicismo e de outras teorias médicas torna-se perceptível em diversos tratados médicos, principalmente naqueles publicados na segunda metade do século XVIII. Efetivamente, a concepção de ciência compartilhada pelos ilustrados em Portugal mostra a proximidade dos pensadores lusos e o Iluminismo no restante da Europa. Ao se opor aos sistemas antigos e reivindicar o experimentalismo, Luis Antônio Verney, por exemplo, incorpora a crítica moderna ao ensino livresco e a defesa na superioridade de técnica e da experimentação. A refutação do método peripatético se manifesta não apenas nas críticas, mas também nas propostas de reformas do ensino de medicina no Reino.

Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, Jul.-Dez. 2007, p. 149-172.

ABREU, Brás Luís de. **Portugal médico ou monarchia médico-lusitana histórica practica symbolica, ethica e política**. Coimbra: Officina de Joam Antunes, 1726.

ANDRADE, António Alberto Banha de. **Vernei e a cultura do seu tempo**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Disponível em: <http://purl.pt/13969> Acesso em 16 nov. 2015.

BRETON, David Le. **La chair à vif: usages médicaux et mondains du corps humain**. Collection : "Traversées".Paris: Métailié, 1993.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**: a confissão católica, séculos XIII a XVIII.São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a cultura europeia** (séc. XVI a XVIII).Coimbra, Biblos, 1953.

DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tradição na modernidade e modernidade na tradição**: a modernidade ibérica e a revolução copernicana. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. **As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química**. São Paulo: EDUC, 1997.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

RIBEIRA, Francisco Soares. **Cirurgia methodica e chymica reformada**. Lisboa:

[s.n.], 1721. Disponível em:
https://archive.org/stream/historiadamedici00lemo/historiadamedici00lemo_djvu.txt
Acesso em 12 dez. 2014.

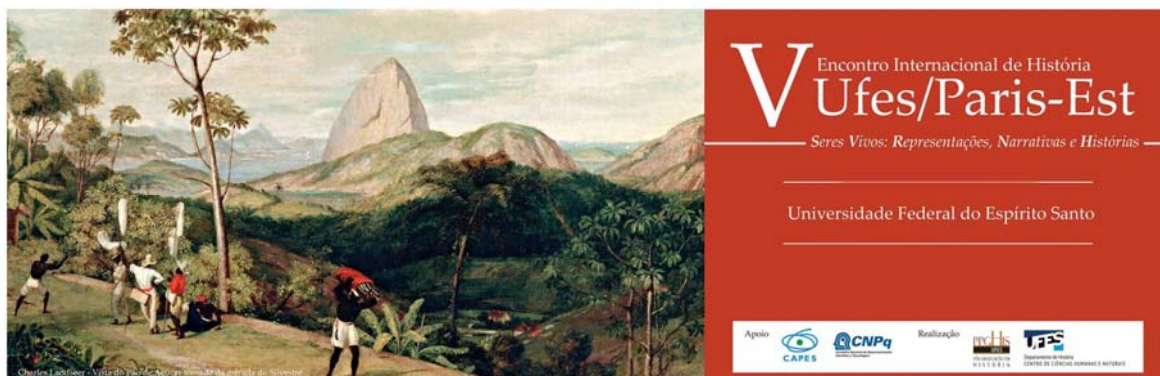
RIBEIRO, Márcia Moisés. **Exorcistas e demônios**: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

SÉRGIO, Antônio. O Reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal. In: **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, Tomo II, 1972, v. II

SOUZA, A Tavares de. **Curso de História da medicina**: das origens aos fins do século XVI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10316.2/29229> Acesso em 05 jan. 2015

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Tomo II. Carta XII - Estudos médicos, jurídicos e teológicos [1746]. Valença: Oficina de António Balle. Disponível em: <http://purl.pt/118>.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1999.



A CULTURA POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O BRASIL DO OITOCENTOS.

Paula Ribeiro Ferraz
Mestre em História – IFMG

RESUMO: O presente trabalho está inserido nos debates acerca da chamada Nova História Política, especialmente no que se refere aos estudos sobre as origens da categoria *cultura política* e seus usos pela historiografia. O objetivo é compreender as apropriações e singularidades do liberalismo brasileiro do século XIX, a partir da análise da cultura política da conciliação, seu papel no processo de construção do Estado e sua singularidade na década de 1850, através do “Gabinete da Conciliação”.

Palavras-chave: Cultura Política; Conciliação; Brasil Império; Século XIX.

ABSTRACT: The presente work is inserted in the debates about the so called New Political History, in what concerns the studies about the origins of the political culture category and its uses by historiography. The goal is to comprehend the appropriations and singularities of the brazilian liberalism in the XIX century, from the analysis of the political culture of conciliation, its job on the process os constructing the State and its singularities in the decade of 1850, through the “Conciliation Cabinet”.

Key words: Political Culture; Conciliation; Brasil Empire; XIX Century.

Cultura política: história e historiografia

No início do século XX a história política passou a estar associada a tudo de obsoleto que tocava as pesquisas históricas. Entretanto, desde a década de 1970, ela vem

retornando ao primeiro plano da cena historiográfica, quando uma série de estudos, sob diferentes perspectivas, retomaram as reflexões sobre problemas que se colocam em relação ao domínio da política. Inseridos em diversas tradições intelectuais e operando uma estrutura conceitual herdeira de diferentes disciplinas, esses estudos significaram uma revitalização do campo, sublinhando novas e importantes dimensões da política na história. (RÈMOND, 1996 e 1988; GOMES, 1996; KUSCHNIR, 1999).

Foi nesse contexto que a renovada historiografia política apropriou-se do termo *cultura política*, a fim de abrir novas perspectivas de interpretação dos fenômenos políticos, a partir de um viés pouco utilizado pelas abordagens tradicionais. Para os autores que se apropriaram desta categoria,

a análise de fatores culturais como valores, crenças, normas e representações ajuda a esclarecer e a compreender as múltiplas facetas do político, notadamente a origem de determinadas formas de ação e de comportamento na esfera pública, que não se explicam somente pela determinação de interesses individuais ou coletivos, mas também pela influência de valores, da fé e pela força da tradição ou do costume (MOTTA, 2009, p. 9).

Inicialmente, ainda no contexto das ciências sociais, a cultura política foi pensada com a finalidade de compreender a origem dos sistemas políticos democráticos, em termos de espaço nacional, com implicações etnocêntricas. Para isso, os primeiros autores, criaram uma complexa tipologia das diferentes formas de cultura política, definida como um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores” (MOTTA, 2009).

Entre os historiadores, o interesse pela cultura política se deu a partir do final dos anos de 1980, dentro do contexto de “hegemonia do paradigma culturalista”. O conceito de cultura política permitiu interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e sensibilidades (GOMES, 2005: 30), ou seja, proporcionou um resgate da ação do homem no campo político, reconhecendo a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem as disputas pelo poder

(GOUVÊA, 1998: 33).⁵⁰³

Desde então, uma série de trabalhos tem utilizado a categoria cultura política. Rodrigo Patto Sá Motta, entretanto, destaca o risco da banalização, graças ao uso generalizado do termo, pois “muitas vezes, a categoria tem servido apenas de rótulo novo para conteúdo antigo, como estratégia para alcançar melhor inserção no mercado acadêmico ou na mídia” (MOTTA, 2009: 14). Assim, é preciso algum rigor no uso de conceitos e categorias, em que se faz necessário reconhecer seus problemas e suas potencialidades.

Para Sirinelli, cultura política pode ser entendida como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mas largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998: 350). Ângela de Castro Gomes, por sua vez, a define como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo” (GOMES, 2005: 1). Nesse mesmo sentido, Rodrigo Patto Sá Motta a reconhece como “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009: 21).

Embora a definição e as formas de utilização da categoria cultura política variem de autor para autor – pois se trata de um fenômeno de múltiplos parâmetros que permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos - existem alguns pontos de convergência que admitem certa inteligibilidade acadêmica.

Primeiro: um dos consensos é a compreensão de que as culturas políticas só existem em fenômenos estruturados e reproduzidos na longa duração, uma vez que

é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma nova ideia, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir evidente a um grupo importante de cidadãos (BERSTEIN, 1998).

⁵⁰³ Cabe destacar que na historiografia francesa o uso da categoria apareceu no início dos anos 1990, principalmente nos trabalhos de Jean-Pierre Riox e Jean-François Sirinelli, integrantes de um grupo que se formou sob a liderança de René Rémond e se desenvolveu a margem da dominante Escola dos Annales.

Assim, o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças e pela força da tradição. Neste sentido, não há lugar para o efêmero.

Segundo: embora fenômenos do tempo longo, as culturas políticas não devem ser vistas como realidades imóveis, elas funcionam como um corpo vivo que evolui. As evoluções, porém, não resultam apenas das adaptações necessárias às circunstâncias, elas dependem também das influências que exercem as culturas políticas vizinhas. Assim, as que demonstram maior dificuldade para se reciclar correm riscos de perder espaço ou desaparecer.

Terceiro: é preciso considerar também os vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas. Instituições como a família, a escola, os sindicatos e a igreja funcionam como canais de socialização política. A ação desses vetores pode ser muitas vezes contraditória, mas é justamente as influências diversas que proporcionam aos atores a construção de uma determinada cultura política (BERSTEIN, 1998: 356-357).

Quarto: o conceito pode ser aplicado também a diferentes espaços, servindo para designar desde coletividades reunidas em torno de projetos específicos até grupos nacionais ou regionais. E

não há incompatibilidade entre os dois modelos de conceber cultura política, no singular e no plural, o modo pluralista e a perspectiva nacional. É possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo [...] ao mesmo tempo convivendo com culturas ou sub-culturas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum (MOTTA, 2009, p. 24).

Berstein acredita que no interior de uma nação exista uma

pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangências que correspondem à áreas de valores partilhados. Se, num dado momento da história, essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz inflectir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas (BERSTEIN, 1998, p. 354).

É importante ressaltar, porém, o perigo em se afirmar a existência de uma cultura política única ou hegemônica, o melhor é trabalhar com ideia de culturas políticas mais “abrangentes” ou “dominantes”.

Quinto: ao se utilizar a categoria cultura política são necessários alguns cuidados no que se refere à aproximação com outros conceitos. Primeiramente, é importante estar claro que “cultura política não é sinônimo de política cultural, que pode ser definida como o conjunto de ações de determinado Estado ou agente político direcionadas à cultura. (MOTTA, 2009: 25). A cultura política também não deve ser confundida com ideologia.

Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de ideias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos, valores, representações e ao evocar a fidelidade a tradição (MOTTA, 2009, p. 27-28).

Assim posto, buscaremos analisar a construção do Estado Imperial no Brasil do século XIX a partir desta renovação historiográfica, compreendendo liberalismo e conciliação como culturas políticas significativas neste processo.

O Brasil do oitocentos: liberalismo e conciliação

O movimento de independência e o processo de construção do Estado Imperial brasileiro foram responsáveis pela gestação e difusão de novas culturas políticas. Para Bernstein, o interesse em identificar uma cultura política é duplo: na dimensão individual, permite compreender as raízes e filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos a partir da descoberta de suas motivações; na dimensão coletiva, fornece dados que permitem compreender a coesão de grupos organizados, o fator de comunhão de seus membros, a visão de mundo comum, com leituras partilhada do passado e perspectivas idêntica de futuro (BARATA, 2007: 355).

Segundo Marco Morel, sob a unidade do vocabulário *liberalismo* havia uma diversidade de sentidos, variando de acordo com o tempo, espaço geográfico e lugar social (MOREL, 2005: 48). Desta maneira, não existe nenhuma doutrina genuína do liberalismo, mas sim elementos formais centrais que funcionaram de modos diferentes em contextos e tradições nacionais diversas, sugerindo que no liberalismo há um processo contínuo de reflexão (VICENT, 1995: 35).

A cultura política do liberalismo, e suas possibilidades para o pólo americano⁵⁰⁴, entraram mais efetivamente no Brasil a partir dos desdobramentos da Revolução do Porto, em 1820. Nesse momento, a literatura política transformou-se em uma das principais fontes para a identificação das palavras, ideias, valores e representações pelos quais se exprimiu essa nova cultura política.

O momento histórico entre 1820 e 1823 configurou-se, portanto, como um período privilegiado, em que a linguagem se politizava e entrava na vida pública [...] a oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia regenerar, e o liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia construir, traduziu fundamentalmente o ideário político dessa época (NEVES, 2001, p. 79).

Segundo Maria Fernanda Martins, o *Correio Brasiliense*, editado em Londres, livre de qualquer gênero de censura,

Encontrou ávidos leitores e ajudou a preparar uma nova geração de políticos e intelectuais que brilharia nos debates do Primeiro Reinado, entre eles Silvestre Pinheiro Ferreira e os adeptos do chamado 'liberalismo doutrinário', que teria em Paulino Soares de Sousa, visconde do Uruguai, mais tarde conselheiro de Estado, um de seus principais expoentes (MARTINS, 2007, p. 65).

Os *Manifestos* de 1 e 6 de agosto de 1822, redigidos respectivamente por Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio, são indicadores de uma nova ordem político-social que se formava. Ledo, com uma posição mais radical, ao criticar o restabelecimento do sistema colonial no Brasil, declarava ser incompatível conciliar este plano absurdo e tirânico com as Luzes e o liberalismo que altamente apregoava o Congresso português. Era uma declaração de liberdade e de independência, numa atitude de hostilidade as Cortes de Lisboa. Já Bonifácio, herdeiro da tradição coimbrã, procurava mostrar, sobretudo, que ao consolidar-se a liberdade brasileira, pretendia-a também salvar Portugal de uma nova classe de tiranos, que se encontravam nas Cortes. Nesse sentido, a conotação de liberalismo era mais moderada, sendo um instrumento de equilíbrio de poderes, em especial, um meio de deter o avanço das Cortes de Lisboa. (MARTINS, 2007: 87-88).

Com o tempo, uma nova realidade se impôs e converteu o ideal liberal em uma

⁵⁰⁴ O discurso liberal no Brasil, com todas as suas especificidades, constituiu-se herdeiro da corrente do liberalismo pós Revolução Francesa, o que Pierre Manent denominou de "segundo liberalismo", "que se manifestou na primeira metade do século XIX, assemelhou-se muito pouco ao primeiro [...] Toda tarefa do segundo liberalismo consistiu, de certa maneira, em absorver o choque produzido pelo complexo de acontecimentos, sentimentos e idéias condensados na expressão: Rosseau e a Revolução Francesa" (MANET, 1987: 123).

proposta de separação, culminando com a independência. Quando, por fim, D. Pedro I foi coroado, o Império brasileiro triunfara, mas os atores mais democráticos encontravam-se presos ou exilados. Restou a possibilidade de uma monarquia constitucional, nos moldes daquelas que a Europa da Restauração conhecia desde 1815. Estava assim, lançadas a bases do “liberalismo moderado” (BARRETO, 1989: 72). Deste modo, “o Império do Brasil nasceu sob o signo de um Estado cujos traços pareciam atribuir, na realidade, ao absolutismo ilustrado a paternidade” (NEVES, 2001: 101).

O liberalismo moderado afirmou-se também na Constituição de 1824. Numa época marcada pela busca da legitimidade constitucional que não representasse nem um retorno ao Antigo Regime nem um aprofundamento revolucionário, a corrente doutrinária defendida por Benjamin Constant⁵⁰⁵ encontrou adeptos na elite política nacional. (BARBOSA, 2001). Constant simpatizava com o ideal de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo. Para Silvana Mota Barbosa, existem dois pontos centrais nas obras de Constant.

Primeiro, não resta dúvidas de que Benjamin Constant foi o teórico mentor da principal novidade da Constituição de 1824 – o poder moderador – quando elaborou e reelaborou ao longo de sua vida política a estrutura de quatro poderes e a teoria de um poder real ou poder neutro. As mudanças aconteceram na forma como ele reforçava ou não determinados aspectos deste poder na estrutura política. Um segundo ponto é que em seu amadurecimento intelectual, ligado aos eventos políticos franceses, percebe-se sua preferência pela monarquia constitucional, como forma de governo mais adequada à plena efetivação do sistema representativo, preferência esta que teria servido para aumentar as simpatias por sua obra num recém-fundado Império (BARBOSA, 2001, p. 60).

Para além dos conflitos iniciais que marcaram o Primeiro Reinado, a abdicação e a Regência abriram dois caminhos para a efetiva ascensão da política moderada: a representação parlamentar e as reformas constitucionais (SILVA, 2009: 199). Entretanto, a maioria moderada que dominou os primeiros anos da Regência, dividiu-se a respeito do aprofundamento da reforma liberal. Segundo Jeffrey Needell,

um movimento de reação levou a um novo partido majoritário em 1837, privilegiando um Estado forte equilibrado com parlamento e gabinetes representativos. Este partido, posteriormente conhecido como os Conservadores, enfrentou uma oposição, depois conhecida como os

⁵⁰⁵ BARBOSA, Silvana Mota. “A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial”. Campinas, SP: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2001.

Liberais que, embora compartilhassem algumas crenças liberais, inicialmente compuseram uma aliança de ocasião (NEEDELL, 2009).

O período que se estende da abdicação de D. Pedro I, em 1831, à ascensão do Gabinete da Conciliação, em 1855, foi, segundo Fábio Santa Cruz marcado por *ondas conciliatórias*. Embora o autor não trabalhe com o conceito de cultura política, identifica nos debates parlamentares uma busca pela conciliação, pela moderação política. Fábio Santa Cruz identifica no *Regresso*, porém, assim como Needell, um momento de ruptura com a ideia de conciliação, em nome de uma política conservadora (CRUZ, 2008). Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães a face revolucionária do liberalismo moderado também sobreviveu e, “embora mutilada pelo insucesso de 1832, conseguiu recompor-se e veio desabrochar, desfechando um outro Golpe, desta vez bem sucedido, o da Maioridade, em 1840” (GUIMARÃES, 2001).

Jeffrey Needell ressalta, porém, que no momento em que D. Pedro II começou a assumir maior controle sobre assuntos políticos, os grandes nomes da política imperial “foram aparentemente atraídos para uma crescente moderação partidária e para um reformismo gradual, sendo incorporados ao poder no despertar da própria direção política do imperador” (NEEDELL, 2009: 19). Essa mudança, marcada pela maturidade de D. Pedro, daria o tom da política do Segundo Reinado e, especialmente, do Gabinete da Conciliação (1853-1857).

José de Alencar definiu a política proposta pelo marquês do Paraná com as seguintes palavras: “A conciliação. É verdade que esta palavra resumia toda a situação, e não era senão o eco mais ou menos remoto do pensamento de todos os homens da política; era o fato palpitante, a fase saliente da época.” Trata-se de um artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 1856, por ocasião da morte do idealizador da Conciliação.

De fato, o fim da Revolução Praieira (1849) marcou uma nova fase para liberais e conservadores (MARSON, 1987 e 2005). Enquanto os conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, os liberais, depois das experiências frustradas, buscavam novas estratégias para se aproximar do poder. E foi nesse contexto que assumiu o décimo segundo gabinete do Segundo Reinado, conhecido como o Gabinete da Conciliação. Para

Paraná “a conciliação não significava unir os partidos, nem tão pouco conferir-lhes unidade de pensamento. Tratava-se de um modo diferente de encarar a política, de forma a garantir um apoio mais amplo ao ministério” (VAINFAS, 2002: 154).

Deste modo, é necessário, primeiramente, compreender o Gabinete da Conciliação, assim como muitos dos gabinetes entre 1840-1870, como fruto de uma cultura política liberal moderada, gestada e praticada ao longo do processo de construção do Estado Imperial. Como ressalta Maria Fernanda Martins,

esse ideal de imparcialidade já vinha caracterizando o pensamento político brasileiro desde os primórdios do regime constitucional, do qual era testemunho a própria adoção e manutenção do Poder Moderador, e que patrocinaria o espírito da conciliação, perseguida tão habilmente pelo marquês do Paraná na década de 1850 (MARTINS, 2007, p. 110).

Nesse sentido, o Gabinete da Conciliação representou a coroação de uma cultura política que visava, em última instância, diminuir os conflitos internos da elite, possibilitar a execução de um programa de reformas que necessitava de um amplo apoio político e, por fim, garantir a governabilidade do Estado. A importância de se identificar a cultura política da conciliação está ligada a dois aspectos: primeiro, explica a matriz cultural, o substrato comum dos estadistas; segundo, situa o gabinete em um contexto mais amplo da formação do Estado e da Nação. (MATTOS, 2004; CARVALHO, 2008).

Deste modo, é preciso ressaltar três pontos centrais: primeiro, a cultura política da conciliação não surgiu com o gabinete de seis de setembro de 1853 e, tampouco, desapareceu após a sua saída; segundo, paralelamente a essa cultura política, surgiram e se desenvolveram outras culturas políticas; terceiro, é importante notar que a existência de uma cultura política da conciliação não assegurou a tranquilidade do Império ou garantiu a ausência de conflitos políticos. Na prática, a moderação refletia mais uma negociação do que um comedimento e, sendo assim, nem sempre foi capaz de conter os desacordos.

Para além disso, e quando se estabelece um enfoque mais conjuntural, é possível perceber ainda que, embora a conciliação fosse parte da cultura política do Império, especialmente até 1870⁵⁰⁶, D. Pedro II, Paraná e seu grupo, souberam utilizar tal

⁵⁰⁶ Segundo José Murilo de Carvalho o sistema imperial começou a cair em 1871, após a Lei do Ventre Livre (CARVALHO, 2008: 322).

cultura de modo a efetivar um projeto de governo que, até o momento, não havia sido concretizado. Ou seja, a cultura política da conciliação forneceu inspiração e subsídios para a construção de um projeto político mais específico durante os anos do Gabinete Paraná.

Por fim, sobre o contexto no qual a Conciliação foi gestada e se desenvolveu, bem como os anos posteriores ao gabinete, podemos dizer que

a derrota do radicalismo – cujo símbolo foi o fracasso da Praia pernambucana – foi a derrota do espírito revolucionário, a vitória de uma forma própria de reformismo: excludente e de caráter gradualista, organizado, dirigido e controlado pelo Estado. Foi a vitória de uma versão conservadora do liberalismo, despojada de heroísmo e referência popular. Sob as frustrações e desventuras do democratismo liberal, ergueu-se e consolidou-se um sistema monárquico de tipo parlamentarista que – amoldando-se às características do país e reforçando-as – cimentou um mecanismo institucional alimentado por um jogo político de poucos parceiros. Com ele, o país conheceu uma longa época (cerca de três décadas) de aparente estabilidade, modernização e progresso material, com os conflitos controlados de cima, reformas postergadas *ad nauseum* e importantes traços coloniais reproduzidos. (MARTINS, 2007).

Conclusão

O trabalho procurou demonstrar como o liberalismo, enquanto cultura política, forneceu para os construtores do Estado Imperial leituras comuns do passado e inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro. Tal cultura política foi determinante no desenrolar dos acontecimentos do Império. A elite política imperial compartilhou valores, tradições, práticas e representações políticas que possuíam em comum o desejo de construir o Estado e manter a ordem, sem perder de vista os elementos-chaves de um sistema político moderno e liberal.

Deste modo, a análise da cultura política liberal característica do Brasil do XIX, bem como da interligada cultura política da conciliação, das quais o Gabinete da Conciliação é parte fundamental, nos ajuda a entender a origem de determinadas formas de ação e de comportamento dentro da esfera pública, que não se explicam somente por determinados interesses individuais ou até mesmo coletivos, mas também pela influência de valores e pelas forças da tradição.

Bibliografia

BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de

Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e Cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 355.

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial**. Campinas, SP: Tese de doutorado em História, Unicamp, 2001.

BARRETTO, Vicente & PAIN, Antonio. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Editora da USP, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4ª edição.

CARVALHO, Marcus. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº8, novembro 2008.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história” política**: o retorno da história política. Resenha de RÉMOND, René (org). Pour une histoire politique. Paris: Servil, 1988. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.265-271, 1992.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel ET alii (Org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no Campo da História Cultural. **Revista de História Regional**. Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.103-126.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.13, n.24, 1999.

MANET, Pierre. **História Intelectual do Liberalismo: Dez Lições**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

MARSON, Izabel. Poupar os submissos e debelar os soberbos: humilhar para conciliar. In: MARSON, I. A. e NAXARA, M. (org.). **Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Ed. UFU, 2005.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MOREL, Marcos. **As Transformações dos Espaços Públicos: atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p.13-37.

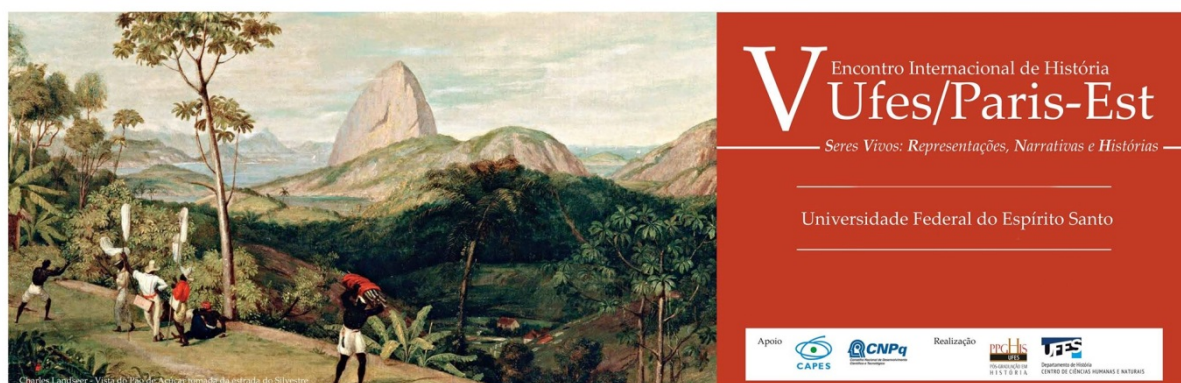
NEVES, Lúcia Maria Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: Idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil Imperial: Origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.73-101.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV / UFRJ, 1996.

SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTA CRUZ, Fábio. **Em busca da conciliação**: Idéias políticas no Parlamento do Império do Brasil. Brasília, DF: Tese de doutoramento em História, UNB, 2008.

VICENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.



PONTO DE EQUILÍBRIO: TRADIÇÃO E PLANEJAMENTO COMO VETORES DA RECOMPOSIÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Paulo César Ruas Oliveira Santos
Mestre em História – UFES

RESUMO: O caráter excludente do processo de industrialização e da modernização agrícola ocorrido no Brasil a partir da década de 1950 reproduziu uma relação de passividade e, de dependência do meio rural frente às atividades industriais, desenvolvidas principalmente nos grandes centros urbanos. Diante desse quadro algumas famílias agrícolas de Venda Nova do Imigrante encontraram na multifuncionalidade das propriedades, ou seja, no agroturismo, o caminho para uma melhor qualidade de vida e, uma menor dependência da monocultura do café. Nosso artigo buscou, através de pesquisa empírica, entender a realidade das propriedades envolvidas com o agroturismo e sua relação com a economia cafeeira.

Palavras-chave: Agroturismo; Economia Cafeeira; Agricultura Familiar; Tradição Cultural.

ABSTRACT: The excluding character of the agricultural modernization and industrialization process that occurred in Brazil since the 1950's generated a relationship of passiveness and dependency of the rural areas toward industrial activities developed mainly on large urban areas. Facing this picture, some families of Venda Nova do Imigrante found on agritourism a way to better life quality and less dependency on coffee monoculture. Our paper sought, trough empirical research, to understand the reality of the agritourism involved properties and their relation with the coffee monocultural economy.

Key-words: Agritourism, Coffee Economy; Family Farming; Cultural Tradition.

Venda Nova do Imigrante no contexto das mudanças socioeconômicas: a matriz do agroturismo

O município de Venda Nova do Imigrante reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR em 2006, como Capital Nacional do Agroturismo, foi criado em 06 de maio de 1988⁵⁰⁷, seu processo de emancipação foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento ocorrido após a construção em 1968 da BR 262 que corta a cidade e liga a capital Vitória (E.S) a Belo Horizonte (M.G). Durante muito tempo a Rodovia BR 262 foi a sua principal avenida, tendo favorecido seu crescimento, pois facilitou o escoamento produtivo, o acesso a outras cidades e o tráfego de turistas e viajantes.

Venda Nova do Imigrante é um município com predominância geográfica montanhosa situada a 733 metros de altitude e distante 104 km da capital do estado, fica localizada na Região Central Sul do Espírito Santo, ocupando uma área territorial de 188,9 km². Seus principais vizinhos limítrofes são Domingos Martins e Afonso Cláudio ao norte e Castelo na parte sul (INCAPER, 2011). Dados disponíveis na prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante informam que a economia local é assentada predominantemente na agricultura, com a produção de hortifrutigranjeiros e de café, este último, seu principal produto agrícola. Porém, levantamentos realizados pelo INCAPER no ano de 2011 acrescentaram que além das atividades referidas pela prefeitura municipal, existem atividades não agrícolas desenvolvidas no espaço rural, com destaque para o agroturismo e a agroindústria, que fazem parte do conjunto das principais atividades responsáveis pela geração de emprego e renda.

Pin; Carnielli (2007, p.15-16) destacam que o modelo de agroturismo desenvolvido em Venda Nova do Imigrante nasceu espontaneamente, com as famílias vendendo o que era produzido em suas propriedades rurais, tendo sido de grande importância no início das atividades a prática de uma família indicar a outra, pois logo se

⁵⁰⁷ Até o ano de 1988, o então Distrito de Venda Nova pertencia ao município de Conceição do Castelo. A construção da emancipação política, fruto dos anseios da população em proporcionar ao município status político administrativo e uma maior autonomia na promoção do desenvolvimento local, esteve diretamente ligada à enorme influência da Rodovia Presidente Costa e Silva, denominada e conhecida pela grande maioria por BR-262, que ao cortar o antigo distrito por uma extensão de 10 km, contribuiu enormemente para a sua urbanização e o seu crescimento, pois segundo o INCAPER (2011, p.5) até a construção da BR 262 o comércio da região era muito dependente da via de ligação existente entre Castelo - ES e Cachoeiro de Itapemirim – ES.

percebeu que quanto mais propriedades tivessem envolvidas maiores seriam as ofertas de atrativos para o turista. No ano de 1996 foi criada pela prefeitura de Venda Nova do Imigrante a Secretária de Turismo, dando início a diversas iniciativas que visavam incentivar a atividade do agroturismo na região. Neste período os agricultores enfrentavam sérias dificuldades junto aos órgãos estaduais e federais para poderem comercializar seus produtos, pois não havia uma legislação específica para o turismo rural, um desses conflitos estava na exigência de adequação aos padrões de higiene por um lado e, do outro a necessidade dos agricultores em manterem a rusticidade do ambiente para atrair o turista, que na maioria das vezes queria visitar as áreas onde os produtos eram fabricados, prática proibida pela Vigilância Sanitária.

Dentre as dificuldades e limitações impostas aos agricultores, também existia a proibição de se maturar o queijo em prateleiras de madeira e, a utilização de porcos criados no próprio sítio para a produção do socol⁵⁰⁸, esses fatores, segundo alguns produtores descaracterizava bastante seus produtos. Diante da necessidade de atender a legislação vigente, que era voltada para as grandes estruturas, a comunidade local articulou em conjunto com a Associação do Agroturismo de Venda Nova - AGROTUR uma municipalização da legislação, tendo conseguido junto à prefeitura municipal, em setembro de 1994, a criação do Selo de Inspeção Municipal - SIM, que veio para atestar a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal produzidos nas propriedades vendanovenses (NASCIMENTO, 2013). Esse entrave voltou a se repetir ano de 2012, quando o governo capixaba estabeleceu novas normas para o comércio intermunicipal de produtos, tendo culminado em 2013 numa adequação do selo de inspeção no município de Venda Nova do Imigrante às regulamentações estaduais. Além do ônus pecuniário essas novas adequações levantaram a questão da descaracterização do aspecto artesanal dos produtos do agroturismo.

Para entender melhor esses e outros problemas enfrentados pelos agricultores, assim como a realidade atual dessas propriedades, fomos a campo, visitamos dez

⁵⁰⁸Socol é um embutido defumado de porco legado pelos imigrantes italianos à culinária de Venda Nova do Imigrante. O original tinha outro nome – *ossocollo* – e era feito com a carne do pescoço do animal. Mas, nas cozinhas vendanovenses, ele ganhou, além de um apelido, um novo ingrediente para se ajustar ao paladar do brasileiro: o lombo. Com isso, o *ossocollo* de Venda Nova se desvincilhou da sua origem, se tornou único no sabor e virou, definitivamente, o socol de Venda Nova do Imigrante. Outras informações veja: <<http://www.rotacapixabas.com>>.

propriedades reconhecidas pela sua atuação no agroturismo. A primeira propriedade visitada foi a Fazenda Providência, localizada na Rodovia Pedro Cola Km 4, pertencente à família Carnielli e que possui 255 hectares, já divididos entre os dez irmãos, onde um dos sócio proprietários, o Sr. Antônio Carnielli,⁵⁰⁹ nos concedeu a entrevista, que esclarecemos através do texto a seguir. O entrevistado inicia relatando que a propriedade trabalha com uma ampla diversidade de produtos registrados com um padrão de alta qualidade, subdivididos na fabricação e a venda de queijos especiais como o Morbier, Resteya⁵¹⁰, Parmesão, os condimentados e os com recheios de geleia, iogurtes sem lactose, cafés especiais torrados e moídos, fubá moído de pedra, biscoitos, pães caseiros, derivados do leite como doce, puíña⁵¹¹, ricota, embutidos de porco como o socol, o lombo defumado e o embutido de pernil.

Antônio Carnielli informou que a fazenda foi comprada em 1921, pelo seu avô Domenico Carnielli, e atualmente é administrada por ele (Antônio), e mais três de seus irmãos, Pedro, Leandro e Danilo Carnielli. A aquisição foi efetuada através da compra direta e segundo Antônio se deu em três etapas, sendo a primeira compra compreendida do local onde hoje está situada a sede com área média de 60ha, seguida de 60ha e 135ha, em média, respectivamente. De acordo com Antônio Carnielli acreditou-se que a fazenda media 260ha e às vezes até mesmo 270ha, porém depois que as terras foram retombadas (medidas) para a partilha, ou seja, efetuada novas medições topográficas, descobriu-se a existência de 255ha. Nosso entrevistado relata que vivem na propriedade onze pessoas da família, e que a base produtiva ainda se reforça na experiência e em princípios da unidade familiar, mas que a mão de obra utilizada é toda assalariada, compreendida por cinquenta funcionários diretos.

Quanto à origem produtiva da propriedade após a aquisição pela família, ela foi

⁵⁰⁹ Entrevista de História Oral com o Sr. Antônio Carnielli, realizada na Fazenda Providência, no dia 26 de março de 2014. Realizada pelo autor.

⁵¹⁰ O Morbier é um queijo tipo francês suave e levemente picante. Apresenta-se com uma linha de carvão vegetal comestível em seu interior, em sua casca é passada um preparado de urucum dando assim sua cor avermelhada. Já o Resteya, é um queijo de origem italiana, massa de textura macia, sabor doce, produzido exclusivamente pela família Carnielli no Brasil. Ideal para consumir com aperitivos acompanhados com vinho. Outras informações veja: <<http://www.carnielli.com.br>>.

⁵¹¹ Produto também conhecido por Ricota Fresca e, que tem a sua fabricação feita a partir do soro do leite, de excelente textura e fácil digestão. Possui baixo teor de gordura e alto valor protéico, sendo muito utilizado na culinária em geral, desde a fabricação de massas e doces, ou mesmo consumido *in natura*. Outras informações veja: <<http://www.carnielli.com.br>>.

baseada na produção de café, mas também sempre cultivaram milho, feijão e demais produtos para a manutenção do grupo familiar, pois o hábito comum era de buscar na venda apenas sal e querosene para as lamparinas. No período da crise do café nos anos de 1960 a família chegou a ser indenizada por alguns pés de cafés erradicados, mas a crise do café não afetou de forma expressiva a economia da família, tendo retomado o plantio cafeeiro longo em seguida. Como a fazenda da família Carnielli tem um porte maior que as demais propriedades envolvidas no agroturismo, além do cultivo de café, também há o plantio de eucalipto, com destino a serrarias para a fabricação de móveis.

A propriedade dos Carnielli, e seu setor produtivo são equipados com tecnologia moderna e predomina a especialização do conhecimento voltado para a qualidade dos produtos, que se apresentam com alto padrão de qualidade no mercado interno e externo ao estado. As vendas dos produtos são realizadas na lojinha dentro da propriedade, e em vários supermercados da Grande Vitória e do país, pois existe até mesmo a possibilidade de compras efetuadas pela internet.

Em visita ao Sítio Descanso, de propriedade da família Busato, fomos recebidos por Carmem Busato Lorenzoni⁵¹² uma das filhas do senhor Joãozinho Busato, viúvo da senhora Iria Busato. A propriedade de 26 ha foi adquirida através da compra pela senhora Maria Canal, mãe do senhor Joãozinho Busato, em 1936. O sítio pertence aos irmãos Lúcio, Márcia, Carlos, Geraldo e Carmem e, está localizado na Rodovia Pedro Cola km 4,5, bem ao lado da propriedade da família Carnielli.

Os gêneros cultivados no início das atividades, ainda no tempo de dona Maria Canal, eram o café, milho, fubá, feijão, milho branco usado em substituição ao trigo na fabricação de bolo e, a criação de porcos e galinhas. Carmem Busato caracteriza a propriedade da família de café com leite, numa referência ao plantio de café e a criação de gado com destino a produção leiteira para a fabricação dos queijos e dos iogurtes, produtos que são vendidos na própria propriedade e em estabelecimentos comerciais do município de Venda Nova do Imigrante.

A criação e a alimentação do gado com pastos próprios, a produção leiteira e a pasteurização do leite, destinado à fabricação de queijos e derivados são realizadas

⁵¹² Entrevista de História Oral com a Sra Carmem Busato Lorenzoni, realizada no Sítio Descanso de propriedade da família Busato, no dia 26 de março de 2014. Realizada pelo autor.

no próprio sítio, características encontradas em poucas propriedades, ou seja, a permanência de todo o processo produtivo na propriedade, assim ocorre com os demais produtos. Carmem Busato nos contou que a qualidade de vida da família melhorou muito depois do advento do agroturismo e, recordou do tempo em que por falta de meio de transporte público e por morar na zona rural, teve que abandonar os estudos antes mesmo de completar o Ensino Médio, casou-se em 1995 e foi morar no centro urbano onde passou a exercer a profissão de costureira. Para ela o agroturismo proporcionou o resgate da família, pois trouxe o seu retorno e dos seus irmãos para a propriedade e para perto do pai.

A atividade do agroturismo no sítio da família Busato, teve início no começo de 1990 pelas mãos de sua mãe dona Iria, Carmem lembrou que nesta época, sua irmã Márcia e seu irmão Geraldo iam uma vez por semana, revender os pães fabricados por sua mãe na feira que existia próximo à Escola Fioravante Caliman no centro de Venda Nova do Imigrante.

Na entrevista realizada com Carmem e sua irmã Márcia Busato, fica claro o peso da mulher no agroturismo, pois segundo elas, seu pai sempre se dedicou a parte da agropecuária, enquanto a sua mãe, além dos afazeres em casa e da lida na roça, preparava na cozinha da família os produtos para serem vendidos na feira. A organização com vistas ao mercado segundo Carmem se deu principalmente pelas mãos de Ronald Mansur⁵¹³, amigo da família e editor do Jornal do Campo, um programa de televisão das manhãs de domingo. Na época ele levava os queijos da família para ser revendido na Praia do Canto (Vitória), no estabelecimento do senhor João Batista, uma espécie de Secos e Molhados que vendia de quase tudo, hoje popularmente conhecido por Loja de Conveniência ou Empório.

Quando questionada sobre as perspectivas da agropecuária desenvolvida

⁵¹³Márcia e Carmem Busato notam que em 1988 o Mansur comprou quatro peças de queijo e as deixou guardadas com dona Iria para serem curtidas. Mansur ficou um bom tempo sem aparecer, quando voltou dona Iria lhe disse que as pessoas que visitavam o sítio em busca de queijos, passaram a notar a existência daquele tipo diferente de queijo guardado com um pedaço de papel com um nome em cima, esses visitantes queriam levar aqueles queijos mais velhos, ela lhes respondia que aquelas peças de queijo pertenciam ao Mansur do Jornal do Campo. Mansur disse a dona Iria que poderia vender os tais queijos, mas que deveria colocar outros no lugar. Com o passar do tempo as pessoas passaram a comprar e a reservar os queijos para serem curados, a fila cresceu e foi preciso organizá-la, cada cliente recebeu um número que é utilizado para ser colocado em cima do queijo reservado, Ronald Mansur é o número um dessa fila.

atualmente na propriedade, Carmem se mostrou otimista. No entanto mostrou certo receio quanto aos rumos do agroturismo nas pequenas propriedades, tendo nos relatado com certa tristeza que em outubro de 2013 sofreu por parte do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF uma intervenção por produzirem e comercializarem queijos na forma artesanal até então adotada. De acordo com ela, até setembro de 2013 tramitou no município uma alteração no código que trata da vigilância sanitária sobre os produtos da agricultura familiar, tal código buscou adequar-se a lei estadual e foi elaborado com base no Decreto Lei nº 3132-R de 1º de outubro de 2012, onde o Governo do estado estabeleceu os procedimentos e requisitos para a adesão dos municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte- SUSAF/ES⁵¹⁴ para o comércio intermunicipal de produtos de origem animal.

Com a aprovação do selo municipal SIM - Serviço de Inspeção Municipal de Venda Nova do Imigrante em 16 de setembro de 2013⁵¹⁵, e passados 15 dias a família Busato ainda não tinha conseguido regularizar a sua situação, já que tinham optado por não se enquadrar na nova lei. Entendiam que a rusticidade das instalações até então existentes na propriedade eram atrativas para o turista e neste espaço de tempo buscaram junto aos vários órgãos, alternativas para uma regularização sanitária que atendesse ao exigente, correto e tradicional processo produtivo da propriedade. Por existir na propriedade da família Busato uma crença na artesanidade do processo produtivo, a família mantinha até a data da revogação da nova lei municipal, todo o processo de industrialização dentro das normas exigidas por lei, mas com o depósito de cura dos queijos com prateleiras de madeira e de livre acesso aos clientes, como em algumas localidades visitadas por Carmem

⁵¹⁴ O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte (SUSAF-ES) é um sistema criado pelo Governo do Espírito Santo que permite que os produtos das agroindústrias familiares registradas no SIM sejam comercializados para todo o Estado, desde que o município tenha aderido ao SUSAF-ES e a agroindústria se encaixe nas condições do sistema. O sistema prevê a equivalência entre o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) voltados especificamente às agroindústrias familiares de pequeno porte de produtos de origem animal. Disponível em: <http://www.idaf.es.gov.br/comunicacao/servicos/SIE/Texto_Susaf.pdf>. Acesso: 29-03-2014

⁵¹⁵ O Serviço de Inspeção Municipal - SIM do município de Venda Nova do Imigrante está regulamentado a Lei nº 1.090 de 16 de setembro de 2013, é vinculado à Secretária de Agricultura e tem por finalidade a prévia inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município. Disponível em: <http://www.idaf.es.gov.br/comunicacao/servicos/SIE/Texto_Susaf.pdf>. Acesso: 29-03-2014

na França e na Itália. No dia 17 de outubro de 2013 chegaram vários veículos policiais, junto com funcionários do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF e da Promotoria de Justiça, com uma ordem, expedida em Vitória, de busca e apreensão de todos os produtos estocados. Carmem Busato relata a estranheza do ocorrido, pois segundo nos relatou esperava um mínimo de respeito e consideração, por exercerem a atividade com elevado grau de compromisso e seriedade.

Depois desse ocorrido, a família providenciou uma nova estrutura física para o armazenamento dos queijos finos, como também foram adquiridas as prateleiras de fibra de vidro exigidas pelo novo selo sanitário de Venda Nova do Imigrante e, voltou a vender seus produtos. A família Busato, que comercializa seus queijos apenas no sítio, acredita que a nova estrutura não representa as características esperadas num modelo de agroturismo. Carmem se diz um pouco chateada por terem sido considerados pelo IDAF do município como laticínio clandestino, e afirma que a família continua na luta para a elaboração de um registro municipal que traga características artesanais aos produtos da agricultura familiar, pois sua maior preocupação é ver o agroturismo se tornar um simples turismo no meio rural, o que fere o reconhecimento da cidade como capital nacional do agroturismo.

Outra dificuldade observada se refere à quantidade de registros exigidos às pequenas propriedades rurais de Venda Nova do Imigrante. Priscila Brioschi do Sítio Retiro do Ipê reclamou da constante renovação do registro ambiental exigido pelo IDAF, que tem validade de apenas dois anos e que em fevereiro de 2014 chegava a custar R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), informou ainda que o órgão a notificou, neste mesmo ano, com um prazo de 90 dias para que fosse apresentada uma Declaração de Outorga de Água para a utilização da nascente da propriedade, além de ter sido solicitada uma declaração obtida na prefeitura municipal informando sobre o fluxo do caminhão recolhedor de lixo na localidade. Ao informar aos agentes do IDAF sobre a não necessidade de tal declaração, solicitaram que ela obtivesse uma declaração do Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA atestando a não obrigatoriedade do documento exigido. Segundo Priscila Brioschi é latente a falta de comunicação entre os diversos órgãos encarregados de regulamentar a atividade das pequenas propriedades em Venda Nova do Imigrante, pois acredita que a informação sobre a regularidade da coleta de lixo por parte da prefeitura não é de responsabilidade do produtor rural.

A propriedade da família Brioschi há 48 anos pertence ao avô de Priscila Brioschi, o senhor Clarindo Brioschi, que a ganhou de presente de casamento do seu pai Ângelo Brioschi. Está localizada na Rodovia Pedro Cola, Km 5 na comunidade de Providência no município de Venda Nova do Imigrante, possui 56ha. A atividade agrícola inicial foi o café e a criação de gado leiteiro, segundo a senhora Ana Brioschi (esposa do senhor Clarindo) a atividade cafeeira teve início depois que receberam orientação da família Carnielli para fazerem a análise da terra, como o resultado foi favorável a cultura do café, deram início ao plantio.

Quanto ao período da erradicação do café na década de 1960, houve pouca erradicação na propriedade da família Brioschi, o que não chegou a gerar grandes transtornos já que sempre tiveram outras culturas, porém não foram indenizados pelos pés de cafés erradicados. A senhora Ana nos informou que a atividade do agroturismo se deu por orientação da sua sobrinha (já falecida) Rosa Uliana Fioresi e, que seu esposo Clarindo e seu filho Gilberto ficaram preocupados quando ela se associou a AGROTUR, pois eles alegaram já terem serviço demais na roça. A abertura da propriedade para a visita dos turistas ocorreu por volta de 2007, por muita insistência da senhora Iria Busato, do Leandro Carnielli e da senhora Albertina Carnielli, sendo que ainda existe um forte clima de cooperação entre as propriedades, principalmente as das famílias Busato e Carnielli que são bem próximas ao sítio da família Brioschi.

Na lojinha da família é encontrado além do café, socol, lombo defumado, linguiça defumada, doce de leite, feijão e vinho de jabuticaba. Quanto às melhorias realizadas com o advento do agroturismo, é destacado por Dona Ana e por Priscila Brioschi, a melhoria de renda e na qualidade de vida das famílias, e a oportunidade de manter as mulheres na propriedade. A propriedade tem como principais responsáveis Dona Ana, Priscila e sua mãe, numa clara amostra do envolvimento entre as gerações.

Na comunidade de Providência, próxima a sede do município situa-se o Sítio Jequitibá, propriedade da família Altoé, onde fomos recebidos pela Sra. Maria Lúcia Altoé⁵¹⁶, neta do senhor Angelo Altoé e, que nos concedeu as informações da

⁵¹⁶ Entrevista de História Oral realizada com a Sra. Maria Lúcia Altoé na propriedade da família Altoé, Sítio Jequitibá, no dia 09 de abril de 2014.

pesquisa.

Maria Lúcia nos informou que o café desde o início esteve presente na propriedade, sendo também cultivadas outras culturas agrícolas para o consumo da família, destacando ainda que na atividade cafeeira era utilizada a mão de obra de meeiros. A propriedade é antiga, nos padrões da pequena propriedade, mas que Maria Lúcia não soube precisar a data da aquisição da mesma pela família Altoé, entretanto tem conhecimento de que foi adquirida por meio da compra ainda no período em que chegaram as primeiras famílias de descendentes italianos na comunidade no final do século XIX. E quanto à dimensão territorial do sítio, situa que em média eram 25ha à época em que seu pai José Altoé a dividiu entre os seus seis filhos homens, prática comum entre as famílias descendentes de italianos⁵¹⁷.

Na dinâmica do agroturismo o sítio produz licores, biscoitos caseiros assados, pães e bolos, além de comercializar produtos de outros pequenos produtores (geleias, mel e doces). Produtos comercializados nas lojas de produtos artesanais no centro da cidade de Venda Nova do Imigrante, mas principalmente na lojinha administrada por Maria Lucia Altoé, conhecida por lojinha Tia Cila⁵¹⁸, que é considerada pela maioria das pessoas visitadas, como a pioneira do agroturismo na região.

Maria Lúcia relata que com a morte de sua mãe em 1970, sua irmã Cila teve que cuidar da casa e dos irmãos mais novos e, não pode dar sequência aos estudos após as séries iniciais do antigo primário. Em busca de ter seu próprio dinheiro, Cila fazia biscoitos e doces para casamentos, com o tempo passou a enviar seu sobrinho Cacau (Antonio Carlos) a feira de produtos caseiros que era realizada no centro de Venda Nova do Imigrante aos sábados. A grande virada nos negócios de Cila

⁵¹⁷ Ao pesquisar sobre as estratégias de reprodução das famílias rurais de Venda Nova do Imigrante, Nogueira (2004) observou que era comum entre seus membros a prática da virilocalidade, ou seja, que a divisão das terras da família se reproduzisse apenas entre os filhos do sexo masculino e, das práticas sucessórias consuetudinárias, entenda-se, fundamentada no costume, sem necessariamente fazer parte do processo formal de leis escritas. Geralmente quando se casava, o filho homem recebia uma fração da própria terra dos pais ou terras compradas pela família por ocasião de seu casamento. Comumente, cabia às filhas receberem apenas algum dote por ocasião do seu matrimônio, esses, geralmente compreendidos de coisas com valores infinitamente desproporcionais em relação às terras herdadas por seus irmãos. Quase sempre essas filhas herdavam uma quantidade pequena de utensílios domésticos, ou raramente, uma cabeça de gado. No intuito de diminuir a pressão sobre a estrutura fundiária, também era utilizado o envio dos filhos ou filhas para seguirem a carreira religiosa ou a prática (ainda que com menor frequência) de enviá-los para estudarem e morar nos centros urbanos, o que acabava por excluí-los do processo de divisão de herança (NOGUEIRA, 2004).

⁵¹⁸ Cila Altoé (já falecida), irmã de Maria Lúcia Altoé.

aconteceu depois da realização de uma reportagem sobre o agroturismo do município realizada pelo repórter Ronald Mansur para o Jornal do Campo, exibido pela Rede Gazeta nas manhãs de domingo, depois desta reportagem os biscoitos tiveram muita repercussão em todo o estado e ficaram incentivadas a abrir lojinha para atendimento aos turistas na propriedade.

Destaca ainda que, embora se desenvolva na propriedade atividades agropecuárias englobando diversos produtos, o café ainda se mostra a opção agrícola mais rentável, mas as atividades femininas têm proporcionado uma melhora na qualidade de vida das mulheres da família, dizendo estar otimista quanto às perspectivas futuras.

A história do agroturismo desenvolvido por Cila Altoé tem como marco inicial o ano de 1988 e, sua origem traz características semelhantes às demais famílias do município, envolvidas na atividade, pois se prendem nas tradições familiares das mulheres e nas atividades traçadas nas cozinhas das propriedades, marcando um universo feminino rodeado de dificuldades, angústias e buscas por melhores condições sociais e econômicas para toda a família.

As observações da maioria das propriedades envolvidas no agroturismo também foram encontradas no Sítio Sossai Altoé de propriedade do senhor Luiz Gonzaga Altoé. A história da família na atual propriedade teve início depois que trabalharam durante 27 anos de colono em Venda Nova do Imigrante e, terem conseguido comprar terras em Jaguaré, mas como as novas terras adquiridas não se mostraram boas e férteis para o cultivo do café, venderam essas terras e voltaram para Venda Nova do Imigrante. O senhor Altoé informou que possuíam 170 ha de terra em Jaguaré, mas devido ao baixo preço daquelas terras, conseguiram comprar na comunidade de Tapera, próximo ao Km 103 da BR 262 em Venda Nova do Imigrante, apenas 7,5 ha.

No sítio, de mão de obra exclusivamente familiar, a atividade agrícola sempre se mostrou diversificada, mas desde a sua aquisição a principal atividade sempre foi o café, com safras entre os meses de abril e setembro, também há o cultivo de feijão, milho e cana-de-açúcar, esta última, utilizada principalmente na fabricação de cachaça no alambique da propriedade. Quando questionado sobre a crise do café

na década de 1960, o senhor Altoé informou que não houve erradicação em suas terras.

A atividade do agroturismo no Sítio Sossai Altoé teve início entre os anos de 1997 e 1998, período em que a família iniciou o plantio de cana-de-açúcar destinado a fabricação de cachaça, como alternativa aos constantes ciclos de baixa nos preços do café. O processo de fabricação da cachaça começou de forma artesanal, mas o senhor Luiz Gonzaga Altoé relatou que por incentivo de terceiros adquiriu na cidade mineira de Itaperava um alambique industrial e mandou construir por sua conta uma fábrica que lhe consumiram R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mas os altos impostos e a falta de incentivos institucionais não trouxeram os resultados esperados, pois nos últimos anos, apesar da alta qualidade do seu produto, a demanda se mostrou menor que a capacidade produtiva da cachaçaria.

O senhor Altoé também descreve que quando a família optou pelo agroturismo, houve um grande movimento de ônibus com pessoas de outras cidades para aprender sobre a atividade, isso acabou por criar fortes perspectivas e ele mandou construir uma loja para o recebimento dos turistas, mas com o passar do tempo houve, em sua propriedade, uma diminuição neste movimento. Apesar de reticente quanto ao agroturismo, admite que a atividade trouxe melhorias tanto nas estruturas físicas do sítio quanto na qualidade de vida da família.

A partir de 2012 a produção de cana-de-açúcar do sítio passou a sofrer diminuição provocada por brocas, desde então a família tem buscado o produto em outras propriedades e, o senhor Altoé nos informou que da sobra do processo de fabricação da cachaça, obtém o vinho do, um produto com grande concentração de nutrientes que é utilizado na adubação da agricultura existente em suas terras. Ele diz guardar boas perspectivas em relação à agricultura, pois apesar da feira realizada por dois de seus filhos e da cachaça se manterem as principais fontes de renda da propriedade, o café ainda guarda um expressivo peso nas economias da família.

Na Fazenda Caliman⁵¹⁹, entrevistamos o Sr. Anicelcio Caliman⁵²⁰, filho da

⁵¹⁹ Sexta propriedade visitada, um local de 254 ha localizado em Alto Providência, Venda Nova do Imigrante, com acesso no Km 98 da BR 262.

proprietária, a Sra. Marta Caliman, já viúva. A propriedade fica situada na região conhecida no município como Alto Providência. A fazenda pertence à família desde 1908 e, teve seu início agrícola baseado na produção cafeeira de mão de obra familiar, tendo também desenvolvido atividades como a criação de gado e a produção de milho e feijão. Não encontramos mais a presença da pecuária na propriedade, pois a família optou por substituir o gado pelo plantio de eucalipto, que é destinado para serrarias e para a Aracruz Celulose.

O Sr. Anicelcio Caliman nos afirmou que ainda cultivam café, mais não com a antiga relevância. Lembrou também que foram contemplados pelo programa da erradicação dos cafezais e, que durante este período da década de 1960, foram indenizados pelo governo sobre os pés de cafés erradicados. Tratando-se da implementação do agroturismo na propriedade, ele expressa que essa atividade teve início por volta de dezembro de 1995 com um pesque - pague, ou seja, um lago disponibilizado aos turistas, onde as pessoas pescavam tilápias e outros peixes e efetuavam o pagamento pelo produto pescado, no entanto, a partir da própria necessidade dos clientes e atendendo suas solicitações, e como já existia uma infraestrutura, aproveitaram essa estrutura e, em 1996 foi aberto na propriedade um restaurante com comida típica italiana feita no fogão à lenha. Os principais produtos cultivados na fazenda além do café são o milho, tomate, feijão, eucalipto e a mandioca, esta última, têm todo o cultivo realizado por parceiros residentes fora da propriedade. A maioria dos produtos tem por destino o consumo no restaurante e as vendas externas. O cultivo do tomate gera também a produção do tomate seco, produto de excelente aceitação dentro e fora do município.

Destaca ainda, que o Restaurante Fazenda Saúde é a atividade que sustenta o agroturismo na fazenda, além de trazer a estabilidade de uma receita fixa e, conclui dizendo que acreditase boa a relação que existe entre as propriedades envolvidas com o fenômeno do agroturismo, e que isso contribui para o sucesso deste empreendimento no município.

Seguindo pelo Alto Tapera, próximo a Fazenda Caliman, visitamos o Sítio Boa Vista, também conhecido como Sítio e Adega Tonole, onde moram os irmãos Agnaldo e

⁵²⁰ Entrevista de História Oral com o Sr. Anicelcio Caliman realizada na propriedade da família Caliman, Fazenda Caliman, no dia 11 de abril de 2014.

Onécio Tonole e, suas respectivas famílias. Fomos recebidos pela esposa do Sr. Agnaldo, a Sra. Fátima Tonole⁵²¹, que nos concedeu a entrevista. Ela informa que a propriedade foi adquirida pela família Tonole em 1974 através da compra direta, e nela além dos proprietários, moram mais duas famílias que juntas somam doze pessoas, dessas, sete pertencem ao grupo familiar Tonole. O trabalho na propriedade ainda conta com mais sete pessoas que trabalham como meeiros na lavoura de café e, que não moram no sítio. A atividade inicial da propriedade foi o café, mas também havia o cultivo de milho, feijão e mandioca.

A Sra. Fátima Tonole informou que na propriedade ainda há o cultivo do café, assim como plantam abacate, mexerica poncã e produzem fermentados (vinho) de jabuticaba, mas a principal e mais rentável atividade agrícola é o cultivo das uvas Bordô, Isabel e Niágara Rosada, para o consumo *in natura* e para produção de derivados como sucos, geléias e vinhos. A Sra. Fátima Tonole não soube precisar sobre os impactos da crise cafeeira dos anos de 1960, uma vez que a propriedade foi adquirida em fase posterior a crise, já no início da década de 1970.

Sobre o agroturismo, as atividades neste novo setor se iniciaram em 1996 com base inicial em recursos próprios, somente dez anos depois é que foi preciso solicitar, junto ao Banco do Brasil, financiamento do PRONAF, para investimentos na estruturação tecnológica do processo de produção dos vinhos. Recursos que contribuíram para uma dinâmica produtiva mais moderna, na busca de uma maior qualidade dos vinhos.

Também estão fundamentadas nestas razões, os fatores que leva adiante a propriedade rural da família Lorenção, próxima ao núcleo central da sede do município, “Sítio Lorenção”, localizado na comunidade Tapera.

O Sítio Lorenção pertence ao casal Máximo Lorenção e Cacilda Caliman, e nesta propriedade conversamos com o Sr. Máximo Lorenção⁵²², que nos concedeu as informações da pesquisa. Iniciou explicando a origem familiar da propriedade que foi adquirida em 1907 por seu pai o Sr. Lorenzo Lorenção, que ali desenvolveu a

⁵²¹ Entrevista de História Oral com a Sra Fátima Tonole realizada na propriedade da família Tonole, Sítio Boa Vista, no dia 11 de abril de 2014.

⁵²² Entrevista de História Oral com o Sr Máximo Lorenção realizada na propriedade da família Lorenção, Sítio Lorenção, no dia 11 de abril de 2014.

agricultura familiar assentada na produção cafeeira, aliada a outros produtos agrícolas para consumo doméstico, como para comercialização em mercados e feiras. Assim nos relata que a propriedade teve sua última divisão familiar em 1966, após sucessivas divisões herdou os 37ha de terra, onde pode construir sua vida com a família e onde vive até hoje juntamente com mais quatorze pessoas da família, sempre trabalhando nas atividades da agricultura e do agroturismo.

As perspectivas de melhoras em função do trabalho e da união familiar passam às gerações na família do Lorenção. O jovem Bernardo Lorenção⁵²³, que teve uma participação nesta pesquisa, deixou muito claro essa tendência. Ele abandonou o curso de Química na Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, para fazer um curso voltado ao agroturismo. Fez o curso de Técnico em Agroindústria, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo/IFES de Venda Nova do Imigrante. Bernardo compõe este núcleo familiar que vive dos trabalhos desenvolvidos na propriedade dos Lorenção.

Sobre os desdobramentos da política de erradicação dos cafezais, o Sr. Máximo Lorenção nos informou que tal prática foi efetuada em suas terras, ressaltando que existia um número limite aceito pelos órgãos governamentais para indenização, geralmente dois mil pés por hectare. Tal controle era efetuado na própria lavoura, pois vinham técnicos responsáveis pela medição e contagem da área a ser erradicada. Foi à insegurança em relação às constantes crises da cafeicultura que levou sua família a buscar alternativas de renda como o agroturismo.

Esse rompimento da dependência da economia cafeeira também foi observado no Recanto do Tio Vé, localizado no Alto Bananeira, próximo a sede do município de Venda Nova do Imigrante, de propriedade do Sr. Alvécio Falqueto⁵²⁴. A propriedade

⁵²³ Uma grande vantagem encontrada em nossa pesquisa de campo foi que devido ao fato de serem sítios familiares, quase sempre foi possível ter mais de um membro da família durante as entrevistas, encontros esses, geralmente com diferentes gerações presentes, o que facilitou e enriqueceu o nosso trabalho. No Sítio Lorenção, por exemplo, tivemos a felicidade de termos longa conversa com os proprietários e com seu neto Bernardo, que estava organizando peças de socol para serem vendidas. Notamos em suas falas, grande entusiasmo quanto ao agroturismo e com o associativismo entre as propriedades envolvidas na atividade, segundo eles o agroturismo foi capaz de proporcionar a toda a família tanto uma melhoria na qualidade de vida, quanto à ruptura com a antiga dependência da cafeicultura.

⁵²⁴ O Sr. Alvécio Falqueto é sobrinho da Sra. Cacilda Caliman Lorenção do Sítio Lorenção, conhecida como Tia Cacilda, irmã de sua mãe.

do Sr. Alvécio, conhecida como Recanto do Tio Vé, pertence à família Falqueto desde 1905. Sendo o Sr. Alvécio Falqueto, dono de uma parcela equivalente a 4,5 ha que adquiriu por herança, nela ele vive com sua esposa Rita de Cássia Zambão e um casal de filhos, sendo que o filho homem quase não fica na propriedade, pois cursa a faculdade de Agronomia no campus da Universidade Federal do Espírito Santo localizado na cidade de Alegre. Fomos recebidos por tio Vé, como é comumente chamado e por sua filha Thaís Zambão Falqueto, que nos informou trabalharem apenas os membros familiares em todas as atividades desenvolvidas no local. Trabalham com a produção do socol (que o Sr. Alvécio afirma ter aprendido com a sua mãe), plantio de café, abacate, hortaliças e milho para o próprio consumo, além de fabricarem pães, roscas, bolos e biscoitos.

O agroturismo foi uma opção adotada pela família em 2009 por indicação de amigos como uma opção para menor dependência financeira da roça. A cafeicultura e o plantio do abacate são as principais atividades agrícolas do sítio e, tio Vé afirma não ter havido, na década de 1960, erradicação de café na propriedade.

Quando questionada sobre a interação entre as propriedades envolvidas no agroturismo, Thaís se mostrou otimista, mas a família em geral reclamou das altas taxas cobradas pelos órgãos públicos todas às vezes que tem que renovar alguma licença, ou quando solicitada alguma consultoria em órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, teceram também duras reclamações quanto ao acesso à localidade de Alto Bananeiras, pois como tivemos a oportunidade de averiguar, é intenso o fluxo de caminhões descendo em direção a outras cidades carregados de enormes pedras de granito, o que constantemente ocasiona acidentes.

O Sítio Beira Rio, também denominado Agroindústria Bella Vista é uma propriedade de 23ha que pertence a Vânio Cleto Falqueto, está com a família a quatro gerações e, como a maioria dos sítios do município teve a sua origem na estrutura familiar voltada para a produção de café, mas também cultivavam feijão e tinham na produção agropecuária a venda de leite para as famílias vizinhas, sendo que esta distribuição era efetuada pelas crianças quando iam para a escola. Vivem na propriedade três pessoas da mesma família, o senhor Vânio Cleto Falqueto, sua esposa Elza Rosa Falqueto, e o filho Evandro Rosa Falqueto, que nos recebeu

enquanto a sua mãe se concentrava na cozinha com a fabricação de massas. Apesar de terem sofrido com a erradicação cafeeira na década de 1960, o sítio ainda mantém o café como a principal fonte de renda, seguido do abacate e de hortaliças vendidas na feira. No que toca as indenizações recebidas pelo programa do governo à época da erradicação, Evandro diz que a família foi sim indenizada, mas que essa indenização foi pequena.

As atividades do agroturismo foram iniciadas há treze anos (2001), porém Evandro lembrou que anos antes seu padrinho Leonardo Falqueto era encarregado de uma pedreira próxima a casa de seus pais, e costumava trazer no final da tarde os funcionários para tomar alguma bebida e, o pai de Evandro o senhor Vânio sempre oferecia um pedaço de embutido ou de socol, feitos por sua esposa para a degustação dos visitantes, sendo que geralmente alguém solicitava para levar a iguaria para casa.

Entrementes, Evandro ressaltou que mesmo com todas as dificuldades vivenciadas pelas famílias inseridas no agroturismo, a família conseguiu uma melhora considerável na qualidade de vida de seus membros. Destacou também que apesar da existência de variadas formas de exploração da atividade, há um forte espírito de cooperação entre as famílias locais e, lembrou que essa mesma energia é encontrada todas as vezes que aparece alguma necessidade de união. Citou a associação comunitária pela busca do selo de Identificação Geográfica do socol e, o forte voluntariado encontrado nas festas regionais, tomou como exemplo a festa do socol e a festa da polenta, esta última, idealizada pelo padre Cleto Caliman e que ocorre no mês de outubro, onde todos se reúnem fortalecendo os valores e a identidade coletiva da cultura italiana.

Considerações finais

As propriedades visitadas tiveram suas atividades iniciais baseadas na cafeicultura e, apesar do Espírito Santo ter sido o estado brasileiro que mais erradicou pés de cafés, em Venda Nova do Imigrante esta crise não trouxe, no caso das famílias visitadas, a desestruturação do núcleo familiar, pois conforme relatos, sempre foi um costume da família italiana, entenda-se, de descendentes de italianos, terem

variados cultivos agrícolas e criação de pequenos animais. Esse costume adotado pelas famílias visitadas associado ao espírito altruísta, comunitário, com forte religiosidade, é que possibilitou nos anos finais da década de 1980 o surgimento do agroturismo, tendo a busca pela diversificação econômica, possibilitado a criação dos estímulos capazes de incorporar aos produtos, antes feitos para consumo da família, novos valores e novos nichos de mercados, contribuindo para a manutenção das atividades agrícolas, mas acima de tudo, na melhora considerável da qualidade de vida dos atores envolvidos. Na nossa pesquisa foi possível observar que a busca pela diversificação produtiva no meio rural de Venda Nova do Imigrante esteve diretamente relacionada às baixas expectativas com a agricultura em geral.

Também foi possível constatar a ativa participação da mulher no agroturismo, em todas as propriedades visitadas mesmo quando da ausência do elemento feminino durante a visita, ficou claro na fala dos nossos interlocutores que a participação das mulheres da família (mãe, esposa e filhas) foi decisiva na busca pelo agroturismo. Às mulheres coube não somente a tarefa de resgatar a arte culinária de suas cozinhas e trazê-la para o universo comercial. Ainda, por vezes, foram elas que por sua conta e risco, deram início a atividade, geralmente tendo que enfrentar as opiniões contrárias de seus cônjuges. Apesar de nossa pesquisa não ser voltada para o universo feminino, e sim para o fenômeno do agroturismo, foi impossível não perceber o papel das mulheres na atividade, sendo que por muito tempo a atividade foi considerada de menor valor, secundária às atividades agrícolas desenvolvidas pelos homens, porém tivemos a oportunidade de observar que em muitas propriedades o agroturismo já é considerado a primeira fonte de renda.

O agroturismo em Venda Nova do Imigrante vive um momento onde é possível perceber a necessidade de um novo modelo a ser pensado tanto pelo poder público, quanto pelos proprietários, onde práticas e leis se harmonizem para a manutenção de um agroturismo capaz de continuar atraindo o turista, onde a qualidade do produto seja garantida sem que se perca a característica artesanal, o jeito de roça, que é o atrativo principal do agroturismo. Quanto ao café, constatamos sua presença em todas as propriedades visitadas, mesmo com os altos e baixos da cafeicultura, o produto continua sendo uma fonte de renda indispensável e ainda não substituída por nenhuma outra cultura, nem mesmo pelo agroturismo. Algumas propriedades mantêm uma relação menor de dependência do que outras, mas todas afirmam ter

na economia cafeeira uma importante fonte de renda.

Referências bibliográficas

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretária da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. INCAPER Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Proater 2011. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Venda_Nova.pdf>.

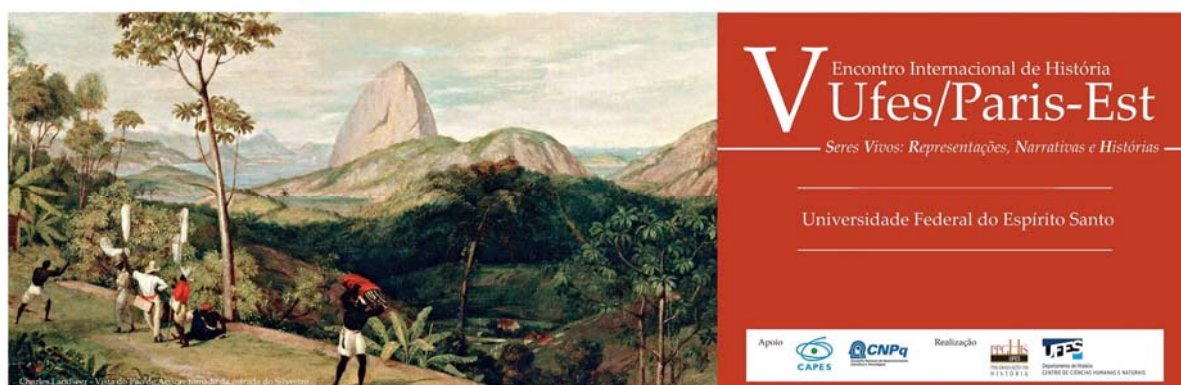
Acesso em: 18-02- 2014.

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do. **Turismo rural nas montanhas capixabas:** como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo de transformação. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 20013.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **A “Venda Nova das Imigrantes”:** relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000333839>>. Acesso: 18-02-2014.

PIN, José Valdemar; CARNIELLI, Leandro. **Agroturismo:** impactos do turismo no espaço rural do Espírito Santo. Vitória: SEBAE/ES, 2007.



O TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL E OS ESFORÇOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PORTUGUESA EM ESTIMULAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-BRASILEIRAS (1933-1945)

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira
Doutoranda em História – UFJF

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar as relações entre Brasil e Portugal entre nos anos de 1933 e 1945, levando em conta os contextos políticos dos dois países. A análise parte da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação de 1933 e de seu protocolo adicional de 1941, dando ênfase aos esforços empreendidos pelo presidente da Associação Comercial de Lisboa, Joaquim Roque da Fonseca, para fortalecer as relações comerciais entre Portugal e Brasil. Politicamente, o governo Português encarava a aliança luso-brasileira como um fator de contribuição expressiva para a sustentação e sobrevivência do Estado Novo de Portugal. Além disso, com o Bloqueio Britânico, a indústria e agricultura portuguesas sofreram as conseqüências impostas pelas restrições das atividades comerciais e essa situação levou o governo à procura de novas alternativas para a economia do país e entre as possibilidades, estava o incremento das relações comerciais com o Brasil.

Palavras-chave: Tratado de comércio e navegação; Relações luso-brasileiras; Roque da Fonseca; Estado Novo.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the relationship between Brazil and Portugal in the years between 1933 and 1945, taking into account the political contexts of the two countries. Additional analysis of the signing of the Treaty of Commerce and Navigation of 1933 and its protocol of 1941, emphasizing the efforts made by the president of the Commercial Association of Lisbon, Roque Joaquim da Fonseca, to strengthen trade relations between Portugal and Brazil. Politically, the Portuguese government faced the Luso-Brazilian alliance as a significant contributor to the support and survival of the new state of Portugal. Moreover, with the British Blockade, the Portuguese industry and agriculture suffered the consequences imposed by the constraints of commercial activated and this situation led the

government looking for new alternatives to the country's economy and among the possibilities, was the increase in trade relations with Brazil.

Keywords: Treaty of trade and navigation; Luso-Brazilian relations; Roque da Fonseca; Estado Novo.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento junto ao programa de pós-graduação em história na Universidade Federal de Juiz de Fora intitulada *Empresariado e Estado Novo no Brasil e em Portugal: uma investigação a respeito de suas elites empresariais em contextos autoritários (1933-1945)*, que se propõe a analisar de maneira comparada a relação entre empresários e o Estado nas experiências autoritárias do Brasil e de Portugal, ambas denominadas Estado Novo. São apresentados os resultados de uma investigação inicial acerca da relação entre Estado e empresariado em Portugal entre fins do século XIX e meados do século XX, tendo como fio condutor a trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como representante do patronato português nesse período.

A pesquisa concentra-se, além disso, nas relações luso-brasileiras, em especial no campo econômico, observando as articulações, os interesses envolvidos e as dificuldades envolvendo esses esforços.

O trabalho divide-se em três partes: na primeira seção

Considerações acerca da relação entre estado e empresariado em Portugal (1911-1926).

Joaquim Roque da Fonseca nasceu em Lisboa em 11 de novembro de 1891. O ano em que se inicia uma crise financeira em Portugal, após um período de relativa estabilidade política e econômica, marcado por reformas institucionais e por iniciativas de cunho liberal no governo monárquico português. As bases que definiram a estabilidade vivida em Portugal foram definidas na legislação de 1854, que consagrou o padrão-ouro como regime monetário e emissão da moeda-padrão sob o controle do mercado, com a liberalização do trânsito de metais com o exterior. Uma possível razão para a adoção desse regime monetário seria a necessidade de construir um ambiente de confiança para o investimento estrangeiro, especialmente para o inglês, já que Londres era o maior centro financeiro mundial no período

(SANTOS, 2001, p. 185).

O Estado assumiu o papel de alocador de recursos e investimentos, que incluíram a construção de redes telegráficas, ferroviárias e rodoviárias. O governo geria esses investimentos com recurso ao endividamento interno e externo. Tratava-se de um típico conjunto de investimentos de longo prazo e grande risco, possibilitado pelo crédito fácil das décadas de 1850 e 1860. Embora financiado pelos particulares através da compra de títulos da dívida pública, o Estado era o único agente com capacidade de agregar e gerir o capital, garantindo a implementação de investimentos (SANTOS, 2001, p. 185-190).

O regime monetário do padrão-ouro mostrou-se capaz de atrair investidores estrangeiros aos títulos da dívida pública várias vezes emitidos; para os nacionais, o ambiente de lento crescimento económico do país sob o regime proteccionista, não incentivando investimentos substanciais em estruturas de capital produtivo, fazia esses títulos aparecerem também como uma boa alternativa (SANTOS, 2001, p. 185-190).

Assim, ao longo de quatro décadas, houve esforços do Estado para atrair ouro dos particulares, tanto de portugueses residentes no país como no estrangeiro, especialmente o Brasil, além dos financeiros estrangeiros aos títulos da dívida pública, de maneira que os juros devidos, as despesas extraordinárias e demais custos pudessem ser quitados anualmente.

No entanto, este modelo logo chegaria ao seu limite. Segundo Manuel Affonso d'Espregueira, grande parte dos recursos obtidos por meio de empréstimos foram consumidos nos serviços próprios dos ministérios, e no pagamento dos juros da dívida pública (ESPREGUEIRA, 1986). A interrupção das transferências monetárias para Portugal desequilibravam de maneira drástica os pagamentos a serem feitos pelo Estado, e conseqüentemente, expunham a fragilidade da economia portuguesa.

Anos antes, em 1886, Portugal havia passado por um impasse diplomático com seu principal parceiro econômico: a Inglaterra. O governo inglês embarreirou o projeto português de unir os territórios de Angola e Moçambique. Essa união contrariava os objetivos ingleses de unir as cidades do Cairo e do Cabo (Colosso de Rhodes). Enviaram então um ultimado a Carlos I, exigindo que os portugueses abandonassem o território, e caso não o fizessem, seria declarada guerra contra Portugal. O rei português acatou o ultimado, o que repercutiu de maneira negativa entre os

portugueses, que consideraram humilhante a atitude.

Outro acontecimento, não envolvendo diretamente Portugal, mas que afetou a economia do país foi a proclamação da República no Brasil, em 1889. Em termos políticos, entre setores republicanos, o acontecimento foi encarado com surpresa e como fato digno de admiração e estímulo. Entretanto, setores que possuíam ligações comerciais com o Brasil compartilharam com os republicanos lusitanos apenas o sentimento de surpresa, pois imediatamente, a mudança política causou-lhes um leque de preocupações. Qualquer crise na economia brasileira poderia repercutir de maneira direta em Portugal. A antiga colônia era regular devedor de Portugal. Seus pagamentos garantiam o equilíbrio das finanças portuguesas junto a Inglaterra, principal credor de Portugal e ao mesmo tempo o principal mercado para os produtos que o Brasil exportava⁵²⁵. Os setores empresariais portugueses que mantinham relações comerciais com o Brasil preocupavam-se com questões relacionadas as finanças públicas brasileiras, especialmente as questões cambiais. Produtores de vinho também se inquietavam com possíveis abalos nas exportações do produto para o Brasil. O jornal *O Commercio do Porto*, representante desses setores, classificou a proclamação da República como um ato precipitado. Passou a defender em suas páginas o estabelecimento de tratados comerciais com o Brasil, para garantir a manutenção dos laços que ligavam os dois países, já encarando a possibilidade de que, sob um regime republicano, o eixo de interesses econômicos do Brasil se deslocasse para os Estados Unidos (GONÇALVES, 2007, p.109-119).

Os anos seguintes à Proclamação da República no Brasil foram marcados pela baixa do câmbio brasileiro, que implicaram ainda na diminuição das remessas enviadas por emigrantes portugueses no país. Ao longo de 1890, o governo português enfrentou crescentes dificuldades para honrar os encargos de sua dívida e prestar auxílio a bancos e companhias ferroviárias e coloniais, já à beira da falência (GONÇALVES, 2007, p.109-119).

⁵²⁵ Segundo o historiador português Eduardo Cordeiro Gonçalves, “a praça de Londres converte-se num ‘intermediário forçado’ da transferência de capitais que anualmente entravam em Portugal provenientes do Brasil. Londres é, dessa forma, ‘o nosso banqueiro e ao mesmo tempo, o banqueiro do Brasil’, depreendendo-se daqui a inequívoca importância da evolução cambial brasileira para Portugal”. Cf. GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; ISAÍIA, Artur César (coord). Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal. 1889-1910. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p.112

Em janeiro de 1891, eclodiu na cidade do Porto a primeira revolta armada contra a monarquia, rapidamente contida pelas forças policiais. Carlos I dissolveu o parlamento e conduziu o país a uma ditadura com João Franco à frente das decisões políticas. Em 1º de fevereiro de 1908, Carlos I e seu filho, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe foram assassinados em Lisboa. Assumiu o poder então D. Manuel II, que demitiu João Franco e restabeleceu o parlamento em Portugal. Contudo, não conseguiu recuperar o apoio da população e impedir o avanço do movimento republicano no país.

O movimento republicano português, portanto, tinha suas bases fundamentadas muito além da simples contestação à monarquia como forma de governo. Corresponhia, na verdade, a um dos reflexos da crise do liberalismo que atingia o país naquele período.

Segundo Fernando Rosas,

As agudas dificuldades financeiras dos anos 90 trazem consigo, antes do mais, a própria falência do modelo econômico liberal da regeneração. Assentava ele, em termos muito gerais, por um lado, em um livre-cambismo agrícola tendo como parceiro privilegiado a Grã-Bretanha (e gerador de uma típica relação de dependência: o país especializado na exportação de produtos agrícolas – vinho, frutas, carne e cortiça – e constituído, apesar de algum protecionismo às indústrias, como importador de máquinas, matérias primas industriais e produtos manufaturados; por outro, numa prática sistemática do déficit orçamental e do endividamento interno e externo do Estado, financiadores dos grandes empreendimentos infra-estruturais – caminhos de ferro e estradas – lançados na segunda metade do século. A crise internacional dos anos 90 vai atingir mortalmente tal política: a perda dos mercados agrícolas de exportação, o bloqueio do financiamento externo, o agravamento do déficit comercial e da dívida externa e, sobretudo, a inexistência de divisas para os solver – a bancarrota do Estado – empurram os grupos sociais dominantes para a imprescindibilidade de revisões mais ou menos profundas das suas estratégias econômicas e políticas. (ROSAS, 1989, P.100)

Em 5 de outubro de 1910 foi implantada a República em Portugal. Entre as primeiras medidas estavam a substituição do real pelo escudo, criação de um novo hino e de nova bandeira. No ano seguinte, foi eleita uma Assembleia Constituinte, que organizou uma nova Constituição, implementada em 1911. Foi eleito o primeiro presidente da República, Manuel de Arriaga. A Constituição de 1911 determinou a separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e estabeleceu o estado laico. Encheu de expectativas os trabalhadores ao estabelecer o direito à greve, a 8 horas de trabalho diário e um dia de descanso semanal e a criação de um seguro

obrigatório para doença, velhice e acidentes de trabalho.

Na verdade, o anticlericalismo republicano fomentou a fragmentação política no país. Dentre a intelectualidade católica portuguesa, passou-se a se discutir alternativas a esse anticlericalismo. Nesse contexto, nasceu o Integralismo Lusitano (IL), marcado pela emergência de uma juventude intelectualizada, cuja maioria provinha da Universidade de Coimbra. Surge oficialmente em 1913, sendo citado pela primeira vez na revista *Alma Portuguesa*. Não possuía um líder único, mas sim um grupo de recém-formados na Universidade de Coimbra, composto por José Hipólito Vaz Raposo, Luís de Almeida Braga, António de Souza Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Pequito Rebelo e Francisco Rolão Preto. Embora não tenha se constituído como uma agremiação política organizada, o IL exerceu expressivo papel no cenário político português. Apesar de ter como inspiração *Action Française*, nunca se transformou em uma liga política de expressiva atuação. Desde sua formação, foi consolidando-se como celeiro de intelectuais, agiu no campo das ideias e constituiu-se como uma referência a direita radical portuguesa do período. (GONÇALVES, 2012, p. 222-233)

O pensamento anti-liberal permeou instituições expressivas, como o Instituto Superior de Comércio. Foi criado em 1911, motivado pelo ideal modernizador dos idealizadores do regime republicano, que tinha na educação um de seus pilares. O Instituto foi inspirado no modelo francês das *grandes écoles de commerce*⁵²⁶. Entre seus docentes, embora predominassem os adeptos do liberalismo, havia defensores do pensamento anti-liberal e anti-moderno, e entre eles, António Lino Neto⁵²⁷.

Nessa instituição, formou-se o comerciante Roque da Fonseca. E em um contexto de turbulência política, inseriu-se na direção da Associação Comercial de Lisboa (ACL).

⁵²⁶ O histórico do ensino comercial português, no entanto, iniciara-se séculos antes. Em 1759, foi criado pelo Marques de Pombal a Aula do Comércio, curso de nível secundário que visava formar pessoal para as tarefas de natureza técnica nas atividades comerciais. Em 1844, a instituição foi transformada em Escola de Comércio que em 1869, foi integrada ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Em 1911, o Instituto deu origem ao Instituto Superior Técnico e ao Instituto Superior de Comércio.

⁵²⁷ Presidiu o Centro Católico Português (CCP) entre 1919 a 1934 Foi também deputado ao longo da primeira república, tendo como prioridade modificar a Lei de Separação entre Estado e Igreja num sentido mais favorável à Igreja Católica. Cf: António Lino Neto, *Intervenções Parlamentares 1918-1926*. Lisboa, Edições Assembleia da República e Texto Editores, 2010.

José Hermano Saraiva ressalta que os primeiros anos da república foram marcados por disputas entre diferentes correntes do Partido Republicano, tão logo este conquistou o poder. A partir deste embate, houve uma cisão no partido. De um lado, formou-se o Partido Democrático, composto por defensores de reformas radicais e que eram radicalmente anticlericais. De outro, o Partido Evolucionista, com propostas mais brandas, que defendia uma linha de transigência e de conciliação e que possuía o apoio dos grupos mais altos da burguesia republicana.

Em dezesseis anos de duração, a primeira república portuguesa contou com oito presidentes e cinquenta mudanças de governo. As disputas partidárias foram em certa medida suspensas quando Portugal ingressou na Primeira Guerra Mundial. Os partidos se conciliaram em torno de um governo interpartidário, a União Sagrada. Porém, em 1917, as forças que se opunham ao ingresso do país no conflito articularam-se em uma intensa e violenta agitação política, que contou uma breve ditadura (1917-1918), articulada por Sidónio Pais e com o assassinato de políticos, a exemplo do presidente do Ministério António Granjo, em 1921. Em meio a intensa instabilidade política, forças da direita se aproveitaram do caos político e se articulam com lideranças militares pelo fim do governo dos partidos.

À instabilidade financeira, soma-se problemas graves na economia portuguesa, que afetam de maneira drástica o empresariado do país. Em 1922, por meio de uma reforma econômica, determinou-se que os custos do equilíbrio das finanças e os esforços para a sustentabilidade do câmbio deveriam repassados às empresas, por meio do aumento da carga tributária. Transações financeiras passaram a sofrer uma sobreposição de impostos (MADUREIRA, 1998, P.780-781).

Os trabalhadores, que também apoiaram os republicanos, na expectativa de serem atendidas as promessas de construção de uma nova ordem baseada no trabalho e na justiça, organizaram centenas de greves gerais e se articularam por meio da Confederação Geral do Trabalho. Ameaçados pela crescente agitação social, o Estado adotou, entre 1918 e 1920, uma série de medidas a favor do operariado e do baixo funcionalismo, tais como a obrigatoriedade do seguro social, a criação de um Instituto de Seguros Sociais, a definição da jornada de trabalho semanal de 48

horas.⁵²⁸

As medidas adotadas pelo governo não eliminaram as greves e revoltas. Além disso, a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, apesar de exitosa, agravou problemas já existentes como a desvalorização da moeda, a dívida externa crescente e despesas que superavam as receitas.

A relação entre empresariado e o governo republicano tornava-se cada vez mais delicada. No período monárquico, é possível afirmar que tanto a ACL quanto a Associação Industrial de Lisboa mantinham um bom relacionamento com a monarquia portuguesa e seus agentes. Embora em 1888 as entidades tivessem sido dissolvidas por João Franco, entre 1900 e 1907 apoiaram e defenderam o ex-presidente do Conselho de Ministros da monarquia. Em uma nota enviada da Lisboa para o jornal *O Paiz*, o posicionamento do empresariado lusitano ao longo do processo foi assim descrito:

Poucos meses antes da revolução, a Associação Comercial de Lisboa era presidida pelo sr. Henrique Taveira, amigo particular do sr. Mello e Souza, um dos elementos com que, aliás, injustificadamente, o sr. João Franco mais contara. Da Associação de Agricultura, é há muitos anos, presidente o dr. Oliveira Feijão, que foi médico da casa real até 5 de outubro. Apenas na Associação dos Lojistas preponderaram sempre elementos republicanos, e tanto que seus destinos preside há longos anos o velho democrata Pinheiro de Mello⁵²⁹.

As três associações citadas acima manifestaram aprovação à Constituinte de 1911. O republicanismo chega ao poder em um contexto em que a maioria das “forças vivas” desejavam, naquele momento de fragilidade nas relações econômicas entre Portugal e Grã-Bretanha, era um Estado forte, que interviesse na economia do país em prol das “forças vivas” portuguesas.

Para a débil e bloqueada burguesia industrial, abre-se a oportunidade histórica de, face ao abrandamento da concorrência dos capitais e das mercadorias britânicas, face à debilitação do lobby do import/export, partir à conquista do mercado interno: substituindo importações, criando novas indústrias, transformando em seu proveito as matérias primas nacionais, etc. Para tal, ela pede ao Estado uma nova atitude de intervenção política e econômica: que contenha as reivindicações operárias despoletadas com a industrialização neste último quartel, dado não ter poder econômico que permita políticas sociais de enquadramento e diálogo; que proteja o mercado nacional e colonial da concorrência externa, que fomente a

⁵²⁸ 42 horas para bancários e funcionários de escritório. Cf. MARQUES, A. H. Oliveira. A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais. Lisboa: Livros Horizonte Lda. P.45-40.

⁵²⁹ Notas a respeito da nova Constituinte portuguesa. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1911, anos XXVIII, nº 9732, p.4

conquista de mercados externos, que compense com seus financiamentos a carência de capital para o investimento industrial; que arbitre componha dissídios com outros setores de classes dominantes. (...) não nos parece poder falar-se de um take off industrial em Portugal neste período, apesar de esta oportunidade não ter podido ser aproveitada pela imposição hegemônica de uma estratégia industrializante, o certo é que, não obstante, é esta a fase de um modesto, mas real "surto industrial". (...) a burguesia industrial portuguesa sobe por esta via ao palco da cena econômica e política. E o que é importante registrar é que, desde o primeiro momento, por virtude das debilidades históricas de seu processo de acumulação, o faz fortemente apoiada na proteção e intervenção do Estado: o faz postulando uma concepção difusamente autoritária do papel do Estado que pouco tem a ver com os paradigmas do Estado liberal.(ROSAS, 1989, P.100-101)

As relações com os republicanos ao longo dos turbulentos anos da primeira República foram marcadas por tensões. Em 1924, a ACL adquiriu o jornal *Século* para articular suas reivindicações e posições contrárias ao governo.

Entre novembro de 1924 e fevereiro de 1925, estive à frente dos destinos portugueses um governo que contava com o apoio de setores anarco-sindicalistas, de membros do Partido Socialista e de comunistas. Sob a liderança de José Domingues dos Santos, o governo buscou adotar uma série de medidas no sentido de recuperar a base social do país. Enfrentou forte oposição do empresariado português, em especial a partir do decreto 10.474, e dos esforços para realizar uma ampla reforma bancária. O decreto foi encarado pela entidade como uma autorização formal para que o governo se intrometesse na administração do Banco de Portugal, além de ter sido responsável pelo aumento considerado abusivo da carga tributária, causando a fusão de pequenos estabelecimentos bancários e provocando a restrição da mobilidade de operações dos estabelecimentos de crédito. Além disso, o governo também propunha a realização de uma reforma agrária, o que contou com forte reação de latifundiários do Alentejo e Ribatejo.

A direção da ACL e outras entidades utilizaram o jornal *O Século* para propagar discursos contrários ao governo. Nessa campanha, destacou-se Pequito Rebelo, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, que considerava ser intenção do governo erguer a reforma como bandeira revolucionária. Argumentava que a lei possuía como defeito gravíssimo o estadismo e que o latifúndio era a melhor utilização da propriedade⁵³⁰.

⁵³⁰ Ver: *O Século*. 15 de janeiro de 1925. Cf. ARRANJA, Álvaro. Um governo de esquerda na 1ª República. Portal esquerda.net. <http://www.esquerda.net/artigo/um-governo-de-esquerda-na-1%C2%AA-rep%C3%BAblica/28355>

Após um mal-estar com o governo em função de seus posicionamentos, a associação foi temporariamente extinta. Em fevereiro de 1925, por um decreto, o governo dissolveu a ACL, alegando que a associação havia tomando “*um caráter de verdadeira rebelião contra os poderes constituídos, transformando-se em grêmio político tendente a promover a desordem e capaz de gerar males sociais difíceis de calcular*”⁵³¹.

Nesse contexto, tem expressiva atuação uma organização política chamada União dos Interesses Económicos, presidida por J.P Rosa, que na ditadura de Sidónio Pais foi nomeado vogal da Comissão Administrativa da CML e em 1923, passou a exercer a função de diretor-secretário da ACL (1923-1926) (FONTES, 1999, p.138). Além de J.P Rosa, a UIE contava com outros dois membros da ACL: Alfredo Ferreira e Roque da Fonseca.

A UIE representava cerca de 120 associações patronais do comércio, indústria e agricultura. O movimento conspirou abertamente a favor de uma intervenção militar e pela derrubada do regime constitucional. Os associados delegaram um grupo de cinco pessoas, que sob a direção de J.P Rosa, ficou encarregado da articulação política da UIE (FONTES, 1999, p.138).

Roque da Fonseca exerceu expressiva atuação como membro da UIE, sendo inclusive seu porta-voz em ocasiões significativas para a união e para o empresariado da capital portuguesa. Em janeiro de 1925, a ACL organizou um banquete para receber o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos Macedo Soares. Entre os presentes, estavam o vice-presidente da Associação de Agricultura, Fernando de Oliveira, o presidente da Associação Industrial Portuguesa, José Maria Alvares e o presidente da Associação de Lojistas, Eduardo Maria Rodrigues. Na reportagem, reproduzida no periódico brasileiro *O Jornal*, Roque da Fonseca é apresentado como porta-voz da UIE e seu discurso para o empresário brasileiro era de que estava certo que “*a obra de união das forças econômicas de Portugal e Brasil há de se realizar*”.⁵³²

⁵³¹ Idem.

⁵³² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA OFERECE BANQUETE A JOSÉ CARLOS MACEDO SOARES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1925. Ano VII, nº 1893, p.5.

Seu discurso estava em consonância com os demais, a exemplo das falas registradas no periódico. José Maria Alvares afirmara que se encontrava entusiasmado “*com a forma inteligente por que as forças econômicas, o comércio, a indústria e a agricultura, se tem desenvolvido no Brasil*”. Manifestou o seu pesar “*por as forças econômicas dos dois países não viverem retintamente unidas*”, sendo um desejo seu de que aquela “*festas íntima*”, como definiu o banquete, resultasse na “*almejada e necessária união*”.

Tanto a ACL quanto a UIE, entre nos anos de 1923 e 1926 foram arenas articuladoras de oposição ao regime e formavam um grupo bastante heterogêneo, reunindo republicanos descontentes com os rumos do governo, anticlericais, católicos confessos e defensores da restauração monárquica. Nessas arenas circulou o futuro presidente do Conselho de Ministros, António Oliveira Salazar. Em dezembro de 1923, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais, apresentou a tese “*Redução das Despesas Públicas*”. Ao longo da organização e atuação da UIE, Salazar ocupou a função de consultor econômico, ao lado de Armindo Monteiro (FONTES, 1999).

A medida em que os anos se passavam, o entendimento entre o governo republicano e o empresariado português ficava cada vez mais tensas. Em outubro de 1924, em assembleia, dirigentes de várias associações patronais resolveram cortar relações com o governo, votando favoravelmente ao fechamento do comércio. A medida era uma resposta do patronato à rejeição do governo em rever as taxas de impostos cobradas pelo Estado⁵³³.

O movimento operário foi hostil a decisão do patronato, e não tardou manifestar-se contrário a UIE.

A reunião decorreu tumultuosa, dando-se vários incidentes, chegando a ser postos para fora da sala, repleta de povo, alguns indivíduos que estavam perturbando os trabalhos. Da ruam chegavam os gritos de “abaixo o comércio”, “morram os exploradores do povo”, que um grupo de arruaceiros lançava, pretendendo assaltar a associação (...)⁵³⁴.

⁵³³ AS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS RESOLVEM CORTAR RELAÇÕES COM O GOVERNO – O FECHAMENTO DO COMÉRCIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1924, nº 287, p.8.

⁵³⁴ A LEI DO SELO EM PORTUGAL – AS RESOLUÇÕES TOMADAS PELAS O jornal. *Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1924, ANO vi, Nº 1804, p. 3

Nas eleições daquele ano a UIE marcou presença, elegendo seis deputados⁵³⁵.

Tabela – Deputados Eleitos em 1925⁵³⁶

PARTIDO	DEPUTADOS ELEITOS
Democráticos	32
Nacionalistas	31
Independentes	10
Esquerdistas	7
UIE	6
Monárquicos	6
Socialistas	2

Em fins de novembro do ano seguinte, abriu-se uma cisão na UIE, que desligou-se da ACL⁵³⁷.

Ao longo da primeira fase da experiência republicana portuguesa, o Partido Democrático concentrou seus esforços para conquistar o apoio das *forças vivas*, mais nitidamente, de seu setor ligado a importação e a exportação, não hesitando em colocar em prática inúmeras medidas para reprimir o movimento operário para aquietar o patronato português. A medida, no entanto, só contribuiu para que os republicanos perdessem o apoio político do operariado. Para as *forças vivas*, desde a derrubada da monarquia estava presente o pensamento de que o democratismo republicano não seria a melhor alternativa ao liberalismo monárquico (ROSAS, 1998, P.102).

Da ditadura ao estado novo: empresariado e a construção do estado autoritário português.

Em 16 de novembro de 1926, teve início em Portugal a Ditadura. Por meio de um

⁵³⁵ Segundo o deputado monárquico Carvalho e Silva, o partido firmou um pacto de aliança com a UIE nessas eleições. Cf. PORTIGAL. O Imparcial, 3 de novembro de 1925, ano XIV, n.4698. p.6

⁵³⁶ ELEIÇÕES GERAIS EM PORTUGAL – ELEITOS SEGUNDO O DIÁRIO DE NOTÍCIAS – O Jornal. 11 de novembro de 1925, nº 2117, p. 3

⁵³⁷ CISÃO NA UNIÃO DOS INTERESSES ECONÔMICOS DE LISBOA. O Jornal, 14 de novembro de 1926, nº 2433, p.16.

decreto, o general Oscar Carmona foi nomeado presidente da República, interinamente. O parlamento foi dissolvido e coube aos militares exercer as posições principais nas instituições administrativas. A Ditadura não apresentava um projeto alternativo ao liberalismo da primeira República. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, as lideranças responsáveis pelo regime ditatorial defendiam que o propósito do governo deveria ser o de salvaguardar a pureza do regime republicano. As Forças Armadas mostraram-se dispostas a assumir o papel de intérpretes da vontade nacional, diante de um momento de fragilidade das instituições políticas (SERRÃO, 1977, P. 17). Era, portanto, o resultado de um compromisso transitório mediatizado por militares (PINTO, 2007, P.19).

Antonio Costa Pinto ressalta que para se analisar as atitudes políticas dos primeiros anos da Ditadura Militar, a compreensão do espectro político-ideológico da direita portuguesa pode apresentar grande contribuição. Nesse sentido, oferece uma delimitação de uma tripologia tripartida de seu espectro: o *liberalismo conservador*, o *conservadorismo autoritário* e a *direita radical*.

O *liberalismo conservador* estava expresso nos partidos republicanos conservadores, que tinham por aspiração que o golpe conduzisse a uma remodelação do sistema partidário que limitasse o parlamento. Desejava ainda que fosse criado um partido conservador forte para fazer frente ao partido democrático. O *conservadorismo autoritário*, de aspecto acentuadamente antiliberal, tinha como objetivo o estabelecimento de um partido único, de vocação *integradora*. Entre seus membros, que incluíam católicos, monárquicos e republicanos simpatizantes de um Estado autoritário havia o desejo de implementação do corporativismo cujo modelo variava de republicano a católico, conforme a identificação política e ideológica dos integrantes dessa vertente. Por fim, a *direita radical* desejava ruptura total com o sistema liberal e a construção de um estado nacionalista com base no corporativismo integral. Tinha como suporte o Integralismo Lusitano ((PINTO, 2007, P.19-20).

No campo econômico, o impasse em torno da solicitação de empréstimo junto à Sociedade das Nações promove desgastes. Ocupando a pasta das finanças, Sinel de Cordes não aceita às condições impostas para a concessão do empréstimo. Essas condições implicariam em esforços para promover um rígido controle das

finanças do país. Com a recusa, a situação financeira do país se torna dramática a gestão de Sinel Cordes chega ao seu limite.

Em 1928 ocorrem as eleições presidenciais, que dão a vitória do General Carmona. Ingressa no governo, como ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, professor catedrático de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra. Salazar promove um conjunto de medidas que resultam no equilíbrio do orçamento e estabilização da moeda portuguesa, valendo-se de uma rígida prática administrativa.

Salazar rapidamente conquista o apoio de amplos setores da sociedade portuguesa. Segundo Oliveira Marques,

atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classes, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos, finalmente convencidos de que Salazar acabaria por devolver o seu rei (MARQUES, 1986, 372).

Com prestígio garantindo em múltiplos setores, no ano de 1932, Salazar assumiu a presidência do Conselho de Ministros e deu início a substituição de generais do governo por docentes da Universidade de Coimbra. Articulou a formação da União Nacional, que segundo Fernando Rosas, consistia em uma “*verdadeira frente política estruturante da convergência das forças da direita numa plataforma comum de apoio ao Estado Novo*” (ROSAS, 1998, P.295)⁵³⁸. Em 1933 foi posta em vigor uma nova Constituição, que conferia concentração de poder para o Executivo e a proibição de atuação dos partidos políticos. A União Nacional era o único

⁵³⁸ No período republicano, a direita portuguesa apresentava, segundo António Costa Pinto, uma tipologia tripartida de seu espectro político ideológico: um grupo, definido como *liberal conservador*, expresso pelos partidos republicanos conservadores, que desejavam a remodelação do sistema partidário por meio da criação de um forte partido conservador; a tipologia do *conservadorismo autoritário*, acentuadamente antiliberal, defensor de um partido único de vocação integradora; e, por fim, a *direita radical*, que propunha uma ruptura total com o liberalismo e que tinha como principal suporte ideológico o Integralismo Lusitano. Cf. PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.19-20.

mecanismo político passível de atuação. A Constituição de 1933 representou, portanto, a formalização das diretrizes fundamentais da proposta de governo de Salazar, que tinha como objetivo a construção de um Estado com uma estrutura corporativa.

Foi nesse contexto que o governo de Salazar esboçou e concretizou uma política social relativamente inovadora, em conformidade com os princípios do pensamento social católico, por setores integralistas e nacional-sindicalistas que defendiam o paternalismo social da iniciativa patronal. Essas iniciativas são expressas na criação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (1933), no Estatuto do Trabalho Nacional (1933) e na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935) (PATRIARCA, 1995).

No campo da política externa, entre 1933 e 1945, é possível observar que Portugal buscou articular com o Brasil diversas iniciativas de aproximação. A primeira que podemos destacar é o Tratado de Comércio e Navegação de 1933. O país americano vivenciava um contexto político que apresentava semelhanças com o português nos aspectos políticos e sociais: no Brasil, em 1930, um golpe de estado deu fim ao período republicano e iniciou o governo do presidente Getúlio Vargas, que esteve à frente do Executivo ininterruptamente até o ano de 1945. Em 1937, após uma breve experiência democrática, estabelecida pela Constituição de 1934, teve início o Estado Novo no Brasil e foi formulada uma nova Constituição. Assim como em Portugal, o Estado Novo brasileiro apresentava estruturas políticas essencialmente hierárquicas, predominância do poder executivo e supressão de oposição política, bem como a introdução de políticas econômicas que se ancoravam no dirigismo estatal⁵³⁹. A partir de então, a busca pela aproximação entre os dois países se intensificou não apenas no campo econômico. No campo cultural, os resultados desses esforços se expressam no Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941), no Acordo Postal e Telegráfico (1943) e nas Convenções Ortográficas de 1943 e 1945.

⁵³⁹ Cf: GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (org). A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; PANDOLFI, Dulce (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A aproximação interessava aos dois países: o governo português objetivava uma integração lusófona efetiva com suas colônias e com o Brasil. Ao Brasil, a aproximação era encarada como um fator que poderia contribuir para a afirmação de seu nacionalismo e a identificação com a etnia portuguesa em detrimento das demais ia de encontro aos seus interesses em função de seu posicionamento na Segunda Guerra Mundial⁵⁴⁰. Além disso, em função do retraimento comercial Europeu no contexto da guerra, o aprofundamento das relações com Portugal era encarado como uma possibilidade de aumentar as exportações brasileiras para a Europa. Conforme analisa a historiadora Carmen Schiavon, *“a intensificação nas ligações luso-brasileiras permitiria aos dois países a sua afirmação no cenário internacional e o fortalecimento de seus nacionalismos”* (SCHIAVON, 2007, P.287).

Roque da Fonseca como representante do empresariado português no Estado Novo e articulador dos interesses portugueses junto ao Brasil

No contexto acima descrito se insere a trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como parlamentar e presidente da Associação Comercial de Lisboa⁵⁴¹. Nascido em 1891, na capital portuguesa, atuou como comerciante e se formou em licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras de Lisboa⁵⁴².

Entre suas ações na liderança da Associação Comercial de Lisboa, destacam-se os esforços para a criação do Centro de Documentação Econômico, que tinha como objetivo proporcionar aos membros conhecimentos atualizados sobre economia, bem como promover um constante intercâmbio com alunos de escolas técnicas e superiores. Participou, em 1944, da Conferência Econômica Internacional de Rye, em Nova York, fórum de expressiva importância que reuniu representantes de diversos países para discutir as bases da organização mundial que seriam implementadas com o fim da Segunda Guerra Mundial⁵⁴³.

⁵⁴⁰ Considerando o contexto da Segunda Guerra Mundial e existência de numerosos descendentes de imigrantes que vieram de países que compunham o Eixo: italianos, alemães e japoneses. O Brasil deu início a uma política de nacionalização de escolas de imigrantes e proibiu o ensino da língua de nações que faziam parte do Eixo.

⁵⁴¹ Ocupou a presidência da Associação Comercial de Lisboa entre 1936 e 1948.

⁵⁴² ARQUIVO ELETRÔNICO DO PARLAMENTO DE PORTUGAL. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/f/fons_ea_joaquim_roque_da.pdf. Acesso em: 15/01/2015

⁵⁴³ Idem.

Foi parlamentar, fazendo parte de quatro legislaturas consecutivas entre 1935 e 1949, o que representa um longo período de 14 anos de inserção junto à Assembleia Nacional. Segundo Rita Almeida de Carvalho, uma carreira parlamentar muito longa poderia sinalizar o grau de confiança que o chefe de governo depositava no deputado (CARVALHO, 2001, p. 7-30).

Embora a Assembleia Nacional possuísse suas prerrogativas jurídicas limitadas pelo regime político, em especial pelo artigo 92º da Constituição de 1933, que determinada que as leis votadas pelos deputados deviam se restringir à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos, a instituição possuía expressivo papel na representação de diferentes segmentos sociais.

À cedência às “leis correntes” obrigava o regime, ao integrá-la no seu sistema político, a um cuidadoso recrutamento dos deputados, o qual era pessoalmente conduzido por Salazar. Deste modo se conferia uma singular importância a este corpo político, instrumentalizado enquanto elo de ligação entre este e a respectiva base social de apoio (CARVALHO, 2001, p. 8).⁵⁴⁴.

Roque da Fonseca tinha acesso direto tanto a Salazar quanto ao então presidente, o general Carmona, reunindo-se frequentemente com ambos. Na década de 1940, foi o responsável pela seção do comércio e da indústria na exposição industrial portuguesa, organizada em 1940 pelo governo estadonovista com o objetivo de mostrar o desempenho industrial português e fomentar a comercialização de seus produtos⁵⁴⁵

Participou ativamente de diálogos a respeito das relações comerciais entre Brasil e Portugal durante sua gestão como presidente da Associação Comercial de Lisboa. Seu nome era frequentemente noticiado na imprensa brasileira no período. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, afirmou que “o desenvolvimento do intercâmbio econômico entre Portugal e o Brasil constitui uma das principais preocupações da Associação Comercial de Lisboa”⁵⁴⁶.

No ano de 1941, em parceria com Vitor Guedes Monteiro, organizou o Grupo dos Amigos do Brasil, que tinha como objetivo contribuir para a aproximação luso-

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 8.

⁵⁴⁵ A capacidade e o esforço português no campo industrial. *A Noite*. p. 3, 20 de julho de 1940.

⁵⁴⁶ Relações comerciais luso-brasileiras. O sr. Roque da Fonseca, em entrevista para o *Jornal do Brasil* anuncia a próxima visita ao nosso país de uma embaixada comercial portuguesa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. p. 11, 24 de junho de 1937.

brasileira. O processo que culminou na criação do grupo envolveu um amplo debate entre as associações comerciais de Lisboa e do Porto, por meio das quais se expressaram empresários interessados na exportação de produtos para o Brasil.⁵⁴⁷ Com a assinatura do protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação entre Brasil e Portugal, naquele mesmo ano de 1941, Roque da Fonseca enviou ofício a Salazar, parabenizando-o, em nome da Associação Comercial de Lisboa, pela iniciativa

Trazemos nossas congratulações à v. ex. a quem o país, após a conclusão dos trabalhos indicados no protocolo, ficará devendo entre os êxitos felizes de uma política exterior que tem assegurado a paz e o trabalho à nação, este outro êxito de haver consolidado as bases das relações econômicas entre as duas nações irmãs, cuja fraternidade recebeu há pouco a mais emocionante consagração de que povo algum se pode orgulhar⁵⁴⁸.

Ainda no ano de 1941, Roque da Fonseca foi homenageado pelo governo brasileiro, recebendo o grau de comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, o que indica seu prestígio junto ao governo brasileiro.⁵⁴⁹

Conforme demonstrado nos parágrafos anteriores, Roque da Fonseca foi uma expressiva liderança do empresariado português. De um modo geral, as associações de interesse privado conquistaram espaços políticos expressivos ao longo do século XX. O aumento da capacidade de representatividade dessas associações foi acompanhado de uma progressiva integração com o poder público. Não raramente, essas associações eram convidadas pelo Estado a atuarem como agências de certificação e de autorregulação de grupos e setores, o que conferia ao governo legitimidade, já que poderia contar com essas associações nos processos de implementação de decisões políticas, o que representava uma alternativa à intervenção estatal direta na tomada de decisões. A própria natureza das associações de interesse privado consiste em promover os interesses de seus membros junto às esferas política e econômica de seus Estados, logo, uma liderança de entidade necessariamente deve buscar estabelecer relações sólidas com o governo e seus agentes (STREECK, 2002, P. 3187-3188). Roque da

⁵⁴⁷ Cf. Reunião em Lisboa dos representantes das firmas exportadoras para o Brasil. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p. 7, 27 de março de 1941. Carmona na presidência do Grupo dos Amigos do Brasil. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, p.7, 27 de março de 1941.

⁵⁴⁸ As relações econômicas luso-brasileiras. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p.17, 5 de agosto de 1941.

⁵⁴⁹ A Ordem do Cruzeiro do Sul concedida a várias personalidades européias e americanas. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p.5, 3 de outubro de 1941.

Fonseca, como representante da Associação Comercial de Lisboa, insere-se nesse processo. Ao longo de sua trajetória como representante empresarial é possível observá-lo compondo arenas do Estado e dialogando diretamente com o governo, em especial a respeito das relações comerciais entre o Brasil e Portugal. Sua trajetória, portanto, não se limita a Associação Comercial de Lisboa, pois se insere também em arenas políticas que lhe conferem canais de acesso privilegiados ao Executivo.

Bibliografia

CARVALHO, Rita Almeida de. A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949). **Penélope**, n.24, 2001. PP.7-30.

ESPREGUEIRA, Manuel Affonso d'. **As despesas publicas e a administração financeira do Estado**. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1896

FONTES, Carlos - **Feira Popular de Lisboa** : diversão e poder. Lisboa: ISCTE, 1999. 279 p. Tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, ISCTE, 1999, p.38.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; ISAÍÁ, Artur César (coord). **Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal. 1889-1910**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012

LINO NETO, António. **Intervenções Parlamentares 1918-1926**. Lisboa, Edições Assembleia da República e Texto Editores, 2010.

MADUREIRA, Nuno Luís. O Estado, o patronato e a indústria portuguesa. (1922-1957). **Análise Social**. Vol. XXXIII (148), 1998, (4º), 777-822.

MARQUES, A. H. Oliveira. **A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais**. Lisboa: Livros Horizonte Lda.

MARQUES, A. H. Oliveira. **História de Portugal** – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr.. General Eanes. 3. Ed. Lisboa: Palas Editores, 1986.

PATRIARCA, Fátima. **A questão social no salazarismo** (1930-1947), 2 vol. Lisboa: IN/CM, 1995, 669 p.

PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: In: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.19.

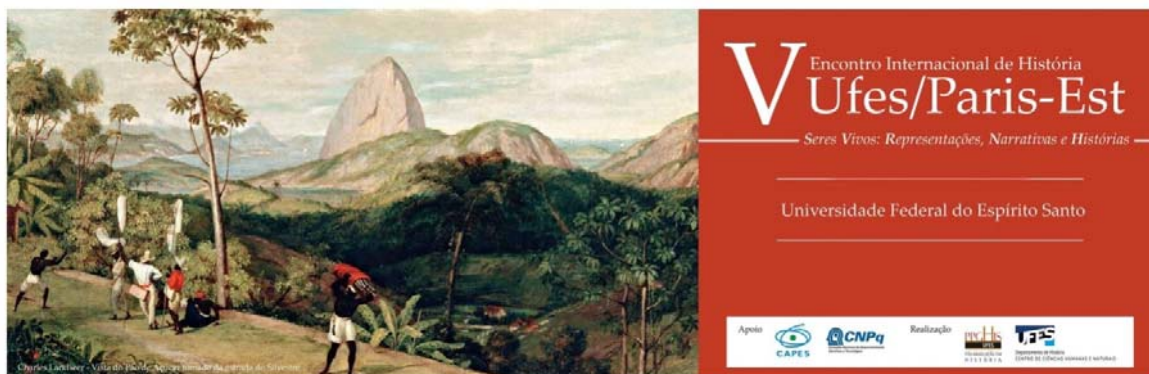
ROSAS, Fernando. A crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal. In: **Penélope**. Fazer e desfazer história. Nº 2, fevereiro, 1989.

SANTOS, Luis Aguiar. A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação. Lisboa. **Análise Social**, vol. XXXVI (158-159), 2001,

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal – a Primeira República (1910-1926). Editora Verbo, 1977 P.17

SCHIAVON, Carmem G. Burget. **Estado Novo e relações luso-brasileiras** (1937-1945). Tese de doutoramento em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 287.

STREECK, Wolfgang. HASSEL, Anke. Interest group organization. **International encyclopedia of business and management**, Vol. 4. London: Thomson Learning, 2002. , p. 3187-3188.



**DA LEI À PRÁTICA: O PARENTESCO RITUAL NAS NORMAS ECLESIASTICAS
E NO COTIDIANO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA – ES
(1850-1871)**

Rafaela Domingos Lago
Doutoranda em História – UFES

RESUMO: O presente artigo é um esforço investigativo de análise das normas eclesíasticas estabelecidas no Concílio de Trento (1545-1563) e da apropriação do código eclesíastico na América portuguesa para a elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia de 1707, responsáveis, dentre outras funções, em normatizar os sacramentos católicos no Brasil Colônia e ao longo de todo o Império. A proposta inicial do trabalho consiste em evidenciar algumas das transformações ocorridas no seio da Igreja, com destaque para as modificações na nomeação de padrinhos instituída no ritual do batismo e, posteriormente, em compreender certas práticas nas relações de compadrio desenvolvidas na Freguesia de Vitória (ES) durante a segunda metade do Dezenove – região de população predominantemente católica – estabelecendo um diálogo entre o texto escrito e o “texto” vivido. Para tanto foram analisados os registros batismais da região entre 1850 e 1871, considerando o cumprimento ou não das normas difundidas pós Concílio de Trento na América portuguesa.

Palavras-chave: Compadrio; Normas Eclesiásticas; Freguesia de Vitória; Século XIX.

RÉSUMÉ: Cet article est un effort d'investigation de analyse des normes ecclésiastiques établie au Concile de Trente (1545-1563) et de l'appropriation des codes ecclésiastique en Amérique portugaise pour préparer les Premières Constitutions de l'archevêché de Bahia 1707, responsable, entre autres fonctions, de régler les sacrements catholiques au Brésil colonial et dans tout l'empire. L'objectif initial de cette étude est de mettre en évidence certaines des changements survenus dans l'Église, en particulier les changements dans le nommage des parrains institué dans le rituel du baptême et, plus tard, dans la compréhension de certaines

práticas nas relações de copinagem desenvolvidas na paróquia de Vitória (ES) ao longo da segunda metade do século XIX – região de população majoritariamente católica - o estabelecimento de um diálogo entre o texto escrito e o “texto” vivido. Por conseguinte, analisamos os registros de batismos da região entre 1850 e 1871, tendo em vista a implementação ou não das regras repartidas após o Concílio de Trento em América portuguesa.

Mots-clés: Copinagem; Normas eclesiais; Paróquia de Vitória; XIX século.

Questões introdutórias

O presente artigo é um esforço investigativo acerca da compreensão das modificações na nomeação de padrinhos instituída no ritual do batismo pela Igreja a partir do Concílio de Trento (1545-1563).⁵⁵⁰ Os dogmas estabelecidos por especialistas da Igreja serviram de base para a elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707,⁵⁵¹ responsáveis, por sua vez, dentre outras funções, em normatizar os sacramentos católicos no Brasil Colônia e ao longo de todo o Império.

Se no primeiro momento buscou-se, evidenciar algumas das transformações ocorridas no seio da Igreja com a formação de seus dogmas, posteriormente pretendeu-se compreender certas práticas nas relações de compadrio desenvolvidas na Freguesia de Vitória durante a segunda metade do Dezenove, região de população predominantemente católica. Levou-se em consideração para a análise dos registros batismais da região o cumprimento ou não das normas difundidas pós Concílio de Trento na América portuguesa.

Para tanto, optou-se pela articulação do refinamento metodológico da história intelectual com a História Social, proposta por Dominick LaCapra (2001). Ao criticar os enfoques mais tradicionais e por vezes reducionistas na interpretação dos textos, LaCapra (2001, p. 239-241) propõe um “novo giro” ao relançar a importância de ler, interpretar e problematizar textos em diversos contextos pertinentes, sem

⁵⁵⁰ O Concílio de Trento, concílio ecumênico mais longo da História da Igreja Católica (1545-1563), foi responsável por emitir os decretos dogmáticos e reformas sobre a disciplina da Igreja. Para o presente artigo importa ressaltar que com ele foram especificadas claramente as doutrinas católicas quanto à salvação e os sete sacramentos.

⁵⁵¹ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 2 de dezembro 1853.*

menosprezar o diálogo entre passado e presente. Dito de outro modo, o autor alerta para a necessidade de interação entre proximidade e distância do historiador com o objeto de estudo.

Para Dominick LaCapra (2001, p. 241), a reconstrução mesma de um “texto” ou uma “realidade” se produz sobre a base de restos “textualizados” do passado. Destarte, objetivou-se compreender o contexto de construção das normas eclesiásticas no Concílio de Trento e a apropriação desse código quando trazido à América portuguesa, na elaboração das Constituições Baianas de 1707. Em seguida, a análise de registros de batismo da população da Freguesia de Vitória (ES) serviu para estabelecer um diálogo entre o texto escrito com o “texto” vivido (LACAPRA, 2001, p. 257).

O processo de normatização do sacramento batismal

O ritual do batismo cristão, no que concerne ao papel desempenhado pelos padrinhos, passou por profundas modificações desde que começou a ser praticado. De acordo com Maria Luiza Marcílio (2004, p.13-20), em fins da Idade Média foi encontrado um ou outro registro batismal em Dioceses de cidades italianas. Tal prática, contudo, remonta a um período bem anterior, datado a partir da ressurreição de Cristo (30 d.C.), sendo pelos três séculos seguintes realizados pelos cristãos primitivos.

Em estudo sobre a evolução histórica desta instituição, Stephen Gudeman (1971, p. 45-71) salientou não ser possível proceder à análise dos laços sociais e espirituais que o batismo gera em determinado contexto sem considerá-lo como fruto de um dos dogmas da Igreja. Tal conclusão alerta para a necessidade de se compreender as transformações ocorridas no seio da própria Igreja e que culminaram na construção de doutrinas universais seguidas por séculos em populações predominantemente católicas e ainda hoje por indivíduos que professam o catolicismo.

De acordo com Martha Daisson Hameister (2006. p. 200), certas mudanças nas concepções da igreja e da sociedade acerca do parentesco e dos papéis representados por homens e mulheres no interior da família e no grupo social refletiram-se também nas relações subjacentes ao batismo. Isso fez com que o

processo de modificação e transformação dos conceitos associados ao batismo e à família natural tivessem influência mútua e recíproca e se alterassem as práticas mundanas ou sacralizadas.

A seguir serão evidenciadas algumas transformações na concepção do parentesco ritual instituído no batismo e seus significados do Cristianismo Primitivo (século I ao IV d.C.) ao estabelecimento dos cânones definitivos da Igreja produzidos com o Concílio de Trento em 1563, e posterior utilização dessas normas no Brasil Colônia e Império por meio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707.

Antes, cabe evidenciar o significado primordial do Sacramento. Apesar de utilizar as Constituições de 1707, tal emprego justifica-se pelo fato de que desde as primeiras vezes em que o ato foi percebido, ainda com os cristãos primitivos, já estava vinculado ao mito do Pecado Original (HAMEISTER, 2006, p. 201). Dito isso, foi descrito sobre o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta de entrada dos indivíduos na Igreja Católica (1707, Livro I, Título X, §33):

34 Causa o Sacramento do Baptismo effeitos maravilhosos, porque por elle se perdoão os (10) pecados, assim original, como actuaes, ainda que sejam muitos, e mui graves. E o baptizado adoptado (11) em filho de Deos, e feito herdeiro da Gloria, e do reino do Ceo. Pelo Baptismo professa o baptizado a Fé (12) Catholica, a qual se obriga (13) a guardar; e póde, e deve a isso ser (14) constringido pelos Ministros da Igreja. E por este Sacramento de tal maneira se abre (15) o Ceo aos baptizados, que depois do Baptismo recebido morrerem, certamente se salvão, (16) não tendo antes da morte algum pecado mortal. (Da Vide, 1707, Livro I, Título 10, § 34)

Em pesquisa sobre as práticas iniciais do batismo com os cristãos primitivos, Gudeman (1971) relata ter sido geralmente os pais da criança seus padrinhos, não havendo nenhum impedimento para que aqueles que geraram a carne propiciassem ao novo cristão a sua apresentação a comunidade religiosa. Tampouco os pais eram impedidos de responder às perguntas feitas pelo ministro.⁵⁵² As pessoas participantes do rito do batismo seriam, portanto, os pais, o próprio batizando e o ministro. Ainda segundo mesmo autor, o ministro estaria em substituição à presença física de Deus, e o padrinho, que seria o próprio pai estaria representando a Santa Madre Igreja que o acolhia em seu seio.

De acordo com Martha Hameister (2006, p. 202), a partir do século IV, com o

⁵⁵² Como o nome da criança, se renunciava a Satanás e se aceitava Cristo como seu salvador.

teólogo Agostinho, no século XIII com São Tomás de Aquino e posteriormente por especialistas da Igreja, foram feitas várias doutrinas concernentes ao batismo. Entretanto, foi somente com o Concílio de Trento (1545-1563) que se cristalizou a doutrina do batismo, disseminada, em seguida, na América portuguesa, em processo de conquista territorial e espiritual. Segundo Gudeman (1971, p. 48-50), todas as variações do rito, do conjunto do batismo, dos laços que ali se firmaram, e ainda firmam, sejam elas ao longo do tempo ou em diferentes espaços, são derivadas do conteúdo religioso do Concílio de Trento.

Para Maria Luiza Marcílio (2004, p. 13) foi o chamado movimento da Contra - Reforma na Europa que suscitou a necessidade premente de se buscar um instrumento que distinguisse e controlasse cada um dos membros da Igreja Católica. Perdida a unidade da cristandade Ocidental, com a Reforma e com a aceitação e difusão rápida, em algumas partes da Europa, das novas denominações protestantes, a Igreja Católica precisava conhecer claramente quais eram seus membros. A melhor forma de obter esse conhecimento seria através dos registros individuais de cada católico. Na resolução final do Concílio de Trento (1563) ficou decretado que cada *Cura* passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e de cada Matrimônio celebrado em sua Paróquia. A fórmula do registro foi detalhadamente estabelecida, com o objetivo de resguardar um caráter universal e padronizado para os registros de cada católico.

O Concílio de Trento trouxe consigo rupturas no que concernem as relações estabelecidas no batismo cristão. De acordo com Martha Hameister (2006, p. 204-206), se ao tempo da Igreja do cristianismo primitivo os pais podiam ser os padrinhos dos seus filhos e o ministro adquiria vínculo espiritual com a criança batizada, nos séculos IV e V já há mostras, em Santo Agostinho, de que outras pessoas conduziam e elevavam a criança à condição de cristã, respondendo por ela as questões feitas pelo ministro durante o ritual. Dito de outra forma, assumem a posição de fiadoras de sua renúncia ao demônio, até o dia de ministrar o Sacramento da Confirmação, no qual o jovem não mais inocente, capaz de responder por si próprio no uso de seu arbítrio, reafirmaria o compromisso de renúncia feito em seu nome por seus padrinhos, protetores de sua alma no dia do batismo. Já o ministro teve suas responsabilidades reduzidas sobre os neófitos em específico e passaram a zelar com mais afinco pelo rebanho de Deus como um

todo. Essas responsabilidades de educação e acompanhamento religioso do neófito foram delegadas àquele que conduzia a criança à pia. Dissociado da figura do pai carnal e do ministro que representava a Santa Madre Igreja, o padrinho passou a incorporar funções que cabiam anteriormente a eles.

Em período anterior ao Concílio de Trento, ainda no século VI, houve a proibição pelo Código de Justiniano de casamento entre padrinho/madrinha e afilhado/afilhada, o que prova já estarem as figuras de pais e padrinhos por completo dissociadas. Portanto, se um impedimento matrimonial entre padrinho e afilhado foi gerado, isso significa que não guardavam mais parentesco de paternidade e maternidade carnal. O perfilhamento existente entre padrinho e afilhado foi também aplicado aos compadres. “Quando da canonização do *Código de Justiniano*, houve a extensão do impedimento matrimonial para mãe e padrinho da criança” (HAMEISTER, 2004, p. 204-206).

Ainda de acordo com Martha Hameister na segunda metade do século VI foi estabelecida proibição de clérigos serem padrinhos de batismo, separando, também definitivamente, a figura do ministro e do padrinho. Este passou a ser, portanto, personagem constante e necessário, presente ao ato batismal, dando os contornos do *conjunto de batismo* que hoje se tem. O Título XVIII das Constituições revela que:

64 (...) não poderão ser padrinhos (4) o pai, ou a mãe do baptizado, nem também os infieis, hereges, ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, ou mudos, e os que ignorão os princípios de nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Conego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião Approvada, (exceto os das Ordens Militares) por si, nem por procurador. [grifo nosso]. (1707, Título XVIII, § 64).

Apesar de o elo espiritual entre pais carnis e padrinhos estar em gestão em período anterior ao Concílio, com ele é que foi registrada a superioridade do vínculo espiritual sobre o mundano. Por volta do século VI foi permitido que as mulheres agissem como padrinhos, e adiante, nos séculos VII e VIII, com a ênfase na analogia entre a geração natural e espiritual, um homem e uma mulher passaram a ser utilizados como padrinho e madrinha (HAMEISTER, 2004, 204-206). Segundo Gudeman (1971), o conjunto do compadrio reflete também a natureza dual de Cristo e o dogma da virgindade de Maria. Há natureza mundana de Cristo, cuja família era formada por Jesus, José e Maria, e há sua natureza espiritual, tendo Deus/Espírito Santo atuando na concepção de Maria. Essa dupla natureza se reproduz no batismo

quando a família carnal da criança, formada por ela, por seu pai e sua mãe é colocada em contraposição ou mesmo complementaridade a ela pela família espiritual.

O complexo do compadrio, portanto, estabeleceu elos profundos e espirituais. É a conexão do mundo carnal da criança com o mundo espiritual, sendo os padrinhos – pessoas de carne e osso – mediadores da relação entre o conjunto do nascimento (pai, mãe e filho) ao Reino de Deus.⁵⁵³

Assim como é dual a natureza de Cristo e de suas duas parentelas, parte humana, parte sobrenatural, são duas as famílias presentes no complexo do compadrio (HAMEISTER, 2004, p. 207). Os laços rituais são firmados na esfera sobrenatural, na presença de Deus e sobrevivem até mesmo à morte, pois os que se irmanam ou perfilham no ato do batismo não são os corpos e sim os espíritos. Assim, há também, a natureza dual das relações presentes no complexo do compadrio. A irmandade entre os espíritos de pais e padrinhos e a paternidade espiritual do padrinho para com a criança geram obrigações mútuas e desiguais que têm expressão no mundo terreno.

Emergem nas relações subjacentes ao batismo dois aspectos principais: o funcional, que fomenta as solidariedades sociais, e o religioso, no qual os laços espirituais se dão não no mundo dos humanos, mas na esfera divina.

Tais normas e concepções das relações de compadrio estabelecidas no Concílio de Trento alcançaram a América portuguesa. De acordo com Silvia Taisa Rodrigues Sandri (2003), Antonio Chaves, in Tratado de Direito Civil Vol. 5:

Por Lei de 8.4.1569 El-Rei d. Sebastião ratificou o ato do regente cardeal d. Henrique, de 156,. Distendendo, por todo o solo português, os decretos do Concílio Tridentino.

Herdeiro dessa monarquia, a legislação do Império também sofreu tal influxo. O Dec. De 3.11. J 827 impunha como disposições obrigatórias o Concílio Tridentino e a Constituição do Arcebispo da Bahia, tornando-se a nossa legislação como que um verdadeiro capítulo do Direito Canônico. (pág. 62) (SANDRI, 2003, p. 434).

⁵⁵³ Além dos estudos empreendidos por Stephan Gudeman, conferir: ARANTES, Antonio Augusto. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: ARANTES, Antonio Augusto [ET AL.] *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

A legislação eclesiástica no Brasil, portanto, tem sua origem no Concílio de Trento. Segundo Maria Beatriz Nizza Silva (1981), vários regulamentos especiais fundamentaram-se nele, com destaque para os estatutos sinodais. No caso da colônia portuguesa na América, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – publicadas, em 1707, por Dom Sebastião Monteiro da Vide – constituem o único estatuto sinodal publicado no período colonial e sua utilização se estenderá durante o Império. Segundo o Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, Cônego Prebendado e Lente de Teologia Dogmática, autor do prólogo de uma edição das Constituições publicada em 1853:

Em o Synodo Diocesano, que na Bahia celebrou o muito respeitavel 5º Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide em 1707, forão aprovadas estas Constituições, em que desde 1702 se estava trabalhando. Mão de Mestre retraçarão estas paginas, cuja doutrina foi por então adoptada: *quase seculo e meio tem servido á Igreja Brasileira, e servirá sempre naquellas matérias*, que não tem sido abrogadas pela mudança dos tempos, usos e costumes, e pelas Leis recebidas em nosso paiz, á vista da Fórma de Governo, que felizmente nos rege (CONSTITUIÇÕES, 1853).

As Constituições Baianas de 1707 ditaram as regras a serem seguidas no que concerne a realização do ritual sacramental do batismo no Brasil. Outras questões também foram normatizadas como a obrigatoriedade de registrar os batismos em atas específicas e em cada Paróquia: a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação, local da residência de seus pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho que serviria de testemunho do ato e passaria a ser um parente espiritual, que no caso da morte dos pais, deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado; por fim, viria a assinatura do sacerdote. Um livro exclusivo deveria servir para o assento dos Registros de Batismo da Paróquia, sendo o vigário responsável pela guarda e conservação do documento em arquivo Paroquial.

Somente com o Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, foi que o Brasil, como uma República Federativa, instituiu o registro civil. A partir de então o Estado passou a se responsabilizar pelos documentos de nascimentos, casamentos e óbitos. Anteriormente todo esse controle estava sob as mãos da Igreja Católica brasileira.

Da Lei eclesiástica à prática

Como visto anteriormente, se na fase do cristianismo primitivo os pais eram padrinhos de seus próprios filhos, com a elaboração definitiva das normas eclesiásticas no Concílio de Trento aos pais foi negado universalmente assumirem a

paternidade espiritual de seus filhos.

Ao se estabelecer um diálogo entre o texto e a prática é possível perceber a clara separação da família carnal (pais) e espiritual (padrinhos) do batizando a partir de dois sentidos considerados complementares: o espiritual e o social, uma vez que o batismo era produzido na Igreja entre indivíduos que o projetavam para o ambiente social.

Em sua visão funcional, o compadrio passou a desempenhar um papel social muito importante: buscar a ampliação das relações sociais, dos círculos relacionais de indivíduos católicos, já que os padrinhos teriam, obrigatoriamente, que professar a fé católica. No contexto da Reforma Protestante, mesmo sabendo que as modificações no seio da Igreja já vinham acontecendo anteriormente a ela, a Igreja procurou ampliar as relações entre seus membros. Se anteriormente se realizava o batismo com a participação do padre, pai-padrinho e filho, a partir do Concílio seria obrigatório um ou dois padrinhos que não fossem os pais, ou seja, ampliou-se o número de participantes do ritual. Ao mesmo tempo observou-se um aumento da importância da questão espiritual, uma vez que o padrinho acabou assumindo um papel de maior relevância que o pai carnal, como colocado anteriormente.

Tal proibição parece ter sido respeitada na Freguesia de Vitória, pois não se encontrou pai apadrinhando filho em toda a segunda metade do Dezenove. Ao inventariar as práticas de compadrio de escravos no recôncavo Baiano setecentista, Stephen Gudeman e Stuart Schwartz (1988, p. 45) afirmaram, no mesmo sentido, que “de acordo com a lei e a prática da Igreja, os pais nunca eram escolhidos como padrinhos”.

Já em Mariana do século XVIII, Moacir Rodrigues de Castro Maia (2010, p. 36-54) revela que as suspeitas dessa prática condenada pela Igreja⁵⁵⁴ foram evidenciadas em vários povoados da Capitania de Minas Gerais no século XVIII, declaradas algumas vezes nos registros batismais, mas com maior frequência os pais consanguíneos não reconheciam a paternidade formalmente. A hipótese do autor é

⁵⁵⁴ Pelas leis da Igreja, os que se uniam pelos laços de compadrio – pais com compadres e afilhados com seus padrinhos – tornavam-se parentes espirituais e, como tal, não poderiam ter intercurso sexual, uma vez que a Igreja condenava essa prática, considerando-a como crime de incesto. (MAIA, 2010, p. 41).

a de que o compadrio era utilizado por muitos que se encontravam concubidados, na tentativa de proteger suas relações amorosas e, assim, escapar das punições da Igreja em Minas. Tal prática de dissimulação não é descartada para o caso da Freguesia de Vitória, entretanto, para o presente trabalho, optou-se por analisar apenas o que foi registrado no documento.

Se houve, aparentemente, obediência no que concerne a não nomeação de pais como padrinhos de seus filhos, o mesmo não se pode dizer a respeito da proibição de padres serem padrinhos, como revelam as Constituições Baianas: “[...] *nem Frade, Freira, Conego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião Approvada, [...]*”. Na prática foram constatados desvios em seu cumprimento. Vejamos como exemplo, um assento de batismo de livre e outro de escravo da região pesquisada:

Aos vinte e oito de novembro de mil oito centos e cincoenta e dois nesta matriz de N. S. da Vitoria, baptizei solenemente e pus os santos óleos a Epifanio filho legitimo de Joao Pereira machado e Angelica do Rosario dos Anjos, neto por parte paterna de Maria Vieira da Conceição, forão padrinhos Nossa Senhora da Vitoria e Pe. Inacio Felis de Algarenga Sales. E para constar fis este termo, que assignei. Vigario Meiceslao Ferreira Lopes Wanzeler (1852, Folha 25; frente).

Aos vinte e sete dias do mez de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e hun nesta Matriz de N. S. da Vitoria baptizei e puz os santos óleos em a inocente Leandra, parda, filha natural de Maurícia escravas dos herdeiros do finado Luciano da Gama Pereira. Não declararão os avôs, e nem o dia do nascimento do baptizado. Foi Proctetora N. S. da Conceição e padrinho o Reverendo Padre Mestre Ignacio Fellis de Alvarenga Salles. E para constar abri este termo, em que assignei. Vigario Encomendador João Climaco de Alvarenga Rangel (1851, Folha 93; verso).

Nos dois assentos acima, além da escolha de um padre como padrinho, os pais do batizando também optaram por protetoras no lugar de madrinhas, alternativa que não se encontra na resolução do Concílio Tridentino e nas Constituições de 1707. Tal prática revela uma especificidade do catolicismo no Brasil. Dessa forma, se analisadas apenas as leis eclesiásticas, ou seja, o campo formal, ter-se-ia outra realidade que não a vivida cotidianamente na Freguesia de Vitória.

A escolha por protetoras parece revelar o não distanciamento das santas, consideradas membros das famílias, mesmo que fosse espiritual. De acordo com Gilberto Freire (2007), o catolicismo no Brasil era uma religião mais doce e doméstica, em que predominava uma relação familiar e de proximidade entre os santos e os homens, aspecto destoante do catolicismo português, caracterizado

como clerical e ortodoxo.

Para análise foram utilizados registros de batismo de livres e escravos da Freguesia de Vitória em 1851 e 1852.⁵⁵⁵ Observou-se que em alguns casos houve o não cumprimento das regras eclesiásticas.

TABELA 1: RECORRÊNCIA DE PADRES COMO PADRINHOS (1851 e 1852)

Padres e Reverendos	Livres	Escravos
Francisco Antunes de Siqueira	-	1
Francisco	-	2
Francisco Joao Nepomoceno Valadares	1	2
Inácio Felis de Alvarenga Sales	2	1
Total de padrinhos	3 (1,3%)	6 (3,3%)
Total de batismos	222	182

FONTE: CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859.

CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872.

A tabela a seguir revela a frequência em que santas foram nomeadas no lugar das madrinhas na Freguesia de Vitória, tanto por livres (35,5%) quanto por escravos (25,8%), entre os anos de 1851 e 1852. Tal porcentagem permaneceu significativa no batismo de escravos pelo menos entre 1845 a 1871. Num total de 1758 batismos, as protetoras ocuparam o lugar das madrinhas 556 vezes ou em 31% dos batizados.⁵⁵⁶

⁵⁵⁵ Tal opção poderia ser feita aleatoriamente, uma vez que nos registros de escravos já levantados entre 1845 e 1871, constam padres e santas sendo nomeados como padrinhos e protetoras, respectivamente. Entretanto, foram priorizados os anos de 1851 e 1852 por terem sido levantados os registros de livres e escravos de mesmo ano. Sendo possível observar os dois universos.

⁵⁵⁶ Na Freguesia de Vitória, entre 1845 a 1871 foi constatada uma relativa proximidade entre madrinhas livres 634 (36%), escravas 525 (30%) e protetoras 556 (31%).

TABELA 2: RECORRÊNCIA DE SANTAS COMO PROTETORAS NOS BATISMOS

Amostra de Batismos de Livres e Escravos de 1851 e 1852		
Protetoras	Livres	Escravos
	N. = 222 batizados	N.= 182 batizados
Nossa Senhora da Vitoria	52	31
Nossa Senhora da Conceição	9	9
Nossa Senhora do Rosário	2	2
Nossa Senhora do Parto	-	1
Nossa Senhora do Desterro	-	4
Nossa Senhora da Ajuda	4	-
Nossa Senhora da Boa Morte	1	-
Nossa Senhora da Penha	7	-
Nossa Senhora do Carmo	1	-
Nossa Senhora dos Remédios	3	-
Total	79	47
	35,5% dos batismos	25, 8% dos batismos

FONTE: CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859.

CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872.

Em recente estudo sobre as relações parentais entre escravos em Valença, região de alta concentração de escravos da Província do Rio de Janeiro, Sidney Pereira da Silva (2009. p. 76) encontrou nos anos de 1823 a 1885 apenas dois casos de escolha de santos para apadrinhamento, num total de 3.833 registros. O autor conclui que os escravos de Valença viam na pia batismal “não uma atitude religiosa, mas sim um ato social e principalmente político” (SILVA, 2009, p.78).

Donald Ramos (2004, p. 64), em suas pesquisas na região de Vila Rica durante o século do ouro, afirmou serem raras as escolhas de madrinhas sagradas na

comunidade escrava em comparação com as famílias livres. O autor chama atenção para o fato de que quando os pais tomavam a decisão de escolher uma madrinha sagrada, conseqüentemente perdiam a possibilidade de estabelecer outro elo com a sociedade secular. Para o autor, tal fato seria de difícil compreensão se o compadrio tivesse somente funções sociais.

Entretanto, o trabalho com os registros de batismo de Vitória leva a crer que foi possível, para a época, estabelecer uma relação não divergente entre atitude religiosa e interesses sociais. A freqüência de protetoras de escravos evidencia além da importância da religiosidade no cotidiano das relações sociais em Vitória, a crença de que a entrega dos filhos aos cuidados de uma protetora poderia levar aquelas crianças a uma condição social futura melhor.

Kátia Sausen da Motta (2010, p.92-99), em estudo sobre as práticas privadas da religiosidade na Vila de Vitória entre 1790 e 1800, evidenciou através das posses de oratórios o exercício das práticas espirituais no interior das residências. Além de oratórios, Motta identificou também relíquias religiosas em 20% dos inventários do período analisado. A pesquisadora constatou ainda que as imagens de santas possuíam um alto valor de comercialização (variava entre 2\$000 e 3\$200), reflexo direto de seu valor religioso, um bem sagrado.

De acordo com a pesquisadora (MOTTA, 2010, p. 98), a posse dessas imagens demonstra a religiosidade da família capixaba do período colonial, exercida no cotidiano através de práticas de orações e de demonstrações de fé dentro da própria residência. Ao mesmo tempo em que possibilitava aos senhores cumprirem suas obrigações no que concerne a catolização dos cativos, pois facilitavam aos escravos cumprirem suas tarefas espirituais no próprio sítio.

A marcante religiosidade do período colonial se manteve na Freguesia de Vitória também no Oitocentos. Vestígios do século XIX deixaram para o presente o retrato de uma sociedade marcada por valores espirituais. Tal entendimento não era alheio aos cativos, uma vez que geralmente nascidos na região,⁵⁵⁷ cresciam imbuídos da cultura popular. Talvez seja esse o fator que diferenciou essa região das outras apontadas anteriormente, em que eram raras as escolhas de santos como

⁵⁵⁷ A população escrava em Vitória era predominantemente crioula durante todo o século XIX.

protetores de escravos.

As relações de compadrio desenvolvidas na pia batismal das Igrejas da Freguesia de Vitória revelam, ainda, que as relações sociais estavam intimamente relacionadas às questões religiosas, pois o cotidiano dessa sociedade foi marcado pela devoção a santas como Nossa Senhora da Vitória.

Algumas considerações

A transformação dos conceitos associados ao batismo e à família ocorreu ao longo de séculos durante a construção dos dogmas da Igreja. Tais modificações podem ser vistas pela perspectiva crítica de LaCapra, devido a influência mútua e recíproca entre os textos escritos e as práticas mundanas e sacralizadas. Ou seja, a partir das leis mudava-se o contexto, mas o próprio contexto também gerava novos textos.

Ao relacionar as definições rígidas da norma eclesiástica com a prática do ritual do batismo observou-se o peso da cultura popular na Freguesia de Vitória que permitiu outras soluções para o parentesco como a inserção de santos na família ritual. Tal fato sugere que apesar do campo formal, das leis eclesiásticas, estabelecerem da forma mais precisa possível como deveriam se formar as alianças ensejadas na pia batismal, na Freguesia de Vitória a prática fora peculiar. A especificidade se deve, muito provavelmente, pela vigência de um catolicismo popular que permitiu suavizar ou abrandar as regras estabelecidas pela hierarquia da religião institucional.

Referencias:

Fontes

CÚRIA Metropolitana de Vitória. **Livro de Batismo de Escravos da Catedral**, L.03, 1845-1859.

CÚRIA Metropolitana de Vitória. **Livro de Batismo de Escravos da Catedral**, L.04B, 1859-1872.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide. São

Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 2 de dezembro 1853.

Bibliografia

ARANTES, Antonio Augusto. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: ARANTES, Antonio Augusto [ET AL.] **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: Estudos sobre o negro no Brasil. Editora Brasiliense, 1988.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do rio de Janeiro, 2006.

LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elias José. **Giro lingüístico e história intelectual**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2001, p.237-293.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed. 51, São Paulo: Global, 2007.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivencia do compadrio (Minas Gerais, 1720 – 1750). **Revista Topoi**, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 36-54.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. In: **Revista Varia Historia**, 31, jan.2004:13-20.

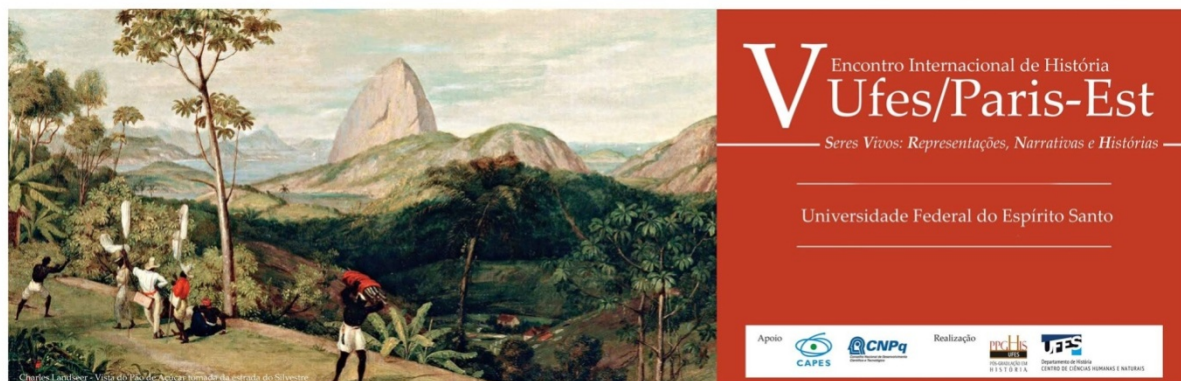
MOTTA, Kátia Sausen da. De portas a dentro: religiosidade na Vila de Vitória (1790-1800). **Revista Urutágua** – academia multidisciplinar – DCS/UEM, nº20-jan./fev./mar./abril de 2010. p. 92-99. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/7556/5211>

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, nº 31, Janeiro, 2004.

SANDRI, Silvia Taisa Rodrigues. Constituição e dissolução da sociedade conjugal no Direito Canônico: Concílio de Trento e as Primeiras Constituições do Arcebispo da Bahia. **Revista Jurídica Cesumar** – v. 3, n. 1 – 2003.

SILVA, Sidney Pereira da. As relações parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1835). In: FALCI, Miridan Britto (org.). **Gênero e escravidão**. Rio de Janeiro: Encadernação Fátima Franklin, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Cultura e opulência no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 198.



O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFES NA VISÃO DO DOPS/ES (1975-1986)

Ramilles Grassi Athaydes
Mestranda em História – UFES

RESUMO: O presente trabalho aborda o comportamento e importância do Movimento Estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo durante os anos de repressão do Regime Militar. Os arquivos pesquisados datam, principalmente, do ano de 1975 ao ano de 1986. Tratam-se de documentos contidos no dossiê Movimento Educacional, do Fundo DOPS/ES (Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo), que permitem traçar uma trajetória da organização dos estudantes da UFES durante parte do período de repressão política. Nesse sentido, o artigo versa desde a reorganização do DCE (Diretório Central Acadêmico) da Universidade, desativado pela repressão em 1969, analisando também de suas atuações, reivindicações e conquistas, e chegando ao seu enfraquecimento, ocorrido devido a divergências existentes no seio do próprio movimento, em meados dos anos 1980.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; UFES; DCE; Ditadura Militar.

ABSTRACT: This article deals with the behavior and the importance of the Movimento Estudantil (Student's Movement) at the Espírito Santo Federal University during the years of the Military Regime's repression. The searched files are, mainly, from 1975 to 1986. These documents are contained in the Movimento Educacional (Educational Movement) dossier, from DOPS/ES (Delegacy of Political and Social Order of Espírito Santo State) fund, which allow to trace an UFES students' trajectory during part of political repression period. In this sense, this article discusses about the reorganization of the DCE (Academic Central Directory) of the Espírito Santo Federal University, disabled by the repression in 1969, also analyzing their actions, demands and achievements, and coming to their weakening, occurred due to divergences within the movement in the mid 1980s.

Keywords: Student Movement; UFES; DCE; Military Dictatorship.

Introdução

Com a promulgação da Lei 12.527 (Lei de Acesso à Informação) de 18/11/2011 e o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei 12.528 de 18/11/2011, historiadores e interessados puderam adquirir maior acesso à informações até então inatingíveis ou muito restritas, contribuindo assim para a elucidação de muitos acontecimentos desse período da história do Brasil que ainda possui lacunas a serem preenchidas, e trazem à tona muitos debates (novos e antigos) acerca de episódios marcantes da ditadura militar brasileira. Assim, entre tantos outros assuntos relacionados a este tema, um debate precípua acerca do regime militar brasileiro é o comportamento do movimento estudantil durante o prosseguimento dos anos que vão desde o golpe de 1964 à finalização da ditadura em 1985.

As informações contidas no presente artigo são sobre o Movimento Estudantil capixaba, com um recorte temporal específico (1975-1986). Através delas, pode-se traçar um panorama geral do comportamento dos estudantes da UFES frente ao período de repressão e reabertura política. Os documentos analisados pertenciam à Delegacia de Ordem Social e Política do Espírito Santo (DOPS/ES), e recentemente foram disponibilizados para a consulta. Há muito ainda que se pesquisar. É válido ressaltar que nem todos os documentos encontrados respondem as dúvidas que vão surgindo a respeito do assunto. Todavia, os dados obtidos permitem elucidar algumas lacunas sobre o ME capixaba durante o período citado.

Dossiê DCE/UFES

A formação do DCE/UFES data 1963. Reconhecido pela legislação universitária, possuía patrimônio próprio e chegava a receber verbas da própria Universidade. Porém, sem muita representatividade política, ficava relegado ao desenvolvimento de atividades recreativas e assistencialistas. Durante algum tempo, sua presidência foi exercida por estudantes ligados à direita conservadora, até passar, em 1967, ao controle dos estudantes mais alinhados à esquerda, que reivindicavam os direitos estudantis. Desativado o DCE da UFES em 1969, o Movimento Estudantil dentro da universidade enfraqueceu-se frente ao endurecimento do regime, provocado principalmente pela promulgação do AI-5. Este só viria a se recuperar efetivamente na segunda metade da década de 1970, com a reaberturas dos Diretórios

Acadêmicos e do DCE, este último em 1979.

Mesmo na falta de um órgão que representasse efetivamente todos os estudantes da Universidade, em reportagem do Jornal A Gazeta de 1975⁵⁵⁸, fica evidente a preocupação dos discentes com a reorganização de sua representatividade. Segundo os mesmos, para que a reabertura do DCE pudesse ser efetivada, seria necessária liberdade de ação na UFES, uma vez que o órgão representativo não deveria ser simplesmente reaberto, mas sim atuante, promovendo intercâmbio com outras faculdades, realizando atividades sociais, culturais, esportivas e artísticas, promovendo assim maior integração no meio universitário. Porém, devido à falta de apoio, verbas e a constante repressão feita aos alunos, até mesmo os DA's da UFES encontravam-se praticamente vazios. Segundo opinião do aluno Antônio Oliveira Santos, membro da direção do DA "Dido Fontes", do Centro Tecnológico, a reabertura do DCE seria muito importante, mas antes seria necessária a integração entre os Diretórios existentes na UFES. Para ele, o DCE só poderia surgir depois que os DA's estivessem estruturados e os alunos conscientizados do que é um Diretório. Assim, o DCE controlaria os DA's que encontravam-se completamente desorganizados, pois não havia integração entre os alunos. De acordo com o Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967, que regulava a ação dos DA's, estes teriam como principal meta defender os interesses dos estudantes, porém, ainda assim encontravam-se vazios. Tachado como "subversivo", o DCE demoraria ainda algum tempo para se reorganizar.

Com pouca representatividade, os alunos da UFES reclamavam frente à desorganização da Universidade, como consta em reportagem do Jornal A Gazeta também de 1975⁵⁵⁹, segundo a qual as reclamações referiam-se, principalmente, aos horários das disciplinas ministradas, à falta de professores e ao surgimento de excedente interno de alunos por falta de planejamento e organização.

Ainda sobre a falta de organização e péssimas condições de funcionamento, alguns DA's da UFES, como o DA do Centro Biomédico e o DA do Centro Pedagógico,

⁵⁵⁸Acervo Fundo DOPS/ES. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. Pág. 513. A Gazeta, 05 de dezembro de 1975. "UFES tem 6 Diretórios quase vazios".

⁵⁵⁹ _____ Pág. 512. A Gazeta, 20 de agosto de 1975. "Alunos da UFES reclamam de desorganização".

encaminharam em setembro de 1977 uma carta aberta do Ministro da Educação e Cultura, na qual discorriam sobre a importância da Universidade no processo de desenvolvimento da sociedade e suas preocupações em relação ao não cumprimento desse papel por parte da mesma. Afirmavam ainda que a Reforma Universitária (Lei 5.540/1968) não atendia aos seus anseios, pois reduzia o tempo em que eram ministrados os cursos, impossibilitando uma prática correta dos professores, afastando os alunos dos livros, dentre outras coisas. Reclamavam também da péssima remuneração de professores e funcionários, que acabava refletindo no ensino, das instalações do Restaurante Universitário e o preço da comida, da inexistência de assistência médico-odontológica para os alunos. Afirmavam ainda que o direito assegurado pela Constituição de organização e expressão livre lhes foi tomado através de Decretos-Lei coercitivos e repressivos como o 228 (que reformulou a organização estudantil) e o 477 (considerado o AI-5 das Universidades), assim como pela Lei de Segurança Nacional e a constante invasão policial nos campi universitários, que coibia o desenvolvimento pleno das atividades estudantis.

No ano de 1978, depois de diversos encontros entre os membros de vários DA's da UFES, acontecidos desde novembro de 1977, foi criada em 31 de agosto a Comissão Pró-DCE, com vistas à criação de um órgão central com maiores poderes para a reivindicação de melhorias. Segundo seus integrantes, a finalidade da Comissão era divulgar o DCE, promover atividades culturais e substituir as reuniões entre os Diretórios Acadêmicos, facilitando o trabalho em conjunto e intensificando a reabertura do DCE da UFES.

Em 09 de novembro de 1979, o DCE da UFES foi reaberto através de eleição livre e direta, com a participação de cerca de 70% dos estudantes (que no citado momento chegavam aos nove mil alunos), na qual foi eleita a chapa "Construção". Tal chapa tinha a proposta de intensificar a parceria do DCE com outras entidades, buscando unidade na luta pela democracia. Em seu primeiro folheto informativo de 1979, o DCE comunica sua participação na XI reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, realizada em Brasília, entre 26 e 28 de março, tendo como pauta a luta contra o ensino pago, a anistia ampla, geral e irrestrita, a luta contra a entrega da Amazônia às multinacionais, entre outros. Em reportagem do Jornal A Gazeta de 08 de

novembro de 1979⁵⁶⁰, o então presidente do DCE/UFES, Paulo Hartung Gomes, anuncia greve dos alunos, tendo como motivo principal a negativa que os estudantes universitários receberam do Conselho de Ensino e Pesquisa, que não atendeu a uma série de reivindicações ligadas à parte acadêmica, como a gratuidade dos chamados “cursos de verão” (terceiro período letivo), liberação dos exames finais para aqueles alunos que haviam obtido média sete durante o semestre letivo, a retirada dos históricos escolares do “R” de reprovação e o fim do índice de coeficiente de rendimento para matrícula em disciplinas, o que acabava gerando excedente interno de alunos. Lutando por melhores condições de ensino e democracia, o DCE passou a tentar estabelecer parcerias com os DA’s da Universidade, e apoiar outros movimentos da sociedade, chegando até mesmo a promover um show para angariar fundo de greve para os operários da construção civil.

Durante a análise dos documentos para a confecção do presente trabalho, poucos dados mostravam a repressão aos alunos da UFES. Porém, devido ao tamanho dos arquivos, percebe-se que o Movimento Estudantil era acompanhado de perto pelos órgãos de vigilância. É válido ressaltar também que durante o ano de 1978 vários assaltos aconteceram na Universidade, e alguns jornais denunciavam a falta de segurança e iluminação no campus. Todavia, justamente pela repressão, os estudantes rejeitavam a ideia de vigilância por parte dos policiais no campus, solicitando apenas maior iluminação.

Nesse momento (1980) a principal preocupação do ME era a participação dos estudantes na reestruturação de suas unidades representativas, para que juntos pudessem lutar, principalmente, contra a tentativa de implantação do ensino pago por parte do governo. Para eles, tornava-se importante não apenas reivindicar mais verbas, mas sim a elaboração de um projeto alternativo de democratização das universidades, principalmente no caso da UFES. Uma vez que, segundo o seu entender, uma universidade democrática possibilitaria a construção de uma sociedade transformada.

Ainda no ano de 1980, em consonância com o Movimento Estudantil, a

⁵⁶⁰ _____ Pág. 518.A Gazeta, 08 de novembro de 1979. “DCE mobiliza alunos da UFES para greve geral na quarta-feira”.

ADUFES(Associação dos Docentes da UFES) anunciava a paralização dos professores entre 08 e 15 de novembro, com o objetivo de combater a prepotência oficial que ignorava as opiniões dos professores, garantir o funcionamento de uma universidade que contribuísse para o desenvolvimento nacional, estabelecer de condições de liberdade necessárias ao desenvolvimento científico, proporcionando condições materiais para o trabalho docente. Os professores da UFES ainda criticavam a reitoria da Universidade pelo aumento no número de alunos, que não foi acompanhado pelo crescimento no número de docentes, uma vez que a política oficial proibia contratações.

Nos dias 12 e 13 de novembro de 1980, ocorreram novas eleições para a presidência do DCE/UFES, nas quais concorreram as chapas “Hora de Mudar”, “Mudar para Avançar”, “Nosso Tempo” e “Mobilização Estudantil”. Essas eleições evidenciaram a falta de união na reorganização do ME, uma vez que as chapas chegaram a trocar acusações nos jornais na época⁵⁶¹. A chapa vencedora foi a “Hora de Mudar”, que obteve mais de 60% dos votos, tendo como presidente Estanislau Kostka Stein. Várias entidades da sociedade capixaba foram convocadas para a posse, o que mostra a procura do DCE por uma luta conjunta por melhorias na qualidade do ensino e de vida para a população, e o apoio à luta contra o ensino pago, que sempre permeou o ME no estado. O DCE passou a apoiar todas as reivindicações dos professores que visassem melhorias para a comunidade universitária, buscando assim também uma parceria.

Através da publicação de um jornal informativo, feito durante alguns anos, o DCE repassava aos alunos alguns informes e também seu posicionamento frente aos interesses estudantis e à conjuntura política brasileira. No ano de 1981, várias de suas edições reivindicavam verbas, eleições diretas para os cargos nas Universidades, reconhecimento das entidades estudantis, democratização do ensino, entre outras coisas. Nas edições desse jornal, também pode-se observar a ligação do DCE da UFES com outros setores da sociedade. Também nota-se um posicionamento do DCE em relação aos acontecimentos nacionais, como o repúdio ao atentado Rio-Centro e aos direcionamentos políticos do país. Tornou-se tarefa do DCE a realização de feiras culturais, corridas rústicas e até mesmo do Festival de

⁵⁶¹ _____ Pág. 530. A Gazeta, 12 de novembro de 1980. “Hora de Mudar denuncia falsificação”.

Música Popular de Alegre. Os estudantes acreditavam que assim, o DCE recuperaria seu prestígio na sociedade capixaba, mostrando-se uma entidade séria e combativa, aproximando-se do conjunto dos estudantes e estimulando a criação dos Centros Acadêmicos na UFES.

O ano de 1980 foi marcado por greves nacionais, o que não aconteceu em 1981, evidenciando que o ME organizou-se em torno de problemas específicos de cada estado. Tanto na UFES, quanto em várias Universidades do país, os estudantes criticavam de maneira veemente o projeto do governo de autonomia financeira às Universidades, pois isso eximia o MEC de sua responsabilidade para com o ensino superior e deixava a Universidade à mercê do ensino pago. Defendiam ainda um ensino voltado para os interesses nacionais. Uma vez que a obtenção de fundos para o ensino superior via empresas privadas, submetia-o a tais empresas. Prova de tal descontentamento foi a manifestação dos estudantes contra o que havia ficado acordado no Seminário sobre Análises Financeiras da UFES, também chamado de “Seminário de Campinho”, realizado em novembro de 1980, na cidade de Domingos Martins, com a participação de 32 dirigentes da UFES, que aprovaram deliberações com a intensão de cobrar pelo ensino universitário. Deliberações estas que foram arquivadas a partir de ampla denúncia feita pelo DCE e o consequente e firme repúdio da comunidade universitária, em massiva Assembleia Geral, chegando à ameaça de greve.

O início do ano de 1982 foi marcado por um emblemático confronto entre polícia e estudantes, num momento no qual acreditava-se que a repressão ao ME havia diminuído. Amplamente noticiada pelos jornais da época⁵⁶², a repressão ao movimento demonstrou o temor do regime militar frente a uma manifestação popular. Em passeata pacífica do DCE contra a ditadura, cerca de 800 estudantes reivindicavam a retomada da Casa dos Estudantes, tirada dos mesmo pelo governo em 1967. Segundo os participantes do evento, a ação repressiva teria sido ordenada pelo Secretário de Segurança José Parente Frota, sob a alegação de que na Praça Costa Pereira não era permitido nenhum tipo de protesto, segundo a portaria nº. 128, de 10 de novembro de 1981, expedida pelo próprio secretário. Assim, os cerca

⁵⁶² _____ Págs. 543, 544, 546 e 547. A Tribuna, 07 de janeiro de 1982. “Polícia reprime estudantes” e “PM dispersa estudantes com bombas de gás”. A Gazeta, 07 de janeiro de 1982. “Polícia reprime ato cultural na Costa Pereira”. A Tribuna, 12 de janeiro de 1982. “Participantes de ato público depõem no DOPS”.

de 50 policiais que arrancaram as faixas e o som do local acabaram solicitando reforços à medida que os estudantes pressionavam gritando palavras de ordem, aplaudindo e vaiando a PM, que começou a usar gás lacrimogêneo para dispersar o movimento. Quatro representantes das entidades envolvidas no ato público pela retomada da Casa dos Estudantes, foram acusados de desrespeitarem a portaria do Secretário de Segurança e, conseqüentemente, interrogados pelo DOPS. Todos foram fotografados por um agente do DOPS e “aconselhados” pelo delegado Napoleão Devicta a não participarem de atividades desta natureza. Frente ao ocorrido, o DCE divulgou em jornal de livre circulação, uma carta-resposta, na qual esclarecia que a Casa do Estudante Capixaba funcionou de 1951 a 1967, sendo fechada pela Polícia Federal e incorporada ao patrimônio do governo do estado, que construiu no local o Departamento de Imprensa Oficial. Dessa forma, afirmavam que mantiveram sim uma postura crítica contra o governador do estado Cristiano Dias Lopes, num ato político. Segundo os estudantes, a repressão a um ato pacífico não condizia com a política de “abertura democrática” que amplamente era divulgada pelo governo.

Na quarta eleição após a reabertura do DCE em 1978, ocorrida em 14 e 15 de abril de 1982, várias chapas, defensoras de divergentes correntes políticas, concorreram. Tais eleições deveriam ter ocorrido em outubro de 1981, mas devido a uma série de problemas, o mandato da então diretoria foi prorrogado. Disputando a presidência do DCE/UFES estavam as chapas “Arrastão”, “Solidariedade” e “Ação Conjunta”, que, embora divergentes, apresentavam basicamente as mesmas reivindicações: contratação de professores, suplementação de verbas, congelamento dos preços do bandeijão do RU, apoio à criação da UEE, entre outros. A chapa vencedora foi a “Ação Conjunta”, presidida por José de Arimathéia Campos Gomes. Nesse período também realiza-se o I Congresso de Reestruturação Universitária na UFES (assim como em demais Universidades do país), selando a unidade entre alunos e professores, nunca denúncia conjunta contra a tentativa do governo em acabar com o ensino gratuito. Nesse Congresso realizado pela ADUFES e pelo DCE, foi lançado o Comitê em defesa do Ensino Público e Gratuito no Espírito Santo, com o slogan “Ensino público e gratuito. Direito de todos. Dever do Estado”. Essa parceria entre alunos e professores também efetivou-se na luta contra a portaria ministerial que impedia a contratação de 138 professores necessários ao funcionamento do ensino

na UFES. A falta de professores prejudicava muito a qualidade do ensino universitário, visto que, para atender as necessidades dos cursos, os professores acabavam deixando de lado a pesquisa e a preparação extraclasse. A carência era tamanha, que em alguns cursos havia um acúmulo de matérias que acabavam não sendo oferecidas pela ausência de profissionais, atrasando o desenvolvimento curricular do aluno. A falta de docentes era denunciada constantemente pelos jornais do DCE como resultado de uma política de corte de verbas direcionada pela tentativa de privatização do ensino por parte do governo militar.

A quinta eleição para a presidência do DCE/UFES, ocorrida nos dias 04 e 05 de maio de 1983, foi marcada pela tentativa de formação de uma chapa única de oposição para uma maior promoção do ME, com vista à defesa do ensino público e gratuito, a democratização da Universidade e eleições diretas em todos os níveis. A chapa “Oposição”, que saiu vencedora, recebeu esse nome, segundo seus integrantes, por considerar que somente uma prática oposta à da então diretoria do DCE poderia mudar o rumo do Movimento Estudantil dentro da UFES. Tal chapa teve como presidente Arthur S. R. Viana, estudante do curso de Física. No jornal do DCE de setembro de 1983⁵⁶³, os estudantes denunciavam o caos financeiro da UFES, que ameaçava o funcionamento do RU e o atendimento no Hospital das Clínicas, evidenciando a má administração das verbas universitárias, muitas vezes utilizadas de maneira desnecessária, como a terceirização dos serviços, viagens do reitor, entre outros.

Em outra edição de seu jornal⁵⁶⁴, o DCE conclama o posicionamento e a participação dos quase 12 mil estudantes da UFES, naquele ano de 1984, marcado por acontecimento dentro e fora da Universidade. Enfaticamente, apoiavam a campanha das “Diretas Já!” e criticavam o FMI, considerado o novo ditador da política econômica brasileira. Denunciavam ainda o que consideravam uma tentativa do MEC de transformar as Universidades num instrumento de manutenção e reprodução do sistema econômico imposto à população brasileira e grande responsável pela situação na qual encontrava-se o país. Creditavam ao governo a intenção de transformar a Universidade num espaço de criação de mão de obra para atender aos interesses capitalistas, retirando dela o seu papel principal que seria de

⁵⁶³ _____ Pág. 485. Jornal do DCE, ano V, nº. 11, Setembro/1983.

⁵⁶⁴ _____ Págs. 488 à 491. Jornal do DCE, ano VI, nº. 12, Março/1984.

transformação da sociedade. Nesse ano, o DCE passou a integrar a Comitê Estadual Pró-Diretas, reforçando a importância da mobilização estudantil contra os resquícios do regime. Ainda em 1984, afirmando que a escolha para o novo reitor da UFES já era “carta marcada”, os estudantes recusassem-se a participar da eleição para a lista sêxtupla que seria enviada para o MEC, numa forma de protesto pela eleição direta para os cargos da UFES. Assim, o professor Abi Zaid torna-se reitor da UFES, indicado pelo General Figueiredo, o que causou uma onda de revoltas na comunidade universitária. No mesmo jornal, o DCE incitava os estudantes a aderirem a deliberação da UNE, que previa greve geral no dia da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, marcada para 25 de abril. Consonante com as manifestações que aconteciam por todo o país, os alunos da UFES também participaram de comícios Pró-Diretas na Grande Vitória.

Em 1984 o Movimento Estudantil dentro da UFES encontrava-se bastante fragilizado. Fragilidade esta que pode ser comprovada a partir das eleições de 1982, quando grande parte dos estudantes afirmava haver muito “estardalhaço” para pouca realização. Devido a divergências nas tendências políticas de cada grupo que concorria à presidência do DCE, o ME acaba se fragmentando e, conseqüentemente, se desestruturando. Ainda nesse ano, o DCE posicionou-se contra as candidaturas de Tancredo Neves e Paulo Maluf à presidência do país (pleito que seria realizado de forma indireta), mesmo com a deliberação da UNE em favor de Tancredo. Afirmavam que o primeiro não representava os interesses dos trabalhadores, e que o segundo era o continuísmo do regime ditatorial. Em dezembro deste mesmo ano, realizou-se a sexta eleição para o DCE/UFES, que contou com a participação das chapas “Renascer”, “Falando Sério”, “Diabólica Verdade”, “Ação Ecológica” e “Do Outro Lado do Avesso”. Já no final do regime ditatorial pelo qual o Brasil passara mais de 20 anos, documentos comprovam que o Serviço de Investigação e Informação acompanhava de perto a movimentação dos estudantes dentro da UFES. Essa eleição também foi marcada pelo “Manifesto para o voto em branco”, iniciado pelo DA de Engenharia com o apoio de vários universitários, segundo os quais qualquer chapa que viesse a vencer as eleições não teria condições de se manter à frente do DCE, seja por fragilidade numérica, por pouca representatividade ou por desconhecimento de suas propostas por parte dos estudantes que já encontram-se ausentes devido ao fim do período letivo. Enfim,

reconhecendo o atual momento de fragilidade pelo qual estava passando o ME dentro da UFES, convocavam os estudantes a votar em branco para que novas eleições pudessem acontecer em um outro momento. Assim, devido ao pequeno número de votantes, o Conselho de Entidades de Base delegou poderes a uma diretoria provisória, composta por dez membros, com o objetivo de encaminhar nova eleição e estimular a participação dos estudantes, marcada para abril de 1985.

Em 1986 o DCE/UFES encontrava-se presidido por Ozenildes Alves Rodrigues, da chapa “Pra sair dessa maré”. Enxergando a total falta de mobilidade do ME dentro da Universidade, tal chapa divulgou um informativo⁵⁶⁵, afirmando que o DCE encontrava-se desacreditado devido à pouca participação, não conseguindo unir e organizar as demais entidades para agirem em conjunto. Como solução para o “marasmo” enfrentado pelo DCE, propunham a realização de uma ampla ligação com os estudantes das Entidades de Base (CA’s e DA’s) e nos cursos, assim como com a população. Porém, isso não contribuiu para a unificação do ME dentro da UFES, que tornou-se cada vez mais inoperante. A diretoria do DCE também reconheceu falha na mobilização estudantil, mas acusou os estudantes de conivência com o sistema, que por sua vez, afirmavam ser a diretoria do DCE fragmentada e não-representativa. O que percebe-se diante do exposto é a ausência das ações coletivas por parte do ME dentro da UFES e a falta de colaboração dos próprios estudantes, que defendiam a importância de uma reformulação completa do ensino universitário, mas que não se mobilizavam para isso.

Considerações finais

O Movimento Estudantil, amplamente combatido pela Ditadura Militar, enfraquecido com o fechamento de sua entidade representativa principal (DCE) em 1969, e que se reestruturou no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, teve grande importância na defesa e conquista dos interesses dos estudantes capixabas. Afirmando que a universidade não deveria se colocar a serviço de empresas, mas desempenhar um papel de agente transformador da sociedade, o ME dentro da UFES, ao falar em dois opostos, universidade crítica x universidade alienante, defendia a democratização do ensino superior. Questionavam também a eficácia do modelo de universidade baseado no acordo MEC-USAID, e constantemente

⁵⁶⁵ _____ Pág. 361. Informativo “Pra sair dessa Maré, na UNE e no DCE”.

mostravam-se preocupados com o ensino público gratuito e de qualidade, com a produção científica e com a defesa de uma universidade mais acessível. Embora enfraquecido devido a divergências internas já em meados dos anos 1980, o ME na UFES representou um foco importante de resistência contra as imposições de um regime ditatorial que implementou uma Reforma Universitária à sua maneira, ou seja, autoritária e conservadora.

Referências

Acervo Fundo DOPS/ES. **Dossiê Movimento Educacional. Subsérie UFES** – Diretório Central dos Estudantes (DCE). Número 01. Caixa 21.584 páginas. Arquivo Público Estadual – ES;

ANGELO, Vitor A. de; FAGUNDES, Pedro E.; OLIVEIRA, Uerber J. de. (Orgs). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1965-1985)**. Vitória: GM Editora, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula N. **Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2007.

BELING NETO, Roberto A. **Movimento Estudantil: os anos 70-80. Escritos de Vitória**. Vitória: PMV/Secretaria de Cultura e Turismo, 1996.

CANCIAN, Renato. **Movimento Estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (Tese de Doutorado), 2008.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias Silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. DOPS/ES (1930-1985)**. Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

_____ (Org.). **Arquivos da repressão política no estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura**

Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

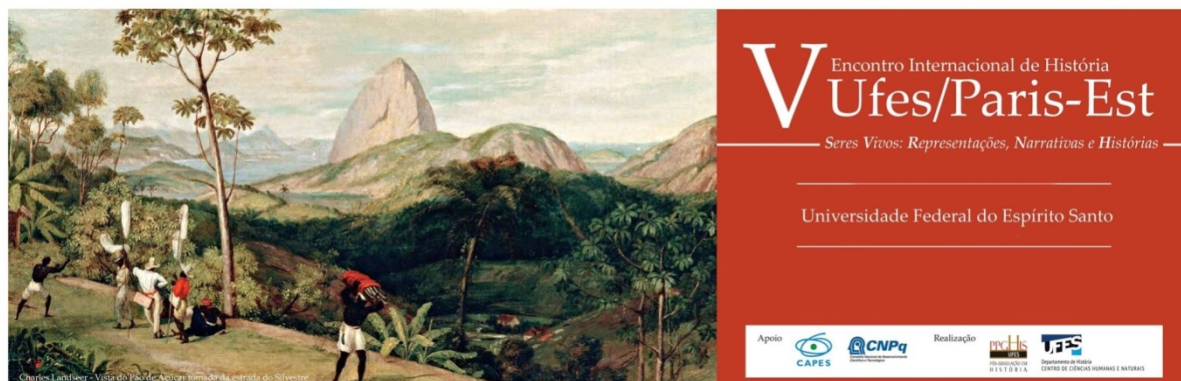
MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PELLICCIOTTA, Mirza. **Uma aventura a política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Mestrado), 1997.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S.; REIS, Daniel A. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



HISTORIOGRAFIA E REVISIONISMO NA POLÊMICA ANTIPELAGIANA

Raphael Leite Reis
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Quando nos debruçamos sobre a historiografia recente acerca da controvérsia entre o bispo Agostinho de Hipona (354-430) e o asceta bretão Pelágio nos deparamos com uma série de questões que têm motivado os pesquisadores a reavaliar aspectos tidos como fundamentais a respeito da polêmica, a questionar vieses ou enfoques consumados pela historiografia tradicional e mesmo a apontar novos direcionamentos ao estudo do período, tendo em vista as lacunas existentes principalmente por conta da exígua quantidade de fontes de autoria de Pelágio. Tendo isso em vista, a seguir será apresentada uma análise historiográfica bem concisa acerca da temática dando um enfoque particular àquelas abordagens que nos últimos anos têm se preocupado em engendrar novas discussões, em apresentar novas fontes ou dar destaque a fontes de certa forma depreciadas pelos pesquisadores em geral e em conduzir vieses distintos à pesquisa histórica sobre a polêmica antipelagiana, seja contrapondo-se à historiografia tradicional sobre o tema seja tentando completar hiatos por ela deixados.

Palavras-chave: Historiografia; Agostinho de Hipona; Pelágio; Polêmica antipelagiana.

ABSTRACT: When we look back on recent historiography about the controversy between bishop Augustine of Hippo (354-430) and Breton ascetic Pelagius we find a number of issues that have motivated researchers to reassess aspects taken as fundamental about the controversy, to objectviews or approaches accomplished by traditional historiography and even to point new directions to the study period, in view of the shortcomings mainly because of meager amount of the Pelagius authoring sources. In light of this, then will be present a very concise historiographical analysis on the theme giving special emphasis to those approaches which in recent years have been keen to engender further discussion, to introduce new sources or to highlight the sources somehow depreciated by researchers in general and to lead

different views to the historical research on the Anti-Pelagian controversy, either opposing to the traditional historiography on the subject or trying to fill gaps left by it.

Keywords: Historiography; Augustine of Hippo; Pelagius; Anti-Pelagian controversy.

O título da presente comunicação deixa claro o objetivo aqui encerrado. Não se pretende aqui promover um percurso historiográfico amplo sobre a polêmica antipelagiana, de forma quase enciclopédica e tentando abarcar um profundo conteúdo acerca das diversas perspectivas e problemáticas suscitadas e desenvolvidas pelos pesquisadores, desde os trabalhos considerados clássicos até os mais recentes.

Na verdade, na breve exposição a seguir serão destacados alguns vieses e questões levados a cabo pelos principais estudiosos do tema, seja contrapondo-se seja complementando a abordagem tradicional, seja propondo novos posicionamentos em relação ao que já se conhece a respeito do assunto seja apresentando novos aportes teórico-metodológicos ou mesmo novas fontes.

O limitado conjunto de fontes para se estudar essa controvérsia de maneira mais precisa, bem como todas as relações e contexto envolvidos (já que praticamente não há obras de autoria dos pelagianos para analisar sua contrapartida,) contribui para que o arcabouço de pesquisas não seja tão vasto e diversificado – como é, por exemplo, o concernente à figura de Agostinho, do qual há disponível uma infinidade de obras abrangendo uma variedade de temáticas relacionadas à sua vida e à compreensão que tinha de aspectos diversos sobre a sociedade, a política, a cultura e o cristianismo na Antiguidade Tardia.

A polêmica antipelagiana: uma discussão factual

Pelágio iniciou sua trajetória em Roma entre os anos de 375-380 d.C, logo após sua vinda da região da Bretanha. Ele pregava um ascetismo tão rigoroso quanto aquele defendido por Ambrósio ou Jerônimo. Suas ideias sobre o livre arbítrio da vontade humana e sobre a inexistência do pecado original encontraram ampla aceitação em muitas comunidades cristãs italianas e se tornariam as bases da futura polêmica com outros setores da igreja (PRETE, 1962, p. 13).

Em agosto de 410 d.C, os visigodos invadiram e saquearam Roma. Muitos cidadãos romanos fugiram para outras partes do império, dentre eles estavam Pelágio e Celéstio – jovem advogado e principal discípulo de Pelágio. Um dos principais destinos desses grupos em fuga era a África. Ainda em 410, Pelágio, Celéstio e outros discípulos pelagianos chegaram no norte da África onde, em pouco tempo, o choque entre algumas das ideias pelagianas, coordenadas nesse momento por Celéstio, e a prática cristã tradicionalmente exercida entre as comunidades cristãs locais culminaria nas primeiras acusações de heresia contra os pelagianos (BROWN, 2005, p. 426).

Entretanto, num primeiro momento, Agostinho de Hipona – o mais importante pensador e líder religioso no combate ao movimento pelagiano, ou pelagianismo – ainda não se encontrava ativo na polêmica. Por um lado, porque só tomaria efetivo conhecimento das ideias de Pelágio e de seus seguidores mais tarde; por outro, porque nesse período ainda estava centrado em combater os donatistas, responsáveis por uma grave cisão na igreja africana (KOOPMANS, 1951, p. 151).

Mas, teriam os pelagianos conseguido difundir de forma tão eficaz e conflitante suas ideias entre os cristãos africanos logo após o primeiro ano de sua chegada na África, mesmo estando esta imersa no auge da cisma donatista? Ou, pelo contrário, os africanos teriam facilmente aceito a difusão das ideias pelagianas por pelo menos dois anos? Essas indagações circundaram a historiografia da polêmica antipelagiana durante as décadas de 1950 e 1960.

E os fatos considerados indiscutíveis acerca da cronologia dos eventos da controvérsia pelos escritores posteriores, na verdade, só foram apropriadamente determinados por Koopmans. Este autor precisou analisar posições que estipulavam ser a primeira conferência, ou concílio, contra os pelagianos no início de 411 – anteriormente, inclusive, ao concílio contra os donatistas, – e variavam entre o fim deste mesmo ano até somente o início de 412.

A ausência de fontes de autoria de Pelágio ou de qualquer de seus seguidores durante os processos de condenação ou mesmo de quaisquer escritos precisamente datados no período que servissem de reforço para uma melhor compreensão da sucessão dos eventos da polêmica prejudicam o estabelecimento de datas

incontestes e acabam possibilitando discussões nesse sentido.

Koopmans (1951: 150) descarta a possibilidade de um concílio antipelagiano anterior ao concílio antidonatista. Primeiramente, porque tão logo chegou na África, Pelágio escreveu para Agostinho, e mesmo sem obter sucesso em conseguir encontrar-se pessoalmente com o bispo quando de sua breve passagem por Hipona, Agostinho lhe respondeu (carta 146) de modo sucinto, porém significativo – provavelmente no outono de 410, já que o conteúdo moderado da carta seria impossível de ser vislumbrado caso tivesse sido escrito posteriormente, com uma possível polêmica em curso.

Além disso, durante todo o inverno, Celéstio se empenhou em tornar-se presbítero na igreja local, enquanto de sua estadia em Cartago (O'GRADY, 1994: 130). E no que diz respeito aos eventos subsequentes, Agostinho prossegue: “Depois disso, uma ou duas vezes eu vi o rosto de Pelágio quando eu estava muito ocupado com as preparações para a conferência com os donatistas”. Esse período de preparo durou, o mais tardar, de meados de maio até o começo de junho, 411, quando a conferência se iniciou. Após a conferência, Agostinho não viu mais Pelágio porque apressadamente este foi para a Palestina (KOOPMANS, 1951, p. 151).

Koopmans (1951, p. 151-152) também não acredita que o concílio antipelagiano tenha sido realizado em 412. Ele se embasa em certos indícios verificados no que Agostinho afirma a respeito de Celéstio: “Enquanto isso, ele diz, a doutrina de Pelágio foi pregada tão entusiasticamente por seus discípulos que Celéstio foi chamado ante a um concílio da Igreja e foi condenado”. Esse “enquanto isso” (ínterim) não somente quer dizer que essa “propaganda” foi feita antes da partida de Pelágio, isto é, durante o inverno de 410/411, como também que uma reação gradual no interior da igreja local de Cartago tinha aumentado antes da conferência com os donatistas. Por razões outras, o bispo de Hipona não tomou parte no concílio contra Celéstio, mas ele também enfatiza o fato de que não estava presente em Cartago quando o concílio foi realizado. De fato, ele esteve presente até o dia 29 de junho, então isso pode confirmar que o concílio aconteceu em qualquer caso depois de junho, de 411.

Além disso, a primeira obra que Agostinho escreveu em resposta às ideias

pelagianas “O mérito e perdão dos pecadores e o batismo das crianças” (*De Peccatorum Meritis et Remissione et de Baptismo Parvulorum*) data entre o fim de 411 e fevereiro de 412 e nela já está implícita a condenação de excomunhão de Celéstio. Sendo assim, para Koopmans o único período possível deixado para o primeiro concílio antipelagiano é julho, agosto e talvez a primeira semana de setembro de 411.

Isso estaria em concordância com uma carta do concílio de Cartago do outono de 416, na qual é declarado que o primeiro concílio contra Celéstio aconteceu “cerca de cinco anos atrás”. Isso também explica por que Pelágio repentinamente se apressou em ir embora depois da conferência com os donatistas: hábil e perspicaz, previu o que estava por vir e abandonou seu discípulo antes da decisão. Na antiguidade, as viagens regulares pelo Mediterrâneo eram feitas somente entre março e novembro, então Celéstio poderia seguir seu mestre ainda depois do concílio, o que ele fez sem esperar qualquer resposta de sua apelação (KOOPMANS, 1951, p. 152-153).

O autor ainda conclui que: 1) Agostinho não iniciou sua ação antipelagiana bem organizada antes de sua leitura dos decretos do concílio, em setembro de 411; e 2) do momento em que recebeu a carta de Pelágio até o concílio, Agostinho estava apenas atento e pode ter enfatizado antecipadamente a doutrina correta em sermões e discussões (KOOPMANS, 1951, p. 153).

A polêmica antipelagiana: uma discussão sobre corpo e sexualidade

A partir principalmente da década de 1990, a historiografia sobre a polêmica antipelagiana procurou deslocar o enfoque do âmbito factual e cronológico para um âmbito mais temático. Para isso, buscou-se explorar novos vieses na documentação à disposição.

Tanto Peter Brown, em sua obra *Corpo e sociedade*, quanto Josef Lölls, em *Julian of Aclanum on pain*, colocaram em perspectiva a atuação decisiva de Agostinho a partir do debate com seu último e mais difícil adversário – o último discípulo de Pelágio, Juliano, bispo de Eclano. Após o ano de 420, Agostinho passou a argumentar contra o bispo pelagiano oriundo do sul da Itália, uma vez que condenados, Pelágio e Celéstio saíram de cena, e a polêmica transpôs as categorias usuais anteriormente restritas ao âmbito teológico e filosófico (BROWN,

1990, p. 335).

Ao questionar o mal físico imputado ao ser humano após o pecado de Adão – isto é, a dor – como algo inerente à própria natureza humana, Juliano tornou usual a exploração de temas na polêmica que abrangiam desde a medicina da época, ou seja, o conhecimento disponível sobre o funcionamento do corpo, do organismo humano, até as emoções e os sentidos, ou seja, os desejos atrelados ou não à vontade humana (SALISBURY, 1995, p. 70).

Se durante a década precedente as temáticas discutidas por ocasião da controvérsia com Pelágio e Celéstio estavam essencialmente circunscritas ao limite metafísico do debate concernente ao livre arbítrio e à graça, é precisamente com Juliano que tal limite foi ultrapassado e o diálogo com Agostinho acabou incidindo sobre questões muito mais práticas relacionadas à vida religiosa, à vida conjugal, à vida social dos indivíduos e à própria compreensão da fé cristã que eles tinham, de um modo mais amplo (BROWN, 1990, p. 336).

A controvérsia não se encontrava mais restrita à discussão sobre o pecado original, sobre a necessidade do batismo infantil, sobre o livre arbítrio da vontade e a necessidade da graça. Outras questões assumiram preponderância na polêmica, todas ligadas àquelas, é claro, porém, de certa forma, mais concretas, mais palpáveis ao entendimento da maioria dos indivíduos, tais como: a virgindade como suposto estado superior do cristão; as questões relativas ao matrimônio; o sexo como meio exclusivamente para a reprodução; o domínio ou não da vontade sobre o corpo (LÖLLS, 2002, p. 204-205).

Segundo Lölls (2002, p. 238) Juliano culpa Agostinho por não reconhecer o valor da medicina e ele conta o bispo de Hipona entre aqueles que eram contrários à medicina (*oppugnatores medicinae*). Agostinho, argumenta Juliano, não entendia a natureza e o propósito da medicina, ou não reconhecia suas limitações autoproclamadas. Ele a tratava como concorrente da teologia. Isso porque, para ele, a teologia era como uma ciência universal. No entanto, quando as pessoas ficavam doentes, elas mesmas recorriam aos médicos e eram, geralmente, mais ajudadas por estes que pelos bispos.

Tanto para Lölls quanto para Brown, Juliano de Eclano compartilhava com Agostinho

e com a comunidade latina tardo antiga uma noção de linguagem comum de dor (*dolor*) como uma classe de fenômeno físico e uma emoção da alma. Ao contrário de Agostinho, no entanto, Juliano não considerava um aspecto fundamentalmente mal. Em vez disso, ele argumentava que ambos os aspectos de dor são, em princípio, criados e bons. A criação é contingente. Os seres humanos são criados mutáveis e mortais. Como consequência, seus corpos são vulneráveis. Eles envelhecem e morrem. As almas são mutáveis e desenvolvem emoções (LÖLLS, 2002, p. 242).

Juliano admitia que, no presente estado do universo e da sociedade humana, não estamos mais diante de uma forma básica de dor, mas com uma dor multiplicada pelo excesso de pecado – ou imoderação – uma parte auto infligida e outra infligida gratuitamente às pessoas inocentes. Contudo, tomando Jó como um exemplo, ele ilustrava que, mesmo sob essas difíceis circunstâncias, ainda seria possível combater mesmo as formas mais agudas de dor e de desespero, usando para isso os poderes morais naturais com os quais os seres humanos são dotados através da criação (LÖLLS, 2002, p. 242-243).

Logo no início da década de 2000, Robert Dodaro e George Lawless organizaram e editaram uma obra intitulada *Augustine and his critics*, na qual diversos autores se propuseram a abordar determinado aspecto dos textos do bispo de Hipona. O primeiro a se debruçar especificamente sobre a polêmica antipelagiana é James Wetzel, no capítulo *Augustine on free will and predestination*. Ele se preocupa em discutir menos os efeitos imediatos da polêmica do que a necessidade de os estudiosos contemporâneos da Patrística terem de articular as ideias tardias e radicais (algumas inacabadas) do hiponense ao discurso dominante da Igreja, rumo ao seu terceiro concílio ecumênico – o de Éfeso, em 431 d.C.

Wetzel (2000, p. 125) destaca, por exemplo, os esforços de João Cassiano, abade do mosteiro de São Vítor em Marselha, sul da França. No fervor do movimento monástico na Gália, Cassiano não agiu expressamente contra Agostinho, mas teve de oferecer uma alternativa conciliatória à ênfase dada por Agostinho em seus escritos tardios contra os pelagianos sobre a iniciativa de Deus para a salvação. Para Wetzel (2000, p. 126) a negação de Agostinho do ideal pelagiano da iniciativa e esforço humanos em busca da salvação não era uma negação da iniciativa e do

esforço propriamente ditos, mas uma reivindicação da virtude sob novos ensinamentos e, conseqüentemente, sob novos controle e autoridade.

Ao mesmo tempo em que Agostinho despendia os últimos anos de sua vida respondendo aos monges de Marselha, também teve a dura tarefa de confrontar o último discípulo de Pelágio – o bispo de Eclano, Juliano. Quanto a isso, Wetzel (2000, p. 127) esclarece que Agostinho ressalta vigorosamente sua convicção de que a vida só podia ser inteiramente redimida em Deus, do início ao fim, mas a qualidade dessa vida e o que se poderia esperar dela o bispo deixa de lado. E o autor conclui que as implicações do pensamento agostiniano descambam para a via da “dupla” predestinação, segundo a qual se não há motivo inteligível na justiça do mover de Deus para suspender a graça a uns e imputá-la a outros, a danação e a redenção são igualmente mistérios imperscrutáveis da eleição divina (WETZEL, 2000, p. 129).

Na mesma obra, George Lawless (2000, p. 141) acentua um aspecto diferenciado da polêmica antipelagiana: ao combater o movimento pelagiano, Agostinho, na verdade, impunha novos termos ao cristianismo romano, contendo o avanço significativo do movimento ascético. Segundo Lawless, o pelagianismo trouxe à luz a relutância por parte das categorias sociais superiores para destronar ideais aristocráticos que tinham sido consolidados há séculos nos heróis e heroínas da Roma antiga.

E, na virada do século V, Agostinho já tinha tirado o foco de si mesmo ao escrever suas *Confissões*. Era costume os norte-africanos idolatrem seus bispos. Agostinho tirou de foco todos os bispos, clérigos, monges, freiras, leigos e cristãos em geral. E, então, deu a si mesmo a tarefa de substituir os termos do ascetismo para longe da agenda grecorromana por quase 1000 anos, acentuando novos termos, novas problemáticas e uma agenda inteiramente nova (LAWLESS, 2000, p. 146).

Em 2001, Gene Fendt publicou um importante artigo trazendo à luz nova discussão acerca da polêmica – envolvendo os temas principais do ascetismo pelagiano e da predestinação agostiniana, – porém, não nas obras fundamentais da controvérsia, mas sim numa das obras mais importantes do bispo – a *Cidade de Deus*. E em seu ponto de vista, o enrijecimento doutrinário de Agostinho sobre a questão da

predestinação foi devido às dificuldades a que ele estava submetido como bispo norte africano e aos males humanos contínuos do período – escravidão, jogos de gladiadores, o recrudescimento e horrível ameaça do paganismo – males com os quais ele estava bastante familiarizado (FENDT, 2001, p. 223-224).

Simon Harrison, em sua obra *Augustine's way into the will*, apresenta novas evidências de que não apenas Pelágio como muitos de seus discípulos conheciam bem os livros de Agostinho sobre o livre arbítrio – escritos muito tempo antes da controvérsia com os pelagianos. Além de criticá-la profundamente afirmando que o bispo reduzia excessivamente o arbítrio da vontade humana, eles utilizavam muitas concepções e expressões nela contidas para argumentar contra Agostinho durante a polêmica (HARRISON, 2006, p. 19-20). Outra obra do bispo de Hipona é apresentada como aporte essencial para a construção das ideias formuladas a partir da controvérsia – as *Retractationes*, um dos últimos escritos de Agostinho.

Também há aqui a preponderância da polêmica sobre a figura de Agostinho. Embora Harrison se proponha a analisar especificamente a obra de Agostinho, admitindo sua postura e desempenho como essenciais no que concerne à controvérsia e seus futuros desdobramentos para a consolidação de uma ortodoxia cristã, ele permite localizar a polêmica antipelagiana num panorama mais amplo que tanto em sua dimensão espacial quanto temporal vão além da atuação do bispo de Hipona: Paulino de Milão, Jerônimo, Heros de Arles, Lázaro de Provença e Orósio, por exemplo, são alguns importantes líderes eclesiais que também se dispuseram a combater o pelagianismo e o semipelagianismo – uma vez postos como heresia (HARRISON, 2006, p. 40-41).

Henry Krabbendam (2002, p. 37) é outro autor contemporâneo que se preocupa em exhibir outros nomes à polêmica que ocuparam a mesma posição de disputa que Agostinho, mas que frequentemente são obliterados dela em favor deste último.

A polêmica antipelagiana sob novas abordagens

Alguns historiadores, em estudos mais recentes, têm procurado estabelecer novos parâmetros acerca da importância da obra de Pelágio. Apesar da dificuldade em analisar a polêmica antipelagiana fora da obra de Agostinho, esses pesquisadores têm tentado perscrutar os poucos escritos de Pelágio com o intuito de encerrar

novas discussões.

Além dos “Comentários à Epístola de Paulo” e da “Carta à Demetriadés”, obras atribuídas a Pelágio de maneira autêntica, há ainda outra obra, embora considerada de menor relevância, cuja autoria do monge bretão é pouco questionada: a “Confissão de fé” (*Libellus fidei*) datada de 417 (EGMOND, 2007, p. 305).

O historiador da patrística Peter Johannes van Egmond (2007, p. 305-306) interpela acerca do pouco interesse dos pesquisadores da polêmica dispensado à “Confissão de fé” de Pelágio. Ele entende essa fonte como uma obra marginal em virtude, primeiramente, de seu tamanho ser relativamente pequeno se comparado ao das outras duas. Por outro lado, esse último trabalho, que consiste numa autodefesa de Pelágio ante às acusações de heresia, foi fortemente atacado e desvalorizado por Agostinho o qual acabou por desacreditar as palavras do monge contidas no documento.

Para Egmond (2007, p. 306) a “Confissão de fé” de Pelágio deveria obter um lugar mais proeminente nos estudos sobre o tema, em primeiro lugar, por conta do gênero da obra. Pois, como é uma confissão, o monge sistematiza suas próprias convicções concernentes à fé enquanto se defende das acusações que lhe foram imputadas; diferentemente dos outros trabalhos, nos quais ou faz um comentário exegético (como no caso dos comentários à epístola paulina) ou dá uma instrução pastoral (como no caso da carta dirigida à Demetriadés).

Em segundo lugar, a obra foi escrita justamente durante e por conta da polêmica, portanto, foi compilada com a finalidade expressa de o autor se defender e defender suas concepções das condenações de heresia conforme o julgamento dos concílios realizados em 411 e 416 na África. A confissão de fé foi dirigida inicialmente ao, então, bispo de Roma Inocêncio I, contudo, em virtude de sua morte em 417, foi avaliada e, em princípio, aceita pelo seu sucessor, Zósimo. Diferentemente da “Confissão de fé”, os Comentários foram escritos antes da controvérsia e a “Carta à Demetriadés” foi escrita em 413 e contém apenas alguns poucos signos referentes à disputa (EGMOND, 2007, p. 306).

Por fim, na perspectiva de Egmond (2007, p. 306) o fato de a Confissão de fé de Pelágio ser o último escrito conhecido do monge bretão atesta sua importância

cronológica para os eventos relativos à polêmica, já que foi escrita em 417, marcando uma guinada nos desdobramentos da controvérsia e no próprio desenvolvimento do pensamento pelagiano.

Ao observar a Confissão de fé de Pelágio é possível identificar que, ao menos no momento em que se dirige ao bispado de Roma, o discurso do monge se adequa às predisposições fundamentais da doutrina cristã considerada ortodoxa pelos grupos eclesiais dominantes, naquele momento encabeçados por Agostinho. Como, por exemplo, no que concerne à Trindade, à consubstancialidade e ao primado da Graça, apesar do livre arbítrio.

Fica difícil assim, por meio exclusivamente da obra do monge bretão, precisar o alcance de suas ideias e de sua compreensão da fé cristã, haja vista que suas ações poderiam estar motivadas em não contradizer as autoridades às quais se submetia. Da mesma maneira, tentar analisar e compreender a polêmica antipelagiana e todas as questões inerentes ao pensamento de Pelágio e de Agostinho exclusivamente a partir das obras do bispo prejudicaria o processo de entendimento do objeto.

Dessa forma, não apenas Egmond como outros autores – Wright (1972, p. 6) por exemplo – alegam ser imprescindível para qualquer análise relativa à polêmica antipelagiana apurar, apesar dos claros limites impostos pelas fontes, ao mesmo tempo a vasta obra agostiniana sobre o tema como aporte fundamental e os escassos escritos pelagianos como suporte complementar, impedindo a existência de uma via unilateral na pesquisa.

Um dos trabalhos mais recentes que concilia a apresentação de uma leitura ampla sobre a relação histórica e filosófica entre Agostinho, sua obra, o aumento do poder e autoridade episcopais e o combate aos grupos cristãos dissidentes, com a exploração de novos vieses em relação às polêmicas nas quais o bispo de Hipona esteve envolvido, em especial a antipelagiana, é o de Lenka Karfíková (2012) – *Grace and the will according to Augustine*.

A autora vai além da discussão meramente filosófica e teológica a respeito da controvérsia e explora com bastante propriedade as relações sociais e políticas e as questões de ordem prática envolvidas na polêmica. Para ela, a controvérsia

antipelagiana, na qual Agostinho se engajou por mais do que os últimos quinze anos de sua vida, não foi somente uma disputa teológica, mas também eclesiástico-política. Depois da queda de Roma em 410 (sem a qual a controvérsia provavelmente não teria surgido,) as igrejas africana e italiana competiram pela influência sobre o ocidente, mas ao mesmo tempo, os cristãos orientais de diversas maneiras também conseguiram se envolver na disputa (KARFÍKOVÁ, 2012, p. 159).

Karfíková (2012, p. 162-163) também retoma um posicionamento já apresentado por Serafino Prete, em *Pelagio y el pelagianismo*, mas que é pouco abordado pela extensa maioria dos autores. Desta vez, entretanto, ela já o consolida na trajetória dos eventos: a atuação do bispo de Roma, Zósimo, e sua postura dúbia diante do julgamento de Pelágio e de seus seguidores. Num primeiro momento, Zósimo aceita a retratação de Celéstio e a profissão de fé de Pelágio, porém posteriormente os condena diante dos processos ocorridos no sínodo de Cartago, em 418. Ambos os autores concordam que a atitude de Zósimo caracteriza um bispado romano já amplamente reconhecido como autoridade conciliatória e decisória em relação aos demais e às questões fundamentais envolvendo a sociedade romana, fossem religiosas fossem políticas – embora ainda não houvesse uma completa primazia, tal como nos séculos subsequentes.

Outra abordagem diferencial abarcada pela autora diz respeito à demonstração da relação não conflituosa, e até mesmo amistosa, de Pelágio (como cristão influente) com outras importantes e influentes autoridades religiosas do período. Ela discorre satisfatoriamente sobre a troca de correspondências entre o asceta bretão e Paulino de Nola; as trocas de correspondência com o próprio Agostinho, sem o tom de repreensão presente no clímax da polêmica; ou o relacionamento com Jerônimo, quando Pelágio vai para Jerusalém (KARFÍKOVÁ, 2012, p. 170-71).

Conclusão

De uma maneira geral, a maior parte dos acontecimentos e das questões concernentes à polêmica contra os pelagianos se encontra determinada e bem explicitada em trabalhos de referência sobre o tema, dos quais os principais podemos destacar: Georges De Plinval, *Pelage, ses écrits, sa vie et sa réforme*; Brinley Roderick Rees, *Pelagius – life and Letters*; Robert Evans, *Pelagius: inquiries*

and reappraisals; a obra de Prete já mencionada e as obras de Peter Brown, Henri-Irénée Marrou e Étienne Gilson, direcionadas propriamente a Agostinho, mas que acabam englobando satisfatoriamente a polêmica.

No entanto, se por um lado há dificuldades no que diz respeito às fontes para análise específica do pelagianismo como objeto principal, por outro a historiografia recente tem conseguido avançar na compreensão do tema através da introdução de novos questionamentos e métodos aplicados às fontes conhecidas e, ao mesmo tempo, perpetrar novas abordagens enriquecendo a literatura disponível sobre o assunto.

Referências bibliográficas

BROWN, Peter R. L. **Corpo e Sociedade** – O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **Santo Agostinho, uma biografia**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CHADWICK, Henry. **Augustine of Hippo** – A life. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

EGMOND, P. J. van. Haec fides est: observations on the textual tradition of Pelagius's "Libellus fidei", **Augustiniana**, v. 57, 2007, p. 345-85.

FENDT, Gene. Between a Pelagian Rock and a Hard Predestinarianism: The currents of controversy in "City of God" 11 and 12, **The Journal of Religion**, v. 81, n. 2, abr., 2001, p. 211-227.

HARRISON, Simon. **Augustine's way into the will** – The theological and philosophical significance of *De libero arbitrio*. St John's College: Cambridge, 2006.

KARFÍKOVÁ, Lenka. **Grace and the will according to Augustine**. Trans. Markéta Janebová. Boston: Brill, 2012.

KOOPMANS, J. H. Augustine's first contact with Pelagius and the dating of the

condemnation of Caelestius at Carthage, **Vigiliae Christianae**, v. 8, n. 3, jul., 2007, p. 149-153.

KRABBENDAM, Henry. **Sovereignty and responsibility** – The Pelagian-Augustinian controversy in philosophical and global perspective. Bonn: Verl. für Kultur um Wiss, 2002.

LAWLESS, George. 9 Augustine's decentring of asceticism. In: DODARO, Robert.; LAWLESS, George (edi.). **Augustine and his critics**, London and New York: Routledge, 2000, p. 141-162.

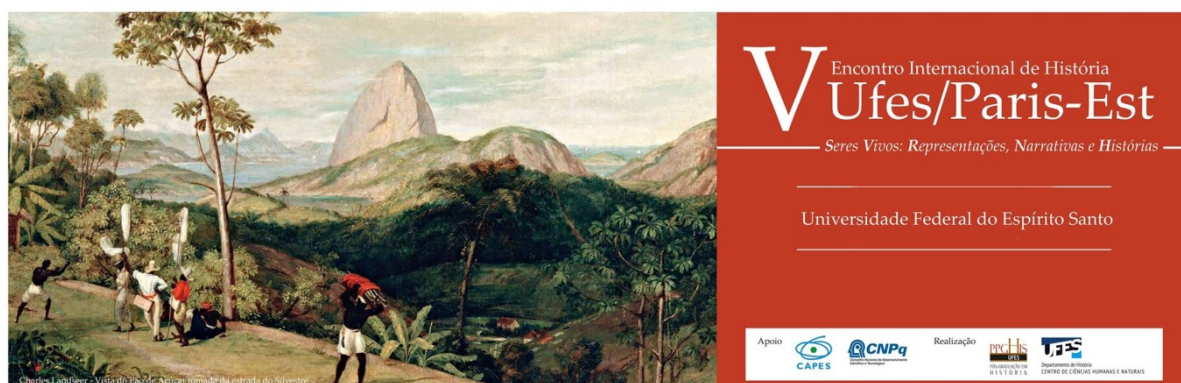
LÖLLS, Josef. Julian of Aeclanum on pain, **Journal of early christian studies**, v. 10, n. 2, 2002, p. 203-243.

O'GRADY, Joan. **Heresia**. Trad. de José Antonio Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1994.

PRETE, Serafino. **Pelagio y el pelagianismo**. Trad. de Faustino Martínez Goñi. Barcelona: Litúrgica Española, 1962.

WETZEL, James. 8 Snares of truth – Augustine on free will and predestination. In: DODARO, Robert.; LAWLESS, George (edi.). **Augustine and his critics**. London and New York: Routledge, 2000, p. 123-139.

WRIGHT, David F. Pelagius the twice-born, **Churchman**, v. 86, n. 1, 1972, p. 6-15.



ENTRE VIAJANTES E GOVERNANTES: VILAS, SERTÕES E INDÍGENAS NO ESPÍRITO SANTO – PRIMEIRO QUARTEL DO OITOCENTOS

Rodrigo da Silva Goularte
Doutor em História –UFF

RESUMO: O objetivo desta reflexão é comparar diferentes discursos sobre indígenas do Espírito Santo no primeiro quartel do oitocentos: narrativas de viajantes e de autoridades. Em se tratando de viajantes, foram analisadas narrativas de Maximilian, Saint-Hilaire e Silva Coutinho. Os três produziram relatos sobre diversas dimensões do Espírito Santo, incluindo os indígenas. Em relação às autoridades, a investigação se debruçou sobre correspondências emitidas pela junta provisória de governo. No início da década de 1820 o governo das províncias brasileiras foi dividido entre uma Junta e um comandante de armas, conforme determinação das Cortes lisboetas. Os membros da junta do Espírito Santo tinham diante de si um enorme contingente indígena que percorria a província, ameaçando as hierarquias herdadas da Colônia. Esses viajantes e autoridades compartilhavam a visão de que havia o indígena selvagem, habitante dos sertões, e o indígena em processo de civilização. A civilização significava imersão na vida das vilas e na economia agrária.

Palavras-Chave: Indígenas; Viajantes; Autoridades; Vilas

ABSTRACT: The objective of this reflection is to compare different discourses about indigenous of the Espírito Santo in the first quarter of oitocentos: Traveller narratives and authorities. In the case of travelers, Maximilian, Saint-Hilaire and Silva Coutinho narratives were analyzed. The three have produced reports on various dimensions of the Espírito Santo, including the Indigenous. Regarding authorities, research has gone into correspondence issued by the provisory government board. In the early 1820s the government of Brazilian provinces was divided from a Board and a commander of arms, as determined by the Lisbon Courts. Board members of the Espírito Santo had before them a huge Indigenous contingent that ran the province, threatening inherited hierarchies of Cologne. These travelers and authorities shared the view that there was the wild indigenous inhabitant of the backlands, and the

indigenous in the process of civilization. Civilization meant immersion in the lives of villages and the rural economy.

Keywords: Indigenous; Travelers; Authorities; villages

Introdução

O objetivo deste artigo é comparar diferentes narrativas sobre os contingentes indígenas habitantes da província do Espírito Santo no primeiro quartel do oitocentos. Essas narrativas foram agrupadas em dois eixos: relatos de viajantes e discursos das autoridades provinciais. Nessas falas, as referências aos indígenas eram constantes e não poderia ser diferente, em virtude da grande quantidade de indígenas que transitavam no Espírito Santo de então. Ainda há muito a ser feito para o conhecimento de como viviam esses indivíduos no início do século XIX. Alguns historiadores(as), por outro lado, já se aventuram nesse território. É o caso de Franciele Aparecida. Em sua dissertação de mestrado, Aparecida concentra-se na área do vale do Rio Doce no primeiro quartel do século XIX, descrevendo essa área como uma zona preservada da colonização, congregando tribos indígenas consideradas “arredias aos contatos” (APARECIDA, 2007, p. 28). Desde o final do século XVIII, nessa área encontravam-se os indígenas mais resistentes à colonização lusitana, um “reduto absoluto” dos indígenas denominados genericamente como Botocudos, uma característica fronteira colonial (APARECIDA, 2007, p. 20-28).

Os Botocudos não foram ignorados pela administração de Portugal no apagar das luzes da era colonial. A eles foi declarada guerra ofensiva por meio da Carta Régia de treze de maio de 1808. Desde então “[...] uma verdadeira operação de guerra [...]” foi encaminhada nos “sertões do leste” (expressão utilizada para designar território mineiro compreendido pelas bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri e parte do Parnaíba) e nos sertões do rio Doce, por meio da instalação de quartéis e presídios militares (APARECIDA, 2007, p. 28-32).

A abertura do Vale do Rio Doce à colonização, especificamente, se deu nos últimos anos do setecentos, por meio, principalmente, dos esforços do ministro português Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares. Dom Rodrigo indicou o

matemático e geógrafo Antonio Pires da Silva Pontes para tomar posse da capitania do Espírito Santo em 1800, tendo como tarefa primordial viabilizar os projetos de expansão colonial no vale do rio Doce. Silva Pontes fez um levantamento topográfico do curso desse rio e instalou o Quartel e Porto de Souza na divisa com Minas Gerais e alguns destacamentos militares ao longo do Doce (APARECIDA, 2007, p. 33-36).

A Carta Régia de 1808 dividiu a área habitada pelos índios Botocudos em seis partes estratégicas para combatê-los, denominadas Divisões Militares do Rio Doce. Em 21 de maio de 1808, esse documento foi enviado para o governador do Espírito Santo Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar (1804-1811), sucessor Silva Pontes, determinando a organização de duas divisões militares nessa capitania, uma na parte Sul, dedicada à frente colonial que avançava ao longo da bacia do rio Itapemirim, onde se encontravam muitos índios Puris e cada vez mais contingentes Botocudos deslocados; e outra ao norte, na frente de colonização do vale do rio Doce, com objetivo de exterminar os Botocudos para a liberação desse território, a Divisão Militar do Rio Doce. As divisões militares eram compostas por quartéis nos quais eram mantidos soldados destacados, correspondendo cada divisão a um território definido (APARECIDA, 2007, p. 41-42).

As ações do governador Tovar sobre os indígenas do Espírito Santo foram contemporâneas à nova legislação da Coroa, de dezembro de 1808, relacionada aos Botocudos. O documento tornava claras as condições das terras não ocupadas pelas sesmarias já distribuídas e daquelas terras tiradas dos índios. As terras dessa segunda categoria foram consideradas devolutas e disponíveis para a colonização. Rezava o documento que os Botocudos que procurassem pacificamente a “Real proteção” deveriam ser distribuídos entre os fazendeiros e a reunião em aldeamento só deveria acontecer quando houvesse um contingente indígena suficiente para ser formada uma povoação. A preferência, contudo, era dada para os fazendeiros que quisessem receber os indígenas, que se comprometiam a sustentar e instruir os índios acolhidos, em troca do trabalho destes, pelo período mínimo de doze anos (APARECIDA, 2007, p. 42).

Franciele Aparecida informa que o sertão do Rio Doce, no início do século XIX, por conta das operações contra o indígena, era marcado pelo ideal militar, um estado de

beligerância em que até as ações do cotidiano, como o trabalho na lavoura, careciam do porte de arma e da guarnição dos quartéis, próximos aos quais os cultivos eram feitos. Ainda no governo Silva Pontes, em 1800, formou-se o corpo de pedestres para atuação nos quartéis no Vale do Rio Doce. Na administração do Governador seguinte, Albuquerque Tovar, no ano de 1809, a linha de destacamentos foi reorganizada e reforçada contra os indígenas, inclusive com a construção de novos quartéis e em 1810 a zona do Vale do Rio Doce recebeu novas armas, sendo instalados canhões no povoado de Linhares (APARECIDA, 2007, p. 45-46).

Com a existência de duas vilas (Benevente e Nova Almeida) onde a presença indígena era marcante e, ao mesmo tempo, com toda uma zona onde a colonização não pode adentrar - os sertões entre as vilas litorâneas e a província de Minas Gerais - havia no Espírito Santo, nas primeiras décadas do oitocentos, a distinção entre os indígenas civilizados (os enquadrados na vida das vilas) e os selvagens (que habitavam os sertões), sendo que as autoridades da região lançavam mão dos “civilizados” para o combate aos “selvagens”. Apesar dessa aparente distinção, contudo, os governantes locais reconheciam os limites em procedê-la, pois as movimentações indígenas do sertão para as vilas e vice-versa eram de difícil controle. Diante desse quadro, a historiadora Vânia Maria Losada conclui que essas autoridades possuíam diante de si

[...] uma importante população indígena em diferentes estágios de contato e transculturação. Por isso, não se deve estranhar que para governar uns e outros fossem mobilizados regras legais ou costumeiras, artifícios e instituições nem sempre iguais (MOREIRA, 2011, p. 1-14).

Nos início da década de 1820, portanto, as autoridades da província do Espírito Santo deparavam-se com um quadro em que a política de inclusão dos sertões já vigorava há mais de uma década, tempo esse marcado por combates e chacinas contra os indígenas, herdando essas autoridades um contexto tenso para administrar. A colonização não poderia parar, pois dela dependia a expansão da lavoura que abastecia as redes mercantis em que se envolvia a província. Apesar da existência de povoações indígenas consideradas “civilizadas”, como as vilas de Benevente e Nova Almeida, as ações indígenas ainda grassavam, respondendo aos ataques do colonizador ou buscando -via saques- se abastecerem, já que a colonização desorganizara suas estruturas tradicionais de sobrevivência.

Simultaneamente, havia a realidade dos indígenas “civilizados” que já estavam incluídos ou em acelerado processo de inclusão nas estruturas econômica e política das zonas policiadas, nos dizeres de Vânia Maria Losada, ou “civilizadas”.

Desse modo, as tentativas feitas pelas autoridades coloniais desde o início do oitocentos não foram suficientes para vencer o sertão que separava o litoral do Espírito Santo da província de Minas. Ocupar esse espaço significaria a expansão da economia agrária, para elevar ainda mais o papel do Espírito Santo como abastecedor do sul da América portuguesa, e também faria dessa província um canal para escoamento da produção de Minas, como almejavam os negociantes espírito-santenses desde os primeiros anos do século XIX. Os habitantes desse sertão, os indígenas, entretanto, barravam a concretização desse ideal e ainda promoviam ataques às vilas litorâneas, atrapalhando a produção agrária feita nas cercanias dessas povoações.

Apesar das importantes contribuições da dissertação de Franciele Aparecida e do artigo de Vânia Moreira, muito ainda pode ser investigado sobre a diversidade das relações entre os indígenas e autoridades na província do Espírito Santo no primeiro quartel do oitocentos. Neste ensaio, essas relações serão estudadas na perspectiva dos viajantes que visitaram essa província e das autoridades da região.

Narrativas de viajantes

Nas linhas seguintes serão apresentados e analisados alguns trechos de narrativas dos seguintes viajantes a respeito dos indígenas do Espírito Santo: Maximilian Wied, August de Saint-Hilaire e José Caetano da Silva Coutinho. Estes três viajantes visitaram aquela província em momentos do primeiro quartel do oitocentos e produziram relatos sobre diversas dimensões regionais, também relatando como viviam os indígenas. Nessas três narrativas serão comparados dois elementos discursivos: o indígena “selvagem” e o indígena “civilizado”.

Os três visitantes, em primeiro lugar, tem em comum a descrição do indígena habitante dos sertões, a zona para além das vilas, como “selvagem”. É o que se pode perceber na descrição de Maximilian, em meados da década de 1810, dos indígenas da parte sul do Espírito Santo:

As grandes florestas das cercanias de Muribeca são habitadas por Puris nômades, que nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantêm hostis. Supõe-se, não sem razão, serem os mesmos que vivem amistosamente com os colonos de perto de S. Fidélis. Havia pouco, em agosto, mês que precedera da nossa vista, atacaram os rebanhos da fazenda, à margem do Itabapua e mataram, de maldade, trinta bois e um cavalo. Um rapazote negro, que tomava conta do gado, foi isolado dos companheiros armados, feito prisioneiro, morto, e, segundo afirmam, assado e devorado. Acham que eles separaram os braços, as pernas e a carne do tronco, levando-os consigo; porque, pouco depois, encontraram no local a cabeça e o tronco descarnado do negrinho; porém os selvagens tinham-se internado precipitadamente pela mata. Reconheceram-se, também, as mãos e os pés, assados e roídos, e dizem que até se viam as marcas dos dentes. O feitor, que está sujeito a esses ataques dos selvagens, tomou-se de profundo ódio, acentuando, repetidamente, que mataria de bom grado o nosso jovem puri. É “inconcebível”, acrescentou, “que o governo ainda não tenha adotado medidas efetivas para exterminar esses brutos; se avançarmos, por pouco que seja, rio acima, encontraremos fatalmente seus “ranchos” (WIED, 1989, p. 126-127). (Grifo Nosso)

Reconstruindo discursos de habitantes locais, portanto, Maximilian desenha como antropófagos os indígenas que se abrigavam no interior do sul do Espírito Santo. Saint-Hilaire, por sua vez, relatou ter ouvido história semelhante ao passar pela então capitania no final da década de 1810. Dois dos negros que o acompanhavam narraram que “selvagens” atacaram vaqueiros também em Muribeca, e tomaram um negrinho entre dez e doze anos de idade. O chefe da fazenda mandou cinco escravos “bem armados”, que incluíam os negros narradores, no encalço dos indígenas. Segundo o relato, os indígenas foram encontrados em torno de uma fogueira, sendo mortos a tiros. Ao se aproximarem do fogo, os negros encontraram os restos do sequestrado, em parte devorado (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 20).

O Bispo Dom José Caetano da Silva, a seu turno, também atestava a existência de índios antropófagos na província do Espírito Santo, conforme relato referente ao ano de 1812:

Boas águas e bons ares fazem o país saudável, e promete grandes aumentos quando os colonos se puderem estender mais para o interior, o que até agora não tem feito com medo do bugre, ou tapuio, como chamam a todas as raças de gentio do mato, que aqui tem chegado a aparecer e a matar gente bem perto da igreja: e o vigário me disse que há poucos meses foi enterrada a ossada de um escravo que eles tinham comido (COUTINHO, 2002, p.96).

A descrição refere-se à freguesia da Serra, pertencente a Vitória, principal vila da então capitania. Os relatos dos três viajantes, portanto, defendem que nos sertões do Espírito Santo havia indígenas arredios à vida nas vilas litorâneas, e que eram passíveis de ataques que chegavam ao canibalismo. Por outro lado, os três

visitantes percebiam um outro contingente indígena, os “civilizados” ou em processo de “civilização”.

Maximilian, por exemplo, informa a presença desses indígenas civilizados no Quartel de Aguiar, no norte do Espírito Santo. Ficavam nas redondezas desse quartel algumas famílias indígenas, sendo que oito soldados índios guarneciam o posto militar. Na visão do visitante, os índios “civilizados” portavam-se como bons soldados contra os indígenas que ficavam nas matas. Estes, entretanto, dedicavam “ódio mortal” àqueles, visto que consideravam os indígenas “civilizados” como traidores (WIED, 1989, p. 161).

A visão de Saint-Hilaire sobre os indígenas civilizados, por sua vez, pode ser vista em sua descrição a respeito da vila de Nova Almeida, na década de 1810, onde havia um capitão-mor indígena e a administração de todo o distrito estava nas mãos de dois juizes ordinários, um índio e um português, que mensalmente se revezavam nessa função. O viajante também destaca que todos os membros do senado municipal, com exceção do provedor, eram indígenas (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 65). Saint-Hilaire também informa que os indígenas da vila de Nova Almeida comerciavam o excedente da produção com portugueses que residiam na própria localidade e também com negociantes de fora, chegando os indígenas até a encher suas pirogas de gêneros e levá-los para a vila de Vitória (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 70).

A descrição de Dom José Caetano da Silva a respeito dos indígenas “civilizados”, por sua vez, também pode ser encontrada em relação à vila de Nova Almeida. O clérigo ressaltava que a câmara dessa localidade, na década de 1810, era em sua totalidade formada por indígenas “puros”, que assistiram a celebração religiosa “[...] com suas varas, ajoelhando e fazendo tudo o mais com profunda humildade até o fim [...]”. Dom José Caetano da Silva relatou que o vigário da vila, Joaquim Gomes de Jesus, era adorado pelos índios. O Bispo também destacou que muitos dos indígenas de Nova Almeida não entendiam o português, relatando que na cerimônia da crisma de alguns índios teve que dizer *maram penderei* (diga o seu nome), *pôssuca* (ponha a mão), *yei pô pira* (levante as mãos). No tempo que passou nessa vila o clérigo crismou quase duas mil pessoas (COUTINHO, 2002, p. 87-88).

Nas Narrativas de Maximilian, Saint-Hilaire e Caetano, portanto, percebe-se a distinção entre indígenas “selvagens” e indígenas “civilizados”. Os primeiros eram habitantes dos sertões, regiões para além das vilas, e eram descritos como violentos e até antropófagos. Os civilizados, por sua vez, eram os indígenas que habitavam a zona das vilas, que estavam em processo imersão na cultura colonial. Ocupavam funções na vida econômica e social típicas das povoações luso-brasileiras de inícios dos oitocentos.

Os discursos desses visitantes baseavam-se principalmente em relatos de companheiros de viagem conhecidos na região e experiências vividas na estadia no Espírito Santo. As autoridades dessa província, por outro lado, conviviam no dia a dia da administração e da política com os contingentes indígenas dentro e fora das vilas litorâneas.

Narrativas dos membros da junta

No início da década de 1820 o governo das províncias brasileiras foi dividido entre uma junta de governo e um comandante de armas, conforme determinação das Cortes de Lisboa. Cabia às juntas a administração da região, enquanto o comandante cuidava da segurança. Os recém empossados membros da junta provisória do governo do Espírito Santo tinham diante de si problemas seculares a dirimir, que, a seus olhos, impediam o progresso do *bem público* da região. Um desses problemas era um enorme contingente indígena que percorria o território provincial de sul a norte. Essa movimentação, fora de controle, era ameaça à preservação e expansão das hierarquias herdadas do período colonial. Nesse momento de decisão sobre os destinos políticos da província, mediante as notícias chegadas da Europa, a relação com os contingentes indígenas também era questão primordial para as autoridades regionais.

Essa importância pode ser percebida na fala da junta provisória do governo do Espírito Santo para José Bonifácio, membro do ministério de Dom Pedro, em doze de abril de 1822. Nessa correspondência, os remetentes pediam para que o Andrada intercedesse junto à “boa intenção” de Sua Alteza Real solicitando o envio de “[...] rendas suficientes para se sustentarem indispensáveis destacamentos de Tropas por todo o Sertão [...]”. A necessidade dessas tropas se fazia em virtude dos

“[...] cotidianos insultos do Gentio Bárbaro, que incessantemente destrói a agricultura e tem morto muitos lavradores [...]” o que era a “[...] causa lastimosa do atraso desta miserável província [...]”. Prosseguindo em seu apelo, a Junta informava que todos os transeuntes de uma importante estrada (provavelmente a que ligava o Espírito Santo a Minas Gerais)

[...] estão desamparados, indefesos e invadidos [...] pelo Gentio, por não haver Tropa suficiente para os guarnecer, nem dinheiro para os sustentar, desertando muitos por causa da fome. E desta forma todos temem se estabelecer no interior, onde os lavradores se veem obrigados [...]a usarem as próprias forças para defesa.⁵⁶⁶

Para a junta, se o seu apelo não fosse atendido por Sua Alteza Real nada se podia [...] esperar de próspero a esta miserável e moribunda província, que ainda assim tem toda a esperança na generosidade de Vossa Excelência que se dignará ser o seu mais Ilustre Patrono.”⁵⁶⁷ Esse é apenas um dos diversos relatos encontrados nas fontes a respeito dos “insultos” do “Gentio Bárbaro”, que se faziam presentes cotidianamente “por todo o sertão” da província, causando mortes e destruição das plantações.

Um dos alvos desses ataques era a vila de Guaraparim, muito próxima à vila de Vitória. Naquela localidade, a ameaça indígena era de tal proporção que a câmara local receava que “[...] o gentio conquiste aquela Vila.” Como uma das amostras dos ataques desses indígenas em Guaraparim, informados pela junta, estava o sofrido por D. Ermeneciana, que teve uma escrava morta pelos indígenas “[...] e por pouco a não pegaram a mão [...]”.⁵⁶⁸

Em meados de 1822, os habitantes da vila em tela pediam “[...] um destacamento de tropas de pedestres para sua defesa e obrigando-se a sustentá-lo de farinha e feijão [...]”. Os moradores dessa localidade alertavam que os indígenas causavam diversos prejuízos, atacando sítios (como o de Dona Ermeneciana). Para os suplicantes, suas vidas estavam nas mãos dos indígenas, que poderiam “[...] tornar a fazer semelhantes ruínas [...]” quando quisessem. Para repelir esses ataques, os moradores de Guaraparim informavam a necessidade de que as tropas enviadas

⁵⁶⁶ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

⁵⁶⁷ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

⁵⁶⁸ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

fossem compostas de, no mínimo,

[...] um destacamento de doze soldados e um comandante nas cabeceiras dos morros vizinhos à vargem nova, onde se faz preciso abrir uma estrada, que corresponda pela parte à estrada de Araçatiba, e pela do sul com o rio chamado Fundação [...].⁵⁶⁹

As incursões indígenas não eram eventos localizados, traziam ameaças globais para a província, como fica atestado na correspondência enviada por José Bonifácio para a junta provisória do governo do Espírito Santo em oito de maio de 1822:

Manda Sua Alteza Real o Príncipe Regente pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, participar a Junta Provisória do Governo da Província do Espírito Santo, que lhe foi presente o seu ofício de onze de abril deste ano em que o acusa recepção da portaria de treze de março relativa a obra da estrada que vai da dita província para a de Minas Gerais, refere os botocudos que o gentio opõem a execução das ordenadas providências sobre a dita obra, e pede que se determine os meios mais adequados para os remover. E há por bem reservando quando aos índios (aprontar?) aliás apontar (sic) o que for preciso a referida Junta remeta mapas e (ilegível) despesa, e receita indiquem o que lhe parecer mais profícuo a Fazenda Pública da Província.⁵⁷⁰

Na região norte da província situação parecida transcorria. A diferença era de que enquanto em Guaraparim era pedida a vinda de tropas para repelir o nativo, na povoação de Linhares o clamor era para que o comandante das armas não subtraísse o Quartel de Avis de lá. A junta provisória do governo encaminhou esse pedido para José Bonifácio em 23 de julho de 1822, informando que esse Quartel era a defesa da vida e das lavouras dos moradores de Linhares, vedando “[...] as hostilidades e roubos praticados pelo Gentio Bárbaro [...]”. A junta informava para o Andrada que essa povoação era digna de atenção, auxílio e proteção por ser nova e prometia grandes vantagens graças à fertilidade dos terrenos e a vinda de novos colonos. Para a junta, a preservação do Quartel para essa defesa era algo para o “bem do serviço nacional”.⁵⁷¹

Para a junta provisória do governo, se fazia necessária a demarcação de um território para revide aos ataques indígenas. Esse território demarcado, entretanto, não estava plenamente pacificado. O desejo dos membros da junta era a

⁵⁶⁹ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

⁵⁷⁰ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751 livros. Nº 14 Registro de Ofícios expedidos pela Junta de Governo Provisório. Vitória.

⁵⁷¹ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751 livros Nº 14. Registro de Ofícios expedidos pela Junta de Governo Provisório. Vitória.

militarização dessas zonas de conflito com o nativo, mas em boa parte das vezes isso não foi possível. Grande parte do “sertão”, portanto, ficava desguarnecido, gerando as reclamações acima apresentadas.

De acordo com os relatos dos membros da junta, os contingentes militares não eram suficientes para reprimir os ataques indígenas. Diante desse quadro, o governo provisório teve de criar suas próprias diretrizes para atuação. Os destacamentos militares não foram dispensados, pois mesmo que não garantissem a segurança total da colonização, muito pior ficaria sem eles. O que se percebe, na documentação, é o pedido de mais tropas ou da manutenção delas, como já apresentado, mas também a busca pela pacificação dos indígenas, na tentativa de incluir esses sujeitos na ordem das vilas. Essa tentativa pode ser vista na correspondência de seis de agosto de 1822 enviada ao Deputado escrivão interino da Junta da Fazenda em que

A Junta Provisória do Governo desta Província manda remeter a V.S. por cópia a representação que lhe dirigiu o Alferes de Pedestres Antonio Leite Barbosa, encarregado dos Gentios que se estão pacificando para que V.S. faça presente a Junta da Fazenda Pública a fim de que se lhe preste o que requer para tão útil fim parecendo a mesma Junta que por ora basta ir somente metade do ferro e do (aço?) que pede e para que se apresente naquele destacamento de Porto de Souza o Ferreiro de Linhares (ilegível) as necessárias ordens.⁵⁷² (Grifo Nosso)

Para os membros da junta, a civilização do indígena significava a pacificação deste. As fontes analisadas são ricas de informação de como aquelas autoridades promoviam essa pacificação. Em correspondência enviada ao Escrivão Deputado da Junta da Fazenda em 27 de setembro de 1822

A Junta Provisória de Governo desta Província manda participar a Vossa Senhoria para ser presente a Junta da Fazenda, que se faz preciso aprontar com a brevidade possível vinte alqueires de feijão, cem camisas e cem calças, e cinquenta (camisolas?) para se remeter para o gentio do Rio Doce [...]⁵⁷³

A pacificação ou civilização dos indígenas, para os componentes da junta, portanto, começava com a vestimenta daqueles com trajes semelhantes aos utilizados pelos sujeitos que circulavam nas vilas sob controle das autoridades provinciais, do Estado e da Igreja, para que os ataques cessassem e esses contingentes indígenas se

⁵⁷² ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

⁵⁷³ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

tornassem trabalhadores úteis para a prosperidade do Espírito Santo. A importância para a Junta da pacificação do indígena por meio do trabalho pode ser percebida em correspondência enviada para o comandante de Linhares, no norte da aquela província:

Tendo sido presente a Junta Provisória de Governo desta Província o ofício do Tenente João dos Santos comandante do Destacamento de Linhares de data de treze do corrente, em que pede mantimentos para sustentação dos Botocudos mansos [...]; ordena ao dito Tenente que faça ir para o Porto de Souza o ferreiro Inocêncio para ali fazer as obras necessárias para o Gentio as quais lhe serão pagas pela Fazenda à vista das relações que delas remeter assinada pelo Comandante encarregado da pacificação do dito Gentio e que presta todo auxílio àquele destacamento expedindo prontamente as canoas que de lá lhe vierem: e quanto aos índios da aldeia os faça também entregar ao Comandante do destacamento de Souza para os empregar em plantações para sustento do gentio na forma das ordens, e instruções já expedidas ao Alferes Leite fica a partir para essa povoação José Maria Nogueira Gama, o qual se acha encarregado de prover os mantimentos.⁵⁷⁴ (Grifo Nosso)

A finalidade das autoridades do governo do Espírito Santo na pacificação dos indígenas era a de que estes se tornassem “mansos”, e para que isso ocorresse, na visão dos membros da junta, o trabalho dentro da lógica das lavouras provinciais era fundamental. Essa inclusão do indígena por meio do trabalho pode ser vista também na correspondência enviada pela Junta ao Comandante das Armas em 22 de agosto de 1822. Nela, o Comandante recebia a recomendação de que ordenasse ao alferes Antonio Leite Barbosa, encarregado do destacamento do Porto de Souza, localizado no norte da província, para que seguisse as ordens a ele incumbidas sobre a “pacificação do Gentio”. Seguindo essas ordens, o mencionado Alferes deveria economizar dentro do possível na despesa dos mantimentos para os indígenas. Além disso, deveria direcionar para que os indígenas fizessem

[...] plantações que são de mais fácil, e abundante produção, a fim de que a Fazenda se liberte o quanto antes destas, e que os vencimentos dos trabalhadores serão pagos pela Fazenda à vista das (elações?) que deve enviar mensalmente.”⁵⁷⁵

Percebe-se aí uma finalidade prática para inserir os indígenas no trabalho nos moldes luso-brasileiros: economizar os escassos recursos da paupérrima província. Essa finalidade pode ser melhor percebida na correspondência enviada pela junta

⁵⁷⁴ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

⁵⁷⁵ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

para o próprio Alferes Antonio Leite Barbosa, em que essa inserção dos indígenas nas formas de trabalho apreciadas pelos componentes da junta eram mais detalhadas, devendo o Alferes

[...] mandar ensinar pelas línguas que a farinha, ferramenta, e mais gêneros que se lhes da deve ser trocado pela cera do mel que eles comem, pelas resinas, e (ilegível), e palhas que acham pelo interior do sertão, e por toda e qualquer psicocidade (sic), que achem nos córregos, e lagoas; sendo muito acertado ensinar-lhes esta troca, e ao mesmo tempo acostamá-los pouco a pouco ao trabalho da agricultura para sua mesma subsistência e de tudo o que for colhendo fará remessas mensais, ou semanais para esta Vila, esperando a dita Junta Provisória do zelo, e probidade de S.A.R. ⁵⁷⁶

O projeto das autoridades do Espírito Santo, portanto, era transformar aqueles que antes ameaçavam a vida e a lavoura dos agricultores em trabalhadores inseridos nesse mercado agrário e extrativo, contribuindo para o crescimento dessa economia e para o abastecimento da província. Os integrantes da junta reconheciam que essa mudança não seria instantânea, mas seria feita “pouco a pouco”. Era um processo pedagógico, lento, de mudança de cultura econômica em que os indígenas seriam inseridos funcionalmente nos padrões da economia agrária. Um processo tão lento, aos olhos dos membros da junta, quanto o processo natural de transformação de uma semente em vegetal produtivo. É o que fica apontado na recomendação ao vigário de Linhares, reconhecido como alguém zeloso “[...] do serviço de Deus e do Estado [...]” devendo, portanto

[...] fazer as necessárias advertências ao Alferes Antonio Leite Barbosa encarregado da pacificação do Gentio para o bom êxito da dita pacificação recomendando-lhe Reverendíssima a moderação, e bons exemplos, que os faça trabalhar igualmente com os Pedestres para se insinuarem no modo de viver de cultura, observarem o progresso, a utilidade desta e a sua demora em crescer para afim conhecerem o que custa aos outros a quem eles destroçam; proibindo-lhes até com algum castigo o tocarem em cousa alguma planta, sem que se lhes diga, que é tempo de poderem colher. Enfim a dita Junta se escusa de dizer mais a Vossa Reverendíssima porque sabe que estas causas estão muito ao alcance do zelo de V. Rma aliás do Zelo e Patriotismo de Vossa Reverendíssima de cujo cuidado hão determinar fruto do que das recomendações as mais extensas que se lhe possa fazer. ⁵⁷⁷

Nessa fala, as autoridades do Estado (naquele momento em construção) dialogam com uma autoridade religiosa para que esta orientasse as formas de como deveria ser feita a “civilização” do indígena. Para os integrantes da junta, o padre seria a

⁵⁷⁶ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

⁵⁷⁷ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

autoridade mais recomendada para orientar o alferes (outra autoridade) a se portar exemplarmente para inserir o *Gentio* (não cristão) no mundo que era comum a essas autoridades, em que cada sujeito desempenhava sua função específica. Para a junta, os indígenas não poderiam fazer parte da província enquanto fossem ameaças aos lavradores e lavouras. Os indígenas, portanto, deveriam aprender como uma lavoura (base da economia provincial) demora a se desenvolver e, assim, acreditava a junta, seriam convencidos da importância do processo, mudando sua disposição mental de destroçadores para a de lavradores.

A mudança pretendida pela junta era ampla, uma transformação em que os indígenas aprenderiam a moderação, inspirada na religião, e com ela a paciência necessária para serem cultivadores, e não elementos que atacavam o “sossego público”. Para as autoridades regionais, era um processo de difusão dessa moderação: do padre para o alferes e do alferes para os indígenas. Os governantes locais entendiam que a passagem dessa moderação (na fonte chamada de pacificação) no cruzamento entre dois mundos, o das vilas e o dos indígenas, só seria efetiva se os responsáveis pela condução desse cruzamento o vivenciassem também. Por isso, o alferes Antonio e os pedestres deveriam praticar a moderação e também deveriam trabalhar “igualmente”, para que assim “se insinuarem no modo de viver de cultura”.

Em outra ocasião, os integrantes da junta recomendavam ao capitão José Maria Nogueira da Gama esse mesmo tratamento aos indígenas de Aldeia Velha (que fazia parte da vila de Nova Almeida e hoje corresponde ao município de Aracruz, no norte do Espírito Santo). Em correspondência de 26 de setembro de 1822, a junta informava ao capitão de que o ofício por ele enviado teria resposta positiva, sendo concedido o envio para o comandante Manoel dos Passos de (Christo?), de Aldeia Velha, “[...] duzentos alqueires de farinha, vinte (sacos?) novos, trinta e cinco machadinhas, e vinte alqueires de feijão para sustentação do *Gentio* [...]”.⁵⁷⁸ A junta, entretanto, fazia uma ressalva ao capitão: esses gêneros deveriam ser regrados

[...] com a maior economia, não dando grandes porções de uma vez mas sim aos bocados e em extrema necessidade, regulando a um décimo por dia para cada um pedestre, que trabalha nas (ilegível) para o *Gentio*, e a este fará sempre dizer pelos lugares que não há mantimentos, que se

⁵⁷⁸ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

acumularam trabalhos, e tenham paciência de esperar que as plantações cresçam, que não (ilegível) porque o Capitão Grande se agonia com isso e há demandar atira-lhes enfim por mandar-lhe de modo possível estas causas para ir contendo e domando enquanto se não pode mandar (ilegível) maiores. E outrossim recomendo muito e vigie da sua parte que o alferes Antonio Leite Barbosa faça trabalhar, e fazer os maiores roçados, e plantações (ilegível) ao mesmo tempo que devem procurar caça para sustentar o aldeamento enquanto as plantações não tem fruto, ou espiga, que não comam mais do que duas ou três vezes no dia. Quando eles trabalharem bem, trouxerem caça, (ilegível) ou outro qualquer gênero útil de prêmios com algum bocado de (aguardente?) então (sic) ou machadinho, faca ou fumo para que vão conhecendo então, que assim se trocam estes gêneros, e assim se faz para o comércio. O que melhor se espera do seu zelo neste importante serviço do Estado, e dará sempre conta do aumento, ou diminuição, que for tendo a Civilização e estado do trabalho.⁵⁷⁹

O projeto da junta provisória do governo do Espírito Santo era de transformar o indígena em um sujeito moderado. Para a junta, os ataques indígenas eram o extremo de um comportamento marcado pela não moderação, pela impaciência. Por isso, os indígenas deveriam ser acostumados, civilizados no sentido de se moderarem. A junta entendia que esse objetivo poderia ser alcançado treinando-os na paciência, por isso os indígenas deveriam aprender a esperar. Para construir esse hábito da espera, valia à pena a encenação de que o abastecimento vinha de fora, forjando até uma agonia do “Capitão Grande” por conta disso. O passo seguinte seria conduzi-los a produzir nesse momento de espera para que provessessem o próprio abastecimento. Se a produção do aldeamento, entretanto, não vingasse, os indígenas também mais uma vez deveriam ser conduzidos à moderação, dessa vez alimentar, limitando o número de refeições diárias. Não pode ser perdido de vista que para a junta esse era um projeto pedagógico (civilizador ou de pacificação) para que os indígenas aprendessem a não lançar mão dos ataques, mesmo que a escassez alimentar se instalasse. Se os indígenas, por outro lado, se mostrassem produtivos, dentro da lógica econômica provincial, deveriam ser premiados por isso, com aguardente, fumo e instrumentos de trabalho. Com esse incentivo, pensavam as autoridades, os indígenas aprenderiam a trabalhar como os provinciais trabalhavam (“vão conhecendo então, que assim se trocam estes gêneros”) e também a se divertirem como provinciais.

Reforçando o caráter também cultural desse processo, a junta provisória do governo foi encontrada escrevendo mais uma vez ao alferes Antonio Leite Barbosa em três

⁵⁷⁹ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

de setembro de 1822, ordenando a esse militar a entrega ao capitão Francisco Joaquim, que era assistente na Ilha (Cumprida?), de uma língua para a “civilização” dos Botocudos que se achavam nessa localidade.⁵⁸⁰ Portanto, a integração do indígena, pela via do trabalho, também se dava por mudanças culturais, pelo abandono de uma identidade considerada perigosa ao *sossego público* projetado pela junta.

As falas emitidas pela junta provisória do governo do Espírito Santo em relação ao tratamento aos indígenas demonstram a delimitação de fronteiras identitárias. A divisão entre sertão e vilas, afirmada pela junta, e a tentativa de expandir as vilas e a zona agrária sobre o sertão demonstram o projeto de transformar o Espírito Santo em um território livre dos ataques indígenas, liberdade essa conseguida pela eliminação dos índios que promoviam ataques ou conduzindo processos de inclusão desses sujeitos na lógica da vida nas vilas. Os indígenas, por outro lado, também construíam sua própria identidade diante dessa “civilização” que era imposta. Os ataques são a maior prova disso. As invasões das propriedades rurais para o saque podem ser entendidas como resistência por parte dos indígenas a se integrarem à vida cultural e econômica das vilas. Os indígenas ditos “civilizados” também negociavam cotidianamente a construção da própria identidade. A dificuldade relatada pelo Bispo Dom José Caetano para crismar os indígenas na vila de Benevente, que só atendiam às ordens cerimoniais se fossem faladas na língua geral brasileira, demonstra que os indígenas possuíam uma maneira particular de inclusão na vida social das vilas.

Do ponto de vista dos índios, existia certa margem de manobra e de negociação com as autoridades governativas, que, afinal, precisavam deles tanto para o serviço público (construção civil, serviço de correio, navegação etc.) como para defesa militar das vilas e dos povoados. Assim, a despeito das relações muito desiguais e assimétricas de poder entre eles, de um lado, e de outro, os governantes e moradores locais mais abastados, esse índios defendiam seus próprios interesses nas tramas que compunham as relações de poder na região (MOREIRA, 2011, 1-14).

Viajantes e autoridades do Espírito Santo, portanto, compartilhavam a visão de que, nas primeiras décadas do século XIX, havia o indígena selvagem, habitante dos sertões, e o indígena em processo de civilização. Nessa visão, a civilização era diretamente proporcional à imersão do indígena na vida das vilas e da economia

⁵⁸⁰ ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria Série 751. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

agrária. Percebe-se, entretanto, uma maior clareza nos relatos das autoridades, que lidavam cotidianamente com os indígenas no território provincial. Não é a toa que as narrativas dos governantes a esse respeito não mencionam a antropofagia, diferentemente dos discursos dos viajantes.

Bibliografia

Manuscritos

ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Fundo Governadoria Série 751 livros**. Nº 14 Registro de Ofícios expedidos pela Junta de Governo Provisório. Vitória.

ARQUIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Fundo Governadoria Série 751**. Livro Nº 22 Diário de Governo da Província do Espírito Santo. Vitória.

Livros

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo Bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819**. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002. p.96.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: Editora da USP/Livraria Itatiaia Editora LTDA, 1974.

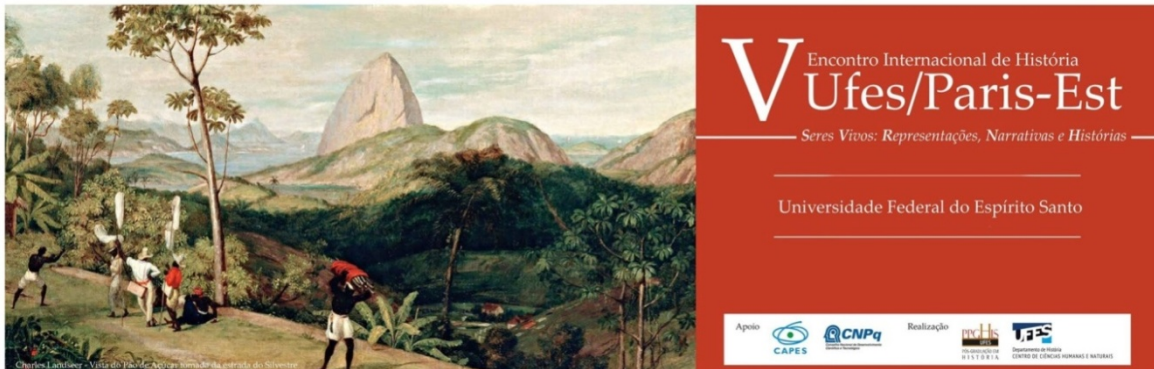
WIED, Maximilian, Prinz Von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

Dissertações

APARECIDA, Francieli. **Índios Imperiais: os Botocudos, os Militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824 – 1845)**. 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

Artigos

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos Debates** [on line]. pp 1-14, jan, 2011. Disponível na internet via URL: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. DOI: en cours d'attribution.



PARA ONDE FORAM AS BRUXAS? OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A BRUXARIA TARDO MEDIEVAL

Roni Tomazelli
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Os estudos relacionados à bruxaria são variados e numerosos, tanto no campo historiográfico quanto em outras Ciências Humanas – em especial, a Antropologia. As contribuições agregadas pelos aportes teóricos e metodológicos das diversas áreas do conhecimento que, pouco a pouco, se associaram à História a partir da primeira metade do século XX com o programa desenvolvido pela Escola dos *Annales*, permitiram a elaboração de diferentes correntes de interpretação acerca do fenômeno da bruxaria. No âmbito acadêmico, dentre os principais arcabouços interpretativos da bruxaria europeia encontram-se as vertentes *liberal* e *folclórica*. Embora conflituosas, ambas as correntes nos permitem compreender a bruxaria enquanto objeto de demonização, na medida em que discutem a apropriação e ressignificação de elementos tradicionais do paganismo pela doutrina e instituição eclesiástica sob a luz dos novos tempos e concepções que emergiam no contexto medieval.

Palavras-chave: Historiografia; Bruxaria; Idade Média; Igreja Medieval.

ABSTRACT: Studies related to witchcraft are diverse and numerous, both in historiography and in the Humanities – especially Anthropology. Contribution aggregated by the theoretical and methodological contributions of the various areas of knowledge that gradually were associated with History from the first half of the twentieth century with the program developed by the *Annales*, allowed the development of different interpretation of current about witchcraft. In academic realm, among the main interpretative frameworks of European witchcraft are the *liberal* and *folkloric* dimensions. Albeit conflicting, both chains allow us to understand witchcraft while demonizing object to the extent that discuss the appropriation and reinterpretation of traditional elements of paganism by the doctrine and ecclesiastical institution in the light of new times as that emerged in medieval context.

Keywords: Historiography; Witchcraft; Middle Ages; Medieval Church.

Introdução

Os estudos relacionados à temática da bruxaria são variados e numerosos, tanto no campo historiográfico quanto em outras Ciências Humanas – em especial, a Antropologia. As contribuições agregadas pelos aportes teóricos e metodológicos das diversas áreas do conhecimento que, pouco a pouco, se associaram à História a partir da primeira metade do século XX com o programa desenvolvido pela Escola dos *Annales*, permitiram a elaboração de diferentes correntes de interpretação acerca do fenômeno da bruxaria.

Antes, todavia, de desenvolver qualquer apreciação sobre esta historiografia mais específica, voltada para o fenômeno da bruxaria na Europa cristã ocidental, é preciso ter em conta alguns princípios básicos:

1. A disponibilidade de fontes referentes à bruxaria no ocidente cristão, incluindo tratados, bulas, manuais e processos de inquisição, é consideravelmente extensa e variada, embora muitas vezes a ausência de traduções e a impossibilidade de acesso a determinados documentos pode dificultar o trabalho do historiador.
2. As bruxas nunca tiveram voz. As fontes existentes são escritos de cunho eclesiástico ou doutrinal nos quais se fala sobre as bruxas, e onde estas nunca falam sobre si mesmas.
3. A caracterização da bruxaria europeia apresentou particularidades específicas de acordo com as regiões em que se manifestou sua prática e perseguição. Aliás, caracterização esta variável não apenas no espaço, mas também no tempo histórico.
4. Os principais estudos da historiografia moderna relacionados à bruxaria só começaram a ser desenvolvidos quando as perseguições à mesma já haviam cessado.
5. A bruxaria histórica não mantém quaisquer relações históricas com a bruxaria contemporânea – também conhecida como Neopaganismo ou, simplesmente, Wicca.

No que concerne ao âmbito acadêmico, Russell & Alexander (2008) destacam quatro correntes de interpretação da bruxaria europeia: a) a *liberal*, que defende a inexistência da bruxaria, caracterizando-a apenas como um aparato repressivo da autoridade eclesiástica no intuito da consolidação de sua ortodoxia; b) a *folclórica*, baseada na tese da antropóloga inglesa Margaret Murray sobre a ancestralidade da bruxaria como uma antiga religião da fertilidade que sobreviveu até o período moderno; c) a da *História Social*, que admite a inexistência da bruxaria, porém não pelo fato de ser uma invenção, mas por constituir-se em uma superstição geral bastante difundida; d) a da *História das Ideias*, que definem a bruxaria como a combinação de inúmeros conceitos reunidos ao longo dos séculos. Optamos, pois, por priorizar em nossa pesquisa os autores cujos trabalhos integram as correntes liberal – com a qual dialogamos – e folclórica, uma vez que apresentam argumentos mais condizentes com nossa proposta de investigação. Ambas as correntes, embora conflituosas, nos permitem compreender a bruxaria enquanto objeto de demonização, na medida em que discutem a apropriação e ressignificação de elementos tradicionais do paganismo pela doutrina e instituição eclesiástica sob a luz dos novos tempos e concepções que emergiam no contexto medieval.

Bruxaria e história

Já no século XIX, o historiador e filósofo francês Jules Michelet antecedeu aos historiadores das mentalidades nos estudos dos sentimentos, costume e crenças na historiografia ocidental (VAINFAS, 1997). Pautado em ideais de cunho liberal e anticlerical, foi precursor nos estudos da continuidade de antigas crenças no medievo cristão. Em sua famosa obra *A Feiticeira*, datada de 1862, credita a feitiçaria como religião europeia e sua personagem como originária do período medieval.

O texto de Michelet (2003) sugere que a mulher ocupava posição preponderante nas práticas de feitiçaria, por sua natureza e seu temperamento. Desde os primórdios da humanidade às mulheres incidam as responsabilidades pela esfera espiritual. Porém, ao longo do período medieval, a sibila⁵⁸¹ é transfigurada na bruxa e sua adoração convertida em expurgo. Em contrapartida, a feiticeira foi por muito tempo o

⁵⁸¹ As sibilas são descritas na mitologia greco-romana como mulheres portadoras de poderes proféticos, inspiradas por Apolo. Grosso modo, podemos considerar que as sibilas romanas substituíam os oráculos gregos.

único médico do povo. Necessária e temida viviam isoladas, muitas vezes, vítimas do ódio, interesse e inveja alheios. A feiticeira não tinha família. Sua origem era desconhecida. Vinha de lugares longínquos e tenebrosos. Todavia, continuava a ser mulher.

Por outro lado, o autor também explicita a sobrevivência dos deuses da natureza e de um paganismo não oficial destacando a proposição de que a feitiçaria abarcava um mecanismo de contestação da ordem vigente. Homens e mulheres que buscavam meios de modificar sua sorte e lutar contra as adversidades que os afligiam, num período marcado por profundas incertezas. Daí a resposta imediata para sua própria indagação sobre a origem da Feiticeira: “Dos tempos do desespero”, das incertezas e do temor criado e incitado pela Igreja.

A incerteza da condição, o declive terrivelmente escorregadio pelo qual o homem livre se tornou *vassalo* – *vassalo servidor* –, e o servidor *servo*, é o terror da Idade Média e o fundo do seu desespero; [...] traços gerais, exteriores, da miséria da Idade Média, que fizeram com que ele se entregasse ao Diabo (MICHELET, 2003, p. 41).

Dando passo aos autores mais recentes no trato com as temáticas relativas à bruxaria, destacamos os estudos antropológicos da folclorista inglesa Margaret Murray (2003) em sua obra *O Culto das Bruxas na Europa Ocidental*, onde argumenta a permanência e continuidade de uma série de tradições e crenças anteriores ao Cristianismo. Para Murray, estas permaneceram ativas ao longo da Antiguidade e do medievo paralelamente às religiões oficiais – uma espécie de culto de fertilidade em adoração a uma deidade de chifres, designado pela autora como *Bruxaria Cerimonial* ou *Culto Diânico*. Murray (2003) relata que:

[...] abaixo da religião cristã havia um culto praticado por muitas classes da comunidade, principalmente pelos mais ignorantes ou aqueles das partes menos populosas do país, que pode ser considerado uma antiga religião da Europa Ocidental na época pré-cristã. O deus, antropomórfico ou teriomórfico, era venerado em ritos bem definidos; a organização era altamente desenvolvida e o ritual análogo, comparado aos muitos outros velhos rituais (MURRAY, 2003, p. 17).

Em virtude da vasta disponibilidade de material, o estudo desenvolvido pela autora limitou-se apenas ao culto das bruxas na Grã-Bretanha. Porém, Murray (2003) considerava que a concepção de bruxaria parecia ser a mesma em toda a Europa ocidental, estabelecendo-a, em sua tese como uma conceituação geral, através da análise de registros judiciais e crônicas contemporâneas às perseguições.

Para Murray (2003), ainda que os testemunhos das bruxas nos processos inquisitoriais resguardassem uma negação acerca de uma estrutura religiosa coesa sob seus rituais, a própria uniformidade das confissões demonstrava a existência deste grupo organizado e coerente. Neste sentido, as descrições do *sabbat* contidas nos processos de bruxas não seriam mentiras extorquidas por juízes e inquisidores, sim descrições precisas de ritos de fato ocorridos (GINZBURG, 1991). Os argumentos da antropóloga pressupõem que “bruxaria” seria um termo inquisitorial adotado para caracterizar o mais antigo culto à fertilidade e à natureza, que inicialmente nada tinha de oposição ao Cristianismo, mas que se transformou num culto clandestino e de resistência frente à perseguição empreendida pela Igreja.

Hoje, a tese de Murray é alvo de severas críticas no cenário acadêmico e já não apresenta grande valor aos olhos dos historiadores contemporâneos. Acreditamos que o equívoco de Murray esteja em sua afirmação da real existência de uma seita de bruxas estabelecida e organizada. Porém, não a excluimos por completo. Comungamos com muitos de seus argumentos acerca da permanência de tradições ancestrais no seio da Cristandade. O mais provável seria considerar que essa continuidade de crenças e práticas pagãs limitou-se, quase que exclusivamente, ao âmbito doméstico e rural das populações incultas. Um ambiente hostil no qual a autoridade religiosa enfrentou grande dificuldade em exercer seu domínio.

Compartilhando dos ideais expressos pelas teorias “murrayistas”, Jeffrey B. Russell (2008) escreveu, em sua *História da Bruxaria*, que a bruxaria europeia era, inicialmente, equivalente a de qualquer parte do mundo e que a gradual e acentuada mudança de concepções deveu-se em essência ao pensamento cristão frente à sociedade e a religiões pagãs. Para o autor, “[...] o equívoco mais comum a respeito da bruxaria é a concepção de que ‘bruxas não existem’. [...] A existência ou não de bruxas está intimamente relacionada à definição adotada para caracteriza-las” (RUSSELL; ALEXANDER, 2008, p. 9). Em *Witchcraft in the Middle Ages* (1972), retoma as teses lançadas por Michelet, corrigidas por elementos extraídos das propostas de Murray e outros autores. Nessa obra, Russell evidencia que “ritos milenares e liturgias ordenadas tendo em vista a fertilidade, com danças, banquetes e desrecales eróticos, transformaram-se em sabás sob a pressão da sociedade cristã” (DELUMEAU, 2009, p. 552).

Opinião distinta a dos autores supracitados encontra-se com outro importante pesquisador que voltou olhares para a temática bruxa, o historiador britânico Norman Cohn (1997), cujos argumentos desestruturam a tradição “murrayista” e discutem as proposições da construção de um imaginário eclesiástico no combate de opositores e dissidentes do Cristianismo. Em relação a Murray, cuja tese tornou-se extraordinariamente apreciada por pelo menos 40 anos desde sua publicação, Cohn salienta:

Margaret Murray no era historiadora de profesión, sino egiptóloga, arqueóloga y folklorista. Sus conocimientos de historia europea, incluso de historia inglesa, eran superficiales y carecía de un verdadero método historiográfico. En el campo especial de los estudios referidos a brujería, no parece haber leído las historias modernas de las persecuciones, y si la hubo leído, es evidente que no las asimiló.

Em seu livro *Los Demonios Familiares de Europa*, Cohn (1997) sugere que a bruxaria demoníaca constituiu uma construção eclesiástica no combate de opositores e dissidentes do Cristianismo. Seus argumentos sugerem que a caracterização de malignidade e perfídia imposta à bruxa ao fim do medievo e princípio do período moderno, consistia em um conjunto de elementos de diversas origens, derivados de uma representação presente desde a Antiguidade, e cujas acusações foram direcionadas às inúmeras minorias ao longo da história: aos cristãos, aos hereges, aos judeus, aos templários e, por fim, às bruxas. Segundo essa concepção presente na tradição literária e nos escritos dos teólogos e padres da Igreja,

[...] existía, en algún lugar de la sociedad, otra sociedad, pequeña y clandestina, que no sólo amenazaba la existencia de la macrosociedad sino que, además, era adicta en prácticas abominables, en el sentido de algo que repudia a la especie humana. (COHN, 1997, p. 11).

Tal concepção adquiriu maior complexidade ao longo dos séculos que sucederam a Igreja primitiva e constituiu-se como fundamental instrumento propiciador das grandes perseguições (COHN, 1997). Assim, todo o conjunto de acusações às quais estes supostos inimigos da Cristandade estavam submetidos compreendia nada mais do que uma construção que preconizava o expurgo dos resquícios das tradições populares e dos movimentos heréticos.

Destes argumentos, o autor levanta duas hipóteses principais a serem discutidas em seu estudo. De um lado, a bruxa representava um bode expiatório para um impulso

inconsciente e, de outro, a fé religiosa já estava perdendo parte de sua hegemonia gerações antes do aparecimento do ascetismo consciente e intelectual. Ambos os elementos viriam a propiciar o enfretamento dos resquícios da tradição popular com os dogmas eclesiásticos, unindo as reminiscências pagãs até então tidas como ilusórias ao culto demoníaco.

Em crítica aos argumentos de Cohn, o historiador italiano Carlo Ginzburg (1991) alega que, ao relacionar a imagem do *sabbat* a um estereótipo milenar direcionado contra as minorias, o autor desconsidera inúmeros elementos de origem folclórica, em um discurso destinado simplesmente a desestruturar as teses “murrayistas”.

No cenário acadêmico e historiográfico nacional temos Carlos Roberto F. Nogueira (2004) em seu estudo sobre as práticas mágicas no ocidente cristão. Em seu livro *Bruxaria e História*, nos propõe uma definição geral para a bruxaria como um fenômeno rural e coletivo que atua de forma passiva, haja vista que a opinião da coletividade é o elemento legitimador de sua existência. Segundo o autor, resquícios pagãos permaneceram junto ao Cristianismo mascarados sob formas sincréticas nas quais deuses eram convertidos em santos, enquanto os elementos impassíveis dessa assimilação eram transportados à esfera maligna.

Em *O Nascimento da Bruxaria* (1995), Nogueira defende que a cristianização da cultura europeia propiciou a construção de um sistema de conteúdos simbólicos que articulavam realidade e imaginado, no qual podemos observar profundas mudanças nos sistemas de representação. No seio da sociedade medieval, o eterno embate entre o Bem e o Mal “transborda a esfera do sagrado para pautar condutas e comportamentos cotidianos, servindo de explicação para a realidade e as desventuras vividas, para explicar impulsos incontrolláveis da carne, e para ensinar à *boa coletividade*, ‘ao rebanho dos fiéis’, onde se encontram Satã e seus agentes” (NOGUEIRA, 1995, p. 11). Assim nasceu a bruxaria demonizada ao fim do medievo e princípio da modernidade. O autor assenta sua origem em três fatores principais: na elaboração clerical da demonologia, na diabolização da mulher, e no temor ao fim dos tempos.

Nos argumentos do autor, o contexto medieval foi marcado por um duplo papel exercido pelas supostas “agentes do Diabo”. Neste sentido observa que:

Bruxas e feiticeiras constituíram-se nas intermediárias necessárias entre a realidade e a possibilidade, fornecendo os meios mágicos do entendimento ou da superação da existência mundana a uma coletividade que as teme, mas não pode prescindir delas. Aceitas e rejeitadas, a sociedade as acolhe ou as pune, na razão direta de seus sucessos ou desventuras, projetando nestas as responsabilidades das desgraças comunitárias, em uma tentativa de expiação da própria incapacidade de superação da contradição vivida (NOGUEIRA, 1991, p. 24).

Relativo destaque em seus trabalhos recebe depreciação da figura feminina e suas relações com a prática da bruxaria diabólica. Para o autor, a misoginia medieval, herança da Antiguidade Clássica e dos escritos dos Padres da Igreja, esforçou-se por descrever a mulher como símbolo do pecado e da perdição. Maligna em sua própria natureza tornava-se, por excelência, vítima do Diabo. Temia-se a mulher, pois temia-se a sexualidade. Dessa forma, os discursos religiosos difundidos a partir do século XIII, além de disseminarem o pânico em relação ao Demônio, consolidaram o arquétipo das malévolas bruxas (NOGUEIRA, 1991).

Considerações finais

É válido destacar certas problemáticas e dificuldades encontradas no que concernem aos estudos dedicados à representação da bruxaria no medievo cristão ocidental. Apesar de não constituírem obstáculos de cunho prático, haja vista o acesso aos principais documentos relativos ao tema em numerosas traduções aos idiomas modernos, as mesmas fontes apresentam apenas uma visão parcial dos fatos. Tratam-se de manuais, bulas e tratados redigidos por aqueles que se dedicaram a perseguir e estigmatizar à prática da bruxaria. Neste sentido, tende-se a lidar com o “silêncio das fontes”; local onde as bruxas não têm voz; não são representadas por si mesmas. Tal fato não permite identificar sua real caracterização, e sim apenas o modelo representativo de malignidade que lhe foi atribuído por seus algozes. Precisamente sobre este aspecto, salienta o historiador italiano Franco Cardini:

[...] que nunca será possível estudar as bruxas em si mesmas porque sua voz livre nunca chegou até nós, obrigados a estudá-las através dos documentos de teólogos e inquisidores. Indiretamente. O que vale, por fim, é que os clientes das bruxas são muito mais interessantes que as próprias bruxas. Porque as bruxas são, antes de mais nada, *consolatricesafflictorum*, vendedoras de sonhos e de ilusões de potência, de triunfo, de vitória, de vingança. E são bodes expiatórios dos maus pensamentos de uma sociedade cheia de desejos e de medo, de vícios e de impotência. A bruxaria triunfa quando não há esperança de outra redenção, nem social nem cultural. Eis porque a “caça às bruxas” foi uma grande tragédia. Não apenas para as bruxas (CARDINI, 1996,

p. 15).

Salientamos, contudo, que a análise documental e bibliográfica apresenta-se relativamente profícua aos estudos históricos sobre a bruxaria e os direciona para a identificação dos principais fatores que ocasionaram a demonização e marginalização das práticas mágicas na sociedade do ocidente cristão medieval.

Bibliografia

CARDINI, Franco. Magia e bruxaria na Idade Média e no Renascimento. **Psicologia USP**, São Paulo: IPUSP v.7, n.1/2, p. 9-16, 1996. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v7n1-2/a01v7n12.pdf>>. Acesso em: 14 abril 2011.

COHN, N. **Los demonios familiares de Europa**. Barcelona: Altaya, 1997.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, C. **História noturna**: decifrando o sabá. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MICHELET, J. **A feiticeira**. São Paulo: Aquariana, 2003.

MURRAY, M. **O culto das bruxas na Europa Ocidental**. São Paulo: Madras, 2003.

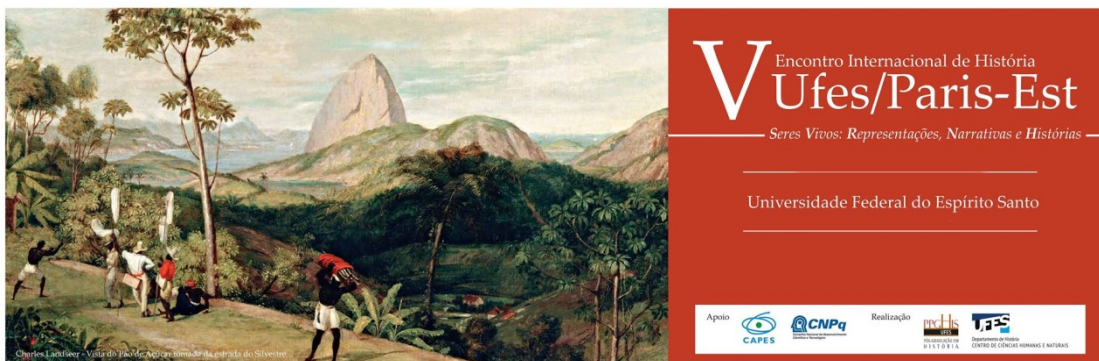
NOGUEIRA, C. R. F. **Bruxaria e história**: as práticas mágicas no ocidente cristão. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NORGUEIRA, C. R. F. As Companheiras de Satã: o processo de diabolização da mulher. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie IV, H.^a Moderna, t. IV, 1991, p. 9-24. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es>>. Acesso em: 16 de Agosto de 2010.

NORGUEIRA, C. R. F. **O nascimento da bruxaria**: da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes. São Paulo: Imaginário, 1995.

RUSSEL, J. B.; ALEXANDER, B. **História da bruxaria**. São Paulo: Aleph, 2008.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (Org.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.



ORIGENS DO MITO DO CRIME RITUAL: (SÉCULOS XI E XII)

Sergio Alberto Feldman

Pós-Doutor em História – UFES

RESUMO: Esta apresentação pretende analisar as origens da acusação de crime ritual contra os judeus, iniciada no século XII e mantida por cerca de oito séculos. No contexto das Cruzadas, judeus ameaçados por grupos populares incitados por pregadores, optam pelo sacrifício de sua família e de si mesmo, numa imolação em santificação do Nome divino. Na sequência em poucas décadas são acusados de matar cristãos para usos rituais e para a fabricação de pães ázimos. A intenção é entender o vínculo destes acontecimentos e a origem da acusação de crime ritual contra os judeus.

Palavras chave: Judeus; Santificação do nome de Deus; Crime ritual; Cruzadas; Mitos antijudaicos.

ABSTRACT: This presentation aims to analyze the origins of the ritual murder accusation against the Jews, which began in the twelfth century and continued for about eight centuries. In the context of the Crusades, Jews threatened by popular groups incited by preachers, decided to sacrifice his family and himself, a immolation in sanctification of the divine name. In sequence in a few decades they are accused of killing Christians for ritual purposes and for making unleavened bread. The intention is to understand the bond of these events and the origin of the ritual murder accusation against the Jews.

Keywords: Jews; Sanctification of God's name; Ritual murder; Crusades; Anti Jewish myths.

A vida judaica na Europa medieval cristã transcorreu em relativa tranquilidade no período carolíngio (sec. VIII e IX). Os imperadores Carlos Magno e Luis o Pio protegeram os judeus em seus domínios e envidaram esforços para que pudessem

desenvolver suas habilidades comerciais e artesanais. Muitas foram as queixas do episcopado nos espaços imperiais, se destacando aquelas feitas pelo bispo Agobardo da cidade de Lion (Lião) e por seu sucessor na mesma diocese, o bispo Amolon (840-852). As liberdades dos judeus que mais incomodavam o episcopado eram o tráfico e a posse de escravos, fato amplamente autorizado pelos imperadores. E também a fraterna convivência social entre membros das duas religiões monoteístas. Fica evidente que cristãos participavam das festas dos judeus e havia respeito e tolerância mútua.

O século X apresentou alterações deste panorama e estas continuaram no século seguinte. Um lento e gradual crescimento populacional, mesclado com a fundação ou repovoamento de cidades antes esvaziadas, fez aparecer novos elementos sociais, antes inexistentes. A escassez de terras férteis gerou dois tipos de efeitos: a) a busca de novas terras e a reciclagem e aproveitamento de terras até então consideradas não aptas; b) o surgimento de “sem terras”, a saber, filhos de camponeses que não poderiam ser absorvidos nos senhorios até então existentes e eram ejetados das propriedades rurais e formavam uma legião de desocupados em busca de alguma perspectiva para sobreviver.

Esta massa humana teve destinos diferentes. Alguns se lançaram na obtenção de novas glebas ou na reciclagem de terras não produtivas; outros se tornaram pequenos artesãos ou comerciantes nas cidades que renasciam; outra parte se engaja em pequenos exércitos de mercenários ou bandos de saqueadores e começam a pilhar localidades e propriedades. Isto gera desconforto e insegurança, ainda mais quando o poder centralizador das monarquias era todavia limitado.

A reforma eclesiástica: purificando a sociedade

A instituição eclesiástica que era a melhor organizada propõe-se a intervir. Neste período havia um movimento de reforma da Igreja que visava ordenar internamente a Igreja e externamente a sociedade. Um dos pontos que a Igreja se propôs a intervir foi no controle da violência e na inserção de um movimento centrípeto que levasse a guerra e a violência, para fora do sistema.

O conjunto deste movimento centrípeto pode ser denominado Paz de Deus. Determinam-se espaços sagrados ou protegidos: igrejas, cemitérios, conventos,

escolas e orfanatos. Intocáveis e sob a proteção de Deus. E determinam-se tempos sagrados ou preservados: dias santos, ou finais de semana largos, largos períodos antes e depois da Páscoa, Quaresma, Natal e muitos mais. Reduzem-se assim os tempos e os espaços que poderiam ser tocados pelas armas. Esta é a primeira etapa do projeto clerical no tema da violência

Na sequência destas mudanças o clero quer ampliar sua inserção na sociedade e tentar diminuir as intervenções de governantes laicos na Igreja como instituição e também nos bens clericais. Uma complexa e ampla mudança que começa principalmente a partir de um movimento surgido no seio do monaquismo beneditino: o movimento cluniacense ou reforma de Cluny. Cluny era inicialmente um mosteiro beneditino, que se expandiu a partir do início do século X e tentou consolidar as propostas que levantamos até aqui. Não há consenso historiográfico pleno sobre a real importância de Cluny na reforma da Igreja encetada entre os séculos X e XII, mas optamos por endossar a opinião da maioria dos historiadores e aceitar que a liderança das mudanças foi gestada pelo movimento cluniacense.

Analisar o conflito entre a Igreja e o Império foge aos propósitos de nossa reflexão, mas a tendência do final do século XI e início do século XII é que a Igreja começa a definir as pautas e demandas da sociedade medieval. Os controles do tempo e do espaço, do corpo e da mente dos fiéis, e da violência são alguns dos tópicos que a liderança clerical quer atingir.

A normatização da violência: a guerra santa

Na segunda etapa do projeto da Igreja, esta tende a tentar induzir a violência dos nobres e dos monarcas de dentro do sistema, para o exterior. Após sacralizar e 'pacificar' espaços e tempos, a alta hierarquia clerical envida esforços para canalizar as guerras intestinas, para fora da Europa cristã: direcionar a nobreza e os reis para a defesa da Cristandade, sacralizando as armas e a guerra.

Este movimento não foi simples e nem impediu que cessassem as lutas entre cristãos, visto haver interesses em conflito e motivações que a Igreja não conseguiu evitar. Ainda assim, trata-se de uma reviravolta e define a criação do cavaleiro cristão, do defensor da fé, da justiça e da verdade. Estes motes resignificam e geram representações novas ou recicladas da guerra.

O conceito de guerra justa de Agostinho de Hipona foi reinterpretado e considerado como base teológica e jurídica para uma versão de guerra santa, tendo em vista que os espaços sagrados da Cristandade eram originariamente ocupados pelo Império Romano do oriente, ou seja, a conquista muçulmana da região da Síria e Israel teria sido uma alteração violenta do *status quo* vigente no início do século VII. A *causa belli* justificativa ou pretexto para atacar se consolidava, e assim a Cristandade ocidental poderia direcionar a violência para fora do sistema, senão integralmente, pelo menos em parte.

Esta análise é simplista e não enfatiza outras motivações, tais como a busca de novos mercados, a necessidade de novas terras para os filhos não herdeiros da nobreza e muitas outras. Obviamente não aprofundamos esta perspectiva, pois se afasta de nossa proposta de reflexão.

A guerra santa não era um tema novo, mas sua nova configuração é ampla e complexa. O sistema estava se transformando. O excedente populacional poderia ser direcionado de maneira criativa e produtiva para o repovoamento de antigas cidades, a fundação de novas, o desenvolvimento de artesanato, comércio, e a geração de novas opções urbanas de trabalho. Ou também para a reciclagem de terras não aproveitadas, secando pântanos, cortando áreas florestais e gerando novas terras agricultáveis, ou se expandindo para fora do Ocidente medieval em busca de novos espaços que permitissem a ocupação e colonização, e aos excedentes populacionais sobreviver e progredir.

Esta última opção de expansão não é novidade: movimentos de povos diversos, já haviam ocorrido desde sempre. No Ocidente medieval era presente a memória das ondas invasoras dos povos germânicos que abalaram o império Romano do ocidente, a penetração de árabes e convertidos ao Islã no Mediterrâneo ocidental e na península Ibérica, e as incursões e estabelecimento de nórdicos em muitos espaços tais como a Sicília, a Normandia, a Islândia e o principado de Kiev. Agora o ocidente medieval que fora espaço invadido e diversas vezes parcialmente ou amplamente ocupado, estava invertendo o sentido do processo de migração, ocupação e colonização.

Um último grupo aparecia como gerador de insegurança e ameaça: uma parte dos excedentes populacionais se congregava, ora sob o comando de um nobre sem herança, ora sob a liderança de alguns marginais que criavam bandos de saqueadores e atacavam propriedades rurais, cidades e localidades que não fossem firmemente protegidas.

O sistema teria que redirecionar os excedentes populacionais, de dentro para fora, da Cristandade ocidental, para espaços periféricos e passíveis de serem ocupados ou reocupados. O que faltava seria uma liderança, um projeto e uma motivação. A Igreja reciclando e redirecionando o conceito de guerra santa e direcionando para o oriente, visando a “retomada dos espaços tomados de maneira injusta” pelos infiéis no século VII e até então ocupados pelo Islã, consegue motivar esta força humana para as Cruzadas.

Motivações oficiais ou oficiosas foram as derrotas bizantinas, em especial em Manzikert (1071) na qual os bizantinos foram arrasados pelos turcos seldjúcidas; ou as notícias oficiosas alimentadas por mitos e imaginário que havia perseguições e violência contra os peregrinos que tentavam chegar ao Santo Sepulcro em Jerusalém. A Igreja não desmentiu e nem oficializou estas narrativas, mas o baixo clero infundiu uma atmosfera de confronto que se relacionava com as perspectivas do Milênio, que não haviam se consumado nem no ano 1000 e nem em 1033.

Havia condições para a Igreja declarar no concílio de Clermont (1095/96) a perspectiva de uma cruzada que libertasse a Terra santa do jugo dos infiéis e canalizasse a profunda espiritualidade do século XI, os excedentes populacionais em uma guerra santa que almejava expandir a Cristandade ocidental. A era das Cruzadas começava e os infiéis eram seu alvo.

As cruzadas e os infiéis do ocidente medieval

A Igreja não queria efetivamente atingir os judeus que viviam no seio da Cristandade. Estes eram tolerados juridicamente no contexto imperial romano, sob a categoria de “*religio licita*”, ou seja, permitida por sua tradição e existência milenar. Tinham autonomia e, portanto, permissão de gerir sua vida comunitária, desde que respeitassem a ordem imperial.

O Cristianismo tardo antigo transitou entre a tolerância e a discriminação, mantendo uma mescla de ambas, na qual os judeus seriam tolerados, por seu papel na revelação divina. Na teologia cristã tardo antiga e medieval não havia uma proposta de violência física contra os judeus. Prevalencia a doutrina concebida por Agostinho de Hipona, pela qual os judeus seriam tolerados, na condição de minoria, com direitos, limitados e com certas barreiras separadoras em relação ao corpo da Cristandade e impedidos de fazer proselitismo, seja com escravos ou homens livres, com pagãos ou cristãos.

Ainda que fossem considerados “cegos”, incapazes de compreender a verdade cristã, seriam autorizados a viver nos domínios da Cristandade, pois eram instrumentos de Deus. Seu erro e cegueira serviriam de exemplo e modelo, para que os fiéis vissem a sua degradação e humilhação, como resultantes de sua teimosia e obstinação. No final dos tempos, na segunda vinda de Cristo poderiam ser perdoados, se seus olhos se abrissem em tempo e se convertessem. Os obstinados arderiam nas chamas do inferno. Nas imagens medievais de Juízos finais há sempre pelo menos um judeu, sendo levado pelos demônios para arder no fogo infernal.

Estas imagens são já produto do desenvolvimento das relações cristãs judaicas que analisaremos, nesta comunicação/artigo. O conceito é tardo antigo, mas as imagens são criadas a partir dos séculos XII e XIII e recriadas desde então sem cessar. Aos judeus haveria poucas saídas: reconhecerem a verdade cristã até o limiar do Juízo final e se salvarem, ou se persistissem no “erro”, serem levados ao inferno e queimar na eternidade.

O alto clero conhecia esta posição e não a desrespeitou, de certa maneira, por todo o período das Cruzadas. O papado, o episcopado, e os abades dos mosteiros não propunham e nem incitavam ao povo iletrado que fizesse uso de violência, seja matando os judeus, seja os obrigando a se converter ao Cristianismo.

As relações entre judeus e cristãos no ocidente medieval já eram tensas desde o início do século XI. A expectativa do Milênio, no limiar do ano 1000, não se consumara. Não ocorrera o Juízo final e a volta de Cristo não havia se dado. Uma nova onda de fé e expectativa messiânica volta a ocorrer nas proximidades de 1033, que seria mil anos da crucifixão de Jesus. Este momento passou e nada se alterou.

Na religiosidade popular a situação precisava ser explicada e gerar novas expectativas e confiança na redenção.

Os monges e os padres (baixo clero) se encarregaram de devolver as esperanças e buscar elementos explicativos para a manutenção da fé popular. Um movimento de circularidade de ideias começava a ser gestado e mesmo se no topo (cultura erudita = alto clero) houvesse moderação e uma atitude tolerante em relação aos judeus, na base (cultura popular =povo e baixo clero) havia muito rancor e tensão com os judeus. Sua presença no seio da Cristandade e sua descrença em Jesus Cristo eram a explicação mais plausível e de fácil entendimento para justificar a “não vinda” do Redentor, já que havia contaminação dos infiéis que se misturavam aos fiéis, em pleno coração da Cristandade.

Evidentemente esta explicação de cunho religioso, não elimina a existência de outros tipos de tensões existentes entre cristãos e judeus. O crescimento urbano e comercial trouxe conflitos de interesses entre os novos habitantes das cidades, com os filhos de Israel, geralmente estabelecidos em cidades antigas e que ocupavam funções de comerciantes, artesãos e prestadores de serviços administrativos (cobrança de taxas aos nobres e ao clero) nos espaços urbanos. As relações alternam bons momentos com tensões, em breve transição e por vezes subitamente.

Os assim denominados “burgueses”⁵⁸² interagem com os judeus: ora conflitam com eles pelas funções comerciais, ora almejando estabelecer algum negócio, tomam empréstimos, visto não ter capital e os judeus terem se deslocado ao empréstimo (leia-se usura), após serem ejetados do comércio. Estas interações começam a ser tensas e gerar choques.

Parte dos conflitos é pelo espaço comercial tradicionalmente ocupado pelos judeus no período merovíngio e carolíngio. Os comerciantes cristãos se organizam gradualmente em sociedades ou guildas e obtém dos senhores laicos ou eclesiásticos o monopólio do comércio nas cidades e nas grandes rotas. Ejetados do comércio, os judeus se dedicam ao empréstimo de dinheiro.

⁵⁸² Este termo está evado de ideologia, mas optamos por ele apenas para dizer que se tratavam dos novos habitantes dos burgos, ou seja, das novas e antigas cidades.

Esta função é fonte de amplos problemas. Os judeus não se dedicam a ela por escolha, mas por falta de escolha. Excluídos do comércio e impedidos de exercer a maior parte das formas de artesanato, lhes resta poucas opções. A mais evidente é usar os recursos de capital obtidos no comércio e direcioná-los para o empréstimo. A lei bíblica não permitia os juros e os considerava uma negação da lei divina. Sem saída, os rabinos liberam os juros aos não judeus.

Os comerciantes necessitam do capital e se direcionam aos judeus que os possuem. Sendo a lei bíblica contrária a usura, os rabinos obtêm nesta um espaço para exceções. O texto bíblico diz que não se deve emprestar com juros, a teu irmão. Isto implicaria que um judeu, não pudesse cobrar juros de outro judeu, mas poderia fazê-lo de um cristão.

O fato é que não se trata de uma simples discriminação, mas essencialmente uma necessidade de mercado (da parte do cristão) e da necessidade de uma opção de trabalho aos judeus que já não tinham quase maneiras de sobreviver. Explica-se esta afirmação pelo fato dos judeus não poderem ter escravos e nem servos (não poderiam fazer agricultura desde o início do medieval), não poderem trabalhar no comércio e artesanato. A flexibilização das normas relativas aos juros é uma tentativa dos judeus de sobreviver no ocidente medieval.

A Igreja não assumiu esta postura flexível em relação aos juros senão séculos depois e de maneira contraditória, achará fórmulas que ora condenam, ora toleram, mas que mantém a associação dos juros com o pecado. O (re) nascimento do purgatório é a válvula de escape, para reintegrar os comerciantes e seus lucros, e os banqueiros cristãos e seus juros, ao corpo da Cristandade.

Isso é tema de muitos estudos e reflexões entre os quais duas obras de Jacques Le Goff (1981; 1998) iluminam um pouco, inicialmente a visão da conexão dos juros com o pecado capital da usura, e depois gradualmente a reinserção do lucro e dos juros, numa rotina social, e apesar de considerá-los pecaminosos, integrados na vida cristã medieval. O banqueiro cristão poderá ser salvo através de missas mandadas rezar por seus herdeiros, e a construção, seja de obras de caridade, ou seja, de obras que servissem a Deus, tais como capelas e catedrais.

Os judeus e seus juros não terão esta complacência. Não se criará a possibilidade de reintegração e de perdão por seus pecados. O olhar cristão dos séculos XII e XIII em relação aos juros judaicos é radicalmente negativo. A associação dos judeus com as forças demoníacas é lenta e gradualmente construída. E nunca mais deixará de ser lembrada e discriminada no que se configurará como um fenômeno de longa duração. Nunca mais se libertou o judeu desta demoníaca relação com juros, usura e poder econômico. Reaparece, reciclada no antissemitismo moderno. E de maneira nada casual até no imaginário do antissionismo contemporâneo, numa longa duração.

Assim sendo percebemos motivações de cunho religioso, e cunho sócio econômico no contexto anterior as matanças dos judeus nas Cruzadas. Há uma mescla de motivações, mas elas diferem de acordo a grupos e espaços.

No que tange a cultura erudita, inserida no corpo do alto clero, não há intenção de atingir nem fisicamente e tampouco pressionar os judeus à conversão forçada. Neste segmento segue válida a doutrina agostiniana de que os judeus são uma prova viva da verdade cristã, por estarem dispersos e submetidos por toda a Cristandade, inferiorizados e humilhados, mas não exterminados. Os bispos, além disso, eram tanto senhores eclesiásticos, quanto senhores laicos, pois possuíam terras, bens e os judeus lhes prestavam preciosos serviços. Não era sua intenção ferir, lesar, ou cometer qualquer tipo de violência contra os judeus.

As cruzadas e os judeus – radicalização e martíriologia

O período das Cruzadas ocorreu numa fase de expansão da Cristandade, na qual o crescimento demográfico gerou excedentes populacionais que foram marginalizados e alocados na periferia do sistema. Uma parte desta população buscou e encontrou novos espaços e novas ocupações, mas outra parte se tornou um grupo problemático, para a manutenção da estabilidade social.

Com a conclamação pontifical da primeira cruzada, houve um breve período de preparação e de tentativa de organização de alguns setores da nobreza que culminou no movimento que gerou a primeira Cruzada. Em paralelo setores de baixa nobreza começam a buscar os infiéis que vivem no seio da Cristandade.

Falbel (2001) analisa as crônicas judaicas das cruzadas. Um fato inédito ocorre neste contexto: após a tradicional conclamação do papa Urbano II (1095), há níveis diversos de organização. Nobres se organizam para lutar e recuperar a Terra Santa. Em paralelo aos grandes nobres, turbas de camponeses, desocupados e marginais irrompem nas cidades, lideradas por pequenos nobres e incentivados pelo baixo clero e querem converter à força os judeus, afirmando que havia infiéis no ocidente cristão e se deveria ou convertê-los ou exterminá-los purificando a Cristandade. Há sério risco à integridade dos judeus, tanto no sentido econômico, quanto no sentido físico.

O alto clero não mancomunava com esta perspectiva de violência. Os bispos, na condição de senhores de terras e de cidades, têm nos judeus, um elemento fundamental para a economia dos bispados. A força da turba é maior que a vontade do episcopado e o grupo de “pseudo cruzados” avança em direção às cidades, nas quais havia comunidades em toda a região da Renânia. Tentam atacar as cidades de Colônia e Mogúncia (Mainz). Neste momento há intervenção de alguns elementos, inclusive Pedro o Venerável que recebera ajuda em alimentos dos judeus franceses e envia uma carta sugerindo clemência e ao mesmo tempo, é paga uma propina e os cruzados não atacam nem as cidades e nem os judeus (SCHWARZFUCHS, 2005).

Os cruzados mudam de direção e alguns pequenos nobres semi arruinados se colocam na liderança e investem sobre Espira (Speyer). O bispo local tenta concatenar um acordo ou algum tipo de defesa de “seus judeus”. O poder da massa é maior e começam a ocorrer ataques, nos quais se oferece aos judeus a opção da conversão. Por fim os cruzados tentam invadir a sinagoga local e são repelidos, mas começam a prender judeus nas redondezas e oferecem para eles a opção da conversão ou da morte. Uma mulher que caíra prisioneira, se recusa a converter e inaugura a morte pela “santificação do nome divino” ou *KidushhaShem* (SCHWARZFUCHS, 2005).

Os judeus já precavidos dos riscos imediatamente optam pelo caminho do martírio. A maioria dos judeus, da região do oeste do Império Germânico, não aceita se converter e nem permite a seus familiares esta opção. Os cruzados se dirigem de cidade em cidade e colocam aos judeus a opção de conversão ou morte. Os judeus

preferem geralmente a morte, mas se precaviam diante da possibilidade que crianças e mulheres fossem convertidas após a morte dos pais e/ou maridos. Os cruzados voltam a Colônia e Mogúncia e há uma profusão de sacrifícios e mortes. Repetem isto em muitas das cidades e os mártires se imolam após sacrificar sua família inteira.

A atitude da minoria hostilizada é utilizar dos instrumentos de abate ritual de animais, e como se fosse um sacrifício no templo de Jerusalém (que já não existia há quase mil anos) executar um a um, todos os elementos da família e depois se autoimolar. Os números de sacrificados que Falbel considera são elevados: só em Mogúncia morreram mil e trezentas pessoas, de acordo com o relato da crônica de rabi Salomão bar Sansão:

Agora não devemos tardar mais, pois os inimigos já estão se aproximando de nós. Apressemo-nos e sacrifiquemo-nos como holocausto a Deus. E todo aquele que tiver uma faca examine-a e verifique para que não esteja com falhas, e degole-nos para que santifiquemos o Nome de Deus, o Eterno, depois degole-se a si mesmo, pela sua própria garganta, ou enterre a faca em seu próprio abdômen [...]. E muitas pessoas tomaram coragem e sacrificaram suas esposas e filhos. (RABI SALOMÃO BAR SANSÃO, Crônica, In FALBEL, 2001, p. 84)

A crônica de Eliezer bar Nathan confirma, dizendo que:

Mulheres, tomadas de coragem, sacrificaram seu filhos e filhas. E também pessoas mais frágeis criaram coragem, sacrificaram seus filhos e filhas e a si mesmos. A delicada e bela mãe sacrificou a criança de sua alegria. (RABI ELIEZER BAR NATHAN, Crônica, In FALBEL, 2001, p. 129)

A autoimolação e o sacrifício coletivo chocaram até os saqueadores e esta tragédia pode ser vista de múltiplas maneiras. Uma das vertentes explicativas, diz que havia uma expectativa messiânica muito forte, tanto do lado cristão com o Milênio que não se consumara, quanto do lado judaico. Os que foram sacrificados neste contexto estavam sendo imolados como mártires da fé e seriam redimidos na era messiânica que se aproximava. Alguns autores acreditam que esta atitude tem íntima relação com a acusação de crime ritual, que se iniciará em meados do século seguinte (YUVAL, 2006). As razões seriam entre outras: os judeus não se apiedavam de suas próprias crianças e as sacrificavam; os judeus não temiam se imolar em prol de suas crenças. Voltaremos a esta reflexão no trecho final deste artigo.

O termo utilizado pelos cronistas judeus que relataram os fatos nas décadas posteriores foi santificação do nome divino em hebraico *Kidushha Shem*. Este termo

não seria uma expressão nova. Maccoby (1984/1985, p. 31) reflete e explica que o termo se referia à pureza sacerdotal e começa a ser desenvolvido no livro do Levítico, no código sacerdotal que define questões de pureza e as condições pelas quais os que adentravam os recintos sagrados, seja do Tabernáculo, no deserto ou no período dos Juízes, seja do Templo de Salomão. As regras são rígidas e as proibições sejam de limpeza física (nenhum resquício de sangue e nem de esperma), sejam de limpeza espiritual que exigia valores morais elevados, dedicação a Deus e pleno respeito a sua Lei. O autor explica que os místicos já haviam aplicados estes conceitos e os ampliados para transcender a condição terrena e ainda em vida poder ascender aos níveis elevados dos “*eichalot*” os palácios que se elevam de cima para baixo na direção do Criador e de sua corte celestial. Diz: “[...] *To enter the heavenly palaces, the mystic had to be in a even purer state then to enter the earthly Temple*” (MACCOBY, 1984/1985, p. 31).⁵⁸³

A adequação do conceito ao momento analisado é complexa, mas percebemos que há uma tensão dialética entre as duas religiões: o Cristianismo está em ascensão, o Papa superava o Imperador e o Judaísmo segue sendo acuado e pressionado. Os judeus no Império e nos reinos do norte da Europa eram moderadamente integrados nas sociedades, que os cercavam. A resistência dos judeus é um ato que integra uma fé plena e uma identidade em desespero diante da pressão. Isso mudava os padrões até então estabelecidos.

Os discursos que serão construídos a partir desta tragédia são opostos. A condição tradicional de mártires que era parte do modelo cristão de santidade, e que fora intensa nos séculos de confronto com o Império Romano, especialmente sob os imperadores do século III, tais como Décio e Diocleciano (SILVA, 2006), passava agora aos judeus. Os novos mártires eram os teimosos, cegos e incrédulos judeus. Os judeus que sobrevivem e assistem a resistência e a tenacidade dos que se autoimolam elaboram uma representação deste sacrifício e constroem uma aura de pureza e santidade em torno de sua comunidade, como um mecanismo de resistência.

⁵⁸³ Para entrar nos palácios celestiais, o místico deveria estar num estado de pureza, ainda superior, do que para entrar no Templo terreno. (Tradução nossa)

O que se lê e se percebe nas entrelinhas das crônicas é uma frágil condição judaica. Há tanto uma mortandade enorme, quanto elementos que assustados com a violência, optam pela apostasia e abandonam, mesmo se não convencidos, a fé de seus ancestrais. A documentação rabínica mostra que mesmo não havendo uma conversão em massa como virá a ocorrer, na Península Ibéria em 1391 e durante o século XV, há uma porcentagem, não desprezível de convertidos. Katz (1961/1983) aponta que os rabinos legislam para evitar dificuldades aos que tivessem se convertido e optassem por retornar ao Judaísmo quando o imperador germânico Enrique IV em longa contenda com os papas (ou antipapas), que neste momento seria Clemente III, abriu esta opção em 1098 contrariando a Igreja que considerava o batismo irreversível (SCHWARZFUCHS, 2005).

Katz (1961/1983) diz entre outras afirmações que, de acordo a maioria dos rabinos do período, o batizado à força seguia sendo judeu, mesmo se “contaminado”, como se fosse um judeu pecador que por seu batismo, não perderia a sua identidade e nem sua condição judaica. Resistir de todas as maneiras e sacralizar cada gota de sangue vertido, como foi feita nas crônicas faz da escrita da história, um mecanismo de resistência. Isso também ocorre nas elegias e orações feitas pelos que sobrevivem em homenagem aos mártires.

Nos trechos bíblicos do quase sacrifício de Isaac (Genesis, c. 22) e no do sacrifício da filha de Jefté (Juízes, c. 11) em toda a legislação talmúdica está claro que o Judaísmo não aceitava sacrifícios humanos, nem de judeus e nem de não judeus. No período analisado surge uma nova atitude que contradiz toda a tradição judaica e não tem embasamento na Lei. O pacto entre Deus e o povo eleito era para ser honrado e ele definia a negação de sacrifícios humanos. No momento das Cruzadas há uma mudança drástica de atitude.

Maccoby (1984/1985) reflete que há diversas percepções desta novidade. Há na resistência à conversão uma sacralidade que perpassa todos os valores elevados da religião. O sangue do pacto que era vertido na circuncisão poderia agora ser vertido em honra de Deus, apesar das leis que sugeriam que a vida transcende a tudo. As situações que gerariam exceções ao princípio que a vida precede como valor máximo seriam: a) para evitar cometer crimes sexuais, tais como o incesto; b) para não cometer homicídio contra pessoas inocentes; c) para não idolatrar. Nestes

casos era preferível morrer, pelas mãos de algozes, pela pureza da fé e pela unidade de Deus. O caso estudado se insere na terceira categoria: romper com o pacto e servir outra religião seria um caso de idolatria na percepção dos judeus.

Numa categorização definida por Maccoby (1988/1989) percebemos que há níveis de construção neste contexto: 1) Os mandamentos divinos são parte de um pacto que deve ser obedecido pelos fiéis, e desobedecê-los, configuraria um crime de lesa majestade; 2) os judeus seriam o povo eleito e uma coletividade de sacerdotes pura, que se contaminada geraria uma sensação de descrédito no Deus verdadeiro, portanto seria melhor morrer pela fé; 3) no nível superior estaria o próprio sentido da história, na percepção religiosa judaica, pois a moral religiosa e a pureza do corpo de fiéis eram o pilar do mundo, e negá-los aceitando a conversão era negar o sentido da existência do mundo. O amor ao próximo e os valores morais eram importantes no Judaísmo medieval, mas o amor a Deus o superava em importância e não nega-lo numa situação extrema, na qual se trocava a vida pela apostasia, era morrer mantendo a sacralidade do povo e de sua relação com Deus.

Oposto a percepção de Maccoby temos outro pesquisador israelense e egresso de um meio tradicional ortodoxo que numa polêmica análise ousou negar a atitude dos judeus que se imolaram, como um simples martírio e um gesto de resistência. Israel Jacob Yuval (2006) escreveu em hebraico e posteriormente traduziu em inglês e francês uma obra que gerou críticas e discussões. Em resumo para ele, o *KidushhaShem*, não era apenas um mecanismo de identidade e de resistência, para impedir conversões forçadas, mas continha também um forte ressentimento contra os “não judeus”, leia-se os cristãos que oprimiam os judeus.

Os judeus, segundo Yuval, numa percepção messiânica e escatológica, estavam provocando ou conclamando a intervenção divina, que viria acudir seu povo, diante do derramamento do sangue de seus mártires e apressaria o tempo do envio do Messias. Assim os judeus se “vingariam” de seus opressores cristãos e suscitariam a redenção, deixando de ser vítimas passivas dos dominadores e invertendo as posições (2006).

O ódio aos opressores, segundo as análises de Yuval, é percebido, seja nas crônicas dos massacres, seja nas elegias fúnebres (*kinot*) ou nas orações que são

criadas neste período, seja nos comentários rabínicos. Há uma forte concorrência entre as duas religiões que interagem, ora de maneira pacífica, ora como nesta vez, de maneira tensa. O povo eleito teria sua condição restaurada e pelo mérito do sangue vertido, obteria a redenção e a chegada do “verdadeiro Messias”. Yuval (2006) não nega o martírio e nem a situação difícil dos judeus neste período, mas reinterpreta a sua motivação e seu significado. O ódio e a vingança são motivadores deste sacrifício coletivo.

Yuval percebe as interações entre as duas religiões e como estas se influenciam mutuamente. Não considera que havia uma separação entre elas e ampliando as teses de Katz (1983) percebe que há conhecimento das teses da outra religião e respostas são inseridas nas tradições de cada uma delas visando neutralizar as teses da outra.

Percebemos que há outros aspectos a analisar. A inversão de posições a nosso ver gera preocupação dos cristãos. Os judeus passam a ocupar a posição de mártires e vítimas dos poderosos. A Igreja estava no auge da assim denominada Reforma Gregoriana e se encaminhava para um período de auge político no qual as dissidências ou a alteridade seriam devidamente cerceadas ou controladas, a partir do III e IV concílios lateranenses.

A condição de mártires dos judeus, na percepção cristã, era preocupante. Há uma inversão de posições. Yuval sugere que há apropriações bilaterais. Os símbolos do “outro” são reinventados e reconstruídos de maneira a se apropriar deles e neutralizar o símbolo do oponente. Primeiro retirar a santidade dos símbolos e depois reconstruir dentro de sua própria religião: “[...] to adopt the Christian language and to ‘Judaize’ it, as if to say, ‘ours is greater than yours’ thereby to expropriate and take control of the opponent’s symbols [...]” (YUVAL, 2006, p. 203).⁵⁸⁴

A internalização da sua condição de mártires é percebida quase um século depois na terceira cruzada, quando nas ilhas Britânicas ocorrem novos ataques aos judeus, principalmente em York. Goldin analisa este momento e conclui que a motivação dos que atacavam era ‘limpeza de arquivo’, ou seja, recolher e destruir documentos e promissórias assinadas com os judeus e não pagar suas dívidas. Faz uso da crônica

⁵⁸⁴ “[...] adotar a linguagem cristã e ‘judaizá-la’, tal como se dissesse que ‘o nosso é maior que o vosso’, assim expropriando e tomando posse dos símbolos do oponente”. [Tradução nossa]

de William de Newburg que enfatiza que o movimento era liderado e composto por nobres endividados com os judeus e que queriam se livrar das dívidas. Isso não impediu que os judeus realizassem os seus rituais de santificação do nome divino e coletivamente matassem suas famílias, queimassem seus bens e se matassem (GOLDIN, 2008).

Goldin também compreende, como nós, que não havia campanhas de conversão dos judeus. Havia iniciativas de elementos ou de pequenos grupos. A percepção teológica cristã ainda era de embasamento agostiniano e nesta os judeus se converteriam no final dos tempos, mesmo se não fossem todos, pelo menos um número elevado o faria. Campanhas de conversão se iniciariam com Inocêncio III, na virada do século XII para o século XIII, tendo os mendicantes como o grupo que envidou esforços neste âmbito (GRAYZEL, 1966). O século XI e a maior parte do XII a política papal envidou esforços para proteger os judeus da violência e dos massacres (FELDMAN, 2012). Esta não foi a percepção dos judeus. As crônicas e os comentários dos rabinos revelam uma percepção de uma forte campanha para converter os judeus, que emanaria da cúpula da Igreja. Seria algo organizado e não espontâneo. Dai o desespero em resistir e morrer pela santificação do nome divino. Era um momento transcendente e escatológico.

O crime ritual e os mitos antijudaicos

No século XII, ainda no período das Cruzadas, começam a aparecer acusações de crime ritual. Crime ritual seria o sacrifício de cristãos, por judeus para celebrar um rito, seja imolação pura e simples, seja a utilização de sangue para magia, e principalmente para fabricar pães ázimos (*matzot*). Como sabemos, os judeus tem repúdio ao sangue e nas leis dietéticas elaboram normas de abate de animais para consumo de sua carne, nas quais se retira o sangue do mesmo. A proibição de consumo de sangue é rígida no Judaísmo.

Alguns papas advertiram para este fato e mostraram as leis bíblicas, mas a compreensão popular e as pregações do baixo clero se propagam. Para os judeus, o simples contato com o sangue menstrual, mesmo se for da própria esposa, é um contágio grave. A *mikve*⁵⁸⁵ é obrigatória à mulher após o ciclo menstrual e ao

⁵⁸⁵ Banho ritual de purificação.

homem após a ejaculação, seja numa relação, seja numa poluição noturna. Sangue e espermatozoides se assemelham na percepção medieval, seja judaica ou cristã. O sangue não pode ser consumido e nem se pode tocá-lo, de acordo ao Judaísmo. Comer sangue é o oposto de toda a Lei judaica: nega a *Torá* e a essência do Judaísmo. Criar este mito é uma inversão medieval cristã.

O crime ritual aparece no reino da Inglaterra na metade do século XII. O primeiro é declarado como tendo ocorrido em Norwich em 1144, sendo a vítima, que nunca foi encontrada, canonizada: Guilherme de Norwich é santificado e tem uma crônica medieval em seu nome. O “The life and passion of S. William of Norwich”, tende a recomençar a criar mártires cristãos. Os crimes rituais não cessaram de ser denunciados e sempre havia graves falhas jurídicas, faltas de provas, denúncias forjadas e réus devidamente torturados.

Moore (2007, p. 34), analisando a documentação e a crônica, entende que há uma construção realizada posteriormente. A morte de William é analisada pelo xerife (sheriff) de Norwich que apesar das alegações da mãe e do tio de William que o jovem havia sido torturado e assassinado pelos judeus, não encontra evidências e não os responsabiliza. Seis anos mais tarde um novo xerife é eleito e revê o caso, pois há inúmeros depoimentos de milagres. O culto de William gerou seguidores e muitas obras de arte religiosa e referências em obras posteriores.

Este tipo de acusações já havia sido feito aos judeus por Demócrito um escritor helenizado que declarou que os judeus aprisionavam um gentio e o mantinham por sete anos num claustro no templo de Jerusalém, após o que o sacrificavam a seu Deus. Apion, que já citamos manteve o conteúdo, mas reduziu o tempo para um ano (TRACHTENBERG, 2001). O mito foi repassado aos cristãos por intelectuais pagãos nos séculos I a III. Usualmente se costuma demonizar a alteridade e se outorgar ao ‘outro’ uma gama de defeitos e malignidade que o aproxima de demônios. Por isso nossas reflexões seriam no sentido de entender a construção desta representação sobre os judeus e não analisar juridicamente os fatos e a inveracidade dos juízos e provas.

Yuval considera que há uma íntima relação entre o martírio judaico na primeira cruzada com a acusação que ocorre algumas décadas depois. A diferença para ele

seria que num caso os judeus abatem seus próprios filhos e noutra os filhos de cristãos. Sendo um inimigo tão radical dos cristãos, que sacrifica seus próprios filhos para fazer mal ao adversário, o que não faria com os filhos deste? Diz Yuval (2006, p. 164): “The only difference between the ritual murder libel and martyrdom lies in the question of whom the Jews kill: their own children or those of the Christian”.⁵⁸⁶

Yuval considera que há uma inversão do martírio que o torna uma prova da absoluta disposição judaica de combater a Cristandade a todo custo, mesmo se for a morte de seus entes queridos. Já o crime ritual seria uma espécie de vingança escatológica, a partir da percepção exegética cristã. Para Yuval estas inversões também consolidam outras percepções bilaterais da maldade do “outro”, para ambos os lados.

Bennett Gillian (2005) considera que o criador do mito seria o cronista clerical William de Monmouth, um monge de Norwich que deu continuidade a um processo mal elaborado, que analisou a morte do jovem William em 1144. O autor considera a ‘estória’, uma lenda perfeita, sob a ótica do folclore. Apresenta os eventos com confiança total e sem provas ou fontes, e de maneira “estranha” foi aceita como história. A lenda obscureceu outras fontes possíveis que não sobreviveram, daí o imaginário ser construído como realidade.

Jeffrey Cohen (2004) analisa a narrativa através da perspectiva da construção de identidades nas ilhas Britânicas assoladas por mais uma invasão. Depois da irrupção dos anglos, saxões e jutos no período tardo antigo; dos dinamarqueses na alta idade Média, vemos a invasão normanda em 1066 criar uma divisão e certo conflito entre os invasores e os locais. O lento processo de aproximação e de amalgamento entre normandos e bretões foi bastante romanceado em obras do romantismo do século XIX, como as de sir Walter Scott, ou através de personagens literários como Robin Hood. De acordo a Cohen há na obra de Monmouth a construção de uma alteridade judaica para propiciar a construção de uma identidade inglesa.

O mártir de Norwich se insere numa cadeia de representações que após a expulsão dos judeus em 1290, se voltou para a elaboração de outras alteridades, como a dos

⁵⁸⁶A única diferença entre o libelo decriminatório e o martírio está na questão de quem os judeus matam: seus próprios filhos ou aqueles do cristão. (Tradução nossa)

escoceses ou dos irlandeses que seriam ora não civilizados, ora mal cristianizados, ajudando a gerar a definição de uma identidade inglesa. Cohen (2004, p. 28) afirma que o mártir ajuda a suturar a feridas da conquista normanda, com sua origem bretã e seu nome normando e se torna um santo venerado neste período. Cataliza através de sua veneração a diversidade cultural e étnica dos grupos locais com os invasores.

A acusação de crime ritual ou libelo de sangue se expandiu para o continente imediatamente. Moore (2007, p. 35) calcula que no medievo houve pelos menos uma centena e meia de casos de acusações, quase todos resultando em punições e morte dos judeus. O autor cita Wurzburg (1147) no Império Germânico; Blois (região do Loire, França em 1171) na qual cerca de trinta e um judeus foram enforcados pelo conde local; o rei francês Filipe Augusto executa oitenta judeus em 1191 em BraysurSeine.

O libelo de sangue se espalha e mantém-se na Europa apesar de que papas o negassem e insistissem que os judeus tinham repúdio ao consumo de sangue e o imperador Frederico II, inimigo do papado, fizesse inquéritos e estudos e afiançasse que isto era uma falsidade. O ultimo caso de libelo de sangue levado a tribunal foi na Rússia Czarista no final do século XIX, o chamado caso Beilis em que após mandar o acusado à prisão, acabou por inocentá-lo quando o verdadeiro criminoso foi encontrado e confessou. Um fenômeno de longa duração que se manteve entre o ocidente e o oriente europeu por quase um milênio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHEN, Jeffrey C. The Flow of Blood in Medieval Norwich. **Speculum**. v. 79, n. 1 (Jan., 2004), p. 26-65

FALBEL, Nachman. **Kidush Hashem**: crônicas hebraicas sobre as Cruzadas. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FELDMAN, Sergio Alberto. A atitude papal em relação aos judeus no início do século XIII. In: **Web Mosaica**. Porto Alegre: v. 4, n. 1, (2012, jan-jun), p. 20-39.

FLANNERY, E.H. **A angústia dos judeus**: história do antissemitismo. São Paulo: Ibrasa, 1968.

GILLIAN, Bennett (2005) Towards a Reevaluation of the Legend of “Saint” William of Norwich and its Place in the Blood Libel Legend, **Folklore**, 116:2, 119-139

GRAYZEL, Solomon. **The Church and the Jews in the XIIIth century**. New York: Hermon, 1966. (Coletânea de fontes sobre o tema).

GOLDIN, Simha. **The ways of Jewish martyrdom**. Turnhout: Brepols, 2008.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KATZ, Jacob. **Exclusiveness and tolerance**: studies in Jewish-Gentile relations in medieval and modern times. New York: Behrman House, 1983 (1961).

KRIEDEL, Maurice. Judeus. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: Edusc, 2006. p. 37-53.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: a usura na idade média. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____ Onascimento do purgatório. 2. ed., Lisboa: Estampa, 1981

MACCOBY, Hyam, Kiddush ha-Shem, **European Judaism**, v. 18, 1(1984/1985: winter), p. 31-34.

MOORE, Robert Ian. **The formation of a persecuting society**: authority and deviance in Western Europe 950-1250. Oxford: Blackwell, 2007

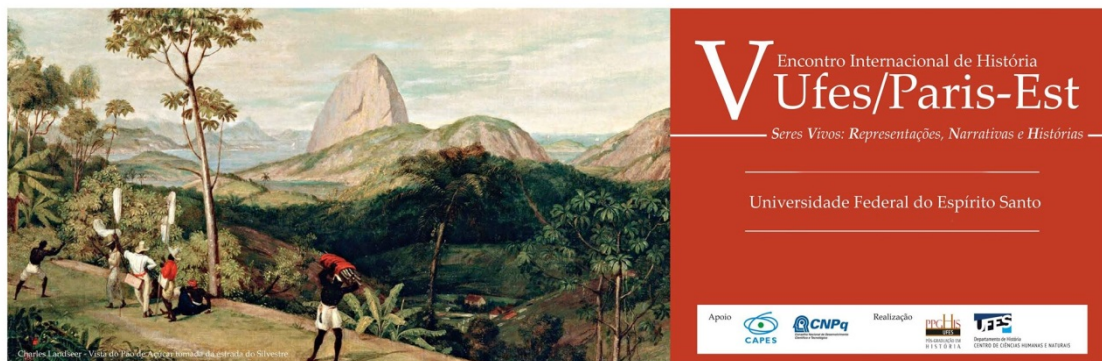
POLIAKOV, L. **De Cristo aos judeus da corte**: História do antissemitismo I. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARZFUCHS, Simon R. Verbete: Crusades. In: **Encyclopaedia Judaica**. 2. ed. , Detroit: Keter; Gale Thompson, 2005. v. 5, p. 310-314.

SILVA, Gilvan Ventura. Relações Estado/Igreja no Império Romano (séculos III-IV). In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Vitória: Edufes, 2006.

TRACHTENBERG, Joshua. **The devil and the Jews**: the medieval conception of the Jew and its relation to modern anti-Semitism. Skokie (Illinois, USA): Varda, 2001 (primeira edição, 1943)

YUVAL, Israel Jacob. **Two nations in your womb**: perceptions of Jews and Christians in late antiquity and the middle Ages. London; Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2006



**QUE DEUS GARDE A VOSSA MERCÊ: AS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE OS
MINISTROS DO REI E AS AUTORIDADES LOCAIS DA CAPITANIA DO ESPÍRITO
SANTO, 1788 A 1799.**

Thiara Bernardo Dutra

Mestranda em História – UFES

RESUMO: A partir das duas últimas décadas do setecentos o Espírito Santo assistiu a preparação para um tempo de mudanças que contribuiu com o seu desenvolvimento no oitocentos. Através de uma maior comunicação, o governo metropolitano concedeu aos poucos a autonomia política, administrativa e militar às autoridades governamentais da capitania capixaba. A análise da documentação, a saber, as Correspondências e Atos do Príncipe Regente, permitiram observar que as mudanças políticas da monarquia portuguesa, ao longo da segunda metade do século XVIII, tiveram implicações nas transformações operadas na capitania do Espírito Santo que assistiram no alvorecer do século XIX o desenvolvimento, sobretudo, econômico da região tornar-se política pública.

Palavras-chave: Tempo de mudanças; Capitania do Espírito Santo; Monarquia portuguesa.

ABSTRACT: From the last two seven hundred of decades the Espírito Santo watched the preparation for one-time changes that contributed to its development on eighth hundred. Through increased communication, the metropolitan government granted gradually to political, administrative and military autonomy to government authorities of the captaincy capixaba. The analysis of the documentation, namely the Correspondence and Acts of the Prince Regent, allowed the observation that the political changes of the Portuguese monarchy, during the second half of the eighteenth century, they had implications for transformations in the captaincy of Espírito Santo who watched the dawn of the nineteenth century development, especially economic development of the region become public politics.

Keywords: Changes Time; Captaincy of the Espírito Santo; Portuguese monarchy.

Introdução

As resistências escravas são mote presente na historiografia da escravidão, aqui compreendidas como fugas, revoltas, formações de quilombos, entre outros. Entretanto, não é comum inquirir a perspectiva senhorial de combate a essas ações. É possível conjecturar que o binômio dominação/exploração nas relações entre senhores e escravos, tendo a repressão como uma máxima, tenha influenciado negativamente essa vertente analítica. Ou talvez, o desinteresse dos historiadores por esse objeto se manifeste diante da própria organização social da escravidão. Em sociedades do Antigo Regime, tal como a portuguesa, os escravos eram vistos como bens domésticos a cargo do *pater familias*. Sendo assim, durante todo o período colonial a escravidão figurou dentro das questões da casa, não constituindo assunto do Estado, ainda que tivesse o respaldo das autoridades.

Acreditamos que a análise das ações dos dirigentes coloniais sobre as formas de resistência dos cativos pode contribuir para a compreensão das estratégias e das práticas senhoriais que objetivavam evitar a sublevação dos seus plantéis, assim como manter a ordem na sociedade escravista colonial. A investigação contribui na discussão dos limites impostos à ação dos escravos nesses empreendimentos. Essa proposta faz parte de uma pesquisa em andamento que tem como meta explorar o campo da ação das autoridades na sociedade colonial, cujo objetivo encontra-se em discutir as representações políticas por trás da reação do Estado às resistências escravas na Capitania do Espírito Santo, entre os anos de 1781 a 1821.

As Correspondências e Atos do Príncipe Regente, que se encontram no Livro 001 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo trata-se de um conjunto de 434 cartas avulsas enviadas entre os anos de 1770 a 1822, pelos ministros do Conselho Ultramarino ou capitães-generais e governadores da capitania da Bahia às autoridades responsáveis pelo governo da capitania. Elas continham avisos, decretos e cartas régias, ciência da recepção dos ofícios enviados pelos capitães-mores e governadores, assim como, pedidos de informação sobre requerimentos, representações e queixas feitas pela população. Este Livro encontra-se disposto em três recortes: de 1770 a 1812, abrangendo os governos de Mongeardino, Silveira e Silva Pontes, com um universo de 175 cartas; de 1813 a 1817, remontando um total de 129 cartas que correspondem ao período do governo de Francisco Alberto

Rubim; e, por sua vez, de 1818 a 1822, que abarca a transição do governo Rubim para o de Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, contendo um total de 130 correspondências.

A primeira parte do Livro 001, de 1788 a 1812, foi subdividido em três partes: de 1788 a 1799, de 1800 a 1804 e 1805 a 1812. A subdivisão proposta foi feita em conformidade com as nomeações dos governantes para cada período. A exposição dos dados preliminares coletados a partir do contato com a primeira parte do Livro 001, que abrange os anos de 1788 a 1799 é a meta da presente comunicação. A partir desse contato foi possível destacar os assuntos que estavam em pauta na agenda política local e imperial.

Maria Fernanda Bicalho, em *A cidade e o império*, chama a atenção para as possibilidades que se abrem a análise da documentação de caráter político-administrativo, trocada entre a Coroa e a colônia. Essa documentação permite perscrutar as estratégias da monarquia portuguesa na imposição da ordem, assim como sua contrapartida, a negociação e a resistência dos colonos em relação à ordem imposta. Uma vez que “os mecanismos estruturantes da política colonial podem ser percebidos através da dinâmica social e administrativa que se foi tecendo e impondo à cidade e seus habitantes” (BICALHO, 2003, p. 18).

Por se tratar de uma pesquisa em curso, a argumentação se baseará em alguns aspectos preliminares, não obstante elucidativos sobre a ação das autoridades responsáveis pelo governo da capitania do Espírito Santo. Trata-se de um período de reestruturação política e econômica da capitania, em que o avivamento econômico da região tornou-se política pública, tendo o respaldo do Império português que conferiu maior interesse aos seus domínios coloniais.

Novos atores no espaço colonial

A história colonial do Brasil vem apresentando avanços em seu campo de estudo. A renovação historiográfica iniciada em finais da década de 1960 confere imagem inovada sobre o passado colonial. Os estudos vêm buscando conciliar o diálogo entre as grandes sínteses da historiografia tradicional, partindo do aprofundamento de suas linhas de investigação, e os novos objetos de pesquisa. Os historiadores direcionaram seu olhar para as dimensões social, cultural e político-institucional,

concentrando atenção “às atitudes e ideias” (SCHWARTZ, 1999, p. 129) que se conformavam por entre as estruturas. Com isso, novos atores surgiram no cenário colonial e, ao lado da aristocracia rural, foi possível perceber a presença de homens livres, pequenos proprietários, africanos, indígenas e comerciantes, enfim, a complexidade desse universo social.

Tal processo de renovação também permitiu detectar zonas de autonomia dos poderes locais, elemento que colocou em discussão a noção de centralização política portuguesa. Diante disso foi possível reavaliar o que se denominou de “antigo sistema colonial português”. A nova abordagem colocou em revisão o Estado português do Antigo Regime e a centralização político-administrativa deu lugar à concepção corporativa de sociedade (HESPANHA, 2001). Conceituação sob a qual, a sociedade portuguesa e seus domínios coloniais funcionariam tal como um corpo. Ao rei, como cabeça desse corpo, caberia manter o equilíbrio entre as partes que o constitui, primando pela manutenção da justiça e da governança. A noção de corporativo traz consigo a limitação do poder régio, que passa a ser compartilhado com outras instâncias e revela certa “autonomia político-jurídica dos magistrados e instituições” tanto no reino, quanto no ultramar (BICALHO, 2003, p. 344).

Esse novo olhar em direção aos estudos coloniais representou conceituação alternativa no estudo do Brasil como parte constitutiva do Império Ultramarino português, e não apenas um apêndice das ações da metrópole. Buscava-se, desta vez, compreender as marcas do jogo econômico, político e simbólico do Antigo Regime na sociedade colonial e escravista. A consideração do grande espaço ultramarino como identidade do Império não impediu que essa historiografia trouxesse o jogo de escalas como método de análise. Introduzia-se a noção de que a própria colônia não podia ser observada de modo homogêneo. As pequenas propriedades, a economia de abastecimento e os enclaves dominados por homens pobres encontraram lugar na nova reflexão historiográfica.

3. Tempos de mudança na capitania do Espírito Santo

Por meio do Decreto baixado pela Rainha Dona Maria I, em 27 de agosto de 1781, fora nomeado Ignácio João Monjardino para o posto de Capitão-mor da Capitania do Espírito Santo (AUH – 007, cx. 05, doc. 380). Empossando-se apenas em 29 de

maio de 1782 (DAEMON, 1879, p. 189). De descendência italiana, Monjardino possuía formação em engenharia e prestara serviços à Sua Majestade como Tenente de Infantaria e Capitão Comandante da Fortaleza de São Francisco Xavier antes de assumir a governança da capitania espírito-santense. Essa autoridade representou “uma classe fidalga emergente, que buscava nos conhecimentos técnicos a desejada ascensão social” (CARVALHO, 2008, p. 38).

Foi o primeiro Comandante do Regimento de Infantaria de Milícias, por ele organizado em 1789, sob os desígnios do governador e capitão-general da Bahia, Dom Rodrigo José de Meneses e Castro (OLIVEIRA, 2008, p. 228). Com ele teve início o projeto de diversificação da produção agrícola com a distribuição de sementes para o cultivo de linho cânhamo. O fomento à ocupação do território da capitania também foi pauta em seu mandado, no qual se deparou com o entrave colocado pelos gentios bravos, levando a instalação do Quartel dos Coutins, no que viria a ser a vila de Linhares (DAEMON, 1879, p. 194).

Em conformidade com seus conhecimentos técnicos de engenheiro promoveu uma verdadeira expedição, de norte a sul da capitania, coletando dados que resultaram em um importante relatório enviado a Sua Alteza Real em julho de 1790. As informações fornecidas pelo capitão-mor se referiam à capitania como um todo, mas também, ressaltavam os aspectos peculiares de cada uma das cinco vilas existentes. Por meio desse relatório foi possível ter acesso aos dados sobre população, território, geografia, atividades econômicas, riquezas naturais, sociedade, assim como, os principais obstáculos e entraves ao pleno desenvolvimento da região. Não obstante os seus feitos, Monjardino fora enquadrado na linha das más autoridades, por seu caráter “autoritário e vingativo” (OLIVEIRA, 2008, p. 227).

A compreensão dos valiosos esforços encampados por essa autoridade, assim como sua postura autoritária frente à população da capitania passa pela sua nomeação. A escolha de Ignácio João Monjardino para ocupar o cargo que lhe fora designado representava uma política pública imperial portuguesa empreendida ao longo do século XVIII. Trabalhar com essas fontes requer um método que contribua para o diálogo entre o local e o global, uma vez que

[...] cada ator histórico participa de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto hiato, menos ainda oposição entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo e de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global (REVEL, 2010, p. 28).

O reordenamento político-administrativo dos espaços coloniais estava inserido no contexto reformador que atravessou Portugal, e ganhou maior ênfase com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiro do Conselho Ultramarino, por decreto do rei Dom José I. Interessa-nos, no entanto, apenas as ações que incidiram na criação de novo aparato institucional e administrativo. A formação dos representantes do Estado passou a ser questão política. Para tanto, as reformas educacionais implantadas, denotam que o verdadeiro sentido de sua ação era instruir determinada conduta.

Os critérios de recrutamento para o exercício da vida pública passaram do nascimento apenas, para os qualificativos técnicos e morais, visto que o representante continuava a ser a extensão do poder do Rei. “Nesse sentido, o homem público projetado pelas reformas pombalinas do ensino revelava-se o homem das luzes passíveis de serem incorporados no Portugal setecentista” (SILVA, 2006, p. 79). A complexidade do contexto de reformas em Portugal reside no fato de que os mecanismos tradicionais do Antigo Regime se achavam aliados à moderna teoria política. Mesmo que visasse a uma transformação estrutural, Pombal não poderia prescindir de antigas composições, uma vez que suas reformas tinham como “finalidade última de reforçar os próprios fundamentos do Estado Absolutista” (SILVA, 2006, p. 53).

Essas mudanças levaram ao enquadramento do Espírito Santo aos interesses reformadores do Império português. Ganhando forma, contudo, apenas ao final do século XVIII, com a nomeação do ilustrado Ignácio João Monjardino. Apesar das desavenças entre Sebastião José de Carvalho e Melo e a Rainha Dona Maria I, a política de escolha dos governadores das capitanias brasileiras primando pelos qualificativos técnicos e morais, fora mantida por Sua Majestade Real. As novas diretrizes deveriam ser capazes, sobretudo, de preservar a ordem política e social vigente, do qual eles próprios faziam parte. As ações de Dom Rodrigo de Souza seja

como Ministro do Conselho Ultramarino ou como Secretário de Estado, competiram para a consolidação dessa política.

Importante figura dentro desse contexto, Dom Rodrigo de Souza, também conhecido como conde de Linhares, personificou a projeção do homem público idealizada pelo seu padrinho, o marquês de Pombal, com quem compartilhava “a defesa da monarquia portuguesa” (CARVALHO, 2008, p. 36). Português, originário da alta aristocracia, formara-se na Universidade de Coimbra e se lançara à carreira pública como diplomata, em 1777, ainda durante o reinado de Dom José I. Na percepção do conde de Linhares, a escolha de homens ilustrados para ocupar os postos de administração dos espaços coloniais, decorria da importância em promover debates acerca das instituições políticas, econômicas e sociais que circundavam o Império e seus domínios. Esses indivíduos partilhavam “uma mesma ilustração à portuguesa, que acabava por funcionar como um conjunto de mecanismos de controle que os regiam, propiciando assim, uma harmonia pacificadora [...] através da razão” (CARVALHO, 2008, p. 36-37).

Dessa forma, a nova administração implantada na capitania do Espírito Santo, a partir da escolha de pessoas ilustradas para o seu governo, ocorreu em decorrência de um reordenamento político promovido pelo Império português.

Que Deus guarde a vossa mercê

Um breve recuo na história:

Para a apreensão das mudanças promovidas na capitania do Espírito Santo torna-se necessário um recuo maior em sua história. A partir de 1718, a capitania do Espírito Santo foi reintegrada à Coroa, passando de capitania hereditária para capitania real. Mediante a consulta favorável do Conselho Ultramarino em comprá-la do herdeiro, Cosme Rolim de Moura, “primo e cunhado do extinto” donatário Manuel Garcia Pimentel, filho de Francisco Gil de Araújo (OLIVEIRA, 2008, p. 195).

A compra da capitania representava o início do período de mudanças que fora empreendido pela Coroa portuguesa, ainda na primeira metade do século XVIII, com vistas à centralização política, a partir do governo de Dom João V. Conforme assevera Sampaio

A primeira metade do setecentos é, assim, marcada por uma clara atuação da coroa no sentido de reduzir a forte autonomia que marcou o comportamento das elites coloniais no século XVII. Seria exagerado, porém, falar num processo de centralização política. [...] O que se buscava era criar um contrapeso à influência da já enraizada nobreza da terra (SAMPAIO, 2007, p. 231).

Do ponto de vista político-administrativo, o pertencimento à Coroa não alterou sua estrutura. Fora mantida a nomeação de capitães-mores para sua administração que tinham sua autonomia restringida pela subordinação ao governo da Bahia, no que condiz aos assuntos políticos e judiciários. Essa dependência em relação à capitania vizinha que perdurou até 1811.

A diversificação de gêneros agrícolas na base produtiva capixaba era uma marca da estrutura de produção local, com os cultivos da mandioca, do açúcar, do milho e do arroz, além da pecuária bovina e do extrativismo vegetal, “tocado por mão-de-obra escrava crioula, com escravarias comumente menores que uma dezena de indivíduos” (CONDE, 2011, p. 117). A cultura do algodão destacava-se como principal ramo comercial, em que exportavam anualmente, o gênero descaroçado, seus panos e fios. Parte dessa produção era destinada às praças comerciais do Rio de Janeiro, Bahia, e às vezes, Pernambuco. A vila de Vitória, comarca e capital da capitania, funcionava como entreposto comercial ao estabelecer ligação com as vilas circunvizinhas existentes à época, como Vila de Nova Almeida, Vila do Espírito Santo, Vila de Guaraparim e a Vila de Benevente.

No que tange ao social, não se pode perder de vista que se tratava de uma sociedade do Antigo Regime, pautada por normas de comportamento e códigos de conduta que respeitavam a critérios como: amizade, parentesco, fidelidade, lealdade, honra, serviço. Dessa forma, o domínio era exercido não apenas pelo aparelho administrativo e a obediência, mas, sobretudo, pelos simbolismos que conformavam a representação que se tinha do mundo social e político, e conferiam a legitimidade necessária à ordem. Ainda que se conformasse na colônia uma realidade distinta em relação ao Império e seus outros domínios, essa realidade era resultado da partilha de um sistema cultural e simbólico comum às partes integrantes ao Império Ultramarino. Ao passo que foram utilizadas como forma de reproduzir na colônia as hierarquias de uma sociedade estamental.

As correspondências:

Entre os anos de 1788 a 1799, passaram pelo governo os capitães-mores Ignácio João Mongeardino (1782-1797) e Manoel Fernandes da Silveira (1798-1800), este fora, inclusive, o último capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Entretanto, por decreto de 11 de novembro de 1797, fora nomeado como primeiro governador da capitania do Espírito Santo, “um homem de conhecidas luzes e préstimo na pessoa do capitão de fragata Antônio Pires da Silva Pontes” (OLVEIRA, 2008, p. 231) tomando posse, entretanto, apenas em 1800.

Para o recorte proposto, de 1788 a 1799, constam 17 cartas ou 3,9% do universo total de 434 cartas que abrangem de 1770 a 1822. No entanto, 12 dessas correspondências ou 70,6% foram trocadas com Silva Pontes, antes de assumir o governo. A intenção de instruir o futuro governador é notória. Em correspondência recebida de Dom Rodrigo de Souza, este afirma que a partir de sua nomeação deve “receber nesta ocasião em officio separado varias ordens, e instruções sobre os diferentes objectos [sic] do Real Serviço” (APEES – Livro: 001, doc. 03).

O levantamento dessas informações possibilita observar o período entre 1798 a 1799 como momento de preparação para as mudanças, quando o interesse se dirigia para o reconhecimento das riquezas naturais e produções da região, no aumento da cultura, na utilidade desses empreendimentos e nas possibilidades que se abriam a partir do uso das ciências como recurso. Nesse período esteve à frente do governo o sargento-mor Manuel Fernandes da Silveira, em que foram enviadas dez cartas ou 58, 8% relativas à política econômica. Apenas uma, no entanto, teve como destinatário a autoridade em exercício. Tratava-se de officio em que o Ministro comunicava o recebimento das amostras de plantas. Todas as outras se destinavam ao futuro governador, Antonio Pires da Silva Pontes.

Na troca de correspondências entre Silva Pontes e o ministro do Conselho, Dom Rodrigo de Souza, foi possível perceber o interesse no reconhecimento das riquezas naturais e a utilização das ciências como parte de uma política a ser implementada na colônia. Em carta de 16 de julho de 1798, Dom Rodrigo de Souza baixa a seguinte instrução ao futuro governador

Sua Mag. He servida que V. M. mande recolher, acondicionar e remetter por conta da Real Fazenda para o Real Muzeu, não somente todos e quaisquer Produtos Naturaes, que forem próprios dessa capitania, ou vejam animaes, ou vegetaes, ou mineraes, mas também os mesmos produtos artificiaes,

que produz a industria dos homens, particularmente a dos Indios desse Destricto [...] (APEES, Livro 001, doc. 05)

Segundo o mesmo ministro o inventário das riquezas naturais e produções artesanais do gentio viriam a formar um Museu Nacional sobre a história da natureza. Ingênuo seria não pensar que interesses econômicos estavam por detrás desse reconhecimento. Era necessário conhecer o território para então poder explorá-lo e,

[...] o clima cultural e ideológico que envolveu a **Época das Luzes**, o desenvolvimento da ciência e da razão, a curiosidade pelos fenômenos da natureza, a consciência planetária e um certo olhar voltado para o exótico e o selvagem, que aguçou a curiosidade de cientistas e filósofos a respeito das sociedades não-europeias [...] A este movimento propriamente intelectual, somava-se o interesse das potências na exploração de mares e territórios ainda pouco conhecidos, dando origem às viagens de circunavegação, visando à descoberta e à exploração de novas possibilidades expansionistas e colonizadoras (BICALHO, 2003, p. 105)

Dentre o universo total de cartas que abrangem os anos de 1788 a 1812, pode-se conjecturar ser as últimas décadas do setecentos um período de preparação para a mudança. As cartas nos indicam que além da necessidade em reconhecer as riquezas naturais a fim de explorá-las, o fomento à diversificação da produção agrícola, como a introdução do cultivo de linha cânhamo (APEES, Livro 001, doc. 09) ou o interesse no aumento da cultura, com o envio de manuais que visam

[...] hum melhor methodo na cultura, e preparo das produçoens do Paiz.; fes que Sua Magestade tenha mandado imprimir huma colleção de instruçoens colligidas do que a experiência tem mostrado ser mais útil, e vantajozo entre as outras Naçoens, cujas colônias tem chegado a hum grão de prosperidade, que da bem há conhecer as utilidades que se seguirião se nos adoptassemos os mesmos princípios de Agricultura, e preparação dos gêneros que elas seguem, e que agora se vão dar a conhecer a esses habitantes [...] (APEES, Livro 001, doc. 13)

Denotam o interesse da Coroa em promover um grande aumento da riqueza em seus domínios coloniais, expandindo seus interesses para além da exploração das riquezas minerais ou da agroexportação, o que demonstra as mudanças na visão de lucratividade da monarquia portuguesa, por meio da promoção de uma política econômica mercantilista e monopolista.

Outra importante recorrência nas cartas refere-se à subordinação ao governo da Bahia. Essa recorrência se dá por meio do intermédio do capitão-mor e governador da capitania vizinha, como porta-voz dos ministros e do rei. Ou seja, parte das correspondências despachadas e recebidas passava pelas mãos das autoridades

baianas. Não obstante, das 12 cartas recebidas por Silva Pontes nesse período, todas elas foram enviadas diretamente pelo remetente o ministro Dom Rodrigo de Souza. O que leva a conjecturar uma especial atenção na instrução do futuro governador.

A presença de projetos futuros como a abertura do rio doce à navegação e a civilização dos indígenas, ambos com duas recorrências cada, confirmam uma política com vistas à promoção do desenvolvimento econômico da região. A abertura do rio Doce à navegação aparecia como alternativa para promover um intercâmbio comercial com a capitania de Minas Gerais e serviria de entreposto entre essa capitania e o reino. Ao passo que a civilização dos indígenas se fazia necessário para uma maior ocupação do território da capitania, que se conforma à época, a uma estreita faixa litorânea, entre o mar e o sertão povoado pelo gentio bravo. Esses projetos futuros foram registrados nas correspondências recebidas por Silva Pontes, antes, porém, ainda em 1790, Monjardino asseverava sobre essas questões, tomando-as como obstáculos ao desenvolvimento da região.

Nomeado como primeiro governador da capitania do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, tomou posse do governo em 29 de março de 1800. A escolha de um “homem de conhecidas luzes e préstimo” passou pelo “particular cuidado de reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores”, nas palavras do Príncipe Regente Dom João. Sua chegada à capitania marca a consolidação do reordenamento político-administrativo metropolitano. Silva Pontes era um legítimo representante da elite política e intelectual luso-brasileira, e simbolizava o poder metropolitano, nos dois lados do Atlântico, “foi um dos indivíduos que integraram essa elite preparada pelo Estado Português da segunda metade do século XVIII, atuando na rede de informações que se estendia até o território da colônia do Brasil” (ALMEIDA, 2007, p. 135). Por meio do contato com as cartas, a posse de Silva Pontes marca um novo tempo na nova capitania do Espírito Santo, sendo seu governo considerado como um tempo de mudanças na capitania do Espírito Santo no alvorecer do século XIX.

Algumas reflexões

Difícil concluir uma questão que ainda carece de maiores estudos, uma vez que se trata de uma pesquisa em andamento. A intenção, entretanto, foi trazer aspectos pouco debatidos de uma região com um território fértil a ser explorado pelos historiadores, o passado colonial da capitania do Espírito Santo. Em vista dos avanços sobre as redes mercantis e escravistas presentes na capitania do Espírito Santo em fins do período colonial, graças à nova historiografia local, é possível indagar o papel das autoridades na recuperação econômica da região. Entre os anos de 1781 e 1821, a economia diversificada e pautada na comercialização de alimentos baseava-se, apesar dos altos preços, no emprego massivo da mão de obra escrava. O incremento dessas atividades, a partir da última década do Setecentos, despertou maior interesse da Monarquia portuguesa. Para um maior controle sobre os domínios coloniais, a monarquia portuguesa precisava conhecer o território para então explorá-lo. As décadas de 1780 e 1790 aparecem como momento de preparação. O reconhecimento da riqueza natural da região e o aumento da cultura surgem como possibilidades de aumentar a evasão de divisas para o reino e, por isso, ditaram a tônica das correspondências enviadas pelos Ministros. A consolidação do reordenamento imperial que configurou o momento de mudanças viria a acontecer no alvorecer do século XIX, por meio das ações do governador Silva Pontes, empossado em 1800.

Referências

Fonte

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Correspondências e Atos do Príncipe Regente, livro 001, 1770 a 1812.

Bibliografia de apoio

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos.

América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 2.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDIM, Pedro. **O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Braganças**. *Hispania*, v. LXIV/1, n. 216, 2004, p. 117-156. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es>> Acessado em 25 de fevereiro de 2015.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CONDE, Bruno Santos. **Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. 5.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: APEES, Secretária de Estado da Cultura, 2008.

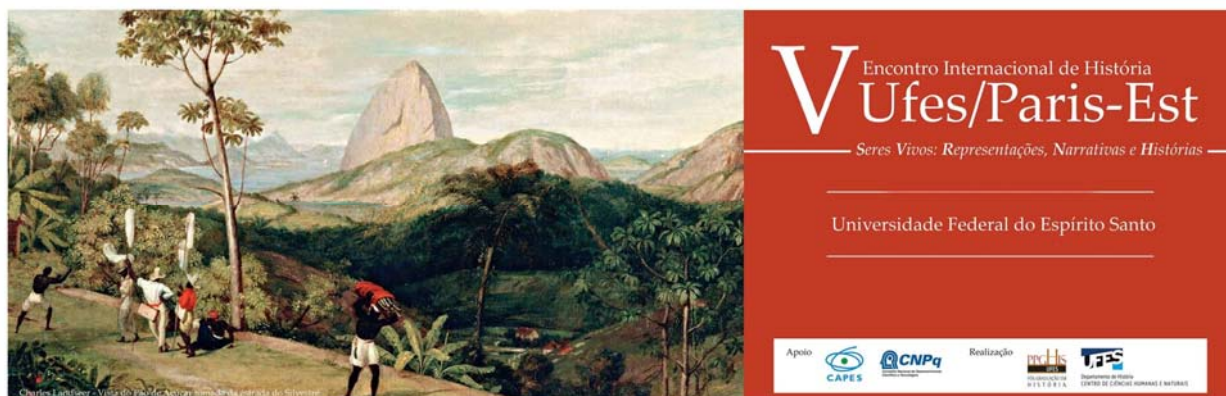
REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010, p. 434 – 445.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. FRAGOSO, João Luís Ribeiro;

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 4.

SCHWARTZ, Stuart. **Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial**: uma resenha coletiva. Economia e Sociedade, n. 13, Campinas, 1999, p. 129-153.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. A formação do homem público no Portugal setecentista. In: _____. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.



ELITES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, NO ESPÍRITO SANTO, NO CONTEXTO DO REGIME CIVIL-MILITAR (1964-1979)⁵⁸⁷

Ueber José de Oliveira
Doutor em História – UFES

RESUMO: A presente comunicação tem como propósito discorrer acerca das elites capixabas e dos papéis por elas desempenhados por ocasião do processo de atualização histórica verificada entre os anos 1960 e 1970, período em que, a partir de razões de Estado, se implementaram diversas ações de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, comercial e financeiro, transformando a face política e econômica do Estado do Espírito Santo. Parte-se do pressuposto de que a crise decorrente da política de erradicação dos cafezais empreendida pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi o principal elemento gerador de uma ruptura na composição política do Estado, ante o colapso da estrutura agrária dominante até então, proporcionando o consenso em torno de um projeto de desenvolvimento econômico com base na indústria, doravante imaginada como único elemento capaz de recuperar a economia do Estado. Tais aspectos acabaram por se tornar a *plataforma ideal* para a circunstância – havendo uma confluência de agendas entre o projeto das elites capixabas e o projeto industrializante dos governos militares – eficiente e oportunamente proposta pelo Governador Christiano Dias Lopes (1967-1971) e, mesmo com variações, mantida pelos governos biônicos subsequentes, especialmente aquelas lideranças egressas do antigo PSD.

Palavras chave: Elites; Regime civil-militar; desenvolvimento.

ABSTRACT: This Communication aims to discuss about the capixabas elites and the roles played by them during the historic upgrade process occurred between the years 1960 and 1970, during which, from reasons of state, if implemented several public policy actions and investments for urban-industrial, commercial and financial

⁵⁸⁷ O presente artigo é parte integrante da minha tese de doutorado defendida em 2013 junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (Ufscar).

development, transforming the political and economic face of the state of Espírito Santo. It starts from the assumption that the crisis arising from the coffee plantations of the eradication policy implemented by the Brazilian Coffee Institute (IBC) was the main element that generates a break in state political composition, before the collapse of the dominant agrarian structure until then, providing the consensus around an economic development project based on industry, now thought of as only element capable of regaining the state's economy. These aspects turned out to be the ideal platform for the condition - and there is a convergence of agendas between the design of capixabas elites and the industrialization project of military rule - efficient and timely proposal by the Governor Christiano Dias Lopes (1967-1971) and even with variations, maintained by subsequent bionic governments, especially those graduates leaders of former PSD.

Keywords:Elites; Civil-military regime; development

A crise do café e o consenso de necessidades

A crise do café verificada nos anos 1960 é considerada por muitos, a exemplo de Rocha & Morandi (1991), Siqueira (2001) e Villaschi (2011), o marco inicial do processo de atualização histórica vivenciado no período, no qual, a partir de razões de Estado, se implementaram iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, que implicaram importantes transformações na ordem econômica, política e social do Espírito Santo.

Como se sabe, durante a República Velha, foram adotadas, em todo o país, políticas favoráveis à produção do café, que representava a base da economia nacional. Durante as décadas de 1940 e 1950, apesar de alguns esforços industrializantes, tanto no plano nacional quanto no regional, as fronteiras agrícolas do café foram ampliadas, graças à elevação dos preços do produto. Entretanto, a partir do final dos anos 1950, a situação se inverteu. Por ocasião dasupersafra, com a ampliação da concorrência externa e a conseqüente queda dos preços, os governos federal e estadual foram obrigados a reterem a produção (FRANCO & HEES, 2005).

Assim, segundo o Professor José Antônio Buffon (1992), os sinais de falência do modelo de desenvolvimento instalado no Espírito Santo já eram antes evidenciados na década de 40, conforme fragmento abaixo:

No transcorrer das décadas de 1940 e 1950, a expansão cafeeira atinge seu apogeu. Esgotam-se as fronteiras agrícolas nas regiões sul e centro; esgotam-se as terras propícias ao café no norte e inicia-se uma lenta,

porém firme trajetória de decadência da cafeicultura do Espírito Santo ao mesmo tempo em que aparecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do estado. Desta forma, o período em pauta não representa apenas mais um capítulo da “história do café no Espírito Santo”, senão que também abarca o seu maior alcance (o auge da cafeicultura) e ao mesmo tempo o seu momento derradeiro (BUFFON, 1992, p. 192).

Reiterando as palavras do autor, a tendência à decadência estava ligada à crescente dificuldade de reprodução da mão-de-obra familiar, ao esgotamento da fronteira agrícola, além das precárias condições de produção e da queda internacional dos preços do café, que atingiram U\$ 16,18 em 1945, o preço mais baixo da década (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Imediatamente após a crise, ocorreria ainda um incentivo à produção cafeeira ante a retomada dos preços internacionais do produto, que saíram de U\$ 16,18 a saca de 60 Kg e alcançaram U\$ 86,83 em 1954, no caso específico do café capixaba. Isso quer dizer que, embora os sinais de esgotamento da economia cafeeira já pudessem ser observados desde a década anterior, o que ocorreu imediatamente após esses primeiros sinais de crise foi uma expansão da atividade, impulsionada por um novo aumento de preços (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Todavia, a crise veio a se agravar no início da década de 1960, quando o Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade e torná-la compatível com as novas exigências do mercado internacional, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais ditos *antieconômicos*.

Sobre a crise da década de 60, as palavras de Medeiros (1977, p. 18) são esclarecedoras e complementares, quando afirma o seguinte:

Nos anos 60, verificou-se o declínio vertiginoso da cafeicultura, motivado pela queda dos preços relativos, pelo programa federal de erradicação e, finalmente, pelo advento da praga da ferrugem, que devastou inúmeras plantações. Desprovido, então, de um produto que, em 1950 e em 1968, representava, respectivamente, 79,6 e 56% de suas exportações globais, o Estado viveu momentos de crise, tendo em vista que não possuía, mesmo no setor primário, produtos que pudessem, a curto prazo, substituir o café.

Segundo o IBC (1966, p. 8), a situação do Estado do Espírito Santo era singular. Em primeiro lugar, para a superprodução brasileira a “[...] contribuição do Espírito Santo não [assumia] nenhum significado [...]”. Apesar disso, dadas as condições de produção e de qualidade, os cafezais capixabas eram considerados antieconômicos

e os preços que remuneravam o produtor local eram, por conta disso, inferiores à média nacional. Assim, a antieconomicidade, para a definição do que seria erradicado, afetou severamente o Espírito Santo.

Tabela I – Preços do café no Brasil e no Espírito Santo – 1951-1966.

Quinquênios		PREÇO FOB US\$/SC		
		Preço Brasil	Preço ES	%
Média	1951/56	69,86	55,07	78,82
	1956/61	51,60	39,68	76,89
	1961/66	44,53	38,06	85,47

Fonte: IBC (1966)

A crise e a desorganização produtiva a que a economia do Espírito Santo foi submetida podem ser ilustradas pelo fato de que, entre 1962 e 1967, foram erradicados 53,8% dos cafeeiros capixabas, o que gerou a eliminação de 60 mil empregos, o equivalente a aproximadamente 200 mil pessoas migrando do campo para as cidades, das quais cerca de 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado. Além disso, os indicadores demográficos apontam que, entre as décadas de 1960 e 1970, houve um crescimento de 95% da população urbana do Estado (ROCHA & MORANDI, 1991).

Nesse contexto, tal como indicam Rocha & Morandi (1991, p.36)

[...] O programa de erradicação, executado entre junho/62 e maio/67, atingiu mais da metade do cafezal capixaba, liberando 71% da área plantada com café, deixando praticamente 60 mil pessoas sem emprego na área rural. As conseqüências desse programa foram, de imediato, uma profunda crise social, devido principalmente ao problema do desemprego no setor agrícola, que provocou êxodo de famílias para as cidades, especialmente para a Região da Grande Vitória, que não dispunha de infra-estrutura urbana suficiente para abrigar número elevado de pessoas que se deslocaram e, muito menos, oferecia empregos para essa massa de trabalhadores desempregados [...].

Por outro lado, a crise levou ao rompimento da dinâmica tradicional da cafeicultura, uma vez que, nas palavras de Buffon (1992, p. 322) a “[...] política de erradicação resultou numa dramática desestruturação da base produtiva existente, numa queda na renda e no emprego agrícola, além de ter empurrado as elites locais rumo a uma solução local [...]”.

Pelas suas características socioeconômicas específicas – produção agrícola de base familiar e pequena propriedade –, a economia cafeeira capixaba acabava por potencializar os efeitos da crise, uma vez que

Nos momentos de crise de superprodução e de queda dos preços do café, a economia capixaba, ao contrário do que acontecia na região cafeeira de São Paulo, não apresentava mudanças estruturais nem realizava movimentos significativos de substituição de culturas. As unidades produtoras, a despeito da brutal redução do nível de renda advinda da queda dos preços do café, mantinham a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência de forma a compensar a redução da compra de determinados produtos que adquiriam no mercado. Assim, as unidades produtoras tornavam-se ainda mais autossuficientes, os fluxos de comércio se reduziam e o processo de acumulação estagnava (ROCHA & MORANDI, 1991, p. 22).

Vale ressaltar que a crise da produção cafeeira, pelo fato de ser este setor o responsável por parte significativa da dinâmica urbana, por ser o principal gerador de renda, acabou influenciando negativamente as atividades do comércio, vestuário, calçados, móveis, etc., além de prejudicar as atividades portuárias e bancárias, pelo fato de estarem umbilicalmente ligadas à produção do grão. Essa é a razão para o fato de a crise não ter ficado restrita somente às pequenas propriedades atingidas pela política do IBC, se alastrando para praticamente todos os setores da economia, impactando inclusive nas receitas estaduais (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Assim, por suas características estruturais, o impacto da política de erradicação dos cafezais foi relativamente maior no Espírito Santo do que em outros estados onde também se deu o processo de erradicação. Enquanto no Brasil, foram erradicados 13% dos cafezais, no Espírito Santo foram erradicados 22% desse total, o que significou, tal como já descrito, a perda de aproximadamente 53% dos cafeeiros capixabas. A quantidade de cafeeiros, que era de 447,6 milhões em 1960, reduziu-se para 234,8 milhões após a erradicação entre 1962 e 1967.

Tabela II – Cafezais erradicados em relação ao número existente em 1962

Estado	%
Espírito Santo	53,8
Minas Gerais	33,0
São Paulo	28,4
Paraná	26,0

Fonte: Rocha & Morandi (1991)

Ainda sobre o Espírito Santo, nesse contexto de crise, alguns dados são ilustrativos. Segundo Medeiros (1977, p. 72), na década de 1960, o orçamento estadual apresentou superávit somente nos anos de 1960 e 1968. A renda *per capita* estadual representava somente 52,5% da nacional e a taxa de alfabetização entre pessoas com mais de 15 anos estava na ordem de 31,9%, enquanto a do Brasil era de 42,2%. Portanto, havia uma necessidade iminente de mudanças estruturais.

Assim, nas palavras de Medeiros (1977, p. 18), a “[...] a crise do café levou à constatação – mais importante – de que havia necessidade de uma diversificação econômica profunda [...]”, o que nos conduz à compreensão de que, com a destruição da economia cafeeira tradicional, se materializou aquilo que chamamos de *consenso de necessidades*. Isso equivale a dizer que não havia alternativa imediata para a realidade econômica capixaba, se não confluir os esforços sociais e políticos para um projeto industrializante (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b), gestado entre frações da elite capixaba e a ser retomado com o retorno ao poder dos grupos e indivíduos antes vinculados ao PSD, os quais doravante se inseriram no partido do governo, a Arena.

O governo Christiano Dias Lopes (1967-1971): elementos, possibilidades, conflitos e a busca de consensos políticos

No que diz respeito a crise do café e à conseqüente perda da capacidade política da elite do café, convém recorrer ao pensamento de Pierre Bourdieu (1989, p. 11), quando argumenta que

[...] as diferentes classes ou frações de classes estão envolvidos em uma luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais [...].

Em outro livro, o mesmo autor afirma que “[...] os agentes (indivíduos ou instituições), caracterizados pelo volume de seu *capital*, determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Pensando a realidade capixaba nesses termos, especialmente por ocasião da crise do café da década de 1960, podemos aferir que a elite cafeeira, hegemônica até então, perdeu de forma substancial o seu *capital político*, isto é, a

[...] força mobilizadora que detinha seja a título pessoal [quando nos referimos às lideranças políticas representantes dessa elite], quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido ou sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso de lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes ligados a esses postos (BOUDIEU, 1989, p. 190).

Com efeito, essa condição redundou na perda, por parte da elite cafeeira, da capacidade de determinar as diretrizes governamentais em termos desenvolvimentistas, abrindo espaço para novas proposições, doravante de natureza urbano-industriais.

É nessas circunstâncias que ascende ao comando do executivo estadual Christiano Dias Lopes, que sagrou-se vencedor no pleito indireto para a governadoria do Estado, em 1966, tendo sido eleito por boa vantagem dentro da Arena⁵⁸⁸. Assumiu o cargo em fevereiro de 1967 e sua ascensão representou a re colocação dos objetivos desenvolvimentistas como principal conteúdo das políticas públicas, já que permitiu o retorno mais claro do debate em torno da industrialização, tal como ocorrera nos Governos Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1954), dos quais Dias Lopes participara.

Aliás, convém lembrar que Dias Lopes havia participado ativamente da elaboração do plano de governo do candidato Jones, sua principal referência política, que foi derrotado por Chiquinho em 1962. Portanto, como já salientado, estava alinhado com os objetivos modernizantes e industrializantes esboçados por parcelas da elite política capixaba, especialmente aqueles verificados nas gestões de Jones. Além disso, aderiu ao perfil desejado pelo Regime Militar em termos de projeto de desenvolvimento econômico.

A observação feita acima, quanto ao perfil e ao alinhamento de Dias Lopes, é constatável já no seu discurso de posse, ocorrido no dia 31 de janeiro de 1967, quando indicou o *binômio* a partir do qual governaria o Estado:

⁵⁸⁸ Concorreram para compor a lista tríplice em 1966 oito candidatos, dos quais os três mais votados compuseram a chamada lista tríplice a ser submetida ao Presidente da República para que fosse escolhido um. A lista tríplice, que constavam os nomes de contou com Christiano Dias Lopes Filho, Raul Gilberti e Jefferson de Aguiar, tendo sido indicado o primeiro.

Pretendemos, apenas, marcar o governo pelo sentido da mudança; mudança nos métodos da administração pública; mudança nas atitudes diante dos problemas do Estado; mudança no comportamento diante de nossas potencialidades adormecidas; mudanças nas perspectivas de desenvolvimento do nosso Estado [...]. Há 23 anos, um dos administradores de maior visão deste estado – o Sr. Jones dos Santos Neves – em discurso proferido em Colatina [...] profetizava e advertia que os galhos de café eram muito frágeis para suportar nosso progresso. O Espírito Santo, entretanto, continuava investindo nos cafezais [...] até a crise. E está perplexo, estupefato e desorientado. Urge, pois, inicialmente, recuperar a confiança do nosso povo em sua própria capacidade e nas potencialidades do Espírito Santo [...] criaremos novas fontes de sustentação econômica. [...] Para essa dinamização da economia estadual, sem qualquer preocupação de obter resultados imediatos, objetivando repercussões eleitorais, **nosso plano de governo embasa-se no binômio: racionalização administrativa e desenvolvimento** [...] ⁵⁸⁹. (Grifo nosso)

No mesmo discurso, podem ser observadas também as principais rotas desenvolvimentistas que seriam buscadas:

O primeiro termo da equação compreende ampla reforma administrativa, não limitada apenas a uma estrutura nova, mais leve, mais arejada, mais descentralizada e mais dinâmica; a reforma abrangerá, ainda, providências inflexíveis para prosseguir o processo de saneamento da administração iniciado no Governo Rubens Rangel, em moldes a que se possa restabelecer, em sua plenitude, o primado da responsabilidade, austeridade e da autoridade nos atos do governo [...]. No segundo termo do binômio programático, estarão compreendidas todas as providências destinadas a ordenar esforços e recursos capazes de criar condições mínimas necessárias a fim de que o Estado possa decolar no rumo de seu efetivo desenvolvimento econômico. [...]. Reconhecidas as limitadas possibilidades dos chamados produtos tradicionais, para uma decisiva participação no incremento da economia capixaba, [...] não temos dúvidas de que as melhores perspectivas para o processo de aceleração de nossa economia encontram-se nas atividades dinâmicas ligadas à **exportação de minérios e à agricultura de abastecimento** ⁵⁹⁰. (Grifo nosso)

No sentido da industrialização, assim se manifestou o Governador Christiano Dias Lopes no mesmo discurso de posse:

Sem dúvida, a construção, pela Companhia Vale do Rio Doce, dos terminais de minério e carvão do Porto de Tubarão e a montagem da Usina de “Pellets”, possibilitando à empresa uma política agressiva de exportação de minérios; o Projeto de uma Usina Siderúrgica Integrada por que vem lutando a Companhia Ferro e Aço, a ser construída em área de que é proprietária em Ponta de Tubarão, os audaciosos Projetos do Grupo Antunes já aprovados pelo Governo Federal que vão desde os entendimentos com a Vale do Rio Doce para a exportação de minério do Vale do Paraopeba através do Porto de Tubarão, até a construção de uma

⁵⁸⁹ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 15.

⁵⁹⁰ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 15.

Usina de Peletização e uma siderurgia, criam perspectivas extraordinárias para um grande complexo industrial na Região de Vitória [...] ⁵⁹¹.

Assim, com vistas a promover a industrialização do Estado, foi elencada, como prioridade do primeiro Governador Biônico do Estado do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes, a criação de instrumentos legais e burocráticos para incrementar o processo de desenvolvimento econômico que passaria, na sua visão, a caracterizar a economia capixaba. Tal como salientado, o agravamento da crise do café, consequência da erradicação dos cafeeiros, fortaleceu a percepção – a qual já vinha sendo discutida – e aumentou o consenso de que a dependência econômica que o Estado possuía em relação ao café era, em si mesma, um elemento impeditivo de seu próprio desenvolvimento. Por outro lado, nas palavras de Silva (1993), o período mais profundo da crise também permitiu o consenso das articulações orientadas para a industrialização como forma inevitável para o desenvolvimento econômico do Estado.

Tal consenso pôde ser evidenciado em diversos pronunciamentos feitos por lideranças dos mais diversos agrupamentos políticos do Estado que, indistintamente, pertencentes ao antigo PSD e aos grupos que lhe faziam oposição, não questionavam a necessidade de se buscar a diversificação da economia capixaba por meio da industrialização, ante a grave crise do café. Entre essas lideranças, podem ser mencionados o emedebista e ex-petebista Argilano Dario ⁵⁹², o ex-perrepista Oswaldo Zanello, o ex-udenista Eurico Rezende, além de membros do antigo PSD que não atuavam necessariamente na mesma fileira do então Governador, como é o caso de Élcio Álvares, entre outros.

O projeto desenvolvimentista do governo Christiano Dias Lopes e os incentivos fiscais via FUNDAP.

Livre das injunções das forças políticas e sociais do Estado, devido à suspensão das atividades parlamentares, após o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, o Governador Dias Lopes pôde, com mais tranquilidade, dar continuidade à execução da sua proposta de desenvolvimento e diversificação econômica.

⁵⁹¹ ESPÍRITO Santo tem novo Governador. *Revista Capixaba*, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p. 14.

⁵⁹² ANAIS da Câmara dos Deputados. Dep. ARILANO Dario, [DCD 07/10/1971](#). p. 5614.

Ainda em agosto de 1967, ano de sua posse, havia enviado ao Legislativo uma proposta de incentivos para as indústrias que se interessassem em se instalar no Espírito Santo. O Governo se justificava com o argumento de que os incentivos completariam a base motivadora para a iniciativa privada investir. A Lei Nº 2.313, foi aprovada sem grandes dificuldades em de 21 de novembro de 1967, com 27 votos favoráveis e 14 contra, apesar da postura contrária da bancada emedebista⁵⁹³.

Todavia, os efeitos econômicos dessa legislação foram praticamente nulos para o Espírito Santo. Segundo Silva (1993, p. 154), as razões para isso podem ser atribuídas aos atrativos oferecidos pelos grandes centros consumidores representados pelo eixo Rio-São Paulo e pelos benefícios fiscais colocados ao alcance dos contribuintes para investimentos no Nordeste, bem como nos Estados vizinhos.

Outra proposta de incentivos fiscais voltados para investimentos no Espírito Santo foi elaborada pela Federação das Indústrias e entregue ao Sr. Roberto Campos, Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, em reunião para a qual Campos foi especificamente convidado a participar, em Vitória. Segundo o empresário e então Presidente da Findes, Américo Buaiz (apud SILVA, 1993, p. 154), “[...] o Roberto Campos colocou debaixo do braço e disse que não era viável. O Governo Federal não poderia criar mais uma área incentivada. E nos negou. Nessa reunião, ele nos negou na hora [...]”.

Diante das necessidades da economia capixaba e da inicial negativa do Governo Federal em permitir qualquer política de incentivos fiscais para o Estado, era necessária maior articulação, inclusive com outros governadores, especialmente do Nordeste, grandemente auxiliados pelas políticas executadas pela Sudene. Por esse motivo, foi planejado, entre os dias 29 de fevereiro e 1º de janeiro de 1968, o *Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo*, organizado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e patrocinado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, evento este que contou com a presença do Presidente da República, Gal. Arthur da Costa e Silva. Também estiveram presentes diversas autoridades, entre

⁵⁹³ ASSEMBLÉIA aprova incentivos mesmo contra ação do MDB. **A Gazeta** Vitória, p. 01, 22 nov. 1967.

ministros e dirigentes, além de diversos órgãos federais ligados à questão do desenvolvimento regional.

No simpósio, foram abordadas as mais diversas temáticas sobre o Espírito Santo: transporte, comunicação, energia, financiamento, infraestrutura em geral, entre outras áreas. Com base nas discussões feitas no simpósio, foram arroladas as seguintes reivindicações: a) a necessidade de criar mecanismos de incentivos fiscais para o Estado; b) Transformação da Companhia de Desenvolvimento do Estado em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes); c) Concessão de empréstimo no valor de NCr\$ 4,5 milhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), para a ampliação da rede de energia elétrica e subestações do Norte do Estado; d) Constituição de uma Sociedade de Crédito Imobiliário no Espírito Santo⁵⁹⁴.

Além disso, por ocasião do evento, o Governador Christiano Dias Lopes entregou ao Presidente Costa e Silva um memorial em que descrevia a precária situação econômica do Estado e reivindicava, de maneira mais incisiva, entre outras coisas, uma política de incentivos fiscais (SILVA, 1993).

O desfecho dessas articulações foi a criação, pelo Governo Federal, de um Grupo de Trabalho Interministerial com a atribuição de preparar os termos de referência para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, sugerir medidas técnicas para desenvolver a região, fazer indicação de fontes de financiamento para os projetos a serem executados e sugerir outras medidas para desenvolver a economia do Espírito Santo (SILVA, 1993). O grupo de trabalho iniciou suas atividades em julho de 1968 e concluiu o relatório no mês de dezembro do mesmo ano.

Efetivamente, os resultados do relatório apontaram para aquilo que já era consensual desde que o Espírito Santo havia sido atingido pela crise do café e sensibilizaram o novo Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, que havia assumido a pasta no lugar de Roberto Campos. Mas, para colocar em prática uma política de incentivos, era necessário vencer a forte resistência política dos Governadores do Norte e Nordeste, componentes dos colegiados diretivos da Sudam e Sudene, os

⁵⁹⁴ SIMPÓSIO renovou as esperanças capixabas. *Revista Capixaba*, Vitória, Ano II, nº 12, p. 66-73, fev. 1968.

quais acreditavam que, caso o Espírito Santo fosse beneficiado com alguma política de incentivos, sofreriam algum prejuízo.

Diante disso, o Governador Dias Lopes percorreu os Estados das duas regiões no sentido de expor a situação do Espírito Santo e obter a compreensão para o pleito⁵⁹⁵. Os argumentos utilizados por Dias Lopes se baseavam na própria situação de penúria em que o estado se encontrava ante a política de erradicação dos cafezais e ressaltavam o esmagamento do Estado entre o sul industrializado e o Nordeste incentivado. Dias Lopes destacava, ainda, que a proposta era apenas a manutenção, no próprio Estado, dos recursos originários da arrecadação do imposto sobre a renda dos domiciliados no território capixaba; que não haveria prejuízo para os nordestinos, uma vez que os recursos eram pouco vultosos para uma região inteira, porém significativos para o Espírito Santo (SILVA, 1993).

A crônica jornalística da época apontou o importante papel desempenhado por João Calmon, ex-membro do PSD, Presidente da Arena Regional, Deputado Federal e empresário do ramo de comunicações, cuja carreira, tal como já salientado, fora construída nos *Diários Associados*, complexo comunicacional fundado e dirigido por Assis Chateaubriant. Calmon era a segunda pessoa do grupo nesse momento e aquele que, após o declínio do mesmo, responderia por sua massa falida. Importante frisar que, durante vários anos, Calmon trabalhou no Nordeste, especificamente no estado do Ceará, onde teve importante papel na expansão dos *Diários*, o que o tornava extremamente influente naquela Região como um todo. Portanto, aquilo que já salientamos a respeito da penetração de Calmon na política nacional foi fundamental para que os apelos do Governador Dias Lopes ganhassem eco nas esferas nacionais⁵⁹⁶. A verdadeira peregrinação de Dias Lopes terá lugar bastante destacado nos vários veículos dos *Diários Associados*.

Apesar de todas essas movimentações, houve permanente resistência de parte de lideranças e dos Governadores do Norte e Nordeste, a exemplo do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e de João Agripino – Governador da Paraíba

⁵⁹⁵ A viagem ocorreu de acordo com o seguinte cronograma: Dia 27/01/69 – Bahia; 28 – Sergipe; 29 – Rio Grande do Norte; 30 – Pernambuco; 31 – Ceará; 1º/02/1969 – Maranhão; 2 – Pará; 3 – Amazonas. (Diário Oficial – Seção Notícias, - 20001/1969).

⁵⁹⁶ EMISSÁRIO do Governo foi ao Nordeste: estudos sobre a concessão de estímulos. **A Gazeta** Vitória, p. 03, 19 abr. 1969; ESPÍRITO Santo ganha o apoio da grande imprensa nacional na luta pelo desenvolvimento. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 27 dez. 1967.

(1965-1971) –, os quais refutaram os dados apresentados pelo Governador do Espírito Santo, afirmando que teriam sido supostamente alterados para beneficiar o Estado.

Sobre a oposição de parte dos governadores do Nordeste e a atuação do Deputado João Calmon, esclarecedoras são as palavras do próprio Dias Lopes, quando afirma que

Acertou-se que o Deputado João Calmon tentaria obter esses pronunciamentos, o que não foi conseguido, porque, quando o representante do Espírito Santo viajou para o Nordeste, em março ou abril, realizava-se, também, uma reunião do Conselho da SUDENE. E aí o Governador da Paraíba, Dr. João Agripino, desencadeou uma violenta campanha contra a pretensão capixaba, criando um clima desfavorável a qualquer gesto de compreensão dos demais governadores.⁵⁹⁷

Sobre a postura mais contundente do Governador Agripino, Dias Lopes salienta que acabou sendo favorável ao Estado:

O Dr. João Agripino, porém, nos prestou um grande serviço: em seu pronunciamento inflamado, disse que era preciso acabar com a falta de imaginação nesse país, pois se o Governo Federal desejava ajudar o Espírito Santo, que se criasse outro tipo de incentivo, sem mexer com a legislação da Sudene. Quando o João Calmon, meio desolado, mostrou-me o pronunciamento do Governador, detive-me nesta passagem do seu discurso e afirmei confiante: “aqui está o caminho para a solução que buscamos”.⁵⁹⁸

E o raciocínio de Dias Lopes se mostrou acertado, uma vez que o Ministério do Planejamento acabou sinalizando para a necessidade de se pensar em um novo sistema de incentivos, sem alterar a legislação relativa à Sudene, tal como pode ser observado em outro trecho da entrevista de Dias Lopes:

O primeiro semestre de 1969 foi de intensa movimentação para obtenção de incentivos fiscais do Governo Federal. É que, entregues ao Ministro do Planejamento, em meados de 1968, as diversas fórmulas para possibilitar a criação do mecanismo de estímulos à reativação da economia capixaba, o Dr. Vinicius Fonseca manifestou sua primeira impressão: dentro da orientação do Ministro, não se deveria insistir na alteração das leis já existentes, especialmente aquelas que tratavam dos incentivos para o Nordeste. Cheguei, então, à conclusão de que era preciso conscientizar o país, especialmente os governadores do Norte e Nordeste, no sentido de que era desumano, injusto e até impatriótico, o Espírito Santo continuar

⁵⁹⁷ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

⁵⁹⁸ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

mandando contribuições para a SUDENE e a SUDAM, enquanto, ele próprio jazia mergulhado na maior crise econômica.⁵⁹⁹

Em meados de 1969, o Governador continuava a se movimentar no sentido de operacionalizar o projeto voltado para a criação de incentivos fiscais. No mesmo depoimento, Dias Lopes revela alguns detalhes. Interessante que, no fragmento, fica evidente o fortalecimento do Poder Executivo, o que lhe proporcionava bastante liberdade de atuação, isto é, sem as injunções das forças que lhe faziam oposição, especialmente no Legislativo Estadual.

Pedi, então, a Adyr Maia, Secretário da Fazenda, que estudasse, com seus assessores, a solução legislativa e mantivesse contatos com empresários sobre a viabilidade das soluções encontradas. Depois, entendi que poderia dar uma solução por ato do Poder Executivo, e o fiz através do Decreto nº 06-N, de 16 de junho de 1969, o portador da correção do mecanismo, depois aperfeiçoado para constituir o FUNDAP.⁶⁰⁰

Assim, em fins de agosto de 1969⁶⁰¹, o Ministério do Planejamento, com base nos estudos do grupo de trabalho criado para os problemas do Espírito Santo, chegou à fórmula definitiva daquilo que acabou se tornando incentivos fiscais para o Estado, por meio da priorização da criação de fundos, entre os quais se destacam o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres); o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), com destaque para este último (SILVA, 1993; PEREIRA, 1998).

O FUNDAP, criado pela Lei nº. 2.508 de 22 de maio de 1970, e reforçado pela Lei 2.592, de julho de 1971, foi originalmente proposto pelo empresário Graciano Espíndula. Segundo Silva (1993), a ideia surgiu a partir da mudança de arrecadação trazida pelo Código Tributário Nacional, a partir de 1968, que transformou o Imposto sobre Venda e Consignações (IVC) em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). No primeiro sistema, as alíquotas eram divididas entre os estados, sendo 5,5% para cada. Com a adoção do ICM a parte que cabia aos estados passou para 15%, sendo 12% para o produtor e 3% para o estado onde o produto fosse vendido. Como o Espírito Santo era um estado eminentemente comprador, levava grande

⁵⁹⁹ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

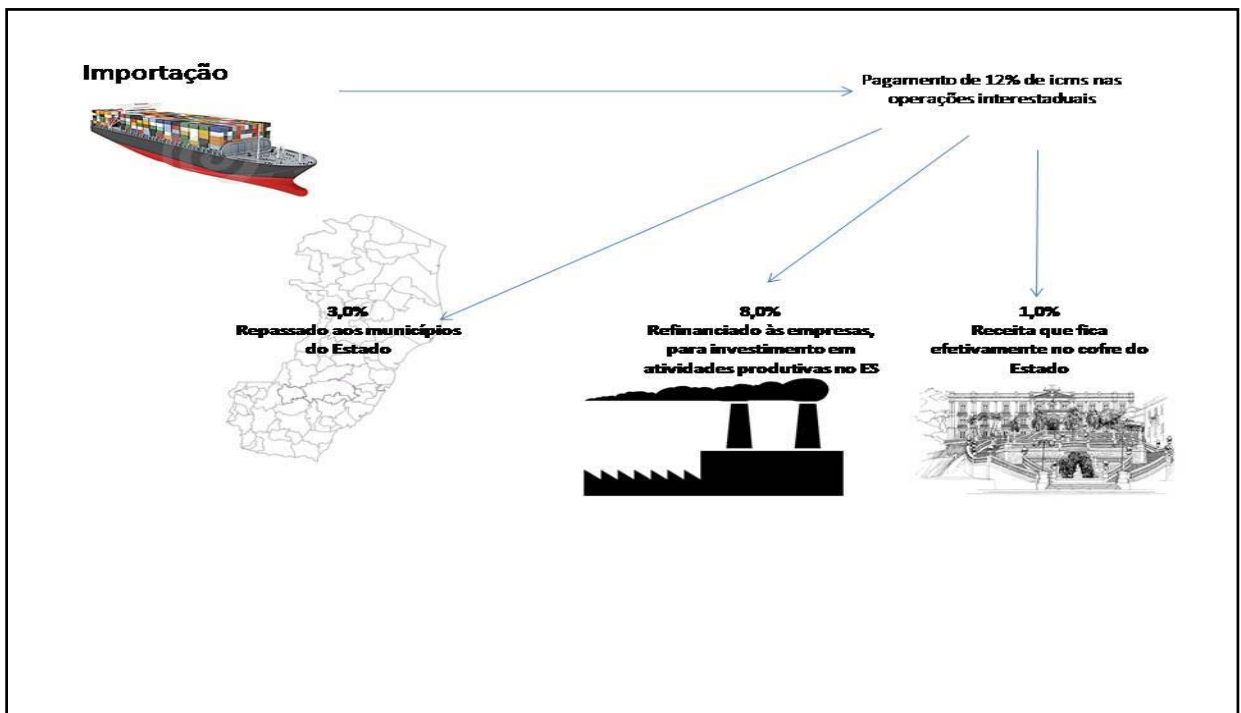
⁶⁰⁰ LOPES Filho, Christiano Dias. Fala o ex-governador. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 34-36, fev. 1974.

⁶⁰¹ GOVERNADOR contesta as declarações do Presidente do Banco do Nordeste. *A Gazeta* Vitória, p. 01, 22 abr. 1969.

desvantagem. Nesse sentido, Espíndula observou que os impostos de importação e exportação eram facultados no domicílio fiscal, o que equivalia a dizer que o Espírito Santo poderia se beneficiar mesmo sendo predominantemente consumidor, caso abrigasse a sede fiscal de empresas responsáveis pela exportação/importação.

Surgiu, assim, a ideia de inverter as coisas. Isto é, “[...] com a importação pelo Porto de Vitória, a situação de privilégio passaria para o Espírito Santo, que arrecadaria 12% em vez de zero ou 3%. [...]” (SILVA, 1993). Essa ideia foi absorvida pelo Governador, que resolveu experimentar o sistema, usando para isso o Decreto nº 006-N, de 16/06/69, complementando-o, em outubro, com o Decreto 0019-N, de 15/10/69, tal como pode ser observado no fragmento das memórias do próprio governador, exposto acima. A ilustração abaixo mostra o sistema de funcionamento do Fundap.

Figura 1 – Sistemática de funcionamento do Fundap.



Fonte: Elaboração própria.

Em outras palavras, tal como esclarecem Villaschi, Felipe & Oliveira (2011a, p. 75),

A idéia básica era otimizar a utilização dos portos capixabas para a intensificação dos fluxos comerciais, com o foco nas importações, já que as exportações eram incentivadas por leis federais, gerando poucos recursos diretos para o Estado. Ou seja, o objetivo era promover o estímulo à movimentação de mercadorias (importações) pelos portos do Espírito

Santo, ao mesmo tempo em que permitia a geração de recursos voltados para o investimento no segmento industrial. Partiu-se da constatação de que havia espaço e necessidade de equalização do uso do porto, com o incremento da importação, capaz de gerar recursos para o poder público.

Para a administração desses fundos, foram criados órgãos especializados por funções, regidos pelas leis do direito privado, inclusive no que diz respeito às relações trabalhistas. Entre os órgãos, se destacaram: o Grupo Executivo de Recuperação Econômica (Geres) e o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), em substituição ao antigo Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, criado na gestão Punaro Bley (1930-1943), sob a subvenção de Jones dos Santos Neves (VILASCHI, 2011).

Além disso, pela Lei 2.413/69, do mês de julho e, portanto, em plena vigência do AI-5, momento em que os legislativos se encontravam fechados, foi autorizada a criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) em substituição à Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes), com a especial atribuição de financiar projetos e programas de longo e médio prazo, objetivando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado (SILVA, 1993; 2006; VILASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Assim, contando com apoios importantes do BNDE e do Ministério da Fazenda, o Bandes estava encarregado de formular e implementar a política de industrialização e expansão/diversificação da atividade agrícola, a partir dos recursos financeiros oriundos dos acordos IBC/GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), além de ter autonomia para captação de recursos em outras instâncias nacionais e internacionais, o que não ocorria com a Codes, limitada aos recursos do IBC (MEDEIROS, 1977). A interlocução dentro do banco era feita principalmente por Arthur Carlos Gerhardt Santos, Presidente, Lélío Rodrigues, Diretor Técnico e Lenaldo Amaral, Diretor Financeiro (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Sem pretender fazer análise pormenorizada do desempenho econômico-financeiro do banco, ressalte-se a evolução significativa do seu capital, que experimentou, desde a sua criação (em fins de 1969) até 1974, um incremento nominal da ordem de 193%, passando de 15 para 44 milhões de cruzeiros. Mais significativo ainda é o seu resultado operacional, que experimentou, de 1970 a 1974, um incremento

nominal de 1.470%, passando de 1 (um) para 14,6 milhões de cruzeiros (MEDEIROS, 1977, p. 82).

Retomando o pacote de incentivos fiscais, especificamente, não cabe aqui aprofundar a análise, mas segundo Villaschi, Felipe & Oliveira (2011b), os resultados históricos do FUNDAP indicam que sua importância para a economia capixaba pode ser explicada – ainda que de forma muito parcial, dada a falta de políticas complementares com esse objetivo maior –, também, pelo fato de este ter se transformado num eficiente instrumento para a diversificação das atividades de serviço/apoio ao comércio exterior, assim como pelo fato de promover uma nova forma de inserção da economia local no mercado nacional e internacional.

Encerrando os apontamentos sobre a política de incentivos, utilizaremos um trecho de Villaschi (2012) que, ao revisitar o tema Fundap, traz os argumentos adequados para esse fechamento:

“[...] foi um mecanismo de incentivo financeiro muito criativo e que, quando concebido no final dos anos 1960, respondeu a algumas importantes questões da realidade capixaba de então. Em primeiro lugar, viabilizou a geração de fluxos de importações pelos portos capixabas, até então majoritariamente utilizados para exportações – principalmente aquelas em trânsito (minério de ferro, café e madeira). Em segundo lugar, o incentivo financeiro concedido a essas importações (financiamento subsidiado do imposto de circulação de mercadorias – ICM), tinha como contrapartida a exigência do beneficiado realizar direta ou indiretamente investimentos em projetos produtivos voltados para o desenvolvimento capixaba [...]” (VILLASCHI, 2012, p. 1).

Do ponto de vista da reestruturação produtiva e de acordo com o documento *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, a saída para a crise não poderia ficar restrita somente aos incentivos fiscais. Seria necessário agir em outras quatro frentes: a primeira baseava-se na alavancagem econômica de atividades tradicionais desenvolvidas no Estado (café, cacau, açúcar, milho, mandioca e madeira). A ideia era a criação de uma infraestrutura institucional capaz de canalizar recursos para financiamento da expansão e modernização dessas atividades. A segunda pautava-se em um maior aproveitamento da logística de exportação de minérios e de outras atividades da CVRD, no sentido de utilização das externalidades positivas geradas pela empresa. A terceira baseava-se na industrialização de abastecimento, ou seja, na agregação de valor na agricultura,

diminuindo sua dependência quase exclusiva do café. Nessa terceira frente, segundo Simões, a diretriz básica

[...] era a de identificar as possibilidades de industrialização estadual, a partir da base agrícola existente no Espírito Santo. Disponha-se de café, então foi projetada uma fábrica de café solúvel. A partir da pecuária de corte, preconizou-se um frigorífico no norte do estado. Do abacaxi de Itapemirim buscou-se extrair o suco. Com o leite do sul, financiou-se uma unidade para beneficiá-lo. Assim, essa vertente procurava industrializar a base agrícola (SIMÕES, 2002, p. 235).

A quarta frente estava ligada aos estímulos à implantação ou ao fortalecimento de empresas industriais de bens de consumo, com natureza substituidora de importações, além de várias ações voltadas ao fomento de outras atividades econômicas, tais como as que envolviam a exploração de recursos naturais (praias/turismo, mármore e granito).

Paralelamente a isso, o Estado começava a se beneficiar das políticas desenvolvimentistas do Governo Federal que, de alguma forma, permitiriam a integração da economia local ao mercado nacional, fosse por meio da expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, fosse por meio da conclusão das obras de ligações rodoviárias das BRs 101, 262 e 259. Consolidou-se, no período, então, a convergência de fatores exógenos – programas desenvolvimentistas federais – e endógenos – programas para industrialização da economia local –, que lograram mudar o perfil de desenvolvimento e integração regional da economia capixaba.

Conclusão

O presente trabalho procurou compreender as ações desenvolvimentistas do Governo biônico de Christiano Dias Lopes Filho (1967), ocorrida ante a crise do café, quando houve, de fato, *consenso* em torno da *necessidade* de se colocar em prática um projeto de desenvolvimento capaz de livrar a economia do Espírito Santo da monocultura agrícola. Nesse sentido, o Governo Dias Lopes direcionou suas energias para aquilo que denominou de binômio ***racionalização administrativa e desenvolvimento***.

Se em termos democráticos o Ato Institucional Nº 5 foi traumático, para o Governo Dias Lopes foi providencial, uma vez que, a partir desse momento, foi-lhe possível agir sem as injunções dos grupos políticos locais e dar continuidade ao cumprimento

do seu programa. É nesse ínterim que se implementa o pacote de incentivos fiscais e uma série de outras realizações.

Nessa perspectiva e a partir do exposto, nota-se que o dirigismo econômico do Governo Federal, em circunstâncias autoritárias, teve boa aceitação no Espírito Santo, vindo a repercutir de forma positiva sobre as estratégias traçadas pelo grupo de poder local. As políticas desenvolvidas no governo Dias Lopes abriram caminhos para o início do ciclo de desenvolvimento industrial capixaba, com repercussões decisivas sobre os mais variados setores da vida econômica, política, social e cultural do Espírito Santo. Ocorreu, finalmente, a transição para o padrão urbano-industrial, inclusive com repercussões na modernização e diversificação da economia agrária comercial e exportadora.

Bibliografia

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. Vitória, ES: FCAA, 1991.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1995.

VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **O Espírito Santo na República**. Vitória: Multiplicidade, 2005.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Da crise econômica ao consenso das necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: Arlindo Villaschi. (Org.). **Elementos da economia capixaba e**

trajetórias de seu desenvolvimento. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011b, v. 1, p. 53-76.

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo:** a industrialização como fator de desautonomia relativa. 1977. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ – IBC. **O programa de diversificação econômica do Espírito Santo.** Vitória, IBC: 1966.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SILVA, Justo Corrêa. **Espírito Santo:** o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983. Dissertação (Mestrado em Administração) -Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: EDUSC, 2005.

SILVA, Marta Zorzal e. **Trajetoira político-institucional recente do Espírito Santo.** In: Instituto Jones dos Santos Neves. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010, p. 29-66.

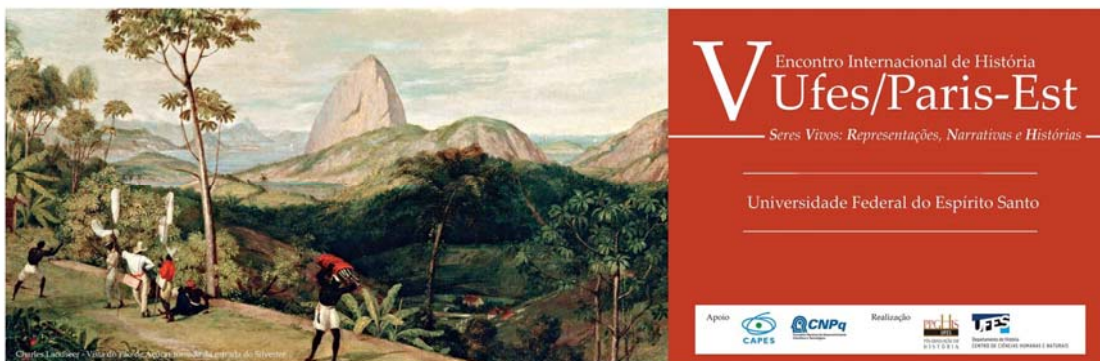
VASCOCELLOS, João Gualberto. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo:** grandes nomes. Vitória: Espírito Santo em ação, 2010.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1998.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011a, v. 1, p. 29-51.

VILLASCHI, Arlindo. **Revisitando o tema Fundap. Blog de Economia Capixaba**. Disponível em: <http://economiecapixaba.wordpress.com/2012/02/06/86/>. Acesso em: 14 mar. 2012, p.1.

SIMÕES, R. G. **Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo**. In: BITTENCOURT, G. Espírito Santo: um painel da nossa história. Vitória: Edit, 2002.



RELAÇÕES HUMANAS: A TRAIÇÃO EM KALILA E DIMNA

Victor Brito Pessotti

Graduado em História – UFES

RESUMO: Desde o surgimento do homem uma gama de sentimentos os cercam e estes são comuns às pessoas em todos os tempos e em todos os lugares, dentre estes estão o amor, a raiva, a tristeza, a felicidade e aquele que, talvez, venha a ser o mais importante à nossa sobrevivência, o medo. O medo faz parte do nosso mecanismo de defesa e é composto por uma série de temeres que possuímos, temos medo da morte, do desconhecido, do diferente e medo de sermos traídos. Este medo da traição gerou uma série de obras literárias que abordam o assunto de diferentes formas, dentre estas se destaca a obra sânscrita de autor desconhecido, Kalila e Dimna.

Palavras-chave: Traição; Literatura; Humanidade.

ABSTRACT: Since the rise of man a range of feelings around the man the a se are common to people in all times and in all places, among these are Love, anger, sadness, happiness and that, perhaps, Will be the most important to our survival, the fear. Fear is part of our defense mechanism and consists of a series of things we have, we are afraid of death, the unknown, the different, fear of being betrayed. This fear of betrayal has generated a number of literary works that address the issue in different ways, among them stands out the Sanskrit work of Unknown author, Kalila and Dimna.

Keywords: Betrayal; Literature; Humanity.

Introdução

Tão velha quanto a humanidade é a história da traição humana, relação essa que segue paralelamente a nossa história desde o princípio e que, desde sempre, assombra o imaginário dos indivíduos de todas as escalas sociais.

A traição é um tema, provavelmente, recorrente na literatura de todas as culturas conhecidas pelo homem, sendo extensivamente abordada em diversas obras como: o *Conto dos dois irmãos*, conto egípcio, do final da XIX dinastia, onde uma esposa tenta trair o marido ao se insinuar ao irmão caçula deste e depois acusa o irmão do marido de tentar possuí-la a força; outro exemplo é o da obra homérica, *Ilíada*, que nos apresenta a fuga de Helena de Esparta com Páris de Tróia. Podemos, ainda, citar o caso do mito japonês do casal divino *Izanagi e Izanami* onde Izanami manda seus filhos demônios atacarem Izanagi que havia ido ao Yomi [submundo] para buscá-la, “[...] sua mulher já fazia parte de um mundo que não era o dele e dava à luz filhos que só trariam ao mundo morte, aniquilamento e destruição [...] ela vociferou em fúria e, voltando-se às bruxas guardiãs, ordenou [...] cacem-no!” (SEGANFREDO, 2011, p.74). Além deste, temos o *mito asteca* de Coatlicue, mãe de Huitzilopochtli, que quase foi assassinada por seus outros filhos, acusada de adultério, “[...] nascendo armado com sua ‘serpente de fogo’, expulsou seus irmãos e sua irmã, do mesmo modo como o Sol dissipa a noite e apaga as estrelas” (SOUSTELLE, 1990, p.124). Acreditamos que a mais famosa história de traição conhecida em nosso ocidente cristão seja o mito de Caim e Abel, na qual Caim matou Abel por ciúme de como Javé recebera a oferenda de seu irmão caçula. “[...] Caim disse a seu irmão Abel: ‘Saíamos’. E, como estavam no campo, Caim se lançou sobre seu irmão Abel e o matou” (Bíblia de Jerusalém, 2002, p.39)

Talvez a obra que melhor exprima o medo e a intensidade da repulsa que nós, humanos, sentimos pela traição seja *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, escrita no século XIV, onde, em sua primeira parte, Dante e Virgílio nos apresentam o inferno com seus nove círculos – círculos estes criados com o impacto da queda de Lúcifer, ao ser expulso do paraíso por Deus – sendo cada círculo para um pecado, quanto mais fundo, pior o pecado. O último círculo, aquele na qual se encontra Lúcifer, é destinado aos traidores em geral. “Estão Dante e Virgílio no fundo do

fosso: o nono e último círculo do inferno, onde são punidos os traidores [...]” (ALIGHIERI, Dante, 1998, p.211)

Não podemos nos esquecer, é claro, da célebre obra de Machado de Assis, *Dom Casmurro*, que até os dias de hoje nos entrega com a clássica pergunta, afinal, Capitú traiu ou não Bento?

No mundo islâmico se destacam duas excelentes obras que abordam o tema referido, uma destas é o *Livro das mil e uma noites*, de autor desconhecido, na qual o rei sassânida [Índia e Indochina], Shahriyaar, após ser traído por sua esposa e descobrir que nem mesmo os Djins [gênios] são capazes de se livrarem do adultério de suas mulheres, decide então casar-se todos os dias com uma mulher, consumir o casamento naquela noite e executá-la na manhã seguinte até se casar com Shahrzaad que, cada noite começa uma história e a termina na noite seguinte se mantendo, assim, viva. “[...] o destino não pode ser evitado nem nada pode impedi-lo, nem que, quando a mulher deseja alguma coisa, ninguém pode impedi-la” (*Livro das mil e uma noites*, 2006, p.48).

Tanto o “*Livro das mil e uma noites*” quanto o “*Kalila e Dimna*”, a segunda excelente obra conhecida no mundo islâmico, fazem parte de uma série de obras que seguem o mesmo gênero denominado huraafaat [fábulas], asmaah [narrativas noturnas] e ahbaar [crônicas], que, segundo Mamede Mustafa Jarouche, se caracterizam pela utilização dos mathalum [paradigmas ou histórias exemplares].

A traição

A melhor definição para “traição” como um sentimento temido pelo homem em qualquer período histórico e em qualquer região que possua vida humana, é a definição jurídica na qual traição significa tornar óbvio e evidente aquilo que se queria ocultar. A traição é muito relacionada ao adultério [que não deixa de ser uma traição].

Kalila e Dimna

Como já mencionado anteriormente, a outra obra islâmica que se destaca na abordagem da traição é *Kalila e Dimna*, também de autor desconhecido, obra esta que será, aqui, apresentada e analisada.

Sabe-se que *Kalila e Dimna* fora traduzido do sânscrito ao árabe por volta do século VIII por Abdullah Ibn Almuqaffa e que esta obra chegara à Baghda por meio de um serviço de espionagem do próprio tradutor.

Esta obra trata-se de um compilamento de paradigmas em forma de fábulas que compõem, na história, dois universos presos um ao outro, um macrouniverso que narra a história central e um microuniverso que narra histórias apresentadas dentro da história central.

Desta forma, como o tema central deste estudo é a traição, o primeiro e principal capítulo da obra, “O Leão e o Touro” é o mais apropriado para ser analisado.

O capítulo “O leão e o touro” é quase que inteiramente o debate entre dois chacais gêmeos, Kalila e Dimna, que são extremamente inteligentes e cultos, porém, veem o mundo e as ações neste mundo de forma diferente. Enquanto Kalila é mais prudente e acredita que o universo rege a grande orquestra da vida e que cada indivíduo tem o seu lugar nesta ordem maior, Dimna acredita que cada indivíduo tem um potencial específico dentro de si e que o seu lugar nesta ordem maior deve se dar pela competência e pelas ações de cada indivíduo mesmo que seja necessário a utilização de artimanhas, ou seja, enquanto o primeiro acredita no equilíbrio natural das coisas, o segundo é defensor da pró-atividade.

O macrouniverso deste primeiro capítulo da obra gira em torno de Dimna achar que tanto ele quanto o seu irmão, devido suas competências, merecem ascender na hierarquia do reino do leão e que para isso, tanto ele quanto Kalila deveriam fazer alguma coisa para mostrar ao rei o seu valor e, assim, cair nas graças do monarca. Porém Kalila é contra essa próatividade do irmão e tenta convencê-lo a deixar as coisas fluírem naturalmente, pois, se eles realmente forem merecedores desta graça – ascensão no reino do leão –isso ocorrerá naturalmente e para defender seus argumentos, Kalila utiliza de fábulas [que entram no microuniverso deste capítulo], mas Dimna, irredutível como uma característica de muitos gênios, rebate os argumentos com outras fábulas, tão válidas quanto a do irmão. Essas fábulas geram um equilíbrio impressionante entre os argumentos dos irmãos, colocando o leitor, realmente, para refletir o assunto.

Para melhor entender como se dão estes microuniversos na obra, foram destacadas algumas destas fábulas como a do paradoxo do mercador de ferro e seu conhecido, contado por Kalila a Dimna.

Conta-se que havia na terra de Mardat um mercador pobre que teve de ir atrás de certo interesse; como possuísse seiscentos quilos de ferro, depositou-os na casa de um conhecido e viajou para cuidar de seu assunto. Quando voltou, foi buscar, mas o conhecido, que o vendera e gastara o seu valor, disse-lhe: 'eu havia deixado naquele lado da casa, e então os ratos comeram'. O mercador respondeu: 'com efeito, eu já tive a informação de que nada corta melhor o ferro do que dente de rato. Trata-se, além do mais, de um prejuízo fácil de suportar quando Deus te deixa bem'. O conhecido alegrou-se com o que ouviu e disse: 'vem hoje beber comigo'; o mercador prometeu que viria e saiu levando um filho pequeno do homem; escondeu-o em sua casa e depois voltou; puseram-se a beber até que o homem se lembrou do filho e começou a procurá-lo. Perguntou então ao mercador: 'acaso viste meu filho?' Respondeu o mercador: 'quando me aproximava daqui, vi um falcão carregando um menino; talvez seja teu filho'. O homem gritou e disse: 'ó testemunhas! acaso alguém já ouviu algo igual?' Respondeu o mercador: 'em terra cujos ratos comem seiscentos quilos de ferro, não é exagerado que falcões carreguem elefantes'. Disse o homem: 'fui eu que comi o teu ferro e, fazendo-o, introduzi veneno em meu interior; devolve meu filho e eu devolverei o que roubei de ti e o que tinhas guardado comigo'. E assim fizeram. (ALMUQAFFA, 2005, p.90)

Neste paradoxo podemos ver, claramente, que se trata de uma traição entre amigos. O interessante de se analisar este tipo de obra é que elas sempre têm um desfecho, seja para o lado que imaginamos, seja para um lado completamente diferente, o que poderia ser interpretado como uma intervenção do universo.

Outro paradoxo, tão interessante quanto o do mercador de ferro e seu conhecido, porém, desta vez contado por Dimna ao juiz da corte do leão, é o do sátrapa, sua mulher e seu falcoeiro.

Contam que um sátrapa da cidade de Farawat tinha uma mulher formosa e inteligente, e também um servo falcoeiro que se apaixonara pela mulher e lhe fazia constantes ofertas, mas, como ela não lhe desse a menor atenção, ele passou a alimentar o desejo de difamá-la. Assim, tendo saído de uma feita para caçar, capturou dois filhotes de papagaio, construiu-lhes um ninho e ensinou um deles a dizer: "vi o porteiro deitado na cama com minha patroa" e o outro a dizer: "quanto a mim, cala-te a boca". Os dois filhotes decoraram as frases em dialeto bactriano, desconhecido pelo povo da cidade. Certo dia, enquanto seu patrão bebia, o falcoeiro levou-lhe as aves, e ambas se puseram a taramelar as frases diante dele. Admirado com aquela repetição de sons, sem no entanto compreender nada do que elas diziam, o sátrapa ordenou à esposa que cuidasse dos filhotes e lhes desse boa acolhida, e passou a dispensar ao rapaz excelente e gentil tratamento. Quando os papagaios já estavam com ele havia algum tempo, o sátrapa recebeu a visita de alguns nobres da Bactriana, e preparou-lhes comida e bebida. Depois que se alimentaram, o sátrapa ordenou que os filhotes fossem trazidos a fim de proporcionar diversão às visitas; as aves produziram lá o os seus sons, e os nobres, ao ouvirem tal palrear,

entreolharam-se e abaixaram a cabeça, envergonhados; depois disseram-lhe: “acaso sabes o que eles dizem?” Respondeu: “não, só sei que me agrada”. Um dos nobres lhe disse: “não te aborrecerás conosco se te contarmos? Um deles afirma, no dialeto bactriano, que o porteiro fornicava com a tua mulher; e o outro diz: ‘quanto a mim, cala-te boca’. E não faz parte de nossos hábitos tomar alimentos na casa de um homem cuja mulher é adúltera”. Nesse momento, o falcoeiro gritou lá de fora: “eu sou testemunha de que os filhotes dizem a verdade, pois eu presenciei tal fato mais de uma vez”. Então, o sátrapa ordenou que sua mulher fosse morta, e ela mandou dizer-lhe: “examina bem o que te foi dito, e então ficará evidente quem é o celerado mentiroso. Ordena a esses nobres que façam perguntas às aves e verifiquem se, porventura, elas sabem ou dominam, do dialeto bactriano, mais do que essas duas frases; assim fazendo, vós sabereis que isso lhes foi ensinado pelo falcoeiro, que tentou seduzir-me, mas eu o repeli” o sátrapa assim fez: os nobres dirigiram a palavra às aves, e eu que aquelas duas frases eram as únicas que eles conheciam. Souberam, logo, que aquilo lhes havia sido ensinado pelo falcoeiro, a quem o sátrapa mandou chamar, e ele se apresentou com um falcão às mãos. A mulher lhe disse: “ai de ti! acaso me viste no estado com que intentas me detrair?” Respondeu: “sim!” Então o falcão o falcão atacou-o e lhe arrancou os olhos com as garras. Disse-lhe a mulher: “Deus apressou a punição por causa de tua mentira contra mim, pois alegaste ter visto o que não viste, e prestaste falso e infundado testemunho contra mim”.

Além de esta história nos mostrar um grande exemplo de um homem que trai ao seu benfeitor mais de uma vez [ao tentar dormir com a esposa deste e ao elaborar um estratagema para denegrir a imagem da esposa deste benfeitor], ela nos mostra o quão perigoso pode ser elaborarmos planos que coloquem grandes coisas, como a vida de alguém, em risco.

Tanto essas fábulas que fazem parte do microuniverso quanto a fábula central que compõe o macrouniverso de Kalila e Dimns se caracterizam dentro de uma das definições de traição que conhecemos.

Conclusão

Com a leitura de todas essas obras, realmente ficou bem clara a intensidade do medo que o homem, desde sempre, tem da traição, mais especificadamente da traição adúltera, onde, em quase todos os casos literários esta é executada por uma mulher, o que revela ao mesmo tempo um machismo histórico persistente e um medo masculino de ser traído pelo seu par.

Bibliografia

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia** – Inferno. São Paulo: Editora 34, 1998.

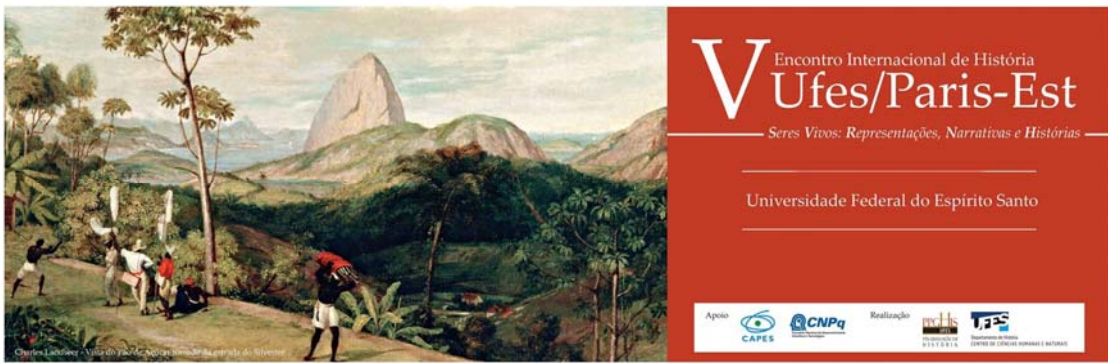
ALMUQAFFA, Abdullah Ibn. **Kalila e Dimna**. Tradução de JAROUCHE, M. M. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Editorial Paulus, 2002.

Livro das mil e uma noites, volume I: ramo sírio / Anônimo. Tradução de JAROUCHE, M. M. São Paulo: Globo, 2006.

SEGANFREDO, Carmen. **As melhores histórias da mitologia japonesa**. Porto Alegre: Artes Ofício, 2011.

SOUSTELLE, Jacques. **Os astecas na véspera da conquista espanhola**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



TRISTE SEPARAÇÃO: HISTÓRIAS DE AMOR RETRATADAS NAS ESCULTURAS PROFANAS NOS CEMITÉRIOS PAULISTANOS

Viviane Comunale

Mestranda Artes Visuais – UNESP

RESUMO: Durante o século XIX a sociedade apresentava um comportamento diferente dos dias de hoje, principalmente quando falamos da morte. Os enterramentos aconteciam dentro das igrejas, e estavam a cargo das Irmandades Religiosas ou da Santa Casa de Misericórdia sem a preocupação de como esse corpo seria enterrado. Com a proclamação da Lei Régia de 1º de outubro de 1828 que recomendava que os enterramentos fossem feitos fora das igrejas, iniciou-se a construção dos cemitérios extramuros nos arredores das cidades. Em São Paulo destacamos os cemitérios: Santo Amaro com o primeiro enterramento em 1857 e o Consolação em 1858, dentre os mais antigos da cidade. Nas décadas finais do século XIX, os túmulos passam a ser ornamentados em sua maioria como símbolos cristãos, mas os campos-santos passaram a receber também obras profanas para encomendadas pelos familiares com o objetivo de eternizar a memória deste indivíduo. Esta comunicação pretende analisar quatro obras tumulares profanas presentes nos cemitérios paulistanos.

Palavras-chave: Alfredo Oliani; Arte tumular; Cemitérios; Escultura; Leopoldo e Silva; Nicola Rollo

RESUMEN: Durante el siglo XIX la sociedad tenido un comportamiento diferente de hoy, sobre todo cuando hablamos de la muerte. Los entierros tuvieron lugar dentro de la iglesia, y estaban a cargo de las Hermandades Religiosas o de la Santa Casa de Misericordia sin la preocupación de cómo sería enterrado este cuerpo. Con la proclamación de la Ley Real de 01 de octubre 1828, que recomienda que los entierros fueron hechos fuera de las iglesias, se inició la construcción de cementerios extramuros en las afueras de las ciudades. En Sao Paulo hincapié en los cementerios: Santo Amaro con el primer entierro en 1857 y de la Consolación en 1858, entre las más antiguas de la ciudad. En las últimas décadas del siglo XIX, las tumbas están decoradas principalmente como símbolos cristianos, pero

camposantos ahora también reciben obras profanas comisionados para la familia con el fin de perpetuar la memoria de este individuo. Esta comunicación es examinar cuatro profano presentes obras de tumbas en cementerios São Paulo.

Palabras-clave: Alfredo Oliani; Arte funerario; Cementerios; Escultura; Leopoldo e Silva; Nicola Rollo

Quanto ao resto, sinto-me aqui perfeitamente bem. A solidão, neste verdadeiro paraíso, é um bálsamo para o meu coração sempre fremente, que transborda ao calor exuberante da primavera. Cada árvore, cada sebe forma um tufo de flores, e a gente tem vontade de transformar-se em abelha para flutuar neste oceano de perfumes e deles fazer o único alimento. (GOETHE, 2006:2)

Introdução

Durante o século XIX a sociedade apresentava um comportamento diferente dos dias de hoje, principalmente quando falamos da morte. Os enterramentos aconteciam dentro das igrejas, e estavam a cargo das Irmandades Religiosas ou da Santa Casa de Misericórdia. Conforme atestam, pois, os documentos da época ao tempo dos enterramentos nas igrejas, usavam-se depositar o corpo diretamente na sepultura, sem o caixão funerário (LOUREIRO, 1977:33).

Com a proclamação da Lei Régia de 1º de outubro de 1828 que recomendava que os enterramentos fossem feitos fora das igrejas, iniciou-se a construção dos cemitérios extramuros nos arredores das cidades. Em São Paulo destacamos os cemitérios: Santo Amaro com o primeiro enterramento em 1857 e o Consolação em 1858, dentre os mais antigos da cidade.

Nas décadas finais do século XIX, os túmulos passam a ser ornamentados com símbolos cristãos, como por exemplo a presença de uma lamparina junto ao jazigo representando a purificação da alma, uma guirlanda repleta de flores referenciando o triunfo da vida sobre a morte ou uma Pietá segurando seu filho Jesus morto trazendo o desejo daqueles que ficam que o ente que partiu tenha a sua alma bem recebida do outro lado. Posteriormente surgirão outros tipos de esculturas encomendadas pelos familiares com o objetivo de eternizar a memória deste indivíduo.

Mesmo com toda a beleza ornamentada sobre os túmulos, esses espaços não serão bem vistos pela população, nos dias de hoje esses espaços são marginalizados:

Nada mais polêmico, no imaginário popular, de que vem carregada a palavra cemitério. A associação é óbvia: tristeza, desolação, angústia, perda, local de reverenciamento a entes queridos, lugar aonde se vai “uma vez na vida e outra na morte”. Ou ainda, a imagem é ainda mais negativa relacionada a adjetivos como medo, pavor, morbidez, lugubridade, para não citar a ligação ao movimento gótico ou mesmo a rituais macabros (OSMAN; RIBEIRO, 2007:2)

Situação diferente encontrada na Europa, onde os cemitérios além de espaços para os enterramentos, oferecem um espaço para o lazer da população local e roteiros atrativos e para os turistas que o visitam. Um exemplo é o Père-Lachaise um dos cemitérios mais famosos de Paris recebe diariamente “mães com bebês, animados estudantes, casais de namorados, aposentados e, claro, turistas e mais turistas (OSMAN; RIBEIRO, 2007:2) ”.

As histórias de amor retratadas em esculturas profanas

Além das esculturas cristãs encontramos nesses espaços “monumentos construídos a intenção de manter a memória”⁶⁰² dos indivíduos, em muitos casos a construção de obras sagradas permitiam a aproximação com a religião e a remissão de todos os pecados terrenos.

O autor Mircea Eliade (2010:159) escreve sobre esse ritual onde o enterramento está ligado com o “sair do ventre, ou da cabana tenebrosa, ou da tumba iniciática, equivale a uma cosmogonia”, proporcionando o renascimento deste indivíduo.

Voltemos aos cemitérios paulistanos, passeando por suas alamedas encontraremos diversas histórias retratadas em esculturas tumulares: de amores impossíveis a traições, eternizadas pelas mãos de desconhecidos artesãos italianos ou de artistas acadêmicos que vinham se destacando na arte brasileira.

Para contar essas histórias, escolhemos quatro túmulos e seus conjuntos escultóricos presentes em dois cemitérios da capital: Consolação e Necrópole São Paulo, projetados por artistas de renome na arte como Leopoldo e Silva (1879-1948), Nicola Rollo (1889-1970) e o (des) conhecido Alfredo Oliani (1906-1988).

⁶⁰² Termo criado pelo historiador Pierre Nora no livro *Les Lieux de Mémoire*

O ponto de interrogação

Aluno do escultor Amadeu Zani na Escola de Belas Artes de São Paulo, Leopoldo e Silva (1879-1948) se destacou na instituição pelo seu estilo artístico. Recebeu uma “bolsa de estudos do Governo do Estado a fim de se aperfeiçoar em Roma” (LEITE, 1995, p. 39)⁴. Foi aluno do italiano Arturo Dazzi (1881-1966) em Roma.

Por idealizar obras conservadoras, não participou da *Semana de Arte Moderna* em 1922. Participou da *Exposição Geral de Belas Artes*, no Rio de Janeiro, com 14 obras, sendo agraciado com uma pequena medalha de ouro.

A forte influência de Auguste Rodin proporcionou ao artista a oportunidade de esculpir nus como uma forma de exaltação ao corpo belo e perfeito.

[...] é nos opulentos nus de mulheres que a arte do irmão do arcebispo atinge suas mais altas realizações artísticas – na linda *Lucífera* de linhas cantantes em sensual postura, na *Esposa da Morte (Jandira)* em sua forte composição fechada, na *Marabá*, de tão bela solução plástica, na *Safo* ou na *Aretusa*, nas duas ou três provocantes fêmeas desnudas jazendo por terra, naquela mulher estilizada quase *Art Decó*, a mais moderna e ousada, enquanto forma, de todas as que concebeu o artista. (LEITE, 1995, p. 40).

O artista executou diversas obras que se encontram em espaços públicos, porém, vamos analisar, as executadas nos espaços sagrados.

Sua sensibilidade permitiu criar uma escultura curiosa, que hoje adorna o túmulo da Família Piza, no Cemitério da Consolação, a *Interrogação*. Esta maravilhosa escultura em granito retrata uma jovem nua em um profundo sentimento de pesar. Uma homenagem do escultor ao brilhante advogado Moacir Piza, (1891-1923), que se suicidou depois de matar a sua ex-namorada Nenê Romano (1897-1923), cujo nome verdadeiro era Romilda Machiaverni (era conhecida também por Lina Machiaverni). (MENDES,2011).

De origem humilde, essa imigrante italiana trabalhou como costureira no bairro do Brás, mas a sua beleza a tornou uma conhecida cortesã da cidade de São Paulo. Os homens a amavam, mas as mulheres a odiavam.

Um dia, Nenê Romano foi atacada por “dois jagunços”, de uma rica família de cafeicultores, a mando de uma jovem que estava enfurecida com o assédio de seu

namorado à cortesã. Levou uma navalhada no rosto no atentado de 1918, que a desfiguraria. (MENDES,2011).

O caso foi parar na polícia, mas, dificilmente, uma cortesã ganharia o processo contra um membro da elite cafeeira do Estado. Nenê Romano, então, contratou o famoso advogado Moacir Piza para representá-la no processo. Porém, a sua beleza fez com que Piza se apaixonasse por ela. Namoraram por dois anos, logo Nenê se desinteressou de Moacir e rompeu o namoro.

Moacir Piza foi procurá-la na noite de 25 de outubro de 1923, na tentativa de reatar o relacionamento. Ela estava de saída. Ele insistiu para que ela entrasse no táxi, para conversar. Na esquina da avenida Angélica com a rua Sergipe 155 matou-a com quatro tiros e matou-se em seguida caindo sobre ela. (MENDES, 2011).

Mas o que de fato aconteceu dentro desse táxi? Por que um homem tão brilhante como ele cometeu tamanha sandice assassinando a sua amada? Rejeição? Ciúmes? Todas essas interrogações foram materializadas pelo escultor e convidam o seu observador a refletir sobre essa história de amor que, infelizmente, terminou de maneira trágica.

A lenda grega

Nascido em Bari, na Itália, Nicola Rollo (1889-1970) partiu cedo de casa com destino a Roma. Seu objetivo era estudar Escultura com Ângelo Zanelli (1879-1942) e com o mestre Arturo Dazzi (1881-1966), que também foi professor dos artistas Leopoldo e Silva e Victor Brecheret.

Em 1913, Rollo desembarca no porto de Santos e segue para a cidade de São Paulo. A pesquisadora Maria Cecília Martins Kunigk (2001) descreve:

Sobre seu período inicial no Brasil, não há registros explícitos ou reveladores. Sabe-se que seus primeiros anos em São Paulo foram de muita dificuldade financeira e muito empenho para estabelecer-se no novo país, mas que o espírito inquieto e rebelde de seus 24 anos, facilitaria sua adaptação à vida paulista, que se abria em possibilidades promissoras a estrangeiros que aqui desembarcavam, na esperança de trabalho e sucesso. (KUNIGK, 2001, p. 46).

Nesse período milhares de imigrantes continuavam a chegar nos portos brasileiros, em busca de uma melhor condição de vida, e a cidade de São Paulo estava

preparada para empregar essa mão de obra, principalmente os artistas e artesãos que chegavam aos montes na Capital.

Assim como outros artistas, Nicola Rollo, além de participar de concursos para a construção de monumentos públicos, trabalhava com encomendas “quatro décadas de trabalho, que mesmo de poucos exemplos, desvelam o valioso conteúdo artístico [...]” (KUNIGK, 2001, p. 150). Grande parte de sua obra tumular foi executada, entre as décadas de 1920 e de 1930, recebendo a influência da *Art Decó*. Analisaremos a seguir uma obra do artista, localizada no Cemitério da Consolação.

A *Lenda grega* foi encomendada pela Família Trevisioli, o túmulo em *Art Decó* conta a história mitológica de amor entre o jovem Orfeu e a ninfa Eurídice. Apaixonados, casaram-se, mas pouco tempo depois Eurídice foi morta pela picada de uma cobra.

Inconformado com a morte da sua musa, Orfeu decide descer ao submundo. Enfrentando diversos perigos e contando somente com a ajuda de sua lira, ele chega até o reino dos mortos. Frente aos deuses Hades e Perséfone, Orfeu conta a sua história e pede para que lhe devolvam Eurídice. Caso não fosse atendido, ele próprio ficaria no submundo. Comovidos os deuses devolvem Eurídice a Orfeu, porém ele não poderia olhá-la antes de atingir o mundo superior. Com medo de ser enganado, Orfeu virou-se para a amada e, nesse exato momento, uma força invisível levou Eurídice de volta para o submundo.

O monumento executado em linhas retas utiliza como material principal o granito rosa. Nos elementos de ornamentação o artista utilizou o bronze.

À frente, deitada e inerte, Eurídice, entregue à morte, descansa sobre o túmulo, coberta por um fino manto que desvela o seu corpo. Sob Eurídice, um ornamento em bronze e baixo relevo: nele um anjo estilizado guarda a pobre alma.

Nas laterais do túmulo, foram esculpidas quatro cabeças estilizadas que sustentam os blocos laterais com o nome da família gravado em baixo relevo. Na parte central a escultura do jovem Orfeu. A figura masculina segue representada de forma contorcida e viril. Orfeu, lamentando-se pela morte da amada, com o braço esticado

à frente parece oferecer a sua harpa aos deuses, talvez na tentativa de reaver Eurídice novamente.

Não temos informações que comprovem que a escolha dessa história serviu para retratar uma tragédia familiar, mas podemos comparar o sentimento de pesar pela separação dos amantes a nossa própria dor ao perdermos uma pessoa amada.

Triste separação

Durante uma visita à Necrópole São Paulo, fotografando as obras de Victor Brecheret para a composição de um artigo, encontramos um amplo conjunto escultórico em bronze e granito, na entrada lateral do cemitério. O túmulo pertence à Família Giannini, com uma base em granito preto feita pela Marmoraria Casa Maia, e adornado com quatro esculturas em bronze projetadas pelo artista Alfredo Oliani.

No local encontramos os nomes de Emílio Giannini (1884-1946) e Maria Clara de Mello Barreto Giannini, sem referências sobre o seu nascimento: o único registro encontrado é do seu falecimento, em 1974.

Existem poucas informações sobre a construção desse monumento. Recentemente, em pesquisa às obras de Oliani, levantamos que esse conjunto escultórico data de 1948, portanto dois anos após o falecimento de Emílio Giannini. Acreditamos que a alegoria foi encomendada ao escultor pela viúva Maria Clara, querendo expressar a sua dor pela perda do amado. É provável que ela tenha se inspirado em outra obra feita por Oliani, instalada no mesmo cemitério. Trata-se do túmulo da Família Cantarella que abriga o conjunto escultórico *Último adeus*, que abordaremos mais à frente.

O conjunto escultórico é grandioso, formado por uma base de granito que serve de suporte para as quatro figuras em bronze. Nela temos uma jovem em prantos que se apresenta inconsolável pela perda do seu amado jogando-se a frente, tentando tocar pela última vez a mão do seu falecido. Mais à frente temos o corpo do jovem sem vida que é carregado por dois homens vigorosos e nus.

Ao executar o conjunto escultórico para a viúva Maria Clara, Oliani se arriscou a não ser bem visto pelos mais conservadores, afinal sua escultura seguia a linha profana dentro de um espaço sacro.

A composição desta obra dialoga com o espectador, trazendo à tona um turbilhão de sentimentos. Novamente a precisão dos detalhes transforma *Triste separação* em um conjunto escultórico inesquecível, principalmente pela riqueza de detalhes.

Último adeus

Na Necrópole São Paulo, outro conjunto escultórico em bronze, de extrema beleza, atrai a atenção daqueles que passam pelo cemitério. A obra foi intitulada *Último adeus* e adorna o túmulo da Família Cantarella.

O professor de Sociologia José de Souza Martins (1938) publicou um artigo no *Caderno Metrópole*, na seção *Tesouro paulistano* do jornal *O Estado de São Paulo*, em 2006, e comenta sobre essa história:

[...] Antônio Cantarella veio da Itália já casado com Maria. O amor dos dois é lendário na família. Antônio imigrou rico e se estabeleceu em São Paulo como comerciante e proprietário. Se deixou bens, não sei. Ele e Maria deixaram mais que isso, a lenda de sua paixão sobrepondo-se à própria morte. (MARTINS, 2006).

E com certeza o amor de ambos era algo muito mais forte. O que de fato sabemos é que Antônio (Nino) faleceu às vésperas do Natal de 1942, com 65 anos, e, para eternizar o seu amor pelo marido, Maria colocou o epitáfio: “Ó Nino, meu esposo, meu guia e motivo eterno de minha saudade e de meu pranto. Tributo de Maria”.

Ao que tudo indica o túmulo como conhecemos hoje foi erguido alguns anos depois. Coube a Oliani desenvolver o conjunto escultórico em bronze e à Casa Maia desenvolver o suporte da obra. Ele pode ser visto de vários pontos do cemitério, o que nos leva a comparar sua obra com o trabalho de Rodin, segundo Mauclair (1905, apud WITTKOWER, 2001, p. 251) Rodin “[...] desejava que a estátua se erguesse totalmente livre, e pudesse ser observada a partir de qualquer ponto.

A obra traz um homem nu e vigoroso ajoelhado ao lado de uma linda jovem, inerte e coberta por um manto. O homem envolve a jovem em seus braços para um último

beijo, uma despedida dolorosa para um casal apaixonado. Esta alegoria representa o amor incondicional do casal. Martins escreve:

A esposa, sobrevivente do casal, pede ao artista uma escultura que celebre abertamente o sentimento profundo de sua união com o marido, reconhecendo-o ainda vivo em sua vida, depois dele morto, e ela própria morta sem a companhia dele. Não reluta na confissão de sua paixão. (MARTINS, 2006).

O conjunto traz diversas referências como as junções dos braços formando uma cruz grega, representando o ideal cristão, mas a referência mais marcante é o beijo apaixonado dos amantes, certamente inspirado na obra *O beijo*, de Auguste Rodin. Outro exemplo de referência a *O beijo* é o túmulo da Família Mancini, no Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte; feito em mármore preto contrasta com a escultura plana feita em gesso.

Um casal vestido com túnicas, lembrando a cultura greco-romana, está representado com as mãos entrelaçadas; o homem beija ternamente a mulher. Sobre a escultura os dizeres: *O último beijo de despedida para a eternidade*. Certamente essa obra escandalizou a sociedade da época, não por traduzir o amor incondicional dos amantes, mas por explorar a sensualidade e a beleza do corpo humano, e com certeza inspirou a construção de outros monumentos com o mesmo tema, como por exemplo o túmulo da Família Giannini, abordado anteriormente.

Algumas considerações

Mesmo sem fontes históricas para corroborar nosso relato identificamos que essas obras profanas executadas para estes espaços, certamente chamaram a atenção pela sua composição, mas também pelas histórias que elas contavam.

O mesmo vale para as obras do artista Alfredo Oliani, que durante o seu período de estudo na Europa deve ter se inspirado no método aplicado pelo escultor Auguste Rodin.

Rodin fazia diversos esboços em barro para representar o movimento (Wittkower, 2001). Ele não gostava da escultura acadêmica, para ele esse tipo de obra não permitia a visão do todo. Executava diversas obras com nus, para que elas fossem admiradas pela beleza da forma. Acreditamos que sua obra possa ter influenciado Oliani na criação do conjunto escultórico.

Após a morte do poeta francês Victor Hugo (1802-1885), Rodin executou um monumento em sua homenagem. Nele podemos ver o poeta nu sobre as rochas, meditando. Na base da escultura encontramos a assinatura de Rodin (A. Rodin), exatamente igual à assinatura adotada por Oliani.

Depois de conhecer essas histórias, esperamos que você leitor possa fazer uma visita ao cemitério de sua cidade agora com um outro olhar, o cemitério não é só um lugar de tristeza, pode ser também um lugar de aprendizado da história da sua cidade e por que não a sua própria história.

Aventure-se e descubra novas histórias.

Bibliografia:

4 LEITE, José Roberto Teixeira. Leopoldo e Silva. In: ARAUJO, Emanuel, (Org.). **Expressões do corpo na escultura de Rodin, Leopoldo e Silva, De Fiori, Brecheret, Bruno Giorgi**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1995

COMUNALE, Viviane. A presença de Victor Brecheret na arte tumular em São Paulo. In: **II Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí-** 2011.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Os sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: Hedra, 2006. p.2

LOUREIRO, Maria Amália Salgado. **Como nasceu o serviço funerário**. São Paulo: Secretária de Serviços e Obras da prefeitura do município de São Paulo, 1977. p. 33

MARTINS, José de Souza. **Tesouro Paulistano**. Estado de São Paulo. São Paulo 28 out.2006

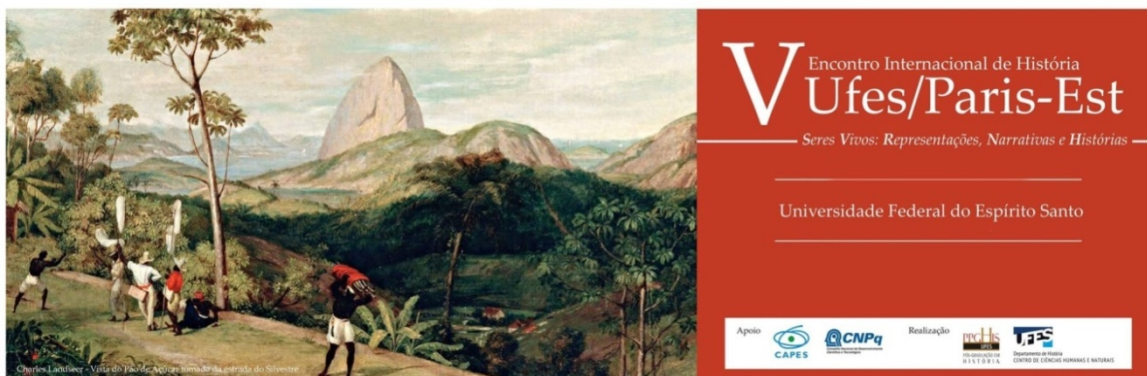
OSMAN, Samira Adel; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Arte, história, turismo e lazer nos cemitérios da cidade de São Paulo**. Licere. Belo Horizonte: v.10, n.1, p.2 abr.2007

Fontes eletrônicas

MENDES, Eli (2011). A cortesã mais linda da cidade. Disponível em:
<http://www.laboratoriodetemas.com/2011/11/cortesa-mais-linda-da-cidade.html> .

Acesso 01.out.2013

Orfeu e Eurídice. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$orfeu-e-euridice](http://www.infopedia.pt/$orfeu-e-euridice) Acesso em 30.set.2013



AS TRAJETÓRIAS ILUSTRADAS DE ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES E DO MARQUÊS DE CONDORCET: SUAS VISÕES SOBRE O PRIMADO DA EDUCAÇÃO

Guilherme Marchiori de Assis
Mestrando em História – UFES

RESUMO: A recente historiografia acerca da Ilustração tem afirmado o caráter plural e os múltiplos processos de composição das ideias associadas às Luzes em distintas partes da Europa simultaneamente, de modos e de acordo com as peculiaridades regionais. Nesse contexto, destacamos dois personagens: o português António Nunes Ribeiro Sanches e o francês Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat, o Marquês de Condorcet. Buscamos analisar, *grosso modo*, suas aproximações e divergências no que diz respeito à questão da educação enquanto primado ilustrado.

Palavras-chave: Modernidade; Ilustração; Educação.

Abstract: Recent historiography about the Enlightenment has affirmed the pluralistic character and processes of composition of the ideas associated with the Enlightenment in different parts of Europe simultaneously, according to the regional peculiarities. In this context, we highlight two characters: the portuguese António Nunes Ribeiro Sanches and the french Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat, Marquis de Condorcet. We analyze their differences with regard to the issue of education as a rule of the Enlightenment.

Keywords: Modernity; Enlightenment. Education.

INTRODUÇÃO

Um artigo científico que vise esquadrihar o movimento ilustrado, com ênfase na França e em Portugal, apresenta-se como uma busca intermitente por análises intrínsecas e abordagens verticais, ou seja, aufere-se diante do grandioso arcabouço teórico imposto pelas luzes, um estudo que busque transcender as análises superficiais e meramente interlocutórias.

Nesse contexto histórico peculiar onde foram usuais as divergências, mais do que similitudes teóricas, torna-se interessante apresentar os ideários que condizem com o período do setecentos, e, ao mesmo tempo, detalhar as posições que permitiram o crescimento das ideias científicas, tendo como enfoque a educação (TODOROV, 2008, p. 14).

O primeiro ponto que se coloca como de profícua análise, é a grande distinção das ilustrações europeias verificadas nos diferentes territórios que compõe a Europa Ocidental, escolhida como espaço físico-territorial na abordagem desse estudo.

Cada espaço geográfico pertencente aos setecentos, possuiu características próprias e abordagens únicas, ou trajetórias únicas. Todavia, mesmo diante de tal problemática, é possível tecer importantes observações que almejam o engrandecimento da abordagem e método de cientificidade (BOURDIEU, 2000, p. 183).

Nesse paço, para viabilizar esta análise e possibilitar o progresso e inovação das ideias e premissas, dois personagens históricos foram apontados, quais sejam, Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat (1743-1794) e António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783).

Cada qual encontra-se subsumido em um espaço temporal específico, diante de peculiaridades pertinentes aos seus respectivos países, mas que de toda sorte contribuem para o enfoque vertical mencionado, atentando-se para o que é o principal objeto do presente trabalho, qual seja, o primado da educação nos discursos ilustrados.

Os modelos educacionais francês e lusitano, cada qual com suas especificidades, bem como seus objetivos e prioridades, possibilitam a real compreensão e abordagem do período.

Diante de tais premissas, é necessário discorrer um importante aspecto do movimento *das luzes*: o discurso ilustrado é posto em uma sua multiplicidade como universal, ou seja, a universalidade das questões postas para digressão partem do pressuposto inteligível de que os ideários e construções acadêmicas devem se sobrepor à possível limitação físico-temporal, onde a educação possui um local de destaque.

Sob esse prisma surge um importante questionamento. Há uma distinção própria entre “Instrução” e “Educação”? Cremos que sim. Condorcet aborda o primeiro termo no sentido que a obra impõe, isso é, a formação acadêmico-cultural do povo francês. Por sua vez, António Nunes Ribeiro Sanches, em sua obra angular, **Cartas para a educação da mocidade**, usa a expressão “Educação” para refletir o mesmo propósito com as peculiaridades de Portugal. A fim de possibilitar a melhor discussão sobre o assunto e o seu real entendimento, retratamos a conceituação de Félix Dupanloup (1802-1878), bispo de Órleans, seguindo a linguística francesa que convém ao estudo posto. “A educação desenvolve as faculdades, eleva a alma. A instrução dá conhecimento, alimenta o espírito. A educação é o fim enquanto que a instrução não é mais que um dos meios” (DUPANLOUP, 2009, p. 177-178).

Em outras palavras, a educação pode ser tida por uma noção globalizante, na qual a instrução é um dos meios para efetivá-la. Na visão de Condorcet, essa era uma realidade. Sendo assim, ante a distinção eficazmente retratada por Dupanloup, abordamos nesse trabalho as significações atinentes a cada realidade específica dos autores. Quando tratarmos da França, utilizaremos a expressão “instrução”. Ao revés, no âmbito luso, usaremos a expressão “educação”.

Clara é a justaposição da universalidade como premissa da Ilustração, vez que no século XVIII nítidas foram as divergências doutrinárias e escolásticas. Entretanto, a universalidade se apresenta como um ponto referencial que permite a construção do presente trabalho. Nesse contexto, definido por Paul Hazard como *crise da consciência moderna*, um conjunto de ideias tomou corpo sob a alcunha de *Iluminismo* (HAZARD, 1948).

Grosso modo, o objetivo do Iluminismo era libertar o pensamento do domínio das ideias sobrenaturais para o homem conquistar a liberdade intelectual, política e religiosa, motivo pelo qual se condenava toda forma de pensamento pautado no absolutismo político e religioso. Todavia, no interior de cada país, existiam controvérsias sobre os variados sentidos das Luzes. Contudo, reconhecer as particularidades que distinguem as tendências não constitui, porém, negação da possibilidade da existência de traços comuns (MERLO, 2013, p. 2-4).

É no interior desse contexto que se inscreve nossa pesquisa. Elegemos como personagens de nossas reflexões dois pensadores que traduzem, cada um a seu modo, a universalidade e a particularidade que caracterizaram as Luzes. Em Portugal, António Nunes Ribeiro Sanches e na França, Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat, Marquês de Condorcet.

Por meio de uma abordagem contextualizada, buscaremos apresentar as aproximações e divergências entre tais pensadores, tendo como viés o primado das Luzes.

As luzes de Ribeiro Sanches

De acordo com Jonathan Israel, Portugal atrelou-se a um tipo de Iluminismo moderado, opositor daquele radical de caráter spinozista (ISRAEL, 2009). Fez-se na península um iluminismo empirista dialogando em proximidade com os ingleses. O drama intelectual português, também partilhado com a Espanha, conteve o cartesianismo corrente na Europa, isto é, aquela primeira ideia de logicidade das questões sociais, metafísicas, resumidamente, de fato, pouco se creditou à razão uma autoridade. A Igreja católica ainda exercia ali uma grande influência nas

questões políticas e sociais. Um bom exemplo é a particularidade das universidades portuguesas notadamente regidas por homens ligados ao clero.

A intelectualidade portuguesa defendeu a “divina providência” contra o radicalismo ilustrado. Mesmo que a filosofia tenha conquistado no século XVIII uma autoridade frente à teologia, uma autoridade racional, empirista ou nominalista, em Portugal a força teológica da Igreja cumpria um grande poder nos centros notavelmente ligados ao ensino, às universidades.

As observações de Ribeiro Sanches se inserem, portanto, em um contexto de crítica à cultura portuguesa. Cabe ressaltar que, num primeiro momento, é com os *estrangeirados*⁶⁰³, como é o caso de nossa personagem, que Portugal recebe severas críticas a sua funcionalidade interna. Tais críticas poderiam aparentar certa moderação, mas na prática influenciavam o pensamento lusitano ainda que indiretamente – como se veria com os desdobramentos sobre as ações do Marquês de Pombal –, isto é, visavam à reforma de vários setores primordiais, como o da educação, da moral e daquele no trato com as ciências.

António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) foi historiador, médico e filósofo. Autor de diversos manuscritos, dentre eles o que se sobressai, *Cartas sobre a educação da mocidade*, onde são prescritos conselhos e ideias fulcrais para a boa-aventurança do ensino em Portugal. Em seus escritos, Sanches apresenta inúmeras possibilidades necessárias para o aprimoramento do ensino no reino luso, dialogando diretamente com o pensamento das Luzes (SANCHES, 1922, p. 26-37).

⁶⁰³ Em Portugal, os chamados estrangeirados deram uma grande contribuição para a formação, na península, de uma corrente de pensamento mais próxima à realidade dos demais países europeus. Temos por estrangeirados, os letrados, em sua maior parte judeus, que saíram de Portugal, expulsos ou por vontade própria, em busca de um conhecimento científico mais apurado. Deram início a um movimento de crítica às questões portuguesas no tocante ao arcaísmo que a península se encontrava em face aos demais países da Europa (França, Inglaterra e Rússia). O estrangeirado, dessa forma, não chega a ser uma identidade individual “mas um seguimento da malha de canais de difusão que se propõe integrar Portugal num novo corpo cognitivo e epistemológico” (ISRAEL, 2009, p. 14).

Como cristão-novo e denunciado por praticar o judaísmo, Sanches se viu obrigado a sair de Portugal, permanecendo no exílio até sua morte aos 84 anos, em Paris, no ano de 1783. Tais episódios marcaram profundamente sua trajetória. Conforme conta: “Quando eu nasci, já a fogueira da Santa Inquisição fazia arder corpos e almas no Rossio de Lisboa e Évora, assim como nos Paços de Coimbra e Goa (SANCHES, 2003, p. 4-5)”.

Não obstante as perseguições religiosas e doutrinárias, estudou medicina por vários anos com o proeminente Herman Boerhaave (1668-1738). Um dos mais conceituados médicos do século XVIII, além de botânico, considerado fundador da moderna escola de medicina e ambulatorial. Por recomendação deste, ante as perseguições religiosas sofridas nos Países Baixos, Sanches partiu para o Império Russo em 1731, onde foi nomeado clínico do Corpo Imperial dos Cadetes de São Petersburgo (SANCHES, 2003, p. 4-5).

Na Rússia ganhou fama e tornou-se médico da czarina Ana Ivanovna (1693-1740). Em 1739 foi nomeado membro da Academia de Ciências de São Petersburgo e, no mesmo ano, recebeu igual distinção da Academia de Ciências de Paris.

É importante destacar que durante sua vida, Ribeiro Sanches manteve relação epistolar com diversas personalidades eminentes da sociedade intelectual francesa, dentre eles, D’Alembert (1717-1783) e Diderot (1713-1784), tendo sido inclusive convidado a escrever um verbete *Sociedade de homens letrados* publicado na *Enciclopédia e dicionário racional de ciências, artes e ofícios* CORREIA, 2008, p. 1-18).

Após longos anos de reconhecimentos e conquistas, em 1747 convalescendo de um problema de saúde, Sanches pediu demissão da Corte russa e mudou-se para Berlim, instalando-se no fim do mesmo ano na França, onde residiria até o fim da vida.

Em Paris, perdeu o direito a sua pensão vitalícia, já que fora excluído do corpo docente da Academia Russa, devido a acusações relativas à prática de judaísmo. Não obstante, houve o restabelecimento da mesma em 1762, por Catarina II.

Foi durante os anos em que viveu em Paris que Sanches, a pedido do então secretário de Estado, o Marquês de Pombal, redigiu um método para o ensino de medicina em Portugal, *Método para se estudar medicina*. O primeiro esboço teve início em torno de 1758. Logo após a publicação e o bom acolhimento de sua obra, foi estabelecida uma pensão anual por Lisboa, mesmo que de forma intermitente.

Começou então a escrever, o aclamado *Cartas sobre a educação da Mocidade*, a tratar de um ensinamento político geral e das reformas necessárias ao ensino.

Em sequência, no ano de 1761, redigiu *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*. Sanches morreu em 1783, em Paris. Suas obras são consideradas fundamentais para as políticas reformistas de Pombal.

Apesar deste trabalho não seguir pelo caminho biográfico do autor e trilhar no mapeamento da real influência dos escritos de Sanches sobre Pombal, é interessante notar que mesmo longe de Portugal, Sanches teve grande mérito por não abandonar as questões de sua terra, a qual sempre tencionou em voltar, apesar de nunca ter-lhe sido permitido.

Ribeiro Sanches: Preceitos Importantes

As contribuições de Antônio Nunes Ribeiro Sanches se inscrevem no contexto das reformas educacionais e políticas promovidas em Portugal, durante o reinado de Dom José I, sob o comando de Pombal. De maneira geral, seus apontamentos críticos revelam um profundo sentimento de desgosto acerca do arcaísmo ao qual se encontrava sua pátria.

Em 1761 escreve: "Hoje é máxima constante que a virtude, a ciência e o valor dos Povos não dependem de sua educação particular nem da Religião que professam" (SANCHES, 2003, p. 1). Daí se depreende as primeiras impressões sobre Portugal no século XVIII, em especial no que dizia respeito à influência da vida religiosa no campo intelectual ou das Universidades, uma vez que as Universidades de Coimbra e Évora eram regidas por ordens ligadas à Igreja Romana. Aponta Sanches:

Que as máximas da vida virtuosa e civil, (de que devem ser o segundo objecto desta Universidade [a que ele propõe ao Soberano criar]) não se apreende a força de Missões, de Novenas, nem de Práticas espirituais: só

as Leis e os estatutos da Universidade bem observados, e executados por Magistrados prudentes e virtuosos, cidadãos com família, ou em estado de a ter, poderão inspirar no ânimo dos Estudantes estas virtudes adquiridas pelo ensino, pela sujeição, e pelo exemplo dos superiores e dos seus Lentes (SANCHES, 2003, p. 2).

Indo além, destaca que:

Mostrarei pelo discurso deste papel, que toda a Educação, que teve a Mocidade Portuguesa, desde que no Reyno se fundáraõ Escolas e Universidades, foi meramente Ecclesiastica, ou conforme os dictames dos Ecclesiasticos; e que todo o seu fim foi, ou para conservar o Estado Ecclesiastico, ou para augmentalo (SANCHES, 1922, p. 23).

Ao lado das críticas relacionadas à problemática do ensino eclesiástico, Sanches aborda outro importante aspecto: o fato desses ensinamentos serem voltados apenas para a nobreza. Por seu viés ilustrado, Sanches faria a defesa que a instrução deveria ser ampliada para toda a sociedade lusa:

Esta Educação não seria completa se ficasse somente dedicada á Mocidade Nobre; Sua Magestade tendo ordenado as Escolas publicas, nas Cabeças das Comarcas, quer que nellas se instruaõ aquelles que haõ de ser Mercadores, Directores das Fabricas, Architectos de Mar e Terra, e que se introduzaõ as Artes e Sciencias (SANCHES, 1922, p. 24).

Cabe aqui considerar alguns aspectos particulares relativos à ilustração lusa, especialmente no que tange a importância do papel do rei enquanto mediador das reformas. Em face de tal característica foi que Sanches apresentou sua defesa da necessidade do Estado Civil propiciar a educação para a mocidade portuguesa. De fato, para Sanches o Estado Civil traduz a hegemonia do Poder Executivo sob as vestes reais, ou seja, as decisões administrativas do reino estariam subsumidas na figura do rei, sem a influência do poder eclesiástico.

Nesse entendimento, a educação, portanto, emerge como cerne do sistema a ser provido pelo Estado Civil, devendo ser gerida e tutelada pelo rei. Como forma de viabilizar a separação do Estado Civil e ensino clerical propriamente, Sanches endossa o necessário rompimento com os jesuítas, que de fato se consolidou por mãos do Marquês de Pombal a partir de 1750 (TENGARRINHA, 2000, p. 183).

Por outro lado, a questão da distinção entre o Estado Civil e o Clero, ilustra uma característica central ao pensamento das Luzes, a propagação do conhecimento

através de instituições independentes. Nesse aspecto, assim como no pensamento do Marquês de Condorcet, está posta a necessidade de uma ruptura entre o Estado-Religião e o Estado Civil.

Partindo desse pressuposto, surge a necessidade de se aventar qual deve ser o papel do Estado no ensino. Segundo Sanches está na instituição de Universidades. O papel do rei se coloca como essencial na instituição do ensino em Portugal, assumindo desse modo, enquanto Estado Civil, nos dizeres de Sanches, função primordial no primado da educação (SACNHES, 1922, p. 132).

Nessa perspectiva, a educação liberta os povos do jugo eclesiástico:

Vio, V. Illustrissima, na introducção assima a total ignorancia dos povos Christãos da Europa desde o anno de 600, até o de 1400: e que só os Ecclesiasticos por saberem ler, e escrever a Lingua Latina, e algũas sciencias, tinhaõ no seu poder a Legislação dos Reynos Christãos, e toda a Educaçã da Mocidade, e ainda aquella dos mesmos Reis, educados nos Conventos e sempre ensinados por Ecclesiasticos (SACNHES, 1922, p. 144).

Para Sanches, a educação, assim assumida pelo Estado Civil, formaria, em contrapartida, o bom cristão e o bom súdito. Em atenção à figura do monarca para qual escreve, esse é o ponto fulcral de sua obra e que pretende ver concretizada.

Deste modo, em Sanches podemos ver, por um lado, a conservação do Estado português; por outro, suas críticas nada ingênuas à Igreja. Vejamos a seguinte passagem:

O maior serviço que posso fazer às ciências, e à minha pátria, é capacitar a quem as quiser aprender, mostrar-lhe o que sabem e o que lhes falta; e tirar lhes as erradas ideias que já sabem e que não necessitam aprender: a maior, e a principal virtude na Filosofia Moral é arrancar do ânimo os vícios porque sufocam o lume da recta razão: E tudo o que se pretende pela boa Lógica e ciência do Método é dissipar do juízo as opiniões errôneas, nascidas do costume e da educação (SACNHES, 2003, p. 5).

Pensando na consecução da boa educação, Sanches apresenta quais os métodos de ensino que possibilitariam a educação formal, elencando os preceitos cruciais, a saber: a observação, a lição, o ensino, a conversação e a meditação. Vejamos em suas palavras:

De cinco modos illustramos o nosso entendimento, o primeyro he pela Observaçam, que he aquella percepção ou conhecimento das couzas que occorrem na vida ordinaria, ou estas couzas sejaõ intellectuais, ou sejaõ das pessoas, ou das couzas materiais, ou de nos mesmos. O segundo he

pela Liçam; pela qual ilustramos o nosso entendimento com que os nossos Mayores aprenderão e experimentarão, como se nos valessemos das riquezas que ajuntarão nossos antepassados. O terceiro, pelo Ensino dos Mestres de viva voz, e não por postilas, nem themas, explicando o que deve inculcar no animo dos discipulos, perguntando, orando, ás vezes, e arguindo, não por sillogismos, mas em forma do dialogo. O quarto pela Conversaçam, na qual aprendemos o que outros sabem: promovemos as forças do nosso entendimento, imitando sem nos apercebermos o judiciozo, que ouvimos e que admiramos; e com agrado e amor da Sociedade transformamos o nosso entendimento, naquelle com quem tratamos. O quinto pela Meditaçam, lendo, escrevendo ou meditando: Neste ultimo se encerraõ todos os quatro modos assim: e este ultimo he a chave de todos os referidos: sem reflexão, sem hũa atençaõ madura do que sabemos, nenhũa acção seria regular, nenhũa operaçaõ da alma seria sem defeito (SACNHES, 1922, p. 294-295).

Como visto, a *observação* é o momento único de relação pessoal do aluno que se mostra apto a verdadeiramente aprender. Quando escuta e se orienta pelas aclamações diferidas pelo mestre ao qual pretende seguir.

A *lição*, como consequência lógica da observação, é a possibilidade, nem sempre possível, do aluno colocar em prática sua real aprendizagem obtida da atenta análise do que foi dito em sua aula pelo mestre.

O *ensino* é a fase subsequente, onde o aluno transfere o que aprendeu a outros indivíduos, eternizando, de qualquer sorte, o aprendizado, já que outros fora da cadeia aluno-professor passam a progredir com o real aprendizado.

A *conversação* pode ser conceituada como a maneira bilateral em que locutor e ouvinte perpassam entre si as informações auferidas. O importante aqui é perceber que essa troca de ideias ou diálogo não necessariamente ocorreria em sala de aula.

Por fim, a *meditação* que é a possibilidade conferida ao aluno de refletir sobre os conhecimentos adquiridos e fazer sua própria hermenêutica, transfigurando, em outras palavras, a noção primeira que obteve com a observação.

Para Sanches, o sucesso desse método de ensino estava na observação sistemática de todas as fases, corretamente realizadas. Caso contrário, não seria possível a transferência de conhecimento do mestre ao aluno. O que importa no sistema proposto por Ribeiro Sanches, talvez mais que a configuração efetiva do conhecimento, era a mudança geral e abstrata do sistema de ensino luso no setecentos, arcaico, como falamos anteriormente.

Para nosso personagem, essa mudança possibilitaria a transformação *sui generis* da sociedade lusa e auxiliaria o rei na demonstração do poder aos seus súditos, na forma como precipuamente pensava os ilustrados.

O Marquês de Condorcet e seu ideário humanitário

O outro personagem selecionado para este artigo é Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat, Marquês de Condorcet (1743–1794). Sua mãe, mulher muito religiosa, o colocou em um colégio jesuíta em Reims, onde teve sua formação básica. Já aos dezesseis anos de idade, devido a suas habilidades analíticas, começou a chamar a atenção de Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) e Alexis Claude de Clairault (1713-1765). O primeiro decidiu acolhê-lo como pupilo.

Em 1772, Caritat conheceu Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) ministro-geral das finanças na corte de Luís XV (1774-1776), que se tornaria seu grande amigo. Dois anos depois, foi apontado, por Turgot, para o cargo de inspetor geral do Monnaie de Paris. Daí em diante, o filósofo muda o foco de suas reflexões, passando das questões matemáticas e físicas às questões filosóficas e políticas (CONDORCET, 2013b, p. 180).

Nos anos seguintes, ele lutou pelos direitos humanos, focando especialmente as mulheres e os negros – entrou para a Sociedade dos Amigos dos Negros na década de 1780. Sob a perspectiva de análise que aqui se propõe, é crucial apontar dois momentos importantes na trajetória do pensador francês. O primeiro deles foi a sua indicação para o cargo de inspetor geral de Paris em 1774, já mencionado. A partir dessa nomeação Condorcet muda seu foco da matemática e da física para a filosofia e ciências políticas. Que resultou a partir de 1789, na construção dos alicerces teóricos de sua doutrina, em especial com seu Plano de Constituição de 1793.

Outro momento-chave diz respeito a escrita e distribuição de um panfleto anônimo, em 1793, intitulado *Aos cidadãos franceses sobre a nova Constituição*. Nesse documento, o Marquês tece duras críticas à Constituição Montanhesa de Maximilien de Robespierre, dentre as quais, a escolha tirânica dos integrantes da comissão redatora, bem como a falta de preceitos jurídicos igualitários (CONDORCET, 2013b, p. 187).

Diante de tais fatos, aos três de outubro de 1793, teve sua prisão decretada e seus bens foram confiscados. Refugiou-se na casa de amigos e, posteriormente, fugiu de Paris, mas foi capturado em 27 de março de 1794 e levado à prisão de Bourg-la-Reine, onde morreu em 28 de março de 1794, aos 50 anos de idade. A causa da morte declarada foi um ataque cardíaco, mas as circunstâncias do óbito foram objeto de muitas especulações. Embora não existam provas que confirmem o suicídio, alguns biógrafos acreditam que ele tenha ingerido veneno para escapar da indignidade da morte na guilhotina (CONDORCET, 2013a, p. 189).

Preceitos fundamentais no pensamento de Condorcet

O contexto que deu origem às reflexões de Condorcet em muito se distingue do cenário português e seu despotismo esclarecido. De modo geral, suas publicações datam do período posterior à Revolução Francesa, marcado pela efervescência que resultou na queda da monarquia e na consolidação de novos direitos. A obra *Cinco memórias sobre a instrução pública* foi publicada em 1791, ainda no calor dos eventos que impactaram a sociedade francesa.

Os outros escritos políticos de Condorcet *Ideias sobre o despotismo (1789)*, *Ao corpo eleitoral, contra a escravidão dos negros (1790)* e *Sobre a admissão do direito de cidadania às mulheres (1790)*, se inscrevem também nesse contexto, só que no formato de panfletos redigidos quando da elaboração do seu plano de Constituição de 1793. Tais documentos traduzem a base conceitual e pragmática de sua visão sobre a educação (CONDORCET, 2013b, p. 29).

De maneira geral, os escritos do Marquês traduzem o caráter otimista de sua visão acerca da influência benéfica das Luzes quanto ao destino sócio-político da humanidade. Nesse ponto, ele discorda claramente de Rousseau:

Tal é a meta da obra que empreendi, e cujo resultado será mostrar pelos fatos, assim como pelo raciocínio, que a natureza não indicou nenhum termo ao aperfeiçoamento das faculdades humanas; que a perfectibilidade do homem é realmente indefinida; que os progressos dessa perfectibilidade, doravante independentes da vontade daqueles que desejariam detê-los, não têm outros termos senão a duração do globo onde a natureza nos lançou (CONDORCET, 2013a, p. 20-21).

Contudo, para abordar o pensamento do Marquês de Condorcet no que tange à educação, é preciso iniciar tratando sobre *O Plano de Constituição (1793)*.

Resultado do trabalho do Comitê de Constituição encarregado em 1792, pela Convenção Nacional Revolucionária, de elaborar uma Constituição para a República francesa recém-estabelecida. Foi elaborado com três partes: 1. Exposição de princípios e motivos; 2. Projeto de declaração dos direitos naturais, civis e políticos dos homens; e 3. Projeto de Constituição francesa.

O primeiro deles, *Exposição de princípios e motivos*, foi o texto lido por Cariat nos dias 15 e 16 de fevereiro de 1793, perante a Convenção Nacional, a fim de apresentar e defender o Projeto de Constituição por ele elaborado.

Trata-se da parte mais teórica do plano proposto, na qual o pensador expõe sua teoria política e constitucional e aborda temas de grande relevância, tal como a universalidade dos direitos políticos, ou seja, a plena igualdade de todos os cidadãos franceses perante a lei.

No *Projeto de declaração dos direitos naturais, civis e políticos dos homens*, Condorcet apresenta o seguinte rol de direitos: liberdade, igualdade, segurança, propriedade, garantia social e resistência à opressão. Aqui merece destaque a abordagem que o autor faz sobre a igualdade, que, segundo ele, consiste em que cada um possa gozar dos mesmos direitos (CONDORCET, 2013b, p. 125).

Nesse texto de 1793 é possível observar que Condorcet tem a instrução pública como uma meta a ser atingida, um dever da República e um direito dos cidadãos, mas ele já não a coloca mais como um requisito para a aquisição de direitos políticos (CONDORCET, 2008, p. 25).

Contudo, o *Projeto de Constituição francesa* de Condorcet foi recebido sem entusiasmo pela Convenção Nacional e, após ficar exposto às críticas dos grupos políticos radicais e também dos moderados, acabou recusado, basicamente por ser demasiadamente longo, não prever algumas definições importantes como *degradação cívica e pública*.

Não obstante, os preceitos educacionais previstos em sua obra emblemática, *Cinco memórias sobre a instrução pública*, permaneceram vívidos na sociedade francesa e seus conceitos foram utilizados após o *terror* (1792-1794).

De maneira geral, é possível perceber entre tais conceitos importantes noções basilares. Para o autor a instrução pública possibilita uma real equiparação entre os indivíduos, vez que com o conhecimento difundido, é possível tornar iguais aqueles que antes eram separados pelo “abismo intelectual”:

O Estado social diminui necessariamente a desigualdade natural, fazendo que forças comuns concorram para o bem-estar dos indivíduos. Entretanto, esse bem-estar passa, ao mesmo tempo, a ser mais dependente das relações de cada homem com seus semelhantes, e os efeitos da desigualdade cresceriam na mesma proporção, se não pudéssemos tornar mais frágil e quase nula, em relação à felicidade e aos direitos comuns, aquela desigualdade que nasce da diferença entre os espíritos (CONDORCET, 2008, p. 17).

Segundo sua percepção, o conhecimento adquirido por alguns favorecidos, pode e deve ser transmitido aos demais cidadãos como meio de propagar as luzes e propiciar a melhoria da sociedade e da vida em si:

É impossível que uma instrução, mesmo quando igual para todos, não aumente a superioridade daqueles a quem a natureza favoreceu com uma organização mais feliz. Mas, para a manutenção da igualdade de direitos, basta que essa superioridade não traga uma dependência real, e que cada um seja suficientemente instruído para exercer por si mesmo, e sem se submeter cegamente à razão de outro, aqueles direitos cujo gozo é garantido pela lei. Desse modo, a superioridade de alguns homens, longe de ser um mal para aqueles que não receberam as mesmas vantagens, contribuirá para o bem de todos, e os talentos, bem como as luzes, tornar-se-ão patrimônio comum da sociedade (CONDORCET, 2008, p. 17).

Por fim, não é demasiado abordar que os preceitos fundamentais de Condorcet e Sanches não ficaram permeados apenas no círculo íbero-francês. Pensadores do vulto de Immanuel Kant (1724-1804) teceram preceitos que se coadunam com o abordado até aqui. O homem, para Kant, é o único animal, intelectivo, mas meramente animal, capaz de aprender e cuja educação também lhe é essencial⁶⁰⁴.

⁶⁰⁴ "O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente, o homem é infante, educando e discípulo. Os animais logo que começam a sentir alguma força, usam-na com regularidade, isto é, de tal maneira que não se prejudicam a si mesmos. É de fato maravilhoso ver, por exemplo, como os filhotes de andorinhas, apenas saídos do ovo e ainda cegos, sabem dispor-se de modo que seus excrementos caiam fora do ninho. Os animais, portanto, não precisam ser cuidados, no máximo precisam ser alimentados, aquecidos, guiados e protegidos de algum modo (...) A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas o homem tem necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, por ele não ter a capacidade imediata de o realizar, mas vir ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele". (KANT, 1999, p. 11-12).

Conclusões

Considerando as abordagens acima dispostas, certo é dizer que diante de dissensões claras e certas, também houveram pontos cruciais em comum. Caso tal afirmação seja aceita como verdade irrefutável, urge a importância em se obter uma resposta que repousa em um dos primados do discurso ilustrado: qual é a importância da educação na viabilidade do projeto das luzes?

Será que o projeto educacional francês e lusitano podem ser vistos como a universalidade, ou seja, como um ponto de referência, ante inúmeras dissensões? Ainda, até que ponto o Estado Civil pode se impor e contribuir para a constituição de instituições aptas ao ensino regular?

Não obstante, crível é desposar da História a abordagem efetiva de um dos grandes movimentos intelectuais da Idade Moderna. Homens com o pensamento direcionado para a evolução da sociedade até então disposta, revolucionaram o que até então existia e criaram uma nova realidade social e histórica.

Fala-se aqui de notáveis cientistas que modificaram o meio de se analisar o mundo. Homens que se tornaram porta-vozes de sua época, como Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat e António Nunes Ribeiro Sanches (CASSIRER, 1992, p. 267-269).

Mencionamos apenas os personagens cujas trajetórias foram abordadas, dentre tantos outros de nacionalidades distintas e de tamanha importância para a ciência, são vistos hoje como patriarcas da evolução cultural engendrada no Ocidente, sendo alguns nomes citados no presente estudo com o fim único de fortalecer o discurso histórico ao qual se defende (BOBBIO, 1983, p. 605-608).

Partindo de tais premissas, podemos citar algumas questões importantes sobre esse projeto educacional que serve como fonte histórica aos anseios de nossos personagens. Desenvolveu-se assim uma concepção educativa que abarca tanto os problemas teóricos como os práticos, afirma com força a prioridade e a dignidade da educação, além da tarefa central que ela deve assumir na sociedade moderna.

Sendo assim, considerando o cenário descrito, elegemos os personagens acima referenciados, aos quais os discursos sobre a educação como primado foi esquadrinhado, com a abordagem de suas respectivas trajetórias.

Como parâmetro para esse ensaio, no que pertine a concretização das ideias postas sob julgamento, segue uma abordagem *prima facie* da análise biográfica proposta por Pierre Bourdieu, como meio eficaz na transposição de ideias e argumentos que são úteis na compreensão das reais significações do discurso ilustrado.

Temos, diante de tais considerações, que a transcrição de uma determinada vida ou evento histórico decorre da análise lógica e sequencial dos eventos diários que compreendem de forma sistêmica o conjunto de fatos e eventos que dão sentido à pesquisa proposta. Por isso, descrever os fatos não é criar eventos, mas determiná-los cientificamente.

Essa vida organizada como uma história trascorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo (BOURDIEU, 2000, p. 184).

A trajetória evidenciada pelo investigador ou biógrafo, tem por finalidade, além de elencar os eventos históricos que a perscrutem, tais quais os respectivos discursos como se aponta reiteradamente aqui. Incute não menos uma análise hermenêutica de tais eventos, dando-lhes um significado próprio para a narrativa empreendida.

É justamente na transposição dos pensamentos do investigador que a vida do investigado ou sujeito da biografia volta a ser objeto de análise e de importância para o mundo fenomênico.

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa

eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. [...]

A trajetória que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido BOURDIEU, 2000, p. 184-185).

O relato biográfico deve se desvencilhar da literatura que busca na retórica, sua força basilar. Aqui tal não ocorre. Deve-se, antes de tudo, procurar dar significação à descrição, propriamente, permitindo uma boa consecução dos fatos e eventos de relevo. Um bom exemplo de tal questão é a ótica imanente de Sanches e Condorcet ao escrever suas obras de referência.

Quais eventos foram cruciais para que as obras fossem elaboradas? O que influenciou na consecução desses documentos históricos de grandiosidade?

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. Eis por que é lógico pedir auxílio àqueles que tiveram que romper com essa tradição no próprio terreno de sua realização exemplar. Como diz Alain Robbe-Grillet, "o advento do romance moderno está ligado precisamente a esta descoberta: o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório (BOURDIEU, 2000, p. 185) ".

Pode ser dito ainda, em vista do abordado acima, como esse pensamento criou na mente de seus leitores forças capazes de moldar o próprio criador da mensagem original. Um exemplo seria, na situação específica de Condorcet, a redação em 1791 das **Cinco memórias sobre a instrução pública**, com as peculiares respostas da população francesa, pela exigência de direitos universais⁶⁰⁵.

Tais respostas permitiram ao Marquês modificar algumas das disposições iniciais no texto escrito em 1791, formando, em 1793, seu Plano de Constituição. A universalidade da instrução torna-se mais profícua no segundo texto, justamente diante das manifestações populares que abarcam o território francês no período.

No caso específico de Sanches a composição desse entendimento precípua não é tarefa árdua, vez que o pensador lusitano escreve a obra **Cartas sobre a educação da mocidade**, com o intuito de influenciar a modificação do método do ensino lusitano utilizado até então, ou seja, a *ratio studiorum*.⁶⁰⁶

Nesse sistema verticalizado e com foque nas trajetórias pessoais, podemos citar o exemplo típico de Sanches. Em sua obra fica evidente a relevância das análises teóricas do texto desenvolvido para a corte de Dom José I (1714-1777):

Porque S. Magestade, que Deos guarde com alta providencia, considera que lhe são necessarios Capitaens para a defenza; Conselheyros doutos e experimentados; como taõbem Juizes, Justiças, e Administradores das rendas Reais; e mais que tudo na situaçaõ em que está hoje a Europa, Embayxadores, e Ministros publicos, que conservem a harmonia de que necessitaõ os seus Estados; esta Educaçaõ naõ seria completa se ficasse somente dedicada á Mocidade Nobre; Sua Magestade tendo ordenado as Escolas publicas, nas Cabeças das Comarcas, quer que nellas se instruaõ

⁶⁰⁵ Na concepção trazida por direitos universais, além da instrução pública abordada neste trabalho, temos a igualdade determinada pela lei entre os cidadãos franceses, bem como a liberdade de expressão, garantida constitucionalmente.

⁶⁰⁶ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica, ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas (SANCHES, 1922, p. 240).

aquelles que haõ de ser Mercadores, Directores das Fabricas, Architectos de Mar e Terra, e que se introduzaõ as Artes e Sciencias (SANCHES, 1922, p. 24).

Sanches defende a necessidade da comunicação eficiente e da transmutação do conhecimento entre diversas classes sociais no texto apresentado. Com isso, a universalidade, citada devidamente aqui, torna-se um preceito importante na consecução das obras tidas por referência.

Verifica-se que mesmo em realidades ou contextos históricos tão diversos e com peculiaridades próprias, foi possível unir a instrução universal para os cidadãos com as necessidades vitais de cada nação.

Referências Bibliográficas

Documentação

CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas de Cariat. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: UNICAMP, 2013a.

_____. **Escritos político-constitucionais**. Campinas: UNICAMP, 2013b.

Par une société de gens de lettres publicado na *Encyclopedie ou dictionaire Raisonn'e Dès Sciences, Des Arts et des Métiers*. Disponível: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50548c>. Acesso em 29.10.2014.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

_____. **Cristãos novos e cristãos velhos em Portugal**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

Obras de referência

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Usos e abusos da história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DUPANLOUP, Félix. **A educação**. Londres: Bibliolife, 2009.

GAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

HAZARD, Paul. **Crise da consciência europeia [1680-1715]**. Lisboa: Cosmos, 1948.

ISRAEL, J. **Iluminismo Radical: A filosofia e a construção da modernidade [1650-1750]**. São Paulo: Madras, 2009.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. 2. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.

Artigos científicos

CORREIA, Arlindo. **Biografia de António Nunes Ribeiro Sanches**. Disponível em: <http://www.arlindo-correia.com/160908.html>. 2008. Acesso em 25.02.2015.

MERLO, Patrícia M. S. **A obra de Luis Antônio Verney: aspectos da ilustração portuguesa**. In *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013.

Apoio



Realização



Departamento de História
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS